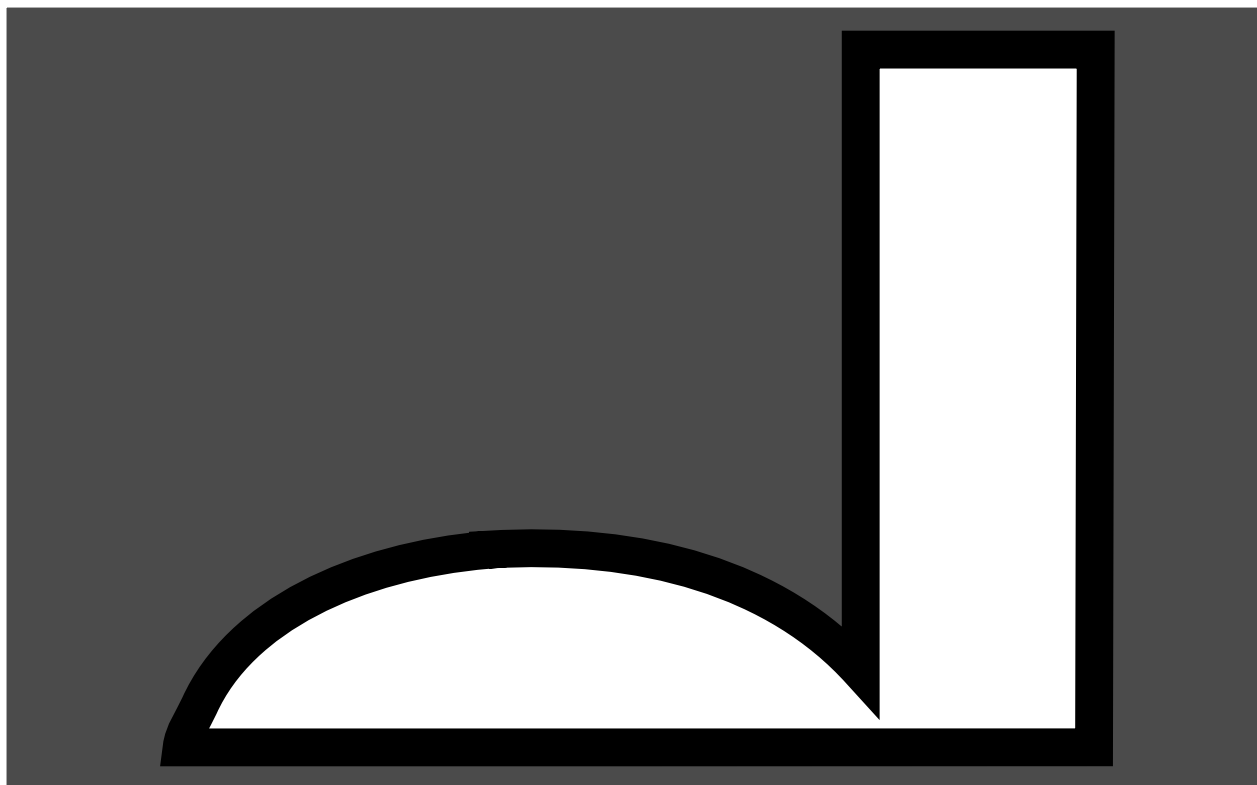




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de novembro de 2011)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

VOLUME II/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 204 – SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - (1,5,6) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 24 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁷⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁸⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA 1.1– Resenha Mensal (período de 1º a 30 de novembro de 2011)

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de outubro de 2011..... 149

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2011..... 181

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2011..... 209

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de novembro de 2011..... 224

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 254

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 265

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011..... 293

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 310

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 312

1.2.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 5ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011..... 332

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2011..... 347

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2011..... 377

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011..... 398

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011..... 418

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2011..... 436

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2011..... 460

Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011..... 477

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2011..... 505

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011..... 505

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2011..... 539

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 560

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 576

Ata da 57ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de novembro de 2011..... 611

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 638

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 645

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 663

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 666

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 676

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 699

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 722

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2011..... 725

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011..... 750

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2011..... 761

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011.....	792	Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1284
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011.....	1289
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2011.....	834	1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
VOLUME II		Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2011.....	1295
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2011.....	871	Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2011.....	1304
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011.....	892	1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2011.....	914	Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011.....	1326
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011.....	946	Ata da 41ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011.....	1360
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2011.....	965	Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de outubro de 2011.....	1378
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2011.....	1000	Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011.....	1396
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2011.....	1033	Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2011.....	1407
Ata da 76ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de outubro de 2011.....	1068	Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011.....	1417
Ata da 77ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de outubro de 2011.....	1095	Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de novembro de 2011.....	1448
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1483
Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de setembro de 2011.....	1115	Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1508
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2011.....	1149	Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011.....	1511
Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de outubro de 2011.....	1171	1.3– Atas da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2011.....	1193	Ata da 4ª Reunião, em 21 de setembro de 2011.....	1520
1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		Ata da 5ª Reunião, em 21 de setembro de 2011.....	1540
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2011.....	1228	Ata da 6ª Reunião, em 5 de outubro de 2011.....	1555
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2011.....	1249	Ata da 7ª Reunião, em 26 de outubro de 2011.....	1562
Ata da 50ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de novembro de 2011.....	1263	Ata da 8ª Reunião, em 1º de novembro de 2011.....	1581
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011.....	1277		

ATA DA 69ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Pedro Simon e Randolfe Rodrigues**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 130, de 2011–CDH, aprovado em 15/09/11, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater o Fundo de participação dos Estados – FPE – face à dignidade da pessoa humana. Luiz Márcio de Souza, Representante da Secretaria da Fazenda para o FPE no CONFAZ, em representação ao Senhor Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda de São Paulo; Charles Chelala, Assessor Técnico do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues; Fausto Santana, Coordenador do Escritório da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais em Brasília, em representação ao Senhor Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário da Fazenda de Minas Gerais; e Giovanni Padilha da Silva, Subsecretário adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, que representa o Senhor Odir Tonollier, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Randolfe Redrigues e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 69ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 130, de 2011–CDH, aprovado em 15/09/11, de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a “debater o Fundo de participação dos Estados (FPE) em face da dignidade da pessoa humana”.

Foram convidados para esta audiência pública:

– Dr. Fausto Santana, que já está presente, Coordenador do Escritório da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais em Brasília, em representação ao Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário da Fazenda de Minas Gerais;

– Sr. Giovanni Padilha da Silva, também presente, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, que representa aqui o Sr. Odir Tonollier, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;

– Sr. Luiz Márcio de Souza, representante da Secretaria da Fazenda para o FPE no Confaz, em representação ao Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda de São Paulo;

– Sr. Rodrigo Neves, Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, em representação ao Sr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro;

Estava também confirmada a presença do Senador Randolfe, o autor do projeto. Não sei se S. Ex^a confirmou se está vindo. Ele confirmou? (*Pausa.*) Pelo menos para mim, S. Ex^a disse, no domingo à noite, que viria. Acabou de ligar? (*Pausa.*) Muito bem.

Antes mesmo de formatar a Mesa e com isso dar tempo a que o autor do projeto, que está vindo, chegue a esta reunião, vou fazer uma pequena introdução que situa aqueles que estão assistindo à TV Senado, que estão ouvindo a Rádio Senado e acompanham pela Agência Senado.

O debate de hoje versa sobre a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, conhecido pela sigla FPE. A ideia surgiu após eu receber aqui no Senado correspondência do Deputado Estadual Giovani Batista Feltes. Na carta o parlamentar manifesta a sua preocupação em relação à tramitação desse PL. De acordo com o ofício, eu procurei de imediato, então, o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia; fiz contato também com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, que já estava acompanhando o tema e nos informou que olha com muita preocupação o projeto. Mediante o fato, nós dialogamos um pouco também com representantes das bancadas de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Minas. Também falamos sobre o tema com São Paulo, mais precisamente com a Senadora Marta Suplicy.

Enfim, o Fundo, por determinação prevista na nossa Constituição, a Transferência da União aos Estados de 21,5% da arrecadação do imposto de renda

(IR), do imposto sobre produtos industrializados (IPI), só como referência.

Esse recurso representa importante fonte de receita para execução das políticas públicas. Poderíamos dizer que o FPE e o FPM são um dos mais importantes instrumentos de repartição da renda nacional. O objetivo do Fundo é equilibrar a capacidade financeira dos Estados e de auferir receitas. Porém, como é repassado em cotas fixas, mediante um coeficiente individual de participação, o entendimento é que não traz a devida justiça aos Estados, especialmente, os que possuem uma menor capacidade de arrecadação. Após diversas ações os Supremo Tribunal Federal, em fevereiro de 2010, declarou inconstitucional a forma da partilha e determinou ao Congresso Nacional que aprove novas regras, como limite máximo 31 de dezembro de 2012.

Quero cumprimentar aqui o Senador Randolfe, que está chegando, porque ele teve a iniciativa de encaminhar um projeto para debater o tema. Eu posso discordar do projeto, mas acho que ele tomou a iniciativa para que pudéssemos começar a debater o tema, a fim de que não fôssemos pegos de afogadilho no último momento, e a matéria sendo votada, como às vezes acontece aqui, como dizem alguns – e concordo –, na calada da noite; e surge um projeto aprovado, de repente, que não contempla todos. Pelo menos que tenha havido uma discussão adequada para que cada Estado colocasse o seu ponto de vista.

Bom, diante da urgência de discutirmos sobre a maneira mais eficiente em relação à distribuição do FPE é que estamos propondo esta audiência pública.

Já sei de antemão que outras duas comissões já aprovaram os requerimentos e que o debate vai acontecer em outras duas comissões, entre elas, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Bom, entendemos que qualquer ganho que se dê a um Estado da Federação representará, sem dúvida alguma, mediante o quadro de hoje, que alguém vai perder. Como falamos, não tem papai Noel. Os senhores é que vão aqui colocar com precisão. Eu não sou da área. Mas se um Estado passou a ganhar mais é porque o outro, em percentual, passou a ganhar menos.

Lembro que, caso não seja aprovada uma regra definida pelo Congresso até 2012, vai acabar o Supremo tomando posição e dizendo qual vai ser o percentual. Só como exemplo – depois, naturalmente, o representante do Estado do Rio Grande do Sul poderá aprofundar esse debate –, vou citar o estrago que vai acontecer no Rio Grande do Sul.

Lembro – e queria falar na presença do Senador, porque já falei com ele – que, no Rio Grande do Sul, os números não são precisos, mas me falam que poderíamos ter um prejuízo, se for aprovada exatamente

como está no PL nº 289, que poderá ser de 250 milhões a 500 milhões. Falo em 500 milhões porque, ontem, uma emissora do Rio Grande do Sul me ligou – estava lá um especialista na área –, e ele, claro, fez a defesa do Estado e disse que o prejuízo poderá chegar a até 500 milhões.

Bom, o Rio Grande do Sul já passa por dificuldade devido à sua dívida histórica – o representante do Secretário poderá aprofundar o assunto –, mas o número que tenho poderá chegar a 44 bilhões, em relação à dívida que tem com a União; temos o problema recente que excluíram o carvão da matriz energética, e aqui o Estado poderá ter um prejuízo por cima que pode chegar a mais de 6 bilhões.

Claro que estamos fazendo ainda com que o Estado possa concorrer ao chamado Leilão A-5. Embora a apresentação do projeto fosse em 20 de setembro, o leilão vai ser no dia 20 de dezembro, e o Governador Tarso Genro entregou uma carta em mão à Presidenta Dilma, porque a decisão somente parte dela, sobre a questão do carvão. Poderíamos lembrar aqui a Lei Kandir, o quanto o Estado, que é exportador, perdeu; podemos lembrar aqui da guerra fiscal entre os Estados, que inúmeras indústrias saíram do Rio Grande do Sul ao longo desses anos, deslocando-se para outros Estados, devido a essa guerra fratricida, que chamo, que é a guerra fiscal, porque é uma guerra entre irmãos.

Segundo pesquisa ainda da Fundação de Economia e Estatística (FEE), os gaúchos têm perdido nas vendas externas, em boa parte das categorias de produtos em relação ao resto do Brasil. Segundo dados da fundação, alguns dos produtos de exportação, os mais importantes da pauta gaúcha, como tabaco, soja em grão, calçado, frango, tiveram crescimento menor no Rio Grande do Sul do que no resto do Brasil, devido a esse quadro, enfim, que se está apresentando.

Eu só falei do Rio Grande do Sul, mas, na verdade, todos os Estados apresentarão a sua realidade, principalmente – e é natural – os Estados que perderiam a arrecadação se o projeto fosse aprovado sem uma discussão maior.

Esse é mais ou menos o quadro, só para iniciarmos o debate.

De imediato, vamos para a formação da nossa Mesa.

Convido o Sr. Fausto Santana, Coordenador do Escritório da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais em Brasília, que representa o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário da Fazenda de Minas Gerais.

Convido também Giovanni Padilha da Silva, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, que representa aqui o Sr. Odir Tonollier, Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Convido ainda o Sr. Luiz Márcio de Souza, representante da Secretaria da Fazenda para o FPE no Confaz, que representa o Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda de São Paulo.

Com os nossos três convidados já aqui na Mesa e sabendo que o autor do projeto se desloca para esta audiência pública, nós vamos iniciar os nossos trabalhos.

Vou passar a palavra para o Sr. Luiz Márcio de Souza, representante da Secretaria da Fazenda para o FPE no Confaz, que poderá nos dar uma visão mais ampla, uma visão nacional acerca desse debate. Então, com satisfação, passo a palavra ao Sr. Luiz Márcio de Souza.

V. S^a tem o tempo de dez minutos e, se necessário, mais cinco – e tantos outros cinco quantos forem necessários; nós queremos aqui aprofundar o debate e temos tempo para isso.

Quero só dizer a todos os que estão no plenário que a discussão desse tema está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, pela Rádio Senado, intercalando com a Agência Senado.

O SR. LUIZ MÁRCIO DE SOUZA – Senador Paulo Paim, eu o cumprimento e, em seu nome, cumprimento todos os membros da Mesa. Estendo meus cumprimentos a todos os presentes no plenário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a todos os espectadores da TV Senado.

Também quero registrar o profundo interesse que o tema despertou no Secretário da Fazenda de São Paulo, o Sr. Andrea Calabi, que apenas por motivos de agenda, compromissos inadiáveis que ele já tinha, não pôde comparecer. Solicitou, então, que eu o representasse para falar sobre esse assunto em nome de São Paulo. A intenção é trazer pontos para uma reflexão a respeito de como podemos colaborar com o Congresso, que tem a oportunidade de rever os critérios do FPE e, de fato, alinhá-los com uma solução que seja de interesse de toda a Federação.

O nosso objetivo, nesses breves minutos que nos foram concedidos pela Mesa, é fazer uma breve exposição sobre como o Congresso pode encaminhar uma solução que seja, de fato, duradoura e que represente os interesses da Federação como um todo. Para isso, vamos levantar alguns pontos que consideramos essenciais para uma reflexão, o próprio encaminhamento dos projetos que já existem no Senado e na Câmara dos Deputados, até chegar, afinal, numa solução de revisão desses critérios, que é um comando a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal. Esses são aspectos que consideramos importantes para, de fato, conseguir um Fundo de Participação dos Estados cujos critérios de rateio, de participação entre os diversos

Estados sejam alinhados ao comando institucional de promover o equilíbrio federativo.

Toda construção de critérios sempre vai passar por alguns pontos que são essenciais. A partir de um bom desenho desses pontos é que a gente vai conseguir, de fato, chegar a uma solução adequada, que atenda os interesses de todas as unidades da Federação. Isso passa por uma seleção criteriosa de indicadores para que o modelo que venha a ser instituído leve em conta o aspecto de que a Federação muda, de que mudam ao longo do tempo as características das Unidades da Federação, os Estados, e, portanto, tem de haver um componente dinâmico.

Há outro aspecto para os quais gostaríamos de chamar a atenção: esses critérios têm de respeitar os resultados; selecionados os indicadores, criado um sistema, o modelo, o sistema de critérios de rateio tem de respeitar, de fato, aquilo que aqueles indicadores determinam, ou seja, os resultados que eles apontam, na medida em que eles refletem certas realidades socioeconômicas da Federação.

Em todos esses modelos, um aspecto que não pode ser menosprezado é a necessidade de que, como dificilmente um único critério, um único indicador vai resolver toda essa complexidade que é a Federação brasileira e como, então, seremos obrigados a trabalhar com um *mix* de indicadores, com certa cesta de indicadores, os pesos atribuídos a esses indicadores sejam, de fato, consistentes. É importante que não se menosprezem os indicadores, que não se tire a importância de indicadores que são essenciais para justamente se capturar essa realidade dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me dizer, Sr. Secretário, que convoquei, na quinta-feira, o Senador Randolfe, autor do projeto, que tinha uma série de compromissos a cumprir no seu Estado, mas que, de pronto, disse que estaria aqui para ajudar no debate, a fim de se chegar a uma alternativa viável a todos.

Eu queria convidar o Senador a se dirigir à Mesa. Em seguida, o Senador vai usar da palavra. A intenção, inclusive, era a de iniciar o debate com S. Ex^a.

Por favor, Sr. Secretário, pode continuar sua exposição.

O SR. LUIZ MÁRCIO DE SOUZA – Em continuidade, procurando explorar um pouco mais aqueles pontos que colocamos como muito importantes para uma decisão a respeito dos critérios de rateio do FPE, retomamos uma experiência histórica brasileira, que foi justamente um sistema que foi aplicado durante algumas décadas na realidade brasileira, na realidade da nossa Federação, que eram aqueles critérios de rateio

previstos no Código Tributário Nacional, que foram estabelecidos em meados da década de 60.

Há aquela ideia de que os indicadores têm de ser concisos, ou seja, poucos indicadores devem espelhar, com clareza, sem maiores complexidades, o retrato da Federação brasileira para efeito da distribuição dos recursos, porque essa é uma fonte de recursos tão importante para muitos Estados da Federação.

O CTN, na época, previa a seguinte lógica: certos indicadores deveriam nos mostrar, apresentada a realidade brasileira, aquilo que distingue uma unidade da outra em termos de demanda de serviços públicos. E, para tanto, o CTN, na época, estabeleceu, sobretudo, o critério “população”, que é aquele que, de fato, orientaria a distribuição de recursos, sendo o indicador da demanda de serviços públicos, na ideia de que, quanto maior a população, maior é a pressão sobre os orçamentos estaduais, para que os serviços públicos sejam ofertados à população. Certos serviços públicos, como segurança, como justiça, são de interesse de toda a população. No caso de outros serviços públicos, como educação e saúde, embora também tenham a pretensão de serem universais – é assim que prega a nossa Constituição –, aqueles Estados que possuem um *mix* de população mais concentrado na baixa renda, sem dúvida, apresentam uma necessidade muitas vezes maior.

Outro critério importante que o CTN estabelecia é outra vertente do problema: justamente conseguir distinguir entre as unidades da Federação as diferentes capacidades de autofinanciamento de recursos. Para tanto, o CTN, na época, estabeleceu a renda *per capita*, a ideia da divisão do PIB estadual, do PIB de cada unidade da Federação por sua população, e, a partir daí, você estabelece o indicador *per capita* que é capaz de nos orientar dizendo qual Estado tem maior ou menor capacidade de se autofinanciar através da instituição de tributos estaduais, como por exemplo, hoje em dia, o ICMS e na época, em meados da década de 60, o ICM, que havia sido recém-incorporado à realidade tributária brasileira.

À luz da ideia que colocamos como pontos ideais de um sistema de critérios de rateio, aquela solução do CTN de fato atendia o propósito de concisão, ou seja, eram poucos os indicadores muito claros e com uma grande capacidade de explicar diferente realidade brasileira. Sem dúvida alguma, havia um componente dinâmico porque a ideia era de que esses indicadores são disponíveis a intervalos relativamente curtos e que permitem, então, acompanhar exatamente a evolução de um Estado, tanto a evolução demográfica – as correntes de imigração ou se diferentes taxas de natalidade e mortalidade estão afetando a distribuição geográfica

da população brasileira –, como também as próprias variáveis econômicas, que acabam mudando o panorama da formação do PIB no Brasil e a distribuição e a posição relativa de cada Estado. Por exemplo, a exploração de novas fronteiras agrícolas, a redistribuição das indústrias ao longo do território brasileiro e novos serviços, novas atividades econômicas, que acabam espelhando a vocação de cada Unidade da Federação e alterando o panorama relativo à distribuição da capacidade de autofinanciamento.

Então, entendemos que esses são indicadores de qualidade – na época, representavam uma boa solução – e satisfazem, de maneira adequada, a ideia de promover um bom sistema de critério de rateio.

Uma coisa do CTN que nós, francamente, não consideramos uma solução técnica mais interessante é que ele adotava, na época, faixas de intervalo para situar o resultado final, como cada Estado participaria na composição do rateio. Essas faixas, ou intervalos de resultados, nós consideramos uma técnica discutível por dois motivos. O Primeiro é que você parte do que diz o indicador e acaba distorcendo o resultado, porque altera exatamente o que o resultado daquele indicador está demonstrando para determinada Unidade da Federação e acaba acomodando numa tabela um tanto *ad hoc*, um tanto arbitrária de intervalos de resultado. A consequência disso não é boa para a consistência do modelo.

Outro aspecto levantado por muitos estudiosos do assunto é que essa técnica de intervalo sempre acaba provocando um desgaste quando as Unidades que estão no limite, na fronteira de cada uma dessas faixas, às vezes, por um pequeno acréscimo demográfico, um pequeno acréscimo da população, uma relativamente pequena alteração da renda, elas acabam mudando de faixa. Como essa mudança de faixa é um resultado discreto – você pula de uma faixa para outra, o seu peso, ou tem acréscimo ou tem uma redução relativamente significativa –, isso impacta tanto naquela Unidade, para mais ou para menos, conforme o caso, como em todas as demais Unidades da Federação.

Como disse o Senador Paim, esse é um jogo de soma zero. A partir do momento que determinada Unidade da Federação passa a ter um percentual maior, de alguma forma as outras Unidades vão ter que compensar isso. Então, dentro daquele ponto de vista do CTN e dessa experiência brasileira que nós temos e que pode inspirar o modelo final que vai sair aqui do Congresso Nacional, esse aspecto de intervalos ou faixas de resultados seria o ponto mais problemático.

Lembramos que o CTN tinha os seguintes pesos para essa cesta de indicadores concisa e dinâmica. Outro aspecto importante: apuradas em intervalos

curtos por metodologias estáveis e por instituições reconhecidas aqui no cenário brasileiro. Hoje em dia, por exemplo, essas informações seriam basicamente extraídas do IBGE, que é o grande instituto de estatística a favor da Federação brasileira.

Esse sistema se fechava com uma distribuição de pesos, da seguinte forma: superfície e população, que seriam os indicadores de demanda de serviços públicos, está com uma representação muito expressiva, sendo que a maior delas é população, porque, de fato, a realidade demográfica é o principal componente, componente determinante da demanda de serviços públicos.

A renda *per capita*, por outro lado, tem dois aspectos, tanto pondera a própria população, já dá um rumo, uma diretriz em termos da maior ou menor distribuição de riqueza dentro da federação brasileira, também tem um aspecto de ser um indicador da capacidade de autofinanciamento e tinha um peso bastante elevado.

Então, era basicamente na conjugação desses pesos que os resultados desses indicadores refletiam para composição dos critérios de rateio que era distribuído o FPE, com uma atualização em intervalos curtos, o que assegurava portanto o aspecto de dinamismo do próprio modelo.

Bom, retomando o assunto dos indicadores. Nós apresentamos nesse gráfico dados recentes extraídos do Censo 2010, fonte básica IBGE, a representação gráfica em si foi trabalhada pela equipe técnica da Fazenda de São Paulo e que mostra a população brasileira separada pelas grandes regiões geográficas, começando pelo Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – o que está representado nesse gráfico de pizza – em que nós apresentamos dois aspectos da distribuição geográfica da população brasileira. Uma, do lado esquerdo, essencialmente demográfica, como a população do Brasil afinal é distribuída pelas grandes regiões. E ali nós percebemos, por exemplo, que as regiões Sul e Sudeste, a composição de ambas alcança um nível próximo a 60% da população brasileira – isso em 2010 –, tendo ainda a região Nordeste um peso bastante expressivo e Norte e Centro Oeste complementando esse aspecto, essa faceta da distribuição demográfica da população brasileira.

Do lado direito, o mesmo gráfico apresenta uma forma qualificada a distribuição dessa população a partir da variável “domicílios pobres”, que também é um resultado capturado do censo 2010. Embora, claro, isso já seja um demonstrativo das diferenças regionais, dos desequilíbrios econômicos, sociais e regionais que ainda presente na federação brasileira, mas pode-se notar que ainda Sul e Sudeste, a soma

de ambos representa mais de 30% dos domicílios pobres brasileiros em 2010.

Então, que existem diferenças de renda, diferenças de capacidade econômica na federação brasileira ninguém nega, mas o que entendemos é que um sistema que vai promover rateio de uma receita tão importante como o FPE para toda a federação, deve ponderar e qualificar essas diferenças. Ou seja, não é uma diferença absoluta. A pobreza ainda existe na federação, mesmo em Estados considerados *a priori* como Estados ricos.

É para isso que queremos chamar atenção.

Um outro aspecto que nós também queríamos levantar para ponderação de todos os interessados é o dinamismo federativo. Um bom sistema de critérios de rateio deve conseguir capturar de uma forma rápida as diferenças que existem e que vão ocorrendo da mobilidade dos aspectos econômicos e sociais da Federação brasileira.

Esse gráfico é apenas ilustrativo – é claro, ele não quer esgotar o assunto –, mas ele mostra como uma variável, a princípio tão participante das discussões do noticiário, como o PIB *per capita*, e não a renda *per capita* por grandes regiões da Federação brasileira, mostra que houve uma evolução significativa, ou seja, houve mudanças desde o período da Constituinte, quando foi promulgada a Constituição, no final da década de 1980, até os anos atuais.

Então, os dados que apresentamos: se você comparar a receita *per capita*, o PIB *per capita* de cada região com a média brasileira, há algumas tendências que não podem ser ignoradas, como, por exemplo, em certas regiões, com destaque para a região Centro-Oeste. Há um crescimento significativo do PIB *per capita* nos últimos anos. É uma tendência que se verifica desde meados da década de 1990 e que permitiu, na década passada justamente ... Por exemplo, o Centro-Oeste ultrapassara a média Brasil de receita *per capita*, ou seja, é um novo panorama. Então, o panorama em que foram feitas as regras de rateio na época da Constituição era um; nós estamos agora diante de uma nova realidade.

Há também uma tendência secular das chamadas regiões de destaque, como Sul e Sudeste, em termos de atividade econômica. Há uma tendência secular de convergência para a média nacional. As regiões Norte e Nordeste têm sua dinâmica também. Também não apresentam, digamos, essa pujança, como nós vimos, provavelmente por conta de todos os aspectos que levaram à exploração da fronteira agrícola, à própria importância de Brasília para o crescimento do Centro-Oeste, mas, de qualquer forma, seja por um lado ou por outro, nós entendemos que é importante que um

sistema de critérios de rateio que venha a ser aprovado no Congresso Nacional seja capaz de reconhecer esses aspectos que mostram que a Federação não está parada. As coisas mudam, e temos que reconhecer essas alterações e aplicar um critério de rateio do FPE que seja coerente com essa mudança.

Por fim, como último aspecto que gostaríamos de colocar para reflexão de todos: nós destacamos nessa questão dos desequilíbrios da Federação... Apresentamos num gráfico qual é o FPE *per capita*, ou seja, feita a distribuição do FPE aos Estados brasileiros, levando-se em conta a população que cada Estado tem, de acordo com os critérios atuais da Lei Complementar nº 62, qual seria a receita *per capita* do FPE, exclusivamente, distribuído a essas populações. Então, temos, por exemplo, desde Estados, unidades da Federação que têm valor *per capita* do FPE, hoje em dia, acima de R\$2.600, ou seja, ultrapassa a unidade de milhares de reais a distribuição *per capita*, até unidades da Federação com uma distribuição bem menor *per capita*, chegando nos Estados das regiões Sul e Sudeste, claramente todos eles – ou, talvez, um ou outro no limite –, pouco acima de R\$100 *per capita*, mostrando uma diferença muito grande, São Paulo e Rio de Janeiro, nesse *ranking* reverso. Há receitas *per capita* do FPE da ordem de algumas dezenas de reais.

É claro que, embora se trate de um fundo redistributivo, essa é a ideia, essa é a tônica, esse é o comando constitucional a respeito do FPE, mas devemos lembrar que, para efeito de composição do FPE, justamente os Estados do Sul e do Sudeste têm participação importante. São os contribuintes situados nesses Estados, por exemplo, que têm uma participação muito grande na arrecadação federal de IPI e Imposto de Renda, que são os tributos federais, que justamente formam o FPE a ser distribuído em todas as unidades da Federação brasileira.

Então, esse aspecto, essa distribuição muito desigual do FPE, que é a solução atual, acho que é um problema. É um assunto que o Congresso tem que enfrentar nessa busca de construção de um sistema adequado para a Federação brasileira, que respeite, sim, as diferenças que existem entre as unidades da Federação, mas sem levar ao extremo de... Ah, sim, certos Estados estariam tão privilegiados que a participação deles no FPE pode ser menosprezada, pode ser colocada num patamar muito baixo. Isso, nós entendemos, não reflete os interesses da Federação.

Sr. Presidente, esses seriam meus comentários iniciais.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Dr. Luiz Márcio de Souza, representante da Secretaria da Fazenda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam, como sempre, nos auxiliando...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Peço desculpas, terminei de chegar, mas, só para eu ficar tranquilo: o representante de São Paulo diz que lá está ótimo, não é? Diz que não há problema?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele deu um panorama geral, não entrou em detalhes. Vamos aprofundar o debate.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se ele entrar nos detalhes, como é que vai ficar na hora em que for falar o Amapá?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá!

O Sr. Luiz Márcio de Souza, que acabou de se pronunciar, é representante da Secretaria da Fazenda para o FPE no Confaz e aqui representou o Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

Fiz aqui a introdução, Senador Simon, falei que esta audiência pública surgiu a partir do contato que tivemos, de um documento recebido da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e que posteriormente fizemos contato – os três Senadores do Rio Grande – com o Governador do Estado e com o Secretário da Fazenda, que levantou também as suas preocupações. A partir disso, eu percebi que outras duas comissões já tinham apresentado pedido de audiência pública. Falei com o Senador Randolfe, que é o autor do projeto, e ele se dispôs a vir aqui hoje para expor o projeto e fazermos o debate com Senadores e os representantes dos Estados.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, mas sempre lembrando que os Senadores Pedro Simon e Cristovam Buarque já estão presentes e podem usar da palavra no momento em que acharem adequado.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues como autor do projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente Paulo Paim.

Queria cumprimentar os Drs. Fausto Santana, Luiz Márcio e Giovanni Padilha e também os nossos colegas Senadores Simon e Cristovam.

Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de promover este debate, que é indispensável para a Federação. O Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão, em janeiro de 2010, que declarou incons-

tucional a atual partilha do Fundo de Participação dos Estados. De fato, o que o Supremo fez foi acatar algo que estava evidente. A atual partilha foi estabelecida pelos critérios da Lei Complementar nº 6.289, em especial em seu art. 2º. Era patente que os critérios apontados em 1989 para a partilha do FPE eram critérios que atendiam ao casuismo político e não à necessidade técnica do equilíbrio federativo, princípio que deu origem ao FPE.

O FPE é um instrumento surgido no final dos anos 60, é o principal instrumento econômico do pacto federativo. Surgiu com o objetivo de minimizar as desigualdades regionais de uma federação assimétrica, com desenvolvimento regional desigual, como é a nossa. A Constituição de 88 estabeleceu critérios novos para o FPE, tornando os critérios anteriores obsoletos.

Em 1989, surgiu a Lei Complementar nº 62, que estabeleceu os critérios que hoje conhecemos. Só que os critérios estabelecidos então são reconhecidos por diferentes técnicos – inclusive pelo próprio Confaz, permita-me dizer – como baseados no casuismo político e não na necessidade técnica. Tanto é assim que o Supremo Tribunal Federal os declarou inconstitucionais. E, além de ser inconstitucional, é injusta a distribuição, a partilha como era feita. Por conta disso, ou seja, já em decorrência da decisão do Supremo, a atual partilha que temos do Fundo não vale, ela é inconstitucional.

O Supremo deu a esta Casa um prazo, dezembro de 2012, quando o Senado e a Câmara têm de aprovar um novo projeto de lei, apresentando uma nova partilha. Não legislar sobre isso, tenho dito, Senador Paim, é, por parte do Congresso Nacional, o mesmo que prevaricar. Temos de legislar. A atual partilha é inconstitucional, não pode permanecer.

Há dois projetos tramitando nesta Casa, Senador Paim: o de minha autoria, subscrito pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador Aníbal Diniz e pelo Senador Tião Viana, que é o Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2011; e o de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Ambos estão na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e vão tramitar em conjunto.

A iniciativa de V. Ex^a é fundamental, porque inaugura o debate na Casa. É lógico que há uma formulação no nosso projeto e que o projeto da Senadora Vanessa tem outra formulação, embora haja muitas coincidências entre os dois. Mantemos as reservas de 85% e de 15%, que havia na formulação anterior. E diferenciamos, tanto eu como a Senadora Vanessa, em pequenos critérios.

Mas esses dois projetos são a base para o debate. Nesses projetos, pode haver os ajustes que forem necessários. O Rio Grande pode perder um pouquinho

num deles? Podemos fazer um ajuste de critérios, em que se faça justiça, em que o Rio Grande volte a ganhar? São Paulo pode ganhar um pouco?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Perde-se muito, não pouco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, pode perder?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pode-se estabelecer outro critério em que se volte a ganhar.

Esse projeto não pode ser debatido sozinho, mas tem de ser debatido junto com a ideia dos *royalties* do petróleo e também em relação à guerra fiscal. O projeto é o ponto de partida para o debate. Senador Simon, o que o Senado e o Congresso Nacional não podem fazer é deixar de debater, é se omitir. O pior de tudo será se, ao chegar dezembro de 2012, o Congresso Nacional não tiver cumprido a decisão do Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal declarar que a atual partilha do FPE será suspensa. Ou o pior será se o Congresso, em virtude de sua omissão, mais uma vez, deixar que o Supremo Tribunal Federal legisle sobre o tema.

O fundamental, Senador Paim – reitero sua iniciativa, que é importantíssima –, é que possamos debater esse projeto, primeiro, a partir de critérios técnicos. A decisão final é uma decisão política, mas temos de beber na fonte da técnica. Então, por isso, é importante haver essa Mesa, com a presença de diferentes especialistas. E temos de fazer outras audiências para ouvirmos outras pessoas. Temos de ouvir aqui, por exemplo, o Ministro Gilmar Mendes, que foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal que relatou a decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal que declarou a atual partilha ilegal.

Então, como quero que essa discussão seja, prioritariamente, balizada por critérios técnicos, quero transferir, com sua permissão, Senador Paim, para o professor e economista Charles Chelala, formulador do projeto que apresentamos aqui, ex-Secretário de Planejamento do Governo do Amapá, autor de importantes obras sobre o pacto federativo e também, anteriormente, membro das reuniões do Confaz, a exposição técnica dos dados do projeto. E penso que devemos ouvir os demais especialistas. Aí, em seguida, na condição de agentes políticos, poderemos emitir nossa opinião.

O SR. CHARLES CHELALA – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dando continuação aos nossos trabalhos, só peço que o senhor se identifique.

O SR. CHARLES CHELALA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica dentro do tempo do próprio Senador Randolfe Rodrigues. Aqui, não seremos rígidos no tempo, não. O primeiro painelistas usou em torno de 30 minutos.

V. S^a tem a palavra.

O SR. CHARLES CHELALA – Muito obrigado.

Meu nome é Charles Chelala, sou economista, mestre em Desenvolvimento Regional. Coordeno o escritório político do Senador Randolfe Rodrigues em Macapá. Sou estudioso das questões fiscais, especialmente as recentes da repactuação federativa. Já tive oportunidade de coordenar o programa de modernização fazendária do Estado do Amapá e de ter sido Secretário de Planejamento também ali no Amapá.

Nós temos uma pequena apresentação. Vou passar alguns dos pontos aqui.

Acredito que boa parte o Dr. Luiz Márcio falou. Talvez eu consiga ser um pouco mais breve nessas questões que eu vou tratar.

A origem do FPE, como os senhores sabem, remonta a meados da década de 60, basicamente junto com a criação do embrião do que viria a ser nosso principal Imposto sobre Valor Agregado. Foi uma ideia de tentar buscar maneiras de reduzir a desigualdade regional, que se mantinha bastante concentrada junto com a própria receita. Os Estados com maiores condições de arrecadação também aumentariam mais, numa lógica perversa. Então, teria que se buscar uma maneira de tentar redistribuir a receita, principalmente da União, para os Estados que mais...

Então, até 1988, o critério era basicamente esse, 20% do bolo era reservado para Norte e Nordeste, e os 80% distribuídos para todos os Estados, incluídos Norte e Nordeste, nos critérios bem apresentados recentemente pelo Dr. Luiz Márcio, 5% para a superfície e 47,5% de cada um com base na população e renda *per capita* inversa. Esses 80% eram distribuídos com os mesmos critérios, mas aplicados apenas a essas regiões, no caso, a todos os demais.

Podemos passar.

Em 1988, a nova Constituição, por si, adotou uma série de medidas de descentralização federativa, entre elas, foi incluída, no Ato das Disposições Transitórias, a revisão dos critérios do Fundo de Participação e também a ampliação do seu valor de repasse. Isso é importante deixar claro.

Não estou conseguindo passar, se você puder me ajudar. (Pausa.)

Observem que o FPE teve um início de repartição dos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados e sobre Imposto de Renda: iniciou com 10% desses impostos distribuídos para a federação, as unidades da federação, 10% para o FPE e 10% para o Fundo de Participação dos Municípios. Depois houve uma queda, em 1969, como se observa, e aí ele vai, lenta e paulatinamente, crescendo, até a partir da Constituição, quando dá um grande salto. Foi um salto com regra de transição, e chegamos, atualmente, a 21,5% do IPI e 21,5% do Imposto de Renda, destinados à repartição do FPE. Até aí tudo bem. Aliás, talvez uma boa solução para os problemas levantados seria aumentar um pouquinho esse bolo, mas não sei se isso está colocado na ordem do dia.

Aqui é que talvez venha a ser o grande problema: a Lei nº 6.289 criou, no seu art. 2º, primeiro, a reserva de 85% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E estabeleceu critérios absolutamente congelados e individuais para cada Estado. Ao que tudo indica, foi uma concertação política e bem justificada, porque ainda não tínhamos o resultado final do Censo de 1990, que, por sinal, não foi em 90, foi em 91; naquele ano, o censo acabou sendo realizado apenas em 1991. Mas dizia-se o seguinte: vamos aguardar o Censo de 1990 para aí estabelecer os critérios definitivos; então, estabeleceu-se que só em 1992 seriam criados os critérios definitivos. E até daí ficamos com um prazo congelado.

Como o Senador Randolfe Rodrigues falou agora há pouco, no ano passado, foi declarado inconstitucional porque não se cumpria o preceito de redistribuição, de redução das disparidades sociais com esses critérios congelados. Aliás, congelados não são critérios, não sabemos exatamente como se chegou àqueles números, mas foram números absolutamente de uma concertação política.

Aí eles estão: a Bahia com algo em torno de 9,4% do total; alguns Estados com percentuais absolutamente aleatórios, caso típico do Estado de V. Ex^a, 1% redondo; do Espírito Santo, 1,5%, e o Amapá, com 3,4%, equidistante exatamente, na 14ª posição. O Rio Grande do Sul, no caso, com 2,35%.

Pode passar, por favor.

Acho que já falei um pouco disto. O grande problema foi o abandono de critérios dinâmicos. O próprio Código Tributário Nacional acaba sendo melhor que o atual, porque pelo menos são critérios dinâmicos. A variação da renda *per capita* e a variação da população impactam na distribuição. O próprio FPM. Nós criticamos muito o FPM pelos critérios adotados, mas ele varia a cada ano.

Pode passar, por favor.

Já falei também um pouco sobre isto.

Pode passar, por favor.

Eu queria pedir um pouco de atenção dos senhores para este quadro. Este é um quadro interessante, porque nós comparamos a relação entre o repasse do Fundo de Participação dos Estados de 2008 e o ICMS arrecadado para cada Estado.

Partindo do pressuposto de que o FPE vem para reduzir a disparidade regional, para diminuir as desigualdades que durante bastante tempo, podemos até dizer séculos, persistem no nosso Brasil, nós teríamos que identificar aqueles Estados com menor capacidade arrecadatória, que têm que ser um pouco mais beneficiados por conta do Fundo de Participação dos Estados.

Então, nós temos aqui, por exemplo, que a Bahia recebeu de FPE, em 2008, R\$4,2 bilhões e conseguiu arrecadar de ICMS R\$9,5 bilhões. Comparamos com o Amapá. O Amapá recebeu R\$1,6 bilhão de Fundo de Participação dos Estados e arrecadou apenas R\$351 milhões de ICMS. Ou seja, o ICMS é 22% do total arrecadado de FPE. E São Paulo é um exemplo interessante: o ICMS é 158 vezes maior que o próprio FPE. Então, é evidente que aqueles Estados hipossuficientes em arrecadação tributária precisam receber mais.

Quando comparo o Amapá com São Paulo, observamos justiça redistributiva com FPE. Mas, quando comparo o Amapá com a Bahia, o Amapá com o Ceará, o Amapá com Pernambuco, e não apenas o Amapá, mas o Acre, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, vários Estados que, sob esse critério, precisariam ser mais bem aquinhoados de participação do Fundo.

Pode passar, por favor.

Então, o Confaz, logo após a decisão da inconstitucionalidade da lei, montou um grupo de trabalho que se aprofundou durante quase um ano preparando duas propostas basicamente. Uma proposta de equalização e uma proposta de fluxo redistributivo.

A equalização se baseia principalmente nos critérios de receita *per capita* do FPE. Parece justo à primeira vista. Eu pego todo o FPE e distribuo-o por cabeça. No entanto, nada mais injusto, na minha opinião, do que isso. Onde estão as maiores populações? Eu me recordo quando o Senador Cristovam Buarque era Ministro da Educação e teve a iniciativa de reverter os critérios de alocação de vagas para professores. Porque seguiam estes critérios: onde havia mais doutores e mestres, abriam-se mais vagas para professores. Assim, Amapá, Roraima, Acre e Pará nunca conseguiriam tirar esse hiato de distância. Então, essa proposta de equalização, basicamente, passaria, sob o critério de por cabeça, mais renda do FPE para os Estados mais populosos, fazendo justamente o inverso.

A segunda proposta é de fluxo redistributivo. Diga-se de passagem, nenhuma das duas propostas

obteve consenso dentro do Confaz e nem têm condições de obterem consenso lá. As Casas para decidir isso são o Senado e a Câmara, o Congresso Nacional como um todo.

Pode passar, por favor.

O Confaz chegou a esta proposta aqui: haveria três grandes critérios. Um critério de custo, que levaria em consideração o critério territorial e o critério populacional. Um segundo critério seria o social. Esse é bastante interessante. Ganhariam mais os Estados que tivessem maior distância do maior IDH. Aquele Estado que tem maior IDH – nesse caso, o Distrito Federal – não receberia por esse critério, mas o que tivesse na maior distância – provavelmente Maranhão, não tenho certeza – receberia maior parcela sob esse critério, e assim sucessivamente. Mas isso poderia criar um problema, poderia criar uma preguiça, vamos chamar assim, dos Estados. Ou seja, “não preciso desenvolver o meu IDH porque assim recebo mais FPE”. Então, foi atento e colocou um outro item chamado de evolução positiva: ganhariam mais aqueles que evoluíssem mais no seu IDH no decorrer do processo. E finalmente o inverso da renda *per capita*, bem parecido com os critérios do CTN. E ainda haveria um critério econômico, que é o inverso do PIB, mas o PIB bruto e não o PIB *per capita*, e um critério ambiental. Receberiam mais os Estados com percentuais de áreas destinadas a unidades de conservação ou terras indígenas do total do Estado.

Pode passar, por favor.

Junto a esse, pegamos exatamente esse projeto amadurecido, discutido dentro do Confaz e o transformamos em projeto de lei, incluindo um item de critério ambiental, o item saneamento. Estados principalmente da periferia padecem desse problema; o seu principal problema é saneamento. Então, entra mais um item, que é percentual de cobertura de água tratada e percentual de cobertura de esgoto. Mantêm-se os 85% de reserva de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas propusemos a retirada do Distrito Federal geograficamente do Centro-Oeste, partindo do pressuposto de que assim atende melhor aos critérios de redistribuição.

Pode passar, por favor.

Aqui, rapidamente, observam-se as variáveis sociais, as variáveis de custo e as variáveis econômico-ambientais. Distância do IDH, variação do IDH e renda *per capita*. População, área de saneamento ambiental e PIB.

Pode passar, por favor.

Aqui a distribuição dos pesos: 25%, 10%, 13%, 22%, 5%, 10%, 5% e 10%. Ou seja, na variável econômico-ambiental, 25% do total. Aqui 27%. E na variável social, nós teríamos 35% e 48% do total.

Voltando ao que o Senador Randolfe falou há pouco, eu acredito que este é o centro da discussão. São esses os critérios, são esses os pesos, mas o importante é que haja critérios. Nós estamos propondo um amadurecido, depois de um ano de debate, e que tende a ter a maioria.

Pode passar, por favor.

Aí entra, Senadores, um debate interessante: quais são os Estados que ganham e quais são os Estados que perdem.

Nós temos em variação percentual esses Estados que ganhariam mais e aqui, em variação percentual, os Estados que perderiam um pouquinho mais.

Pode passar, por favor.

Nós temos dois Estados que realmente ganham; dez Estados que perdem e digamos que o Pará empata.

Este não é um projeto casuístico, não joga o Amapá lá para cima. O Amapá fica numa colocação justa. E parece, no nosso entendimento, que o Estado que mais ganha é Rondônia, seguido de Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul, Acre. São Paulo ganha. Enfim, Mato Grosso. Porque são critérios que jogam... Não é contra o Nordeste, os Estados do Piauí, de Alagoas ganham, enfim. O próprio Distrito Federal, apesar de ser retirado geograficamente do Centro-Oeste, ainda ganha em relação ao que receberia hoje.

Pode passar, por favor.

Numa simulação para o FPE de 2010, nós teríamos esta situação: o Pará, mesmo perdendo ou, digamos, empatando, seria o primeiro a receber. Hoje recebe R\$2,980 milhões e passaria a receber R\$2,6 milhões. Rondônia seria o segundo colocado no *ranking*, vamos chamar assim, e passaria de R\$1,3 milhão para R\$2,5 milhões, ganhando. E cada um desses itens são os que teriam maiores ganhos e maiores perdas.

O Amapá passaria, no caso, do 14º para o 9º colocado.

O Distrito Federal já era o 27º e continua como o 27º, ganhando um pouquinho mais nessa simulação.

Pode passar, por favor.

Esta é uma questão interessante, que é a variação na ordem do *ranking*. Observe que, em alguns casos, há grandes variações, mas, na maioria, mesmo os que têm maiores perdas, continuam no alto do *ranking* com essa simulação, sendo que alguns não variam, especialmente os de baixo, no *ranking* de distribuição.

Pode passar, por favor.

Este é um quadro extremamente importante, que alerta para a questão que o Senador Randolfe levantou. Este é o grau de dependência dos Estados em relação ao repasse do FPE sobre a sua receita corrente e coloca como que uma espada de Dâmocles sobre a cabeça desses Estados. Se o FPE, hoje, é inconstitucional e

corre um prazo para que ele realmente seja proibido de ser repassado, sob pena de crime de responsabilidade da União se repassar aos Estados, isso significa nada mais, nada menos que 60% de toda a receita que o Executivo do Amapá circula. Para Roraima é 54%, para o Acre, 50%. Para nós, é algo de suma gravidade e nós vemos isso com bastante atenção. Por isso temos urgência em puxar este debate.

Numa simulação, conseguiríamos, mantendo-se a média de arrecadação dos últimos anos, anular toda e qualquer perda nominal. Com a regra de transição, mesmo os Estados que mais perderiam não teriam perdas nominais. Teriam perdas relativas porque, no primeiro ano, apenas 10% do projeto de lei seriam aplicados, 90% manteriam o critério anterior. No segundo ano, 20, 80; 40,60; 60, 40. Só a partir do sexto ano seria definitivamente aplicado. Ou seja, a evolução da receita do IPI e do imposto de renda anularia toda e qualquer perda nominal de todos os Estados, segundo a simulação, mesmo os Estados que mais perdem.

Ele é baseado num estudo técnico exaustivo. Apesar de o Senador muito me honrar e dizer que eu sou autor desse projeto, na verdade, nós apenas consolidamos o estudo do grupo de trabalho do Confaz, acrescentamos um ponto que nos pareceu extremamente justo, mas ele é baseado num critério exaustivo de debate. Ele resolve a base da inconstitucionalidade, porque muda de acordo com os parâmetros, é redistributivo, corrige as distorções, traz ganhos para os Estados injustiçados da partilha anterior, da partilha congelada atual e tem grande chance de obter a maioria do Congresso porque me parece que ele está bem fundamentado para assim avançar.

Pode passar rapidamente.

Algumas das repercussões da mídia nacional. Fomos brindados com uma página do *Valor Econômico*, onde o Secretário Andrea Calabi até se irmana na defesa do projeto do Senador; um editorial do jornal *O Estado de São Paulo*.

Esses, os nossos contatos, caso tenham alguma dúvida.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Charles, que complementou a exposição do Senador Randolfe Rodrigues.

Já tivemos contato com a assessoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que também solicita que ela tenha, numa oportunidade – e terá –, o mesmo espaço para o debate.

Já está conosco a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que vai também participar do debate e vai usar a palavra no momento que entender mais adequado, como é assegurado a todos os Senadores.

Vamos passar a palavra, agora, ao Dr. Fausto Santana, coordenador do escritório da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, aqui em Brasília, que representa o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário da Fazenda de Minas Gerais.

O SR. FAUSTO SANTANA – Bom dia, Presidente, bom dia a todos os Senadores e presentes. Apesar de a placa aqui indicar Brasília, eu coordeno o escritório da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, aqui, no Distrito Federal.

Acho que foi bem colocado, tanto pelo representante do Secretário de São Paulo, como pelo Senador Randolfe e por esta última apresentação agora. A preocupação de Minas, sinteticamente falando, se dá em quatro pontos. Qualquer critério novo, qualquer metodologia nova implicará ganhos e perdas. Então, o projeto do Senador Randolfe, ou outro projeto, ou aquele que ficar acordado, consensuado no Congresso, deverá instituir uma forma de compensação por um prazo, assim como a Lei Kandir o fez, de forma a não gerar prejuízos imediatos aos Estados que tiverem perdas. Muitas vezes, o Estado pode estar numa situação mais vantajosa em relação ao FPE ou menos vantajosa, mas ainda com recurso. Mas qualquer perda hoje é significativa. O arrocho fiscal é uma situação de fato na Federação.

Outro ponto que é importante também e que foi discutido lá em Minas Gerais é a questão de um fundo, de uma reserva para períodos de crise econômica, para momentos de baixa de arrecadação, principalmente desses dois tributos que compõem a base do FPE. Esse fundo poderia ser feito até com uma suplementação de receita da União e poderia até implicar alguma alteração constitucional. Mas, como o prazo é pequeno para a gente trabalhar as alterações que o Supremo determinou, precisaria a gente chegar talvez a uma alíquota dentro dos 21,5% que pudesse ser reservada para momentos de uma perda significativa da receita desses dois tributos.

Outra questão que o Senador Randolfe falou, que acho muito relevante, é a questão dos *royalties* do petróleo e a questão da reforma tributária, que não têm prazo para serem concluídas. Os *royalties* poderão mudar muito, vamos dizer assim, a posição relativa dos estados. A questão da reforma tributária, especificamente em relação ao ICMS, também pode mudar muito a posição relativa e a situação econômica dos estados, na medida em que eles forem sendo aprovados, porém isso poderia, de certa forma, prejudicar a metodologia que foi implantada.

Uma proposição para discussão – e a Casa é que tem esse poder – é a questão de um modelo transitório. Esse modelo transitório, até que se fixem as regras de

transferência dos *royalties*, até que se defina melhor a questão da reforma tributária e o peso dessa reforma no equilíbrio socioeconômico dos estados, poderia, atender à demanda do Supremo nesse primeiro momento. E depois, sim, poderia ser formatado com mais tempo o modelo, uma metodologia de distribuição que atendesse realmente aquilo que a Constituição prevê, que é a melhoria da relação socioeconômica entre os entes federativos. Então, Minas se prende a essas três preocupações.

Qualquer metodologia hoje... Acho que aquela que está sendo exposta no projeto do Senador Randolfe tem os seus méritos, embora ainda enxerguemos que essa separação de estados entre regiões não é uma função do FPE; acho que a questão é socioeconômica individual de cada unidade federativa, e não regional, até porque essa realidade regional já mudou um pouquinho em relação ao momento em que foi criado esse indicador. Mas poderia haver um modelo de transição, e depois, assentadas as questões dos *royalties* e da reforma tributária, poderíamos partir para um modelo definitivo, que atendesse melhor as condições socioeconômicas das unidades federadas naquele momento.

Basicamente, Presidente Paim, essa é a preocupação de Minas Gerais. Não queremos trazer um modelo. Isso é uma discussão complexa, porque, em cada indicador que se coloca, algum estado perde; em cada indicador que se retira, algum estado pode perder ou ganhar. Minas Gerais teria uma perda nesse projeto do Confaz em torno de R\$500 milhões, R\$600 milhões, o que não é pouco. Embora seja uma porcentagem de 4 vírgula alguma coisa, uma dízima, de representação hoje do FPE sobre o ICMS, R\$400 milhões, R\$500 milhões, R\$600 milhões são muito significativos hoje para os estados.

Outra questão é a utilização do fundo no custeio das despesas do estado como receita corrente. Isso também é uma preocupação, porque talvez o fundo pudesse ser aplicado mais em infraestrutura, porque ele não se torna um gasto permanente. Quando você constrói uma estrada, uma escola, uma obra pública, aquele gasto tem um período, e depois você deixou lá uma obra pública instalada, e não há a perenidade do gasto, como gasto com pagamento de salários a servidores, essas coisas todas.

Então, basicamente, o que Minas propõe é a preocupação de levar esses fatores em consideração no projeto que for discutido no Congresso: a questão de um fundo de reserva, a questão da compensação para os Estados que perderem, a questão de um plano de projeto de transição até a Casa definir melhor a questão dos *royalties* principalmente e da reforma tributária, e a questão depois de metodologia, uma discussão que

a Casa deve chegar a um acordo com o tempo, tendo um tempo maior de discussão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Fausto Santana, que mostra suas preocupações com o Estado de Minas Gerais, tendo um prejuízo, eu diria, em torno de R\$500 milhões, e que apontam um fundo de compensação para os Estados que passam a ter prejuízo na sua arrecadação.

Passo a palavra neste momento, então, ao Dr. Giovanni Padilha da Silva, que aqui representa o Sr. Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – Bom dia a todos, em especial ao Senador Paulo Paim, cuja iniciativa quero saudar. Creio que é um momento oportuno para começarmos esse debate, para aprofundarmos esse debate que já se estende há algum tempo no âmbito do Confaz.

Tive o privilégio de ser coordenador do Confaz, do grupo que está fazendo esse estudo, que foi demandado a partir da decisão do Supremo, para tentar encontrar uma solução que fosse agradável e que se ajustasse aos interesses de todos os estados. Eu confesso, Senadores, que já fui mais otimista no início do trabalho, sempre com aquele ímpeto de vislumbrar um grande encontro de interesses que fosse de fato oportuno para todos. Mas, com o passar do tempo, confesso que estou sendo um pouco cético, porque, na verdade, o Confaz não terá condições de chegar a um acordo, no meu ponto de vista. Poderá se esforçar, o grupo se reúne frequentemente, tem apresentado várias soluções técnicas que poderão ser apresentadas aqui com mais detalhes ao Senado, sempre que solicitado.

Entretanto, é evidente que, como é um acordo, não é razoável imaginar que qualquer secretário de estado vá, de fato, assinar, concordar com um arranjo em que ele vá ser perdedor. Isso tem um custo político que inclusive invade a seara dos senhores, não é do meu conhecimento, mas é evidente que, como acordo, isso dificilmente vai ocorrer. Então, possivelmente, esta Casa é que terá que se debruçar sobre esse assunto e que vai trazer, de fato, a solução definitiva.

O que ocorreu naquela outra circunstância, naquele outro momento após 1989, é que os grandes estados, os estados produtores, fizeram uma concessão, admitindo a hipótese de ficarem com 15%, porque, na negociação, ficariam com o ICMS na origem, porque havia uma disputa de o ICMS ficar um pouco mais no destino ou na origem. Então, este foi o acordo: “Fico com menos parte de participação no FPE, e, em troca, o ICMS continua na origem.” E era um cenário muito menos turbulento, muito mais visível do que o atual. O

atual é um cenário extremamente complexo para se chegar a um acordo.

Eu citaria, no mínimo, três variáveis: a questão do pré-sal. Quanto a questão do pré-sal, a Emenda Ibsen coloca aquela variável, vinculando a partilha aos índices do FPE. É como se os índices do FPE pudessem, de fato, responder a todo processo redistributivo do País, que nós veremos que ainda é extremamente insuficiente. Mas isso coloca uma variável basicamente no seguinte sentido: de quanto estamos falando? Qual será o eventual prejuízo ou ganho no futuro? Nem a Petrobras hoje pode nos dizer exatamente de quanto estamos falando. Então, imaginem isso se colocado à mesa. Eu posso, muitas vezes, fazer uma concessão de x milhões, se eventualmente eu tiver uma recompensa no ICMS, como foi aquele acordo de 1989. Mas, hoje, de quanto estou abrindo mão? Então, essa é uma variável terrível, muito difícil de ser equalizada.

E o outro aspecto, que diz respeito àquele episódio de 1989, é que o congelamento também se deu em patamares absolutamente irreais, de forma que sobretudo os ex-territórios passaram a receber de forma desproporcional aos demais. Hoje, quando se faz qualquer cálculo relativamente razoável que tente atender a alguns critérios, fica completamente fora da linha. É muito difícil de se fazer esse arranjo. Portanto, acho que o trabalho realmente vai ser muito árduo, no sentido de tentar achar esse grande acordo.

Outra questão que eu gostaria de enfatizar, que acho importante neste momento, é que, se analisarmos os modelos que existem hoje no mundo, na verdade, existem duas grandes formas de trabalhar esse assunto. A questão dos fundos redistributivos é inerente a qualquer federação. Todas as federações no mundo invariavelmente têm. É uma forma de o Estado ter a possibilidade de fazer essa política redistributiva. Só que o desenho utilizado em cada Estado é completamente diferente. Nós estamos partindo aqui – em que pese a nobre iniciativa do Senador Randolfe – de uma lógica preconcebida, ou seja, de que nós adotaremos o que se chama de fluxo redistributivo, que usa uma série de critérios. Eu, particularmente – não falo em nome do meu estado, e sempre me manifestei particularmente em meu grupo –, acho que é desagradável, eu fico pouco à vontade, no mínimo, quando se colocam critérios sem discutir a ideia. O critério tem de ser submisso ao conceito, e não o contrário. Não adianta colocarmos uma série de critérios que muitas vezes, inclusive, talvez conflitem com outras políticas. Por exemplo, será que não existe política de saneamento, será que não existe política indígena, para que mais um tanto disso? E acaba enfraquecendo outras políticas, ou acaba perdendo um pouco da lógica total.

Então, países desenvolvidos... E não podemos copiar mecanicamente modelos de outros países, mas, quando países desenvolvidos fazem coisas boas, temos que, no mínimo, ter alguma atenção com esses modelos. Então, estamos falando aqui da Alemanha, da Austrália, do Canadá, da Espanha – timidamente, mas também –, que usam modelos que são sistemas de equalização. Eles partem da lógica de que o núcleo é o indivíduo, ou seja, temos de oferecer receitas *per capita* mais ou menos niveladas para cada cidadão, não interessa onde ele esteja – evidentemente que agregados em estados. Essa é uma lógica.

A outra lógica é a do fluxo redistributivo, que, no meu ponto de vista, padece de um grande problema: são os pesos. Por que 10% para reserva indígena, 15% para a saúde? Por quê? De onde saíram esses números? Eles caíram assim? De fato, podemos aproximar e identificar na sociedade, por suas carências, algo que justifique esses números. Não estou dizendo que é impossível. Mas eu não fico à vontade quando se atribui uma série de variáveis que, no meu ponto de vista, ainda padecem de uma boa sustentação técnica.

Para começar com uma contribuição, eu ficaria por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Giovanni Padilha da Silva, Subsecretário-Adjunto da Receita do Estado do Rio Grande do Sul, que representa aqui o Sr. Odir Tonolier, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste momento, nós passamos a palavra aos Srs. Senadores, mas, antes, registrando a presença aqui conosco da Sr^a Marisa Durães, Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda; bem como da Sr^a Ana Paula Vescovi, Diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, do Espírito Santo, acompanhada, também, da Sr^a Mirta Sataka; também a presença de Luciane Diniz, Superintendente da Representação de Goiás no DF, acompanhada também de Cássia Mendes.

Com a palavra o Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu apenas digo a V. Ex^a, nós da delegação, V. Ex^a, a Senadora Ana Amélia e eu, estamos realmente preocupados com essa questão. O jovem Senador do Amapá, que veio com a melhor das intenções, teve coragem e brilho de fazer o que a gente ainda não fez, que é essa tentativa de reforma. E ele tem autoridade, e é melhor fazer e ser criticado a não fazer para não querer ser criticado.

Nós aqui estamos esperando a voz do Rio Grande do Sul. V. Ex^a fez a sua exposição, mas a Ana Amélia,

eu e o Paim ainda não sabemos o que o Governador Tarso e o Secretário da Fazenda pensam.

Nós recebemos uma carta que o Deputado e Líder Giovani Feltes mandou ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário da Fazenda, mostrando a situação, de que o Rio Grande do Sul ficaria com as emendas que estavam tramitando aqui em uma situação muito negativa, perdendo um bom bocado.

Eu falei pessoalmente com o Governador e com o Secretário da Fazenda, e o nosso Presidente da Comissão houve por bem fazer essa reunião. O debate está avançando, mas nós ainda não sabemos a posição do Rio Grande do Sul. Nós não gostaríamos de avançar o sinal, assim, sem conhecer. Podemos até divergir, não somos obrigados a seguir fielmente, mas nossa vontade é de seguir fielmente, aqui nós podemos nos identificar.

Eu acho que o governo do Rio Grande do Sul está tendo uma atuação muito importante. No editorial do *Zero Hora* de ontem – V. Ex^a deve ter lido – faz algumas restrições, porque durante muito tempo o governo do Rio Grande do Sul fez oposição ao governo Federal; parecia até uma mania do Rio Grande do Sul, o governo está de um lado e o nosso Estado do outro. E agora havia uma expectativa muito grande, porque o Governo Federal e o governo do Rio Grande do Sul estavam juntos, e não somente no próprio partido, a Presidente, embora mineira, teve toda a sua vivência política feita lá no Rio Grande do Sul. E nós estamos vendo algumas notícias, que inclusive a jornalista do *Zero Hora* publicou ontem, de alguns cortes difíceis, como para a rodovia do Parque, a segunda ponte sobre o rio Guaíba, sujeitando a Porto Alegre ficar isolado. Então, ela comenta... Acho até que ela foi exagerada, não digo exagerada, mas precipitada; pois não me passa pela cabeça que não haja uma identidade entre o Governo Federal e o governo do Rio Grande do Sul; e não me passa pela cabeça que a Presidenta Dilma não tenha o maior carinho e a maior preocupação com o governo do Rio Grande do Sul; não digo mais que aos outros, mas igual aos outros.

Mas essa matéria da jornalista Rosana Oliveira chamou muito à atenção. Até o meu assessor telefonou para ela para ver no que ela se baseava para fazer essa discussão. Nós estamos vivendo um momento delicado. Por exemplo, nós nunca imaginávamos que o carvão fosse cair fora do último leilão; uma coisa absurda, ridícula, incompreensível. Até é um deboche para nós, pois o último dia para nós era 20 de setembro, esperamos para não precisar trazer tropa para cá. Mas é um movimento. A bancada do Rio Grande do Sul, Senadores e Deputados – era uma reunião da bancada, e nós três estávamos lá –, pediu ao seu

para marcar uma audiência com a própria Presidenta. Eu me neguei a ir a uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, é uma pessoa muito importante do meu partido, mas é mais ou menos como eu e não é ele quem irá ditar problemas com o carvão, porque a nossa Presidenta da República foi durante quatro anos Secretária de Minas e Energia do governo Collares; Secretária de Minas e Energia do Olívio por quatro anos, e Ministra de Minas e Energia por seis anos. Então, ninguém mais do que ela – e pedimos uma audiência com ela, estamos esperando que ela marque; e estamos esperando que o Governador Tarso marque também – para debater uma das matérias que é exatamente esta. A outra, que está deixando o Rio Grande do Sul angustiado, é esta de que os cortes verificados para o parque praticamente deixaram a zero o Rio Grande do Sul. Algumas obras que são fundamentais para o Rio Grande do Sul foram excluídas.

Outra questão é esta que está sendo discutida aqui. O querido, brilhante Senador do Amapá, nosso bravo companheiro apresentou um projeto da maior importância; a ilustre Senadora do Amazonas apresentou outro projeto da maior importância. Agora nós, do Rio Grande do Sul, estamos angustiadíssimos; nós não queremos avançar... o Paim é companheiro de partido, mas nós dois não somos; nós queremos saber o pensamento do Rio Grande do Sul. E aí somos surpreendidos por uma carta do deputado ao governador, dura, enérgica, cobrando do governador uma posição. Essa posição já era cobrada com relação ao pré-sal. Aí, até ficamos assustados, porque o governador anunciou que iria dar a resposta dele a respeito do pré-sal no dia 20 de setembro, durante o cortejo. Nós achávamos que ele iria fazer um movimento até mais exagerado. Mas ele foi tranquilo, tanto que a gente não sabe ainda qual o pensamento dele, ele só disse que tem que fazer uma justa distribuição para todos. Agora, como deve ser nós ainda não sabemos. Eu até acharia, se V. Ex^a e a Senadora concordarem, que deveríamos convidar nesta ou em outra Comissão o Governador Tarso Genro para vir fazer um depoimento no Senado sobre essa situação. Acho que seria muito importante e eu vou conversar depois para ver se seria a nossa Comissão e mais alguma. Mas acho que tem que haver esse debate; ele tem que dizer, e eu tenho certeza de que ele vai dizer aqui. Por exemplo, com relação ao carvão, eu não aceito o que aconteceu. Sinceramente não aceito. Eu já disse mil vezes que se o nosso carvão estivesse em São Paulo há muito tempo já teríamos exploração total. Agora, parado ali, sem poder mexer? É só porque está no Rio Grande do Sul, só porque está na metade sul do Rio Grande do Sul.

Então, eu achava interessante, com todo o respeito, nós fazermos o convite ao Governador Tarso para S. Ex^a vir fazer um depoimento no Senado sobre a situação dele. Tenho certeza de que falo em nome da Ana Amélia e em nome de V. Ex^a, para que nós três façamos isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Simon.

De imediato, vou passar a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria uma informação, Senador Paim, para acelerar a exposição dos convidados. Tenho questionamentos a fazer a respeito da matéria, endossando integralmente tudo que o Senador Pedro Simon falou a respeito do que nós podemos fazer para ajudar o Estado.

Mas tenho questões pontuais ao subsecretário e também ao Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendo que o momento é agora, porque aí facilita. V. Ex^a já pode usar da palavra; faz os questionamentos e todos responderão no final, tanto ao Senador Simon como também a V. Ex^a.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito.

Prestei atenção aqui, porque foi uma abordagem genérica que fez o nosso subsecretário do ponto de vista conceitual de como foi montado o projeto do Senador Randolfe, e questionando os critérios usados na elaboração desse projeto.

A mensagem a que o Senador Simon se refere tem um dado específico dizendo “conforme o projeto proposto, nessas proposições, tem como principal critério de definição, do coeficiente de cada Estado, o inverso da renda *per capita*”. O coeficiente do Rio Grande do Sul passaria para 1,3207, ou seja, reduziria em mais de R\$500 milhões os recursos do FPE para o Rio Grande do Sul, praticamente metade dos recursos destinados ao Rio Grande do Sul atualmente.

Neste caso, como diz a correspondente do Deputado Giovani Feltes, referida pelo Senador Simon, apenas para demonstrar o impacto previsto, em quatro anos, o Rio Grande do Sul perderia cerca de R\$2 bilhões, o mesmo montante que está agora sendo buscado pelo governo do Estado junto ao Banco Mundial e ao BNDES para financiamento de projetos importantes no Estado.

Aí, solicitei à Consultoria Legislativa do Senado uma avaliação sobre isso. E até agradeço aqui, publicamente, ao Carlos Alexandre Amorim Rocha, que é Consultor Legislativo. Ele praticamente confirma as

perdas que o Rio Grande do Sul terá. Aliás, o consultor do Senador Randolfe, também, pelo gráfico que mostrou, ficou clara a posição do Rio Grande do Sul. E, no caso da Consultoria Legislativa do Senado, de fato, a variação a menor para o Rio Grande do Sul em relação à receita do FPE será de menos 43,1%.

Considerando toda situação financeira do Estado, que não é nada boa, não só do comprometimento da sua receita líquida com a renegociação da dívida com a União e de outros comprometimentos, fica complicado para o Estado ter ainda agora uma situação de redução da sua receita.

Penso que discutir uma matéria dessa natureza, que envolve questões federativas, como a questão do pré-sal da mesma forma envolve questão federativa, ou nós fazemos um debate, um rearranjo da questão federativa, e aí entramos com todas essas questões, ou vamos fazer uma reforma do sistema federativo brasileiro, fatiada por pré-sal, *royalties*, pelo projeto do Senador Randolfe, e aí vai ficar de novo uma situação esdrúxula, institucionalmente falando, e até do ponto de vista de repartição da partilha desses recursos, que hoje continua desequilibrada, a União concentrando 60% dos recursos, os Estados, pouco mais de 20% e os Municípios muito menos, os chamados primos pobres da Federação.

Só digo agora – queria lembrar para os senhores – que estamos com o Senado na iminência de votar o que a Câmara votou há pouco da Emenda 29, que está para ser regulamentada há muitos anos. O que acontece com a Emenda 29? Hoje os Municípios, que desde a Constituição de 1988 até agora tiveram uma redução sensível nas suas receitas, em contrapartida, tiveram um aumento das suas competências ou responsabilidades. Cem por cento dos Municípios do Rio Grande do Sul aplicam, da sua receita líquida, mais do que determina a legislação em saúde pública. A média é de 22%, mas alguns Municípios, como o de Panambi, administrado por um prefeito do meu partido, aplica 35%, e o Estado, menos de 6%.

Então, se os Municípios conseguiram, mesmo com redução da sua receita e dos repasses que têm do FPM, aplicar esse percentual, por que a União não faz o dever de casa? E vai agora querer discutir de novo o aumento de uma nova contribuição como fonte de financiamento para a saúde para justificar a aplicação da Emenda 29.

São esses pontos que me preocupam muito, considerando no Estado do Rio Grande do Sul – o Senador Pedro Simon governou o Rio Grande – os governos se sucedem e os problemas continuam. Não é um problema do Governo Tarso Genro, agora, que não aplica nem 6% em saúde; os governos anteriores

também não aplicavam. Nem Yeda, nem Rigotto, nem Britto; não aplicaram isso. Então, essas são as minhas questões, e saber que ações técnica e política, Subsecretário Giovanni Padilha, estão sendo feitas para encaminhar uma discussão tão séria quanto esta, não só em relação ao projeto do Senador Randolfe, mas também em relação ao próprio *royalty* do pré-sal.

Nem falo nas questões todas abordadas pelo Senador Simon, que está carregado de razão. Tem muita matéria relevante, a duplicação da BR-116, em Pelotas, a questão da inclusão do carvão mineral no leilão A-5, a questão da Rodovia do Parque, região metropolitana, e tantos outros projetos.

A comissão que esteve em Porto Alegre visitando as obras do PAC voltou alarmada, Senadora Lídice da Mata, da Bahia, e os Deputados Federais, inclusive o nosso Danrley, ficaram alarmados com a situação do Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre. E, ontem, o Presidente da Infraero declarou que ele realmente não tem condições de aguentar mais tempo. Sem Copa do Mundo. Imaginem com Copa do Mundo.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, cumprimentando-o pela oportuna iniciativa de chamar uma audiência pública para debater, em tempo recorde, um tema que agrava tremendamente a situação financeira do nosso Estado, o seu, Senador Simon, o meu, do subsecretário, a partir dessas alterações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos, Senadora Ana Amélia.

Vamos passar para as respostas dos nossos convidados.

Quero dizer que essa iniciativa surgiu a partir daquela reunião que tivemos os três e que pedimos para o Senador Simon e ele fez contato no momento com o Governador Tarso Genro; e a partir daí percebemos que outras comissões já tinham aprovado requerimento para audiência pública. Por isso os três Senadores estão aqui, para começar o debate, preocupados, e eu assino embaixo das colocações de ambos. V. Ex^{as} são muito felizes e mostram que não tem nada a ver com a questão partidária. Esse problema é antigo no Rio Grande do Sul, só que nós, de fato, estamos no aguardo desse novo momento e que haja o retorno adequado para nosso Estado.

Parabéns a ambos. Estamos caminhando juntos.

Passo de imediato a palavra para o Giovanni Padilha, que aqui representa o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – Obrigado pela oportunidade de complementar as informações, Senador. De fato, fui bastante amplo, fiz uma abordagem mais teórica, mais técnica, para que pudéssemos fazer a reflexão de uma forma mais ampla.

Efetivamente, os prejuízos ao Estado do Rio Grande do Sul, como de resto a muitos Estados, são significativos. Mais do que ninguém, nós sabemos a nossa situação, o nosso déficit estrutural, todos os problemas que temos passado e a dificuldade de superar esses entraves.

O prejuízo que nós teremos – já tinha sido aqui identificado e salientado pelo Senador Paulo Paim – é da ordem de R\$500 milhões. É fácil fazer esse cálculo porque o Fundo de Participação distribui em torno de R\$50 bilhões/ano, um cálculo bastante grosseiro, R\$50 bilhões por ano, e, evidentemente, 1%, em torno de R\$500 milhões. O Rio Grande do Sul, saindo do percentual de 2.35% para 1.37%, está perdendo algo em torno de R\$500 milhões, e todos podem fazer esse cálculo.

Mas, qual é a posição efetiva do Rio Grande do Sul? Posso tranquilizar todos os Senadores do meu Estado que temos tido uma participação muito forte no âmbito do Confaz. Tive o privilégio de coordenar o grupo no ano passado. No momento que tive que assumir na administração do Estado, abandonei a coordenação do grupo, mas ficamos, mesmo assim, mantendo uma participação muito efetiva, de forma a sempre estarmos atentos a todos os movimentos, a todos os modelos e todas as combinações que aparecem no âmbito do grupo. Algo que quero manifestar mais uma vez – fico um pouco à vontade – é que, no decorrer do trabalho, foram aparecendo variáveis que, no início do ano, não existiam, como se fosse para superar problemas específicos de políticas públicas. Então, isso, do meu ponto de vista, tem desqualificado um pouco o trabalho.

Mas, de qualquer forma, o último número que nós chegamos e que será apresentado no Confaz, em Manaus, casualmente nesta sexta-feira, indica um número favorável ao Rio Grande do Sul, em torno de 2,7, que é superior ao 2,35, que nós temos hoje. Evidentemente, esse é um número que ainda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – Sim; 2,7.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – É, 1,3.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – É dois ponto...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Praticamente dobra, de 1,3 vai para 2,7.

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – É, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANNI PADILHA – Atualmente, nós...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Vai aceitar a proposta dele, não é? *(Risos.)*

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vai ter o nosso voto.

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – Não é a minha proposta, mas é a proposta que hoje, praticamente, reduz muito o número de perdedores. Não há como, numa conta de 100%, alguém vai perder. Mas, pelos cálculos que têm chegado – os técnicos e aqui meu amigo Luiz Márcio também me confirmam – cada vez reduz o número de perdedores, quer dizer, tentando agradar ao máximo de pessoas e viabilizar o acordo, mas sempre tendo alguns perdedores.

De qualquer forma, nesse último número que nós chegamos, fica próximo desse percentual de 2,7. E essa é uma estimativa efetiva que nós temos realizado, respondendo, então, às questões dos Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – Isso, atual 2,35.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra aos nossos convidados. *(Pausa.)*

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, acho que estamos indo num bom caminho na discussão, e o fundamental é isso. O projeto está na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. É para ser debatido, e eu queria aqui reiterar a iniciativa do senhor e da Bancada do Rio Grande do Sul de termos inaugurado esse debate. Nós não podemos é ficar na letargia aqui no Senado e não debater o tema. Voltando ao termo já usual da espada de Dâmoles sobre nós pesando: é uma decisão do STF. A decisão do STF foi em janeiro de 2010. O STF deu 36 meses para resolvermos o tema. Não podemos ficar...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (...) tentar fazer nos últimos quinze dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exatamente. Nós não podemos ficar com cara de paisagem, Senador Simon, vendo o tempo passar – já decorreram 19 meses – e o tema não ser resolvido.

Eu acho que temos de partir de alguns parâmetros. O primeiro deles é a Constituição. O Senador Simon a fez, ajudou a fazê-la, construiu-a e sabe que ela está sobre nós. Então, o FPE está na Constituição, art. 159, que fala primeiro de onde são os recursos provenientes para a constituição do FPE e depois o art. 161, no inciso II, diz que cabe à lei complementar definir a partilha do FPE, “estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos pre-

vistos em seu inciso I”, ou seja, do FPE, “objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios”.

A Constituição estabeleceu isso porque partiu de um pressuposto: nós não somos Europa nem somos um Estado unitário europeu. Nós somos uma federação assimétrica, com formação díspar, uma federação que teve uma constituição histórica, inclusive, totalmente diferente. Foi uma obra da genialidade brasileira, que nos constituiu federação, foi a Revolução Farroupilha, no Rio Grande; foi a Cabanagem, no Pará; foi no Amapá a luta contra os franceses, que queriam se apossar do Amapá, e a luta para querer ficar no Brasil; foram as foices de Plácido de Castro e seus seringueiros no Acre. Então, é uma federação assimétrica que tem uma constituição histórica assimétrica e que tem assimetrias na sua formação. O desenvolvimento econômico nos séculos XVIII e XIX e no começo do século XX foi maior no centro-sul do País e constituiu um desenvolvimento econômico maior no centro-sul do País com uma concentração do desenvolvimento econômico em São Paulo.

Eu, particularmente, quero aqui destacar: na formulação final do projeto, não é justo alguns Estados receberem menos e São Paulo, que tem uma dependência maior do ICMS e uma dependência menor do FPE, receber mais. Não é justo! Isso é assimétrico em relação à federação. Mas isso é o resultado só da ideia minha, do Professor Chelala? Não. Isso foi resultado do que pegamos de debate no Confaz e de alguns critérios que estabelecemos. E me permitam, os critérios: eu sou da premissa de que a política precede a técnica, por isso que a Casa de decisão não é o Confaz, é o Congresso Nacional, é a Câmara e o Senado juntos.

Nós podemos partir da premissa de que vale o indivíduo, então vamos estabelecer como critério principal a renda *per capita* – a lógica, inclusive, liberal, pressupõe isso, o indivíduo é a premissa. Mas não é a lógica da Constituição. A lógica da Constituição respeita o indivíduo, mas cria no Brasil um Estado de bem-estar social. E cria e estabelece como um dos princípios da República Federativa do Brasil, no art. 1º, sanar as desigualdades regionais. Se fosse somente a lógica individual que preponderasse, quem mais deveria receber FPE seria São Paulo, que tem concentrada a maior parte da população brasileira. A lógica não é essa e não é essa a lógica consagrada na Constituição. A lógica e o princípio constitucional – reitero – é sanar as desigualdades regionais.

O fundamental aqui é inaugurarmos o debate e o projeto caminhar, ir para a Comissão de Assuntos Econômicos, ter emendas, ter novos critérios.

Vi com muita felicidade o que estabeleceu aqui, tenho pleno acordo no que o Dr. Fausto Santana falou, e a Senadora Ana Amélia também reiterou aqui: esse debate não pode ser isolado. Aí se debate de um lado o pré-sal; debate-se de outro lado a guerra fiscal, a reforma tributária, e se debate, de outro, o FPE. Não tem como fazer uma conta de soma zero ou de soma cem no final. Nas três formulações, um Estado perde, outro ganha; nas três formulações, um Estado ganha, outro Estado perde. Vamos debater juntos as três ideias, vamos fazer sistema de compensação.

Nesse mesmo projeto do FPE, nós estabelecemos uma fase de transição de oito anos. Podemos estabelecer – vamos debater – uma fase de transição maior, se for o caso, para que um Estado que venha a perder no FPE possa, na fase de transição, ganhar na nova divisão dos *royalties* do petróleo ou ganhar em relação ao acerto quanto ao sistema tributário. E vamos debater outros critérios. Agora, nós temos um parâmetro para os critérios. O parâmetro para os critérios deve ser a Constituição da República. Deve ser esse. E deve ser, em especial, o que o Constituinte chamou de cláusula pétrea, que não pode mudar. Cláusula pétrea está lá, no art. 1º da Constituição, que são os princípios da República. Então, vamos partir desses critérios, vamos partir do nosso limite – o nosso limite é a Constituição – e dentro desse, estabeleçamos critérios para o projeto. Eu até reitero, até acho: na fórmula final, surgem desigualdades, mas o projeto está colocado para ser debatido, para ser reparado, e, dentro do parâmetro que nós temos, que é o parâmetro da Constituição, para remodelarmos o pacto federativo.

Só para concluir, Senador Paim: eu estive com o Ministro Gilmar Mendes. Nós tínhamos que trazer o Ministro Gilmar Mendes aqui para este debate. E há uma autoridade no tema do FPE, que tem vários artigos, que é funcionário deste Senado, que trabalha, Senadora Ana Amélia, no gabinete do nosso querido Líder, Senador Dornelles, o Dr. José Roberto Afonso, economista. Ele deve ser trazido para este debate também. Devemos ter o Ministro Gilmar Mendes, que foi o Relator que declarou a atual partilha inconstitucional, temos que chamar o Dr. José Roberto Afonso, temos que fazer outros debates e temos que construir um consenso. Nós não podemos é chegar a dezembro de 2012 não tendo consenso em relação a isso.

Nesse sentido, quero saudar a combativa Bancada do Rio Grande pela iniciativa de estarmos inaugurando esse debate e não permitir que fique, até agora... Fiz um pronunciamento, um dia desses, na tribuna do Senado, e eu estava, para utilizar um termo da Bíblia, “clamando no deserto”, estava falando sozinho. Agora, com esse debate, temos outras vozes

se levantando para que possamos resolver, da melhor forma, da forma que melhor agrade a federação e que atenda à Constituição, esse tema central que é o da partilha do FPE.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exatamente, para utilizar outro termo bíblico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe, que é o autor do projeto.

Só para informar que nós fizemos contato com o Ministro Gilmar Mendes. Por questão de agenda, nesta primeira audiência, ele disse que não viria, mas se prontificou a estar junto conosco numa outra oportunidade. Também indicado por V. Ex^a, o assessor do nosso querido Dornelles, Líder do partido da Senadora Ana Amélia, também hoje não podia, mas está inteiramente à disposição para participar conosco deste debate.

Nós vamos aqui para as considerações finais. O Senador Randolfe praticamente colocou já o seu ponto de vista.

Eu passo, então, para o representante de Minas Gerais, Dr. Fausto.

O SR. FAUSTO SANTANA – Só para finalizar e dentro da fala do Senador Randolfe, se o objetivo do FPE é melhorar a relação socioeconômica dos entes federativos, se os recursos do pré-sal e a possível reforma tributária que for criada, que for consensual impactam a relação socioeconômica entre os Estados, eles devem ser levados em consideração na discussão do FPE, dentro desse prisma.

Se eu posso ter uma perda – e terei; alguns Estados terão perdas inevitáveis, numa nova metodologia de cálculo do FPE – mas, ao mesmo tempo, posso ter um ganho nesses outros eventos, ou seja, nos *royalties* ou na questão da reforma tributária, isso facilita a negociação no Congresso, facilita a negociação entre os governos e promove o ajuste que o Supremo tem, que colocou na sua decisão.

Então, acho que essa é a questão. São eventos destacados: um pode contaminar o outro, prejudicar o outro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PSOL – AP) – Cumprimos o Dr. Fausto, que já fez aqui as suas considerações finais. Quero dizer, Dr. Fausto, que nós temos esse mesmo entendimento.

Eu fiz um pronunciamento na tribuna do Senado, Senador Randolfe, referindo-me a seu projeto – V. Ex^a, se não me engano, falou logo após, fazendo algumas considerações. E eu dizia exatamente isso que está sendo discutido neste momento aqui. Eu não via

como não discutirmos de forma global este tema: que entrasse o pré-sal, que entrasse a reforma tributária e essa guerra fratricida, sobre a qual eu, na abertura dos trabalhos, fiz uma exposição, mediante uma construção coletiva que fizemos de um texto, mostrando todos os prejuízos que teve o Rio Grande do Sul nos últimos tempos. Lembrei, inclusive, da Lei Kandir. Lembrei de alguns argumentos de V. Ex^a, Senador Simon, da questão, inclusive, do nosso polo. E por aí foi: a questão da opção pela rodovia, sucateando todas as ferrovias. E entendo que esse debate vai continuar.

É claro que nós do Rio Grande, percebendo que teríamos um prejuízo que pode chegar a R\$500 milhões por ano – e, aí, o acumulado, naturalmente, por ano vai a R\$4 ou R\$5 bilhões –, nós tínhamos de provocar o debate.

Mas deixe-me dar um elogio a V. Ex^a, permita-me e depois lhe passo o aparte. Na conversa que tive, no momento em que acertávamos a possibilidade dessa audiência pública, o Senador Randolfe foi muito tranquilo e me disse: “De fato, Senador Paim, eu entendo que tem que ajustar o projeto, porque não pode: alguns Estados considerados ricos vão ter um ganho maior e o Estado do Rio Grande do Sul vai ter um prejuízo na sua arrecadação”. Lembrava, inclusive, a defesa que fez – e à qual quero aqui agradecer – do próprio Rio Grande do Sul, na conversa com V. Ex^a, que foi o Senador do Acre que assumiu agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Anibal Diniz.

O Senador Anibal Diniz fez, inclusive, essas considerações, que V. Ex^a transmitiu a mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, o senhor me permite só ter uma rápida – fui corrigido pelo Prof. Chelala – correção?

No nosso projeto, na verdade, o percentual do Rio Grande é de 1,8%; então, não seria 500, seria 200. De qualquer forma, estou à disposição para levantar para 2,3%. Temos logo de ter relatores para ter as emendas e os ajustes.

E quero aqui admitir: quando veio a planilha final, com todo o respeito a São Paulo, mas quando São Paulo passa a ganhar e o Rio Grande passa a perder... Ora, São Paulo depende menos do FPE. Tanto o Rio Grande quanto São Paulo dependem menos do FPE, concretamente falando, do que Roraima, Rondônia, Amapá, Acre e outros. Mas, logicamente, que o peso em São Paulo é muito menor. Então, na planilha final, acaba-se criando uma injustiça pelos critérios. Aquilo não teve assim: os critérios foram estabelecidos a partir, quero reiterar, de um dos debates do Confaz, incorpo-

rando somente um critério no debate do Confaz, que é o critério de saneamento básico. É somente esse o resultado que resulta da planilha. Vamos debater novamente os critérios. Debater os critérios e ver qual a soma e qual a planilha final que resulta. Mas como já foi dito aqui pelo Dr. Fausto e por todos os expositores, essa soma não fica zerada no final. Não fica zerada nem sem; alguém tem de perder.

O que eu acho que é fundamental para avaliar quem deve perder, quem deve ganhar? Deve ser avaliado o que está na Constituição – é o primeiro critério de avaliação nosso; segundo, os critérios da Lei Complementar nº 62/89, que foram aleatórios e casuísticos – não há nenhum critério que justifique um Estado ter ficado com 10% quase do montante do FPE, enquanto outro ficava com 3%; não houve critérios de razoabilidade – e a realidade da Federação.

Eu creio que esses são os parâmetros que nós devemos debater.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Passamos, para as considerações finais, ao Dr. Giovanni Padilha da Silva, Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul.

O SR. GIOVANNI PADILHA DA SILVA – Senhores, então, para concluir, eu gostaria de aproveitar. Eu creio que a manifestação também do Senador vai ao encontro do que nós temos já avaliado.

Essa é uma composição que não poderá ocorrer isoladamente. É evidente que ninguém entra num processo de negociação, num processo de ajuste de suas receitas de forma fatiada, sem saber exatamente o que vai ocorrer na próxima etapa. Quer dizer, ninguém vai dizer: “Não, eu perco agora, mas eu não sei se, na próxima, eu vou ganhar.” Eu já tenho de estar dentro de um arranjo estruturado. É por isso que as variáveis da dita guerra fiscal, talvez da alíquota estadual, essas questões, no meu ponto de vista, deverão compor o tabuleiro; senão, nós não chegaremos nunca a um acordo.

Então, essa é uma posição, no meu ponto de vista, que deve ser encarada, que deve estar sempre sendo considerada para efeito de termos todas as variáveis envolvidas.

Eu acho que isso, inicialmente, era o mais importante, mas quero também ressaltar que, muitas vezes, citam-se Estados perdedores. Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores: uma vez que nós entendamos que há critérios justos, nós não estamos falando de Estados perdedores; nós estamos falando de Estados que estavam ganhando muito em relação a esses critérios. Isto é quase a mesma coisa, mas não é a mesma coisa: deixam de receber em relação

ao que estavam recebendo, mas é porque estavam recebendo demasiadamente.

Nós não seremos insensíveis em relação a isso em nenhum momento, mas também, como uma Federação, temos de pensar nos objetivos maiores. Essas situações devem ser compensadas, Senadores – eu insisto que isso deverá sempre estar dentro do processo –, na questão da transição. A transição tem de ser longa. A transição tem de ser longa, algo em torno de 15 anos; senão, realmente nós vamos causar problemas, não só diretamente da receita, mas inclusive do comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós temos de estar muito atentos a essas variáveis aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Giovanni Padilha da Silva, Subsecretário Adjunto da Receita do Estado do Rio Grande do Sul, que representou aqui o Sr. Odir, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra para o Dr. Luiz Márcio de Souza, representante da Secretaria da Fazenda, em representação ao Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

O SR. LUIZ MÁRCIO DE SOUZA – Pois não, Sr. Presidente.

Eu queria destacar, da lúcida intervenção do Senador Randolfe, a colocação que ele fez de que os atuais critérios do FPE, pela legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 62, têm por suporte critérios ou bases aleatórias e casuísticas.

Eu compartilho da mesma opinião que o Senador Randolfe. E disso eu extraio a seguinte conclusão: o resultado atual do modelo de partilha não pode ser paradigma para uma avaliação dos resultados a que vamos chegar a partir da deliberação do Congresso Nacional – desta Casa e da Câmara dos Deputados. Ou seja, não se pode fazer uma avaliação de perdedores e ganhadores com base nesse resultado, porque, como o próprio Senador colocou, ele vem de um resultado *ad hoc*, construído em certo momento, fixo. A Federação brasileira alterou muito a sua composição. A fronteira agrícola do centro-oeste está sendo explorada em alta escala, é uma nova realidade das últimas décadas. Houve uma desconcentração industrial, todos os números indicam isso. Quer dizer, existe uma nova realidade. Então, não se pode fazer uma avaliação, *a priori*, de que um Estado ganha muito ou perde muito quando compara o percentual resultante de qualquer modelo e toma como base, como paradigma, a LC nº 62.

Levando isso em conta, eu chamo a atenção de que, em diversos modelos que são tentativas de trazer uma racionalidade para o FPE, há Estados que

se sempre colocam, numa comparação com o atual da LC nº 62, numa posição favorável. Eu tenho que reconhecer que o Estado de São Paulo sempre está nessa situação. E aí é como o próprio colega do Rio Grande do Sul, um subsecretário, colocou aqui de que, talvez, a questão não seja que determinado Estado vá ganhar muito, mas é que outros Estados, talvez, estivessem numa situação privilegiada, ou pelo menos, se não era naquele momento inicial logo em seguida à promulgação da Constituição de 88, mas tendo em vista a realidade atual da Federação, distorções acabam dificultando uma conclusão adequada a respeito da justiça de um determinado critério ou não.

O colega Giovanni pôde participar de diversos trabalhos feitos no âmbito do grupo do Confaz dedicado ao estudo do FPE. Um deles foi aproveitado, inspirou o Senador Randolfe a construir o projeto que ele apresentou nesta Casa. Em diversos modelos, com diversas situações, tanto a parte do modelo redistributivo como a de equalização, tendem normalmente a levar que determinados Estados ganham – se é que se pode usar essa colocação – em comparação ao critério atual do FPE.

São Paulo está nesse, porque que eu acho que, na verdade, é um indício de que de fato aquele 1%, totalmente redondo, 1% em todas as decimais possíveis... São Paulo foi um número *ad hoc*, um número um tanto arbitrário. São Paulo não está isolado. Ele tem uma situação um tanto diferenciada em termos de capacidade econômica e capacidade de autofinanciamento de seus gastos orçamentários. Ainda assim, São Paulo convive também com bolsões de pobreza, com regiões carentes dentro do Estado, com regiões que não conseguiram ainda colocar em prática sua vocação econômica. Cito o exemplo do Vale do Ribeira, que é conhecido nacionalmente. É um local com diversos indicadores sociais bastante comprometidos, e mesmo regiões limítrofes do Estado, que também não conseguem apresentar o dinamismo do núcleo do Estado.

Como eu havia colocado, há indicadores que mostram que – é claro, embora haja essa assimetria que o Senador Randolfe assinalou, não digo só São Paulo, mas também o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – também os Estados do sudeste apresentam percentuais elevados de domicílios pobres, em comparação com o total de domicílios pobres no Brasil, ou seja, é um indicador, e há outros de que também a pobreza é distribuída por toda a Federação. Embora de forma assimétrica, infelizmente, esses indicadores de pobreza não são a prerrogativa de uma ou outra região do País, mas se distribuem por todo o Brasil.

O FPE deve contribuir para que, em todos os Estados, de acordo com as suas necessidades e com

o seu tamanho, isso tudo seja ponderado e saia um modelo de critério de rateio que seja justo e perene. Esse é o grande anseio, não só de São Paulo, acredito, mas também de toda a Federação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor disse uma coisa que eu acho que deu origem ao que o Dr. Giovanni foi um dos formuladores da alteração desse projeto, um dos inspiradores desse projeto. Eu entendi assim.

O SR. LUIZ MÁRCIO DE SOUZA – O Dr. Giovanni deu uma contribuição muito forte para esse grupo do Confaz. Na verdade, o que inspirou o projeto do Senador Randolfe foi um trabalho surgido no âmbito desse grupo – e o colega Giovanni pode até dizer –, e eu acredito até que esse modelo em si nem era, nem vinha bem...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estamos dormindo com o inimigo hoje?

O SR. LUIZ MÁRCIO DE SOUZA – Não, não. Eu acredito até, a minha avaliação é a de que esse modelo... Diversos modelos são discutidos nesse fórum do Confaz. Esse é um dos modelos... Creio até que o colega Giovanni, o Subsecretário, nem compartilha assim com tanto entusiasmo desse modelo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço por esse esclarecimento, porque tínhamos de tratar de outra maneira com o Subsecretário...

O SR. LUIZ MÁRCIO DE SOUZA – Está bom. O que aconteceu foi que esse modelo inspirou o Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E eu gostaria também, Dr. Luiz Marcio... O senhor disse que o Brasil foi se modificando nas últimas décadas, e eu penso que uma das causas que levaram a essa alteração foi a guerra fiscal. O Estado de Goiás é um dos estados que mais ativamente estimula a guerra fiscal; o Nordeste, o Ceará, a Bahia também, de algum modo. Produtores rurais do meu estado foram para a Bahia atraídos por vários benefícios e um ambiente favorável: redução de ICM para compra de máquinas agrícolas e uma série de outras vantagens. O que é bom, claro! Criou-se uma nova fronteira agrícola na região de Barreiras, ou de Luís Eduardo Magalhães. Da mesma forma, a indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul bandeou-se toda para o Ceará. E para Goiás, da mesma forma, muitas indústrias foram atraídas pelo incentivo fiscal.

É uma distorção criada no âmbito tributário-fiscal que acabou gerando... Claro, cada um faz o que pode. O Rio Grande do Sul não está em condições de es-

tabelecer isso. Apenas foi lá reclamar, porque perde indústrias, e agora vai perder também para a Argentina, por conta exatamente das questões favoráveis do ambiente para os empreendedores: câmbio, financeiro, logística e os demais custos, e a segurança jurídica também incluída nesse processo.

Mas penso que a guerra fiscal é determinante nesse processo de mudança do perfil econômico de algumas regiões do País.

Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Senador Paim, se me permite, serei bem rápido mesmo. Estava conversando aqui com o Dr. Fausto, e acho que, desta audiência convocada por V. Ex^a, saímos com alguns pontos em comum para o debate futuro.

Primeiro, essa necessidade já ressaltada pela Senadora Ana Amélia e pelo conjunto dos expositores dessa Mesa: temos de tratar o FPE não só isoladamente. Temos de incluir o debate sobre a guerra fiscal e também o debate sobre os *royalties* do pré-sal. São três temas da Federação que, se tratados isoladamente, um vai influir no outro, um estado pode ser prejudicado duas vezes em um, outro estado pode ser prejudicado no outro. Temos de tratá-los o quanto antes, rapidamente.

Eu só chequei pela imprensa, vi um informe na semana passada, de que o Ministro Gilmar Mendes havia proposto ao presidente do Congresso Nacional, o Senador Sarney, a constituição de uma comissão especial ao algo do tipo para debater os temas da Federação. Eu acho que, se não isso, algo similar, uma comissão técnica, e acho que seria importante com prazo, para debatermos conjuntamente esses três temas.

Segundo, parece-me um tema que levantamos aqui e com o qual estou de pleno acordo: é sobre a fase de transição. Nós estabelecemos no projeto uma fase de seis anos, mas é uma fase perceptiva para ser modificada. Pode ser de dez anos, mesmo porque qual é o grande vício do art. 2º da Lei Complementar 62, de 1989? O grande vício é que não teve critérios dinâmicos. A Senadora Ana Amélia colocou muito bem: há estado que, em 1989, precisava de uma partilha de FPE maior, porque não era fronteira agrícola, por exemplo, não tinha parque petroquímico, não tinha parque industrial. Em 2011, a realidade é outra. Então, os critérios da partilha têm que ser dinâmicos, porque a realidade da Federação também é dinâmica.

O FPE não pode ser um incentivo – com o perdão da expressão, mas é esta que vou usar – à leniência e à preguiça, ou seja, para os estados ficarem permanentemente dependendo da transferência

constitucional. Não pode ser! Então, por isso que o critério tem de ser dinâmico. Conforme a melhoria de alguns critérios, conforme a ampliação da arrecadação própria, o critério vai mudando. Por isso também é necessária uma fase de transição razoável para quem venha a perder não sinta a perda, não tenha comprometimento na sua receita, não seja implicado na Lei de Responsabilidade Fiscal; e quem venha a ganhar tenha um planejamento para ganhar. Quem venha a perder alguma receita possa compensar essa receita em eventuais ganhos, ou das outras fórmulas do pacto federativo ou na própria arrecadação própria.

Então, parece-me que esses dois temas, pelo que senti do conjunto dos expositores e dos Senadores, são temas que saem desta audiência pública para os debates futuros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues. Se V. Ex^a me permite, eu também colocaria que foi do meu entendimento nesta reunião ver a posição de V. Ex^a em ver com simpatia – e antes de falar com V. Ex^a eu confirmei aqui com o Giovanni – que o Rio Grande do Sul saia dessa situação de 1.8 para 2.5; para mim essa posição de V. Ex^a é positiva e que faremos o mesmo debate com a Senadora Vanessa Grazziotin, que é autora de outro projeto que vai neste mesmo sentido, e que tramitam juntos.

Eu queria aproveitar o momento, Senadora Ana Amélia, Senador Simon, para dizer que entendi a posição do Giovanni, que representa o governo do Rio Grande do Sul, porque na exposição, quando ele abriu os trabalhos, ele já dizia que estava cético de que não haveria nenhum entendimento no fórum dos secretários, que ele, atualmente, mantinha a posição do Rio Grande do Sul. Ou seja, que não houvesse nenhum tipo de prejuízo.

E, por fim, eu vejo que a proposta do Senador Pedro Simon tem corpo. Eu gostaria, se assim nós entendêssemos, de convidarmos, inclusive, o Governador Tarso Genro, para que S. Ex^a venha fazer uma exposição, colocando a real situação do Rio Grande do Sul. E quem sabe a gente faça até outra audiência como esta, mas conjunta, com as três comissões: Comissão de Infraestrutura, Comissão de Economia, e Comissão de Direitos Humanos.

Está encerrada a nossa audiência pública, muito obrigado a todos os nossos convidados e todos que se fizeram presentes neste debate.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO AUDITÓRIO PETRONIO PORTELA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Marta Suplicy, Paulo Paim, Lídice da Mata e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 123, de 2011–CDH**, aprovado em 31/08/11, de autoria da Senadora Marinor Brito, *para discutir assuntos inerentes à defesa dos direitos da população brasileira LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros*. Convidados: Deputado Federal Jean Wyllys, Nadine Borges Secretária do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, em representação a Ministra Maria do Rosário, Chefe da Secretaria de direitos Humanos da Presidência da República; Rosângela Maria Rigo, Secretária de Políticas para as Mulheres, em representação da Ministra Iriny Lopes, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Angélica Ivo, representante da família pela igualdade e mãe do garoto Alexandre Thomé Ivo Rajão, vítima de homofobia torturado e estrangulado no ano passado, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro; Bruno Bimbi, membro da Federação LGBT Argentina e autor do livro “Matrimônio Iglalitário”; Doutora Gabriela Seijas, titular do Julgado *Instrucción Nº 15 en lo Contencioso Administrativo* da Cidade de Buenos Aires, Argentina; Sílvia Augsburg, Ex-Deputada Nacional Argentina; Marcelo Laffite, Diretor de Cinema e dirigiu o Filme “Elvis & Madona”; Igor Cotrim, Ator que interpretou a personagem Madona, travesti, em “Elvis & Madona”. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Marinor Brito, Marta Suplicy e Paulo Paim. Às dez horas e trinta e sete minutos a Senadora Marinor Brito passa a presidência para o Senhor Presidente Paulo Paim. Às doze horas e quatorze minutos o Senhor Presidente concede a presidência dos trabalhos à Senadora Marinor Brito para fazer suas considerações e encerrar a reunião. A Senhora Senadora Marinor Brito faz o encaminhamento para que cópias audiovisuais desta Audiência Pública seja enviada para conhecimento de diversas autoridades federais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **Altair Gon-**

çalves Soares, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e Senhores, muito bom dia a todos. Damos início, neste momento, à cerimônia de abertura do Seminário “Famílias pela Igualdade: Os Mesmos Direitos com os Mesmos Nomes”, uma iniciativa das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em parceria com a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT.

Este seminário terá como pano de fundo a experiência exitosa da Argentina, após um ano de aprovação da Lei do Casamento Igualitário. Os desdobramentos positivos, especialmente nos campo social, cultural e econômico, servirão para reafirmar a necessidade de se debater a aplicação do princípio da isonomia, visando à garantia de direitos iguais a todos os cidadãos brasileiros.

Convidamos para compor a Mesa de abertura a Exm^a Sr^a 1ª Vice-Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT no Senado Federal, Senadora Marta Suplicy (*Palmas.*); a Exm^a Sr^a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Presidência da República, Sr^a Nadine Borges (*Palmas.*); a Exm^a Sr^a integrante da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, Senadora Marinor Brito, que já está à mesa (*Palmas.*); o Exm^o Sr. Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara dos Deputados e proponente da realização deste evento, Deputado Jean Wyllys. (*Palmas.*)

Para presidir os trabalhos, anunciamos a palavra da Exm^a Sr^a Senadora da República Marinor Brito.

A SR^a PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas. É uma honra para a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em parceria com a Frente LGBT, que tem dois grandes companheiros militantes da cidadania LGBT, como o companheiro Jean, que está à frente dessa discussão e dessa luta na Câmara Federal; que tem à frente aqui, no Senado Federal, uma militante histórica, batalhadora, conhecida e reconhecida pelo seu trabalho na luta pela cidadania LGBT, companheira Marta Suplicy, que também é integrante da Comissão de Direitos Humanos e é Vice-Presidenta do Senado Federal.

É uma honra para nós, em parceria com a Câmara, que teve o requerimento aprovado também a partir da proposição da Deputada Erika Kokay, que é integrante e militante dessa frente também, estarmos reunidos no dia de hoje.

É preciso cumprir os ritos protocolares e declarar aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Tenho que solicitar dispensa da leitura da ata da reunião anterior, colocando-a em votação. Temos acordo na aprovação, mas eu pergunto: aqueles que a aprovam que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Obrigada. Aprovada a ata da reunião anterior.

Eu estava dizendo que para nós é uma honra sediar, por intermédio da nossa Comissão, este seminário que foi concebido pela Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, depois de alguns atropelos, algumas dificuldades, que são do cotidiano da militância, dos mandatos que não só atuam com exclusividade nessa frente, mas que atuam em muitas outras frentes, que atuam em muitas outras Comissões, mas, na medida do possível, nós conseguimos encontrar um bom termo e estamos então, hoje, aqui, felizes por receber vários convidados, de vários lugares do Brasil, nossos convidados do exterior, e também felizes por colocar na pauta do Congresso Nacional a discussão sobre o casamento igualitário, um Congresso Nacional que é conservador, que tem dificultado a discussão sobre a cidadania LGBT, que tem criado empecilhos, que tem feito lutas ostensivas contra esse debate nessas duas Casas. Mas nós estamos aqui para afirmar que os direitos da cidadania LGBT não vão deixar de ser debatidos no Congresso Nacional.

Nós estamos aqui para afirmar que todas as lutas necessárias e em parceria com o movimento LGBT brasileiro e internacional, se assim for necessário, vão ser feitas, para que a gente consiga dar passos significativos, relevantes, responsáveis e consequentes para afirmar a cidadania LGBT.

Então, nesse sentido, nós estamos aqui, hoje, para debater, neste seminário, tendo como pano de fundo a experiência exitosa da Argentina, após um ano da aprovação da lei do matrimônio igualitário, os desdobramentos positivos, especialmente nos campos social, cultural e econômico, que servirão para reafirmar, aqui no Brasil, a necessidade de fazer esse debate, de aplicar esses princípios, sobretudo o da isonomia, que garantem direitos iguais a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, conforme proposto pela PEC do casamento civil, que tramita na Câmara Federal.

Então, eu queria também dizer a vocês que o nosso Presidente, o Senador Paulo Paim, daqui a pouco, vai compor esta Mesa com a gente. Ele está, neste exato momento, em uma outra Comissão e se incorporará, daqui a um pouquinho, para nos ajudar neste debate.

Eu queria lembrar que o requerimento na Câmara Federal foi do Deputado Jean Wyllys, fazendo uma retificação aqui, porque tinham me passado que tinha sido da Deputada Erika Kokay, que é uma parceira e, daqui a pouco, deve estar com a gente aqui.

Então, parabéns pela iniciativa do Deputado Jean – mais uma grande iniciativa –, e vamos, então, voltando ao cerimonial, ouvir, dar os prosseguimentos de continuidade do nosso seminário.

Muito obrigada.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Tem a palavra, neste momento, a Exma Srª 1ª Vice-Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT no Senado, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigada.

Prezada e querida Senadora Marinor, Deputado Jean Wyllys, Srª Nadine, eu quero parabenizar a Marinor por ter tido a iniciativa de organizar este seminário da Comissão de Direitos Humanos, e já vou pedir as minhas desculpas, porque tenho que presidir a Mesa Diretora. Então, vou fazer o meu pronunciamento e não vou poder participar dos debates, mas estarão aqui pessoas do nosso gabinete para, depois, levarem a nós o que foi concluído e encaminhado, para que a gente possa também ajudar nessa direção.

Bom, nós todos observamos, acompanhamos – muitos dos aqui presentes estavam lá, no dia do julgamento – a sentença do Supremo Tribunal Federal em maio último.

Foi um avanço extraordinário, principalmente se pensarmos que há 16 anos essa lei foi proposta, ela ficou engavetada, e o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, amedrontou-se, apequenou-se e nada foi feito. Precisou o Poder Judiciário, quando estimulado, pronunciar-se, e aí tivemos a nossa lei.

Conversando com os colegas da Argentina, pudemos ver a diferença que foi, neste Brasil, a transformação, quando, há 16 anos, a Argentina parecia um país que nunca iria dar um passo nessa direção, e nós já estávamos debatendo o tema. Hoje, nós vemos a Argentina não só com o casamento *gay* já estabelecido, mas também Buenos Aires uma *gay friendly*, sendo que nós, no Brasil, temos espancamentos na Avenida Paulista.

Então, a diferença dos movimentos é muito forte, muito acintosa.

Mas eu queria colocar, voltando ao Supremo, que essa lei, a promulgação do Supremo, realmente, permitiu a igualdade entre os dois tipos de relação, as hetero e as homoafetivas, e trouxe para o mundo do

Direito um regime de igualdade com reflexos no Direito de família, das sucessões, do Direito do trabalho, previdenciário, tributário, processual, penal, entre outros.

Quando todos nós, militantes ou não militantes, pessoas sensíveis à questão, achamos que estava resolvida a questão, finalmente, depois de tanta luta, tanta disputa, tanta discriminação e preconceito, nós vimos que não ficou bem assim. Os velhos e ultrapassados preconceitos resistiram. Então, no que tange ao reconhecimento da união estável homoafetiva, muitas dificuldades ainda são impostas.

A primeira é a falta de regulamentação uniforme, aplicável a essa decisão do STF.

A segunda: magistrados e promotores têm proferido decisões, pareceres contraditórios. Quase eu poderia dizer: cada cabeça, uma sentença. E o que acontece? Isso tem gerado insegurança e uma dificuldade muito grande para as pessoas que têm buscado esse reconhecimento, que é de direito.

Em comum, eu vou colocar alguns dos problemas que nós temos observado.

Corregedorias de Justiça Estadual de determinadas Unidades Federativas expediram provimentos ou atos normativos estabelecendo a forma procedimental, enquanto outras Corregedorias não deram a menor bola, não se pronunciaram.

Em São Paulo, a norma de serviço do Estado determina que o pedido de conversão seja requerido pelos conviventes perante oficial do registro civil. Após a publicação dos editais, o pedido é apreciado pelo juiz corregedor.

Aqui, em Brasília, no Distrito Federal, a competência ficou para o Direito de Família, mediante a propositura de ação de conversão, que depende de homologação judicial, sendo dispensada a celebração do casamento.

Em cada Estado é de uma forma: no Paraná, pedido de conversão perante oficial de registro civil; em Pernambuco, Juízo de Família; e temos promotores públicos que emitem parecer contrário ao pedido, como, por exemplo, em Lucélia, no Estado de São Paulo. Temos juízes que indeferem o pedido de conversão, obrigando os interessados a interpor recurso, como tivemos em São Carlos, em São Paulo; em Bauru, São Paulo; no Ceará, onde um casal teve o pedido negado pela Juíza da 18ª Vara de Família, sob o argumento de que casamento é homem e mulher, ignorando, totalmente, a Suprema Corte, como ela se posicionou. E temos também decisões favoráveis, como a da Juíza Débora Cristina Fernandes Ananias, da 2ª Vara de Jardinópolis, São Paulo, que autoriza a habilitação do casamento perante oficial de registro civil.

Bom, então, isso criou um quadro enorme de insegurança jurídica, e eu encaminhei, há alguns meses já, um requerimento ao Conselho Nacional de Justiça, em que eu exponho os problemas aqui mencionados e requeiro que o órgão de controle do Poder Judiciário expeça provimento a todos os Estados da Federação para que seja uniformizado o procedimento de reconhecimento da união homoafetiva nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal.

A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da sua Comissão da Diversidade Sexual, aprovou, há poucos dias, o envio de propostas de emenda à Constituição e de um estatuto da diversidade sexual, com o fim de adequar toda a legislação brasileira à decisão unânime da Suprema Corte.

Daí a importância desse seminário, que se propõe a analisar, pensar caminhos para que possamos fazer valer não só a decisão sobre o que o Supremo Tribunal já se posicionou, mas também agora a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, que, para todas as pessoas que trabalham ou militam nessa área, é de suprema importância.

Então, quero agradecer a presença de todos e me escusar novamente, por ter que sair agora. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, a partir deste momento, para conduzir esta Mesa de trabalhos e a continuidade deste evento, retorno a palavra a S. Exª Senadora Marinor Brito.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Nós já estamos aqui com a honrosa presença do nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Senador Paim, que é um bravo aliado dessa luta pela cidadania LGBT e tem criado todas as condições para que esse debate seja exercido de forma democrática e tornando-o possível, inclusive colocando toda a estrutura da Comissão de Direitos Humanos para a realização deste evento, neste momento.

A gente queria agradecer, então, de público, ao Senador Paulo Paim pela solidariedade com o movimento LGBT; pela luta, pela decisão política de estar sempre em parceria pela cidadania LGBT.

Eu peço para V. Exª fazer uma saudação, então, Senador? Então, está bom.

Está aqui do meu lado o proponente deste seminário da nossa frente. Vamos ouvir, agora, o nosso querido Deputado Jean Wyllys. Aliás, eu tenho orgulho, pois é Deputado do meu Partido. Eu fico mais besta ainda do pessoal. É uma honra estar aqui nesta atividade, em parceria com o Deputado Jean Wyllys.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JEAN WYLLYS – Bom dia, Senadora Marinor Brito; bom dia, Senador Paulo Paim e Secretária Nadine; bom dia a todos vocês!

Eu fico sempre sem graça quando a Senadora Marinor Brito faz esses elogios públicos. Eu não sei, publicamente, receber elogios. Fico sem graça.

A SR^a PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Aprenda. Você merece!

O SR. JEAN WYLLYS – A ideia deste seminário nasceu depois que recebi uma visita das Mães pela Igualdade, que estão sendo organizadas pela All Out.

Infelizmente, por uma questão de tempo e de mobilidade, enfim, dos atrasos comuns, elas ainda não chegaram para essa audiência. Mas a ideia do seminário surgiu de uma visita delas. Ou seja, essas mulheres me procuraram para dizer que elas são família; que elas têm filhos e constituem uma entidade familiar e que toda vez que alguém queria restringir direitos de LGBTs, neste País, cada vez que as pessoas queriam falar de bons costumes e família, excluíam essas famílias.

Então, essas mulheres me procuraram para dizer: “Nós somos família. Nós somos entidades familiares e temos o direito de gozar da proteção do Estado”. Elas pediram um apoio institucional, digamos assim, da Câmara e do Congresso Nacional para dar visibilidade a esse movimento e eu pensei imediatamente num seminário que reunisse as duas grandes bandeiras do movimento LGBT, da comunidade LGBT.

Onde essas duas bandeiras se encontram? Uma, a primeira, é a bandeira da criminalização da homofobia, ou seja, equiparação da homofobia ao racismo e ao antissemitismo. A segunda é a bandeira do casamento civil igualitário. São as duas bandeiras que hoje norteiam, digamos assim, o nosso movimento, juntamente com o nome social de transexuais e travestis. Essas três bandeiras, na verdade, são as que norteiam a principal política do movimento LGBT.

Então, como essas duas bandeiras iriam se encontrar? Elas se encontram exatamente nas Mães pela Igualdade. São mulheres cujos filhos morreram vítimas da homofobia. Portanto, sinalizam, apontam para a necessidade da criminalização da homofobia no nosso País e da equiparação da homofobia ao racismo e ao antissemitismo.

Ao mesmo tempo em que têm essa experiência dramática da homofobia, elas são mães e, portanto, constituem famílias e dilatam, alargam o conceito de família. Ou seja, a noção de família não é só aquela tradicional de pai, mãe e filhos. Nós temos hoje as famílias monoparentais, as constituídas por casais que não têm filhos e as constituídas por relações homoafetivas; relações essas já equiparadas, digamos, à

união estável entre pessoas de sexos opostos, pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, a ideia do seminário surgiu daí, e nós pensamos o seguinte: como falar dessa experiência? Quem melhor pode falar da experiência da aprovação do matrimônio igualitário, da dilatação do conceito de família e dos impactos políticos, econômicos e sociais da aprovação dessa lei senão os nossos irmãos argentinos? Eles aprovaram recentemente essa lei, que completou um ano, e poderiam falar da experiência do impacto da aprovação dessa lei.

Então, convidamos três representantes da política argentina: um do Judiciário, outro do Legislativo e um da sociedade civil, do movimento LGBT argentino, para falar dessa experiência para nós. Ou seja, que lição nós podemos tirar com a aprovação do matrimônio igualitário? Qual o impacto econômico, social, político? E também, em que medida, culturalmente, reduziu a homofobia naquele país?

Por fim, decidimos encerrar esta atividade de hoje com a exibição de um filme, que vai acontecer à noite, e já está em cartaz nos cinemas, chamado *Elvis & Madona*. É uma comédia feita por Marcelo Laffitte. O ator principal do filme está aqui, é o Igor Cotrim. O Marcelo Laffitte também está aqui. À noite, vamos exibir esse filme. (*Palmas.*)

Nós vamos coroar, então, este evento com o filme, porque a arte tem esse papel e provoca uma discussão. O filme provoca uma discussão sobre o que é família? O que é uma família de bons costumes? Em que medida os papéis de gêneros estão tão controlados assim? É um filme que de alguma maneira aperta todos os botões, só que com o modo que a arte tem de apertar esses botões, que não são os modos que nós, que fazemos a política institucional, utilizamos.

Entretanto, é importante lembrar que tratar dos temas LGBT no Congresso Nacional não é fácil. Aliás, não é fácil tratar desses temas de uma maneira geral. Há um custo eleitoral muito grande em tratar desse tema. Por isso, ressalto a importância enorme do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, aqui, porque há, sim, um custo eleitoral em tratar dos direitos de LGBTs, como há um custo eleitoral em tratar dos direitos dos povos indígenas, da população negra deste País, das pessoas com deficiências e até mesmo dos idosos. Há um custo eleitoral. E nós temos uma Senadora que pagou um preço alto por tratar desse tema aqui, a ex-Senadora Fátima Cleide, que conduziu durante muito tempo essa bandeira, e, por tratar desse tema, foi demonizada durante a campanha eleitoral passada pelas forças conservadoras deste País. E perdeu as eleições. (*Palmas.*)

Então, eu ressalto a coragem do Senador Paulo Paim, da Senadora Marinor Brito e da Senadora Marta Suplicy, que, a gente tem que reconhecer, historicamente foi quem introduziu o tema do direito LGBT no cenário político nacional. Exatamente. Nós temos que reconhecer.

E vocês podem imaginar que, se há esse custo eleitoral, há dificuldade em se tocar esse projeto. Do ponto de vista da organização, também é bastante difícil aqui. Então, se a burocracia no Congresso Nacional já é difícil para um evento que trata de um tema como, por exemplo, o turismo, a integração turística no Brasil, imagina para um evento que trata dos direitos de LGBTs? Então, com toda dificuldade, a gente conseguiu tocar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JEAN WYLLYS – A Senadora está lembrando aqui que a gente sempre encontra dificuldade quando queremos tratar desses direitos sociais das minorias e dos grupos difamados neste País.

Enfim, isso tudo é para dizer para vocês que este seminário está sendo realizado depois de muito, muito esforço. Então, louvo mais uma vez a presença... E aí quero também ressaltar a presença da secretária Nadine aqui, porque a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, por meio da Ministra Maria do Rosário, é sempre nossa parceira no que diz respeito à proteção, a eventos que visem a proteger e promover os direitos humanos. Então, Nadine, agradeço por demais a sua presença aqui.

Tenho dito. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Muito obrigada, Deputado Jean.

Depois ele fica tímido quando faço elogios! Vocês viram a aula que ele deu de interpretação dessa luta no Brasil, de como as coisas estão acontecendo, das dificuldades que os militantes pela cidadania LGBT têm tido, em vários espaços, para construir um arcabouço legal para garantir que a sociedade tenha, neste movimento, um movimento que luta pela cidadania.

Jean, obrigada.

Nós estamos aqui com a Secretária do Departamento de Promoção de Direitos Humanos, que representa, na nossa Mesa, a Ministra Maria do Rosário, que é chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Nadine Borges.

A Nadine estava lembrando aqui comigo, antes de o Jean começar a falar, que militamos juntas, no início da década de 1990, numa corrente política interna ainda, no PT, quando eu era militante do PT, no Rio Grande do Sul. É sempre uma honra receber militantes que, em algum momento histórico da nossa vida política, estiveram próximos do nosso trabalho.

Então, hoje, para nós também é motivo de orgulho ver que, a despeito das diferenças políticas que nós, do PSOL, temos com o Governo Dilma, com a crítica ao modelo econômico que fazemos abertamente ao programa de Governo, nós fazemos uma oposição, mas uma oposição programática, respeitosa e sempre apoiando as atividades, os eventos, os projetos de lei e até as medidas provisórias que se somam ao interesse do povo brasileiro.

Então, há de se reconhecer que, a despeito desse modelo e das dificuldades orçamentárias que tem a Ministra Maria do Rosário para tocar a luta pelas políticas públicas na área dos direitos humanos no Governo, ela tem sido, sim, uma parceira, e não tenho nenhum problema em reconhecer publicamente isso.

Então, Nadine, seja muito bem-vinda à nossa Mesa, ao nosso seminário.

Muito obrigada, desde já, pela presença. Fique à vontade.

A SR^a NADINE BORGES – Bom dia a todas, a todos! É uma honra para mim, Senadora Marinor, estar aqui ao seu lado. Não quero reproduzir a fala do Deputado Jean, mas me sinto mais ou menos como ele, porque sempre ficamos felizes de ouvir alguém com a trajetória da Marinor e, sobretudo, um pouquinho mais distante, na outra ponta, está o nosso querido Senador Paim, a quem devo boa parte da minha formação, da minha militância política.

Pessoas como vocês nos ensinaram muito. Acho que temos que nos orgulhar de ter aprendido, de termos sido formados, de hoje caminharmos independentemente do partido, independentemente da posição, seja no Executivo, no Legislativo, no nosso caso aqui. Temos certeza de que o terreno em que caminhamos é o terreno da ideologia. Então, isso nos une, isso não nos afasta e acho que não nos afastará jamais.

E a causa LGBT, não tenho dúvida, é uma das principais bandeiras; simboliza muito bem o motivo de fazermos isso por ideologia.

Então, apresentarei aqui uma fala de Governo, em nome do Executivo, em nome da Ministra Maria do Rosário, porque, como bem dito – e quero agradecer, em nome dela, à Senadora Marinor –, ela tem se dedicado com muito afinco a todas as causas que envolvem os direitos humanos no nosso País, um País muito grande, apesar de todos os avanços, principalmente na Região Norte, de onde vem a Senadora Marinor, e na Região Nordeste, com muita pobreza, com muita ausência de Estado, muitas vezes. E nós sabemos a relação que isso tem com a homofobia, com a discriminação, por que essa dupla perversa anda junta – pobreza e homofobia, por exemplo; as homofobias como um todo.

Mas não vou fazer uma fala triste. Eu quero fazer uma fala um pouco mais motivadora.

Eu acho que 2011 é um ano muito emblemático para todos nós, principalmente na causa LGBT, porque tivemos, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, a criação do Conselho Nacional LGBT. Isso não é pouco.

Eu conversava antes com a Deputada Sílvia, da Argentina. Agora faz um ano da aprovação da lei naquele país, mas não faz um ano que começou a luta. Faz um ano que a lei foi promulgada. Então, acho que o Conselho LGBT, hoje, na Secretaria de Direitos Humanos – está aqui o Coordenador Executivo do Conselho, o companheiro Igor –, é um espaço, sim, capaz de pensar e deliberar as políticas.

Então, em 2011, tivemos a criação do Conselho; tivemos a resolução da ONU, que, de certa forma, ajuda-nos muito no contexto internacional; tivemos, como bem dito e lembrado aqui pela Senadora Marta Suplicy, a decisão do STF, uma decisão emblemática, histórica da união estável e homoafetiva; tivemos, recentemente, num período muito curto, um debate no Conselho Federal da OAB que propõe a ideia de um estatuto da diversidade sexual.

E não haveria pessoa melhor para estar conosco aqui, nesta sala, neste plenário, no Senado Federal, do que o Senador Paulo Paim e a sua trajetória, o que significou para o nosso País o Estatuto do Idoso. (*Palmas.*) Algumas legislações precisam sair do papel, precisam alcançar as ruas, precisam mudar a vida das pessoas. E acho que o Estatuto do Idoso está conseguindo fazer isso. Hoje, todos nós convivemos com mais facilidade, com mais sensibilidade com a causa da população idosa. Se hoje convivemos bem com isso, com a fila, com a vaga para idoso no estacionamento, com as coisas, às vezes, mais simples, mais elementares, isso não era possível há alguns anos. Isso foi possível porque pessoas como o Senador Paim não se amedrontaram e avançaram nessas causas.

Acho que a causa LGBT deve seguir esses mesmos passos. É uma causa que pode unir o Brasil, porque um país democrático, um país livre não pode discriminar alguém, não pode matar alguém por causa da sua orientação sexual. O direito de amar, o direito de viver bem, de viver livre não pode sofrer nenhum tipo de discriminação. Não pode ser da natureza humana discriminar alguém por causa da sua identidade de gênero ou por causa da sua orientação sexual. É contra isso que lutamos no nosso cotidiano.

Então, vêm essas boas coisas do ponto de vista legislativo, sobretudo a decisão do STF, como a Senadora Marta falava anteriormente, em relação ao modelo de família. Acho que isso é uma coisa na qual devemos pensar. O Deputado Jean falou aqui do motivo,

da importância de as mães acolherem, muitas vezes, de gerarmos no nosso País o que já ocorre, uma espécie de hospedagem solidária, quando, muitas vezes, adolescentes são expulsos das suas casas por causa da sua orientação sexual. Eles são assassinados por causa disso. Então, não há no mundo ninguém mais sensível do que uma mãe para se unir a essa causa, quando, de repente, o seu filho foi assassinado por causa da sua orientação sexual.

Então, acho que essa mobilização das mães tem que ser muito apoiada; mãe no sentido da união. Fala-se em “homoafetiva”, mas acho até que podemos usar, muitas vezes, a expressão socioafetiva, porque as relações pessoais, as escolhas que fazemos, esse modelo de família, modelo de família monoparental, em que muitas vezes a mãe é o esteio da família no nosso País, existe na prática. São muitas as mães que ficam com cinco, seis filhos, às vezes de diferentes pais, mas a mãe acaba sendo esse elo mais forte.

Então, é muito importante essa luta.

Isso que o Deputado Jean falou me comoveu muito, porque acho que isso demonstra que nossos passos estão num caminho que pode, de fato, transformar a sociedade.

Além disso que eu falei, rapidamente eu queria falar de algumas ações da Secretaria de Direitos Humanos, para compartilhar com vocês, porque eu acho que a gente tem também de dividir as boas coisas, não é?

Nós tivemos uma campanha, neste ano, que é Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia. Teremos agora, na segunda quinzena de novembro, uma campanha que será veiculada em rede nacional, junto com a Unesco, do enfrentamento às homofobias. Isto faz diferença: uma campanha na rua, a publicidade.

O Rio de Janeiro fez, recentemente, uma campanha que foi veiculada apenas no Estado do Rio, e presto também esta homenagem ao Estado por ter feito isso, e faz diferença. Faz diferença a televisão falar, a rádio falar, e é dessa forma também que a gente alcança a parcela da população que não tem condições de estar aqui, neste debate, agora.

Talvez o que a gente esteja discutindo aqui não chegue tão fácil lá. Então, acho que essas campanhas públicas, esses investimentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República são muito emblemáticos.

Outra coisa que eu queria falar para vocês é que nós temos, embora ainda não muito divulgado, mas peço a todos aqui que possam multiplicar isso, o Disque 100, um canal de denúncia, direto, que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Pode-se ligar de celular, de telefone fixo de qualquer lugar do País, e há um canal específico para denunciar crimes, en-

fim, violações relacionadas à discriminação da população LGBT.

Embora não muito divulgado ainda, nós tivemos um número considerável de denúncias neste ano, o que, de certa forma, pode ser considerado ruim, é obvio – denúncias de crimes de violações de direitos humanos –, mas tem um outro lado, que é mostrar que a população já não se cala mais diante dessas injustiças e diante dessas discriminações.

Não é que não existiam crimes como esses no nosso País, na nossa sociedade. É que, hoje, as pessoas com mais direitos, com mais acesso, com menos miséria, com mais cidadania, com mais educação, já não têm medo de levantar um telefone e denunciar, ligar e falar que aquilo que está acontecendo na sua cidade, no seu bairro não é normal, que aquilo que o vizinho faz com seu filho não é normal.

Então, o aumento dessas denúncias, eu acho que a gente também tem que ver com esse olhar.

Pensando nisso, a gente criou, está discutindo a criação de um grupo temático, para pensar em como a gente pode criar uma metodologia para, de fato, saber os índices, o número de crimes relacionados à homofobia no nosso País, algo que possa subsidiar as políticas públicas.

Por que estou falando isso aqui? Porque agora, em dezembro, a gente vai ter a nossa II Conferência Nacional LGBT.

Não foi fácil para o Governo Lula fazer uma conferência nacional LGBT. Vocês imaginem os enfrentamentos internos por que o Estado passa, que Governo, como um todo, tem de pressionar para fazer uma conferência como essa. E deu certo.

Agora, nós vamos fazer a II Conferência Nacional, uma segunda conferência precedida por diversas conferências em todo o País: conferências municipais, conferências livres, conferências estaduais, que estão mobilizando o País inteiro com essa causa. Estados onde esse debate não acontecia: Rondônia, Roraima, Acre, Manaus. Estão fazendo essas conferências, e esses delegados virão aqui e vão discutir conosco as políticas públicas na área LGVT.

Então, essas iniciativas devem ser comemoradas, e, ao mesmo tempo, a gente tem que continuar lutando para que esta Casa, para que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei, o PLC nº 122.

Eu acho que isso passou da hora. Mas nunca é tarde, este ditado: "Antes tarde do que nunca."

Estamos, aqui, na expectativa também, como brasileiras, brasileiros, esperando que o Senado Federal vote o Projeto de Lei, que agora foi encaminhado ao Senado e aprovado na Câmara dos Deputados na

semana passada, que cria a Comissão da Verdade no nosso País.

Isso, a gente, às vezes, pensa assim: mas que relação tem esse debate em relação à questão LGBT, a homofobias?

O que a Comissão da Verdade tem a ver com isso? A Comissão da Verdade tem muito a ver com isso, porque a democracia não existe sem a verdade. Muitas pessoas, hoje, sofrem discriminação por causa da sua orientação sexual nas mais diversas instâncias, nos mais diversos espaços. Isso decorre também das práticas reiteradas que a gente vê ainda nos nossos presídios, de tortura, de não investigar as coisas, de não haver uma investigação sobre práticas discriminatórias.

Há um elo muito forte sobre isso com a nossa causa, sobre o que significou o período de repressão neste País. Então, acho que cabe a todos nós, como militantes, ao Poder Público como um todo, cuidar da nossa verdade, da nossa memória, para que crimes, para que situações, para que fatos, circunstâncias como essas que vitimaram, em que desapareceram centenas de pessoas, cujos familiares aguardam uma resposta do Estado brasileiro sobre o que de fato aconteceu, que isso possa ser esclarecido não só para nós, para nossa geração, mas que isso possa esclarecer as futuras gerações, para que fatos como esse não se repitam.

Então, quando a gente pensa em enfrentar a homofobia... Eu não digo combater, porque acho que a expressão "combate" tem na sua essência algo bélico, eu diria, porque não se trata de um combate. Nós temos que enfrentar, porque nós temos que acabar de fato. A gente precisa lutar pela extinção das homofobias no nosso País. Esse é o nosso desafio maior.

Por fim, gente, o tema da nossa conferência... Convido logo aqui o Senador Paulo Paim, a Senadora Marinor, o Deputado Jean para estarem conosco nessa conferência de 15 a 18 de dezembro, aqui, em Brasília, segunda conferência nacional.

Trata-se de um momento que é importante para todos nós, porque falamos que temos que enfrentar as homofobias. Embora a expressão – até escrevi aqui para não errar –, nós temos que enfrentar as "lesbohomotransbifobias" no nosso País. É muito grande, mas consegui falar certo.

Acho que não se trata disso, Marinor. Acho que se a gente conseguir mobilizar o Brasil para que as pessoas, o nosso povo, saibam de fato o que é, o que precisa ser feito para a gente enfrentar as homofobias, a gente vai estar contemplando essa palavra que eu acabei de falar, as "lesbohomotransbifobias" que existem.

Comecei com "lesbo", não foi por acaso, gente. Nesta Mesa aqui, antes do Senador Paim, a Senadora Marinor falava. São mulheres, a Senadora Marta, a

Senadora Marinor. Ela mencionou a Deputada Erika. São militantes, são mulheres. Aí, o Deputado Jean falou das famílias monoparentais, muitas vezes são as mães.

Então, a luta das mulheres também expressa isso, porque a pobreza está muito relacionada, e o tema, o eixo principal da nossa conferência nacional é o enfrentamento da pobreza. E aí o programa da Presidenta Dilma, Brasil sem Miséria, com todas as diferentes formas de como isso chega na sociedade, mas dentro desse programa a gente tem que pensar também que, diminuindo a pobreza no nosso País, erradicando-se a pobreza e transformando-se de fato o Brasil num País sem miséria, não tenhamos dúvida de que isso será significativo para a gente enfrentar as homofobias. Essas causas estão relacionadas.

Então, agradeço imensamente e deixo aqui este registro, assim como o agradecimento da Ministra Maria do Rosário, porque não existe nada melhor e maior do que o nosso direito de amar e de ser feliz.

Então, que a gente não conviva mais, que a gente não veja mais com normalidade qualquer tipo de manifestação que dê conta, que queira acabar com isso. Isso não pode ocorrer; não num País democrático.

Muito obrigada pela oportunidade.

Desejo um bom debate para todos nós. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, Nadine.

Eu queria fazer um convite para compor a nossa Mesa. Ela teve um problema de atraso, mas representa a Ministra Iriny Lopes, que é a Secretária de Políticas para as Mulheres, a Sr^a Rosângela Maria.

Chegue aqui com a gente, por favor. Seja bem-vinda! *(Palmas.)*

Queria registrar algumas presenças muito importantes para nós: está aqui conosco o Presidente do PSOL do Distrito Federal, companheiro Toninho do PSOL; a Dr^a Eliana Ferreira Bastos, do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família; a Dr^a Carolina Valente de Freitas, que é da Comissão da Diversidade Sexual da OAB; e o Dr. Jorge Marcos Freitas, da Comissão da Diversidade Sexual da OAB Nacional, que, aliás, faço questão de registrar que tem sido parceira desde que essa comissão foi criada na OAB. Temos tido vários momentos de unificação de debates e de encontros na perspectiva da consolidação de uma política respeitosa à cidadania LGBT. Então, muito obrigada pela presença, levem o nosso abraço ao Dr. Ophir Cavalcante, que é do meu Estado, que é um militante também da luta pelos direitos humanos e que hoje assume a Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil.

Queria fazer um registro muitíssimo especial: já estão conosco aqui quatro das Mães pela Igualdade:

Eleonora – levanta para receber os aplausos, Eleonora! –; Angélica Ivo; Jacinta Fonte; e Luiza Habib. *(Palmas.)*

Como estava com as mãos ocupadas, aplaudo vocês agora. Sejam muito bem-vindas. Vocês não imaginam a honra que é para a nossa Frente pela Cidadania LGBT poder estar nessa parceria com vocês. É, de fato, muito emocionante para nós. Até fazer parte dessa Frente, mesmo sendo militante já há muitos anos pela cidadania LGBT, eu não conhecia a movimentação de vocês. Infelizmente, eu sou de uma região, a região Norte, da Amazônia brasileira, uma região que não tem acesso... A Amazônia está destacada do Brasil, é como se a Amazônia não fizesse parte do território brasileiro sob o ponto de vista da comunicação, da distribuição orçamentária e de outros fatores, o que têm contribuído para a exclusão social do nosso povo.

Estou muito honrada. Sejam muito bem-vindas.

Antes de ouvir o Senador Paim, vamos ouvir a representante...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A gente já não gosta de mandar, mulher já não gosta de mandar, e ele ainda diz que eu posso mandar!

Vamos ouvir, então, a representante da Ministra Iriny Lopes, a Sr^a Rosângela Maria.

Fique à vontade, seja bem-vinda!

A SR^a ROSÂNGELA MARIA RIGO – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas! Bom dia à Senadora Marinor, ao Senador Paim, ao Deputado Jean, à Nadine e a todos aqui, especialmente ao Movimento de Familiares, que acho que tem um significado importante também na luta contra a discriminação.

Em nome da Ministra Iriny Lopes, fazemos uma saudação a este debate, um debate muito importante num momento em que, também o Brasil, faz uma série de conferências nacionais em que todas as políticas públicas podem ser debatidas, reafirmadas, acrescentadas. O tema da discriminação, o tema do enfrentamento à lesbofobia e à homofobia são sempre temas muito importantes, e cabe ao Estado assumir a sua parte na construção de programas e de políticas que visem esse combate e a construção de uma sociedade igualitária, uma sociedade na qual possamos acolher e respeitar as diferenças e, acima de tudo, construir a cidadania de todos os homens e mulheres, respeitando a sua orientação sexual.

É importante a gente destacar que, nesta 3^a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a gente vem discutir, aprofundar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o segundo plano. Houve um avanço significativo na segunda conferência, na qual

for possível, através do debate das mulheres de todos os cantos do País, acrescentar um novo eixo temático, que é a questão do enfrentamento do machismo, do sexismo e da lesbofobia, uma tarefa assumida pela SPM no sentido da construção dessa igualdade e da construção desse direito e desses direitos de cidadania de todas as pessoas em nosso País.

A partir desse eixo de trabalho, desse eixo do Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, várias ações e um grupo de trabalho foram construídos internamente ao Governo para que a gente pudesse associar, articular as ações do Governo Federal para enfrentar o sexismo, a lesbofobia, o machismo, enfim, preconceitos em situações que nos fazem desiguais, em especial as mulheres. Não é à toa que essa discriminação e essa desigualdade nos colocam numa série de outras desigualdades, tanto de oportunidades como na situação econômica e social deste País. Então, a ideia é enfrentar essas questões e, para isso, esse GT foi de fundamental importância, articulando as ações do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério dos Direitos Humanos, da Seppir e da SPM para que, juntos, pudéssemos apresentar propostas e ações concretas para políticas públicas na área do enfrentamento desses preconceitos e dessas discriminações.

É importante também dizer que várias ações e vários temas foram desenvolvidos na SPM na nossa política de formação dos profissionais que desenvolvem as políticas públicas para as mulheres. A formação permanente na área de enfrentar todas essas discriminações tem sido um eixo, uma prioridade da nossa ação, assim como nas ações de enfrentamento a todas as formas de violência. E aí dou destaque para a Lei Maria da Penha, por meio da qual a gente consegue dialogar hoje, inclusive, com a questão da violência sofrida pelas mulheres lésbicas em suas parcerias. Essa lei é também um importante instrumento de proteção, porque a gente acredita que nenhuma forma de violência pode ser tolerada. Temos de combater toda e qualquer violência e não aceitar nenhuma forma de impunidade. Ao contrário, todas as formas de violência têm de ser punidas, e a gente tem, cada vez mais, que construir um país de pessoas com igualdade, com direitos de cidadania, respeitando as nossas diferenças, a nossa diversidade, mas, acima de tudo, construindo um país com justiça social e com igualdade.

Então, a gente traz aqui a saudação da Ministra Iriny Lopes e o compromisso da SPM de, mais uma vez, nesta terceira conferência nacional – e a gente já está conversando com vários setores do movimento para fazer uma discussão temática sobre a questão das mulheres lésbicas em especial, porque a gente

está falando de políticas públicas para as mulheres –, reafirmar e construir caminhos cada vez mais sólidos para que todas as mulheres, em sua diversidade, com suas diferenças de gerações, raças e etnias, sejam respeitadas, inclusive em sua orientação sexual.

Que a gente possa amar e viver da forma que cada um e cada uma de nós se sinta feliz, realizada e com a garantia dos direitos de cidadania.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA)

– Obrigada também, Rosângela.

Eu vou precisar me deslocar agora para uma atividade política importante, que acontece aqui, no Congresso Nacional, que é um ato realizado pelos militantes também dos direitos humanos, os militantes sociais deste Brasil, que têm lutado para combater a corrupção e a impunidade no País e que ajudaram, alguns anos atrás, a mobilizar o povo brasileiro e a coletar assinaturas, seguindo o artigo importante da participação direta do povo nas decisões, da nossa Constituição Federal, e criaram a Lei da Ficha Limpa, que impõe sanções que dificultam a entrada dos corruptos na vida política brasileira através dos processos eleitorais.

Aliás, eu estou aqui, no Senado Federal, com muita honra, representando um pouco os que lutam pela Lei da Ficha Limpa. Obviamente que nosso mandato continua ameaçado pelos Fichas Sujas, pela decisão última do Ministro Fux, do STF, mas eu não posso deixar de comparecer. Vocês vão ficar aqui na honrosa companhia de um parceiro nessa luta, que é o Presidente da nossa Comissão, Senador Paulo Paim.

Mas, antes de ele se sentar aqui e assumir esta Presidência, eu desfaço esta Mesa, pedindo que o Deputado Jean Wyllys permaneça aqui, um dos autores dessa proposição, junto comigo, junto com a Senadora Marta, para que a gente dê prosseguimento na próxima Mesa.

Então, muito obrigada às nossas convidadas.

Senador Paim, assumo aqui o seu posto. (*Palmas.*)

Até daqui a pouquinho. Estarei de volta com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus amigos e minhas amigas, quero dizer da alegria de estar aqui com vocês. Só não estive antes porque eu estava participando da abertura de um debate sobre a Copa do Mundo, e o Secretário do Rio Grande do Sul fazia a primeira exposição. Então, atendendo ao apelo dele, acompanhei a exposição e estou aqui, agora, para ficar até o fim dos trabalhos.

Antes de fazer aqui minha saudação e de formatar a próxima Mesa – a Senadora Marinor já foi? –, eu só quero dizer que eu não poderia deixar, Senadora Ma-

rinor, de expressar para este Plenário a minha alegria de ser seu parceiro em todas as lutas. É uma grande Senadora! Eu acho que a conspiração do universo vai ajudar muito para que você não nos deixe aqui e fique oito anos trabalhando, com essa energia, com essa força, em defesa de todo o povo brasileiro. Todos, todos! E lhe aguardo aqui na volta. (*Palmas.*)

Neste momento, vou passar a palavra ao Deputado Federal Jean Wyllys. Ele quer fazer ainda algumas colocações antes de formatarmos nossa Mesa.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL – RJ) – Obrigado, Senador Paim.

Eu queria registrar a presença do Deputado Assis Carvalho, do PT do Piauí (*Palmas.*)

É sempre importante ressaltar a presença de um Deputado em um evento como este, porque a presença de Deputados em eventos como este é muito rara.

Volto à minha fala anterior: os Deputados – com razão, em alguns casos; em outros, sem razão – têm medo de enfrentar esses temas, às vezes. E aí vir para um evento desses, encarar um evento desses não é uma praxe e não é a postura de todos eles. Volto a dizer: há um custo eleitoral muito grande em enfrentar esses temas, em trabalhar esses temas e em aderir a esses temas.

Eu costumo dividir os temas da política em dois: causas unânimes e causas polêmicas. É muito fácil aderir às causas unânimes: à causa do meio ambiente, ao combate à corrupção. Essas causas unânimes a gente adere com muita tranquilidade. Mas, quando a gente adere às causas polêmicas, por exemplo, às ações afirmativas, às cotas para o povo afrodescendente, aos direitos de LGBTs, à legalização do aborto, a gente paga um preço muito alto, porque quase sempre esses temas são tratados com preconceitos; e os preconceitos são reproduzidos e estimulados pelos meios hegemônicos de comunicação. Então, nem sempre o debate é feito da maneira mais racional e com os argumentos que devem ser levantados.

Por isso, ressalto a presença do Deputado. Obrigado, Deputado, por ter vindo a este seminário.

Muita gente pode perguntar qual a razão do convite à Ministra Iriny Lopes para este seminário, que vai tratar do conceito de família e do matrimônio igualitário. Volto a lembrar que a origem deste seminário esteve na visita das Mães pela Igualdade. As Mães pela Igualdade são mulheres. A marca de gênero está presente. Portanto, a Secretaria da Mulher não pode negligenciar, não pode ignorar o fato de essas mulheres estarem posicionadas na sociedade por conta de sua identidade de gênero, e elas são vítimas da homofobia, quando são mães de homossexuais que foram assassinados e que morreram devido à violência homofóbica.

Volto a lembrar que, na verdade, nessas duas mulheres encontram-se os dois grandes temas da comunidade LGBT, que são a criminalização da homofobia e a necessidade de aprovação do matrimônio igualitário, ou seja, que o matrimônio igualitário, o casamento civil igualitário não seja apenas uma questão de jurisprudência, de Judiciário, mas seja um direito conquistado aqui, no Congresso Nacional.

Eu, por exemplo, propus uma PEC, uma proposta de emenda constitucional, que ainda está em fase de assinatura, que assegura o casamento civil aos homossexuais.

Então, volto a lembrar a vocês que é nelas, nas Mães pela Igualdade, cujos depoimentos e fotografias estão presentes em uma exposição no salão do servidor, na Câmara – se vocês quiserem, depois, terminando este seminário, podem ir dar uma olhada; os depoimentos delas e as fotos estão lá nesse salão –, este seminário se justifica pela existência dessas mulheres, que trazem para si estas duas bandeiras do Movimento LGBT: a criminalização da homofobia e a necessidade de aprovação do casamento civil igualitário, para que as uniões homoafetivas, as famílias monoparentais e as famílias constituídas por casais que não querem ter filhos sejam tratadas como famílias e como entidades familiares e gozem da proteção do Estado.

Obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos para a formação dessa segunda Mesa. Começo chamando Gabriela Seijas, Juíza de Buenos Aires, Argentina. (*Palmas.*)

Não se preocupe com a pronúncia que é de minha responsabilidade total.

Convido também Silvia Augsburg, Deputada Federal de Buenos Aires, Argentina, e Bruno Bimbi. Convido-o também à Mesa. Igor Cotrim, ator, que interpreta a personagem Madona, travesti, em *Elvis & Madona*.

Eu combinei com nosso querido Jean que, como eu tinha uma fala organizada para abrir os trabalhos, eu a farei neste momento, rapidamente. Depois, vamos a nossos convidados.

Primeiro, eu queria cumprimentar, inclusive da Mesa anterior – a Marinor já cumprimentei –, a Secretária Nadine, que representa aqui minha querida amiga Maria do Rosário.

Quero dizer, Nadine, que suas palavras aqui mexem com nossas emoções, porque eu sou de uma safra – e V. Exª também – que vem do Vale dos Sinos. E essa safra – eu sou o mais velho e por isso você fez os elogios, eu tenho 61 anos –, toda ela é mais jovem, mas tenho orgulho de dizer que dessa safra surgiu o Vice-Governador, à época, do Rio Grande do Sul, Mi-

guel Rossetto; surgiu você, Nadine; surgiu o Deputado Estadual Nelsinho Metalúrgico; surgiu o Presidente da Câmara, Deputado Federal Marco Maia; surgiu o Prefeito de Canoas, Jairo Jorge; o Prefeito de Esteio, Gilmar; o Prefeito de Sapucaia, Ballin; o Prefeito daquela mesma safra de São Leopoldo, o Vanazzi. Se eu for citar todo o Vale dos Sinos, quase todos os Prefeitos são daquela safra, do nosso tempo, de vocês, jovens, e eu com uma idade um pouco mais avançada.

Eu sou da época do Olívio, do Lula. Eu cheguei ao Congresso junto com eles na Constituinte. Morávamos juntos, num único apartamento, os três, numa república. Depois, os tempos passaram.

Mas agradeço muito a você pela referência que fez e tenho muito orgulho de ter contribuído para essas lideranças que, hoje, em parte, dirigem o nosso País. Que eu possa, de forma muito pequenininha, como aquela história do passarinho, que buscava água no oceano para apagar o fogo na floresta, ter contribuído com a minha parte.

Então, uma salva de palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

O meu professor, Deputado Federal, está me assessorando aqui. Ele pede que eu chame a Angélica Ivo, representante das Mães pela Igualdade. (*Palmas.*)

O Deputado Jean Wyllys não precisa de comentários. A fala dele aqui diz tudo. Nós todos temos o maior carinho pela sua caminhada, pela sua história.

Quero também lembrar aqui o trabalho da Senadora Marta Suplicy, um brilhante trabalho, e dizer que a Senadora Fátima Cleide foi indicada Relatora do PL nº 122 ainda quando eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos, há quatro anos. O PL acabou não sendo votado, eu assumi de novo a Comissão de Direitos Humanos e indiquei a Senadora Marta Suplicy, que está fazendo um belo trabalho, e o PL vai ser colocado em votação no momento em que a Relatora entender que reúne todas as condições para a matéria ser apreciada.

Quero aqui, rapidamente – a Mesa já está formada –, lembrar aqui – ela já não está mais na Mesa – a Rosângela, que representou a Ministra Iriny Lopes pelo trabalho belíssimo que vem fazendo. Não está na Mesa, mas está sempre presente o Deputado Federal Assis Carvalho.

Fiz uma pequena fala, sobre a qual vou discorrer, para passar a palavra, depois, para os nossos convidados.

É com alegria que, hoje, aqui, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República debate a cidadania LGBT, Requerimento da Senadora Marinor Brito e do Deputado Federal Jean Wyllys, também intitulado “Seminário Famílias

pela Igualdade – Os mesmos direitos com os mesmos nomes”.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa é um espaço que, tenho orgulho de dizer, dá palco a quem não tem palco. É um espaço privilegiado, eu diria, para aqueles que são discriminados.

Eu gosto muito de uma frase que marcou minha primeira eleição para o Congresso – isto há 26 anos, quatro mandatos na Câmara e dois no Senado. Eu dizia sempre que o meu mandato e a minha vida são a luta permanente em defesa dos trabalhadores, dos aposentados e de todos os discriminados. E é com essa visão que nós atuamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Queremos que todos tenham oportunidade para sentirem na plenitude o sabor da vida, do amor, da felicidade, do bem-estar e viver e envelhecer com dignidade. É isso o que nós todos queremos.

Eu gostaria também de dizer que temos o compromisso, nesta Comissão, de combater todos os preconceitos que permeiam a nossa sociedade. Quero dizer que por esta Comissão passaram corações e mentes vitimados pela violência, índios, negros, brancos, aqueles que lutam pela dignidade e aqueles que lutam pelo respeito, inclusive, às suas culturas, como a própria luta, eu lembraria aqui, dos quilombolas; a luta dos quilombolas pela posse da terra. Vocês não imaginam a tenacidade, a fibra desse povo, de que tenho orgulho de ser oriundo. Muitas vezes, nas comunidades quilombolas, as casas de pau-a-pique, como a gente fala, onde o chão é de terra, eu digo: “Vocês, meninos e meninas quilombolas que estão aqui me ouvindo, digam com orgulho, lá na sala de aula, que vocês têm um Senador quilombola que se chama Paulo Paim”.

Eu tenho orgulho das minhas raízes, da minha história, da minha vida. Tenho orgulho de dizer para vocês que, no meu gabinete, vocês podem ter certeza absoluta de que, entre os meus funcionários, estão todas as matizes. Todas.

Eu não pergunto a funcionário meu qual é a religião dele. Eu não pergunto a funcionário meu qual é a orientação sexual dele. Eu não pergunto para funcionário meu qual é o partido dele. Ele tem que ter compromisso com as causas que eu defendo. Por isso que eu tenho muito orgulho da minha equipe, tanto da Comissão de Direitos Humanos – não é, Roberto? – quanto daqueles que estão no meu gabinete daqui e no Rio Grande do Sul. Para vocês terem uma ideia, lá estão todas as composições. Eu sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, da pessoa com deficiência, do Estatuto do Idoso, enfim, da política de salário mínimo. Na nossa equipe, nós temos dois cegos que trabalham conosco: o coordenador político no Rio Grande do Sul,

que é Santos Fagundes, que você conhece, e também o Luciano, que anda aqui com um cachorro, que quebrou todos os preconceitos dentro do Congresso Nacional. Ele anda com cão guia aqui e vai ao plenário com ele para me assessorar. Acho isso importante, porque se vão quebrando esses tabus.

Eu não vou aqui ler todas essas páginas que vocês estão vendo, até devido ao nosso tempo. Eu só quero dizer a vocês que o nosso compromisso, com certeza, é combater todos os tipos de preconceito.

O encontro de hoje reafirma o papel desta Comissão: debater temas atuais da sociedade. E este interessa a todo o nosso povo, a toda a nossa gente, que é a liberdade de orientação sexual.

Estamos aqui e vamos refletir, com certeza, com todos e todas, a importância do tema. Tenho acompanhado, e faço questão de destacar, com enorme preocupação – não só eu; tenho certeza de que todos nós, todos os homens de bem deste País –, as centenas de casos de violência e assassinatos de homens e mulheres que têm a sua opção sexual diferente, como alguns dizem, mas que nós entendemos que é normal. Cada um tem a sua orientação sexual.

Quero aqui dizer que os dados que me passou recentemente o Movimento LGBT são assustadores. Por isso, este seminário tem cada vez mais a sua força para tomar decisões.

Enfim, uma rápida saudação que faço a vocês. E vamos agora ao nosso seminário com os nossos painelistas.

Chamo de imediato a Angélica Ivo, representante das Mães pela Igualdade.

Está com a palavra Angélica Ivo, representante das mães pela igualdade. (*Palmas.*)

A SR^a ANGÉLICA IVO – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Fico muito feliz e muito lisonjeada por estar aqui representando as mães. É uma responsabilidade muito grande, mas, com certeza, estar aqui atrás desta mesa e de frente para vocês me fortalece cada vez mais.

Os meus sentimentos se misturam quando venho a Brasília. O Jean sabe disso. Nós nos conhecemos quando da violência que sofri. Tinha acabado de acontecer e eu vim a Brasília em busca de justiça, como estou ainda nessa trajetória.

Infelizmente, pela violência que sofri, com a perda do meu filho, estou ainda lutando por justiça. E sofri outra injustiça porque a magistrada que estava à frente do processo do meu filho também foi assassinada no Rio de Janeiro, a Juíza Patrícia Acioli, de uma forma muito brutal. Então, nesse curto espaço de tempo, os meus sentimentos ainda se misturam. Porque, na verdade, o que eu tinha como concepção de justiça, na

minha condição de cidadã, de mãe, de mulher brasileira, estava, aos meus olhos, na mão dessa magistrada. Hoje, infelizmente, eu não tenho mais a certeza de que vai ser feita justiça no caso do Alexandre Ivo. Mas, como mãe, como mulher, como cidadã, eu ainda não desisti e não vou desistir. Acho que isso faz fortalecer a causa como mãe, porque alguém conhece o pai do Alexandre? Não. Então, geralmente nós, mães, exibimos com muito orgulho a nossa gestação. Não é à toa que a nossa barriga cresce, e todo mundo identifica que nós estamos gerando. Quando nós perdemos, a gente também faz questão de que as pessoas nos conheçam, independentemente da causa, de como foi a perda. Mas a minha perda, a perda da Eleonora e a de outras mães fazem com que venhamos a nos fazer conhecidas, porque é uma violência que vai marcar a vida toda. Primeiramente, marca o ser que a gente gerou, que a gente cuidou e que a gente protegeu e, conseqüentemente, marca-nos como mães, como mulheres, porque, naquele momento, a gente se tornou impotente. Mas a gente busca lá no fundo da nossa alma – eu creio nisso – todos os dias da nossa vida, força para lutar, para dizer para as pessoas que ninguém merece sofrer o crime que os nossos filhos sofreram. Nenhum ser humano. (*Palmas.*)

Então, isso faz com que a gente se fortaleça, porque, primeiro, infelizmente, a gente vive em uma sociedade em que a gente ainda sofre prejulgamentos, preconceitos. Eu, a Eleonora e muitas outras mães temos que abrir as portas da nossa casa, abrir a porta da nossa vida e mostrar para a sociedade, infelizmente, que nós não somos merecedoras da violência que nós sofremos. E aí você tem que ir para a delegacia, você tem que ir para os órgãos em que você acha que tem uma estrutura.

Eu venho, há um ano e dois meses coletando os serviços não condizentes com o crime que eu sofri, e, conseqüentemente, isso acaba fortalecendo quem cometeu o crime.

Hoje, eu não queria tocar nesse assunto, mas, infelizmente, a causa faz com que a gente relate, porque isso faz parte, isso acontece. Pode ser no Estado onde tudo é avançado, como pode ser no Município em que moro. Eu me deparei com um Município que está precário, na sua polícia técnica, na sua polícia investigativa. Com isso, acontecem sucessivos erros durante o processo de investigação, o processo em que você acha que vai acontecer justiça e que, por conta das informações mal coletadas, você se vê numa situação em que você pode correr o risco de que a justiça não aconteça.

Hoje, o que me move é que a justiça seja feita no caso do meu filho. Meu filho se encontra em duas

estatísticas: uma, de crimes de homofobia; e outra, de crimes de crianças e adolescente. Semana passada, a gente fez parte de uma coletânea de informações. Infelizmente, está havendo crimes contra crianças de dez a catorze anos, o que é assustador. O meu entrou, por crime de homofobia e por ele ser uma criança.

Hoje, eu me emociono e vou sempre me emocionar por estar aqui, por estar falando para vocês, por dizer que nós, mães, somos merecedoras de todos os aplausos, de todos os abraços, de toda forma de sentimento acolhedor, porque isso é o que nos fortalece, isso é o que faz com que a gente continue a lutar por justiça, por respeito, por igualdade.

Eu descobri isso, eu só descobri essa força quando, infelizmente, eu sequelei o meu filho. Todo mundo fala que a mulher é forte, porque ela gera e dá à luz, mas acho que a gente se torna mais forte quando a gente perde e sepulta um filho. Aí você vê e encara o mundo de uma forma diferente. Encara o mundo com a mesma determinação de quando nós nascemos mulheres, de lutar e de mostrar o nosso espaço.

Então, eu quero dizer que ser uma mãe de igualdade, fazer parte da família de igualdade, para mim, é uma honra. Espero poder ter dito para todos aqui, como venho dizendo. Acho que o que eu falo, as pessoas absorvem bem; e, nesse trajeto, eu não tive nada que me deixasse entristecida, a não ser daquelas pessoas de que a gente não pode esperar, como alguns Deputados, para quem nós temos que dizer quem nós somos. Mas nós sabemos quem somos, e por isso a gente ganha espaço. Em um ano e dois meses, conquistei todos os espaços que eu achei que eram necessários e que, com certeza, vão fazer com que eu consiga a tão esperada justiça no caso do meu filho.

Bom dia a todos, bom seminário. Foi um prazer estar com vocês mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra ao Sr. Bruno Bimbi, quero registrar a presença do Sr. Igo Martini, Secretário Executivo do Conselho Nacional da LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; do Sr. Gustavo Bernardi, Coordenador Geral de Promoção de Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e do Professor Marco José Duarte, do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos (Lidis), da Uerj.

Uma salva de palmas a todos. (*Palmas.*)

De imediato, passamos a palavra para o Sr. Bruno Bimbi, Conselheiro da Federação LGBT da Argentina e autor de *Matrimônio Igualitário*.

O SR. BRUNI BIMBI – O livro *Matrimônio Igualitário* conta a história de como a gente conseguiu isso

que parece impossível agora no Brasil e que parecia impossível, naquela época, na Argentina.

Eu gosto sempre de começar contando isso, porque é bem diferente ver a história no final do que vê-la no princípio. Estou sentindo, de alguma maneira, uma sensação de *déjà vu*, de estar de novo fazendo o que a gente faz há quatro anos.

Lembro-me de que a primeira vez em que ouvi falar e que eu me convenci da necessidade de lutar pelo casamento igualitário foi aqui, no Brasil, em Porto Alegre. Eu estava participando do Fórum Social Mundial e tive a sorte de conhecer um grande militante, uma grande pessoa, que é o Pedro Zerolo, assessor do Presidente da Espanha, amigo pessoal do Presidente da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, que foi a pessoa que convenceu o Zapatero a apoiar o casamento igualitário na Espanha.

Eu me lembro de que, naquele momento, ele me contava como tinha sido o processo de discussão da lei na Espanha. Quando ele terminou de falar, eu olhei para ele e disse: “Pedro, isso que você está contando é muito lindo, mas isso nunca vai acontecer na Argentina. Na Argentina, isso é impossível. É um país muito conservador, é um país que tem uma Igreja Católica muito forte e muito conservadora, muito mais conservadora do que a igreja brasileira”. Eu acabo de terminar o mestrado na PUC do Rio e jamais poderia ter feito mestrado numa universidade católica na Argentina.

Eu sinto que, cada vez que conto para os meus amigos brasileiros como foi o processo na Argentina, eles acabam me falando a mesma coisa: “O que você conta é muito lindo, mas isso não vai acontecer no Brasil”. Então, por isso, eu gosto de lembrar essa história.

Quando a gente começou, eu me lembro de um seminário muito parecido com este – a Sílvia estava presente –, na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, quando a gente estava apresentando o projeto de lei de casamento igualitário. Éramos muito poucos, e parecia, realmente, que a gente estava pedindo uma coisa que só poderia acontecer vinte anos depois.

Essa mudança, que foi uma mudança muito grande – se vocês pensam que a lei foi finalmente aprovada com apoio da Presidenta Cristina Kirchner, com o apoio dos principais líderes da oposição, com o apoio da maioria das bancadas –, em quase todas as bancadas, houve votos a favor, em quase todas; com apoio de governadores, de prefeitos, com apoio da sociedade civil, dos sindicatos, das federações universitárias, dos organismos de direitos humanos, dos artistas. Parecia, na semana final da discussão da lei, que já não havia ninguém que fosse contra.

Mas, quando começou, era bem diferente, e eu acho que o Brasil agora está num estágio muito mais avançado do que a Argentina estava em 2007, quando a gente começou com essa luta. O Brasil tem uma sentença do Supremo Tribunal Federal que de alguma maneira está marcando uma pauta no Congresso, está pautando o Congresso, dizendo: “essa legislação tem que ser mudada”.

A gente ainda não tinha conseguido isso na Argentina, em 2007. Eu pensava, agora, quando ouvia o Jean falar; ele falou duas vezes que essas discussões geram custos políticos e que há muitos Parlamentares que sentem medo de se colocar, de se posicionar a favor do casamento igualitário e a favor, em geral, das lutas do LGBT.

Eu queria contar outra história: nas últimas eleições legislativas da Argentina – conto essa história detalhadamente no livro –, em, 2009, eu tive uma discussão muito forte com o Ministro Aníbal Fernández, que é o Ministro-Chefe da casa Civil na Argentina – o paralelo do Chefe do Gabinete seria o Ministro-Chefe da Casa Civil. Eu estava tentando convencer o Ministro de que ele convencesse o Néstor Kirchner – que era o primeiro candidato da lista de deputados do partido governista e marido da Presidenta – de se posicionar publicamente, durante a campanha eleitoral, a favor do casamento igualitário. E naquele momento, então, Aníbal falou para mim: “Você sabe que Néstor é a favor, mas ele não pode falar isso antes das eleições, porque isso pode fazer com que ele perca as eleições. A Igreja irá contra ele, a mídia irá contra ele. Faltam quinze dias. Você não pode me pedir isso”.

Eu tive uma discussão muito grande com o Aníbal, que foi sempre o nosso parceiro na discussão do casamento igualitário desde o início. E, finalmente o Néstor Kirchner não se pronunciou antes das eleições, mas ele fez um compromisso privado com a gente de que, depois das eleições, ele iria se pronunciar. Depois das eleições, ele se pronunciou, e, finalmente, a lei foi aprovada.

Mas, por que estou contando esta história? Porque agora a Argentina está em processo de campanha eleitoral. A Presidenta está concorrendo para reeleição, e a campanha da Presidenta fez sete programas eleitorais para serem passados na televisão. Um desses programas trata do combate à pobreza; há outro que fala das políticas na área da educação; há outro que fala da reindustrialização do país, e assim há vários. Cada um desses sete programas conta com alguma das que a Presidenta escolheu como as principais vitórias do seu governo, e um desses programas é sobre o casamento igualitário.

Como, em dois anos de uma eleição em que o candidato não queria se pronunciar por medo de perder as eleições, dois anos depois, a Presidenta está fazendo campanha para reeleição, falando: “No meu Governo, foi conquistado o casamento igualitário”. (*Pausa.*)

Eu acredito que isso vai acontecer também no Brasil. Muitos políticos que agora têm medo de falar, daqui a poucos meses vão estar fazendo fila para assinar a PEC do casamento civil. Porque essa discussão vai se lançar na sociedade brasileira como se lançou na sociedade argentina.

Mas eu queria dividir com vocês um pouco dessa história, como essa discussão avançou na sociedade argentina. O primeiro que a gente fez – eu sou militante da federação argentina de lésbicas, gays, bissexuais e trans – foi a organização que liderou a campanha pelo casamento igualitário. Quando a gente começou a pensar nessa campanha, em 2006, o primeiro que a gente fez foi estudar as experiências internacionais.

Então, vimos que, em alguns países, o casamento igualitário tinha sido aprovado por uma lei do Congresso, no caso da Espanha e de Portugal, por exemplo. Esses dois países aprovaram o casamento igualitário por uma proposta do Poder Executivo, que enviou ao Congresso, e o Congresso convalidou. Mas houve outros países, no caso da África do Sul, por exemplo, em que o casamento igualitário foi aprovado por uma sentença da Corte Constitucional, que obrigou o Congresso. A Corte disse: “A permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo é inconstitucional”. E deu o prazo de um ano ao Congresso para mudar a lei. Um prazo obrigatório.

Algo semelhante está acontecendo agora na Colômbia, com a decisão da Corte Constitucional.

Houve outros países, como no caso dos Estados Unidos, em que a discussão avançou em cada Estado de maneira diferente. Em alguns, foi pelo Judiciário, em outros, pelo Legislativo.

E, finalmente, o caso do Canadá, em que, primeiro, houve sentença da Justiça. Em alguns Estados, passou a ser legal o casamento igualitário, mas isso criou um caos jurídico, porque as pessoas tinham que mudar de um Estado para outro. É como se vocês, que moram em Brasília, para casar, tivessem que ir para São Paulo, ou para Porto Alegre, ou para o Rio Grande do Sul. Então, finalmente, o Congresso aprovou a lei.

Quando vimos essa experiência, começamos a pensar: “Bom, qual seria o melhor caminho para a Argentina?” E decidimos fazer todos os caminhos ao mesmo tempo. Então, o lançamento da campanha pelo casamento igualitário foi a apresentação de um recurso à Justiça. Um casal de lésbicas se apresentou às 8h em um cartório, acompanhado de políticos, artistas e

de muitas câmeras de televisão. Fizemos uma encenação que havia sido previamente pensada – havia um roteiro para isso – e solicitaram, no cartório, uma data para se casarem. Aí o funcionário do cartório falou: “Não pode. A lei não permite”. Então, isso foi transmitido ao vivo pela televisão. Fizemos um comício político na porta do cartório e, dali, fomos aos tribunais para apresentar um recurso à Justiça, pedindo a declaração de inconstitucionalidade dos dois artigos do Código Civil que impediam o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Mas, pouco depois, dois meses depois, fizemos outro comício no Congresso em que a Deputada Silvia Augsburger apresentava um projeto de lei para mudar o Código Civil, que estávamos questionando na Justiça. E, depois, fizemos outro igual, no Senado, com a Senadora Vilma Ibarra, que apresentou um projeto semelhante, quase idêntico ao da Deputada, porque a ideia era entrar nas duas Câmaras do Congresso. Depois, fomos à Casa Rosada, para tentar falar com o Presidente.

Então, seguimos o caminho de procurar o apoio do governo, da oposição, do Congresso e da Justiça. A primeira vitória foi na Justiça. A juíza Gabriela Seijas, que está presente, fez uma sentença corajosa, que autorizou, pela primeira vez, em 2009, o casamento civil entre dois homens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma contribuição...

O SR. BRUNO BIMBI – É uma contribuição do Jean muito boa.

A juíza Seijas autorizou o casamento entre dois homens. Foi uma grande surpresa, porque pensávamos que essa vitória só chegaria no Supremo Tribunal Federal. Nós tínhamos certeza de que isso ia acontecer no Supremo, mas não achávamos que pudesse acontecer num tribunal de primeira instância.

Aí, começou uma briga incrível para ver se esse casal finalmente poderia ou não casar. A Gabriela autorizou o casamento, o Prefeito de Buenos Aires tinha que decidir se ia apelar ou não, se ia recorrer ou não da sentença. Ele é o principal representante político da direita na Argentina; é o candidato, o líder da direita na Argentina. E todo mundo achava que ele ia recorrer da sentença. Eu mesmo achava, assim como a Gabriela, e acho que a Silvia também.

Nós fizemos uma negociação política com o Prefeito e conseguimos que ele não só não recorresse da sentença como também se pronunciasse publicamente a favor do casamento igualitário. Mas, depois, ele começou a receber pressões.

Há pouco, a companheira da Secretaria de Direitos Humanos se perguntava qual era a relação entre

a Comissão da Verdade e a discussão do casamento igualitário. Eu vou dar uma possível resposta a isso: todas as ações, as impugnações contra o casamento de Alex e José – que era o casamento autorizado pela juíza Gabriela Seijas – apresentadas à Justiça para tentar impedir esse casamento foram feitas pelos mesmos advogados que defendem os torturadores da ditadura. Há uma associação de advogados que se dedica a defender os torturadores da ditadura. Foram os mesmos que tentaram impedir o casamento de Alex e José.

Aí, o Prefeito recuou, suspendeu a boda. Nós tivemos que viajar para o sul. Foi uma história incrível, que dá um filme. Tiveram que chegar à cidade de Ushuaia, no sul do país, disfarçados, para ninguém reconhecê-los, com óculos escuros, e ficaram escondidos em um hotel até receberem autorização da Governadora para casar.

Quando conseguimos esse primeiro casamento, tudo mudou. E aí começou-se a lançar a discussão no Congresso. Vou tentar resumir, porque já ultrapassei o tempo.

O Jean me perguntava: “Por que a aprovação do casamento igualitário é importante para o combate contra a homofobia?” E houve uma discussão no movimento, na Argentina também, se era mais importante a criminalização da homofobia ou o casamento igualitário. Qual desses temas tem que ser prioridade? Claro que defendemos os dois. Mas eu acredito que a aprovação do casamento igualitário traz consequências culturais muito mais fortes, porque não é uma luta em que estamos nos colocando na defensiva, defendendo-nos dos ataques. Nós estamos, de alguma maneira, passando à ofensiva, colocando-nos na defesa da igualdade plena perante a lei.

Na Argentina, por exemplo, o coletivo mais perseguido, mais discriminado, que mais sofre os crimes homofóbicos, os assassinatos homofóbicos – transfóbicos, na verdade – são as pessoas travestis. E, no congresso, havia um projeto, também da Deputada Augsburger, para reconhecer o nome social das travestis. Nas assembleias estaduais, havia projetos para terminar com a criminalização do travestismo, que ainda existia em várias províncias argentinas. Isso estava engavetado. Era quase impossível conseguir o debate; não a aprovação, mas o debate desses projetos, que têm a ver com a defesa da vida e da integridade física das travestis.

Depois da aprovação do casamento igualitário, o projeto começou a avançar no congresso. E ele vai ser aprovado neste ano, acho, por unanimidade. Até os setores que se opuseram ao casamento igualitário agora são a favor desse projeto. E são a favor também da reforma da lei antidiscriminatória, que é o PLC nº

122 argentino, que também estava engavetado e que depois da aprovação do casamento igualitário ninguém se posiciona contra. Ninguém mais se posiciona contra.

No Estado de Salta, que é um dos mais conservadores do país, todos os deputados e todos os senadores votaram contra o casamento igualitário. Agora é o segundo Estado da Argentina que reconhece o nome social das travestis. Isso foi uma mudança do casamento igualitário.

Por isso que a gente lutava pelos mesmos direitos, com os mesmos nomes, como diz o cartaz que vocês estão vendo. A gente fez campanha contra a união civil. Isso é uma coisa que aconteceu na Espanha, em Portugal também, repetiu-se na Argentina e provavelmente se repita no Brasil.

Quando os setores homofóbicos se opõem aos direitos dos casais homossexuais, começam a perceber que a discussão do casamento igualitário é possível. Eles é que começam a propor a união civil, para impedir o casamento igualitário, e a discussão passa a ser se os nossos direitos têm que ter os mesmos nomes ou têm que ter um nome diferente. Isso já aconteceu na história da humanidade com o racismo.

A juíza Seijas cita uma sentença de um tribunal da Virgínia, nos Estados Unidos, contra o casamento inter-racial, que era proibido em 16 estados americanos: "Deus, todo poderoso, criou a raça branca, a raça negra, a amarela, a vermelha e a malaia e as colocou em continentes separados. Se Ele colocou as raças em continentes separados é por que Ele não queria que se misturassem".

A discussão do racismo seguiu, de alguma maneira, os mesmos argumentos que se colocaram depois na discussão do casamento igualitário. Isso foi estabelecido numa doutrina, inclusive pela corte suprema dos Estados Unidos. Há doutrinas iguais, mas separadas. A união civil é isto: iguais, mas separadas.

Por isso que a gente lutou pelo casamento; não só pelos direitos do casamento, mas por todas as mudanças culturais e simbólicas que a aprovação do casamento traz quando o Estado passa uma mensagem para a população, dizendo: "É a posição oficial do Estado que os casais do mesmo sexo mereçam o mesmo respeito, os mesmos direitos e tenham a mesma dignidade".

Então, é isso. Já falei muito. Eu queria agradecer, principalmente ao Jean pelo convite. Queria parabenizar o Jean pelo trabalho que está fazendo no Congresso, para tentar a aprovação da PEC do casamento.

E eu espero, daqui a poucos anos, ver o Brasil passar pela mesma situação que está passando agora a Argentina. Eu quero ver o Jean Wyllys no Chile, no Paraguai, na Bolívia, na Venezuela, contando como foi

a discussão do casamento igualitário no Brasil e como ele conseguiu que fosse aprovado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Para aqueles que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos e também pela Internet, ouvimos a Angélica Ivo, representante das Mães pela Igualdade. Agora ouvimos o Bruno Bimbi, Conselheiro da Federação LGBT da Argentina e autor de *Matrimônio Igualitário*.

A assessoria fez questão – e vou fazer este papel também, porque acho importante falar sobre a violência – que eu citasse alguns dados rapidamente.

Segundo os dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, de 2011, o Brasil é o País que registra o maior número de crimes homofóbicos, isto é, cerca de 190 ocorrências no último ano; é o segundo depois do México, com 36 casos, e Estados Unidos com 25 crimes. De janeiro a abril de 2011, o Disque 100, Serviço da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, recebeu 378 denúncias de atos de violência. A central telefônica atende a todo tipo de segmento discriminado, e o maior número foi exatamente a comunidade.

Está com a palavra a Sr^a Gabriela Seijas, Juíza de Direito da Argentina e primeira a dar parecer a favor do matrimônio igualitário.

A SR^a GABRIELA SEIJAS – (*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. BRUNO BIMBI – Vou tentar traduzir a primeira parte.

O que a Gabriela está contando é que ela é professora de Direito Administrativo, Juíza e não faz parte de nenhuma organização e de nenhum movimento. Ela diz que nunca imaginou que um assunto como esse chegasse às suas mãos para ter que tomar uma decisão. Foi um acaso, obra do acaso na vida dela ter que decidir sobre o casamento igualitário.

Ela se lembra que, em 2000, ela leu a sentença de um tribunal do Canadá, que declarava a inconstitucionalidade do Código Civil do Canadá, autorizando o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Ela aguardou a sentença no computador, porque achou-a maravilhosa, e não acreditava que isso não estivesse acontecendo no resto do mundo. Depois veio a Holanda, a Bélgica, outros países e a Espanha, que tem laços culturais mais fortes com a Argentina, e a discussão começou a chegar no país.

Ela falou, na última parte, que, no caso da França, a discussão foi muito forte, porque os que se opuseram ao casamento igualitário acabaram impondo o PAC, que é o pacto social, uma coisa assim, uma

espécie de união civil que retraiu por muitos anos a discussão do casamento igualitário.

A SR^a GABRIELA SEIJAS – (*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. BRUNO BIMBI – O que aconteceu na Argentina, a princípio, é que os setores conservadores falaram: “Eu não sou contra, eu não tenho nenhum problema com a homossexualidade, não discrimino, mas desde que seja na intimidade, desde que não faça bandeira, desde que isso se mantenha dentro da casa, e não no espaço público”.

Mas o que começamos a perceber e o que começou a ser colocado é que, na verdade, a discussão era a do espaço público, era a discussão do reconhecimento do Estado, e isso deveria ser resolvido através do casamento igualitário.

A SR^a GABRIELA SEIJAS – (*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. BRUNO BIMBI – Em primeiro lugar, ela está falando que muitas vezes se coloca a discussão do casamento como uma discussão burguesa, em que muitas pessoas falam que o casamento não é o mais importante dos direitos pelos quais temos que lutar. No entanto, ela faz um paralelo com a questão da escravidão na história, em que essa mesma discussão era colocada, mas os direitos econômicos, os direitos trabalhistas não eram os únicos que estavam sendo onerados, o direito à liberdade, mas também, muito importante, é que os escravos não tinham direito a casar, não tinham direito a ter vínculos filiais; podiam ser separados das suas famílias, enviados para outro lugar.

Então, essa discussão dos direitos familiares, dos vínculos familiares também estava presente na discussão da escravidão.

A SR^a GABRIELA SEIJAS – (*Pronunciamento em espanhol.*) (*Palmas.*)

O SR. BRUNO BIMBI – Vou traduzir essa última parte.

Ela estava falando sobre a discussão também da criminalização do combate à homofobia, com a importância do casamento igualitário. Quando o Estado para de discriminar, quando o Estado deixa de discriminar, manda uma mensagem para a população, que diz: “nós achamos – nós, o Estado – que todas as pessoas merecem o mesmo respeito, os mesmos direitos e a mesma dignidade”. Isso cumpre de alguma maneira uma função educativa que serve para combater a homofobia na sociedade.

Ela contava que, quando fez a sentença, autorizando aquele casamento, a reação na família dela não foi a mesma dos filhos e dos pais. Os filhos estavam contentes, felizes e orgulhosos da mãe; e os pais não estavam de acordo com o que ela tinha feito. Inclu-

sive, uma parte da família dela sentiu um pouco de vergonha por ela ter feito isso, mas, um ano depois, a família inteira estava de acordo. Os pais também estão orgulhosos por ela ter feito isso.

Isso mostra como a aprovação da lei de casamento igualitário trouxe uma série de mudanças culturais que permitiram que muitas pessoas mudassem de opinião com relação à homossexualidade, e isso, de alguma maneira, reduz a homofobia na sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos a Juíza de Direito da Argentina, e a primeira a dar parecer em favor do matrimônio igualitário, Dr^a Gabriela Seijas.

Nossos cumprimentos.

Passamos, de imediato, a palavra à Deputada Nacional da Argentina Silvia Augsburg.

A SR^a SILVIA AUGSBURGER – (*Pronunciamento em espanhol.*) (*Palmas.*)

O SR. BRUNO BIMBI – Bom, o que a Silvia começou a contar é que as experiências dos outros países, embora elas não se repitam, não possam ser copiadas, podem servir para pegar os elementos mais positivos que houve nessas discussões nos outros países. Isso foi o que aconteceu com a experiência espanhola, no caso argentino. Nós aprendemos muito com a experiência da Espanha.

Ela estava dizendo que gostaria de ressaltar o que ela acha que foi a contribuição mais importante para a aprovação da lei na Argentina, que foi o trabalho do movimento, das organizações, especialmente da Federação Argentina LGBT, que levou a essa discussão; e ressaltar quatro aspectos disso. O primeiro foi a estratégia de ir ao mesmo tempo aos distintos poderes do Estado, porque isso criava uma pressão em duas direções. Quando o Congresso avançava, os juízes se sentiam, de alguma maneira, pressionados, pensando: “Vou fazer uma sentença contra; depois, o Congresso vai aprovar a lei, e vou ficar atrás disso”. Quando os juízes avançavam – que foram, na verdade, os primeiros –, os deputados e senadores começavam a pensar: “Nós é que vamos ficar como reacionários na Justiça, que já está reconhecendo, e nós não estamos avançando”.

A SR^a SILVIA AUGSBURGER (*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. BRUNO BIMBI – Bom, a segunda questão que ela resalta como importante é que, dentro da Federação Argentina LGBT, nenhum ativista renunciou à sua filiação partidária. Dentro da Federação, havia pessoas que militavam em partidos bem diferentes, mas todos colocaram como prioridade a discussão

do casamento, e houve um trabalho coordenado em unidade para consegui-lo.

Ela está ressaltando também que o projeto de lei que finalmente foi aprovado era um projeto que tinha origem no trabalho de duas Deputadas. Ela, que era que era uma Deputada da oposição, e Vilma Ibarra, que era uma Deputada da base governista. Esse trabalho foi feito de maneira conjunta, e o governo da Cristina Kirchner finalmente impulsionou o projeto. Essa unidade ficou por cima das filiações particulares de cada um.

A terceira questão é a importância da defesa da família. O movimento colocou em discussão uma família realmente existente e reclamou direitos para as famílias concretas que existem na realidade e que estavam fora da proteção do Estado.

De outro lado, os setores conservadores fundamentalistas que eram contra falavam de uma família que, na verdade, faz muito tempo que não existe. Ela citou a história de uma manifestação que houve na Praça do Congresso, a Manifestação Laranja, cujo lema era “Queremos papai e mamãe”, em que eles colocavam como essa família de pai, mãe e filho deveria ser defendida, quando a população sabe que essa não é mais a única família que existe na realidade.

A SR^a SILVIA AUGSBURGER (*Pronunciamento em espanhol.*) (*Palmas.*)

O SR. BRUNO BIMBI – É difícil traduzir a história depois.

Bom, ela estava ressaltando, no início, aquelas quatro questões que ela achou mais importantes na estratégia do trabalho da Federação. Faltava a quarta, que foi a defesa do matrimônio, isto é, a Federação nunca aceitou a união civil, que sempre colocou que deveriam ser os mesmos direitos com os mesmos nomes.

Houve muitas pressões políticas para que, finalmente, fosse aprovada a lei de união civil. Inclusive até as duas horas da manhã não sabíamos o que ia acontecer.

Mas a Federação sempre colocou isso como uma posição radical. Dizíamos que seria uma vergonha que a Argentina aprovasse a união civil, e que o Estado argentino passasse para a população essa mensagem de que há diferentes maneiras de nomear as uniões. Silvia citou o exemplo dos casais negros, que perguntávamos quem os defenderia e quem não sentiria vergonha de defender que um casal de negros, para se casar, em vez de ser matrimônio, seria lei de união de negros. É por isso que sempre nos colocamos contra.

Ela estava falando também que sobre essa discussão se é mais importante a criminalização da homofobia ou o casamento igualitário, houve um exemplo muito forte na Argentina, que foi o assassinato da Natalia Gaitán. Natalia Gaitán era uma adolescente,

uma jovem, da cidade de Córdoba, que foi assassinada pelo padrasto da namorada, que não aceitava que sua filha estivesse namorando outra mulher.

O assassinato da Natalia ocorreu no meio da discussão do casamento igualitário, no mesmo mês em que estava sendo debatido o casamento igualitário. E Silvia se lembrava de um capítulo do meu livro, que se chama *Quem matou Natalia Gaitán?*, em que eu me pergunto quem são os autores intelectuais do assassinato, porque, é claro, a gente sabe que quem matou foi o padrasto da namorada. Mas houve autores intelectuais que foram aqueles que difundiram o discurso de ódio, o discurso homofóbico, que levou essa pessoa a acreditar que devia cometer esse crime.

Eu faço uma relação com uma reportagem que eu fiz com um funcionário da Igreja Católica chilena, que tinha apresentado um livro sobre homossexualidade, um livro muito homofóbico, que falava coisas realmente terríveis com relação à homossexualidade: que era uma doença, que era uma coisa diabólica. E eu me perguntava até que ponto, com esse tipo de discurso, essa pessoa não seria responsável pelos crimes homofóbicos que acontecem no Chile e até que ponto isso não tem a ver.

Eu vou fazer um comentário pessoal. Eu me lembrava disso quando ouvia a Angélica Ivo. Eu me lembrava de que apresentei, faz pouco tempo, meu livro na cidade de Córdoba, junto com a mãe da Natalia Gaitán, e foi uma situação muito emotiva. Eu estava me lembrando disso.

Bom, ela finalizou contando uma história que, de alguma maneira, reflete a mudança que ali provocou. É a história de uma professora que ficou a noite toda assistindo na televisão a um debate da lei de casamento igualitário, que foi aprovada às quatro e meia da manhã; uma professora lésbica que nunca tinha falado na sala de aula, nunca tinha comentado com seus colegas – supostamente ninguém na escola sabia –, nunca tinha dito que era lésbica. E, no dia seguinte à aprovação da lei, ela chegou à escola com medo de ter que falar no assunto. Ela queria que a aula acabasse rapidamente para fugir, para não ter que responder a nenhuma pergunta, para não ter que dar uma opinião, porque, naquele momento, esse era um tema de conversa em qualquer lugar. E ela teve uma surpresa muito grande, porque, quando ela entrou na sala de aula, no quadro, os alunos tinham escrito uma mensagem para ela que dizia: “Agora, sim, somos todos iguais”. Aí ela viu que realmente todo mundo sabia e era a favor.

Por último, o que a Silvia estava ressaltando é a importância, para a Argentina, de o Brasil aprovar o casamento igualitário. É claro que queremos nos solidarizar e apoiar a luta dos brasileiros pelo casamento

igualitário, mas para nós também é importante essa aprovação, porque os direitos se ganham, conquistam-se, mas nem sempre são eternos, e sempre existe o perigo de retroceder. Isso está acontecendo agora na Espanha, onde há uma campanha presidencial, e o candidato da direita, que está colocado em primeiro lugar nas pesquisas, está propondo a derrogação da lei de casamento igualitário espanhol.

Então, a aprovação do casamento igualitário no Brasil seria muito importante também para a Argentina, pela importância que o Brasil tem em termos regionais, para ninguém sonhar, no futuro, em mudar o que já foi conquistado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a fala da Deputada Federal Nacional da Argentina, Silvia Augsburger – estou melhorando devargazinho; depois, você me dá umas aulas!

Passamos a palavra, neste momento, ao Marcelo Laffitte, Diretor do Filme *Elvis & Madona*.

O SR. MARCELO LAFFITTE – Bom dia a todos.

Enquanto eu me arrumava para vir para cá, hoje de madrugada, às 4h horas da manhã, eu comecei a pensar na composição desta Mesa, com os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, a sociedade civil organizada, as pessoas aqui representando e até mesmo o público, e estava imaginando qual seria a minha função nesta Mesa. Em “portunhol” selvagem, é claro: “Que estoy haciendo aqui?” O que estou fazendo aqui, na verdade? Comecei a imaginar. E, para eu entender o que estou fazendo aqui, tenho que falar, primeiro, como eu cheguei aqui.

Eu estou nesta Mesa por conta de um filme que está sendo exibido e até a esse filme eu cheguei porque de excluídos eu entendo bastante, entendo muito de excluídos. Primeiro, porque sou de Volta Redonda, que é uma cidade que foi inventada; é uma cidade onde os engenheiros, os advogados, os médicos moravam num bairro mais... Ela foi feita assim, a arquitetura, o urbanismo: os engenheiros moravam num bairro, os técnicos moravam no outro, os operários moravam num terceiro bairro, mais pobre logicamente, e os outros excluídos, em outros bairros também.

Eu era filho de uma desquitada, isso na década de 1960. Então, vocês podem imaginar que peso tinha você sofrer essa carga toda de ser filho de uma desquitada. Não era nem divorciada. Não havia mulher separada. Mulher desquitada. Nelson Rodrigues escreveu muito sobre isso.

Então, sofrendo essa carga toda, eu não podia, por exemplo, estudar no colégio católico de Volta Redonda. Por conta disso, eu fiz uma prova e fui para o colégio militar. Chego ao colégio militar e resolvo orga-

nizar o movimento estudantil. É claro que eu fui expulso. Estou sendo sempre excluído, excluído, excluído.

Quando eu tinha 16, 17 anos, eu estava pronto para entrar para a luta armada, quando chegou a anistia. Então, mais uma vez, fui excluído.

Então, de exclusão, eu venho entendendo há muito tempo.

Quando eu tinha meus 17, 18 anos, fui para o Rio de Janeiro, estudar na PUC, a Universidade Católica do Rio de Janeiro, e lá fiquei encantado com uma turma que fazia teatro, dança, música, os artistas daquele lugar. Mas como eu não sabia cantar, não sabia dançar, não sabia sapatear nem fazer poema, eu falei: alguma coisa eu tenho que saber fazer. Não posso ser mais uma vez excluído. Então, comecei a fazer filmes em Super 8, comecei a fazer algumas coisinhas, exibir uns filmes. E isso vem na minha obra.

Eu fiz um documentário sobre um barco de regatão no Pará, terra da Senadora Marinor. Fiquei dentro do barco junto com a tripulação durante um mês, subindo de Belém até Manaus quase. Só que o barco quebrou, a gente não conseguiu chegar em Manaus.

Fiz um documentário sobre um pequeno circo que atua no interior do Estado do Rio de Janeiro e fiz alguns curta-metragens para cinema; curta-metragem também é um filme excluído. Apesar da lei que garante a exibição de um curta-metragem nacional antes de um longa-metragem estrangeiro no País, essa lei não é regulamentada. Por isso, ela está excluída. Toda uma atividade artística, cultural e financeira também, porque curta-metragem gera emprego, mas não é esse o caso. Desculpem. Vamos voltar ao tema.

Com esses filmes, eu comecei a viajar o mundo, com esses curta-metragens.

Há doze anos eu estava em Miami, na Flórida, participando de um festival. Estava assistindo aos canais do hotel enquanto esperava para ir à sessão do cinema, quando vejo um programa de auditório desses, tipo *Ratinho*, Márcia não sei quê, um programa desses de auditório, em que uma travesti dos seus 50 anos estava discutindo feio com um rapaz dos seus 30 anos. Era em espanhol esse programa. Em Miami, mas o programa era espanhol. Eu apurei o ouvido ali, comecei a ouvir um pouco melhor e entendi que pai e filho estavam brigando. Aí comecei a entender a história: o pai tinha abandonado a família 20 anos atrás. Saiu de casa, abandonou mulher e filho, a família. Voltou 20 anos depois como um travesti. Quando chegou em casa, a família ficou assim, tudo bem, mas é nosso pai, então aceitou o convívio. Só que, nesse momento, nesse retorno, o pai se apaixona perdidamente pela esposa do filho, a sua própria nora. E a briga era por causa disso. A briga não era por causa de sexualidade;

a briga era por causa de família, porque, a partir daí, esse pai e a esposa do seu filho resolveram se juntar, se casar. E o filho falava: “Por que você está destruindo a minha família?” Ele disse: “Não, não estou destruindo a sua família”. “Você não é homem, não é mulher”, aquela coisa, aquela briga. Ele se vira e diz: “Eu não me apaixonei pelo corpo da sua mulher; eu me apaixonei pela sua alma”.

Nesse momento, caiu a ficha de que qualquer forma de amor vale a pena, toda forma de amor vale a pena.

Os jornais agora, com *Elvis & Madona*, com as críticas, que estão muito boas, aliás, falam “esse romance é impossível, esse romance é improvável, não existe”. Mas existe, sim. Não é à toa que eu vejo, hoje, que as cores do movimento *gay* são as do arco-íris, porque tudo é possível dentro desse leque de possibilidades e de combinações.

Então, naquele momento, há 11 ou 12 anos, eu resolvi fazer um filme e pensei: um dia vou fazer um filme – me deu um *insight* – sobre uma história de amor entre uma lésbica e uma travesti. Ali surgiu essa ideia.

E eu escrevi esse roteiro num momento em que o País estava numa crise muito forte. Estava brabo, desemprego, todo dia a manchete do jornal era de desemprego, era não sei quê, inflação, crises asiáticas, os tigres asiáticos, o México quebra, não sei quem quebra. Eu escrevi esse roteiro nessa época. Mas nada disso está no roteiro porque não era aquele o país que eu queria. O país que eu queria era um país de igualdade, um país de distribuição de renda, um país em que as pessoas pudessem ser felizes com suas opções, com seu trabalho, principalmente, porque nada vem de graça, as lutas estão aí para a gente fazer, e fiz esse roteiro há 12 anos.

Tentei, tentei, tentei arrumar dinheiro, não conseguia. Aí o Ministério da Cultura abriu um concurso. Eu entrei nesse concurso e recebi o prêmio para fazer o filme. Filmei, o dinheiro acabou no meio, a gente entrou em outro concurso para poder finalizar, botar música, mixagem. Dessa vez, o concurso, via Lei de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, mas por uma empresa, a Oi. Fizemos o filme, finalizamos o filme, e ele ficou pronto no finalzinho de 2009.

Exibimos o filme pela primeira vez no finalzinho de 2009, ainda em vídeo. Ele não estava nem em cinema, como vocês vão assistir agora. Estava em vídeo ainda. Aí exibimos o filme em Natal, no Rio Grande do Norte, no Festival de Natal. Lá, a sessão lotada. Não era aquela coisa intelectual, não estavam os artistas, era público, público mesmo, num *shopping center*, e foi sensacional. Foi uma sessão emocionante, de as pessoas baterem palmas, aplaudirem, me darem

abraços depois. Quando eu saí, ainda recebendo os abraços das pessoas, eu vi que havia um senhorzinho, num canto, querendo falar comigo. A gente entende um pouquinho quando a pessoa quer falar com você. Aí eu abri espaço, e esse senhor chegou até mim. Ele me disse quase ao pé do ouvido: “Olhe, eu sou sargento aposentado da Aeronáutica. Eu nunca pensei que fosse torcer por um veado na minha vida”. Essa foi a frase que ele falou. Aspas, por favor. Eu nunca pensei que fosse torcer, na minha vida, por um sujeito que é tão diferente do que eu sou. Isso já é o meu discurso. Não é o dele, porque o dele foi curto e grosso. “Meus parabéns!” “Obrigado”. E saiu.

Aí, nesse momento, eu saquei e descobri qual é a minha função, lá, aqui, sempre, que é, na verdade, levar a arte. Eu não defendo bandeira nenhuma, porque não sou do movimento organizado, não sou desse movimento organizado, porque tenho meus próprios movimentos. Agora, a minha função é essa. De uma forma, não levanto bandeira, não faço julgamento de valor, se está certo ou errado. Eu acho que a função do artista é exatamente esta: vislumbrar o país de que a gente precisa, vislumbrar uma sociedade onde as pessoas sejam iguais.

Então, eu acho que esse finalzinho responde à minha primeira pergunta: o que estou fazendo aqui? Acho que é isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o diretor do filme *Elvis & Madona*, Marcelo Laffitte.

Eu achei interessante a história que você contou de que, naquele momento você “sacou”, a história daquele pai, daquele filho e da nora. Foi muito interessante.

Passo a palavra, neste momento, ao Igor Cotrim, ator do filme *Elvis & Madona*

O SR. IGOR COTRIM – Alô, bom dia para todos e todas!

Agradeço o convite.

Marcelo pergunta o que ele está fazendo aqui, ainda mais o ator!

Quero, primeiro, parabenizar o pessoal da Argentina. Isso é realmente uma coisa para nós nos espolharmos. Seria muito interessante você ter essa oportunidade; também, Jean, de você ir, pegar a América Latina e fazer esse trabalho de novo, continuando isso.

Shakespeare falava que nada do que é humano me é estranho.

É muito engraçado que muitas coisas que são feitas em nome de religião ou de governos são tantas barbáries que nós temos! Essa coisa de não haver igualdade, de não se entender a parte cívica do que se faz.

Sou ator, também sou poeta e tenho uma banda. Só que há cinco anos faço um trabalho voluntário no Brasil inteiro, levando poesia, música, conscientização social e política e deixo o microfone aberto para as pessoas poderem participar. Dar a voz a isso.

O ator, o artista, como o Marcelo falou, além de vislumbrar uma sociedade, que pode ser através de um ensaio, de uma crônica, de um livro, de um filme e de uma música – na época da ditadura, havia protestos; tinham que passar uma ideia, uma mensagem, de um jeito que não percebessem na censura –, tem uma função social desde a época dos gregos. Havia as catarses, havia os assassinatos nas peças antigas para que ninguém precisasse se matar na sociedade. Havia todos os exemplos de mazelas ou de condutas errôneas para se evitar que houvesse isso na sociedade.

Então, havendo esse trabalho voluntário, que já faço há cinco anos, e nunca ter tido a oportunidade de fazer cinema, de repente, posso juntar, convergir. O primeiro papel que faço no cinema é de um travesti, que tem a função social de tentar desmistificar um pouco o preconceito.

Eu me lembro que eu estava no 4º For Rainbow, no festival de diversidade sexual em Fortaleza – e Fortaleza é a capital do país de comediantes, mas, estranhamente, é a capital da violência homofóbica. Havia uma peça neste festival. Eram quatro travestis, fazendo coisas superengraçadas no texto, só que, de repente, no final da peça, havia um telão, e começaram a mostrar cenas da Idade Média, de pessoas sendo queimadas, cabeças estouradas, pessoas completamente barbarizadas, mortes muito violentas, com requintes de crueldade absurdos.

Então, foi a única vez que, mesmo havendo todo o processo de fazer o filme do Marcelo, pela importância do festival, achei que naquele momento merecia eu fazer uma elegia, fazer um poema, retratando essas pessoas, retratando as travestis.

Quando terminou a sessão do filme, foi muito emocionante, porque vieram chorando; umas quatro vieram chorando e disseram: “Você deu dignidade”. O Marcelo trabalhou essa dignidade, porque, como ele falou, é um amor de alma. Não tem diferença. Somos todos iguais. O filme é de amor de alma. A importância não é do gênero.

Um paraibano disse que, depois de dez minutos, não importava para ele se era uma travesti, se era uma lésbica, se era um gay, se era um homem. Não importava. Era uma história de amor bem contada.

Saber que eu pude fazer parte dessa história do Marcelo, desse sonho dele, saber da repercussão que esse filme já está tendo em vários setores, saber que pode dar voz a pessoas que não são só marginaliza-

das, porque as travestis têm uma questão que é pior ainda, que é a invisibilidade; elas são invisíveis para a sociedade. O Marcelo conseguiu fazer uma coisa que dá respeito, e acho que essa função social foi alcançada.

Fico muito feliz de ter sido convidado e de estar aqui neste simpósio.

Obrigado, Jean pelo trabalho.

Que coisa, os argentinos passaram na frente da gente merecidamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Igor Cotrim, ator do filme *Elvis & Madona*.

É com muito orgulho, então, que passo a Presidência para a Senadora Marinor Brito, para conduzir o encerramento dos nossos trabalhos.

Eu já havia combinado com Jean, Marinor! O que eu combinei com ele tem que valer. Eu mando um pouquinho também aqui.

O Deputado Federal Jean, então, fará o discurso de encerramento em nome da Câmara e do Senado.

Está aprovado? Ele pode fazer o discurso de encerramento em nome da Câmara e do Senado? Então, batam palmas. (*Palmas.*)

O SR. JEANWYLLYS (PSOL – RJ) – Na verdade, eu vou anteceder a fala da Senadora Marinor Brito, porque ela, sim, vai encerrar a nossa audiência-seminário.

É importante lembrar, ressaltar que, na fala do Laffitte, quando ele diz que “toda maneira de amor vale a pena”, subentende-se que toda forma de amor consentido entre adultos vale a pena.

Eu faço questão de ressaltar isso porque os inimigos da cidadania LGBT, toda vez que ouvem essa frase – “toda maneira de amor vale a pena” –, dizem assim: “Ah, vocês começam lutando por direitos de homossexuais e, depois, vocês vão querer legalizar a pedofilia”, numa atitude clara de má-fé, óbvio.

A gente sabe que a pedofilia é um crime. A pedofilia não pode, não deve, jamais, ser comparada à expressão da sexualidade humana que é a homossexualidade. A tentativa de aproximar as duas coisas parte de uma má-fé deliberada. Por isso a gente diz que toda forma de amor consentido entre pessoas adultas vale a pena, e toda entidade familiar que nasce dessa relação de amor merece a proteção do Estado.

O filme do Marcelo Laffitte trata de uma família que surge de uma relação inusitada de amor entre um travesti chamado Lady Madona e uma lésbica chamada Elvis – Elvira, que é apelidada de Elvis. Dessa relação vem uma gravidez e dessa gravidez, concretamente, uma família, que perdura no tempo baseada no afeto.

Então, é importante ressaltar esse aspecto da fala.

Quero agradecer, enormemente, a presença das autoridades argentinas que vieram para cá dividir a experiência exitosa da aprovação do matrimônio igualitário naquele país. Quero, desde já, pedir desculpas públicas a essas autoridades por toda dificuldade na chegada dessas pessoas aqui.

É importante lembrar que a resistência à discussão, à simples discussão dos temas LGBTs, no Congresso Nacional, é tão grande que, para poder a gente fazer este evento, foi preciso aprovar nas duas Casas legislativas, nas duas Comissões de Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara – e, aí, eu ressalto o papel importante da Deputada Manuela D'Ávila, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

É claro, mais uma vez, ressalto a participação do Senador Paim, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos no Senado, na aprovação da proposição feita pela Senadora Marinor Brito.

Então, percebam como é difícil tocar esse tema aqui. É preciso que se garanta a aprovação nas duas Casas, é preciso garantir trazer autoridades de outra nação, é preciso garantir a presença de artistas, para poder a gente ter um espaço de discussão, tamanha é a resistência à temática LGBT aqui nesta Casa.

Enquanto os direitos de homossexuais e a própria causa homossexual podem ser usados para fins eleitorais – para fins eleitorais –, como mera figuração, os homossexuais servem; enquanto os ativistas LGBTs podem ser arregimentados para defender candidatos a Presidente acusados de terroristas, de abortistas e que tais, os ativistas servem, mas quando a gente vai propor políticas de discussão, a gente vai propor discussões e políticas que podem resultar em conquistas efetivas de direitos, as dificuldades começam.

Por isso, eu quero ressaltar por demais a importância do Senador Paulo Paim, da Senadora Marinor Brito, da Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Manuela D'Ávila, e, por fim, da Senadora Marta Suplicy, que fez breve participação neste seminário mas não é menos importante, porque ela coordena comigo a Frente Parlamentar Mista LGBT.

Quero agradecer a presença de todos vocês e dizer que, com toda dificuldade, a gente avança, porque foi assim que a Humanidade se transformou, foi assim que a democracia se espalhou, que o mundo comum, que pressupõe a pluralidade dos homens e o acesso igualitário aos direitos, foi construído.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Viram a beleza da escolha do mando do Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Intervenção fora do microfone.*) – De vez em quando eu acerto.

A SR^a PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA)

– Eu estou muito honrada por presidir, de novo, este momento de encerramento desta etapa da nossa luta aqui no Senado Federal.

Não tem como não reiterar todos os agradecimentos aqui feitos pelo querido Jean; à nossa Senadora Marta, que é uma dedicada militante da nossa causa. Não posso deixar de agradecer ao Senador Paim, à Deputada Manuela, que são as nossas retaguardas nas Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado.

Muitos dos debates que precisamos fazer só conseguimos fazê-los com o aporte destas comissões. Já discuti Belo Monte, já discuti violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes, tudo o que se imagina no universo que se fecha em outras comissões, sobretudo naquelas dirigidas por conservadores.

O Congresso Nacional é muito conservador, é muito conservador. É, inclusive, de certa forma, homofóbico, porque se comporta, em vários momentos, quando tentamos fazer debates como este, com intolerância, com agressão e outras formas.

Sempre dizemos: se, para nós, que somos autoridades brasileiras, eleitas democraticamente no País, a agressão acontece no cotidiano dos debates, imaginem com as pessoas nas sociedades, sem a proteção do Estado, sem leis que afirmem a cidadania LGBT! Então, torna-se mais importante ainda a realização de seminários como este.

Não estamos preocupados com a quantidade de pessoas, mas com a qualidade dos debates, com o aprofundamento de temáticas, com as contribuições de outros militantes, outras autoridades, outros atores políticos do mundo, independentemente da forma como apresentam essa contribuição, seja por meio da arte, de teses jurídicas, seja por meio de lutas políticas. Mas nós nos fortalecemos com a realização de eventos como este.

Hoje, não foi possível a transmissão direta pela TV Senado, em função do dia que escolhemos, mas todo este seminário foi gravado. Vamos reproduzi-lo. Já peço aqui ao Presidente da Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, para que possamos disponibilizar toda esta gravação para autoridades, lideranças partidárias, para o Supremo Tribunal Federal, para as instâncias da Justiça brasileira, a fim de que eles tenham também elementos, trazidos pelos nossos companheiros e companheiras, para interagir com essa questão, para serem sensibilizados com a nossa causa. A nossa causa é a cidadania.

No exercício da Presidência, já estou sabendo que está avalizada a liberação das fitas, para disponibilizá-las para a sociedade.

Antes de encerrar esta atividade, eu gostaria de convidar todos para a pré-estreia, às 19h, de Elvis & Madona, no Museu da República. Lamento não poder estar presente. Moro no Pará e tenho uma atividade lá amanhã. Não há transporte fácil para voltar. Infelizmente, o direito de ir e vir não está assegurado no nosso País. A gente paga para ir e vir e, mesmo assim, não tem o direito de se deslocar na hora em que precisa.

Registro a presença da nossa Senadora pela Bahia Lídice da Mata, que é uma parceira também.

Muito obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Perdi a estreia e perdi o jogo, ontem, lá no meu estado, no Mangueirão, de Brasil e Argentina.

É uma provocação carinhosa, mas ganhei a presença de vocês, a colaboração de vocês, o passo seguinte que vocês conseguiram dar; vocês vieram nos auxiliar, para que possamos dar aqui, no Brasil.

Hoje, à tarde, às 15h, haverá a exposição das Mães pela Igualdade, no Espaço do Servidor, no Anexo II da Câmara. Já fui lá hoje, cedo. Passei, já bisbilhotei um pouco; inclusive, já vi que há uma funcionária do meu gabinete que está fotografada com a família dela.

Fiquei emocionada, Paim! Fiquei muito emocionada de ver. (*Palmas.*)

Queria reiterar o convite agradecendo, obviamente, a colaboração das Mães pela Igualdade e dizer que essa parceria não vai mais se desfazer enquanto houver um único cidadão ou cidadã neste País, sofrendo preconceito e discriminação.

Quero agradecer à Angélica Ivo, ao Bruno Bimbi, à Gabriela Seijas, à Silvia Augsburger, ao Igor Cotrim, ao Marcelo Laffitte, ao Jean Wyllys e ao nosso Presidente, Senador Paim.

E viva a cidadania LGBT! (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência.

(Iniciada às 09 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 4 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim**, **Vicentinho Alves**, **Lídice da Mata**, **Demóstenes Torres**, **Marinor**

Brito e o não membro **Eduardo Suplicy**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 132, de 2011–CDH, aprovado em 20/09/11, de autoria do Senador Paulo Paim, *para debater a criminalização dos movimentos Sociais*. O Senhor Presidente inicia a reunião e após suas considerações iniciais, às nove horas e vinte e quatro minutos faz uma interrupção da reunião por cinco minutos. Reiniciada a reunião o Senhor Presidente chama os seguintes convidados para compor a mesa e fazer suas considerações acerca do tema da Audiência Pública: Guilherme Boulos, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST; Bruno Renato Nascimento Teixeira, Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, em representação a Ministra Maria do Rosário Nunes, de Estado Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Jeter Luiz Gomes, Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social, Presidência da República; Rumiko Tanaka, Secretária para Assuntos da Criança e do Adolescente, em representação ao Senhor Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Moacyr Roberto Tesch Aruersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, em representação ao Presidente José Calixto Ramos; José Maria de Almeida, Membro da Executiva Nacional da Central, em representação ao senhor Atnágoras Lopes, Coordenador da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Ubiraci Dantas De Oliveira, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Deputada Federal Érika Kokay, PT/DF; Lucas Brito de Lima, Representando Clara Saraiva da Assembléia Nacional dos Estudantes Livres – ANEL; e Erivã Garcia Velasco, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 71ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 132, de 2011—CDH, aprovado em 20/09/11, de autoria deste Senador e de outros, “para debater a criminalização dos movimentos sociais.”

Algo que nos preocupa muito. Tivemos denúncias de que vêm acontecendo em diversos Estados.

Foram convidados para esta audiência pública:

Deputada??Federal Manuela Pinto Vieira D’ávila, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

Bruno Renato Nascimento Teixeira, Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, representando a Srª Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado, Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB;

Rumiko Tanaka, Secretária para Assuntos da Criança e do Adolescente, representando o Sr. Ricardinho Patah, Presidente da UGT;

Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, representando o Presidente José Calixto Ramos;

João Paulo Rodrigues Stédile, Coordenador Nacional do Movimento dos Sem Terra – MST;

José Maria de Almeida, da Executiva Nacional da Central Conlutas, representando o Sr. Atnágoras Lopes, Coordenador da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas;

Ubiraci Dantas De Oliveira, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; e

Clara Saraiva, representante da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres – Anel.

Vou fazer uma pequena introdução, enquanto nossos convidados estão chegando. Estão se deslocando da portaria que dá acesso a esta Comissão.

Meus amigos, minhas amigas, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, debateremos a criminalização dos movimentos sociais.

Todos sabem a nossa história, a nossa caminhada, nosso carinho, admiração e respeito pelos movimentos sociais, que fazem parte da minha vida, das nossas vidas. Lembro-me que em meu gabinete tenho um *banner* com os seguintes dizeres: “É imprescindível ter em mente que o nosso mandato não representa apenas um Senador, representa um movimento, um movimento social. Por isso, ele é imbatível”. Imbatível é o movimento social, não o Senador.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos diz que os movimentos sociais fortes são funda-

mentais para uma sociedade efetivamente democrática. São também, segundo ele, imprescindíveis ao estabelecimento de formas de uma democracia participativa.

Segundo o Procurador Duciran Farena, “é indiscutível que existe uma tendência a criminalizar os movimentos sociais, isto é inaceitável. As estruturas patriarcais brasileiras sempre tiveram escassa tolerância com demandas de reformas vindas da base”.

Atribui-se a Washington Luís, Presidente do Brasil de 1923 a 1930, a frase síntese dessa concepção: “A questão social é caso de polícia”.

É lamentável que tenhamos de ouvir isso de um Presidente que governou o Brasil de 1926 a 1930. Os movimentos não devem ser tratados como caso de polícia, mas sim como uma questão social e política, e merecem todo o respeito da sociedade e – por que não dizer? – do Planeta. Os movimentos são manifestações pelos direitos humanos. Devem, portanto, ser objeto de debate com as instituições para garantir os seus direitos e na caminhada também aprimorar direitos e deveres. Os movimentos sociais são manifestações e ações para reivindicar o acesso aos direitos e garantias individuais e coletivas, seja no meio urbano, seja no meio rural, na busca de acabar com as desigualdades. Defendem a vida e a participação popular nas decisões.

Lembro que este ano celebramos os 16 anos da morte de um grande amigo meu, que foi Deputado Federal junto comigo: Florestan Fernandes, sociólogo, defensor dos direitos sociais e dos direitos humanos.

Fizemos uma homenagem à vida e à obra desse grande homem no dia 8 de agosto nesta Comissão. Fizemos aqui uma grande homenagem a Florestan Fernandes com quem tive a honra de conviver e de ouvir dele e ler muitas das suas teorias. Ele dizia: “Sem questionamentos não há combate pelo fim das desigualdades”.

É isso que os movimentos sociais fazem e com justa razão questionam, questionam e questionam e têm que continuar a questionar.

Também afirma Florestan: “A verdadeira democracia é feita com a pessoa sendo sujeito e não simplesmente objeto.” Por isso, a importância da participação dos movimentos sociais é fundamental nos grandes temas nacionais.

Se vocês permitirem – estamos esperando a chegada de nossos militantes –, num dos momentos de minha vida, eu, que já escrevi algumas poesias...

Fui informado de que depende de uma autorização minha para que liberem a entrada do pessoal lá. Toda vez que um movimento social tem de entrar é toda essa novela, meu Deus do céu! Eu faço audiência pública toda semana e me parece que fazem por gosto.

Engraçado, quando são os “gravatinhas” que entram aqui, os cartolas, não há esse problema. Se eu fizer uma audiência aqui em que for entrar todo mundo bonitinho, de gravata, de cartola, não há problema nenhum. Fiz aqui com o Ministério Público. Fiz com juízes, fiz com advogados, e não houve problema. Quando chega a hora dos trabalhadores, há esse impasse. Que bom que eu estou falando ao vivo para todo o Brasil. Toda vez que há audiência que significa entrar pessoas com vestimenta simples e que não estão de cartola, ocorrem esses problemas. Aí querem por escrito. No mínimo, isso.

Dizem que uma ligação minha também resolve.

Então, façam a ligação e me passem. Eu vou dizer a eles que é lamentável. É aqui e na Câmara. É tudo igual. Aqui era um pouco melhor, mas parece que está piorando agora. Começou a piorar este ano. Sério. Estou aqui há oito anos. Nos outros anos não era tão complicado. Agora parece que...

É uma lástima ter de dizer isso aqui. A audiência devia iniciar-se às nove horas. São nove e dezoito, a audiência não “entrou” porque não deixam os trabalhadores terem acesso à Comissão de Direitos Humanos. É brincadeira isso.

Muito bem, Sr. Moacyr. Seja bem-vindo.

Ok?

Muito bem, como essa última parte é uma poesia que escrevi destinada aos militantes, é “Carta aos Militantes”, mas há uma década que escrevi essa poesia. Eu queria ler quando eles chegassem aqui. Eu achei que, fazendo essa introdução, eu leria a poesia com eles aqui. Então, vou esperar eles chegarem e no momento adequado eu faço a leitura.

Enquanto isso, vamos formatar a nossa Mesa.

Já estamos na audiência, vamos formatar a Mesa.

(Manifestação da plateia: “É que há uma certa dificuldade de acesso aqui.”)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu acabei de reclamar aqui do microfone...

(Manifestação da plateia: “ Então, está bem. Nós entramos por lá, depois passamos para outro, depois fomos pela garagem... Então, talvez...”)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu estava dizendo que é interessante isto: quando faço aqui audiências com juízes, com o Ministério Público, com médicos, com advogados, não tem problema algum. Todos chegam aqui, entram, lota, já providenciam uma sala ao lado, se for necessário. E quando chega a vez de líderes dos trabalhadores, os obstáculos se multiplicam. Era para ter iniciado a audiência às 9

horas. São 9h20min, e não pude iniciar ainda porque nossos convidados não podem entrar.

Liberaram lá ou eu vou ter de encerrar a audiência e ir à portaria? Eu já fiz isso. Tive que ir à portaria e dizer: “Entrem”, acabou e pronto. Estou falando ao vivo, mas é isso mesmo. Tem que... Fazer engolir palavras? Se me der um AVC, é de tanta indignação que fico. Colocando para fora, pelo menos, estou desabafando e dialogando com o Brasil aqui.

Quantas pessoas estão lá?

Elas podem se deslocar para cá? Quantas já entraram?

A sala ao lado aqui está ocupada? Desloquem o pessoal para cá.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou providenciar lugar. Claro que tem e pode, mas é aquela velha história: lugar não falta, falta é boa vontade. Disso eu não tenho nenhuma dúvida. Dizer para mim que terça-feira de manhã todas as salas estão ocupadas? Isso é para inglês ver.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E daí, ele não ia falar comigo? Alguém aqui? *(Pausa.)* Foi alguém nosso lá? Foi alguém daqui lá?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem foi lá?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o Roberto não pode dar uma ligadinha para cá, se está tendo problema? Muito bem. *(Pausa.)*

Pessoal, só vai ter um jeito, e eu acho que é interromper, suspender por cinco minutos. Eu vou lá, e o pessoal vai entrar. É o único jeito. Vamos suspender aqui por cinco minutos e vou lá pessoalmente para o pessoal entrar. É lamentável, mas isso acontece. Em cinco minutos, vou até lá. *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa e reiniciada às 9 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alô, alô! Vamos reiniciar os nossos trabalhos então. Ficou ajustado que as pessoas podem se sentar aqui. Quando lotar esta sala, os outros convidados podem se dirigir à sala ao lado, que tem um telão para acesso.

Vamos formatar a nossa Mesa: chamo Ubiraci Dantas de Oliveira, representante da CGTB; José Maria de Almeida, representante da Conlutas; Moacyr Roberto Tesch, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Rumiko Tanaka, representando a UGT,

Ricardo Patah; e Bruno Renato Nascimento Teixeira, Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, representando a Ministra Maria do Rosário. Formatada a nossa Mesa, os convidados já estão tendo acesso, enfim. Depois de muita dificuldade, todos foram liberados. Vão ocupar esta sala e quando esta sala estiver lotada, usarão a sala com telão ao lado.

Peço aos amigos que estão aqui se puderem se sentar para que os nossos painelistas...

Se a Mariana ajudar...

Mariana, não dá para ter uma reunião paralela e os convidados aqui na mesa. Se você convidar a companheirada a se sentar... Podem ocupar qualquer lugar aqui na primeira fila, na segunda fila. Aqui dentro, vocês estão em casa; difícil foi chegar aqui. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem um cartãozinho, meu comandante? Já passou? Só para situar, já vamos botar uma cadeira para ti aqui. Alguém me dê o cartão do nosso convidado?

Você passou para quem o cartão? Me dê outro então, meu comandante, porque nesta correria que está aqui de deslocamento, peço desculpas. *(Pausa.)*

Então convidamos para a Mesa também o Dr. Jeter Luiz Gomes, representante da Secretaria Geral da Presidência da República. Seja bem-vindo.

Em seguida, vamos dar a palavra inclusive... Eu peço que um representante do movimento, o Guilherme...

Guilherme, fique aqui na primeira fila. Daí mesmo você vai poder usar da palavra, porque aqui na mesa não há mais espaço. Você usa a palavra daí, no momento adequado.

Guilherme, a pedido de toda a Mesa, você deve falar; é só apertar o botão verde.

Inclusive, situando todos da dificuldade que tivemos e que agora está resolvida. Esperamos que não haja mais obstáculos, e que a façamos um bom debate. Na verdade, os obstáculos aqui criados são mais ou menos o motivo desta audiência pública, que é a criminalização e o desrespeito aos movimentos sociais. Está com a palavra o Guilherme.

O SR. GUILHERME BOULOS – Meu nome é Guilherme Boulos, sou da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e também da Frente de Resistência Urbana. Na verdade, Senador, nosso pedido para pautar aqui hoje na Comissão e convidar membros de Governo, de centrais, também outros Senadores, representantes de movimentos populares e sindicais foi no sentido de expor um problema muito sério que tem acontecido, claro, no Brasil todo, com todos os que lutam, mas nesse caso, especifica-

mente, com militantes sem teto, que sofreram tanto com ameaças, quanto até com ataques, nos últimos meses, aqui no Brasil.

Fizemos um relatório, que ao fim da audiência vamos entregar para o Senador e para os membros do Governo aqui presentes também, em caráter de denúncia.

Nós tivemos, especificamente, três casos muito graves, que ocorreram nos últimos quatro meses.

Primeiro, no Estado do Amazonas, em Manaus, com dois companheiros da Coordenação do Movimento dos Sem Teto. Um deles inclusive está chegando aqui, está na entrada, o Júlio César, que tem sofrido ameaças e sofreu duas tentativas de assassinato neste ano pelo fato de lutar contra a especulação imobiliária, contra a grilagem e pelo direito à moradia digna em Manaus. Hoje, esse companheiro está numa situação extremamente delicada, vive fugindo, mora num lugar em um dia e noutro em outro dia, para conseguir sobreviver. Inclusive um membro da família dele teve uma arma apontada para a cabeça para dizer onde ele estava, numa noite do mês de junho. Isso tudo consta do relatório com detalhes, inclusive com indicação de testemunhas. Nós tivemos duas reuniões sobre o caso do Júlio na Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Pedimos, no mínimo, que fosse feita uma audiência em Manaus, para que pudesse inibir lá, onde atuam essas forças. Isso sequer foi feito, sequer foi feito.

O outro caso é o daquele companheiro que está ali, o Lacerda, junto com a Elaine, que está ali, e a filhinha deles, a Sofia. Essa menina de cinco anos... Não é isso, Elaine? Quatro anos, teve uma arma apontada para a sua cabeça, dentro de uma ocupação, no sentido de fazer com que o pai dela viesse, para que pudessem executar o pai dela, que é o Lacerda, que é dirigente sem teto em Minas Gerais. Isso ocorreu... Depois, acho que temos de abrir espaço para que tanto o Júlio, como o Lacerda e a Elaine possam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, eles vão poder usar a palavra no momento adequado.

O SR. GUILHERME BOULOS – É claro, para que possam passar com mais detalhes. Por isso nem vou me alongar nos casos, especificamente.

O caso mais recente ocorreu também num lugar mais próximo: aqui no Distrito Federal. O companheiro Edson, da Coordenação do MTST, que está também na entrada, chegando, recebeu a visita indesejada de dois homens armados, na madrugada do dia 4 de setembro último, há um mês exatamente, em sua casa, e deram 18 tiros no sentido de matar o companheiro. O companheiro escapou e é por um acaso que está vivo e vai aqui, hoje, fazer o seu relato. Tem, inclusive,

a marca de um dos tiros, que pegou de raspão no seu peito, tem as fotografias, que vamos ver se conseguimos, através de um *datashow*, mostrar, inclusive da casa atingida, das marcas de balas na casa. Porque o MTST havia feito, um mês antes – nós não acreditamos muito em coincidência nesse caso –, uma grande ocupação em Ceilândia, no Distrito Federal, e o Édson foi o principal coordenador. Logo depois, o companheiro foi alvejado dessa forma.

Então, esses casos, junto com vários outros, passam por iniciativas de criminalização, de prender e responsabilizar judicialmente os dirigentes.

No Estado de São Paulo, temos um problema grave, para concluir, Senador, que é o problema dos interditos proibitórios. Hoje, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto está judicialmente impedido de fazer manifestações na frente de sete prefeituras do Estado de São Paulo, porque existem interditos proibitórios e o movimento não pode chegar perto, senão a polícia é acionada nessa ação judicial. Impediram também de ocupar mais de vinte terrenos no Estado, porque também seus proprietários e, às vezes, o próprio poder público entram com interdito proibitório.

Então, são iniciativas como essas que se expressam em criminalização, responsabilização judicial, ameaças e tentativa de homicídio àqueles que lutam por direito sociais, que fazem com que venhamos aqui hoje expressar essa denúncia e lançar oficialmente – trouxemos cartazes e faixas – uma campanha nacional, que é a Sem Teto Com Vida, para garantir o direito de lutar por direitos sociais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Quero registrar a presença conosco do Senador Demóstenes Torres, atuante, conhece bem todo o arcabouço do debate que faremos aqui sobre a criminalização dos movimentos sociais.

A partir deste momento... Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a use a palavra no momento que entender mais adequado.

Neste momento, depois da palavra do Guilherme, que deu um enfoque nos problemas que estão acontecendo, resumindo a violência contra os líderes dos trabalhadores, vamos iniciar o nosso painel. Vou seguir a orientação daquilo que a Mesa me encaminhou.

Pela orientação, o primeiro a falar será o Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, em representação à Sr^a Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado, Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Dr. Bruno Renato Nascimento Teixeira com a palavra.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA

– Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Permita-me dizer, Bruno, mais uma vez, ao pessoal da portaria que a sala continua, em tese, vazia, pelo número de pessoas esperando para entrar. Por favor, Bruno com a palavra.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA

– Muito obrigado, Senador. Bom dia a todas e a todos os companheiros e companheiras aqui presentes. Senador Paulo Paim, Presidente, a todos da Mesa, bom dia. Quero, mais uma vez, agradecer o convite, em nome da Ministra Maria do Rosário, para estar aqui nesta manhã, fazendo este debate, que é um debate de suma importância e que vem sendo colocado na ordem do dia dos temas que são tratados na Secretaria de Direitos Humanos.

Quero destacar a importância que este debate vem trazendo para dentro da Secretaria, no sentido da articulação e da função como a Secretaria de Direitos Humanos vem atuando junto ao Governo Federal e que passa por um processo de sensibilização das demais áreas de Governo para o tratamento e da forma como se conduzirá o tema dentro Governo em todas as suas instâncias e esfera. Quero reafirmar o compromisso da Secretaria de Direitos Humanos na tratativa desse tema e dizer que é prioridade pra nós e para a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos o diálogo permanente que temos construído com o movimento social, seja o movimento social pela luta da moradia, pelos estudantes, pelos trabalhadores sem terra, pela luta urbana e no campo.

Nesse sentido, no espaço de diálogo que é construído pela via da Secretaria de Direitos Humanos, estamos, nas áreas que são tratadas dentro da Secretaria, fortalecendo esse diálogo, por meio da construção das conferências, em especial as conferências do idoso, da comunidade LGBT, da criança e do adolescente e da pessoa com deficiência, que são tratadas diretamente no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos em suas etapas municipais e estaduais. Estamos empenhando todos os esforços para participar diretamente da articulação e do fortalecimento do movimento social na construção dessa política pela via das conferências, que é o espaço aberto de construção social, e em que todos podem participar de forma aberta na construção da política.

Além disso, estamos nos colocando diretamente na articulação e na mediação de conflitos que tratam da criminalização dos movimentos sociais, seja no campo ou urbano.

E quero abrir um parêntese. O caso de Manaus é de conhecimento da Secretaria de Direitos Humanos.

Mas, além do caso de Manaus, tratamos de outros casos, inclusive que dizem respeito a risco de vida. E outras tantas violências são colocadas, como morte no campo. Estão aqui os colegas da pastoral, que são parceiros nessa luta. Acompanhamos de perto esse processo de criminalização e de perseguição das lideranças que lutam pelos direitos humanos no campo e na cidade. É nesse sentido que nós nos colocamos como mais um instrumento, mais uma ferramenta na construção desse processo de mediação de conflito, atuando diretamente no caso, junto com a Ouvidoria Agrária Nacional, que é uma grande parceira, com o Desembargador Gercino. Temos viajado toda a região Norte. Atuamos diretamente na operação Defesa da Vida, que aconteceu em três Estados recentemente – Amazonas, Rondônia e Pará –, onde há casos recorrentes de criminalização, perseguição das lideranças, e onde tentamos atuar com o nosso programa de proteção a defensores de direitos humanos, que, muitas vezes, é um programa que conta apenas com recursos do Governo Federal e em que há falta, muitas vezes, de comprometimento ou de vontade política de os Estados participarem de forma mais direta, assumindo compromissos, também, na condução do programa federal que conta principalmente com a articulação estadual na proteção dessas lideranças, e muitas vezes nós nos sentimos fragilizados nessa articulação com os Estados para promover a defesa e proteção dessas lideranças. Até porque entendemos que a proteção da liderança não é o tema central a ser discutido e sim os temas recorrentes e que estão no fundo da discussão e que tratam da regularização fundiária, do acesso a moradia, de alimentação adequada e assistência social adequada para a população de rua, que é um tema em que a Secretaria de Direitos Humanos vem se esforçando para articular com os Estados e Municípios uma política que possa fomentar algo que esteja de acordo com os anseios da sociedade no que diz respeito à população de rua. Esse é um tema recorrente.

E as lideranças que surgem do movimento da população de rua também estão sendo perseguidas, mortas e ameaçadas. É nesse sentido que a Secretaria de Direitos Humanos vem ampliando, para além do programa Defensores, a sensibilização e, acima de tudo, o envolvimento dos Estados e Municípios na construção dessa política de paz.

Além desse tema, Senador, e quero ser um pouco sucinto nesta apresentação preliminar, até para escutar o movimento e podermos então fazer o debate, quero novamente colocar a Ouvidoria Nacional, a Secretaria de Direitos Humanos à disposição. Foi criada uma ferramenta, chamada Disque 100, que hoje atua não mais apenas no acolhimento de denúncias de viola-

ção contra crianças e adolescentes, mas também em violências contra a comunidade LGBT, contra idosos, contra pessoas com deficiência, contra tortura e abuso de autoridades e contra comunidades quilombolas, em especial no Estado do Maranhão. De forma imediata e direta, a Ouvidoria, a Secretaria de Direitos Humanos, o programa Defensor de Direitos Humanos vêm atuando junto ao Conac, à Pastoral da Terra, às comunidades Quilombolas e junto ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares no sentido de ampliar a rede de atenção e proteção básica e de direitos humanos. Portanto, é nesse sentido que mais uma vez nós nos colocamos à disposição, trazendo a informação que o Disque 100 é um serviço gratuito que atende 24 horas, sete dias da semana, denúncias de violação aos direitos humanos.

O segundo passo, além da acolhida dessa denúncia, é o fortalecimento de uma rede de proteção e defesa dos direitos humanos, nos Estados e Municípios. É nesse sentido que a Secretaria de Direitos Humanos vem tentando desenvolver essas ações em parceria.

Seria muito importante que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa fossem parceiras no sentido de divulgar essas ações e de fortalecer, acima de tudo, a promoção dos direitos humanos e o combate à criminalização dos movimentos sociais.

Mais uma vez, Senador, muito obrigado. Estou à disposição para construirmos o debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Dr. Bruno, que estará conosco até o final do debate.

Quero registrar a presença da Deputada Erika Kokay, comprometida há anos com esses movimentos. Uma salva de palmas para ela. *(Palmas.)*

Estamos a Câmara e o Senado representados. Demóstenes Torres e Erika Kokay aqui, participando dos debates.

A pedido da Mesa, vou passar a palavra ao assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, Dr. Jeter Luiz Gomes.

O SR. JETER LUIZ GOMES – Bom dia a todas e todos. Gostaria, primeiro, de agradecer em nome do Ministro Gilberto Carvalho o convite para estar nesta audiência. Na pessoa do Senador Paim, quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa, cumprimentar os integrantes do plenário, Senador Demóstenes, todos os companheiros, militantes, assessores, simpatizantes da luta pela moradia.

Sabemos da árdua batalha cotidiana de cada um de vocês pela moradia em nosso País. Infelizmente, temos um passivo imenso de moradia, que, mais recentemente, os Governos têm se esforçado para minimizar. Não por acaso o Presidente Lula lançou, nas

suas gestões, o programa Minha Casa, Minha Vida, que já atendeu centenas de milhares de pessoas.

A Presidenta Dilma, no início deste ano, lançou a nova edição, Minha Casa, Minha Vida 2, inclusive com a modalidade das entidades, o que já vem do Governo Lula, mas sabemos que ainda há muito a se percorrer para que todo brasileiro e brasileira tenha moradia digna, que é um direito básico do ser humano, garantido em cartas, não só em nossa Constituição, mas em documentos internacionais.

Nós da Secretaria Geral somos a porta de entrada dos movimentos sociais no Governo Federal. Meu nome é Jeter Gomes, como já foi anunciado, e eu trabalho na Secretaria Nacional de Articulação Social, mais especificamente no diálogo com os movimentos sociais urbanos. E os movimentos de luta por moradia são um dos principais movimentos da nossa pauta de trabalho. Inclusive vou pedir desculpas. Teremos que sair meio rápido porque hoje inclusive estamos recebendo em Brasília uma marcha dos quatro movimentos nacionais de luta pela moradia, e às 11 horas temos uma audiência com o Ministro Gilberto Carvalho e outros Ministros. O Ministro das Cidades e outros Ministros, que vão receber a pauta e tentar responder algumas questões da luta por moradia.

Queremos deixar claro, em primeiro lugar, que a Secretaria Geral da Presidência repudia toda e qualquer atitude de violência contra os trabalhadores, cidadãos brasileiros que estão dignamente lutando por melhores condições de vida, por uma moradia digna. Portanto não aceitamos, repudiamos esse tipo de ato, essa violência contra cidadãos que estão lutando dentro da legalidade e dentro de direitos constitucionais garantidos.

Em segundo lugar, dizer que a Secretaria Geral continua com as portas abertas. Recebemos alguns companheiros aqui, como o Guilherme. Não o estou vendo agora, mas já recebemos o Guilherme. Inclusive o companheiro aqui de Brasília que sofreu atentado. Felizmente nada mais grave aconteceu. Nós os recebemos em reuniões lá na Secretaria Geral, e continuamos com as portas abertas para esse diálogo. No que couber às atribuições da Secretaria Geral, temos atuado bastante, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, inclusive nessa missão ao Norte do País, que é uma região bastante conflagrada pela violência urbana e rural.

A Secretaria Geral se coloca como parceira dos movimentos. Suas portas estão abertas para que possamos dialogar. Faremos o que for possível, em conjunto com outros Ministérios e órgãos do Governo, com o Parlamento e sobretudo com os movimentos. Portanto, colocamo-nos à disposição para o diálogo

permanente. Temos instaladas algumas mesas de negociação, por exemplo, com a construção civil, dada as péssimas condições de trabalho que estão acontecendo nas grandes obras do País.

Todos sabem que o País hoje é um canteiro de obras, não apenas pelo PAC, mas também pelos grandes eventos esportivos que irão ocorrer, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Evidentemente, muitos empresários e outros setores da sociedade se aproveitam do momento de crescimento econômico e de grandes obras para precarizar as relações de trabalho.

Então, temos montadas mesas permanente, não apenas na construção civil. Temos instalada agora uma sala de situação sobre os impactos sociais das obras da Copa, e percebemos, pelas denúncias e por tudo que chega até nós, que nas principais questões colocadas estão as remoções forçadas que estão acontecendo nas cidades que serão sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Já instalamos uma mesa de situação, com oito Ministros presentes na instalação, e vamos trabalhar esses temas e essas questões. Consultaremos e dialogaremos permanentemente com os movimentos sociais, particularmente nessas questões com o movimento de luta por moradia.

Queremos nos colocar ao lado de vocês, repudiando e não aceitando que, em pleno século XXI, o Brasil é a sétima economia do mundo, uma potência mundial reconhecida por todo o canto do Planeta como uma potência emergente.

O discurso da Presidenta Dilma na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas repercutiu no mundo inteiro. Não podemos aceitar que nós hoje, que deixamos de ser o País do futuro e somos o País do presente tenhamos ainda no interior de nosso País relações tão contraditórias. Um país de primeiro mundo, no século XXI, ainda com o pé no século XIX. Essa violência, tanto urbana como rural, é inaceitável, não podemos aceitar que nenhum cidadão brasileiro sofra violência, ataque desse tipo e dessa ordem.

Quero mais uma vez agradecer a oportunidade e colocar a Secretaria Geral à disposição dos movimentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Jeter Luiz Gomes, assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República.

Seguindo a nossa ordem, de imediato passarei a palavra à Secretária para Assuntos da Criança e do Adolescente, em representação ao Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral do Trabalhadores – UGT, que teve uma atividade ontem na Câmara, se não me engano. Eu era convidado, mas não pude chegar a tempo.

Com a palavra a Sr^a Rumiko Tanaka.

A SR^a RUMIKO TANAKA – Rumiko Tanaka, Diretora de Assuntos da Criança e Adolescente da UGT. Estou aqui representando o Presidente Ricardo Patah.

Quero cumprimentar e agradecer ao Senador, que sempre nos oportuniza trazer ao debate temas de grande interesse da classe trabalhadora. Cumprimentar a nossa querida Erika Kokay, batalhadora, que conseguiu chegar, com o empoderamento em nosso orgulho, como bancária e como mulher. Através dela homenagem a todas as mulheres presentes.

Também agradecer a oportunidade que estão dando à UGT, de poder dizer o que pensa a UGT e o que fazer na UGT sobre o tema da descriminalização dos movimentos sociais. Sabemos que os movimentos sociais existem porque há alguma falha em políticas públicas, talvez haja omissão também da própria sociedade civil, e talvez as leis não estejam mais condizentes com a modernidade. Então, uma série de questões que temos de levantar, discutir e dialogar sempre, não apenas entre a sociedade civil, entre os parlamentares, entre o governo, ou culpá-los. Acho que é o momento em que a modernidade exige diálogo entre todas as partes.

Acabamos de ouvir a denúncia que trás a liderança dos sem teto. A mediação, daqui para frente... Não podemos pensar nas lideranças desses movimentos sociais como criminosos ou como a própria imprensa, com raras exceções, endemoniza essas lideranças. Serão realmente os demônios criminosos que estão fora da lei? Que lei é essa que resolve os problemas sociais? Que lei existe protegendo a classe mais pobre? Se formos ler e estudar, encontraremos muitas falhas. Por exemplo, a questão do interdito proibitório. Estamos com esse movimento dos bancários. Os bancos estão entrando com uma ação judicial que se chama interdito proibitório. É como se o movimento dos trabalhadores estivesse tomando o banco, destruindo as agências bancárias. É preciso inclusive rediscutir essa questão do interdito proibitório.

Quanto às lideranças, é preciso conversar, dialogar com própria mídia, porque as revistas de grande circulação, os jornais de grande circulação, quando tomam um fato com relação, seja aos sem-teto, seja aos sem-terra, seja contra crianças ou adolescentes, divulgam de tal forma que vão fazendo uma espécie de lavagem cerebral. E isso leva a entender que são todos criminosos. Se nós não rediscutirmos isso, se nós não debatermos isso e se nós não tirarmos da cabeça da própria sociedade que é possível a mediação com as lideranças... Na Justiça, o líder dos sem-teto talvez não resolva com quem, digamos, abandona uma propriedade, que é invadida. Invadiu por quê? Não tem casa,

não tem onde morar. Tem esse problema social, que é um conflito. Então, eu acho que a mediação é um dos caminhos, e esse tipo de debate reacende toda a discussão, porque há muitos anos nós temos esse tipo de conflito. É preciso discutir. É preciso abrir para a sociedade inclusive o que a própria imprensa divulga e que nós engolimos sem ao menos analisar, refletir.

É preciso parabenizar algumas ações do Governo, mas também é preciso criticá-las para poderem melhorar. Então, eu acho que é responsabilidade de todos nós abrir esse tipo de tema em nossas entidades. A UGT tem o terceiro setor, que não são dirigentes sindicais, mas que traz os sem-teto, que traz os sem-terra, que traz as pessoas mais sacrificadas, as pessoas discriminadas em movimentos sociais, para entender melhor quais são esses problemas e tentar encontrar uma solução.

Eu acho, então, Senador, que aqui se abre esse tipo de discussão, e nós devemos divulgar muito esse tipo de abertura. Discutir inclusive a própria legislação que pune determinados movimentos sociais. Confundem-se lideranças com criminosos, e isso tem que ser refletido e melhorado.

Deixamos aqui, a UGT, em nome do presidente Ricardo Patah, à disposição, porque nós também queremos entender melhor. E nós somamos, também, com o nosso movimento de trabalhadores, para tentar uma solução para todos aqueles que são discriminados e, além disso, são criminalizados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Rumiko Tanaka, representante da UGT.

Apenas para tranquilizar o Plenário, os colegas que já entraram e os que não entraram, eu quero dizer que nós assumimos, em nome da Comissão, toda a responsabilidade. Então, foram liberados mais cem companheiros, que estão se deslocando para cá. Nós assumimos porque havia uma preocupação com o movimento. Nós asseguramos a eles que não fiquem preocupados. A responsabilidade é da Presidência da Comissão, e nós assumimos isso com enorme tranquilidade. Estão liberados e deslocando-se para cá.

Passamos a palavra, neste momento, ao Moacyr Roberto Tesch, que representa a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, em representação também ao Presidente José Calixto Ramos.

Eu quero só comunicar – permita-me, ainda – que a Senadora Marinor Brito está a caminho. Houve atraso no voo, mas chegará a tempo. E já se encontram conosco a Senadora Lídice da Mata, o Senador Demóstenes Torres e a Deputada Federal Erika Kokay.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD

– Primeiramente, Senador, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e, na sua pessoa, todo o Senado. E, na pessoa da Deputada Erika, cumprimento a Câmara presente.

Gostaria também de cumprimentar os dirigentes sindicais presentes, na pessoa do Bira. Gostaria de cumprimentar todos os movimentos sociais aqui, na pessoa do Guilherme, os senhores e as senhoras.

Quero agradecer o convite e dizer que estamos aqui falando em nome do nosso Presidente José Calixto Ramos.

Antes do meu pronunciamento, Senador Paim, quero fazer o registro de que, na data de hoje, Bento Gonçalves, contrerrâneo seu, é preso na Batalha de Fanfa, um episódio da Guerra dos Farrapos. Dias atrás, inclusive, tivemos uma homenagem aqui. Da mesa forma, gostaria também de registrar que, no dia de hoje, em 2009, morreu Mercedes Sosa. Faço esta homenagem, tendo em vista que, há poucos dias, assistimos a um vídeo em que foi usada a música em homenagem, “Negra”. Hoje também é Dia de São Francisco de Assis, um homem que, por sua bondade, por seu capricho de vida, serve de espelho para nós.

Senador Paim, o movimento social sempre cumpriu um papel civilizatório na sociedade brasileira e impulsiona, efetivamente, as rupturas do conjunto de setores que concentram os que se negam a distribuir as riquezas. É curiosa a maneira como são recebidos, a maneira como são tratados os trabalhadores, o pai de família pobre, o pai de família em condições diferenciadas, dos que têm um poder, um quinhão maior, o trabalhador de forma geral. O exemplo maior passa a ser o do dia de hoje, que, para os trabalhadores, para os movimentos sociais entrarem nesta Casa teve de haver a intervenção de V. Ex^a no processo.

Nós trabalhamos essa questão há muito tempo. Na época da Constituinte, boa parte das pessoas que aqui estão se lembram da dificuldade que tivemos para construir e escrever os arts. 7º e 8º da Constituição.

E V. Ex^a tem sido, no nosso meio, um ícone no processo de defesa da questão do negro, dos direitos sociais, dos movimentos sociais de forma generalizada. O trabalhador de modo geral tem uma dificuldade grande de se opor ao capitalismo, às barreiras que são colocadas, porque a primeira coisa de que nos tacham é de bandido. Em qualquer movimento que se faça em defesa de melhorar as condições de vida, a primeira coisa que acontece é colocar a polícia para render os nossos movimentos. Isso nós podemos verificar em qualquer situação, pode ser um movimento de greve, um movimento dos sem-teto, um movimento dos sem-terra, um movimento dos índios; qualquer que seja o movimento, nós temos o aparelhamento da polícia em

defesa do capital, em defesa da questão pública, em defesa de quem tem mais.

Nas oportunidades em que se verifica o acesso do poder econômico, as portas, muito pelo contrário, vão se abrindo. Eu duvido – e faço qualquer aposta – que se fossem duzentos empresários que estivessem lá na frente, aguardando para entrar no Congresso Nacional, se não haveria uma quantidade enorme de Parlamentares abrindo as portas e facilitando o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. S^a me permite, as pessoas que estão chegando podem ir ocupando as cadeiras, desde o fundo para a frente, porque vai lotar tudo isso aqui. Podem ir ocupando tanto as cadeiras pretas como as brancas e as vermelhas.

Pois não, Moacyr.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu estava dizendo que, se fosse um grupo de duzentos empresários que estivesse lá fora aguardando, primeiro, eles não estariam aguardando, as portas do Congresso Nacional estariam abertas para recebê-los. E se tivessem qualquer dificuldade de entrar, nós teríamos uma quantidade enorme de Senadores e de Deputados abrindo as portas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho de dizer que o Demóstenes Torres está aqui e que estou usando o nome dele também, viu?

Eu digo que o Demóstenes está aqui, a Lídice da Mata está aqui, a Marinor está aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E tem de deixar entrar.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas eu faço este registro porque temos aqui uma quantidade tão pequena, Senador Demóstenes, de pessoas comprometidas com os movimentos sociais, que nos deixam à espera na fila lá fora. Nós temos a convicção, Senador Paim, Senador Demóstenes, Deputada Kokay, de que os movimentos dos sem-terra, dos assentados, dos pequenos agricultores, das mulheres, dos quilombos, dos indígenas, dos movimentos dos sem-casas urbanas, dos favelados, pessoas presidiárias, adolescentes, jovens pobres, jovens negros, homossexuais, travestis, entre outros, é um movimento permanente em que devemos trabalhar para mudar essa página.

Temos absoluta certeza de que, com o apoio de parlamentares como V. Ex^a, os movimentos responsáveis que temos no Brasil e que, embora sejam movimentos que trabalham pelo cidadão brasileiro, por melhores condições, qualquer situação em que se fazem presentes, são tachados de bandidos. Nós temos que virar essa página, temos que contar com a colaboração do governo e de parlamentares compro-

metidos, como V. Ex^a, e também com os movimentos sociais organizados, com as centrais sindicais, com os partidos políticos que o apóiam, porque, caso contrário, nós trabalhadores, o cidadão em si, não veremos luz no túnel. Na verdade, é um trem que vem para cima deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Moacyr, permita-me, de novo. Vejo inclusive senhoras com crianças no colo. Há diversas cadeiras desocupadas. Não se encabulem, sentem-se nas cadeiras que estão desocupadas. E peço à assessoria que providencie algumas cadeiras também na lateral, para que aqueles que estão em pé possam se sentar.

Ok, Moacyr, vamos lá.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD

– Nós, lamentavelmente, também temos o Poder Judiciário. Muitas vezes, as pessoas que estão no poder não têm uma visão social, até porque, para chegar a um cargo de juiz, a um cargo nesse posicionamento, dificilmente foi oriundo desse movimento, dificilmente foi filho de um trabalhador.

Então, é muito fácil, é muito cômodo despachar os famosos interditos proibitórios. É muito fácil porque, quando ele está despachando um interdito proibitório solicitado por grandes empresas, por grandes empresários, por bancos, e assim por diante, com certeza, naquele momento, ele está defendendo o passado dele. Lamentavelmente, Senador Paim, em todos os movimentos, basta um cidadão brasileiro fazer um movimento de reivindicação, a primeira coisa que o poder econômico faz é entrar com esse interdito proibitório. Interdito proibitório, como foi colocado aqui pela nossa colega da UGT, de os bancos fazerem interdito proibitório, que pode ser feito se, do outro lado do banco, é a rua, e é pública. Como é que se pode fazer o interdito proibitório... Muitas vezes, como em nosso segmento, que é na caridade, o turismo e a hospitalidade... Porque do outro lado é a rua. São concedidos interditos proibitórios em situações mais adversas.

Então, Senador, para sermos sucintos, porque existem muitos companheiros e companheiras aqui que estão aguardando pela palavra e pelo seu posicionamento, e estamos ansiosos em ouvi-los, quero dizer que a nova Central está de portas abertas e lutando pelas mesmas reivindicações, que fazem parte, inclusive, da sua carta de princípios: a defesa dos trabalhadores, do cidadão brasileiro e das questões aqui defendidas.

Desejo sucesso a V. Ex^a e a todos os dirigentes dos movimentos sociais aqui presentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Moacyr Roberto, representando a Nova Central Sindical.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. José Maria de Almeida, membro da Executiva Nacional da Central, em representação ao Sr. Atnágoras Lopes, coordenador da Central Sindical e Popular – Conlutas.

Com a palavra o José Maria, que já foi candidato à Presidência da República. Já disputou uma ou duas já?

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Três, disputou três vezes.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Estou chegando lá. Faltou só um detalhe, que foram alguns votos.

Quero, primeiro, desejar bom dia a todos e a todas que aqui estão, e agradecer ao nosso Senador Paim. O Guilherme, quando nos procurou pedindo que organizássemos uma atividade aqui em Brasília, de preferência no Congresso Nacional, para tratar do problema das ameaças de morte aos dirigentes do movimento, nós recorremos à Manuela D'Ávila e ao Senador Paim, e a resposta foi pronta. E somos gratos, Senador, à postura de V. Ex^a.

Eu acho que o que aconteceu no começo desta nossa atividade, você próprio falou ainda há pouco, é emblemático, em razão da situação que enfrentamos no Brasil hoje.

Nós estamos organizando esta atividade a fim de dar visibilidade às ameaças, à criminalização que sofrem os movimentos sociais, em particular às ameaças de morte que os dirigentes desse movimento estão sofrendo neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles vão falar depois.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Vão falar ainda, até o final desta audiência. E acabamos nos deparando com uma situação em que o Senado Federal, na pessoa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, convida as pessoas para esta audiência e a Polícia do Senado para as pessoas na porta e não as deixa entrar.

É emblemática a situação que vive o Brasil, porque, na luta por moradia, as pessoas se esforçam e se sacrificam. Eu acho que nem todas as pessoas têm noção do que é ocupar um terreno, ficar acampado naquele terreno debaixo de um barraco de lona ou de plástico durante meses, muitas vezes buscando uma moradia. As pessoas fazem isso porque não têm outra forma de conseguir moradia. Ninguém faz isso porque gosta. Faz porque, infelizmente, ainda há um contexto no País em que, apesar de a Constituição Federal assegurar o direito à moradia a todos, uma parcela enorme da população brasileira não tem direito à moradia e não encontra solução para esse reclamo que não seja ocupar um terreno, pressionar uma autoridade, infelizmente. As autoridades do País têm obrigação

de resolver esse problema, para que as pessoas não tenham que se submeter a essa situação. E cria-se uma situação que acaba se voltando, muitas vezes, contra o próprio cidadão que está lutando para fazer valer um direito que a Constituição lhe garante.

Há um poeta – não me lembro agora do nome dele, acho que é o Brecht –, que diz o seguinte: “Não se pode culpar a violência das águas de um rio sem culpar a violência das margens do rio, que oprimem essas águas”. Então, o medo que se tem das pessoas que estão lutando no País hoje, dos movimentos sociais, do movimento sindical, da juventude, é em virtude das ações, muitas vezes, radicalizadas que esses movimentos fazem. O problema é que as pessoas só fazem o que fazem – ocupam um terreno, ocupam uma reitoria, como o pessoal da Universidade de Brasília está fazendo neste momento – porque seus direitos não estão sendo respeitados por aqueles que deveriam respeitá-los.

Eu acho que a atividade aqui hoje tem – o Guilherme já falou aqui – um primeiro objetivo, que é dar visibilidade para a situação que os movimentos estão vivendo no País neste momento, ou seja, em primeiro lugar, é uma medida para dar segurança à vida desses companheiros que estão ameaçados. Em segundo lugar, para pedir das autoridades que são responsáveis por essa situação que tomem medidas concretas para garantir a vida daqueles que estão ameaçados não só por exercer um direito que a Constituição lhes garante, mas também por satisfazer as reivindicações que esse segmento da população tem e manifesta ao desenvolver o seu processo de lutas e que também são reivindicações que expressam direitos que a Constituição garante. Está lá estabelecido que moradia é um direito de todos; moradia digna, aliás.

Então, eu queria dizer que, para nós da CSP-Conlutas, esta atividade, em primeiro lugar, representa um esforço nestes dois sentidos: de refutar, de rechaçar as ameaças e toda forma de violência praticada contra os movimentos sociais e seus dirigentes e, ao mesmo tempo, de pedir às autoridades que tomem as medidas necessárias para uma coisa e para outra, para proteger a vida e o direito de os movimentos lutarem pelas suas reivindicações e para satisfazer as reivindicações. São reivindicações que, longe de serem exageradas, se expressam fundamentalmente no cumprimento de um direito constitucional que essas pessoas têm.

Em terceiro lugar, Senador Paim – o Guilherme dizia –, nós sabemos que, muitas vezes, infelizmente, na história recente do País – para não ir mais longe –, já vivenciamos situações como essa em que as pessoas são ameaçadas e, às vezes, são mortas. Aí se fazem atividades.

Eu estava conversando, dias atrás, com o pessoal do Pará, com os trabalhadores que se organizam naquela região de Anapu, onde foi assassinada a irmã Dorothy, e eles falaram: “Naquele momento, tinha helicóptero. O pessoal do Exército descia dos helicópteros naquelas cordas e dizia que ia resolver aquele problema todo”. Bom, durou três meses. Naquela mesma região, os dirigentes da luta em defesa do meio ambiente e da reforma agrária estão ameaçados, da mesma forma como a irmã Dorothy foi ameaçada, antes de ser assassinada. Acabamos de assistir, agora no Pará, a mais uma onda de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais, porque estão lutando pelos seus direitos, estão lutando, muitas vezes, em defesa do meio ambiente, da reforma agrária, que, em última instância, é um direito de todos nós, de toda a população brasileira.

Então, a ideia também é que possamos dar permanência a esse esforço. O Guilherme falava em lançar uma campanha, e nós queremos fazer uma campanha que permaneça no tempo, que faça com que a visibilidade, que, neste momento, esse problema tem, permaneça não só como elemento de proteção aos dirigentes e aos movimentos, mas também de pressão sobre as autoridades, para que se resolvam os problemas que levam à criação desse contexto e desse conflito social que nós vivemos em redor do tema da moradia no País neste momento.

E isso tende a se agravar. As obras relacionadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas tendem a agravar esse problema, porque estimulam os interesses do capital imobiliário, da especulação imobiliária nas grandes cidades, e normalmente a corda estoura do lado mais fraco. Aqueles que têm interesses na especulação imobiliária querem desalojar as populações, e desalojam por bem ou por mal. Como as pessoas não têm outro lugar para ir, são desalojadas, muitas vezes, de forma violenta, sem ter onde abrigar a sua família.

Então, sob esse ponto de vista, nós não temos, em perspectiva, uma melhora dessa situação, e sim uma piora. Portanto, é muito importante dar continuidade a isso.

Para encerrar minha fala, Senador, eu queria deixar aqui, formalmente, um pedido ao senhor, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e aos Senadores e às Senadoras desta Comissão, que tem a ver com outro aspecto relacionado ao mesmo problema.

Todos no País temos acompanhado a situação que vive o Haiti neste momento. Além do dever de solidariedade dos trabalhadores, do povo brasileiro, tendo em vista as dificuldades por que passam o povo do Haiti neste momento, temos uma responsabilidade, porque é o nosso País que, infelizmente, chefia a ocu-

pação militar do Haiti neste momento. Recentemente, recebemos um pedido de solidariedade de movimentos sociais, do movimento sindical do Haiti, referente aos problemas que estão enfrentando os movimentos naquele país e que se relacionam com o mesmo processo de criminalização.

Depois de muita luta, os operários da região de Porto Príncipe conseguiram organizar seus sindicatos; formalizaram, conforme as leis do Haiti, aquilo que era necessário, no sentido de regularizar o funcionamento da sua entidade; e fizeram a entrega dos documentos com a presença da OIT. Passo seguinte: as empresas demitiram toda a direção do sindicato e estão perseguindo os companheiros.

Nós vamos contar, no Brasil, no dia 28 de outubro, com a presença do dirigente desse movimento, Didier Dominique – o movimento do qual ele faz parte é Batay Ouvriye. Ele pediu que buscássemos, junto às autoridades brasileiras, a possibilidade de uma reunião, de uma conversa, para que o Governo brasileiro interceda na situação do Haiti, pela responsabilidade que nosso País tem lá, no sentido de fazer valer os direitos dos trabalhadores daquele país. E o direito de organização sindical todos nós sabemos que é um direito básico da classe trabalhadora do Brasil e de qualquer lugar do mundo.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador e à Comissão de Direitos Humanos por sediar esta atividade e quero crer que daremos passos, a partir de hoje, no sentido de, de fato, coibir a violência contra os movimentos, contra seus dirigentes, e de avançar na solução das reivindicações que motivam a existência e a luta dos movimentos sociais em nosso País.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Sr. José Maria de Almeida falou pela Conlutas.

Quero dizer que receberemos, sem nenhum problema, o dirigente sindical do Haiti aqui na Comissão de Direitos Humanos para que ele relate o que está acontecendo lá e, naturalmente, vamos interagir aqui com o nosso Governo na busca de soluções para que eles não continuem sofrendo lá agressão e perseguições.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, o sindicalista Ubiraci Dantas de Oliveira, mais conhecido como Bira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Companheiros, eu queria, primeiro, saudar a iniciativa do Senador Paulo Paim, que, em todos os momentos em que os trabalhadores e os movimentos sociais precisam, está aqui para nos acolher e nos ajudar, além de trabalhar conosco, como na questão dos negros, na

questão dos idosos, na questão da Previdência Social, em todas as questões, nas questões dos deficientes e dos trabalhadores de maneira geral. É uma pessoa com quem podemos contar no sentido de fazer com que a nossa luta possa valer na rua e dentro do Parlamento também.

Quero saudar também o Guilherme, Coordenador Nacional dos Trabalhadores Sem Teto; o companheiro Moacyr, Secretário Geral da Nova Central, representando o Calixto Ramos; José Maria, meu companheiro metalúrgico de muitos anos – estamos juntos nessa luta há uns trinta anos, mais ou menos –; a companheira Rumiko; e o companheiro da Secretaria dos Direitos Humanos.

Pergunto: a quem interessa, fundamentalmente, a criminalização dos movimentos sociais?

No nosso ponto de vista, vamos pegar três setores, além de outros, fundamentais. Para impedir que os trabalhadores rurais façam a reforma agrária, tenham o direito à terra, para nela plantar, colher e ajudar o Brasil a se desenvolver e sustentar sua família, os latifundiários se articulam para assassinar, prender, matar, impedir que companheiros e companheiras lutem por seus direitos.

A questão de moradia. Existem milhões de pessoas sem um teto. É evidente que ninguém gosta de ficar debaixo de chuva, ninguém gosta de ficar ao relento, enquanto há milhões e milhões de apartamentos, e a especulação imobiliária, urbana e rural também, ganham dinheiro às custas do sofrimento do povo.

E outro setor que considero fundamental, senhores, é a mídia, que, para fazer valer seus interesses mais profundos, quer entregar o Brasil para o capital financeiro internacional. Qualquer trabalhador, qualquer morador, qualquer homem ou mulher do povo que ouse lutar por seus direitos é criminalizado.

Sabemos quem são os criminosos deste País. São aqueles que pegam o dinheiro do nosso povo, do orçamento, e mandam para o capital financeiro internacional, deixando nosso povo à míngua; aqueles que fecham as universidades para que não haja lugar para o trabalhador, porque o filho do lavrador, o filho do pedreiro, o filho do trabalhador simples tem direito a ser doutor e entrar na universidade. São esses que querem que só eles, única e exclusivamente, enriqueçam, às custas do sofrimento e da desgraça das pessoas. Interdito proibitório é nada mais nada menos do que um instrumento dos ricos, do capital financeiro internacional, para impedir que nós lutemos, para mandar a polícia, como seus paus mandados, para a porta de uma fábrica, para uma luta por moradia, para porta de banco, para porta de comércio, tentar impedir que os líderes possam ir lá para frente. Mas não vai adiantar.

Lutamos há muitos anos. Não adianta tentar impedir que os Correios façam sua greve, que os bancários façam sua greve, porque nós vamos fazer, nós vamos fazer até conquistarmos a liberdade, porque não queremos ver nossos filhos, nossas famílias morrerem de fome, morrerem à míngua.

Então, é uma responsabilidade de todos aqueles que lutam: das centrais sindicais, dos estudantes, dos idosos, dos negros, de todos aqueles que querem a luta pela liberdade fazerem pressão, irem para as ruas, para dentro do Parlamento, para que possamos dar uma resposta à altura.

Há muita gente sendo assassinada, companheiros, por este Brasil afora. E estão sendo assassinados porque estão lutando por seus direitos; estão perdendo suas vidas e deixando suas famílias órfãs porque lutam pela felicidade de ter uma casa, pela felicidade de ter um emprego, por ter um salário justo. Temos um dos piores salários da América do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bira, permita-me só dizer, antes que ele saia, que o Senador Suplicy também veio aqui dar seu apoio ao movimento. Ele vai ouvir o Ministro Haddad, que está em outra Comissão, e disse que dentro do possível voltará novamente aqui.

Obrigado pela vinda, Suplicy. (Palmas.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Nós temos o salário mais inferior da América do Sul. Então, lutar pelo salário, lutar para ter uma vida decente, para dar comida aos nossos filhos, às nossas famílias virou crime. É o seguinte: estamos mais aqui no direito. E essa luta só vai cessar quando alcançarmos a liberdade, quando alcançarmos o direito de viver com dignidade, quando pudermos ter nossos filhos, nossas famílias, nossas crianças nas escolas, e vivermos com dignidade. A luta de vocês é uma luta precisa, é uma luta justa, que conta com o apoio dos trabalhadores certamente, porque vocês são trabalhadores também, porque vocês lutam por suas famílias, lutam por salário, lutam pela dignidade e por um teto para vocês morarem.

Por isso, Senador, nós temos que dar consequência a essa luta contra a criminalização dos movimentos sociais, contra os assassinatos. Temos que trabalhar juntos, aqui dentro do Congresso Nacional, para ter um projeto de lei, ao mesmo tempo em que vamos forçar na rua a luta de todo mundo, dos estudantes, dos trabalhadores rurais, do Movimento dos Sem-Teto, dos trabalhadores urbanos, de todos que querem direito a uma vida decente, lá na rua, também aqui dentro, como está acontecendo agora e já aconteceu em outros momentos importantes, trazer o povo para cá, para que possamos olhar para os parlamentares, aqueles que ainda não entenderam a importância dis-

so, e pedir ajuda a eles para que possamos dar esse salto de qualidade, essa mudança fundamental e fazer com que essas pessoas que constroem o Brasil, que lutam para ter um Brasil livre e soberano tenham direito a uma vida digna. Não pode ser privilégio de meia dúzia comer, morar e viver com dignidade. Tem que ser de todo nosso povo, de todos os trabalhadores. Está em curso uma luta, companheiros. Estão querendo, em janeiro – o Tombini já disse, o Ministro da Fazenda já disse –, não dar aumento ao salário mínimo. Esse papo eu estou escutando por todo lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí o bicho vai pegar.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Vai pegar. Não estão querendo dar aumento ao salário mínimo, que já é uma miséria, está certo? Agora em janeiro. E já foi aprovada essa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É lei, é lei. Quero ver revogar a lei.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – É lei. Está certo. Então, vamos revolucionar este País, está certo? Os caras pegam, com as taxas de juros, milhões e milhões de dólares e mandam para fora. Esses são os verdadeiros criminosos, que não deixam o dinheiro aqui, para habitação, saúde, educação. Olha como está a saúde, meu Deus! Olha como está a habitação, a moradia, a educação! Mandam cem mil estudantes para fora, para aprenderem lá nos Estados Unidos, e vêm todos americanizados para cá, com a ideologia dos americanos, para se infiltrarem dentro do Brasil. Ora essa! Tem é que fazer escolas para o nosso povo; tem é que fazer escola técnica, profissionalizante, para que o nosso povo possa viver com dignidade.

Parabéns, senhores. Parabéns, Senador Paulo Paim. Parabéns a vocês que tiveram a coragem de vir aqui para a luta. (Palmas.)

Parabéns, sinceramente. É gente nossa, é gente do nosso povo, que está aqui com a maior tranquilidade, com a maior seriedade, com o maior respeito a todos, simplesmente querendo um teto para morar.

Que Deus ajude vocês. Vamos juntos nessa luta, nessa batalha, e felicidade a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o companheiro Bira, que falou pela GGTB.

Neste momento, os companheiros todos da Mesa já falaram.

Antes de abrir para quatro ou cinco convidados do plenário, quero passar a palavra ao Senador Demóstenes Torres e também à Deputada Federal Erika Kokay. Os dois podem ver o momento da fala.

Demóstenes primeiro?

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Sr^a Senadora Lídice da Mata, senhores convidados, senhores do movimento social, bem vindos.

Esta Casa é de vocês. Portanto, ninguém pode barrá-los. Os senhores têm direito de virem aqui e se manifestarem contra ou a favor.

Eu pedi para falar em primeiro lugar porque nós temos uma Comissão de Constituição e Justiça que vota daqui a pouco a indicação de um membro do Senado para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Então, como sou integrante da Comissão de Constituição e Justiça, tenho que sair.

Eu gostaria de dizer o seguinte: meu Estado, até 1920, era o Estado mais pobre do Brasil, o Estado de Goiás. Portanto, é muito difícil achar alguém no Estado de Goiás, originário do Estado de Goiás, que não tenha origem humilde. Todos nós temos origem humilde. O primeiro carro que adquiri foi quando eu tinha trinta anos de idade. Fui professor de escola primária e morei em barracão. Eu não fico utilizando a questão de origem porque acho que o Brasil é um País que se fez. Por exemplo, eu sou opositor ao Governo Lula, mas reconheço que teve vantagens no Governo Lula. Eu acho que nós evoluímos. Foi dito aqui, e o Senador Paulo Paim é testemunha disso, que o Senador Paulo Paim foi autor do Estatuto do Idoso. Eu fui o relator do Estatuto do Idoso, a pedido do Senador Paulo Paim. Então, eu acho...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não só do Estatuto do Idoso, como também do da Igualdade Racial.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu ia mencionar. Agradeço a V. Ex^a.

Eu fui relator do Estatuto da Igualdade Racial, também de autoria do Senador Paulo Paim. E também fui autor de uma medida, que ainda não está aprovada, só no Senado, que é do ensino profissionalizante, também de autoria do Senador Paulo Paim, que considero exatamente um dos melhores Senadores que nós temos no Brasil.

Pude descobrir quem era o assassino da irmã Dorothy Stang porque eu era o relator da Comissão Especial criada para fazer a investigação. O pistoleiro confessou para mim, lá, quem é que tinha mandado matar. Porque eu fui Promotor de Justiça, fui Secretário de Segurança Pública no meu Estado, e tenho uma briga grande, aqui no Senado, contra, digamos, desvios e crimes praticados por qualquer um, por Senadores e Deputados. Há vários projetos meus nesse sentido. Agora mesmo nós estamos brigando aí. Estão querendo tirar a competência do Conselho Nacional de Justiça

para processar juiz e promotor corrupto. A proposta de emenda à Constituição é minha, para poder punir.

Agora, eu digo o seguinte: tem uma pessoa que é testemunha. Como eu disse, fui Secretário de Segurança Pública no meu Estado, o Estado de Goiás. Tem uma pessoa que é testemunha da minha atuação, não é no blá, blá, blá não, mas da minha atuação como Secretário, que é o Bispo Dom Tomás Balduino, com as invasões de terra que aconteceram. E nós resolvemos o problema sem trauma. Não houve mortes, não houve feridos, e muitos assentamentos acabaram se consolidando.

Eu concordo com o que foi dito. O movimento social tem o meu apoio. Ele tem que fazer pressão, como foi dito aqui. O movimento social tem que ir para a rua fazer greve.

Na questão do salário mínimo, eu estava aqui, na votação, tentando aumentar o salário mínimo, no início do ano, quando nos disseram que o salário mínimo neste ano não podia ser tão elevado porque no ano que vem seria. Então, vão ter que cumprir a palavra. O Senador Paulo Paim conhece bem a nossa atuação.

Agora, o que eu quero dizer é o seguinte: se latifundiários se associam para cometer assassinatos, se há uma repressão de um lado, por que o trabalhador aderir exatamente às mesmas práticas? Não vejo razão para isso. É claro que tem que ir para as ruas. É claro que tem que tomar todas as providências, mas eu vejo questões divulgadas publicamente, que eu acho que merecem reparo. O Sr. José Rainha, um dos líderes do MST, foi preso em Presidente Prudente, dentro da Operação Desfalque, da Polícia Federal. O que ele estava fazendo? Desviando verbas públicas federais destinadas a assentamento de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo.

Que diferença há entre o Sr. José Rainha roubando dos trabalhadores e o juiz Lalau também roubando. Olha, se o juiz Lalau tem que estar preso porque roubou, o outro, se roubou, tem que estar preso também. Eu não concordo, por exemplo, como está aqui numa notícia da Agência Estado sobre um movimento grevista que foi para a rua, o que é certo, correto. Tem que ir para a rua. Tem que fazer pressão. Mas houve depredação de veículos. Esses veículos são de quem? Será que são só de pessoas ricas? Hoje, só pessoas ricas têm veículos? Para que quebrar veículo? Eu tenho a impressão de que o que está estacionado na rua, a maioria é veículo de trabalhador. Invade ônibus e bate no usuário. Ora, gente rica anda de ônibus?

Na minha opinião, não existe nada sem a lei. “Ah, mas a lei só beneficia, hoje, o bandido de gravata.” Vamos lutar contra isso. Existe boa vontade para agir dessa forma.

Então, penso que o movimento social não pode descambar para a violência e dar motivos concretos para arrumar inimigos gratuitos. Ninguém, em sã consciência, que conhece o Brasil, que viveu o Brasil, que nasceu aqui, como nós nascemos, pode ser contra movimento de sem teto para arrumar casa para todos, para melhor condição de trabalho, para aumentar o salário. As pressões são legítimas. Os movimentos têm de acontecer. Agora, acho que a legitimidade é perdida quando há fatos que não comportam explicação.

Está dito aqui: “Logo na invasão de uma área em Salvador”, perdão, na Bahia. Então, passaram a furtar árvores. Foram vários caminhões de árvores furtadas, abate sistemático e tal. Eu acho que não deveria acontecer. Acho que tem de pressionar o Governo, as oposições, os políticos, os empresários, mas o movimento não pode descambar para aquilo que não é o certo, porque a lei, infelizmente, é lei, ou felizmente. Ela abraça a todos; não abraça a um só. “Ah, mas não está sendo aplicada corretamente”. Vejam a luta da Ministra Eliana Calmon. Hoje, qual é o prêmio que um juiz corrupto recebe? É aposentado compulsoriamente, vai receber dinheiro o resto da vida, depois de roubar. Queremos acabar com isso. Aprovamos um projeto aqui para que ele seja demitido, para que ele seja processado.

As lutas, infelizmente, não geram resultado imediato, mas são lutas. Esses movimentos que redundaram em benefício agora têm todos uma luta histórica. O Brasil viveu uma ditadura. Eu fui membro do Comitê Goiano pela Anistia. O Senador Paulo Paim, com certeza, participou dessa luta muito mais intensamente do que eu, era um trabalhador.

O que quero dizer é que, independentemente da visão de Estado que tenhamos, eu sou um conservador, mas estou com os senhores se os senhores estiverem dentro da lei. Fora da lei, não estou. É a minha visão de Estado.

Da mesma forma que preconizo isso, falando abertamente para os senhores – porque é muito melhor dar um tapinha nas costas, tirando fotografia, paz e amor, rindo – e, ali atrás, no plenário, falo outra coisa. O que eu digo aos senhores aqui digo lá. Os senhores têm o meu apoio, vão ter sempre o meu apoio, mas à medida que houver desvios, também farei as críticas, também farei as cobranças, como faço em relação, sistematicamente, a uma série de coisas erradas que eu vejo, inclusive dentro da Casa.

Com essas considerações, peço para me ausentar. Não vou fazer pergunta para ninguém. Conheço a posição de todos. Apoio os movimentos, mas não apoio, de forma alguma, o desvio de quem quer que seja.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senador Demóstenes Torres. Ficam aqui os meus cumprimentos e as palmas do Plenário. As palmas do Plenário, para mim, são pelo que o Senador falou ao final. O Senador tem uma posição clara, vem e fala. Alguns não falam.

No debate da igualdade social, ele tinha divergências em alguns pontos, mas nunca escondeu de ninguém. Fez o debate com o movimento negro. Disse com o que concordava e de que discordava. Permita que eu lembre o que disse: Com isso eu concordo por causa do Paim. De alguns pontos que discordava, mas, tudo bem, vamos lá. Enfim, jogou franco sempre, como fez aqui. Veio aqui, colocou o seu ponto de vista para os movimentos sociais, de que é totalmente favorável, mas é contra a violência. Em resumo, é isso, se V. Ex^a me permite.

Por isso, minhas palmas. É uma alegria tê-lo aqui conosco.

Passamos a palavra, neste momento, à Deputada Erika Kokai, que estava inscrita. Em seguida, à Senadora Marinor. Eu já havia avisado que V. EX^a estava chegando. Ficam minhas palmas, Senadora Marinor e Senador Demóstenes, que está saindo. *(Palmas.)*

A SR^a ERIKA KOKAI (PT – DF) – Senador Paim, quero parabenizá-lo pela realização desta audiência, pela oportunidade do tema, porque temos reivindicações sociais invisibilizadas, movimentos sociais invisibilizados.

O movimento social estabelece suas formas de luta, que existem, via de regra, primeiro para tornar visível o movimento que, muitas vezes, o Estado teima em não enxergar; segundo, para se contrapor a um conflito com a lei de que o Estado emerge. Ou seja, quem primeiro entra em conflito com a lei é o Estado.

Temos o direito constitucional à moradia, que nos é negado todos os dias. Temos uma legislação que trata da função social da terra, mas a terra, via de regra, não tem função social.

Aqui em Brasília, temos um santuário dos pajés, uma área que está em processo de demarcação e reconhecimento, inclusive pela Funai, que está no centro de um bairro que terá o metro quadrado mais caro do Distrito Federal, um metro quadrado de meio milhão de reais, por volta disso. Ontem, esse santuário dos pajés, da comunidade indígena, foi invadido por uma construtora. Pergunto: quem está em conflito com a lei? *(Palmas.)*

Quem está em conflito com a lei? São os trabalhadores que têm a Constituição nas mãos, que lhes assegura o direito de morar, e buscam esse direito? Ou são aqueles que não olham o direito desses tra-

balhadores e invisibilizam os próprios trabalhadores, o próprio movimento? Quem está em conflito com a lei?

É preciso que tenhamos claro que não queremos reproduzir, na contemporaneidade do século XXI, a história das casas grandes e senzalas, de que o Brasil ainda não fez o seu luto. *(Palmas.)*

Nós temos, aqui no Congresso Nacional, uma lei, um projeto que estabelece que devemos confiscar as propriedades em que se efetiva o trabalho escravo, mas que não consegue caminhar para se transformar efetivamente em lei. Temos uma proposta de emenda constitucional que não consegue se estabelecer, que tem por volta de dez anos ou talvez mais que isso, que dá uma penalidade rápida a quem efetive o trabalho escravo.

Então, o Brasil não fez ainda os seus lutos. A escravidão ainda existe ao jogar os trabalhadores, sem qualquer tipo de perspectiva de ter seus direitos constitucionais e seus direitos humanos absolutamente garantidos.

Por isso, criminalizar o movimento social é repetir a história das casas grandes e senzalas. Criminalizar o movimento social não significa apontar ações contra posturas e condutas de lideranças que ferem ou que não têm qualquer tipo de relação com a luta dos próprios trabalhadores. Criminalizar o movimento social é transformar em crime as formas que o movimento social encontra para ficar visível para o Estado.

Aqui em Brasília, tivemos o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que ocuparam para estabelecer o diálogo. Se não tivessem ocupado, não seriam vistos. *(Palmas.)* Não seriam vistos.

Ocuparam pacificamente. Se os estudantes não tivessem ocupado o prédio da reitoria pacificamente, sem qualquer tipo de prejuízo ao patrimônio, o reitor não teria saído e não seria estabelecido o retorno da própria democracia.

Por isso, digo que o movimento encontra suas formas de se fazer visível, e é ele que preserva o patrimônio público. Sabe quem não preserva o patrimônio público? Os que colocam o dinheiro público nas mochilas, nas bolsas, nas meias... *(Palmas.)*

A que o Brasil inteiro assiste para, depois, assistir à absolvição. Portanto, eu diria que o movimento social reage ao não cumprimento da própria lei e dos princípios fundantes da nossa Constituição, que diz: “Todo poder emana do povo e em nome dele tem que ser exercido”. Nossa Constituição fala de dignidade humana. E me pergunto: como é possível ter dignidade humana sem um teto? Diz um grande antropólogo deste País que nas ruas nós somos anônimos e que em casa somos nós mesmos. Em casa, temos condições de estabelecer nossa verdadeira identidade.

Se você não tem casa como é possível estabelecer a cidadania e construir a lógica da dignidade humana?

Por isso digo, Senador Paim, para encerrar, que não podemos ter dois pesos e duas medidas. Não podemos permitir que os bancos continuem aprisionando este País, pois estão aprisionando o País pela “financeirização”. Utilizam-se do seu poderio como se estivessemos ainda na República Velha, no Império. Agem sobre os tribunais para impedir que os movimentos sociais ou que o movimento sindical possa se expressar, para impedir, inclusive, a livre manifestação desses bancários por meio do interdito proibitório. Portanto, eu diria que os movimentos sociais não podem ser criminalizados porque isso significaria revitimizá-los. Se saem em luta, assim o fazem porque não viram cumpridos os seus direitos constitucionais.

Não é possível permitir que os movimentos sociais tenham os seus defensores, os defensores dos seus direitos, ameaçados como temos aqui no Distrito Federal. Tivemos inclusive um líder do movimento que teve sua casa baleada, teve sua casa invadida. Tudo se origina no conflito com a lei pelo fato de não se cumprir o próprio direito. Quando os defensores e a população se organizam para fazerem valer seus direitos, são criminalizados ou então ameaçados por aqueles que lucram com o não cumprimento da Constituição e dos direitos da nossa sociedade. Por isso, os movimentos sociais têm de continuar lutando, tornando-se visíveis. Têm de continuar dizendo que se esta é uma terra de senzalas e de casas grandes é também a terra de Zumbi dos Palmares, que hoje seria criminalizado. *(Palmas.)*

Em nome de Zumbi dos Palmares é que digo: continuemos na nossa luta para que tenhamos, de fato, a condição humana respeitada.

Parabéns, Senador Paim! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Deputada Federal Érika Kokay, histórica defensora dos movimentos sociais.

Só para lembrar, pessoal, que vai fazer uso da palavra a Elaine, de Minas Gerais, que foi uma das ameaçadas; o Edson, aqui do DF, cuja casa foi alvejada por balas; o Júlio, do Amazonas, que foi ameaçado também; e a Regina, da Resistência Urbana. Os quatro usarão a palavra depois dos Senadores.

Antes de passar a palavra à Senadora Marinor...

Marinor, se V. Ex^a concordar, passarei a palavra ao Lucas agora, e, em seguida, a V. Ex^a? Pode ser?

Então, vai falar o Lucas Brito de Lima, que representa a Anel (Assembleia Nacional dos Estudantes–Livre). Em seguida, falará a Senadora Marinor.

O SR. LUCAS BRITO DE LIMA – Muito obrigado, Senador.

Como foi dito, meu nome é Lucas Brito. Sou estudante de Serviço Social da UNB, Universidade de Brasília. Hoje, falo em nome da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre, filiada à CSP Conlutas. É uma nova entidade nacional do movimento estudantil.

Quero começar dizendo que, por mais que não tenha sido anunciada, existe uma presença nesta audiência pública que se assenta em cada uma das cadeiras que aqui estão. O que está presente aqui hoje é a indignação. A indignação que nos moveu até aqui, a indignação que nos fez convocar esta audiência pública e a indignação que nos faz lançar hoje uma campanha que já nasce extremamente vitoriosa, que é a campanha de denunciar todas as investidas de criminalização dos movimentos sociais. *(Palmas.)*

Hoje, em todo o mundo, a juventude e a classe trabalhadora se levantam. E sua força é tamanha que derrubam ditaduras de trinta anos. A juventude e a classe trabalhadora têm lutado muito, desafiado e ousado dizer que a ordem das coisas será alterada. No Brasil não é diferente. Este Plenário aqui hoje expressa isso, expressa isso porque existem aqui lutadores e lutadoras que fazem do seu dia a dia o anunciar de uma nova era, o anunciar de um novo mundo, o anunciar de uma nova sociedade em que, de fato, possamos ser livres da opressão e da exploração à qual hoje estamos submetidos.

Aqui existem lutadores e lutadoras que vivem durante meses sobre lonas, como foi falado. E, diferentemente do que o Senador Demóstenes Torres falou, aqui ninguém invade, porque não se invade aquilo que é seu. Nós ocupamos. Ocupamos terras, ocupamos reitorias, ocupamos aquilo que é nosso. *(Palmas.)*

Enquanto fazemos isso, a polícia, a mando dos governos, a mando da burguesia, tenta, dia após dia... Porque conspira para nos fazer calar, querem calar nosso grito de liberdade com o grito de horror e de medo, querem abafar as palavras de ordem daqueles que anunciam essa nova sociedade com as sirenes, as sirenes dos capatazes da burguesia, as sirenes dos grileiros de terra, a sirene daqueles que ousam dizer que os trabalhadores não poderão se levantar. Chico Buarque disse um dia que “enquanto eu cantar alguém terá que me ouvir”, e este Plenário de hoje mostra que continuaremos cantando, continuaremos entoando o nosso canto de que uma nova sociedade poderá vir, e de que eu poderei chegar ao final do meu dia de trabalho e ter uma referência de lar, onde eu possa deitar minha cabeça e ter a certeza de que no dia seguinte terei onde acordar, de que poderei dormir tranquilo e de que não serei ameaçado e desalojado por uma chuva que pode vir soterrar a minha casa. Portanto, eu

acho que o Governo tem uma séria responsabilidade diante desses fatos.

N início do ano, tivemos um caso que nos chocou. Vários casos, na verdade, aconteceram neste ano, mas um caso chocou todo o País. Vários manifestantes, no Rio de Janeiro e em outros lugares do País, se levantaram e disseram que não aceitariam a visita do Presidente Obama ao Brasil sem fazer uma manifestação, que reivindicariam a soberania nacional e que denunciariam os desmandos do imperialismo. Esses manifestantes foram presos, ficaram conhecidos como “Os Presos do Rio”. Os primeiros presos políticos do Governo Dilma. Logo depois, vimos também um caso que fez com que toda a classe trabalhadora e a juventude do País se denominassem bombeiros. Somos todos bombeiros, porque no Rio de Janeiro os bombeiros foram criminalizados e presos por se levantarem e defenderem seus direitos a melhores condições de trabalho e salário.

Mais à frente também vimos, um caso que chocou todo o País, na última semana, os professores em greve que receberam pancadas em vez de aplausos. E nós estamos aqui para dizer que enquanto a polícia, enquanto a burguesia e o Governo descem pauladas nos trabalhadores, nós aplaudimos e estamos juntos nessa luta. *(Palmas.)*

Encerrando, eu diria que como todos Júlio César, somos todos Elaine e Edson. Somos todos Rafael Corrêa, bombeiros e Gildo Rocha. Gildo Rocha era um companheiro, um lutador, que há onze anos nesta cidade foi morto, assassinado, enquanto fazia um piquete de greve e que no dia 6 próximo, daqui a dois dias estaria fazendo aniversário, junto com sua família. Com certeza, completando mais um ano de luta, mais um ano que poderia ser marcado pela luta por uma nova sociedade, e, infelizmente, não o faz porque foi criminalizado, infelizmente, não o faz porque foi assassinado, como muitos outros trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Portanto, chegamos ao final dizendo que a Anel está presente nesta luta e com muito orgulho nos incorporamos a essa campanha, com o sentimento de que não poderíamos fazer nada diferente disso. Nosso lugar é nessa campanha, nosso lugar é na luta e, com certeza, dizemos que é só com o nosso canto, só com nossas palavras de ordem, só com o nosso grito de liberdade, cada vez entoado mais alto, que poderemos, de fato, aí sim, abafar as sirenes, abafar o grito dos policiais e abafar as investidas de criminalização dos movimentos sociais.

É isso aí. A Anel tem muito prazer de estar aqui hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, esse foi o Lucas Brito de Lima, que aqui falou pela Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre.

Neste momento, passamos a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todas e a todos.

Quero parabenizar o Senador Paim, que tem sido muito parceiro aqui na Comissão de Direitos Humanos. Faço parte, dentre outras comissões que inclusive estão em atividade agora, como a Comissão de Educação e a Comissão de Economia, da Comissão de Direitos Humanos. Sou militante histórica nessa área e na da educação, e temos tido acolhimento, faço questão de registrar publicamente nesta audiência, pela sensibilidade do Senador Paulo Paim com relação às lutas por direitos humanos.

Todas as audiências que solicitamos a esta Comissão, seja para discutir os interesses das populações tradicionais de Belo Monte, seja para discutir a questão da homofobia, dentre outras questões, tivemos o apoio incondicional do Senador Paulo Paim. E acho que este ainda é um dos poucos espaços no Congresso Nacional, no Senado Federal, em que fazemos política refletindo os interesses da maioria do povo brasileiro, porque se depender de outras comissões, se depender dos Plenários da Câmara e do Senado, pouco tem se discutido a fundo os problemas na busca das soluções para melhorar a vida do povo. São poucos os parlamentares que se dedicam a isso aqui. Portanto, faço questão de registrar. Sou do PSOL, mas tenho de reconhecer e reconheço com alegria o empenho que o Senador Paim tem tido, junto aos movimentos sociais, na defesa dos direitos humanos.

Muito obrigada por mais esta oportunidade. *(Palmas.)*

Aqui tem companheiros do Pará, aqui está a Regininha, do MTST. Eu queria obviamente saudar cada um e cada uma dos que se encontram nessa mesa, mas não vou me alongar porque estou com a CPI do Tráfico Humano, da qual sou proponente e Relatora, e estou recebendo bandidos do Brasil que violam direitos sexuais de crianças e adolescentes, que traficam meninas, mulheres, homossexuais. Para ganhar dinheiro, matam pessoas e não estão na cadeia. Estamos fazendo um esforço para botar pelo menos um desses bandidos, que são ligados às oligarquias no Brasil, que são ligados às elites que dominam historicamente o território nacional. Pelo menos alguns poucos, se depender do nosso esforço militante, vamos tentar colocar na cadeia.

Eu queria saudar o Zé Maria, que é um parceiro histórico da luta socialista no Brasil, e o jovem Gui-

lherme, que hoje assume a coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que inclusive esteve organizando a jornada de luta em Belém. É uma alegria poder ver que esse movimento cresce cada vez mais, porque são cerca de 10 milhões de pessoas no Brasil sem o direito a um teto. E não é possível continuar sem direito a um teto e sem resistir a essa política excludente do Governo Federal, que privilegia, para atender os interesses dos banqueiros, dos latifundiários, pagar cerca de 50% do Orçamento, como fez em 2010, com 44,95%, que privilegia pagar a dívida pública em detrimento de outras políticas que são de interesse e que são direito constitucional do povo brasileiro.

Venho de um Estado, o Pará, que lamentavelmente tem sido um dos Estados que têm trazido informações para o Brasil de criminalização dos movimentos sociais, e não só de criminalização no âmbito do Judiciário, mas que tem sido responsável por mortes no campo, tem sido responsável pelos mais altos índices de desmatamento.

Ainda neste mês de agosto, segundo o INPE, o Pará foi responsável por quase um terço do desmatamento da Amazônia, como foi registrado. Dos 164 quilômetros quadrados de florestas derrubadas no período, 52,8 quilômetros quadrados estavam no Pará, de acordo com esses números. Nós podemos dizer a vocês que não há nenhum desmatador na cadeia naquela região, não há um criminalizado. E os processos que foram abertos se juntam aos mais de 85 mil processos naquela região sem serem julgados.

Quero dizer a vocês que o Governo Federal, de certa forma, quando não coordenou o processo do Código Florestal, na Câmara Federal, avalizou, anistiou os desmatadores, oficializou esse crime e, por isso, o desmatamento aumenta no Brasil e aumenta na nossa região.

Eu sou de um Estado que, lamentavelmente, é campeão em trabalho escravo, de um Estado que é campeão em prostituição infanto-juvenil e que tem estado nos noticiários nacionais e internacionais, tendo meninas violentadas dentro das penitenciárias, das cadeias, com o aval das autoridades, com a conivência das autoridades. Eu sou de um Estado em que, lamentavelmente, como em muitas partes do Brasil, os movimentos sociais têm sido criminalizados, e criminalizados, meus companheiros e minhas companheiras, pela luta por direitos, pela luta para garantir direitos.

Eu mesma, militando na defesa do direito de dar vez e voz ao povo através da comunicação alternativa, fui, por várias vezes, criminalizada. Eu fui exonerada sumariamente quando lutava na greve dos educadores, que mais uma vez, agora, sofrem perseguição

dos governos, que continuamente sofrem perseguição dos governos no Estado do Pará. Inclusive no Governo da Ana Júlia, do PT, e agora no Governo do Jatene, do PSDB.

Professores em greve, que é um direito constitucional, lutam pelo piso nacional, que é decisão recente do Supremo que seja cumprido por todos os Estados e cidades brasileiros. E um juiz de toga criminaliza os movimentos sociais, cita o sindicato, quer obrigar, passem, 50% dos professores a voltarem. Ou seja, 50% dos alunos assistem aula: 50% de Geografia, 50% de Matemática. Olhem o entendimento e a compreensão da Justiça sobre o que é serviço essencial. Mas não se preocupa com os milhares de analfabetos espalhados por este País. Mas não toma providência para cumprir a Constituição Federal. E não faltam denúncias feitas pelas ONGs, pelos cidadãos brasileiros, pelos sindicatos, pelas centrais sindicais.

Queria dizer a vocês que, lá, não só vamos resistir a essa decisão, como vamos continuar em greve até que o piso seja cumprido. Nós não só vamos resistir e contrariar a Justiça paraense, que, em vez de julgar os processos, os crimes dos assassinatos no campo, de colocar na cadeia o ficha suja Jader Barbalho, que não tem um único processo julgado, há 25 anos denunciado, opta pela criminalização dos movimentos sociais.

São mais de 40 milhões de equipamentos, Senador Paim, recolhidos ilegalmente, roubados da população brasileira, que tentava montar uma rádio comunitária para dar vez e voz ao povo. Mas os movimentos estão criminalizados. É um atrás do outro, é uma sequência. A Justiça brasileira não representa justiça para o povo brasileiro. A Justiça brasileira hoje está visivelmente vinculada aos interesses das elites; está claramente à disposição. O Estado brasileiro está à disposição das elites, dos poderes locais, lamentavelmente.

Nós, do movimento social, das lutas sociais... Eu vim para o Senado da República, como Senadora do meu Estado, para ocupar este espaço, e o ocupo diuturnamente nas lutas, nas Comissões, na tribuna, para denunciar esse modelo de desenvolvimento escolhido pelo Governo Federal, essa visão de fortalecimento das oligarquias, de retaguarda para os bandidos, de toga ou não, que, infelizmente, o Governo tem patrocinado. Vim para denunciar, mas também para ser solidária à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País, para ser parceira nas greves da educação, dos bombeiros, dos Correios, na greve vitoriosa dos operários da construção civil, recentemente no Pará, e muitas outras lutas espalhadas Brasil afora.

Está na hora de começar uma rebelião, uma rebelião mais organizada, Senador Paim, porque só está sobrando para a classe trabalhadora. *(Palmas.)*

Só está sobrando para a classe trabalhadora. É o povo pobre e humilde que tem como alternativa a mendicância nas ruas, a ocupação de espaço desumana dentro das penitenciárias. É o povo humilde. Segundo dados do próprio Governo, do Ministério da Justiça, aumentou o número de homicídios, de 2008 para 2010, em 111%, e sabem quem é que está morrendo? São pobres e negros, são filhos da classe trabalhadora. *(Palmas.)*

Nós da esquerda socialista não vamos nos curvar a essa lógica cruel. Não vamos nos curvar enquanto tivermos energia, força; e, se não tivermos, vamos arrumar. Vamos trocar parceria, solidariedade, exercer nossos valores de fraternidade, dos mais antigos, como alguns de nós que ainda resistimos, desde a época da ditadura, aos mais novos, como os estudantes que acabaram de se manifestar, da Anel. Nós temos obrigação histórica de mostrar ao povo brasileiro, de dirigir o povo brasileiro para a conquista da sua cidadania, e não vamos dar nenhum passo enquanto essa lógica da criminalização dos movimentos sociais, essa lógica do não direito, essa lógica da ausência do Estado, quando se trata do interesse público, permanecer.

Tenham aqui no Senado Federal – e estou resistindo para o ficha suja do Jader não voltar – uma parceira na luta de classes, que se posiciona claramente em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Muito obrigada. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Marinor Brito, defendendo com muita força seu ponto de vista, sempre na linha de frente, valorizando os movimentos sociais. Temos estabelecido aqui nesta Comissão uma parceria, muitas vezes com poucos Senadores, mas todos muito aguerridos, fazendo deste espaço uma trincheira, em que o movimento social tem voz, em que falamos, muitas vezes, que é nossa obrigação dar palco a quem não tem palco, àqueles que não têm oportunidade de mostrar sua visão.

Neste momento, vamos passar a palavra...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, eu queria, com todo respeito a todos os que estão aqui, já cheguei atrasada em função do atraso do vôo – meus assessores estão todos me olhando –, mas convocamos pessoas para ouvir na CPI do Tráfico Humano. Sou Relatora e responsável pela condução dos trabalhos para ouvir essas pessoas. Então, quero pedir licença e deixar o nosso mandato e o nosso gabinete à disposição. O Toninho do PSOL, Presidente do PSOL no Distrito Federal, vai continuar acompanhando a

audiência até o final com vocês. Um grande beijo no coração de todos e de todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor.

Temos ainda cinco pessoas que vão usar da palavra. Já havia anunciado: a Elaine, o Edson, o Júlio, a Regina e a Sr^a Erivã Garcia Velasco, do Conselho Federal de Serviço Social.

Convido agora a Sr^a Erivã Garcia para pegar um microfone mais aqui na frente e se aproximar um pouco mais. Tem espaço aqui na segunda fila. Só para dar visibilidade. Se puder trocar com alguém da segunda fila, para a senhora falar aqui...

O Júlio vai usar a palavra em seguida. Tem um lugar para o senhor na segunda fila.

Passo a palavra, neste momento, a ela que já esteve aqui em outra oportunidade, quando falou muito bem, à Sr^a Erivã Garcia Velasco, que representa o Conselho Federal de Serviço Social.

A SR^a ERIVÃ GARCIA VELASCO – Bom dia a todos. Na verdade, eu não poderia deixar de me pronunciar. Quero cumprimentar pela iniciativa da audiência, quero cumprimentar todos os companheiros que estão na Mesa e dizer que a presença do Conselho Federal de Serviço Social aqui tem, na verdade, uma enorme responsabilidade. Nós fomos convidados pelo próprio movimento, e isso para nós tem um significado importante, porque denota uma profunda sintonia do Conselho Federal, que representa hoje inúmeros profissionais no Brasil inteiro e que tem um projeto que denominamos ético-político, assentado na defesa da justiça, da liberdade e da democracia. Então, não poderia deixar de me manifestar aqui, em nome do Conselho Federal, para dizer por que, na verdade, nós aqui compomos com todos vocês, cada trabalhador e cada trabalhadora aqui presente, essa luta.

Na verdade, quando dizemos que estamos aqui também defendendo o direito à moradia, à cidade, à vida, é porque colocamos esses direitos no conjunto de direitos humanos. Quando nós nos colocamos presentes para fazer essa defesa, queremos dizer não a toda forma, muito presente hoje na sociedade brasileira, não só na sociedade brasileira, mas em todas as particularidades que a nossa sociedade tem, de demarcação de uma profunda desigualdade. Na verdade, não é só uma desigualdade social, é um conjunto de desigualdade que vivemos. Essa é uma luta abrangente porque envolve sujeitos coletivos muito diferentes, e a presença de um Conselho de Profissão aqui mostra o quão importante é construir articulações e sintonias com o conjunto de atores e sujeitos coletivos que estão na sociedade que, portanto, podem contribuir, podem somar, podem agregar essa luta. Esse

é um processo que exige... E uma audiência pública com essa presença mostra para nós a capacidade de resistência e de organização política. Portanto, é uma luta que exige resistência e organização política porque queremos construir um projeto de sociedade diferente do que temos, o que é importante. A sociedade que queremos não é uma sociedade fundada na lógica do capital, não é fundada na lógica da mercantilização da vida. Ao contrário: quando defendemos aqui a não criminalização dos movimentos sociais, estamos defendendo o direito à vida e, portanto, o direito a uma lógica assentada numa sociedade que defenda direitos humanos e necessidades humanas. É por isso que não podemos permitir que a lógica do capital guie a nossa vida. Vocês, melhor do que ninguém, que estão à frente de um movimento de resistência, o tempo todo nos dão mostras do quão isso é verdadeiro.

Então, quero dizer, em nome do Conselho Federal, que defendemos claramente, junto com esse movimento, uma política de ocupação do território neste País. É por isso que também defendemos a reforma urbana, e defendemos uma reforma que seja de interesse da classe trabalhadora e de interesse da maior parte dessa sociedade. Então, o Cfess quer se colocar aqui claramente contra a criminalização dos movimentos sociais. Por isso, queremos nos declarar juntos nessa campanha pela terra, pela vida, pela moradia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Conselheira Erivã Garcia Velasco, que falou pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Vamos, neste momento, usando o nosso painel, passar a palavra ao Edson Francisco da Silva, Dirigente Nacional do MTST/DF, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do DF. Vamos, inclusive, mostrar as fotos da casa desse líder, que foi baleada. Então, já podem usar o nosso quadro com os *slides*. Ele pode usar da palavra.

Onde está o Edson?

O Edson usa da palavra enquanto a assessoria providencia que os *slides* passem na tela.

O SR. EDSON FRANCISCO DA SILVA – Boa tarde a todos. Nem sei se é boa tarde ou bom dia, mas agradeço a presença de todos que vieram, principalmente a alguns coletivos. São muitos, não dá para lembrar o nome de todos, mas tem o CLV, tem o Rodamoinho, tem o BID, vários. É muito triste vir à Mesa do Senado falar de um atentado. Não fiz nada para sofrer esse atentado, sempre andei correto na minha vida e, por fazer uma luta social, por defender o direito à moradia e outras questões, simplesmente começamos a incomodar alguns setores. Não sabemos quem foi, mas, pelas fotos que o companheiro vai passar, os companheiros vão ter ideia do tamanho do que aconte-

ceu na minha casa. Por defender os trabalhadores, por lutar incansavelmente, alguém se achou no direito de invadir minha casa e disparar dezoito tiros contra mim.

Por mais que algumas pessoas digam que os caras não quiseram me matar, mas é complicado falar que não querem me matar. O cara dispara dezoito vezes, e não quer me matar? Tenho uma camiseta para mostrar para aos companheiros, com buraco de bala – o Choquito está mostrando ali. Aquele primeiro foi onde a bala entrou e o último lá, que é o maior, é o que ia ficar nas minhas costas. Daquele tamanho, aquele buraco ali.

E tenho também uma cicatriz para mostrar para os companheiros. Eu sei que aqui não pode tirar a camisa, mas eu vou tirar a camisa. Aqui é a cicatriz, e esta aqui foi a que fizeram no meu peito. O cara atirou na região do pescoço para cima, e vêm pessoas falar para mim que o cara não quis me matar. É um absurdo uma coisa dessas. Por pouco eu não morri.

Bom, com certeza, perdi o anjo da guarda, que deve ter fugido...

(Manifestação da plateia: “Não, ele estava com você, segurando sua mão.”)

O SR. EDSON FRANCISCO DA SILVA – Dessa vez ele foi embora, fez o último serviço dele. Vou arrumar outro anjo da guarda. Dezoito tiros, companheiros, não é fácil.

Muitos disseram mim: “mas você parece bem!”. Companheiros, quem leva dezoito tiros, às duas horas da manhã, dentro de casa, num corredor de 1,20m, não fica bem não. Pelas fotos que os companheiros estão mostrando, dá para ver o tamanho dos buracos que os caras fizeram na minha casa.

A luta dos trabalhadores sem teto é uma luta legítima, com todo direito. Inclusive, a Constituição brasileira nos dá esse direito, o direito à moradia, o direito à educação. Questões básicas, e parece que nossos governantes se esqueceram disso.

Isso é para os companheiros que estão neste plenário e que são trabalhadores, da próxima vez, votarem melhor, não colocarem no poder pessoas que só visam o lucro próprio e o lucro de empreiteiras, empresários e latifundiários.

Como o outro Senador falou aqui, é invasão de terra, não é ocupação de terra. Como o estudante que aqui falou, o Lucas. Ocupamos sim, ocupamos porque o Governo não nos dá o direito de uma moradia, por isso ocupamos. Com certeza. Não é porque foram na minha casa dois homens armados e tentaram me matar que vou parar de lutar não, companheiros. Eu vou estar nos espaços de lutas, nos espaços públicos do

MTST e vou estar sempre lutando, sempre lutando, não desisto jamais.

Não saio do DF, que fique bem claro isso. Estou no DF, vou continuar a luta do MTST, a luta dos trabalhadores. Jamais vou recuar. Se acham que dezoito tiros vão me assustar, da próxima vez pode levar mais, porque não vai assustar não. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: “MTST!”.)

O SR. EDSON FRANCISCO DA SILVA – A luta é para valer!

Companheiros, só para finalizar a minha fala, fico emocionado ao falar disso, porque foi muito complicado. Fugir, de madrugada, às duas horas da manhã, em uma moto... Inclusive, eu devia mandar as multas para o Governo pagar. Tem três multas lá esperando, porque eu não respeitei pardal, não respeitei nenhum.

Arrebentaram a minha moto, arrebentaram toda a minha casa. Uns falaram que eles não gostaram da cor verde da minha casa, por isso eles detonaram a casa. Ficar de madrugada fugindo, com medo de morrer... Tenho companheiros que foram muito importantes no dia. Vários companheiros que me deram abrigo; outros que foram fechar a minha casa, arriscando a vida deles. E temos muitos militantes que estão sendo ameaçados ainda.

Jamais, na minha vida... Ameaça, companheiros, tomamos o tempo todo. Mas jamais na minha vida eu ia imaginar que os caras iam chegar às vias de fato, iam concretizar uma ameaça dessas.

Mas, como se fala, e a Regininha fala muito bem, que quem está na chuva é para se molhar, na chuva, eu vou ficar. Se um dia os caras conseguirem me matar, não tenha dúvida, vou virar um espírito e vou perturbar a vida dele o resto da vida. E não só de quem matou, mas de quem mandou, latifundiário, empresário, político corrupto. A pior tristeza que existe em nosso País é ter político corrupto. Os caras ganham bem para caramba, os caras ganham um salário que nenhum outro brasileiro trabalhador ganha, e os caras ainda têm que roubar – e roubar mesmo – o dinheiro do povo? É um absurdo uma coisa dessas. Isso é um absurdo! E ainda tem um monte de gente que defende uma coisa dessas, enquanto nós estamos na rua, ficamos meses embaixo de uma lona preta... Quem não sabe o que é uma lona preta vá a um acampamento nosso, passe um mês lá, chovendo, fazendo sol, para ver o que é aquilo. Sem ter água para beber – tem um monte de família aqui que sabe falar –, sem ter comida para comer às vezes, lugar para tomar banho, dormir no chão, sem cobertura, no frio, criança sofrendo para caramba, e ainda chega um órgão chamado Agefis – que devia fechar –, que derruba as casas dos trabalhadores, que

construíram com tanto esforço; derruba e ainda quer bater, quer machucar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDSON FRANCISCO DA SILVA – Vou terminar.

Então, chega um governo repressivo, arrogante e ignorante, que não sabe dialogar, chega e quer bater, quer espancar.

Companheiros, só um aviso para vocês e para quem fez isso: para conseguir parar o MTST, a luta dos trabalhadores, tem que ser no debate, tem que ser numa mesa, num debate; senão, tem que resolver o problema de moradia, de educação, de saúde neste País, todos os problemas que tiver. Aí, sim, o MTST fecha as portas. Mas, na violência... *(Palmas.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDSON FRANCISCO DA SILVA – Só um instante, companheiros. Vou terminar.

Companheiros, na violência, na bala, não vão conseguir não, porque quem usa revólver, quem usa bala é covarde, não é nenhum pouco corajoso. Corajosos somos nós, que não andamos armados, andamos de peito aberto, companheiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Edson, aqui do DF, que mostrou a agressão que sofreu à sua casa e o atentado contra ele. Não vi problema nenhum de você tirar a camisa – tinha mais que mostrar mesmo, fez bem – em uma demonstração de que a agressão de fato houve.

Vamos, de imediato, passar a palavra agora para a Elaine, que foi também ameaçada e é de Minas Gerais.

(Manifestação da plateia: “Alvejada também”).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alvejada também.

Elaine, só aperte o botão.

A SR^a ELAINE DE ANDRADE DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Elaine, faço parte do MTST de Minas, da Frente Nacional de Resistência Urbana e CSP-Conlutas também.

Vou fazer um breve relato. Quero que todos entrem na máquina do tempo comigo e voltem à data do dia 14.06.2011.

É claro que eu não vou bater muito na situação da criminalização, porque hoje mesmo tivemos a prova de que nós, como movimentos, somos criminalizados, e a intenção agora é de que sejamos exterminados.

Na data que citei, às seis horas da manhã, eu estava com a minha filha na minha casa – moro dentro da ocupação Camilo Torres, que já existe há três anos e meio, indo para o quarto ano já – e ouvi o disparo de

um tiro do lado de fora de casa, uns gritos, assim, meio confuso, não dá para especificar o que o rapaz que atirou estava falando. Naquele momento, eu levantei, peguei o telefone e liguei para o Lacerda, porque, em seguida, eu reconheci a voz do rapaz, e ele foi para a frente da minha casa e começou a quebrar o carro.

É claro que, naquele momento, eu não imaginei, em momento algum, que ele fosse entrar, arrombar a minha casa, mas, como as nossas moradias não têm uma estrutura muito boa para aguentar uma bala de uma nove milímetros, eu peguei a minha filha, fui para o banheiro, que é mais no fundo, e pensei: se a bala entrar, pelo menos eu acho que dá para amortecer até chegar aqui. Eu conversava com ele no telefone, explicando que o rapaz estava atirando, estava quebrando o carro, que nem eu estava entendendo a situação.

Naquele momento em que estávamos conversando, a ligação caiu, houve segundos de silêncio e, em seguida, eu vi que ele estava batendo na minha porta. Eu pensei: “Poxa, o cara está entrando na minha casa? Não estou acreditando nisso!”.

Quando eu assustei, ele já tinha arrombado a porta e já estava dentro do banheiro com um revólver na minha cabeça. Ele pegou um lençol, que estava no meu banheiro, tentou envolver na minha cabeça, e eu, com a minha filha no colo, pensei: “Ele está sem coragem de atirar olhando para a minha cara”. Porque ele era um rapaz que foi morar com uma moradora que já morava na ocupação há mais tempo, mas ele mesmo tinha pouco tempo que estava na ocupação. Era uma pessoa mais restrita, participava das assembleias, mas, até então, foram poucas vezes que ele se manifestou, mas entendíamos que ele era tinha conhecimento, que não era uma pessoa totalmente ignorante. Naquilo que ele envolveu o lençol na minha cabeça, eu puxava, porque eu pensava: “Não, eu vou continuar olhando para a cara dele, porque se ele está sem coragem de atirar olhando para a minha cara, com o lençol ele vai atirar”. Nisso, ele foi me levando em direção à porta, deu outro tiro para fora, falava coisa sem nexos, essa que é a verdade. E no momento em que chegou na porta, ele tentava me puxar para fora, eu ia para dentro, ele me puxava para fora, eu ia para dentro, e ele me puxava para fora. Aí ele pôs o revólver na cabeça da minha filha e falou: “Se você não soltar ela, eu atiro”. Naquele momento, eu pensei: “Meu Deus, o que vai valer a minha filha no meu colo morta? Então, eu vou soltar. Agora, eu estou soltando, mas não é nas mãos dele, é nas Suas”. Ele saiu arrastando ela para a frente do carro, continuou quebrando o carro, continuou gritando, falando onde é que estavam os trabalhadores daquele local, onde é que estavam os lutadores daquele local, e atirando. As pessoas foram saindo de casa porque,

para mim, eu estava conversando com ele, mas amigas minhas falaram: “Elaine, lá da rua” – que é uma distância da avenida – “eu ouvia seus gritos”. Mas naquilo eu pensei: “O que eu vou fazer?”. Voltei para dentro correndo de novo. Ele deu um tiro na minha direção. Peguei o celular, liguei para o pai dela e falei: “Ele pegou nossa filha, ele matar. Ele pegou nossa filha, ele vai matar”. Eu ouvi outro tiro abafado e pensei: “É ela! Eu não tenho pernas para ir para fora porque é minha filha que está morta”. Naquilo, ele pediu para eu me acalmar e desligou o celular. Eu voltei para a porta, e ele continuava lá.

Ele punha o revólver na cabeça dela, ele gritava, ele quebrava o carro. Foi quando as pessoas tentaram se aproximar para tentar tira-lá dele. Ai ele pôs o revólver e puxou o gatilho. Só que naquele momento em que ele pôs o revólver e puxou o gatilho, ah! cara, Deus falou: “Não é agora não, filho, que vai”. A partir daí, a arma não funcionou mais. Ele puxou três vezes o gatilho na cabeça dela. Foi quando o pai dele chegou. Eu não sei exatamente por que motivo foi, mas ele abriu o braço e o pai dela gritou: “Corre Sofia, corre Sofia!”. Ela correu. Naquele momento, ela correu e ele a pegou de novo. Ele foi atrás deles e continuou puxando o gatilho, e a arma não funcionando. Naquilo, ele viu que a arma não funcionava e jogou o revólver nas costas dele. Naquele momento, ele já foi para avenida, pegou uma van e foi para o Hospital de Ibirité.

Foi uma coisa, assim, sufocante, terrível. Foi acionada a Polícia Militar, na verdade, até pelos moradores, porque, naquele momento em que eu entrei, eu não pensei em polícia, não pensei em nada. A princípio, a Polícia Militar foi quem fez a ocorrência, tratou a situação de maneira séria, foi comprometida, viu que a situação realmente foi séria, mas quando... Como o rapaz foi para o Hospital de Ibirité, que é uma região metropolitana de Belo Horizonte, não tinha como eles darem continuidade ao boletim.

Então, foi repassado para os policiais militares de Ibirité. Mas, a partir dali, já fomos tratados de forma completamente diferente. Eles não acreditaram na nossa história. O rapaz estava com um tiro na perna. Então, começou a sujeira de que, na verdade, foi o Lacerda. Ele inclusive veio e disse assim: “Olha, existe outra versão dos fatos. O rapaz está contando que foi o Lacerda que foi na casa dele, que foi o Lacerda que atirou nele, e para ele se defender ele pegou a filha de vocês. E eu estou achando essa história meio estranha. Você não tem nada para dizer não?”. Ele quis insinuar inclusive que se tratava de uma questão passional. Eu falei: “Não, em momento algum”.

Ai houve alteração. Houve aquela discussão, e o policial militar deu voz de prisão para o Lacerda. No

caso, a vítima passou a ser o autor. E em nenhum momento houve a preocupação de perguntar: “Sua filha precisa de alguma assistência. Como ela está, como ela deixa de estar?”. Foi assim, esse percurso o dia todo. De lá, fomos para a Civil. Continuou da mesma maneira, a mesma truculência de querer falar que estávamos fantasiando, que aquela história não era real, que aquilo tudo era isso, que aquilo tudo era aquilo, que não teria como, voltando atrás, porque ele também estava com o pé quebrado, com um tiro na perna, ele ter feito tudo aquilo que nós estávamos relatando.

Até que as coisas amenizaram um pouco, porque um dos peritos da Polícia Civil constatou que, realmente, havia mais quatro balas dentro do revolver e que uma das balas tinha ficado presa no cano. E ainda concluiu que, em todos os anos dele de profissão, isso nunca tinha acontecido, de ele ver uma 9mm falhar do jeito que falhou.

A partir dali, as coisas foram conduzidas de maneira um pouco diferente. Mas, todo o momento, fomos criminalizados, fomos colocados como os criminosos, sendo que o criminoso era aquele rapaz. A partir dali, podemos dizer que fomos ao inferno mesmo, porque começamos a receber ameaças, começamos a viver apreensivos com aquela situação. Fomos ameaçados, não deveríamos mais ficar dentro da comunidade, dentro da ocupação, que todas as lideranças ali dentro deveriam sair. Nós poderíamos viver nos bairros vizinhos, mas dentro da ocupação mesmo, não.

Essa é uma prova, mais uma, de que já não basta criminalizar. A intenção é exterminar mesmo os sem-teto. É aquilo temos que colocar: infelizmente, nós vivemos hoje numa sociedade que não nos atende, que não cumpre mesmo... Quando ocupamos os órgãos públicos, quando ocupamos as terras ociosas, não é nem na intenção de que se faça o direito, porque ele já está aí, mas que ele se cumpra. Infelizmente, estamos vendo que vamos pagar com as nossas próprias vidas, mas lembrando que está chegando a uma situação em que o povo já não aguenta mais. Podem matar dez Elaines, que vão surgir vinte; podem matar trinta Edsons, que vão surgir sessenta, e assim consequentemente. *(Palmas.)*

Eu deixo aqui a minha indignação, lembrando que, desta vez, eu, o Lacerda e minha filha de três anos... Como eu coloquei, gente: vai chegar um momento, então, em que vamos chegar para ganhar nossos filhos nos hospitais, ou para fazer os pré-natais, colocam uma arma e puxam o gatilho, ou vamos ter Citotec. Infelizmente, vamos fazer aborto porque vai chegar um momento que... Porque é isso que está acontecendo. A sociedade que está aí, fruto das coisas que estão acontecendo... Eles não matam os nossos filhos com um

mês de vida, eles estão matando os nossos filhos aos 15, aos 12, aos 13, do jeito que está acontecendo aí.

Então, deixo aqui a minha indignação, lembrando que vamos denunciar enquanto existir voz. E no dia em que calarem a minha, terão outras, outras e outras.

Bom dia todos. Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Elaine, de Minas Gerais, que fez um depoimento que sensibilizou a todos, e, claro, para nós é como se fosse um filme, um filme de terror, quando sua própria filha é ameaçada e puxam o gatilho três, quatro, cinco vezes. Toda nossa solidariedade, o que nós pudermos fazer aqui, em nome da Comissão de Direitos Humanos, pode ter certeza de que estamos juntos. É claro que o que eles querem é intimidar vocês, para que não continuem lutando pelos seus direitos. Contem com esta Comissão.

A SRª ELAINE DE ANDRADE DA SILVA – O senhor me dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª ELAINE DE ANDRADE DA SILVA – Só para complementar. É um fato que considero que não seja isolado. Tudo tem seu propósito. O dono de uma... O suposto dono de um dos terrenos, colocou, nos autos da Justiça... Porque a Polícia Militar, como não queria fazer o despejo por causa das situações, porque para onde ia levar o pessoal, não tinha como, ia por na rua? Ele colocou nos autos que, uma vez não tendo como o Estado pegar e cumprir, ele teria os meios dele de fazer cumprir essa situação. Então, perguntamos: como são esses meios? Vai colocar um tanto de homens armados e expulsar? Ele pediu autorização ao Juiz para que ele fizesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A autorização seria para meter ele na cadeia, isso sim. Ele é um bandido. (*Palmas.*)

Temos mais dois depoimentos. O do Júlio, que relata a situação por que ele passou e está passando no Amazonas.

Está com a palavra, Júlio.

O SR. JÚLIO CÉSAR – Eu queria agradecer a abertura do Senador, do Zé, dos companheiros da Mesa, todos os companheiros, e fazer um breve relato sobre o que é Manaus.

Manaus, para o senhor ver, é a capital nacional da grilagem. No Brasil não existe nada igual. Houve a CPI em 2002, aqui do Senado e da Câmara, e não anda. Lá, quem manda é o poder dos grandes grupos de grileiros que se instalaram lá. Diferente de Belém, eles controlam 30 milhões de hectares, Senador. Tudo que é terra da União foi grilada. E a última coisa, a

mais assustadora, foi o depoimento de um controlador de terras da União, da CBTU, que disse que lá, até o Exército, que foi reintegrar terras, foi expulso pelos grileiros. Colocaram para correr. O Exército Brasileiro buscando as terras deles. Para se ter uma ideia de como é a grilagem lá.

Tem a questão das águas claras, que é o maior problema de grilagem na cidade de Manaus, talvez a maior. Existem duas empresas imobiliárias, chamadas Planecon e Vieira Alves, que são de políticos, do Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, e do Átila Lins, que é daqui, da Câmara Federal. Eles são donos dessas empresas.

Depois disso, achamos estranho, muito estranho, que o dono da terra, o Sr. Pedro Silveira de Carvalho, o dono da terra... Eu queria que o Senador Demóstenes estivesse aqui para ver. Vamos cumprir a lei. O dono da terra está sendo espoliado. O dono, o legítimo. A Polícia Militar foi acionada à noite e disse que ninguém fica, porque quem manda lá é a bala. Quem manda são eles. E foram bem claros: "Aqui ninguém vai ficar não. Aqui quem manda... Tem dono isto aqui". Depois disso, uma semana depois, começaram a acontecer fatos estranhos. O Arthur, que é de outro movimento, foram dois homens, um que tem cicatriz em forma de cruz, careca, alto, bem forte, moreno, entraram no barraco do Arthur, botaram a arma na cabeça da mulher dele: "Cadê ele?". A sorte é que ele fugiu, ele estava do outro lado do acampamento, senão.... Ele disse: "Olha, ele vai morrer, porque ele fica invadindo terra dos outros". E ele estava na questão de águas claras.

Essa é uma situação, existem outras, como a da entrada na minha casa, à noite, três horas da madrugada. Dois homens encapuzados, com pistolas, tiraram a fechadura da cozinha e entraram. Eu não estava lá. Os vizinhos viram e ouviram eles dizerem, um caminhoneiro que estava bem em frente ouviu eles dizerem: "Olha, aqui é a casa dele, vamos lá". Entraram, foram lá dentro e saíram.

Depois disso, houve uma outra coisa. Eles pegaram o companheiro Reinaldo de Oliveira dos Santos, companheiro do MST, da coordenação estadual, saindo da Igreja. Botaram a arma nele e perguntaram: "Cadê ele? Queremos saber onde está o Júlio. Onde está ele?". As mesmas pessoas, a mesma descrição do pistoleiro: forte, alto e a cicatrizinha, um sinal, tipo uma cruz. Ele indicou. Claro que indicou. Com uma arma na cabeça quem não vai indicar? Indica, mas mentindo para o pistoleiro para se salvar, porque se ele não falasse, ele disse: "Eu vou matar você agora e mato a sua família". Aí, ele: "Tá bom, eu digo". Aí ele enganou o pistoleiro, depois ele fugiu para o interior do Amazonas. Agora ele retornou, o companheiro. Ele fugiu,

teve que fugir para um Município distante de Manaus, que se esconder na casa da mãe, que tinha um sítiozinho, para não morrer e nem ver a família dele morta.

Após isso, não se contentando esse sujeito, isso foi no dia 6 de setembro, estivemos no Plano Diretor da Cidade de Manaus, estava havendo lá essa discussão, eu, o Jóia e a companheira da coordenação saímos. Um carro com vidro fume nos seguiu, tentou nos pegar. Se a companheira não desvia o carro e esconde, eles iam fuzilar o carro, esses mesmos homens.

Após isso, eu não esperava, por exemplo,... Já houve a questão... Tem um camarada que conheci, o Dinho, o Adelino Ramos, que hoje está morto, morreu lá em Lábrea. E dizem que não matam. Matam no Amazonas. É porque não sai para cá. Sai do Pará, parece que não existe. A imprensa lá fecha tudo. A imprensa tem ligações com a grilagem.

Eu queria dizer o que eles fizeram. Não se contentando, ele foi fazer campana em Nova Vitória, um bairro que fundamos. Ele foi lá. Ele e mais outro, de moto. Aí um senhor chamado Zezinho, comerciante, achou estranho isso: “Esse cara aí, o que ele está fazendo por aqui?”. Parou, ficou lá.

Um cara não fica, Senador, das sete da manhã às sete da noite, num lugar, desse jeito, todo o tempo, esperando que eu fosse. Eu não fui. Eu tenho a inconsciência de não ir e de não dormir no mesmo lugar duas vezes. Eu não tenho rotina na minha vida. Não tenho, de jeito nenhum. Isso me preserva vivo. O que ele fez dessa vez? Não se contentando, invadiu a biblioteca. Ele estava todo de preto, em uma moto. Ele tem uma espada medieval, o sujeito. Acho que ele queria a minha cabeça, não conseguiu. Estava lá na biblioteca a tia da Jeniffer. A Jeniffer tem seis meses, um bebê, minha filha. Ele queria: “Cadê ele? Ele ou a bebê”. Ela correu, jogou as coisas, se meteu dentro dos buracos lá de Nova Vitória, porque conhece os becos? Ele não conhece. Ela escapou dele.

Então, ele anda por aí. É um pistoleiro. Tem a mesma característica do que matou o casal no Pará, a mesma descrição. E está andando. Nós temos, bem concretamente, certeza de que veio de Águas Claras o recado, dessas duas imobiliárias. Não preciso dizer quem comanda essas imobiliárias. Eu já disse. Dou nome aos bois, dizendo bem claro.

E acho que a questão, Senador... Estou falando ao senhor... Já estive falando com a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, pessoalmente, frente a frente, na cidade de Manaus, relatando tudo o que estou dizendo aqui. E outras denúncias. A CPT está denunciando que ninguém está sendo protegido. Tem 31 pessoas ameaçadas lá; ninguém tem proteção

nenhuma. Isso está ocorrendo no Amazonas. Pouca divulgação tem aqui, mas está ocorrendo lá.

Eu só queria concluir dizendo o seguinte. Também estivemos aqui em Brasília com a chefe de gabinete da Ministra, falando a mesma coisa. Já falei com o Fernando Matos, com a Salete Valesan, com a Ministra. Eu estou me expondo aqui em nome de um bebê. Eu acho um covarde. Se ele quiser resolver o problema, ele vai ter primeiro que me encontrar, que sou mais difícil. É a coisa mais difícil. Acho que ele está tão aborrecido, esse assassino, esse covarde que mandaram, porque eu não sou convencional, diferente do que ele pensa. Como ele fez no Pará, onde cortou as orelhas deles. Ele não vai cortar nada.

Eu digo, a luta do MTST... Hoje mesmo, a praça está cheia de bandeiras vermelhas no centro de Manaus, fazendo ato, denunciando o que está acontecendo com a companheira Jóia e os que estão lá. Nós não vamos nos calar não. Não vamos nos calar por medo de ameaça. Não quero virar mártir. Não quero virar o Dinho. O Dinho tinha sonhos e hoje... Infelizmente, escapou do massacre de Corumbiara e foi morrer lá no Amazonas. Eu lamento essas perdas. Eu o conhecia. Era um lutador sério mesmo, ele queria uma sociedade melhor para os camponeses, e nós queremos para os trabalhadores, na cidade e no campo, com a reforma agrária, a reforma urbana, porque, naquele Estado, quem domina ainda é a grilagem de terra.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Júlio, pela sua coragem, pela firmeza e pelos cuidados que está tendo.

Eu falava aqui para os companheiros da Mesa que, se vocês autorizarem, todas as denúncias aqui colocadas, eu remeterei para o Ministério da Justiça, porque eles têm que saber lá. Nós ficamos ao vivo por todo o período da audiência pública, desde as 9h30min, praticamente, e vamos terminar lá pelas 13 horas. Eles estão sabendo que nós estamos aqui, ou seja, que vocês estão fazendo a denúncia. Então, é importante que eu remeta isso para o Ministério da Justiça para que depois não digam que não fizemos a denúncia. Então, se vocês autorizarem, eu encaminharei todas as denúncias que surgiram para o Ministério da Justiça.

Além disso, o José Maria aqui me dizia da importância de termos audiências públicas como esta nos Estados. No caso, Minas Gerais, Amazonas, e especificamente uma no DF, que faríamos na Câmara Distrital. Isso ajuda a dar foco ao debate e a demonstrar a eles que isso não é bem assim, de estar atirando, ameaçando crianças, perseguindo, torturando. Como você disse, até orelhas cortaram, não é?

O SR. GUILHERME BOULOS – Se me permite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, pode.

O SR. GUILHERME BOULOS – Para complementar essa parte do encaminhamento, todas essas denúncias estão detalhadamente relatadas aqui neste relatório que vamos entregar, no final,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. E eu remeto, se todos vocês me autorizarem.

O SR. GUILHERME BOULOS – ...tanto para o Bruno, representante da Secretária Especial de Direitos Humanos, quanto para o Senador, no sentido de formalizar isso, porque é nosso objetivo. E também de fazer esse apelo, Senador, porque na medida em que não há proteção estatal, o que os companheiros relataram, quer dizer, dormir cada noite num lugar... A Elaine está morando na mesma casa em que ocorreu isso – podendo voltar a qualquer dia – porque não tem dinheiro para pagar aluguel em outro lugar. E não existe apoio nesse sentido da parte dos programas do governo.

Queríamos, inclusive, porque em alguns casos não dá nem para contar, colocar aqui para as entidades presentes, sensibilizadas com essa situação, que busquemos também criar uma condição dentro da campanha, de apoio material, para viabilizar uma vida minimamente digna para esses companheiros que estão ameaçados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, eu recebo o documento e darei o encaminhamento.

Vamos passar a palavra para a Regina, do Movimento Resistência Urbana.

A SR^a REGINA SILVA – Bom dia. De fato, é muito complicado. Eu sou muito sensível, é muito complicado você estar num lugar para escutar tanta coisa esquisita, e coisa que pensamos não acontecer mais, e falar isso numa Casa como o Senado Federal. É muito esquisito.

A Resistência Urbana, Frente Nacional de Movimentos, Senador Paim, é uma organização que está em doze Estados, composta por nove movimentos. Essa organização surgiu fruto da contradição que existe ainda na sociedade. E não tínhamos voz nem vez. É uma organização de luta direta. O MTST é um dos movimentos de resistência urbana. Eu sou do Movimento de Luta Popular lá do Pará. Nós estamos implementando uma campanha. A campanha “Sem Teto, com Vida” foi mais uma imposição da conjuntura atual por conta de tantos atentados, mas também estamos na campanha contra os despejos da Copa. Não dá para, na concepção da resistência urbana, discutir direitos de criança e de adolescente, discutir direitos

humanos, sem discutir, de fato, a luta por direitos humanos. A resistência urbana não é militante de direitos humanos somente, nós somos militantes da causa e fazemos parte da causa da total ausência de direitos, da total ausência de quaisquer situações que possam acabar com a criminalização da pobreza. Não dá para ficar falando de quem está nas penitenciárias, por que o povo ocupa, isso tudo já foi dito.

Senador, acho que poderíamos ousar mais. Poderíamos fazer uma audiência pública em que, além de discutir a questão das tentativas de assassinato, com perseguições, além de discutir isso nas audiências públicas, poderíamos também discutir, fazer audiências públicas nas cidades sede da Copa, e também fazer um debate valendo. Achei esquisito, por exemplo, que não haja mais autoridades sentadas nesta mesa para ouvir, para que o Senador não pudesse remeter ao Ministério da Justiça, entendeu? Senti falta disso. Porque, falando de entidade para entidade, todos estão no mesmo negócio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a vantagem, permita-me, só para ajudar no seu raciocínio, é que estamos neste momento falando para todo o Brasil, pela TV Senado, ao vivo, e nos gabinetes das autoridades, pode ter certeza, eles estão assistindo. Então, é um momento privilegiado que temos que usar, e você está usando muito bem.

A SR^a REGINA SILVA – Não fale nesse negócio de televisão porque eu vou ficar nervosa e vai ser complicado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas não fique nervosa. Continue falando, está falando muito bem.

A SR^a REGINA SILVA – Tudo bem. Eu não sabia que estávamos *on line*, mas acho que há uma necessidade de ter essa coisa de olho no olho, de estar aqui a autoridade. Cheguei ao Senado e me disseram que aqui é assim mesmo, é dessa forma, o Senador tem de levantar para nos buscar. Fiquei pensando e tive a sensação de que eu era uma assassina em potencial, ia fazer qualquer coisa aqui dentro. Eu não estava compreendendo. Quem mata está solto, quem rouba está solto! Não dá mais para segurar essa onda, não dá mais para tombar só de um lado. Mas não tomba de um lado não é de agora, não tomba de um lado desde quando ocuparam o Brasil. Nós temos de dar um basta nisso, não dá para segurar essa onda mais, não dá para vitimar quem já é vitimado, não dá para estar aqui uma coisa lotada de “coitadinhos, eles não têm onde morar”... Não existe isso, somos cidadãos brasileiros, nós existimos, não somos coitadinhos. (*Palmas.*)

Queremos somente dignidade, algo por que todos vocês lutam. Aqui é uma questão de igualdades, des-

cobrir de que lado nós estamos. É a história da briga dos que têm contra os que não têm. Quem está desse lado vem e vamos engrossar essa história e vamos tentar alterar. O que não dá é para ficar no estado em que estão as coisas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Regina. Quero lhe dizer que você não se intimidou em momento nenhum, com televisão ou sem televisão. Falou muito bem. Uma salva de palmas para ela. Ela sabe. Falou bem. Tem que falar mesmo. *(Palmas.)*

A SR^a REGINA SILVA – É porque ela instruiu o Zé Maria, que estava na minha frente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos continuar a nossa audiência pública. A Mesa vai fazer suas considerações mediante tudo que ouviu.

Informou-me o Guilherme que há dois artistas que vieram do Rio. Este seria o momento em que eu queria que os dois usassem o microfone. Eles estão aí?

A SR^a REGINA SILVA – Só uma coisa, Senador. Eu esqueci uma coisa. Tem uma companheira aqui, ela é advogada... Como é o nome dela?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar enquanto eles vão se apurando.

A SR^a REGINA SILVA – Sandra, corre aqui! É que a Sandra quer falar só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto a senhora fala, convido uns dois artistas.

A SR^a SANDRA APARECIDA PAULINO E SILVA – Sr. Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento todos os demais e todo o povo do MTST aqui presente, em especial agradeço a companheira que me facultou a palavra. Trata-se de uma trabalhadora, uma camponesa, dando seu lugar, dando um pouquinho do seu tempo a uma doutora. Eu nunca vi isso acontecer, é a primeira vez, e chama muito a atenção. Inclusive, eu nem pareço advogada, segundo uma criatura togada lá de Embu das Artes. A Ministra Eliana Calmon refere-se a nós como os infiltrados do Judiciário, os bandidos que se escondem atrás da toga. Nós temos lá em São Paulo – sou de São Paulo – uma infiltração muito grave, principalmente no Tribunal de Justiça Militar, onde sabemos que a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA já denunciou um relatório – e está na Internet – em cujo texto há denúncia de que há juiz lá com histórico de assassinato. Passou no concurso para a Magistratura e é assassino. Então, aqui estamos falando de assassinos que não têm nomes, não têm rostos, embora todo movimento MTST saiba de onde eles saem.

Vim aqui para falar para os senhores de assassinos que têm nome, sobre nome e cargo. Meu nome é Sandra Aparecida Paulino e Silva, minha OAB, com

muita honra, há quase 30 anos, há exatamente 28 anos, é da Seccional Paulista da OAB, sou inscrita pela mais importante seccional do País, seccional da capital paulista, presidida há quase nove anos pelo Sr. Borges D'Urso, bastante conhecido do Condep, que é o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana lá em São Paulo, e que interfere sistematicamente para que esses movimentos não tenham voz, não tenham vez.

Eu só quero pedir que, já que o senhor vai encaminhar as denúncias para o Ministério da Justiça, embora eu esteja sob proteção do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, eu gostaria que a denúncia que vou fazer agora fosse encaminhada ao Ministério da Justiça também, para que tentássemos – pelo menos uma tentativa – a federalização da investigação da morte do que vou citar agora. Foi publicado no dia 14 de setembro no G1, na Internet: “Corregedoria investiga morte de PM que denunciou o grupo de extermínio. Comandante afirma que corporação apura casos junto à Polícia Civil.” É mentira, Senador. Segundo o Condep, a advogada dele está sob proteção da Polícia Federal. A Corregedoria da Polícia Militar – já estou terminando – investiga o assassinato do soldado – é só um soldado; se fosse um coronel, talvez não fosse necessário eu estar aqui – Júlio César de Lima Nascimento, morto com dezoito tiros no último dia 4 de setembro quando lavava o carro em frente à sua casa em Osasco, na grande São Paulo.

Quero fazer a ressalva de que não foi em Osasco, foi em Cotia. Cotia, se ninguém conhece, é onde o ex-Prefeito Quinzinho Pedroso está inelegível hoje. Era só um esclarecimento. Continuando, uma semana antes, a advogada dele, Sandra Paulino, protocolou no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana denúncias contra o grupo de extermínio da PM.

Venho falando desse grupo de extermínio há dezesseis anos. Estou sendo criminalizada na primeira metade de 97 com mais de 50 processos. Houve mês que caíram quatro processos contra mim, processos crimes. Quando eu consegui me levantar, tentaram me derrubar de novo, todos esses coronéis que estão no comando da PM, inclusive no comando geral. O Presidente do Condep, Sr. Ivan Seixas, que o senhor deve conhecer muito bem e que é um ex-torturado político, afirmou que a advogada passou a receber proteção da Polícia Federal, mas, ainda assim, ao voltar a São Paulo, sofreu um atentado nesse final de semana. De acordo com ele, o soldado foi morto após protocolar as denúncias. O soldado, junto com sua advogada, Sandra Paulino, fez graves denúncias de perseguição que estava sofrendo, ameaças por denunciar grupos de extermínio e corrupção dentro da Polícia Militar.

Eu gostaria que o senhor encaminhasse essa denúncia. Deixei uma cópia com a companheira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora me entrega e eu me comprometo a encaminhar.

A SR^a SANDRA APARECIDA PAULINO E SILVA – Não é possível um trabalhador – um policial nada mais é que um trabalhador – ser torturado dentro dos quartéis. É por isso que, quando eles saem aqui fora, eles não têm nada para dar a não ser violência. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só registro que o Deputado Chico Alencar está também presente, fez questão que eu registrasse. Peço aos nossos artistas que se apresentem, para que todos os conheçam.

A SR^a ARTISTA – Claro, nós preparamos uma singela homenagem a todos vocês. Ana, Ravi e Natália, porque acreditamos que a arte hoje, em tempo de barbárie, a arte só tem sentido se for uma arte a favor da transformação social. A arte só tem sentido se estiver junto com os movimentos populares, com os movimentos sociais. É isso. *(Palmas.)*

(Segue interpretação da música Ponteio, de Edu Lobo e Capinam e declamação do poema “E Agora José”, de Carlos Drummond de Andrade, acrescido de texto.)

(Palmas.)

(Segue adaptação do poema “E Agora José?”, de Carlos Drummond de Andrade.)

“Porque o papo é reto:
sem casa e tiro no sem teto.
E agora José?
A festa acabou
O povo sumiu
A luz apagou
A noite esfriou.
E agora José?
E agora você?
Você que é sem nome
Que zomba dos outros,
Você que faz versos
Que ama e protesta
E agora José?
E agora Elaine?
E agora Edson?
E agora Felipe?
E agora Guilherme?
E agora?
Sua doce palavra
Seu instante de febre

Sua gula e jejum
Sua biblioteca
Seu terno de vidro
Sua incoerência
Seu ódio?

José, e agora?

Porque o papo é reto:

Sem casa e tiro no sem teto!”

Hoje, dados oficiais apontam que o número de sem teto no Brasil é de 6,3 milhões.

“Com a chave na mão, quer abrir a porta;

Não existe porta!

Quer morrer no mar;

mas o mar secou.

Quer ir para Minas;

Minas não há mais.

E agora José?”

No Brasil, entre pobres e miseráveis, temos 44 milhões de homens e mulheres. E esse número faz parte de um quadro de miséria e pobreza no continente latino americano que atingiu um terço da população, que é condenada a viver com menos de dois dólares por dia.

E essa violência econômica, diária, ela é manchada de sangue. Por ano, no Brasil, nós temos pela faixa de mais de 50 mil mortes de pessoas por homicídio, alcançando a triste posição de sexto país com mais mortes violentas no mundo. E quando a gente considera essas mortes, esses homicídios de jovens entre 14 e 24 anos, o Brasil pula para a quinta colocação.

E o peso da seletividade racial ainda é imenso. Em 2002, foram assassinados 47% mais negros do que brancos. Em 2008, a proporção pulou para 103%. Isto é, para cada três mortes, dois eram negros.

“Se você gritasse

Se você gemesse

Se você dormisse

Se você cansasse

Se você tocasse a valsa vienense

Se você morresse...

Mas você não morre José

Você é duro

Por que o papo é reto:

Sem casa e tiro no sem-teto!”

(Palmas.)

“Sozinho no escuro

Qual bicho-do-mato[...]

Sem parede nua

Para se encostar,

Sem cavalo preto

Que fuja a galope,

Você marcha José!

José, para onde?”

(Segue a interpretação de "Ponteio".)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece aos artistas pelo belo *show*. Uma música de protesto que lembra a caminhada de todos nós.

Neste momento, vou passar a palavra à Mesa, porque inclusive o Bruno Renato Nascimento Teixeira, Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, vai colocar seu ponto de vista mediante tudo o que ele ouviu.

Por favor, Bruno.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA – Em primeiro lugar, quero colocar a nossa indignação com a dor, compartilhando o sofrimento de todos vocês. Podem ter certeza de que nós, como defensores dos direitos humanos, seja governo, seja a militância, que esse processo temporário de governo e na continuidade da nossa luta no movimento social – tenho certeza de que é para lá que voltaremos, quando não estivermos mais aqui –, estaremos ainda juntos nessa luta, podem ter certeza acima de tudo.

E dizer para vocês, para o Júlio, para a Elaine, para os companheiros aqui do DF que a luta de vocês, o pedido por audiência pública, a dor e o sofrimento junta-se neste momento com a dor da comunidade indígena, dos Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul; dos Tupinambás, de Olivença, no Sul da Bahia; e dos quilombolas, no Estado do Maranhão. São povos que estão, no dia a dia, na nossa luta, na luta do MAB, do Movimento dos Atingidos por Barragem, no Pará. A companheira do Pará sabe da dor do povo, ali da Volta do Xingu, onde a Secretaria de Direitos Humanos tem feito gestão.

A discussão lá não é se tem de ter ou não obra, é que o desenvolvimento venha junto com os direitos humanos, junto com a garantia da dignidade da pessoa humana. É nesse sentido que a Secretaria de Direitos Humanos vem trabalhando, fazendo gestão com recursos limitados, mas com muita vontade, com muito empenho político da nossa Ministra Maria do Rosário, no sentido de sensibilizar, de envolver os governos dos Estados nessa marcha, na defesa dos direitos humanos.

Quero dizer para vocês que, em especial no caso do Júlio César, estivemos no Estado do Amazonas, fizemos várias gestões, conhecemos as dificuldades. E nós, Júlio, gostaríamos muito, mas muito, que vocês hoje, nesta Casa, estivessem acompanhados da Bancada do Estado do Amazonas, que não está aqui e não tem vontade nenhuma de estar, neste momen-

to, porque conhece a dor, conhece a luta e, mesmo assim, se fez omissa.

Não vou discutir aqui se por méritos diversos, mas poderia estar aqui, poderia estar levando a mensagem ao Governador da importância da implementação do Programa de Defensores de Direitos Humanos, que ainda que nós acreditemos que seja a *ultima ratio* nesse processo, porque não é isso que vocês querem, não é isso que a Elaine quer, um policial, 24 horas na cola dela, tendo de tirar ela do convívio social dela, tendo de tirar ela do local em que ela milita, onde ela faz a luta, porque ela está sendo ameaçada por aqueles que estão soltos, por aqueles que estão perseguindo os lutadores, as lideranças do movimento social.

Esse processo de perseguição está vindo no sentido inverso daqueles que eles adotavam na época de Eldorado dos Carajás, na época da Cinelândia, na época de Vigário Geral, quando praticavam chacinas e, com isso, achavam que calavam a voz do povo, que calavam a voz das lideranças, dos lutadores de direitos humanos. Muito pelo contrário, agora a prática é outra, é perseguir a liderança no sentido de estancar o movimento. Mas como a Elaine falou, nascerão outras Elaines, outros Júlios Césares. E assim que temos de potencializar a luta de vocês.

Então, é nesse sentido, é com muita dor que dizemos que não é programa Defensor dos Direitos Humanos que vai resolver o problema da violência e a busca pela responsabilização daqueles que os perseguem. Mas sim um trabalho articulado, que a Secretaria de Direitos Humanos vem fazendo. Inclusive, muitas vezes, com dificuldades no próprio Governo, e sabemos de todas as dificuldades dentro de um processo de composição de Governo. E a Secretaria de Direitos Humanos vem se colocando de forma autônoma e independente para fazer essa luta na defesa dos direitos humanos, e encontra muitas vezes barreiras. Temos total comprometimento com a causa do movimento social para dizer a vocês: é uma luta diária, um comprometimento de fazer essa luta também por dentro do Governo. Também fazer essa gestão junto aos governos dos Estados para que se comprometam pelo que há de fundo, que é a luta pela moradia, a luta pela terra, a demarcação e a titulação das terras quilombolas e indígenas, porque esse sim é o pano de fundo de toda violência.

Então, sabemos que não é só o programa Defensores que vai trazer para vocês a paz no campo, a paz na luta, a paz e a garantia por direitos. Todavia, a concepção do programa se dá na potencialização e visibilidade da luta de vocês na comunidade na qual vocês travam a luta. Mas para isso o programa demanda recursos, Senador Paulo Paim, demanda uma

amplitude da sua capacidade de atuação em âmbito nacional. Acima de tudo, deve ser colocado como um dever no Estado e no Município.

É uma luta que travamos, independente do compromisso que cada Estado da Federação assuma com o programa. O Governo Federal e a Secretaria de Direitos Humanos se colocam à disposição para atuar individualmente nos casos, ainda que saibamos que isso é muito difícil. Mas buscamos isso, e buscamos isso em parceria com o movimento social, com a sociedade civil.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade de retomar esse diálogo com alguns movimentos, o que a Ouvidoria Nacional não tinha, mas com outros que nós viemos construindo ao longo do tempo e temos avançado bastante na resolução e pacificação de alguns conflitos. E convido o MST a fazer parte desse grupo que compõe esse comitê, esse fórum permanente de debate que existe dentro da Ouvidoria... O MTST, desculpe. É que o MST já está.

E, mais uma vez, colocar para vocês a disposição de fazer parte dessa audiência pública no Estado de Minas Gerais, que será mais uma audiência pública, Manaus e aqui no DF. A Ouvidoria está aberta, receberemos o convite e estaremos participando junto com vocês dessa luta.

Agora, que esta audiência pública, como disse a colega do Pará, não seja uma audiência pública em que a falamos para nós mesmos. Precisamos, mais do que nunca, também fazer pressão junto ao Ministério Público, junto ao Judiciário, junto às autoridades locais, nos Estados e nos Municípios, para que possamos, de fato, amarrar algum nível de comprometimento com esses que ainda acreditam que os direitos humanos são algo divisível. Tratar de direitos humanos é tratar a dignidade da pessoa humana na sua amplitude, na garantia à moradia, na alimentação adequada, na segurança e na educação. É por isso que nós lutamos, é por isso que nós estamos aqui e, mais uma vez, nos colocamos à disposição.

Queria agradecer, mais uma vez, Senador Paim, pelo convite e nos colocar, mais uma vez, à disposição também desta Casa para travar esse debate, Senador. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Bruno.

O Bruno Renato Nascimento representa aqui a Ministra Maria do Rosário, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Estou combinando aqui na Mesa o nosso encerramento. Se alguém da Mesa quiser fazer uso da palavra, por dois ou três minutos... Em seguida, farei

a minha fala, e me comprometo a ser breve, porque sei que vocês já estão cansados.

Alguém da Mesa quer fazer uso da palavra?

Então, o Moacyr, da Nova Central Sindical.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERS-VALD – Senador Paim, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizá-lo por esta iniciativa. V. Ex^a tem sido a nossa trincheira, a trincheira do movimento sindical aqui dentro do Congresso Nacional. E, no dia de hoje, chego, mais uma vez, a me comover, porque, quando V. Ex^a tem que sair da Presidência da Comissão para ir à porta do Senado Federal abrir as portas para o nosso povo chegar aqui dentro, aí já começa a mostrar, na realidade, qual é a divisão de águas.

Companheiras e companheiros, as Elianes, os Edsons, os Guilhermes, os Júlios Césares, não é em vão essa luta que estão fazendo; não é em vão a luta que cada um aqui está fazendo. Podem ter absoluta certeza – nós já temos conhecimento – de que muitos companheiros e companheiras nossas já deitaram, e não foi em vão. Eu me arrepio ao pensar que ainda haverá muitos companheiros e companheiras que ainda vão deitar. Mas, na hora em que olhamos no olho do companheiro, que olhamos no olho da companheira, na hora em que nos levantamos e olhamos nos olhos dos nossos filhos, vemos que a luta não é em vão.

Eu gostaria de parabenizar cada um aqui presente pela luta de vocês, pelo trabalho de vocês, debaixo de sol, de chuva, não tem tempo. E, para finalizar, peço que Deus abençoe cada um de vocês, que o Anjo da Guarda lhes dê mais luz a cada dia, porque nós precisamos, vocês precisam, para que continuem dando força e coragem aos outros companheiros e companheiras que estão nessa luta.

Para finalizar, gostaria de dizer: quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Vocês estão fazendo a hora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Moacyr, da Nova Central.

Bira, da Central Geral dos Trabalhadores.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Se-rei objetivo.

Acho que os depoimentos aqui colocados foram muito fortes e profundos, de todos os companheiros que aqui falaram. Acho que a Elaine, no meu ponto de vista, foi a pessoa que conseguiu ir mais profundo no seu depoimento ao demonstrar o seguinte: essa luta não para, essa luta não pode parar, porque ninguém vai nos dobrar nos nossos objetivos de conquistar a paz e conquistar uma vida melhor.

Contem conosco nessa luta. Parabéns por essa determinação. Não se dobrem, porque, certamente, cada movimento desses, cada Assembleia Legislati-

va ocupada pelo povo, cada Câmara Municipal, aqui no Congresso Nacional, cada rua, cada escola, cada fábrica será um grito que vai se somar a vocês para podermos conseguir nossos objetivos. Parabéns, e felicidades por essa grande luta que vocês estão travando. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Bira, que falou pela Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Chegou aqui um informe que lerei rapidamente para vocês, deixando registrada toda a minha solidariedade.

Nossa solidariedade aos familiares de Benoni Alencar, encontrado morto em sua residência, na Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. Foi uma morte violenta e cruel. Benoni era piauiense, jornalista, fundador e primeiro presidente do PT de Niterói, Rio de Janeiro, nos anos 80. Incansável defensor do meio ambiente e dos direitos humanos, tanto em Niterói como em São Gonçalo e na Região dos Lagos. Atualmente, era militante e dirigente do PSOL na Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro.

Vamos dar aqui uma salva de palmas, porque os ideais e a luta do Benoni Alencar vão continuar, apesar de ele ter sido assassinado. *(Palmas.)*

Estamos batendo palmas pela sua história, pela sua vida e pela sua luta. Nossa total solidariedade aos familiares.

Passo a palavra ao Guilherme neste momento.

O SR. GUILHERME BOULOS – Rapidamente, Senador, acho que esse informe que acabou de ser dado ilustra, essencialmente, o que quero falar na minha consideração final aqui, que é a urgência com que precisam ser definidas medidas e iniciativas em relação aos casos apresentados, porque qualquer passo em falso, qualquer atraso pode custar a vida de algum companheiro.

Então, nós queremos, pelo MTST, fazer esse apelo para que o que discutimos aqui hoje, as denúncias que apresentamos, tanto de forma oral como no relatório, sejam levadas adiante. Sabemos que o serão, pelo Senador, mas que sejam levadas adiante também pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, levadas ao Ministério da Justiça, não apenas no sentido de informar, mas também de que providências imediatas sejam tomadas nesses casos. Os companheiros vão voltar hoje para os seus Estados, sair de Brasília, e vão voltar para o mesmo risco em que estavam colocados e em que até hoje continuam colocados. Então, vieram aqui, tiveram a coragem de expor a situação. Por um lado, isso é importante, é muito importante, porque dá publicidade aos casos. Por outro lado, é um aumento do risco. Então, temos essa preocupação.

Queríamos reafirmar esse apelo para que consigamos realizar, de fato, audiências públicas nos Estados e para que consigamos levar isso adiante, também no Governo, para quem tem caneta, a fim de garantir, liberar os recursos necessários para que haja um acompanhamento.

E quero reforçar nosso pedido de solidariedade a todas as entidades, às centrais que estão aqui hoje – a CSP-Conlutas tem contribuído bastante nesse sentido – para dar as condições mínimas para que esses companheiros sobrevivam no próximo período. Quer dizer, esses companheiros, às vezes, não têm condição de garantir o mínimo de segurança, Senador, porque não têm dinheiro para pagar o aluguel ou porque não têm dinheiro da gasolina para ir de carro e precisam pegar ônibus, o que os coloca em uma situação de maior risco e maior exposição ainda.

Então, é necessário que a campanha Sem Teto Com Vida, que é lançada aqui hoje, seja assumida pelo conjunto daqueles que são comprometidos com a luta dos trabalhadores, com a vida daqueles que lutam. E contamos que esse ato vai servir para isso.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...do Sem Teto Com Vida seja uma luta de todos nós. *(Palmas.)*

Muito bem. Vamos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Vamos a agora...

Fica o nosso cumprimento à iniciativa.

Passo a palavra, para as suas considerações, a Rumiko Tanaka, da UGT.

A SR^a RUMIKO TANAKA – A todos aqui presentes eu deixarei uma única mensagem: que vocês continuem com essa coragem, como uma demonstração de perseverança. Tomara que todo o Brasil tenha ouvido e visto pela televisão o que nós vimos aqui. Acho que essa criminalização aos movimentos sociais, na verdade, tem que ser refletida por todos nós da sociedade. E eu diria, Senador Paim, que audiências como esta deveriam se repetir mais vezes para que aqueles que não têm oportunidade de falar, nem em suas comunidades, nos jornais, nas televisões, que venham a esta Casa e que deem voz, como foi dado hoje.

Parabéns pela coragem! Que todos vocês sejam protegidos por Deus. E muito cuidado, daqui para frente. Como disseram os companheiros, vocês tiveram a coragem de dizer, e, para quem tem a coragem de dizer e já vive no risco, o risco só aumenta. Então, que Deus os proteja de verdade. E viva os direitos humanos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para suas considerações finais, José Maria de Almeida, da Conlutas.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Eu queria, por último, companheiros e companheiras, mais uma vez agradecer ao Senador Paim por este espaço, pela possibilidade de realizar aqui esta audiência, e agradecer a todas as organizações aqui presentes, em particular aos meus colegas aqui de centrais sindicais.

A CSP-Conlutas é uma central sindical e popular. Estamos tratando de desenvolver uma experiência nova de organização no Brasil, que reúne sindicatos e que reúne também movimentos populares – parte deles estão aqui, como o MTST. Independentemente da natureza das nossas organizações sindicais, é muito importante aproximar as diversas organizações, as diversas formas de organização da classe trabalhadora brasileira. O movimento sindical organiza uma parcela da classe trabalhadora, os movimentos populares organizam outra parcela da classe trabalhadora, e nós precisamos construir laços entre nós, a unidade entre nós.

Hoje, nós viemos aqui pedir ao Senado Federal, pedir ao Governo Federal, às autoridades do País que tomem medidas concretas, não só para garantir a segurança dos ameaçados, mas para garantir casa, moradia e dignidade para a vida de todos. Como disse aqui o representante da Secretaria de Direitos Humanos, esse é o pano de fundo da violência a que estamos assistindo.

Mas não nos iludamos, companheirada. É muito importante o que está sendo feito aqui. E eu valorizo muito o esforço que o Senador Paim está fazendo, a importância da presença aqui das centrais sindicais. Agora nós vamos assegurar que, de fato, aquilo que estamos reclamando aqui aconteça, se nós continuarmos na nossa luta e se nós a fortalecemos a cada dia que passa.

Em nossa sociedade, e tem sido assim na história da humanidade, não ganha luta quem tem razão, simplesmente; ganha quem tem força. Eles têm muita força, aqueles que controlam a sociedade hoje, que se apropriam da riqueza que nós produzimos, do nosso trabalho, e que nos negam um teto para morar. Mas, se nós nos unirmos e estivermos na luta, temos muito mais força do que eles. É isso que nós temos que construir. E hoje nós estamos dando um passo aqui muito importante, com a contribuição, com a colaboração fundamental dos Senadores da Comissão de Direitos Humanos, das centrais sindicais, dos movimentos populares, das organizações políticas que aqui estão.

Agora, o nosso desafio não se encerra aqui hoje. Ele tem mais um passo, mais um dia de prosseguimento, e nós precisamos levá-lo adiante até que possa-

mos, de fato, viver em um mundo onde não haja mais exploração, onde não haja mais opressão e onde todas e todos possam viver dignamente, possam viver plenamente como seres humanos.

Esse é o nosso objetivo, essa é a nossa luta e haveremos de atingi-lo.

Obrigado a todos, obrigado mais uma vez, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o companheiro José Maria, da Conlutas, que fez contato comigo para que realizássemos este evento em defesa dos movimentos sociais.

Mas deixa eu falar para vocês: a maioria estava na portaria ainda e eu já tinha aberto a audiência, porque eu entendia que vocês estavam subindo. E eu queria muito ler para vocês – porque eu escrevo algumas poesias –, no momento mais difícil, em que eu me sentia meio solito, quase ou com poucos aliados aqui dentro do Congresso, no momento da minha vida. Foram os movimentos sociais que vieram em minha ajuda e nós mudamos o curso da história aqui, inclusive em alguns pontos da Assembleia Nacional Constituinte. Sou parlamentar desde a Assembleia Nacional Constituinte. E escrevi uma carta a vocês que ia ler na abertura, mas não pude ler na abertura porque vocês não estavam aqui. Eu quero ler para vocês a carta de forma muito rápida:

Carta aos Militantes.

Companheiras e companheiros, resolvi escrever esta carta a vocês, para você militante das causas populares, você que, com sol e com chuva, com um simples panfleto na mão, defende o que vai na alma, o que vai no coração. A bandeira de vocês, eu sei, é a da emoção, é a da razão. Quanto mais eu me debruço sobre a história dos militantes, mas eu os respeito. Vocês são heróis, os heróis que estão sempre à frente do seu tempo. Você militante tem um sorriso fácil, tem o olhar da esperança, da mudança, do sonho. Nos momentos mais difíceis das nossas caminhadas, sempre é você, militante, que mostra a garra e a sensibilidade dos grandes líderes, embora militantes.

Eu não sei o seu nome, você é um anônimo. Mas sem você, militante, o que seria de Che Guevara, o que seria de Gandhi, o que seria de Zumbi, ou mesmo de Mandela?

O militante pulsa o coração do povo, ele é eterno, ele é sábio, ele é generoso, é um guerreiro, é um valente. Eu poderia ficar aqui horas falando de você que luta contra os preconceitos, defende com a força de um gladiador ou, se quiser, de um pensador, de um gênio, os idosos, os negros, os índios, os deficientes, os assalariados, os sem-teto, os sem-terra, os desgarrados, os condenados.

Parabéns a você, militante, por tudo que vocês representam. Parabéns pelas causas que defendem, em tempo de guerra ou de paz. O seu amor pelo povo é que nos embriaga, é que nos traz energia, uma energia carinhosa que nos conduz como o vento no ar.

Um dia, quando o tempo passar e a gente lembrar o que foi a nossa história, nunca esqueceremos cada um de vocês, que viajou tanto, não vai esquecer das derrotas, mas também dos dias de glória. Será muito bom no futuro vocês dizerem para seus netos: “Eu fui um militante, eu estive lá na trincheira do bem, eu acreditei em homens e mulheres nessa longa caminhada de nossas vidas, porque todos nós queremos a construção de um mundo melhor, uma nova Nação”.

Lembrei aqui das caminhadas que fizemos. E foram tantas passeatas, não é? Eram filhos, eram pais, eram mães, eram todos amigos, eram irmãos. E assim a passeata terminava na praça, sob o som do violão.

Meus amigos, sob o som do violão, nós fazemos da paz uma canção. Continuaremos sonhando e lutando para provar que um mundo novo é possível, um mundo de paz, de igualdade, de liberdade e justiça. Um mundo onde a primavera seja lembrada como a mais bela das estações, a estação das flores, dos amores, das canções do tempo rebelde dessa linda militância que não morre, porque sempre faz com que os sonhos encaminhem a luta permanente. É ilusão? Não. Será realidade.

Viva os nossos militantes. *(Palmas.)*

Escrevi no momento em que eu estava na caminhada da vida, e vocês vieram em meu socorro.

Jamais esquecerei esse momento.

Para terminar, eu vou pedir, vou dizer está encerrada daí, que passe um vídeo que vocês vão gostar, da Mercedes Sosa, um vídeo de Direitos Humanos, da chamada Pérola Negra, Mercedes Sosa.

E darei todos os encaminhamentos meu amigo Guilherme e meus amigos da Mesa, como foi aqui combinado.

Só espero que o vídeo dê certo, porque na hora de fechar, às vezes, ele não vem.

Vocês vão gostar. Eu me apaixonei quando o vi pela primeira vez.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mahatma Gandhi.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos vocês. *(Palmas.)*

(Inicia-se a reunião às 9 horas e 09 minutos e encerra-se às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 5 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia cinco de outubro de dois mil e onze, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Paulo Davim, Demóstenes Torres, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Marinor Brito**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA DELIBERATIVA**.

Item 1. Requerimento nº 113-CDH, de 2011, que requer a realização de audiência pública desta Comissão, para tratar dos efeitos e consequências do Programa de Demissão Voluntária (PDV) dos Funcionários do Banco do Brasil, bem como dos dispositivos do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2007. Para análise e discussão do tema, a Comissão convidará os Representantes dos ex-funcionários do Banco do Brasil, optantes do PDV, abaixo relacionados: Anilda Maria Landivar Pique Barreira (Ex-funcionária do BB); José Onildo de Menezes Cruz (Médico Psiquiatra, aposentado como médico do BB. Hoje atua no tratamento da saúde dos demitidos pelo PDV); Rita Lima (Dirigente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo – Da área da saúde); Zilda Vieira de Souza Pfeilsticker (Doutora da UNB, com tese sobre o PDV no BB); e Antonio Carlos Victório (Ex-dirigente da Executiva Nacional dos Banc. Do BB, no período do PDV)”. Autoria: Senadora Marinor Brito e Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 2. Requerimento nº 133-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância de instituir o mês de março como o “MÊS DA POESIA”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 3. Requerimento nº 134-CDH, de 2011**, requer a realização de audiência pública a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 4. Requerimento nº 135-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil – a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indi-

cados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Comissão”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 5.** Requerimento nº 136-CDH, de 2011, que requer a realização de audiência pública a fim de debater a cultura Hip Hop como ferramenta de inclusão social. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 6.** **Requerimento nº 137-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater a regulamentação dos artigos 30 e 31 da lei 9.656/98 – que trata da manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº 7.** Não Terminativo. **Sugestão nº 2, de 2010**, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 8.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Retirado da pauta para reexame a pedido da Relatoria. Item 9.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2010**, que estende para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 10.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2010**, dispõe sobre a demarcação de terras indígenas e revoga o § 2º do art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de setembro de 1973 (Estatuto do Índio), e o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Autoria: Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela Rejeição da matéria. Resultado: **Retirado da pauta para reexame a pedido da relatoria. Item 11.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011**, que acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente

à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 12.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011**, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria com uma Emenda de Redação que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 13.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011**, que dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Sérgio Petecção. Relatório: Pela aprovação da matéria com 02 Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009**, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento feito pela CAS e com a Emenda nº 05, que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandez. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAE, suprimido o hífen do vocábulo infanto-juvenil nela contido. Resultado: **Adiado. Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003**, que dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família). Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 17.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**,

que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, com a Subemenda que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 18. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Retirado da pauta para reexame a pedido da relatoria.** Item 19. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, e com as Emendas nº 01-CCJ, nº 2-CCJ, nº 3-CCJ, nº 4-CCJ, nº 5-CCJ e nº 6-CCJ, aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Adiado.** Item 20. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 21. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 22. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, 02, 03 e 04, que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 23. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13

de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01-CCJ, 02-CCJ e 03-CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Resultado: **Adiado.** Item 24. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador João Pedro. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com as Subemendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 25. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009**, que estende os benefícios financeiros do “Programa Bolsa Família” para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Adiado.** Item 26. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 01-CI, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 27. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** Item 28. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da

matéria com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item 29. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2010**, que inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado.** **Item 30. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2011**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social -, para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado.** **EXTRAPAUTA.** **Item 1. Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2009**, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Resultado: **Aprovado.** **Item 2. Requerimento nº 138-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 3. Requerimento nº 139-CDH, de 2011**, que requer moção de apoio ao pastor iraniano Yousef Nadarkhani. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 4. Requerimento nº 140-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater o do Programa Ciência Sem Fronteira”, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de garantir a participação dos negros nas bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós doutorado no exterior. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 5. Requerimento nº 141-CDH, de 2011**, que requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre a greve dos IFECE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), com a participação do Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão,

Duvanier Paiva Ferreira e do Secretário de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco, de representantes do CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, do PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior e do SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Ana Rita, Cyro Miranda, Eduardo Amorim e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 72ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos, de imediato, assim, se os senhores concordarem para a votação dos requerimentos.

ITEM 1

R E Q U E R I M E N T O Nº 113, DE 2011

“Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, para tratar dos efeitos e consequências do Programa de Demissão Voluntária (PDV) dos Funcionários do Banco do Brasil, bem como dos dispositivos do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2007. Para análise e discussão do tema, a Comissão convidará os Representantes dos ex-funcionários do Banco do Brasil, optantes do PDV, abaixo relacionados:

Anilda Maria Landivar Pique Barreira (Ex-funcionária do BB); José Onildo de Menezes Cruz (Médico Psiquiatra, aposentado como médico do BB. Hoje atua no tratamento da saúde dos demitidos pelo PDV); Rita Lima (Dirigente

do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo – Da área da saúde); Zilda Vieira de Souza Pfeilsticker (Doutora da UNB, com tese sobre o PDV no BB); e Antonio Carlos Victório (Ex-dirigente da Executiva Nacional dos Banc. Do BB, no período do PDV)”.
Autoria: Senadora Marinor Brito.
Autoria: Senador Paulo Paim.

Colocamos o requerimento em votação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 133, DE 2011

“Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância se instituir o mês de março como o “MÊS DA POESIA”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Explico por que vamos ter que fazer essa audiência pública. É um projeto de minha autoria.

Nós tivemos aqui um grande evento nesta Comissão, fazendo uma homenagem ao grande Thiago de Mello, o autor do Estatuto do Homem, um belíssimo trabalho. Esteve aqui, eu diria, sem medo de errar, a maioria dos pensadores, intelectuais nessa área da poesia, e foi a pedido deles que apresentei o projeto. Mas, por uma questão burocrática – eu respeito porque a burocracia também tem que existir; eu condeno o exagero, mas ela tem que existir –, devemos fazer uma audiência pública específica para discutir esta que é uma vontade dos poetas: criar o mês da poesia. Sem ela, o projeto não poderia ser aprovado, por decisão da Comissão de Educação.

Então, devido a isso, nós vamos convidar novamente todos os poetas, a fim de que venham novamente a Brasília, para uma audiência específica, para nós fazermos essa homenagem ao Thiago de Mello, porque o mês da poesia seria exatamente no mês em que ele nasceu, que, por coincidência, é o mês em que nasci.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Por coincidência, eu também nasci no mesmo mês que ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então está tudo em casa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas eu diria que há uma coincidência maior que justifica essa data. Não apenas o grande poeta Thiago de Mello nasceu no mês de março, mas um poeta de todos os povos, o poeta baiano que morreu muito jovem, o poeta da abolição da escravidão no Brasil: Castro Alves, que nasceu exatamente no dia 14 de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora V. Exª liquidou aqui. Não tem quem argumente contra, porque nós vamos ficar até bravo depois dessa. Vai ser uma homenagem a Thiago de Mello e Castro Alves, com certeza.

Se V. Exª permitir, eu vou incluir na justificativa do projeto. Thiago de Mello e Castro Alves, que é o poeta dos escravos.

Então, os que concordam com o requerimento para que se faça essa audiência pública, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Faremos essa audiência pública.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 134, DE 2011

“Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

É dia 27 de outubro. Já existe, é lei esse dia nacional de luta dos direitos das pessoas com doença falciforme e, nessa data, então, faremos um debate sobre o combate à essa doença que atinge, principalmente, a comunidade negra.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro da discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que-riam permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 135, DE 2011

“Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto

no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil – a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Comissão”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Eu explico. Na verdade, a questão do ponto eletrônico virou uma polêmica. Já existe, inclusive, requerimento para que o projeto de um decreto legislativo seja aprovado no plenário do Senado em regime de urgência.

O Ministério do Trabalho nos pediu que encaminhassemos esse debate, uma vez que nós não conseguimos entender como se pode ser contra o ponto eletrônico, que é um instrumento do trabalhador, um comprovante do horário que ele cumpriu, a sua jornada e a sua hora extra, como também do empregador. Registrado o ponto, ambos ganham. Mas há um movimento de um setor contra o ponto eletrônico.

Eu acho que é uma forma de você provar que trabalhou. O empregador também tem documentado que aquele camarada, efetivamente, fez aquelas horas, seja normais ou hora extra.

Parece-me que um setor patronal está a favor e o outro está contra. Por isso, a melhor coisa é fazer uma audiência pública e debatermos, trazendo o Ministro do Trabalho, que essa é a intenção, para debater o tema aqui, e convidar aqueles que são contra e a favor, para ver o porquê dessa polêmica.

Alguém mais para discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2011

“Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a cultura Hip Hop como ferramenta de inclusão social”.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Também serve como ferramenta para combater os preconceitos e até o uso das drogas. Nós traríamos

aqui aqueles grandes pensadores, escritores que tratam desse tema.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 137, DE 2011

“Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a regulamentação dos artigos 30 e 31 da lei 9.656/98 – (A manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho)”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Esse é um pedido dos trabalhadores. Vamos pegar o exemplo aqui mesmo do Senado. Os nossos funcionários têm um belo plano aqui dentro. No momento em que eles não são mais funcionários da Casa, não podem continuar contribuindo para o plano. Há diversas situações como essa. Então, a pedido dos interessados, que são os assalariados, os trabalhadores, nós faremos esse debate, para ver se dá para alterar a legislação para que, mesmo quando o trabalhador saia, se quiser, ele possa continuar a contribuir com o plano para não perder o direito.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse outro de autoria do Senador Augusto Botelho, Relatoria Senador Vicentinho Alves.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, se me permite.

A gente pode voltar a esse requerimento anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, desculpe, mas a gente precisa ressaltar a

importância dessa audiência pública. Vou explicar por quê. Na verdade, nós sabemos que, no Brasil, aproximadamente 47 bilhões de pessoas fazem uso da saúde suplementar, que são os planos de saúde. Nós sabemos também que o sistema público, a rede pública está numa situação difícil. Seria uma das formas de se desonerar o serviço público, estimular a saúde suplementar. Então, esse debate, essa possibilidade vai ao encontro do nosso pensamento. Nós queremos isso, queremos desonerar o serviço público. Nós queremos fortalecer o serviço público, mas, também, nós queremos criar opções para diminuir a carga do serviço público. Pelo menos, por enquanto, até que o serviço público se estabeleça e se viabilize do ponto de vista financeiro.

Esse é um tema extremamente importante. Imaginem quantas empresas teriam que mudar a legislação de forma a beneficiar a todos, todos os servidores, trabalhadores que estão nas empresas. Quantas empresas existem neste Brasil afora que oferecem assistência suplementar, ou seja, plano de saúde para seu servidor, e depois eles saem da empresa e perdem, a sua família perde.

Então, uma forma de fortalecer essa ideia é permitir que o trabalhador, mesmo demitido, possa continuar contribuindo para ele e para sua família.

Quando ele sai, para entrar em outro plano, ele tem de cumprir carência, e isso muitas vezes os inviabiliza a procurar outros planos, porque passa a ser um plano inviável, do ponto de vista econômico, e há a questão da carência para procedimentos.

Portanto, acho um tema extremamente importante para debatermos na nossa Comissão.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – V. Ex^a anunciou o Item 10. É isso ou estou enganado, cujo Relator é o Senador Vicentinho Alves?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim. Só anunciei, mas ele pediu que o tirássemos de pauta. O gabinete do Senador Vicentinho Alves pediu reexame.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Perfeitamente. Era isso mesmo. É porque estamos em entendimento para analisar melhor esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a pedido do Senador Mozarildo e também do Vicentinho Alves, a matéria sai de pauta.

Há também um projeto do Senador Alvaro Dias, do qual sou Relator, mas eu mesmo pedi que o retirassem de pauta, para que eu fizesse o reexame da matéria.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem. Não sei. Acho que ainda falta o senhor ler mais um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos entrar nos projetos não terminativos agora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo. Eu gostaria, portanto, de solicitar a V. Ex^a a possibilidade de analisar nosso requerimento, para que possamos ter extrapauta o PLC nº 134, de 2009, que é o PLC do Sinase, sobre o qual temos discutido há mais de um ano, prazo em que tramita na Câmara e no Senado. Pela urgência de fazermos avançar a tramitação desse projeto, eu gostaria que V. Ex^a pudesse submetê-lo à apreciação dos nossos pares para que ele pudesse ser apreciado extrapauta ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Então, os que concordam que o projeto defendido pela Senadora Lídice da Mata, que fala do Sinase, seja votado hoje de forma extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vai entrar de forma extrapauta hoje ainda.

Senadora Ana Rita, esse projeto, cujo relatório V. Ex^a fez *ad hoc*, pergunto se é o do Senador Demóstenes Torres, relatoria Senador José Agripino, Item 8, pág. 60, projeto de lei não terminativo?

Posso ler aqui. Item 8, pág. 60, Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008, não terminativo.

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial.

Explico: na última reunião, V. Ex^a foi indicada como Relatora *ad hoc*. V. Ex^a fez a leitura, mas entendeu que não estava em condição ainda de dar o parecer. Podemos adiar de novo. Se V. Ex^a se sente em condição ou se apresentar uma proposta alternativa, podemos tirá-lo de pauta, até porque nem o autor e o

Relator original estão presentes. V. Ex^a que decide. Estou lhe dando todas as possibilidades.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, sou contrária ao projeto; completamente contrária. O Relator fez um parecer favorável. Como Relatora *ad hoc*, não quero manter o relatório apresentado pelo Relator Senador Agripino. O meu parecer seria diferente. Então, se formos votar agora, o meu relatório será pela rejeição do projeto. Como relatora *ad hoc*, eu sou pela rejeição do projeto, por entender que ele fere o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria de propor algo, se V. Ex^a concordar. V. Ex^a, indicada como relatora *ad hoc*, tem todo o direito de dar o seu parecer, mas, não estando presente o Senador Demóstenes Torres nem o Senador José Agripino, proponho que pautemos esta matéria para a próxima reunião da Comissão, já alertando sobre os pareceres. V. Ex^a poderia apresentar o seu voto em separado e nós votaríamos.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou apresentar o meu voto em separado, porque não tenho concordância com o projeto apresentado. Vou reformular o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, retiramos de pauta.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Retira de pauta e eu reformulo o parecer. Não vou apresentar o parecer feito pelo relator inicialmente indicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Para reexame da matéria pela Senadora Ana Rita, relatora *ad hoc*.

O próximo projeto é o item 9, página 69.

ITEM 9

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2010

Estende para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Seria bom que o Senador Vicentinho Alves chegasse. Ele está vindo para apresentar o seu relatório.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora quer ver se dá para inverter a pauta para votar o seu projeto.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente, pela seguinte situação: estou com dois projetos para relatar na CAE. A reunião começa às 11h e são 10h51. Estou preocupada com isso, mas, se V. Ex^a achar que dá para aguardar mais um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que é possível. Eu já pedi para a assessoria para que tirem cópia do parecer para encaminhar para os relatores e votaremos de imediato.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 11, página 94.

ITEM 11

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2011

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

O relator não se encontra presente. A pergunta que faço: vamos indicar um relator *ad hoc*? (Pausa.)

Vamos esperar a chegada do Senador Eduardo Amorim.

Convido a Senadora Ana Rita para presidir os trabalhos, para que eu possa fazer a relatoria. O próximo item é de autoria da Senadora Ana Amélia e eu sou o relator.

ITEM 12

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2011

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, conversando com o Senador Vicentinho, caso ele não possa chegar, eu gostaria de fazer a relatoria *ad hoc* do item 9.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Faremos em seguida.

Vou direto à análise para acelerar o nosso parecer, se assim a Senadora Ana Rita entender. V. Ex^a é que está no comando agora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Pode proceder, Senador Paim, à leitura da análise do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ANÁLISE.

Nos termos do art. 102-E, incisos III, IV e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, aos direitos da mulher e à proteção e integração social das pessoas com deficiência.

O PLS nº 406, de 2011, explicita o direito das mulheres com deficiência à realização de exames ginecológicos importantíssimos para a saúde feminina.

Contudo, a autora da proposição em comento identificou um importante obstáculo ao pleno gozo desse direito, em desfavor das mulheres com deficiência. Por essa razão, entendemos que a alteração normativa veiculada pelo PLS nº 406, de 2011 é muito relevante para garantir o direito fundamental à saúde, concreta e efetivamente, às mulheres com deficiência.

Convém mencionar que a vigência imediata da lei que resultar do PLS nº 406, de 2011, não chegará a ser problemática para os serviços de saúde, uma vez que, na ausência de equipamentos adequados, ou adaptados, as mulheres com deficiência poderão ser atendidas mediante ajuda dos profissionais de enfermagem, por exemplo. Ademais, o direito em questão já existe, tratando a proposição apenas de torná-lo mais explícito.

Nossa única ressalva à proposição consiste na necessidade de alterar a expressão “mulheres portadoras de deficiência” – é uma questão já definida pelas pessoas com deficiência – para simplesmente “mulheres com deficiência”.

VOTO

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CDH

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011, e na redação que ele propõe para o § 2º a ser inserido no art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, a expressão “mulheres portadoras de deficiência” por “mulheres com deficiência”.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo seu projeto, o qual tive a alegria de relatar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizo também tanto a autora quanto o relator pelo projeto apresentado, que muito contribui para a saúde das mulheres, especialmente para as mulheres com deficiência.

Parabéns para vocês.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Retorno a Presidência para o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Ana Rita, que presidiu a reunião para que eu pudesse relatar o projeto da Senadora Ana Amélia.

O Senador Cyro Miranda se colocou à disposição para relatar o item 9, página 69, Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2010, não terminativo.

Está com a palavra o Senador Relator *ad hoc*.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a referida lei trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis por pessoas com deficiência e por profissionais ou cooperativas que os utilizem para transporte autônomo de passageiros. A proposição tem, portanto, o objetivo de alterar o prazo para isenção do IPI na compra de veículos automotores destinados à prestação de serviços de táxi e ao uso de pessoas com deficiência.

Este projeto já existe e nós estamos pedindo apenas a prorrogação desta lei.

O autor do PLS nº 201, de 2010, em sua justificção, afirma que o prazo para a isenção do IPI tem sido, ao longo dos últimos anos, sucessivamente alterado, e o término do prazo atualmente em curso ocorrerá em 31 de dezembro de 2014, ano da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. O Senador Paulo Paim alerta para o fato de que, em 2016, o País sediará, também, as Olimpíadas, ocasiões em que se verá aumentado o fluxo de turistas. Argumenta que, com essa perspectiva, “o País precisa aprimorar a infraestrutura necessária

para a realização desses eventos, sob pena de perder a oportunidade de incrementar sua economia”.

O projeto é extremamente meritório. Mais uma vez, o glorioso autor, Senador Paulo Paim, tem toda a meritocracia neste projeto.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto Lei do Senado nº 201, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se à ementa do PLS nº 201, de 2010, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, para prorrogar o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, em benefício de taxistas e pessoas com deficiência.”

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório lido pelo Senador Cyro Miranda, que, na verdade, mantém o que está na lei e apenas, mais uma vez, prorroga o prazo para 2020, beneficiando taxistas e pessoas com deficiência, permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como também não está presente o Relator do PLS nº 416, de 2011, Senador Sérgio Petecão, e como esse projeto suscitará um debate aqui, pois dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à assegurada do Regime Geral da Previdência Social com filho em idade de 0 a 6 anos, vamos retirá-lo de pauta, para apreciá-lo quando o Relator aqui estiver presente.

O Senador Vicentinho chegou aqui para relatar um projeto importantíssimo.

V. Ex^a poderá comentá-lo, se quiser. O Senador Cyro Miranda fez a gentileza de ler seu relatório, que foi pela aprovação da matéria. Mas concederei a palavra a V. Ex^a, se V. Ex^a quiser tecer algum comentário. O Senador, rapidamente, fez a leitura do seu parecer. Por se tratar de projeto que beneficia taxistas e pessoas com deficiência, é importante ouvirmos seu comentário sobre o tema.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E o próximo item também é da relatoria do Senador Vicentinho, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse já foi aprovado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto que relatamos é de iniciativa de V. Ex^a. Como sempre, V. Ex^a é sensível às grandes causas dos pequenos. V. Ex^a, no Senado, tem sido um grande defensor principalmente dos que estão mais à margem da sociedade. Por isso, tenho uma enorme admiração por V. Ex^a.

O projeto estende para 31 de julho de 2020 o prazo de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização do transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência. Olha que projeto interessante! Eu o relatei com alegria e com muito prazer e com ele fiquei muito solidário.

A referida lei trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis por pessoas com deficiência e por profissionais ou cooperativas que os utilizem para transporte autônomo de passageiros. A proposição tem, portanto, o objetivo de alterar o prazo para isenção do IPI na compra de veículos automotores destinados à prestação de serviços de táxi e ao uso de pessoas com deficiência.

V. Ex^a, Presidente Paim, em sua justificção, afirma que o prazo para a isenção do IPI tem sido, ao longo dos últimos anos, sucessivamente alterado, e o término do prazo atualmente em curso ocorrerá em 31 de dezembro de 2014, ano da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. V. Ex^a alerta para o fato de que, em 2016, o País sediará também as Olimpíadas, ocasião em que se verá aumentado o fluxo de turistas. Argumenta que, com essa perspectiva, “o País precisa aprimorar a infraestrutura necessária para a realização desses eventos, sob pena de perder a oportunidade de incrementar sua economia”.

Ao proceder à análise de mérito, observamos ser justa a proposta contida no PLS nº 201, de 2010, que busca prorrogar o prazo de isenção do IPI para taxistas e cooperativas de táxis, e também para pessoas com deficiência. É inegável que as atividades dos taxistas e das cooperativas fomentam a produção de veículos e dão suporte ao turismo, que será inevitavelmente incrementado nos próximos anos com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no País. A isenção, além de reforçar a oferta de transporte de passageiros, permite dar continuidade a uma atividade reconhecidamente geradora de renda para grande parcela da população.

No caso das pessoas com deficiência, nada mais justo também que lhes garantir o direito à isenção. Afinal, esses brasileiros já arcam com gastos altos com a própria manutenção, o que dificulta sobremaneira o

investimento de suas reservas financeiras na adaptação de veículos.

No que respeita à técnica legislativa, importa observar que a ementa da proposição carece de reparos, para obedecer ao que estabelece a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Essa norma determina que a ementa “deve ser grafada por meio de caracteres que a realcem”, devendo explicitar, “de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei”.

Assim, Sr. Presidente, fomos pela aprovação do Projeto nº 201, de 2010, com a apresentação de uma emenda, que já deve ter sido lida aqui pelo eminente colega Senador Cyro.

Desse modo, louvo e parabeno mais uma iniciativa de V. Ex^a, Sr. Presidente, que, como sempre, é sensível – aqui, já registrei – às causas das pessoas que realmente precisam de ser observadas, no caso específico os taxistas, as cooperativas e os deficientes físicos.

Parabéns, Sr. Presidente, pela aprovação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar o Senador Vicentinho Alves pelo relatório, elencado argumentos que, com certeza, fortaleceram meu projeto original. E também cumprimento o Senador Cyro Miranda, que fez a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

Senadora Lídice, queremos votar seu projeto. Só estamos na expectativa de saber se o relatório já está em suas mãos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O relatório foi levado, para que dele se tirassem cópias, mas ainda não voltou aqui. Esse é o problema. Queremos votar o projeto. E, diga-se de passagem, é um relatório curto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo à assessoria para que agilize a vinda aqui do relatório da Senadora.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Quero apenas justificar meu atraso. Aqui não pude estar para ler o relatório sobre esse importante projeto que relatamos, porque, hoje, no Tocantins, celebramos, comemoramos os 23 anos do nosso Estado. À tarde, haverá uma homenagem aos Estados do Amapá, de Roraima e de Tocantins. Portanto, eu estava reunido com alguns tocantinenses que aqui vieram para dividir conosco a alegria pela nossa emancipação, que é uma luta mais do que secular, datada de 1828, que culminou na Assembleia Nacional Constituinte, por meio de um Deputado guerreiro que muito lutou naquela As-

sembleia, que foi o Deputado Siqueira Campos, que sensibilizou os Senadores e os Deputados Federais.

Acho que o Senador Mozarildo também vai ser homenageado por nós, assim como todos os Senadores e Deputados que nos presentearam com o Estado do Tocantins. Nós, tocantinenses, somos todos gratos por esse presente, que veio de uma luta secular. Hoje, o Tocantins dá demonstração para o Brasil de que valeu a pena a luta. A redivisão territorial, muito defendida pelo Senador Mozarildo, tem, sim, efetivamente, sentido. Está aí o Tocantins como exemplo para o Brasil e para o mundo. E o meu Estado é viável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos só aguardando que chegue aqui o relatório.

Já está aqui o relatório.

Senadora Lídice da Mata, para a leitura do relatório.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto de grande importância, do Poder Executivo, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, para regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. A proposição altera dispositivos das Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA; 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 7.998, de 11 de janeiro de 1990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; e os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

O projeto tem, como disse antes, uma tramitação de mais de um ano aqui no Congresso Nacional. Por isso a nossa pressa em votá-lo ainda hoje, para que as entidades relacionadas à defesa da criança e do adolescente, assim como o Ministério de Direitos Humanos, possam todos colocar em prática esse sistema de atendimento socioeducativo.

O texto da proposição está dividido em três títulos: o primeiro, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, define as competências dos entes federativos, os planos de atendimento nas respectivas esferas de governo, os programas nos diferentes regimes, o acompanhamento e a avaliação das medidas, as responsabilidades e o financiamento; o segundo, Execução das Medidas Socioeducativas, abrange os procedimentos gerais e os atendimentos individuais, a atenção integral à saúde do adolescente em atendimento, e especificamente ao adolescente com transtorno mental e dependência de álcool e de substância psicoativa, os regimes disciplinares e a oferta de capacitação para o trabalho; e o terceiro, Disposições

Finais e Transitórias, como o próprio nome revela, traz dispositivos que tratam de circunstâncias que exijam disciplina especial em face do novo regime jurídico proposto, permitindo a adaptação de situações variadas.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção à infância e à juventude.

O Projeto já passou por três outras comissões do Senado: CAS, Comissão de Educação e CAE. Depois da CDH, vai para a CCJ. Foi aprovado em todas essas comissões. Na CAE, recebeu uma emenda. Na relatoria do Senador Eduardo Suplicy, mais doze emendas. Acolheu a Emenda nº 1 da Comissão de Educação, com rejeição das Emendas nºs 2 e 3 da Comissão de Educação. Aqui, na nossa Comissão, não foi apresentada nenhuma emenda. Como Relatora, também não apresentei emenda, Sr. Presidente, apesar de querer acrescentar algumas ideias ao Projeto, mas não o fiz em função de compreender que o mais importante para nós é que seja votado o mais imediatamente possível, vá para a CCJ e seja definitivamente aprovado por esta Casa.

Trata de regular o sistema socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei; e, ainda, que trata do sistema de maneira tal que impõe uma mudança na percepção da sociedade brasileira em relação à responsabilização e à execução de medidas socioeducativas direcionadas a esse público ainda em desenvolvimento, está justificada sua análise por esta Comissão, que trata dos Direitos Humanos.

De início, cabe observar, como bem avaliou a CAS, que a aplicação da doutrina estabelecida no ECA requer a substituição da noção de criança ou adolescente como objetos de tutela pelo reconhecimento de que são sujeitos a quem se garante a plenitude dos direitos fundamentais. Entre os direitos, está o de responder por seus atos, inclusive ilícitos, conforme sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Concordamos, assim, com a avaliação daquele colegiado de que crianças e adolescentes devem ser respeitados nas suas peculiaridades, mas também devem ser educados para a cidadania e a civilidade.

No que concerne ao aspecto da proteção à infância, lembramos que o ECA instituiu a doutrina da proteção integral, expressando direitos infanto-juvenis com respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e assegurando proteção por parte da família, da sociedade e do Estado. Essa doutrina, adotada pelo Estado, e os compromissos assumidos com relação à promoção dos Direitos Humanos no Brasil impõem a necessidade de mudanças na questão dos adolescentes em conflito com a lei e requerem, sim, a instituição de um sistema socioeducativo e a adesão

ao processo de inclusão social do adolescente autor de ato infracional. Tais mudanças são identificadas na proposta que ora analisamos.

De fato, sob a ótica dos Direitos Humanos, há que se observar o cuidado na construção do texto do PLS nº 134, de 2009, com as questões referentes a: (i) o respeito à condição de cidadão do adolescente infrator na execução da medida socioeducativa, não permitindo tratamento mais gravoso que o conferido ao adulto; (ii) o atendimento profissional nas áreas de saúde, educação e assistência social; (iii) o cumprimento do plano de atendimento individual, considerando-se a idade, a capacidade e as circunstâncias pessoais do adolescente; (iv) as atividades de integração e apoio às famílias; (v) a proteção especial à adolescente grávida, puérpera e lactante, assegurando o acesso ao atendimento obstétrico e o direito à amamentação dos lactentes; e (vi) a assistência à saúde mental do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outras.

Também, a redação da proposição é cuidadosa ao estabelecer que a execução das medidas socioeducativas reger-se-á, também, pelo princípio da não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou *status*.

A proposta é, pois, meritória e oportuna. E, ademais, tendo sido aperfeiçoada pela Câmara dos Deputados, ela inova em relação à situação vigente, imprimindo, como bem o avaliou a Comissão de Educação e Cultura desta Casa, uma nova realidade no tocante à execução de medidas socioeducativas, que também experimentaram sensível atualização.

Da mesma forma, as sugestões de aperfeiçoamento do projeto oferecidas pela Comissão de Educação e pela CAE nesta Casa são merecedoras de louvor. Em particular, as conclusões apresentadas na última, que acolheu duas emendas da Comissão de Educação.

Nesse contexto, entendemos que a instituição do Sinase, nos termos do PLS nº 134, de 2009, com as conclusões da CAE, conjugando novas e importantes práticas no campo das políticas públicas, possibilita maior envolvimento da sociedade no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei e uma maior garantia de promoção dos direitos humanos desse público ainda em desenvolvimento, processo amparado por uma rede de proteção social que se organiza em ações pedagógicas coordenadas.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente e caros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, opinamos pela apro-

vação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 134, de 2009, nos termos do parecer adotado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão.

Senadora Ana Rita, minha Vice-Presidente, aqui na Mesa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar nossa Relatora, Lídice da Mata, pelo seu parecer neste importante projeto de lei encaminhado pelo Executivo, que institui o Pró-Sinase. Eu gostaria, aqui, de fazer algumas referências.

Acho que, como atuei de certa forma, nessa área de crianças e adolescentes como conselheira do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nós pudemos perceber – e atuei no Município de Vila Velha, onde moro até hoje – como o Estado brasileiro tem avançado nas políticas públicas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sabemos que esta é uma realidade ainda muito difícil. Sabemos o quanto as crianças e os adolescentes ainda precisam da proteção do Estado, mas o mais importante é observar que o Estado brasileiro está atento e está buscando construir políticas públicas para atender essas crianças, embora ainda, em muitos Estados, em muitos Municípios, essa realidade ainda seja muito difícil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente institui a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, contrapondo-se a um passado muito difícil e que hoje expressa direitos infanto-juvenis com respeito a sua condição, e aqui neste caso à condição peculiar de toda criança e de todo adolescente, que é uma pessoa em desenvolvimento e que precisa, com certeza, ter assegurada a sua proteção por parte da família, por parte do Estado e por parte da própria sociedade. E o Pró-Sinase vem atender essa realidade no sentido de assegurar o plano de direitos de cidadania à criança e ao adolescente.

Então, quero aqui parabenizar a nossa Relatora, a Senadora Lídice da Mata, pelo seu trabalho, pela sua relatoria, e ao mesmo tempo, cumprimentar o nosso Governo que, com apoio da nossa sociedade civil, através do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda, e também do Ministério dos Direitos Humanos ao qual está ligada a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem-nos possibilitado aqui aprovar este importante programa de implementação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque lá no Estado do Espírito Santo essa é uma realidade, e acredito que, em todos os Estados brasileiros, nós precisamos

ter uma atenção especial, um olhar especial para isso. Eu acho que é um desafio não só do Governo Federal, mas de todos os governos, dos três entes da Federação, dos Estados e dos Municípios, e mais do que nunca da própria sociedade, ter um olhar preferencial para as nossas crianças, principalmente aquelas que dependem exclusivamente do apoio e da proteção do Estado brasileiro. Aí, muitas vezes, sem famílias, cabe ao Estado garantir essa proteção. Então, políticas públicas são necessárias para atender essas crianças.

Era isso o que eu gostaria de dizer rapidamente, neste momento, parabenizando a nossa Relatora, Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir – o projeto não é terminativo –, vamos à votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a aprovação do Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 134, de 2009, lido aqui pela Senadora Lídice da Mata no sentido da sua aprovação, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Lembro que este projeto já foi aprovado na CAS, na CE, na CAE, na CDH, e agora vai para a CCJ.

Parabéns à Relatora pela aprovação do projeto.

Nós não temos mais nenhum projeto para votação. Votamos todos os não terminativos, com a presença dos Relatores.

Temos ainda alguns requerimentos, que passo a ler.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Já passou a matéria e, na hora, não tive oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – V. Exª propôs um requerimento, que foi aprovado por nós, para realização de audiência pública no Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes. Como apresentei e realizei uma audiência pública na CAS sobre esse mesmo assunto, e V. Exª sabe da importância da experiência e do cuidado com a doença falciforme da Bahia, gostaria de depois poder propor os nomes de algumas pessoas para integrarem a Mesa dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Vamos construir juntos. É só encaminhar para a secretaria, e serão convidados.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós temos ainda três requerimentos e temos

um pedido do Senador Crivella. Vou, por uma questão de transparência, me dirigir ao Plenário para ver se há concordância de todos. O Senador Crivella se dirigiu a este Senador como presidente da Comissão, para que eu mandasse uma moção de apoio a um pastor – e vou ler em seguida na justificativa – que teve uma série de agressões e inclusive ameaça de prisão permanente se não negar sua fé.

Para que todos entendam, vou fazer a leitura do documento: “Nos termos do Regimento Interno da Casa, requeiro moção de apoio ao pastor iraniano Yousef Nadarkhani.”

O tribunal iraniano, na província de Gilan, determinou que o pastor Yousef devia negar sua fé em Cristo, pois ele vem de uma família de ascendência islâmica. O Supremo Tribunal do Irã disse anteriormente que não deveriam determinar se o pastor Yousef tinha sido muçulmano ou não e a sua conversão. No entanto, os juízes exigiram que ele se retratasse de sua fé em Cristo, antes mesmo de terem provas contra ele. Os juízes afirmaram que, embora o julgamento vá contra as atuais leis iranianas e internacionais, era preciso manter a decisão do tribunal supremo da província de Qom. Quando pediram ao pastor que se arrependesse, ele disse que arrependimento significava voltar atrás e que ele não ia fazer isso. Os juízes insistiram para que ele confessasse a religião dos seus antepassados, mas ele respondeu que não podia fazer isso. O pastor Yousef, que já está preso há uma temporada, conseguiu ver seus filhos pela primeira vez em março deste ano. Estava de bom humor e falava de sua enorme vontade de servir à Igreja depois, caso fosse, que fosse liberto da prisão. Ele enfrentou duas audiências adicionais, anteontem e ontem. São as informações que nos chegaram. A propósito de o fazer negar, mais uma vez, sua fé cristã. Ele teria dito que não faria isso. A lei da Sharia condena aqueles que não confessam a religião islâmica, sendo eles nacionais, à execução à morte, à sentença de morte, ou à pena de morte.

Tecnicamente, não há mais direito a recursos. Ele não teve sua sentença de morte decretada, mas continua preso. Para a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, é inaceitável e inacreditável, ainda nos dias de hoje, séc. XXI, dizerem que alguém vai morrer se não negar a sua fé, vai ser assassinado ou teria prisão perpétua se negar sua fé.

Esse é o teor do documento, e eu, se assim a comissão entender, mandaria uma moção de solidariedade ao pastor, pedindo, nos moldes da política internacional de Direitos Humanos, a sua liberdade. *(Pausa.)*

Não há nenhuma discordância.

Então, se os senhores concordam, vou incluir extrapauta o requerimento – já houve a concordância

– e também o coloco em votação. Pelo que percebi, todos concordam. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos outro requerimento. Este aqui, Senadora Ana Rita...

REQUERIMENTO

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade.

A Senadora Ana Rita poderá usar da palavra. Recebemos aqui uma comissão de familiares que querem esclarecimentos sobre seus entes queridos que foram torturados ou morreram durante a ditadura. Eu sei que há um movimento na Casa para que a matéria, no que tange à Comissão Nacional da Verdade, seja votada com rapidez. Parece que a intenção é votar já, no dia 18, mas eu não vejo como a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal não fazer nenhuma audiência pública de um tema que tem tudo que ver com esta comissão.

Por isso, submeto-me, naturalmente, à vontade dos Srs. e Srs. Senadoras, no sentido de que aprove-mos a realização de uma audiência pública. Já há uma data pré-indicada sobre a qual eu e a Senadora Ana Rita já dialogamos com os familiares, antes da votação no plenário do Senado e talvez antes mesmo da CCJ.

Em discussão o requerimento, já que eu o colocaria extrapauta, se os senhores concordarem. *(Pausa.)*

Já que concordaram, em discussão o requerimento.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, conforme tivemos a oportunidade de dialogar ontem com uma representação das famílias que reivindicam a revisão do projeto de lei da Comissão da Verdade, sabemos que não é um assunto simples, e o nosso gabinete foi procurado por diversas vezes. Tivemos a oportunidade de ouvir várias lideranças, representantes de famílias que tiveram seus entes vitimados por ocasião da ditadura militar. E essas pessoas, com todo o direito, nos procuram, porque querem ser ouvidas. E nós, da Comissão de Direitos Humanos, assim como temos toda a abertura para ouvir todos os setores da sociedade, jamais poderíamos nos furtar a ouvir representantes dessas famílias. São famílias que sofrem, são famílias que manifestam profunda dor pela perda dos seus entes queridos e que têm direitos que precisam ser observados – mais do que nunca, o direito de serem ouvidos.

Então, cabe a esta comissão, na minha opinião, oferecer, garantir e assegurar essa oportunidade de ouvir essas famílias, representantes dessas famílias.

Mais do que nunca, sou extremamente favorável a que façamos uma audiência pública. Embora haja uma orientação do Governo para que votemos o mais rápido possível o projeto de lei que está nesta Casa – possivelmente ele entrará em votação em regime de urgência –, acredito muito que ainda temos a oportunidade de realizar essa audiência pública na terça-feira, dia 18, que foi a data que combinamos com eles. Combinamos uma data que fosse possível. Acredito que será extremamente importante essa oportunidade de ouvir os representantes das famílias. Então, sou extremamente favorável. Combinamos isso. Essa foi uma das alternativas que encontramos para que pudéssemos atender o pleito dessas famílias. Nessa audiência pública, teremos a oportunidade de ouvir representantes das famílias e representantes do Governo. Aí vamos encaminhar, se assim a Comissão concordar, a realização dessa audiência pública no dia 18, pela manhã. Essa data já foi pactuada. Assim, ouviremos essas pessoas.

Eu me coloco inteiramente à disposição. É com sentimento de apoio e de solidariedade a todas essas pessoas que nós, juntamente com V. Ex^a, Senador Paim, apresentamos esse requerimento. Esperamos contar aqui com o apoio dos demais Senadores que compõem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Eu queria só enfatizar os argumentos já aqui listados pela Senadora Ana Rita – e sei que há boa vontade do Governo, o que é positivo –, para que aproveemos a Comissão Nacional da Verdade, para que todos os fatos sejam esclarecidos. Mas não há como atendermos a esse pedido do nosso Governo. A Comissão de Direitos Humanos, no meu entendimento, o mínimo que pode fazer é ouvir aqueles que, como disse muito bem a Senadora Ana Rita, foram vitimados. Ontem, vi que alguém havia perdido dois familiares; outra pessoa perdeu um familiar; outro perdeu três familiares; outro desapareceu; outro foi torturado. No mínimo, temos de ouvi-los, para saber o que eles estão pensando sobre a Comissão Nacional da Verdade.

Com esses argumentos levantados pela Senadora Ana Rita, colocamos em votação o requerimento, para que, no próximo dia 18, terça-feira, às 9 horas, façamos aqui uma audiência pública, para ouvirmos os familiares dos desaparecidos e torturados.

Se ninguém é contrário, coloco-o em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há outro requerimento extrapauta de autoria do Senador Inácio Arruda.

ITEM EXTRAPAUTA REQUERIMENTO Nº 141-CDH, DE 2011

“Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre a greve do IFECE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), com a participação do Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Duvanier Paiva Ferreira, e do Secretário de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco, de representantes do CO-NIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, do PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – e do SINA-SEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica.” Justificativa: considerando que a greve dos professores universitários e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia perdura por mais de 60 dias, estamos propondo essa audiência no sentido de ajudar a mediação das negociações entre a categoria em greve e o Governo. Sala das sessões, Senador Inácio Arruda.

Como o Senador não está presente, tive de, naturalmente, rubricar o requerimento.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há ainda outro requerimento extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA REQUERIMENTO Nº 140-CDH, DE 2011

Sr. Presidente, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, a fim de debater o “Programa Ciência Sem Fronteira”, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de garantir a participação dos negros e pobres nas bolsas de gradua-

ção, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior.

Os convidados serão indicados posteriormente perante a Secretaria desta Comissão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que também concordam com o mérito do requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Por fim, aproveitaremos a presença do Senador Eduardo Amorim, que é Relator de um projeto da Senadora Ana Amélia. É também não terminativo. Então, poderíamos votá-lo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2011

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.

Autora: Senadora Ana Amélia;

Relator: Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo atraso, mas foi em virtude de estarmos em muitas outras comissões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei que é uma loucura.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Estava em uma audiência pública com agentes de saúde, na sala da Comissão de Direitos Humanos. Mas vou direto à análise, para não perder mais tempo.

Nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar, entre outros temas, sobre medidas “de proteção à infância”.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, a proposição encontra amparo no âmbito da competência da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, legislar privativamente sobre “direito processual”. É lícita, igualmente, a teor dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar.

No que diz respeito ao mérito, a proposta é bastante válida, pois sua aprovação permitirá que aqueles adotandos mais velhos, que estão abrigados, abandonados ou ficaram órfãos, sejam adotados mais rapida-

mente, evitando que seu envelhecimento vá impossibilitando, paulatinamente, a sua adoção.

Nesse sentido vê-se o mérito da proposta: evitar o fato, bem sabido, de que a simples delonga na tramitação dos processos inviabiliza a adoção, dado o passar do tempo. Há nítida preferência, entre os adotantes, por meninos e meninas ainda em tenra idade, de modo que, quanto mais rapidamente seja providenciada a adoção, maior a possibilidade de que a mesma ocorra.

Eu sei muito bem do que estou falando, Sr. Presidente. Por isso, meu voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2011.

Quando digo que sei muito bem é porque carrego não só a racionalidade, mas muito sentimento.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, o Senador Eduardo Amorim apresentou seu relatório pela aprovação do projeto da Senadora Ana Amélia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do projeto lido pelo Senador Eduardo Amorim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Como ninguém quis discutir, fui direto ao voto.

Aprovado.

Aproveito o momento para dizer que está visitando os Senadores a Deputada Estadual Marília Góes, da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Lá, ela preside também a Comissão de Direitos Humanos. Ela esteve em meu gabinete e na Comissão de Direitos Humanos e quer fazer uma saudação à nossa Comissão. E eu, quebrando o protocolo, permito a V. Ex^a que aperte o botão e faça uma saudação à Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

A SR^a MARÍLIA GÓES – Bom dia a todas e todos. É um prazer estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só aviso a todos que ela é delegada. Se alguém falar demais, ela prende.

A SR^a MARÍLIA GÓES – Eu recolho aos costumes.

Bom dia. MUITÍSSIMO obrigada, Senador Paulo Paim. Em seu nome, cumprimento os demais Senadores e Senadoras que estavam aqui presentes nesta Casa. Para mim, é um privilégio. Hoje estamos comemorando a emancipação do nosso Estado do Amapá, por isso tive a oportunidade de vir aqui, já que não estamos em sessão ordinária daquela Casa de leis. Para mim é um privilégio poder estar aqui vivenciando de perto os assuntos que dizem respeito ao nosso dia a dia, inclusive no que diz respeito à adoção, que foi muito bem tratada. Sei muito bem como é a burocracia em nosso País, porque tenho quatro filhos adotados. Eu sei da dificuldade que temos. Então...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Permita-me expressar que também sei, porque tenho dois. Os dois únicos que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem. Eu não sabia. Estou sabendo hoje. Parabéns.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu disse que era carregado de sentimentos porque sei da burocracia. Permita-me interromper sua fala.

A SRª MARÍLIA GÓES – Pois não, com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela também...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E eu vivi essa burocracia. Todo mundo, no meu Estado, me conhecia, me conhece, a minha esposa também é procuradora federal, e sabíamos de toda a história. Os meus filhos sabem das historinhas deles, tudo deles a gente conta, mas eu digo sempre que foi o maior presente que Deus nos deu, e são duas graças, duas bênçãos, dois milagres que chegaram a minha casa.

Por isso, relatar esse projeto foi muito emocionante.

A SRª MARÍLIA GÓES – Obrigada por sua intervenção. Com certeza, para mim, como mãe, como Deputada e como cidadã, acima de tudo, verificar, no dia a dia, as problemáticas pelas quais nós passamos e vivenciar isso aqui no Senado, nesta Comissão, para mim é extremamente gratificante. Como foi citada, anteriormente, a questão da situação da anemia falciforme, que, no Estado do Amapá, nós temos um dos maiores índices de anemia falciforme, numa região chamada Mazagão, uma região quilombola, é muito gratificante estar aqui, acompanhando de perto toda essa problemática que vocês estão trazendo para esta Casa.

Quero dizer que eu estou, hoje, fazendo esta visita ao Senador Paim, para poder fazer essa troca de experiências. Eu presido, hoje, a Comissão de Direitos Humanos e estou Deputada – estou, porque sou delegada de polícia há 20 anos. Estou Deputada Estadual e, enquanto estiver Deputada Estadual, entendo que vou fazer o melhor pelo meu Estado. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estou à frente do combate ao *bullying* no nosso Estado, que tem, infelizmente, um índice muito grande no nosso Estado.

Também presido a Frente Parlamentar de Combate à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, e, como delegada, vivenciei e vivencio isso, infelizmente, muito no nosso Estado, a violência, como toda violência doméstica. Fiquei 10 anos na delegacia de mulheres, tratando apenas de violência doméstica, que também é muito séria em nosso Estado, e conseguimos, a partir daí, garantir leis específicas, garantir atendimento específico. Queremos, queremos, no que

diz respeito à criança e ao adolescente, fortalecer a rede de atendimento; no que diz respeito ao *bullying*, criar – na verdade, fortalecer, não – uma rede de atendimento onde a criança e o adolescente... E estou tratando, especificamente, do *bullying* nas escolas públicas e privadas, porque entendo que atende crianças e adolescentes que estão em fase de formação, para que possamos ter uma sociedade de paz e possamos ter adultos, jovens, crianças com o emocional saudável, para que possamos, num futuro bem próximo, se Deus quiser, eu sei que é um pouco utópico, tentar erradicar esse tipo de violência que, na verdade, é um dos maiores preconceitos que nós sentimos. O *bullying* é uma forma grave de preconceito: não conseguir conviver com a diversidade, não conseguir conviver com as diferenças.

Então, estamos levando esse debate, como audiência pública, a todos os Municípios. São poucos os Municípios de nosso Estado, são 16.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Paulo Davim quer lhe fazer um aparte.

A SRª MARÍLIA GÓES – Com prazer. Só me deixe finalizar. Um minutinho e já vou lhe conceder o aparte.

Estamos fazendo audiência pública em todos os Municípios para que, ao final, possamos ter as especificidades de tipos de violência de cada Município, porque são diferentes, e fazer um grande encontro estadual, a fim de que possamos tirar leis concretas que possam ir, realmente, ao encontro das necessidades do nosso Estado, no combate ao *bullying*, e para que possamos dar continuidade a esse trabalho, dando esclarecimento, dando palestra, porque ainda existe uma dúvida muito grande sobre o *bullying*, uma dúvida muito grande de até onde vai a brincadeira de mau gosto e onde começa a violência propriamente dita.

Enfim, estamos tratando desses assuntos de extrema importância na Comissão de Direitos Humanos e, Senador Paim, me permita fazer uma observação. Eu fiquei imaginando: a nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias, eu já acho de uma abrangência absurda, mas depois de participar desta sessão, eu vi que a de vocês é infinitamente maior, e o senhor ainda puxa para cá temas de outras áreas, para que assumam aqui, como Senadores desta Comissão.

Então, por favor, agora, eu concedo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero lembrar aos Senadores que V. Exª fez o convite para que a Comissão de Direitos Humanos do Senado esteja lá.

A SRª MARÍLIA GÓES – Eu vou finalizar, agora... Não, eu fiz o convite, não. Desculpe, só uma observação: nesse último encontro estadual em que vamos tratar de tudo o que foi discutido em todo o Estado,

num primeiro momento, eu fiz um convite ao Senador Paim, educadamente, gentilmente... Senadora Marinor, prazer em vê-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Teremos agora outra audiência aqui.

A SR^a MARÍLIA GÓES – Só para dizer que o convidei, de início, e depois, como ele foi um pouco reticente, falei que iria, então, conduzi-lo, coercitivamente, para aquela...

Só um minutinho. Vou quebrar o protocolo, porque ela é minha prima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Prima? Então, senta ao lado dela agora.

A SR^a MARÍLIA GÓES – Na verdade, ela é prima da mamãe, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar do tema e, depois, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quero cumprimentar a Deputada e dizer que sou de um Estado gêmeo do Amapá. Sou do Estado de Roraima, tive a honra de ser constituinte, quando lutamos realmente, como disse V. Ex^a, pela emancipação do nosso povo, porque éramos, como Território Federal, uma verdadeira colônia – governadores nomeados, apesar de alguns bons governadores que tivemos dentre eles –; na verdade, a sociedade local não era consultada para nada. E essa foi a bandeira nº 1 da nossa luta na Constituinte.

Portanto, quero cumprimentá-la pela sua presença aqui e dizer que também Roraima comemora nesse dia a mesma idade, nascemos no mesmo dia e pelo mesmo artigo da Constituição. Roraima, Amapá e Tocantins também. A diferença é que Roraima e Amapá ainda tiveram um estágio entre a promulgação da Constituição e a eleição de 1990. Quer dizer, ficamos um período em que tínhamos um governador *pro tempore*.

Mas, de qualquer forma, valeu a luta e fico feliz de ver que, justamente por ser Estado, temos uma Deputada Estadual, coisa que não tínhamos, nem vereadores, em certo momento, aqui inclusive no Senado, defendendo de maneira muito consistente causas importantes como essa questão do *bullying*, que, aliás, talvez só ganhou destaque pelo nome em inglês, porque há quanto tempo sabemos que isso existe. A Senadora Marinor, que é professora, sabe muito bem há quanto tempo existe. Na verdade, acho que agora a consciência nacional é muito grande com relação a isso e, com certeza, aqui na Comissão, temos tratado de vários temas. Aliás, não há um tema que, no meu entender, não tenha a ver com os direitos humanos. Quando se fala, por exemplo, de um assunto que é

econômico, ora, por trás da economia... Aliás, por trás, não. Antes da economia, a economia tem que beneficiar o ser humano.

Portanto, quero cumprimentá-la e desejar realmente muito sucesso na sua presidência na CDH lá da Assembleia Legislativa e dizer que espero que à tarde a senhora esteja na sessão de homenagem, onde vamos revê-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim, então.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, meu colega Eduardo.

Deputada Marília, quero saudá-la e dizer da nossa satisfação em tê-la aqui conosco nesta Comissão de Direitos Humanos. Também fui Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Presidente da Frente Parlamentar da Infância e Adolescência. É interessante que esta Comissão... Outro dia comentei este fato: a Comissão de Direitos Humanos, na verdade, entrou na minha vida muito mais por destino do que por opção. Quando fui eleito pela primeira vez Deputado Estadual, houve uma reunião com os Deputados e fomos divididos pelas comissões, e ninguém queria a Comissão de Direitos Humanos. Ninguém queria. E aí, talvez, por ter sido eu o mais jovem naquela ocasião, não tinha muito direito à escolha e disseram que eu ia para a de Direitos Humanos. E eu fui. Confesso que não fui para a Comissão de Direitos Humanos, Presidente, de bom grado, não. Por que todo mundo escolhe, só eu que fui, praticamente, compulsoriamente para esta comissão. E, quando eu cheguei à comissão, eu vi que ela era uma amplitude maior do que se imagina, porque tudo faz parte dos direitos humanos, tudo. É saúde, que a minha área de atuação – sou médico – é educação, é habitação. Enfim, os direitos naturais de ir e vir, de falar, de comer, de dormir, tudo. E aquilo foi me encantando e meu deu oportunidade de promover grandes, grandes trabalhos à frente da comissão.

Lembro-me de que – relatei outro dia, Eduardo e Mozarildo – lá, no Rio Grande do Norte, estávamos com um problema: a fila das crianças para serem operadas de cardiopatia congênita. Era uma fila imensa e chamava-se “fila da morte”. V. Ex^{as} sabem que, para fazer cirurgia cardíaca em uma criança, para fazer uma correção dessas, tem-se que marcar e, quando chega o dia, se a criancinha estiver doente, adia-se. Aí é outro tempo imenso, enorme. Enfim, eu sei que morriam muitas crianças na fila, e a quantidade de hospitais habilitados para fazer cirurgia cardíaca congênita em criança era pequena, o teto do SUS era baixo. Enfim,

nós abraçamos essa luta e fomos para cima. A Justiça nos ajudou; colocamos o Ministério Público no meio dessa jogada também. E é fato que acabamos com a fila, e foi estabelecido, em lei, um teto mais elástico, especificamente para as doenças, para as cardiopatias congênitas. Foi um trabalho muito bom.

No segundo mandato, eu já não fui constrangido nem compulsoriamente; eu fui por escolha. As coisas passaram, e eu vim para o Senado. Quando cheguei aqui, na distribuição das comissões, como eu sou o único Senador do PV, a proporcionalidade me impediu de escolher, e eu tive de me agregar a um bloco. Agreguei-me a um bloco, e o Senador Renan perguntou-me se eu tinha alguma preferência. Eu disse: “A CAS, porque saúde é área de atuação, e eu trabalho nisso há muitos anos. Fui do Sindicato dos Médicos, da Federação Nacional dos Médicos, da Associação Médica Brasileira, do Conselho Regional. Enfim, fiz uma história de militância nas entidades medidas”. E qual não foi minha surpresa? Vim para a CAS e também para a Comissão de Direitos Humanos. Portanto, acho que muito mais por destino do que por escolha.

É uma Comissão maravilhosa, onde há como e o que fazer. Acho que a gente pode, sim, dar uma contribuição inestimável para consolidar os direitos ao cidadão e à cidadã neste País e, sobretudo, num Estado como o seu, o Amapá, que é um Estado recente, novo, que está começando a engatinhar no campo dos direitos humanos. E não só o seu Estado, mas alguns outros Estados da Federação.

Hoje mesmo, há pouco tempo, estávamos reunidos.

A Senadora Marinor personificou essa luta, abraçando o desafio hercúleo do tráfico de pessoas. E ela conseguiu me arrastar com energia magnética para essa questão. Confesso que, no início, até relutei, mas ela tem poder de convencimento, ela é implacável na argumentação. O fato é que estou mergulhado de corpo e alma nessa bandeira que ela segura.

Portanto, o trabalho das Comissões de Direitos Humanos pelo Brasil inteiro, pelo Brasil afora, é extremamente importante na consolidação dos direitos do cidadão e da cidadã.

Quero, mais uma vez, reiterar as minhas boas-vindas e dizer que estou muito feliz por encontrar uma jovem talentosa e venturosa abraçando essas causas que são muito louváveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Paulo Davim.

Não sei se o Senador Eduardo Amorim quer fazer alguma consideração.

Então, passamos, de imediato, a palavra para a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Meu querido Senador Paim, eu não consigo começar uma única audiência na CDH sem agradecê-lo e elogiar o trabalho e o empenho de V. Exª, para que as questões de interesse nacional, as questões dos direitos humanos, as questões de interesse do meu Estado e da minha Amazônia mereçam o cuidado e a colocação imediata na pauta, a fim de que tudo isso seja aprovado.

Hoje, tive o privilégio de ter aprovado aqui, na Comissão de Direitos Humanos, com o empenho desse valoroso lutador dos direitos humanos, um requerimento de minha autoria para realização de audiência pública nesta comissão para tratar dos efeitos e das consequências do Programa de Demissão Voluntária – PDV dos funcionários do Banco do Brasil. É um problema muito sério. Há tem uma demanda histórica desse segmento. Vamos realizar uma audiência para aprofundar essa questão, tornando-a pública e tentando envolver e usar o sofrimento desses cidadãos e cidadãs que são vítimas desse período, para que os Srs. e as Srªs Senadoras possam encontrar caminhos para melhorar a vida dessas pessoas. Então, obrigada pela aprovação do nosso requerimento.

Também tivemos oportunidade de fazer a relatoria de um projeto de lei da Senadora Marisa Serrano. É o projeto que propõe a alteração da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio a pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar o direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”. Eu tive o cuidado de trabalhar na relatoria aprovando a proposta do requerimento e, ao mesmo tempo, cuidando dos termos que são mais adequados e que têm sido indicação do movimento dos portadores de deficiência, para que sejam usados de forma correta. Então, também aprovamos. Eu queria parabenizar a ex-Senadora Marisa Serrano pela...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sim, retirando “portador” e deixando “pessoas com deficiência”. Exatamente.

Essas foram as duas questões.

Eu queria aproveitar a presença da Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Amapá, a Deputada Marília Góes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Marília Brito, Marília Góes, Marília Xavier.

Aproveito para dizer da importância que tem o trabalho da Comissão de Direitos Humanos em qualquer

Estado brasileiro, sobretudo na Amazônia, sobretudo nos Estados da Amazônia, onde o que chamamos de Estado de direito ainda está em processo de construção, ainda está no sonho de algumas pessoas, porque a ausência permanente do Estado tem sido um fator preponderante na ausência de direitos humanos. Essas comissões são extremamente necessárias. Os Parlamentares que compõem essa comissão têm de ter determinação política e vontade política para interagir com essas demandas da ausência de direitos nos Estados, para tentar encontrar as soluções. Obviamente, com a vinda da Deputada aqui, em visita à nossa comissão, ela demonstra uma disposição de interagir com os debates que são de interesse nacional, mas que também são de interesse do povo da Amazônia, do povo do Amapá.

Eu queria, de antemão, aproveitando a presença da Deputada Marília na nossa comissão, dizer a ela que a CPI, a qual o Senador Paulo Davim fez referência, que é a CPI do Tráfico Humano tem um olho no Brasil, mas tem um olhar grandioso na Amazônia, em especial nas rotas históricas existentes naquela região, que envolve todas as modalidades de tráfico, seja o tráfico para o trabalho escravo, seja o tráfico para a prostituição infanto-juvenil, seja o tráfico para a comercialização de órgãos, seja o tráfico para outras modalidades.

E, do Pará para o Amapá, para a Guiana Francesa, para a Europa e para a Holanda têm sido levadas milhares de meninas, de mulheres, de jovens brasileiros e amazônidas, em especial, os que têm as piores condições de vida, que vivem em regiões com os menores índices de desenvolvimento, que sofrem, quando conseguem ser estudantes, com uma estrutura em que os mais baixos índices educacionais são registrados e que vivem em situação absoluta de vulnerabilidade social, Deputada.

É mais do que necessário interagir na defesa dos direitos humanos dessas pessoas que, como armas, como drogas, têm sido traficadas, têm virado mercadorias e presas fáceis na mão dos criminosos, dos bandidos, que, organizadamente, fazem o tráfico de pessoas naquela região.

A nossa CPI vai até o Estado do Amapá. Nós estamos fechando um calendário, mas, ainda neste semestre, nós deveremos visitar o Estado do Amapá e queremos realizar oitivas com vítimas de processos que têm sido recebidos pela nossa CPI e denunciados à Comissão. Queremos ouvir as autoridades locais, falar com o Governador, com os Deputados Estaduais, com os Vereadores daquelas cidades, dos 16 Municípios do Amapá, para conseguirmos criar minimamente uma retaguarda, que chamamos, neste debate, de uma

rede de proteção para enfrentar o tráfico de pessoas, sob pena de termos que jogar a bandeira, Senador Paulo Davim, e declarar a vitória do tráfico de pessoas, declarar a morte de milhares de meninas que estão enterradas hoje, já, nos cemitérios clandestinos, na nossa região amazônica, e há perspectiva de muitas outras passarem por essa questão.

São meninas que estão vivendo em regime de cárcere privado, em trabalho análogo ao escravo, e que passam, no caso da prostituição, cerca de 18 horas sendo violentadas sexualmente. Isso não é pouca coisa.

Então, eu queria, de antemão, dizer à Deputada Marília que se tem uma coisa que a Comissão de Direitos Humanos do Amapá pode fazer para defender os direitos humanos é se engajar nessa batalha, é interagir com essa CPI, é interagir, sim, com esta Comissão, que debate temas diversificados, temas graves, e muitos deles são nacionais, mas têm uma forte incidência na região amazônica, uma forte incidência em Estados pobres, não porque não tenham riquezas naturais, mas porque a eles têm restado apenas a miséria, a fome, a pobreza do seu povo.

Então, eu queria agradecer, obviamente, a oportunidade dada pelo nosso querido Senador Paim.

A nossa campanha já está tocando e nós temos de nos dirigir para o plenário, porque a sessão está sendo aberta, mas também quero agradecer e parabenizar a decisão da Comissão de Direitos Humanos, através da Deputada Marília, de procurar a nossa Comissão no Senado Federal.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Foi a Senadora Marinor Brito.

Nós recebemos, aqui, a Deputada Estadual Marília Góes, do Estado do Amapá, e nós vamos ter de encerrar agora, porque estão chamando no plenário e já iniciou o debate da PEC da reforma política e, também, dos precatórios.

A Deputada Marília Góes fez, aqui, a sua saudação, então, neste momento, eu sou obrigado a encerrar a reunião.

Está encerrada a reunião da Comissão de Direitos Humanos, e vamos diretamente para o plenário.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA 73ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02,

DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dez de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim e Cyro Miranda**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº135, de 2011–CDH, aprovado em 05/10/11, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater a questão da hora extra no Brasil e a regulamentação do uso do ponto eletrônico.” O Senhor Presidente inicia a reunião e após suas considerações iniciais solicita aos senhores convidados para compor a mesa e fazer suas considerações acerca do tema da Audiência Pública: Vera Lucia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – MTE; Pablo Rolin, Analista da Área de Relações Trabalhistas, que representa o Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Vandrei Barreto de Cerqueira, Auditor Fiscal do Trabalho, em representação a Senhora Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIF; Luiz Alberto de Vargas, Desembargador do Rio Grande do Sul, em representação ao Senhor Renato Henry Sant’Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho– ANAMATRA; Ledja Austrilino Silva, Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Francisco Calasans Lacerda, Presidente do SINTHORESP; Pedro Parizi, Diretor de Relações Governamentais do MacDonald’s; Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário Nacional de Relações de Trabalho, que representa o Senhor Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; e José Calixto Ramos Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST. O Senhor Presidente concede a palavra ao Presidente em exercício do Sindicato dos Radialistas no DF, Senhor Marco Clemente. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 73ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Mais uma vez vou fazer um apelo à Segurança da portaria do Senado. Toda segunda-feira é essa novela. Para que os trabalhadores possam vir à Comissão, às vezes, eu tenho que suspender os trabalhos, descer até lá, para depois eles poderem subir. É lamentável!

Mais uma vez faço um apelo à portaria do Senado para que libere a entrada dos trabalhadores; senão, vou ter que suspender, dar um “carteiraço” e botar os trabalhadores para dentro, como eu fiz semana passada.

Estou dizendo aqui, porque comigo não tem segredo, é tudo ao vivo mesmo. O que eu penso eu falo.

Ok, moçada? Que o pessoal da Segurança não complique para que os trabalhadores possam subir para participar da audiência.

Comunicados da CDH.

O Gabinete do Senador Aécio Neves encaminhou a esta Comissão expediente com cópia do Ofício da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que encaminha as notas taquigráficas de reunião das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho e Previdência, Ação Social e do Transporte e ainda de Obras Públicas, no qual solicita empenho na aprovação, ainda este ano, do PLS 271, de 2008, que cria o Estatuto do Motorista Profissional e a rejeição ao veto presidencial aposto ao dispositivo do Orçamento que prevê para os aposentados aumento real e igual ao do salário mínimo.

Os documentos supracitados encontram-se na Secretaria da CDH à disposição dos Senadores.

A gente agradece à Assembleia Legislativa de Minas e ao Gabinete do Senador Aécio Neves por ter encaminhado a esta Comissão apoio ao Estatuto do Motorista, projeto de nossa autoria, que está tramitando na Casa, e também ao reajuste dos aposentados.

Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº 135, de 2100-CDH, aprovada em 05/10/11, de autoria deste Senador e de outros, esta audiência visa a debater a questão do ponto eletrônico, horas extras, enfim, que se confira de forma adequada a carga horária de cada trabalhador.

Convidamos para esta audiência pública: Vera Lúcia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, que aqui representa o Ministro Carlos Lupi. Peço a Vera que se dirija à Mesa. *(Palmas.)*

Vou chamar os que estão presentes, são duas Mesas, depois a gente faz outra Mesa.

Também presente Paulo Rolim, Analista da Área de Relações Trabalhistas, que representa o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Luiz Alberto de Vargas, Desembargador do Rio Grande do Sul, em representação ao Sr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Ainda nesta Mesa, Pedro Parizi, Diretor de Relações Governamentais do McDonald's. Seja bem-vindo também! (*Palmas.*)

Ainda presente, os outros ficarão para a segunda Mesa, o Auditor Fiscal do Trabalho em representação à Sr^a Rosangela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Vandrei Barreto de Cerqueira. (*Palmas.*)

Pode chega aqui para Mesa. Vamos dar uma aproximada aqui.

Vou fazer uma rápida introdução só para situar.

Então, vamos iniciar. E para situar aqueles que estão assistindo à TV Senado agora, pela manhã, vou fazer uma rápida introdução sobre o tema.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a questão das horas extras no Brasil e o uso do ponto eletrônico. É muito mais sobre o ponto eletrônico do que sobre as horas extras.

Esta audiência foi motivada pela Portaria nº 1.510, de 2009, do Ministério do Trabalho, que regulamenta o registro do ponto eletrônico como forma de controle da jornada de trabalho.

Em vigor desde o ano de 2009, a portaria passará a vigorar plenamente a partir do dia 1º de janeiro de 2012, conforme publicação do *Diário Oficial* de 3 de outubro. Segundo o Ministério do Trabalho, o prazo para a vigência da portaria é improrrogável.

Quero informar ainda que recebi, há algumas semanas, do Ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, correspondência a respeito dessa portaria.

Diz o Ministro Carlos Lupi:

Em primeiro lugar [Senador], gostaria de garantir que esta medida em nenhum momento torna obrigatória a adoção do ponto eletrônico em empresas que não utilizam esta tecnologia. Ou seja, a portaria não torna obrigatória a utilização desta modalidade de controle de jornada. Ela apenas regulamenta o uso desse tipo de aparelho nas empresas que já adotam esse sistema. Pelos cálculos do Ministério do Trabalho e Emprego, a medida atinge cerca de 350 mil empresas [parece muito, mas são apenas 5%], apenas 5% do total de empresas de nosso país.

Diz mais o Ministro:

Sinto-me no dever de enviar documentos comprovando que todos os envolvidos neste processo tiveram a oportunidade de trazer ao debate todas as dúvidas e sugestões, em um grupo de discussão tripartite.

Também gostaria de lembrar que a regulamentação atendeu a reiterados pedidos da Justiça do Trabalho para que o Ministério do Trabalho e Emprego regulasse esta modalidade de controle de jornada.

Trata-se de medida fundamental para garantir o equilíbrio e o avanço das relações de trabalho em nosso país, pois, antes da regulamentação, somente os empregadores tinham acesso às informações depositadas nas máquinas de controle de jornada. Com o advento da Portaria nº 1.510/09, o trabalhador também passa a ter acesso a essas informações.

Em recente votação [nesta Casa], a Comissão de Constituição e Justiça [do Senado] aprovou projeto de decreto legislativo contrário à Portaria, sem que fosse dada a este Ministério a oportunidade de debater o tema com mais profundidade.

Diante disso, coloco-me à inteira disposição de todos os senhores e senhoras para, a qualquer momento [debater, dialogar, conversar, exercer a democracia], e desta forma, elucidar todos os pontos a esse assunto.

Atenciosamente, Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Essa foi a carta que recebi do Ministro Lupi, que provocou esta audiência pública.

Ainda, só para concluir, o uso do ponto eletrônico é uma forma de provar que você trabalhou, o que interessa às duas partes. Isso é importante tanto para empregados quanto para empregadores, para que tenham acesso ao certificado de que cumpriram efetivamente a carga horária de trabalho. Consequentemente, com esse documento, teremos o efetivo pagamento.

Sabemos que alguns representantes do setor patronal e empregatício divergem a respeito do assunto. Quero destacar que aqui, no Congresso Nacional, há dois projetos de decreto legislativo que tratam do tema: o PDS nº 593, de 2010, aqui do Senado, que está agendado para ser incluído na Ordem do Dia do próximo dia 18 de outubro, e o PDS nº 3.839, de 2010, da Câmara, que recebeu voto favorável do Relator, Deputado Fábio Ramalho, do PV de Minas Gerais.

Enfim, hoje, aqui, na Comissão, vamos aprofundar a discussão a respeito do decreto legislativo que revoga a portaria do Ministério do Trabalho e que estabelece parâmetros para a instalação do ponto eletrônico, mecanismo de registro de horário de entrada e de saída dos empregados em empresas com mais de dez empregados.

Feita a introdução, vamos de imediato ao debate.

A dúvida que fica é a quem interessa ou não interessa o registro do ponto eletrônico.

Quando eu estava na empresa – isso há 30 anos, porque tenho 26 de Congresso e 5 de movimento sindical, o Vargas conhece –, sempre bati ponto. Não via problema nenhum. Eu batia o ponto quando entrava, batia o ponto quando saía e batia o ponto nas horas extras que eu fazia. No fim do mês, eu conferia tudo – trabalhava na Eberle – e recebia direitinho. Não via problema nenhum.

Então, a quem interessa não haver esse registro?

Se você trabalhou ou não trabalhou, esse é o debate que vamos ter que fazer; e é um debate que vai também para o plenário do Senado, com certeza absoluta.

Bom, muito mais do que mostrar somente minhas preocupações, vamos ouvir aqui todos os nossos convidados. E acho justo que a gente comece, exatamente, com a Dr^a Vera Lúcia Albuquerque, que é Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, que foi quem editou a portaria. Depois, houve algumas controvérsias, e suscitaram, então, este debate.

Está com a palavra, neste momento, a Dr^a Vera.

A SR^a VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – Muito obrigada, Senador Paim, e parabéns pela oportunidade desta discussão aberta sobre não só a questão da hora extra, como o senhor falou, mas também sobre a regulamentação do ponto eletrônico.

Senhoras e senhores, bom-dia! Estamos aqui para mostrar a visão do Ministério do Trabalho e Emprego. É claro que a hora extra é permitida no Brasil. Todos nós sabemos disso; até duas horas extras por dia, desde que haja também a previsão ou em contrato coletivo de trabalho, que no Brasil não foi implantado ainda, ou no próprio acordo escrito, ou seja, no contrato de trabalho de cada trabalhador.

É importante verificar que essas duas horas extras não podem ser somadas à compensação da hora não trabalhada no sábado. Muita empresa faz a compensação do sábado liberando do sábado o trabalhador e fazendo com que ele trabalhe mais 40 minutos por dia.

Então, seja lá qual for a compensação, ela tem que ser descontada, porque são permitidas até duas horas extras por dia, ou seja, que sejam garantidas dez horas no máximo de jornada diária, garantido o intervalo de onze horas entre duas jornadas de trabalho; seja concedido descanso semanal remunerado e ficar atento, porque isso não é para todas as jornadas. Seria para a jornada comum de oito horas. A de seis horas teria uma legislação específica. Outros trabalhadores,

como o petroleiro – quando embarcado tem jornada de doze horas –, teriam também uma legislação específica.

Não podemos esquecer que quando há excesso de hora extra – isso é comum; tenho falado muito sobre isso em obra, às vezes em estaleiros –, o excesso de horas extras diárias também traz a não concessão do intervalo de onze horas, entre duas jornadas de trabalho, e a não concessão, muitas vezes, do descanso semanal remunerado. Isso traz jornadas exaustivas ao trabalhador, aumentando a possibilidade de acidentes e doenças no trabalho. Ou seja, mesmo que o trabalhador goste de fazer hora extra – e em geral eles gostam – e mesmo que o sindicato permita, com acréscimo, que vai ajudar muito o orçamento do trabalhador na sua casa –, essa é uma norma de ordem pública. É preciso proteger a saúde do trabalhador.

Também há outro ponto. É importante verificar que a hora extra traz reflexos nas férias, no décimo terceiro, nas rescisões, no recolhimento de FGTS, no recolhimento para o INSS e até no imposto de renda.

Então, são verbas que não podem deixar de ser regularmente pagas.

Também em relação à hora extra, foi feita uma mudança na legislação e permitido o banco de horas, desde que ele seja determinado em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho. Mas não pode também ultrapassar uma jornada diária de dez horas. E é preciso ser garantida uma compensação financeira na hora da rescisão, ou anualmente, se não tiverem sido gozadas essas horas que foram estocadas, que estão na conta corrente, digamos assim, do trabalhador, dentro do seu banco de horas.

É justamente também sobre o banco de horas que cai um grande problema das horas extras no Brasil. Muitos trabalhadores apresentam denúncias de que o seu banco de horas é informal. É muito comum haver banco de horas informal, e isso já é uma infração à legislação trabalhista, sem acordo coletivo de trabalho ou sem convenção coletiva de trabalho. Mas, principalmente, temos queixas de trabalhadores que dizem: “Fiz o meu levantamento. Eu tenho 60 horas extras de trabalho neste mês, e elas não constam do meu banco de horas. O que aconteceu? Como nós vamos provar?” E aí há este grande problema: a necessidade do controle da jornada de trabalho.

Bem, são vários os tipos de controle de jornada, e ele é obrigatório para qualquer empresa com mais de dez empregados. Ele pode e continua a ser possível: o registro manual, que é o livro de ponto; o ponto mecânico daquelas máquinas, e há o cartãozinho de ponto dos trabalhadores.

O ponto eletrônico foi permitido a partir de 1989, mas nenhuma empresa é obrigada a usar ponto ele-

trônico. É uma opção da empresa. Nem na época, em 1989, e nem agora nenhuma empresa é obrigada a usá-lo.

É preciso lembrar que, quando foi permitido isso, em 1989, ainda usávamos – vocês devem lembrar – formulário contínuo em computador. Eram aquelas listas enormes que ficavam em zigue-zague na máquina, com uma linha verde, uma linha branca. Os computadores ainda usavam disquetes, que nem existem mais hoje em dia nos computadores, e não se sabia como seria esse ponto eletrônico, como as máquinas seriam desenvolvidas. Havia um desconhecimento pela rápida mudança da Internet, rápida mudança da eletrônica no País.

Existem ainda e continuam a existir as especificidades do trabalho que é exercido fora da empresa. O que é fora da empresa não precisa ter ponto eletrônico; ele não precisa ter cartão de ponto ou registro manual. O trabalhador que trabalha fora ou que trabalha na sua casa, como existe hoje em dia, o trabalho eletrônico que se faz em casa, pode ser controlado, quando necessário, por papeleta ou ficha de serviço externo que o próprio trabalhador preenche. Então, há segurança nisso e também controle da empresa.

E mais: ainda existe ponto por exceção. Qualquer chefe de departamento, ou gerente, ou qualquer pessoa que tenha gratificação que seja 40% a mais do que o salário normal do trabalhador daquela empresa também está eximido do controle de ponto. Então, continua essa grande flexibilidade no controle da jornada. Ela é necessária para a segurança jurídica tanto do trabalhador quanto da empresa.

A legislação do controle eletrônico de ponto não foi um desejo do Ministério do Trabalho. Não foi o Ministro Carlos Lupi que resolveu implantar isso em 2009. Era uma determinação da Lei nº 7.855, de 1989. Ela dizia literalmente que o controle de ponto por sistema eletrônico seria implantado conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. Por que o Ministério do Trabalho não as expediu naquela época? Por causa do desconhecimento do que o futuro ia nos trazer.

Realmente, as mudanças foram enormes desde aquela época do formulário contínuo até hoje, quando o controle eletrônico existe e é passível, e outras formas são imaginadas. Eram inimagináveis naquela época.

A legislação teria que acompanhar essa mudança. Se ela tivesse sido imposta lá naquela época, ela teria que ser atualizada praticamente a cada seis meses. A cada seis meses, nós temos novos sistemas, novas possibilidades de uso da eletrônica. Então, o objetivo da lei era permitir a modernização do controle de ponto. A lei foi muito oportuna naquela época, permitindo

agilidade no apontamento e a real apuração de faltas e das horas extras. Mas o que nós encontramos? Nós, a sociedade, não é só o fiscal do trabalho, todos nós? Nós vemos que os equipamentos que foram construídos – não os empregadores, mas todos os equipamentos – são passíveis de fraude. São chamados passíveis de correção. Uma correção pode ser usada para fraude.

E, infelizmente, isso existe e prejudica as empresas corretas. Prejudica o correto, o justo mercado de trabalho. Quais são as formas principais de equipamentos e rotinas que permitem fraudes? Bloqueios no relógio marcador de ponto. Eu já fui a empresas em que se chega 6h15, 6h20, 7h da noite e já estão marcados todos os pontos às 6h. Ou seja, há um bloqueio, não pode marcar antes de um determinado horário e o computador também não permite que sejam marcadas as horas extras reais que existem.

Há outro tipo de fraude muito comum e que é mais ainda complicado porque, muitas vezes, é feita até fora do País. Nós sabemos que tanto as empresas de marketing com grandes servidores, grandes controles de parte eletrônica são feitas em países como Índia, China – algumas companhias aéreas têm no Chile também – e em alguns outros países. Então, há uma manipulação da marcação no *software* que é utilizado no tratamento dos dados. Isso é algo que estamos encontrando constantemente e temos que procurar evitar.

Temos que ter e o Governo tem que dar a proteção jurídica ao trabalhador e a segurança jurídica à empresa também. É importantíssimo isso, porque não só existem fraudes por parte de alguns empregadores mal intencionados, como infelizmente também existem fraudes por parte de empregados que chegam pedindo, depois da sua rescisão, em ações judiciais trabalhistas, indenizações milionárias, que têm sido dadas a empresas, muitas vezes, corretas também.

Então, quem pode assegurar a proteção ao trabalhador e a segurança jurídica a todas as empresas? Inicialmente o Governo, pela legislação, pelas instruções, como esta do Ministério do Trabalho e pela fiscalização; os sindicatos, tantos os patronais como o de trabalhadores; nós, parceiros sociais, nos acordos coletivos de trabalho, no acompanhamento, nas convenções coletivas de trabalho; o Judiciário, que sempre trabalha conosco; o Ministério Público do Trabalho, em ações judiciais.

Foi esse o motivo de o Ministério do Trabalho e Emprego ter criado essa obrigação legal dele que seriam instruções sobre o ponto eletrônico, que vieram na forma da Portaria nº 1.510, de 2009. A Portaria exige um sistema de registro eletrônico de ponto que seja imune a fraudes, que seja inviolável, que dê segurança ao trabalhador e ao empregador. Quais são

os três preceitos básicos desse uso, desse sistema? A informação imediata entregue ao trabalhador, podendo ele guardar ou até jogar fora, se ele conferir e tiver certeza da empresa, mas havendo uma bilateralidade desse registro diário, impondo a impossibilidade de alteração – aquela antiga “correção” – tanto por empregador como por empregado, que também não vai poder oferecer um pedido de indenização milionária. Porque o empregador vai ter um instrumento que lhe dá a presunção de veracidade por ser inviolável. E disponibilizar essa informação não só ao empregado, não só ao empregador, mas também ao Estado, também ao inspetor do trabalho, também à justiça quando for necessário.

Então, o que é esse sistema de registro eletrônico de ponto (SREP, como a gente fala)?

Trata-se do REP, que é o registrador eletrônico de ponto e o *software*, que o sistema que pode ser usado o sistema já montado por grandes empresas. Aqui nós temos um esquema de como funciona. Além desse sistema eletrônico do *software* e do *hardware* de que falei na última tela, aquela primeira linha azul apresenta o que é feito dentro do Ministério do Trabalho. Os nossos colegas – e eu tenho orgulho de dizer isso –, a nossa inspeção do trabalho tem colegas altamente capacitados. O nosso concurso está cada vez mais atraente, com mais candidatos e tem trazido a nós colegas altamente capacitados. Um exemplo deles é o Vandrei, que está aqui do lado. E colegas que conseguem montar, elaborar sistemas, alguns sistemas nós temos elaborados junto da Secretaria da Receita da Fazenda.

E nós montamos também – naquela primeira linha – um sistema que, usando as informações retiradas no REP (registrador eletrônico de ponto), o inspetor do trabalho pode colocar um *pen drive* e retirar as informações invioláveis, assim como a empresa pode fazê-lo. Esse *pen drive* leva informações para um sistema que faz o controle de jornada e que permite que, mesmo que a empresa tenha 5 mil, 10 mil, 20 mil empregados, como pode acontecer em grandes obras, ou em estaleiros – o sistema faça o tratamento dessas horas extras, no controle de ponto de jornada e já dá as horas extras que cada trabalhador tem direito e comparamos com o que foi pago na folha de ponto. Ou seja, a empresa correta fica protegida e a empresa que está competindo com a empresa correta passa a ter que apresentar dados corretos também, porque ela vai ser obrigada a recolher, a pagar ao trabalhador o que lhe é devido, a recolher todos os recolhimentos legais da mesma forma.

Essa segunda linha do meu esquema, que trata como se fosse uma fábrica e um outro quadrado que

seria como se fosse um retângulo, que seria como se fosse o escritório da empresa, na fábrica, ou na planta, ou no local de trabalho, ele teria um registrador eletrônico de ponto (REP), que é um aparelhinho pequenino e, cada dia, existem mais formas desse aparelho, mais modelos e fica mais barato. Hoje em dia, você já encontra REP de R\$1,2 mil.

E, de outro lado, é feito o controle, o *backup*, e o tratamento das informações que esse REP passa para o *software* da empresa. E aí ele trata na forma do controle de ponto, na forma da folha de pagamento. Eventualmente, o sistema da empresa pode ter até o controle da entrada, em termos de registro.

E essa última linha representa a inviolabilidade e a possibilidade de o Judiciário, o Ministério Público do Trabalho, inspeção do trabalho, terem acesso a essas informações invioláveis.

Por favor.

Esse sistema é tão bom que já ganhou o prêmio E-GOV em 2010. Esse prêmio foi promovido pelo Ministério do Planejamento, pela Associação Brasileira de Tecnologia de Entidades Estaduais de Tecnologias de Informação e Comunicação e uma grande comissão julgadora e foi considerado um prêmio inovador, justamente nessa parte do E-Governo.

Já posso dizer com orgulho a vocês que este ano esse sistema já está entre os 20 classificados para um outro prêmio de gestão de governo de 2011.

Por favor.

A Portaria nº 1510, então, trouxe algumas dúvidas aos empregadores. Tudo que é novo assusta, nos tira da zona de conforto. Toda mudança tira qualquer pessoa da zona de conforto, do que ela estava acostumada a fazer. E, na verdade, vocês veem, o ponto eletrônico data de quase 15 anos, 20 anos, muito tempo em que as pessoas se acostumaram a usar os próprios sistemas sem seguir as instruções do Ministério do Trabalho.

Quais eram as principais dúvidas? Primeiro, reclamavam do valor, que era seis mil cruzeiros. Foram baixando os cálculos, mas ainda os cálculos feitos pelos empregadores estão usando valores muito maiores do que tem na realidade. Hoje em dia já tem REP a partir de R\$1,2 mil. Também falavam em excesso de papel, em dizimar florestas inteiras. Colegas, o papelzinho é a do trabalhador. É a mesma coisa quando usamos o cartão de crédito: nenhum de nós precisa guardar o cartão de crédito, que é deste tamanhinho, mas queremos ver o valor que foi lançado, para evitar fraude, para termos uma comprovação. O mesmo acontece com a nota fiscal da Receita Federal do Brasil, que é exigida. Também acontece isso com o nosso próprio voto na urna eletrônica. O Brasil é reconhecido mundialmente pela excelência do nosso processo

de voto, pela rapidez e pela confiabilidade dele. Acho que, aqui, a maioria das pessoas sabe que o eleitor não leva o papelzinho para casa, mas que o Governo o imprime, para, no caso de qualquer dúvida, poder controlar depois.

Esta é outra dúvida dos empregadores: é possível fazer cópia dos dados, é possível fazer *backup*? Isso é possível o tempo todo. Em qualquer momento, em qualquer lugar, pode-se copiar. O arquivo Fonte de Dados é inviolável, é único e pode ser copiado em qualquer momento e em qualquer lugar.

Havia dúvida sobre a certificação, havia pedidos para que o Inmetro fosse inserido nesse processo. Quando eu sair daqui, vou diretamente para o Inmetro no Rio de Janeiro. O Ministério do Trabalho já tem termo de cooperação com o Inmetro sobre equipamentos de proteção individual desde 2007. Dentro da minha pasta que está em cima da mesa, há outro termo de cooperação que vai ser assinado hoje e amanhã – estamos tirando as últimas dúvidas –, justamente para que seja inserido o Inmetro nesse processo. E já há quatro órgãos técnicos altamente capacitados que são certificadores: um deles é do Paraná – inclusive, é conhecido da Ministra Gleisi Hoffmann, que já pôde assegurar que é um órgão extremamente confiável –, e os outros três são os mesmos certificadores da Receita Federal.

Também perguntam se é possível a adaptação dos sistemas de *software* já existentes. É possível, sim, adaptar os *softwares* já existentes. É preciso só comprar o REP, porque o sistema, o SREP, compreende o *software* e o REP, que é o equipamento que imprime o papel. Então, é possível essa adaptação.

Qual é a situação atual dos equipamentos? O Ministério tem feito vários adiamentos para que haja a aplicação obrigatória desse sistema para quem quiser usar o ponto eletrônico. O primeiro adiamento foi feito porque havia dúvidas se havia equipamentos suficientes no mercado. Há equipamentos em número maior do que o suficiente. E, com os adiamentos – sou sincera –, os próprios fabricantes têm tido um estoque enorme desses equipamentos. Já existem 117 equipamentos registrados. Há 29 empresas fabricantes do REP, muito mais do que empresas fabricantes das máquinas que fazem as notas fiscais eletrônicas da Receita. E as empresas fabricantes do *software* são 250. Há uma escolha enorme, e ainda há a possibilidade de adaptar os *softwares* já existentes.

Sabem quantos equipamentos já foram vendidos? Duzentos e sessenta mil. E cem mil empresas já estão usando esses equipamentos. Só pequenas empresas os utilizam? Não. A AmBev os utiliza, bem como o Carrefour, a Schincariol, a C&A. Um número

enorme de grandes empresas já se adaptou a esse sistema. Por quê? Por causa da segurança jurídica da empresa, para haver um bom ambiente e a confiança do empregado. Outras empresas assinaram um acordo coletivo de trabalho, que é previsto em outra portaria. Essa é outra forma de flexibilização que o Ministério do Trabalho e Emprego adotou, para facilitar formas alternativas de ponto eletrônico, que são obtidas por intermédio dessa outra portaria.

Como já falei, existem quatro órgãos técnicos, e o Inmetro está sendo inserido também agora. Então, qual é a situação atual da aplicação do Inmetro? O Ministério do Trabalho tem dado todas as oportunidades, tem escutado a sociedade. Já houve todas essas portarias. Já foram cinco prorrogações de prazo. Inicialmente, a própria Portaria nº 1.510 estipulou o prazo até agosto de 2010. A portaria seguinte prorrogou esse prazo até março de 2011, pois achavam que não havia número suficiente de equipamentos. Depois, pela Portaria nº 373, a terceira que ali está escrita, o prazo foi prorrogado até setembro de 2011, e se permitiu a adoção de sistemas alternativos eletrônicos mediante acordo coletivo de trabalho. Por que se disse acordo coletivo, não convenção coletiva de trabalho?

As Centrais, os trabalhadores solicitaram que assim fosse. Eles dizem: “Algumas vezes, posso confiar naquela empresa em que estou presente, que conheço. Mas uma convenção coletiva de trabalho seria para a atividade inteira”. E, algumas vezes, eles dizem que é melhor garantir a segurança do trabalhador empresa por empresa. E isso foi aceito.

Então, qualquer empresa que quiser um ponto eletrônico alternativo pode fechar um acordo coletivo de trabalho com os representantes dos seus trabalhadores. E já existem vários e de grandes empresas. Houve empresa que comentou conosco: “Minha empresa lida com 27, 28 sindicatos”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – Já estou terminando.

A Vale do Rio Doce, que trabalha com mais de trinta sindicatos, fechou um acordo coletivo de trabalho nesse sentido.

O grupo de trabalho tripartite chegou a uma conclusão, não por consenso, porque os empregadores não gostaram, recusaram-se a adotar a sugestão das Centrais, ou seja, dos trabalhadores, e do Governo, que era pela imediata implantação da Portaria nº 1.510, em 03 de outubro. E o Governo deu outra oportunidade de extensão de prazo. O assunto, agora, está na Casa Civil. O Ministro do Trabalho, Dr. Carlos Lupi, tem acompanhado atentamente essa questão, juntamente com a Ministra Gleisi Hoffmann, e há a continuidade

atualmente desse diálogo social, para mostrar à sociedade que esse trabalho é uma obrigação do Ministério do Trabalho, mas é também algo que beneficia a sociedade como um todo.

Quais são as conclusões a que chego agora? Lembro que estou com o chapéu não da Fiscalização; agora, estou representando o Ministro do Trabalho e Emprego. O Ministério do Trabalho e Emprego tinha a obrigação legal de expedir instruções e o fez da forma mais flexível possível. O Governo precisa garantir os direitos dos trabalhadores e a segurança jurídica das empresas, coibindo a competição desleal no mercado de trabalho. Para nós, a visão do Ministério do Trabalho, dos empregadores e das Centrais é a de que o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto, criado pela Portaria nº 1.510, não é problema, mas é solução para a questão da hora extra no Brasil.

Muito obrigada pela atenção de vocês. Mais informações estão sempre disponíveis no *site* do Ministério do Trabalho.

Obrigada, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Dr^a Vera Lúcia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, que aqui falou em nome do Ministro Carlos Lupi!

A sua explicação foi tão transparente, que é bom que a gente ouça o contraditório. Até agora, não entendi por que alguém é contra isso. Mas, talvez, eu entenda isso, ouvindo o contraditório, não é? Por isso, é bom ouvir as duas partes.

Isso não é obrigatório, mas cria o conforto legal. Sabe por que digo isso? Porque estou tentando formular, juntamente com os Senadores Ricardo Ferraço e Clésio Andrade, o Estatuto do Motorista. E a questão que ouço por parte dos empresários é esta: “Nós precisamos do chamado conforto legal. Precisamos saber onde é que estamos atuando. Então, provavelmente, chegaremos aqui com um texto conjunto de todos os empresários do setor do transporte e dos trabalhadores, para criarmos um guarda-chuva legal, para sabermos onde estamos navegando”.

O mesmo se dá – e achei interessante – na área da regulamentação da profissão de comerciário. Já está feito o acordo; empresários e trabalhadores sentaram – casualmente, o Senador Ricardo Ferraço também será o Relator dessa matéria – e chegaram a um texto comum. Vamos, então, apresentar uma lei que é a visão do empresário e do trabalhador.

Nessa questão – por isso, fazemos esta audiência pública –, gostaríamos de chegar a um entendimento. Pelo que vi, isso não é obrigatório, não é?

A SR^a VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já falei aqui que trabalhei na Eberle, que já mudou de nome, e também na Forjasul do Grupo Tramontina. Sempre bati o ponto, na maior tranquilidade. Nunca vi problema algum nisso. Para mim, isso não era problema. E entendo que isso não era problema também para o empresário. Trabalhei durante anos lá, e alguns amigos meus que entraram com uma ação na Justiça me perguntaram: “Tu não vais botar na Justiça, Paim?”. Eu lhes disse: “Não vou botar na Justiça, porque não tenho por que fazer isso”. Falo isso com a maior tranquilidade. Não é por alguém achar que há problema que tenho de colocar uma empresa na Justiça. Eu nunca coloquei uma empresa na Justiça – e lembro que, há dezenas de anos, sou trabalhador –, porque eu cumpria a minha parte, e as empresas cumpriam a delas comigo. Se a cumpriam, não havia por que colocá-las na Justiça. É claro que, quando a empresa não cumpre a sua parte, é preciso colocá-la na Justiça, pois aí há outra discussão entre as partes.

Então, estou muito tranquilo neste debate.

Dou esse depoimento. Alguém pode dizer: “Mas o Paim nunca colocou um empresário na Justiça?”. Nunca o fiz e fui assalariado durante mais de vinte anos.

Vamos lá!

Concedo a palavra ao Dr. Pablo Rolin, analista da área de relações trabalhistas, que representa aqui o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. PABLO ROLIN – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer o registro da presença aqui do grande Senador Cyro Miranda, que está sempre presente aqui, que é equilibradíssimo e que nos tem ajudado muito na construção de grandes entendimentos. Peço uma salva de palmas para o Senador Cyro Miranda. (*Palmas.*)

O SR. PABLO ROLIN – Bom dia, Exm^o Sr. Presidente, em nome de quem cumprimento todos os presentes aqui!

Primeiro, agradeço-lhes a oportunidade de discutir aqui a questão do ponto eletrônico, que é uma questão que tem trazido preocupação para a área empresarial.

Não obstante diversos e efetivos interesses em segurança e em proteção tanto por parte do trabalhador quanto por parte do setor empresarial, entendemos que o REP, da forma como se encontra, não é adequado para todo o País, em especial porque existem diversos outros sistemas, diversas alternativas que poderiam trazer segurança e proteção para ambos os lados sem a onerosidade que o REP traz.

Antes de começar a analisar o REP, acho que vale a pena falar um pouco sobre como se dava a questão do controle eletrônico antes da Portaria nº 1.510.

Como a Dr^a Vera falou, a legislação prevê a possibilidade de utilização de formas manuais, mecânicas ou eletrônicas de ponto. O registro manual é feito no papelzinho que todo mundo já viu em algum lugar. O registro mecânico é feito naquelas máquinas de ponto. E, de vinte ou trinta anos para cá, o que aconteceu? Com a tecnologia, com o Mac – acabamos de ver o Steve Jobs aí –, com o advento do computador, que hoje está popularizado no mundo todo, começou a haver o predomínio das formas eletrônicas para registro de ponto.

Quais são essas formas eletrônicas de registro de ponto? Na verdade, são diversas as formas possíveis. Não existe um só equipamento eletrônico. Para fazer a marcação do ponto, eram utilizados equipamentos eletrônicos parecidos com o REP, relógios de ponto, catracas, celulares. Nos últimos cinco ou dez anos, começou a ser feito o registro por celulares, e já ouvi até falar que, hoje, há sistemas para a utilização de iPad para fazer registro de ponto. Há uma inovação maior a cada dia. Eram utilizados também computadores, como faço na CNI. É importante ver que a maioria desses sistemas garantia ao trabalhador, de uma forma ou de outra, o acesso à informação do que estava sendo marcado. Obviamente, existem problemas. Existiam problemas? Existiam problemas, mas o mundo vem mudando e evoluindo da mesma forma que evolui o sistema de ponto e os sistemas eletrônicos. Isso está culminando num avanço maior, trazendo, cada vez mais, acesso à informação para todos.

O que acontece nessa questão? A partir do momento em que veio a Portaria nº 1.510, que surpreendeu todos, vincularam-se todas as formas de sistema de ponto eletrônico a um só aparelho. É um aparelho mesmo. Ou seja, acabamos com todas as formas alternativas, com todas as inovações tecnológicas que poderiam vir a ser criadas, com todas as outras formas de marcação de ponto possíveis, e passamos a utilizar só um aparelho, que é uma caixinha, o REP. A CNI entende que isso não pode ser adequado para todo o Brasil, para todas as realidades produtivas do País, para todas as relações do trabalho existentes. Um só aparelho não vai acabar com o problema de fraudes e não será o mais adequado para diversas atividades diferentes. Essa é a premissa que adotamos. O REP pode ser usado? Pode. Mas não pode ser o único a ser usado.

Como foi construído o REP? É importante ver que, efetivamente, existem ações na Justiça, o que é direito do trabalhador. Isso deve existir? Deve. Se há

problemas, é preciso reclamar. fazer denúncia ao Ministério Público do Trabalho, à Fiscalização do Trabalho, à Justiça do Trabalho, julgar, agir.

Mas isso não significa, a nosso ver, que há um cenário de fraude generalizada. Tanto que é importante ver que, em 2010, um dado muito interessante é que nós tivemos no Brasil 44 milhões de empregos formais, sendo que, em 2010, o número de ações iniciadas na Justiça do Trabalho foi de cerca de dois milhões. Com isso, vemos que o contexto não é nem de meio por cento de empregos formais/número de ações na Justiça. Não há o que dizer de fraude generalizada. É um entendimento que reputamos equivocado, em especial quando vemos que, fora todos esses números, a única pesquisa efetiva feita recentemente com relação ao número de ações na Justiça questionando horas extras e ponto eletrônico foi a de um pesquisador da USP, o Dr. Hélio Zylberstajn, que, em uma pesquisa no site dos TRTs de São Paulo e do Rio Grande do Sul, apontou que, respectivamente, São Paulo e Rio Grande do Sul, na segunda instância, ou seja, nos TRTs mesmo, o número de ações que questionavam o ponto eletrônico/hora extra, ao mesmo tempo, sem dizer qual foi o resultado do julgamento, era de 0,5% e 0,9%, respectivamente. Se existe o cômputo de 44 milhões de empregos formais em 2010, dois milhões de ações na Justiça e nem um por cento em dois dos maiores tribunais do País, na única pesquisa feita, eu acho que não dá para dizer que há um contexto de fraude generalizada.

Adotar o contexto de fraude generalizada e adotar uma regulamentação visando a ideia de fraude acaba sendo uma punição a todos. E esta é a forma como a CNI entende a questão: o REP é interessante, o REP pode ser utilizado, mas não pode ser único.

E o mais interessante é que a Justiça resguarda – o Dr. Vargas pode bem falar isso – os direitos dos trabalhadores em qualquer contexto de fraude. Ela aceita diversos meios de prova. Um papel provavelmente... Provavelmente não. Qualquer testemunha que chega lá e diz que o papel não é válido, o que a testemunha disser é muito mais acreditado do que o papel.

Os problemas relatados, sim, existiram. É uma questão de evolução da sociedade, uma questão de evolução dos sistemas, de alterações de rotinas que muitas vezes eram utilizadas como forma de gestão. Pode-se questionar? Pode, mas não quando falam de fraudar. Vamos modificar essas questões? Podemos modificar, mas não significa que seja fraude efetivamente.

Fora isso, tem outra questão, que é a fraude mais comum mesmo, a fraude mais danosa, a que eu acho que traz um sentimento mais triste para nós, que

é aquela de “vai lá, bate o ponto e volta a trabalhar”. Essa é a fraude mais comum. E essa fraude o REP não soluciona. Então, o que queremos? Queremos um equipamento a mais, estamos defendendo um equipamento extra, um conjunto de práticas legítimas. Eu acho que temos de pensar dessa forma, uma forma mais adequada.

Pois bem, tendo esse contexto de fraude generalizada, faz-se o diagnóstico – que achamos equivocada – de que a maior parte das empresas trabalha de forma errada, não respeita os horários marcados, que nenhum dos sistemas é bom e que, portanto, só o REP pode solucionar. Quando, na verdade, é o contrário: a fraude não é generalizada e a esmagadora maioria das empresas trabalha corretamente. Se havia 40 milhões de empregos formais e dois milhões de ações na Justiça em 2010, eu acho que dá para dizer, nesse sentido, que não há qualquer evidência de que os sistemas atuais provocam um elevado número de ações. Efetivamente, não há evidências disso. E mais, o REP não vai resolver o problema de fraudes, em especial dessa fraude de bate o ponto e volta. Não vai. Isso vai continuar existindo.

Então, dentro desse contexto, dessa visão que entendemos equivocada, vemos que ela pode até ser adotada, ou seja, podemos ter um REP como alternativa, mas é uma alternativa equivocada. Adotamos soluções equivocadas, ou seja, a adoção de um aparelho só, que, em tese, garante registros primários, que, em tese, vai trazer a solução para essa premissa de má-fé coletiva e que, em tese, é inviolável. E mais, o REP nem inviolável é. Muito foi dito que o REP é inviolável e que vai garantir 100% das informações nele registradas. Ele não vai. Ele pode e, infelizmente, ainda continua sendo alterado. Os dados ali lançados podem continuar a sofrer modificações como podem sofrer modificações de qualquer tipo de sistema eletrônico. O mais importante dos sistemas eletrônicos é o maior número possível de *backups*. Isso garante a informação, que o REP não resguarda.

É importante observar que boa parte dos números que falam de fraude nós entendemos que são meio equivocados, não trazem efetivamente uma base de cálculo que possamos examinar, e que o contexto de que a maior parte dos empregadores trabalha certo é um contexto mais correto. E mais: muito se fala que já foram vendidas 260 mil unidades de REP. Para falar a verdade, acreditamos que tenham sido vendidos em torno de 100 mil apenas, por algumas informações que colhemos. Se o REP é bom, ele vai ser utilizado. O que não pode é obrigar todo mundo a utilizar um só equipamento, uma só maquininha. Todos que já o ad-

quiriram, como foi o caso da AmBev, como foi o caso da Schin, salvo engano, podem continuar usando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me – eu desconto o tempo – apenas tirar um dúvida.

Pelo que percebi aqui, não é obrigatório. Ou é obrigatório? O senhor disse aqui... Só para ter claro o encaminhamento. O que não pode é obrigar todos a usarem esse sistema. Não é obrigatório.

A SR^a VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – O sistema de ponto eletrônico de REP não é obrigatório, mas se usar ponto eletrônico, o certo é usar um sistema que seja protegido, inviolável. Pode ser o REP ou um alternativo, por meio de acordo coletivo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi.

O SR. PABLO ROLIN – Só para complementar, o REP não é obrigatório. Você pode utilizar sistemas manuais e mecânicos, que são sistemas defasados, sistemas antigos, que estão ficando em desuso. Se for ponto eletrônico – o que a maior parte das empresas quer usar –, só pode ser REP. Então, é possível dizer que o REP é obrigatório para a maior parte da realidade operacional do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi.

O SR. PABLO ROLIN – Porque uma grande empresa não vai utilizar uma papeleta.

Pois bem, é importante trazer, só para acrescentar alguns dados, quais são os problemas gerais que a CNI tem visto com relação ao REP. Como eu havia dito, seria a única solução tecnológica, a única maquininha para todas as realidades operacionais do Brasil: 180 milhões de pessoas, 40 milhões de empregos formais, uma população cada vez mais crescente e um Brasil cada vez mais diversificado na produção.

O REP traz uma série de burocracias. Você tem de fazer diversos cadastros, você tem de ter diversos atestados, você tem de fazer alterações em todo o sistema que já estava em uso há cerca de trinta anos, de um dia para outro. É um gasto desnecessário de cerca de R\$6 bilhões, e os dados para isso são relativamente fáceis de serem vistos. Hoje em dia, o REP está na faixa de R\$1.200,00 algumas máquinas, mas a média de preço é de R\$3 mil. Se em torno de R\$3 mil temos uma demanda estimada de pelo menos R\$1 milhão, temos R\$3 bilhões. Fora todos os outros custos envolvidos na implantação do REP, como aquisição, modificação dos sistemas existentes, alteração das rotinas que já existiam. Então, você pode muito bem estimar em cerca de R\$6 bilhões, que não seriam necessários para a maior parte das empresas que trabalham corretamente.

Essa é a posição da CNI. E por mais que se diga que o REP... Ele respeita a livre iniciativa. Você pode escolher entre diversos aparelhos de um único tipo. Você não pode mais ter um contexto de evolução, de inovação tecnológica, com todos os diversos sistemas possíveis, porque, para ponto eletrônico, você só pode utilizar aquele equipamento. E acaba sendo também um retrocesso tecnológico porque, para micro e pequenas empresas e até para algumas médias empresas, como temos ouvido falar, para alguns setores específicos está havendo a opção de retornar ao ponto manual mecânico, pois o REP acaba não sendo muito adequado. Todos os outros contextos operacionais fazem com que o REP acabe sendo uma dificuldade e não algo que facilite.

Fora isso, o REP traz certa insegurança jurídica porque, por mais que seja admitido o *backup* das informações, ele é admitido, mas não tem valor legal. O art. 28 da Portaria diz que o único valor legal existente é o da memória física do REP. Está na Portaria. Se há perda da memória física, perde-se a informação. Por mais que haja um *backup* espalhado no sistema, esse *backup* não tem valor legal. Então, esse é outro problema de insegurança que temos.

A Portaria também prevê, no art. 28, que qualquer desconformidade dos sistemas eletrônicos em uso com o que dispõe a Portaria, por mais que o sistema esteja em uso e de forma absolutamente legítima, gera descon sideração do sistema. Portanto, se você não tem um atestado, por mais que o sistema esteja sendo usado da forma mais adequada possível, ele é descon siderado, e a empresa vai sofrer ação fiscal. Esse contexto preocupa bastante as empresas. Além do que, a certificação do REP ainda precisa de muita melhoria. O REP precisa de um certificado de conformidade com a legislação, mas esse certificado exige diversas questões técnicas que não estão muito bem esmiuçadas, não estão muito bem demonstradas. Esse é um fato que traz problemas no contexto de certificação e de adoção do REP para todas as empresas do País. Tanto que é importante dizer que, ao longo do tempo, nessa questão de certificação, foi-se colocando para as empresas fabricantes e para outras empresas novas obrigações que não existem na Portaria, como é obrigatório hoje em dia que para um aparelho ser homologado ele tenha duas impressoras. Isso não está na Portaria. E que certificação temos aí? Por que caminho é dada essa certificação? Não está... Precisa ser melhorado.

Muito se fala na negociação coletiva, que é um elemento mais do que importante em todo o contexto de relações de trabalho. Mas também temos de ser muito claros ao verificar que a negociação coletiva não

pode ser a única solução com relação ao aparelho. Em especial porque, no Brasil, como foi dito, estimamos a existência de cerca de 400 mil empresas com mais de cinquenta funcionários, mais de cinquenta empregados, que seria o universo dos que praticamente vão utilizar REP, que vão utilizar sistemas eletrônicos. Só que no Brasil temos cerca de trinta mil acordos coletivos. Não dá para dizer que é possível para todas as empresas. O acordo coletivo é importante para diversas empresas, mas não pode ser imposto a todas as empresas como forma alternativa de não adoção do REP. Até porque há realidades muito diversas.

Um exemplo que pode ser citado: uma grande empresa que tem estabelecimentos em diversos lugares do País pode ter de negociar com diversos sindicatos diferentes, sendo que uma parte aceita a adoção do REP e outra parte não aceita a adoção do REP; uma parte aceita negociar sistemas eletrônicos alternativos e outra parte não aceita negociar. Como fazer com essas duas realidades? E se no ano seguinte a realidade mudar? Uma série de dúvidas, uma série de questões que levam ao nosso questionamento de obrigatoriedade do REP ou de negociação coletiva e trazem uma insegurança muito grande para as empresas. De novo, negociação coletiva é importante, mas também não pode ser a única solução, até porque já temos a CLT, que abrange os diversos direitos no Brasil.

Por fim, do muito que foi falado, os empregadores trouxeram a proposta de um grupo de trabalho, já demonstrada em diversos lugares, para diversas pessoas, uma proposta que entendemos muito adequada, muito importante, porque respeita diversas premissas trazidas para o REP, diversas premissas trazidas para essa argumentação, que é segurança de informação, garantia dos dados, proteção aos trabalhadores e empresas, sem obrigar, efetivamente, a um tipo de equipamento só. Qual seria essa proposta? A coexistência de três possibilidades. Um, o REP continua aí e vamos passar por um processo de melhoria nele; um processo de melhoria na certificação; um processo de melhoria na questão do *backup*, para garantir a segurança da informação também; a utilização de outros sistemas eletrônicos alternativos, que fazem toda essa inovação tecnológica, desde que respeitem premissas de segurança, desde que seja possível a adoção de uma certificação digital para guardar os dados, para os dados realmente se tornarem imodificáveis; e a negociação coletiva também para outros sistemas mais flexíveis, que não seja só o REP ou esse sistemas eletrônicos que trazem essa série de questões. Então, esses dispositivos seriam para sistemas mais flexíveis, o que é muito adequado para as diversas realidades do País.

Só fechando eu acho que é importante, ao fazer a discussão do REP, pensar em duas questões muito fortes: uma regulamentação sobre a premissa da fraude sem vai representar punição a todos, em especial a todo mundo que trabalha corretamente. É isto que acontece no REP: você está punindo todo mundo que trabalha corretamente a adquirir um equipamento que não era necessário. E dentro do contexto do Estado de direito, todos são inocentes até que provem em contrário. E o inocente não precisa comprovar a sua inocência. Dizer que o REP...obrigar o REP a tratar todo mundo como fraudador. E mais, dizer que quem compra o REP está mostrando a sua boa-fé acaba sendo dizer que ele precisa comprovar que inocente. Acho que dentro do nosso contexto do Estado de direito, a gente não pode adotar premissas como esta. Por isso a gente entende que precisa realmente haver um pensamento, uma modificação dessa ideia do REP como única solução para o País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi o Dr. Pablo Rolim, analista da área de relações trabalhistas, que representou aqui o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI, que concorda que tem que haver o chamado respaldo jurídico nas relações, mas disse que esse não é o único sistema.

Depois, no debate, a gente vai aprofundando.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Vandrei Barreto de Cerqueira, auditor fiscal do trabalho, em representação a Sr^a Rosângela Silva Rassy, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT).

O SR. VANDREI BARRETO DE CERQUEIRA

– Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paim e demais presentes. É uma honra estar aqui para falar de um assunto que é de suma importância.

Queria começar falando de umas palavras-chaves que vocês vão ver na minha exposição logo adiante: sonegação e morte.

Vou começar minha apresentação propriamente dita. Estou aqui hoje para fazer a demonstração, do ponto de vista dos auditores fiscais do trabalho, ou inspetores, como a OIT prefere, sobre o sistema de registro eletrônico de ponto, representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, conciliando a segurança jurídica e livre escolha.

Algumas coisas serão repetitivas, mas é necessária essa repetição para deixar bem claro o que vai se falar. Uma rápida agenda sobre o que vai ser falado.

O controle eletrônico nada mais é do que uma adequação do legislador brasileiro à evolução tecnológica. Ele surge com a redação do § 2º do art. 74 da CLT que foi conferida pela Lei nº 7855. Essa altera-

ção permitiu expressamente que se fizesse o controle eletrônico, tirando uma lacuna legislativa que existia até então. Aí vocês estão vendo, os senhores e as senhoras, que permite agora o registro eletrônico – agora, uma curiosidade –: conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. Então, a que conclusão chegamos aqui? O Ministério do Trabalho e Emprego, ao deliberar pela modalidade de registro eletrônico de ponto, em nenhum momento, foi além do poder que os Srs. Legisladores mesmo conferiram a ele, de regulamentar. E justamente por isso, a regulamentação infralegal começou não existindo. Ela não existia, deixou-se pela boa-fé e acontece que, com essa boa-fé, houve o abuso.

Eu não estou dizendo que todo empresário faz isso, mas há sempre uma laranja podre numaranjal. E aí as laranjas podres do laranjal trouxeram uma preocupação, porque as auditorias fiscais que foram feitas nas informações de ponto revelaram uma necessidade de disciplinar o uso do ponto. Dessa forma, a gente conseguiria a promoção do equilíbrio no contrato de trabalho. Essa promoção do equilíbrio seria através de criação de mecanismos que inibissem a tal da fraude. E ele veio por intermédio da Portaria 1510, de 21 de agosto de 2009.

O histórico motivador, vale a pena dizer, era a existência de sistemas... Permitam-me, antes de falar de sistemas, fazer uma concessão aqui, para dizer que a culpa não é dos fabricantes do sistema, porque o fabricante atende a necessidade do cliente. Se o cliente pede a ele um sistema que tenha possibilidade de impedir marcação de determinados horários – “Ah, não; nesse horário eu não quero que ele marque ponto” –, o cliente sempre tem razão, então, ele tem que fazer um sistema que tenha essa capacidade.

Se eu quero um sistema que tenha a capacidade de fazer a marcação de ponto automática – “Ah, o trabalhador esqueceu” –, tudo bem, eu faço a marcação automática, o meu relógio faz isso.

O meu produto tem também uma coisa que chega a ser fantástica, eu diria que é a cereja do bolo: a marcação inteligente; é a inteligência artificial usada para o mal. Existe um algoritmo rodando dentro desses relógios de ponto que verifica as marcações anteriores para que os horários das marcações automáticas seguintes não coincidam com o horário anterior, evitando o ponto britânico: o item III da Súmula 338 do TST. Quer dizer, a que ponto nós chegamos!

Ainda dentro do histórico motivador, os sistemas têm possibilidade inclusive de corrigir o que eles chamam de marcação errada sem deixar vestígios.

E, por fim, a verdadeira cereja, a azeitona da empada: tecla fiscal, muitas vezes o Ctrl F. Ele corrige

todas as marcações sem deixar qualquer vestígio. A AFT vai lá, pega a listagem e vê: “Não, essa empresa está com o ponto todo bonitinho”. Quando, na realidade, foi tudo feito para maquiar uma situação fraudulenta. Estou, mais uma vez, afirmando: o bom empresário não faz isso. Mas a gente tem que botar parâmetros para corrigir a conduta do mau empresário. E o regulamento tem que ser genérico. A aplicação desse regulamento vai incidir tanto sobre o bom empresário quanto sobre o mau empresário. E, é lógico, decisões judiciais muitas, contrárias ao sistema. Todo juiz do trabalho hoje tem que desconsiderar as marcações de ponto. Por quê? Porque elas são inverídicas, elas não dizem a verdade, manipulam-se os dados sem deixar qualquer vestígio.

O Srep não é a solução ideal, mas é a solução possível. Existem outras características que poderiam ser colocadas no Srep, e eu trago mais uma aqui não está nem na apresentação, que seria a computação quântica, que hoje é uma teoria, não existe na prática. Bits e byte você manipula sem deixar registro, já a computação quântica, se você alterar uma coisa, você tem como auditar e verificar que houve essa alteração. Quantos de nós já não nos deparamos com montagens perfeitas feitas no Photoshop?

Se você consegue fazer isso com uma sequência de *bytes* complexa, que é uma imagem, imagine com uma mera marcação de ponto.

Aí se fala que a certificação digital seria uma solução. Mas ela encareceria o sistema. Imagine você colocar certificado digital na mão de cada trabalhador! São R\$300,00 por ano. Não é necessário chegar a esse ponto. Querem chegar a esse ponto? Só vai onerar mais ainda o empresário brasileiro. Salvamento das informações num banco de dados público, em que você não teria interferência de ninguém, como hoje é feito na nota fiscal eletrônica, o tal do Sped. Você precisa ter Internet 100% do tempo, mais custo e inviabilidade; uma frente de produção de cana-de-açúcar precisaria ter Internet via satélite para chegar lá. Então, é inviável.

Além disso, é necessário o recibo das horas prestadas. No sistema manual, há como se confirmar isso pela folha de ponto. A adulteração na folha de ponto pode ser percebida por rasuras.

O sistema mecânico tem o cartão de ponto. Sua adulteração também pode ser percebida por rasuras. Já no sistema eletrônico, *bytes* manipulados, unilateralmente. Não há como periciar essa informação. Solução? Cria-se o REP, que é uma linha de equipamento – vamos deixar bem claro que existe REP para todo tipo de gosto, para todo tipo de preço, para todo tipo de bolso –, que tem alguns requisitos essenciais e que

torna essa alteração, essa adulteração detectável, não impossível, mas detectável.

O Srep é composto de duas premissas: a rigidez no *hardware* e a liberdade no *software*. Até pelos próprios nomes das palavras anglicanas que estou trazendo aqui, o *hard* é realmente o difícil, o duro, que é equipamento físico; o *software*, você pode mudar a qualquer momento. Então, partindo dessa premissa, os equipamentos preservam a informação de batida no seu estado bruto. Essa preservação de batida no estado bruto fica na memória de registro de ponto, a chamada MRP, que tem como característica o fato de ser inviolável, de ser incremental, ou seja, você só pode adicionar registros a ela, e de ser sequencial. Sempre depois do registro 01 vem o 02, 03, o que torna mais fácil a realização da perícia.

Além disso, há uma questão com que vamos lidar lá na frente, que é a impressão do comprovante. Aguardem porque vamos conversar sobre isso.

Para verificar toda a rigidez, toda a transparência desse processo de certificação dos equipamentos, terceiros de renome verificam a conformidade. São empresas privadas, são instituições públicas, são institutos de pesquisa que se cadastram. O Inmetro foi convidado; num primeiro momento, não tinha interesse, talvez sobrecarregado com muitas outras atribuições, mas existem empresas que fazem essa certificação.

Esse modelo é muito semelhante ao que a Anatel – eu já fui advogado da Anatel –, lá, para homologação de equipamento, existe a Resolução 242, de 2000, que fala sobre os requisitos para o equipamento de telecomunicações ser homologado. A indústria eletroeletrônica não reclama porque ela manda para laboratórios credenciados pela Anatel, não necessariamente o Inmetro, e esses equipamentos são avaliados, rigorosamente avaliados pelos institutos de pesquisa de certificação e de conformidade, que depois informa, por um relatório, à Anatel se aquele equipamento está ou não em conformidade. Se está em conformidade, ele é homologado pela Anatel. Nós temos um sistema que funciona de maneira muito similar ao CAs, aos EPs que a gente tem. Manda para o Inmetro, o Inmetro tem todo o processo de conformidade e informa ao Ministério do Trabalho: “Olha, esse equipamento está conforme às normas regulamentadoras, então, pode receber o CA”. E aí é emitido o CA. Da mesma forma que é feito na Anatel pode ser feito com relação aos REPs, e já é feito.

Contrapondo a rigidez no *hardware*, a liberdade no *software*. A gente está aqui respeitando a propriedade intelectual, não estamos interferindo no sistema de gestão. Se a empresa tem um SAP, tem algum sistema de gestão de recursos humanos, ela pode simplesmente

te fazer um programa de importação desses dados e jogar no seu SAP; não há impedimento nenhum, não existe nenhum tipo de impedimento a se fazer isso. Com isso, a gente preserva as regras de negócio, segredos comerciais; não há interesse nenhum do Ministério do Trabalho e emprego em ter acesso a código fonte de qualquer empresa que seja. A liberdade é total.

Os arquivos gerados são de três naturezas. Há o AFD, que é o arquivo de fonte de dados que vem do REP, que são os dados brutos, são as batidas – não diz se é entrada ou saída. Esses dados depois, pelo *software*, são feitos pela própria empresa ou por uma *software house*, viram arquivos de fonte de dados tratados e arquivos de controle de jornada para efeito fiscal. Qualquer *software* de tratamento pode ser feito em qualquer linguagem, desde que dê o resultado dentro do que a Portaria 1510, de 2009, diz.

Aí fala sobre os arquivos AFD e ACjef, que enquadram cada registro do arquivo bruto, que é o AFD, incluindo e excluindo marcações com suas respectivas justificativas e, por fim, a única exigência que existe: a assinatura do termo de responsabilidade. Você se responsabiliza que aquelas informações são verídicas, porque aí você não tem como se eximir de penalidades administrativas, de penalidades de natureza civil e de natureza criminal. Aqueles dados têm que estar em conformidade. Dessa forma, estamos evitando a burocracia de as empresas terem que fornecer um código fonte toda vez que alterarem um *software*; evitando essa burocracia; temos uma liberdade muito maior.

Aquela questão que eu disse que ia tratar, que é da emissão do comprovante, que eu acho de suma importância, é uma via do trabalhador, de impressão imediata. Ela serve para o trabalhador conferir a hora e guardar pelos cinco anos da prescrição trabalhista. É útil também na hora de conferir o tal do espelho de ponto, que está previsto, e aí pode ser descartado; pode ser destacado depois de conferido. “Conferiu? Ah, tá bom! Então, vou guardar só o espelho de ponto.” Você tem com isso a bilateralidade da informação, não fica só em poder do empregador, traz um reequilíbrio contratual e pode ser verificada imediatamente a fraude, a adulteração no REP. O trabalhador pode verificar isso imediatamente e denunciar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

E há mais um *plus*: ele inibe marcar saída e voltar ao trabalho. De que forma? Bem simples. Se hoje marca-se a saída num REP e retorna-se ao trabalho, na hora que a fiscalização bater lá, a fiscalização tem como tirar o relatório das movimentações das últimas 24 horas ou o relatório de todas as movimentações. O primeiro vai impresso num papel e o segundo, no *pen drive*. Com isso, temos como observar: “Eu constatei

que José da Silva está trabalhando depois do expediente; são seis e vinte da tarde, ele está lá, continua trabalhando. Eu vou ver aqui”. Ele bateu o ponto de saída? Bateu. Antes, eu não tinha condições de fazer isso, porque, quando eu pedia o relatório, o pessoal dava lá o Ctrl F, e aí o relatório aparecia bonitinho: “Não, o José da Silva não fechou o ponto dele não; o ponto dele está aberto”. Quer dizer, o ponto dele. Ele só iria receber hora extra no dia que o fiscal fosse lá.

Dessa forma, você inibe, porque, a qualquer momento, o fiscal pode chegar lá e verificar que está havendo batida de ponto e o trabalhador continua trabalhando. A empresa – a má empresa, por favor –, a má empresa vai se sentir inibida a forçar o trabalhador cometer essa fraude. É uma questão em que ninguém tinha pensado ainda, mas, de fato, a cultura do certo faz com que o errado deixe de existir. É o exemplo de Brasília, onde todo mundo para antes das faixas de pedestres, isso é louvável. Mas isso só aconteceu por quê? Porque houve um policiamento, houve todo um trabalho de conscientização, de policiamento, de autuação para que, quando você está atravessando uma rua na faixa, o carro que estiver vindo pare e dê passagem ao pedestre.

Então, é preciso a gente educar os maus empregadores.

Esta é a questão que eu queria trazer, polêmica: recuperação de R\$10 bilhões por ano. Eu não quero tecer detalhes aqui porque esse é um dado aproximado. Porque a gente considera que a massa da RAIS hoje é de R\$1 trilhão. É pago R\$1 trilhão por ano! Isso significa que, se 1% – 1% – dessas horas forem sonegadas, há R\$10 bilhões para entrar no mercado. É algo a se pensar. Isso significa também, gente, R\$8 bilhões de FGTS que, em suma síntese, seriam 440 mil casas populares sendo construídas com esse dinheiro. E vocês, senhores empresários, é que vão construir essas casas. O Governo não tem pedreiros, não tem mestre de obra, não tem engenheiro civil, não tem arquiteto, então, quem vai fazer? Esse dinheiro do FGTS reverte para vocês. Isso é um círculo virtuoso.

Falando em virtuosidade, vamos pensar no lado positivo: impacto da redução das horas extras. Supondo 10 horas extras semanais. O trabalhador trabalha duas horas, só as duas de lei por dia, de segunda a sexta. Considere na empresa 44 trabalhadores que deixam de fazer essas horas extras: a empresa vai ficar no prejuízo. Há 440 horas a serem repostas. Como ela faz? É simples: contrata dez trabalhadores. Dez trabalhadores! Para cada 44 trabalhadores, com a jornada hoje de 44 horas semanais, são 10 trabalhadores novos só por 2 horinhas por dia, de hora extra, que se deixa de ter. O REP consegue isso, porque ele inibe que as ho-

ras extras sejam feitas. Por que ele inibe que as horas extras sejam feitas? Por um motivo bem simples. Se elas forem feitas, elas vão ficar lá no equipamento. O equipamento não tem como ser alterado, então, tem que pagar. Ou paga ou paga com uma multa ainda por cima, ou então paga com uma multa e uma indenização judicial que o Judiciário vai dar. Com isso, reduzem-se as horas extras. Reduzindo as horas extras, abre vaga no mercado de trabalho.

Há vantagens para a empresa também. O mau empregador agora vai ter que concorrer com igualdade de condições com o bom empregador. O mau empregador tinha uma margem de lucro maior. Por quê? Porque o trabalhador dele fazia hora extra, mas ele não pagava. Então, ele tinha condições de vender o produto mais baixo. Agora, vocês, bons empregadores, vão competir em pé de igualdade.

Além disso, há um detalhe: o trabalhador que trabalha oito horas por dia está menos cansado, consequentemente, vai haver uma redução de acidentes de trabalho – isso é uma coisa que importa a nós, inspetores do trabalho – e uma coisa que importa aos senhores empresários: paralisação de produção por falha humana. A falha humana muitas vezes acontece por fadiga do trabalhador. Não ocorre nenhuma fatalidade com o trabalhador, mas o prejuízo do empresário é de milhões de reais.

Continuando sobre o impacto... Vamos continuar nas vantagens da empresa para a gente tentar vencer esse medo todo que o empresariado brasileiro tem da adoção do REP. Gente, se eles estão com tanto medo assim é porque o sistema realmente vai tirar esqueletos do armário; será? Pelo menos do armário dos maus empregadores.

O trabalhador menos cansado para a empresa significa um empregado mais atento, um empregado mais satisfeito e um empregado mais produtivo. O empregador perde no varejo porque ele vai ter que contratar mais gente, mas ganha no atacado, porque deixa de pagar hora extra. Hora extra é pelo menos 50% mais cara. Dependendo do acordo coletivo ou convenção coletiva, pode ser 100% ou até mais. Além disso, o empregado mais produtivo significa que vai fazer o produto que ele tem que fazer em menos tempo, vai prestar o serviço que ele tem que prestar com maior presteza e maior rapidez, dando maior margem de lucro para o empregador.

Queria finalizar com aquela palavra que falei: morte. Temos uma estatística alarmante. Considerando a existência de um número baixo de auditores fiscais do trabalho no relatório da OIT, de 1992, que traz um número da ordem de 3.500 fiscais do trabalho, hoje estamos na casa de 2.800.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VANDREI BARRETO DE CERQUEIRA – Já estou concluindo.

O baixo número de FTs, uma redução, nos últimos 20 anos, de cerca de 20% dos quadros, e o aumento da economia do Brasil – nos últimos 20 anos o PIB do Brasil quase dobrou – fazem com que tenhamos a impossibilidade de analisar todos os acidentes de trabalho. Consequentemente, essa análise não vai abranger todas as situações. Para piorar, os sistemas de ponto – os do nosso histórico – são, na sua grande maioria, fraudulentos. Consequentemente, não podem ser levados em consideração na análise de acidente de trabalho. Mas, ainda assim, dos acidentes de trabalho dos últimos cinco anos, tivemos 430 acidentes causados por sobrejornada. Entenda-se por sobrejornada o seguinte: exiguidade de intervalo entre jornadas, exiguidade de tempo para refeições ou repouso durante a jornada, fadiga ou diminuição do estado de vigília. Essas três causas de acidente de trabalho causaram 430 acidentes nos últimos cinco anos, dentre os quais 167 foram fatais.

O que isso significa, em números? Quase três mortes por mês, por excesso de jornada. São três famílias destruídas por mês, por excesso de jornada. Pensem nisso, Sr^{as} e Srs. Três famílias destruídas por mês, por excesso de jornada. O REP vem para terminar com isso. Pensem bem, três famílias destruídas por mês.

Muito obrigado e bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Dr. Vandrei Barreto de Cerqueira, auditor fiscal do trabalho, que aqui representou a Sr^a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Luiz Alberto de Vargas, desembargador do Rio Grande do Sul, em representação ao Sr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Anamatra.

Por entendimento que fiz aqui com o Sindicato dos Trabalhadores, o Dr. Pedro Parizi, Diretor de Relações Governamentais do McDonald's, falará na segunda Mesa, quando falará o sindicato que tratará do tema McDonald's.

Agora, o Dr. Luiz Alberto de Vargas.

O SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Senador Paim, na pessoa de quem saúdo os palestrantes; Sr^{as} e Srs; Srs. Senadores; Srs. Deputados; quero saudar o Senador Paim, que é um conhecido nosso, um lutador incansável pelos direitos dos trabalhadores.

Sobre o que estamos falando aqui, creio que as intervenções do Ministério do Trabalho e do Sindicato dos Auditores Fiscais demonstram bem a importância do tema. Estamos falando de uma verdadeira calamidade.

dade. São mais de 20 bilhões que estão deixando de ser pagos aos trabalhadores na forma de horas extras não pagas. Isso representa uma enorme sonegação previdenciária e uma enorme sonegação fiscal.

Sabemos da luta histórica dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho e pela jornada de oito horas, e estamos aqui diante de um dos maiores defensores da redução da jornada de trabalho no Brasil para 40 horas, colocando no patamar dos países desenvolvidos, em geral.

Qual é a grande dificuldade? No Brasil, trabalha-se muito mais que 44 horas semanais. E pior, trabalha-se muito mais que as 44 horas previstas em lei e essas horas não são pagas. Faço essa constatação, como juiz do trabalho, mas é uma constatação que todos os juizes do trabalho do País fazem, e também todos auditores fiscais do Ministério do Trabalho. Isso não é um dado aleatório, é um dado empírico, é um dado efetivo que está documentado em toda a Justiça do Trabalho.

O nosso representante do empresariado apresentou uma pesquisa que foi feita por um professor de São Paulo. Eu não tive a possibilidade de ler essa pesquisa e ela não foi apresentada em lugar nenhum, só sei da pesquisa pela manchete de jornal. Mas ele é, usualmente, citada pelos empresários em todos os debates.

O que eu posso dizer aos senhores é o seguinte: ninguém no Rio Grande do Sul pesquisou o processo para fazer essa pesquisa. O próprio autor da pesquisa, pela notícia do jornal, fez a pesquisa pela Internet, usando buscador o buscador do próprio Tribunal do Trabalho.

Eu conversei com o setor de informática do meu Tribunal e pedi para eles uma posição se seria possível fazer pesquisa científica e estatística por meio do buscador do Tribunal. E a resposta foi absolutamente negativa. Por quê? Porque o nosso buscador tem um limite. A busca é por palavra-chave e quando se atinge um número absurdo de dois mil, três mil resultados o buscador cessa. E esse professor fez o seguinte: ele cotejou dados estatísticos do relatório anual do Tribunal, com o buscador que ele colocou, ele chegou a um número absolutamente ridículo. Uma pesquisa com metodologia completamente equivocada. Tanto é assim que esse professor não se apresenta e também não apresenta a sua pesquisa para que possamos conhecê-la, saber que metodologia foi usada.

É com esses dados que os senhores empresários vêm aqui e pretendem infirmar o dado que trazem os juizes do Trabalho de todo o País em relação ao descumprimento reiterado das horas extras pelas pequenas, pelas grandes, pelas enormes empresas do País; todas sonegam horas extras.

O ponto eletrônico foi criado em 89 por modificação legislativa e certamente o nosso legislador não previu as consequências que teria essa modificação para a realidade trabalhista do Brasil. A Justiça do Trabalho vem há anos exercendo a sua função, tentando regular o contrato de trabalho, garantir os direitos dos trabalhadores, garantir, principalmente, o pagamento das horas extras trabalhadas.

O sistema legal até então existente se baseava nos registros físicos, seja anotação em papel, caneta etc., ou a marcação pelo famoso relógio-ponto de que falou o Paim. Todas essas alterações, se acontecessem, elas evidenciavam rasuras, como bem disse o nosso auditor fiscal. Com o ponto eletrônico essas rasuras desaparecem. Mas – e isso é importante que os senhores percebam –, todo o trabalho da Justiça do Trabalho para levantar a realidade contratual, que se baseava muito em testemunhas, ela fica prejudicada, porque aquela famosa prática – estamos falando dos maus empregadores – que exigia que o empregado cumprisse a jornada de trabalho, batesse o ponto e voltasse para trabalhar, essa sistemática não pode mais ser constatada, nem pelo fiscal trabalhista, nem pelo juiz do Trabalho, porque agora o empregado continua trabalhando e o ponto marca sozinho. Ele marca o ponto às 10 da noite e o sistema automaticamente volta o final da jornada para 6 da tarde, e com uma sofisticação de não colocar 18 horas, mas 18 horas e dois minutos, 18 horas e três minutos; 17 horas e 54 minutos... Para quê? Para enganar juiz do Trabalho, para que não constate a fraude. E o sistema que havia no mercado, eles se jactavam disso e diziam: “olha, comprem esse sistema que os senhores passarão a se despreocupar em pagar hora extra para o empregado. Ora, nessas circunstâncias os juizes do Trabalho do País todo, através da sua entidade nacional, a Anamatra, em dois congressos, pediram encarecidamente ao Ministério do Trabalho que regulamentasse a matéria da forma que está previsto do próprio art. 74, da CLT. Como disse bem a Drª Vera, o artigo prevê que “o ponto eletrônico será adotado conforme instruções do Ministério do Trabalho.”

Os juizes do Trabalho, constatando isso, a impossibilidade, hoje, de bem cumprir sua função, pediram – e felizmente conseguiram – que o Ministério do Trabalho viesse a editar a Portaria nº 1.510, que para nós é a redenção da Justiça do Trabalho; é a possibilidade de a Justiça do Trabalho voltar a ter controle em relação à realidade contratual de trabalhador e empregado chão de fábrica, ou chão da loja etc.

É o momento em que podemos recuperar a possibilidade de termos um processo que restitua a verdade contratual. Lamentamos muito que essa portaria, por

pressão dos senhores empresários, tenha sido adiada tantas vezes. Mais de uma vez eu mesmo fiz apelo ao Ministro no sentido de que mantivesse a portaria em vigor nas datas previstas. Infelizmente, houve essas sucessivas prorrogações. Ainda bem que, me parece, a partir do ano que vem ela entrará plenamente em vigor e esta será a última prorrogação. Nesse período todo se abriu negociação com os empresários; se trouxe o debate; foram feitas discussões tripartites; e o que tenho a dizer é que, infelizmente, tudo o que ouvi aqui do Dr. Pablo é a mesma repetição do que tenho ouvido nestes últimos dois anos: que o REP é um aparelho.

O REP não é um aparelho, o REP é um conceito, e ele se resume em um conceito o mais simples possível. Se foi feita a marcação de ponto, ela não pode ser alterada. Por ninguém! Nem mesmo pelo proprietário do sistema. É isso. Exatamente isso! O centro do REP é esse conceito de inviolabilidade. Ele precisa ser assim, se assado... Não! É isso, o conceito.

O mercado, os senhores fabricantes é que desenvolverão o REP, ou já desenvolveram, e há um REP diferente do outro, de uma tecnologia e de outra. Tem REP com entrada biométrica, com o dedo; tem outro que entra com a marcação do cartão. Enfim, qualquer REP é admissível, qualquer aparelho é possível. Só tem essa exigência: o registro não pode ser alterado. Qual a dificuldade de compreendermos isso? Onde está a pretendida extrapolação do Ministério do Trabalho em regulamentar isso de maneira tão clara? Que o REP irá inviabilizar avanço. Ao contrário, ao contrário de uma regulamentação excessiva, pesada, detalhada, exigindo que o aparelho tenha essas características, um verdadeiro check-list de características.

Os técnicos do Ministério do Trabalho tiveram a inteligência, a criatividade de estabelecer um modelo aberto, que propicie a colaboração das empresas fabricantes; colaboração e competição pelo mercado, evidentemente. E a cada dia surge um REP diferente, que agrega maior funcionalidade, que permite outras coisas, e todos eles são factíveis, são certificados em seu funcionamento, desde que cumpram a sua finalidade essencial – e para isso a certificação. Ou seja, que eles impeçam a adulteração dos registros de ponto.

Também não é verdade que os registros produzidos pelo REP serão mais uma prova documental que não será aceita pela Justiça do Trabalho.

Eu já tive ocasião de dizer isso na comissão tripartite, e repito, aqui, novamente, perante o Senado: para que os Srs. Senadores, ao votarem esse Projeto de Decreto Legislativo, tenham isso em conta. O bom empresário será, talvez, o maior beneficiário do sistema REP. Por quê? Porque a documentação que será produzida nos seus relatórios, com base nesse siste-

ma, terá um grau de confiabilidade que, possivelmente, afastará nos processos judiciais a possibilidade de impugnação pela via de testemunhas. Ou seja, os senhores empregadores passam a deter um documento que será extremamente valioso para fins de prova nos processos judiciais em que se discute horas extras.

O que mais os senhores empresários gostariam em relação a essa matéria? Será que a produção de um documento tão confiável, que propicia tanta segurança jurídica, não vale a pena os R\$1.200,00 de investimento? Acredito que sim, até porque, como disse bem o empresário, o representante dos empresários, o Dr. Pablo, os empresários não querem mais trabalhar com o cartão de ponto tradicional; querem trabalhar com sistemas eletrônicos. A única exigência é que esses sistemas eletrônicos sejam confiáveis. Ah, mas não é possível garantir que a memória não se perca.

O Professor Carlos Ávila, da UFRJ – não sei se compareceu hoje, ele está convidado a participar aqui –, garantiu que a memória do REP funciona por mais de cem anos. Essa é a garantia, não precisa fazer *backup* diário, semanal. Ou seja, a garantia é muito grande. Eu não vejo como possa haver desconforto dos senhores empresários em relação a isso, se estão ganhando, na verdade, segurança jurídica.

Outro ponto que me parece bastante importante. Por que o comprovante do trabalhador? Por que o trabalhador vai ganhar um tíquete com o seu horário de trabalho? Porque isso será a garantia de cidadania para o trabalhador.

Hoje nós temos uma coisa que, talvez, Senador Paim, mereça uma audiência pública, que é a questão do banco de horas. Com o banco de horas o trabalhador não tem mais nenhum controle. O trabalhador não sabe mais se está trabalhando uma jornada normal, ou se é uma jornada compensada, ou se ele vai ter essa hora paga. Ele perdeu completamente o controle. Com o REP e esse comprovante que ele recebe, ele passa a ter a possibilidade de controlar o banco de horas. Sem dúvida esse é um instrumento de cidadania que dá segurança ao trabalhador e dá segurança ao empresário, e viabiliza o banco de horas.

Senhores, hoje a confusão e a insegurança estabelecidas com o banco de horas é tão grande que, se nós não tivermos uma maneira segura de controle de horas, de confiabilidade como se tem com a REP, eu – não quero ser pitonisa – acho que vamos ter que acabar com o banco de horas; vamos ter que acabar com a legislação que permite o banco de horas. Se não há segurança jurídica alguma, nem controle, como é possível estabelecer compensação pelo banco de horas? Então, ou se estabelece um sistema seguro, como o REP, ou então vamos pensar seriamente em acabar

com a legislação que permite o banco de horas no país. O que é impossível é continuar do jeito que está.

Eu gostaria de falar alguma coisa sobre os chamados sistemas alternativos. E aí já entra um pouquinho na proposta que o Dr. Pablo apresentou.

Segundo o Dr. Pablo, nós poderíamos ter três tipos de controle: o REP; o sistema alternativo, negociado entre parceiros sociais; e um terceiro, que é apresentado pelos empresários, que seria um sistema alternativo não concertado coletivamente e que propiciaria segurança.

Esse terceiro sistema não existe porque, ou esse sistema é confiável e cumpre os requisitos do REP, especialmente a inviolabilidade dos registros... Então, se cumpre tudo isso, não é alternativo, é REP. Agora, essa é a questão. Não se está propondo um sistema alternativo que cumpre o REP, mas um sistema não REP, ou seja, não um sistema que torne invioláveis os registros. É isso que está sendo proposto, o que é inaceitável. O ponto central é este. Não há nenhuma objeção a qualquer sistema alternativo, desde que cumpra os requisitos do REP. E se cumpre, já é REP.

Então, não existe a terceira via. Ao menos a terceira via em termos de um equipamento confiável que resguarde a inviolabilidade dos registros e garanta a bilateralidade desses registros.

Para terminar, só queria dizer para os senhores o seguinte: este País está dando passos largos para se tornar um País desenvolvido e que orgulha todos os brasileiros. A modernidade alcança todas as esferas da vida pública e privada brasileira. Então, já é tempo de darmos mais esse passo civilizatório. Em outros países avançados, não se discute horas extras, ou seja, se são pagas ou não, pois não passa na cabeça dos empresários não pagá-las. A cultura do país não aceita que um empresário utilize o trabalhador em certo horário e não pague hora extra. Mas estamos longe disso no nosso País. Estamos discutindo uma máquina para garantir que o empregado ganhe as horas extras e para que o Estado tenha o recolhimento dos tributos incidentes. Mas os empresários não vêm com maus olhos todos os avanços tecnológicos que se lhes exigem, por exemplo, para certificação de produtos exportados. Um pé de laranja tem que ser certificado, de onde vem a laranja, quem a colheu, qual a data, as condições climáticas, tudo. Por que não podemos usar essas tecnologias a favor da moralização da relação de trabalho? É um novo passo civilizatório.

Como bem disse aqui o nosso auditor fiscal, será que o que está faltando ao País é pensarmos de maneira positiva, para frente, para termos um trabalhador satisfeito, integrado, produtivo, orgulhoso da sua empresa? Ou será que vamos continuar trabalhando

nos parâmetros antigos, ou seja, aquela coisa antiga, arcaica, cada um cuidando do seu, querendo o que é seu, levando vantagem em tudo? Vamos superar isso no País.

A Justiça do Trabalho pretende ajudar nesse processo. Ninguém quer punir ninguém. Acho que o que precisamos agora é construir uma nova relação e avançarmos para o desenvolvimento do País com novas perspectivas e novos desafios, superando coisas arcaicas que devem ficar no passado. E uma das coisas que têm que ficar sepultadas no passado é o não pagamento de horas extras ao trabalhador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Desembargador do Rio Grande do Sul, representando o Sr. Renato Henrique Santana...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Desembargador do Rio Grande do Sul, Luiz Alberto de Vargas, representando o Sr. Renato Henrique Santana, Presidente da Anamatra. E me permita que o diga, conheço-o desde o dia em que você era estudante. Eu era um pião metalúrgico e já dialogava com você, e você como estudante, sempre defendendo os interesses dos trabalhadores, ajudando e orientando o movimento sindical. Você sempre foi um conselheiro naquele tempo. Embora jovem estudante já nos orientava muito.

Posso dizer que a Lei do Aviso Prévio foi um processo principalmente da Anamatra. Se a Anamatra não tivesse encaminhado aquele projeto, estabelecido um debate, com audiências públicas no Congresso, o Supremo não teria aprofundado o assunto e dito: ou o Congresso vota ou eu decido. Daí então o Congresso votou. Parabéns à Anamatra.

Vou pedir aos meus convidados que retornem ao plenário e os que estão principalmente na primeira fila... O Pedro fica, porque ele vai participar da segunda Mesa e quero que ele fale no mesmo momento em que vão falar os sindicatos. Quero chamar o Sr. Francisco Calazans Lacerda, Presidente do Sinthoresp; o Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário Nacional de Relações de Trabalho da CUT, representando aqui o Arthur; quero convidar a Lady Australino Souza (???), Diretora da Central Sindical, que representa aqui o Presidente Calixto, que está no plenário, mas fez questão de manter a indicação. O Calixto provavelmente fará um comentário em um segundo momento. Pediria que os meus convidados sentassem na primeira mesa, os que estavam no painel, porque depois terão que interagir no debate. Assim, pediria que se sentassem de preferência na primeira mesa do plenário, já que depois vai se iniciar o debate e todos terão direito à palavra.

O Pedro Parizi, Diretor de Relações Governamentais do McDonald's, a Sr^a Lady Australino Souza

(???), Diretora da Central Sindical, representante do Calixto que está no plenário e também está na Mesa. O Francisco Calazans Lacerda que também está na Mesa, e o Manoel Messias Nascimento Melo também já está na Mesa. Enfim, todos estão na Mesa.

Pediria, então, que os meus convidados ficassem nessa primeira fila, pois depois teremos o debate com a participação de todos.

Neste momento, vou passar a palavra ao Francisco Calazans Lacerda, Presidente do Sinthoresp.

O SR. FRANCISCO CALAZANS LACERDA – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

De início, sinto um desejo ardente de cumprimentar o Ministério do Trabalho, que está empenhado em algo muito importante para o País, qual seja, o combate dessa concorrência desleal que existe.

Com relação à jornada de trabalho, se V. Ex^a permite, Senador Paulo Paim, gostaríamos de apresentar o filme de uma denúncia que estamos fazendo, porque acho que é bastante pertinente a esta audiência, visto que trata de jornada de trabalho abusiva.

Então, pediria a V. Ex^a que eu pudesse expor o filme. Acho que me contentaria só com essa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero explicar ao Plenário e a quem estiver assistindo que como o Calazans trouxe um vídeo que faz uma crítica – e me permita usar essa palavra – diretamente ao McDonald's, fiz questão que o Dr. Pedro Parizi estivesse nesta Mesa para falar depois. Já que está sendo criticado, terá o direito de expor o seu ponto de vista.

E quero pedir também, Calazans – permita-me, porque eu vi o vídeo –, que o vídeo vá até o momento em que é questionado o McDonald's. Aquela segunda parte, um debate que, no meu entendimento, abraça o movimento sindical, ficaria para outro debate, em outro momento, com o movimento sindical, para evitar qualquer tipo de exploração indevida do nosso debate, embora o vídeo seja de total responsabilidade, naturalmente, do Calazans, que vai apresentá-lo.

Então, eu peço que passem o vídeo, conforme eu já havia orientado a Mesa.

Assim mesmo, uma parte nós não vamos passar.

Falta o som. Eu pedi para testar dez vezes. Essa história dos vídeos... No fim de semana, ainda liguei perguntando: "Está certo?" "Está certo." Acho que vamos acertá-lo ali. Não deu nada ainda, pessoal. Tem que voltar. Sem som, ninguém vai entender nada. *(Pausa.)*

Está tão baixo que está em silêncio.

Não deu! Nós vamos deixar o vídeo de fora e vamos continuar a vida, porque eu pedi, liguei, desli-

guei, falei no fim de semana, tive o cuidado de cortar o vídeo pela metade. Estava tudo ajustado. *(Pausa.)*

Pode depender do Prodasen, mas que eu confirmei tudo para passar esse vídeo eu confirmei. Se vão passar, digam-me, para não dar aquele problema que dá sempre quando vai passar um vídeo aqui, seja de onde for.

Então, quem sabe... Você quer falar depois? Você gostaria de que, primeiro, fosse passado o vídeo para, depois, você falar ou você quer ir falando?

O SR. FRANCISCO CALAZANS LACERDA – Seria melhor se passassem o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, nós poderíamos combinar o seguinte... Você pode falar agora?

A SR^a LEDJA AUSTRILINO SILVA – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, passamos a palavra, de imediato, para a Sr^a Ledja Austrilino Silva, representando a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, com a presença aqui do Presidente José Calixto Ramos.

A SR^a LEDJA AUSTRILINO SILVA – Bom dia a todos e a todas.

É com imenso prazer que faço parte desta Mesa e quero saudar o Senador Paulo Paim, primeiro, pelo seu cuidado em sempre estar ao lado do trabalhador, dando o espaço devido, para que nós possamos discutir aquilo que nos diz respeito e que é o nosso direito, tirando as dúvidas e criando até mais dúvidas.

Nós realizamos inúmeras reuniões sobre o ponto eletrônico. No primeiro momento, ficamos surpresos ao saber que a portaria não era obrigatória. Segundo essa portaria, a empresa que, por adesão, quiser ter o ponto eletrônico é obrigada, sim, a cumprir o que determina a lei. Isso não impede que, ao aplicar, ao ter seu REP comprado, a empresa, depois, decida que não quer mais e volte ao seu esquema de frequência utilizado anteriormente. Isso não impede. Então, essa parte até me surpreendeu. Está tão democrático que só vai quem quer. Agora, quem quiser tem que fazer bem feito. Não pode fazer de uma maneira que venha a prejudicar o trabalhador e até a própria empresa, porque, no momento em que o trabalhador é prejudicado, a empresa também o é.

Essa preocupação eu tive no primeiro momento, mas, depois, analisando e participando das outras reuniões, fomos aprendendo que, de fato, a melhor coisa a acontecer tanto para o empresariado como para o trabalhador é a parte de conscientização. Havendo a conscientização, o empregador tem por obrigação registrar o ponto, seja ele de que maneira for. No art. 72 da CLT, há uma obrigatoriedade de todas as empresas registrarem o ponto de seus trabalhadores. Então, no

momento em que já existe essa obrigatoriedade, houve um aperfeiçoamento com esta nova Portaria, a 1.510.

E nós, como trabalhadores, reivindicamos e fomos atendidos pelo Ministério do Trabalho em relação à Portaria 373, em que nós vimos que havia ainda um problema muito sério quanto aos acordos coletivos de trabalho, problema que foi levantado pelo próprio empregador: “Ah, mas nós temos trabalhador que faz parte da direção do sindicato e seu horário de trabalho é diferenciado. Nós não temos, agora, como fazer o trabalhador chegar no horário, assinar o ponto, sair para uma reunião e voltar.” Com esse problema, nós estudamos uma maneira de fazer com que esse acordo coletivo fosse negociado empresa a empresa, o que seria muito mais vantajoso para o empregador e para o empregado, porque, no momento em que há um acordo coletivo empresa por empresa, isso facilita o horário. Então, o dirigente sindical pode fazer o seu ponto diferenciado, sem haver prejuízo para a empresa, sem ela ser prejudicada numa fiscalização. Essa parte foi uma vitória de todas as centrais sindicais, que assinaram um termo, solicitando ao Ministro que visse esse lado do trabalhador e contemplasse com uma portaria, para melhorar a Portaria 1.510.

Nós tivemos esse acréscimo, que foi muito bom para todos. Como é sabido que todo empregador tem a obrigatoriedade de assinar ou de ter o ponto assinado do trabalhador, com o REP vai haver uma vantagem muito grande, porque denúncias dos próprios trabalhadores mostravam – desculpe o termo a ser utilizado, mas foi o que disseram os próprios trabalhadores no ABC paulista – que existia o tal do chupa-cabra. O chupa-cabra é um dispositivo eletrônico que fica arquivado na memória do ponto. No momento em que o trabalhador faz três, quatro horas extras, ele puxa aquelas horas extras, e não existe mais aquela hora extra computada. Então, ele não recebe. No final do mês, ele calcula que trabalhou dez horas extras, mas, quando vai verificar no seu holerite ou contracheque, ele descobre que tinha duas horas extras apenas. E onde estão as outras? Pega o sistema, olha e não existe nada marcado no sistema, porque já existe outro sistema vendido aos maus empresários – vale colocar –, que é o tal chupa-cabra. Então, cada vez que o trabalhador fizer x horas, aquelas horas são excluídas.

E o que vai acontecer com o ponto eletrônico, com a saída do papelzinho? Mesmo que digam que vai haver o desmatamento, vai haver o reflorestamento. Quando a pessoa desmata, também refloresta. Então, nós vamos ter aquele comprovante para, no final do mês,...

Na reunião lá na Casa Civil, os empresários colocaram: “Nós tivemos que comprar um balde de lixo maior, porque os trabalhadores estavam... É cômico

até! Nós tivemos que comprar um balde de lixo maior, porque os trabalhadores estavam jogando fora o papelzinho do comprovante”. Problema do trabalhador. Isso não existe. O trabalhador tem a responsabilidade consigo próprio. Se a empresa é correta, ele pode até jogar fora, mas, no final do mês, ele se responsabiliza por observar se a hora extra que ele trabalhou foi computada e se, de fato, o seu comprovante é aquilo ali. A sua segurança é aquele papel.

Quando tiver a consciência de que aquele papel é a sua segurança, ele não precisará guardá-lo durante o ano todo, como alguns disseram: “Agora, então, o trabalhador vai ter que ter mais uma gaveta na sua casa para guardar os papéis. Por dez anos de trabalho, serão dez anos de papel”. Não há necessidade. Mensalmente, ele vai conferir. Mensalmente conferido, é igual ao cartão de crédito: você faz a compra e tem o comprovante. No final do mês, você paga. Está ali. Então, sacode fora. Não precisa guardar por dez anos nem por dez meses. Então, você sacode fora o seu papel. Do mesmo jeito ocorre com o trabalhador. Ele confere, no final do mês, se as horas computadas são as horas trabalhadas e, então, já despreza o papel. Não há necessidade de comprar um balde de lixo maior, como foi a colocação feita por alguns empresários na reunião lá na Casa Civil.

Esse controle da frequência é importante, porque, como já colocou o Vandrei, se o desempenho é melhor, há menos acidente de trabalho – isso é uma realidade – e menos exploração. É uma realidade! O trabalhador, hoje, não tem a seu favor nada que comprove que ele trabalhou de fato x horas por dia.

A vantagem de se abrirem novas vagas de emprego é importantíssima, porque o Brasil, a cada dia, cresce mais. A violência está aí em todos os lugares. E por que vem a violência? A violência vem... A causa é social? É também social, e a causa social maior é exatamente a falta de emprego. Se a gente começa a controlar essa falta de emprego, ampliando essas vagas, nós vamos reduzindo. Como o Vandrei também coloca, são três famílias por mês a serem desestruturadas por conta do excesso de trabalho.

Nós estamos vendo que um dos pontos mais importantes não é só colocar as dificuldades, mas também colocar as vantagens, as vantagens que acontecem com o ponto eletrônico sendo, de fato, registrado e acompanhado por quem está dispondo o seu trabalho em determinadas empresas.

Nós sabemos que, no laranjal, muitas laranjas estão podres, muitas – não só algumas. E, quando uma está ruim, começa a minar, e isso é muito difícil de se controlar. Nós sabemos que não é só na pequena empresa; na média e na grande empresa também

são factíveis de acontecer esses problemas com o chupa-cabra, porque a denúncia dos trabalhadores que a nós foi feita era exatamente de empresas grandes, empresas que têm um lucro excessivo. E não havia, no nosso entendimento, necessidade de chegar a tão pequena infração para a empresa, mas tão intensa para o trabalhador, uma vez que lhe está sonhando o direito de receber por aquilo que produziu.

Não é obrigatório o ponto eletrônico, independentemente do tamanho da empresa, mas é importantíssimo que, como ocorreu com a faixa de pedestre – conforme também foi dito aqui –, a educação dada ao motorista brasileiro seja dada também ao empresário brasileiro, para que ele saiba que, trabalhando de uma maneira correta, todos seremos privilegiados, porque o que existe de corrupção, o que existe de roubo é exatamente em razão dessa educação que a gente não teve. Então, a gente se acha no direito de roubar uma hora do trabalhador, porque não é nada de mais. E o trabalhador se acha no direito – não no direito –, na pressão de dar aquela hora para o empresário, porque, se não fizer, ele vai ser demitido também, ou vai ser mal visto, ou ficará na pressão ou sendo uma pessoa hostilizada por não estar dando ao empresário aquela hora de trabalho. Então eu acho que a lei vai disciplinar esse ponto eletrônico.

Essa utilização do registro para nós é de real importância. Mesmo que o trabalhador, por enquanto, ainda não tenha a educação de guardar, de controlar as suas horas trabalhadas, ele a terá daqui a alguns dias, daqui a alguns meses, quando começar a perceber que aquilo ali representa dinheiro a mais no seu crachaque no final de cada mês.

Então dar o direito ao trabalhador de conferir o seu horário trabalhado é um dos pontos que nós achamos mais importantes. Até vai desafogar um pouco o Ministério do Trabalho e também os desembargadores, porque, se você pode comprovar que tem essa hora trabalhada, vai ficar muito mais fácil, porque antes só quem podia dizer se você tinha ou não a hora trabalhada era o empregado. O empregador não tinha. Tinha a palavra dele, mas não tinha como comprovar que deu aquela hora extra. Ficava a cargo do juiz determinar se deu ou não.

Agora, com o comprovante que, de fato, trabalhou aquelas horas vai ficar muito mais fácil para que o trabalhador tenha o seu direito garantido. Isto vai facilitar por demais, esse comprovante, o maior controle no final de cada mês, desprezando, como já falei anteriormente, os papezinhos, além do registro. A gente tem observado que o Inmetro de fato deve participar. Se não o Inmetro, qualquer outro que possa referendar, mostrar que, de fato, aquele aparelho utilizado é inviolável, porque

vai evitar o tal do chupa-cabra e programas outros. E foi vendido. Inclusive foi dito nas nossas reuniões por empregados que uma empresa estava vendendo um *software* para os empregados colocarem nos registros de ponto de sorte que eles poderiam mexer no horário de maneira tal que não haveria qualquer comprovação de que, de fato, foi alterado o horário do trabalhador.

Então é muito importante que essa inviolabilidade seja, de fato, contemplada, porque aí nós teremos garantia dupla: o papelzinho e a inviolabilidade da máquina e maior facilidade também na fiscalização. Esse é um ponto importante. Como disse o Desembargador Luiz Alberto, se ele bateu o ponto, mas, na hora, voltou ao trabalho, a fiscalização chega e ele não tem como modificar. Já foi feita a observação que ali, de fato, está havendo uma utilização indevida do horário de lazer do trabalhador, que está dispondo do seu tempo: em vez de estar com sua família ou até no trânsito para chegar um pouco mais cedo em casa, ele está trabalhando, dando um pouco mais do seu sacrifício àquela empresa.

Então nós estamos com a Nova Central de Trabalhadores favoráveis à portaria e à sua aplicabilidade de imediato. Surpreende-nos, de fato, essa prorrogação sucessiva da aplicação da portaria. Isso nos surpreende.

Na última reunião lá na Casa Civil, ficou definido que a portaria entraria em vigor imediatamente. Então agora vai ao próximo ano. E nós esperamos que esse improrrogável, de fato, seja improrrogável. Que não haja mais a necessidade de dar mais tempo, porque isso vem de 2009 e nós vamos para o ano de 2012.

Que não haja mais a necessidade de dar mais tempo, porque isso vem de 2009 e nós vamos para o ano de 2012. Quanto tempo para se organizar, não é?

Então, o trabalhador tem que se organizar de imediato e o ônus cabe, de fato, ao empregador. Não cabe ao empregado o ônus de comprar o aparelho, não cabe ao empregado o ônus de colocá-lo em lugares fáceis, de ter um, ou dez, ou doze, ou cinco ou o que for necessário para que possa contemplar. Então as filas serão enormes para que os trabalhadores possam fazer o registro, nós vamos demandar muito mais tempo para o trabalhador bater o seu ponto e pegar depois o seu comprovante. Isso aí vai aumentar em não sei quantos minutos, mas não é assim. Coloquem mais aparelhos, coloquem mais REPs, mais impressoras, o que vai facilitar muito mais e reduzir sensivelmente as filas, evitando assim desperdício de tempo e de horário.

Agradeço a todos.

Estou aqui à disposição da Comissão. (*Palmas.*)
Senador, o senhor me dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª LEDJA AUSTRILINO SILVA – Eu gostaria de ler algo para os senhores:

Tomamos conhecimento de que tramita nesta Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, que tem como objetivo sustar os efeitos da Portaria nº 1.510, do Ministério do Trabalho e do Emprego, que disciplina o registro eletrônico e a utilização do sistema eletrônico de ponto.

O mencionado PDL é proposto pelo Senador Armando Monteiro, do PTB de Pernambuco, e atende tão somente os interesses da parte do empresariado que, sem motivo justificado, reluta à adoção do ponto eletrônico.

A Portaria nº 1.510, prevista para entrar em vigor a partir do dia 3 de outubro do corrente ano – isso aqui foi feito em setembro –, após ser prorrogada em três oportunidades, trará vantagens tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores. Com a adesão do ponto eletrônico, o controle de entrada e saída dos trabalhadores passará a ser mais organizado, já que cada registro efetuado no sistema eletrônico de ponto obrigatoriamente deverá emitir um comprovante.

O ponto eletrônico traz uma segurança jurídica maior para as empresas. O aparelho possui uma memória que não pode ser apagada. Assim fica mais fácil para o empregador comprovar as informações alegadas pelos seus empregados. Com isso, a tendência é que as ações trabalhistas diminuam, especialmente o levantamento de horas extraordinárias.

Outra vantagem é a possibilidade de evitar as doenças profissionais e os acidentes de trabalho decorrentes do excesso da jornada, ou seja, é uma maior garantia de respeito à jornada máxima, ao horário do trabalho, ao repouso, às férias, aos intervalos, à saúde e ao melhor tempo para o convívio familiar.

Diante disso e em nome dos milhões de representados, a Nova Central Sindical de Trabalhadores conclama o nobre Senador e os demais Senadores a votarem contra esse PDL nº 593, de 2010, garantindo esse direito aos trabalhadores, parte historicamente menos favorecida na relação capital-trabalho.

Sem mais para o momento e certo do valioso e elevado espírito de justiça que levará em conta esses valiosos aspectos, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente, José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Para nós foi uma surpresa um Senador do mesmo Partido do Ministro do Trabalho ser contra aquilo que é favorável ao trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só uma adaptação: PDT e PTB. São do campo trabalhista, mas é PDT e PTB.

A SRª LEDJA AUSTRILINO SILVA – Desculpa. É PTB e não PDT. Eu que li errado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Leidja Austrilino Silva, Diretora da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que representou o Presidente José Calixto Ramos, deixando uma posição muito clara, totalmente favorável ao ponto eletrônico. Inclusive, leu uma nota da Nova Central.

Pelo que percebi até o momento, as centrais que se manifestaram, todas até o momento dizem que são favoráveis ao ponto eletrônico, como também as confederações que estiveram dialogando comigo para que houvesse essa audiência pública.

Passamos a palavra neste momento, se já é possível... Podem testar enquanto eu leio. Quero autorizar as equipes de reportagens que estão aqui, tanto dos trabalhadores como dos empresários, a realizarem as imagens e entrevistas sobre esta tão importante audiência pública que trata da questão da hora extra no Brasil e da regulamentação do ponto eletrônico. Está autorizado.

Como o teste deu certo, vamos passar, de imediato, a palavra ao Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sinthoresp, informando que o vídeo é de inteira responsabilidade, como fiz em outros momentos nesta Comissão, do painelistas e não da Comissão. Eu só tive o cuidado de pedir, para que não ficasse um tempo muito longo, que fique exatamente no tema que V. Exª vai falar. A questão sindical eu acho que ficaria para um outro momento, para um outro debate, até porque não estão aqui os representantes dessa divergência que existe e que é legítima no movimento sindical.

Francisco Calasans Lacerda com a palavra.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Obrigado, Senador.

De fato, nós estamos dando enfoque a dois pontos. O primeiro é o procedimento de uma empresa de jornada variável, o que desorganiza por completo a vida do trabalhador, a jornada móvel variável. Já houve um pronunciamento do Poder Judiciário sobre o assunto. E eu estou chamando a atenção para isso também porque é preciso que, na organização sindical, haja critério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Calasans, só um minutinho. O Senador Anibal Diniz está aqui com uma delegação de convidados, até queria que eu fizesse uma saudação, mas acho melhor que S. Exª, que é um homem comprometido com os trabalhadores do campo, da cidade, os estudantes, deficientes, idosos, enfim, um grande representante do Estado do Acre, faça a saudação ao nosso convidado – estamos debatendo o ponto eletrônico – e ao mesmo tempo aos estudantes que estão nos visitando.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Paim.

É uma honra muito grande poder compartilhar com V. Ex^a este momento aqui da Comissão de Direitos Humanos, principalmente porque todas as segundas-feiras temos audiência absoluta aqui na TV Senado, esta Comissão presidida por V. Ex^a que não pára de trabalhar e tem demonstrado absoluto comprometimento com o Brasil, com as causas dos nossos trabalhadores e com a defesa dos direitos elementares dos cidadãos brasileiros.

Eu quero aproveitar este momento especial da Comissão de Direitos Humanos para anunciar a visita muito especial de um grupo de estudantes da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Estado do Paraná. (*Palmas*) E quero dizer o motivo especial da minha presença aqui para anunciar esta visita: é porque sou um cidadão de dupla naturalidade, pois nasci em Campo Mourão e sou Senador pelo Acre. Então, de certa forma, estou aqui apresentando meus irmãos de naturalidade de Campo Mourão e me sinto muito orgulhoso com a visita orientada que está sendo realizada por iniciativa do professor de economia desses alunos. Quero dizer que eles são muito bem-vindos ao Senado.

E faço um agradecimento todo especial ao Senador Paim pela deferência de me permitir, neste momento, fazer esse registro.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Anibal Diniz. Podem ficar muito orgulhosos desse Senador, porque tenho orgulho em dizer que caminho ao lado dele aqui no Congresso nacional.

Está conosco também o Senador Cyro Miranda.

Peço uma salva de palmas aos dois Senadores. (*Palmas*).

Volto a palavra ao nosso painalista, Francisco Calasans.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Dando continuidade, de fato, Senador, nós estamos preocupados com dois pontos. E um depende do outro. Para que a empresa pratique essa irregularidade contra os seus trabalhadores, é preciso que haja um sindicato anuente. Mas nós entendemos perfeitamente

Mas nós entendemos perfeitamente essa questão ficar fora. O que eu quero fazer observação é que tudo que nós estamos dizendo aí é verdadeiro e temos documentação comprovada. Inclusive, tem aqui uma página do jornal *Folha de S. Paulo* onde não se cuida desse assunto. Fala de escola. “Escola fora de ordem”:

Os alunos sonham com carreiras tradicionais e fazem jornada dupla – escola e trabalho.

E aqui, num determinado trecho, se vê: vários são aprendizes no McDonald's e se chamam de “McEscravos”. Isso é uma matéria da *Folha de S. Paulo* anterior à realização desse vídeo. Mera coincidência, ninguém sabia da existência do vídeo e nem nós sabíamos da existência dessa matéria.

Então, pediria que fosse colocado o vídeo, porque, de fato, é pertinente ao problema de jornada de trabalho.

Obrigado.

(Exibição de vídeo sobre trabalho no McDonald's.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. O vídeo ia mais além e nós

Com o vídeo íamos mais além e nós resolvemos dar esse espaço que traz ao debate as preocupações desta audiência pública e fiz questão e falei muito aqui com o Diretor de Relações Governamentais do McDonald's. Insisti muito que ele viesse e que bom que ele veio. Ele falará depois do Calazans para apresentar sua visão do vídeo apresentado. Eu considero um vídeo forte, os testemunhos dados são contundentes e por isso fiz questão que se ouça também a visão do McDonald's sobre esse tema.

Então, continua com a palavra o Calasans e depois falará o Sr. Pedro Parizi.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paulo Paim, eu pediria permissão a V. Ex^a para solicitar ao advogado do Sindicato que, se puder, dissesse alguma coisa sobre isso, pertinente à jornada de trabalho e à marcação de ponto, etc. Sem esquecer que nós temos só o restante do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O problema é tempo. O vídeo faz parte do tempo. Agora, se você quiser comentar...

Dos debates a gente participa.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Eu concluiria dizendo o seguinte: em primeiro lugar, há representantes aqui do McDonald's e eu gostaria de dizer que não há nada de pessoal com relação a essas pessoas. Agora, nós também não poderíamos, como sindicato representando os trabalhadores, deixar de denunciar isso que nós achamos retrógrado e até acreditamos que a administração do McDonald's, na sua origem, nos Estados Unidos, talvez não concorde com isso.

E imagino até que alguns dos senhores que estão aqui representando o McDonald's desconheçam essa situação.

De fato é uma gravidade que depõe contra a empresa e nós estamos dizendo tudo isso entendendo que estamos dando uma contribuição para que acon-

teça exatamente aquilo a que o Sr. Desembargador Luiz Alberto Vargas chamou a atenção.

As empresas têm a responsabilidade maior ainda de construir o País. Nós precisamos trabalhar com seriedade, respeitar a dignidade do trabalhador. Se isso não acontecer... Nessa marcação eu participei dos debates relativamente à Portaria nº 1.510, e nós dissemos exatamente isto: as empresas que procedem corretamente não têm por que relutar contra a implantação desse sistema. Muito pelo contrário, elas têm até que tomar posição no sentido de exigir que isso aconteça porque isso é que estabelece a concorrência leal. Ou seja, isso que combate a concorrência desleal que é um mal.

Então, quem trabalha bem, quem respeita a dignidade das pessoas sofre as consequências porque é onerado. Na concorrência, seus produtos têm que ser mais caros do que o outro que não compre. Isso é do Estado democrático de direito, evocado pelo Sr. Representante da CNI.

O Estado democrático de direito é o sonho nosso, mas acho que, neste ponto que estamos aqui debatendo, exige aquilo que o Ministério do Trabalho está propondo. Eu louvo a posição do Ministério do Trabalho porque realmente o nosso Ministro Lupi está tomando uma posição muito importante, socialmente importante. É preciso que todos nós estejamos dispostos a apoiar isso em nome do Estado democrático de direito. Estado democrático de direito é isso. Democracia é uma coisa mais linda, é algo sacrossanto, mas não pressupõe que alguém, por uma sagacidade, leve vantagem sobre outros.

Pressupõe-se que todos trabalhem, que todos tenham lucro, mas que todos tenham o necessário critério e saibam lidar com o ser humano como ser humano, respeitando a sua dignidade, uma prática de trabalho decente, propiciando ao jovem que estude.

Aliás, a filosofia do McDonald's é muito bonita. Ela foi desvirtuada. O McDonald se propunha a propiciar uma jornada, uma meia jornada, digamos assim, para que o jovem tivesse a oportunidade de estudar. Isso é muito bonito. Colocado assim, é uma contribuição importante para o País. Só que isso foi desvirtuado. Então o que nós estamos denunciando é o desvirtuamento e mostrando que isso é pertinente ao que se discute com relação à Portaria 1.510, porque se trata de marcação de ponto.

Agora, é evidente que, mesmo a marcação de ponto rigorosa, se não houver seriedade por parte da empresa, também ela vai conseguir fraudar, vai conseguir burlar. Então, se fica o trabalhador... A nossa legislação, e nós temos desembargador aqui... O risco da empresa... Enquanto o empregado não é apro-

veitado para trabalhar, mas ele está sob um contrato de trabalho, nesse período, ele está à disposição da empresa. Então como é que se cria um ambiente para ele ir assistir à televisão e tal, mexer no computador, mas, no final do mês, ele sente essa diferença no seu ganho? Depois, é o seguinte, ele não pode programar, como disse a Ministra do TST, a sua vida.

Há aqui uma... A gente está falando da marcação de ponto, mas é um momento oportuno para que a gente faça esse apelo às autoridades – está aqui o Senador Paulo Paim promovendo esse debate, que é de suma importância, nós conhecemos o Senador Paim e sabemos da luta dele pelo respeito ao trabalhador.

Era isso que eu gostaria de consignar. Agradeço. Já estou satisfeito com o tempo. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sinthoresp.

De imediato, vamos agora passar a palavra ao Diretor de Relações Internacionais do McDonald's, Sr. Pedro Parazi.

O SR. PEDRO PARAZI – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares presentes, senhoras e senhores, companheiros da Mesa, o McDonald's é uma empresa multinacional da América Latina e foi implementada no Brasil em 2007, através da Arcos Dourados. A Arcos Dourados é uma subsidiária que comprou o direito de usar a marca McDonald's em 2007.

Sobre a jornada móvel, variável, sobre hora extra, o McDonald's, em junho do ano passado, foi uma das primeiras empresas no Brasil a adotar o ponto eletrônico em todas as suas lojas, em todas as suas 600 lojas, e o ponto eletrônico biométrico; ou seja, o funcionário tem que chegar, ele entra dentro do restaurante, tem que colocar a sua digital e, como foi afirmado aqui pelo nosso Desembargador, pelo nosso auditor, pela representante do Ministério do Trabalho, é um sistema que é aceito como um sistema que seria, pelo menos, teoricamente seguro e evitaria todos esses tipos de fraudes que estão sendo colocadas. Inclusive, a senhora acabou de falar justamente a respeito disso.

No McDonald's, não temos horas extras. As poucas horas extras são na parte administrativa, não entram nos nossos restaurantes e são pagas de acordo com a lei. E a maioria dos nossos empregados, 67% deles, são menores de 21 anos, e a lei proíbe que apliquemos hora extra aos menores empregados, então não praticamos isso.

É importante ressaltar que temos, no Brasil, em torno de 40 mil funcionários que batem esses pontos e acreditamos que possamos ter cometido um ou outro

deslize, o que é perfeitamente aceitável. Não estamos usando de má-fé, tanto que temos o ponto para comprovar isso. Então, se aconteceu, viemos aqui justamente para iniciar um grande diálogo com esta Casa, com o Governo brasileiro, com as centrais sindicais, com os sindicatos, com as entidades patronais, e julgo super importante e valiosa essa participação da Comissão de Direitos Humanos.

Nós do McDonald's, quando adotamos esse sistema, o fizemos porque o consideramos justo na valorização do jovem, fomos a primeira empresa do Brasil no Programa Primeiro Emprego. Hoje, estamos dando trabalho pela primeira vez a dois mil jovens aqui no Brasil. É a única empresa na América Latina que faz isso. Penso que isso tem que ser valorizado, respeitado e, mais ainda, penso que as exceções não devem se transformar em uma marca negativa em uma empresa como essa, reconhecida mundialmente.

A nossa colocação é justamente essa, abrir esse canal de diálogo, principalmente, e nos colocar à disposição para qualquer correção de qualquer tipo de justiça ou injustiça cometida com os empregados. Considerarei muito importante o que foi colocado no vídeo no que diz respeito à informação da nossa funcionária que faz a contratação. Ela tem que ser mais bem treinada. Apesar de gastarmos, hoje, em torno de 40 milhões de reais por ano no treinamento dos nossos funcionários, realmente precisamos aperfeiçoar esse tipo de treinamento.

Gostaria de deixar à disposição da Comissão, dos auditores, dos desembargadores, do Ministério e das centrais a nossa abertura para um diálogo mais franco, mais aberto, mais transparente, onde possamos não só discutir esse tipo de denúncia em um fórum como esse, mas também melhorar o nosso tipo de ação dentro da empresa.

Gostaria de dizer que a Arcos Dourados vem desenvolvendo um trabalho junto ao Ministério Público do Trabalho, em São Paulo, onde firmamos um termo de acordo de conduta em que 65 itens foram detectados dentro dos nossos restaurantes. Já cumprimos quase todos. Temos uma reunião no mês que vem com as próprias procuradoras, onde vamos apresentar o resultado.

Foi firmado em 2009, teria validade de quatro anos, e estamos apresentando, no segundo ano do TAC, um resultado extremamente positivo. Então, fomos convidados, pela primeira vez, a participar. Estamos aqui, vamos dizer, numa situação até solitária, porque temos vários representantes do segmento que não é da indústria, não é do comércio, mas viemos, sim, aprender, viemos contribuir, viemos pedir aos sindicatos e às centrais que nos auxiliem nessa caminhada.

A Arcos Dorados é uma empresa nova, tem quatro anos de vida aqui no Brasil, tem que aprender muito. Não existia uma diretoria de relações governamentais, está sendo montada agora, justamente para dirimir esse tipo de problema. Então, eu gostaria de deixar a Arcos Dorados, através da nossa diretoria de relações governamentais, à disposição da Comissão e das centrais. Coloco-me à disposição também para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Pedro Parizi.

Para mim, Dr. Pedro, independentemente das denúncias, o importante foi o senhor – desculpe-me a expressão, mas para o senhor é positiva – não fugir do debate. V. Ex^a vinha, minha assessoria informou que havia um vídeo, e V. Ex^a disse: “Não há problema, iremos aí, veremos o vídeo e debateremos, vamos ver onde nós erramos e o que podemos acertar”. Acho isso muito positivo. Acho que o negativo é quando o camarada quer desconhecer que existe um fato, não vem, não se apresenta. Espero que as centrais e o movimento sindical que está aqui se apoderem da sua fala quando V. Ex^a diz que está aberto ao diálogo, ao entendimento, corrigindo o que porventura esteja errado, como mostrou o vídeo. V. Ex^a não se preocupou, em nenhum momento, em negar o vídeo; pelo contrário, V. Ex^a disse que viu coisas no vídeo com que, pelo que percebi, V. Ex^a também discorda, e poderia ser construída uma negociação para que a gente aponte novas balizas para o grande entendimento entre quem emprega e quem trabalha. Esse é o papel aqui do movimento sindical.

Porque a audiência pública que a gente faz... E fizemos tantas, e alguns ainda dizem que nós trabalhamos pouco; só neste semestre foram 70, 74 agora, só no primeiro semestre, e todas elas com temas como este que estamos debatendo aqui. Enfim, ainda temos que atender às demandas que o movimento sindical conhece de viajar por todo o Brasil. E para vocês verem como as críticas vêm de todo lado, sempre há críticas dizendo que a gente não trabalha tanto quanto deveria. Não digo nós todos que estamos na vida pública, mas enfim...

Vamos continuar os debates, mas depois todos os convidados poderão usar a palavra e V. Ex^a também, se assim entender.

Passo a palavra, neste momento, ao Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário Nacional de Relações de Trabalho, que representa aqui o Arthur Henrique da Silva Santos, Presidente da CUT.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar e agradecer pelo convite o Senador Paulo Paim, ex-Se-

cretário-Geral da CUT. Sempre fazemos questão de registrar isso porque o Senador Paulo Paim saiu da lide sindical, mas continua ligado aos temas trabalhistas, do direito do trabalho. Orgulhamo-nos de ter sido ele nosso Secretário-Geral. Parece-me que foi o primeiro Secretário-Geral, não é, Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na fundação.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Na fundação, de 1983 a 1985. E falo isso porque, semana passada, a CUT lançou um vídeo inédito da primeira Conclat. Está sendo hoje à noite. São dois vídeos, um vídeo feito na época, 1981, da primeira Conclat, e outro com o ex-Presidente Lula, comentando aquele momento histórico do processo. É muito interessante ver.

Mas eu me permito mudar um pouco minha fala. Fiquei extremamente estimulado – vou usar o termo estimulado. Creio que o ambiente de debate exige isso, mudar um pouco minha fala e tratar de um aspecto importante, e esse vídeo me ajudou nessa direção.

Primeiro, como foi dito aqui pelo Desembargador Luiz Alberto de Vargas, o Brasil está tendo um momento raro na sua história, creio que inédito, de estar em um largo período de democracia em que as centrais sindicais, os partidos operários, comunistas, todas as expressões políticas de direito podem se expressar livremente. Centrais sindicais existem, organizam-se e são reconhecidas como tais, com essa coincidência histórica de esse período acontecer com também um já longo período de crescimento com distribuição de renda, com geração de emprego. Nós estamos, nas regiões metropolitanas, no que os economistas chamam de quase pleno emprego – porque uma taxa girando em torno de 6% nas regiões metropolitanas... Nós estamos caminhando para ser, no próximo período, segundo os economistas, a quarta ou quinta economia do mundo.

Isso nos permite fazer um debate sobre que modelo de desenvolvimento nós queremos em situação extremamente confortável, porque podemos mexer, definir políticas para mudar relações, questões estruturais do Brasil que estão na nossa agenda, pendentes, de que não foi possível tratar. No momento em que todos os setores sociais, inclusive os empresários, podem se dar ao processo de debate porque têm grandes lucros, há crescimento, todos estão, teoricamente, ganhando, então, é mais fácil pensar na distribuição de renda, é mais fácil pensar que não é suficiente gerar emprego, não é suficiente gerar qualquer emprego. Há que se gerar emprego de qualidade, há que se gerar emprego submetido aos padrões de trabalho decente propostos pela OIT. Nós podemos fazer isso.

Isso significa mudar as relações de trabalho no que têm de arcaico. As relações de trabalho no Brasil carregam muito de arcaico. É uma relação de trabalho em que a propriedade da empresa por parte de seus donos é superior e acima de quaisquer direitos, e mais: ainda é visto como natural que o trabalhador não possa exigir cumprir direitos porque exigir cumprimento de direitos é insubordinação – insubordinação passível de demissão. É tão anacrônica essa nossa relação de trabalho, que não é aceita uma ação sindical dentro da maioria das empresas. Nós não temos, dentro da maioria das empresas, ação sindical. Ou seja, o trabalhador não pode exigir direito e não pode ter ação sindical dentro da empresa. É tão anacrônica essa relação, que faz com que a maior parte dos problemas existentes na relação contratual – a relação de trabalho é uma relação contratual entre o trabalhador e a empresa –, esses problemas que existem no cumprimento desse contrato só são resolvidos, na maioria das vezes, quando o trabalhador sai da empresa, só são resolvidos no momento da sua rescisão de contrato. E mais: muitas vezes, cerca de duas milhões de vezes ao ano, resolvidos numa ação trabalhista na Justiça do Trabalho. Então, estamos falando de uma situação de anacronismo que tem de ser superada.

Nesse cenário, nós temos de discutir o componente jornada de trabalho. Jornada de trabalho é um dos principais aspectos da relação contratual trabalhador/empregador, relação que já é desequilibrada em si. A relação entre o capital e o trabalho, entre o capital e o trabalhador é desequilibrada em si, porque ao trabalhador resta vender o seu tempo de trabalho para fazer algo que ele aprendeu a fazer, ele vende seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho do trabalhador na empresa não é voluntário; não é por desejar trabalhar voluntariamente, porque é bom trabalhar, que ele se submete a jornadas de trabalho exaustivas. Ele se submete a jornada de trabalho exaustiva porque o salário que ganha na jornada de trabalho mais normal ou padronizada legalmente não é suficiente para ter uma vida digna. É só isso. Não é porque gosta de trabalhar. O gostar de trabalhar, o trabalhar é importante para o ser humano, seja trabalhador, seja empregador, dentro do padrão que permita ter uma vida digna.

Não é suficiente pensarmos – eu repetiria – não é bom para a nossa juventude estar gerando primeiros empregos, jornadas de trabalho menores com esse tipo de jornada que o McDonald's oferece. É uma questão objetiva. Esse padrão – permita-me, Calasans – não é novidade para McDonald's, é o padrão que é utilizado nos Estados Unidos. É o chamado trabalho parcial, é o chamado trabalho particionado: a soma de várias horas de trabalho ao longo da semana compando a

jornada de trabalho. Isso é colocar o trabalhador, de fato, sem nenhum controle da sua jornada de trabalho, tendo sua vida dirigida pela empresa. Isso é anacrônico. Nós não podemos almejar o padrão – desculpe-me quem pode não gostar dessa experiência –, nós não podemos realizar o desejo de boa parte do empresariado brasileiro que quer que aqui no Brasil se instale o padrão de relações de trabalho chinês, do sudeste asiático, em que não há regras de proteção. O Estado tem de proteger. É da relação, é inerente à relação capital/trabalho, e o Estado tem de agir na relação capital/trabalho como um Estado protetivo. Isso inclui permitir controles, fiscalizações e permitir ação sindical.

E aí vamos ao ponto eletrônico efetivamente. O problema está em duas palavras, como foi bem lembrado aqui. É uma relação de trabalho contratual. O tempo é a unidade que mede o trabalho de quem está vendendo seu tempo. Portanto, o tempo tem de ser verificável pelas duas partes de forma inviolável. Esse é o aspecto básico. Qualquer sistema que não permita isso está sujeito a fraude, inclusive o sistema manual, que nós temos. E é lamentável perceber que algumas estatais brasileiras, Senador Paulo Paim, na véspera da entrada em vigor, agora, dia 1º, no final da tarde anterior, orientaram todas as suas unidades espalhadas pelo Brasil a implantarem o ponto manual porque se recusavam a sentar para negociar com o sindicato outro tipo de sistema de ponto.

É claro que o sistema manual é sujeito a fraude. É claro que o sistema mecânico é sujeito a fraude. É claro que o sistema eletrônico é sujeito a fraude, mesmo o REP pode ser sujeito a *hackers*. Qual é a diferença central? É instalar-se o princípio da inviolabilidade e ser verificável por empregado e empregador. Essa é a diferença central. Qual é a alternativa? Por que a recusa do empresariado a utilizar a alternativa que a própria portaria coloca, que é a da negociação coletiva? Porque sentar para negociar com o sindicato tempo de trabalho do trabalhador é sentar para negociar o principal aspecto da relação contratual. É como estar sendo vendidas e sendo pagas aquelas horas de trabalho. A recusa é porque a maioria do empresariado brasileiro ainda quer se manter na situação anacrônica que não permite a negociação coletiva. Essa é a realidade da nossa vida cotidiana sindical. A maioria ainda recusa a negociação; recusa a negociação coletiva, recusa a existência de outros mecanismos de verificação do ponto por parte diretamente dos trabalhadores. Por exemplo, numa empresa que tenha organização local de trabalho, comissão sindical de empresa e um acordo que permita a verificação sindical de eventuais desvios, não há necessidade de ter um ponto desse tipo.

Há outros mecanismos mais ágeis de evitar fraudes e problemas. E recusam o tripartismo.

E é pior: o Ministério do Trabalho definiu uma portaria. Houve uma insistência do empresariado para ser rediscutida, criou-se uma comissão tripartite para se discutir a questão. Não se chegou a um acordo. O empresariado pautou esse tema no Conselho de Relações do Trabalho, que é tripartite, junto ao Ministério do Trabalho, para exatamente orientar o Ministro do Trabalho nas suas ações, e o empresariado retirou do tripartismo, retirou do Conselho de Relações do Trabalho, não aceitou a decisão da comissão técnica, apelou de novo ao Governo para que adie o processo e apelou, de forma legítima, a seus representantes na Câmara e no Senado, por um decreto legislativo que impeça a implantação do ponto. Ou seja, não aceita discutir o padrão de desenvolvimento. Esse é o resumo dessas ações.

O empresariado brasileiro tem que se abrir para o novo, senão nós não seremos a quarta ou quinta economia desenvolvida. Seremos a quarta economia em termos de tamanho, mas caminhando para padrões de que se aproximam os Estados Unidos neste momento.

O crescimento da pobreza, da miséria, da desproteção social nos Estados Unidos é alarmante, porque é exatamente esse sistema em que não há a participação do Estado protetor, regulamentador. E não há ação sindical protegendo os trabalhadores. É feita essa relação naturalmente desequilibrada com o capital.

Por isso, Senador, creio que esse debate é importante, oportuno. É mais um espaço que a sociedade brasileira abre para que o seu empresariado aceite discutir o novo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PR – RS) – Muito bem.

Esse foi o Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário Nacional da CUT, que representou aqui o Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da CUT.

Neste momento, passo a palavra para o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente e amigo, Senador Paulo Paim, por quem tenho apreço. E quero discordar das palavras da Srª Ledja quando diz que o Senador é um defensor do trabalhador. Ele é defensor das causas justas, muito mais das causas justas do que do trabalhador, porque muitas vezes ele se põe até contrário. Mas todas as causas justas passam por esse Senador a quem tenho a honra de chamar de amigo. *(Palmas)*

Falo isso de coração, Senador.

Senador Paulo, eu quero primeiro me situar aqui, perante os senhores.

Venho da área empresarial. Sou político hoje, não fui no passado. Fui líder classista a minha vida inteira, mas quero dizer que na minha pequena empresa, em 1978, eu instituí a distribuição dos lucros sem fazer acordo com ninguém, porque fui criado e acho...

Primeiro que não nasci empresário. Trabalhei a minha vida toda em instituição bancária, trabalhei no Instituto de Pesquisas Tecnológicas e entendo que somente através de cooperação mútua se chega a resultados. Se não você fica pequeno, não adianta.

E você tem os sócios. Eu acho que aquele colaborador eficiente tem que ser seu sócio no bom sentido. É lógico que não vai ser majoritário, é evidente. Mas quando as coisas vão bem têm que ir bem para todos.

Coloco nessa discussão que um ponto é comum a todos: o sistema de ponto biométrico é essencial. Tanto que ele não é obrigatório, e um grande número de empresas, inclusive aqui declarado pelo Sr. Pedro Parizi, já o adota há muito tempo. O problema é o Rep, a discussão em cima do Rep.

Eu não entendo, não sou técnico, mas acho que é uma coisa que pode ser trabalhada. E, se existem algumas desconfiâncias de um lado e de outro, tecnicamente elas podem ser acertadas.

O fato é o seguinte: nós temos que passar sempre por um processo de muita discussão, muitos debates. Esses debates, essas discussões e esses consensos, que às vezes nem são tão bons para um lado e para o outro, que são cedidos terminam em leis. E leis são feitas para ser seguidas.

Banco de horas tem que ser claro, tem que estar na internet. Com o seu código, dia a dia ele entra e vê o que tem. Se não tiver, ele vai ao departamento de recursos humanos e no mesmo instante contesta: olhe aqui, estão me surrupiando. Eu fiz tantas horas, tenho prova, etc. e tal.

Como também, se existe a hora-extra e se ele a faz, ela tem que ser paga. Fora disso é um jogo bruto, é um jogo errado. E acredito que a maioria dos empresários não compactua com isso.

Como disse a minha amiga, laranjas podres existem, mas existem dos dois lados. Nós temos empresários e temos trabalhadores. Isso é do ente humano. Não adianta.

Nós temos entre Parlamentares, advogados, em todas as profissões. Então nós temos que fechar o sistema para que os dois lados tenham essa garantia.

O processo democrático exige muita discussão. Acho que tem um ponto que precisa ser abordado, que vai ajudar muito na nossa discussão, Dr. Manoel, e que ninguém levanta: nós precisamos estar unidos

em torno da diminuição da carga tributária trabalhista dos dois lados, tanto para o empregador quanto para o empregado, porque ela é desumana e leva a muitos erros que estão sendo cometidos hoje, em malefício principalmente do empregado. Se essa carga for diminuída, ela tem que ser usada para o empregado.

O excesso de proteção inibe o crescimento daquele setor. E às vezes se procura, como se procurou proteger o trabalho do menor, e no fim acabou com o menor, o primeiro emprego.

Agora, sou partidário: aquilo que foi acordado, cedido por um lado e pelo outro, não tem perdão. Tem que ser executado conforme a lei. Se tem chupa-cabras, eu sou partidário de que essa empresa seja fechada. Não é multada; fechada. Isso é crime. Como também deve ser dispensado por justa causa aquele que põs o seu dedinho ali, sumiu e voltou ou cujo chefe apaniguava. Também tem que ser punido da mesma maneira. A lei tem que ser bem equilibrada.

Eu vejo que nessa discussão do Rep a gente pode avançar com os meios mais técnicos, porque ele é bom. Está provado. Se ele tem alguma deficiência, não se trata de acabar como Rep pura e simplesmente. Se um lado que acha que tem algumas fragilidades, tecnicamente elas podem ser corrigidas.

Então deixo a minha mensagem nesse sentido de clareza e que a gente possa também brigar pela diminuição da carga tributária trabalhista, que é extremamente pesada, uma das mais altas, para variar, no País.

No mais, quero parabenizar o Senador Paulo, porque é muito profícuo esse debate. Os senhores são formadores de opinião de um lado e de outro. Aqui não veio bem um defensor do Rep; veio aqui um réu. Foi acusado, está aí. Eu acho que há pontos que não ficaram esclarecidos pelo senhor, mas conheço a empresas. Acho que faltou aqui uma base de dados para ser fornecida. E existe o Ministério do Trabalho e a fiscalização para ficar em cima dessa empresa e de outras que, se não andarem na linha...

Eu acho que o McDonald's tem uma imagem e tem uma coisa que a gente chama... O maior patrimônio de uma empresa é a sua marca. E eu não acredito que o McDonald's queira denegrir a sua imagem para que a sua marca valha bem menos. A Coca Cola é a marca mais valorizada do mundo. Eles não querem perder um centavo de dólar, e acredito que o McDonald's também não. Se erros foram cometidos, como o senhor falou, isso é fácil de se sanar e obrigatoriamente será sanado, sob pena de que a lei aja rigorosamente.

Então a minha mensagem é de parabéns, colocando-me à disposição do meu Senador. Acho que nós estamos crescendo muito na relação trabalhista e patronal. E ela tem que convergir para uma coisa

só: o sucesso. E ninguém o faz sozinho, de um lado e de outro.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PSDB – RS) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda, que tem sido meu parceiro em inúmeros temas, na linha de construção do entendimento, da conciliação.

Inclusive, vejam bem – e ele deu o exemplo da sua empresa –, eu tenho um projeto que pretende regulamentar a questão da participação do trabalhador nos lucros das empresas. Da forma como está hoje, nós todos sabemos que é no campo da opção.

Eu e o Senador Cyro estamos juntos, dialogando muito e construindo uma forma de regulamentação para garantir esse direito para os trabalhadores. Ele, como Relator, poderia mesmo dar um voto contra, mas não. Ele está dialogando e estamos construindo uma alternativa que seja viável para assegurar aos trabalhadores de fato aos trabalhadores o direito à participação nos lucros.

Neste momento, antes de passar a palavra para os outros convidados que estão na primeira fila, por uma questão de justiça, vou passar a palavra ao Calixto, que é o Presidente da Nova Central dos Trabalhadores e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, nobre Senador ao meu lado, dignos representantes das entidades sindicais, do Ministério do Trabalho, da própria Justiça do Trabalho, da Anamatra, enfim, senhor empresário que já foi classificado como réu, meus companheiros e minhas companheiras.

Senador, eu queria, primeiramente, cumprimentar V. Ex^a por mais esta sessão plenária, por mais esta audiência pública dentre tantas que já foram requeridas e realizadas por V. Ex^a. Mas queria também lhe cumprimentar pelas merecidas homenagens que recebeu no Rio de Janeiro, no dia 7, e lamentar porque não tive a oportunidade de participar conjuntamente, como era o meu desejo, exatamente porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PSDB – RS) – Mas eu lhe adianto que a Nova Central estava lá, numa grande delegação

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ...no Estado do Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PSDB – RS) – A Nova Central estava lá, numa grande delegação, representando V. S^a.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Eu não tinha mais necessidade de me manifestar, tendo em vista que a nossa colega Ledja vem acompanhando esse

processo há muito tempo e nos representa com maestria em todas as oportunidades.

Ademais, o companheiro também, referindo-me ao Manoel Messias, nos deu praticamente uma aula sobre como ocorre a discussão de um tema de tamanha importância.

O auditor cuja manifestação ainda ouvi uma parte também nos enriqueceu muito, não só a mim, creio, mas à própria Comissão de Direitos Humanos, numa exposição com base em levantamentos técnicos, não com informações passivas ou levianas. São dados pesquisados com muita responsabilidade. E o nosso Desembargador também fez uma exposição mostrando que havendo equilíbrio entre patrões e empregados todos ganham: ganham os empresários, ganham os trabalhadores e ganha a sociedade, ganha a nação inteira.

É evidente que todas as modificações surgidas ou levantadas não só a pedido do movimento sindical brasileiro, mas muitas vezes a pedido do próprio empresário sempre trazem uma discussão muito grande. E, até que se adapte a essas modificações sugeridas, evidentemente se leva algum tempo. É o que está acontecendo neste caso do ponto eletrônico.

A nossa lei já determina que haja a marcação do ponto para que se registrem as horas trabalhadas dos empregados, mas não exigiu que houvesse a manifestação no ponto especificamente eletrônico, como ainda não está exigindo. No entanto, a partir do momento em que a empresa decide pelo ponto eletrônico, ela tem de fazer isso obedecendo a todas as regras e a todas as peculiaridades, como igualmente aquela que opta pelo registro manual.

Então, até que cheguemos a uma conclusão da importância para ambos os lados, deve levar um tempo que, pelo que foi já determinado pela portaria recente do Ministério do Trabalho, deve chegar até janeiro de 2012. Acho que, até aí, tanto empregados como empregadores teremos amadurecido o suficiente para evitar toda essa série de incertezas, não apenas para os trabalhadores, mas também para os empresários, que estão citadas em todas as discussões. É insegurança que o empregado tem da burla do seu tempo trabalhado, é a insegurança jurídica que o empregador também se ressentido, enfim, há ainda uma insegurança.

Do nosso lado, entendemos que a melhor maneira seria adotarmos o sistema eletrônico em toda a sua plenitude. Já que não é possível, que se admita o registro em toda a sua plenitude, quer seja manual, quer seja eletrônico. A Nova Central Sindical de Trabalhadores, desde o início, se manifestou favorável ao registro eletrônico e vai continuar defendendo-o, até que cheguemos a um denominador comum. Nós não queremos absolutamente o impossível. Se estão

dizendo que vai ser difícil para nós guardarmos esse comprovante, queremos assumir essa dificuldade, sem nenhum problema, sem nenhuma dúvida. O que queremos é ter um mínimo de certeza de que as nossas horas estão sendo registradas, especialmente as horas extraordinárias, que são talvez o grande problema e a grande discussão. Fossem apenas as horas normais de trabalho, talvez não tivesse tanta discussão, mas esse é o grande problema, até como foi levantado pelo nosso auditor fiscal, que está trazendo números alarmantes sobre a importância dessa regulamentação, considerando até a perda de inúmeros trabalhadores por conta de uma jornada excessiva, muitas vezes sem a anuência direta do trabalhador, como seria natural. Muitas vezes, ele é forçado, por alguma razão, a fazer as horas extras, que excedem, em muitas vezes, a sua capacidade física.

Então, queremos parabenizar o Senador, a Comissão de Direitos Humanos e, evidentemente, todos e todas que aqui vêm, para, de alguma forma, contraditando as opiniões ou não, demonstrar interesse em se encontrar um caminho que leve não apenas ao interesse da classe trabalhadora, mas ao envolvimento da sociedade, para que a economia brasileira não sofra solução de continuidade por conta dessa discussão.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Calixto, Presidente da Nova Central.

Antes de eu passar a palavra para as considerações finais dos nossos convidados, por uma questão de justiça interna do próprio Senado da República, quero passar a palavra ao Presidente em exercício do Sindicato dos Radialistas do DF. Na última quinta-feira ou sexta-feira, fui procurado por um grupo de profissionais do próprio Senado, entre eles, operadores de câmera, pessoal da imprensa, que estavam muito preocupados, porque estavam recebendo as chamadas horas negativas e o salário deles, então, estava despencando. Eu me prontifiquei a fazer uma mediação, naturalmente, com a direção da Casa. Isso mostra que o problema existe em todas as áreas, inclusive aqui dentro. Como está presente aqui o Presidente em exercício do Sindicato dos Radialistas do DF e ele foi uma das pessoas que me procuraram, eu achei mais que justo, pois isto tem a ver com o tema também, que ele use a palavra, neste momento, durante cinco ou dez minutos, se assim entender necessário. Esses profissionais de que estou aqui comentando são os que operam a TV Senado, são principalmente esses. É natural que façamos o debate. Alguém disse aqui: casa de ferreiro, espeto de pau – acho que foi você que falou ou foi o Desembargador Vargas que falou. Então, aproveite

este momento para fazer o seu comentário sobre esse tema, Marco Clemente.

O SR. MARCO CLEMENTE – Obrigado, Presidente Paulo Paim. Quero parabenizar a iniciativa desta comissão em discutir um tema tão relevante e também agradecer a oportunidade de falar aqui para o senhor, para os demais Senadores presentes e para os expositores.

Aqui, foi falado a respeito da necessidade de regular as horas extras. O auditor fiscal apresentou dados que apontam a dificuldade do setor em remunerar as horas extras e o que isso tem gerado de impacto na situação social.

A empresa que faz a gestão dos trabalhadores da TV Senado é uma empresa terceirizada. É a empresa Plansul. Ela assumiu o contrato aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é o nome da empresa?

O SR. MARCO CLEMENTE – Plansul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como falamos aqui do McDonald's, vamos falar também dessa, que é um problema nosso, da Casa, aqui.

O SR. MARCO CLEMENTE – É uma empresa que tem a contratação de profissionais terceirizados aqui, no DF. Ela é uma empresa de Santa Catarina. Ela tem, aqui, no DF, cerca de 700 a 800 radialistas, que são os profissionais da área de comunicação.

Como o senhor falou, nesta sexta-feira, fomos surpreendidos por um desconto indevido, em nossa opinião, de horas extras negativas. Seria um banco de horas negativo. Não existe instrumento legal para que haja esse desconto...

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo que entendi – você está sendo muito claro, mas somente para reforçar -, banco de horas negativo: em vez de você ficar devendo as horas...

O SR. MARCO CLEMENTE – Fica devendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até, em tese, concordaria. Mas eles tiram do salário do camarada.

O SR. MARCO CLEMENTE – Tiram, tiram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O camarada que ia receber 2 mil passa a receber 1 mil. Aí, não dá para aguentar, como diz o outro.

O SR. MARCO CLEMENTE – Tivemos colegas que, por outras razões – é claro que têm outros descontos na folha dele -, acabou recebendo zero. Não recebeu nada, na realidade.

Os colegas aqui têm dificuldade também no registro de ponto. Acredito que a portaria vai vir a ajudar muito. Queremos que ela seja adotada de imediato. Os colegas que viajam também têm muita dificuldade

no registro de ponto, tendo em vista que eles estão fora. Já ocorreu que um colega estivesse viajando e, por não ter registrado o ponto que fica aqui, tivesse o dia cortado também. Já ocorreu, com um colega que estava à disposição da empresa, em viagem, só ser computada a hora extra enquanto ele estava com o Rec acionado. Ele está à disposição da empresa, acompanhando, muitas vezes, as comissões, os Senadores, mas só vale o tempo em que ele estiver apertando o Rec. É uma situação assemelhada à do McDonald's.

Então, o que solicitamos é uma atenção especial da Casa a esses trabalhadores que fazem a TV Senado. A TV Senado está aí desde 1996. Ela foi criada no sentido de mostrar à opinião pública tudo aquilo que é diferente do que as grandes mídias colocam. Ela tem se tornado referência como empresa de comunicação na esfera pública. Outras empresas foram criadas. A TV Senado tem fechado parcerias com Estados e Municípios para que a TV seja aberta. Nós, da TV Senado, gostaríamos que ela chegasse, cada vez mais, aos telespectadores do Brasil, de uma forma geral, porque ela também mostra a Casa de uma forma que ela não é vista e não é mostrada pela grande mídia. Muitas vezes, os debates estão ocorrendo aqui, nas comissões, e a grande mídia vai para o plenário e o mostra vazio, quando os Senadores – muitas vezes, os Deputados também – se fazem presentes aqui, nas comissões. Então, dada essa relevância, pedimos uma atenção especial à direção da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Uma salva de palmas para o Marco. *(Palmas.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cyro, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria dar uma sugestão nesse caso: que eu e V. Ex^a chamássemos o responsável por essa área ou a pessoa do Senado que responde, junto com o presidente em exercício. Em acontecendo isso, é um absurdo. A casa revisora das leis cometendo um erro desse tamanho. Estou à disposição. Não precisamos fazer isso em audiência pública, mas acho que nós dois poderíamos mediar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cyro Miranda. *(Palmas.)* Eu acato já a sua proposta. Hoje, à tarde, mesmo, podemos fazer os contatos, ou indo ao diretor-geral do sistema de comunicação da Casa ou mesmo ao 1º Secretário ou à diretora. Ficamos acertados? Nós nos encontramos no plenário e, de lá, nos deslocamos.

Nossos cumprimentos ao Senador Cyro Miranda e também ao Marco Clemente.

Neste momento, vamos para as considerações finais – porque já são 12 horas e 30 minutos e temos Plenário logo, no início da tarde – dos nossos convidados. Agora, vou começar da segunda mesa para a primeira, pedindo que cada um, se puder, fique dentro de três a cinco minutos.

Vamos começar pelo Manoel, que está aqui em nome da Central Única dos Trabalhadores. Manoel Messias Nascimento Melo.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

– Agradeço esta oportunidade. Eu perdi a primeira intervenção, a da Dr^a Vera, mas, pelo que tenho visto neste debate, o tema importante para nós parte da seguinte situação: para nós, é essencial que os empresários, através de suas confederações – as principais confederações têm participado deste debate –, aceitem, neste momento, no diálogo com as centrais sindicais e com o Ministério do Trabalho, dirimir qualquer dúvida que tenham, para que não seja adiada a vigência da portaria. Creio que já são mais de dois anos que estamos nesse debate e, até agora, nenhum de nós, das centrais, viu nenhuma proposta objetiva do empresário que signifique a superação dos problemas, até mesmo dos problemas que eles colocam, atendendo ao pressuposto da inviolabilidade e da verificabilidade do ponto por parte das duas partes. Eu tenho certeza de que nós, das centrais sindicais, e os meus pares na bancada dos trabalhadores estamos dispostos a discutir qualquer proposta que signifique garantir que, em sistemas eletrônicos, tenhamos esses dois componentes centrais colocados. É claro que estamos falando dos pressupostos que não são requisitos a serem verificados em caso de problema por parte do empregado. Não, estamos colocando que o sistema em si deve ser montado preliminarmente e certificado de que ele atende a esses dois requisitos. Qualquer mecanismo fora desses, estamos também dispostos a resolver problemas de cada empresa por meio da negociação coletiva. Se o problema do sistema não atende alguma especificidade de determinado setor, faça-se uma negociação coletiva com o sindicato da área, e nós conseguimos revolver via negociação e conseguimos superar esse problema objetivo sério que temos que é o fato de que não há uma prática generalizada de respeito à jornada de trabalho do trabalhador. Os números das ações trabalhistas, das decisões coletivas de trabalho demonstram isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Manoel do Nascimento Melo, que falou pela CUT.

Passamos a palavra, de imediato, ao Francisco Calazans, presidente do Sinthoresp.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Minhas palavras finais são no sentido de agradecer a V. Ex^a, cumprimentá-lo por mais esta audiência tão importante. Mas eu pediria permissão a V. Ex^a para passar meu tempo para o Dr. Rodrigues, que manifestou interesse em dizer alguma coisa. Então, eu pediria que ele fizesse as conclusões em meu nome.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou passando a palavra, mas não estou passando, porque ele pediu de volta.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Mas eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que fiquei satisfeito com a manifestação dos representantes do McDonald's e dizer que estamos dispostos ao diálogo sadio, para que encontremos a solução desejada pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Só diga o nome, doutor, para que fique registrado nos Anais.

O SR. RODRIGO DE SOUSA RODRIGUES – Meu nome é Rodrigo de Sousa Rodrigues, sou advogado, trabalho na causa McDonald's já há algum tempo, trabalho como advogado para o Sinthoresp e conheço a fundo o problema.

De antemão, gostaria de dizer que esse filme não foi apresentado em função de uma situação que começou agora; esse vídeo já está em pauta em um projeto já há um ano e meio. Entre a apresentação do roteiro, a contratação da empresa e efetivamente a distribuição, isso durou mais ou menos um ano e meio.

Segundo, eu gostaria de prestigiar a presença dos diretores do nosso sindicato, trabalhadores do McDonald's que aqui vieram assistir a esta audiência pública. Nós trabalhamos para eles, nosso trabalho é de efetiva defesa da categoria, como reza o art. 8º, inciso III, da Constituição Federal.

Com relação à empresa McDonald's, voltando ao tema, Dr. Pedro, gostaria de dizer o seguinte: vejo com simpatia a proposta que o senhor fez, mas eu gostaria de pedir ao senhor publicamente, se fosse o caso nas suas razões, que o diálogo social seja efetivamente cumprido entre empresa e sindicato. Esse diálogo deve existir não só por nós, mas por exigência das organizações internacionais, tal como a OIT. E, tal como eu gostaria de cobrar não só pela empresa, mas também gostaria de cobrar do Governo, cobrar do Judiciário, cobrar do Ministério Público, cobrar de todos uma revisão sobre o papel do sindicato neste País.

Há um debate muito intenso sobre questões sindicais e sobre como o sindicato trabalha no País. O sindicato, antes de mais nada, nasce da sociedade e é para a sociedade que ele se revela. Ele não se revela para os demais Poderes. Ele nasce e se revela para si mesmo. Então, eu gostaria só de dizer isso.

Sr. Pedro, efetivamente, eu gostaria de dizer ao senhor: vamos iniciar um diálogo social, um debate mais profícuo a respeito do tema. E que o senhor veja que o mais importante nesse tema é que não analisemos só a opinião dos sindicatos, Governo, Senado, mas também – utilizando o jargão das empresas – seu público interno, que são os trabalhadores. Escute esse público interno, faça dele um instrumento até de melhoras para a própria empresa. Acho isso essencial. Nos meus trabalhos que faço conversando com eles, é interessante que eles gostam, muitas vezes, de trabalhar no McDonald's e até falam que corre *catchup* na veia deles. Aproveitem esse dado, cobrem deles e escutem mais seus trabalhadores também.

Com relação ao ponto eletrônico, gostaria de fazer um breve esclarecimento.

Senador Paulo Paim, os sindicatos já têm um papel fiscalizador, e eu gostaria de... Por exemplo, a Resolução 391, do Conselho Curador do FGTS, já dá condições de os sindicatos procurarem junto à Caixa Econômica Federal e ao seu órgão regulador o extrato do FGTS, ou seja, já existe um papel fiscalizador com relação ao FGTS. Nós gostaríamos de incluir uma proposta de que também as empresas que prestassem no REP disponibilizassem para os sindicatos, *online*, a folha, porque aí haveria a possibilidade de os sindicatos fazerem essa fiscalização conjuntamente com as outras organizações responsáveis, por meio de alguma informação no final do mês para cada sindicato representante de suas categorias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Rodrigo Rodrigues.

Passamos de imediato a palavra à Sr^a Ledja Austrilino, diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

A SR^a LEDJA AUSTRILINO – Neste momento, eu gostaria de agradecer a oportunidade de expressar o pensamento dos trabalhadores. Aqui não estamos representando apenas a Nova Central, mas o conjunto das centrais sindicais, tanto quanto o Manoel Messias.

Foram reuniões excessivas, foram momentos de muito enriquecimento, e nós queremos que seja imediatamente aplicada a lei, que sejam obedecidos todos os seus artigos, e que possamos ter uma convivência muito saudável entre empregados e empregadores.

Parabéns, Senador, pelas causas justas, e não só pelas causas do trabalhador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Palmas pela rapidez da sua fala, gostei das causas justas, e que atinjam a todos – claro que estão contemplados os trabalhadores.

Passamos a palavra ao Diretor de Relações Governamentais do McDonald's, Pedro Parizi.

O SR. PEDRO PARIZI – Senador, demais presentes, farei só um esclarecimento rápido: por não negar o vídeo, não quer dizer que eu concorde com ele na sua essência. Vários desses problemas já foram localizados e estão sendo sanados, e, como o nosso advogado do Sinthorep falou, temos esse cuidado, e a nossa gente é uma preocupação muito grande, é um patrimônio nosso, é o nosso trabalho não só de captação dos jovens, como também de treinamento. Você tem conhecimento da nossa preocupação e do tanto que investimos nisso.

Tenho orgulho, e muito orgulho, de dizer a vocês que, pela primeira vez na ISTOÉ Dinheiro e pela primeira vez no Brasil, o McDonald's é considerado a maior marca brasileira. E nós trabalhamos essa imagem da empresa. É uma marca que a gente quer e gosta e trabalha por ela. E ela também é a sexta maior marca do mundo.

Tenho orgulho também de ser de uma companhia que está sempre classificada entre as melhores empresas no Brasil para se trabalhar, e essa pesquisa é feita entre os empregados. Isso é muito importante para nós, pois nos dá um termômetro do que estamos fazendo.

Nosso objetivo principal aqui é realmente cooperar em todos os aspectos, por meio do diálogo, do entendimento com todos os setores, seja o setor público, seja o setor privado, seja o setor governamental, seja o setor legislativo.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Paulo Paim pela oportunidade. Convido ao Senador e a toda a Comissão a uma visita aos nossos restaurantes, à nossa sede, à nossa cidade da alimentação, para que conheçam de perto a nossa realidade.

Gostaria de agradecer a presença de todos e a toda a equipe do McDonald's que esteve neste trabalho neste final de semana, para que pudéssemos participar desta audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Pedro Parizi, Diretor de Relações do McDonald's.

Agora vamos de imediato para a segunda Mesa, na mesma ordem, do último ao primeiro.

Passamos a palavra ao Sr. Vandrei Barreto de Cerqueira, Auditor Fiscal do Trabalho.

O SR. VANDREI BARRETO DE CERQUEIRA –

Senador Paulo Paim, demais componentes da primeira e da segunda Mesas, todos os demais presentes, eu agradeço a honra de ter participado desta audiência pública e de ter trazido alguns esclarecimentos técnicos sobre o sistema do REP.

Gostaria de finalizar, trazendo mais alguns esclarecimentos. Surgiu um questionamento sobre o REP de duas impressoras. É uma questão de redundância, um REP opcional. O REP só pode funcionar se ele imprimir o registro para o trabalhador. No momento em que acaba o papel, ele pode apitar um alarme, pedindo a substituição, e não registra mais. Esse REP com duas impressoras tornaria mais fácil o trabalho do empregador, que não precisaria sair correndo para substituir a bobina de impressão, nem precisaria adquirir outro REP, que também é uma solução; adquire-se um REP adicional, para que, quando acabar a bobina de um, enquanto está se substituindo a bobina de papel, coloca-se o outro em operação.

Outra questão bastante curiosa foi a que o Sr. Manoel Messias apresentou acerca do *hacker*. O *hacker* pode até conseguir violar o REP, mas ele tem um pequeno problema: o REP tem um selo, que teria de ser violado; depois disso, a alteração necessária não é de *software*, mas de *hardware*; seria preciso tirar o *chip* de memória ou o elemento de memória; seja um disco rígido, seja o que for, teria de ser removido e teria de ser substituído por outro. Então, seria necessário que a pessoa tivesse conhecimentos de técnica de soldagem, ele teria de ser bem rápido, e teria que fazer isso quase que diariamente para adulterar, para colocar um *chip* com as informações de ponto adulteradas, o que torna mais barato ter o REP e pronto.

Muito obrigado a todos. Espero que tenhamos esclarecido muito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Vandrei Barreto Cerqueira, que falou pelo Sinait.

Agora passamos a palavra ao Desembargador Luiz Alberto de Vargas, que fala pela Anamatra.

O SR. VANDREI BARRETO DE CERQUEIRA – Antes da fala do desembargador, só uma explicação aqui que acabei me esquecendo de falar: a Dr^a Vera teve de se ausentar já para uma reunião com o Inmetro, para que o Inmetro seja mais um órgão certificador dos REPs. Então, ela pediu que eu deixasse esta informação consignada aqui, de que o trabalho continua e de que não há motivo para que se adie, mais uma vez, a vigência da portaria do REP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela seria a última a falar. Então, fica sendo o Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Senador Paim, em nome dos juízes do trabalho do Brasil, quero agradecer profundamente pela abertura deste espaço desta importantíssima audiência pública, dando voz ao juízo do trabalho e trazendo a angústia do juízo do trabalho em relação a esse tema.

Eu só queria dizer duas coisas basicamente.

Preocupa-nos muito o projeto de decreto legislativo que pretende coibir uma suposta invasão de competência do Ministério do Trabalho ao editar a portaria. Eu quero trazer aqui o voto em separado do Senador Pedro Taques. Na mesma sessão em que se aprovou, na Comissão de Justiça, esse decreto legislativo, ele diz que é claro que há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mostrando que não se pode falar em invasão de competência quando a portaria, a norma administrativa apenas traz matéria nova mas que desenvolve, que aperfeiçoa, que não contraria a norma legal. Parece-me que o Senado poderia olhar com mais carinho esse parecer e não cometer talvez essa violência. Justamente, o Ministério do Trabalho vem do encontro do juízo do trabalho, da fiscalização do trabalho, dos sindicatos, regulando a matéria, pacificando, dando segurança jurídica. Ele, na verdade, apenas cumpriu sua função, que, aliás, já está prevista na própria lei, no art. 74, § 2^a, da CLT. E o Senado estaria desautorizando o ministro, se aprovasse esse decreto legislativo. Mais: estaria jogando a ação coletiva, a ação trabalhista no País num verdadeiro buraco negro. Eu não tenho dúvida de que o juízo do trabalho, ante esse buraco normativo, não teria uma solução a não ser desconsiderar qualquer tipo de ponto apresentado em processos, e todos os processos teriam que ser resolvidos por testemunhas, o que seria um caos.

Então, ponderem, por favor, Srs. Senadores, esse apelo que fazem os juízes do trabalho de todo o Brasil.

Finalmente, em relação ao McDonald's. O que me preocupa é que essa empresa tem uma política muito centralizadora, seja com seus empregados, seja com seus franqueados. Tudo é definido. Aliás, o McDonald's tem essa característica: o seu sanduíche é o mesmo em todos os países do mundo. Mas, a política de pessoal também é a mesma. Parece-me que se o McDonald's e os sindicatos dos trabalhadores têm alguma dúvida jurídica em relação a essa questão, do tempo à disposição do empregado, a irredutibilidade salarial ou a questão de como se pode computar as horas dentro de uma jornada de trabalho, uma variável, a Justiça do Trabalho está à disposição inclusive para mediação. O nosso tribunal tem se empenhado nisso, fora

de qualquer processo, como mediador, e tem ajudado a resolver os conflitos. Ainda mais uma empresa grande, uma empresa de porte, internacional. Parece-me que ela poderia ser mais atenta à legislação do País e ouvisse mais as autoridades, quer administrativas, quer legislativas, quer judiciárias do País.

Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Desembargador Luiz Alberto de Vargas, que insistiu para que a portaria seja mantida e aplicada, como está previsto, a partir de 1º de janeiro.

Passamos a palavra ao Dr. Pablo Rolin, analista da área de relações trabalhistas da CNI.

O SR. PABLO ROLIN – Primeiramente, quero agradecer ao Senador Paulo Paim e a todos os presentes por esta oportunidade de debate.

Tentando ser o mais rápido possível, até pelo adiantado da hora mesmo, a CNI entende importante o PDL 593, de 2010, da Senadora Niura Demarchi, não obstante entendermos mais do que necessário, obviamente, haver um diálogo social e uma efetiva negociação sobre formas de controle de ponto, uma efetiva negociação que – já conversei com o Messias algumas vezes, outras pessoas conversaram também com o Messias e conversaram com a Ledja – só ocorreu 40 dias antes da entrada em vigor da portaria da última vez; antes disso, nenhuma outra oportunidade houve, abertura para esse diálogo, que foi algo que a gente sempre pediu. E 40 dias para negociar, para discutir é algo que não existe, principalmente pela postura que foi adotada no GT, pela postura que foi adotada de basicamente só conversar sobre apetrechos, sobre pequenas modificações no REP (Registrador Eletrônico de Ponto) e não sobre a ideia em si, que é o que sempre defendemos.

Mas, de todo modo, é importante a gente perceber que, como bem falado pela Ledja e pelo Messias, existem laranjas podres em todo lugar; isso não significa que todos são laranjas podres. A regulamentação do REP adota postura diferente, ela parte do pressuposto de que, de uma forma geral, todos são fraudadores. Isso sempre é algo que traz distorções, que traz problemas na nossa visão.

Ainda que o REP fosse o apanágio para todos os problemas do País, para todos os problemas de hora extra, para todos os problemas de relações trabalhistas – ouvi dizer até que tinha gente defendendo o REP porque ele iria solucionar, por causa do papelzinho, briga de marido e mulher; essa foi uma defesa que ouvi – não vai resolver tudo, não é apanágio para o Brasil, não é um apanágio para todas as relações de trabalho. O REP pode ser bom? Pode, mas ele não pode ser o

único. E mesmo o REP, como já ouvi falar, também está sujeito a fraudes. Nisso, temos que pensar no Brasil, temos que pensar na nossa regulamentação, de uma forma que seja adequada para tudo.

Eu não consigo realmente entender essa defesa muito forte do REP, o que é mais importante: o aparelho, o meio ou é o fim? O que estamos buscando, que todo mundo compre um aparelho? Ou é o fim, aquela marcação correta, segura e economicamente eficaz? Às vezes parece que está havendo uma inversão da ordem aí, uma inversão de valores.

De forma geral, todos os empregadores – lamento que não foi possível que outros setores econômicos estivessem aqui também, cada um com sua particularidade em relação ao REP, cada um com sua particularidade em relação à marcação de horários, para expor seus pensamentos – todos entendem que essa regulamentação, da forma como ela está, onerosa do jeito que está, acaba sendo irrazoável, principalmente pelo pressuposto da fraude. Isso é algo que a gente tem que tentar sempre afastar.

Só para fechar um pouco, foi muito bem dado o exemplo da faixa de pedestres. A legislação já diz que todos têm que respeitar a faixa de pedestre. Aqui em Brasília, depois de conscientização e fiscalização, as pessoas passaram a respeitar; não se obrigou todo mundo que dirige carro em Brasília a comprar um aparelho que vai parar na faixa de pedestre obrigatoriamente. De novo, essa inversão de ordem: fiscalização e conscientização e, depois, esse lado oneroso que não vai trazer esse benefício todo.

Foram trazidos números de fraude. Realmente, eu questiono muito esses números porque não conheço a origem deles, não conheço como foram calculados. O Brasil passou, em 2010, por um fenômeno de aumento de empregos; logicamente que trouxe aumento de arrecadação e esse aumento de arrecadação foi utilizado para justificar o aumento da fraude, o aumento da arrecadação da Previdência. Realmente, não sei. Esses números me parecem muito questionáveis, com todo respeito que tenho pelo Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho).

Fechando, é importante essa discussão, mas mais importante ainda que tenhamos uma discussão bem centrada e que ela não seja fundada no pressuposto da fraude e sim no pressuposto da boa-fé, que é o que deve mover o País. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Pablo Rolin, da CNI.

O Moacyr da Contratuh, como último, para dar sua mensagem rápida – está aqui desde cedo; foi um dos que ajudaram a articular esta audiência.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERS-VALD – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, um homem das causas justas, como foi colocado, das questões sociais.

Cumprimento o Desembargador Vargas, Presidente da Anamatra, pelas diversas oportunidades em que estivemos juntos, pela compreensão que a Anamatra tem tido nas questões sociais, o Ministério do Trabalho.

Cumprimento também nosso presidente José Calixto Ramos, Francisco Calasans, presidente do Sindicato, e todos os funcionários do McDonald's, na pessoa da Ana Paula.

No mais, eu duplicaria as ponderações que já foram colocadas aqui pelas centrais e desejo a todos sucesso e que a paz mundial seja alcançada por nosso intermédio.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Moacyr, que falou de forma muito rápida.

Vou só fazer o fechamento da nossa audiência pública, com o entendimento que saio daqui. Primeiro, eu e o Senador Cyro Miranda vamos visitar os órgãos de imprensa da Casa para resolvermos essa questão: que não se tenha no salário do trabalhador salário negativo, ou seja, se tem direito a receber, vai receber a menos daquilo que você, em tese, teria até como salário básico. Houve alguém que, segundo disse aqui o presidente do Sindicato, chegou a receber zero no fim do mês. Então, hoje à tarde faremos isso.

Segundo: pelo que entendi aqui, pelos menos 99%, que não se prorrogue a entrada em vigor da portaria. Esse é o entendimento que saio desta audiência pública.

Terceiro: entendimento também, de 99%, ou 90%, que a gente rejeite o decreto que anula a portaria. Seria uma violência, pegando a palavra do nosso Desembargador Vargas.

Quarto: que, a partir de hoje, se vai estabelecer, de fato, uma negociação entre o McDonald's e o Sinthorresp. Está certo, Calasans, é isso? Está certo. É isso.

E, respondendo ao Pablo Rolin, Pablo, da forma como você colocou, e foi muito transparente o seu ponto de vista, que esta Comissão se dispõe a fazer tantas audiências quantas forem necessárias para a gente resolver esta questão.

Convidamos outros setores também, mas entendo que agendas são agendas e nós poderemos fazer outra até a semana que vem, se for necessário, convidando outros setores para continuar debatendo o tema.

O que não dá é para não deixar de ir caminhando, ir caminhando numa construção coletiva que seja para o bem de todos. Pelo que percebo, essa é a vontade,

transparência absoluta e criação daquilo que eu chamo de conforto legal, mas que é uma segurança legal para todos. E que o trabalhador receba o que ele tem de direito, horas extras, suas horas de jornada. Enfim, esse, pelo que entendi, foi o encaminhamento final.

Só posso agradecer mais uma vez a todos que estiveram aqui neste debate.

Agradeço também à Vera, que representou o Ministro, mas que teve que sair – aqui foi muito bem justificado.

Vamos caminhar. Aquilo que foi dito, uma frase de alguém da mesa: “Nós não temos que ter medo do novo”. É exatamente isso. Não temos que ter medo do novo. Quando abri aqui eu falei que, no meu tempo, lá atrás, trabalhei em três ou quatro empresas só, durante todo o período que fui da área metalúrgica. Pelo contrário: fiz o SENAI, depois fui para uma marcenaria, depois fui para a Getal, Eberle e, depois, fui para o Grupo Tramontina – estou licenciado do Grupo Tramontina, Forjasul Canoas, que pertence a esse grupo. Eu era do tempo que se batia o relógio, às 6 horas, depois ia lá e batia hora extra, aquela questão toda. Mas, os tempos mudaram e as novas tecnologias estão aí. Não vejo problema nenhum no ponto eletrônico. Eu, particularmente, não vejo. Acho que o ponto eletrônico dará segurança jurídica, tanto para empregado como para empregador. E aí confronta os dados e cada um pague aquilo que tem de direito. Sou totalmente contrário mesmo àqueles que entram na Justiça – sabemos que tem isso também; sou muito franco nesse aspecto, até porque vim da área sindical – porque muitas vezes também tem indústrias, mandando-se meter tudo na Justiça, até a sombra dele, se bobear, ele manda botar na Justiça. Sou contra isso, deixando bem claro. Acho que tem que ser o certo é o certo, o errado é o errado.

Às vezes eu falo das empregadas domésticas, que tem gente malandra, classe média, que não assina a carteira da empregada doméstica. É a maior bobagem que fez na vida porque, amanhã ou depois – aí sim – vai botar na Justiça, porque tem que botar mesmo, e vai tirar até a casa da pessoa às vezes. Não cumpriu o que manda a legislação, é um equívoco enorme. Por isso que se o ponto eletrônico vem para fortalecer o cumprimento da legislação, claro que só pode ter de minha parte incentivo para que a agente construa um entendimento que evite que tanto empresário como trabalhador não tenham o seu direito plenamente assegurado na hora de receber o seu contracheque ou mesmo na hora de uma indenização.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos..)

ATA DA 74ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 17 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 125, de 2011–CDH, aprovado em 31/08/11, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, “para instruir o PLS 191, de 2009, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.” Convidados: Marta Klumb Oliveira Rabelo, Coordenadora do Programa Saúde na Escola do MEC; Rosilene Corrêa Lima, Coordenadora da Secretaria de Imprensa do SINPRO; Antonio de Lisboa Amâncio Vale, Professor, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Rita de Cássia Pereira, Viúva do Professor Carlos Ramos Mota; Coronel GARCIA, Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF; Najla Veloso, Pós Doutora em Formação de Professores, Doutora em Sociologia da Educação e Coordenadora do Projeto de Fortalecimento de Políticas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO; Rodrigo Pereira de Paula, Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – SINPROEP; Paula Fernanda Melo Rocha, Orientadora Educacional, mestre em educação; Castro Barreira de Carvalho, Professor de Educação Física e Técnico na área de Direitos Humanos da Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Educação; Marcelo Correia Mota, Pai do Professor Carlos Ramos Mota. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 74ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 125, da CDH de autoria do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores, aos quais me incluo, para discutirmos medidas que estabeleçam procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e medidas protetivas para os caos de violência contra o professor oriunda da relação da educação.

Esta audiência pública tem toda a simbologia do aniversário do Dia do Professor, que é agora no dia 15, e, nós, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores, resolvemos fazer essa audiência pública no dia de hoje.

A audiência pública tem o objetivo de debater a violência nas escolas, mas não tem como desvincular também da falta de condições adequadas para que os professores possam desenvolver o seu trabalho. Entre eles, destaco, até fiz um discurso na semana passada, se não me engano, na quarta ou na quinta-feira, o não-pagamento do piso dos professores. Há ainda nove Estados que não pagam, sequer, o piso dos professores, que corresponde a, mais ou menos, dois salários mínimos. É de R\$1.197,00.

Eu dizia lá e repito aqui que um assessor em meu gabinete, o chamado ajudante-geral, que é encarregado de entregar papel aqui, buscar água, ganha R\$2.090,00, e não é só do meu, é de qualquer gabinete. É o piso mínimo na Casa. Qualquer auxiliar de gabinete ganha R\$2.090,00. Daqui a pouco, vamos ter professor pedindo para ser auxiliar de gabinete se continuar assim. Então, essa audiência pública tem esse objetivo também.

Eu sei que, em inúmeros Estados, há movimentos dos professores exigindo o cumprimento do piso. Quero dizer que esta Comissão é solidária, está ao lado. São nove Estados, inclusive o meu, que ainda não pagam o piso. O piso também foi lido. É uma política ainda do Governo anterior, e não quero discutir se é do governo anterior ou do atual, mas que temos que dar condições objetivas para que o piso seja pago em todo o País.

Tenho aqui uma pequena abertura, mas vou fazer só a segunda parte, mais sobre a questão da violên-

cia, para que a gente possa iniciar a nossa audiência pública, primeiro, cumprimentando a todos os professores pelo 15 de outubro, Dia do Professor, e lamentando que, no Brasil, o profissional da educação não seja ainda reconhecido como deveria. Podemos falar aqui do desrespeito, da violência, da falta de condição para sua atividade e, repito, do fato de que inúmeros Estados não pagam sequer o piso.

Quero falar aqui, para fazer uma rápida introdução, dados do relatório da violência da APEOESP, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, que mostram que nas escolas públicas paulistas a violência, de 2008 a 2011, cresceu em média 30%. Segundo o sindicato, de janeiro a julho deste ano, foram registrados mais de 300 casos de agressão física ou verbal a professores nas aulas.

Em Minas Gerais, os números também preocupam. O sindicato dos professores do Estado criaram um Disque-Denúncia como forma de conter a violência nas salas de aula. Desde fevereiro desse ano, quando o serviço foi criado, 83 denúncias de ameaças ou agressões aos professores foram comunicadas ao SINPRO Minas. Em média, uma denúncia é efetuada a cada três dias. Dados do Sindicato informam ainda que as agressões a professores são motivadas por faltas, indisciplinas ou insatisfação do aluno com notas de provas e trabalhos.

O Distrito Federal também sofre com a violência. Relatório publicado pela Secretaria de Estado do DF diz:

“Diagnóstico sobre a violência nas escolas de 2008 mostra a percepção dos alunos sobre o próprio comportamento e a visão sobre o comportamento dos colegas; 10% dos alunos entrevistados relataram que nunca respeitaram, ou respeitam, os professores. A pesquisa mostra ainda que 2,7% humilha muito ou sempre os professores, se assim puderem.”

Aqui destaco Projeto de nossa autoria, que está tramitando aqui na Casa, que tem parecer do Senador Cristovam e que agora está em debate na última Comissão.

Vamos montar a nossa Mesa com os convidados que já estão aqui. Como temos aqui em torno de dez convidados e já estão presentes seis, vamos fazer duas Mesas. Convidaria para a primeira Mesa, por ordem aqui, a Srª Marta Klumb Oliveira Rabelo, coordenadora do Programa Saúde na Escola, do Ministério da Educação; também o Sr. Antonio de Lisboa Amâncio Vale, Professor representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e também Rosilene Corrêa Lima, coordenadora da Secretaria de Imprensa do SINPRO. Essa seria a nossa primeira Mesa. Depois faremos uma segunda Mesa

com os outros três convidados, para termos quatro pessoas na Mesa.

Quero dizer que nessa atividade que teremos aqui, teremos duas, três Mesas, se necessário. Quero que todos fiquem muito à vontade e falem exatamente o que estão sentindo. Permitam que eu diga isso a todos. Não precisam falar só sobre a violência. Permitam-me, vamos falar sobre a situação do professor. É a questão salarial, é a questão da estrutura em sala de aula, é a violência.

O professor aqui me dizia que está aqui, inclusive, a esposa do Professor Carlos Mota, a Rita. Eu a convidaria, simbolicamente, para que ficasse na Mesa durante todo o evento. Rita de Cássia Pereira, viúva do Professor Carlos Ramon Mota. Troca as Mesas e a Rita continua. Vamos dar uma salva de palmas à Rita, esposa do professor que foi assassinado. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Vamos chamando os outros convidados três em três à Mesa. Sempre permanecerá na Mesa, pela simbologia, a Sr^a Rita de Cássia Pereira.

De imediato, passo a palavra à professora Marta Klumb Oliveira Rabelo, coordenadora do Programa Saúde na Escola, do Ministério da Educação. Quinze minutos com mais cinco.

A SR^a MARTA KLUMB OLIVEIRA RABELO – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa em nome do Senador Paim. Muito grata em participar. Eu represento a nossa Secretaria de Educação Básica, a Sr^a Maria do Pilar Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Professora, eu só queria convidar os alunos que vieram assistir para que usem aqui as cadeiras dos Senadores. Não sentem lá atrás. Hoje vocês são os homenageados, junto com os professores. Podem usar todas as cadeiras aí. (*Pausa.*)

Fizemos uma pequena interrupção para que os alunos pudessem se acomodar, o que já aconteceu.

Quero de pronto, permitam-me, cumprimentar a belíssima frase colocada em uma faixa que está nesse momento sendo exposta na parede, no fundo da sala: “Não se pode falar em educação sem amor. Paulo Freire” Parabéns! (*Palmas.*)

“Quem bate na escola maltrata muita gente.” Meus cumprimentos pela faixa.

Sejam todos bem-vindos.

Já vamos anunciar qual é a escola. O professor pode anunciar a nossa escola convidada.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Obrigado, Senador.

A escola convidada é o Centro de Ensino Professor Carlos Ramos Mota, que foi um professor muito querido aqui em Brasília, Senador. Ele era diretor des-

sa escola e, por conta de um trabalho que realizava na direção da escola de combate ao tráfico de drogas naquela região rural de Brasília, região que está distante por volta de 30 Km, foi assassinado dentro da casa dele por traficantes. Isso foi há três anos. O pai dele, Sr. Rogério, está aqui. (*Pausa.*)

Desculpe. Sr. Marcelo. Chamei de Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é seu nome?

O SR. MARCELO CORREIA MOTA – Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas ao Sr. Marcelo, que é pai do nosso professor assassinado. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo aqui. No momento adequado, o senhor poderá usar a palavra, se assim entender.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Aqui, em Brasília, não se costuma dar nome de pessoas às escolas, mas esse caso é especial. Portanto, a escola que era o Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste, que uma região rural daqui, passou a se chamar Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Ramos Mota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*)

Sr^a Marta, por favor.

A SR^a MARTA KLUMB OLIVEIRA RABELO – Bom dia a todos.

A primeira plenária que vejo que está fartamente elegante, elegantemente composta.

Minha fala é extremamente delicada, na medida em que a gente tem toda uma preocupação que deriva não só da preocupação com a violência contra o professor, mas com a violência de modo geral. É óbvio que o foco é dentro da escola, e vamos procurar verter o olhar um pouquinho mais para esse solo da escola, para esse chão da escola.

Quero chamar o Boaventura de Souza Santos, que é um fantástico teórico, para iniciar nossa fala e dizer qual é o lugar dos poderes na escola ou qual é o lugar da instituição democrática na escola, como a gente pode, de certa forma, diminuir um pouco essa lógica de poderes e de assentamento em um ou outro personagem da escola.

Boaventura diz: “Temos que ser iguais todas as vezes em que as diferenças nos inferiorizam e temos que ser diferentes todas as vezes em que a igualdade nos descaracteriza.”

Essa é a nossa primeira instância. De quem nós falamos? Quem é o estudante? Quem é o educador? Quem é a merendeira? Quem é o porteiro? Quem é o aluno? Quem é o pai? Qual é essa comunidade escolar de que estamos falando?

Podemos passar.

Aqui temos uma composição do que seria o trato da política pública em relação a essa dimensão de violência na escola.

Um conceito que me atrai muito é entender a questão da política pública como espaço de representação e de defesa dos interesses da sociedade. Esse olhar nosso se volta para esta condição: interesses da sociedade e não de um ou outro.

Uma questão importante que me chama a atenção, lendo o PL, Senador, é a importância que precisamos ter e o cuidado que precisamos trazer em relação a essa prerrogativa de violência contra o professor. Não se trata de enfraquecer a gestão democrática da escola. Não podemos assentar a causalidade da violência em uma gestão democrática. Eu acho que a gestão democrática dever ser fortalecida, sim, porque ela traz para nós a competência e a condição de lidarmos de forma mais igualitária na dimensão da educação.

Preocupou-me um pouco a leitura da justificativa, quando havia uma prerrogativa de enfraquecimento ou de releitura do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não se trata disso. Trata-se de termos também a condição de levantarmos uma rede de proteção para o educador também. Então, é uma instância de desenvolvimento e um espaço de relações. A gestão democrática na escola é um espaço de relações.

O que nós logramos é que seja um espaço de relações construídas com vínculos saudáveis. E aí, ocupando toda a rede social que nos cabe e toda a rede de proteção social também.

Aqui, temos um território que é um dos conceitos mais caros para o estabelecimento das políticas públicas brasileiras. Não dá para pensarmos isoladamente cada um dos setores. É necessário que a gente os pense a partir de um território de responsabilidades. Então, a escola, em si, situa-se em um território compartilhado de responsabilidades, onde, para que nós possamos garantir a segurança daqueles que estão na escola, dentre eles obviamente o educador, nós possamos nos valer de todo o olhar de diversos outros setores: do poder público, da polícia, da assistência, da educação.

Então, essa é uma construção que é extremamente importante para que, de fato, essa promoção de direitos humanos se transforme em um potencial transformador. Ou seja, direitos, garantia de direitos humanos como potencial de transformação de um território, um território abrangente, onde situa-se a escola, dentro desse território.

Então, a violência não está dentro da escola, só e somente só. Está em um território mais abrangente. É necessário que a gente considere esse território.

Aqui temos, então, os conceitos que são delimitadores dessas nossas políticas e a solicitação, por onde passam, então, toda a edificação das nossas redes sociais de proteção.

Então, o conceito de território de responsabilidade, que é esse conceito fantástico que nós dissemos – e eu vou trabalhar cada um deles –; a inter-setorialidade, como uma das ações mais efetivas e possíveis de garantia desses direitos; o cuidado ao longo do tempo. Não se trata de ações pontuais e emergenciais. Trata-se de um cuidado que se efetive ao longo do tempo; a proteção integral não só para a criança, adolescentes e jovens, mas para todos os cidadãos que trabalham na dimensão do cidadão e a vivência no seu cotidiano.

Por favor, podemos passar adiante.

Aqui, o conceito de corresponsabilidade: eu não dou conta sozinha. Penso que a ideia é essa. Eu, em um artigo que fazia sobre a educação integral, dizia desse atrevimento. Mas um atrevimento intersetorial, em seu sentido mais rico, mas pleno. Qual é o atrevimento de fazer uma gestão intersetorial, no seu sentido mais rico, no seu sentido mais pleno.

Qual é o atrevimento de fazer uma gestão intersetorial? Que petulância é essa que nós temos? É a petulância de sabermos que não damos conta sozinhos. É a sunção que temos de ter de dizer que eu sozinho não dou conta de fazer. Eu sozinho não dou conta de fazer. Eu preciso de uma rede que se relacione, e se relacione de modo maduro, e não somente dentro de uma perspectiva escrita ou de um texto teórico, mas que se constitua em um mundo dialógico mesmo, no mundo da vida.

Então, é o sentido de intersetorialidade como um dos elementos, uma das ações importantes para a garantia da proteção de cidadãos.

Podemos avançar, por favor.

Aqui, nós temos a territorialidade, que é o sentido de pertencimento. Em que medida nós nos sentimos parte de um território. Em que medida nós nos responsabilizamos por ele, na mesma medida em que o território se responsabiliza por nós. Como é que nós fazemos esse diálogo, como é que nós garantimos e também desenvolvemos ações que são passíveis e possíveis de serem desenvolvidas por nós. O que eu, como estudante – e aí eu falo para os estudantes que estão aqui representando toda uma categoria –, posso fazer para diminuir a violência. Qual é a minha responsabilidade com isso? O que eu faço para cuidar do território em que eu vivo? Eu cuido do território ou eu espero que ele cuide de mim somente? Como eu trabalho essa lógica de pertencer a um território? De me responsabilizar por ele?

Podemos ir adiante, por favor.

A questão da proteção integral. Eu coloquei duas imagens, até achei meio pesadas – eu sempre temo um pouco imagens –, mas é absurdamente violenta uma escola que esteja instituída da forma como aquela imagem da esquerda: uma criancinha atrás da outra, sem possibilidade de diálogo, um olhando para as costas do outro. É a dimensão de uma escola um pouco mais tradicional. É violenta essa escola nesse sentido. Do outro lado, puxando um pouco essa dimensão do PL 191, existe a noção de que eu também posso ter um estudante pensando ou montando estratégias que possam ser violentas para determinado educador. Como fazer para que esse diálogo seja equitativo entre a garantia e o direito dos estudantes, crianças, adolescentes e jovens, e dos educadores trabalharem em um território de paz? A ideia é dimensionar em uma proporção equivalente essas garantias e não diminuir ou tentar diminuir uma em relação à outra.

Podemos ir adiante.

Insisto que a escola tem que ser um território de proteção social. Ela é, ela tem essa dimensão. Sobre tudo da Constituição de 1988 para cá, quando a escola se institui socialmente definida, quando a educação se torna um direito social, tenho que, obviamente, ter a escola como sendo um local de proteção social, e é assim que nós queremos instituí-la. Não podemos ter medo de ir para a escola. Essa luta, sobretudo de 1988 para cá, vem se consolidando e, cada vez mais, se asentando dentro de conceitos de território, de responsabilidade e de intersetorialidade e do entendimento de que não damos conta sozinho. Mas a rede de proteção social tem que incluir todos os equipamentos públicos de proteção, e a escola é um equipamento público de proteção. Se nós negarmos essa condição, nos vamos criar um território de terror, e não é essa ideia. Temos que garantir, e tomá-la, como um território de proteção.

E aí nós temos uma série de elementos que nos trazem à reflexão. Eu coordeno um programa de saúde na escola, no âmbito do Ministério da Educação. É uma luta extremamente árdua. Conseguimos que alunos usuários de droga sejam recebidos e acolhidos na escola, que não sejam expulsos, porque, expulsando-os, toda a sociedade obviamente perde a condição de tê-los como sujeitos cidadãos de direitos. É toda uma luta, um empenho, um trabalho. Toda e qualquer dificuldade que esse aluno tenha em âmbito social precisa ser levada em consideração pela escola. A escola não pode e não deve expulsar porque é um lugar de proteção social, mas é óbvio que precisamos desenvolver todo um olhar de amadurecimento da perspectiva democrática da proteção da escola, um olhar que faça com que nós dialoguemos na escola e com que os vínculos possam ser saudáveis e se edi-

fiem dentro dessa lógica. Como fazer esse diálogo intersetorial para garantir e consolidar esse território de responsabilidade?

Podemos ir adiante.

Aqui nós trazemos dois programas que são extremamente significativos e que se ocupam bastante da cultura da paz no território escolar. Um é o Programa Mais Educação, que é o indutor de políticas públicas de educação integral no nosso País. Isso faz com que a criança amplie os tempos e os espaços educativos e desenvolva quase sete horas do seu tempo em escola. Essa proposta do trabalho de educação integral é extremamente elegante porque não se trata de encerrar a criança na escola e trancá-la a sete muros, mas de ela participar do território. A criança tem atividades durante sete horas de trabalho. Ela vai para o território: para o clube, para a praça pública. Ela ocupa os territórios disponíveis dentro do ambiente do bairro. Ela não fica só e somente só na escola. Ela tem todo um currículo que permite que ela ocupe os espaços. A criança tem que estar na rua mesmo, e essa rua tem que ser local protegido. Então, de que forma ela está desenvolvendo atividade pedagogicamente instituída em espaços abertos, em espaços que são da comunidade? Porque entendemos que a comunidade é um local seguro. Então, é necessário que isso seja identificado.

Esse é um dos programas que nós temos e que mantêm a questão da cultura de paz.

O segundo programa é o Saúde na Escola, que é uma parceria com o Ministério da Saúde diretamente com uma gestão compartilhada. Ele tem como um dos seus objetivos a garantia desse território de paz. Para tanto, desenvolvemos uma série de ações relativas às questões temáticas do programa, que passam desde uma alimentação saudável – e a Najla está aqui, grande companheira de trabalho – até a prevenção ao uso de drogas, a direitos sexuais e reprodutivos, enfim, são uma série de temáticas que garantem a perspectiva da condição saudável de estar no mundo.

Esse programa é gerido numa base de gestão local. Então, a composição do grupo de trabalho que faz a gestão do programa é local, trazendo pessoas da comunidade, trazendo a sociedade civil e diversos outros parceiros que a educação e saúde julguem importantes nesse momento, além da participação dos jovens no grupo de trabalho que faz a gestão do programa.

Aqui os objetivos: promover saúde e cultura da paz; contribuir para a construção de sistemas de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades no campo da saúde que possam comprometer o pleno desenvolvimento do escolar; promo-

ver a comunicação entre escola e unidade de saúde, assegurando troca de informações e as condições de saúde dos estudantes; integrar as ações já desenvolvidas nos Estados e nos Municípios.

Aqui, os temas que trabalhamos e que já elenquei. Obviamente, todo esse cuidado com o estudante se reflete no educador. Um estudante com a garantia da sua saúde e da sua educação integral, obviamente tem uma relação mais efetiva e saudável. Aqui as nossas dimensões de tema, dentre eles a perspectiva de formação de educadores, a perspectiva de monitoramento de todas essas ações que são trabalhadas em âmbito local, nos Municípios e as temáticas que nós desenvolvemos.

O Saúde na Escola tem um componente que as equipes de saúde na família entram na escola e também desenvolvem ações de saúde, de promoção e de prevenção junto com os estudantes.

Finalizo minha fala, trazendo e clamando e compondo um pouco o diálogo com a faixa da CNTE – a faixa fala que não se pode falar de educação sem amor – eu faço uma referência ao fato de que racionalizamos demais a vida; é preciso que a gente traga um pouquinho mais de sensibilidade. Eu acho que a composição dessas duas instâncias de estar no mundo é que vai garantir com que a gente toque essa relação, todas as relações que estão inseridas na escola de uma forma mais saudável e mais garantidora de direitos.

O Guerreiro Ramos, então, diz que essa obscedante racionalidade nivelou emoções, normatizou o sentido do viver, reduzindo desejos ao socialmente recomendável, ignorou a riqueza das pluralidades. A diversidade humana, em toda e qualquer instância, precisa ser trabalhada e amadurecida. Ela garante a paz, no meu entendimento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Essa foi a Professora Marta Klumb Oliveira Rabelo, coordenadora do Programa Saúde na Escola, do Ministério da Educação.

Eu queria cumprimentar, já está conosco, o Senador Mozarildo Cavalcanti. É um Senador que tem participado muito aqui na Comissão de Direitos Humanos, tem demonstrado também as suas preocupações no conjunto da educação, a violência o não-cumprimento do piso, também temos conversado sobre isso. Eu pediria uma salva de palmas para o Senador Mozarildo por estar conosco aqui, e que usará a palavra no momento que entender mais adequado.

Passamos de imediato à coordenadora da Secretaria de Imprensa do Sinpro-DF, Professora Rosilene Corrêa Lima.

A SRª ROSILENE CORRÊA LIMA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Rita, que, como já foi dito aqui inicialmente, tem uma simbologia essa presença da Rita aqui. Quero parabenizá-la, inclusive, pela persistência e por não deixar que aquilo que o nosso querido colega Carlos tinha como propósito de vida para a educação e o zelo que ele tinha. Os alunos que estão aqui também simbolizando isso. Parabéns, Rita, por ser nossa parceira nessa jornada.

Nós comemoramos o Dia do Professor no sábado, e eu atendi, muitas vezes, a imprensa nesses últimos três, quatro dias, e a pergunta que começava a entrevista era: “E aí, o professor tem o que comemorar?” É muito chato ouvir, sendo uma educadora, tendo dedicado a minha vida, feito uma opção de ser professora, a primeira pergunta ser se você tem o que comemorar. Parece que fica muito explícito para todo mundo qual é a nossa realidade. E aí a situação é mais intrigante ainda, porque você percebe que isso é claro para a sociedade, mas, ao mesmo tempo, não percebe ações efetivas, concretas para mudar esse quadro.

Mas eu sou muito otimista e diria que não me deixo abater. Então, eu sempre respondia: “Tenho muito que comemorar. Tenho quase trinta anos de profissão, tenho o que comemorar e vou continuar tendo o que comemorar, porque o meu papel está sendo cumprido. E sei que, assim como eu, os meus colegas também estão cumprindo com a sua parte, com a sua responsabilidade”. Portanto, nós temos muito que comemorar por ver o resultado ao final de cada ano. Agora, nós temos também, junto a essa comemoração, que lamentar profundamente. Como poderíamos ter mais a comemorar! Como os nossos alunos e os seus familiares poderiam comemorar muito mais! Como este País poderia ter muito mais a comemorar se, de fato, houvesse a responsabilidade que a educação merece! Então, isso a gente tem que registrar.

Nós, profissionais da educação, temos que comemorar, porque a nossa parte está sendo feita. Mas volto a registrar aqui, Senador, que temos que lamentar, porque ainda estamos muito distantes daquilo que realmente nós esperamos. E aí não se trata do merecimento dos trabalhadores da educação, não. Quando estou colocando isso, refiro-me à educação. Precisamos também separar um pouco, principalmente nós que somos sindicalistas. Quando a gente fala em investimento na educação, parece-me que o que se entende é só que nós queremos ganhar mais. E queremos mesmo, porque ganhamos muito pouco pela importância que tem a educação. Mas o que nós queremos é investimento na educação – e aí é para todo mundo: desde a qualidade do lanche para as crianças, do material de que nós precisamos nas es-

colas até uma escola bonita. Eu vi ali a última imagem do trabalho apresentado: sempre crianças saudáveis, sorridentes, com fachadas de escolas bonitas. E é isso que nós queremos, é isso que os nossos alunos, estes que estão aqui, merecem. E nós merecemos também um ambiente adequado para trabalhar.

Quando a gente fala de violência... E aí a faixa que está ali ao fundo mostra o *slogan* da nossa campanha do Sinpro: "Quem bate na escola maltrata muita gente". Nós escolhemos esse *slogan* exatamente porque nós entendemos que a violência contra a educação não se reduz à violência e à agressão física ou ao próprio *bullying*. No momento em que você deixa faltar gás na escola, deixa faltar material didático na escola, isso é violência. Você está maltratando alguém ou muita gente. Então, quando nós cobramos essa responsabilidade é nesse sentido. E aí nós não podemos deixar também de colocar que a violência física – é claro – é aquela que tem um resultado de imediato. Então, nós sentimos profundamente isso. Ela é resultado de uma sociedade violenta, e isso só vai se resolver quando nós tivermos mais investimento em todas as áreas que nós entendemos como áreas de sustentação de uma sociedade. É política pública que tem que se ter.

Nós estamos vendo aqui os nossos colegas da segurança. É inevitável essa parceria, mas não adianta ter o investimento devido na educação, se, na segurança, também não acontecer. Agora, não vai adiantar, não resolve o nosso problema a reivindicação de ter a proteção, a segurança nas escolas, ter guardas, ter policiais na porta das escolas. Sente-se segurança ao ver ali a figura de um policial, mas essa não é a solução. Pode ser imediata, pode nos dar uma tranquilidade momentânea para trabalhar, mas nós não teremos alguém ali... Eu não vou ter um segurança particular do meu lado a todo tempo; e não é isso que nós queremos. E aí nós precisamos de escolas em que os nossos alunos e nós tenhamos prazer também de estar.

Estou falando um pouco de tudo e estou fazendo um balanço. O que é ser professor? Acho que este momento é muito oportuno exatamente por isso. Não quero falar só de Brasília, mas, a todo tempo, infelizmente, as notícias, as manchetes que a gente acompanha não são animadoras. Isso nos preocupa. A cada dia isso vai se agravando. É algo assim com que a gente fica... Às vezes, dá um sentimento de que não tem jeito mesmo. É isso mesmo e vai ser assim. A cada dia é aluno morrendo, professor morrendo. A todo tempo você vê, na televisão, as condições das escolas, mas tem que ter solução. É preciso que a sociedade também entenda e pegue para si essa responsabilidade, essa cobrança. Eu insisto muito em dizer: não é porque o seu filho não precisa da escola pública que a escola

pública não é sua responsabilidade ou que nós não precisamos nos colocar como parte dessa sociedade. Se a maioria da população depende do serviço público, eu tenho que querer um serviço público de qualidade, porque, assim, a minha sociedade estará melhor, estará bem assistida, e, com isso, a vida de todo mundo vai melhorar. Eu não posso, porque eu tenho uma renda que me dá condições de ter uma saúde privada, de ter uma escola privada, de ter segurança privada, dar-me o direito de não ter responsabilidade pelo que é público, e a maioria depende do público. Então, nós temos esse desafio.

Para mim, hoje, estar na educação é um desafio. São desafios colocados a cada dia, mas temos que encará-los. É responsabilidade nossa. Também não faço um discurso para colocar a categoria de professores como vítima, não. Somos atores centrais nesse processo e temos condições de colaborar. Agora, também queremos reconhecimento e que os nossos governantes entendam a educação como investimento e não como despesa, porque é assim que é vista. Em mesa de negociação... Não é só em relação ao salário, não, mas em tudo que é para a educação, aqui no DF, a gente vive isso. Acho que somos a maior categoria em números de servidores – há quase 650 escolas. Então, é claro que isso vai gerar uma despesa; é evidente. Agora, o que significa essa despesa? O que é para o Estado investir, ter ao final do mês uma conta a ser paga, mas estar preparando estes jovens que estão aqui, por exemplo, para que, amanhã, sejam na verdade contribuintes e cidadãos que vão realmente participar de uma forma que venha a trazer retorno, sem a necessidade de entrar a política da punição? Porque, hoje, o que a gente vê também é: "Você não gasta na escola, mas vai gastar com punição. Você vai ter que reforçar presídios, contratar mais policiais, porque você tem que dar jeito nessa figura, nessa pessoa de alguma forma". Se a educação não cumpre com esse papel, a política punitiva vai fazer isso, o que também custa dinheiro. Então, é um equívoco tratar a educação dessa forma.

E aí, quando se fala em educação para atender realmente à necessidade, a gente pensa em uma escola em que o aluno possa, inclusive, passar mais tempo do que as quatro, cinco horas que ele tem – é claro – e de que necessita para receber conteúdos. Você também pode oferecer uma escola em que se tenha uma convivência efetivamente social, em que se vai promover a convivência dessas crianças, desses jovens. Aí, sim, você vai ter mais condições de ter mais zelo por isso, por esse processo.

No material que foi apresentado aqui, fala-se muito disto: modelo de gestão escolar. Que gestão nós

temos? Qual é o modelo que nós temos hoje? E despertar nesses jovens o sentimento de zelo, de prazer, de orgulho de dizer “esta é a minha escola” também é hoje um dos nossos desafios.

Outro desafio colocado é fazer com que essa juventude queira ser professor. Hoje, é um grande problema. Quem quer ser professor? Vamos fazer uma pesquisa aqui. Quantos destes que estão aqui olham para os seus professores e têm aquela inveja positiva: “Quando eu ficar grande, quero ser um professor como essa professora que eu tenho ou como esse professor”. Infelizmente, hoje o quadro é esse e é preocupante. Os nossos jovens não têm mais paixão pela educação e, muito menos, pela profissão de ser professor. Então, isso é extremamente preocupante. Ou a gente entende isso, como eu já disse, como uma responsabilidade e o Estado vê a educação como prioridade de fato ou nós continuaremos assistindo a essa realidade, que não é nem um pouco tranquila nem prazerosa para nós. O que é mais grave é que nós não temos como fugir, e o quadro exige de nós medidas que são para agora. O quadro é sério, é agora. Então, nós não podemos pensar só em propostas a médio e longo prazo. As coisas acontecem e acontecem agora. Aconteceram ontem, anteontem e, hoje, vão acontecer novamente. Então, nós temos que ter também medidas emergenciais, pensando, claro, numa política maior, mais ampla para que a gente tenha daqui a pouco uma situação completamente diferente.

Eu estive aqui – esse ano mesmo em outra audiência – e citei uma frase do padre que é da comunidade do Lago Oeste. No momento em que nós perdemos o professor Carlos, ele pediu desculpas, disse que nós temos que pedir desculpas aos nossos jovens pela sociedade que estamos oferecendo a eles hoje e passou a responsabilidade para a juventude, para que eles realmente se empenhem, tenham a responsabilidade de preparar um mundo melhor para os que estão nascendo para que realmente possamos ter uma sociedade melhor, o que nós não conseguimos. Reforço aqui, como disse o nosso padre, esse pedido de desculpas, também chamando a responsabilidade para vocês, garotos e garotas, que estão aqui.

Quando foi dito que depende da minha postura, eu tenho responsabilidade em tudo. Não adianta também dizer que tem hoje um mundo violento. Eu não tenho culpa disso. Eu posso não ter culpa, mas eu tenho responsabilidade nisso também. Cada um, cada uma deve assumir essa responsabilidade da mudança, e a mudança se dá a partir das minhas atitudes. Posso também contribuir com certeza para essa mudança e fazer com que o outro do meu lado que de repente está com dificuldade para essa mudança venha parti-

cipar também dessa aliança. Vamos fazer uma aliança para que isso mude. É claro que não vai depender só da nossa boa vontade. Vai depender também do peso da caneta de quem tem o poder da caneta nesse País para fazer com que as coisas de fato aconteçam.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Professora Rosilene Corrêa Lima, Coordenadora da Secretaria de Imprensa do SINPRO-DF, que colocou seu ponto de vista com muita clareza, falando que defender a escola pública não é só salário e pagar professores, mas também – e por que não? –, já que a gente fala tanto “os nossos mestres, os nossos orientadores”, que tenham um salário decente. Isso é o mínimo.

Eu dizia Mozarildo, que o menor salário dos nossos funcionários no gabinete é R\$2.090,00, e eles estão brigando para ganhar R\$1.197,00. De fato, eles têm toda razão. A professora lembra dos funcionários das escolas também, de quem está na administração. É preciso a valorização da estrutura global do ensino, da educação.

Passamos a palavra ao Professor Antonio de Lisboa Amâncio Vale, Professor Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Eu só lembro a todos que estão assistindo que esse PL 191...

Eu sempre digo que eu não invento projeto. Dizem que... Como é a frase que expressa isso? (*Pausa.*)

“Eu aumento, mas não invento” ou algo assim.

Esse Projeto foi construído pelos professores do Rio Grande Sul, que, preocupados com a violência nas escolas, me apresentaram o projeto perguntando se eu teria a ousadia de apresentá-lo. Eu disse: “Claro que sim!” Disse que haveria um debate sobre essa questão e que, ao final do debate, haveríamos de construir um projeto que significasse uma cultura de paz nas escolas, tanto para os professores como para os alunos. O objetivo é esse. Então, o projeto foi construído pelos professores do Rio Grande do Sul.

Professor Antonio.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE
– Mais uma vez, bom dia.

Quero cumprimentar o Senador Paim, as demais pessoas aqui da Mesa e, especialmente, o Sr. Marcelo, que é o pai do Carlos. Também estão aqui vários colegas: a Najla, a Tali, os professores da escola, que estão lá no fundo, os alunos. Quero cumprimentar também o Coronel Garcia, que é um parceiro na luta contra a violência no ambiente escolar aqui em Brasília. Quero, enfim, cumprimentar todos e todas.

Eu queria num primeiro momento dizer de onde vem e qual é o tipo de violência que nós sofremos.

Pensando um pouco aqui, qual é a primeira violência que nós sofremos, Senador? Acho que o senhor, na hora em que anunciou a abertura desta reunião, lembrou que a primeira violência vem do Poder Público, vem do Estado, vem dos governantes que não conseguem entender que, na sociedade em que a gente vive, um salário de R\$1.197,86 – se não me falha a memória –, não pode deixar de ser pago. Como o senhor disse, são nove Estados, hoje, que não pagam o piso salarial aprovado por unanimidade no Congresso Nacional e considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Existem nove Estados que não pagam, inclusive o seu Estado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O meu Estado e Minas Gerais também.

Eu queria pedir, aproveitando o seu gancho, que a Assessoria providencie, e isso não é um crime nem uma situação de denúncia, mas apenas para relatar fatos, o nome dos nove Estados que não pagam para a gente ler de novo aqui.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – E nós estamos falando de Estados, porque, se fôssemos falar dos cinco mil e tantos municípios, a coisa seria humilhante.

Estive, em 2005, no interior do Ceará – aliás, eu sou de lá –, em Quiterianópolis, e, procurando saber o salário dos professores, um colega, um professor de lá falou assim: “Aqui a gente... O salário do professor contratado é R\$600,00 [que seria um ótimo salário no interior do Nordeste naquele momento], só que é preciso, quer dizer, o prefeito nos contrata, mas com o compromisso de que a gente divida isso com mais dois professores.” Portanto, era um salário, oficialmente, de R\$600,00, mas, na prática, de R\$200,00.

Estou mostrando isso para ver como é que são as coisas, como é que as coisas acontecem no País.

Portanto, a primeira violência é esta: o desrespeito. Talvez fosse muito bom que, nós, professores e professoras, fôssemos, hoje, aquela professorinha. Muitos dirigentes do País, muitos políticos, Senador, ainda falam na famosa professorinha. Seria ótimo que fôssemos ainda a professorinha, porque a professorinha está no seu sacerdócio, talvez até por obrigação do pai. “Oh, vá ser professora para você ser uma moça séria”. Mas não queremos mais isso. Não queremos ser sacerdotes. Não somos sacerdotes. Somos profissionais e queremos ser respeitados como profissionais. Estamos cansados de sofrer essa violência.

Parece, Senador, uma coisa meio chata, porque o que eu estou dizendo aqui é dito todos os dias por vários colegas lá do fundo. Eles dizem isso até no

churrasco que fazem no final da semana. Em casa, quando juntam os amigos e a família, alguém sempre começa a falar “eu sou isto, eu sou aquilo e você virou professor e está aí”, ou seja, ser professor é símbolo de fracasso nessa sociedade louca, consumista em que nós vivemos hoje. Então, a primeira violência é do Estado, do Poder Público, da história deste País.

Com relação à segunda violência, vou contar duas historinhas aqui que talvez alguns colegas se lembrem. É claro que o professor deve ficar quietinho, porque a professorinha não luta, não para as aulas, não faz greve, não denuncia. Para ela está tudo muito bem, não tem problema, Senador, está tudo ótimo. Está ali a professorinha e o professorzinho. Está tudo muito bem. Agora, se a gente vai para a luta, vem o segundo tipo de violência, a midiática, de que nós sofremos diariamente.

Vou dar dois exemplos.

O primeiro aconteceu aqui em Brasília há uns 20 anos. Em 1987, se não me engano, um jornalista do maior jornal de Brasília, o *Correio Braziliense*, que, aliás, está lá até hoje e chama-se Ari Cunha, disse, quando estávamos em greve, em um artigo publicado na primeira página do jornal de domingo, que, além de sermos grevistas, nós comíamos os biscoitos das crianças. Não sei se alguém aqui é do meu tempo. Acho que todo mundo é muito jovem aqui, comparado comigo, menos o Guido, que está lá no fundo. Nós, além de grevistas, éramos comedores do lanche das crianças. Isso está na primeira página do maior jornal da capital da sétima economia do mundo. Naquele tempo não era sétima ainda.

O segundo aconteceu há três anos, muito próximo, aliás, há dois anos, já depois do falecimento do companheiro Carlos, no mesmo jornal, o mesmo *Correio Braziliense*. Estávamos com uma greve marcada. É engraçado porque será que a gente gosta de fazer greve? Deve ser uma maravilha, não é? As crianças, talvez os adolescentes, os jovens achem que é uma maravilha fazer greve. Então, estávamos com uma greve marcada. O *Correio Braziliense* põe uma manchete com letras garrafais. Sabe qual era a manchete do jornal de domingo, do maior jornal de domingo da capital que quer ser desenvolvida? “Crime de lesa futuro”, ou seja, nos acusavam, a nós todos, professores e professoras, de sermos criminosos. Isso numa primeira página, na manchete principal da primeira página de um dia de domingo. Ora, se você recebe essa violência, esse desrespeito por parte do Poder Público e isso se reproduz a partir dos meios de comunicação, nos chamando de bandidos, como a gente quer que a juventude, que a população nos respeite dentro da escola? Essa é a segunda violência.

Portanto, gente, eu acho que, se começarmos a tratar isso... Eu não sei quando é que vamos começar, Senador. Sou dirigente da CNTE e da Central Única dos Trabalhadores e falo por onde ando sobre essa coisa de lutar por educação. Isso está virando uma coisa chata para nós, porque parece que problema da educação é um problema só nosso. Quando vai um professor ou uma professora para falar dos problemas de lutar mais por verbas, etc. etc., o pessoal fica com cara de paisagem. "Já vem esse povo da educação reclamar que não tem dinheiro." É isso!

Então, como vamos resolver o problema da violência se não existe por parte de quem deveria garantir a segurança o menor respeito? E não há um tipo de violência pior do que o desrespeito a um profissional ou a uma profissional.

Agora, é claro que nós não vamos resolver só dessa forma. Existe também a violência social, que é o resultado dessa sociedade consumista, imediatista, onde – e isso não é nenhuma novidade – a gente é medido pelo que tem e não pelo que a gente faz. É a brincadeira do churrasco de final de semana. Sou de uma família muito grande. Todo mundo fez um monte de coisas. Eu e uma irmã somos professores. A brincadeira é esta no final de semana: "Tá vendo, foi virar professor..." Em uma sociedade consumista, imediatista, como a sociedade em que vivemos, as pessoas são valorizadas pela conta bancária e não pelo que elas fazem, e é evidente que esse nível de violência vai para dentro da escola também.

Digo, já disse várias vezes e repito todas as vezes, que a escola é o mais público de todos os bens públicos. Por quê? Porque ninguém vai à delegacia todos os dias, ninguém vai ao posto da Polícia Militar todos os dias, ninguém vai ao hospital, ao Correio todos os dias, mas todos os dias nós vamos às escolas, seja porque trabalhamos, seja porque estudamos, seja porque temos um filho estudando – e aí serve para a escola particular também, o companheiro Rodrigo aqui está falando.

Então, esse é o problema que nós temos que enfrentar. Nós temos que enfrentar o problema da violência a partir, primeiro, do entendimento por parte do poder público e da sociedade de que isso é importante ou será que as elites deste País continuam acreditando que nós vamos ser a quinta economia do mundo ou coisa parecida, como todo mundo diz, tratando o educador, a educadora de professorinha? Não dá!

Então, Senador, existem duas questões. A primeira é a questão do piso. Não é possível que, depois de aprovado unanimemente, sancionado pelo Presidente, decidido pelo Supremo Tribunal Federal, se fale ainda que não tem dinheiro. Há um ditado que

diz: não se faz omelete sem quebrar os ovos. Se não tem dinheiro para educação tem para outras coisas? Eu, Senador, além de dirigente sindical dou aulas até hoje. Trabalho dentro de um presídio. Tenho certeza de que um aluno meu custa-nos muito mais – tenho os números, mas não os trouxe. Custa-nos muito mais o meu aluno lá dentro do presídio do que um aluno desses aqui. É melhor deixar ir para lá para pagar mais caro pelo aluno do sistema penitenciário do que pelo aluno da rede pública? O mais incrível é que me sinto mais seguro lá dentro do que os colegas que trabalham aqui na rede pública. Lá há um monte de policiais para me proteger. Essa é a situação. Então, não é possível que essas coisas aconteçam. Às vezes, a gente fica chato por falar disso a vida inteira. Tenho quase trinta anos de profissão, 28 anos de profissão. Estou a vida inteira falando disso. Fica chato, todo mundo acha e diz: "Lá vem esse povo falando a mesma coisa." Aí a carruagem anda.

Quero aproveitar para falar sobre a questão do PNE. Estamos em um movimento – e falo aqui aos alunos – para garantir a aprovação do PNE. Mas não é só o PNE, precisamos garantir a aprovação do PNE com recursos. Hoje nos investimos em torno de 5% do PIB para a educação, temos de alterar essa alíquota. Não é possível. Será possível que a gente... Não tem como o Estado brasileiro, como a nação brasileira... Não é só o Estado. Esse é um problema da nação e não só do Estado. Será que não vão entender que é preciso, para sair da situação em que nós estamos, ter mais recursos? Essa é uma questão. Inclusive, vai haver uma paralisação no dia 26, uma Marcha à Brasília, para tratar dessa questão. Precisamos contar com o apoio de todos e não ficarmos só no discurso, por exemplo, como o Ministro da Educação. S. Ex^a disse, um dia desses: "Precisamos melhorar a educação aumentando de duzentos para duzentos e vinte os dias letivos." Parece-me que agora ele já recuou. Resolve o problema? Está com dor de cabeça? Corta a cabeça que se resolve o problema. É assim que me parece que as coisas andam, historicamente, com relação à educação. Portanto, queria aproveitar para chamá-los para essa paralisação.

Vou concluir falando um pouquinho do meu amigo Carlos Mota. Tive o privilégio de ser colega e contemporâneo do Carlos na universidade. Também tive a oportunidade de ser amigo dele. Senador, acho que V. Ex^a, por não ser de Brasília, não conhece a história do Carlos. Carlos tinha algumas qualidades muito marcantes. Uma delas era a de que ele fazia as coisas com muita dedicação, com muita paixão. Ele não conseguia, em sua ação político-pedagógica – já que ele também era um militante – agir pela metade. Ele se

envolvia de forma tão forte no que ele acreditava que acho que foi inclusive isso que o levou a esse fim. Ele não media absolutamente esforços. A coragem dele de fazer as coisas em que acreditava era a principal marca que conseguia identificar no Carlos.

Lembro-me de uma vez em que estava na casa da Rita. Ele me contou uma história. Ele morava em uma chácara. Ele me contou a história do filho dele que tinha sido mordido por um formigão e estava lá chorando. Ele dizia que preferia, mesmo que tivesse sido mordido pelo formigão, que seu filho vivesse próximo à natureza a ter uma vida diferente e falsa como a sociedade consumista tem.

Fiquei, hoje, em casa, vendo o que dizer do caso. É difícil falar, mas recuperei um poema do Eduardo Galeano para o Che Guevara. Em determinado verso, ele diz que o Che sobrevive cada vez mais, vive, renasce. Na verdade, o poema chama-se *O Nascedor*. Ele renasce todos os dias porque tinha uma qualidade fantástica que era dizer sempre o que pensava e fazer sempre o que dizia. (*Palmas.*)

Acho que o Carlos fica porque tinha essa capacidade. Quem conviveu, como a Najla, enfim, como todos nós que tivemos essa convivência com o Carlos, sabe que ele tinha essa capacidade, uma capacidade de sempre dizer o que pensava, mesmo que, eventualmente, isso não agradasse, e ia à luta para fazer aquilo que ele dizia. Então, esta homenagem a ele, hoje, é uma coisa muito importante para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nosso cumprimento ao Professor Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que aqui representa a CNTE e é também dirigente da Central Única dos Trabalhadores. Na sua fala, mostrou toda a sua indignação, porque, às vezes, um professor está indignado. A gente acha que mostrar indignação é só gritar e falar bravo, mas V. Sr^a, com uma fala tranquila, mostrou uma indignação muito mais do que se fôssemos gritar sobre a realidade dos professores. Faz essa bela homenagem ao Professor Carlos Ramos Mota, que foi covardemente assassinado. Era seu colega. Meus cumprimentos pela sua fala.

Vamos, então, neste momento, passar a palavra à professora Rita de Cássia Pereira, que é viúva do professor Carlos Ramos Mota. Reforçamos que o pai do professor assassinado, que é o Sr. Marcelo, está aqui conosco também.

Então, por favor, Professora Rita, se quiser passar o vídeo, fique bem à vontade.

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Bom dia, eu ia pedir permissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem que ver se está ligado e falar bem próximo do microfone.

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de oferecer esta camiseta ao Senador e pedir permissão para passar este vídeo de quatro minutinhos. Pode ser? (*Pausa.*)

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela vai me servir. Se fosse pequenininha, eu não ia botar, porque não tinha jeito. Você escolheu a dedo.

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Senador, muito obrigada.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Bom dia novamente a todos. É sempre importante, muito importante estar nestes eventos. Quero agradecer ao Senador o convite de estar aqui.

Desde junho de 2008, época da tragédia que nos abateu, participo desses eventos e vivo momentos de profunda contradição, um misto de alegria e de tristeza muito grande. É triste porque, é claro, é óbvio, lembro do meu marido, do pai dos meus filhos, do educador Carlos Mota, todos os dias. Nesses eventos, essa lembrança é mais concreta, é mais real nas indagações dos olhares dos alunos, de algumas pessoas – Como vai ser? Como vamos fazer? – e isso acaba nos deixando mais tristes. Mas também, como falei, é um misto de tristeza e alegria. Sinto-me também muito alegre, porque essa tragédia avassaladora que nos abateu nos fez renascer, nasceu uma outra mulher, nasceu uma nova comunidade, nasceu um novo colégio. Enfim, brotou sementes muito grandes, muito fortes que fazem com que a gente continue lutando.

Há um mês, dois meses, mais ou menos, nós viemos aqui conversar com os Senadores, com os assessores do Senador Paulo Paim, do Senador Cristovam Buarque, e a gente sentada aqui mesmo conversava a respeito, sugerindo quem poderia participar, quem a gente poderia sugerir. E a gente pensou nas pessoas da comunidade, representante de sindicato das escolas particulares, das escolas públicas, do Ministério da Educação, em vários representantes. E, gentilmente, os assessores anotavam os nomes, até que veio o questionamento: nós temos que chamar uma vítima do processo para conversar, para falar. Então, vamos colocar o nome da Rita de Cássia. Está bom. Eu fui aquele dia embora pensando: eu represento a vítima, é verdade. Aí peguei meu carro, fui embora, fui dirigindo e pensando: sou a vítima nesse processo. Aí dirigindo, pensei: mas o João Vitor, o Otávio Augusto, com oito anos na época, que perdeu o pai, a Dani, eles são vítimas também, não são eles as vítimas. Depois

pensei: um pai e uma mãe que perdem um filho não é normal. Não é natural um pai e uma mãe perderem um filho. Os pais do Carlos são as vítimas. E fui dirigindo e pensando, a gente mora num setor rural, Núcleo Rural Lago Oeste, e a gente tem um caseiro. E, na época, eu não sabia como ia ficar a minha condição financeira, falei: tenho que dispensar o caseiro. Aí pensei: o caseiro é a vítima. Mas o caseiro tem uma esposa que não tem trabalho. Então, a esposa que é a vítima. E fui embora pensando. Eu tinha uma secretária também. Pensei comigo: a minha secretária é a Tequinho, é a vítima. Lógico que vai ser a vítima, porque eu vou ter que demitir a Tequinho, como é que eu vou continuar com essa carteira assinada. Não sei como vai ficar a minha condição. Mas a Tequinho tem uma filha de sete anos, a vítima era a Ana Beatriz, que estuda na escola do Professor Carlos Mota. Ela seria a vítima.

E fui pensando. Quando cheguei em casa, já estava com três laudas e não conseguia chegar efetivamente na vítima do processo dessa tragédia tão, como falei, avassaladora.

E aí quando cheguei lá em casa, percebi que essa lista já estava muito grande. E aí fiz a seguinte pergunta e trago essa pergunta para a gente refletir: quem é a vítima desse processo? A pergunta é: quem são as vítimas desse processo? Quem são as vítimas das tragédias que aconteceram no Rio de Janeiro? Quem são as vítimas das tragédias da Estrutural? Do Gama? Quem são as vítimas dessas tragédias que acontecem no Brasil, Senador? Somos todos nós, são os nossos filhos, negros, brancos, de qualquer descendência. Nós todos somos vítimas desse processo. *(Palmas.)*

E aí o que acontece? Nesses três anos, eu tenho conversado com bastantes parlamentares, bastantes autoridades, intelectuais da área. Eu já fui professora, hoje não sou mais, mas tenho muito contato com o sindicato das escolas particulares, com o Sinpro. As pessoas com quem converso, todas me falam que a prioridade, para que tenhamos um mundo melhor, é a educação. A educação é a prioridade. Acho muito bacana, muito bonito, muito bom, mas pergunto assim: “Até quando vamos ficar idealizando, pensando, concebendo essas ideias?” Porque tem um catatau de ideias, se me permitem falar assim, de como deveria ser uma boa educação, de como deveria ser uma boa escola, mas até quando vamos ficar pensando, pensando, conversando? Quando nós vamos, efetivamente, concretamente, começar a colocar essas políticas em prática?

Fiquei pensando em várias situações para falar aqui. A gente observa, por exemplo, na escola do Carlos Mota, que, quando faz calor, é muito calor; quando faz frio, é muito frio. É uma escola que não tem a estrutura

adequada. A gente fala, fala. A professora Rosilene falou a respeito do lanche, a respeito da estrutura, e eu me pergunto qual é o investimento necessário para a educação? Já que a prioridade é a educação, qual é o investimento que a gente tem que ter para a educação?

Em outro evento que tivemos aqui na Câmara dos Deputados, com a Deputada Érika, o professor Guilan, que é também coordenador da escola do Carlos, nos trouxe um trabalho muito interessante. Ele falou para a gente que, para o nosso estádio aqui de Brasília, para essa obra, para essa reforma, ficou orçado R\$770 milhões. Senador, R\$770 milhões! Temos hoje no Distrito Federal – se eu tiver errada, vocês me perdoem, do Sinpro – 654 escolas públicas e, destas 654 escolas, 90% não têm quadra coberta, pelo levantamento que a gente fez. Para fazer uma quadra coberta decente, com vestiário e banheiros, fica aproximadamente R\$200 mil. Se a gente fizer uma conta, rapidinho, para eu construir 654 quadras, eu gastaria R\$130 milhões. Não que eu não ache importante a construção de um estádio que vai trazer muito turista, muito emprego, muita renda para Brasília. Eu acho importante, mas quero trazer uma reflexão para vocês. O que é prioridade para nós? O que é prioridade? Então, o que acontece? Eu teria, com R\$130 milhões, eu faria 654 quadras cobertas no Distrito Federal, e quero chamar a atenção que essas quadras com certeza seriam usadas de segunda a sexta, pela manhã, tarde e noite, dependendo da direção, Carlos Mota já fazia isso, aos sábados e domingos. Essas quadras seriam usadas de segunda a segunda.

Um dia desses, ouvi algo de um veículo de comunicação, acho que a CBN, que achei muito interessante e trouxe para cá para socializar com vocês. O locutor falava bem assim: “Qual é a especialidade de um educador?” Achei bacana demais e falei que iria levar. Qual é a especialidade de um educador? Ele respondia: “A especialidade de um educador, de um professor é ser especialista em médicos, especialista em juizes, especialista em dentistas, especialista em professor. Ele transforma a sociedade. Ele forma a sociedade.” Eu achei muito bacana. Mas é óbvio, não é? Mas o poeta diz que o óbvio só os gênios sabem ver. A gente não consegue ver que um professor transforma uma sociedade. *(Palmas.)*

Também fiz outra pesquisa para trazer aqui para ajudar, para contribuir com esse projeto de lei. A pesquisa feita pela Casa Civil dispõe que temos hoje no Brasil aproximadamente 181 mil leis, normas legais. A gente percebe aí que tem norma que pune. É uma variação de situações. Tem uma lei que pune, tem uma lei que chama a atenção para o que pode e o que não pode fazer, não é verdade? Existe uma lei, a Maria da

Penha, graças a Deus, que pune quem maltrata mulher; tem uma lei que pune quem faz crime ambiental, tem outra lei que diz que a gente não pode, apensar de eu não fumar, que não pode fumar em determinados locais; tem uma lei que diz que você não pode jogar lixo ou estacionar ou falar no trânsito, dirigindo; têm várias leis, têm milhares de leis.

Então, o que acontece? Hoje, para quem mata professor, para quem assassina professor, em virtude da função que ele exerce, não tem uma lei específica que pune isso. É um crime comum, Senador. E o advogado, o promotor têm que rebolar, se o senhor me permite, para qualificar esse crime. Se ele não rebolar, se ele não provar o que foi aquilo, como foi, esse crime será um crime comum, não será um crime qualificado.

Eu não vou me delongar muito. A nossa sugestão, a sugestão que a gente traz aqui para o projeto de lei do senhor – e a gente vai torcer muito para que ele se transforme em uma lei – é que seja julgado como crime hediondo o crime daquela pessoa que matar professor, que seja julgado como crime hediondo o crime daquele que assassinar professor em função do trabalho que ele exerce na escola, no colégio. *(Palmas.)*

Essa é a nossa primeira sugestão.

A gente sabe que a simples publicação de uma lei... Publicou, agora não existe. Não é bem assim. A gente sabe que depende de outras e outras situações. Mas uma lei dessa natureza publicada, vai fazer as pessoas pensarem mais, a sociedade vai pensar mais quando quiser assassinar um professor.

A nossa outra sugestão também, Senador – gente vai torcer para que ele se transforme numa lei –, é que essa lei, em homenagem ao Prof. Carlos Mota, em homenagem a todos os professores do Brasil, possa se chamar Lei Carlos Mota. *(Palmas.)*

Para finalizar, eu queria sugerir... Eu percebo que a audiência é gravada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É ao vivo e gravada.

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Eu queria sugerir que uma cópia dessa audiência seja encaminhada ao Senador Ricardo Ferraço, porque eu percebo que ele não está presente. Seria importante que cópia desta audiência fosse encaminhada a ele.

Enfim, quero agradecer... E, como eu falei, são momentos bons, são momentos tristes, mas momentos muito bons. Quero agradecer mais uma vez. Que não sejamos mais vítimas, que os nossos filhos não sejam mais vítimas, que os nossos netos não sejam mais vítimas!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Prof^a Rita de Cássia, com certeza a sua fala

não trouxe emoção somente para este plenário. Como esta reunião está sendo ao vivo, transmitida para todo o Brasil, pode ter a certeza de que o Brasil todo está emocionado com a senhora.

Pode crer que as três sugestões nós vamos encaminhá-las. Vou propor ao relator que ele inclua como proposta desta audiência pública, que se torne crime hediondo o assassinato a um professor e que a lei se torne Lei Carlos Mota. Vamos também propor isso. E vamos naturalmente encaminhar uma cópia ao Relator Ferraço, porque o Senador Cristovam já deu parecer favorável ao projeto, naturalmente com as emendas. Quanto ao Senador Ricardo Ferraço, parece-me que ainda não tem a sua visão definitiva formada. Então é importante, efetivamente, que ele receba cópia dessa reunião.

Meus cumprimentos.

Vamos, agora, alterar a mesa. Vou convidar para a segunda mesa. A Professora Rita continua. Muito obrigado a todos, se puderem, sentem-se na primeira fila. Depois, teremos o debate.

Convido Coronel Garcia, Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PM – DF; Najla Veloso, pós-doutora em formação de professores, doutora em Sociologia da Educação e Coordenadora do Projeto de Favorecimento de Polícia de Alimentação Escolar para a América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO; Rodrigo Pereira de Paula, Presidente do Sindicato dos Professores e Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF – Sinproep.

Vou tomar também a liberdade de pedir à assessoria para colocar mais uma cadeira. Queria que você convidasse o seu eterno sogro para que ele viesse compor a Mesa também. Diga o nome dele. Se quiser dizer algumas palavras, assim o faça.

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Vamos convidar também o Sr. Marcelo Mota, querido vizinho, para conosco compor a Mesa e continuar acompanhando esta audiência tão importante para o Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, de imediato, à segunda parte desta audiência pública.

Convido para fazer uso da palavra o Coronel Garcia, Chefe do Centro de Política Comunitária e Direitos Humanos da PM – DF.

O SR. CORONEL GARCIA – Bom dia a todos!

Na pessoa do Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, quero cumprimentar a Mesa; por meio da representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e do Sinpro, quero cumprimentar os professores presentes nesta audiência; e, por meio dessa maravilhosa plateia de alunos, quero cumprimentar

mentar todos os estudantes deste Brasil. É para nós uma grande honra, Senador.

Quero agradecer o convite para fazer parte desta audiência que, certamente, trata de um tema presente, amplo, complexo. Os palestrantes que me antecederam abordaram várias questões sobre as quais sempre refletimos. O que é a violência? De onde ela vem? Por que existe? Enfim, são várias questões que estão sempre nos norteando, nos colocando em reflexão e nos obrigando a fazer manifestações.

Tive a ingrata experiência de estar à frente da nossa unidade de policiamento escolar aqui do DF por ocasião da ocorrência daquele fato trágico que marcou a rede de ensino pública do Distrito Federal em 2008. De lá para cá, em função do ofício da profissão, além daquele caso, testemunhei outros tantos problemas que vêm acontecendo também no nosso DF. Isso nos obrigou a buscar, trocar experiência, conhecimento com outros ramos profissionais para que nos possibilitasse uma maior compreensão, porque certamente não temos a ambição de dominar o assunto e esgotar, mas, pelo menos, compreender melhor. Hoje me faço acompanhar de um colega daquela época que está à frente do comando da Unidade, o Major Valtênio.

Hoje, em função de uma reestruturação ocorrida e aprovada em lei no ano passado, criou-se o Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, do qual tenho orgulho de ter sido incumbido, à confiança do Comando Geral, de chefiar. Assumi essa função há poucos meses. A criação desse Centro reflete a preocupação da Polícia Militar de querer conhecer e dominar um pouco mais a matéria relacionada à interação com a comunidade a que presta serviço e aos direitos humanos. Ambos os temas, tanto polícia comunitária como direitos humanos, são entendidos como temas de cunho transversal, hoje, em qualquer domínio dentro da Polícia Militar, inclusive no seu ambiente externo. Em função, então, da relevância que se dá a esses dois temas, a Polícia Militar também, no ano de 2010, elaborou um plano estratégico, em que, em um espaço divisão temporal para 2020 e 2022, traçou a questão da Polícia Militar, calcou seu plano estratégico em cima do policiamento comunitário e do respeito aos direitos humanos.

Então, vejam a dimensão que ganham e a importância que ganham essas questões, no âmbito da instituição Polícia Militar do Distrito Federal, justamente por perceberem e entenderem a necessidade de aprofundarmos e evoluirmos nesses temas, sempre buscando mais conhecimento para termos melhores condições de mais bem servir à comunidade.

Portanto, houve uma inversão de tempos. Em décadas anteriores, a Polícia era algo mais de proteção

do Estado, mas, agora, volta-se à proteção do cidadão, dedica-se a isso e foca-se nessa questão. Essa é, por excelência, a nossa preocupação, e é esse o enfoque dado para os nossos policiais, hoje, na sua formação. Estamos focados com essa mentalidade. Por isso, nós, cada vez mais, estamos nos engajando nos debates, nas questões de compreensão de como fazer melhor o nosso trabalho, que é a proteção do cidadão. Nesse contexto, a Polícia Militar, nesse Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, abriga, na sua estrutura, programas e projetos que estão focados exatamente para a prevenção primária da violência.

Aqui, vale um parêntese para falar um pouquinho, rapidamente, do que é a prevenção primária, porque tem a prevenção secundária e a terciária.

A prevenção primária consiste, essencialmente, em trabalhar questões de cunho de conscientização, de absorção de ideias, de valorização da vida, de cultura da paz, de interação social, dando ao aluno, dando ao cidadão condições de desenvolver aspectos essenciais ao exercício da cidadania, notadamente, nos pontos de prevenção. E um dos programas que tem notoriedade, hoje, nacional, que existe e que foi essa talvez uma das razões que lembraram ou quiseram que a gente mais falasse, é o nosso Programa de Prevenção à Violência e às Drogas, conhecido como Proerd.

O Proerd foi desenvolvido a exemplo de um modelo norte-americano e foi trazido para o Brasil e desenvolvido no plano nacional por todas as polícias militares no Brasil. Hoje, é um programa de reconhecimento nacional pelo Governo Federal, pelos governos estaduais que implementam isso nos seus Estados, e goza hoje de uma estrutura, de um reconhecimento nacional em função do trabalho que é desenvolvido exatamente com as crianças na faixa etária de 10, 11, 12 anos, que é exatamente a faixa etária que antecede a adolescência. Portanto, o jovem ali sendo preparado com conceitos, valores importantes para iniciar aquele período de adolescência, quando ele começa a ingressar no período de risco, a ser exposto aos riscos que a nossa sociedade também oferece, que a vida oferece. E, assim, desde 1998 que existe esse programa na polícia militar do Distrito Federal. Em média já atingimos cerca de 550 mil estudantes desde que o programa foi implantado. No ano passado conseguimos fechar uma cifra recorde em torno de 60 mil alunos da rede pública e privada de ensino, atingidos por esse programa, que hoje é um curso com duração de aproximadamente onze semanas, onde ele recebe a presença de um policial fardado no interior da sala de aula exatamente com a ideia de discutir e apresentar a eles alguns valores importantes para a cidadania, para si e para a sua família e também entender que a

polícia não é aquela polícia que não queremos ser e que nos foi rotulado, de ser a polícia repressora. Então, isso ajudou muito a construir relações melhores, a construir ambientes melhores e com isso dar a nossa contribuição no processo de construção da paz no ambiente da escola.

Mas gostaria de ressaltar que, além desse programa, a polícia militar também tem outros programas que seguem na mesma linha e que têm um foco também em temas de grande relevância para o nosso país, para a nossa sociedade. Temos o Projeto Lobo Guará, que é mais recente em criação, mas é focado na conscientização, na construção de um cidadão consciente com respeito às questões ambientais. É um Projeto que nasceu em decorrência da criação e do desenvolvimento da nossa unidade de policiamento ambiental e que hoje está muito focado, além, evidentemente, em fazer o policiamento ostensivo e a repressão aos crimes ambientais, mas também em desenvolver um trabalho muito forte na questão da conscientização e, portanto, da prevenção. Inauguramos, por sinal, neste semestre, um projeto-piloto que vai extrapolar as suas apresentações de um pequeno teatro para se desenvolver num curso. Além disso, temos o teatro rodovia, que é um teatro focado para o público jovem, da mesma faixa etária do Proer e do Lobo Guará, que é focado no reforço à consciência das questões voltadas à segurança no trânsito, que também, diga-se de passagem, é um dos grandes vilões dos altos índices de mortes no nosso país. Aí tem outros Programas, que também são voltados nesse mesmo sentido.

Estamos a desenvolver algo para os jovens de faixa etária mais elevada, um programa que estamos denominando de Juventude Sempre Alerta. As nossas unidades operacionais, cada uma na sua região, com as suas peculiaridades, com aquilo que a sociedade permite e oferece, desenvolvem em programas também, quer seja de escolinhas de futebol ou outra atividade de interação, enfim.

Isso tudo para ilustrar como que a Polícia Militar se volta não apenas para a questão do policiamento, não apenas para a sua essência, que é a preservação da ordem, a manutenção da ordem e o policiamento ostensivo, mas também procurando desenvolver formas alternativas que complementem ou preencham espaços que a gente ainda não tenha tido oportunidade de desenvolver, mas dando condição de melhor aproximar a polícia do cidadão, fazer o cidadão compreender o papel da polícia e a polícia também ser compreendida. E com isso há participação, entrosamento, permitindo uma melhor efetividade das nossas ações.

As questões de violência são como disse... as causas são muito complexas. São questões que estão

sempre nos colocando a refletir. E os indicadores para medir violência muitas vezes são utilizados indicadores extremados: a morte como indicador. Mas como falaram alguns aqui, a violência apenas nos casos extremos que decorre ou que resulta na morte. Muitas vezes, ou na maioria, existem causas que não são analisadas com profundidade necessária ou com abordagem integral que requer com a sua multidisciplinariedade, de diferentes ramos profissionais e do conhecimento, que são necessários para, então, nos permitir melhor compreensão do problema e, portanto, daí, um diagnóstico e assim um encaminhamento.

As experiências nos apontam para a necessidade de investirmos mais nesse aspecto, de que o Estado junto com a sociedade e com os segmentos, nós efetivamente desenvolvamos mecanismos que realmente procurem fortalecer as relações sociais de respeito e de resolução de conflitos. Parece-me que essa, na nossa visão, seria, além das outras tantas medidas necessárias, como regulamentações, normas legais... Penso que também deveríamos reforçar muito a questão do desenvolvimento de mecanismos de interação e de resolução de conflitos para que a construção de um ambiente saudável de relações entre aluno, professor e os demais profissionais que atuam num ambiente de uma escola, possam efetivamente gozar do respeito e do amor necessário, que tem que pautar as relações no nosso dia a dia.

A faixa lá no fundo é essência e traduz isso. Não se pode falar em educação sem amor. Não se pode falar de nada sem amor. Não se pode falar de nada sem o amor nas relações entre nós.

A prática de um crime, evidentemente que a ciência estuda várias questões, não depende tanto do indivíduo em si, talvez, muitas vezes, pela forma de coesão, de solidariedade social existente em algum ambiente, em algum espaço da sociedade.

Então, para finalizar e não me alongar mais e até me colocar à disposição para indagações e perguntas, talvez isso dê oportunidade também de nós respondermos algumas questões de curiosidades pontuais, gostaria de ressaltar que acredito muito, como disse, nos mecanismos de resolução, de diálogo. E eu diria até mesmo que um dos mecanismos formais que foi criado e que talvez precise de uma melhor compreensão e vontade de todos nós de efetivamente fazermos funcionar, além daquilo que foi falado, das redes de proteção social dos diferentes segmentos que têm que funcionar efetivamente, dar condições a cada um deles de funcionar, citando alguns exemplos, como os Conselhos Tutelares, as redes de assistências sociais, enfim... Como falaram, a escola é mais um espaço público que faz parte dessa rede. Nesse contexto, eu

queria também mencionar a criação e o funcionamento dos Conselhos de Segurança Escolar aqui no Distrito Federal, que, talvez precisem merecer uma atenção e uma dedicação de todos os segmentos para que efetivamente funcionem e atinjam seu objetivo, que é o de promover o debate das questões no ambiente de cada escola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Coronel Garcia, Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – PMDF.

Meus cumprimentos pela fala que mostrou a sua preocupação com a integração, mostrando, como eu escrevi aqui em rápidas pinceladas, o verdadeiro policial, que os senhores são, não repressor, mas sim construtor de uma política de integração com a comunidade, com os pais e com os alunos, enfim, com todo o ambiente escolar, de uma cultura de paz nas escolas e uma integração com o meio ambiente também. Meus parabéns! Falta também do fortalecimento dos Conselhos de Segurança Escolar, porque, quanto mais fortalecermos, mais nós avançaremos. Então, meus cumprimentos.

Vamos passar de imediato a palavra a Sr^a Najla Veloso.

Só vou informar a todos que nós teremos uma terceira Mesa, e na terceira Mesa, conforme entendimento no plenário, vai falar, em nome dos alunos da escola Carlos Mota, a Gabriela Nunes Catuaba.

A SR^a NAJLA VELOSO – Bom dia a todos, a todos os segmentos que estão aqui representados,

Com muito orgulho participo desta Mesa, no sentido de me entender exatamente como diz a música do Almir Sater: “que cada um de nós compõe a sua própria história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz e de ser feliz”. Eu vejo que cada um aqui, vocês, estudantes, nós, todos estamos construindo a história deste País nesta Casa, que, simbolicamente, representa muito. É estar onde de fato as definições legais e os marcos estratégicos das políticas se organizam. É muito importante uma audiência pública, no meu ponto de vista, no sentido de dar oportunidade para que a sociedade se posicione.

Preparei uma série de reflexões e apontamentos, mas já me sinto bastante contemplada. Quero, inclusive, neste meu período, me dar a oportunidade de discutir alguns posicionamentos que ouvi aqui até então e enfatizar o projeto de lei. É realmente um objetivo nosso sair daqui com algumas coisas amarradas com relação a isso para ajudar o Senador e outros grupos a pensar melhor essa questão. Eu gostaria de passar a apresentação no Power Point.

Primeiro, reiterar o que já foi dito. Esse debate não é um debate, no meu ponto de vista, do interesse do professor. Nós precisamos pensar esse debate como de interesse público, no âmbito e em defesa da educação brasileira, porque, se nós pararmos para pensar que é só no olhar do professor, nós vamos sentir todo aquele sentimento que o Lisboa, a Rosilene, os meus parceiros aqui já colocaram. Parece que é uma causa nossa, exclusivamente nossa, e que os chatos de novo estão pleiteando alguma coisa. E não é isso! Todo mundo aqui sabe disso, e essa camiseta reflete bem isso. A Rita disse que as vítimas somos todos nós. Na verdade, para mim, no caso da violência contra o professor e o trabalho docente, a vítima maior e representativa de todos nós é o processo educacional brasileiro e internacional, porque nós deixamos de ter gente lutando em favor e passamos a viver todos os movimentos contrários a esse fator educação pública e educação de qualidade.

Além disso, não somos ingênuos de defender a escola como se houvesse uma vítima apenas e de colocar esse direito contraposto a outro. E reitero a fala da Marta, não é tornar paradoxal o direito de qualidade dos estudantes ao direito de condição de trabalho do professor. Não sejamos ingênuos a esse ponto de pensar que é possível a contraposição desses direitos. Direito é direito. Para que um direito se execute, se efetive, é preciso pensar nos outros direitos, inclusive os que lhes dão sustentação. Eu hoje não consigo pensar no direito da criança e do adolescente sem pensar em um profissional que esteja dignamente qualificado e em espaço digno para, inclusive, defender esse direito. Então, não há contraposição.

A outra questão é que hoje vivemos um tempo – e quero reiterar isso – em que é possível que daqui a alguns anos, Senador, nós não tenhamos professores para salas de aula. As pesquisas já projetam que, em 2017, nós vamos ter ausência de algumas disciplinas de modo letal e que vamos ter que recorrer à tecnologia, a essa inanimação do processo educativo, ou seja, a um processo educativo sem vida, para poder representar a construção de conhecimentos em algumas áreas do processo educativo. Essa é a projeção porque um dos elementos, e são vários – o outro *slide* vai dizer isso –, porque nós estamos aqui pensando numa coisa extremamente ampla, é essencial para essa manutenção: a dignidade do trabalho docente.

Não é só pelo salário que os nossos estudantes de ensino médio deixam de querer ser professores. O salário é muito importante, sim, e traduz uma perspectiva de respeito à autoridade profissional, porém a condição de trabalho é um todo e precisa ser analisada na perspectiva dessa totalidade, senão vamos reduzir

todo esse debate a uma questão financeira apenas, e tenho certeza absoluta que o fato de termos profissionais efetivamente bem pagos e dignamente pagos em sala de aula não será a solução efetiva dos problemas da educação brasileira e nem da condição do trabalhador docente. Com isso, não minimizo esse debate. Só o torno mais amplo ainda na perspectiva de uma totalidade na qual está inserido.

Pode passar esse *slide*.

Só estou chamando a atenção para o fato de que a familiarização com a violência mudou um pouco a perspectiva, banalizou o cotidiano da escola, porque a escola não é uma ilha. Ela está inserida em um contexto social que envolve vários tipos de violência, tanto física quanto simbólica. E aí a sociologia contribui muito.

Estamos aqui falando de morte, por exemplo, que é o extremo, mas precisamos pensar que a violência contra o professor passa inclusive pela detonação do seu personagem, pela imprensa, que é uma violência simbólica; pela detonação do seu personagem no Facebook e no Orkut. Não sei se todos têm notícias, mas temos muito professores que são depreciados, publicamente, nas redes sociais, quando não agradam seus estudantes. Isso é um ato de violência. Temos pais que, quando não satisfeitos com o processo, se sentem no direito de agredir física e/ou moralmente os profissionais dentro das escolas. Nós temos situações de carros riscados dentro dos pátios das escolas praticamente todos os dias.

Trouxe alguns vídeos, não vai ser possível passar, mas os endereços deles estão ali.

Temos situações de profissionais que são agredidos com papéis, com grampos, com perfuradores, com cliques dentro de sala de aula. Isso tudo, em um contexto amplo, como disse, passa pelo debate da qualidade da educação e da condição docente.

Pode passar.

Essa pesquisa do Sinpro do Rio Grande do Sul realizada em 2009 mostra algumas questões, para mim, extremamente técnicas e importantes, porque essa questão também não é só de natureza ampla e política. Passa por questões minuciosas do cotidiano, e essa pesquisa trouxe isso. Ela mostra, tipifica um pouco o que nós estamos falando. Foram ouvidos professores de quatro Estados.

Pode passar.

Essas questões foram muito relevantes na fala deles. Vejam que 84,1% – em média, 83,2 do total da pesquisa – dizem que a desconstituição da autoridade do professor é o maior fator de violência entre eles. Depois, dizem que há uma ingerência na avaliação dos alunos, que também os submete a esse tipo de violência.

Eles colocam também – isso, na opinião de professores – que há uma relativização das agressões que eles sofrem de alunos e de pais, e que essa relativização, essa minimização, essa banalização da violência no cotidiano da escola é um dos elementos que eles traduzem, ali, como sendo básicos, causadores desse sentimento de violência e dessas violências, de fato, que eles vivem.

Depois, eles manifestam que existe agressão física, e é uma agressão que, em média de 12,8% do total de respondentes, para mim significa muito, porque, hoje, a gente tem lei que tenta proibir os pais de dar uma palmada nos filhos. Então, nós não podemos entender como normal você ter 12,8% de professores que já foram violentados fisicamente dentro da escola. Isso não é normal, isso é uma deturpação social – 12,8% dos respondentes já tiveram agressão física, sofreram agressão física nesse movimento dentro da escola.

Depois, eles dizem que muitas das atividades de trabalho que eles fazem sem remuneração são um dos elementos que desqualificam e desconstituem essa autoridade. Dizem, ainda, que há uma ingerência dessas ações na ação pedagógica.

A média de 53% traz a seguinte questão em evidência, e isso acho que é importante traduzir.

Nós falamos muito do problema da educação básica, do problema da educação pública, do problema da educação brasileira e os resultados dessa educação não são construídos em nenhum outro lugar que não dentro da sala de aula, e, na sala de aula, existe um processo chamado processo pedagógico, que todo mundo sabe o que é: é aquela ação do profissional sobre os estudantes, com os estudantes, em processos formativos da pessoa e em processos de construção de conhecimento.

Eles estão dizendo – 53,3% dos profissionais – que esse processo sofre profunda ingerência, ou seja, ele é desqualificado em função dos processos de agressão e de violência no ambiente escolar.

Isso é muito grave, porque nós vamos investir quanto em educação se nós não pensarmos que esse investimento não é só financeiro? Ele é um investimento que passa pelo financeiro, mas é um investimento no ético, no moral, no pedagógico, no aspecto mais básico do que nós podemos chamar de qualidade de educação básica. É esse trabalho em sala de aula, esse trabalho na escola, é esse cotidiano.

Olha, gente, quando penso nisso e vejo o vídeo do Carlos, fico imaginando que a ação docente na escola é ter projetos pedagógicos definidores de melhores relações, de um trabalho mais dinâmico, que traga as pessoas, que discuta o direito, que discuta a questão da droga, da violência, da alimentação, de todas essas

crises, e que faça do trabalho escolar alguma coisa mais atraente para esse estudante.

A valorização desse projeto pedagógico hoje, para mim, que envolva a comunidade, que traga o padre, o pastor, a assembleia, o posto de saúde, a PM, que traga toda essa intersectorialidade que a Marta disse para discutir dentro da escola, passa por um trabalho de gestão dessa escola, que entende que não é possível viver a mesmice de um trabalho tradicional, só que isso, Carlos Mota, paga um preço, pagou um preço.

Nós, educadores, quando estamos discutindo qualidade da educação, pagamos um preço alto, porque além da desqualificação, da desconstituição da nossa autoridade, a gente tem de lutar, militar para ser um sujeito anônimo, desconhecido, herói. Na verdade, nós não precisamos, nós não queremos isso. Nós queremos um debate de formação docente, de políticas docentes que entenda que essa é a referência da educação de qualidade que nós estamos buscando. Nós não queremos ser exceção.

Na verdade, ontem, eu vi uma reportagem do Fantástico mostrando um professor bem perto de nós, em Arapoanga, falando de um trabalho excelente que ele faz, um filho de carroceiro, vindo de todo um processo de formação de história de pobreza e luta, que faz da escola um espaço completamente diferente do que era antes de ele chegar. É desse profissional que nós estamos falando aqui, desse profissional bem pago, bem formado, bem qualificado e que entende que um projeto pedagógico de qualidade dentro da escola não é exceção; é a regra. E é por isso que nós temos que lutar e caminhar juntos. Agora, quando se vê que os profissionais se sentem dessa forma, naturalmente esse processo está desqualificado, porque a ingerência de tudo isso na ação pedagógica para 53% é grande, faz diferença.

Então, não dá para discutir direito da criança e do adolescente quando há professores que sofrem violência física dentro da escola, que recebem alunos armados, alunos com drogas, e que têm dificuldade, como professor, como gente, de enfrentar tudo isso, porque, na verdade, o bom professor, hoje, se vê muito como um anônimo, um desconhecido, tentando fazer educação diferente.

Eu preciso reiterar que este debate é de todo mundo. O Sinpro precisa entender-se integrante dessa ação sempre. O MEC precisa entender-se... A Câmara, o Congresso precisa entender-se... Nós todos; a PM; o cidadão que não tem nada a ver, em tese, com o processo educativo e que trabalha lá no tribunal precisa entender que ele tem obrigação social, ética, moral, cidadã de entender que os projetos pedagógicos que valorizam as pessoas, os direitos, as buscas, os pro-

fissionais são de interesse imediato de todos nós, sob condição da sobrevivência da nossa espécie, porque, no dia em que esses profissionais forem substituídos por processo tecnológico, Senador, aí, sim, nós vamos ter uma situação deteriorada e, para mim, com pouca possibilidade de reversão.

Só passando, quero fechar, mostrando que essa Unesco, que é Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, apresentou... Essa pesquisa – desculpe; não é “essa Unesco”, mas “essa pesquisa” –, feita com 2,4 mil profissionais, mostrou que 86% admitem haver violência no seu local de trabalho.

Eu fico pensando: será que os médicos têm um indicador tão alto de violência no seu local de trabalho? Os advogados? Será que os Deputados, os Senadores, todos nós que trabalhamos, seja na educação, seja em outras áreas, temos indicadores como esse para contar para a sociedade? Então, não é normal, não é natural que, na área da educação, isso ocorra, gente! Não é porque nós lidamos diretamente com processos formativos que nós temos, necessariamente, que nos calar e simplesmente nos sentir à vontade ou nos sentir parte normal de um processo social violento dentro da escola.

É preciso que a escola seja pensada sob um outro patamar: o patamar de um processo formativo de gente que se respeita, que se entende, porque, na luta por um processo social de igualdade e justiça para todos, a escola é essencialmente fator dessa transformação.

E, fechando, eu quero comentar que, ainda hoje, nós temos situações de gangues, de traficantes atuando dentro das instituições escolares. E a mim me parece uma questão extremamente grave pensar que a universidade, que nós todos, profissionais, não somos preparados para lidar com isso. Na verdade, nós todos – pais, professores universitários, estudantes, profissionais da educação – somos muito maus educadores. Como pais, hoje, nós somos péssimos educadores. Nós somos parte da geração miojo, que entende que basta oferecer um miojo para resolver os nossos problemas imediatos. A gente gosta do *fast-food*, das comidas rápidas, do *drive-thru*, para comprar de dentro do carro. A gente gosta das coisas emergencialmente rápidas que necessariamente não geram relações. E isso tem trazido para nós todo esse retrato de violência que é levado para dentro da escola e que nós, também como educadores, não nos sentimos preparados para enfrentar.

Eu não vejo que a questão seja colocar policiais dentro da escola, mas, necessariamente, para resolver os problemas, talvez como ação afirmativa, se necessário for, que os tenhamos.

E aí eu quero já comentar as falas. Eu vejo que não é uma questão isolada uma da outra; não se trata do ou isto ou aquilo.

Na fala da Rosilene, por exemplo, eu vejo que não é só a questão da valorização do profissional docente. É preciso um conjunto de políticas que estejam interpostas, colocadas lado a lado, para fortalecer todo esse processo de educação que nós estamos discutindo aqui.

A outra questão, na fala da Marta, é que então não podemos criar o paradoxo educação de qualidade para estudante e condição de trabalho para docentes se um não luta contra o outro. Nós precisamos pensar que garantir esse tipo de lei, garantir esse tipo de proteção é um reforço neste momento.

E, aí, eu quero propor ao Senador e a todos que vão discutir isso que, se for necessário alterar esse projeto de lei, se ele estiver trazendo esse paradoxo, essa contraposição de direito, que a gente o faça, que a gente crie emendas necessárias, mas que a gente o mantenha, porque, aos moldes da Lei Maria da Penha, nós não estamos falando de diminuir os homens, mas sim de garantir o direito da mulher. Não é de diminuir os estudantes nem outros procedimentos e outros direitos, mas de garantir que esse profissional, essencial para os rumos dessa sociedade, seja destacado, que a criminalidade produzida contra ele seja punida não no sentido de que eu não acredito no processo formativo que a escola tenha por fazer. Não é isso. Mas que a gente garanta um destaque de proteção inclusive para educar aqueles que já estão fora da escola e a quem a escola não vai alcançar neste momento.

Então, é preciso imaginar isso e pensar que é necessário, sim, ainda que a gente acredite na formação das pessoas, na educação das pessoas, que a gente tenha medidas protetoras para esse profissional.

Para terminar, eu quero só chamar atenção que um educador, Cortella, disse na televisão um dia desses e me destacou que, na década de 50, o que nos fazia diferentes nos grupos de jovens e adolescentes era um isqueiro; na década de 60, era uma caneta; na década de 70, uma calça jeans; na década de 80, um tênis; na década de 90, um celular; e que, nesta década, hoje, para se autoafirmar, muitos adolescentes têm se visto utilizando armas, utilizando drogas e outros elementos, para se estabelecer no seu campo, no seu grupo. E que nós educadores fazemos parte desse movimento. Mais que vítimas, precisamos incorporar uma perspectiva orgulhosa de ser aquele que interfere na formação humana, que pode, que tem legitimidade, que tem autoridade para discutir essas questões na escola, na sociedade, com os pais.

A minha reflexão final é que, se não houver um esforço conjunto dessa escola, para discutir isso com a família, para trazer esse tema para a sociedade, para criar mais audiências como essas, para criar mais movimentos como este que estamos vivendo aqui, nós não vamos conseguir sanar e resolver essas questões.

A questão é fazer um mutirão de esforços e de garantia de qualidade de vida, porque o fracasso escolar não vem só do que está posto...

(O Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a NAJLA VELOSO – Eu já estou concluindo.

O fracasso escolar não vem só do que está posto para fora da escola, mas está posto exatamente nessas relações que se dão no seu interior.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos. Nós nos colocamos à disposição para discutir esse projeto de lei no ponto em que ele for necessário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Meus cumprimentos à Dr^a Najla Veloso, pós doutora em formação de professores, que deixou uma série de contribuições, inclusive essa de que simplesmente seria muito fácil só ser contra ou a favor do projeto, mas sim discutir o projeto, melhorar o projeto, aperfeiçoar o projeto de forma tal que ele continue tramitando e seja aprovado com rapidez.

Neste momento, eu vou passar, Senador Cristovam, a quem eu peço uma salva de palmas – foi o autor do requerimento, eu assinei e depois ele –, eu vou passar a palavra à aluna da escola Carlos Mota Gabriela Nunes Catuaba, que vai falar... É catuaba, não é? Ah, bom, agora eu acertei! Porque da outra vez eu disse Catuabá. Esta é Catuaba.

Gabriela, você vai falar em nome dos alunos. Eu sei que vocês têm problema de transporte, não é? Então, está com a palavra.

A SR^a GABRIELA NUNES CATUABA – Bom, a nossa escola tem alguns problemas. As salas são superlotadas. A minha sala, por exemplo, tem 47 alunos. As quadras são descobertas, então, quando chove, alagam. Aí, a gente não pode subir. E, quando está muito quente, a gente não pode subir também, porque é muito calor. O transporte também tem muito problema, o ônibus quebra muito. O professor, quando falta, não tem substituto para ficar com a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Vai lá, fala aí, fala aí. A emoção faz parte. *(Palmas.)*
É isso aí!

A SR^a GABRIELA NUNES CATUABA – Na nossa sala, qualquer coisinha assim, é muito, muito barulho, porque é muito cheia. Então, se um começar a falar, mesmo que seja baixinho, já não dá para ouvir nada. O ventilador das nossas aulas, mesmo quando muito quente, tem que desligar, porque senão não dá para

ouvir a explicação do professor por causa do barulho. Tem muita falta de espaço. A sala de informática a gente não a utiliza, porque não tem computadores para a turma toda utilizar.

Só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, muito bem! Uma bela fala aí. (*Palmas.*)

Parabéns, Gabriela.

Vamos, pessoal, vamos dar uma salva de palmas mais forte para a Gabriela. (*Palmas.*)

Representou vocês legal aí.

Muito bem, Gabriela, falou em nome dos alunos.

Agora nós vamos passar a palavra ao presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Sinproep, Prof. Rodrigo Pereira de Paula.

O SR. RODRIGO PEREIRA DE PAULA – Primeiro, eu quero desejar bom dia a todos os educadores e educadoras, a todos os professores e professoras; cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador e Professor Cristovam Buarque, o Senador Mozarildo, que esteve aqui presente; quero cumprimentar também o Cel. Garcia, a Prof. Najla Veloso, a Rita e o Marcelo, pai do Professor Carlos Mota.

Eu queria iniciar dizendo, Senador, que no dia de sábado, nós tivemos aí o dia 15, o dia em que nós comemoramos o Dia do Professor. Na própria sexta-feira nós tivemos aqui na Câmara dos Deputados uma sessão solene em homenagem aos professores. E naquele momento a imprensa me perguntou, é uma pergunta sempre de praxe, se os professores têm a comemorar no Dia do Professor. Eu disse que, por um aspecto nós temos o que comemorar, mas por outro não. Nós não temos o que comemorar, porque nunca na história a categoria ganhou tão pouco como o professor está ganhando hoje no Brasil; nunca na história a categoria ganhou tão pouco como o professor está ganhando hoje no Brasil; nunca na história a categoria trabalhou tanto como tem trabalhado hoje no nosso País; a categoria nunca esteve tão doente como está tendo agora, infelizmente, vários problemas de saúde.

Por outro lado, ser professor hoje, Senador Paim, tem sido um sacerdócio, não é? O Lisboa disse aqui que durante muito tempo o professor foi visto dessa forma, mas, infelizmente, ainda é. Hoje ser professor no nosso País é muitas vezes ser motivo mesmo de chacota. A gente chega até a ouvir em sala de aula: Ah! você não estudou, você virou professor. Isso dos próprios alunos. Então isso faz com que a gente precise refletir e pensar mesmo o papel da educação. Nós estamos discutindo aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, quando, pela primeira vez, nós teremos a oportunidade de debater

mesmo qual é a Nação que nós queremos. O Brasil nunca produziu tanto, nunca teve tanto recurso financeiro, o próprio Produto Interno Bruto está revelando isso. Mas, ao mesmo tempo, vem também a reflexão de qual o tipo de Nação que nós queremos. Eu acho que nós temos que sair da Nação apenas produtora de matérias primas e ir para a Nação do conhecimento. Isso passa pela construção de uma educação de qualidade. É inadmissível você ter Estados ricos e Estados miseráveis. Enquanto o Governo Federal não investir e não assumir o papel da educação, nós vamos continuar com esse mesmo discurso.

Eu disse também, na Câmara, Senador Paim, Senador Cristovam, que, no processo eleitoral, não tem um Senador que fale ou um Deputado ou um candidato que fale que educação não seja prioridade. Qual é essa prioridade? Na prática, quando esta Casa discute financiamento, estabelece 10% do PIB para educação. O Brasil, com todo esse crescimento, vai viver um apagão tecnológico. Não temos mais engenheiros, não temos mais físicos, porque não temos mais investimento em educação, Senador. Acho que isso deve servir como reflexão do ponto de vista de qual a nação que queremos. Queremos uma nação que prefere investir apenas no crescimento em vez de investir no seu povo, através da educação?

Na discussão desse projeto de lei, Senador, a primeira reflexão que faço – e represento hoje o sindicato dos professores do setor privado – é que muitas vezes pensamos que a violência na escola se restringe apenas ao segmento público, inclusive essa pesquisa que a Professora Najla apresentou foi construída pelo sindicato do setor privado. Na verdade, a única diferença hoje da violência dos professores da escola pública e da escola privada é que a da escola privada é escondida, porque, às vezes o setor econômico e a relação econômica falam mais alto. O professor da rede particular, do setor privado, é tratado com chacota, mas o poder econômico fala mais alto. Às vezes, o professor não tem autoridade nenhuma. Muitas vezes, a escola ou a faculdade prefere demitir o professor a tratar o problema, Coronel. O problema da droga está dentro da escola particular, o crack está dentro da escola particular, o traficante está na porta da escola particular, mas o professor muitas vezes não tem autonomia sequer de cuidar porque o poder econômico, frequentemente, fala mais alto. A escola fica com medo de aparecer em páginas policiais, mas o professor é agredido. Há outro fato mais grave: a maior violência hoje dentro do setor privado, Senador, é justamente a violência moral. O professor, muitas vezes, é ameaçado de demissão. Essa é a maior das violências.

Em relação ao conjunto da escola, defendemos, Senador Paim, os professores do setor privado, porém temos na nossa essência a defesa da escola pública de qualidade. Entendemos que cada escola pública de qualidade diminui a exploração e a mais-valia do setor privado. Por isso, defendemos a escola pública como alternativa de educação para nossa sociedade.

Segundo, hoje, cada vez mais – e todos que aqui falaram perceberam isso –, Senador, a família está transferindo a responsabilidade, que muitas vezes é da família, para escola. Hoje, o professor, além de professor, tem que ser pai, tem que ser mãe, tem que assumir uma educação que muitas vezes a família transfere. A família deixa o aluno para ser criado na escola. Sequer vai à escola para acompanhar o desenvolvimento do aluno. Esse tem que ser também um compromisso. Não basta apenas a escola ter o papel. É preciso a sociedade assumir para si o papel da escola. Muitas vezes, percebemos que sociedade se mobiliza, e o Coronel Garcia pode referendar isso, quando acontece um crime na rua, se mobiliza quando falta água na cidade, mas a população não se mobiliza, por exemplo, quando a escola está caindo, quando a escola não tem professores, quando faltam lanches. Então, precisamos ter um apelo social em prol da educação e contra a violência.

Outra reflexão a ser feita, Rita, por mais que a dor simbolize isso, é que temos que utilizar todos os dias o que aconteceu com o professor Carlos Mota como bandeira nossa em prol da educação, que é justamente fazer com que a escola seja assumida pela sociedade.

Senador Paim, represento as escolas particulares. É inadmissível, aqui, no Distrito Federal, escolas pobres, que poderiam ser referência nos fins de semana para comunidade, com muro alto e trancada, uma comunidade que não tem sequer uma quadra de esporte, comunidade que sequer tem um local de encontro. Até gostaria de sugerir, Senador Cristovam, um projeto de lei em que todas as escolas, sejam públicas, sejam particulares, deveriam, nos fins de semana, ficar abertas para a comunidade, a escola aberta, a quadra de esporte ali funcionando, bem como piscinas, pois o setor privado não tem uma escola que não tenha uma piscina e por que não oferecer natação para as crianças carentes utilizando o espaço? Então, acho que isso tem que ser tratado também como papel da escola.

E no setor privado, que represento...

Entendo que a educação é uma concessão do Estado, então a escola particular tem que ser colocada à disposição também da sociedade, para que a gente tire as crianças da rua, dispute a criança dentro da escola ao invés de estar disputando com o traficante

que, muitas vezes, tem o argumento e a droga para desvirtuar o processo educacional.

Então, do ponto de vista nosso, do Sindicato dos Professores, a gente entende que a educação tem que ser tratada de forma diferente. Não dá mais para a gente ter o discurso apenas de que precisamos de financiamento, precisamos disso e daquilo, mas, na prática, a gente perde essa oportunidade. Entra ano e sai ano e a gente está aqui discutindo as mesmas coisas de vários anos atrás e eu acho que agora a gente tem essa oportunidade através do Plano Nacional de Educação.

Eu acho que a Presidenta Dilma tem oportunidade de nesse momento de, inclusive, dizer qual a marca do seu governo. Eu acho que a marca do governo da Presidenta Dilma tem que ser, sem dúvida nenhuma, a marca da educação e, para isso, o Governo Federal tem que assumir a educação. Não dá para se ter a educação do Estado rico e a educação do Estado pobre. Acho que a partir daí a gente constrói uma educação de qualidade sem tantas desigualdades dentro da escola. Eu acho que o maior problema hoje da educação é desigualdade, Senador Paim. Eu acho que não pode ter a escola de rico e a escola de pobre um país que quer, sem dúvida nenhuma, ser um país de primeiro mundo.

E, para concluir, eu gostaria também de sugerir que esse projeto de lei, Senador Paim, receba o nome do Professor Carlos Mota.

Eu tive o prazer de conviver com Carlos Mota. Ele também era professor do setor privado, porque professor, hoje, para sobreviver, tem que trabalhar no setor público e no setor privado. Eu tive o prazer de conviver com o Professor Carlos Mota, inclusive no ensino superior, e quero relatar que, quando nós estávamos fundando o nosso sindicato – nosso sindicato, nós o fundamos como desmembramento do setor público –, o Professor Carlos Mota sempre esteve presente, atuando não só na defesa da educação pública mas também preocupado na defesa do setor privado. Então, nada mais justo que essa lei receber o nome do Professor Carlos Mota e, principalmente, isso para a gente, educador, tem um simbolismo muito grande. A Rita e os familiares do Professor Carlos Mota têm dedicado, praticamente, – não é, Rita? –, boa parte da vida, do dia a dia, para que a morte do Professor Carlos Mota não seja em vão. Então, nada mais justo do que a gente consolidar essa lei.

A lei por si só não resolve o problema, mas já é o início, também, de uma mudança na educação.

Nesse sentido, muito obrigado. E eu quero agradecer a oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Professor Rodrigo Pereira de Paula, presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, que deixou também uma série de contribuições, reafirmou que o Projeto 131 deverá chamar-se Professor Carlos Mota.

E eu achei interessante, entre tantas outras contribuições que vão ficar na fita que está gravada e vai ser encaminhada aos senadores, a proposta de que as escolas todas estejam abertas no fim de semana como espaço de lazer, de formação e, naturalmente, de educação.

Nesse momento, nós vamos passar um vídeo.

Eu pediria que os meus três convidados voltassem ao plenário – o pai do Carlos e a esposa continuam conosco aqui na Mesa e esses três retornam ao plenário.

Convido para a Mesa, nessa terceira Mesa, Paula Fernanda Melo Rocha, orientadora educacional, mestre em Educação, e o professor Castro Barreira de Carvalho, professor de educação física e técnico na área de direitos humanos da Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Educação.

Eu pediria que passassem o vídeo.

O Senador Cristovam fala no momento que entender mais adequado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Espero não fazer nenhuma injustiça. Pedi para conferir três, quatro vezes, porque eu disse que eu já tinha falado em plenário, Senador Cristovam, o nome dos Estados que não cumprem o piso, de cuja lei V. Ex^a é autor. Pedi agora de novo as informações e me falaram que foi a CNTE que forneceu. Então, quem não paga o piso, que é R\$1.197,00: Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

São as informações que tínhamos, e ainda pode resgatar.

A SR^a NAJLA VELOSO – Só para esclarecer, esses Estados estão listados como não pagantes do piso como Secretarias Estaduais. Não significa que, dentro desses Estados, existam secretarias municipais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que não estejam pagando.

A SR^a NAJLA VELOSO – Há as que já pagam esse piso, normalmente até valor maior que esse. Está bem? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esclarecimento importante da Dr^a Najla.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer a Najla ter lembrado, mas também dizer, complementando, que, em muitos dos

outros Estados que pagam o piso, existem municípios que não pagam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que não pagam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, isso não é medido geograficamente, mas pela relação patronal. São os Estados que não pagam os professores estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tinham me dito que é o caso da Bahia, se não me engano. Lá existem municípios que não pagam.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que não pagam.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Professor, queria complementar?

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Não, apenas reforçando isso, na minha fala, eu disse que, se formos tratar essa questão do piso, em termos dos cinco mil Municípios, vai ser uma humilhação, mas, evidentemente, alguns Municípios pagam o piso, especialmente, claro, os mais ricos, mas a imensa maioria, se formos quantificar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo número de Municípios?

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – A imensa maioria, imensa, imensa maioria dos Municípios não paga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quer dizer que a maioria dos Municípios não paga? Numa relação de cem, ou seja, mais de 50% não pagam.

Passamos a palavra, neste momento, à professora Paula Fernanda Melo Rocha, que é orientadora educacional, Mestre em Educação.

A SR^a PAULA FERNANDA MELO ROCHA – Bom dia a todos, a todas.

Eu queria dizer que fico muito feliz de participar desta discussão, principalmente, porque é a primeira vez que vejo um grupo se reunir para discutir a violência contra o professor e propor um projeto de lei. Geralmente, só se pensa na violência contra os alunos, da família, da mulher, todas as causas são bem importantes também, mas acho que precisamos olhar um pouco mais para o professor, para a educação, quem é essa pessoa, que, hoje, está numa situação extremamente fragilizada e, como reflexo de uma sociedade fragilizada também, uma sociedade sem valores, sem referência, meritocrática, egoísta, onde a nossa escola simplesmente espelha tudo isso. Então, não quero apontar culpados, não sei se a culpa é da família, do Poder Público, acho que a culpa, como

disse a nossa colega de Mesa, é de todos nós, porque todos fazemos parte desta sociedade. Todos que estamos aqui, de alguma forma, somos responsáveis pelo que temos aqui.

Tem um dos pilares da educação que fala muito do aprender a viver juntos e, como professora, esse talvez seja o pilar que temos que trabalhar, primeiro, na escola, porque não estamos conseguindo viver juntos, até as relações mais próximas estão se tornando virtuais. Hoje em dia, não gostamos de, no cinema, ter alguém que sente do nosso lado, sentamos e, de preferência, colocamos a bolsa para ocupar a cadeira para ninguém sentar do nosso lado. Temos medo do contato com o outro e da avaliação do outro. Como professora, já sofri várias situações de violência, principalmente, moral mesmo de desrespeito com a profissão. Nossa, tão inteligente, por que virou professora? Podia ter feito outra coisa. Escutamos isso da família, dos alunos e é triste. Sou professora porque escolhi ser, gosto da minha profissão e gostaria de ser mais valorizada.

Já aconteceu uma situação, inclusive, quando, ao defender uma aluna de sete anos de idade, espancada pelo pai, ao procurar defender essa criança, garantir o direito que ela tem de ser protegida na infância, porque ela teve as duas mãos queimadas no fogão porque não quis limpar a casa, fui ameaçada de morte pelo pai da criança. Por medo, fui embora da escola, não tive coragem de ficar e procurei ajuda. Fiz denúncias, inclusive, por escrito, mas não tive nenhum retorno. A criança continua na escola – ainda tenho contato com algumas pessoas da escola – e o pai continua do mesmo jeito, ninguém fez nada.

Então, acho que esse sentimento de impunidade que vem carregando a sociedade precisa mudar. As coisas não podem passar impunes, porque as pessoas acham que podem fazer qualquer coisa, que são super-homens, que mesmo que façam o que quiserem não vai dar em nada mesmo. Isso a gente escuta dos nossos alunos, eles não têm medo da punição. Não digo que eles devam ter medo, mas eles devem ter respeito, devem saber que vivem num mundo em que existem regras e que o espaço deles precisa ser respeitado da mesma forma que ele precisa respeitar o espaço do outro, o direito do outro.

Acho que a gente não pode se acostumar com a violência. Às vezes, a sensação que tenho, quando olho para a sociedade, é que a violência está banalizada, que já nos acostumamos com ela, que ela já faz parte desse cenário, e não deveria ser assim. Penso que a gente precisa construir novas relações.

Vou concluir a minha fala, vou ser bem objetiva, até pelo avançado da hora, vou concluir com uma frase que Gandhi gostava muito de dizer: “O que incomoda

não é a maldade dos maus, mas o silêncio dos bons”. Se os bons são maioria a gente precisa se unir, fazer alguma coisa. A gente precisa juntar forças e fazer com que as ações sejam mais efetivas. As coisas não podem continuar como estão. A violência contra os professores, a violência contra os alunos, a violência contra os pais, a violência contra a sociedade em geral. Precisamos unir forças e mudar essa realidade, provar que os bons neste país, os bons neste planeta, são maioria, porque se os maus são minoria eles não podem continuar mandando. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à professora Paula Fernanda Melo Rocha, orientadora educacional, mestre em educação.

Senador Cristovam, o que mais ouvi nas Mesas em que falaram os professores foi nessa linha da Paula, como que dizendo: “Estás nessa situação porque tu resolvestes ser professora.” Mais ou menos isso. Em linha geral, o que ouvi é que há um desprestígio, digamos, para os professores e professoras. Todos que falaram aqui mostraram a falta de estrutura, a falta de condição, a questão salarial, enfim, mais investimentos na educação, o que está sendo o eixo deste debate, porque, naturalmente, isso nos preocupa cada vez mais. Chegam a falar em números, e acho que foi a Dr^a Najla quem falou que vai chegar o momento em que não vamos ter professor, vamos ter de apelar para o ensino tecnológico, inanimado.

Vamos passar a palavra agora ao professor de Educação Física e Técnica da área de Direitos Humanos da Subsecretaria para a Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos, da Secretaria de Educação, professor Castro Barreira de Carvalho.

O SR. CASTRO BARREIRA DE CARVALHO – Eu pediria para passar o slide, por favor.

Bom dia a todos e a todas. Saúdo a Mesa dizendo da satisfação de participar desta audiência.

Colocamos no *slide* para orientar e para garantir objetividade.

É o Projeto de Lei do Senado nº 191 que está em debate. Estabelece os procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor, oriunda da relação de educação.

Contextualizando, trouxe o que, a meu ver, motiva o Projeto de Lei. Já lemos a pesquisa que foi feita, mas entendemos que essa situação se encontra como está por causa, principalmente, do medo do professor em denunciar. Ele não tem segurança dentro da escola e vai se expor e comprometer todo o seu trabalho, a sua profissão. Também a omissão nessa proteção ao professor. A quem cabe proteger o professor, ini-

cialmente, é ao Estado, que é, vamos dizer, o grande responsável pela educação.

Também há falta de efetividade de alguns princípios da LDB. Então, veja que já existe uma legislação que garante ou define a garantia de uma educação de qualidade.

No entanto, trouxe ali o art. 3º, inciso VII, com relação à valorização do profissional da educação escolar, e também o outro inciso, da gestão democrática do ensino público. Então veja que apesar da LDB, que já existe há vários anos, essas questões não são colocadas em prática, ou quando são colocadas em prática não atendem a sua finalidade.

Pode passar.

Continuando então a motivação para esse projeto de lei, ao meu ver. Falta de aplicação dos mecanismos que promovam a cultura da paz. Elaboração de um planejamento... Ali não tem o ponto e vírgula não, tem dois pontos. Elaboração do plano estratégico para o sistema de ensino: um currículo construído coletivamente, educação e direitos humanos como eixo integrador, implementação da escola integral, e não somente ampliação do tempo da escola, mas a educação integral, que cuida da formação, da integralidade do ser, o planejamento e a fiscalização do ensino, um projeto político-pedagógico, e a aplicação do regimento escolar.

Então, veja que esses itens todos aí, esses mecanismos todos já existem e são conhecidos no universo da educação. No entanto, se justifica a existência dessa lei, Senador, porque esses mecanismos não estão sendo colocados em prática.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CASTRO BARREIRA DE CARVALHO –

Eu já concluo.

Passe, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, você começou agora. Tem tempo.

O SR. CASTRO BARREIRA DE CARVALHO –

Está bem, agradeço.

Então, o arcabouço legal, a legislação do PLS 191, com certeza, vai fazer parte. Agora, é preciso também verificar quais os critérios para adoção do PLS 191, porque ele traz, vamos dizer assim, detalhamento da competência da autoridade policial, da competência da autoridade judicial. E nesses pontos aí nós concordamos, porque mesmo já existindo toda uma legislação, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, a própria LDB, a Constituição, hoje, apesar dessa legislação existente, ainda convivemos com essa situação, então tudo o que vier para garantir a eficácia dessa legislação é válido.

Então, nós temos concordância com essas medidas “protetivas” que são colocadas para a autoridade policial e para a autoridade judicial. A rede de proteção da educação e direitos humanos já, de certa forma, é feita, é praticada no universo das escolas, especialmente das escolas públicas, mas existe toda uma política no centro. Na Secretaria da Educação e Direitos Humanos da Presidência da República, que orienta essa educação, existe uma política já a esse respeito. O MEC, que é o Ministério responsável por essa implementação, essa ligação com as entidades escolares, também tem feito todo um acompanhamento, uma manifestação. A responsabilidade não é só da educação, mas dos outros órgãos, das outras entidades, como um todo, da sociedade, como um todo.

A Secretaria do Distrito Federal, que eu represento aqui hoje, fez, em 2011, a proposta da criação da educação e direitos como eixo integrador do currículo, criando uma diretoria de cidadania e direitos humanos, que vai estabelecer uma aproximação, uma ligação com as regionais de ensino, a quem estão vinculadas todas as instituições escolares. Na sequência, a Secretaria da Educação Básica, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, profissionais de educação. Então, é uma rede, na verdade, de quem tem a responsabilidade de cuidar de educação, de quem tem a responsabilidade de cuidar da educação com direitos humanos.

Por favor.

Essa é uma síntese dessa política que o Estado tem que realizar.

Pegamos do Chrispino e Dusi, uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da cultura da paz, tendo como foco a prevenção e a mediação de conflito. Apesar de ser uma síntese, ela diz praticamente tudo com relação à violência escolar: qual o direcionamento, quais providências devem se tomadas, qual o caminho. Essa é a cultura da paz e da prevenção e da mediação dos conflitos.

Nós trouxemos duas propostas.

A primeira, em cima da análise do PLS, do art. 11, porque, nos artigos anteriores, o PLS está trazendo a competência do Judiciário e do meio policial, da autoridade policial. No final, mais para frente, diz, no art. 11, que algumas medidas “protetivas” – e não vou fazer a leitura delas só para ganhar tempo aqui – o juiz poderá, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, adotar. Então, Senador Paim, sugerimos que caiba ao sistema de ensino executar essas medidas, que a gente tire da competência do juiz, até para agilizar essas ações e as providências, que diga nessa lei que cabe ao sistema de ensino executar essas medidas do art. 11.

A outra proposta está no próximo *slide*.

Sugerimos incluir, nas disposições finais desse PLS, e tem que se definir qual vai ser o artigo, aqueles mecanismos que vão de fato solucionar os problemas ou que podem contribuir essencialmente para a resolução da violência contra o professor, contra a escola, contra a educação. O sistema de ensino incluirá em seus planos estratégicos. Partimos do princípio de que cada sistema de ensino tem o seu plano estratégico. Se não tem, tem que ter. Então, deve incluir lá a promoção da cultura da paz, a educação em direitos humanos como eixo integrador do currículo, integrador de todas as ações, de todas as pessoas que atuam com educação e a sua corresponsabilidade desse sistema de ensino quanto ao planejamento e à fiscalização dos projetos político-pedagógicos.

O que ocorre hoje? O grande instrumento que a escola tem para resolver os seus problemas é esse projeto político-pedagógico que conta com a participação e com a construção dos segmentos todos que estão dentro da escola. Pode-se estender um pouco mais para a comunidade próxima para que todos contribuam com a eficácia e a qualidade do ensino. Corresponsabilizar para não deixar, simplesmente, a responsabilidade para uma escola, achar que ela... Cada escola, está certo? Se a escola, se a unidade escolar, não contraria nada da legislação ela mesma tem a responsabilidade de dar conta dessa educação de qualidade, mas a gente sabe que isso não tem surtido os efeitos que a sociedade precisa. Então, a partir da participação desses segmentos que estão lá dentro da escola, nesse projeto político-pedagógico de cada unidade de ensino, haja a responsabilidade do poder público constituído. Que o sistema de ensino, que gera a educação, não sigam só por conta da escola. Aí os problemas não são resolvidos como a sociedade precisa. A sugestão é nesse sentido para melhorar o projeto.

Quero concluir falando aqui de uma experiência que existe no meio da Justiça de trazer a solução de conflitos. A Justiça é restaurativa para ajudar a resolver esses problemas de violência contra o professor. Também foi dito aqui que 10% dos alunos não respeitaram os professores. Então, veja que a responsabilidade da violência contra o professor é para cuidarmos de 10%. Até costume pensar e dizer para as pessoas que os problemas, talvez, estejam nos 20% ou 30% dos estudantes de qualquer escola. Setenta ou oitenta por cento dos estudantes – e gostaria de falar aos estudantes, mas eles não estão presentes – estão de parabéns, assimilam o que a escola oferece para eles e dão as respostas de que a sociedade precisa.

Quero fazer uma menção a Carlos Mota, que não conheci antes. Agora estou conhecendo muita coisa

dele. É preciso não fazer as coisas pela metade. Foi uma mensagem que foi deixada pela mesa, a de que Carlos Mota não fazia as coisas pela metade. Muito menos a educação pode ser feita pela metade. É a grande lição que aprendi, no dia de hoje, com Carlos Mota.

Para encerrar: professor sem proteção é perda da educação. É a mensagem que a escola está trazendo. Está aqui na camiseta do Senador. A escola, os problemas de violência na escola, de violência contra o professor, são da responsabilidade de todos nós, de toda a sociedade. Cada um tem de assumir o seu papel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Professor Castro Barreira de Carvalho pela sua exposição. Essa última frase dele, essa última composição, foi muito interessante. “Professor sem proteção é escola sem educação.” Senador Cristovam, para mim é uma alegria ver que todos os painelistas que estiveram aqui se mostraram favoráveis à aprovação do projeto do qual V. Ex^a foi Relator. Só por isso foi aprovado, com algumas alterações. Paim é metalúrgico e etc, mas educação não adianta, o papa é o Senador Cristovam. Temos o maior carinho, o maior respeito, pelos nossos mandatos – eu, pelo dele e ele, pelo meu. Se não fosse a fala dele na Comissão de Educação, não teria sido aprovado.

Aqui, está dando uma discordância – legítima, porque há democracia, sim – com o Senador Ricardo Ferraço. Nós vamos procurá-lo, mediante as medidas de alterações, inclusive dando um nome para a lei, porque a lei seria Lei Carlos Mota.

Eu quero combinar com V. Ex^a, para a gente procurar e conversar com ele. Como vai ser votada na Comissão de Educação, a gente tem como, eu acho, construir esse entendimento. A votação final será na CCJ, então, é possível nós construirmos, aqui, esse entendimento.

Neste momento, eu queria passar a palavra a V. Ex^a, para, depois, deixar que tanto a Rita, que é a viúva do professor Carlos Mota, como o pai dele façam o encerramento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, eu quero, em primeiro lugar, falar da satisfação de estar aqui, enfrentando esse problema. Eu estaria mais satisfeito se não precisássemos enfrentá-lo, mas, felizmente, temos um espaço no Senado, e a sua Comissão tem sido o espaço para todas essas causas que estão, às vezes, escondidas, guardadas debaixo do tapete. Nós estamos tendo a chance de debater isso.

Eu peço desculpas por não ter chegado no início. Ontem, cheguei muito tarde de uma viagem e não foi possível vir mais cedo, por conta de muitas coisas

que tive de fazer logo de manhã, mas deu tempo de assistir a diversas falas.

Quero falar do meu apoio total a essa Lei Carlos Mota.

Eu gostaria de ter sido o autor da lei e conversei com a Rita sobre isso quando ela me trouxe a ideia, mas eu tenho por costume não apresentar nenhum projeto de lei se alguém já apresentou aqui, e a sua proposta preenche perfeitamente o que a gente quer. Falta apenas o nome ficar, embora o nome não dependa do autor da lei, até porque, se dependesse, cada autor colocaria o seu próprio nome na lei.

Então, isso é uma coisa que acontece naturalmente e vira a regra, vira a Lei Carlos Mota. O que a gente precisa é aprová-la. O que a gente precisa é aprová-la, convencendo o Relator de que essa lei não coloca os alunos contra os professores. Se fosse assim, não poderíamos ter leis que impeçam as pessoas de quebrar igrejas, de agredir padres, porque os padres mandam a gente fazer muitas penitências, mais do que castigo que vem de professor. Isso não justifica ninguém ficar criando *sites* contra padres, pastores.

É preciso que haja sacralidade nas coisas, e a sacralidade se faz pelo hábito, pelo costume, pela cultura, mas também por alguns gestos legais.

A ideia de fazer a escola ter uma sacralidade passa por algumas leis e faz mais de 20 anos que propus a ideia de fazer – não contra professor, naquela época eu nem imaginava isso – da escola um espaço de sacralidade. Naquela época, a minha preocupação única era contra vandalismo, o que quer dizer que as coisas pioraram muito, porque, hoje, já não é mais o vandalismo que está tomando a preocupação da gente. Hoje, já é a integridade física do professor.

Também a gente fala pouco dos funcionários, porque não existe violência só contra professor. Existe violência contra os servidores, que não são professores e que estão na escola. Os alunos, às vezes, se sentem superiores a eles, e nisso, às vezes, alguns professores colaboram também, tratando os servidores como se fossem uma categoria inferior na cadeia da educação.

Então, eu fico satisfeito, mas eu queria agarrar o que falou o Castro, no final, quando disse que não se faz nada pela metade, citando o nosso querido Carlos Mota.

Tudo isso que a gente precisa fazer, e vamos vencer o Senador Ferraço, é menos que a metade. É um pedacinho de nada do que a gente precisa fazer, mas precisa fazer.

Eu gostaria de nos ver, aqui, lutando por algo mais profundo também, se não aqui neste instante, porque aqui tem uma coisa concreta, no processo da nossa atividade.

O Rodrigo falou que nunca os professores foram tão doentes, nunca foram tão mal remunerados. Eu diria mais, não sei se ele falou: nunca tão violados, nunca tão desmoralizados, nunca tão desprestigiados e nunca tão necessários.

Houve um tempo em que professor não era necessário. A criança aprendia com o pai o ofício que o pai deixava para ela, como nas tribos indígenas, em que as crianças aprendem com os adultos o que fazer para a sua própria sobrevivência. Não faz muito tempo o filho de um marceneiro aprendia com o pai marceneiro. Hoje, tem que passar em uma boa escola técnica e, não vai a uma boa escola técnica, se não tiver um bom ensino fundamental.

Eu vim para cá, agora de manhã, e havia uma placa na L-2 dizendo: “Dia do Professor. Comemorar o quê?” E o motorista do táxi conversou comigo sobre isso e ele falou uma coisa incrível sobre a educação. Hoje, muitos motoristas de taxi têm abandonado a profissão porque não são capazes de usar o GPS porque não sabem usar os dedos, sabem usar as mãos. O tempo da mão de obra passou. Agora é o tempo da habilidade do dedo, o operador. Há taxista aqui em Brasília abandonando a profissão porque não consegue usar o GPS, e não é só o GPS, é um instrumento que fala com a central que diz para onde o taxista vai, um sistema de telefone.

Acabou o tempo em que se podia viver sem professor. Houve um tempo em que bastava o contato direto com uma pessoa do ofício e você virava um profissional. Hoje é o professor. O professor é o piloto do futuro, a escola é o aeroporto do futuro, e eu só ouço falar em se construir aeroporto para a Copa do Mundo. Está todo mundo em pandemônio, em crise porque os aeroportos não estão ficando bons a tempo. E o aeroporto que leva o País para o futuro, que é a escola? Estamos tão atrasados discutindo aqui, felizmente, a violência dos alunos contra o professor. Isso é prova de algo importante, isso é prova de que o sacrifício do Carlos Mota talvez não tenha sido em vão, isso é prova de que a luta da Rita está gerando resultados, mas isso ainda é muito pouco. Para homenagear Carlos Mota a gente precisa sair do não fazer pela metade, fazer a metade sim, fazer os 10%, fazer 1%, mas radicalizar tentando fazer muito mais do que isso.

Eu volto a insistir que tudo isso é necessário, mas a violência contra o futuro – é isso que o Brasil está fazendo. Hoje o Brasil está provocando uma violência que não é só contra o professor, é contra o futuro do Brasil. Quando a gente vê quererem usar o dinheiro do pré-sal para torrar em gastos do presente, isso é uma violência criminosa contra o futuro do Brasil, a pior violência que a gente já viu que foi feita quando esse

Brasil “torrou”, desculpem-me a expressão, o verbo, “torrou” mil toneladas de ouro, que foram daqui para Portugal e, de Portugal, para a Inglaterra. Daí a Inglaterra ficou desenvolvida, a Inglaterra cuidou do futuro dela e Portugal ficou no passado.

A gente está fazendo o mesmo com o ouro que acabamos de descobrir no fundo do mar e a maioria está calada. E a maioria está aceitando porque eles vão pegar um pouquinho desse dinheiro e gastar já. Até com coisas nobres como a saúde, mas a saúde é já, é para mim. A saúde do meu bisneto não vai ser tratada com o dinheiro que gastarmos agora e estou pensando na dele também quando tiver, se tiver, mas, senão, dos outros bisnetos de tanta gente.

Estamos cometendo um crime contra o futuro do Brasil e o lugar mais certo de observar esse crime é a escola. Quando um professor sofre violência de aluno é o mais grave de tudo que se imagina, mas quando tem goteira na escola é grave. Quando não tem equipamentos corretos, modernos na escola de hoje é um crime, é uma violência.

Ontem, o Fantástico mostrou uma escola de Platanina que tenho o prazer de falar tenho um papel nisso porque adotei uma escola quando o Governo anterior criou o programa Adote uma Escola. Eu adotei uma escola e fiz uma coisa muito simples: consegui que um empresário colocasse ali uma lousa inteligente. Os alunos que tinham 15 anos e estavam ainda na 4ª série, que estavam indo embora, o Diretor colocou nessa sala, os professores se entusiasmaram com o equipamento. Nenhum aluno foi embora.

A escola é chata, a escola é ruim, a escola não agrada o aluno. Se a gente não descobre isso e faz uma escola agradável, a violência vai continuar. A diferença é que agora a gente vai, com essa lei, punir alunos o que serve de exemplo para outros, mas parar a violência é fazer a criança sentir a escola como o lugar mais importante da sua casa, talvez até mais do que a própria casa, porque a merenda vai ser melhor do que a comida da casa, porque os jogos que ela vai poder fazer na escola não vai poder fazer na rua, porque não tem quadras, ela não pode nadar em casa, mas ela pode nadar na escola e porque a maneira de estudar é uma maneira gostosa, lúdica, como se diz.

A gente tem de ir além da metade, a gente tem de fazer com que as escolas sejam todas igualmente boas. E o Rodrigo, que é do Sindicato dos Professores Particulares, disse claramente: não podemos ter escola para rico e escola para pobre, gente. Isso é um crime! A gente pode ter carro para rico e carro para pobre; aliás, nem carro, transporte: transporte para rico e transporte para pobre; mas educação e saúde não. Essas duas coisas não são desigualdades, são imo-

ralidades. Você ter uma roupa bonita e o outro ter uma roupa feia é desigualdade; mas você ter um remédio e o outro não ter remédio não é desigualdade; é imoralidade, é indecência. O mesmo vale para a escola do filho. Uma criança, ao nascer neste país, ter uma escola boa e outra ter uma escola ruim é indecente. Tem de quebrar isso. E eu aproveito para dizer: eu só vejo uma maneira de fazer a escola ser com a mesma qualidade em todo o Brasil, com as desigualdades de renda que existem nas cidades e Estados brasileiros: é federalizar a educação no Brasil. Enquanto a educação for municipal, ela não pode ser igual, porque os municípios são desiguais. É óbvio que não pode. Não é questão de o prefeito querer ou não querer.

Eu me indigno quando vejo prefeito que não pode pagar o piso. Mas vamos falar com franqueza: tem prefeito que não consegue pagar o piso mesmo, ainda que ele faça com que o vereador seja não remunerado, a Câmara funcionar sem gastos, ainda que ele reduza os gastos do seu gabinete. Mesmo assim, não tem como pagar. Agora, eu fico mais indignado é que não tem um prefeito com a vergonha de chegar aqui e dizer: Presidenta, eu não tenho como pagar o piso que o Lula assinou. Está aqui a escola. Adote essa escola a Senhora. Em vez disso, não paga, mas continua usufruindo ter uma escola em que põe o nome da mãe dele como o nome da escola. Às vezes, até escolhe quem vai ser o diretor, em vez de deixar que os professores escolham. Não pode pagar? É verdade, tem uns que não podem. Mas, então, entregue ao Governo Federal. Essa seria a saída.

Essa saída exigiria, em primeiro lugar, não em ordem de importância, porque tudo é importante. Em primeiro lugar, um prédio tão bonito e completo que os alunos queiram de manhã, todo dia, acordar mais cedo e ir para lá, e a mãe tenha de arrastá-los de volta, no fim da tarde, para virem para casa. Eu já vi escola como essa, e não em cidade muito rica. Foi em Palmas, no Tocantins. Eu vi mãe tendo de puxar a criança, para levar para casa, às cinco da tarde, porque a criança não queria sair da escola. O Prédio. Agora, o prédio de uma escola não é a construção civil, não. O prédio na escola é a construção civil mais os equipamentos.

No mundo de hoje a gente dar aula com giz e quadro negro é uma coisa de duzentos anos atrás. Já não se usa mais essas coisas nos bancos. Banco é diferente do que era há vinte anos; lotérica é diferente do que era há vinte anos; supermercado é diferente; aeroporto é diferente. Escola é igual? Não dá para ser igual. Escola tem de ser prédio e equipamentos mais modernos, porque disso a criança gosta. Imagine a criança vai, no domingo, e assiste a um filme como esse Avatar. No outro dia, ela vai para a escola e a

professora faz um pontinho de giz e diz: esse aqui é o Sol; faz outro pontinho e diz – do mesmo tamanho, aliás – esse aqui é a Terra; faz uma roda assim e diz: esse aqui é a trajetória. Tem menino que gosta disso? Tem menino que não tenha que controlar a sua violência? Tem que controlar. A gente não quer um lugar onde os alunos bons controlem a sua violência; a gente quer um lugar onde os alunos bons sintam prazer de estar junto do professor. Para isso, têm de ser os equipamentos.

Depois, não tenho dúvida. Escola, quatro horas por dia, não é suficiente. Por isso, as classes média e alta, terminadas as quatro horas, vão para o judô, para o caratê, para a ginástica, para a natação, para o inglês, para o francês, para o japonês. Por que o rico tem isso e a gente não pode ter, sem ter de ficar com o menino indo de um lugar para outro, dentro da própria escola? Para isso, vem o mais importante. É professor com três coisas: bem remunerado, bem dedicado e bem formado, porque bem remunerado e não dedicado, paciência. Aí, é bolsa-professor. Aí, não é educação.

Por isso, o conceito de estabilidade do professor tem de se manter em relação ao Governador, em relação ao Prefeito, em relação ao Presidente, aos Vereadores e aos Senadores, mas não em relação ao relapso, não em relação à falta de dedicação. A gente tem de ter um critério para saber: o professor despreparado e relapso, a estabilidade dele morre. Senão, a gente não quer educação. Senão, a gente está querendo apenas passar a mão na cabeça dos nossos colegas professores.

Isso eu chamo de estabilidade responsável. Eu não sou contra a estabilidade. Pior que tudo é voltar ao tempo em que o Prefeito nomeava os professores – então, estabilidade é importante. Ou aquele em que dizia o Prefeito o que o professor deveria ensinar – então, estabilidade é importante.

Agora, fazer meio, voltando ao nosso amigo Mota, fazer meio é a estabilidade como está aí; fazer completo é a estabilidade responsável, é a estabilidade em que seja possível substituir o professor que não é professor, que apenas tem a função, o cargo e o salário de professor.

A proposta que eu entreguei, na Casa Civil, à Presidente Dilma prevê essa federalização em 20 anos. Não dá para ser rápida.

A gente criaria a carreira nacional do magistério e um programa federal de qualidade escolar em horário integral, e o Governo nacional iria federalizando as escolas por cidades, por cidades, por cidades, com um concurso novo para escolher os professores dessa nova carreira, cujo salário eu defendi ser de R\$9

mil, que ainda é pouco quando a gente compara com outros salários que existem por aí.

O Rodrigo falou que o professor é mal remunerado, mas tem uma coisa mais grave que a má remuneração: é a remuneração muito alta de outros, talvez, inclusive, nós, Senadores.

Se as remunerações fossem todas baixas, a gente conseguiria atrair os melhores para o magistério. O problema é que algumas subiram muito mais que a dos professores.

Eu não acho que professor, hoje, ganhe menos do que ganhava antes, mas ganha muito menos do que os outros ganham hoje.

Então, eu fiz a proposta de uma nova carreira. A gente contrataria 100 mil a cada ano. Dos professores atuais, muitos vão passar nesse concurso. Ótimo, mas têm de passar, senão a gente continua com uma carreira tradicional, em que eu proponho aumentar para quatro mil e, depois, vou dizer quanto custa tudo isso. Aumenta para quatro mil para todos, agora, aos poucos, por cidades, na cidade onde chegar a nova escola. E esses novos, dessa nova carreira, vão para nove.

Aí, também, e o dinheiro? Se fosse amanhã, primeiro, seria jogar dinheiro fora, porque se jogar dinheiro no quintal de uma escola, na primeira chuva vira lama. Tem de saber como é que esse dinheiro chega lá na cabeça dos meninos e meninas.

Então, você seleciona 100 mil por ano. Não custa muito. Em 20 anos, isso vai custar, ao invés de 3,2 do PIB, como custa hoje, 3,4 – ainda menos que os 10% que a gente quer. Ainda sobram quase quatro para as universidades, que não precisam de quatro.

Então, isso é possível.

Eu soube que quando essa ideia chegou à Casa Civil não foi levada a sério porque acharam que quem propõe R\$9 mil de salário para professor é louco, está brincando, não está levando a sério, está fazendo demagogia.

Eu estaria fazendo demagogia se eu propusesse aumentar para nove mil o salário, hoje, de todos. Não proponho. É para os que passarem no novo concurso para uma carreira federal. Inclusive, depois do concurso ainda fariam um ano de curso. Depois desse um ano, fariam novo concurso, para ver se, de fato, estão preparados, porque sabem qual é o problema do salário alto, que está acontecendo em algumas carreiras federais? É que a pessoa vai pelo salário e não gosta da atividade. Vai ser um péssimo professor!

Professor que ganha pouco é muito difícil conseguir ser um bom professor com os meninos, em casa, reclamando porque precisam de coisas, mas professor que vai só pelo salário é muito difícil ser um bom

professor, também, se ele não tiver gosto – não vou usar a palavra vocação – pela atividade.

Então, o concurso, inclusive, tem de mudar a forma. Não pode ser esse negócio de múltipla escolha, não. Tem de haver uma coisa interativa de quem escolhe, e aí é que é difícil, porque a gente desconfia de tudo no Brasil e, se colocamos subjetividade, vão achar que é protecionismo. Tem uma escola no Rio de Janeiro que eu considero muito boa. Então, perguntei como é que escolhiam o professor. Eles disseram: “Concurso disso, concurso disso, concurso daquilo...” “No fim, como é que escolhe?” A professora que escolhe disse: “No fim, a gente escolhe o que arrepia a gente. Tem alguém que, depois de passar por todos os exames para saber o que ele sabe, na entrevista, ele arrepia.” Ela quis dizer com o “arrepia” que “estamos diante de um professor e não diante de um concurseiro, porque quer ser professor.”

Então, isso é fazer mais do que a metade, Castro. Isso é fazer mais do que a metade. Isso é o que o nosso Carlos Mota gostaria, e você lembrou muito bem: que a gente fizesse muito mais do que a metade. Mas, enquanto a gente não consegue convencer que salário bom para professor é necessário que o Estado pague, que a gente não consiga convencer sindicatos de que a estabilidade tem que ser responsável... Isso talvez seja a coisa mais difícil. Mais difícil não é o dinheiro. Mais difícil vai ser o convencimento da mentalidade dos que lutam por educação hoje pensando apenas na categoria. Sem ela, não há educação, mas, só pensando nela, a educação não fica boa. A Finlândia, que é grande em educação, mudou o nome do sindicato. Ele sindicato da educação. Não é mais sindicato dos professores. Há alguns anos eles acharam que deveria mudar.

Enquanto não fazemos tudo, vamos fazer esse pedacinho, que já significaria muito, Senador Paim, aprovando o seu projeto de lei. Vamos conversar com o Senador Ferraço, que é um homem de muita sensibilidade. A intenção dele no relatório não é absurda. Ele está com a sensação correta de que não podemos criar conflitos, que já existem. Então, vamos discutir com ele para evitar que uma lei boa possa ter um impacto negativo. Depois, vamos colocar o nome Carlos Mota nessa lei, porque, não apenas ele deu a vida lutando pela educação... Ele deu a vida mesmo lutando pela educação. Não é daqueles que morre velho lutando pela educação. Nesse caso, ele dedicou a vida a lutar pela educação. Não pode dizer que morreu pela educação. Já o Carlos Mota morreu pela educação, cuidando das suas crianças, querendo evitar que as suas crianças, seus alunos caíssem nas mãos do tráfico.

E também uma homenagem a essa figura que é Rita, que adquiriu essa missão na vida, depois de ficar viúva: lutar por uma lei que sirva às crianças, à educação. De preferência, que essa lei tenha esse merecido nome de Lei Carlos Mota! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam, brilhante, como sempre.

Nós vamos convidar o Senador Cristovam para uma atividade rápida aqui na Mesa, mas eu quero registrar, por uma questão de justiça, pois chegou cedo aqui na Mesa, ainda, o Sr. Francisco Neri, Secretário Parlamentar da Deputada Federal Érika Kokay. Ele está conosco desde o início dos trabalhos aqui no plenário e informa que a Deputada não está aqui, porque é convidada, em uma audiência pública, em Salvador, sobre castigos corporais na educação. Então, está registrada a presença do nosso amigo aqui.

Senador Cristovam, a nossa querida convidada, viúva do Professor Carlos Ramos, a professora Rita de Cássia Pereira, e também o pai de Carlos Ramos, o Marcelo Motta querem que o senhor venha aqui à frente e vista a mesma camiseta que já estou com ela. Nesse momento, tem que ser aqui. (*Pausa.*)(*Palmas.*)

Eu estava convidando o Senador Cristovam para que ele presidisse aqui, porque vamos dar ainda as considerações finais a cada um dos nossos convidados. Ele, com a grandeza de sempre, disse: “Não, não, vá presidindo aí, que eu participo aqui do plenário com a mesma intensidade.”

Mas, agora, neste momento, ainda, eu queria já começar com a Rita.

Você tem 5 minutos para as considerações finais e todos os nossos painelistas que estão aqui também terão os mesmos 5 minutos. Por favor, Rita de Cássia Pereira, viúva do Professor Carlos Ramos Mota.

A SR^a RITA DE CÁSSIA PEREIRA – Então, para nós, como eu falei, é uma honra e uma alegria muito grande estar aqui nesta mesa discutindo esse assunto. Eu fico muito feliz em participar.

Percebi e percebo a sintonia, que é muito grande, entre os Senadores, com essa nossa luta. Eu me sinto mais confortada, com mais segurança, sabendo da existência desse projeto de lei, dessa possibilidade dessa futura lei. Para a gente, foi uma alegria muito grande essas camisetas em homenagem ao Professor Carlos, que foram patrocinadas pelo Sinpro e que nos deram também muita alegria. Foi muito importante, muito bom.

Então, eu quero muito agradecer e quero ser muito rápida. Eu quero finalizar dizendo o que já disse, Senador, e que o poeta falou: o óbvio só os gênios sabem ver. Que a gente possa ver o óbvio, porque o

óbvio é uma educação de qualidade, é uma educação pública de qualidade.

A educação é o caminho para um presente, para um futuro decente. Então, não só os poetas, não só os gênios, mas que nós possamos ver o óbvio.

Muito obrigada, mais uma vez, por essa oportunidade de estar aqui, Senador Paim.

Senador Cristovam, é uma honra estar, mais uma vez, nessa luta junto com o senhor. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Professora Rita de Cássia Pereira, viúva do Professor Carlos Ramos Mota.

Nós estamos aqui com a camiseta, para quem está assistindo à TV Senado, ou para quem ligou, talvez, neste momento.

Agora, eu vou passar a palavra, de imediato, à Paula Fernanda, para suas considerações finais.

O tempo pode ser de um minuto, três minutos, cinco minutos, fica à sua disposição.

A SR^a PAULA FERNANDA MELO ROCHA – Eu serei bem breve, sou bem objetiva.

Eu queria reforçar que também fico muito feliz de participar deste momento. Eu acho que nós estamos dando o primeiro passo para construir uma educação melhor, uma educação de qualidade.

Eu queria encerrar com uma frase que eu recebi de uma aluna certa vez. Eu trabalho com formação de professores também. Fazendo essas dinâmicas de início de semestre, perguntando para os meus alunos por que eles estavam ali, por que queriam ser professores, uma aluna escreveu no papel o seguinte: Médicos salvam vidas, mas pedagogos salvam novas gerações.

Então, eu queria encerrar com essa frase, acreditando que nós temos a missão de salvar as novas gerações. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Professora Paula Fernanda Melo Rocha, orientadora educacional, mestre em Educação.

Muito bonita a citação. Meus cumprimentos.

Agora, eu passo a palavra para o Professor de Educação Física e Técnico na área de Direitos Humanos Castro Barreira de Carvalho.

O SR. CASTRO BARREIRA DE CARVALHO – Bom, eu estou aqui representando a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Todos que acompanham aí sabem que a educação do Distrito Federal passa por um processo de reestruturação. Dentro do contexto dessa discussão aqui, ela trabalha com a educação em direitos humanos como eixo integrador de todas as ações e do currículo da educação do Distrito Federal.

Eu quero lembrar que foi mencionada aqui a escola de Arapoanga, que passou na televisão ontem.

E também a Escola CEF 7, de Ceilândia, produziu um vídeo, chamado Na Mira da Escola. São ações exitosas dentro da educação do Distrito Federal, que de alguma forma tem se empenhado na solução da violência e também da violência contra o professor.

O Coronel Garcia falou aqui do Conselho de Segurança Escolar. É o Conselho da Promoção da Cidadania e da Cultura da Paz. É um dos instrumentos que está em fase de se colocar em prática aqui no Distrito Federal para ajudar essa questão da violência.

Aqui no Distrito Federal tem alguns legisladores pensando em colocar o IDEB na porta da escola. E nós não concordamos com isso, porque o IDEB tem a sua função enquanto instrumento de avaliação, mas a gente sabe que orientar e conduzir essa educação aqui no Distrito Federal, de forma seletiva, colocando uma escola em confronto com a outra, mesmo que o IDEB tenha a sua função, mas se for feito dessa forma ele passa a não contribuir com isso que está sendo debatido aqui sobre a construção de uma cultura de paz na educação.

Quero encerrar dizendo para todos que eu cheguei aqui com uma posição um pouco descrente tendo em vista aquele relatório, mas depois da fala de todo mundo aqui e da possibilidade de na CCJ essa lei aqui mesmo ser aprovada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui mesmo.

Eu posso até discutir com o relator, para que o Senador Cristovam construa um substitutivo, e acho que é possível pela experiência de S. Ex^a na área, e que ele acate.

É isso que eu vou conversar com ele.

O SR. CASTRO BARREIRA DE CARVALHO – Fico feliz da vida com essa possibilidade e já saio daqui convicto de que a Lei Carlos Mota vai contribuir e muito no Brasil em defesa do professor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Professor Castro Barreira de Carvalho, professor de Educação Física, que na sua fala aí o Senador Cristovam já aceitou que eu faça esse movimento e o Senador Cristovam, como acompanhou a audiência pública, naturalmente junto com ele eu procuraria o Senador Ferraço, que é bom de diálogo, para ver se ele acata um substitutivo que o Senador construiria mediante as propostas que surgiram nesta audiência pública.

Em última instância a gente pode passar a relatoria para o Senador Cristovam que eu não fico bravo também.

Mas eu quero dizer que eu tenho a liberdade de dialogar com o Ferraço. Ele relata diversos projetos de minha autoria e sempre com muito diálogo.

Então, neste momento, passo a palavra ao pai do Professor Carlos Ramos, falecido, o Sr. Marcelo Correia Mota.

O SR. MARCELO CORREIA MOTA – Sr. Senador, Paim, Sr. Senador Cristovam Buarque, Srs. Professores, estou imensamente agradecido pelas homenagens feitas ao meu filho Carlos Mota.

Aproveito também esta oportunidade para registrar aqui neste Plenário a presença de mais um filho, Marco Antônio, também professor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marco, levanta aí, só para nós localizarmos. Grande Marcos.

O SR. MARCELO CORREIA MOTA – Muito me alegro como, provavelmente, o cidadão mais velho aqui dentro deste Plenário, saber da disposição de todos os senhores de melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Desde os meus tempos de jovem foi uma coisa que sempre me animou, essa crença de uma melhora na sociedade através do conhecimento.

Eu me sinto, às vezes, um tanto chocado ao ver que no nosso País a gente vê as leis, vê a Constituição e, de momento, a gente fica perplexo, porque, quando a nossa Carta Magna diz que o poder emana do povo e em seu nome será exercido, numa situação como essa, eu acho que os representantes do poder deveriam forçar a barra – permitam-me a expressão – e fazer as coisas andarem com mais agilidade. Que não fosse preciso, digamos, tanta delonga para se resolver uma questão da mais alta importância como é a questão do conhecimento, a questão da escolaridade no Brasil.

A gente vê, também com tristeza, acontecendo fatos que, de certa forma, põem não em risco, mas deixam a população tímida. Meu Deus, como acontece que a gente tenha dentro da nossa sociedade segmentos como o dos policiais, dos bombeiros, ficando, digamos, à míngua quase, as famílias passando necessidade por causa de um salário irrisório, não é? Enquanto que, no nosso Congresso, a gente vê uma mudança da noite para o dia, tão rápida é a mudança dos honorários. Por que não fazer isso com os professores? Por que não trazer uma remuneração condigna para o professor? Eu acho da maior valia que os senhores representantes do povo brasileiro tomem uma iniciativa corajosa e façam, digamos assim, tornar realidade essas necessidades tão prementes.

Muito agradecido pelas homenagens de todos os colegas professores, de todas as autoridades presentes. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi, eu diria, o professor Marcelo Correia Mota,

que criou e formou professores. Meus cumprimentos a V. Ex^a, na solidariedade.

O SR. MARCELO CORREIA MOTA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu espero que essa lei, de fato, leve o seu sobrenome.

O SR. MARCELO CORREIA MOTA – Permita-me mais um momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. MARCELO CORREIA MOTA – O Professor Carlos Mota me deu muitas alegrias. Algumas das mais recentes, eu diria, quando o Senador Cristovam foi candidato a Governador do Distrito Federal. Nós fazíamos campanha lá no Lago Oeste. De um lado, o opositor colocava os seus cartazes; do outro lado, nós colocávamos os do Professor Cristovam. Na volta, os do Professor Cristovam já estavam sendo retirados. E, aí, como uma medida de contrapartida, nós pegávamos um cartaz pequenininho, que parecia um santinho redondinho, e pregávamos nos olhos do opositor. Aí, eles não tinham como fazer nada, tinham que continuar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é um homem de visão. Parabéns, Marcelo Correia Mota. *(Palmas.)*

Vamos passar a palavra agora aos nossos convidados que ainda não usaram o tempo para as suas considerações finais. Eu passo a palavra, neste momento, à Coordenadora do Programa Saúde na Escola do MEC, Marta Klumb Oliveira Rabelo.

A SR^a MARTA KLUMB OLIVEIRA RABELO – Obrigada, Senador. Eu vou ser bastante breve, já tarda um pouquinho a hora.

Achei extremamente efetivos os trabalhos desta manhã. Eu só queria fazer uma consideração, lembrando que a educação integral no Ministério da Educação vem se expandindo cada vez mais – a educação integral em tempo integral. Isso é para nós extremamente importante no que tange à pauta desta reunião. Também a escola aberta, que funciona nos finais de semana, um equipamento público, para ser usado pela comunidade, para a comunidade. E também, fazendo referência à saúde na escola, obviamente, que também está em expansão, já atingindo 2,8 mil Municípios neste País.

Eu só deixo também um adendo, Senador, se me permite, uma revisão no texto, para que em nenhum momento fique alguma dúvida com relação ao processo de gestão democrática da escola como sendo apontado como uma causalidade ou afrouxamento de qualquer tipo de violência contra o professor. Na verdade não é, sabemos que não é. É apenas uma revisão um pouquinho cuidadosa nesse sentido, para que nós possamos garantir sempre, cada vez mais, a cultura

da gestão democrática como sendo a nossa linha de ordem da educação brasileira.

Muito obrigada. Parabéns pelos trabalhos de hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi a Sr^a Marta Klumb Oliveira Rabelo, que mostra – e isso é importante para nós – ser a favor do projeto. Só pede que, de fato, consigamos fazer alguns ajustes, que não fique nenhuma dúvida quanto à importância da gestão democrática da escola. Meus cumprimentos.

Passo a palavra ao Coronel Garcia, responsável pela Divisão de Programas Sociais que gerencia o Proerd da Polícia Militar.

O SR. CORONEL GARCIA – Muito obrigado, Senador, que nos honra, mais uma vez, com um convite formulado à nossa Corporação. Fui designado pelo Comando a vir aqui contribuir com este dia de hoje.

Quero reforçar a nossa visão da necessidade de uma abordagem integral nas questões de resolução dos problemas no ambiente, no espaço escolar, que, para nós, é visto também, tanto quanto pelos professores, como da maior relevância, por ser o ambiente onde convergem todos os segmentos da sociedade desde criança, na formação, até na fase adulta, na universidade. É ali que se formam os cidadãos, que se desenvolvem conhecimentos, que se educa. Mas é preciso, como eu disse, que tenhamos a consciência da necessidade de abordarmos as questões de forma integrada. Não podemos dispensar os mecanismos que devem estar presentes para que tenhamos condições de conhecer as causas, identificar as causas dos problemas que ocorrem relacionados à violência. Como todos bem sabem, a violência é muito complexa e ninguém está imune a ela, não importando a classe social, o credo religioso, a cor. Não importa. Ninguém está imune à violência, o rico, o pobre, enfim.

Então, compreendendo a complexidade e a dimensão que isso alcança é preciso que a sua abordagem não seja simplista, que as questões sejam tratadas na sua multidisciplinaridade, com a integração e com a parceria ombro a ombro de cada segmento que faz parte desse processo. Não é apenas a escola, não é apenas o Estado, quer seja a Polícia, quer seja qualquer outro segmento. A família – o pai, a mãe, enfim – tem de participar da vida do filho também. Agora, como é que se faz isso, onde, às vezes, o tecido social está corroído em algumas partes?

Temos muitos desafios. Acredito que os projetos, fórmulas, soluções, modelos também não se aplicam, pois cada escola, cada região tem suas peculiaridades e, portanto, tem que encontrar suas próprias soluções. Então, nada melhor do que fomentarmos o de-

envolvimento desses conselhos de desenvolvimento da cultura da paz dentro do ambiente da escola, com mecanismos de redução e de resolução dos conflitos, que evidentemente requer o empenho de cada um e a dedicação para fazer a diferença. Existem vários casos bem-sucedidos aqui no DF que podemos citar, escolas que tiveram índices altíssimos de violência e que depois de um trabalho empenhado da direção com os pais e com outros segmentos chegaram a resultados muito bons. Há outros, porém, que não conseguem. Por quê? Enfim, existem formas.

Com isso, quero agradecer, parabenizar a iniciativa, a homenagem ao professor Carlos Mota, que é um emblema hoje para nós de uma luta, de uma pessoa dedicada ao que fazia, que acreditava no resgate de valores.

Entendemos que isso por si só não é solução. Ela é um complemento, mais uma medida que tem de entrar no contexto dessas ações, desse esforço todo em prol da educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos o Coronel Garcia, responsável pela Divisão de Programas Sociais que gerencia o Proerd da Polícia Militar.

Neste momento, passamos a palavra à Dr^a Najla Veloso, que é pós-doutora em formação de professores.

A SR^a NAJLA VELOSO – Bem sinteticamente, fico olhando para o Carlos, imaginando como seria, em tantos outros espaços estivemos juntos, a visão do Carlos aqui agora. Mas, para minha vida, o Carlos representa três grandes aprendizagens, que são sínteses de tudo que nós discutimos aqui. Uma, que é possível fazer diferente. Ele foi lá e fez. Fez em toda a sua vida, mas o último momento foi a consagração de que a escola tem jeito, sim, de que é possível uma educação de qualidade. Depois, mostrou que isso é possível em todas as escolas, uma vez que ele não fez numa escola rica, mas numa escola do campo, fez numa escola de zona pobre, e mostrou que gente é gente em qualquer lugar e merece ser respeitada exatamente na sua especificidade como tal. E depois mostrou que o educador é o protagonista dessas mudanças. Isso justifica o fato de nós estarmos aqui uma manhã inteira discutindo que dignidade, que honra, que tratamento é esse que esse profissional precisa ter nesse embate, nessa frente dessas mudanças que nós desejamos.

Aí, nesse sentido, eu queria dizer para o Senador Cristovam que eu acho que a ideia da estabilidade qualificada, responsável é muito interessante. Como eu disse a ele, acho que outros tantos projetos já estão em discussão talvez com essa mesma intencionali-

dade, com outro nome, com outras perspectivas, com outras estratégias.

Minha sugestão é que a gente chame todo mundo que quer discutir isso, e eu acho que tem muita gente interessada nesse debate em várias instâncias. A Confederação Nacional dos Trabalhadores, a CUT, acho que os sindicatos, nós todos, em todos os espaços da educação, no FNDE, no MEC, em todas as instâncias, nós queremos discutir isso e que a gente tenha um espaço para pensar melhor como isso agrega esse tanto de interesse, já que a gente não vai conseguir fazer sem essa paciência histórica e revolucionária de agregar os esforços de interesses de todos.

Aí, no mais, quero dizer para todos que este momento, para mim, faz diferença na história da educação deste País e que nós não estamos discutindo, reitero, não estamos discutindo uma questão de professor. Nós estamos discutindo uma questão de educação brasileira que passa por várias frentes, e uma delas é garantir isso que o Carlos foi: que a gente tenha professores com qualidade dentro das escolas, protegidos, seguros, dizendo para o mundo que as mudanças são possíveis e necessárias e com o apoio de toda a sociedade para que não tenhamos mais vítimas nesse processo de melhoria, mas, sim, que tenhamos cada dia mais gente mais qualificada para lutar por isso entendendo que é possível e necessário e que faz bem para a sociedade.

Obrigada. Agradeço aos Senadores pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Dr^a Najla Veloso, pós-doutora em formação de professores, doutora em sociologia da educação e coordenadora do Projeto de Fortalecimento de Política em Alimentação Escolar para a América Latina e Caribe junto com as Nações Unidas.

Passamos a palavra neste momento para o último painelista que se encontra conosco, que é o Professor Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que aqui representa a CNTE.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Senador, agradeço novamente pela oportunidade.

Participar desta audiência, para mim e para alguns de nós, foi duplamente importante, primeiro, porque a gente teve oportunidade de discutir mais uma vez essas questões todas que nos afligem há tantos anos e, segundo, por ter essa questão simbólica do Carlos Mota.

Eu quero apenas, como disse a Professora Marta, lembrar que a questão da gestão democrática dos sistemas de ensino – nem falo mais das escolas –, ao invés de ser um elemento, digamos, facilitador da violência, é o contrário.

Existe aqui uma experiência que aconteceu na época em que o Senador era Governador. Não sei se ele sabe dessa história. Havia uma escola da periferia de Brasília, lá da Expansão do Setor O, a Escola Classe 60, da Ceilândia. Eu me lembro que eu estava no sindicato naquela época, em 1995, e fui chamado, à noite, pelos professores porque eles tinham parado as aulas porque não aguentavam mais tanta violência. O portão da escola era cheio de marcas de bala. Era uma escola bonita, por sinal. Aí, logo depois da conversa, houve a eleição para diretor da escola. Foi eleita uma professora amiga nossa, a Fatinha – não sei se a Nadja se lembra dela, ela está aposentada – e a primeira coisa que ela fez naquela comunidade foi abrir o portão da escola para que aquela juventude que atirava muitas vezes no portão pudesse usar a quadra, porque era a única que tinha no bairro.

Claro que não acabou a violência, mas diminuiu de forma assustadora o índice de ataques à escola. Portanto, esse é um cuidado que há que se tomar.

Acho que tem uma coisa... Primeiro, quero reafirmar o que disse na minha primeira fala. Não há como querer que a juventude, que os jovens, que a sociedade no respeito quando o próprio poder público nos desrespeita. Citei o caso, Senador, de dois anos atrás... Citei dois casos, vou repetir um. Quando o *Correio Braziliense*, na véspera de uma greve nossa, fez uma manchete com letras garrafais em um domingo, chamando-nos de criminosos, que estávamos cometendo crime de lesa humanidade, crime de lesa futuro. É difícil querer que a sociedade nos respeite quando o principal meio de comunicação da cidade nos chama de criminosos, por conta de não querermos mais ser sacerdotes. Não queremos isso.

Portanto, essa é uma questão a ser tratada. Mas quero registrar um fato que acabou não sendo abordado. Infelizmente, esse é um problema que não acontece só no Brasil. A questão da violência no ambiente escolar e do desrespeito a não sacralidade da escola, como a senhora citou – e isso não serve de consolo –, acontece no mundo inteiro hoje. Lembro de uma viagem que fiz há um ano e pouco a Portugal. Passei a noite voando, cheguei lá meio dormindo, saí do aeroporto e entrei numa banca de jornais e tinha lá: 385 professores são agredidos no ano de 2008. Eu, lendo em português, meio dormindo, pensei: estou no Brasil? Aí que fui ver que era um jornal de Portugal citando isso.

Então, esse é um problema. O que não nos tira a responsabilidade de enfrentá-lo. Como disse, queremos que este País assuma um papel que o mundo exige do Brasil. E para que o País assuma este papel que o mundo espera, não há outro caminho. Acredito que esse tipo de atividade é importante porque vamos

mantendo vivas a nossa vontade e a nossa luta. E isso mais do que homenagear qualquer coisa, é homenagear o Carlos a partir da construção dos sonhos que ele acreditou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Prof. Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que é Dirigente da Central Única e também da CNTE.

Senador Cristovam Buarque, pelo que entendi da nossa audiência pública, ficaram aqui algumas sugestões que vou passar a V. Ex^a. Isso se o senhor aceitar... E uma delas que me lembro e que foi dito aqui é considerar crime hediondo – foi da professora Rita – o crime cometido contra um educador, um professor. Houve uma série de sugestões, algumas por escrito, as quais vou encaminhar para V. Ex^a para que nos ajude nessa construção coletiva.

Termino a nossa audiência pública dizendo que, como havia citado a Bahia, quero dizer que ligaram da Secretaria de Educação da Bahia dizendo que o professor com 20 horas ganha R\$692,99; o professor com 40 horas ganha R\$1.385,98.

Estou fazendo o devido esclarecimento...

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Mas a Bahia não constava daquela relação, constava?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu havia... Não constava da relação de vocês. Em outra relação que eu havia recebido antes constava a Bahia, daí porque quis esclarecer, mas na relação que vem da CNTE não tem a Bahia. E repito aqui, a relação que recebi da CNTE é a que vale e constam: Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. É esta que recebi da CNTE.

Só quero informar, para concluir a nossa audiência, que junto com este projeto que veio do Rio Grande do Sul, veio também o PL nº 178, de 2009, que cria a cultura de paz nas escolas, que o Senador Cristovam Buarque também defendeu e já está na Câmara. Ele segue na direção de construir a cultura de paz nas escolas. E vamos dar esse encaminhamento.

E se vocês me permitirem, já que gosto muito de poesia e já que falaram muito nos poetas, quero ler um poema muito simples, mas que mostra a importância e a fibra dos professores. Ele é pequenino. Quem escreveu o poema foi Ledoína Felipe de Mendonça Fernandes, de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Diz o poema dela, que é muito simples:

“E agora professor
Está disposto a seguir em busca dos
teus sonhos
Para ver surgir efetivamente
Uma nova escola?
Vamos professor

Continua a tua luta

Usa a criatividade que já demonstraste ter

Usa a competência que já provaste ter

És educador

Escolheste este caminho e ainda nele
estás

E se és educador é porque acreditas que
o tijolo colocado por ti

É indispensável na construção do sa-
ber viver.

Estás cansado de promessas?

Estás cansado de esperar?

Não desanimes.

Não vês que agindo assim não chegarás
a lugar nenhum.

Não vês que agindo assim estarás refor-
çando todo um sistema injusto

que não quer cidadão,

quer apenas imploradores de pão

que sustentem a vida mansa daqueles
que detêm o ter

sem respeitar o direito que tens de ser.

E agora professor?

Não basta apenas dizer.

É preciso fazer, é preciso crer.

E se tu quiseses muito, muito, podes fa-
zer.”

Uma salva de palmas aos professores.

A intenção da poesia é mostrar que devemos lutar
e acreditar e, na verdade, construir um novo momento
para a nossa educação.

Professores, alunos, funcionários, está encerrada
a nossa reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reu-
nião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)*

**ATA DA 75ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
CONVOCADA PARA O DIA 18 DE OUTUBRO DE
2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 13, DA
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II,
SENADO FEDERAL.**

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois
mil e onze, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa,
sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se
a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Par-
ticipativa. Assinam o livro de presença os Senhores
Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Vicentinho Alves,
Lídice da Mata, Pedro Simon, Geovani Borges, Cyro
Miranda**, e os não membros Senadores **Pedro Taques**

e Eduardo Suplicy. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA.** Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 138, de 2011—CDH, aprovado em 05/10/11, de autoria do Senador Paulo Paim, “a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade.” Convidados: Iara Xavier Pereira, Representante do Comitê pela Verdade Memória e Justiça do DF; Aton Fon Filho, Representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Susana Keniger Lisboa, Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Deputada Federal Luiza Erundina; Marcus Vinícius Furtado Coelho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, em Representação ao Senhor Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Gilda Pereira de Carvalho, Subprocuradora Geral da República; João Vicente Goulart, Filho do Ex-Presidente João Goulart; e Padre Geraldo Martins Dias, Assessor Político da CNBB. Às onze horas e vinte e cinco minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Randolfe Rodrigues. Às onze horas e quarenta e um minutos o Senhor Presidente Randolfe Rodrigues devolve a presidência. Às onze horas e cinquenta e nove minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita. Às doze horas e um minuto é devolvida a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Taques, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Pedro Simon e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 75ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 138, de 2011, CDH, aprovado em 05 de outubro de 2011, de autoria deste Senador e de outros, que tem como objetivo debater o projeto que cria a Comissão Nacional da Verdade.

Foram convidados para este evento o Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, em representação ao Sr.

Ophir Cavalcante, Presidente da OAB; foi convidada também Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; convidada também a Sr^a Iara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF; convidado também o Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart; e ainda o Pe. Geraldo Martins Dias, Assessor Político da CNBB; e a Sr^a Suzana Keniger Lisboa, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Brasil.

Já está conosco a Deputada Erundina, que é um ícone da luta pela liberdade, pela democracia, pela igualdade e pela justiça. Alguns Deputados e os convidados estão chegando, assim, aproveitaria este momento para fazer uma pequena introdução do tema para aqueles que vão assistir o debate sobre a importância deste momento.

A Comissão da Verdade já foi criada em outros países, como a África do Sul e a Argentina. Mas neste debate, os nossos convidados irão colocar os seus pontos de vista de como entendem que deve funcionar efetivamente esta Comissão da Verdade, a fim de que o nosso povo tenha o direito de conhecer a sua história, o seu passado que se reflete no presente e, consequentemente, no futuro. Então, uma pequena introdução para aqueles que estão assistindo à nossa TV Senado.

Hoje, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a criação da Comissão da Verdade. O tema é parte do Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo. A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tem por objetivo investigar as violações aos direitos humanos ocorridas no período de 1946 a 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação dos fatos reais em nível nacional.

Conforme previsto no texto que institui a Comissão Nacional da Verdade, será de dois anos o prazo máximo para que sejam concluídas as investigações de crimes contra a vida e atentados contra a dignidade de milhares de indivíduos que foram perseguidos, violentados, mutilados e muitos mortos.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados determina que os membros da Comissão poderão requisitar informações aos órgãos públicos, convocar testemunhas e determinar a realização de perícias. Estabelece ainda que a divulgação de documentos sigilosos não será permitida.

Outro ponto evidenciado pelo texto que cria a Comissão Nacional da Verdade é que não poderão ser indicadas para o grupo as pessoas com cargo executivo

em partido, cargo comissionado ou que possam vir a atuar nas investigações de maneira imparcial.

O projeto deverá ainda receber os pareceres desta Comissão, o que é mais do que lógico, pois é a Comissão de Direitos Humanos, e da Comissão de Relações Exteriores. Depois segue para o plenário do Senado.

A Comissão Nacional da Verdade ficará sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República e será composta, conforme projeto que chega a esta Casa e conforme previsto no texto inicial do projeto de lei, por sete membros, todos nomeados pela Presidenta da República.

Lembramos aqui que alguns dos pré-requisitos necessários aos sete componentes da Comissão da Verdade são: possuir nacionalidade brasileira, defender a democracia e respeitar os direitos humanos. Lembramos também que a Comissão Nacional da Verdade é uma das maiores prioridades do Governo da Presidenta Dilma. Segundo as palavras da Presidenta: “A Comissão será fundamental para o Brasil e para a posição do Brasil diante do mundo”.

Hoje, enfim, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vamos ouvir os testemunhos de vítimas e familiares de perseguidos do período de 1946 a 1988, bem como de estudiosos, especialistas, intelectuais, enfim, o nosso povo falará sobre o tema.

Antes de começar, quero lembrá-los que hoje faz um ano que entrou em vigor o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, de 2010, que foi sancionada pelo Presidente Lula em 20 de julho do ano passado. Tenho a satisfação de dizer que sou o Autor do Estatuto da Igualdade Racial, que diz em seu art. 65 que entraria em vigor 90 dias após a sua publicação, ou seja, no dia 18 de outubro de 2010.

O texto estabelece princípios, direitos e diretrizes contra todas as formas de preconceito. Enfim, chegará o dia em que faremos neste País – na minha avaliação e por isso falei no Estatuto da Igualdade Racial – também a comissão da verdade, Deputada Senadora, permita-me dizer assim, Deputada Senadora Erundina, ainda faremos a comissão da verdade sobre a verdadeira história da barbárie que aconteceu no Brasil contra negros e negras, índios e índias. Milhões foram assassinados, mutilados e tiveram suas terras desapropriadas. Então, nós, da Comissão de Direitos Humanos, estamos também pleiteando que um dia consigamos reconstruir a nossa história, fazendo uma comissão da verdade sobre a barbárie que se fez neste País contra negros e índios.

Essa foi só uma introdução que fiz. Depois, cada um de vocês ganhará também um Estatuto da Igualdade Racial, em homenagem ao dia de hoje. Oxalá Deus e a energia do universo nos ajudem para um

dia estarmos aqui também discutindo a comissão da verdade em relação à escravidão e à matança dos povos indígenas.

A partir deste momento vou começar a formatar a Mesa. Como temos oito convidados, vamos formar duas Mesas. As pessoas vêm, dão o seu depoimento e retornam para a primeira fila. Depois, a outra turma vem. Em seguida, começamos o debate.

Assim, vou convidar e os que estão presentes se dirigem à Mesa.

Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. *(Pausa.)*

Sr^a Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. *(Pausa.)*

Sr^a Iara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF. *(Pausa.)*

Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *(Pausa.)*

Sr. João Vicente Goulart não chegou. Sei disso porque o conheço à distância.

Pe. Geraldo Martins Dias, Assessor Político da CNBB (não se encontra).

Sr^a Suzana Keniger Lisboa, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Brasil, queira se dirigir à Mesa.

Tomarei a liberdade, se concordarem, de convidar a Deputada Federal Erundina para fazer parte desta primeira Mesa. V. Ex^a também faria parte desta primeira Mesa. Colocaríamos quatro em cada Mesa. Depois, faremos outras Mesas. Naturalmente, o Gilney estará em uma das Mesas por decisão desta Mesa. A nossa querida Senadora Ana Rita, quem me procurou em um primeiro momento para que articulássemos esta audiência pública, está presente e participará ativamente dos debates em todo momento.

Já fiz uma pequena introdução, Senadora Ana Rita, Gilney, nossos convidados, sobre o projeto que vem da Câmara, o que diz o projeto e o objetivo desta reunião, que é discutir o projeto. Estamos aqui cumprindo, com muita satisfação, o nosso papel, até porque, pela decisão da Presidência da Casa, este projeto deverá passar também por esta Comissão. Pode acontecer – isto faz parte do Regimento – um requerimento de urgência urgentíssima e, depois da CCJ, ele ir diretamente ao plenário. Pelo ritual natural o projeto passaria também aqui. Mas, mesmo que ele não passasse, esta Comissão teria obrigação de fazer este debate.

Então, vamos iniciar neste momento a nossa audiência pública, passando a palavra, pela ordem que está aqui, não é uma preferência, é um ritual, à Sr^a Iara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça. Vamos dar 15 minutos, com mais cinco. Mas podem saber que esta Mesa é

tão tolerante quanto vocês são conosco. Pelo tempo que for necessário todos usaram da palavra.

Está conosco também o Senador Pedro Taques, que é um lutador por essa causa, sem sombra de dúvida, até por sua história, sua vida. Acho que vamos iniciar a nossa audiência, se me permitirem assim, dando uma salva de palmas a todos, na figura da Senadora Ana Rita e do Senador Pedro Taques, que já estão presentes no início dos trabalhos. (*Palmas.*)

A palavra está com a senhora.

A SR^a IARA XAVIER PEREIRA – Agradeço, Sr. Presidente da Comissão. Gostaria de cumprimentar o senhor, Senador Paulo Paim, Senadoras e Senadores presentes, senhoras e senhores.

Primeiramente, gostaria de registrar meu agradecimento em nome do Comitê do DF; do Comitê goiano; da Associação de Amigos do Memorial de Anistia de Belo Horizonte; do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça de Juiz de Fora; do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça de Campinas; do Fórum Direito à Memória e à Verdade do Espírito Santo; do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e da Associação Brasileira de Anistiado Político, que juntamente conosco do DF encaminhou uma carta aos Senadores posicionando-se a respeito do PLC nº 88 e sugerindo algumas alterações.

Gostaria de – apesar de a companheira Suzana ter dito que falará em nome dos familiares –, em nome dos familiares com os quais ao longo desses 32 anos tenho marchado junto, agradecer o convite de falar nesta audiência sobre o PLC nº 88, que propõe a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Gostaria de falar como sobrevivente da resistência armada. Meu primeiro marido, Arnaldo Cardoso Rocha, e meus irmãos Alex e Iuri assassinados pela Ditadura Militar, em 1972 e em 1973, em São Paulo. Minha mãe, Zilda Paula Xavier Pereira, foi presa, torturada pelo DOI-CODI, no Rio de Janeiro, internada no manicômio Pinel, de onde fugiu para o exílio.

Antes de tudo, nós queremos verdade, queremos memória, queremos justiça. Para isso, queremos uma Comissão Nacional da Verdade. Queremos uma comissão que revele a conspiração e o golpe militar de 31 de março de 1964, esclareça os crimes cometidos pela Ditadura Militar até 1988, o desrespeito aos direitos civis do povo brasileiro, a perseguição a todos que se levantavam contra o golpe e a repressão institucionalizada a servidores públicos civis, militares, estudantes, operários, camponeses, intelectuais e artistas. A repressão foi ampla, não se restringiu apenas àqueles que se levantaram em armas contra essa ditadura militar.

Queremos uma Comissão da Verdade que fale das prisões, dos exílios, dos banimentos de milhares de opositores políticos e ativistas sociais. Queremos uma Comissão da Verdade que apure os crimes de tortura, sequestro, assassinato, desaparecimento forçado de opositores políticos praticado por instituições e agentes do Estado e desmascare a máquina do terrorismo de Estado, a farsa dos tribunais militares, a cumplicidade dos órgãos de imprensa e do financiamento clandestino dado por empresários aos centros de tortura.

Queremos, portanto, uma Comissão Nacional da Verdade que seja fruto de uma conquista no sentido da cidadania plena. A ilusão de que o esquecimento é suficiente para eliminar do cenário histórico determinados períodos sempre foi desmascarada, pois a história não pode ser sepultada como indigente sob um nome falso, assim como fizeram com os mortos enterrados em Perus – foi o caso do meu irmão Alex –, para que eles desaparecessem, para que não restasse memória, para que não pudéssemos sequer sepultá-los. Os desaparecidos do Araguaia, que estão enterrados no Cemitério de Xambioá, nas selvas, na serra da Andorinha ou sabe-se lá onde, foram sepultados para que permanecessem no esquecimento da história deste País.

Um dia a verdade ressurge em sua plenitude. Presente e futuro são resultado de ações passadas. Ignorá-las deliberadamente não leva ao seu desaparecimento. Restabelecer a verdade histórica é um compromisso com o presente e com as gerações futuras.

Reconhecemos que a Comissão Nacional da Verdade proposta, hoje tramitando no Senado como PLC nº 88, tem dispositivos semelhantes aos de outras comissões da verdade praticadas em países da América Latina, particularmente o inciso II do art. 3º, que diz: “Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior”. Por outro lado, tem dispositivos inadequados e dúbios, que podem comprometer sua missão.

Permitam-me, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, sugerir alterações de alguns pontos do PLC nº 88, indicando o mérito e o artigo referido.

A nossa sugestão é que o período de investigação não comece em 1946, como está preceituado no art. 1º, mas que se restrinja ao período de 1964 a 1988.

Gostaríamos de substituir a expressão “promover reconciliação nacional” por “promover a consolidação da democracia”, tanto no *caput* do art. 1º como no inciso VI, art. 3º. Nós não estamos em fase de reconciliação, não estamos saindo de conflito, não cabe aqui reconciliar a Nação; cabe, sim, consolidar e avançar no Estado de Direito, numa democracia.

Abolir o § 2º do art. 3º, onde se diz que informações podem continuar sigilosas ou serem prestadas sigilosamente. Nós lutamos ao longo desses anos pela abertura de todos os arquivos para ter acesso aos fatos e conhecer o que aconteceu. Não entendemos como uma Comissão da Verdade ainda possa ser iniciada com a proposta de sigilo.

Excluir do §1º do art. 7º o termo “militar” para evitar a possibilidade de indicação de militares para compor a Comissão Nacional da Verdade.

Excluir a referência à Lei nº 6.683, a da Anistia, tendo em vista a interpretação do STF já contrariada pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o Brasil no caso do Araguaia.

Incluir um dispositivo que ofereça garantia a todos os membros e àqueles que forem à Comissão levar seus depoimentos.

Sr. Presidente, eu optei por fazer um curto depoimento para situar as nossas posições, porque acho que seria muito interessante ouvir o debate, ouvir as dúvidas acerca de por que queremos mudar – é uma questão que está aí, é uma Comissão que sempre pedimos –, de por que estamos trazendo essas reivindicações, de por que entendemos que a proposta do Governo deveria ter sido precedida por um amplo debate já na Câmara dos Deputados e não atropelada, como o foi.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Lara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça, que na sua fala já trouxe uma série de contribuições para que se mude o texto do projeto que chega da Câmara dos Deputados. Eu fiz uma introdução apresentando o projeto para o debate.

Vamos, de imediato, passar a palavra ao Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Para aqueles que chegaram mais tarde, aviso que vamos fazer duas Mesas. Depois que esta Mesa terminar, haverá uma outra, e vamos continuar o debate.

O SR. ATON FON FILHO – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, digníssimo Presidente desta audiência pública, Exmª Srª Senadora Ana Rita, Exmº Sr. Senador Pedro Taques, em nome de V. Exªs saúdo todos os presentes.

Permita-me, de início, Sr. Presidente, aclarar que, além de representar aqui a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, eu tenho mandato para representar a Comissão pela Memória, Verdade e Justiça do Estado de São Paulo, e é nessa condição que eu gostaria de fazer aqui algumas observações, alguns comentários.

Gostaria depois, Sr. Presidente, de formular um agradecimento pela realização desta audiência públi-

ca, porque nela busca-se a verdade que almejam os familiares de presos políticos, mortos e desaparecidos, os ex-presos políticos, os militantes sindicais, os militantes partidários, todos os interessados em conhecer os crimes contra os direitos humanos perpetrados pela ditadura militar.

Participamos das conferências estaduais de direitos humanos, participamos da Conferência Nacional de Direitos Humanos. Tivemos, então, também um papel na elaboração do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, mas, infelizmente, aquilo que foi posto naquele plano, particularmente com respeito à Comissão Nacional da Verdade, foi-nos roubado depois por uma ofensiva da extrema direita que fez com que o Governo recuasse e acabasse apresentando um projeto que, no nosso entender, padece de inúmeras debilidades e de algumas ignomínias, duas pelo menos, às quais vamos fazer referência mais explícita adiante.

De qualquer forma, embora tenhamos participado daquelas conferências, esta é a primeira vez que os familiares, os comitês de apoio, a Comissão da Verdade e as organizações de direitos humanos são ouvidos sobre o projeto da Comissão Nacional da Verdade. Apesar de ter sido enviado um pedido de audiência à Senhora Presidente em maio, um manifesto com cerca de seis mil assinaturas, não houve resposta a esse pedido e, então, não foi ouvida a voz desses familiares, não foi ouvida a voz desses comitês, apesar de termos corrido pelos gabinetes da Câmara dos Deputados há cerca de um mês, quando foi feita a votação do projeto naquela Casa. No entanto, é preciso reconhecer que, se Comissão Nacional da Verdade tivermos, ela será decorrente, fundamentalmente, da luta dos familiares dos presos políticos, dos mortos e desaparecidos, da luta daqueles que os apóiam, da luta daqueles que não aceitaram que a anistia fosse uma pedra tumular posta sobre a nossa história, sobre nossos familiares, sobre os nossos companheiros mortos, desaparecidos.

A Lei 6.683, a que faz referência a esse projeto – e aqui já quero manifestar desde logo a concordância com as observações que foram feitas pela Lara Xavier com relação às modificações que têm que ser realizadas em relação a esse projeto, em particular à retirada neste momento, refiro-me especificamente a isso, das menções feitas a essas leis –, ofereceu-nos um prato amargo de atestados de morte presumida que os familiares deveriam requerer – está certo? – para com isso selar a morte dos seus parentes desaparecidos. Os familiares recusaram, porque preferiram que não fossem eles que passassem a história como aqueles que pediram a morte dos seus parentes. As famílias dos combatentes desaparecidos no Araguaia foram ao Judiciário, que lhes cuspiu na cara. Está certo? O

ex-Ministro do STJ, Vicente Leal, ainda quando juiz da Primeira Instância, extinguiu a ação que os familiares ajuizaram, afirmando que a União não tinha obrigação de indicar onde escondia os cadáveres. Esse Ministro Vicente Leal – não sei se V. Ex^{as} se recordam – é aquele que se aposentou às vésperas de ser julgado por seus pares no Superior Tribunal de Justiça, acusado de vender sentenças para traficantes de drogas e é o mesmo também ex-militar, especializado em contrainsurgência e guerra na selva.

O recurso dos familiares contra a decisão do ex-Ministro Vicente Leal foi acolhido, o processo foi julgado procedente em 2003, mas a União vem protelando até hoje a execução daquela sentença. Enquanto isso, o ex-Major Curió se acumpliciou com jornalistas do Estado de São Paulo para continuar escondendo os arquivos e documentos da guerrilha, agora sob o manto da liberdade de imprensa.

Como não conseguiram que os familiares pedissem os atestados de morte presumida, a União chamou a si o papel de declarar morta uma extensa relação de nossos companheiros que veio escrita na Lei 9.140/1995. Os familiares foram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e lá obtiveram uma decisão condenatória do Estado brasileiro. A própria Comissão Interamericana levou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos e de lá veio a sentença de cumprimento obrigatório que o Brasil até agora se negou a cumprir integralmente, não sem antes a mais alta instância do Poder Judiciário deste País abraçar torturadores, sequestradores, supressores de documentos e ocultadores de cadáveres no espetáculo nojento que foi o julgamento da ADPF 153, sobre a Lei de Anistia.

Das conferências de direitos humanos, primeiro, e da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos depois, veio a exigência da instalação da Comissão Nacional da Verdade. Escrevinhou-se um projeto de lei recheado de incoerências. Um prazo de 42 anos para ser esquadrihado em dois. Uma comissão composta por 7 integrantes, 14 assessores, sem orçamento próprio, como para dizer, na verdade, que não se quer memória, nem verdade, nem justiça. Um projeto contendo duas ignomínias, dois escárnios, como disse antes e volto a repetir agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores presentes.

Primeiro, a admissão da possibilidade da participação dos militares na Comissão Nacional da Verdade. O § 1º do art. 7º, Sr. Presidente, manifesta essa possibilidade e deixa pendente essa Espada de Dâmocles sobre a cabeça dos cidadãos brasileiros. Ignomínia maior ainda é a proibição, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores aqui presentes, constante do art. 4º, §

2º, deste projeto – que aqui tem o número 88/2011 – a proibição de que as informações, dados e documentos considerados sigilosos que cheguem ao conhecimento da Comissão sejam levados ao conhecimento de terceiros, ficando os integrantes da Comissão responsáveis pela manutenção desse sigilo.

O que significa isso? Significa que os militares que chegarem lá, os mesmos militares que podem carimbar nos documentos a palavra “sigilosos”, podem chegar lá, serem ouvidos e dizerem: “Não, nós podemos dizer para vocês onde nós escondemos os cadáveres daqueles que vocês consideram desaparecidos. Estão nesses documentos.” E esta Comissão nunca vai poder levar essa informação ao conhecimento da sociedade brasileira, porque há uma proibição absoluta no texto do Projeto 88/2011. Não é possível, Srs. Senadores, aceitar a manutenção desse dispositivo. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei chega agora para exame por V. Ex^{as}. É preciso que V. Ex^{as} reconheçam, não se esquivem de um papel de Casa Revisora também que tem este Senado da República. O Senado tem a condição, tem o papel de fazer as modificações. Se o projeto nos veio da Câmara dos Deputados – está certo? – um projeto que, embora se diga de uma Comissão Nacional da Verdade, não realiza essa verdade a que se pretende, o Senado tem mais do que a possibilidade, o Senado tem o dever de fazer essas modificações.

Parece que nós vivemos aqui a possibilidade de um reencontro da história, porque foi o Senado Federal que em 1979, com as mãos e a voz de Teotônio Vilela, fez a denúncia do Projeto de Lei da Anistia. Foi o Senado que, com as pernas de Teotônio Vilela, foi aos presos políticos, foi aos familiares dos presos mortos e desaparecidos e foi o Senado que, com a figura do menestrel das Alagoas, irmanou-se com os comitês brasileiros pela anistia e, assim como nós, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, pedimos, demandamos de V. Ex^{as} agora, que façam isso novamente com os comitês que apóiam a instalação da Comissão Nacional da Verdade, mas uma Comissão Nacional da Verdade que seja realmente capaz de executar a sua tarefa.

Ao Senado é dada agora a oportunidade de corrigir esses dois aspectos fundamentais. Repudiando o sigilo, o Senado permitirá a realização da Justiça; repudiando a participação dos militares, o Senado permitirá a isenção de que esta Comissão necessita para realizar os seus trabalhos. É essencial que esses dois dispositivos sejam modificados, que seja extirpada a palavra “militares” do § 1º do art. 7º e é necessário que seja extirpado na íntegra o art. 4º, § 2º, do Projeto de Lei 88/2011. Porque somente dessa maneira os dados que chegarem ao conhecimento da Comissão no seu

relatório final poderão ser enviados ao Ministério Público, para que o Ministério Público ofereça denúncia contra aqueles responsáveis pelos crimes permanentes.

Porque, é preciso que se lembrem – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^a Senadora Ana Rita, Sr. Senador Pedro Taques, Sr. Senador Vicentinho Alves, Sr. Senador Cyro Miranda –, é preciso que se diga também que tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto o próprio Supremo Tribunal Federal já deixaram bem clara a possibilidade de serem julgados, de serem processados aqueles autores dos crimes permanentes, que são o crime de sequestro, que aqui se resume ao caso dos presos desaparecidos, os crimes de ocultação de cadáver, os crimes de subtração de documentos, crimes que não se consideram consumados enquanto não aparecem os presos desaparecidos ou os seus cadáveres. A ocultação de cadáveres não se considera consumada enquanto não é indicado o local onde eles foram ocultados e a supressão de documentos não se considera consumada enquanto esses documentos não são entregues. Tanto a Corte Interamericana quanto o Supremo Tribunal Federal já disseram isso.

No julgamento do pedido de extradição de um torturador, de um sequestrador uruguaio, também com pedido de mandado pela Argentina, Manuel Juan Cordeiro Piacentini, o Supremo Tribunal Federal já disse: “Esses crimes de sequestro, esses crimes de desaparecimento forçado são crimes permanentes”. A eles a anistia não se aplicou. Nem a anistia do Brasil nem a anistia daqueles outros países. Portanto, essas pessoas têm que ser julgadas.

E quando o Projeto de Lei 88/2011 proíbe os integrantes da Comissão de levarem essas informações sobre quem são os possíveis autores desses crimes permanentes ao Ministério Público Federal, estabelece esse projeto um manto protetor sobre as mais graves violações de direitos humanos que tivemos em nosso país.

A este Senado da República é garantida agora a possibilidade de, recuperando este projeto, fazendo essas modificações, reencontrar-se com a história, reencontrar-se com a sociedade, reencontrar-se com a Justiça. E é disso que tanto o Comitê Pela Comissão da Memória, Verdade e Justiça do Estado de São Paulo, como a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, como uma série de organizações e entidades – permita-se Senador rapidamente: a Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura, as Associação Juizes para a Democracia, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT Nacional, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – Cjil, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Central Sindical e Popular

Conlutas, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, o movimento Mães de Maio de São Paulo (aquelas mães que tiveram seus filhos assassinados em maio de 2006 em crimes que são herdeiros diretos das práticas da ditadura militar), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre tantas outras organizações e entre tantas outras personalidades que se juntam à nossa voz, à sua voz, para que V. Ex^{as} façam essas modificações que demandamos no Projeto de Lei 88/2011.

Desculpando-me por ter-me alongado, Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^{as}. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ficar tranquilo, Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que a sua exposição ficou dentro do tempo. Tenho dado dez minutos mais cinco, e, se necessário, mais cinco. V. S^a ficou nos dezoito minutos. Tinha dois ainda. Fiquei devendo dois minutos.

Passamos de imediato a palavra... Registrando a presença entre nós do João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart; do Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, que está também conosco; da Sr^a Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, que vai fazer parte da segunda Mesa, e do Pe. Geraldo Martins Dias, representando a CNBB, que fará parte também da segunda Mesa.

Quero dizer também da nossa satisfação de estarmos com quatro Senadores presentes, acompanhando, palavra por palavra, os nossos convidados. Estão a Senadora Ana Rita, o Senador Pedro Taques, o Senador Vicentinho Alves e o Senador Cyro Miranda.

Passamos a palavra, depois da brilhante exposição do Dr. Aton, para a Sr^a Susana Keniger Lisboa, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Só reafirmando que tanto a fala da Sr^a Lara como a do Sr. Aton foram na linha de apresentar propostas concretas de alteração do texto.

Peço que no encerramento vocês deixem uma cópia comigo para que eu possa encaminhar para o relator.

A SR^a SUSANA KENIGER LISBOA – Bom dia, Sr. Senador Paim, Senador do meu Estado, Rio Grande do Sul. Queria cumprimentá-lo e especialmente agradecer por esta audiência, porque é a primeira vez que nós, familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e entidades, podemos discutir este assunto que veio à pauta política por meio da nossa luta tantos anos atrás. Queria cumprimentar o Aton, a Lara, representante também da Comissão de Familiares de Mortos

e Desaparecidos, eu queria cumprimentar outros familiares presentes, a Maria Eliane, Pedro Pomar, o Gilney, companheiro de todas as horas, o João Goulart, filho do nosso Presidente, especialmente, a Luiza Erundina, que foi a primeira autoridade constituída deste País a nos dar apoio, quando, como Prefeita de São Paulo, foi aberta a vala clandestina do Cemitério de Perus, e criou uma comissão para investigar as circunstâncias da existência daquela vala. *(Palmas.)*

E tive a oportunidade de participar dessa comissão de investigação que mostrou, pela primeira vez, o que a ditadura tinha feito com os corpos dos combatentes assassinados.

É muito importante também a lembrança que o Fon fez do nosso Senador Teotônio Vilela. A presença de S. Ex^a na luta pela anistia foi fundamental para que fosse evidenciado quem éramos nós, que lutávamos por uma anistia ampla, geral e irrestrita. É impressionante que, depois de tantos anos, a gente tenha lido na divulgação dessa audiência, Senadores presentes, que a Câmara teria, ao discutir o projeto da Comissão da Verdade, excluído a participação de terroristas e de militares. Quem são os terroristas neste País? Tantos anos depois, lembro-me do Senador Teotônio Vilela saindo do presídio onde estava o Gilney, preso há 10 anos, e dizendo: “Aqui não encontrei terroristas, aqui encontrei homens e mulheres que lutaram pela democracia neste País”. *(Palmas.)*

Tantos anos depois, a gente lê na imprensa ainda uma referência a terroristas. É impressionante que o mundo e o Brasil inteiro aplaudam cada vez que se ouve falar numa tentativa de investigação dos crimes cometidos pelos nazistas tantos anos depois. E por que nós, que estamos aqui buscando os nossos familiares vítimas de desaparecimento, assim como fizeram os nazistas ao cremar os corpos... O que queriam os nazistas ao cremarem os corpos? A família do meu pai foi cremada. O que eles queriam? Queriam que desaparecessem da história, queriam que não houvesse, sequer, sepultura para que eles fossem pranteados. Isso fez a ditadura com os desaparecidos.

Em 1979, localizamos o primeiro corpo de um desaparecido político, e foi o do meu marido. De lá para cá, localizamos outros três. Então, até agora, os familiares de mortos e desaparecidos no Brasil localizaram quatro corpos de desaparecidos políticos. Nossas reivindicações são as mesmas daquela época: queremos saber onde estão, queremos que o Governo identifique e nos entregue os corpos, queremos saber como morreram, queremos saber quem matou sim e queremos a responsabilização dos culpados. *(Palmas.)* Até porque, vivemos num País que não enxerga a sua história, vivemos num País que ainda tortura. A mesma

versão oficial que foi dada pela repressão para a morte do José Maria Ferreira de Araújo – marinheiro, desaparecido até hoje, do qual localizamos a documentação na época da vala de Perus, dizendo que ele tinha morrido de mal súbito – foi dada anos atrás, quando eu trabalhava na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e foi morto o Elton Brum da Silva. Ouvi o rádio e ouvi o comando da Brigada Militar dizer: “Ele morreu de mal súbito”. Na outra linha, estava o Deputado Dionilso Marcon, Presidente da Comissão, que me dizia: “Não é verdade, foi um tiro pelas costas”. Não fosse a democracia, não fosse o Deputado Marcon, não saberíamos que o Elton Brum foi assassinado, assim como foi assassinado o José Maria Ferreira de Araújo. As histórias se repetem, a tortura permanece e continua. Hoje, as mães dos presos comuns buscam os seus filhos desaparecidos, porque o desaparecimento se tornou uma prática, assim como a tortura é institucionalizada. O Brasil não olhou essa história.

Há poucos anos, quatro ou cinco anos, uma turma de oficiais do Exército Brasileiro que se formava resolveu que era seu Patrono o Médici. Nós estávamos no Governo Lula, Senador. Como é que uma turma de oficiais... Que ensinamento tiveram esses oficiais para, hoje, homenagear o Médici? O que vão fazer daqui a alguns anos? Se sentirem que a Pátria está ameaçada, vão cortar cabeças como fez o Exército na região do Araguaia? É para isso que precisamos de uma comissão da verdade, para que a verdade venha à tona, para que realmente reconheçamos e saibamos o que aconteceu com cada um daqueles que foi morto e foi desaparecido.

A ditadura matou por opção, existia pena de morte, e ela optou por matar na ilegalidade. Ela poderia ter condenado à pena de morte, tínhamos Justiça que dizia que existia pena de morte, mas ela matou na ilegalidade. Continuamos dizendo, apesar do julgamento da DPF, que a Lei da Anistia não atingiu os torturadores, não só pela questão dos desaparecidos, que é um crime continuado, mas também porque os presos políticos que foram condenados pelo que na época se chamavam crimes de sangue, não foram anistiados, foram soltos em função da reformulação da Lei de Segurança Nacional, que atenuou as penas e cumpriram liberdade condicional por muitos e muitos anos, e os que foram anistiados o foram individualmente. Listas eram publicadas no Diário Oficial para que a pessoa fosse anistiada. Até hoje, a pessoa tem que requerer a sua anistia, cada um de nós tem que requerer a sua anistia. Qual foi o torturador que requereu a sua anistia? Quais foram os nomes deles que vieram à tona?

Participei, durante 10 anos, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, constituída pela Lei 9.140/95. Juntamente com a lara e com outros familiares, trabalhamos incansavelmente para montar aqueles processos, porque o ônus da prova é dos familiares, somos nós que temos que provar que a ditadura matou e enterrou, somos nós que temos que provar em que circunstâncias foram mortos. A Lei 9.140 nos trouxe, no mínimo, um avanço. Em relação aos desaparecidos políticos, tínhamos negado, evidentemente, o atestado de morte presumida oferecido pela ditadura. No mesmo dia em que ela nos oferecia esse atestado de morte presumida, apresentávamos o atestado de morte do meu marido, enterrado com nome falso, no Cemitério de Perus, e que era morto desde 1972. Portanto, sete anos depois, junto com a lara, fui ao cemitério e localizamos o corpo dele enterrado com nome falso.

A Lei 9.140 assumiu a morte de 136 dos nossos desaparecidos, extraída aquela lista dos nossos dossiês. Só que o atestado de óbito fornecido aos familiares dizia assim: “Fulano de tal morreu no ano tal, de acordo com a lei tal”. Provavelmente, foi assim que a Maria Eliane recebeu o atestado de óbito do irmão dela. Muitos cartórios se recusaram a entregar o atestado de óbito e o Ministério da Justiça – na época, a Comissão era ligada ao Ministério – tinha que telefonar para cada um: “Olha, você tem que dar um atestado de óbito para essa família”. Essa pessoa só tem o ano da morte para poder calcular a indenização, mas não tem *causa mortis*, não tem local de sepultamento. Até hoje, a situação dos desaparecidos políticos é essa: eles foram oficialmente mortos, mas não se sabe onde estão. Como se fosse possível enterrar uma pessoa sumindo com a história dela. Em relação aos mortos, a Comissão avançou, porque tínhamos que provar que as versões oficiais de suicídios, atropelamentos e tiroteios eram mentirosas e provamos. Provamos 132 vezes que essas versões eram mentirosas.

E ontem também me surpreendi, Senadores. A matéria que falava dessa audiência, dizia que a família do Vladimir Herzog afirmava que ele tinha sido morto, como se pudesse haver dúvida sobre isso. A Justiça já disse que ele foi assassinado, a Comissão Especial já disse que ele foi assassinado, não há dúvida sobre isso. Não é possível que agora se tenha, tantos anos depois, uma Comissão da Verdade e que se mantenha o sigilo. Não vou saber como meu marido foi morto? Até hoje não sei. Desde 1979, quando achei o corpo dele, recebi e enterrei, não sei como ele foi morto e preciso saber, tenho o direito de saber, a sociedade brasileira tem o direito de saber. Quero saber quem foi que matou o nosso Presidente João Goulart, por-

que acredito que foi assassinado. Se a Comissão da Verdade não vai investigar esses crimes, ela vai fazer o quê? É isso que acho fundamental que o Senado possa olhar. Nós precisamos lutar para que essa Comissão da Verdade possa realmente fazer o que ela tem de fazer. Não temos medo do debate, eu não tenho medo de ficar de frente a qualquer integrante da direita e dizer que esta Comissão veio para investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro. A esquerda foi julgada e condenada, morta e desaparecida. Se alguém quiser de novo – como diz a direita – investigar esses crimes, que faça outra comissão. Essa Comissão é para investigar os crimes do Estado brasileiro. Foi o Estado que matou, foi o Estado que fez desaparecer, foi o Estado que arrancou cabeças, que decepou cabeças, que arrancou os olhos, que arrancou línguas, muitos corpos foram mutilados. Tivemos de olhar as fotos dos corpos mutilados e montar os processos para entregar à Comissão Especial com uma dificuldade enorme, porque foi muito difícil para nós olhar cada uma daquelas fotos com lupas, com lentes. O Gilney me levou para ser internada uma vez, pois na Câmara Federal passei mal de olhar os mortos na chácara São Bento. Ontem, esse tal de José Anselmo dos Santos deu uma entrevista sobre esse assunto e, infelizmente, não consegui ver. Foi o José Anselmo dos Santos quem entregou para a morte seis pessoas. Até hoje ele diz que foram mortas à bala, mas foram torturadas, tiveram os pedaços dos corpos arrancados. Basta olhar as fotos da chácara da morte. Foram essas fotos que me levaram para o hospital, tal a dor que senti ao ver aquelas pessoas amigas minhas, inclusive, com quem tive a honra de militar na época da ditadura militar... Fui, sim, militante de uma organização de luta armada, tenho muito orgulho disso. Fui militante da Ação Libertadora Nacional, tenho orgulho do que fiz e tenho orgulho de ter lutado por uma Pátria livre. É por isso que estamos aqui hoje, para falar dos nossos mortos. Em relação a isso, é muito triste que o Governo não nos tenha ouvido até agora. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esta foi a Sr^a Susana Keniger Lisboa, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Houve depoimentos na mesma linha da Sr^a lara e do Sr. Aton, carregados de muita emoção, relatando para nós todos os fatos que, tenho certeza, muitos não conheciam ainda. Por isso, a Comissão da Verdade, por isso temos de aprofundar, com certeza, este debate.

Passo a palavra neste momento à Deputada Federal Luiza Erundina.

A SR^a LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Obrigada, Senador.

Quero saudar a Mesa e dizer a V. Ex^a que é uma esperança a iniciativa de realização desta audiência pública com alguns Senadores e Senadoras aqui presentes, além dos familiares. A gente tem esperança de que os familiares tenham mais sorte no Senado do que têm tido, ou tiveram, na Câmara dos Deputados. Nós promovemos duas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para as quais convidamos três Ministros. Nenhum deles compareceu às duas audiências públicas. Inclusive, sofremos muita pressão da parte do Governo para que não se realizassem aquelas duas audiências públicas. É preciso que a verdade seja dita em relação a todos os fatos.

Quando da votação da matéria, em regime de urgência urgentíssima – depois de a matéria ter ficado um ano e quatro meses na Câmara aguardando a criação de uma comissão especial para que, regimentalmente, pudessem ser ouvidas as partes envolvidas naquela questão –, de repente, veio a decisão de que a matéria não seria apreciada em comissão especial, mas seria objeto de uma sessão em regime de urgência urgentíssima, portanto, sem nenhuma possibilidade de se debater com quem tem o que dizer a respeito dessas questões, que são as vítimas daquele triste período da história brasileira.

Senador, fizemos emendas exatamente cobrindo ou respondendo essas limitações da proposta levantadas aqui pelas companheiras e pelo companheiro Fon. Lamentavelmente, não tivemos oportunidade sequer de discutir essas emendas com os membros do Governo que estiveram lá durante a tarde inteira, três Ministros, além de assessores, que não ouviram a nós, que representávamos naquela ocasião os familiares, enquanto que a oposição conseguiu negociar duas emendas sem grande importância. É bom registrar que a voz dos familiares – através de alguns parlamentares naquela Casa, pouquíssimos parlamentares – não foi ouvida e muito menos teve a possibilidade de apresentar alguma emenda àquele projeto. Ele foi aprovado – a não ser por duas emendas da oposição – exatamente como foi encaminhado à Câmara há um ano e quatro meses. Agora, abre-se a possibilidade e a esperança de que as coisas aconteçam de forma diferente aqui nesta Casa a partir de agora.

Apelo, portanto, aos Srs. Senadores que apresentem essas emendas para vermos se conseguimos melhorar minimamente aquela proposta que, absolutamente, não terá eficácia. Ainda resta a esperança de que os familiares, que até agora foram os que produziram informações e que trouxeram a verdade, parte dela, a este debate... Foi também graças a esses familiares, e aproveito para agradecer publicamente o que

representou a contribuição deles no momento em que, na Prefeitura de São Paulo, tivemos oportunidade de investigar 1.049 corpos. Aliás, descobrir uma vala comum, clandestina, no cemitério municipal, construída em 1971, quando o Paulo Maluf era prefeito. Sabe-se que os cemitérios municipais foram construídos exatamente naquele momento bem distantes, na periferia mais anônima da cidade, para onde se levavam os corpos das vítimas da ditadura, os corpos das vítimas do Esquadrão da Morte e os corpos das vítimas da miséria social naquela cidade.

Daqueles 1.049 corpos, Senador Paim – investigados, inclusive, por meio de um convênio que a Prefeitura na época fez com o Governo do Estado, para que a Unicamp periciasse aquelas ossadas –, havia mais de 400 corpos de crianças negras. Portanto, o crime, o desrespeito aos direitos humanos tem cor preta e de criança pobre. Não foram somente os que deram a vida e a liberdade pela democracia no País, mas, lamentavelmente, ainda existe tortura neste País e ainda discriminação contra negros, contra pobres, contra mulheres e contra os diferentes. É preciso que isso mude, senão não dá para a gente fazer discurso de democracia, porque não temos democracia ainda em nosso País.

Para concluir, Senadores, Senadoras, familiares, amigos, amigas, queria fazer uma denúncia. Aquele programa da TV Cultura que aconteceu para ouvir alguém que absolutamente não deveria ter o privilégio, a oportunidade de, numa tevê pública como a TV Cultura... Como é que se chama uma pessoa dessas, que delatou, que matou a própria esposa – não sei se esposa, mas a mulher dele –, grávida de seis meses, lá em Recife, o tal Cabo Anselmo? Ele foi ouvido ontem num programa especial da TV Cultura, Roda Viva, e sem o contraditório. Então, proponho, Senador, nesta oportunidade, que se faça uma moção de repúdio à Fundação Padre Anchieta e à direção da TV Cultura e que se exija que convidem alguém do outro lado para ser ouvido num programa semelhante. (*Palmas.*) Que o outro lado seja ouvido no mesmo programa, no programa Roda Viva, para dizer a versão do outro lado. É um absurdo uma emissora pública se dar ao direito de convidar um sujeito desses quando o outro lado não foi não foi ouvido, não está sendo ouvido, e precisa ser ouvido.

Então, proponho que se encaminhe uma moção de repúdio àquele emissora e à Fundação Padre Anchieta e que se exija outro programa semelhante com algum familiar para dar a sua versão, diferente daquela que aquele sujeito deu na noite de ontem.

Então, era isso. Aqui fica a esperança. Independentemente do resultado da votação aqui nesta Casa,

tenho a esperança de que a sociedade, junto com os familiares, vai criar as condições para que se faça justiça e se corrijam as limitações e as restrições que aquele projeto de lei ainda apresenta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Foi a Deputada Federal Luiza Erundina que, além de contestar o projeto que vem da Câmara, dizendo que lá não conseguiram nem discutir a matéria no plenário, via emendas, ainda solicita – e esta Comissão assim o fará – que a gente encaminhe uma moção à TV Cultura, ao Programa Roda Viva, para que se ouça o outro lado, os familiares, repudiando o que aconteceu e exigindo o espaço para o debate, ouvindo os familiares sobre o tema.

Neste momento agradecemos muito a esta primeira Mesa, à Sr^a Iara Xavier Ferreira, ao Dr. Aton Fon Filho, à Sr^a Susana Keniger Lisboa e à Deputada Federal Luiza Erundina. Peço que eles retornem para a primeira fila, porque vão participar dos debates.

Convido neste momento para a segunda Mesa o Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, que representa aqui o Sr. Ophir Cavalcante, Presidente da OAB. Convido também a Sr^a. Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. Convidamos também o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart, e também o Pe. Geraldo Martins Dias, Assessor Político da CNBB.

Vou seguir da mesma forma que fiz na primeira Mesa. Pela ordem colocada na minha planilha, passo a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil.

Depois desta segunda Mesa, vamos iniciar o debate com a participação, em primeiro lugar, dos Senadores, mas todos poderão também dialogar e fazer perguntas entre os convidados.

Com a palavra, neste momento, o Sr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, aqui representando o Presidente da OAB. S. S^a é Secretário-Geral daquela Ordem.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

– Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Sr^a Senadora Ana Rita e Srs. Senadores Pedro Taques, aqui presente, Vicente Alves e Cyro Miranda, colegas de Mesa, Deputada Luiza Erundina, jornalistas, a Ordem dos Advogados do Brasil possui, como é de sabença de todos, uma atuação, uma militância muito forte na matéria de direitos humanos, desde a ação do ex-presidente da OAB, Raymundo Faoro, na luta pela redemocratização, Diretas Já, *impeachment*

de ex-presidente da República. Enfim, a Ordem procura não pautar sua atuação apenas na defesa das prerrogativas dos advogados, não apenas na defesa das questões corporativas, porque a Ordem entende que esse papel não é suficiente para as exigências da atualidade na sociedade. A Ordem entende que possui também o papel de se portar como uma entidade da sociedade civil, como mais uma entidade que procura ser a voz da sociedade civil brasileira. Nesse sentido, considera que o Parlamento é fundamental para a afirmação da democracia. Por isso que o Conselho Federal da OAB se faz presente com muita satisfação e agradece o convite formulado pelo Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão.

O ser humano deve ser o centro gravitacional do Estado. A própria existência do Estado possui justificativa e finalidade precípua na proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana. O Estado não pode ser instrumento de opressão do homem. O Regime de Exceção, iniciado com o Golpe Militar de 1964, inverteu essa lógica. O cidadão brasileiro foi perseguido, seus direitos desrespeitados e suprimidos pela autoritária força estatal. A liberdade de pensar e o livre expressar de opinião foram considerados atos de subversão. Os militares, em evidente desvio de função, arvoraram-se na condição de Chefes de Estado, quando sua atuação deveria se limitar à proteção das fronteiras nacionais. Alguns civis deram guarida a esse golpista projeto, que, desgraçadamente, vicejou em nosso país por mais de duas décadas. Muitos usurpam a democracia e o Estado de Direito para benefícios pessoais e exercício de poder de mando. Inúmeros se aproveitaram desse momento para praticar toda sorte de desmandos e criminosos atos de perseguição.

A Comissão Nacional da Verdade, prevista em projeto de lei aprovado na Câmara e em tramitação no Senado Federal, possui a finalidade de esclarecer os fatos à sociedade brasileira. O Brasil possui inalienável direito à sua memória. Lembrar, jamais esquecer, para nunca mais repetir. A Ordem dos Advogados do Brasil se posiciona firmemente favorável à criação da Comissão.

Na condição de Entidade que representa sete centenas de milhares de advogados, bem assim tem expressado os desejos da sociedade civil organizada em diversos momentos históricos, a OAB considera meritória e digna de aplausos a presente iniciativa legislativa. O presidente da OAB nacional já expressou tal apoio. O ex-presidente Cezar Britto tratou durante a sua gestão sobre a necessidade de tal projeto. O Presidente a OAB do Espírito Santo, Homero Junger Mafra, possui um brilhante trabalho de reflexão sobre a matéria, cujos textos seguem em anexo com a solici-

tação de inclusão nos Anais desta douta Comissão. O Presidente da OAB do Rio de Janeiro, Wadih Damous, fez deste tema campanha permanente no âmbito da seccional carioca. Todos os presidentes estaduais da Ordem e os conselheiros federais da entidade possuem aprovação quanto à presente matéria. O Brasil inteiro quer resgatar o sagrado direito à verdade e à memória.

Temos algumas sugestões para aperfeiçoar o projeto no sentido de ampliar a sua eficácia.

1ª – O prazo de funcionamento da Comissão, previsto para dois anos, deveria ser alongado para cinco anos, sem prejuízo de conclusões parciais de trabalhos específicos ao longo do período;

2ª – A Comissão deveria ter uma composição mais plural, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, contendo representantes da sociedade civil brasileira e do próprio Parlamento;

3ª – A vedação de ocupantes de cargo em comissão para os que serão membros da Comissão, como consta no projeto da Câmara, deveria ser estendida a toda e qualquer pessoa que tiver ocupado cargo em comissão durante o regime militar. Não basta que haja a proibição, que foi meritória na Câmara, de que os membros não sejam ocupantes de cargos em comissão deste Governo, é preciso também que não tenham sido agentes que fizeram parte do regime que se quer investigar, do Regime de Exceção. Então, a proibição de que possuam essa origem. E também, neste momento, a OAB faz a adesão à proposta da Drª Iara Xavier Pereira no sentido de que todo e qualquer militar seja excluído da possibilidade de fazer parte desta Comissão;

4ª – Previsão de instituição de subcomissões nos Estados da Federação com o intuito de dar mais capilaridade aos trabalhos;

5ª – Também concordando com a proposta da Drª Iara Xavier Pereira, os trabalhos da Comissão devem iniciar por ocasião do Golpe Militar, em 31 de março de 1964.

A OAB, desse modo, aprova a criação, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, da Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações dos direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, como estatuído no art. 1º do Projeto de Lei, que bem poderia ser substituído. Também fazemos adesão à proposta de que o interesse deste projeto é a consolidação da democracia, e não fazer uma reconciliação nacional, como bem já enfatizaram os que me antecederam, a Drª Iara Xavier, Aton Fon Filho e Susana Lisboa.

E o faz lançando mão das sábias palavras do Presidente Homero Mafra, da OAB do Espírito Santo. Onde? Quando? De que modo? São perguntas básicas para os advogados, mas são dolorosas interrogações que nunca saem da lembrança dos familiares dos desaparecidos políticos.

Nesse ponto, num País onde a tortura continua a existir nas delegacias e nos presídios e em diversos momentos da vida social, é preciso lembrar Elio Gaspari: “Se os torturadores de todo o mundo aceitassem o risco de irem às barras dos tribunais sempre que brutalizassem um inocente ou matassem um suspeito, a humanidade jamais teria conhecido esta praga”.

Como disse o Presidente Ophir Cavalcante: “Não se pode ter na democracia documentos eternamente sigilosos. É necessário que a sociedade conheça a sua história e, a partir dela, possa corrigi-la e reescrevê-la melhor”.

E concluo: não podemos perpetuar a tortura da dúvida. O Brasil necessita de informação e memória para não repetir erros do passado.

Era o que o Conselho Federal da OAB tinha a trazer como contribuição, deixando com o Presidente da Comissão as propostas que ora são apresentadas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Secretário da Ordem dos Advogados do Brasil, representando aqui o Presidente da OAB, que nos deixa aqui todas as contribuições ao debate e propostas de emendas ao projeto, não só da OAB, mas também colaborando com a sua fala com as outras que foram colocadas aqui por aqueles que o antecederam.

Vamos dar a palavra a Srª Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

A SRª GILDA CARVALHO – Sr. Presidente desta Mesa, ilustres componentes, Srªs e Srs. Senadores, Senador Pedro Taques, Deputada Luiza Erundina, Senadora Ana Rita, senhoras e senhores presentes, familiares e militantes, quando o Governo mandou ao Congresso Nacional o projeto de criação da Comissão da Verdade o fez por provocação da própria Organização das Nações Unidas, que já indicava ao nosso País que deveria compor uma Comissão da Verdade. Isso porque estudos da ONU já indicavam que os países que tinham passado por regimes de exceção ou nos quais teria havido grandes eventos – como, por exemplo, na própria Alemanha, em que houve a passagem da Alemanha Oriental para a Ocidental, ou seja, de regimes políticos distintos, em que houvesse nessas ocasiões, e assim houve também na Alemanha uma comissão – que fossem dados e esclarecidos por esta Comissão os fatos históricos e as revelações necessá-

rias daquelas práticas anteriores. No caso, poderíamos dizer da Stasi, que foi recentemente debatida, inclusive, na Escola Superior do Ministério Público da União, e assim foi feito por essa sociedade, umas e outras distintamente, porque, em alguns casos, a discussão veio ao Parlamento, como aqui foi encaminhado, a meu ver com propósito de que o Parlamento brasileiro discutisse profundamente essa página da nossa história.

E é uma história sobre a qual, Sr. Senador Presidente, nós não podemos mais, no estágio da democracia em que estamos, ter receios, medos ou qualquer outro adjetivo que nos impeça de discutir esse nosso passado político.

Nós não podemos, neste estágio em que alcançou a democracia brasileira, ainda ter receios de viva voz, seja no Parlamento, seja nas escolas, nas universidades e entre amigos, de conversarmos e – somente no âmbito dos familiares, no âmbito da militância – discutirmos esta questão da ditadura em nosso País.

Isso não é nada novo, Sr. Presidente. Mais de trinta, sessenta países já tiveram ou conviveram com as comissões da verdade, e os países da América Latina, todos eles, salvo engano, todos, tiveram as comissões da verdade.

Então, isso não é novo, isso não é algo que o Brasil esteja inventando neste momento. Já havia apregoado a ONU. Os países da América do Sul e Central, todos eles, tiveram suas comissões de anistia. Por que, então, esta celeuma que se estabeleceu acerca de – e creio já ter sido ultrapassada – se criar ou não uma comissão de anistia?

É verdade que o projeto como foi elaborado recebeu, de minha parte, que se criasse uma comissão, aliás, um grupo de trabalho que viesse dar substrato à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para que pudesse oferecer as sugestões que se fizessem necessárias. E assim foi feito. Nós encaminhamos para a Câmara dos Deputados, para a Comissão de Direitos Humanos, também acredito que tenham sido encaminhadas a V. Ex^a essas sugestões.

É certo que existem outras também e foram muito bem pontuadas aqui por esta ilustrada Mesa que me antecedeu, a qual trouxe comentários de relevância. Somente para pontuar um deles, eu diria que essa referência que faz o projeto de lei à Lei de Anistia, realmente não foi contemplado na nota técnica que eu enviei ao Parlamento. Contudo, ela tem inteira procedência, porque se contrapõe, esse projeto de lei, a meu ver, inclusive à própria decisão interamericana, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque faz referência a uma lei que a Corte já disse que não deveria ser contemplada por força da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Por sua vez, a nossa preocupação maior foi a de que esta Comissão tivesse inteira independência e imparcialidade. Daí porque sugerimos, nessa nota técnica, que não houvesse, nessa comissão, membros, seja de parte dos familiares, da militância, ou por parte dos militares e simpatizantes.

Entendemos nós que a Comissão deve iniciar com membros que guardem não só aqueles outros requisitos de idoneidade, de proficiência, de honradez e de compromisso com a democracia e com as instituições brasileiras, mas também que sejam imparciais. Daí porque sugerimos que nenhuma dessas partes devesse fazer parte da Comissão.

Por sua vez, esta sugestão não foi acolhida pela Câmara dos Deputados. Uma outra sugestão foi a de que o período que fosse estudado e analisado por essa Comissão deveria ser de 1961 a 1988, porque, como já foi aqui adiantado e explicado, não tem sentido que uma comissão perca dois anos num período tão longo e que perca o foco do que se quer realmente apurar para ser explicado e apresentado à Nação brasileira.

Então, considero de extrema relevância que haja uma alteração nesse período, Sr. Presidente, porque se ele se refere a Disposições Transitórias constitucionais, que por outra vez indicam as indenizações e os cuidados que deveriam ter os anistiados, não é o caso que nós estamos tratando nesta Comissão, que tem outro objetivo claro.

O claro objetivo é de que seja discutido na sociedade brasileira, pelo povo brasileiro, daí porque um dos dispositivos do projeto, e que é muito bom, é justamente a publicidade que deve ser dada a essa Comissão. E não poderia ser diferente, porque a publicidade é essencial. Já se falou, já se vem debatendo essa questão dos desaparecidos políticos e dos anistiados nas comissões que não eram públicas, que estavam voltadas para objetos específicos, daí porque não tinha essa abertura que deve ter a Comissão da Verdade, que tem o único objetivo de trazer o povo brasileiro a participar, a saber, a conhecer, a desvendar esses mistérios que foram os mistérios que fizeram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cinco minutos.

A SR^a GILDA CARVALHO – Obrigada. Que fizeram com que pessoas fossem torturadas no nosso País. Isso por quê? Porque se aprende, é pedagógico, com os erros do passado.

Então, no momento em que o Brasil passa, explora e se aprofunda nesses estudos, quer dizer com isso que ele vai aprender com esse passado para que não ocorra para o futuro.

Então, Sr. Presidente, além das sugestões que já foram encaminhadas, gostaria de acrescentar que este

Senado, na hora em que se disponibilizou a fazer esta audiência pública – e certamente outras poderão vir, ele está também nessa linha da Comissão – queria de publicizar já esta discussão. É muito importante essa audiência e V. Ex^a tomou a frente, ela vem despertar. A imprensa tem um papel muito importante, que é o de divulgar e de trazer todos os estudantes. Digo os estudantes, porque são eles os que mais desconhecem esse lado da história. Também trazem à discussão as entidades profissionais e todos os que compõem a sociedade brasileira no sentido de haver uma reflexão e de acompanhar e prestigiar esta Comissão.

Espero, Sr. Presidente, que esta Comissão realmente venha a ser instalada e cumpra suas obrigações, não só porque indicada pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte, mas porque sei que isso faz parte do anseio das instituições democráticas deste País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos à Sr^a Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, que reforça as propostas encaminhadas para que haja uma mudança no texto vindo da Câmara.

Passamos de imediato a palavra ao filho do ex-Presidente João Goulart, Sr. João Vicente Goulart.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Exm^o Presidente, Senador Paim, colegas que foram convidados, Iara, Senador Pedro Taques, Senadora, Marcus Vinicius, que representa aqui o Presidente da OAB, Deputada Luiza Erundina, Susana – desculpem-me se me esqueço de nominar algumas outras pessoas, antes de mais nada o nosso agradecimento, Senador Paim, de poder estar aqui representando o Instituto Presidente João Goulart neste importante debate, nesta importante discussão aqui no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos, que é, sem dúvida alguma, a votação que vai ocorrer a partir de amanhã, no Senado Federal, da criação da Comissão da Verdade.

Esta Comissão é um anseio de toda a sociedade brasileira, uma luta. Durante muito tempo os participantes desta sociedade lutaram para que ela viesse ser instalada para trazer esclarecimentos públicos à Nação brasileira do que foi a ditadura, dos perseguidos, das pessoas que ainda não reencontraram seus familiares desaparecidos. Pessoas tentam lutar no Brasil por uma sociedade mais justa, mas a importância desta Comissão é a consolidação da nossa democracia.

A democracia não se consolida sem conhecermos a nossa história, sem conhecermos a nossa verdade e sem conhecermos, principalmente, as atrocidades que foram cometidas no País durante aqueles longos anos de ditadura.

Outros países, como várias pessoas relataram aqui, Argentina, Uruguai, onde nós também passamos nosso exílio, já tiraram a limpo, já fizeram esse tipo de comissões da verdade e da Justiça, Senador. Países como o Uruguai e a Argentina hoje têm presos políticos da ordem de seus ex-presidentes dentro das suas condenações e das suas respectivas Justiças.

Então, acho de fundamental importância debatermos, depois de tanto tempo, chegarmos a este estágio no Senado Federal. Está nas mãos dos Senadores construir essa proposta da Comissão da Verdade. Que esta Comissão, depois de tanto tempo, depois de tanta luta, não seja instalada sem a autonomia que o Brasil e que a sociedade brasileira querem que ela tenha.

Já foram ditas aqui várias proposições desta Comissão: que tipo de poder terá essa Comissão? Será que esta Comissão terá o poder de chamar um general, chamar um torturador sob pena de, ele não vir, ser trazido e conduzido pela força pública? Ou será que esta Comissão terá que fazer um convite a um ex-torturador para que ela possa funcionar? Será que esta Comissão teria, dentro de suas atribuições, um orçamento que pudesse, sem dúvida alguma, rediscutir com uma proposta orçamentária, trazer pessoas que participaram? Porque todos nós sabemos que a América Latina passou por uma Operação Condor, os serviços secretos do Brasil, do Uruguai, da Argentina e do Chile estiveram entrelaçados.

Nós, do Instituto Presidente João Goulart, falamos isso porque temos profundas dificuldades para investigar, por exemplo, a morte do Presidente João Goulart, que nós tivemos que fazer em nome do Instituto Presidente João Goulart, porque, se tivéssemos feito em nome da família, teríamos o caso da prescrição e, laconicamente, teríamos uma resposta da nossa Justiça: “Não, o crime de assassinato no nosso País está prescrito em vinte anos”, ou seja, acho que esta Comissão, intrinsecamente, também tem que rediscutir, meu caro Marcus Vinicius, a grande ação que a OAB propôs ao nosso Supremo Tribunal Federal. Lamentavelmente, só tivemos, acho, dois votos a favor. O resto dos votos do STF foi a favor de manter a anistia nos moldes que temos, quando, na realidade, todas as anistias foram revistas.

Acho que o Brasil – que é signatário de tratados internacionais, de direitos humanos – não pode se submeter a dizer não. Não existe prescrição nos crimes de lesa-humanidade, como a nossa Lei de Anistia atualmente admite. Não temos como rever isso, não temos como punir. Então, acho que está nas mãos dos Senadores esta questão de pelo menos atribuir à Comissão da Verdade, que ora se instalará no País, uma dimensão.

Evidente que eu não sou totalmente desesperançoso. Acho que a luta da Comissão da Verdade é um primeiro passo, sem dúvida alguma. Agora, quais as atribuições que ela terá? Acho importante, por exemplo, ela ter completa autonomia para fazer um convênio com outros órgãos, com a Polícia Federal para que se submeta a investigar algumas coisas; que tenha poder de fazer acordos com outros países. No nosso Mercosul – aqui também uma colocação aos Parlamentares do Congresso brasileiro, que fazem parte do Parlasul –, anteriormente, há quatro ou cinco anos, quando o Instituto apresentou aqui na Comissão de Direitos Humanos, nós tivemos vários acordos internacionais, alfandegários, comerciais e não temos um acordo no Parlasul que permita a troca de informações entre os serviços secretos, entre os arquivos que existem, entre as comissões de anistia para saber o que aconteceu nessas operações Condor, operações variadas que tivemos.

Quero parabenizar essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado por este debate em audiência pública sobre a Comissão da Verdade. Acho que é um grande passo, é uma grande atribuição, mas apelamos aos Senadores para que, mesmo que se mantenha assim, esta comissão possa ter alguma liberdade, por exemplo, de fazer esse tipo de convênio. Fazer um convênio com o WikiLeaks, por exemplo, que está aí, mas que seja livre, que possamos divulgar, transmitir à população aquilo que nós encontramos.

Ontem mesmo, nos jornais de Buenos Aires, estava a participação da ditadura brasileira com o “anjo da morte”, o capitão Astiz, que matou várias freiras e que entregou. Ele era tão valente que, quando estava capitaneando o submarino nas Ilhas Geórgia, ao primeiro barco inglês que chegou lá ele se entregou.

Esse tipo de coisa, esse tipo de convênios acho importante que a Comissão tenha. Serão sete membros, deveriam ser mais, as propostas já foram colocadas, mas eu acredito que é uma grande iniciativa.

Quero parabenizar e agradecer. Que a democracia, no Brasil, possa ter esses instrumentos de cicatrizar as feridas e de realmente amadurecer a nossa democracia. Não existe um País livre que não conheça o seu passado e cicatrize as suas memórias.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esse foi João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart. Até hoje não está bem explicada – devemos usar esse termo – a sua morte e merece toda investigação.

Lembrem que entre as propostas aqui colocadas há importância de que, no âmbito do Mercosul – eu faço parte do Parlasul –, seja levado também este de-

bate da Comissão da Verdade, inclusive com a troca de informações por esses períodos chamados de exceção, ou seja, de ditadura, de todos os golpes que aconteceram.

Passamos, de imediato, a palavra ao Pe. Geraldo Martins Dias, Assessor Político da CNBB.

O SR. GERALDO MARTINS DIAS – Bom dia a todas e a todos, uma saudação especial e agradecida ao Senador Paulo Paim, Presidente a Comissão de Direitos Humanos, a quem a CNBB agradece o convite de fazer parte desta audiência, em cuja pessoa quero cumprimentar também todos os demais membros desta Comissão e aqueles que participam deste debate, especialmente os que compõem esta segunda Mesa.

A palavra que nós trazemos aqui é muito simples. Primeiro, é desnecessário dizer o papel importante que a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil desempenhou nesse tempo amargo, que foi o tempo da ditadura. A CNBB teve uma atuação importante e ela não se furtaria hoje, também, de continuar dando a sua contribuição para que sejam sanadas de forma definitiva as feridas que ainda continuam abertas e machucam muito, especialmente aqueles que foram mais diretamente vítimas desse tempo.

Por isso, o dia imediato à aprovação na Câmara do projeto coincidiu com uma coletiva de imprensa com a Presidência da CNBB. A primeira pergunta que os jornalistas fizeram foi exatamente esta: “Se a CNBB apoiaria a Comissão da Verdade”. E o Secretário Geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, não titubeou em responder de imediato que não só apoiaria e, também, a CNBB se colocaria à total disposição para colaborar, para ajudar no resgate à memória. A CNBB entende que resgatar a memória é fundamental para que essas atrocidades não se repitam mais.

A Comissão da Verdade tem também, entendo, a oportunidade de, como disse a Gilda, fazer com que as novas gerações conheçam com mais precisão o que aconteceu naqueles tempos e que ainda nos é bastante oculto. Por isso, a Comissão da Verdade, que está para ser criada, tem uma responsabilidade muito grande, no nosso entender, que é a responsabilidade de não frustrar as expectativas daqueles que aguardam a verdade dos fatos ainda ocultada. Essa é a expectativa da CNBB.

Eu queria, então, muito brevemente, reafirmar isto, o compromisso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em contribuir para que esta Comissão, ao ser criada, de fato cumpra o seu papel. Daí a importância de o Senado ouvir nesta audiência essas observações que vêm daqueles que são diretamente interessados nessa Comissão, para que o texto possa

ser aperfeiçoado a fim de que a Comissão cumpra de forma clara, contundente, o seu papel.

Faço votos, e aqui eu termino, de que esta Comissão cumpra, permitam-me, o preceito bíblico deixado por Jesus: “Nada feito às ocultas que um dia não venha às claras”. O meu desejo é de que esta Comissão traga às claras o que foi feito às ocultas e que para muitos ainda deve permanecer oculto. O tempo é de trazer à luz todos esses fatos e nós acreditamos que a Comissão fará isso. Por isso, entendemos que os aperfeiçoamentos que ela requer são necessários e o Senado poderá fazer isso de maneira competente como sempre faz.

Agradecemos mais uma vez. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Agradeço ao Pe. Geraldo Martins Dias, que falou em nome da CNBB de forma sucinta e objetiva, demonstrando todo o apoio da CNBB à Comissão da Verdade, com os devidos ajustes que esta Mesa já recebeu de todos os nossos convidados.

Neste momento, vamos iniciar o debate, e o nosso Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho gostaria de fazer alguns esclarecimentos e, em seguida, vou passar a palavra à Senadora Ana Rita e ao Senador Pedro Taques, lembrando a todos que esta audiência tem o acompanhamento, naturalmente, da TV Senado e das emissoras que também estão gravando.

Está conosco a Senadora Ana Rita, o Senador Pedro Taques. Esteve conosco, saiu, mas volta, Senador Vicentinho Alves; Senador Cyro Miranda; Senador Randolfe Rodrigues, sempre conosco, firme em todos os momentos; a Deputada Federal Luiza Erundina e o ex-Deputado Federal, meu companheiro de bancada lá na Câmara, Gilney.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO

– Senador, pouco mais do que um minuto.

Já saudei a Senadora Ana Rita e faço uma saudação ao Senador Randolfe Rodrigues, que, de fato, é um grande constitucionalista, professor de Direito Constitucional no Amapá, e ao Senador Pedro Taques, também da área jurídica.

Sobre as legítimas preocupações do João Vicente Goulart, ele lembra sobre a ação que a OAB propôs, discutindo a questão da imprescritibilidade dos crimes de tortura. Há uma outra ação, Senador, muito importante que a OAB moveu, que guarda pertinência com o tema, que é uma ação para cumprir um artigo da Constituição Federal que dispõe que é necessária uma auditoria da dívida externa no nosso País, que foi contraída durante a ditadura militar, principalmente no início dos anos 1980, e muitos se beneficiaram disso. A Constituição Federal exige que haja uma auditoria da dívida externa, que nunca foi feita em nosso País.

A Ordem ingressou com uma ADPF, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que é um tema também importante, a memória desses fatos que dizem respeito também à perseguição de milhares de brasileiros que hoje são sacrificados por conta desse ponto.

Mas acerca das preocupações de João Vicente Goulart, o projeto de lei já contempla todas as suas preocupações.

No art. 4º, entre as competências da Comissão da Verdade, encontra-se: “II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo.” Pode a Comissão requisitar. E, obviamente, requisitar não significa requerer nem pedir, é ordem, como tem o Ministério Público Federal – o Senador Pedro Taques bem sabe – a função de requisitar dados e documentos.

“III – Convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados.”

Então, qualquer pessoa. Não tem general, ninguém excluído da expressão “qualquer pessoa”. Qualquer pessoa é, portanto, todos os seres humanos podem ser convocados.

“VII – Promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos.”

Além de o art. 6º dizer que “a Comissão Nacional da Verdade poderá atuar de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos”.

Portanto, a Comissão da Verdade tem uma competência, uma função muito importante de diretamente requisitar, sem precisar das autoridades judiciais. Isso é que é importante. Por isso a Comissão é algo relevante, sim. Não podemos dizer que essa proposta não é meritória. É meritória, põe em debate um tema relevantíssimo para o nosso País. Precisamos ajustá-la como? Aumentar o prazo para cinco anos; permitir que a sociedade civil e o próprio Parlamento tenham representantes; de fato, acatar as propostas da Drª Iara Xavier Pereira, que são todas muito relevantes. Precisamos melhorar o projeto, mas dizer que a proposta não é meritória, realmente, não seria o caso.

Portanto, essa é a posição do Conselho Federal da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, que faz esses esclarecimentos.

Vamos agora ao debate com o Plenário. E, por livre e espontânea vontade da Mesa e do Plenário, o primeiro não inscrito, mas inscrito é o Senador Pedro Taques. Ela fez questão que V. Exª falasse primeiro. Por isso, V. Exª é convocado a usar a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – *(Fora do microfone: “Sr. Presidente, coloque-me após o Senador Taques e após a Senadora Ana Rita para eu poder aprender com eles...”.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está colocado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. componentes da Mesa, cumprimento a todos. Um abraço carinhoso na amiga Gilda, colega de quinze anos no Ministério Público Federal, com quem tive a honra de trabalhar. Amigo Marcus Vinicius, senhoras e senhores, penso que a Comissão da Verdade, como todos sabemos, insere-se na chamada Justiça de transição. Agora, uma pergunta tem de ser feita: o Brasil, com a Lei da Anistia, ao meu juízo – e a Constituição me dá o poder de fazer esse juízo, pelo art. 53 –, a Justiça de Transição, no Brasil, restou como uma farsa, porque não existe paz, que é o objetivo da Justiça de Transição, sem justiça. E nós não tivemos justiça nesse período histórico posterior ao final do golpe militar de 1964. Portanto, falar em paz sem justiça nada mais representa do que uma farsa. Uma farsa.

O segundo ponto que deveria ser por nós debatido é a chamada hipocrisia política, a chamada ética política maquiavélica. Imaginem, depois da chamada redemocratização do País, nós passamos por governos ditos democráticos: Sarney, Collor, depois Itamar Franco, Fernando Henrique, Lula e, agora, a Presidente Dilma, uma cidadã torturada.

Imaginemos que desça um marciano, neste momento, no Brasil e ele vai chegar à conclusão de que, depois da Constituição de 88, nós ainda continuamos a ser governados por militares. Nós estamos num período de democracia e esta democracia ainda tem temor, ainda tem receio de militares. Nada contra militares.

Vejamos que o Senador Ruy Barbosa, em 1909, na Campanha Civilista, debateu bem a diferença entre o respeito às forças militares e o chamado militarismo, que é coisa diferente.

O Presidente Lula passou, o Fernando Henrique passou, a Dilma está a passar e nós ainda estamos a debater a Comissão da Verdade. Essa Comissão da Verdade será uma comissão feita de afogadilho para chegar a conclusão alguma. Portanto, aqui nós temos a ética política que é diferente. Essa ética política, infelizmente, está dentre nós. Sou político há um ano e alguns meses e tenho orgulho de ser político e torço todos os dias para que essa chamada ética política não se adorne de mim, porque se não nós vamos caminhar nessa hipocrisia política.

Feitas essas premissas, vejo que esse projeto que vem a ser debatido no Senado também revela que o Senado da República está a se enfraquecer.

Digo por quê. Nós estamos nos transformando aqui, no Senado, numa casa de passagem para promulgação de projetos pela Presidente da República ou pelo chefe do Poder Executivo. Tudo que debatido na Câmara não pode ser de batido no Senado da República porque aqui tem de ser aprovado rapidamente, aqui não podemos alterar o projeto, sob pena de ter de voltar para a Câmara dos Deputados.

Vejamos que isso ocorreu e está a ocorrer com o Código Florestal. O Projeto do Código Florestal, com as medidas provisórias que vêm da Câmara dos Deputados. E aqui nós temos outro exemplo, a necessidade de aprovação desse projeto de afogadilho, sem que os Senadores possam exercer sua atribuição constitucional. Ao que consta esse projeto não será debatido na Comissão de Constituição e Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça que é o fórum apropriado para que nós possamos analisar a constitucionalidade desse projeto. O projeto, ao que consta, será aprovado de afogadilho nesta casa. E estamos no governo de uma ex-torturada pelo regime militar. Mais uma vez, a hipocrisia política se faz presente entre nós.

Muito bem. Levantada mais essa premissa, Sr. Presidente, passo a debater esse projeto. Há alguns pontos que eu gostaria de ouvir daqueles que me antecederam e tive a honra de ouvi-los. Há relatos importantes, como o da Iara, esposa de Juney Viana, amigos do Estado de Mato Grosso.

Um primeiro ponto: o prazo de duração da Comissão. Esse prazo, a partir de 1946, tem o objetivo de embaralhar a investigação. Objetivamente, é isso. Estamos entre adultos e não podemos falsear a verdade, notadamente diante de uma Comissão da Verdade. O ano de 1946 não tem nada a ver, do ponto de vista histórico e institucional, com o que ocorreu no Brasil a partir de 1961, a partir de 1964. Portanto, o primeiro ponto que deve sofrer um melhor debate será esse prazo.

O argumento é que estaria a seguir o art. 8º, do Ato das Disposições Transitórias, que tem outro objetivo. Aquele objetivo é diferente do objetivo da Comissão da Verdade.

Quem conhece um pouco de história – estou do lado de um professor de história, o Senador Randolfe é professor de história – sabe que a história tem de ser interpretada de acordo com o seu momento histórico.

De 1946 a 1961 e a 1964, os momentos são diversos e isso é feito justamente para que nada se investigue. Notadamente tendo em conta o prazo da

Comissão de dois anos. Com esse prazo, a Comissão vai passar algum tempo só para se organizar e não vai conseguir, em dois anos, realizar seu trabalho. Interessante que sejam dois anos, mas com a possibilidade de prorrogação. Penso que o projeto não tem essa possibilidade de prorrogação.

O primeiro ponto é o prazo.

O segundo ponto é a questão dos membros dessa comissão. A forma de escolha. Nós vivemos numa democracia que deve ser participativa e dialógica, a escolha será unilateral do Presidente da República.

Poderíamos citar o exemplo da África do Sul, onde muitas pessoas indicaram outras pessoas, quase 300 foram indicadas, e esses indicados, posteriormente através de seus currículos foram escolhidos. Democracia participativa, democracia dialógica. Isso significa que a sociedade precisa participar sim desse debate a respeito da formação da Comissão. Esse é um debate que deve ser feito por todos nós.

Garantia dos membros da Comissão.

Os membros precisam ter uma garantia, garantia de neutralidade, ou seja lá o nome que se de, imparcialidade, impessoalidade, porque sem a chamada capacidade subjetiva, ou seja, o não comprometimento psicológico com que está sendo investigado, mais uma vez nós vamos trazer à realidade brasileira uma farsa. Assim, os membros devem ter garantia de estabilidade, garantia de imparcialidade e garantia de neutralidade.

Seria possível um ser neutro no mundo? Isso não é possível. Nós todos temos vários seres dentro de nós. Não é isso Juney Viana?

Eu sou eu e as minhas circunstâncias, mas preciso afastar essas pessoalidades, o que não é bom e compromete a capacidade subjetiva que é o dever que esses membros da Comissão terão. Assim, penso que teremos de debater a necessidade de garantias desses membros.

Outro ponto também, Sr. Presidente, e já me encaminho para o fim. A respeito dos objetivos da Comissão da Verdade. Quais são os objetivos?

A Comissão da Verdade não vai buscar a chamada verdade real, que é uma verdade processual. A Comissão da Verdade vai buscar uma verdade histórica. Agora, essa verdade histórica vai servir só para fins acadêmicos? Só para que possamos elaborar relatórios maravilhosos, como dizia um ex-Procurador Geral da República, fazermos aqueles relatórios, lambemos esses relatórios? O Dr. Fonteles dizia isso. De que adianta esses relatórios maravilhosos? A Comissão da Verdade precisa ter um objetivo.

O Art. 3º, inciso V, ao falar da Lei de Anistia, penso que revela mais uma farsa. A farsa que também foi acompanhada pelo Supremo Tribunal Federal, ao

entender que a Lei da Anistia teria sido recepcionada pela Constituição de 1988.

Organismos internacionais – nós todos conhecemos as decisões, não vou cansá-los citando essas decisões – já afirmam da necessidade de nós investigarmos esse período histórico. Períodos históricos escuros dos países latinos americanos. Não vou citar essas decisões.

Portanto, qual é o objetivo da Comissão?

Nós vamos deixar isso num museu, vamos deixar isso num lugar maravilhoso, quem sabe convocar o Oscar Niemayer para construir um novo palácio aqui em Brasília e colocar o resultado da Comissão da Verdade? E as pessoas? O Ministério Público não vai ter o direito fundamental de investigar o que efetivamente ocorreu, Sr. Presidente? Portanto, estamos aqui diante de mais uma farsa. Digo farsa porque o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que os tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica, que obriga a investigação e é uma norma suprallegal, está acima da lei, apesar de não ter sido ainda recepcionada nos moldes de emenda à Constituição, mas é uma norma suprallegal, está acima da lei.

Portanto, esta lei deverá ter sua compatibilidade também analisada de acordo com o tratado internacional. Já existe o controle de convencionalidade, que é feito em vários países, e aqui no Brasil nós estamos brincando de Comissão da Verdade.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que eu, como Senador da República, não vou participar de mais uma farsa.

O Senado da República precisa encontrar o seu ponto. Nós vivemos num bicameralismo, mas esse bicameralismo é de equilíbrio. Nós não podemos aqui bater carimbo no que vem da Câmara dos Deputados com a desculpa de que não pode voltar para a Câmara dos Deputados e que nós temos de aprovar isso de afogadilho e que deve ser aprovado como vem da Câmara dos Deputados.

A Câmara deve ser respeitada, agora esta Casa é a Casa da Federação onde o equilíbrio se faz presente e nós, de há muito, estamos violando a própria Constituição na manutenção dessa farsa.

Portanto, ao meu juízo, o projeto possui várias inconsistências inconstitucionais e de violação a convenções internacionais. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Pedro Taques, que fez uma série de considerações.

Como nós temos três Senadores, acho que seria bom que os três se posicionassem e daí a palavra volta aos nossos convidados.

Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, faço questão de dizer que V. Ex^a foi a primeira pessoa que me procurou, para que realizássemos essa comissão.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim. Eu quero, inicialmente, me solidarizar com todos os familiares, parentes de todas as pessoas desaparecidas no período da ditadura militar. Fomos procurados, algum tempo atrás, há poucos dias, por representantes desses familiares, muitos estão aqui hoje, no sentido de que nós fizéssemos aqui uma audiência pública. E prontamente nos colocamos à disposição, juntamente com o Senador Paim, para que pudéssemos realizar este momento tão importante, tão especial, para que as pessoas pudessem se manifestar.

É necessário, é fundamental que os parentes, que os familiares possam se manifestar num momento tão importante como este, em que estamos prestes a votar um projeto de lei que, na opinião de todos vocês, não contempla a real necessidade. E quero aqui aproveitar para dizer que temos plena concordância com todas as propostas que vocês nos trouxeram, tanto as que foram apresentadas aqui hoje, quanto as que foram apresentadas por vocês no momento em que nós estivemos conversando.

Quero também dizer que vocês poderão contar com todo nosso apoio, com toda nossa solidariedade, com nosso empenho, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, com todos os Senadores que compõem esta Comissão, e as demais comissões, caso o projeto ainda venha passar, no sentido de assegurar que as propostas sejam apreciadas e aprovadas.

Quero dizer também que é inadmissível nós aprovarmos um projeto que, no fundo, não vai apurar, necessariamente, o que aconteceu no período da ditadura militar. Eu sou fruto desse período, e quando entrei na Universidade Federal do meu Estado, do Estado do Espírito Santo, foi justamente no período da ditadura militar, e sei como foi difícil para o movimento estudantil naquela época se organizar. Inclusive até para os professores darem aula, tinham que dar aula com muito cuidado porque poderia ter alguém do outro lado da parede escutando uma fala que hoje é muito comum. Determinados temas hoje são rotineiros, mas naquela época era um risco à vida falar sobre determinados temas como a questão do socialismo, do capitalismo, o que para nós hoje é tão tranquilo, e naquela época era muito complicado.

Se não apurarmos, de fato – concordo plenamente com a fala do Senador Pedro Taques –, se não criarmos uma comissão que possa assegurar a apuração desses fatos, nós não teremos, eu diria, autoridade

suficiente para apurar o que acontece hoje também nos presídios deste País.

Nós sabemos que muitas pessoas são torturadas e sofrem todo tipo de agressão nos presídios e no dia a dia. Nós sabemos nosso povo, infelizmente, sofre isso, principalmente a nossa juventude, em função do tráfico, em função de uma série de coisas. E se nós ficarmos com uma dívida histórica como essa do período da ditadura, isso nos tira também a possibilidade de continuarmos defendendo os direitos humanos.

Então estar na Comissão de Direitos Humanos, estar num movimento de direitos humanos, participar de centros de defesa dos direitos humanos ou de conselhos que defendem os direitos humanos significa que temos que ir a fundo nessas questões.

Então, eu quero aqui me solidarizar, dizer que temos plena concordância com as propostas aqui apresentadas. É um direito de todos os familiares saber onde seus entes queridos foram colocados, onde estão esses corpos. E fico aqui imaginando se tudo isso que aconteceu com os parentes de vocês tivesse acontecido com meus parentes, com meu pai, com minha mãe, com meus irmãos. Eu acho que é importante se colocar no lugar do outro. Quando paramos para pensar, se eu estivesse no lugar do outro, e tudo isso tivesse acontecido com a minha família, com meu pai, com meus irmãos ou com a minha mãe, com certeza, a postura de muitos seria diferente.

Então eu acredito que é muito justa e é necessária essa luta de todos os familiares que aqui estão. É necessário que esta Casa cumpra de fato o seu papel de ter autonomia no encaminhamento desta questão e que possamos, de fato, resgatar um direito de todos os familiares de poder recuperar historicamente, e uma história legítima, o acesso aos fatos que são reais com relação ao desaparecimento de seus familiares.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaria de dizer e, mais uma vez, me colocar à disposição, juntamente com todos os Senadores e Senadoras que queiram contribuir com esse processo, assumindo de fato o seu papel, e é um papel legítimo desta Casa, de garantir a apuração de todos esses fatos. E tenho plena concordância com todas as propostas aqui colocadas, com todas as sugestões aqui dadas, inclusive com os documentos que nos foram entregues.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaria de dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Senadora Ana Rita, que, na mesma linha do Senador Pedro Taques, entende que o projeto tem que ser alterado, e apoia todos os encaminhamentos feitos pelos nossos convidados.

E lembrou – permita-me, vou passar ao Senador Randolfe Rodrigues – a situação dos presídios. De fato, nós recebemos aqui uma delegação chamada de alto nível da ONU, e eles ficaram apavorados com a situação dos presídios no Brasil. Disseram que não viram algo semelhante nas visitas que têm feito na maioria dos países, por isso é importante a lembrança que a Senadora Ana Rita faz neste momento, da situação dos presídios.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A Senadora Ana Rita fez referência ao movimento chamado de não repetição. Esse movimento de não repetição de fatos históricos que nos envergonham só poderá ocorrer se nós soubermos o que efetivamente ocorreu no passado. E ao que a Senadora fez referência é fato: se a polícia hoje tortura é porque nós não responsabilizamos aqueles que torturaram no passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos de imediato a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo tempo que for necessário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo, cumprimentar o meu querido colega Dr. Marcus Vinícius, que muito bem, junto com o Dr. Ophir, dirige a Ordem dos Advogados do Brasil; a Dr^a Gilda Carvalho, Procuradora dos Direitos do Cidadão; o Padre Geraldo, da CNBB; o Sr. João Vicente Goulart, filho do grande Presidente brasileiro João Goulart. Da mesma forma, cumprimentar todos os representantes de mortos e desaparecidos políticos que estão nesta audiência pública, em especial a Deputada Luiza Erundina, que está por aqui e que teve uma atuação destacada nesse debate na Câmara dos Deputados, e meu querido amigo, Deputado Gilney.

Presidente, existe um trecho de Marx que acho que define muito bem a minha circunstância aqui neste momento: “A lembrança dos antepassados oprime como um pesadelo a memória dos vivos”.

Eu não vivi o período da ditadura militar. Aliás, quando nasci, a ditadura estava em curso. E quando iniciei minha militância política, foi como resultado da luta que muitos dos senhores que estão nesta sala, dos senhores e das senhoras que estão nesta sala empunharam. Só foi possível, no final dos anos oitenta, eu iniciar a militância no movimento estudantil porque muita gente na geração anterior lutou para que eu tivesse conquistado esse direito. Eu vivi, comecei o início da minha militância estudantil, na reabertura política,

mas, como diria Marx, a memória dos antepassados e da geração anterior oprime como um pesadelo a nossa geração. E é por isso que a nossa geração tem um dever histórico. A minha geração do movimento estudantil foi a geração da abertura política, mas foi a geração que ouviu os ecos da mais grave violência que aconteceu na história deste País. E por isso é importante que a memória nacional não esqueça o que aconteceu. Procura-se minimizar o que ocorreu contra o governo João Goulart, procura-se minimizar o que ocorreu durante os tortuosos e difíceis vinte anos de regime de exceção em nosso País. E não pode ser minimizado. Não podemos, por exemplo, aceitar impunemente a expressão “reconciliação nacional” como se fosse possível aos algozes e responsáveis por um dos períodos mais tristes e tortuosos da história brasileira se reconciliarem, não conosco, não com os mortos que eles cultivaram no conjunto dos vinte anos, não com os desaparecidos, mas com a história do País.

Vejam como foi nosso processo de transição democrática. Nós estamos debatendo uma Comissão Nacional da Verdade agora. Da Constituição dista 22 anos. Da Constituição democrática. Estamos debatendo a Comissão Nacional da Verdade agora, 25 anos após o término do último governo militar.

Nossos vizinhos latinos americanos estão a nos dar lições. O Chile, mesmo sob uma das mais cruentas ditaduras do Continente, fez o seu procedimento de encontrar a verdade; o Uruguai assim o fez, a Argentina assim o fez, e nós demoramos 22 anos para debater em uma Comissão Nacional da Verdade.

Em outras palavras, isso significa que nós não concluímos o processo de transição democrática. Precisamos concluir o processo de transição. Precisamos ter uma lei geral de acesso às informações que não nos iguale a países que desrespeitam direitos humanos, e nós ainda não temos essa lei de acesso à informação. Nós precisamos ter essa Comissão da Verdade e de Justiça. A Comissão não pode ser somente para recolher documentos e colocar numa exposição histórica ou num museu. A Comissão tem que encontrar respostas concretas às centenas de mães brasileiras que também não têm notícias de seus filhos. A Comissão tem sim um papel histórico. Inclusive, Dr. João Goulart, tem o papel histórico de resgatar a história e o papel constitucional de seu pai na história do nosso País. O papel que ele cumpriu, talvez de um dos mais nobres papéis, Dr. Marcus, de um constitucionalista, papel de respeitar a democracia, de respeitar as instituições democráticas e de não querer que brasileiros fossem à guerra, porque ele tinha sob a sua responsabilidade a possibilidade de levar o País, no intento do golpe militar de 64, a uma guerra civil, e não o fez.

Então, histórias como estas são fatos que têm que ser recuperados, mas tem que ser feita também justiça.

Da forma como o projeto veio – e quero aqui concordar com o Senador Pedro Taques –, o Senado, a Casa Revisora do bicameralismo brasileiro, não poder ser uma Casa simplesmente homologatória das decisões que vêm da Câmara. É por isso que nosso sistema parlamentar é bicameral. Se não fosse, então resolveríamos numa Casa somente. Não podemos aceitar a imposição de que o tempo pode impedir que nós aperfeiçoemos o projeto.

Espero que o projeto saia daqui aperfeiçoado e espero que seja aprovado o quanto antes, porque nos também não podemos aceitar... Nós já tardamos muito para chegar ao momento de debater o assunto. Vejam, são 22 anos da instituição da ordem constitucional de 1988.

Portanto, Sr. Presidente, alguns aspectos – vou ser breve – eu considero fundamentais. Alguns já foram destacados aqui, em especial pelo Senador Pedro Taques, e acho fundamental que sejam abordados nesse projeto.

O primeiro deles. O prazo estabelecido, de 46, pelo art. 8º das Disposições Constitucionais Transitórias. É verdade que o argumento que se encontra para isso é que existiam outros casos anteriores a 1961 que deveriam ser averiguados pela Comissão. Convenhamos, o que nós queremos tratar na Comissão da Verdade são as arbitrariedades, e não foram poucas. Quero só lembrar uma. A ditadura impôs uma legislação de exceção ao ordenamento jurídico brasileiro tão severa quanto o Mandamento das Ordenações Filipinas. Era uma das legislações mais atrasadas do Direito Mundial já surgidas no ordenamento jurídico. O prazo específico que tem de ser tratado é o prazo da existência do período de exceção, o das arbitrariedades. Um prazo muito longo, como já foi dito, pode levar, concretamente, a não se apurar o que deve ser apurado. O tema é a apuração. Foram cometidos crimes – e já foi declarado em nosso ordenamento constitucional, já foi dito aqui pelo Dr. Marcos Vinícius – como o de tortura. São crimes imprescritíveis. Enfim, ainda nesse mesmo dispositivo, o termo estabelecido é “promover a reconciliação nacional”. Parece-me que reconciliação ou termos que o valham buscam desvirtuar o verdadeiro sentido. Houve reclamações aqui, várias vezes, sobre o objetivo de uma Comissão dessa natureza. É uma Comissão que busca a justiça. Então, o termo reconciliação... Essa não é uma Comissão para reconciliar algozes e vítimas, é uma Comissão para consolidar a democracia brasileira, para completar o nosso processo de transição democrática. Portanto, o termo reconciliação nacional parece-me inadequado.

Outro aspecto. A Comissão faz referência à Lei da Anistia. Se ela fizer referência à Lei de Anistia vai manter a perspectiva de uma Comissão que não vai fazer justiça. Essa Comissão tem de procurar fazer justiça, e não somente recolher documentos históricos.

Outra alteração que considero importante é no art. 5º do Projeto de Lei, que também foi proposta anteriormente na Câmara. É no sentido de que seja garantida a publicidade das atividades da Comissão da Verdade. Vejam, diz o art. 5º que seja resguardada intimidade, a vida privada, honra ou imagem de pessoas. Esse dispositivo, no final, vai resguardar os algozes. A subjetividade desse dispositivo pode possibilitar que os algozes da ditadura não tornem público o que eles fizeram. É necessário que tudo o que foi feito por eles seja tornado público.

Outro dispositivo é o §2º, do art. 4º. Esse parágrafo estabelece sigilo dos dados e documentos fornecidos pela Comissão da Verdade. Se a Comissão da Verdade é uma comissão de justiça, sigilo é conflitante com a verdade. Sigilo já há. Essa Comissão é para levar à tona, para refletir nas profundezas da memória nacional o que de fato aconteceu e torná-las públicas.

O outro dispositivo é o art. 11 do Projeto, em que foi estabelecido o prazo de dois anos. Ora, essa Comissão pode precisar de mais de dois anos para funcionar. Esse prazo não pode ser rígido, não pode ser hermético. Ao mesmo tempo que precisamos de um tempo para a conclusão, não podemos ter um prazo tão rigoroso como o estabelecido aqui, para a apresentação do relatório final.

Outro dispositivo, Sr. Presidente, é o art. 2º do Projeto de Lei, que diz: “A Comissão Nacional da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por sete membros designados pelo Presidente da República.” Na verdade, essa composição de sete membros parece-me restritiva. Entendo que o ideal é que essa composição seja ampliada para garantir a maior representatividade política, inclusive, concretamente, a representação política dos que estão nesta sala. Ora, como é que vamos buscar a verdade se as vítimas... É um procedimento tal qual um inquérito policial. Em um inquérito policial, a primeira coisa que se faz é buscar a vítima, é buscar a informação da vítima ou das vítimas ou dos parentes das vítimas. Como vamos iniciar um procedimento de averiguação da verdade e não vamos ouvir quem foi vítima no processo? Como vamos vetar a participação daqueles que vivenciaram os terríveis acontecimentos da fascista ditadura militar que teve lugar em nosso País?

Por fim, Sr. Presidente, o art. 10. Essa Comissão... Tenho total confiança na boa vontade da Presidente Dilma. Quero acreditar que a Presidente, pela

sua história política, está empenhada em que essa Comissão seja aprovada e que venha à tona. Então, tenho confiança na Presidente. Mas essa Comissão – e acho que a Presidente também terá consciência disto – não pode ser simplesmente vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Essa Comissão tem de ter autonomia política, financeira e orçamentária necessária para levar a cabo qualquer investigação contra quem quer que seja, onde estiver. Então, essa Comissão não pode deixar de ter a autonomia necessária, não pode ser constituída sem a autonomia para as suas despesas, para as suas atividades, para a sua atuação. Não basta a vinculação política à Casa Civil, é necessário que seja dada a essa Comissão a estrutura e a autonomia necessária para o seu andamento.

Essa Comissão, Presidente – de fato concluindo –, tem de encerrar um capítulo triste, não tenho dúvida de que o mais triste capítulo da história política do nosso País, os vinte anos de ditadura fascista que tiveram lugar na nossa pátria. Essa Comissão tem de ser um instrumento para dizer às gerações futuras – e voltando aqui à citação de Marx –, ela tem de ser um lembrete às gerações futuras. O que aconteceu na história deste País entre 1964 e 1985 não pode, nunca mais, voltar a ocorrer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Randolfe Rodrigues, colocando seu ponto de vista com muita clareza, bem como as propostas que foram colocadas.

Neste momento, passo a palavra à nossa querida Senadora Lídice da Mata. É sobre a Comissão da Verdade. V. Ex^a comenta o tema e depois nós vamos voltar a palavra aos nossos convidados.

A SR^a LÍDICE da MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos! Quero saudar a presença dessa representação tão destacada na discussão dos direitos humanos em nosso País aqui, hoje, no Senado Federal, para tratar desse tema que o Senador Randolfe já destacou há pouco, com a importância que ele tem. Ficamos no fim da fila, pegamos o debate um pouco depois, no Senado, mas não podemos deixar de participar e de reafirmar princípios em relação a essa questão.

A Comissão da Verdade deveria, talvez, ter o nome de Comissão da Justiça. Não podemos pensar em uma Comissão da Verdade como se estivéssemos estabelecendo uma Comissão de historiadores, pesquisadores, que vão produzir algum material sobre o período da ditadura militar. Até porque muitos livros já foram escritos no sentido da historiografia daqueles que lutaram contra o regime militar em nosso País. O que nós estamos buscando com a Comissão da Verdade é realmente a ideia de que a justiça seja feita. Outros países da América do Sul já deram exemplos

de como essa justiça pode ser feita. Países em que a ditadura se comportou com a mesma sanha assassina, maldita, que a ditadura militar no Brasil teve. São países que hoje vivem um processo democrático. Nem por isso entendem que o processo democrático passa por apagar da memória do povo tudo aquilo que aconteceu. O que aconteceu no Brasil foi um regime de terror promovido. O Estado teve uma ação terrorista. Não foram pessoas apenas, mas um estado do terror instalado no País. O próprio Governo reconheceu que, como Estado, cometeu crimes. Por isso, instalou uma comissão que vem buscando indenizar pessoas, que vem buscando recompor um pouco daquilo que as vítimas perderam nesse processo. Muitos não foram alcançados por essa dita “justiça”. Grandes lutadores contra a ditadura militar morreram sem ter conseguido sequer que sua história fosse recuperada para as outras gerações. Esse tema é o caso da dirigente comunista, na Bahia, Ana Montenegro, que morreu aos 91 anos de idade, 92 anos de idade, sem que seu processo fosse julgado pela Comissão que analisa as indenizações no Brasil, quanto mais recuperada sua história política. Dona Ana, por sua militância inclusive, teve de se exilar. Sua família sofreu imensamente. Perdeu um filho no exílio. Então, são muitas as circunstâncias. Como ela muitos outros, homens e mulheres, foram torturados, perderam suas vidas, e precisam ter não apenas sua história recuperada, mas que a justiça seja feita. As vítimas do Araguaia, as vítimas daqueles que se perderam, as mães que nunca enterraram seus filhos, pois morreram dentro dos cárceres da ditadura militar. Não tiveram sequer direito a uma versão sobre a morte de seus filhos.

Creio que é chegada a hora de o Brasil se colocar na frente do espelho. Essa produção da verdade é o Brasil se ver refletido no espelho, reconhecer a sua história, punir aqueles que foram responsáveis por crimes. Isso não quer dizer, em nenhum momento, passar pela reabertura de um confronto. O confronto existiu com pessoas que não podiam reagir diante do Estado. Agora se busca a necessária justiça.

Creio, como foi destacado por Randolfe, que seria muito importante que a Comissão da Verdade pudesse ser uma comissão ampla, com representação ampla da sociedade civil. Até porque se nós chegamos a uma Comissão da Verdade ela não foi fruto apenas da consciência política dos que estão no poder, mesmo que hoje a Presidente Dilma e ontem o Presidente Lula sejam agentes pró-ativos na conquista dessa liberdade e eles próprios vítimas desse regime. Mas foi, principalmente, uma conquista da mobilização da sociedade organizada, dos familiares das vítimas da ditadura que, durante todos esses anos, mantiveram-

-se organizados, debatendo a questão, lutando para que nós pudéssemos avançar neste caminho, quando muitos já esqueciam, pela conquista da democracia, de um processo democrático envolvido nas disputas eleitorais, que esse passado precisava ser revisitado.

Acho, portanto, que é extremamente importante que o Senado possa fazer mudanças na lei, mesmo que isso signifique que possa voltar ao debate, mas que elas possam ser rápidas no acordo. O que não podemos é continuar sendo, dessa forma nova inventada modernamente, cerceados da nossa liberdade e da nossa representação política de modificar, de contribuir e de fazer avançar o processo de radicalização democrática no Brasil, porque não podemos estabelecer o limite da democracia. A democracia pode ir até aqui e pronto. Nós somos responsáveis por fazer com que essa democracia avance em todos os sentidos, em todos os sentidos. E a radicalidade democrática, de um lado, é fazer com que a transparência dos recursos públicos seja cada vez mais alcançada, se vincular às manifestações daqueles que querem a avaliação e o combate à corrupção, mas é também e, principalmente, fazer avançar os mecanismos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice, permita-me, antes de V. Ex^a terminar, está tendo uma votação na Comissão ao lado, e estão pedindo que eu vá lá só votar. Então, eu queria que V. Ex^a continuasse com a palavra, e convido o Senador Randolfe só para ficar aqui enquanto vou lá e volto.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vota e volta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Voto e volto, exatamente.

O Senador Randolfe assume e aqui e V. Ex^a continua com a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, nesse sentido que é chegado o momento. Aliás, eu propus, na semana passada, que fizéssemos uma articulação política ampla, envolvendo entidades, pessoas, personalidades da sociedade civil, envolvendo a Câmara dos Deputados, envolvendo Senadores, não partidariamente, mas independente de partidos, em torno de uma proposta de mobilização política para o Brasil.

E nessa proposta de mobilização política para o Brasil, nós não podemos deixar de constar esse quesito essencial, que é o encontro do Brasil com a sua própria história, que é a instalação da Comissão da Verdade, de forma democrática, fazendo avançar, e avançando no sentido de punir e responsabilizar todos aqueles que foram culpados. Como hoje, se não culpamos, se não investigarmos, se não punirmos a tortura dos presos políticos de ontem, seremos co-

niventes à tortura dos presos que não são políticos, presos hoje dentro dos cárceres no Brasil e tratando como se fosse uma coisa normal.

Os direitos humanos têm que ser uma bandeira da democracia brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senadora Lídice.

A Senadora Lídice era a última dos Senadores e Senadoras inscritos.

Nós, então, queremos facultar a palavra – não pedi a autorização do Presidente, mas creio que é esse o sentido da audiência pública – aos demais representantes aqui presentes.

Dr. Aton Fon Filho.

Senadora Lídice, por favor.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Apenas para me justificar que, da mesma forma que o Senador Paim foi convocado, estou sendo também convocada para votar. Então, terei que me afastar momentaneamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito, Senadora. Sabemos da nossa correria aqui. Há três, quatro comissões juntas ao mesmo tempo.

Doutor, à vontade.

O SR. ATON FON FILHO – Senador Randolfe Rodrigues, queria somente fazer uma observação, inclusive recuperando também um aspecto que foi abordado pelo Senador Pedro Taques, porque me parece muito importante.

Quando falávamos da questão da impossibilidade de concordância com o § 1º do art. 7º, que fala da participação dos militares na Comissão Nacional da Verdade, colocamos isso como uma das questões centrais, uma das questões que é absolutamente inadmissível, porque com relação a todos os outros dispositivos, pode-se sempre ter o tipo de argumentação: “São 42 anos, mas a comissão pode se fixar somente num período menor”; “Ah, porque não tem orçamento próprio, não tem recursos, mas a Casa Civil pode vir a prestar uma contribuição maior”. Com relação aos diversos dispositivos, sempre se pode ter uma argumentação com relação à vontade.

Mas com relação a estes dois dispositivos, o §1º do art. 7º e o § 2º do art. 4º, não há muito o que discutir. Por quê? Porque o § 1º do art. 7º diz claramente que há possibilidade de participação de militares na Comissão Nacional da Verdade. Isso é uma absoluta incongruência, uma coisa absolutamente impossível de ser aceita. Por quê? Porque, na verdade, estamos diante de uma situação de inconstitucionalidade, porque nós colocamos alguém que vai investigar a história do Brasil, que vai investigar os crimes que foram pratica-

dos pelos militares, mas alguém que está submetido à hierarquia militar.

Imaginemos que colocamos ali um oficial e esse oficial resolve, como já foi levantado pelo Dr. Marcus Vinícius, convocar um general. Estaremos diante de uma situação: ou esse militar estará quebrando a hierarquia, porque, afinal de contas, ele está querendo convocar, dar uma ordem a um superior, talvez até determinando a sua condução coercitiva, ou então ele vai se subordinar simplesmente porque o outro é o seu superior e ele vai acatar a hierarquia.

Em qualquer das situações, estaremos violando ou a Constituição diretamente ou indiretamente, porque estaremos aprovando uma lei colocando lá dentro uma pessoa destinada a não deixar aquela comissão trabalhar.

Então, acho que esse é um aspecto importante.

Também gostaria de ressaltar novamente que é verdade que podem ser requisitados os documentos. Esses documentos podem ser requisitados. Esses documentos podem até ser trazidos. Antes de trazer, uma autoridade militar pode bater o carimbo: sigiloso, sigiloso, secreto, secreto. E a Comissão vai poder chegar, vai poder ler aquilo, podem conversar os sete, uns com os outros, mas depois vão ter que cumprir o dispositivo que foi incluído pela Câmara no projeto de lei, que foi enviado agora para o Senado. Terão que cumprir o dispositivo – não me recordo agora o número do artigo – que diz ao final vai ser produzido um relatório que vai ser mandado para o arquivo.

Este é o objetivo da Comissão Nacional da Verdade: produzir um relatório para ser mandado para o arquivo? Ou é produzir um trabalho para que justiça se faça sobre ele?

É importante que o Senado examine, que o Senado assuma uma posição. O Senado tem sim, como já foi destacado por outros Senadores, só quero retomar aqui para encerrar, a possibilidade, e, mais do que a possibilidade, Senador, a obrigação de proceder à revisão do PLC 88, porque, senão, em lugar de escrever Comissão da Verdade com S de Senado, nós vamos escrever com S de sim senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Muito bem, Dr. Aton.

Dr. Marcus, por gentileza.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – Faço a saudação ao Senador Pedro Simon, um lutador pela democracia, pelo restabelecimento da democracia, pelas questões republicanas no nosso País. O Conselho Federal da Ordem está, no momento, travando essa luta contra a corrupção no nosso País e tem no Senado Pedro Simon um grande aliado.

Senador Pedro Simon, estou aqui ao lado, e queria destacar a honra de a Ordem estar ao lado de uma pessoa que exemplifica toda essa luta, João Vicente Goulart, que, com seis anos, teve que sair do País com seu pai. Imagine a angústia de uma família, de pessoas que se dedicam ao País terem que se retirar do território nacional. Imagino que situação foi aquela. Então, estar ao seu lado é muito honroso.

Sobre o projeto, de fato, não podemos interpretar o projeto por tiras. Temos que interpretar o conjunto.

Qual o objetivo da Comissão? Inciso III do art. 3º. O art. 3º vai dizer: “São objetivos da Comissão Nacional da Verdade... III – Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violação de direitos humanos mencionados”.

Então, a função da Comissão é identificar e tornar públicos. Se os membros da Comissão não fizerem isso, estarão negando o projeto de lei. De fato, o projeto de lei diz que aqueles dados sigilosos, documentos sigilosos deverão permanecer sigilosos. Isso deveria desaparecer, certamente. Mas ainda que não desapareça, para evitar confusão, é bem possível uma interpretação que diga o seguinte: tudo bem que aquele documento que teve uma origem sigilosa permaneça em sigilo, mas as informações serão públicas. O ideal é que se retire. Obviamente não estou discordando, se o Senado puder retirar o sigilo ao § 2º, bem mais adequado, porque não haverá sigilo algum. O que estou dizendo é: ainda que permaneça esse sigilo, espero que a Comissão da Verdade tenha uma interpretação que não leve à morte a Comissão da Verdade. Se a Comissão da Verdade levar à interpretação de que tudo ficará no sigilo, ela não terá sentido de existir.

Então, concordo plenamente que o melhor e mais adequado é retirar o § 2º para que não tenhamos dúvidas no futuro, mas essa Comissão da Verdade terá que fazer o seu objetivo, que é tornar públicas as informações.

E diz mais o inciso IV: “Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização, identificação de corpos, etc.”. Quer dizer, ela terá essa função de encaminhar aos órgãos públicos. E aqui, bem melhor seria se o projeto tivesse a clareza de dizer: ao Ministério Público também. Se o Senado pudesse esclarecer que as conclusões deveriam ser remetidas ao Ministério Público, seria bem mais evidente que deveria ter responsabilização até penal, mas ainda com essa redação pode ser incluído o conceito de órgão público ou Ministério Público para esse fim.

O que quero dizer a todos é que o Senado tem essa missão de revisar. A Ordem já apresentou cinco,

seis sugestões. Aderimos às sugestões do Aton Fon Filho e da Iara Xavier. Penso que o projeto ficaria bem mais adequado, mais efetivo, acolhendo as sugestões que já estão postas nos anais.

Mas ainda que fique esse projeto, teremos uma luta social. A OAB ficará vigilante para que a Comissão da Verdade não seja um faz de conta. Denunciaremos publicamente se essa Comissão vier para ser um faz de conta. Isso nós todos, a Iara, o Aton, a OAB Nacional, a Susana, o João Goulart, o Senado, a Câmara. O que quero dizer? O pior dos mundos era o Brasil continuar no esquecimento, não tratar do assunto. Isso nós não podemos permitir que aconteça. E de fato...

O SR. ATON FON FILHO – Dr. Marcus, os familiares e a sociedade já vêm fazendo há 32 anos, desde 1979. Certamente vamos continuar. Mas esse é um momento chave para a gente...

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – Revisar.

O SR. ATON FON FILHO – ...ver também com fazer.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – Exatamente.

Como disse o Senador Randolfe Rodrigues, de fato, é hora de aperfeiçoar. O Senado não pode se portar, como bem expressou o Senador Pedro Taves, apenas como carimbador do que fez a Câmara dos Deputados. Podemos melhorar, deveremos melhorar, mas a Comissão será instituída. É importante que isso ocorra.

João Vicente Goulart concordou comigo, não é João Vicente? Não poderíamos jamais deixar esse assunto continuar sem uma resposta do Estado brasileiro. E qual a vantagem dessa Comissão? É que ela terá pelo menos o instrumental, se quiser trabalhar para fazê-lo. Ela poderá requisitar documentos diretamente, não precisará do Poder Judiciário. Poderá convocar autoridades, não precisará do Poder Judiciário. Poderá promover parcerias com órgãos internacionais. Então, terá o instrumental legal para tanto. Obviamente, seria bem melhor que na Comissão tivesse representantes da sociedade civil Brasil e do Senado e da Câmara, como ocorre no Conselho Nacional de Justiça. Uma formação plural é importante para o Conselho Nacional de Justiça ficar bem mais atuante.

Em resumo, a posição da OAB Nacional: a Comissão Nacional da Verdade é uma boa notícia para o nosso País. Sem dúvida alguma, é uma boa notícia para o nosso País, mas é preciso que o projeto melhore. Vamos trabalhar para que isso ocorra no Senado. Ocorrendo ou não essa melhoria no Senado, a sociedade e a OAB ficaremos atentos e vigilantes, cobrando que essa Comissão, na verdade, não seja um faz de con-

ta. Que ela, de fato, investigue os fatos – desculpem a redundância – apure e torne público todo e qualquer dado, toda e qualquer informação obtida.

E, para concluir, quando o Parágrafo único diz que o que vai para o Arquivo Nacional é o acervo documental e não as informações. Não acredito que a Comissão vá ter a interpretação, mas concordo com o ato no sentido de que as coisas poderiam ser mais claras, mas se a Comissão entender que vai fazer um relatório para mandar para o Arquivo Nacional, isso não poderíamos admitir jamais. Parece-me que o Parágrafo único diz que todo acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos deverá ser encaminhado ao Arquivo Nacional. O acervo, a documentação, mas informações, a investigação, os dados devem ser tornados públicos. Devemos fazer como está no projeto e recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos e assegurar a sua não repetição e promover a reconciliação nacional que, concordo, essa expressão poderia ser substituída por “consolidação da democracia brasileira”. De fato, deve a sociedade permanecer vigilante para que essa Comissão não seja um faz de conta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr. Marcus.

Dr^a Suzana.

A SR^a SUZANA KENIGER LISBOA – Eu só queria complementar fazendo um apelo. Apesar de a Presidente Dilma estar viajando, certamente está acompanhando esse processo e queria fazer um apelo ao Governo Federal para que realmente pare para ouvir o que está acontecendo.

Ninguém jamais disse que a Comissão da Verdade não era bem vinda, mas a Comissão da Verdade da forma como está vindo não atende. É impossível que permaneça nessa Comissão, nesse projeto de lei, a questão do sigilo. É um absurdo que o País ainda viva hoje esse sigilo, que os arquivos da ditadura tenham sido sucessivamente destruídos depois do período da ditadura. Nós não tomamos medidas para que isso não aconteça. Então, falar de sigilo dentro de uma comissão da verdade é impossível.

Queria mais uma vez agradecer ao Senado, contar com o apoio dos Senadores para que realmente se debruce sobre tudo o que estamos dizendo. Que o Senador Pedro Simon, que acabou de chegar, possa realmente entender o que estamos propondo, porque não existe verdade sem justiça e não há reconciliação enquanto não se conhecer os crimes cometidos cada um deles e cada um dos que cometeram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr^a Susana.

Senador Simon, poderá nos brindar com a sua contribuição?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Meu querido Presidente, por que o Relator não veio? Por que o Relator não veio, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só o Relator pode responder.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É uma pena, porque este é um momento em que ele poderia tomar conhecimento das circunstâncias que estão acontecendo.

Acho que esta é uma matéria importante. A revolução no Brasil, na verdade, não foi uma revolução, foi um golpe de Estado, um golpe de Estado que derubou o Presidente João Goulart.

Uma semana depois, os ministros que assumiram, com o Presidente da Câmara, que assumiu a Presidência da República, assinaram o ato, um ato institucional sem número. Depois, baixaram um, aí já era com o número dois. Então, nunca houve revolução, houve um golpe de Estado, e não deu para fazer a nossa democracia como queríamos.

A emenda das Diretas Já ia ser aprovada e não conseguiu ser aprovada porque as tropas militares cercaram o Congresso Nacional e praticamente proibiram que se votasse a emenda Dante de Oliveira. Aliás, encontraram uma fórmula, e a fórmula foi a candidatura de Tancredo. E o povo aceitou a nossa tese de ir para o Colégio, como dizia o Tancredo, para derrotar o Colégio Eleitoral, e deu tudo certo. A única coisa que não estava no *script* era que o Tancredo não poderia ter morrido e morreu. E aí as coisas saíram do jeito que saíram.

Na hora de restabelecer a democracia, houve o chamado “jeitinho brasileiro” e a nossa proposta de anistia não foi aprovada, faltando poucos votos para que ela fosse aprovada. E o que havia contra nós para fazer a votação da anistia, como foi feita nos outros países, é que a emenda de anistia apresentada pelo Presidente Figueiredo incluía os cassados. Então, eles não estavam satisfeitos, e qualquer movimento que a gente fazia no sentido de querer mais, eles davam a entender que estavam nos boicotando. E, de lá para cá, não conseguimos em nenhum momento. Fizemos uma Constituição, mas em nenhum momento conseguimos fazer aquilo que... Agora, aos 86 anos, vinte anos depois, condenaram um ex-ditador da Argentina. Condenaram na véspera da morte, mas condenaram. E condenaram outros dois. O Pinochet foi para a cadeia e, em toda a América, foi feito assim.

No Brasil, o chamado “jeitinho brasileiro” deixou tudo como está. Agora é a primeira vez que temos a oportunidade de fazer uma análise e, nessa análise,

o mínimo que temos que ter é saber toda a verdade. Acho que saber a verdade é uma coisa fundamental, uma coisa importante e que até hoje não aconteceu.

Eu vejo a Comissão... Em primeiro lugar, acho assim, se eu tivesse amizade com a Presidente da República, diria para ela que não fica bem para ela indicar os homens, é uma responsabilidade exagerada para ela. É uma coisa que soa mal. Ela devia ouvir, analisar indicações, a OAB, o tribunal etc. e tal, mas ela escolher todos os nomes, eu acho, no mínimo... Sinceramente, estou falando independente de qualquer coisa. Ela vai ficar numa posição muito delicada, muito delicada.

Por outro lado, indicar os membros e, se um membro, por qualquer razão sair, ela indica o próximo, termina o trabalho, acaba tudo, e essa perspectiva de não garantir da publicidade, vão investigar e vão publicar. Agora, qualquer subterfúgio dá chance de que as coisas não sejam publicadas, pelo amor de Deus...

Eu vejo sempre várias coisas e uma das que emocionaram muito na minha vida que foi o caso da África do Sul. Lá, foi muito mais cruel do que aqui porque foram dezenas, centenas de anos de crueldade, de rudeza. No entanto, um homem que ficou 27 anos na cadeia, eleito Presidente da República, fez uma política de entendimento, mas a política de entendimento dele foi uma coisa... Quer dizer, ele argumentava: se nós fizermos a resposta... Quer dizer, cometeu tanto, aquilo que era o evidente, o óbvio dos absurdos, dos escândalos, dos exageros que os britânicos cometeram, que os brancos cometeram, se nós fizermos a vindita, vai dar um rastilho, quer dizer, e nós que estamos no Governo, vamos terminar cometendo excessos e não vai parar mais. Mas aí vem a Comissão.

O que realmente fazia a Comissão da Verdade? O cidadão fazia o levantamento, apurava, ele era condenado, pedia desculpa pública e ficava por aí, mas ele confessava o que tinha dito. Ele provava o ato da violência dele. Ele era condenado, só que, em vez de sofrer, em nome do futuro, o lado é o certo. Ele fez aquele jogo espetacular, aquela bolação de unir todo o País e, daqui a pouco, estavam branco e negro abraçados.

Agora, aqui não. Aqui, a Presidente tem uma posição muito tranquila, porque ela sofreu. E ela está tendo uma posição serena, desde que foi candidata até agora.

Agora, eu acho duas coisas: em primeiro lugar, acho pouco ficar nesse número sete. Em segundo lugar, é o tempo de duração que acho pouco. Em terceiro lugar, os assessores. É tudo tão engraçado! A coisa que mais tem neste Governo, de uns tempos para cá, é assessor. São dez, vinte, trinta, quarenta. Cria-se ministérios, já são 39 ministérios. Aqui, o número de

assessores é muito limitado. Parece que é feito meio deliberado, quer dizer, uma comissão que vai ter uma montanha de coisas para fazer o número de assessores é ultralimitado, isto é, são um ou dois por pessoa. Em terceiro lugar, deixa entrever que as coisas podem ficar em sigilo, apura não sei o quê e fica como está.

Gostaria de dizer essas coisas para o Relator porque a verdade é que, tanto a Presidenta como todo mundo, quer votar isso corrido, o mais rápido possível. Esperamos tanto tempo de análise e parece que seria importante parar para pensar, refletir, seria importante. E as emendas que estou recebendo aqui e que foram apresentadas pelas diversas comissões, devemos ver e conversar com o Relator. É uma pena que ele não esteja, mas vamos conversar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Pedro Simon. É esse o objetivo. Eu conversava agora com o Gilney e com a minha assessoria. Nós reformulamos um documento mínimo desta audiência pública. E conversaríamos com o Relator porque, na verdade, é o que vocês relataram aqui, mas também com o amparo da Comissão.

Ainda há alguém inscrito? *(Pausa.)*

Se não há inscritos, passo a palavra, neste momento...

A SR^a BEATRIZ AFFONSO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não ia encerrar a audiência ainda. Todos os nossos convidados farão uso da palavra para as suas considerações finais, depois de ouvir os Senadores que já ouviram. Mas você está com a palavra.

A SR^a BEATRIZ AFFONSO – Eu sou Beatriz Affonso e sou do Cejil – Centro pela Justiça e Direito Internacional, uma organização não-governamental que atua no sistema interamericano de direitos humanos.

Hoje, representamos os 200 familiares dos desaparecidos políticos do Araguaia, somos advogados internacionais e da família do Wladimir Herzog e do Luís Cunha. Ou seja, são casos diferentes de mortos e desaparecidos políticos no sistema interamericano.

A respeito do projeto, quero pontuar especialmente o que já foi falado pelo Senador Pedro Taques, de forma absolutamente apropriada. Perdão, esqueci de fazer a coisa mais importante, que é desligar o celular. Eu queria explicitar que o projeto, infelizmente, no que diz respeito à observância à Lei de Anistia, ele, de forma frontal, descumpra a sentença do caso Araguaia. Eu não sei se todos tiveram a oportunidade de conhecer, mas a sentença da Corte Interamericana do Caso Araguaia deixa claro que o Estado Brasileiro deve tirar os efeitos jurídicos dos artigos que anistia-

ram torturadores, executores e pessoas responsáveis pelos desaparecimentos forçados.

A observância à Lei de Anistia no artigo do Projeto de Lei da Comissão de Verdade, ela infelizmente poderia ter um outro tratamento, o que seria absolutamente correto, assim como o da Lei nº 9.140, que seria exatamente da perspectiva do reconhecimento das vítimas que, por essas duas leis, já tiveram todo um trabalho nas duas comissões, tanto na Comissão de Anistia, como na Comissão de Morte e Desaparecidos Políticos. No entanto, o parágrafo explicita a questão mesmo de inviabilizar qualquer investigação. Ou seja, ele está diretamente correlacionado a graves crimes de direitos humanos.

Então, é uma coisa para a qual gostaríamos especialmente da atenção dos Senadores, porque, de forma bastante desconfortável, sem dúvida nenhuma, a Comissão da Verdade sempre foi uma solicitação dos ex-presos políticos, dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. No entanto, foi, no sistema interamericano, o caso Araguaia que despertou o Estado Brasileiro à necessidade de realizar a Comissão da Verdade. Apesar de ela não ser um dos resolutivos da sentença da Corte, foi um pedido dos petionários e da Comissão Interamericana. Daí então todo o processo para o desenvolvimento do projeto de lei e tal. Ou seja, isso não tinha sido viabilizado pelo Estado Brasileiro até então.

Então, é bastante desconfortável para nós termos de, no dia 14 de dezembro agora, no final do ano, com um ano da sentença do Araguaia, ter de explicitar à Corte que o Brasil está descumprindo a sentença em que o próprio Governo, o Poder Executivo Federal, encaminha ao Poder Legislativo um projeto de lei que, de forma objetiva, cita a observância à Lei da Anistia, de forma a descumprir a sentença.

Esse é um ponto que eu gostaria que os senhores pudessem, de forma carinhosa... Porque tenho certeza de que o Estado Brasileiro não é só o Poder Executivo; é o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, no âmbito Federal, Estadual e Municipal. É assim que nós entendemos no sistema interamericano. É uma responsabilidade internacional assumida, ratificada. E, quando o Estado Brasileiro decidiu fazê-lo, ele não escolheu em que casos cumpriria ou não. Então, eu gostaria muito que esse ponto pudesse ser especialmente, talvez, modificado. Porque, de fato, as vítimas reconhecidas tanto pela Lei de Anistia quanto pela Lei nº 9.140, devem continuar sendo reconhecidas. E daí sim, citar as leis na Comissão da Verdade, poderia ser, com essa perspectiva, bastante produtivo, mas com uma perspectiva reduzida a esse respeito. Outra coisa pontual que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem. Eu só faço um apelo para concluir, porque, além de ouvirmos ainda todos os painelistas, nós temos o Dr. Pedro, que pediu a palavra. Nós vamos abrir a palavra para ele. E a nossa intenção, antes de concluir os trabalhos, e isso vocês vão ter de apreciar, é fazermos um documento mínimo, mínimo mesmo, dos principais pontos, porque, se nós colocarmos – vou exagerar para construirmos junto um pensamento – cinquenta, setenta pontos, não acontece nada. Agora, se conseguirmos resumir os principais pontos, que esse seja o documento, se assim vocês entenderem, para encaminharmos para o Relator e também para a Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República.

Então, peço a você só que fale do outro ponto, de forma mais objetiva, o mais rápido possível.

A SRª BEATRIZ AFFONSO – Então, só para ajudar nos encaminhamentos, Senador, a maior parte dos coletivos e comitês que se formaram no País ao longo desse período de pré-votação do projeto, todos, a maior parte deles cita o cumprimento integral da sentença do caso Araguaia. Então, se cita o cumprimento integral, acho que os coletivos estão pedindo exatamente que o projeto esteja adequado ao cumprimento.

Outra coisa, só para terminar, é que, como defensora dos Direitos Humanos, ou seja, não há dúvida de que eu, mais do que solidária, trabalho para os familiares dos desaparecidos e mortos políticos, mas como defensora dos direitos humanos, representante de uma entidade que leva casos de graves violações de direitos humanos na atualidade, casos de tortura e de execução sumária promovida pela polícia, eu também gostaria que todos tivessem consciência que... Claro, vítimas e familiares de vítimas têm uma legitimidade diferenciada, mas as entidades de direitos humanos no Brasil querem uma Comissão da Verdade que possa trazer o esclarecimento para toda essa geração, porque a minha geração – cresci durante a ditadura – não tem esse esclarecimento. Eu, por sorte, fui trabalhar com esse tema e passei a ter essa familiaridade. Mas a verdade é que isso não acontece para as pessoas da minha geração. Eu só gostaria que ficasse claro que as entidades de direitos humanos também estão atentas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está certo. Já foi lido um documento aqui que mostra que é um movimento nacional solidário às vítimas.

O Dr. Pedro está com a palavra. Se desejar se identificar.

O SR. PEDRO POMAR – Meu nome é Pedro Pomar. Eu sou neto do ex-Deputado Federal Pedro Pomar, assassinado em 1976, no episódio conhecido como Chacina da Lapa ou Massacre da Lapa, em que

foram assassinados também Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummont.

Nessa mesma ocasião, meu pai e vários outros militantes do Partido Comunista do Brasil foram presos e torturados no DOI CODI do I Exército e no DOI CODI do II Exército. Entre esses presos, Haroldo Lima, que é o atual Presidente da Agência Nacional do Petróleo e foi Deputado também posteriormente.

Eu queria reforçar a preocupação apontada pelo Aton quanto ao art. 7º. É necessário suprimir parcialmente os §§ 1º e 2º, porque os dois fazem referência à possibilidade de militares integrarem a Comissão na condição de membros. Eu queria dizer o seguinte: esse projeto de lei tem todas essas inconsistências porque foi formatado do jeito que quiseram os comandos militares. Se vocês atentarem para o texto, ele foi modificado da mesma maneira que o Programa Nacional dos Direitos Humanos na sua terceira versão foi modificado, após o motim dos comandantes militares e do então Ministro da Defesa Nelson Jobim, que ameaçaram se demitir, caso não houvesse essas mudanças. Infelizmente, o Presidente da República, o Presidente Lula recuou, acatou essas mudanças. E essas mudanças no PNDH3 acabaram se vendo impressas também na letra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho, Pedro.

O SR. PEDRO POMAR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou ali votar. A Vice-Presidente assume e eu volto.

O SR. PEDRO POMAR – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Desculpe. Pedro, por favor.

O SR. PEDRO POMAR – Como eu dizia, o texto acaba reproduzindo a versão do Programa Nacional de Direitos Humanos que restou após essa intervenção dos militares no processo político. Na verdade, o texto atual mostra que essa reconciliação nacional embute também um pacto com os militares que temos de repudiar em nome da democracia. É inaceitável isso, como vários oradores já manifestaram aqui, não é? Quer dizer, é a tutela militar sobre a sociedade civil se mantendo ainda, décadas após o golpe militar.

Finalmente, eu queria lamentar a ausência do Ministro da Justiça e da Ministra dos Direitos Humanos, que foram convocados e, de maneira desrespeitosa para com os familiares, com os ex-presos e ativistas de direitos humanos, se ausentaram mais uma vez. Da mesma forma, como foi bem lembrado pelo Senador Pedro Simon, a ausência do Relator do Projeto, Senador Aloysio Nunes. Esperávamos que ele estivesse aqui presente para ouvir os familiares.

Por fim, gostaria muito de cumprimentar os Senadores da Comissão, particularmente o Senador Paulo

Paim e a Senadora Ana Rita, por haverem resistido às pressões do Governo, que tentou cancelar esta audiência pública, o que é um escândalo numa democracia. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Vamos passar a palavra, neste momento, a algum Senador que quiser usar a palavra.

Senão, eu passarei para os nossos convidados para as suas considerações finais. Enquanto isso, estamos tentando formular um documento das propostas mínimas, fruto do trabalho desta Comissão, com a contribuição, naturalmente, dos familiares e dos Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Paim, é exatamente em relação a isso. Parece-me, inclusive nas observações que fiz, que faltou essa observação em relação ao que foi reafirmado aqui pelo Dr. Pedro Pomar, em relação ao art. 7º, §§1º, 2º e 3º do projeto. Nesses dispositivos, estamos colocando alçôzinhos para investigar crimes que eles próprios ou que os superiores deles cometeram. O projeto, de fato, seguindo em frente com a aprovação desse dispositivo, essa Comissão no máximo – vou dizer: no máximo – será uma mera recolhadora de documentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Passamos a palavra para as considerações.

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Corremos aqui para votar os dois.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só uma pergunta rápida, Sr. Presidente, pois tive de sair para votar em outra comissão. Foi sugerido no início que se faça uma moção à Fundação Padre Anchieta, do Programa Roda Viva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita. Foi aprovada e será encaminhada.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Será feita para ser votada hoje, não é? Era só isso, como encaminhamento também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra, começando pela Mesa. Quero que a Dr. Iara seja a última a falar, pois foi quem começou. Eu começo com o Padre Geraldo Martins, para as suas considerações finais, de três a cinco minutos. Se entenderem um pouco mais, também não haverá nenhuma restrição de minha parte. Quem entender que é menos, também não haverá restrição.

O SR. GERALDO MARTINS – Apenas para agradecer mais uma vez o convite de participar e reafirmar a disposição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de participar do debate e dar a sua contribuição, seja para melhorar o texto, seja também para constituir essa Comissão, no sentido de que atenda de forma

exemplar às expectativas de toda a sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Padre Geraldo Martins pela sua contribuição.

Passamos, de imediato, à Drª. Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

A SRª GILDA CARVALHO – Sr. Presidente, reitero aquelas palavras iniciais em que eu dizia que os debates em torno da criação da Comissão da Verdade devem ser feitos de forma que não haja receio, não haja medo, não haja desconforto e não haja incômodo em se falar sobre essa época que está a ser avaliada por missão da própria Comissão, como eu já tinha dito, indicada pela ONU.

Também é proposital que a releitura desse projeto pelo Senado Federal se faça com atenção tanto a essa época a ser avaliada quanto à composição da Comissão – isso é muito importante –, da mesma forma que qualquer outro dispositivo que chegue a frustrar o que foi dito pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no sentido de se investigar, pelas autoridades que têm competência neste País, que assim seja feito. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, com suas considerações finais.

Passamos agora ao Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho, que aqui fala pela OAB.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – Reitero os agradecimentos pelo convite formulado. É um debate bastante importante para o futuro do Brasil. É o encontro do nosso País com a História. De fato, a Comissão da Verdade não pode ser um faz de conta, não pode ser par a inglês ver. A sociedade civil brasileira ficará atenta e cobrará resultados efetivos da sua atuação, que não pode ser apenas a remessa de dados ao Arquivo Nacional. De fato, deve se tornar público todo o trabalho colhido, inclusive para novas formulações. A partir do que foi investigado, certamente novas formulações virão ao nosso País. Quer dizer, não acredito que a Comissão da Verdade seja uma etapa final. Ela é um instrumento. Vamos repaginar nossa história, vamos obter informações. E certamente outras medidas a sociedade civil brasileira irá requerer em bem pouco tempo.

Com relação a esse projeto, para que tenha uma melhor eficácia, a OAB propõe que, de fato, o prazo de duração, ao invés de dois anos, vá para cinco anos, sem prejuízo de apresentação de relatórios já parciais. Quer dizer, não precisa que a Comissão apresente apenas o relatório final. Ela pode apresentar relatórios parciais. E que a composição seja plural e não apenas com repre-

sentantes indicados pelo Presidente da República, mas que tenha representantes da sociedade civil e também do Parlamento brasileiro, da Câmara e do Senado, no modelo do Conselho Nacional de Justiça. E que seja retirada a previsão de sigilo do § 2º do art. 4º. Seria um grande avanço se isso ocorresse. Também fosse retirada a previsão de militares participando dessa Comissão, como previsto nos §§ 1º e 2º do art. 7º, como também prevê que alguém que tenha ocupado cargos em comissão durante o período investigado possa participar dessa Comissão e que, de fato, na proposta da Drª Iara, seja o período limitado para que a Comissão possa funcionar efetivamente, analisando os fatos da ditadura militar. Esse é o período a ser avaliado, quer dizer, o período de perseguição política.

Quando se estende para momentos outros da história do País, parece que quer estender ao máximo, reduzindo o tempo para que a Comissão não produza um trabalho eficaz. De fato, é uma proposta bastante interessante.

Penso apenas, e quero deixar muito claro, Aton, como advogado, já estou pensando no futuro... Espero que o projeto seja melhorado pelo Senado, mas, ainda que não seja, como advogado, a OAB vai tentar fazer prevalecer a força da interpretação da lei.

O que quero dizer com isso? É importante que se retire o sigilo. Vamos tentar retirar o § 2º, do art. 4º, mas, se não for, a sociedade vai exigir que a Comissão interprete essa lei, dando destaque aos incisos II e III do art. 3º, que diz que é função precípua dessa Comissão identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violação de direitos humanos.

Quer dizer, vamos exigir que a Comissão faça esse trabalho, que é seu objetivo. Se ela não fizer esse trabalho, alegando qualquer outra questão, ela estará descumprindo sua função.

Então, o projeto pode e há de ser melhorado. Ainda que não seja, a OAB ficará atenta para que as funções da Comissão sejam observadas, senão a OAB irá denunciar publicamente que essa Comissão foi de faz de conta, o que obviamente a história do Brasil irá acompanhar.

Como diria Abraham Lincoln, a verdade é filha do tempo e não da autoridade. E, de fato, neste momento, o Brasil marca um encontro com a sua história. E espero que, colocando esse tema na pauta do País, que é algo importantíssimo, Senador Paulo Paim, que esse tema fique na pauta do Brasil, quer dizer, que não fique esquecido. Estando na pauta institucional do País, a sociedade brasileira saberá cobrar para que o melhor seja feito e que seja reconstruída a nossa história e

que seja também, ao máximo, reparada a dor de tantos que foram vitimados, perseguidos, pela ditadura militar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho falou pela OAB. Alguém me disse, não sei se fecha com a sua fala, eu vou ter a liberdade de usar aqui, que o tempo é o senhor da verdade. Quem quiser enganar, mentir, vai acabar, ali na frente, quebrando a cara.

Passo a palavra neste momento a João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Gostaria-mos de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me apenas dizer que já estou com o resumo. Nós fizemos um resumo que vou ler no encerramento das falas.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Quero agradecer aqui ao convite de participar desta audiência pública. Sem dúvida alguma, a democracia é uma conquista de toda a sociedade, e ela muitas vezes é demorada.

Como disse o Senador Randolfe, nós estamos discutindo a Comissão da Verdade 22 anos depois da instalação da nossa Constituição de 1988. E nós já deveríamos ter feito isso, mas as pressões, as lutas, são um caminho duro de trilhar. Eu acho que é mais um passo, não somente para a consolidação, mas para a implantação da nossa democracia. E que essa Comissão faça jus à sua criação e que não se esqueça, de todos aqueles heróis que tombaram pelo caminho da liberdade e pelo caminho da democracia. Que eles não sejam esquecidos e sejam nessa Comissão lembrados como verdadeiros heróis deste novo tempo que o Brasil vive e como heróis da restauração da nossa democracia e da nossa liberdade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart, lembrando a trajetória dos nossos heróis. Se temos hoje a democracia é porque muitos tombaram nessa caminhada. Meus cumprimentos.

Passo a palavra agora, seguindo a orientação do Ministro, à senhora... Luiza Erundina não está, não é? Então, à Srª Susana Keniger Lisboa, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A SRª SUSANA KENIGER LISBOA – Eu queria novamente agradecer e ter a certeza de que esta vai ser a primeira de muitas audiências que pretendemos fazer para discutir este projeto.

Eu queria saudar a presença do Senador Eduardo Suplicy, que nos conhece e conhece essa luta, desde

a época da anistia, e pedir a ele que seja intermediário inclusive, junto ao Partido dos Trabalhadores, que é também o meu partido, para que ele tenha sensibilidade de olhar este projeto.

Eu não gostaria de voltar à Costa Rica e presenciar o que presenciei no ano passado quando acompanhei os familiares do Araguaia na audiência na Corte Interamericana dos Direitos Humanos. E tive muita vergonha, por buscar no exterior a justiça que nós não encontramos no Brasil e por estar lá, à frente do governo brasileiro, o Ministério da Defesa. O Brasil declarou guerra aos familiares quando mandou à Costa Rica o Ministério da Defesa para contraditar a nossa posição. Isso é uma vergonha. Nós não queremos mais que os militares estejam à frente dessa discussão.

Este projeto de lei é um projeto do governo passado. O governo passado cedeu às pressões dos militares. Nós temos que voltar a discutir essa questão. E saudamos mais uma vez esta Comissão de Direitos Humanos do Senado, para que os militares entendam que a democracia não vai ser construída sobre os cadáveres insepultos dos combatentes assassinados e sobre as mãos impunes dos seus assassinos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Sr^a Suzana Keniger Lisboa, representante da Comissão de Familiares de Mortos e de Desaparecidos Políticos.

Meus cumprimentos pela sua fala brilhante, como foi também, no momento em que falou aqui da Mesa.

Passo a palavra, de imediato, então, ao Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

O SR. ATON FON FILHO – Senador Paulo Paim, permita-me primeiro também saudar, cumprimentar o Senador Pedro Simon e o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita à sua esquerda...

O SR. ATON FON FILHO – A Senadora Ana Rita eu já havia cumprimentado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o Randolfe, que está voltando agora. Foi lá votar e voltou.

O SR. ATON FON FILHO – O que eu queria, para encerrar, fazer uma referência. Eu concordo totalmente com o que diz o Doutor Marcus Vinicius a respeito da importância que tem essa Comissão, e nós vamos trabalhar com ela, pressionando, fornecendo materiais. Vamos organizar a sociedade para que possa apoiá-la. Mas, neste momento, estamos ainda em uma fase anterior. Estamos na fase de discutir o Projeto de Lei da Câmara, que vai resultar nessa Comissão. Então,

acho que é o momento adequado para varrer, limpar e escovar todas as imperfeições que o projeto tem.

Evidentemente, a divergência, pode-se dizer, entre os dois dispositivos, a respeito do sigilo e da publicidade, merece uma atenção especial.

E eu temo, Doutor Marcus Vinicius, que quando se chega à questão da interpretação, a interpretação da Comissão pode ser a melhor, pode ser a que aponta V. S^a, mas depois da interpretação que deu o Supremo Tribunal Federal à Lei da Anistia, eu prefiro não confiar mais em determinados julgadores e reduzir o espaço que eles têm para interpretar segundo suas vontades específicas.

O Senador Paulo Paim havia me pedido que entregasse também, com as mesmas observações, e faço chegar a V. Ex^a. Também quero dizer que, no geral, me parece que todos os que falamos aqui concorremos para os mesmos pontos essenciais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que deixou muito claro na sua fala que, independente do resultado da discussão das emendas ao Projeto, nós todos continuaremos peleando e exigindo que a transparência e a verdade prevaleçam, e saibamos exatamente a verdade.

Passamos, agora, como última oradora dos convidados, como painelistas, à Sr^a Iara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça.

A SR^a IARA XAVIER PEREIRA – Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade que tivemos de debater o projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. E eu queria aqui, Senador, destacar o papel, a importância, da organização da sociedade civil que, num curto período, conseguiu organizar já mais de quarenta fóruns, comitês coletivos, para debater e discutir a tramitação desse projeto.

Nós sabemos que esse não é um tema que encontra um grande eco na nossa sociedade. É um tema para o que muitas pessoas preferem o esquecimento: “Nossa! Lá vem esse povo de novo dos familiares”. É um tema que, muitos diriam, “foge à luta”. E todo o papel que desempenharam, durante a transição, os governos que aí estiveram, contribuiu fortemente para esse esquecimento, para que a nossa sociedade, para que nossos jovens não conhecessem de verdade o que aconteceu durante aquele período.

Nós tentamos na Câmara as modificações que entendíamos necessárias. Infelizmente, fomos lá derrotados. Aqui no Senado, quando tive aquela conversa com o senhor e com a Senadora Ana Rita, eu disse que nós esperávamos mais uma vez, porque esperança é

o que nós familiares temos, esperança é o que a mãe de Fernando Santa Cruz, que completou esta semana 98 anos, ainda tem de poder enterrar seu filho.

Então, a nossa esperança era a de que, no Senado, se ouvisse, Padre Geraldo, o clamor das famílias. Que fosse sentida a dor profunda que nós sentimos ao longo desses anos e de entender o porquê, como disse o companheiro Aton, nós não queremos ficar sujeitos a interpretações, Dr. Marcus Vinícius. Com essa história de “nas entrelinhas”, nós sempre saímos perdendo. E quando é para prejudicar, eles sempre são explícitos. O ônus da prova cabe ao requerente, na Lei nº 9.140. A busca se dará se forem fornecidas informações.

Agora, sempre, se é para nós? Não; pode caber uma interpretação. Por isso nós aqui entendemos, temos clareza, de que este é um tema difícil. Ainda destaquei para o senhor naquele dia a necessidade, Senador Suplicy, de conseguir sensibilizá-los de que nosso objetivo é apenas um: justiça.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Sr^a Lara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade Memória e Justiça.

Eu, neste momento... Como havia anunciado, combinei com os assessores, não preciso citar os nomes, de apresentarmos, ao final, porque a imprensa também vai perguntar, e é uma maneira de fortalecer o movimento que nós fizemos nesta manhã aqui na Comissão.

Afinal, o que vai acontecer agora?

Nós decidimos formular, não é um documento, é uma série de propostas ou de posições do que gostaríamos que estivessem contempladas na redação final do projeto.

Digo que os documentos que recebi – aqui é um resumo – serão entregues ao Relator, e também vou encaminhar à Secretaria de Direitos Humanos, à Presidência da República e à Ministra Maria do Rosário.

Então, aos documentos que recebi – quero aqui monitorar a minha assessoria de Comissão – daremos dois encaminhamentos: ao Relator e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador, sem prejuízo de um terceiro eventual encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O momento é este. V. Ex^a entrou no momento certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...somado aos encaminhamentos que V. Ex^a dá, considero que também seria importante, como obra dos Senadores presentes a esta Comissão, dos que já estiveram e dos que estão, a sugestão de que o

conjunto de sugestões apresentadas também fosse de emendas ao projeto.

Acho que a primeira sugestão é dialogar com o Senador Aloysio para acatar sugestões. E que, da mesma forma, essas sugestões também sejam apresentadas como emendas, porque se eventualmente uma ou outra não for aceita pelo Relator, antecipadamente, como sugestão, que possa estar como emenda e, sendo o caso, ser submetida a voto no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, vamos lá. Vou fazer a leitura rápida. Em seguida, Senador Suplicy, porque daí V. Ex^a pode até comentar.

1. Ampliar o prazo de funcionamento da Comissão e apresentação do relatório final, ou seja, para a apresentação do relatório final.

Aqui é só a síntese. Vou ler e depois, se for o caso, faremos a emenda e alguém já bate para que tenhamos a redação final. Vou ler de novo. Quem quiser vai anotando alguma adequação. É mais de redação, porque o objetivo é um só. Então: 1) ampliar o prazo de funcionamento da Comissão para apresentação do relatório final; 2) aumentar o número de membros da Comissão; 3) alterar o período de investigação, que deve se iniciar em 1964 e findar em 1988; 4) – se estiver muito rápido, os membros aqui têm cópia – excluir a possibilidade de indicação de militares como membro da comissão; 5) extinguir a possibilidade de haver sigilo de documentos e informações, apreciados pela Comissão; 6) retirada da expressão reconciliação nacional; 7) retirar referência à Lei da Anistia; 8) – praticamente repete, mas reforça – retirar sigilo.

Ainda a sugestão: conforme a Senadora Ana Rita havia lembrado, moção de repúdio à Fundação Padre Anchieta e à TV Cultura pela entrevista do ex-Cabo Anselmo e sugestão para que a emissora faça uma entrevista com os familiares dos mortos e desaparecidos políticos no mesmo programa; e, último, articulação política ampla em torno de uma proposta de mobilização política para o Brasil que inclua a Comissão da Verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, no Item 6, se houver acordo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à assessoria que os Senadores e nossos convidados proponham emendas e que estejam atentos para que possamos redigir, em seguida, a redação final. Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Em substituição à expressão “reconciliação nacional”, a utilização da expressão “promover a conciliação da democracia”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há acordo com todos? A assessoria já pegou? Vamos em frente.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 1 agora, por favor.

Isto aqui é tudo ao vivo e a cores. O Brasil todo está ouvindo V. Ex^{as}.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– Seria, ao final, ampliar o prazo de funcionamento da Comissão e para apresentação do relatório final, com a possibilidade de relatórios parciais, porque creio que esperarmos cinco anos para ter algum relatório, alguma informação, não sei se todos estão de acordo. Previsão de relatórios parciais. De acordo?

No Item 2, aumentar o número de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Então, no Item 1, vamos reafirmar para não termos problemas. Vamos ver o Item 1...

O SR. ATON FON FILHO – Visa ampliar o prazo de funcionamento da Comissão ou admitir a prorrogação dos trabalhos da Comissão.

A SR^a IARA XAVIER PEREIRA – Eu acho que seria mais viável, prorrogável por igual período, porque se conseguir terminar antes, termina-se antes.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– Uma boa proposta. Prorrogável por igual período. Uma boa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Ampliar o prazo de funcionamento da Comissão. Mantém essa parte ou não? Como é que ficaria o Item 1?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– A sugestão da Iara parece-me que é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é que ficaria o Item 1? Vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, dois anos, prorrogáveis por igual prazo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. Pegaram aí? A assessoria pegou? Fica essa a redação do Item 1.

Item 2. Não há problema?

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – Seria: “Aumentar o número de membros da Comissão, contemplando representantes da sociedade civil e do Parlamento”. Quer dizer, para aumentar números para mais indicados do Presidente da República e... Enfim, seria contemplando os representantes da sociedade civil e do Parlamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Acho que é importante, Dr. Marcus, estabelecer um número. Sete para quinze. Acho que é razoável.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– Perfeito. Como o Conselho Nacional de Justiça. São quinze.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aumentar o número de membros da Comissão para quinze, ponto?

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– Contemplando representantes da sociedade civil e Parlamento.

A SR^a SUSANA KENIGER LISBOA – Eu acho que não fica..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos só ter o cuidado, pessoal, de não fazer um texto novo.

A SR^a SUSANA KENIGER LISBOA – Eu acho que tem de aumentar o número, mas fica difícil colocar parlamentares e não colocar determinadas instituições, entendeu? Desculpem-me, mas a sugestão é a de não especificar, incluir esse ou aquele. Se for para incluir, temos de discutir mais amplamente. É óbvio que vai haver representantes da sociedade civil. Isso não tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que ajudou a sua fala. Porque aumentar o número de membros da Comissão... Naturalmente, se vai aumentar vamos discutir com a sociedade civil essa possibilidade. Então, o Item 2 fica como está.

Item 3: “Alterar o período das investigações que se iniciaria em 1964 e findaria em 1988.” Estão de acordo? Ok.

Item 4: “Excluir a possibilidade de indicação de militares como membros da Comissão.”

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– Eu acrescentaria, também, foi a minha proposta, Senador: “e de ocupantes de cargo em comissão no período investigado”. Também fica vedado que ocupantes de cargo em comissão no período investigado possam fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Então, o Item 4 com essa emenda somente: “e de ocupantes de cargos em comissão”.

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO
– No período investigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No período investigado. OK?

Item 5: “Extinguir a possibilidade de haver sigilo de documentos e informações apreciados pela Comissão”.

O SR. ATON FON FILHO – “Extinguir a necessidade de manutenção do sigilo.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria inserir a palavra “manutenção”. É isso?

O SR. ATON FON FILHO – Não. Em lugar de “possibilidade”, é “necessidade”. Atualmente há uma

necessidade. Então, extinguir a “necessidade” de manutenção do sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está bom. Tira “possibilidade”, não é isso?

O SR. ATON FON FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Pergunto à assessoria se já pegou. Depois, vamos ter de bater isto aqui. Não vai ser rascunho não. É tudo definido. Retirada da expressão “reconciliação nacional”. Tem a sua proposta. Repita, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Consolidação à democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Pegaram aí o Item 6?

Vamos ao Item 7: “Retirar a referência à Lei da Anistia”. Tranquilo?

Item 8. Só repetir: “Retirar o sigilo”. Não é nada contraditório porque já está, inclusive, em um outro item lá em cima. A outra é aquela moção de repúdio à TV, exigindo espaço para que os familiares tenham o direito de expressar o seu ponto de vista, como teve aqui o Cabo em questão.

O último é a articulação política ampla em torno de uma proposta de mobilização política para o Brasil que incluía a Comissão da Verdade. É isso? Então, todos concordam. Consideramos aprovados os encaminhamentos.

Quero destacar também que, além dos convidados – e vou aqui frisar a importância de todos –, estiveram conosco nesta audiência pública o Senador Eduardo Suplicy, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar toda a Comissão, os membros que aqui fizeram sugestões e nossos convidados. Vou procurar ficar atento às sugestões que foram encaminhadas. Estive, inclusive, na Comissão de Direitos Humanos e acompanhei o ex-Presidente Manuel Zelaya, que fez uma palestra. Por isso, cheguei aqui depois de ter vindo de lá.

Acho que essas sugestões são importantes para o exame de todos nós. Acho importante também a sugestão de que a TV Cultura faça uma entrevista com os familiares dos mortos e desaparecidos. Eu me somo a essa sugestão. Não vi a entrevista ontem realizada. Acho que, sob o ponto de vista do jornalismo, é possível até que a RTC tenha a justificativa para apresentar o... Eu não sei o que aconteceu, não vi, mas acho que é muito importante que se dê espaço às famílias dos mortos e desaparecidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy.

Nós cumparamos o Senador Eduardo Suplicy.

A Senadora Ana Rita, pelo movimento que fez, está com a palavra neste momento. Ela trouxe essa questão para a Comissão, e a Comissão, com muita satisfação, pela importância do tema, marcou esta audiência pública.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, demais pessoas que aqui estão, Senadores presentes, membros e familiares, quero dizer que foi muito importante esta audiência pública. Acho que é a primeira vez que fazemos uma audiência pública em um espaço tão curto de tempo e que sai com um produto que atende, de fato, os interesses das pessoas que nos solicitaram a audiência pública, de forma tão clara, de forma tão objetiva.

Quero parabenizar a todos vocês que estão aqui, que puderam trazer essa contribuição para nós Senadores, e ao nosso Senador Paim, Presidente desta Comissão, que acolheu prontamente o pedido. É importante isso, porque o Presidente da Comissão, com toda a sua sensibilidade, acolheu prontamente esse pedido. E, com certeza, esse primeiro momento nós fizemos hoje, acredito, da melhor maneira possível, dentro do prazo que nós tínhamos e das condições que tivemos, de estar, ao mesmo tempo, em outras comissões.

Vamos encaminhar – não é isso, Senador Paim? –, em comum acordo com os demais Senadores. Este é o compromisso desta Comissão: vamos encaminhar. E é claro que, quanto ao resultado final, não temos controle sobre ele, mas o empenho desta Comissão, dos Senadores que compõem esta Comissão, particularmente do nosso Presidente e da minha pessoa, será dado para que possamos avançar, senão em todos os pontos aqui colocados, pelo menos na maioria deles. Acredito que possamos avançar.

Tenho tranquilidade em dizer que penso que as propostas aqui colocadas com certeza terão, por parte dos demais Senadores, a sensibilidade de acolher, e faremos aqui um diálogo com os demais para que possamos, nos passos seguintes, garantir que essas posições sejam contempladas. Colocamo-nos inteiramente à disposição e solicitamos a vocês que continuem acompanhando a tramitação do projeto nesta Casa e nos subsidiando, da melhor maneira possível, para que possamos avançar e melhorar, cada vez mais, o projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Era isso, Sr. Presidente. Vou ter que sair novamente porque a Comissão de Educação já me chamou três vezes aqui, senão o quórum cai lá.

Agradeço muitíssimo a presença de todos aqui, de todas as entidades e dos familiares. Somos solidários e estamos juntos nessa caminhada, que imagino

que não é fácil; é um sofrimento permanente, contínuo. Quero dizer a vocês que estamos nos somando a essa luta, que é necessária e fundamental para que tenhamos, de fato, a democracia que tanto desejamos e queremos para o nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão.

Esteve conosco também e deu a sua contribuição – quero também cumprimentá-lo – o Senador Pedro Taques, bem como o Senador Vicentinho Alves, o Senador Cyro Miranda, o Senador Randolfe Rodrigues, a Deputada Federal Luiza Erundina, o ex-Deputado Federal Gilney Viana, o Senador Geovani Borges, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Pedro Simon.

Quero também agradecer muito aos nossos painelistas.

Agradeço à Sr^a Iara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça.

Agradeço também ao Sr. Aton Fon Filho, representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Agradecemos também à Sr^a Suzana Keniger Lisboa, representante da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Agradeço à Deputada Federal Luiza Erundina, que aqui relatou inclusive o trabalho que tem feito nessa área há muitos anos.

Agradeço também ao Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, que aqui representou o Presidente da OAB, Sr. Ophir Cavalcante.

Agradeço também à Dr^a Gilda Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Agradeço também ao Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart.

Agradecemos também ao Padre Geraldo Martins Dias, assessor político da CNBB e também aos outros dois companheiros do Plenário, que foram o Dr. Pedro Pomar, que deu a sua contribuição, e Beatriz Affonso.

Neste momento, só posso dizer que a Comissão de Direitos Humanos, embora tenha sido elogiada e tendo havido alguns contatos para que fizéssemos e não fizéssemos a reunião, não fez mais do que a sua obrigação.

Quando vocês aqui estiveram, demos a nossa palavra de que teria audiência pública. Poderia ter sido na semana passada ou na segunda ou no dia 18. E vocês decidiram que poderia ser no dia 18. Uma vez marcada, palavra dada, não tem como voltar atrás. Eu sou do Rio Grande do Sul, do tempo do fio do bigode. Depois de dada a palavra, não tem como voltar atrás.

Quero dizer a todos que para mim foi uma audiência muito rica. Tenho certeza de que todos que as-

sistiram à TV Senado e que estão assistindo souberam de inúmeros momentos da nossa história de que nunca ouviram falar. Por isso a importância da Comissão da Verdade, com a transparência que vocês estão exigindo.

Está chegando agora – e acho que esta é a melhor forma de terminar – a redação final mediante as emendas, com a contribuição de todos os senhores. Eu passo a ler e, quando eu terminar a leitura, nós vamos terminar a nossa audiência pública:

“Sugestões para o texto final do PLC nº 88, de 2011, da criação da Comissão Nacional da Verdade, mediante a audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos:

1– Ampliar o prazo de funcionamento da Comissão para a apresentação do relatório final, com a possibilidade de relatórios parciais ou “admitir” a prorrogação do prazo [Eu confesso que este termo... Isto aqui vai circular e muita gente vai me perguntar o que é “admitir”. Se pudesse haver outro termo, pois as pessoas vão me perguntar e eu não vou saber explicar] final para a entrega do relatório final. Dois anos prorrogáveis por mais dois.

Tudo bem? É um termo jurídico.

A SR^a GILDA CARVALHO – Não está clara essa redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu achei que ficou meio...

A SR^a GILDA CARVALHO – Eu sugeriria que fosse a redação que foi dada pelo Aton Fon e também pela Sr^a Iara, que falava apenas na possibilidade de prorrogação por igual período.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu tinha entendido essa.

A SR^a SUSANA KENIGER LISBOA – Não existe a palavra “admitir”. É “admitir”. A palavra é “admitir”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui está “admitir”. Por isso eu não entendi, não ia conseguir entender nunca. Achei que fosse algum termo jurídico.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Houve um erro de redação. É só corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos simplificar.

Dita aí, a frase curta, que diz tudo, no Item 1.

A SR^a SUSANA KENIGER LISBOA – “Admitir prorrogação por igual período.” Quer dizer, dois anos, admitir a prorrogação por igual período.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Fica essa redação, E nós vamos ajustar aqui na hora de divulgar. Admitida a prorrogação por igual período, ou seja, dois mais dois. Quatro anos, é isso? Fica dessa forma.

Item 2. Aumentar o número de membros da Comissão de sete para quinze. Houve um questionamento se deveria ser colocado “quinze”. Aqui veio quinze. Como é que faz?

Doutora Suzana, a senhora questionou, se não me engano, que não deveriam colocar o número de quinze?

A SRª SUZANA KENIGER LISBOA – ...com a sugestão DE não ter Parlamentares presentes, porque aí vai ter de mudar toda a redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só aumentar o número de membros da Comissão?

O SR. MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO – Só explique na proposta que não seriam parlamentares, Drª Suzana, seriam representantes da Câmara e do Senado, nos moldes do CNJ. Lá no CNJ são pessoas, cidadãos que são escolhidos pelo Senado e pela Câmara. Tudo bem, fico com a sua proposta. O importante é que aumente o número e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

Então, o Item nº 2 fica: “Aumentar o número de membros da comissão.”

Item 3. Alterar o período das investigações, que se iniciariam em 64 e findariam em 1988.

Item 4. Excluir a possibilidade de indicação de militares como membro da Comissão e de ocupantes de cargos em comissão no período investigado.

Item 5. Extinguir a necessidade de manutenção do sigilo. Aqui está outra coisa, mas é isto: extinguir a necessidade de manutenção do sigilo.

Item 6. Retirada da expressão “reconciliação nacional”, e, em substituição, e inserir o termo “promover a consolidação da democracia”.

Item 7. Retirar referência à Lei da Anistia.

Item 8. Retirar o sigilo.

Mais duas sugestões: moção de repúdio...

Retirar o sigilo está mais acima, mas acho que se repete.

Não tem problema. Ou dá para retirar o 8, é isso? Retire-se o 8, o 8 não precisa.

Outra sugestão, e são mais duas somente: moção de repúdio à Fundação Padre Anchieta e à TV Cultura pela entrevista do ex-Cabo Anselmo e sugestão para que a emissora faça uma entrevista com os familiares dos mortos e desaparecidos políticos no mesmo programa.

Por fim, articulação política ampla em torno de uma proposta de mobilização política para o Brasil que inclua a Comissão da Verdade.

Se todos concordam com a manifestação que vamos fazer agora, nós encerramos a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública que discutiu a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Obrigado.

(A reunião foi iniciada às 9 horas e encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 76ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E COM A 55ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala 15 (quinze) de reuniões, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador (Paulo Paim), Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.** Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Vicentinho Alves, Vanessa Grazziotin, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Cyro Miranda, José Agripino, Clovis Fecury, Vicentinho Alves, Jayme Campos, Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. A Presidência submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, em atendimento aos Requerimentos nº 44/11-CE, nº 45/11-CAS e nº 112/11-CDH, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinados a debater o tema **“A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”**, inserido na programação da “4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, organizada pelo Senado Federal, no período de 18 a 20 de outubro do corrente. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Professora Cláudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta; Senhora Laurista Corrêa Filho, Pediatra, neonatologista e especialista na saúde da mulher e da criança pela Universidade Paris V – Sorbonne; Senhora Cristina Werner, Diretora da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Professor Doutor Jairo Werner Júnior, Psiquiatra da infância e adolescência, Doutor em Saúde Mental pela Unicamp, professor de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal Fluminense – UFF e

da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Senhor Vital Didonet, Representante da Rede Nacional da Primeira Infância; Senhora Angélica Goulart, Membro da Fundação Xuxa Meneghel; Senhora Liliane Penello, Psiquiatra e Coordenadora do Programa Brasileiro e Brasileirinhas Saudáveis – Primeiros Passos para o Desenvolvimento e Senhora Márcia Barr, Representante da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – Valor Cultural. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados**, com o tema: “Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil”; **Senhor Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczi, uma casa onde crescer”, La Rochelle (França)**, com o tema: “Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade”; **Senhora Jaqueline Wendland, psicóloga clínica e psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Salpêtrière, Paris (França)**, com o tema: “Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê”; e **Senhora Monique Bydlowski, médica psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França)**, com o tema: “A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança”. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Waldemir Moka e Lídice da Mata. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, encerra a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR PAULO PAIM, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a 76ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa e a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 44/11 da CE, nº 45/11 da CAS e nº112 da CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e outros, para a realização de audiência pública destinada a debater “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”, inserida na programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, que se realiza entre 18 e 20 de outubro no Auditório Petrônio Portella.

As palestras serão realizadas com tradução simultânea.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Vamos fazer a leitura dos convidados.

Primeiro, Jaqueline Wendland, psicóloga clínica e psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França. Tema: “Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê”.

Convidamos, também, o Sr. Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczi, uma casa onde crescer”. Tema: “Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade”.

Convidamos, também, a Srª Monique Bydlowski, médica psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade, também de Paris, França. Tema: “A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança”.

Também, por fim, o Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados, com o tema “Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil”.

Informa-me a nossa assessoria que temos um pequeno problema com os intérpretes, por isso, vamos começar com o nosso querido Deputado gaúcho, meu amigo do tempo do movimento sindical ainda.

O SR. OSMAR TERRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Osmar Terra e, em seguida, falará a Monique ou a Jaqueline?

Então, começamos com o Osmar Terra e, depois, será a Drª Jaqueline.

Permitam-me somente que eu faça uma pequena introdução do tema, para que também aqueles que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos se situem um pouco sobre o que nós vamos conversar aqui, com o Brasil, via TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado.

Enfim, hoje, aqui nesta Comissão, vamos debater, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos, o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

A primeira infância, que compreende as crianças que tenham entre um e três anos, é o período em que mães e filhos traçam um laço de dependência consistente, rígido e importante. É o momento em que são dados os primeiros passos, as primeiras palavras, os primeiros ensinamentos de vida. Ensinar a amamentar, ensinar a conviver de forma harmoniosa com a sociedade é ensinar a amar.

A Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Educação e também a Comissão de Assuntos Sociais vêm realizando, nos últimos quatro anos, debate sobre a primeira infância, que é o eixo desta audiência de hoje.

Nosso objetivo é e sempre será chamar a atenção da sociedade para os cuidados necessários às crianças, que estão só iniciando um diálogo com a vida, com a magia de ser filho, o encanto dos pais, enfim, o encanto de vencer a primeira etapa da vida.

Quero ratificar minha posição, que não é só minha, mas das três Comissões, de apoio a todo tipo de ação que vise à afirmação das crianças, e que avancemos com esse objetivo da chamada da primeira infância com qualidade em todos os sentidos.

Nosso apoio também, porque falo aqui em nome das três Comissões, é estendido – é claro – às mães das crianças, mães que não se cansam de oferecer conforto, palavras de carinho e um gesto sempre de apoio, gratidão e respeito aos filhos.

A primeira infância é uma fase fundamental do desenvolvimento físico e psíquico do ser humano, bem como da formação das habilidades sociais e da aprendizagem.

A audiência faz parte da programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que está acontecendo desde ontem, aqui, no Senado, e termina amanhã. Este será, sem dúvida, um período importante para mães, filhos e – é claro – futuras mães, que poderão saber, por meio de cursos e palestras, com especialistas como os de hoje, um pouco mais da importância dos cuidados necessários na primeira infância.

Vamos, agora, aos nossos painelistas.

Com muita satisfação, passo a palavra ao meu amigo – só não vou dizer há quantos anos, porque, se não, todos vão saber que eu tenho 61; então, calculem há quantos anos nós nos conhecemos – e Deputado Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado.

O SR. OSMAR TERRA – Bom, eu queria agradecer e cumprimentar a organização desta mobilização pela primeira infância, que parte aqui do Senado, da Lise, do Laurista, que têm incentivado, e dos nossos Senadores. O Senador Paim, com certeza, na liderança desse processo aqui; o Senador Pedro Simon também. Vejo aqui o meu querido colega Waldemir Moka, a nossa Senadora baiana Lídice da Mata. Enfim, também queria cumprimentar a Mesa.

Quero dizer para vocês que estou aqui numa dupla função: primeiro, como Parlamentar que sou, acredito no poder de transformação que o nosso trabalho no Parlamento tem sobre toda a sociedade, e até por isso tenho procurado fortalecer e ajudar a criação de uma proposta voltada para a primeira infância.

Nós ouvimos falar: a primeira infância, que bonitinhas as criancinhas, que bom que elas estão morrendo menos e tal. Eu acho que, das políticas públicas, uma das grandes mudanças do SUS foi a redução da mortalidade infantil, que foi dramática no Brasil. Nós saímos de 60 crianças que morriam – das mil que nasciam vivas –, antes de completar um ano, no início da década de 1980, para hoje, quando há 19 crianças que morrem, das mil que nascem vivas, antes de completarem um ano de idade. Isso se deve, em grande parte, ao Sistema Único de Saúde.

Claro que há trabalhos que ajudaram, mas a rede dos agentes comunitários de saúde, a rede das equipes de saúde na família, essa rede maravilhosa que existe no País inteiro conseguiu reduzir e ter um impacto muito grande, inclusive, Senador Paim, na internação hospitalar.

Quando eu clinicava, quando nós nos conhecemos, eu era do sindicato médico, e V. Ex^a grande Líder metalúrgico do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O “grande” é porque ele é meu amigo. No mais, eu era um sindicalista dos metalúrgicos.

O SR. OSMAR TERRA – Foi pré-CUT. Imaginem quanto tempo faz isso! Na época, era Conclat.

Então, eu atendia no hospital. Eu entrava no hospital ouvindo choro de criança e saía do hospital ouvindo choro de criança. Era uma maré de crianças internadas em hospital. No Brasil inteiro era assim:

60% dos leitos clínicos ocupados dos hospitais eram com crianças.

Hoje, se vocês entrarem num hospital, vocês não ouvirão choro de criança, porque menos de 3% dos leitos são ocupados por crianças.

Essa, talvez, seja a maior mudança que o Sistema Único de Saúde provocou, Moka, e que não é detectada por quem não vive, por quem não viveu esses dois momentos. A prevenção funciona, hoje, no Brasil.

Não morrem mais crianças desidratadas, como morriam, não é, Moka? Não morrem mais crianças com infecção grave com muita frequência. Há uma prevenção, um cuidado antes que o mal se agrave. Antes que o problema se torne de internação hospitalar, a criança já é atendida.

As vacinas funcionam, o sistema de vacinação funciona, o pré-natal funciona. É claro que tem que melhorar, mas o que funciona, hoje, no Brasil já teve esse impacto extremamente importante e extremamente relevante.

Mas, o que vamos fazer? As crianças estão sobrevivendo mais. Mas o que vai ser dessas crianças e qual o significado que tem o cuidado na primeira infância?

Quero dizer às Senadoras, aos meus queridos amigos Senadores, que, talvez, o programa mais importante que possa ser feito na área social neste País é o programa de cuidado com a primeira infância. Estou dizendo isso não por “achismo”. Eu acho que as crianças são bonitinhas e tal. Não. Eu estou me baseando em evidências científicas.

Nos últimos 15 anos, a evolução do conhecimento científico nessa área foi, talvez, a coisa mais extraordinária que aconteceu no mundo, nas pesquisas, nas descobertas científicas do mundo. Conseguiu-se provar com evidências claras como se organizam a inteligência e as competências humanas. Não é só uma questão de sobreviver, de não estar desnutrido e de não ter doença. Não. É o desenvolvimento normal da criança, o desenvolvimento mais adequado que a criança tem que ter, porque é justamente nos primeiros anos de vida que ela adquire as competências que ela vai usar pelo resto da vida. Depois, não adianta mais; depois, é muito mais difícil tentar desenvolver alguma competência humana.

As grandes competências básicas para sobreviver e para viver no mundo se adquire até os três anos de idade, e isso depende de quem cuida das crianças. Não depende da evolução natural da criança; depende da interação dessa criança com o meio e com os cuidadores.

É isso que vou procurar mostrar um pouquinho para os senhores aqui, hoje. Mostrar por que é tão importante haver políticas públicas nessa área. Política

pública na área da primeira infância tem um impacto maior do que qualquer outra política pública em qualquer outra faixa etária da nossa população. Isso quem diz não sou eu; quem o diz é o prêmio Nobel de Economia James Heckman, que, domingo, inclusive, deu uma entrevista de capa na *Folha de S. Paulo*. Ele está vindo aqui para um evento da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos, que vai tratar desse assunto também, da primeira infância, na semana que vem – na outra semana.

Então, as evidências mostram que a política mais importante, de melhor custo benefício, que vai haver para o resto da sociedade é o cuidado no início da vida. Nos primeiros seis meses, desenvolve-se a visão. Se a criança nascer com catarata congênita – o Moka sabe disso –, ela tem que operar com dois ou três meses de idade. Se ela não operar, se deixar passar seis meses – esse é o período crítico em que se organizam as conexões no cérebro para a visão –, passou. Ela vai ficar cega para sempre, ela vai ficar com problema de visão para sempre. Pode operar depois, com sete meses, oito meses, mas não adianta mais.

Há momentos certos de desenvolvimento das competências humanas que nós temos que conhecer, que os políticos têm que conhecer, que os gestores públicos têm que conhecer, para poderem interferir e garantir uma qualidade de vida em grande escala – melhor em grande escala para a nossa sociedade.

A visão e a audição se desenvolvem nos primeiros dois anos de vida. Depois, se houver algum problema que não foi corrigido, não adianta corrigir mais. Vai ser muito mais difícil algum sucesso depois.

A empatia, a relação interpessoal, socioemocional, principalmente se se colocar no lugar do outro, se se entender o que outro está sentindo, desenvolve-se no período de apego, que vai do 8º mês ao 18º mês de vida. Se a criança for maltratada, negligenciada, abusada nesse período, ela vai ter transtornos para o resto da vida. E não adianta: “O sujeito é agressivo, é isso, é aquilo, não tem compaixão, não tem remorso”. Vai ver o que aconteceu com ele no início da vida. Nós trabalhamos muito com as consequências. Nós não trabalhamos com as causas dos transtornos, das questões mentais, inclusive.

Então, não estamos tratando aqui de um assunto qualquer, nem de um assunto simples. “Vamos cuidar melhor, vamos dar comidinha para as crianças que está tudo bem”. Não. Nós estamos tratando do período mais importante da vida do ser humano, do ciclo de vida do ser humano e que interfere em todos os outros períodos da vida.

Por isso que eu acho que falar em políticas públicas e legislação para a primeira infância, eu considero, na minha atividade parlamentar, a coisa mais importante que eu posso fazer no Parlamento. E quero compartilhar isso com as minhas amigas e meus amigos Senadores.

Vamos passar.

Acho que qualquer política pública que envolva novidades, descobertas tem que se basear em evidências; têm que ser coisas comprovadas. Não pode ser em cima do “achismo”. “O fulano acha que fazendo tal coisa...”. Não. O que dá certo, o que tem resultado já comprovado cientificamente por pesquisas que podem ser reproduzidas, que podem ser replicadas? O que funciona?

Então, acho que qualquer política pública para a primeira infância tem que ser baseada em evidências científicas. Nós temos que ter uma referência que nos permita dizer: “Isso funciona”. O resto é opinião de cada um, porque, nessa área, também há muitas pessoas com opinião sobre tudo. Então, acho importante nos basearmos em evidências.

Segundo, tem que começar no início, começar na gravidez. Hoje, as nossas políticas educacionais, o MEC, estão universalizando – acho que é um avanço – a aprendizagem a partir dos quatro anos de idade. Mas quero dizer uma coisa: aos quatro anos, a criança já está pronta; o projeto do adulto já está prontinho. Nós temos que interferir antes, temos que interferir no processo mais rico: de organização do cérebro; de organização das competências; do corpo humano, que começa na gravidez.

Na segunda semana de gravidez, a criança não tem nenhum neurônio; o embrião não tem nenhum neurônio. São células-tronco que estão começando a se especializar. Na 2ª semana de gravidez, a mulher nem sabe que está grávida. Da 2ª semana de gravidez à 22ª, organizam-se 100 bilhões de neurônios que nós vamos trabalhar para o resto da vida. E, quando falo em neurônio, estou falando da célula mais importante do corpo humano. É uma célula especialíssima, é uma célula que produz um sinal elétrico. Ela se autoestimula, inclusive, ou recebe qualquer informação: seja uma imagem, seja um som, seja uma sensação de tato, uma sensação corporal; ela emite um sinal elétrico e manda para uma rede, e essa rede nos dá a percepção daquela sensação.

Esse neurônio é decisivo no processo de vida. Inclusive, hoje, sabe-se se uma pessoa está morta ou viva não porque o coração parou de bater, mas porque o cérebro parou de funcionar. Os neurônios pararam. Antigamente, parava o coração, e era a morte. Parou o coração, a pessoa morreu. Hoje, não. Hoje, sabe-se

que o coração para, mas o cérebro continua funcionando por uns cinco minutos. Se massagear, se fizer respiração boca a boca, se fizer ressuscitação, se o cérebro não for afetado, essa pessoa ressuscita. A morte biológica é a morte do neurônio. Morreu o neurônio, acabou tudo – acabou na vida material.

Então, o neurônio é decisivo. Ele é a peça mais importante do equipamento humano e nos dá a característica humana, que nos diferencia dos animais. A complexidade de funcionamento dessa rede de neurônios nos diferencia.

Vamos para o seguinte.

Nesse momento em que os neurônios se organizam e que as células se conectam acontece um processo extraordinário. Os neurônios não existem isoladamente. Não existe uma célula neuronal sozinha. Ela sempre está em conexão; ela sempre está em rede.

Nós nascemos com uma média de 1.500 conexões por cada um dos 100 bilhões de neurônios. Com um ano de idade, nós teremos 18.000 conexões, em média. É um salto extraordinário pelos estímulos do meio, mas esses estímulos não começam quando nós nascemos; eles começam dentro da barriga da mãe. A criança ouve, começa a haver sons, começa a formar o aparato auditivo, começa a ouvir, começa a sensibilizar os neurônios, e esses neurônios vão formando redes.

Há um filme que acho muito bonito. É um filme de um vídeo chamado Vida antes da Vida. Se não me engano é francês – não sei se é francês ou franco-canadense; eu sei que ele é em francês.

Eu queria mostrá-lo só para vocês terem uma ideia da complexidade.

(exibição do vídeo.)

Elétrico. De um neurônio para o outro, vão-se formando novas conexões. Os neurônios, em 30 minutos, formam centenas de conexões novas. É um processo vivo, dinâmico, que acontece pelos estímulos. Ele vai formando uma rede fantástica. Vocês imaginam: um adulto tem em média 15.000 conexões por neurônio. Existem 100 bilhões de neurônios. Vocês calculam que rede é essa!

(continua a exibição do vídeo.)

Então, esse processo é riquíssimo, e a velocidade dele é máxima no início; depois, ao longo da vida, vai caindo. Isso é o processo da formação de memória.

Como é que se forma a memória? Como é que nós formamos a nossa memória? Cada vez que vemos uma informação nova, o nosso cérebro vai formando novas conexões para armazenar aquela informação, para fazer o arquivo daquela informação. Essa é a memória. Ele forma uma rede específica para aquela memória. Quando aquela rede é estimulada por algum motivo, nós evocamos toda aquela sensação; nós nos

lembramos de toda aquela sensação de novo. Ele vai formando bilhões de arquivos, que vão sendo formados no cérebro. E esse processo, leva, em nove meses, ao cérebro. Só que, aos nove meses, quando nós nascemos, o cérebro não está completo. Ele não está maduro. Nós temos um cérebro tão complexo que nascemos prematuramente – mesmo nas 40 semanas. Ele ainda continua, durante uma longa infância, organizando-se muito rápido no início; depois, menos rápido.

Então, qualquer dano, qualquer cuidado inadequado a uma criança vai ter uma influência muito maior do que se for a um adulto. Uma criança maltratada, negligenciada, abusada vai deixar, inclusive, de formar redes neuronais importantes; vai deixar de estabelecer conexões entre a parte racional e a parte emocional e vai ter problema para o resto da vida.

Então, esse é o processo mais importante para entendermos como é que as políticas públicas podem impactar nisso.

Vamos ao seguinte.

Tem que ser um atendimento integral. Eu estou dando bases gerais do que eu acho que tem que ser a legislação. É claro que o ECA trata disso com bastante pertinência, mas por que nós criamos a Frente Parlamentar da Primeira Infância? Porque o ECA – e existe a Frente da Criança e do Adolescente – trata de maneira global o assunto. Ele não tem um foco específico na primeira infância. E a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, Senadora Lídice, passa mais tempo discutindo adolescente do que qualquer outra coisa. É o problema da maioridade penal, é um monte de coisas, e a primeira infância fica em último plano para discussão, quando eu acho que ela deveria ser a coisa mais importante para ser discutida.

Então, nós temos que aperfeiçoar a legislação na direção de os cuidados começarem na barriga da mãe, basearem-se em evidências, e deve-se trabalhar de maneira integral.

Vamos para o seguinte.

O que vou falar aqui é evidencia científica, pesquisa científica. O Kandel – e o Jessell –, que trabalha muito com a questão da plasticidade cerebral, que é essa capacidade de formar novas conexões, diz o seguinte: “O detalhamento da formação da rede de neurônios do cérebro é dependente de interações específicas com o meio ambiente. A influência do ambiente no cérebro muda com a idade. Profundos efeitos ocorrem nas fases iniciais do desenvolvimento pós-natal”.

Então, o que acontece? O cérebro é ecológico. Ele nasce com um programa, ele já tem um programa – ele não nasce como uma coisa em branco, uma tela em branco – para aprender com determinados estímulos, para ir capturando esses estímulos, arma-

zenando e dar uma resposta, e para aquele indivíduo cada vez responder melhor àqueles estímulos e formar a memória.

Vamos adiante.

As vias cerebrais que afetam a capacidade de ler e escrever, o comportamento e a saúde se organizam muito cedo no cérebro humano. Os cuidados que se tem com uma criança ou a falta de cuidados que se tem com uma criança nos primeiros três anos de vida vai interferir na capacidade cognitiva – ler e escrever –; vai interferir no comportamento, vai alterar o comportamento para o resto da vida e vai interferir na saúde. Depois, vou explicar o porquê. Isso é o Fraser Mustard, que é um grande pesquisador canadense, que tem um trabalho científico maravilhoso nessa área.

Vamos adiante.

Aí é para vocês terem uma ideia das conexões.

Essa primeira coluna aqui são as conexões. Aquele bolinha maior é o neurônio; os filetes são os axônios, os dendritos que saem do neurônio para estabelecer conexões.

Então, a criança, quando nasce, tem poucas conexões. Com três anos de idade – que é aquela coluna do meio –, ela já tem uma rede incrível; ela tem o mesmo número de neurônios, mas tem uma rede incrível de conexões pelos estímulos que ela teve: visuais, de cor, forma, movimento, parte de sons.

Essa parte aqui, então, mostra essa rede intrínca que já existe; complexa, que já existe, em função das informações. A criança nasce para aprender com o mundo. O período em que mais se aprende é nos primeiros três anos de vida. Nunca mais na vida nós vamos aprender tanto quanto nos primeiros três anos, porque nós aprendemos o mundo: aprendemos o som, a cor, a forma, aprende-se o calor, o frio, o medo, a raiva. Tudo isso são programas que vão sendo trabalhados e que vão formando conexões.

E aqui já é na puberdade. Na puberdade, acontece um fenômeno inverso; na puberdade, o cérebro começa a deletar, a apagar conexões que não são muito estimuladas. Tudo o que foi estimulado até os 9, 10 anos fica; foi bem estimulado. O que não foi muito estimulado ele deleta para ser mais eficiente, para dar respostas mais eficientes e mais rápidas.

Então, um adulto tem a metade das conexões cerebrais que tem uma criança de três anos; quer dizer, como é rico esse processo no início.

Vamos adiante.

Aqui, nessa parte de baixo, está a idade, e, na coluna, está o número de conexões, de sinapses. Esse ponto de contato entre os neurônios são sinapses. Isso aqui, avaliando-se com substâncias marcadas radioativamente.

Então, vocês veem que o pico é aqui, ao redor dos quatro até os seis anos de idade. Depois, vai diminuindo o número de conexões, e o cérebro fica especializado. Aprende-se a falar uma língua sem sotaque até os nove anos de idade. Depois dos nove anos de idade, só com sotaque da prosódia materna, que aí há menos possibilidade de se trabalhar a prosódia.

Vamos adiante.

Todo o processo tem que envolver a família. Nos primeiros três anos de vida, não é a creche que resolve sozinha. A família tem que saber, tem que dominar o assunto; a família tem que entender, tem que estar bem-informada para ajudar aquela criança a se desenvolver. Então, não adianta só levar à creche se na casa ela não é estimulada, ou se a família não dá bola, ou se maltrata a criança, de alguma maneira negligencia a criança.

Assim, não há como fazer um desenvolvimento adequado na primeira infância se a família não estiver bem-informada nesse processo. Portanto, qualquer programa público tem que trabalhar a visita domiciliar, o envolvimento da família.

Vou falar com a experiência de oito anos como secretário de saúde estadual, de quem já teve gestão nacional, gestão como prefeito: não há nada melhor do que os programas de visita domiciliar. Não adianta ficar esperando a mãe procurar. Se uma mãe é pobre, é mal-informada, a vida dela é uma tragédia. E ficar esperando ela saber a quem procurar e em que momento tem que procurar, não. Tem que haver um representante do Poder Público, capacitado, que vá à casa dela, no mínimo semanalmente, acompanhar, ver como está o desenvolvimento da criança, fazer a ponte com todas as políticas públicas, dar uma proteção integral àquela criança, mas sempre orientando e educando a família, envolvendo as competências familiares para cuidar melhor daquela criança.

Vamos adiante.

Esta é uma criança com três meses, que tem um programa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu querido Senador – Senador! – Osmar Terra, deixe-me interrompê-lo, porque está chegando muita, muita gente para assistir ao nosso debate. Gostaríamos de informar que, aqui ao lado, no corredor, primeira porta, Sala 19, há um telão, e, neste momento, estamos transmitindo ao vivo para todo o Brasil.

Fiquem à vontade para assistir aos painelistas no telão.

V. Ex^a tem mais cinco minutos, Senador. Ele está gostando do Senador, ele disse!

O SR. OSMAR TERRA – Se eu tiver o País de cabo eleitoral, então, vai ser uma maravilha!

Esta é uma criança de três meses reagindo não ao que a mãe fala, mas à expressão do rosto, ao tom de voz e à posição corporal, à mímica corporal. Ela, na verdade, sente o que a mãe está sentindo. É um programa que ela tem. É um programa pronto que ela tem de perceber, de sentir o que a mãe sente. Se a vida dela depende em tudo daquela pessoa, quando a mãe faz essa cara de zangada ou de brava, a criança duplica os batimentos cardíacos. Ela entra em estresse.

Imaginem durante o dia, se houver negligência, o não cuidado com essa criança, a mãe zangada, brigando com essa criança, nem precisa bater, só o maltrato não físico a essa criança já causa um dano terrível. Ela tem que ter essa interação, tem que ter a segurança emocional para organizar as conexões na área emocional do cérebro e as conexões dessa região com a região racional.

Vamos adiante.

O padrão de estresse que teremos ao longo da vida é organizado na primeira infância. Aí vem a razão da questão da saúde. O Fraser Mustard, que é um dos maiores pesquisadores do mundo nessa área, da Universidade de Toronto, começou como médico pesquisador de risco cardíaco. Foi ele quem descobriu que o AAS, Moka, pode ser usado para prevenir infarto; que a aspirina, mesmo em pequenas quantidades, é um anticoagulante. Ela diminui a coagulação do sangue, a formação de trombos. Mas, pesquisando isso, descobriu que o maior risco para o problema cardíaco é o tipo de personalidade que a pessoa tem, o padrão de estresse que ela tem. Se ela se estressa por qualquer coisa, está sempre com o coração disparado, está sempre em pânico, está sempre achando que o mundo vai acabar amanhã, tem um risco muito maior do que a pessoa que é calma, tranquila, enfrenta as dificuldades com tranquilidade.

Então, ele começou a pesquisar: “Bom, mas quando é que se forma esse padrão? Como é que duas pessoas, diante de um mesmo problema, reagem de formas muito diferentes? Quando é que isso se organiza no cérebro humano, na mente humana?” E aí chegou à primeira infância, passando a se dedicar só a estudos da primeira infância. Ele mostrou que esse padrão de estresse, a maneira como reagimos diante das dificuldades, organiza-se lá nos primeiros anos de vida.

Pode passar.

Uma cuidadora abusiva que não somente não brinca e interage menos com a sua criança também induz a um estado traumático de efeito negativo duradouro, porque ela não acalma a criança, não proporciona um consolo interativo. Os estados emocionais intensamente negativos da criança duram longos períodos.

dos de tempo. Isso tem uma consequência trágica. Não é só a questão de maltratar a criança. A negligência.

A criança tem um programa de sobrevivência. Ela depende daquela pessoa para alimentá-la, limpar o cocô, secar o xixi, trocar sua roupa quando está com frio. Ela depende de tudo. Dentro do programa de sobrevivência, quando a pessoa não faz isso, não dá atenção para a criança, soa um alarme. Esse alarme aumenta o estresse da criança, vai criando um padrão de estresse alterado e aumenta uma substância chamada cortisol. O cortisol, que é um dos hormônios liberados no estresse, é um destruidor de neurônios. A criança nasce sadia, com o cérebro inteirinho e terá lesões cerebrais, neurônios que vão desaparecer, conexões que vão desaparecer pelo cortisol elevado durante longo tempo.

Então, a negligência com a criança também causa um dano enorme, mesmo que o cuidador não saiba disso.

Vamos adiante.

O aumento de glicocorticóide induzido pelo estresse no período pós-natal imediato induz à morte neuronal nos centros afetivos – essa é uma pesquisa do Katon de 1989 –, criando um circuito límbico anormal. Límbico refere-se à parte emocional. O cérebro emocional é o sistema límbico. Cria também danos permanentes no direcionamento de emoções e canais adaptativos. Uma criança maltratada no início da vida é potencialmente um indivíduo muito agressivo e violento na idade adulta. E sem compaixão, e sem remorso, o que é mais sério.

Agora está estabelecido pela pesquisa que os fatores de estresse social provocados pelos cuidadores são mais deletérios a longo prazo do que os estímulos agressivos não sociais. Não é o fato de a criança ser pobre, não ter muito brinquedo em casa que faz com que ela não se desenvolva de maneira adequada. É quem cuida dela. Se ela for bem cuidada, mesmo não tendo brinquedo nenhum, se tiver uma mãe amorosa, que inventa brincadeiras, interage com ela, dá atenção a ela o tempo todo, ela se desenvolve bem. Se ela tiver todos os brinquedos do mundo, mas uma mãe e uma babá que nem olham nos olhos dela, não adianta; ela vai ter problemas para o resto da vida.

Vamos adiante.

Este é um trabalho do Tremblay, mostrando a agressão, as raízes da violência. As raízes da violência estão na primeira infância. O indivíduo violento não se torna violento na idade adulta. Ele já chega à escola, na primeira série do Ensino Fundamental, com todo o potencial de violência que ele terá futuramente. Isso acontece no início da vida. O período em que somos mais agressivos é aquele em que começamos a inte-

ragir socialmente, quando a criança ainda não tem o limite. Tudo é dela; a disputa do brinquedo, a disputa do espaço.

A criança tem um número de agressões por hora enorme. Se ela pesasse 100 quilos e andasse armada, seria uma chacina por dia em tudo que é lugar, em tudo que é creche. A sorte é que ela é pequeninha e não tem força; o soquinho dela não machuca tanto.

Mas vejam a curva de agressão que ocorre nos primeiros três anos de vida. Olhem o pico. Depois, com os cuidados, vai diminuindo essa agressividade. Há outro pico na adolescência. Esse, sim, dá registro policial; esse, sim, dá registro médico. Por isso que aparece muito mais, mas o período mais agressivo é no início da vida. E quanto mais e melhor cuidado ela tiver, menos violenta será.

Vamos adiante.

Esta é a curva do crime, mostrando que é no período da adolescência que se comete o maior número de crimes. Não é depois dos 30 anos de idade.

Vamos adiante.

Uma criança maltratada no início da vida terá problemas escolares, mais facilidade de usar drogas, álcool, de fazer sexo precocemente, de ser mais violenta, de ter depressão, desemprego e pobreza. Então, isso também tem um impacto social muito grande.

Vamos adiante.

É importante dizer que a agressividade é inata. Todos nós somos agressivos. Essa história do bom selvagem, só o Rousseau mesmo para acreditar que todo mundo nasce puro, bonzinho. Quem tem criança pequena sabe que não é assim. Na verdade, a sociedade é que civiliza, que torna a pessoa menos agressiva. São os cuidados que tornam a pessoa menos agressiva.

Vamos adiante.

Este olhar diz tudo. É o olhar sustentado da mãe. O cuidado da mãe, a atenção para a criança organiza o cérebro dessa criança para sempre.

Vamos adiante.

E o envolvimento da comunidade é extremamente importante. Não adianta só a família cuidar se não se dá bola para a criança fora de casa.

Pode passar.

Considerando-se as despesas com educação, assistência social, crimes, sistema prisional e ganhos salariais, para cada dólar investido em programas de cuidado precoce para crianças, economizam-se US\$7,16 até a idade de 27 anos e US\$12,90 até os 40 anos – esses números são resultado de um trabalho do Prêmio Nobel de Economia, James Heckman.

Vamos adiante.

Quanto mais diminui a velocidade de formação de novas conexões no cérebro, maior é custo dos programas sociais para terem algum resultado.

Vamos adiante.

Estas são crianças da Romênia, que foram muito mal cuidadas durante um período pelo governo de Ceausescu.

Vamos adiante.

Este aqui é o cérebro de uma criança romena, uma órfã da Romênia, e o de uma criança da Europa, bem cuidada. Vermelho e amarelo indicam maior atividade cerebral. Há verdadeiras lesões cerebrais – provavelmente pelo cortisol aumentado. Essa criança – isso aqui já é na adolescência – vai ter problemas pelo resto da vida.

Vamos adiante.

Este aqui é um cérebro. O que está em vermelho é lesão, está lesado no lobo frontal aqui. Este aqui é o cérebro de um indivíduo normal. Este aqui nunca matou ninguém; este aqui é um assassino múltiplo.

Vamos adiante.

Os programas e políticas têm de ser para todos, começando pelos mais pobres. Se não há dinheiro para todo mundo, começa-se com o pessoal que está abaixo da linha de pobreza.

Lá no Rio Grande do Sul, nós criamos um programa, que é o Primeira Infância Melhor. Hoje nós temos 100 mil crianças que são acompanhadas em casa semanalmente por visitantes especialmente treinados para isso – não são agentes comunitários de saúde. Cada visitante acompanha 25 famílias até a criança fazer seis anos. Ele vai orientando, educando a família para cuidar melhor da sua criança. É um programa apoiado pela Unesco e por várias entidades.

Quero dizer, Senador Paim, que o Governo Tarso Genro continuou o programa, inclusive com o mesmo nome, uma prova de postura republicana, de preocupação com as crianças. É importante fazer este registro, porque é um programa que já entrou no terceiro governo. Normalmente, quando o governo muda, acabam com todos os programas. Lá no Rio Grande do Sul, esse programa já está no terceiro governo, e está com 100 mil crianças semanalmente acompanhadas em casa.

Vamos adiante.

Está sendo feita uma avaliação agora, por uma equipe do Heckman, sobre o impacto que essas crianças têm na escola, na parte cognitiva. Deve sair o resultado agora no início do ano.

São necessários incentivos também para a parceria público-privada. Empresas que adotam programas de primeira infância, creches e tal, têm de receber um incentivo para capilarizar, para aumentar a abrangência disso.

Mais alguma coisa?

Avaliação permanente. Tem de avaliar, tem de haver resultados, evidências de que está funcionando aquele jeito de atender.

Pode passar.

É isso aí. Então, acho que podemos trabalhar com políticas públicas. Temos de avançar na legislação do ECA, que é boa, mas temos de avançar mais com foco na primeira infância. Acho que, assim, produzimos impacto no resto todo. Não existe política social com maior impacto do que essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Osmar Terra, que é médico, foi Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, e coordena a Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

Quero registrar mais uma vez que há uma sala aqui ao lado com um telão – não há cadeiras para todos os nossos convidados.

Prestigiam este evento – participam também de outras reuniões, motivo pelo qual muito lhes agradeço – o Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação; Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; e os Senadores Waldemir Moka, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Benedito de Lira, Walter Pinheiro – S. Ex^a esteve aqui – e Inácio Arruda.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Bernardo Martino, cineasta e autor do documentário *Lozci*, uma Casa onde Crescer – não vou pronunciar em francês, mas aqui diz que é da França.

Por favor, está com a palavra o Sr. Bernard Martino.

Muito bem, La Rochelle, França.

O SR. BERNARD MARTINO – (*Tradução simultânea.*)

Bom dia senhoras e senhores; bom dia Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de lhes falar desse filme que fiz em 1983 – ele vai projetar a palestra.

Esse foi um filme que fiz em 1983, numa época em que, pelo menos no meu país, o bebê era considerado, majoritariamente pelo conjunto de profissionais, com a exceção de alguns, como tubo digestivo que deveria ser alimentado, em horas fixas, e que isso bastava para a felicidade do bebê.

Esse filme teve por objetivo mostrar que o bebê não é um tubo digestivo, mas é uma pessoa. E a questão, então, vertiginosa, foi a de saber em que momento tem início a noção de pessoa. O bebê começa a ser uma pessoa no momento em que nasce? Será que ele já é uma pessoa no útero materno, quando ele acor-

da? E o corolário, pelo fato de ser uma pessoa, quando desperta a consciência, a consciência do mundo que o envolve, a consciência das grandes questões e as questões do que ele vai ser com as pessoas que estão à sua volta.

Quando começa essa consciência? Desse ponto de vista, eu ouvi o que foi dito pelos palestrantes e estou de acordo em muitas coisas. Mas eu diria que, na minha experiência, os pesquisadores em neurociência e os clínicos ficam correndo uns atrás dos outros e verificam as intuições dos clínicos, e os clínicos ficam contentes de ver que os neurocientistas estão confirmando um certo número de coisas que eles intuíram. Então, podem verificar a validade disso em suas clínicas.

Eu diria que a questão de se saber quando o bebê é uma pessoa é um pouco como a aposta de Pascal. Se vocês se lembram disso, é a ideia de dizer que, se você acredita em Deus, você aposta que Deus existe. Se Ele não existe, vocês não vão ter perdido muito, mas, se ele existe, vocês ganharam tempo.

O que eu acho criativo em termos de saúde mental, em termos de primeira infância é partir-se da ideia de que temos à nossa frente, sempre, em qualquer idade do bebê, uma pessoa capaz de interagir conosco, com o mundo que está à sua volta, que tem desejo de fazê-lo, que tem desejo de se comunicar e que quer interagir com os adultos. E esse desafio sempre vale a pena. Acredito que a melhor prova é quando se vai ao serviço de neonatologia, onde se vê bebês que dizem que ainda são fetos, porque eles não deveriam ter nascido ainda, e as pessoas que se ocupam desses prematuros extremos já têm consciência de que aquele bebê é capaz de compreender, de ouvir, de interagir no seu nível de desenvolvimento com os meios de que dispõem. Dessa forma, eles podem se relacionar conosco.

Desejar prevenir, desejar começar uma ação terapêutica, pensar no futuro desses bebês já é tratá-los como pessoa.

Quando partimos do princípio de que o bebê é uma pessoa, chegamos rapidamente a um ponto que tem consequências políticas consideráveis, e essa encruzilhada é: se eu tiver à minha frente uma pessoa incompetente, que depende completamente de mim, adulto, para tudo o que envolve seu desenvolvimento ou se eu tiver uma pessoa competente, isso quer dizer que não podemos fazer nada sem nos apoiarmos naquilo que eu, bebê, sei fazer, naquilo que estou pronto a fazer e no fato de que é preciso que me deixem fazer. Eu não dependo completamente, totalmente dos adultos à minha volta. Eu, bebê, tenho as minhas competências; eu tenho desejo de aprender o mundo

muito precocemente, eu desejo interagir com o mundo, eu tenho desejo de aprender, não tenho realmente necessidade de que os adultos decidam em meu lugar, eu não preciso que os adultos me estimulem artificialmente; mas posso ter necessidade, ao contrário, que eles tenham tempo para ver e descobrir a pessoa que eu sou, aprender a pessoa que eu sou, confiar e mim, apoiar-se em mim para, eventualmente, modificar aquilo que não é funcional no meu meio imediato. E, como sou cineasta e acredito que não tenho muito tempo para falar e, como dizia McMahon, um político célebre no meu país, nós temos muita pressa, então, vamos devagar.

Não vou tentar contar muitas coisas, mas vou tentar mostrar imagens, principalmente vou lhes mostrar uma sequência que ilustra muito bem aquilo que estou tentando transmitir a vocês. Dizer que o bebê é uma pessoa é escrever em dois níveis: é questionar-se sobre a prevenção extremamente precoce e dizer que estamos num momento de extrema plasticidade das situações. Estamos em situação em que a menor intervenção, a intervenção mais insignificante decorre de uma espécie de osteopastia relacional, e não de uma reeducação funcional dos músculos e do corpo. Pode haver um impacto considerável no futuro da pequena pessoa que temos à nossa frente.

Eu gostaria de lhes mostrar um pediatra, o Dr. Maurice Titran, que encontrei nessa época, que fazia visita nos três primeiros dias na maternidade – Laurista pode confirmar isso. Era uma visita, em princípio, destinada a verificar se o bebê tinha todo o equipamento neurológico, se ele era um bebê bonitinho, correto, mas ele se dava conta de que isso era uma perda de tempo, porque 99,98% dos bebês iam muito bem, tinham todo o seu equipamento neurológico, e ele estava perdendo tempo fazendo esse exame.

Então, ele ia aos quartos com outra intenção, a de fazer o exame neurológico do bebê, mas ele tentava, nessa situação, ver o nível relacional ou uma coisa que não batia entre a mãe e a criança, que parasitava essa relação, que era necessária. As pessoas que reconheceram que era uma coisa fundamental a relação com a mãe.

Françoise Dolto, que era uma grande especialista francesa em matéria de psicanálise e de pediatria, dizia que um bebê passa nove meses na barriga da mãe e passa, depois, nove meses nos braços da mãe, no colo da mãe, para continuar, para terminar de crescer; um pouco a qualidade da relação que se estabelece entre mãe e criança, para que a criança continue a crescer depois.

Então, ele entrava nos quartos das mães, prestando muita atenção a tudo que poderia ser uma dis-

função, sabendo que estávamos num momento extremamente sensível. Uma coisinha podia inverter o destino da criança.

Eu gostaria de mostrar um extrato do trabalho desse pediatra, Maurice Titran. Vou pedir que vocês vejam essas imagens em dois ângulos: no ângulo do trabalho de prevenção feito pelo pediatra nos três, quatro minutos que vou mostrar e também a evidência das competências desse bebê, evidência que faz com que o pediatra coopere com esse bebê, colabore com esse bebê, para tentar modificar o modo como a sua mãe o vê, como a mãe pensa o seu bebê e como a mãe o vivencia.

Esperando que toda essa tecnologia aqui vá funcionar, é um extrato muito curto, na maternidade de Roubaix, na cidade de Roubaix, na França.

Este bebê, para quem ainda não dávamos qualquer atenção, Maurice Titran percebe que ele tem a chave de tudo. É ele que tem o poder de nos dizer se alguma coisa não está funcionando ou se tudo está indo bem. É o bebê e somente o bebê que pode tranquilizar o médico sobre o seu estado de saúde e a mãe, quanto às suas competências de mãe. E, para isso, nós temos de escutá-lo de forma respeitosa. É preciso ter fé, acreditar na sua capacidade de compreender o mundo, o mundo que o envolve, a situação, a sua situação e os pais que tem.

Françoise Dolto foi a primeira pessoa que me disse que todas as crianças que nasciam deviam ser adotadas pelos seus próprios pais, na medida em que toda mulher sonhou com esse momento e quando ela, na maternidade, mede, avalia a diferença entre o sonho que ela tinha, aquele bebê de sonho que ela esperava, e a criança real que ela tem, precisamos reconhecer que existem mães que têm uma grande decepção. É preciso reconhecer isso.

Estamos começando aqui. Então, vamos olhar para ele em conjunto, se vocês estiverem de acordo. Ele já abriu um pouco os seus olhinhos. Ele já olhou para a senhora? Vamos ver aqui. Ele vai abrir os olhinhos. Ah! É difícil isso! Um sorrisinho! Vamos abrir os olhinhos bem devagarzinho. A pálpebra está um pouquinho coladinha, a da direita. Isso acontece logo depois do nascimento. “Como é que foi o parto?” “Foi doloroso, mas tudo se passou bem”. “Por que, foi muito rápido?” “Não, mas eu achei que o bebê seria maior. Eu acho o bebê pequenininho”. “Como ele se chama?” “Alexandre”. “Alexandre? Um bonito nome”. “Que efeito faz ter dois meninos?” “Bom, temos que aceitar”. “A senhora tinha uma menininha?” “Eu teria preferido uma menininha”. “Antes do nascimento a senhora não sabia?” “Sim, eu sabia que era um menino”. “Ah, já tinham dito para a senhora. Então me conta como foi a

ecografia”. “Eles perguntaram se eu queria saber, e aí eu fiquei um pouco decepcionada quando disseram que era... Fiquei um pouco deprimida. Eu vi que meu marido tinha que fazer tudo em casa. Eu tinha vontade de ter uma menina e, então, saber que era outro menino, realmente, por 20 minutos, eu tive uma grande decepção. Aquele mundo, aquele sonho veio abaixo”. Há mães que dizem: “Foi como se eu tivesse perdido a minha filhinha. Era como um luto”.

E aí é preciso renascer um pouco a partir dessa grande decepção. Essa decepção é bastante importante. “É, foi bastante difícil”. “Mas, a partir dessa decepção muito difícil, aos pouquinhos, você vai integrá-lo”. “Isso, no início, foi difícil. Eu levei uns três dias para aceitar que era um menino mesmo”. “Mas veja só que lindo bebê que a senhora fez com toda a coragem. Que bela mamãe, que boa mamãe, que grande qualidade! Tem cinco horas esse bebezinho. Ele se chama Wesley. Ele é muito bonito. Vamos levantar a sua cabecinha, meu menino. Mamãe foi muito corajosa. Ah, olha só, os olhinhos estão se abrindo. Wesley!”

Depois que esse luto pôde ser mencionado, os olhos se abrem, os olhares se cruzam. Já podemos ver aqui uma história de amor entre vocês dois. É uma história muito bonita, Sr^a Sarah.

Wesley, abra os olhinhos, Wesley! Vamos! (*Palmas.*)

O que eu quis lhes dizer com esse pequeno trecho é que, quando podemos filmar esse tipo de imagem e tentar refletir sobre aquilo que estamos assistindo, nós nos engajamos em alguma coisa que é fundamentalmente política, ou seja, o que vamos fazer com isso? Em primeiro lugar, na minha experiência, vamos encontrar resistências consideráveis, ou seja, vai haver muitas pessoas, principalmente profissionais e os grandes mandarins da medicina que vão negar isso e dizer: “Estamos aqui, isso aqui é uma coisinha infantil, é uma fantasia, isso não faz sentido, isso não existe”. As pessoas não vão querer se engajar nisso.

Eu me lembro que, quando acompanhei a consulta de Maurice Titran – e fiz assim durante vários dias; nesse gênero de visita, imagino que é a mesma coisa –, havia todo um grupo de estudantes de medicina em volta do professor, que seguia a visita. Assisti a várias das suas magníficas visitas – considero-as magníficas. É muito bom vê-las. Cada vez eu me virava para os estudantes pensando que iríamos compartilhar pelo olhar a magia daquilo que tínhamos visto, daquilo que havia ocorrido, e víamos estudantes que nem tinham escutado, que não estavam absolutamente interessados, porque para eles não havia nada de médico, não havia um estetoscópio, não havia agulhas, não havia

um exame neurológico ou físico, não havia acontecido nada. “Vamos para o quarto seguinte”.

Esse é um problema verdadeiro e muito real. Quando estamos nesse aspecto de considerar o bebê como uma pessoa, situamo-nos numa coisa infinitesimal no nível do que é prevenção, do que é tomar conta, do que é ocupar-se, do que é uma intervenção psicossocial.

Eu me lembro, só para lhes dar uma ideia, da diferença entre o sistema mediático-político, para ser um pouco caricatural, do que é importante no campo da primeira infância.

Em 1994, pude entrar na Escola Ortogênica, em Chicago, que é dirigida por Bruno Bettelheim. Havia crianças extremamente doentes, mais gravemente atingidas sob o ponto de vista de doenças mentais, autistas, psicóticos etc.. Bettelheim não queria nos dizer o que essas crianças tinham, mas ele nos dava algumas indicações sobre a gravidade do estado delas. Num certo momento, ele nos fala de uma menina que tinha sido trazida por seus pais a Chicago, vinda não sei de onde – da Califórnia, talvez. Eles tinham parado o avião porque ela berrava muito. Tinham feito uma escala porque as pessoas não aguentavam no avião. Sua mãe tinha relações episódicas com diferentes homens, e um dos homens que tinha encontrado a assassinou a facadas. Essa menina ficou durante três dias banhada no sangue da sua mãe, na cama da mãe. Foi encontrada por outras pessoas depois de três dias. Eu, neste momento, pensei: “Bom, ela é incurável”. Bettelheim me disse: “Não, ela não é incurável, porque sua mãe a amava”.

Então, estamos com registros completamente diferentes. Eu era como todo mundo. Via o lado espetacular da coisa, da cena, o sangue, o contexto. Mas a realidade era: “Não. O que podemos trabalhar? No que podemos nos apoiar para termos uma oportunidade, uma chance de trazer essa menina de volta à vida?” Mesmo muito brevemente, mesmo por um tempo que a menina não se lembraria, que seria coberto pela amnésia infantil, alguma coisa essencial havia se passado entra a menina e a mãe: era o amor.

Lembro-me que Bettelheim escreveu um livro chamado *O Amor não é o Bastante*. Depois, quando nós nos confrontamos com essa ideia de que o bebê é uma pessoa, tornamo-nos, em algum momento, o advogado desse bebê. E encontramos numa situação de dever resistir, em seu nome, às pressões que o mundo dos adultos opera sobre ele, especialmente em relação a uma questão fundamental: o não respeito do ritmo do bebê, do tempo do bebê.

Com muita frequência, no mundo onde vivemos, damos ao bebê o tempo que nos resta. Esse tempo

dedicamos ao bebê. E vivemos num mundo que é cada vez mais rápido, cada vez mais exigente. Evidentemente, no mundo onde vivemos, é o bebê que incomoda, porque economizamos o tempo no bebê; tentamos recuperar o tempo que nos está faltando no tempo que deveríamos nos dedicar ao bebê. E esta é uma grande questão para se dizer: “Não, o desenvolvimento psicomotor do bebê não pode ser infinitamente comprimido. O tempo que ele precisa é o tempo que devemos consagrar a ele”.

É preciso que todos estejamos extremamente conscientes de que se não consagrarmos esse tempo, ele vai ter problemas. Vão existir disfunções. Vamos pagar por isso coletivamente, socialmente e em termos de violência; violência contra si mesmo, violência contra os outros, contra terceiros. É como um buraco na camada de ozônio. Vamos fazer um buraco na camada de ozônio se não dermos às crianças o respeito que lhes é devido.

É preciso não confundir o respeito que é devido a uma criança com o fato de satisfazer os caprichos da criança. Deve-se avaliar a realidade das suas necessidades primárias para crescer e, especialmente, a questão do tempo que é preciso; compreender que o tempo da maternidade não pode ser encurtado, não podemos acelerar o aprendizado, reduzindo o tempo da maternidade, se não, vamos pagar em termos de problemas compulsivos, em termos de dislexia, de disfasia, em termos de problemas alimentares, de problemas de sono, de problemas de comportamento, Esse será o preço a ser pago.

A realidade das coisas é essa.

Não desejo falar, nem me estender muito. Eu não conseguiria, de qualquer modo, dizer tudo o que eu gostaria, mas é verdade que, em relação a tudo o que realmente descobri como homem, como cineasta, eu não tinha essa ideia de que o bebê era uma pessoa. Mas, depois de um certo número de meses, perguntei-me: “Será que existe no mundo um local onde a ideia de que o bebê é uma pessoa não seja uma coisa no ar? Um pouco, vamos dizer, *hare krishna, hare krishna*, o bebê é uma pessoa, o bebê é uma pessoa!” Não, não estamos no modo de uma encantação. Existe um local onde existe uma realidade tangível, concreta, praticada pelos profissionais que envolvem esse bebê.

Foi aí que descobri um local que se chama Instituto Pickler, em Budapeste, na Hungria, a 9 mil quilômetros daqui, que batizamos com o nome de “pequena rua”.

Esse local era um orfanato, uma creche. Ela foi, durante muitos e muitos anos, uma creche para bebês incrível, porque conseguiram constantemente cuidar das crianças, que desconfiavam que eram órfãos aban-

donados pelos seus pais, colocados lá por decisões judiciais, ou seja, crianças que, no resto do mundo e no resto das instituições, onde se ocupam esse tipo de criança, são sistematicamente crianças que fracassam.

Eu me lembro de encontrar a diretora de uma creche francesa, que me dizia: “O meu terror, de manhã, quando acordo e tomo o café, é abrir o jornal, porque são todos meus antigos pupilos que estão lá nas colunas”.

E esse fracasso existe em tudo que é local. Há essa balsa em carências terríveis. Essas crianças têm sequelas dessas carências afetivas que não conseguimos vencer. E, nesse local específico, em Budapeste, eles conseguem. Como conseguem? Graças a uma aposta feita por uma mulher, pediatra, que não era uma especialista na infância marginalizada, a Dra^a Pickler, que começou os seus estudos depois da Guerra de 1914 a 1918, que foi uma matança. Ela começou a trabalhar com a infância e a aprender o seu ofício no contexto de uma época em que todo mundo se dizia: “Nunca mais! Nunca mais essa mortandade, nunca mais esse horror, nunca mais essa carnificina!” Queriam dizer: “Vamos mudar o futuro das crianças que vão nascer, fazer com que elas não sejam mais a replicação constante dessa violência. Isso deve começar já!”

Como pediatra, numa cidade, ela fez uma coisa que na época, anos 1930, era absolutamente alucinante. Ela já tinha a noção de que o bebê era uma pessoa e ela fazia uma coisa bastante extravagante como prática clínica. Ela ia as casas e trabalhava com os pais para ver os bebês. Ela convidava-os a ver os bebês de outro modo, a compreendê-los de outro modo, a imaginá-los de outro modo, a ter uma relação com eles e, principalmente no plano de desenvolvimento funcional e psicomotor, ela convidava os pais a observar mais os bebês, a intervir muito menos e a aprender com o bebê quais eram as suas necessidades.

Dizem-me que só tenho um minuto.

Quando ela teve a responsabilidade dessa creche que vocês chamam de abrigo, ela se apoiou nessa noção que tinha do bebê e disse: “O bebê que chega aqui é psiquicamente, mentalmente, em algum ponto dessa situação, traumatizado, mesmo os pequeninos, mesmo vindo diretamente da maternidade, pela violência, pelo abandono, pelas violências sexuais. Eles estão nessa situação. O que posso fazer para que ele relaxe, para que ele volte a ter o uso de suas mãos e para que retomem a curiosidade de aprender o mundo à sua volta? É preciso fazer alguma coisa, é preciso investir na qualidade dos cuidados corporais dessas crianças precisam. Um investimento gigantesco na relação”.

A seguir, uma aposta absolutamente audaciosa, que consiste pensar que uma criança intensamente nutrida pela qualidade de cuidados que recebeu vai ser suficientemente nutrida – se eu for para o interior –, para ter o desejo de continuar, sozinha, a explorar o mundo à sua volta, os brinquedos à sua disposição, o seu meio ambiente; e que ela vai permitir à cuidadora que se ocupe intensamente também. Ela vai consagrar a exclusividade da relação com a cuidadora.

Ela estabeleceu isto: que os cuidados dessas crianças repousavam nessa ida e vinda da atividade, que ela chamava de atividade livre, motricidade livre, e a qualidade, a intensidade dos cuidados. Assim, as crianças cresciam, a criança se desenvolvia como ser humano e, aos pouquinhos, no seu ritmo, torna-se capaz de entrar em relação com os outros, de se reinteressar pelo mundo ao seu redor.

Na minha experiência, porque encontrei muitas crianças que tinham passado períodos rápidos, um ano, dois ou três anos, pelo Instituto Pickler, elas tinham capacidade de viver uma vida normal, equilibrada. Havia crianças que eles não abandonavam; havia maridos e mulheres de quem eles não se divorciavam. Havia um trabalho que não perdiam, e, certamente, vocês ouviram falar desse conceito de resiliência.

Maurice Slivnick, que é um francês, falou um pouco disso, dessa capacidade um pouco misteriosa que as crianças têm de, num destino completamente adverso, conseguir superar isso.

Miraculosamente, a resiliência não tem nada de miraculoso. Eu diria mesmo, hoje, com minha experiência, que o Instituto Pickler é uma usina de criação de resiliência. Ele fabrica resiliência, repetidamente.

Eu vou parar por aqui, simplesmente esperando que os políticos, tomadores de decisões, aqui presentes, tenham ouvido um pouco da minha mensagem, da mensagem que estou tentando transmitir, e que eles tenham êxito nesse trabalho tão difícil de operar a ida e a vinda entre o grande marco jurídico macro, que é preciso criar no nível legislativo legal, e esse trabalho infinitesimal no terreno, sem o qual não existe um futuro para essas crianças.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Bernard Martino, cineasta e autor do documentário “Loczy, uma casa onde crescer”, de La Rochelle, França.

Nós passaremos a palavra, neste momento, à Sr^a Jaqueline Wendland, psicóloga, clínica, psicoterapeuta no serviço de psiquiatria da criança e do adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França.

Estou dando o tempo de quinze minutos mais cinco, mas naturalmente com a tolerância necessária. Em média, estão falando 30 minutos.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Bom dia a todos. É com muito prazer, com muito orgulho que uma brasileira que mora, há muitos anos, há quase 20 anos, na França, vem fazer uma apresentação nesta Casa tão importante do meu País natal.

E o tema é também muito importante: a gravidez, esse período perinatal e a influência que ele pode ter na saúde física e mental da mãe e do bebê. Esse é o tema que me pediram para desenvolver nesta palestra. Pode passar, por favor.

Eu ia começar esta minha apresentação, falando da maternidade, que é um lugar muito especial, muito particular, com algumas reflexões sobre a maternidade.

É um lugar de nascimento, de vida, mas também, deve-se lembrar, um lugar de morte possível ou morte real. As pessoas passam lá, em geral, poucas horas, mas são momentos únicos, extremamente densos e importantes do ponto de vista existencial.

É um lugar de separação, mas também é um lugar de estabelecimento de laços fortes, de entrelaçamento para toda a vida. O que começa numa maternidade é para toda a vida.

É um lugar de passagem, é um lugar de transmissão, é um lugar de aprendizagem. Pode-se dizer, então, que é um lugar, ao mesmo tempo, singular e universal. Em todas as culturas, há alguma coisa parecida com uma maternidade.

Pode passar. Pode passar, por favor.

Essa foto mostra bem como essa ocasião do nascimento de uma criança pode ser uma formidável oportunidade para intervenção e prevenção.

Vocês estão vendo aí o pai, a mãe e o bebê, e a gente pode sentir, nos olhares, no rosto desses dois pais, como eles querem fazer o bem para essa criança.

Quando a gente bota no mundo uma criança, em geral se tem a esperança de poder fazer o melhor por ela, senão a gente não faz filho. A gente não tem filho, se não pensa que se pode fazer ao menos tão bem quanto os nossos pais fizeram, se não melhor – se não a gente não faz filho. As pessoas não têm filhos nesse caso.

Pode passar.

Então, o nascimento e o acesso à parentalidade, o fato de se tornarem pais é, ao mesmo tempo, na verdade, uma situação de fragilidade. É uma crise, uma crise existencial para todos os pais, os novos pais principalmente, primeiros pais. E também é uma ocasião de mobilização, uma abertura propícia para intervir, uma etapa crítica, mas ao mesmo tempo uma

excelente oportunidade para nós, profissionais da perinatalidade, da primeira infância.

O que eu queria dizer também é que, na verdade, se pensarmos um pouco, nada na vida é comparável com a gravidez. Não há nada que seja comparável à gravidez, ao parto, ao fato de dar a vida a um novo ser humano. É algo extremamente mágico e único. Não existe nada na vida parecido com isso. É sempre, na verdade, um acontecimento extraordinário que vai reativar, vai atualizar a problemática mais antiga do homem, ou seja, a sua própria sobrevivência e a continuidade da espécie. Pessoas que não podem ter filhos se sentem cortadas, impedidas nessa transmissão.

Eu queria também dizer que, hoje, muitos pais vivem esse momento de acesso à parentalidade como uma crise ainda mais complicada, porque há uma mudança de valores. Não se sabe mais qual é o papel da mãe, o papel do pai, não há mais modelos. Os laços de filiação são confusos também: quem é a mãe? Quem é o pai? Famílias recompostas, decompostas. Enfim, é complicado.

E mais uma última observação, a título de introdução.

Temos visto famílias cada vez mais isoladas, também mais pequenas. Eu sei que aqui no Brasil também as famílias tendem a ter menos filhos. Às vezes só se tem uma geração, não se tem mais os avós, não se tem mais toda aquela rede social familiar em torno dos novos pais. Famílias monoparentais também, mães ou pais que criam sozinhos os filhos com falta também de apoio familiar e social a esses jovens pais.

Pode passar, por favor.

Nesse período perinatal, o que vamos observar?

Vai haver um diálogo entre competências do bebê – já vimos as duas apresentações precedentes. O bebê já vem ao mundo com competências. Ele sabe interagir, ele não é cego, ele ouve, ele tem um apetite, podemos assim dizer, para interagir com o adulto. Ele nasce programado para isso. E os pais também têm algumas ideias sobre o que é ser pai, e eles têm algumas competências. Talvez já cuidaram de outras crianças ou já tiveram outros filhos também.

Vai haver, então, um diálogo entre competências do bebê e competências parentais. Do diálogo dessas primeiras interações vai depender, de um lado, o desenvolvimento do bebê, que vai ser determinado por essas primeiras interações, e, de outro lado, teremos a evolução do processo de parentalidade, porque não se tornam pais na maternidade. Enfim, é uma longa história que se tem que aprender durante anos. Com a evolução da criança, evolui também a parentalidade dos pais.

Então, podemos deduzir disso que não há como separar o cuidado de pais e de bebês. Deve-se cuidar junto. Não se pode fazer nada com o bebê sozinho e também não adianta receber os pais sozinhos, sem o bebê. Não temos muito como ajudar. Temos que trabalhar com eles juntos.

Pode passar.

Só uma foto aqui para mostrar o que é esse encontro de competências da mãe e do bebê. Um bebê competente com uma mãe competente também e, sem dúvida, contente por ser mãe.

Pode passar.

Eu queria falar um pouquinho da gravidez do ponto de vista psicológico.

Existem muitas teorias sobre as fases da gravidez, o que se prepara durante a gravidez. Eu a resumi em quatro períodos: um período de ruptura, um período de mudanças, um período de adaptação, um período de preparação.

Da concepção até as doze semanas de gravidez, o que a mulher, e o homem que vai ser pai, o que eles vivem? Eles vão viver uma ruptura com a vida do passado. Quando a mulher fica sabendo que está grávida, ela não é mais a mesma. Já há uma ruptura com a vida passada dela. Ela vai ter questões urgentes no presente para resolver. Ficar ou não com o bebê? O que é que eu vou fazer? Como é que vou me organizar para acolher esse bebê? E vai haver dúvida também para o futuro. Na verdade, o passado é mais passado ainda, o presente é urgente e, para o futuro, há dúvidas: como é que vou fazer, como é que vai ser a minha vida, será que vou ser uma boa mãe?

Todas essas questões, um monte de dúvidas vai invadir o pensamento dos futuros pais.

Depois de passado o primeiro trimestre, de 12 a 20 semanas mais ou menos de gravidez, vai haver um período de ajustamento, de adaptações a essas mudanças. É um período relativamente calmo para as futuras mães que já não têm mais aqueles enjoos, as náuseas. No segundo trimestre da gravidez, observa-se um ajustamento do ponto de vista também biológico; um período relativamente calmo.

Já de 20 a 32 semanas de gravidez, o bebê está bem. A partir da metade da gravidez, já há os movimentos fetais, o bebê já é praticamente viável, ou seja, se ele nasce mesmo muito prematuro, ele já pode sobreviver. Então, a mãe e o pai vão focalizar, começar realmente a focalizar energia na tarefa de gerar esse bebê, de imaginar que realmente ele vai chegar, que ele é bem real. Já se tem consciência já do corpo do bebê como separado de si próprio, separado da mãe.

E das 32 semanas de gravidez até o nascimento, existe um período de adaptação, de preparação, e os

pais vão pensar no futuro concretamente, ou seja, no parto, na vida com o bebê.

Pode passar.

Esse *slide* mostra o desenho de uma mulher grávida, que vai passar de criança, filha, mulher e mãe. Todos os estados. O estatuto da pessoa.

Pode passar, por favor.

Como o tema aqui é prevenção e intervenção, ligado com a gravidez, vale a pena lembrar que, na verdade, um bebê não espera. O bebê não tem como esperar. O desenvolvimento dele, como já foi mostrado pelo colega, Deputado Osmar Terra, é muito rápido. Não há como esperar. Deve-se agir o mais cedo possível. Prevenir quer dizer, desde o início, desde a gravidez.

A noção de tempo é muito diferente com o bebê. Ele não é uma criança de seis anos, de dez anos. Para um bebê, uma semana, um mês é muito tempo, e eu diria também que é muito tempo na vida dos jovens pais, para pais que estão com dificuldades com um bebê. Um bebê que não dorme, por exemplo, um bebê que não come. É muito difícil ficar semanas esperando que haja alguma solução. É muito difícil. Os pais vão deprimir-se, vão ficar com um problema sério se não acharem, rapidamente, uma solução.

O que se pode fazer, é claro, é agir o mais cedo possível, para que não tenham, para que não se instalem sintomas na criança de maneira durável. Quanto mais cedo se age, menos tempo os problemas também vão ficar no desenvolvimento da criança.

E o que se sabe também é que as dificuldades que aparecem numa criança mais tarde, em geral, já apareciam nas primeiras interações. Uma criança, por exemplo, que vai desenvolver um problema de sono, um problema de dificuldade na escola, de fobias, muito frequentemente esses problemas já eram observáveis na interação pais/bebês.

Pode passar, por favor.

Porque a maioria dos problemas e distúrbios psicopatológicos, problemas de desenvolvimento têm origem precoce. Isso aí não precisa provar. Todo mundo sabe.

O que se sabe também, como já foi dito pelo colega ao lado, Osmar Terra, é que o desenvolvimento e o funcionamento do bebê e dos pais, também no período perinatal, é muito maleável. E, quanto mais cedo, mais fácil de se trabalhar, porque as coisas não estão consolidadas. Então, pode-se concluir que nesse período não há fronteira entre prevenção e intervenção. Estamos sempre fazendo os dois.

Pode passar, por favor.

A formação dos profissionais que trabalham em maternidades e em centros de saúde, quando veem os primeiros sinais de dificuldade nos pais, isso é uma

coisa fundamental. Na verdade, são esses agentes, que estão mais próximos dos pais no período perinatal, que devem ser os mais bem formados.

Temos que considerar que todas as crianças não nascem com a mesma bagagem. Algumas serão mais vulneráveis que outras, na presença dos mesmos fatores de risco. Não é a mesma criança, por exemplo, que nasceu prematura, numa família monoparental, só com uma mãe, mãe solteira. Ela também tem suas próprias forças, pontos positivos e dificuldades. E existe esse fenômeno que chamamos – e já foi falado – de resiliência, ou seja, algumas crianças vão se dar bem, apesar dos fatores de risco aos quais foram expostas, e outras não.

É muito importante também identificar as forças de cada família, de cada criança, porque, na verdade, não é só apontar para dificuldades e problemas. Não é isso que vai nos fazer avançar.

Pode passar. Próximo, por favor.

Gostaria de falar um pouquinho dos efeitos do pré-natal sobre o pós-natal, efeitos da gravidez, do que a mulher vive na gravidez.

Na verdade, desde a antiguidade, em todas as culturas, o homem sempre soube, de maneira um pouco intuitiva, não era científica na época, que os estados emocionais, que a saúde física da mulher grávida poderia ter repercussões para ela e para o futuro bebê. Isso sempre se soube, na verdade. Hipócrates, 400 anos antes de Cristo, já falava isso. Agora, sabe-se, com os estudos mostrados pelo Osmar Terra, que existe essa plasticidade no desenvolvimento infantil, que começa desde muito cedo, tanto para melhor quanto para pior, quer dizer, tudo é aberto no início da vida.

Hoje, temos estudos longitudinais que comprovam os efeitos independentes, a longo termo, na criança, da depressão, da ansiedade materna, do estresse durante a gravidez, do uso do tabaco, do álcool.

Pode passar, por favor.

Resumi, aqui, alguns dados. Por exemplo, o consumo de substâncias de risco, como álcool, tabaco, drogas, além dos riscos obstétricos, neonatais, que são bem conhecidos, como o risco de aborto, de atraso do crescimento fetal, de morte fetal, de prematuridade, a síndrome de alcoolismo fetal, os problemas de comportamento, de aprendizagem, de regulação emocional. Isso tudo já se conhece hoje, e há vários estudos em andamento – inclusive, faço um desses estudos em Paris.

Por exemplo, um estudo que fizemos com 126 mulheres que moram em Paris mostrava que um terço delas havia consumido álcool durante a gravidez e um quinto fumava, ou seja, 20% dessas mulheres fumavam. Vejam que são mulheres de primeiro mundo,

morando em Paris, sabendo perfeitamente os riscos que estavam fazendo correr seus filhos.

O que mostramos também é que quanto mais elevado o nível de estresse da mulher menor é o peso da criança, menor é o tamanho da criança e também, quando ela nasce, o perímetro craniano do recém-nascido. E mais curta é a gravidez. Esse foi um estudo feito com 560 mulheres, e todos os resultados são significativos, ou seja, mulher estressada é uma ótima candidata a ser mãe de um prematuro e de uma criança menor, ou seja, ela vai nascer com menos condição física.

Queria também dizer que mulheres, mesmo que não tenham muito risco psicossocial, vivem, em média, cinco eventos de vida estressantes a cada trimestre da gravidez. Fizemos um estudo com 91 mulheres que não tinham nenhum fator de risco psicossocial e, apesar disso, elas viviam, em média, cinco acontecimentos ou eventos de vida estressante durante a gravidez.

Pode passar.

Ou seja, mulheres grávidas não devem beber. Veja o tipo de propaganda. Inclusive encontrei uma brasileira.

Apesar de ser cerveja não alcoólica, acho que é uma foto chocante. Sinceramente. Mulher grávida não deve chegar perto de bebida, porque uma pessoa que já estava acostumada a beber cerveja não vai beber cerveja sem álcool. Então, é zero álcool.

Você pode passar o próximo.

Aqui são só umas fotos da síndrome de alcoolismo fetal.

Pode passar mais um.

Esse é o símbolo que foi incluído nas garrafas de bebida alcoólica na França, depois de muita luta. Inclusive, Maurice Titran, esse médico sobre quem o Bernard Martino estava comentando, o pediatra, lutou muito para que se incluísse esse logotipo nas garrafas de álcool na França, onde o *lobby* do vinho – vocês imaginem – é extremamente forte. Mas se conseguiu recentemente que todas as garrafas tivessem esse símbolo para dizer: durante a gravidez é zero álcool. O símbolo é esse, zero álcool.

Pode passar, por favor.

Um outro problema importante é a depressão.

Pode passar, por favor.

Durante a gravidez tem uma taxa até mais elevada, entre 12 a 20% de mães são deprimidas durante a gravidez, e 10 a 15% depois do nascimento. Tem que se dizer também que é uma realidade dificilmente admitida pela mãe, pela família e pelos profissionais. Porque, como é que pode, acaba de ter um bebê lindo, saudável, planejado, e está deprimida. Como é que pode? É inaceitável.

Eu também queria sublinhar que, na verdade, foi por causa dos efeitos nocivos para a criança que se

fizeram muitos estudos sobre a depressão pós-parto, a depressão pós-natal. Na verdade, com as mães que sofriam ninguém se preocupava muito. Quando vimos que o bebê tinha problemas de aprendizagem, enfim, de depressão, aí é que nos interessamos pela depressão materna, que sempre existiu.

Pode passar, por favor.

Aqui é um resuminho, não sei se vou ter tempo ainda para detalhar. Todos os efeitos de desregulação fisiológica, neurocomportamental da depressão.

Pode passar o próximo, por favor.

Assim deveria ser uma mulher grávida, hoje, ou seja, *relax and enjoy*, ou seja, calma.

Eu queria só mostrar rapidamente um estudo brasileiro que fiz antes de ir para a França numa favela em Porto Alegre. O ponto de partida desse projeto, que foi feito no início dos anos 1990, era promover as interações precoces, o apego seguro, as competências maternas e prevenir as dificuldades nas relações e negligência e maus tratos.

Pode passar, por favor.

Nessa época não existia nenhum estudo de intervenção precoce, controlado, científico, feito no Brasil. E nós escolhemos trabalhar com uma população desfavorecida, de Porto Alegre, com uma metodologia que poderia ser utilizada em larga escala. Teria que ser de baixo custo e de fácil aplicação.

Pode passar, por favor.

Nós fizemos dois vídeos, que mostrávamos na universidade para as mães que tinham ganhado bebê, dois a três dias após o nascimento. Um vídeo onde mostrávamos as competências do recém nascido e discutíamos com a mãe e um vídeo sobre saúde e cuidados básicos. Ou seja, queríamos comparar uma intervenção centrada na interação e uma intervenção centrada em cuidados pediátricos, ou seja, para não fazermos simplesmente intervenção *versus* nada, porque aí não sabemos se foi a intervenção mesmo que fez o efeito ou simplesmente o fato de ter recebido uma intervenção, não importa qual delas.

Pode passar, por favor.

Então, isso aqui são só os dados da amostra, desse estudo, 36 díades, mães jovens, mas não menores de idade, 22 anos, com pouca escolaridade, sem histórico de problemas de saúde. E com crianças a termo.

Pode passar, por favor.

Mostramos – só botei algumas fotos –, as competências visuais, auditivas do bebê.

Pode passar.

Tipos de choro, modos de consolar o bebê. É tudo baseado na teoria do Brazelton, que muitos aqui conhecem. É um pediatra americano.

Pode passar.

Vou ser muito rápida. Os estados de vigilância do bebê. E no grupo controle falávamos de aleitamento, nutrição.

As fotos estão assim porque eu as tirei do filme em movimento.

Pode passar.

Troca de fraldas. O que fazer para prevenir assaduras etc..

Pode passar, por favor.

E o calendário de vacinas, que muitas mulheres não conheciam. Além de outras coisas. Estou resumindo bastante.

Pode passar, por favor.

O que vimos é que havia diferenças muito grandes. Há uma parte que está em francês. As mães em azul são as mães do grupo experimental, ou seja, elas apresentam, em vários comportamentos maternos, resultados bem melhores. Há muito mais interações no face a face, elas estimulam mais, elas interpretam muito mais o comportamento do bebê, respondem mais, falam mais. Em praticamente todos os comportamentos, vemos resultados positivos.

Pode passar o próximo.

Aqui vemos o comportamento do bebê. É interessante porque não pensávamos que os próprios bebês... Por exemplo, esses bebês estavam mais em estado calmo e alerta, enquanto os bebês do grupo controle estavam sempre dormindo, quando nós os filmamos em casa. E eles olhavam muito menos também para a mãe deles e vocalizavam menos. Isto aqui é simplesmente um mês depois da intervenção. Crianças de um mês. Acabei não especificando.

Depois da intervenção na maternidade, crianças recém-nascidas já têm um comportamento completamente diferente nas interações precoces.

Pode passar, por favor.

Aqui são sequências também de interação: a mãe vocaliza, o bebê vocaliza; a mãe sorri, o bebê vocaliza.

Vê-se que há diferenças significativas em todos esses comportamentos de sequências harmoniosas. Na verdade, jogo livre com crianças muito pequenas.

Pode passar.

As mães do outro grupo tinham tendência a ignorar as vocalizações das crianças, a ignorar o choro, a ignorar quando a criança estava com sono. A mãe estimulava etc..

Pode passar.

Só para resumir, os bebês do grupo experimental eram percebidos como muito mais competentes, quando fizemos a entrevista com as mães. As mães atribuíam um valor muito mais legítimo aos comportamentos do bebê, ou seja, o bebê sorri de verdade, o bebê está falando de verdade. Não é simplesmente

te ele fazer “hã”. Na verdade, as mães davam valor a todo comportamento interativo do bebê, enquanto as mães do grupo controle tinham tendência a duvidar, a se surpreender. Ficavam céticas e diziam: “Não, esse menino não está sorrindo. O bebê não sorri. Não está me vendo”. Na verdade, com um mês ninguém vê nada. O bebê não vê ainda de maneira clara.

Enfim, elas tinham expectativas muito irrealistas sobre o comportamento do bebê.

As mães do grupo experimental tinham menos dificuldades nos cuidados básicos, na compreensão do bebê; tinham um sentimento elevado de competência materna e muito mais prazer na relação com a criança pelo simples fato de conhecerem as competências precoces do bebê. Ou seja, uma mãe que se sente competente tem um bebê competente e vice-versa.

Pode passar o outro, por favor.

Um exemplo de uma mãe do grupo controle que vai dizer: “Estou ansiosa para ver esse bebê começar a enxergar, fazer coisas diferentes, mas ainda está longe disso. Talvez quando ele tiver três ou quatro meses. Por enquanto não tem nada para fazer com ela. Ela dorme o tempo todo ou, então, ela está ali, deitada, esperando para mamar”. Percebemos a pobreza das interações e das expectativas da mãe também.

Pode passar o outro, por favor.

Dá para duvidar que esse bebê vê, enxerga? Não. É um recém-nascido com poucas horas de vida. É óbvio que ele tem competência para interagir e para ver.

Pode passar o último. Acho que já estou no fim do meu tempo.

Eu só queria mostrar essa última frase de uma mamãe do grupo experimental. Ela disse – palavras dela – o que resumiu perfeitamente o nosso objetivo nesse estudo feito em Porto Alegre: “Essa foi uma experiência muito boa para mim. Aprendi muito, porque, quanto mais a gente fica com o bebê, a gente se olha, estimula, mais esperto ele fica, mais ele se apega a gente. Se tu estimulas, dá atenção para ele, o bebê fica mais esperto e feliz, porque, se a gente larga o bebê ali, só deitado, se a gente não dá atenção, ele fica uma criança parada, uma criança triste”. Ou seja, ela tinha entendido tudo: o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Pode passar o último, por favor. Pode apertar mais uma foto também.

Vejam uma família típica de hoje, feliz.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline Wendland, Psicóloga Clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente do Grupo Hospitalar Pitié, Paris, França).

Nossos cumprimentos.

Vamos agora à nossa última painelist.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sei que quebra, mas há uma pergunta muito em cima da fala dela. É possível fazê-la?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sabe que aqui nesta Comissão os Senadores é que mandam.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito em cima. Por que, em nenhum momento, falou-se em amamentação?

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Eu falei em amamentação?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por que não falou?

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Sim, sim, fala-se nos vídeos. A pergunta é com relação aos vídeos que mostramos às mães na maternidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não. Na sua fala, a amamentação é como se fosse ainda parte da gestação; a relação mãe e filho com ou sem amamentação.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Amamentação é óbvio que é uma coisa importante. Eu não sei se eu estou entendendo bem a sua questão. É uma coisa importantíssima.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Talvez, porque elas desenvolveram por temas. Cada uma tratou de um tema específico aqui.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – É. A amamentação é obviamente uma oportunidade para o vínculo afetivo e também para o benefício físico da criança; e para a mãe também é bom amamentar. Não é só para o bebê. Não é só uma questão de sacrifício da mãe para o bebê. Eu acho que a mãe ganha também amamentando. O útero volta à forma anterior mais rapidamente. Por exemplo, quando se amamenta, a mãe perde peso também mais facilmente depois do parto. E para o bebê são óbvios os benefícios do aleitamento materno. Isso não tem que ser mais demonstrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline. Só quero informar que foi dividido o tema para cada painelist. O da Dr^a Jaqueline, por exemplo, é a influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê. Ela desenvolveu seu raciocínio nesse cam-

po. A amamentação – entendo a pergunta do Senador Cristovam – está incluída no conjunto da obra desse painel, com certeza.

Vamos passar a palavra agora à Dr^a Monique Bydlowski – faço aqui um chiado, fica mais ou menos e vamos lá! É médica psiquiatra do Laboratório de Pesquisa da Maternidade de Cochin, hospital Tarnier, também França.

O tema dela é a mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações à saúde da criança.

Você tem o tempo de quinze com mais cinco, mas com mais dez, como foi dado para todos, que dá mais ou menos 30 minutos.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, antes de começar, eu gostaria de dizer uma palavra: sou diretora de pesquisa no Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica na França e gostaria de dizer como estou emocionada de ouvir aqui que os trabalhos cujas bases científicas estamos desenvolvendo na modesta obscuridade da pesquisa estão agora tendo lugar no campo político. Acredito que essa é uma data extremamente importante.

Eu gostaria de falar aqui da depressão materna, porque esse é um fator etiológico, de estudo para o desenvolvimento da criança pequena. Gostaria de ter traduzida a minha intervenção em português, porque tornam as coisas muito mais inteligíveis.

A depressão materna é um problema de saúde pública universal; universal porque os trabalhos de Cox, que são aqui mostrados, são convalidados na maior parte dos países do mundo. É um problema universal de saúde e que, com grande frequência, não é visto nas triagens. Digo aqui que de dez a quinze das puérperas sofrem com isso e provavelmente mais, porque se as condições socioeconômicas são más e se a mulher é sozinha, se ela não tem um companheiro, a probabilidade de depressão materna sobe facilmente a 20%.

Os trabalhos de Lynne Murray, que trabalhou depois de Cox, na Inglaterra, mostraram que 25% dos bebês expostos à depressão materna têm risco de distúrbios afetivos cognitivos posteriores, problemas de vínculo e, no mínimo, problemas de inadaptação escolar. Ou seja, os problemas são grandes, o desafio é grande.

Se fizermos uma simulação, veremos que em uma maternidade que, digamos, haja dois mil nascimentos, há uma previsão de pelos menos 60 recém-nascidos em risco. Essa variável é, em geral, negligenciada.

O objetivo da triagem, evidentemente, é verificar os casos difíceis e garantir um vínculo mãe/bebê harmonioso.

Os elementos teóricos que apoiam o nosso trabalho é que a maternidade ensaja um trabalho psíquico intenso e que os eventos traumáticos do passado voltam ao pré-consciente.

Mas o trabalho de prevenção que deve ser feito na gravidez antes do nascimento é grandemente facilitado pela transparência psíquica particular de todas as mulheres durante a gestação e também pela preocupação da matéria primária, que foi descrita por Winnicott, nas semanas que seguem ao nascimento.

Próximo.

Antes do nascimento, existem episódios depressivos pré-natais, mas, na verdade, a depressão antes do nascimento expressa-se sobretudo no modo médico, seja por somatizações, seja por queixas. As mulheres fazem muitas queixas aos obstetras, que nem sempre as ouvem. Elas têm ameaças de pré-maturidade e contrações uterinas, acidentes vasculares e menos por distocias no momento do parto, com risco de óbito da criança.

Todos esses sinais médicos permitem temer o surgimento posterior da depressão e impõe um trabalho de prevenção.

A seguir, a depressão instala-se, realmente, completamente, na quinta ou sexta semana após o parto. E eu insisto no fato de que essas depressões pós-natais passam-se em geral sem ser percebidas e, muitas vezes, só são detectadas muito mais tarde pelo pediatra, face aos problemas da criança: problemas menores, problemas funcionais, gritos, choro excessivo, distúrbios do sono, da alimentação, mas que mostram que há alguma disfunção entre a mãe e o bebê.

A detecção materna é difícil porque as mães jovens têm muita reticência, sobretudo no Ocidente. As mães que desejaram essa criança têm problema em dizer que tiveram uma decepção; queixam-se de cansaço, de lentidão, de detectar dificuldade de interação, têm medo de ser má mãe ou, às vezes, é o contrário: tem uma hipervigilância e sobre-estimulação do bebê.

Em todos os casos, esses sinais são inquietantes. Eles devem chamar a atenção dos profissionais. O quadro torna-se típico à altura da sexta à oitava semana. A evolução é tórpida e pode durar um ano, se o ambiente da mulher, se as pessoas em volta não se alarmarem.

O diagnóstico pode ser estabelecido em um questionário, do qual praticamente todas as maternidades, todos os centros de consulta pós-natal dispõem.

Como compreender o efeito negativo? O mal-estar da mulher repercute na frequência e na qualidade das interações precoces que esta mãe vai desenvolver com seu filho. Na verdade, é uma empatia materna. Esse

valor que é necessário para sentir os estados emocionais do bebê está alterado.

Quando a mãe está deprimida, esse processo de empatia, que contribui para humanizar essa criança que nasceu, não se instala.

Como compreender esse efeito negativo no nível experimental? Isso foi demonstrado pelos pesquisadores de Boston, Edward Tronick, em particular, que modelou, no laboratório, esse desfuncionamento interativo entre mãe e filho, pela prova que ele chamou *Still Face*, em 1984. Ele mostrou o retraimento experimental do bebê nessa prova, em que pedimos à mãe para dissimular uma depressão, um desinteresse pela criança, e vemos a criança se retraindo na interação. Em primeiro lugar, ele tenta reanima a mãe, e aí se retrai face ao rosto da sua mãe deprimida. E os fatores agravantes são a precariedade social, a solidão, a ausência de família, o companheiro, mas também a idealização do nascimento pelas pessoas próximas e o não reconhecimento dessa depressão. Existem outros fatores evidentemente: a prematuridade, a hospitalização do bebê e os antecedentes de morte fetal, em que há luto não resolvido.

A prevenção é um trabalho essencial. Eu gostaria de insistir no fato de que é muito mais fácil prevenir o surgimento da depressão durante a gestação do que tratar a depressão depois do nascimento, porque, depois do nascimento, os distúrbios funcionais estão em primeiro plano, e é muito mais difícil convencer a mãe de que ela deve se cuidar.

Trabalho recente na Suíça mostrou, em um grupo de risco, a eficácia preventiva durante a gestação, em quatro entrevistas psicanalíticas, de uma população exposta ao risco.

Esses são tipos de trabalhos muito otimistas e que nos estimulam a nos ocupar e a procurar a detecção materna antes do nascimento. E isso nos estimula a nos ocupar dessas mulheres muito precocemente, até mesmo antes do parto.

Se intervirmos mais tarde, quando a depressão já estiver instalada, o tratamento é uma urgência; uma urgência para prevenirmos mais distúrbios funcionais na criança.

A dificuldade está na resistência de as jovens mães consultarem, e como elas não podem, isso é um triunfo das visitas em domicílio, que estamos desenvolvendo muito nos últimos anos na França e que permite ocupar-se de um número muito grande de famílias para um tratamento muito eficaz. Esse tratamento é evidentemente relativo. Nós o chamamos de psicoterapia mãe/bebê, mas eu acredito que se trata mais de requalificar estatisticamente a jovem mãe, de

mostrar que ela é capaz de cuidar bem do seu filho e novamente lhe dar uma boa imagem de si própria.

Outros eventos negativos que podem ocorrer no pós-parto são acidentes psíquicos agudos, que chamamos de psicose puerperal. É um acidente raro e espetacular. Acreditamos que exista um a cada quatro mil nascimentos, e isso ocorre por volta do décimo dia. Um quadro psiquiátrico de confusão, de agitação.

Eu gostaria de insistir no fato de que não existe uma correlação entre a necessidade clínica psiquiátrica nos sintomas e o prognóstico. A cura muitas vezes é simples, se o vínculo com o bebê for mantido. O tratamento da psicose puerperal é a manutenção do vínculo interativo entre mãe e bebê.

Infelizmente, durante muito tempo, tivemos o infanticídio nesses casos de psicose aguda e tínhamos a tendência de separar mãe e filho. Sabemos hoje que é o contrário: é preciso mantê-los juntos, e o tratamento ideal é a hospitalização conjunta mãe/bebê em unidade especializada.

Um outro caso sobre o qual eu gostaria de falar são as compensações agudas durante a gestação. A gestação pode ser um fator de descompensação para psicoses crônicas, estados esquizofrênicos, que, às vezes, não foram detectados antes da maternidade e que são descompensados pela gestação.

Existem também situações psicopatológicas que chamamos de estados-limites ou *borderline*, em inglês, que são muito frequentes. Podemos falar no caso de maternidades de adolescentes, e são situações que se descompensam com muita facilidade no caso de uma gravidez.

Em todos os casos, eu gostaria de insistir que existe um caso particular, o chamado *blues*, que é o estado emocional de 80% das puérperas. Ele não é realmente uma patologia, mas, para terminar, eu gostaria de mostrar um quadro do pintor Guido da Siena, que para mim é significativo da depressão materna.

Vemos que esse pintor do final da Idade Média tinha entendido já muito bem as coisas, porque mostra Maria, após o nascimento do menino Jesus, que dá as costas ao menino, que não se interessa por ele. A explicação teológica, sobretudo em países ortodoxos, diz que a mãe dá as costas ao menino Jesus porque ela sabe que ele vai ter um fim funesto.

Mas podemos ver que, aqui, é a representação de um verdadeiro estado depressivo como vemos na clínica seguidamente.

Insisto, mais uma vez, que isso deve ser detectado.

Muito obrigada por sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Essa foi a Dr^a Monique Bydlowski, médica psiquiatra

do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin, do hospital Tarnier, Paris.

Nesse momento, vamos ouvir os nossos Senadores.

Passarei a palavra, em primeiro lugar, ao nosso Senador Waldemir Mok, que é médico e é um Senador da República que tem nos ajudado muito aqui na Comissão em inúmeros temas, mas na saúde, naturalmente, dando um brilho especial.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Inicialmente, Senador Paim, eu gostaria de cumprimentar por essa iniciativa. Estou no meu nono mandato consecutivo, meu caro amigo Deputado Osmar Terra.

Embora com minha formação acadêmica de médico, eu nunca tinha ouvido nada tão completo a respeito desse que, sem dúvida nenhuma, na minha avaliação, é um tema muito importante.

Eu quero cumprimentar a Dr^a Jaqueline, a Dr^a Monique, o Dr. Bernard.

Fico pensando: se pudéssemos fazer com que palestras como essas se multiplicassem, sobretudo para as mães, nas creches, nas escolas, porque é impressionante!

Vou citar o Dr. Bernard, que relatou muito claramente. É uma questão que explica muita coisa. Por que determinadas crianças têm toda uma estrutura física – estou falando do lado material, naturalmente –, são crianças bem-nascidas, mas que não têm o cuidado, não têm o carinho, a alegria da mãe? E aí realmente tornam-se pessoas com deficiência afetiva, distúrbios de comportamento. Entretanto, há crianças, às vezes, muito mais pobres, mas que tiveram o carinho e a atenção da mãe ou das pessoas que cuidaram dela. Essas crianças se tornam pessoas mais nobres, com sentimentos mais nobres, com muito mais condição de vencer na vida.

Eu acho que esta palestra demonstra exatamente isso, e o pior: como nós estamos longe dessa realidade no nosso País. É isso o que chama a atenção.

Acho que o Senado, a partir desta audiência pública, Senador Paim, deveria constituir pessoas que pudessem realmente atentar para a legislação no sentido da importância desse tema, sobretudo começar já, durante a gravidez e nos três, quatro primeiros meses de vida.

Nós sabemos da formação do sistema nervoso central. O quanto são importantes os três primeiros anos. Não há nada mais covarde, na minha avaliação, do que você limitar uma pessoa, nos seus três, quatro primeiros anos de vida, quando ela é completamente indefesa. Não há nenhum ato mais covarde do que este: limitar uma pessoa ao que potencialmente ela poderia ser. E você vai limitá-la sem que haja nada para

defendê-la, a não ser a atenção da mãe ou daquelas pessoas que cuidam dela.

Eu fiquei muito sensibilizado. Perdi apenas uma pequena parte da exposição da Dr^a Jaqueline, mas ouvi com muita atenção.

Meu querido amigo Osmar Terra, eu sei que V. Ex^a se dedica ao seu mandato, mas, hoje, apesar da convivência, surpreendi-me com sua palestra e com tudo aquilo que está envolvido.

Não tenho nenhuma pergunta, apenas o encaminhamento desta audiência pública. Que não deixemos morrer esta audiência pública, mas que possamos nos juntar à Frente Parlamentar da Primeira Infância – e quero me colocar à disposição do Deputado Osmar Terra – para aquilo que, agora, concretamente, nós podemos fazer em termos de legislação, que é o que o Senado pode fazer. Como fazer com que palestras como esta, que iniciativas como esta cheguem realmente às pessoas.

Tenho certeza, meu caro Osmar Terra, Dr^a Jaqueline, Dr^a Monique e Dr. Bernardo, que, por mais simples que possam ser, por menor que seja o poder de aprendizagem que possam ter, uma palestra como essa vai mudar o comportamento principalmente das mães e das pessoas que cuidam dessas crianças.

Agradeço muito e fico feliz pelo privilégio de ter ouvido pessoas que conhecem tanto e que podem transmitir isso.

Fico pensando: com a formação de médico, pois já dei aula de fisiologia na universidade, o pouco conhecimento que tenho a respeito de uma questão tão importante para a formação das próximas gerações, para um mundo melhor e para uma sociedade melhor...

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Waldemir Moka, que fez uma homenagem aos painelistas, em nome, tenho certeza, de todos nós, Senadores.

A Dr^a Monique já queria dialogar com V. Ex^a.

Dr^a Monique com a palavra.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – O senhor fez uma pergunta sobre o aleitamento materno, e eu gostaria de responder.

Bom, foi feita uma pergunta...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não fui eu, mas acho importante que a senhora responda.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – A amamentação, evidentemente, é uma coisa extremamente importante, sobretudo nos meios extremamente precários, porque o aleitamento é a base da vida, a vida alimentar da criança. Se não há um leite artificial, a criança que não é amamentada corre risco de morrer.

Nos meios mais favorecidos, podemos dizer que temos escolhas, porque fabricam-se, hoje, leites artificiais com características praticamente do leite materno. Mas o que a amamentação permite é um vínculo físico muito estreito entre a mãe e o bebê. E eu acredito que é o principal valor, a psicodinâmica, eu diria, da amamentação.

Na França – isto já foi dito –, todas as mães amamentam por cerca de uma ou duas, 80% ou 90% amamentam por uma ou duas semanas, mas o nível cai para 30% depois de três ou quatro meses.

Não é muito grave se sabemos que, mesmo com a mamadeira, podemos também ter uma relação sensorial, multissensorial, corporal, entre a mãe e o bebê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Bernardo também queria fazer um comentário. Dr. Bernardo.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Eu gostaria apenas de dizer que me sensibilizei muito com sua reação, sua generosidade e sua abertura de espírito, Sr. Senador. Fique muito tocada por encontrar pessoas como o senhor. É um grande prazer. E isso me dá uma justificativa para ter viajado nove mil quilômetros para vir aqui. E gostaria, mesmo que a pergunta não tenha sido feita, de responder.

Acredito que um perigo, um erro estratégico é a tendência a querer que as crianças paguem pelos erros que nós, adultos, cometemos.

Existe uma coisa desse tipo que hoje em dia está ocorrendo na França, que é muito perniciosa, e que é, sob pretexto de prevenção, querer detectar as crianças em risco no último ano do jardim de infância, antes de começar a escola primária. Com o pretexto de prevenção, dizem: “Esses aqui vão bem, esses aqui vão mais ou menos e esses aqui estão realmente em risco”. E quando me indigno com essa rotulação, dizem-me: “Mas é prevenção; é um caso de prevenir”.

Não. Para nós, que já pensamos e refletimos sobre essas questões e que trabalhamos nisso, a verdadeira prevenção é que, no último ano do jardim, não há nada mais para detectar. É preciso, antes, criar as condições para que as crianças tenham sido suficientemente nutridas, protegidas, envolvidas pelas relações que tiveram, uma relação de qualidade, para que cheguem no momento do aprendizado prontas para as aquisições.

Outro dia, estive num hospital psiquiátrico, onde estão tentando tratar crianças já há alguns anos. O problema é que uma dessas equipes que trabalhavam num desses locais tinham como objetivo recolocar crianças de cinco ou seis anos não na situação de aprender, mas de saber sentar-se em uma cadeira e colocar as mãos em cima da mesa, porque estavam num tal es-

tado de desorganização psíquica que eram absolutamente incapazes. Não tinham condições de aprender.

Então, chegamos numa situação tão desorganizada que essas crianças de cinco ou seis anos estão completamente...

Brazelton, de quem já falamos – a Monique já falou nessa experiência da *Still Face*, da face parada –, falava muito da noção de envelope, de contenção, procurada pela mãe. Eu lhe perguntei: “Brazelton, o que acontece quando esse envelope está ausente?” Alguém que tinha muita empatia, que amava muito bebê, dizia: “O bebê vai para todos os sentidos”.

Um dia eu encontrei educadores que se ocupavam de adolescentes que estavam numa instituição que era a última etapa antes da prisão. O modo como eles falavam do trabalho que tinham que fazer como última chance para esses adolescentes se organizarem era exatamente nos mesmos termos: tentar conter esses adolescentes para que eles não partissem, não se fossem para tudo que era lado.

Mas quando um bebê de centenas de gramas ou de alguns quilos se espalha para todos os lados, é grave para ele em termos de sofrimento mental ou psíquico, mas ainda dá para lidar. Agora, quando se trata de um adolescente de um metro e noventa e de oitenta ou noventa quilos, quando se tem que contê-lo, o problema é completamente diferente. Eu gostaria de dizer isto e de também, mais uma vez, agradecer-lhe pela sua reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu vou querer que a Senadora Lídice da Mata também faça a sua fala. Em seguida, também volta para a Mesa a Dr^a Monique, que também gostaria de fazer uma consideração.

Vamos assegurar a palavra à Senadora Lídice da Mata. E aí os nossos convidados respondem em bloco aos questionamentos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigado, Senador Paim.

Eu gostaria muito, até porque sou autora do requerimento da audiência pública que começa nesta Comissão, às 14h, e vou ter que estar presente para ouvir o Ministro.

Eu também, como o Senador Moka, fiquei bastante impactada pela qualidade das interferências desta audiência pública, que se completavam umas com as outras. As informações iam se completando e fechando um círculo de conhecimento que nos permite, a partir daí, pensar, como também disse o Senador Moka, de que maneira o Senado pode contribuir mais, seja na busca de uma legislação, seja na sugestão e no acompanhamento de políticas públicas de atenção à criança.

A experiência do Deputado Osmar Terra como Secretário foi uma experiência de destaque – eu creio que concentra o essencial no atendimento à criança –, essa ideia de haver não apenas o agente comunitário, mas um agente voltado para o atendimento da mãe nessa fase imediata após o parto.

Acho que essa é uma experiência que devemos pensar como disseminar para o conjunto do País. Eu conheço pouco isso. Tive experiência como Prefeita. Tivemos oportunidade de nos voltar a um atendimento específico na primeira infância, mas não com esse nível de detalhamento que, creio, permite ao Estado contribuir significativamente para a vida das crianças, principalmente daquelas que moram ou que têm uma situação de risco social pela renda de suas famílias. Então, essa é uma questão.

Como membro da Comissão da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, não apenas voltada para a questão da adolescência, embora também muito preocupada com ela, como mulher, já me interessava e já trabalho com essa questão da maternidade há algum tempo. No Brasil, especificamente, iniciei um trabalho, quando Vereadora ainda, sobre mortalidade materna. Graças a Deus, estamos conseguindo avançar mais. Depois, na prefeitura, também atuei muito na área do combate à mortalidade infantil, neonatal.

Também me chamou muito a atenção, embora eu tivesse que me afastar um pouco, pressionada pelos representantes da Justiça no meu Estado, a questão da depressão durante a maternidade e pós-parto, da importância desse tratamento. Eu creio que essa é uma coisa também muitíssimo importante para pensarmos em termos de políticas públicas, porque, como foi destacado pela Dr^a Jaqueline, que falou do ponto de vista de mulher, nós começamos a ser vistas nessa condição da depressão pela relação que temos com o filho. Mas ainda bem que existe alguma razão para que sejamos vistas, enxergadas. Isso tem um desdobramento muito importante para a vida e para a saúde da criança.

Tudo isso me traz uma outra preocupação, Senador Moka, que são as crianças. Eu vivo hoje me envolvendo com a discussão da adoção, de como é extremamente importante para as crianças que não têm a proteção da mãe ou da família os cuidados nessa área neste período: a primeira infância, os ambientes em que ficam durante a espera pela adoção, a importância para os pais adotivos desse tipo de informação e para esta política que hoje a Presidente Dilma anuncia de creches para o Brasil, de nós termos creches em condições adequadas para dar o atendimento às crianças nessa fase da primeira infância.

O Brasil, infelizmente, tem a cultura de pensar a política de cima para baixo. Nós começamos com a educação de nível superior até chegar à educação básica, na área de educação. No cuidado com a saúde, também não é diferente. Nós começamos com o pensamento voltado para aquelas doenças que matam mais os adultos até chegarmos ao combate da mortalidade neonatal e, finalmente, ao cuidado com a primeira infância. Mas, mesmo que tardiamente, que nós possamos chegar à preocupação e às ações nessa área.

Então, quero parabenizar todos e colocar-me absolutamente à disposição do Deputado Osmar Terra na Frente da Primeira Infância e também perguntar a todos: de que forma vocês entendem que nós podemos contribuir como Senado da República brasileira?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice de Mata.

Nós vamos encaminhar da seguinte forma neste momento: cada convidado terá o tempo de cinco minutos para responder a algum questionamento e fazer as suas considerações finais.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero só registrar a presença da Prof. Claudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta, que nos ajudou a organizar o evento.

Meus cumprimentos, porque foi um belo evento. (Palmas.)

A doutora merece os nossos aplausos.

Cumprimento o Dr. Laurista Corrêa Filho, pediatra, neonatologista, especialista em Saúde da Mulher e da Criança pela Universidade de Paris; a Dr^a Cristina Werner, Diretora da Associação de Terapia Familiar do Estado do Rio de Janeiro; o Prof. Jairo Werner Junior, psiquiatra da infância e da adolescência, Doutor em Saúde Mental pela Unicamp e Professor de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o Dr. Vital Didonet, representante da Rede Nacional Primeira Infância; e, ainda, a Sr^a Angelica Goulart, membro da Fundação Xuxa Meneghel.

Passo a palavra, neste momento, à Dr^a Jaqueline para fazer suas considerações finais e para responder a alguns questionamentos.

Quero só dizer ao nosso querido Senador Moka que a sua proposta já estamos aqui acertando e que vamos conversar muito para fazer uma frente parlamentar mista – Câmara e Senado –, incluindo todos os Senadores, sob a coordenação do Deputado Osmar Terra. No início, eu dizia que ele era quase Senador, e, agora, ele vai coordenar inclusive os Senadores a partir desta audiência pública.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Estou gravando tudo para usar na campanha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Jaqueline com a palavra.

A SR^a JAQUELINE WENDLAND – Obrigada.

Eu agradeço também esta oportunidade de ter podido utilizar esta tribuna tão honrada, tão importante do País, para poder falar um pouco do meu trabalho, inclusive de coisas que fiz no Brasil antes de morar na França.

Eu gostaria talvez de ressaltar dois pontos – houve perguntas sobre o que fazer. Eu teria duas sugestões. Uma seria realmente investir muito na formação de profissionais, porque eu acho que a base é formar as pessoas. Por exemplo, se você fala em abertura de creches, que nessas creches trabalhem pessoas muito bem formadas, porque, em geral, colocam-se pessoas sem nenhuma formação, inclusive em outros países – não falo exclusivamente do Brasil. Às vezes, as pessoas que estão em contato direto com os bebês, com as crianças pequenas são aquelas que têm menos formação, como se, para cuidar de criança pequena, do bebê, não fosse necessária formação nenhuma. Em geral, coloca-se um profissional que tem uma graduação universitária e muitos – dez, quinze, vinte, trinta – que não têm formação nenhuma, sobretudo formação específica sobre desenvolvimento normal e patológico da criança pequena. Quer dizer, a pessoa tem que conhecer o que é o desenvolvimento normal e o que é o desenvolvimento quando há dificuldades, porque, se a pessoa não sabe identificar sinais de problemas, sintomas, não tem como ajudar a criança, não tem como orientar os pais, por exemplo, para procurar ajuda.

Então, acho que essa é uma coisa essencial. Falou-se em educação, então vamos educar e formar sobretudo esses que vão trabalhar com crianças pequenas, com bebês, com pais, por exemplo, na detecção de depressão.

Se a pessoa não conhece os sinais, vai passar pela maternidade, vai sair dela – o tempo que se passa na maternidade é cada vez mais curto, às vezes, são 24 horas, dois dias –, e essa oportunidade, essa janela de intervenção foi perdida. Passadas as 48 horas, já não se vê mais essa mãe. Ela está perdida na natureza, voltou e se perdeu a ocasião.

Por isso, o pessoal que trabalha em maternidade, em centros de saúde que recebem crianças de zero a seis anos tem que ser extremamente bem-formado.

Outra noção que gostaria de trazer para o debate, que não foi ainda evocada, é a questão da promoção de saúde e de ensinar também o que é saúde, promoção de saúde. Em geral, os professores, enfim, os

formadores falam muito de problemas. Eu sei disso, porque fiz um curso de psicologia, aprendi muito sobre psicopatologia e não tive nem curso sobre saúde mental, por exemplo. Eu só tive cursos sobre doenças mentais. Eu só tive aula de reconhecimento de sintomas, tratamento, cura, enfim, só ouvi falar de identificação de problemas, dificuldades, sintomas, doenças.

Eu gostaria de falar que temos que promover o conhecimento do que é política de saúde, ou seja, o que é uma criança normal, o que é uma mãe que vai bem. Isso é tão importante quanto conhecer a doença, quanto conhecer o sintoma, na verdade. Isso deveria acontecer, talvez, também em nível universitário. As formações do pessoal do qual falei teriam de também incluir políticas e conhecimentos sobre saúde, sobre normalidade, porque é complicado tentar dizer o que estamos buscando se não aprendermos sobre o que é a normalidade, a saúde, o bem-estar. Só ouvimos falar, em geral, de sintomas e doenças em todas as formações, sejam médicos, psicólogos ou outros.

Essa é a minha mensagem resumida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jaqueline.

Muito obrigado. Brilhante palestra.

Quero registrar também a presença da Dr^a Lilia-ne Penello, Psicóloga e Coordenadora da Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis, e também da Sr^a Márcia Barr, representante da Oscip Valor Cultural, da qual ela é Presidenta.

Passamos a palavra de imediato ao Dr. Bernard.

O SR. BERNARD MARTINO (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Eu estou extremamente contente com a intervenção anterior, que me dá ocasião de falar de alguma coisa que eu não pude abordar antes devido à falta de tempo, mas que é extremamente importante. Efetivamente, trata-se da questão de uma política de criação de creches.

Eu ouvi dizer ontem que há muitas mães adolescentes, muito jovens neste País. Se entendi bem, são uma proporção extremamente importante. E me parece evidentemente ser fundamental que, se crianças de 12 anos são mães neste País, como, às vezes, no nosso, é absolutamente essencial lhes dar um apoio sob a forma de um local onde seu filho possa ser cuidado, para que num outro lugar elas possam continuar ou acabar de ser criança. Uma criança de doze anos, mesmo se ela é mãe, ainda é uma criança e tem o direito de viver a sua infância o mais longamente possível.

Aí se levantam algumas questões que, para mim, parecem fundamentais. Estou completamente de acordo com o que a Jaqueline disse sobre a importância da formação. A formação, em termos de creches ou

de abrigos, como vocês dizem, é uma continuidade. Isso começa na escola de puericultura. Qual é o paradigma? O que ensinamos como imagem da criança e como imagem do trabalho que deve ser feito como puericultores com a criança?

Ainda existe muito a ideia de que aquele bebê ou a criancinha com quem vamos lidar como profissionais é fundamentalmente incompetente, e o que nós, profissionais, temos que fazer é estimulá-los a participar de jogos, animar o seu universo para que ele cresça.

Tudo isso tem que ser revisto, porque, no espírito de Pickler, volto a isso, é importante para um adulto escutar o que a criança tem a dizer e é importante para a criança observar aquilo que faz.

Myriam David, que é pedopsiquiatra, diz que o agir para a criança equivale à escuta para o adulto. Tudo que ela faz está no agir. É nesse nível que precisamos nos dirigir à criança. O que é uma resposta ao agir da criança é a observação, observação do que ela é, observação do que ela faz. E responder nesse nível, colocando à disposição do bebê aquilo de que ele necessita para continuar a sua atividade é outro modo de considerar o profissionalismo, ou seja, intervir muito menos e observar muito mais.

E, observando muito mais – eu vivi isto como observador e como cineasta no Instituto Pickler, em Budapeste –, nós fomos proibidos de tocar as crianças, de estabelecer relação com as crianças. Essa situação é paradoxal e um pouco difícil de se viver, não poder entrar em relação, mas existe uma relação de outra qualidade. O olhar que você dá à criança muda. Em vez de se fazer aquelas coisinhas que todos os adultos fazem – risadinhas, inhini, unhunhu etc. –, tudo fica no olhar. E atribuímos muito mais valor ao que a criança produz, ao que a criança mostra de si própria.

Existem muitas coisas que devem ser repensadas no que se refere ao ensino dado às puericultoras, às educadoras, às cuidadoras.

Existe uma outra coisa que é muito, muito fundamental no meu ponto de vista para acompanhar uma política de creches, que é convidar os profissionais a tomar muita atenção para não desqualificar as mães. Isso é muito tentador, sobretudo se a mãe tem 12, 13, 15 anos. Tentem colocar-se no lugar dela. Por meio desse trabalho magnífico que vamos fazer com o seu bebê, nós vamos mandar de volta para ela uma sensação de grande incompetência. E os profissionais dessas creches, que vão ser abertas, devem prestar muita atenção para não substituir a mãe e dar muita atenção no lugar da mãe.

Um erro muito comum é acreditar – uma visão um pouco dos anos 1960 e 1968, um pouco de escoteiro, um pouco Baden Powell –, dizer que basta colocar

uma criança pequena num grupo onde há crianças que tudo vai funcionar bem, que tudo vai ser magnífico, que ela vai se socializar, que vai aprender com os outros.

A verdade, a verdade clínica, a verdade do terreno é que a socialização de uma criança passa por um adulto, e é somente num segundo momento que ela pode encontrar outras crianças.

Uma criança pode ficar perdida num grupo, uma criança pode sofrer num grupo. E os profissionais devem estar extremamente vigilantes ao sofrimento. Se houver o isolamento da criança, o grupo vai ser mortal para ela.

As creches são muito importantes. Acredito que se existe essa taxa de mães e pais jovens no nosso País, essa situação ainda é muito mais importante, mas é verdade que é extremamente importante saber o que esses profissionais vão fazer com esses pais e mães e com essas crianças. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Muito obrigado.

Esse foi o Sr. Bernard que fez a sua exposição e as suas considerações finais.

Vamos passar de imediato à Dr^a Monique.

A SR^a MONIQUE BYDLOWSKI – Tenho muita honra de ter recebido a palavra e gostaria de fazer duas sugestões ao Poder Público. A primeira também envolve a formação.

Concordo completamente com tudo o que Jacqueline disse, mas gostaria de acrescentar alguma coisa.

Aqui, no seu país, houve um modelo que foi o de Salvador Célia, em Porto Alegre. E o trabalho de Salvador, quando eu o visitei há dez anos, deu-me muita coisa. O trabalho que ele fazia em favelas, de observação, de aprendizado de profissionais na observação de bebês é uma técnica bastante simples, de baixo custo e extraordinariamente formadora para os profissionais de qualquer idade.

O trabalho de Salvador era feito com estudantes de medicina bastante jovens. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto.

Acredito que o fio condutor desta Mesa foi a importância da continuidade entre o pré e o pós-natal. E como dizer que os cuidados na primeira infância são, em primeiro lugar, os cuidados com a jovem mãe que vai dar à luz essa criança.

Eu gostaria de dizer ao Poder Público que é muito mais fácil e mais econômico ocupar-se das grávidas durante a gravidez, enquadrá-las o mais possível, é muito mais fácil prevenir a depressão materna do que cuidar depois que a depressão está instalada, a criança está lá e começa a sofrer já nas primeiras semanas da sua vida.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Monique, que apresentou as suas considerações finais.

Eu combinei com o nosso Deputado e médico Osmar Terra que, a partir de hoje, ele passa a ser coordenador da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância do Congresso Nacional.

Ele vai fazer o encerramento desta nossa audiência pública. Para mim, coube a parte burocrática, porque tenho que fazer três comunicados rápidos.

O primeiro, Senadora Lídice da Mata, é lembrar a todos que teremos uma audiência pública nesta Comissão, às 14h, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, para discutir a convocação, com a presença do Ministro Orlando Silva.

Requerimento, inclusive, assinado por Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia, Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin.

São dois requerimentos.

Outro comunicado.

Comunico aos senhores e às senhoras o recebimento do Ofício nº 182, de 2011, MEC, em resposta ao Requerimento nº 6.097, de 2011, que solicita informações sobre os pedidos de revalidação de diploma de graduação processado nas universidades federais brasileiras no período de 2001 a 2011, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Bauer, informando que o Ministério da Educação aguarda o recebimento dos dados das instituições federais de educação superior, para que sejam compilados ou realizados e, posteriormente, enviados.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que desejarem cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Ainda comunico aos Senadores e às Senadoras Ofício nº 77, de 2011, de autoria do Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, encaminhado a esta Comissão pelo Senador Paulo Bauer, em resposta ao Requerimento de Informação nº 679, de 2011, de sua autoria, que solicita informações acerca dos países signatários que ratificaram o acordo ortográfico da língua portuguesa, assinado pelo Brasil em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990, e das medidas tomadas por aqueles que já colocaram as novas regras ortográficas em vigor.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que desejarem cópia do ofício poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao arquivo.

Agora, com muita satisfação, passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA – Eu queria agradecer mais uma vez essa oportunidade de podermos travar um diálogo, um debate importante. Para mim a área mais importante das políticas sociais é essa.

Queria dizer que estou muito honrado com a proposta do Senador Paulo Paim.

No início, a Frente Parlamentar era mista, porque havia a Senadora Marisa Serrano. Ela participava da Frente. Só que ela saiu, foi para o Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, mas tem um grande representante do Mato Grosso do Sul, que é o Senador Moka. Bem-vindo!

E à Senadora Lídice da Mata, quero dizer que estou muito honrado com as suas palavras e com a sua participação.

Nós podemos fazer um bom trabalho, sem falar no nosso grande defensor das políticas sociais, o Senador Paulo Paim.

Acho que agora é só acertarmos os dias de reunião.

Essa integração vai ser muito útil, até porque já estamos avançando em algumas áreas, procurando estabelecer um marco legal. Inclusive outros países estão nessa direção também. Nós estamos interagindo com outros Deputados, com outros parlamentos, e é interessante conversarmos.

Então, está aceito e acho que essa Frente Parlamentar Mista vai ter um resultado muito positivo.

Quero dizer também que estou muito honrado por estar aqui na presença de algumas pessoas que são referências para mim na área das políticas, com quem aprendi muito. Um é o Laurista, que foi meu Professor na Pós-Graduação, e tenho um grande orgulho de tê-lo nessa condição. *(Palmas.)*

Outra é a Maria Cristina Werner e o Jairo Werner, que foram nossos parceiros de longas datas e continuam parceiros da luta pela primeira infância.

A Lisle também.

Eu queria cumprimentar toda a organização do evento. Acho que foi muito positivo. *(Palmas.)*

O Senado marcou um ponto importante com esses eventos que vêm acontecendo.

Queria aproveitar para lembrar – acho que foi bem lembrado pela Dr. Monique – a memória da Salvador Célia. Salvador Célia nos inspirou, lá no Rio Grande do Sul, a criar o programa A Semana do Bebê, O Dia do Bebê.

Infelizmente, ele não está mais entre nós, mas, certamente, ele deu uma contribuição decisiva para a realização de programas.

Eu queria só dizer o seguinte, para encerrar a minha participação: em relação às políticas públicas e à legislação, acho que nós devemos ter sempre a

preocupação de que sejam políticas que realmente tenham capilaridade, cheguem a todo mundo. Não adianta fazermos uma coisa muito sofisticada, muito cara e chegar a uma meia dúzia de pessoas.

Quero aqui ressaltar o trabalho da Liliane Penello, da nossa Dr^a Liliane Penello, que criou, usando o exemplo da Mãe Coruja Pernambucana, do PIM, do Primeira Infância Melhor, no Ministério da Saúde, na gestão do Ministro Temporão, o Brasileirinhos Saudáveis. É um programa que está existindo, que está andando e que acho que deveria ser reforçado. A Senadora colocou a importância de termos programas nacionais. Ele é ainda um programa que está andando. Acho que é um programa que tem que ter apoio nosso para que ele avance.

Acho que esses programas de visita domiciliar – e aqui volto a reforçar a importância da visita domiciliar, e a Senadora também falou nisso – são mais baratos e mais eficazes. Eles chegam às casas; não ficam esperando as famílias se darem conta e procurarem ajuda.

Não há nenhuma contradição no trabalho das creches. Acho que ele tem que acontecer. Só que a creche é cara. A Presidente Dilma colocou como prioridade. Acho que a Presidente Dilma está muito sensibilizada para a questão da primeira infância, até porque tem um netinho, o Gabriel. Então, acho que ela está realmente sensibilizada para essa questão, está investindo como nunca se investiu em creches no Brasil. É importante reconhecer isso também.

Mas a creche tem um limite. O país que mais tem creches, mais vagas nas creches, é a Suécia, que chega a 50% das crianças – não chega a todas –, principalmente às crianças de 0 a 3 anos.

Agora, nós vamos para a universalização de quatro em diante, aqui no Brasil, com as escolas infantis. Acredito que isso vai ser um passo muito importante, embora eu ainda diga que o MEC tem um problema: o MEC ainda está trabalhando tardiamente, pega de quatro anos em diante, quase geriátricos.

Nós temos que trabalhar do útero. A educação começa no útero. Ela não começa aos quatro anos de idade e nem nos seis anos.

Então, acho que é muito importante.

A Rede Cegonha, na qual o Ministro Padilha está trabalhando bastante, acho que vai ter sucesso. É uma prioridade grande do Ministério. Mas é importante dizer das diferenças. A Rede Cegonha tem uma diferença em relação ao Brasileirinhos Saudáveis. Ela é a parte física das crianças. É para salvar as mães e as crianças da mortalidade. Diminui mortalidade materna e diminui mortalidade infantil, mas ela não entra nesse

reino do desenvolvimento das competências, da inteligência, das capacidades humanas.

Se nós juntarmos esses programas, Brasileirinhos Saudáveis e acrescentarmos algumas experiências, nós teremos uma nova geração, uma nova era social neste País, com pessoas com muito mais capacidade, com menos necessidade de programas sociais e com capacidade de ser autônomo e de se desenvolver. E muito menos violência. A violência cai com os programas de prevenção da violência baseados na primeira infância. Só que existe um prazo. É longo prazo.

Quero dizer que outras coisas devem mudar no futuro. Acho que a valorização dos recursos humanos que trabalham com a primeira infância é o inverso. Hoje, parece que a universidade é o lugar mais importante. O professor universitário é o mais valorizado. Acho que no futuro vai ser o contrário: o professor mais valorizado, que inclusive deveria ter na carreira a melhor remuneração, mais incentivos é quem cuida do início da vida. O início da vida muda tudo. O universitário já está feito. Quando chega lá já está com a cabeça feita. As coisas já estão organizadas. Não que não seja bom ser professor universitário e nem que seja importante. Só acho que se tem que valorizar muito mais hoje – e tem que haver uma formação forte mesmo nesta área – a primeira infância. Falta informação. Falta formação e informação.

É claro que quando discutimos um programa com profundidade, com dados, as coisas mudam. As pessoas se convencem e passam a participar do programa com mais intensidade, como vimos aqui, hoje.

Acho que as comunidades têm que ser mobilizadas, têm que haver grandes campanhas de divulgação pública sobre a importância da primeira infância; mobilizar o *marketing* em todos os níveis nessa área.

Quero dizer até que os pediatras, hoje, estão em crise. Não sei se vocês sabem, mas a pediatria está em crise. Sobram vagas em residência de pediatria, não é, Laurista? Por quê? A Jaqueline colocou bem. Os profissionais são preparados para atender a doença, para tratar de doentes. Nós estamos falando aqui da promoção da saúde, não é nem prevenção, é promoção da saúde, para trabalhar com as pessoas saudáveis. Nós queremos que as crianças saudáveis sejam muito mais saudáveis psicologicamente, mentalmente, muito mais competentes. Não é esperar a criança ficar doente para tratar. A própria pediatria tem que mudar o currículo, a pediatria tem que tratar com desenvolvimento infantil, tratar as crianças normais, acompanhar as crianças normais no seu desenvolvimento, nas suas competências básicas.

Acho que nós estamos num mundo novo que se abre a partir das descobertas, das evidências e, desse

trabalho tão avançado que existe na França, há trabalhos no Canadá maravilhosos, nos Estados Unidos, pesquisa. A professora Monique citou o Ed Tronick, que faz uma pesquisa interessantíssima, inclusive, sobre o papel do estresse nas crianças. Enfim, acho que vários lugares do mundo estão se abrindo. Fui convidado agora, para minha honra, pelo Governo da China, para falar sobre programa de primeira infância. Estamos indo agora, dia 12 de novembro. O conselho do Governo está querendo trabalhar políticas de primeira infância na China e está buscando algumas experiências do mundo. Vamos lá também dar uma contribuição.

O Brasil não pode ficar fora disso, tem que estar junto.

Quero agradecer, muito obrigado mais uma vez, Senador Paim, o senhor sempre lidera essas bandeiras tão importantes na área social. Contamos com essa Frente Parlamentar ampliada para produzir grandes resultados, se Deus quiser.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero só, em rápidas palavras, agradecer a todos, inclusive ao Waldemir Moka, que ficou até o final aqui, a todos que organizaram este evento. Foi uma das audiências mais concorridas do Senado, esta sala e a sala ao lado lotadas.

Quero agradecer, além de agradecer a todos que organizaram este belo momento, ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ao Presidente da Comissão de Educação e a todos aqueles que participaram para este evento. Especialmente, quero agradecer aos nossos convidados que vieram da França para prestigiar o nosso evento, não é, Deputado?

Dr^a Jaqueline, aceite uma salva de palmas do povo brasileiro por sua contribuição. *(Palmas.)*

É gaúcha. Todo povo brasileiro aplaude sua contribuição. Veio da França para nos ajudar.

Dr^a Monique. *(Palmas.)*

E, permita que eu diga, Dr. Bernard.

Assim, encerramos esta audiência pública.

Parabéns. Parabéns a todos vocês!

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 77ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 02, sob a Presidência do Senhor Senador **(Paulo Paim)**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e com a presença dos Senhores(as) Senadores(as) **Ana Rita, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Marta Suplicy, Paulo Davim, Paulo Paim e Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores membros da CDH e da CE. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que em seguida é aprovada. Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e dá prosseguimento a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, em atendimento aos Requerimentos nº 102, de 2011–CDH, aprovado em 11/08/11, autoria do Senador Cyro Miranda e nº 40, de 2011–CE, aprovado em 05/07/11, autoria dos Senadores Cyro Miranda e Álvaro Dias, aditado pelo requerimento nº 53, de 2011–CE, aprovado em 13/09/11, autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema “Educação Especial.” Como expositores, comparecem à Audiência **Charles Roberto de Lima Júnior**, Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Regiane Presot**, Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF; **Antônio Montanini**, Pai de aluno Especial; **Maria do Socorro Nery da Cruz**, familiar de aluno especial. Finda a apresentação dos expositores, o Senhor Presidente convida o **Coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 01 de Taguatinga, por coordenação dos Professores Sidnéia da Costa Veloso e apresentação de Marcelo Donizete da Silva Pereira** para realizar apresentação musical. Em ato contínuo à apresentação musical, alunos especiais membros do coral supracitado expõem suas considerações acerca do tema da audiência pública. O Senhor Presidente pede *bis* ao coral sendo atendido, seguido de aplausos. Após a apresentação musical o Senhor Presidente concede a palavra a aluna especial **Marina e a Senhora Claudia Hakim**, Assessora Jurídica do Blog Mãedecriançassuperdotadas.blogspot.com e a **Senhora Mirella Lampolsky**, mãe de aluno especial. Após o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Wellington Dias e Ana Rita. O Senhor Senador Cyro Miranda sugere ao Presidente que seja marcada audiência com o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, na qual será tratada a pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 2009, que altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Fe-

deral, para garantir acesso à educação especializada para portadores de deficiência, sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino, com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Cyro Miranda, Ana Rita e outros. O Senhor Presidente acolhe prontamente o encaminhamento do Senador Cyro Miranda e solicita as Secretarias das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esporte para procederem as tratativas para viabilizar a reunião. O Senhor Presidente faz encaminhamento para que a Secretaria da Comissão marque audiência com o Secretário de Educação do Governo do Distrito Federal, que deverá se realizar na semana de 24 a 28 de outubro de 2011, com o escopo de discutir acerca do acesso à educação especializada para portadores de deficiência, sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino, com a participação das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF e dos Senhores Antônio Montanini e da Senhora Maria do Socorro Nery da Cruz, como representantes dos familiares de alunos especiais. **Extrapauta. Item 1. Requerimento nº 142-CDH, de 2011**, que requer a realização de diligência para verificar a situação das Comunidades Quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, em especial do Quilombo de Morro Alto. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 2. Requerimento Nº 143-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a situação dos quilombos no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 3. Requerimento Nº 144-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos as questões trabalhistas e sindicais no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Agradecendo a presença de todos o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pelo Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte publicada no Diário do Senado Federal. –

SENADOR **PAULO PAIM**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a 57ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Audiência Pública Conjunta, nos termos dos Requerimentos nº 102, de 2011–CDH, aprovado em 11/08/11, de autoria do Senador Cyro Miranda, e nº 40, de 2011-CE, aprovado em 05/07/11, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, aditado pelo Requerimento nº 53, de 2011-CE, aprovado em 13/09/11, de autoria final do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema “Educação Especial.”

Convidamos para o entendimento de quem vai fazer parte do debate e estará na mesa. Como convidados, teremos, num primeiro momento, o Coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 1, de Taguatinga, e Sidnéia da Costa Veloso, Coordenadora; Charles Roberto de Lima Júnior, Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Regiane Presot, Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB; e Antônio Montanini, pai de aluno especial.

Esses são os nossos convidados, que farão uso da palavra a partir do momento em que os outros painelistas chegarem à Comissão.

Para situar todos sobre como serão conduzidos os nossos trabalhos, destaco que hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a educação especial.

Eu me lembro que há poucos minutos, a Srª Maria do Socorro, quando eu ainda chegava à Comissão, já me interpelava, no bom sentido, como estava a situação do DF. No momento, adequado a senhora vai fazer uso da palavra com as preocupações devidas.

Estou tentando mostrar a importância da reunião de hoje, e que consigamos, de uma vez por todas, resolver essa questão. Vamos dialogar, ao longo desta audiência pública, sobre educação especial, em continuidade ao primeiro debate que fizemos, em conjunto também com a Comissão de Educação.

Em resumo, a educação especial, essencial ao desenvolvimento de pessoas deficientes ou não, com deficiência ou não, desde o ano passado, conforme decisão do Ministério da Educação, não existe mais no País. É uma falha grave, que deve, certamente,

ser revisada pelo MEC. Não é que não exista, mas há toda uma discussão e, conforme a senhora mesmo tem colocado, e vai ter a oportunidade de falar, está sendo criada uma série de obstáculos para as pessoas com deficiência.

Enfim, o assunto do acesso à educação para as pessoas com deficiência é parte do Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011, do Senador Cyro Miranda, que está tramitando na Comissão de Educação. E após conversa com o Senador Roberto Requião, ele me indicou para ser Relator do projeto do Senador Cyro Miranda. De pronto, já posso anunciar que meu parecer será favorável ao Projeto do Senador Cyro Miranda. Com isso, já teremos um instrumento na mão, a partir do meu relatório, que servirá de pressão, antes mesmo da votação final nas duas Casas, para conseguir o acesso das crianças que, infelizmente, estão sendo prejudicadas pelos obstáculos criados para que elas tenham o direito de estar na chamada escola especial, quando essa for uma decisão dos pais, em comum acordo.

Enfim, o Projeto tem o objetivo de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regras sobre o atendimento da educação especial e propor que o acesso a esse tipo de educação compreenda as idades de zero a cinco anos e que se estenda, independentemente da idade do estudante e do grau de escolaridade em curso, que foi o centro do debate da última reunião que tivemos.

O § 3º do art. 1º do Projeto do Senador Cyro Miranda diz: "A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, com início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil, terá continuidade, independentemente da idade – é a sua emenda, praticamente – e da etapa escolar do educando".

Outro ponto bem observado no PLS nº 589, de 2011, é a análise das necessidades individuais de cada estudante por equipe multiprofissional da escola e, quando necessário, em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde, o SUS.

A necessidade de interação com a família acerca do consenso quanto ao tipo de atendimento escolar indicado ao aluno especial também é descrita no texto do nobre Senador Cyro Miranda.

Por fim, quero lembrar que o acesso à educação especial é fundamental para o desenvolvimento das pessoas que apresentem qualquer deficiência. Esses homens e mulheres têm as demandas próprias, necessidades específicas, que, muitas vezes, não são semelhantes às necessidades dos estudantes que optaram pelo ensino regular.

O Projeto do Senador Cyro Miranda, que será objeto do debate, contribui para avançarmos nas políticas

de acesso à educação especial no Brasil e beneficiar esse grande número de pessoas que somam em torno de 28 milhões de brasileiros e de brasileiras, ou seja, de brasileiros.

Faço essa rápida introdução e quero também fazer outro comunicado que considero importante, fruto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Quero homenagear os jornalistas dos nossos queridos Rádio, Jornal e TV Senado.

"Jornalista da Rádio Senado recebe Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

O reconhecimento veio com a série de reportagens 'O povo cigano no Brasil', transmitida pela Rádio Senado e várias outras emissoras públicas do País. Os repórteres da Rádio Senado Celso Cavalcanti, Jorge Cardim, Larissa Bortoni e Maurício de Santi e os produtores Pedro Henrique e Rodrigo Resende receberam Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos mediante a reportagem premiada 'O povo cigano no Brasil'."

Segundo eles me disseram, foi a partir de audiências públicas que aqui fizemos com os ciganos que eles tiveram a ideia de estudar, publicar e mostrar ao Brasil a invisibilidade do povo cigano.

"Em doze programas de meia hora, a equipe conta a história do povo cigano desde a chegada ao Brasil até os dias de hoje. Para mostrar a realidade dessa população, hoje estimada em um milhão de pessoas no Brasil, a equipe de jornalismo da Rádio Senado percorreu seis Estados brasileiros conversando com comunidades ciganas sobre seus costumes, anseios e expectativas para o futuro. Foram visitadas comunidades nômades e sedentárias em Goiás, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina.

Os jornalistas também entrevistaram autoridades públicas federais, estaduais e municipais nas áreas de educação, saúde, segurança, entre outras.

O projeto já havia sido um dos vencedores do Prêmio Roquette-Pinto 2011, promovido pela Associação das Rádios Públicas do Brasil, Arpub, com patrocínio da Petrobras e apoio do Ministério da Cultura, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

O Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, criado em 1977, dois anos após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, premia reportagens que estimulam a luta pela cidadania denunciando todo tipo de ação.

Atualmente, são premiadas onze categorias, como livro-reportagem, jornais, rádio, revista, tevê, entre outras.

A cerimônia de entrega acontece na próxima segunda-feira, dia 24, em São Paulo."

Uma salva de palmas à nossa equipe de repórteres, que construiu esse belo comentário e está sendo hoje homenageada. (*Palmas.*)

Já está aqui o Senador Cyro Miranda, que, na minha introdução, citei o nome dele umas dez vezes. Dez eu não digo, mas umas cinco eu citei, devido ao belo projeto de que ele é autor e de que eu serei relator.

Aproveitando a chegada dos nossos convidados, quero dizer que a respeito da bela homenagem feita aos nossos jornalistas da Rádio Senado, fiz a leitura aqui e também na abertura dos trabalhos no plenário do Senado.

Ainda antes de iniciarmos nossos trabalhos – os convidados já estão se aproximando, a maioria já está aqui –, quero também fazer um registro. Este é o Ano Internacional dos Afrodescendentes. Este ano perdemos o grande Abdias, Senador da República, que morreu aos 97 anos, um homem que deu sua vida à causa do combate a todo tipo de preconceito.

Neste sentido, trabalhamos muito aqui, há praticamente vinte anos. Apresentei o primeiro projeto de homenagem a Zumbi dos Palmares. Ontem, antes de encerrar a sessão, nós conseguimos aprovar esse projeto. E faço aqui uma rápida introdução desse projeto, que vai para a sanção da Presidenta.

Antes de iniciar a sessão com meus convidados à mesa, quero também destacar a importância do dia de ontem. Ontem, o Senado da República aprofundou o debate sobre o pré-sal. Fizemos a votação que torna a distribuição dos *royalties* mais equilibrada, eu diria, para todos os Municípios. Eu me refiro aos Municípios. É claro que é para todos os Estados e, consequentemente, para todos os Municípios.

Antes de iniciar a reunião, quero falar também desse projeto que é símbolo de luta pelos direitos humanos, pela paz, pela solidariedade e pela igualdade de oportunidades entre os seres humanos, entre todos os povos.

O Dia de Zumbi dos Palmares, aprovado ontem no Plenário do Senado, projeto de minha autoria e da Senadora Serys, que agora foi para sanção da Presidenta da República, é uma homenagem não somente a Zumbi, a Abdias e a tantos outros lutadores, mas também a todos, brancos e negros, que lutam pela igualdade, pelo direito de oportunidade a todos.

O dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, simboliza a luta pela dignidade, conforme apresentei o primeiro projeto, há quase vinte anos, dignidade não só dos negros, mas dos índios, buscando o respeito à sua cultura e às suas terras, dos alemães, dos italianos, dos portugueses, das pessoas com deficiência – por que não? – dos idosos, das mulheres... Para mim,

esse dia tem que ser o símbolo da luta contra qualquer tipo de preconceito.

Tínhamos que ter uma referência, e a referência foi dada a Zumbi dos Palmares. É por isso que acho que essa aprovação e essa simbologia... Cheguei a falar, um desses dias em que eu argumentava, que seria uma data em que o mundo todo deveria parar para refletir a cultura de paz e de combate a todo tipo de preconceito. É por isso que digo que interessa a todos, italianos, portugueses, latinos, africanos, asiáticos, homens e mulheres de todo o mundo que falam do combate ao preconceito contra aqueles que não aceitam a liberdade religiosa, que lutam pelo fim da violência contra as crianças, contra a livre orientação sexual, enfim, a luta de todos aqueles que são discriminados. Simboliza o respeito a todos, simboliza a educação de qualidade ao alcance de todos, simboliza a luta em defesa do meio ambiente, dos sem-teto, dos sem-terra, simboliza a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos empreendedores, o sonho de pais e filhos que querem uma vida com dignidade para todos.

Essa data, que inicialmente transmitia um simbolismo apenas do povo negro, transformou-se, nesses 20 anos, através da consciência do papel de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, em uma data de luta em defesa de todos os que são discriminados e, eu diria, pela solidariedade dos povos e da paz.

Quero dizer que, a partir de Oliveira Silveira, poeta gaúcho, que idealizou o dia 20 de novembro, a sociedade deixa de lado o 13 de Maio, não que o 13 de Maio não tenha sido importante, mas é a data em que foi assegurada somente aos negros a liberdade, mas a eles não foi dado direito algum. Zumbi dos Palmares, em resumo, é sinônimo de integração, de amor e de resistência. Nesses passos que estamos dando no Congresso Nacional, após a aprovação, no dia de ontem, do 20 de novembro, faço questão de homenagear Oliveira Silveira, lendo aqui, rapidamente, um pequeno poema de sua autoria. Disse, numa oportunidade, Oliveira Silveira, em Encontrei Minhas Origens:

Encontrei minhas origens
Em velhos arquivos
Livros
Encontrei
Em malditos objetos
Troncos e grilhetas
Encontrei minhas origens
No leste
No mar em imundos tumbeiros
Encontrei
Em doces palavras
Cantos
Em furiosos tambores

Ritos
Encontrei minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos
Encontrei
Encontrei-as, enfim [ao encontrá-las]
Me encontrei.

É um poema desse grande escritor, que fala um pouco da saga do povo negro. Mas é claro que essa data, como eu dizia, ultrapassou os limites da cor da pele. É uma data que simboliza a luta contra todos os tipos de preconceitos.

Feitas as devidas introduções sobre a importância da votação de ontem, que vai para a Presidente Dilma, após a leitura do material sobre o reconhecimento, com a série de reportagens feitas pelos profissionais da Rádio Senado ao povo cigano no Brasil, que recebem, neste dia 24, o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, e a introdução, Senador Cyro Miranda, do seu projeto, que vai ser o eixo do debate da nossa audiência no dia de hoje, a partir deste momento, vamos para formação da nossa Mesa com os nossos convidados.

Como já fiz toda a introdução, quero convidar Charles Roberto de Lima Júnior, Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Por favor, Dr. Charles, sente-se, se preferir, à minha direita, ou à minha esquerda, tanto faz. O que interessa é aquilo que o senhor vai falar que eu sei que será uma fala progressista, à altura da nossa querida OAB. Nós temos o maior orgulho da OAB, um símbolo da luta em defesa da democracia.

Convidamos também a Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, Regiane Presot. Por favor, Doutora. A senhora ficou à minha esquerda.

Convidamos também Antônio Montanini, pai de aluno especial, para que venha à Mesa.

O Coral Acorde eu acho que ainda não chegou. Chegará às 10 horas. E nós, a partir deste momento, começamos, a fazer o nosso primeiro painel. Sejam bem-vindos.

Eu gostaria de convidar também a Sr^a Maria do Socorro, que fez um belo depoimento numa oportunidade e uma cobrança muito dura, mas gentil, quanto a decisões ainda não tomadas em relação ao atendimento dos alunos especiais no DF. Então, é importante que ela, mais uma vez, aqui coloque o seu ponto de vista e que insistamos para que haja uma solução definitiva, como foi o fruto do debate da nossa última reunião.

O Senador Cyro usará a palavra no momento que entender mais adequado. Fique bem à vontade.

Passamos a palavra ao Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, Dr. Charles Roberto de Lima Júnior.

O SR. CHARLES ROBERTO DE LIMA JÚNIOR

– Bom dia a todos os senhores.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso ilustre Presidente e agradecer, desde já, o convite à OAB-DF para participar de um debate de tamanha importância e relevância. O tema educação especial não só atinge a nossa cidade, o nosso País como um todo, mas também o mundo. Na verdade, nós sabemos que, hoje, a Unesco anda trabalhando políticas e fazendo recomendações a todos os países para a inclusão maior possível dos alunos em quaisquer níveis de dificuldades ou deficiências.

Eu preparei, junto com a colega da OAB, algumas palavras, e vou adiantá-las. Estou muito curioso e feliz de estar aqui para enriquecer junto a vocês com esse debate.

Fico preocupado com a necessidade de integração dos diferentes níveis de deficiência, em paralelo com a devida instrução de professores e demais educadores, pois, da mesma forma que é um equívoco colocar todos os alunos com diferentes necessidades na mesma sala, é também um equívoco atribuir a árdua missão da educação especial a professores não treinados para promover a integração.

Ressalto também a importância da convocação da família e demais responsáveis pelos alunos para participação e ajuda no processo de formação dos educandos especiais.

O que vemos hoje? Na verdade, acontece de boa-fé, mas os alunos são colocados na mesma sala, com diferentes níveis de aprendizado ou dificuldades. Por vezes, os próprios professores não sabem como lidar com aquela situação porque o próprio professor, na sua garra de ensinar e na sua vontade de trabalhar, não foi devidamente treinado, não passou pela formação adequada para tratar da integração daquele tipo de aluno.

Há uma frase que eu gosto muito de passar adiante. Não é de minha autoria, mas é uma frase fantástica: “Justiça, inclusão e igualdade é tratar os desiguais de forma desigual na medida das suas desigualdades”.

O que quero dizer com isso é o seguinte: não adianta colocarmos um aluno com uma deficiência grande no aprendizado ao lado de um aluno superdotado. Isso vai atrapalhar o aprendizado do que tem maior dificuldade e vai atrapalhar o aprendizado do superdotado. Então, temos que tratar pessoas desi-

guais na medida de suas desigualdades, com políticas especializadas e especiais para cada um.

Para não me alongar, gostaria de ler somente o art. 205 da Constituição, que já é por demais abrangente na política da educação. Em três linhas, diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ou seja, está claro aqui que é dever do Estado e da família. Não podemos excluir a participação dos familiares do processo e simplesmente jogar um resultado para a família. A família é importante na colaboração.

Sobre o projeto, Presidente, eu gostaria de parabenizar tanto a relatoria quanto a presidência. Senador Cyro Miranda, parabéns particulares da OAB-DF, pois é muito claro o Projeto 589, ao explicitar a questão da idade e a questão também da avaliação de necessidades específicas de desenvolvimento por equipe multiprofissional da escola e com a necessária parceria com os profissionais do Sistema Único de Saúde. Parabéns ao senhor. Realmente é uma questão também de saúde.

Eu gostaria, Presidente, de receber os conhecimentos da audiência e, se possível, complementar com outras coisas que eu gostaria de dizer, depois de ouvir as ilustres palavras dos nossos próximos participantes, e também fechar com a nossa colega.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Charles, que aqui representou a OAB como Presidente da Subcomissão de Educação.

Agora vamos passar a palavra à Dr^a Regiane Presot, que é Professora e Coordenada da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF.

Por favor, Dr^a Regiane com a palavra.

A SR^a REGIANE PRESOT – Obrigada.

Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

Nós, da Comissão de Direitos Humanos, ficamos contentes com a abordagem de um tema altamente relevante que desperta um atendimento especial, inclusive pelo Poder Legislativo, quanto a essa matéria. Por quê? Porque a questão de educação, o desafio contemporâneo da educação especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade. Para isso, precisamos de uma organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação

e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional.

O Brasil já avançou bastante na declaração desse direito. Chamo aqui o raciocínio de Norberto Bobbio para esclarecer o que seria essa nossa etapa de luta. Norberto Bobbio nos informa que, em matéria de direitos humanos, em matéria de direitos fundamentais, nós já estamos em uma segunda fase. Qual foi a primeira fase? A de mera declaração de direitos. A segunda fase, que é mais desafiante e mais complexa – é esta segunda fase que estamos aqui hoje discutindo –, é a busca da concretização de direitos fundamentais, envolvendo a questão da educação especial no Brasil. Então, não podemos mais ficar no discurso da declaração. Nós temos de concretizá-lo. E de que maneira? Através de políticas públicas sérias.

A declaração desse direito na educação especial, com base nos pressupostos legais da Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, prevê o direito de todos à educação e, no art. 208, prevê o atendimento educacional especializado e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais.

Em um segundo momento, a lei infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também já traz a previsão da educação especial. Define-a por modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro perpassa todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Ou seja, senhores, a declaração desse direito já se encontra no ordenamento jurídico brasileiro. E aqui chamo a atenção: embora o texto constitucional não mencione o grau ou a faixa etária da educação especial a quem ela se aplica, em matéria de direitos fundamentais, a interpretação do direito deve sempre ser ampliativa e nunca restritiva. Então, a Administração Pública, o MEC, as escolas não podem restringir o que o texto constitucional não fez.

Portanto, a questão da educação especial perpassa, já está contemplada em todos os níveis e em todas as faixas etárias, independente da idade do educando, mas, de qualquer forma, no Brasil, como nós temos uma dificuldade em concretizar direitos, é muito salutar – e eu o parabenizo por isso – a iniciativa do Senador Cyro Miranda, que vai, de forma inteligente, expressar isso na Lei de Diretrizes e Bases, esclarecendo a amplitude do direito.

A fundamentação filosófica da educação especial pressupõe que todos os alunos de uma comunidade, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, têm o mesmo direito de acesso à es-

colarização com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças.

Assim, a educação especial converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação por meio da realização do atendimento educacional especializado definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum em benefício de todos os alunos.

Nesse cenário, surge o conceito de educação inclusiva, que corresponde ao processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus, da pré-escola ao quarto grau. Não obstante, apesar de a declaração do direito já estar no nosso ordenamento jurídico, o conceito de inclusão não tem sido compreendido por educadores e por governos, pois o conceito de inclusão não é levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado, não é ignorar as necessidades específicas da criança, fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento ao mesmo tempo e para todas as idades, extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo de formação adequada, esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem suporte técnico e treinamento específico, inclusive, esse treinamento deve iniciar no curso de pedagogia.

Os equívocos na compreensão do conceito sob análise são fruto de uma cultura que valoriza mais as questões econômicas do que as questões sociais. Essa verdade tão conhecida por todos nós vem explicar a desvalorização que em nossa sociedade se dá às crianças, aos adolescentes, aos idosos e principalmente aos portadores de necessidades especiais, que não fazem parte, na grande maioria, da população economicamente ativa, razão pela qual são considerados um peso para o sistema.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais torna-se uma consequência natural de todo o esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Por fim, a escola deve trabalhar as diferenças como diversidade, pois é nela que construímos o conhecimento. Devem ficar de lado os preconceitos e mostrar a todos os envolvidos no processo – pais, amigos, família e escola – que todos são capazes de desenvolver e aprender. E para que isso se realize é necessário modificar a própria sociedade e fazer com

que todos sejam inseridos nela de forma autônoma e atuando como cidadãos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Regiane Presot, Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB, expressando seu ponto de vista sobre a educação especial, fortalecendo, naturalmente, o projeto do Senador Cyro Miranda, como fez também o Dr. Charles Roberto de Lima Júnior, que falou pela Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial.

O SR. ANTÔNIO MONTANINI – Bom dia, senhores e senhoras.

Agradeço ao Sr. Presidente por me ter dado esta oportunidade de aprender.

Quem sou eu? Sou um homem simples, aposentado, com 67 anos de idade. Estou na ponta dessa história e hoje aqui eu estou aprendendo, porque é a primeira vez que estou participando de uma Mesa, de uma Comissão. Então, com 67 anos, continuo aprendendo. Ainda continuo buscando a sabedoria, o conhecimento, o discernimento. E quando eu sair desta baixa terra, muitas coisas vou deixar de aprender. A nossa ideia é que para aprender não tem idade.

Faço parte de um movimento chamado Fórum Permanente em Defesa da PEC 347. No ano passado, nós, nosso grupo, fomos visitar os líderes em seus gabinetes. Fomos bem recebidos por todos eles e todos fizeram suas promessas. Por fim, na última visita, nós chegamos ao gabinete do Exm^o Senador Cyro Miranda, que nos recebeu muito bem, com carinho, fez a promessa e cumpriu: apresentou esse projeto de lei que já é de conhecimento de todos. Estamos aguardando a sua aprovação, para que venha nos beneficiar enquanto há tempo. Que a PEC 347, espero, seja aprovada.

Lamentavelmente, ontem, por telefone, tivemos conhecimento de que a PEC foi retirada de pauta. Não sabemos por quê. Ontem, por telefone, recebemos essa notícia.

Mas quem sou eu? Eu tenho duas filhas portadoras de necessidades especiais. Não falo isso por soberba, nem para ser melhor do que um ou do que outro, mas com elas eu aprendi muito. Eu não aceito a doença delas, a enfermidade, mas as aceito como são, porque são minhas filhas, são o tesouro que Deus me deu para eu cuidar. Poliane, minha filha que está ali atrás, é surda e muda e tem comprometimento mental, foi diagnosticada como alienada mental. Em seu primeiro ano de vida, quase foi à morte. Passados alguns...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Antônio, só para eu liberar a moçada

que chegou: pessoal, podem ocupar as primeiras cadeiras. Estou vendo que muitos estão de pé, inclusive ali atrás. Todos podem vir aqui. Todos podem vir aqui. Não sei por que estão aí. Venham todos. Assentem-se nas primeiras cadeiras, pois aqui é como se fosse a casa de vocês. Nada de ficar lá atrás. Se alguém deveria ficar na última cadeira, somos nós, por não termos aprovado a lei até hoje.

Quero aproveitar esta interrupção – vou descontar em seu tempo – para dizer que já estão conosco aqui, além do Senador Cyro Miranda, a nossa vice-Presidente, Senadora Ana Rita, que tem um trabalho brilhante nessa área, e o Senador Paulo Davim, médico que tem dado grande parte do seu tempo aqui no Senado e, tenho certeza, da sua vida, em defesa das pessoas com deficiência.

Instalem-se todos e fiquem bem à vontade. Escolham os melhores lugares, porque vocês merecem.

Aqui estão representantes da escola e o Coral Acorde, do Centro de Ensino Especial nº 1 de Taguatinga. Depois, a Sidnéia da Costa Veloso, que é Coordenadora, vai fazer uso da palavra para falar do belo trabalho que vocês estão realizando.

Volto a palavra, desculpe-me, ao Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial.

O SR. ANTÔNIO MANTONINI – Depois de alguns anos, já aqui em Brasília, minha filha Poliane teve outra situação problemática da saúde e, como ela é, é difícil ter um diagnóstico rápido. Ela passou mal e eu corri para a emergência do hospital. Ali chegando, foi decidido que ela ficaria internada na emergência. Como era perto de casa, corri lá para buscar roupas para mim, para a mudança, itens para a higiene pessoal. Quando eu retornei, minha filha já não estava mais no local; estava dentro de uma UTI e eu não pude mais vê-la. Só recebi as informações médicas e fiquei de retornar no outro dia, como o fiz.

Ao retornar, entrando na UTI, ela estava separada, dentro da própria UTI, “amarrada” – entre aspas – com tubos, etc., e eu sozinho com ela. Certamente eu chorei e assumi um compromisso: pedi a Deus que não a levasse, que a deixasse para que eu pudesse cuidar melhor.

Nessa época, senhores, eu já me encontrava sozinho cuidando dela e da outra filha. Por quinze anos, sozinho, cuidando. Por isso eu digo sempre que Deus me deu uma carta de idoneidade. Eu não estou aqui fazendo discurso. Eu estou falando de coração, embora tenha feito algumas anotações para não esquecer.

Então, esse compromisso que assumi com Deus – aqui está a Poliane, vai completar, no dia 28, 26 anos de idade – estou procurando fazer o melhor. Por isso eu preciso, juntamente com os meus amigos pais e com os

coleguinhas dela, que a PEC 347 seja aprovada. Que não fique nos discursos, mas que seja prontamente aprovada. Nós precisamos urgentemente disso. Como o Prof. Dr. Charles disse, embolaram – estou falando nos meus termos – os alunos. E eu dou o testemunho de que isso é verdade, porque essa famigerada Resolução nº 1, de 2009, do Conselho de Educação do DF, determinou que os maiores de 21 anos fossem em dias alternados de aula e que ficassem juntos numa sala de aula de dezesseis alunos para uma professora com comprometimentos diferentes um do outro. Fato é que minha filha está numa classe com doze alunos e antes ela só estava com alunos semelhantes ao caso, à situação dela. Este ano em que estamos, ela foi embolada junto com os outros de deficiências diferentes. Claro que a professora não pode fazer milagres. Está de cabelo arrepiado. O que faz, às vezes, o professor? Leva todos para a quadra e ficam brincando, jogando bola, porque não dá para fazer um trabalho específico dirigido àquele aluno. Milagre só quem faz é Deus. Realmente, isso acontece.

Em anos anteriores, estive em visita a uma escola regular lá em Ceilândia para verificar essa tal classe especial dentro da escola. Na realidade, o que vi ali foi a professora apavorada com os alunos e ainda comprando material para eles. Depois, em visita a outra escola, eu os vi, na hora do recreio, todos num cantinho, porque não estavam dentro do universo deles. Eu acredito numa inclusão, mas uma inclusão séria, perfeita e respeitosa, não essa da goela para dentro.

Não faço da escola da minha filha um depósito e muito menos os professores de babá. Eu gostaria que tivesse mais qualidade, mas nós não podemos exigir isso, porque dizem: “Ah, seus filhos já estão na sala de aula, então, sintam-se bem servidos”. É este o pensamento que eu tenho, salvo melhor juízo: sintam-se bem servidos. E o que nós vemos como povo é: se tem isso aqui, está tudo bem, fica desse jeito. A qualidade nem podemos exigir, porque se cada um for à nossa escola sem avisar verás – embora nossa escola seja boa, a direção, os professores estão ali bem envolvidos, fazem as coisas direito – que estão numa situação difícil da forma como está.

No ano de 2010, por exemplo, eu estive me informando com a direção da escola. No ano de 2009, a escola recebeu 60 mil de verba; no ano de 2010, 30 mil; e no ano de 2011, 14 mil. E aí? E as dívidas que a escola vai empenhando? Quer dizer, não há interesse. Isso conosco, que somos de uma escola especial. E a escola regular? Está um caos.

A Dr^a Candy, psicóloga e psicopedagoga, esposa do Exm^o Sr. Senador Cyro Miranda, fez um pronunciamento na audiência anterior, a do dia 21 de setembro,

de que participamos, o próprio Presidente estava presente, fez um pronunciamento em que coloca, expõe nosso sentimento, nossas ansiedades, nossa angústia. Se os senhores quiserem, poderão procurar no nosso *blog*. Ali está todo o pronunciamento dela, em que faz um resumo do que nós estamos passando, do que nós estamos sentindo.

Portanto, senhores, eu peço, eu suplico, eu imploro que nos ajudem. Eu sei que eu dependo de Deus, mas Deus usa quem Ele quer, como Ele quer, onde Ele quer para o bem e para a justiça. Eu suplico, eu imploro, e não me sinto constrangido com isso, porque estou lutando em favor da minha filha, e não só da minha filha, mas por todos os brasileiros portadores de necessidade especial, porque, quando isso for aprovado, eu espero em Deus que assim seja, quando for aprovado, todos serão beneficiados.

Olhem, eu me preocupo, porque já conheci uma parte do nosso Nordeste e do Norte, não como turista, mas andando pelo mato, trabalhando, nas lutas e nas dificuldades. Eu imagino como eles estão lá, se nós aqui na Capital estamos tendo dificuldades. Como eles estarão lá?

Então, senhores, temos a certeza de estar fazendo um bom trabalho, uma boa luta, uma luta de amor, fazendo um bom combate, um combate de amor. Eu espero em Deus que os senhores possam nos ajudar, que o MEC venha também a cooperar conosco, a nos apoiar e mudar de posição, de atitude, favorável, como foi dito aqui pela Doutora, em relação à lei, à letra.

Não estamos sendo desobedientes nem indisciplinados, estamos procurando por caminhos certos o que podemos conseguir, conquistar. Sei, entendo, na minha pequena sabedoria, que a lei não pode prejudicar o ser humano. Se a lei estiver prejudicando, nós temos que mudá-la.

Muito obrigado pela atenção. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial, faz um depoimento emocionado pedindo que a Emenda Constitucional 347 seja aprovada.

Só para informar a todos que na última audiência da qual participamos, lá na Comissão de Educação, foi remetido, por decisão daquele plenário do qual fiz parte, assim como o Senador Cyro Miranda, um ofício ao Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, no sentido de que a PEC fosse colocada em votação. Esperamos que seja apreciada o mais rapidamente possível.

Passamos agora a palavra à Srª Maria do Socorro Nery da Silva Cruz, tia e mãe de aluno especial, que

também fez um depoimento na linha da aprovação da PEC e do projeto do Senador Cyro Miranda.

V. Sª está com a palavra.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA

CRUZ – Agradeço muito por mais esta oportunidade de participar desta Comissão. Eu sempre me agarro a Deus e a Nossa Senhora para que nós consigamos que essa PEC seja promulgada, a PEC nº 347/2009.

O que acontece é que nós que temos filhos ou algum parente como pessoa especial sentimos na pele a falta de amparo legal. A maioria que tem filhos com idade acima de 18 anos já esteve no Ministério Público, pedindo que eles nos ajudassem a garantir o direito de nossos filhos maiores de 18 anos ficarem na escola. O Ministério Público que não tem condição, porque diz que não há respaldo legal. A Defensoria Pública também. Vários pais deram entrada na Vara da Infância e Juventude pedindo ajuda, pela lei dos homens, que nos ajudassem a manter nossos filhos na escola. Na hora de o juiz dar o veredicto, ele não tem respaldo legal para dar ganho de causa ao aluno. Então, no nosso caso – estou falando do DF, porque a experiência vivida é aqui –, eles não nos dão ganho de causa, porque não têm respaldo legal.

Ora, vejam como é difícil a situação de nós pais e a de nossos filhos. Se existem os órgãos de Justiça para quando for preciso recorrermos a eles, e eles falam que não podem nos ajudar, que alternativa tivemos? Recebemos orientação legal do Defensor Público Dr. Sérgio Domingos, da Vara da Infância e Juventude. Várias vezes, ele acolheu pais de alunos especiais. Ele mesmo, várias vezes, deu entrada na Vara da Infância e Juventude, e quando chegou a hora do veredicto, o juiz não pode nos ajudar, porque a lei não ampara.

Então, meu pedido aqui, Senadores... Eu sei que estou aqui no Senado, mas aqui também tem a Câmara dos Deputados. Vocês precisam nos ajudar.

Por quê? Vejam bem. Lá fora, perante a Justiça, nossos filhos não têm direito. Aqui foi onde obtivemos informação e chegamos à conclusão de que essa informação é a correta, de que nós temos que pedir para vocês, Senadores e Deputados, que nos ajudem na promulgação da PEC nº 347/2009. Por quê? Aqui é a Casa do povo. Se a Justiça... Olha, vocês têm sempre de pensar que nós não temos condições, muitas vezes porque vocês têm os afazeres de vocês, de manter um contato constante, pedindo que nos ajudem. Assim, individualmente, dizer: “Não, eu prometi isso, eu vou tentar ajudar e tudo”. Nós sabemos que vocês têm o compromisso de vocês, mas nós estamos sofrendo. Então, se não houver...

A PEC está na Câmara desde o dia 4 de abril de 2009. De lá para cá, nós temos sofrido muito para

manter nossos filhos na escola. Por quê? Quando chega a hora, o começo, agora... O terror está começando agora aqui no DF. Esta semana, no dia 17, começou a renovação de matrícula. Nós não temos a garantia de que nossos filhos vão ficar no ano que vem. Se estamos recorrendo à Casa do povo, que é o Congresso Nacional, e se esta Casa não nos ajudar, vejam bem, nós não temos para onde ir! Não temos! Porque já estamos vindo da parte da Justiça, que é quem poderia nos ajudar, interpretando a lei. Só que eles disseram que não têm como nos ajudar.

Então nós estamos aqui, no Congresso Nacional, na Câmara, porque demos entrada na PEC lá, e depois, com fé em Deus e em Nossa Senhora, essa PEC vai ser posta em votação lá, vem aqui para o Senado e, com fé em Deus e em Nossa Senhora, os Senadores vão se compadecer e colocar a PEC em votação, para que ela seja promulgada.

Meu pedido para vocês é o seguinte: vocês têm que nos ajudar. Não temos mais para onde correr. Não temos. Tanto a Câmara quanto o Senado são os dois locais em que nos resta a esperança de fazer valer os direitos de nossos filhos. E fazer valer os direitos de nossos filhos como? Mexendo na Constituição, porque foi essa a orientação que nós tivemos. E olhem que o caminho é longo, viu? Nós estamos aqui, mas temos levado muita pancada. E peço muito, muito para vocês, que os Senadores entrem em conversação com o Presidente da Câmara, com os Deputados, para que coloquem logo a PEC em votação. Ela está no ponto de ir a plenário. Lá no andamento está escrito: "Pronta para plenário". Mas não sei por que não vai para a votação, ela não vai para... Para a agenda, até que ela foi, mas não foi posta em plenário, porque, na hora, por alguma razão, ela teve que sair.

Eu peço: vocês, como representantes do povo... E pensem mesmo. É uma coisa muito séria você não ter amparo legal, recorrer à Casa do povo, e só falta agora a Casa do povo falhar conosco. O senhor falou que são 25 milhões de pessoas deficientes. Vocês pensem quantas pessoas desamparadas por falta de uma lei para nos ajudar. Isso não é possível.

Eu estou pedindo aqui para vocês, encarecidamente, porque, depois, quando acaba a audiência, nós, os pais, saímos assim meio – como é que eu digo? –, meio sem rumo, porque aqui, quando estamos pedindo a vocês, sentimos aquela sustância na coisa. Só que aí nós recebemos pedido de matrícula, essas coisas, renovação de matrícula, e vem aquela expectativa de falta de amparo. Mas nós vamos conseguir, porque eu tenho muita esperança em vocês, por meio dessa PEC.

O Senador Cyro Miranda é uma pessoa maravilhosa. E vou dizer por que. Porque ele está mexendo

nesse projeto de lei, fazendo esse projeto de lei para alterar a idade limite. Isso também vai nos ajudar e vai complementar a PEC. Por isso eu lhes peço. Inclusive eu queria pedir, se vocês puderem, que nos mantivessem, nós, os pais, informados. Sabem por quê? Nós ficamos totalmente desamparado. Nós estamos vivendo essa renovação de matrícula, estamos no final do ano, e não sabemos se vamos conseguir que nossos filhos fiquem na escola, porque, atualmente, eles não têm direito à educação quando completam 18 anos.

É o que tenho a dizer.

Muito, muito obrigada. *(Palmas)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a Sr^a Maria do Socorro.

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ao abordar esse tema da PEC, eu queria fazer uma sugestão, agradecendo a presença da Senadora Ana Rita, que é a vice-Presidente, e do Senador Paulo Davim: que, juntamente com V. Ex^a, nós marcássemos com o Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia, com a maior urgência, entre hoje, se possível, ou a semana que vem, uma audiência para pedir prioridade em relação a essa PEC. Depois que a PEC vier para cá, nós tomaremos conta. Então V. Ex^a faça as considerações depois eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, vamos resolver. Sua sugestão é aceita. Vamos pedir que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, porque esta é uma reunião mista, que as duas Comissões peçam uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, em que se farão presentes o Senador Cyro Miranda, autor do projeto, a Senadora Ana Rita, vice-Presidente desta Comissão, eu me farei presente também, e vamos, naturalmente, buscar outros Senadores da Comissão de Educação.

Quero apenas lembrar a todos que a PEC precisa de votação de três quintos nas duas Casas. O projeto do Senador Cyro, que atinge o mesmo objetivo, exige votação simples aqui e lá. Então, nós podemos assumir um compromisso. Eu tenho condições de dar o relatório já na semana que vem para votarmos aqui na Comissão de Educação, para ver se ele vai para a Câmara com rapidez. Depois, quem sabe, lá na Câmara, pediremos a aprovação da PEC e do projeto.

Então, neste momento vou passar a palavra ao Professor Marcelo Donizete da Silva Pereira, do Coral Acorde, do Centro de Ensino Fundamental nº 1, de Taguatinga, para que faça considerações sobre este momento tão importante e a importância dessa política

de inclusão. Ao mesmo tempo, eles farão uma apresentação para nós. Depois, vou passar a palavra aos Senadores e a mais duas convidadas: Cláudia Hakim e Mirella Lampolsky.

Então, Professor, V. S^a está com a palavra.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Nós viemos trazendo aqui os alunos do Coral Acorde. Eles estudam no Centro de Ensino Especial nº 1, de Taguatinga. Eles vêm mostrar a vocês que são capazes, altamente capazes.

Na escola, não costumamos ver nossos alunos com as limitações que eles têm. Nós procuramos sempre valorizá-los, porque eles têm toda uma experiência de vida. Eu costumo dizer que muitas vezes não ensinamos muito a eles não. Eles, todos os dias, nos ensinam muito. Nós apenas oportunizamos a eles essas situações. Isto aqui para eles, hoje, é a melhor coisa do mundo, mostrando tudo do que são capazes.

Eles vão ler algumas frases para vocês de um texto de uma pessoa que já esteve aqui, em uma das audiências. É uma psicologia especialista em diagnóstico infantil, Dr^a Candy Gifford.

Eu tenho cinco alunos que vão fazer essa leitura para vocês.

Janderson.

O SR. JANDERSON OLIVEIRA ROCHA – Sou diferente, mas também sou igual.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Peter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para situar, vai ser agora o Janderson...

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – O último que falou foi o Janderson. Agora vai falar o Peter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Eu só aprendo porque vocês acreditam em mim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Nós temos agora a aluna Islaine.

A SR^a ISLAINE MENDES DOS SANTOS – Eu me descubro no seu olhar, fico preso nesse olhar e cresço se o caminho for livre. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O pessoal está pedindo que o Janderson fale de novo.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Janderson?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, Janderson.

Foi falha minha aqui.

O SR. JANDERSON OLIVEIRA ROCHA – Eu sou diferente, mas também sou igual. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Janderson.

Foi falha nossa, aqui no som.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Vamos ter a aluna Cilene.

A SR^a CILENE DIAS CORREIA – Eu preciso de alguém que siga meus passos, sonhe comigo e viva o meu desejo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns. Essa foi a Cilene.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Nós vamos ter agora, para finalizar, o aluno Max Bob.

O SR. MAX BOB RABELO MAIA – Por favor, abandone seus preconceitos, desconstrua os rótulos e nos acolha com as nossas diferenças e semelhanças. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Neste momento, eles vão cantar uma música para vocês, uma música que cabe muito bem no momento, uma música de Roberto Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita só que eu destaque aqui a fala deles. Nós ouvimos aqui Janderson Oliveira Rocha, Peter Marcos Bertolucci, Islaine Mendes dos Santos, Cilene Dias Correia e Marcos Bob Rabelo Maia. Uma salva de palmas a todos eles pelo brilhantismo da exposição. *(Palmas.)*

Professor, com a palavra.

O SR. MARCELO DONIZETE DA SILVA PEREIRA – Agora eles vão apresentar para vocês uma música de Roberto Carlos, “É Preciso Saber Viver”, uma música que eles cantam com muita alegria. Acho que vocês vão gostar.

(Execução da música “É Preciso Saber Viver”.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! *(Palmas.)*

Professor Marcelo Donizete da Silva Pereira, não sei se é pedir muito, mas se nós, que devemos tanto a você, tivermos o direito, pedimos bis. Mais uma, se possível. É lindo demais. É um brinde ao Brasil, que está assistindo pela TV Senado.

(Execução da música “O Sol”, de Jota Quest.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns mais uma vez. (*Palmas.*)

Maravilha de show. O Senado e o Brasil agradecem.

O Professor, na sua introdução, foi muito feliz ao dizer que a escola potencializa toda a eficiência e não somente a palavra deficiência, porque todos nós temos alguma deficiência. Eu tenho as minhas e procuro potencializar, como o senhor falou, áreas em que sou mais eficiente.

Então, uma salva de palmas, mais uma vez, a todos eles. (*Palmas.*)

Enquanto eles voltam para o plenário, permitam-me que eu faça aqui uma pequena homenagem. Todos nós nos emocionamos, mas eu, como estava num lugar estratégico, vi o choro de um Senador. Vi o Senador Cyro Miranda enxugando as lágrimas. Muito bonito, Senador Cyro Miranda. Isso é um orgulho.

O SR. MAX BOB RABELO MAIA – Eu queria falar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você fala aqui. Fale, fale.

O SR. MAX BOB RABELO MAIA – Por favor, abandonem os seus preconceitos, desconstruam rótulos e nos acolham com nossas diferenças e semelhanças. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, valeu.

Conforme havíamos combinado, agora vou passar a palavra à Sr^a Cláudia Hakim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Paim, permita-me fazer um agradecimento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Paulo Paim, senhores convidados, Senadora Ana Rita... (*Palmas.*) Para mim, em especial, é muito gratificante estar aqui hoje.

Primeiro, agradeço ao Professor Marcelo Donizete por esta belíssima apresentação e por ter repetido palavras da minha esposa, Candy. Perdoem-me a emoção – aliás, a emoção não é para ser perdoada, é para ser vivida. Eu me emocionei muito desde o momento em que vi essas crianças. Em nome da Candy, ou da “Ghandi”, como disse o Paulo, agradeço profundamente.

Quero dizer que duas assessoras minhas, a Aninha e a Viviane, que estão aqui presentes, me trouxeram este presente, que foi o contato com vocês. Tive duas felicidades: uma, de poder ajudá-los nesse projeto; e outra, de ter como parceiro o Senador Paulo Paim, que vai ser o Relator e, certamente, ainda vai melhorar ainda mais este projeto.

Nós aqui, a Casa do povo, devemos muito ao povo. Temos que pedir desculpas a você, porque há leis em excesso neste País, mas em excesso também há os não cumprimentos da lei. E temos que estar sempre aperfeiçoando cada vez mais alguma coisa para dar esse conforto. Vocês têm direito a isso. Não há nada mais dignificante do que podermos ajudá-los. Nós estamos fazendo a nossa obrigação.

O Sr. Antônio e a Sr^a Maria do Socorro nos pedem esse socorro, uma coisa a que ela tem direito, pela Constituição, um direito que é dado a todos e não é cumprido. O Estado, que hoje faz tantas coisas desnecessárias, não olha para 25 milhões de pessoas que têm necessidade de uma atenção diferenciada.

Eu costumo dizer, Paulo, que, quando temos fome, que é o caso deles, não adianta dizer: “Passa o mês que vem que eu vou arrumar comida”, porque a fome é hoje, a necessidade é hoje. O depoimento de vocês é a forma viva que nós temos de enfrentar esse problema, tenho certeza.

Hoje eu não tenho condições emocionais de falar o que eu penso, mas eu, com o meu parceiro e amigo, Senador Paulo, vamos não apenas falar, mas também agir. É nossa obrigação. Vocês não nos devem nada, nós é que devemos a vocês, porque os diferentes somos nós, que não estamos conseguindo compreender. É o Poder Público, que não está fazendo a sua parte. Em nome do Poder público, eu lhes peço desculpas e lhes prometo que, junto com Paulo e Ana Rita, meus colegas de Senado, vamos abraçar essa causa como uma das principais.

Eu ouvi depoimentos, na audiência passada, do Senador Paulo Paim, que me emocionou profundamente – um caso que houve com a sua irmã –, e também da Senadora Ana Amélia. Nós estamos irmanados nesse sentimento com os senhores e vamos cumprir nosso papel de parlamentares. Nós não estamos aqui obrigados. Estamos aqui porque queremos e lutamos muito para chegar aqui. Então, é nossa obrigação. Nós devemos desculpas, e vocês não têm nenhum agradecimento a nos fazer. Prometemos que vamos envidar todos os esforços para resolver essa situação que lhes é de direito.

Meu muito obrigado a todos. Mais uma vez, me desculpem. Meus agradecimentos à Mirela e à Cláudia, que vieram – ontem, estivemos juntos – e que procuram nos subsidiar no aperfeiçoamento dessas leis.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (*Falha na gravação*) ...a Comissão, Senador Cyro Miranda, sobre o seu projeto. Como já está em meu gabinete, vou construir o parecer com a equipe, ainda neste fim de semana, vou entregá-lo na segunda-

-feira, e poderemos, quem sabe, colocar como matéria extrapauta já na próxima reunião da Comissão, na terça-feira. E é terminativa. Uma vez aprovada lá, vai direto para a Câmara dos Deputados.

Parabéns ao Cyro Miranda. Não vou fazer alteração, para que seja votada com rapidez. Vamos votar, se Deus quiser, já na terça-feira. Daí vai direto para a Câmara. Quando nós formos, talvez, conversar com o Marco Maia, poderemos explicar. Eu digo Marco Maia porque o Marco Maia é do meu sindicato. Ele era membro da diretoria do meu sindicato, lá em Canoas. São coisas do destino: ele virou Presidente da Câmara e eu virei Senador. Vamos conversar com o Marco, então, para ver se ele coloca em votação.

Senador, parabéns pelo seu projeto.

Vamos então passar a palavra, como havíamos combinado, à Sr^a Cláudia Hakim.

A SR^a CLÁUDIA HAKIM – Meu nome é Cláudia Hakim, sou assessora do Núcleo Paulista de Altas Habilidades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Cláudia, a senhora vai entender e me desculpar. Há uma menina que está com a equipe – eles vão ter que sair devido aos veículos que vão levá-los – que gostaria de dizer uma mensagem antes de passarmos a palavra aos painelistas.

Por favor, o seu nome?

A SR^a MARINA – Marina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Marina. Fale para nós aqui.

A SR^a MARINA – Eu ouvi você falando ali. Você estava falando, entrevista, tudo. Parabéns para você, para a Eunícia também. O Gustavo está ali, meu amiguinho. A foto ali. Todo dia eu vejo jornal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cristovam.

A SR^a MARINA – Cristovam. Eu lembro dele falando na televisão. Acidente, carro, tem polícia seguindo. Toda vez. O homem pega também a mulher, o bandido rouba casa, tudinho. Outro também que eu vi é o Geraldo. O Geraldo fica falando assim, fica falando também. Eu queria saber assim: você está aqui falando isso, direitinho para nós, explicar... No Jornal vai passar também eu aqui falando, porque você está... Parabéns para você. Ativista... Você também, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Marina, que fez uma saudação a todos nós, lembrando o Cristovam, que é aqui de Brasília. E, naturalmente, nos parabéns dela, faz um pedido para que aceleremos as leis aqui na Casa que atendam aos interesses de todas as pessoas. Parabéns, Marina, mais uma vez.

O Senador Wellington Dias também dá grande parte da sua vida por essa causa. Ele foi um dos grandes construtores daquele entendimento da distribuição melhor do nosso pré-sal e dos *royalties*. Parabéns, Senador. Eu sei da sua luta também por essa causa a que V. Ex^a tem dedicado parte de sua vida. V. Ex^a me dizia ontem no plenário – permita-me contar o que você me disse – que foi ao meu Estado para participar de uma reunião com os autistas, e voltou empolgado, impressionado.

V. Ex^a está com a palavra. Em seguida, passo em seguida para...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Perdoe-me já chegar aqui quebrando o protocolo, Senadora Ana Rita, mas eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, ela quer dizer só uma frase para você.

A SR^a REGIANE PRESOT – Tudo bem, Senador? O senhor é meu conterrâneo, somos da mesma cidade de Joaquim Pires, no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela está dizendo com muito orgulho.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Que maravilha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem estava com a palavra era a Cláudia Hakim, que é uma das nossas painelistas, mas, como eu provoquei o Senador, ele só quer dar uma rápida saudação. Em seguida, passo à nossa convidada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero apenas dizer algo que interessa tanto à Comissão de Educação como à Comissão de Direitos Humanos. Eu estive lá para conhecer um método que agora está sendo avaliado cientificamente, que é o Son-Rise, que é um método de tratamento do autista, já comprovado com muitos autistas no Brasil e no mundo. No Brasil, não tanto. No Brasil, são seis casos que os médicos, embora não seja, ainda, cientificamente atestado, mas que fonoaudiólogos, psicólogos, médicos, enfim, atestam a cura, que é uma coisa que, para a ciência, ainda é tido como uma das áreas que não têm cura, o autismo. Isso foi comprovado.

Eu estive lá acompanhando e me empolguei. Tenho uma filha que é autista, que tem essa particularidade. Existem duas experiências públicas: em Ji-Paraná, Rondônia, e em Blumenau, Santa Catarina. Pelo setor público, são as duas únicas no Brasil.

Então, eu queria dizer ao Presidente que foi uma alegria partilhar, em seu Estado, dessa experiência. E tenho a ideia de que possamos ouvir profissionais, inclusive o Governo, a apresentação dessa área.

É um prazer também, Regiane. Recentemente, estive lá na sua cidade, Joaquim Pires, que nos orgulha muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele conhece tudo. Sabe até a sua cidade.

Volto a palavra, então, à nossa convidada, Sr^a Cláudia Hakim.

A SR^a CLÁUDIA HAKIM – Meu nome é Cláudia Hakim, eu sou assessora jurídica do Núcleo Paulista de Altas Habilidades e Superdotação. Eu tenho um *blog*, que é o Mãe de Crianças Superdotadas, e advogo também na área.

Nossa realidade, muito embora pareça muito distante da realidade que aqui estamos vendo hoje, em muito se assemelha, porque tanto quanto as pessoas que precisam desse tipo de atendimento de educação especial, as crianças superdotadas também precisam de um atendimento e de uma educação especial que não está sendo realizada no Brasil inteiro.

Venho de São Paulo. São Paulo tem uma situação muito crítica, muito caótica em relação à educação das crianças superdotadas, muito embora o projeto de lei do Senador Cyro Miranda faça menção à educação especial, em alguns pontos, abordando até, especificamente, o que diz respeito às crianças superdotadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê a possibilidade de aceleração de séries, a formação e capacitação de profissionais, outras propostas de atendimento. Porém, nada, na prática, tem sido feito. O que acontece, na prática, é que secretarias de educação, diretorias de ensino, escolas, supervisores de ensino desconhecem a Lei de Diretrizes Básicas. No que diz respeito à educação de superdotados, a proposta pedagógica é de aceleração de série, de enriquecimento curricular.

Eu, como advogada, tenho recebido muitos casos para resolver na Justiça. Ao contrário do que foi levantado por vocês, de que não há previsão legal, no nosso caso, existe previsão legal, porém não está sendo aplicada. São muito poucas as pessoas que têm acesso a um advogado, conhecimento. São poucos os profissionais especializados na área que podem resolver esses casos individuais. Então, muitas crianças deixam de ser atendidas em suas necessidades.

Eu vi o exemplo do professor e fiquei emocionada, porque o professor tem um envolvimento, tem um engajamento, tem uma capacitação para saber lidar com aquele tipo de aluno, com aquela necessidade. Isso não acontece com crianças superdotadas.

Eu já vi caso de supervisores de ensino que negaram a existência da superdotação; crianças que já haviam sido aceleradas de série por suas escolas, bem adaptadas, motivadas, felizes, bem social e emocional-

mente, que foram obrigadas a voltar de série por uma imposição da diretoria de ensino. Por sorte, eu intervim, entrei com mandado de segurança e consegui reverter a situação, mas é um transtorno emocional para as crianças, para a família, é um desgaste com a escola. As crianças às vezes elas trocam seis, sete vezes de escola, porque nenhuma escola dá o atendimento.

A situação das crianças superdotadas, no Brasil, é crítica.

Eu tenho um *blog* em que recebo a visita de 200, 300, 400 pessoas por dia, cartas de mães do Brasil inteiro, às vezes de mães brasileiras que moram fora do País, que vêm pedir ajuda. Elas não sabem a quem recorrer, não sabem quem faz a orientação, quem faz a avaliação dessas crianças, que escola vai atender.

É uma situação desesperadora. Então, quando vi o projeto de lei do Senador, que me foi enviado por um colega da causa, eu me emocionei. Entrei em contato com a assessoria do Senador, e fui brilhantemente, muito bem atendida pela assessora, a Vivian, e pelo Senador. E eu gostaria que ficasse ressaltado, nesse projeto de lei, que a educação especial também se aplica e tem de ser voltada para as crianças superdotadas, porque nada tem sido feito.

Nós também precisamos de ajuda, muito embora estejamos no oposto da educação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pela contribuição, Dr^a Cláudia Hakim.

Passamos a palavra, agora, à nossa também convidada Dr^a Mirella – a pronúncia eu vou tentar, e a senhora complementa. Eu tento, porque vou aprender: lampolsky. Saiu mais ou menos? Então, está com a palavra.

A SR^a MIRELLA IAMPOLSKY – Obrigada. Bem, meu nome é Mirella lampolsky, sou mãe de duas crianças com altas habilidades. A minha filha Priel tem nove anos e o meu filho Thor tem sete anos. Os dois foram avaliados como com altas habilidades.

Eu não conhecia uma situação que se faz necessária, que é o foco em complementos, na ampliação da educação, no dom das habilidades.

Então, em adendo a tudo que aqui foi discutido, eu acrescento apenas que a educação especial, ampliativa, os complementos focados ao dom, a habilidades e méritos individuais se fazem não só um direito, mas lei oficial a ser acatada e praticada para que, assim, os superdotados possam ser incentivados e, dessas habilidades bem exploradas, podem, quem sabe, sair contribuições efetivas para um Planeta melhor, fazendo a diferença para avanços, para uma sociedade mais justa e equilibrada, respeitando os valores e limites de cada cidadão.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Mirella, pela sua contribuição ao debate.

Neste momento, eu passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero, primeiramente, dar um bom-dia a todos que estão aqui, um bom-dia ao pai e à mãe que representam, com certeza, todos os pais e mães de alunos especiais.

Quero cumprimentar também a Dr^a Regiane, o Dr. Charles, as demais pessoas aqui presentes, nossos colegas Senadores.

Esse tema da educação especial já esteve, por outros momentos, em debate nesta Casa, mas, particularmente no dia de hoje, tem um diferencial, porque vocês nos trazem uma demanda que já está em andamento no Congresso, particularmente na Câmara dos Deputados, e que ainda não foi votada.

Esse encaminhamento já foi dado, aqui, pelo nosso Presidente. Estamos juntos e, com certeza, faremos essa audiência com o Presidente da Câmara, para que possamos verificar o porquê de o projeto ainda não ter sido votado, o que está acontecendo, porque, na minha opinião, o projeto é extremamente necessário, importante e não vejo polêmica com relação ao que está sendo proposto.

Então, quero parabenizar vocês, também, por essa luta.

Eu sou assistente social por formação, tenho acompanhado, um pouco, o movimento de pessoas com deficiência no Estado onde moro, já fui do Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência do meu Estado e sei como é difícil esse movimento, como é difícil essa luta, mas acho que muitas conquistas já conseguimos garantir na história, não é? Muitos passos importantes já foram dados, mas no que se refere à educação especial, ainda temos muitas dificuldades pela frente.

Na verdade, Senador Paim, quero aproveitar a oportunidade, porque esta é uma audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão de Educação, para citar que estamos trabalhando para aprovar o Plano Nacional de Educação. Acho que vocês estão acompanhando, estão cientes disso. Uma das metas do Plano Nacional de Educação trata justamente da inclusão das pessoas com necessidades especiais.

A Meta 4 fala da universalização para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Na verdade, estamos trabalhando para melhorar essa meta inclusive.

Então, o núcleo de parlamentares, Deputados e Senadores, que fazem parte do PT, fizemos diversas reuniões no sentido de produzir esse material, que ficou pronto recentemente, Senador Paim. Com certeza, o senhor e os demais Senadores o receberão. É um estudo que fizemos e servirá como contribuição para os parlamentares, assim que o Plano Nacional de Educação chegar ao Senado para ser votado. E o texto que estamos propondo coloca que a Meta 4 deverá ter o seguinte texto:

“Garantir para toda demanda ativa a educação básica especial inclusiva para as pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento e, quando necessário, o atendimento especializado gratuito, de acordo com levantamento anual da população, bem como atendimento na rede regular de ensino aos superdotados, na faixa de obrigatoriedade escolar”.

Além da aprovação da PEC, que é uma alteração na Constituição Federal, é importante avançarmos também no Plano Nacional de Educação, no sentido de garantirmos na meta, de forma clara, o que se pretende com a inclusão das pessoas com deficiência.

E quero também fazer esse pedido, para que as pessoas que têm interesse nessa causa, como a Dr^a Cláudia, que aqui já se colocou, possa acompanhar esse debate; se puder também oferecer alguma contribuição, ficaremos felizes com a contribuição da senhora, e acho que são passos que estamos dando.

Todos se emocionam, os pais particularmente. Eu tenho pessoas na família com deficiência mental e, na verdade, os índices de pessoas com deficiência no País parece que estão aumentando cada vez mais. Pelos últimos dados que tenho, parece que 14% da população tem algum problema de deficiência – não sei se aumentou esse índice –, mas hoje em dia é mais ou menos isso, 14%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que daria, mais ou menos, 26 milhões de pessoas.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mais ou menos 26 milhões de pessoas.

Então, é preciso avançarmos em políticas públicas para atendimento às pessoas com deficiência, em todas as áreas. Em todas as áreas. A educação é essencial, e, para a educação inclusiva, é importante que as escolas estejam preparadas. Quero aqui fazer coro ao que a Dr^a Cláudia nos colocou: não é suficiente apenas fazermos uma boa legislação, mas é importante assegurar para que essa legislação seja, de fato, aplicada adequadamente.

Quando se fala de educação inclusiva, há um emaranhado de coisas de que precisamos cuidar: tam-

bém da formação dos educadores, não só dos professores, mas de todos os que atuam na escola, de todos os profissionais que atuam nas escolas, que atuam em todas as instituições de ensino, porque a criança chega e é atendida por diversos profissionais, e não só pelo professor que está em sala de aula. Então, é importante trabalhar a formação desses profissionais, é importante adequar as nossas escolas, equipar as nossas escolas, criar condições de mobilidade interna nas escolas. Esse é um processo em que vamos avançando ao longo do tempo. Eu acho que já demos passos importantes, já conseguimos avançar, mas ainda temos muito o que fazer.

Por último, quero parabenizá-los por esse trabalho, por essa luta, por essa disposição, por provocar esta Casa, provocar a Câmara, provocar o Senado. Sobre isso é importante a sociedade civil se manifestar, se posicionar, ajudando-nos no sentido de avançarmos cada vez mais.

Quero parabenizar vocês, parabenizar nossas crianças, parabenizar o professor, que aqui tão bem conduziu e com certeza tem conduzido muito bem o seu papel junto às crianças. Dizemos crianças, mas já são adultos. Crianças, adolescentes e adultos que estão aqui e que precisam do apoio do Estado para conseguir melhor qualidade de vida.

Neste momento, Sr. Presidente, era o que eu gostaria de dizer, fazendo essa ressalva com relação ao Plano Nacional de Educação, que brevemente chegará a esta Casa e estará em debate e à disposição para receber também as contribuições e possa atender, da melhor maneira possível, as necessidades da nossa população. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Senadora Ana Rita, que deu a sua contribuição.

A SRª MIRELLA IAMPOLSKY – Quando a Senadora bem colocou sobre o ensino obrigatório, que fosse também estendido ao ensino universitário, não só para os superdotados, mas também para os deficientes, porque a educação também vai continuar, e os superdotados também enfrentam muitas resistências no ensino universitário.

Do mesmo modo, na faixa que envolve antes dos quatro anos, porque muitas crianças estão alfabetizadas com dois, três, quatro anos. Não é só uma questão de alfabetização, mas elas apresentam essa facilidade antes, e a escola também não está preparada para lidar antes e depois dos 17 anos, enquanto durar a escolaridade.

Essa era a minha sugestão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho que o nosso amigo, convidado e cantor, autor de frases belíssimas, quer nos deixar uma mensagem, antes de ir para o ônibus. É o nosso convidado Peter Marcos Bertolucci.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Qual é o seu nome?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Paim. Ou Paulo só. Paulo é mais fácil.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Paulo, se o senhor puder me escutar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou escutá-lo.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Porque tem um... O senhor sabe que a escola é importante para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Porque, se eu ficar sem escola, eu adoeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Bela defesa. Parabéns.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Se o senhor puder me ajudar a ficar numa escola dessas, eu agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *Show, show, show.* Parabéns. Não só eu, como a Senadora Ana Rita, o Senador Cyro, todos nós vamos trabalhar para que isso aconteça.

O SR. PETER MARCOS BERTOLUCCI – Está bom. Obrigado. Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tchau, tchau. Boa viagem. Estamos juntos na caminhada.

Pessoal, vamos ter de marcar – o Cristovam tinha ficado de marcar – uma conversa com o Secretário de Educação aqui do DF, para levarmos a ele essa situação rapidamente. Se marcarmos a semana que vem... Vou pedir para a Comissão marcar uma visita nossa ao Secretário de Educação do DF, para relatarmos as duas audiências e avançarmos nessa questão específica aqui no DF, enquanto a lei não for aprovada, ok?

A SRª REGIANE PRESOT – Inclusive, Senador, deixamos a sugestão de a Comissão de Direitos Humanos da OAB participar dessa reunião, porque temos uma agenda bem próxima do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Quer dizer que a Comissão de Direitos Humanos da OAB vai também na visita.

Seria a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode e deve, porque nos ajuda a pensar junto.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – O senhor falou bem, que a nossa esperança, enquanto essa PEC não for promulgada, está na conversa que vocês terão com o Secretário de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para reforçar: que seja na semana que vem, viu, pessoal? Não dá para esperar mais.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Por quê, Senador? Porque atualmente está acontecendo a renovação de matrícula. Nós, que temos filhos, alunos especiais maiores de 18 anos, não temos a garantia de que eles irão frequentar escola no ano que vem. Falo isso – não é aleatório – porque existem muitos alunos já em casa, sem poder frequentar escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se a senhora me permitir, eu que estou lhe pedindo um aparte, agora.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria bom que colocassem nessa comissão tanto o Sr. Antônio como a Srª Maria. Ambos seriam convidados nossos, para que eles, mais do que ninguém, que vivem a questão, apresentassem argumentos ao Secretário, juntamente com os Senadores. Então, que vocês dois deixem os endereços. Claro, vamos convidar o Charles também. Vocês deixem os endereços, para que marcada a reunião, vocês dois estejam conosco.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Deixamos. E volto a frisar, Senador, que essa conversa dos senhores com o Secretário de Educação, atualmente, é a nossa esperança para mantermos nossos filhos na escola.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Olha, pessoal, podem saber que a fala do Peter Marcos Bertoluci foi linda, apaixonante e faz com que aceleremos os passos. Quando ele pediu: “Eu só quero ficar na escola. O senhor me ajuda?” Só isso já diz tudo. Não precisa muita fala.

Dr. Charles com a palavra.

O SR. CHARLES ROBERTO DE LIMA JÚNIOR – Presidente, obrigado.

Como eu já tive a honra de fazer uso da palavra, serão brevíssimas estas palavras.

Eu queria dizer, Antônio, que me causou grande preocupação a informação que o senhor trouxe a esta Casa no sentido de um orçamento anual da escola de

R\$60 mil, no outro ano R\$30 mil, e em outro ano R\$14 mil. É de causar perplexidade. Como se pode gerenciar o orçamento anual de uma escola com R\$14 mil, sendo que, de outro lado, só aumenta o número de alunos e de problemas? Então, causou-me bastante preocupação essa informação que o senhor deu.

O SR. ANTÔNIO MONTANINI – Essa foi a informação que eu recebi da diretora da escola.

O SR. CHARLES ROBERTO DE LIMA JÚNIOR – Paralelamente, eu gostaria de parabenizá-lo, porque o senhor também disse, aqui nesta Casa, que é um homem simples. Eu queria dizer ao senhor que não precisa ser letrado ou doutor para lutar. Basta ter coragem e coragem. E isso o senhor mostrou muito bem, emocionando-nos.

Em relação à Maria do Socorro, também me causou preocupação a informação que ela nos deu de que nosso País não oferece embasamento jurídico para termos êxito em ações judiciais e garantir um direito sobre o qual a Constituição é clara.

No início da reunião, eu li o art.205, que diz que é participação da família e obrigação do Estado fornecer essa inclusão das famílias. Então, a Drª Cláudia falou aqui – e faço votos também – que há, sim, supedâneo jurídico, embasamento jurídico. Eu queria saber – é motivo para discussão posterior – por que não está sendo usado? Mas, como advogado, faço minhas as palavras da colega. Há grande embasamento. Temos Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e outros dispositivos positivados em nosso ordenamento jurídico. É bem estranho escutar aqui que não há embasamento jurídico e por isso os alunos são largados à própria sorte. Fico bastante preocupado com isso também.

Gostaria de repetir as palavras da colega Drª Regiane, nossa Coordenadora da CDH–OAB, quando disse que a interpretação da Constituição em relação a direitos fundamentais – doutora, foi muito bem dito – tem que ser extensiva. É lógico. Se começarmos a restringir cada vez mais, onde vamos parar?

Por fim, gostaria de agradecer ao nosso Presidente Senador Paulo Paim, ao Senador Cyro Miranda e à assessora Vivian, que nos atendeu muito bem. E coloco à disposição, Presidente, a OAB-DF, agradecendo em nome do nosso Presidente Francisco Caputo. À Senadora Ana Rita, muito obrigado também pelas nobres palavras. E agradeço a Deus por este dia. Confesso aos senhores que, ao ver os colegas, a emoção foi grande. Nós viemos para tentar enriquecer, mas na verdade eu saí daqui muito enriquecido, emocionado e feliz com esta Casa. Vemos, lá fora, as coisas ruins que acontecem, mas das boas e nobres, infelizmente, não dão notícia.

Então, eu gostaria de agradecer a Deus e a todos por me propiciarem momento tão nobre e fantástico como o da apresentação emocionante dessas pessoas tão especiais. Muito obrigado pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria, neste momento – o Dr. Charles já começou –, assegurar aos nossos convidados uma saudação final em relação à nossa reunião, que ficasse em torno de três minutos, para que possamos encerrar os trabalhos. O Sr. Charles já fez a dele e pergunto à Maria do Socorro se quer fazer uma saudação de encerramento?

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA CRUZ – Eu agradeço muito a Deus e a Nossa Senhora por esta oportunidade, porque é difícil nós, que não temos o poder de decisão, ficarmos sofrendo essa falta de apoio tanto legal quanto de um modo geral. Mas acho que é terrível não ter o apoio legal e recorrer à Casa do povo, como eu estou fazendo agora, juntamente com todos os pais que se encontram nessa situação, e vemos protelar uma situação que nos está trazendo muito, muito sofrimento. Você ver tirarem seu filho da escola e dizerem que não há como mantê-lo porque ele completou dezoito anos e não tem mais direito à educação é terrível.

Volto a frisar que minha única esperança para que esta situação se normalize, ou seja, que nossos filhos tenham direito à escola é a Casa do povo. E eu espero muito – espero mesmo! – que a Casa do povo nos dê o apoio, porque essa é a nossa esperança. Estamos aqui com este sofrimento todo, e não é pouco, já é uma longa caminhada.

Graças a Deus, essa PEC foi aceita e decretada constitucional. Nossa esperança está nessa PEC. E, paralelamente, como disse o Senador Paulo Paim, há o projeto de lei do Senador Cyro Miranda, cuja tramitação não é tão complexa quanto a PEC, mas traz também outra esperança. Então, agradeço muito esta oportunidade. Muito, muito obrigada. Porque eu vou dizer: quando nós saímos daqui, nós nos sentimos totalmente desamparados.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Maria do Socorro. Eu quero comungar com a senhora – eu também gosto que falem diretamente comigo – que quando cheguei aqui correndo, por causa da audiência, vi a sua angústia no corredor e disse: “Fale aqui com o Thiago que depois a gente conversa”. E depois, falei com o Thiago: “Aí, atendeu à nossa querida Maria do Socorro?”. Ele disse: “Atendi. Estamos vendo”. Daí, fiz questão que a senhora viesse para a Mesa. E se a senhora me permitir dizer, cobre de

nós, se assim puder, de uma forma ou de outra, essa audiência com o Secretário de Educação já a semana que vem. Ligue e cobre. Diga: “E daí? O Senador falou ao vivo para o Brasil todo que iria ter a audiência”. Cobre. É isso mesmo! Essa pressão legítima faz com que cada vez mais atendamos à demanda.

Eu vou dar um exemplo. Ontem, atendi aqui a setenta índios. Estavam perambulando em Brasília porque tinham marcado audiência, mas resolveram não recebê-los. Daí, disseram: “Vamos falar com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos”. E recebi os setenta aqui. Os depoimentos que deram eram tão emocionantes como os que ouvimos aqui hoje, de fazer com que todos nós chorássemos. Quero deixar bem claro que eram índios do Tocantins. Enfim, liguei para o Ministério correspondente, e serão recebidos hoje à tarde, para apresentar a demanda deles. Mas não seria assim se não viessem para cá e não se reunissem comigo aqui. Na hora, peguei o telefone e, enquanto falava com a pessoa que deveria atendê-los – eles estava ouvindo –, eu dizia: “Eles estão aqui na minha frente. São setenta índios, índias e crianças. Eles não voltarão para o Tocantins sem que você os receba”. Felizmente – quero dizer que foi sensível ao apelo – ele disse: “Não, Senador. Não sei que equívoco houve. Vou recebê-los hoje, às 15 horas, hoje à tarde”.

Falo isso para que a sua audiência, que a senhora já vem pedindo – não hoje, mas desde a última audiência que tivemos – e que ainda não aconteceu, aconteça na semana que vem, de qualquer jeito. Espero que o Secretário não se negue a receber. Se se negar, vamos, de qualquer jeito, lá, O.K.?

Está acertado.

Então, vamos agora passar a palavra para a Drª Regiane, para as suas considerações finais.

A SRª REGIANE PRESOT – Ao mesmo tempo em que vou me despedir de V. Exª e agradecer o debate, a participação, digo que a Comissão de Direitos Humanos da OAB é muito participativa nessas temáticas envolvendo questão de direitos humanos como um todo e, especialmente, a questão da educação, presidida pelo nosso colega, Dr. Charles.

Ao mesmo tempo, para finalizar a nossa participação, não posso deixar de externar a preocupação que me foi despertada por esses argumentos que vimos aqui, apresentados por pais de alunos, que temem que seus filhos sejam retirados compulsoriamente da escola, porque completaram 18 anos.

Isso é um caso grave. É um caso de violação de direitos humanos pela República Federativa do Brasil. Então, o que estamos conversando é que o Direito brasileiro, o ordenamento jurídico brasileiro, já asse-

gura o direito à educação especial em todos os graus, independentemente da faixa etária.

Fico muito surpresa com isso. Caso as escolas brasileiras, caso o Governo brasileiro esteja dando esse tratamento, estamos diante de um caso de violação de direitos humanos, e a República Federativa do Brasil pode ser, inclusive, chamada a responder na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Essa é a minha preocupação central na finalização desta audiência, depois dos relatos aqui feitos.

Agora, quanto à matéria de legislação, é plausível, é louvável a iniciativa do Senador Cyro, no sentido de deixar muito claro, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a questão da educação especial, a questão de que não há limite de idade e dos graus que essa educação efetivamente vai compreender.

Compartilho também da preocupação apresentada pela colega Cláudia, de São Paulo. Aqui, no Distrito Federal, tive o relato de mães que têm este problema: os filhos possuem uma habilitação, um desenvolvimento superior, um Q.I. mais elevado. Pensando inicialmente nisso, parece ser bom o filho ter um Q.I. desenvolvido, mas no Brasil não é, porque eles passam a ter os mesmos problemas dos que possuem dificuldades no aprendizado.

Então, temos de tratar a educação especial de forma universalizante, universal. A questão é a necessidade especial, independentemente de ser uma necessidade alguém ou além em termos de aprendizado. Temos de universalizar. E reforço: a necessidade, a legislação, o reforço da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é importante, salutar, porque afasta de vez interpretações equivocadas. Mas o que está faltando no Brasil não é declaração de direitos, é concretização de direitos. E concretização de direitos se faz como? Por meio de políticas públicas adequadas, a questão do preparo das escolas, a questão da atenção especial ao ensino, da atenção ao treinamento e ao respeito à diversidade.

Com isso, encerro a nossa participação nesta audiência e agradeço a todos pelo momento emocionante de conviver com os senhores e com os alunos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Regiane Presot, que falou também pela Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Passamos agora às considerações finais do Sr. Antônio Montanini, pai de aluno especial.

O SR. ANTÔNIO MONTANINI – Bem, senhores, quanto à preocupação da Sr^a Maria do Socorro, nossa colega e companheira, que me fez o convite para entrar nesta luta, para participar do fórum permanente com relação à PEC nº 347, digo, é bem verdade, que muitos

desses que cantaram aqui, que se apresentaram, possivelmente, muitos desses não estarão na escola, se vingar essa situação. Muitos desses estarão em casa.

E eles também fizeram, neste ano, um atendimento alternativo. Com a minha filha, a maior dificuldade é dizer para ela “hoje é sábado”, “hoje é domingo”, “hoje é dia de folga”. Ela já quer colocar o uniforme. Às vezes, de manhã, ela já coloca o uniforme e quer ir para a escola. Então, imagine haver dias alternativos. A proposta, no início deste ano, era a de que ela tivesse terça-feira ou quinta-feira, segunda-feira ou quarta-feira de aula. E os outros dias? E quando o professor entra de abono, praticamente não há aula a semana toda. Como ficariam essas crianças, sendo que a escola para elas é um universo? É onde elas se sentem bem; embora aprendam um pouquinho, a conta-gotas, isso corresponde a 100%.

Então, a nossa preocupação é essa. Realmente, precisamos desse atendimento, dessa solução urgente.

Agradeço o convite de ir, juntamente com esta Comissão, ao Secretário de Educação. Estou pronto e disposto a acompanhar.

Agradeço ao Presidente desta Comissão a oportunidade que tive de poder me expressar, de poder aprender. Agradeço também ao Senador Cyro Miranda – embora já lhe tenha feito este agradecimento pessoal – o apoio à PEC nº 347 e o seu projeto de lei. Esse agradecimento já fiz pessoalmente, mas estou aqui falando para mostrar que estamos plenamente agradecidos por este atendimento, por esta assistência que estamos tendo aqui.

É bem verdade que agora estamos aqui serenos, calmos, tranquilos. Espero em Deus que, passando do portão para fora, não fiquemos angustiados nem ansiosos de novo.

Que Deus recompense o senhor e sua equipe, o Senador Cyro Miranda e sua equipe, que os contemple com múltiplas bênçãos dos céus. Aprendi aqui: vemos na mídia, aí fora, determinadas notícias, mas aqui há pessoas honradas e leais.

Eu agradeço poder continuar acreditando nisso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Não sei se a Senadora Ana Rita quer fazer alguma consideração.

Então, a partir deste momento, queria ainda remeter ao Plenário três requerimentos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Estou muito preocupado com a situação. Já falei dos índios, e vamos fazer outra audiência aqui, no dia 31, a pedido dos povos indígenas, para discutirmos a situação do povo indígena em nosso País.

Ainda sou daqueles que diz que um dia... Vamos instalar agora a Comissão da Verdade, que foi aprovada ontem na CCJ; nós tentaremos aqui, na Comissão, com alguns ajustes, também aprovar com rapidez. Teremos a Comissão da Verdade, para discutir, efetivamente, o que aconteceu neste País de 1946 até os momentos atuais, porque inúmeras pessoas foram assassinadas, mutiladas, torturadas e desapareceram, enfim, no âmbito da ditadura. Mas eu ainda queria que um dia tivéssemos a ousadia de fazer uma Comissão da Verdade, para que o Brasil esclarecesse o genocídio contra os povos indígenas e todo o período da escravidão em relação ao povo negro.

Somente a verdade, que não é contada corretamente nas escolas. As escolas distorcem o que este País fez, como o assassinato de milhões de negros e índios. Milhões! Milhões! E temos um dia que contar essa história. Então, minha esperança ainda é a de que haja a Comissão da Verdade para discutir esse passado, que temos o direito de saber.

Nesse sentido, vou colocar extrapauta um requerimento para debatermos aqui a situação dos quilombos no Brasil, ou seja, dos quilombolas.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Agora, vamos ao mérito, e vou passar para V. Ex^a. Vamos discutir o mérito.

Aqueles que concordam com o requerimento vão se posicionar a partir da fala de V. Ex^a. A questão quilombola.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Que bom, Senador, que haverá uma audiência sobre a questão dos quilombolas. Tenho interesse profundo em discutir esse tema. Vivemos uma realidade muito crítica no Estado do Espírito Santo. Depois, gostaria de conversar um pouco melhor com o senhor sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, com parecer favorável da Senadora Ana Rita, colocamos em votação que vamos realizar uma audiência pública o mais breve possível. Se não me engano, a previsão é para o dia 7. Haverá uma caminhada a Brasília do povo quilombola, e vamos recebê-los nesta Comissão.

Aqueles que concordam com o requerimento e com a defesa feita pela Senadora Ana Rita, que também é signatária do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pergunto se todos concordam que façamos um debate aqui na Comissão para discutirmos questões relacionadas ao mundo do trabalho e dos sindicatos.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a ler o requerimento.

Com fundamento no disposto art. 93, inciso II, do nosso Regimento, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos as questões trabalhistas e a questão sindical no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente, perante a Secretaria da Comissão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Por fim, requeiro, com a mesma preocupação com a questão quilombola, que votemos extrapauta o seguinte requerimento.

Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art.142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência para verificarmos a situação das comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul.

Há uma situação, no chamado Morro Alto, de conflito e de não entendimento, mediante uma decisão na Justiça favorável aos quilombolas. Como o conflito está instalado, eles pediram que eu participe, no próprio local, de uma diligência para dialogar com pequenos agricultores que também estão lá e com os quilombolas. Estão previstas duas atividades.

Eu queria que, no requerimento, fossem previstas as duas atividades: uma, na Assembleia Legislativa, e outra, no próprio Morro Alto. Eu diria que o requerimento tem esse objetivo. Se vocês concordam com a minha presença nas duas atividades, até para evitar, conforme informações que me chegaram, agressões dos pequenos agricultores e dos quilombolas. Não queremos o mal nem do pequeno agricultor, que cumpre seu papel, nem queremos permitir que sejam lesados os direitos dos quilombolas. Por isso, a Comissão de Direitos Humanos vai ao local, por duas vezes, se necessário: uma, na Assembleia, no dia 3 de novembro, e outra, na região do conflito. Já está instalado o conflito. Os próprios políticos, eu diria, do Rio Grande estão divididos. É normal que estejam divididos. Eu entendo isso. De um lado, estão os pequenos, pequenos mesmo, agricultores e, do outro lado, estão os quilombolas. Então, vamos para lá com o objetivo de contribuir para uma saída pacífica, no campo da paz, do entendimento e do bom senso, preservando os direitos de quem tem direitos. Aqueles que estavam lá há muito tempo como agricultores também terão que ser indenizados. Vamos ver como o Estado vai indenizá-los. Ou se há

outra saída que permita que eles possam, por exemplo – alguém já levantou esta hipótese –, arrendar as terras mediante acordo, entendimento. Não sou eu quem vai decidir. Mas vou lá para acompanhar o processo dos quilombolas.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

E quem concorda com que eu vá nos dois momentos para contribuir para uma política de paz e de entendimento, em nome da Comissão, como uma diligência, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado também no mérito.

A partir desses encaminhamentos, reafirmo que na semana que vem estaremos com o Secretário de Educação para discutirmos educação especial na ótica do debate que fizemos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Vamos encerrar a reunião, porque parece que alguns aeroportos estão em greve ou em estado de greve, e tenho que ir a Goiânia e, depois, a dois eventos no Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná. Então, vamos encerrar para ver se conseguimos pegar o voo.

Muito obrigado a todos. A luta continua. Vamos em frente. Viva a educação especial.

(A reunião é iniciada às 9 horas e 08 minutos e encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Luiz Henrique**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Blairo Maggi**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Delcídio do Amaral**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia**, **Cyro Miranda** e **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata

da 44ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Após consulta aos membros da Comissão, tem início a primeira parte da pauta, com a realização de **Audiência Pública**, Atendendo ao **Requerimento nº 40, de 2011-CRE**, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, aprovado em 04 de agosto de 2011, que, “*requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti*”, aditado pelo **Requerimento nº 41, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, aprovado em 1º de setembro de 2011, que requer que a oitiva do Senhor Ministro de Estado da Defesa seja realizada com a participação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, debatendo os diagnósticos, as estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas. O Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa e o General De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, são convidados a compor a Mesa. O Ministro da Defesa faz sua exposição inicial. Antes de passar à fase das interpelações, o Senador **Fernando Collor** passa a Presidência ao Senador **Luiz Henrique**, Presidente da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas. Após a exposição final do Senhor Ministro, o Senador **Luiz Henrique** devolve a presidência da Reunião ao Senador **Fernando Collor** para que dê andamento aos trabalhos. Ao cumprimentar os participantes da Audiência Pública pela contribuição, o Presidente procede à segunda parte da Pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 122, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti*”. O indicado é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. A reunião é tornada secreta às treze horas e onze minutos e reaberta às treze horas e doze minutos. **Resultado:** A mensagem foi apreciada. **Item 2**, da segunda parte – **Mensagem (SF) nº 117, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil*

junto aos Emirados Árabes Unidos.”. Relator “Ad Hoc”: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 3 – Requerimento nº 1182, de 2011**, de autoria do Senador Magno Malta, que “Requer autorização para participar do seminário intitulado “O avanço do consumo de drogas na Argentina”, a ser realizado em 6 de outubro de 2011, na Câmara dos Deputados da República Argentina, na cidade de Buenos Aires, para o qual foi convidado na condição de palestrante; e seja autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2011.”. Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 4 – Requerimento nº 1185, de 2011**, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “Requer, nos termos dos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o Senador Walter Pinheiro participar de visita a parques eólicos na Espanha e em Portugal, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requer, ainda, que seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado federal.”. Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 5 – Requerimento nº 43, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que requer “nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército **JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA**. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Excelência a respeito da salvaguarda de assuntos sigilosos e da importância do sigilo para a segurança do Estado e da sociedade”. Resultado: o requerimento foi retirado de Pauta a pedido do autor. **Item 6 – Requerimento nº 44, de 2011-CRE**, de autoria do Senador **Blairo Maggi**, que diz: “Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação do Sr. **Joanisval Brito Gonçalves**, Consultor Legislativo do Senado do Núcleo de Relações Internacionais e Defesa Nacional, com o objetivo de debater questões sobre o PLC nº 41, de 2010, que ‘Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.’”. Resultado: o requerimento foi retirado

de Pauta a pedido do autor. **Item 7 – Requerimento nº 47, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Blairo Maggi**, que diz: “Com fundamento no Regimento do Senado Federal, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 44 de 2011, de minha autoria, com a participação dos Senhores: Marcelo Rafael Rech – Jornalista, editor do site InfoRel; Thiago de Aragão – Sociólogo, da Arko Advice; Denílson Feitoza Pacheco – Procurador de Justiça no MPMG; Gilda Pereira de Carvalho – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão”. Resultado: o requerimento foi retirado de Pauta a pedido do autor. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Blairo Maggi**, **Fernando Collor**, **Aníbal Diniz** e **Luiz Henrique**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Foi enviado ofício a S. Ex^a o Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, consequentemente, Senador José Sarney, pela Presidência desta Comissão.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Ex^a designação da Senadora Vanessa Grazziotin para compor a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, na vaga antes ocupada pela Senadora Gleisi Hoffmann, bem como o desligamento do Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB – DEM).

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de elevada e distinta consideração.

Comunico, portanto, que a Senadora Vanessa Grazziotin passa a ser integrante titular desta Comissão na vaga deixada por S. Ex^a a Senadora Gleisi Hoffmann.

Comunicados do Ministério da Defesa. Redução de ilícitos na fronteira com o Paraguai.

“Balanço parcial da Operação Ágata II, coordenada pelo Ministro da Defesa, revela que as ações militares brasileiras têm contribuído para reduzir o índice de criminalidade na fronteira com o Paraguai. Somente em Foz do Iguaçu foram apreendidos 650 quilos de explosivos, duas toneladas de drogas, 8 armas de fogo, 510 quilos de agrotóxicos proibidos pela Anvisa, 2.400 produtos eletrônicos.

Há duas semanas, 8 mil militares dos três comandos reforçam o patrulhamento dos 3.500 quilômetros de fronteira do Brasil com o Uruguai, com a Argentina e com o Paraguai.

Comunico também que esteve em Brasília, na última segunda-feira, o Ministro da Defesa da Ucrânia. Foi recebido por S. Ex^a o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim. Foi tratada a ampliação da cooperação tecnológico-militar entre os dois países.

De concreto, anunciou que a Ucrânia integralizará sua parte da sociedade na Alcântara Cyclone Space, empresa binacional criada para comercializar serviços comerciais de foguetes e satélites a partir do Maranhão.

Segundo o Ministro ucraniano serão investidos US\$250 milhões no projeto, a partir do próximo ano.

Medida provisória que cria regras de incentivo para a indústria da defesa.

Hoje, às 15, no Palácio do Planalto, Salão Oeste, ocorrerá a cerimônia de anúncio de medidas de fomento à indústria nacional de defesa. A Senhora Presidente da República presidirá o evento, que terá a presença dos Ministros de Estado da Defesa e da Ciência e Tecnologia.

A preparação do projeto contou com a cooperação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, da Fazenda e do Planejamento.

Basicamente, as empresas do setor, com pelo menos ¾ de capital nacional receberão reduções de IPI e de PIS/COFINS. Atendem-se, assim, as justas reivindicações do empresariado, que ganha competitividade e recursos para investir no desenvolvimento de novos produtos”.

Outro comunicado desta Presidência é sobre a crise internacional.

A crise financeira internacional continua a agravar-se. Está se transformando em crise econômica e ameaça desdobrar-se em instabilidade política, se persistir a ausência de atitudes firmes que reassegurem os mercados internacionais.

As oscilações das bolsas de valores refletem temores quanto às dívidas soberanas e déficits públicos em relação ao desaquecimento econômico e no que diz respeito à saúde de sistemas bancários europeus.

A semana que terminou em 25 de setembro mostrou dados preocupantes, como a continuação do quase nulo crescimento da economia dos Estados Unidos.

O Federal Reserve realizou troca de títulos para manter taxas de juros baixas no médio prazo, vendendo títulos de curto prazo e comprando papéis de longo vencimento. Mas a operação foi vista com certo menosprezo pelo mercado que não reagiu com entusiasmo.

Ademais, em sua análise de conjuntura, o Banco Central americano declarou que a economia deve demorar a se recuperar. A economia europeia também segue dando mostra de pouco fôlego, com países como a Grécia, a Espanha, Portugal e a Itália em desaceleração. É preocupante também o fato de que a China diminuiu a velocidade de seu crescimento.

No campo financeiro, bancos da Zona do Euro têm tido dificuldades em levantar fundos no mercado interbancário e há suspicácia generalizada em relação às carteiras de instituições que estariam muito comprometidas em papéis da dívida grega e de também de outros países europeus em dificuldades.

Os bancos franceses Société Générale e Crédit Agricole foram rebaixados pela Agência Moody's por estarem sobrecarregados com títulos gregos. Por sua vez, a Standard & Poor's rebaixou a Itália pelo fraco desempenho econômico, pela dívida pública maior do que se esperava e pelos problemas políticos com o Primeiro Ministro Berlusconi, sob constante ataque.

Note-se que os títulos públicos italianos atualmente pagam praticamente o triplo dos papéis alemães. Na realidade, nas últimas semanas os títulos italianos têm sido sustentados pelas aquisições do Banco Central europeu. Essa Instituição tem, em coordenação com o Federal Reserve, emprestado dinheiro de suas reservas de liquidez para bancos europeus com dificuldades em obter funding de outras fontes.

O Banco Central europeu tem, no entanto, limitações para agir pois pode, e o tem feito, comprar títulos bancários, mas não pode socorrer instituições falidas. O aumento de recursos de 440 bilhões para 780 bilhões de euros e a flexibilização das regras do Fundo Europeu de Estabilização Financeira são medidas eficazes, mas têm que ser aprovadas pelos legislativos dos países da zona do euro e, portanto, não serão aplicáveis em curto prazo.

Na Alemanha, por exemplo, hoje, o parlamento alemão deve votar a expansão do Fundo em importante teste para a Chanceler Angela Merkel. Os meios políticos e o eleitorado alemão estão divididos sobre o socorro à Grécia e o próprio presidente do Banco Central alemão opõe-se a mais ajuda, que estimularia países a agirem irresponsavelmente.

Em relatório publicado em 20 de setembro, o Fundo Monetário alertou para as diferenças políticas entre países que podem ajudar e os que estão sendo obrigados a sofrer reajustes, o que impede a adoção de soluções mais duradouras.

O Fundo Monetário declarou também que os bancos da zona do euro poderão necessitar de injeções maciças de capital. Note-se que medidas de austeridade vão se tornando mais difíceis de serem aceitas pelos parlamentos e pela população dos países devedores. Protestos na Grécia, na Itália e na Espanha são exemplos de repulsa a cortes que atingem programas sociais de uma Europa acostumada a longos anos de bem-estar patrocinado pelo Estado.

A ideia de que os Brics poderiam vir a socorrer a União Européia, que foi muito divulgada aqui no Brasil, não teve repercussão na Europa nem nos Estados Unidos. Os Brics teriam pouca organicidade para empreender uma operação da dimensão requerida, pois seus interesses não são uniformes.

A China, mais de 70% das reservas dos Brics, acenou de forma vaga com certa aceitação do tema, mas levantou de imediato bandeira de seu reconhecimento como economia de mercado – é a condição que ela colocou. A Rússia já tem títulos europeus em suas reservas e dificilmente aumentaria a sua exposição em papéis europeus. Altos funcionários indianos manifestaram surpresa com o anúncio da ideia de ajuda dos Brics para a Europa.

A reunião conjunta em Washington do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, nos últimos dias 24 e 25 de setembro, está sendo vista com esperança, pois estaria sendo arquitetado um plano macro para resolver os problemas da União Européia. A urgência tem aumentado com a amplificação de rumores de que a Grécia poderia entrar em default em curto prazo. Na verdade, se o País não receber a segunda parcela de ajuda, aproximadamente oito bilhões de euros, em outubro, poderá incorrer em default, possibilidade já discutida abertamente pelos mercados internacionais.

A expectativa de que esteja a caminho um grande esquema de socorro ao Euro animou as bolsas, nos Estados Unidos e na Europa, nos dias 26 e 27 últimos, mas trata-se de movimento artificial que pode ser anulado por qualquer notícia negativa ou percalço na montagem da ajuda.

O comunicado seguinte refere-se à abertura do 3º Ciclo de Audiências da Agenda 2011/2012: Rumos da Política Externa Brasileira.

Gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, a partir de hoje, a Comissão de Relações Exteriores estará dando continuidade às audiências públicas

de sua agenda 2011/2012: Rumos da Política Externa Brasileira, com o início do 3º Ciclo de Painéis, dessa vez para debater o tema “Defesa Nacional”.

Esse 3º Ciclo compõe-se de seis painéis e está formatado com os seguintes subtemas e datas de realização:

Hoje, dia 29/10, “Defesa Nacional: reaparelhamento e modernização das Forças Armadas, avaliação da presença brasileira no Haiti”.

Dia 3/10, “O papel das Forças Armadas no Brasil: missão constitucional e atividades operacionais, função social, serviço militar obrigatório ou voluntário”.

Dia 17/10, “A estratégia nacional de defesa: reaparelhamento das Forças Armadas, indústria bélica, aquisição de armas e transferência de tecnologia”.

Dia 24/10, “Vigilância de fronteiras: organização e distribuição espacial na Amazônia e no sul do País”.

Dia 07/11, “Pré-sal. Papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade”.

Dia 21/11, “Forças Armadas em missões de paz: emprego em ações de reforço aos órgãos de segurança pública, utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira”.

Observe que para os dias 10 e 31 de outubro e 14 de novembro não foram programadas audiências, em virtude dos feriados previstos nas respectivas semanas.

Esse terceiro ciclo sobre Defesa Nacional encerra a agenda de 2011. Em 2012, a partir de 12 de março até 23 de abril, teremos o 4º e o 5º ciclos, com mais seis audiências para debater temas da agenda internacional, papel das instituições e conclusões.

Portanto, a audiência que teremos hoje, com S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim, fruto também de requerimento da Senadora Ana Amélia, dar-se-á em conjunto com a Subcomissão de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, presidida por S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O encontro de hoje será, portanto, a abertura deste 3º Ciclo de Painéis, que prosseguiremos na próxima segunda-feira, dia 3 de outubro.

Mais uma vez, conto com a imprescindível presença e a participação de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores desta Comissão, Senador Cristovam.

Na pauta que as Sr^{as} e os Srs. Senadores receberam 48 horas antes da realização desta reunião, constava como a segunda parte desta nossa reunião a oitiva de S. Ex^a o Sr. Ministro da Defesa. Mas pelo fato de hoje estar ocorrendo essa cerimônia a que já me referi, no Palácio do Planalto, às 15 horas, que é a assinatura de uma medida provisória em que Sua Excelência a Presidenta da República estará destinando recursos para o reaparelhamento e modernização das

Forças Armadas, nós, ouvimos os membros, os integrantes desta Comissão, ontem, por telefone, sobre se aceitariam a inversão de pauta, todos que foram contatados disseram que “sim”.

Dessa forma, hoje, a primeira parte da nossa reunião será dedicada a ouvirmos S. Ex^a o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, atendendo ao Requerimento nº 40, de 2011-CRE, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 4 de agosto de 2011, que requer, nos termos do inciso V, §2º, do art.58 da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para, em audiência nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta, entre eles a redução das tropas brasileiras no Haiti”, aditado pelo Requerimento nº 41, de 2011-CRE, de autoria do Senador Luiz Henrique, aprovado em 1º de setembro de 2011, que requer que a oitiva do Sr. Ministro de Estado da Defesa seja realizada com a participação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, debatendo os diagnósticos, as estratégias de modernização e o orçamento das Forças Armadas.

Convido, para que tome assento à Mesa, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim; o Exmº Sr. Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General De Nardi; e S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, presidente da Subcomissão de Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

Sejam V. Ex^{as} bem-vindos!

Ao dar as melhores boas-vindas, em nome da Comissão, a S. Ex^a o Ministro da Defesa, Ministro Celso Amorim; a S. Ex^a o General José Carlos De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, e agradecendo mais uma vez a participação de S. Ex^a o Senador Luiz Henrique nos trabalhos desta Comissão, daremos início à nossa reunião de hoje.

Informo aos senhores que, nessa primeira fase, como é de conhecimento de todos, será dada a palavra ao S. Ex^a o Ministro Celso Amorim e, depois, será concedida a palavra às Sr^{as} e Srs. Senadores para as perguntas, indagações e dúvidas que tiverem que fazer.

Apenas gostaria também de lembrar que, em função desse evento que será muito importante – volto a frisar –, que será realizado no Palácio do Planalto às 15 horas, com a assinatura da medida provisória que vai viabilizar o reaparelhamento e modernização e a questão do orçamento das Forças Armadas, S. Ex^a o Ministro da Defesa terá que destinar um pouco do seu tempo, ainda na parte do início da tarde, para esse evento. Por isso, pediria às Sr^{as} e Srs. Senadores que

entendessem que nós poderíamos levar esta nossa audiência – tendo em vista também a sabatina que será realizada posteriormente – até aproximadamente às 12 horas do dia de hoje.

Concedo a palavra a S. Ex^a...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que fosse retirado de pauta meu requerimento, o de nº 43, relacionado com a audiência pública do General-de-Exército José Elito para que a gente pudesse examinar esse requerimento com maior cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Agradeço a S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Agora, sim, com a permissão de S. Ex^{as}, passo a palavra a S. Ex^a o Ministro da Defesa Celso Amorim, para sua exposição.

O SR. CELSO AMORIM – Exmº Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmºs Srs. Senadores, General-de-Exército José Carlos De Nardi; em primeiro lugar eu queria dizer que é um prazer voltar ao Senado e a esta Comissão, onde estive tantas vezes na minha função anterior.

Quero reiterar o meu total empenho em esclarecer as dúvidas, estar aqui presente, participar de diálogo porque acho que esse diálogo é fundamental e até creio eu que vou dizer em seguida sobre um dos temas que demonstra importância. Se eu entendo bem, Presidente, os dois temas principais – sem prejuízo de perguntas que eu possa responder – dizem respeito um deles à questão de modernização do equipamento das Forças Armadas e orçamento, o que seria um bloco de temas, e o outro diz respeito ao Haiti. Há, inclusive, eventual cronograma de redução de forças ao Haiti.

Então, vou me concentrar nesses dois temas. Se V. Ex^a achar que estou sendo muito longo, por favor, diga-me.

Na realidade, também queria dizer que essa é minha primeira vinda aqui em menos de dois meses após assumir a pasta e, portanto, muitas das informações que tenho obtive ao logo desses dois meses e no próprio processo de preparação para a vinda a este encontro tão importante. De modo que é possível que algumas dúvidas colocadas aqui tenham que ser objeto de esclarecimento posterior.

Mas eu queria, desde já – até em função dessa limitação de tempo hoje da minha parte em função desse evento muito importante que V. Ex^a mencionou –, colocar-me totalmente à disposição para voltar aqui o mais cedo possível para tratar de qualquer outro tema específico ou continuar nessa exposição geral.

Eu vou tratar primeiro da questão ligada ao orçamento da Defesa e modernização das Forças Armadas brasileiras – que foi objeto, creio eu, de um dos requerimentos creio, inclusive, do Senador Luiz Henrique – e depois da questão do Haiti rapidamente e estaria pronto para as respostas.

Nessa questão do Orçamento da Defesa, eu gostaria de situar um contexto geral. Eu acho que não é muito apropriado nós olharmos apenas o Orçamento sem vermos em qual contexto a Defesa brasileira se insere.

Pretendo não ser muito longo, mas acho que preciso fazer isso.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a Defesa Nacional será tão mais robusta quanto mais contar com o apoio do conjunto da sociedade. Por isso, ocasiões como esta de falar com os Srs. Senadores são de grande importância para a própria Defesa. Ela não pode legitimar os seus pleitos, a não ser por meio de uma compreensão, por parte da sociedade, das necessidades que tem o Brasil.

Embora eu tenha a clara convicção de que a Defesa tem um papel cada vez mais relevante na agenda nacional, é preciso admitir que há ainda muitos setores de opinião pública que veem a defesa com olhos do passado. Um passado no qual, em função da Guerra Fria, o Brasil tinha um papel totalmente secundário na organização da ordem mundial e da própria segurança internacional. Por quê? Porque até, digamos, do ponto de vista global, do ponto de vista estratégico, qualquer enfrentamento que viesse a ocorrer seria um enfrentamento entre as superpotências e a cada país cabia apenas escolher de que lado iria ficar e gozar da proteção dessa superpotência. Nesses tempos longos, a nossa preocupação era muito maior com os nossos vizinhos, muito maior do que com a segurança internacional *lato sensu*.

Hoje, essa realidade mudou inteiramente. A guerra fria acabou há muitos anos, há mais de duas décadas, o Brasil se projeta cada vez mais no plano externo. Eu queria agradecer também a presteza com que foi aprovado o envio da fragata brasileira para integrar a Unifil, algo ao qual talvez possa me referir *en passant* depois. Agradeço muito, soa muito importante. Vejo que o Senador Collor sorri. Espero que seja um sorriso positivo. Acho que isso é muito importante para nós.

Vejam bem, eu creio, salvo me engano, talvez, vinha comentado, que seja a primeira vez em que um navio brasileiro para uma operação de paz esteja no Mediterrâneo. Aliás, em qualquer operação de paz. Nós estamos no Mediterrâneo, é um outro teatro para o qual, inclusive, nós não nos voluntariamos, nós fomos chamados e houve pedidos feitos pelo próprio Governo do Líbano e das Nações Unidas. Na realidade, o comandante brasileiro sucede, se não me engano, um alemão, um italiano e um britânico. Isso já é uma demonstração do contexto novo em que o Brasil está inserido.

Esse contexto novo aqui na região produziu – graças a Deus, graças a esforços variados, o próprio Presidente Collor foi parte importante de um desses ao assinar o acordo que criou o Mercosul, naturalmente, com base em esforços que vinham anteriormente, criou o Mercosul. Orgulho-me de ter sido, na época, o chefe de departamento econômico que rubricou o acordo que viria a ser assinado pelo Presidente, pelo Ministro – Rezek, se não me engano, na época.

Passos como esse, depois da criação da Unasul e com as relações positivas com nossos vizinhos, tornaram nossa relação na região muito mais de natureza cooperativa, inclusive na área de Defesa.

Então, hoje em dia, as hipóteses de guerra e de conflito de que se falava e que eram a base da organização estratégica já não são mais vigentes. É claro que sempre teremos que ter algum cuidado, é natural; todo mundo tem que ter com suas fronteiras, mas, hoje em dia, essa parte, na nossa região, na América do Sul, que era a base dos cálculos estratégicos, inclusive, é uma área de cooperação. Por exemplo, agora, há poucos dias, há poucas semanas, pouco antes da nossa Operação Ágata, que V. Ex^a generosamente mencionou, no sul, tive oportunidade de visitar a Argentina, o Paraguai e o Uruguai para falar com os presidentes, inclusive, com os ministros da defesa locais, para dizer o que íamos fazer. Com isso, gerou-se um clima de total transparência. E, à exceção de uma notícia que se perdeu no tempo, não houve nenhuma reação. A visão foi totalmente positiva em relação à ação que o Brasil estava tendo. Isso também é novo; foi acompanhado, aliás, pelo General De Nardi nessa missão. Isso em relação à região.

Em relação ao mundo, nós não podemos também esquecer que, embora o Brasil seja um País pacífico e totalmente voltado para a paz, conforme reza a nossa Constituição, nós temos riquezas de natureza das mais variadas, recursos naturais, capacidade de produzir alimentos, água potável, até urânio – temos a sexta reserva mundial de urânio; o petróleo agora do pré-sal aumentado exponencialmente, a Amazônia, a nossa

base tecnológica –, enfim, tudo isso tem que ser protegido, porque nós não podemos excluir uma situação, que obviamente nós não desejamos, de conflito que possa haver entre outras potências, em que os recursos do Brasil venham a ser objeto de alguma cobiça.

Nós, em geral, de alguma maneira, nas últimas décadas, fomos poupados de grandes conflitos de escala global, mas nunca podemos ter certeza de que eles não voltarão a ocorrer. Mesmo que eles não sejam catastróficos, como se pensava na Guerra Fria, pode haver outro tipo de conflito. E temos que cuidar dos nossos recursos, dos nossos interesses.

A Defesa do Brasil não é delegável. Ela tem que ser exercida pelo Brasil, cooperativamente, quando possível, com os nossos vizinhos; cooperativamente também com outras nações, na medida em que os interesses coincidam, mas ela é fundamentalmente um dever dos brasileiros, e essa Defesa é exercitada através de pessoal e de material.

Eu queria fazer essa contextualização porque é muito importante entender que, quando estamos querendo recursos para a Defesa no Orçamento nacional, é muito fácil cair numa discussão de uma briguinha de Orçamento entre um ministério e outro. Acho que é preciso que haja compreensão da sociedade. É importante, naturalmente, eu ter contado com o apoio da Presidenta Dilma nesse sentido – e vou ilustrar isso à medida que vamos desenvolvendo –, mas é fundamental que haja o apoio da sociedade.

Justamente em função desses mais de 65 anos, desde a Segunda Guerra Mundial, sem nenhum conflito de natureza global, em função da natureza pacífica do nosso povo, às vezes, há a percepção de que o Brasil não precisa, de que o Brasil, por ser pacífico, ninguém vai nos atacar, ninguém vai agredir nossos interesses, e isso não pode ser uma certeza. Nós temos que transformar isso numa impossibilidade, tanto quanto possível. E a Estratégia Nacional de Defesa, ainda do governo anterior, muito claramente aponta para essa necessidade de dissuasão, que ela coloca em termos de nós sermos capazes de causar um dano mínimo, que seja um elemento de dissuasão a qualquer aventura, seja em função do nosso petróleo, seja em função da Amazônia, seja em função da nossa base de produção de alimentos, enfim, das várias capacidades e recursos de que o Brasil dispõe.

Aliás, essa preocupação, inclusive, com a base industrial é muito forte no atual Governo. A Estratégia Nacional de Defesa previa a organização de uma secretaria para esse tema no Ministério da Defesa, foi criada, e há uma perfeita integração já, isso é uma coisa muito importante. O Secretário de Defesa é um civil, não está aqui hoje, porque está no Conselho

Nacional de Desenvolvimento Industrial, mas ele tem gerais trabalhando com ele; gerais, brigadeiros, almirantes. Enfim, há uma integração perfeita e isso é algo muito importante a ser enfatizado.

Também foi algo muito importante que vem de lá e se consolida na lei da nova defesa, não vou entrar no tema, porque está fora um pouquinho das perguntas, apenas vou mencionar, a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Isso é um processo, não é uma coisa que ocorra de um dia para o outro, mas a existência desse Estado-Maior Conjunto, que exerce efetivamente o comando e a coordenação em operações como esta, Ágata I e Ágata II, é também fundamental.

Quero colocar esse plano geral da defesa, o papel do Ministério da Defesa e dos seus órgãos, e dizer também que, dentro desse contexto, o apoio às indústrias de defesa é extremamente importante. Vou mencionar alguns projetos, naturalmente vou encará-los mais pelo ângulo específico, militar, mas é preciso entender também que todos esses projetos têm sido pensados e desenvolvidos com esta preocupação: fortalecer a indústria brasileira. Certamente, a medida provisória que será assinada hoje pela Presidenta sobre produtos de defesa tem essa característica. Quando eu digo produtos, na realidade, é apenas uma expressão resumida, porque inclui serviços, inclui *softwares*, sistemas operacionais etc. que são extremamente importantes e vou me referir a alguns *en passant*.

Este vínculo entre o desenvolvimento do País e o fortalecimento da defesa é extremamente importante. É claro que é sempre necessário que haja o equilíbrio entre a urgência, em relação a certo equipamento, e a capacidade de fazer no País. Mas é muito importante nós enfatizarmos isso, porque aquilo que é mais barato no curto prazo, no longo prazo sai mais caro, muitas vezes, se nós não pudermos ter acesso a uma peça de reposição, se não pudermos inclusive vender esse equipamento no exterior, que é uma maneira de baratear o custo para a nossa própria Forças Armadas.

Então esse desenvolvimento da indústria nacional, da tecnologia nacional é um dos objetivos centrais e, de alguma maneira, ele está presente em vários dos itens que vou mencionar.

Apenas para efeito comparativo, o orçamento de defesa no Brasil tem se situado, historicamente – hoje ele está em 1,38%, 1,39% mais ou menos do PIB –, em torno de 1,5% há muitos anos, desde a redemocratização. Essa média é muito inferior à média mundial. A média mundial é 2,6%. Quando nós consideramos inclusive países comparáveis ao Brasil, os Brics, essa média também é 2,65%. A Rússia é 4,3% do PIB; a Índia, 2,8% do PIB; a China 2,2% do PIB e o único que

está em nosso nível é a África do Sul, aliás um país com quem temos cooperado muito e queremos cooperar mais, até pela situação geográfica, como também com a América do Sul, que é 1,3%. Então é muito importante ter presente esses dados, porque se a gente pensa “ah, a defesa quer aumentar”, é preciso olhar o contexto mundial e o contexto mundial da presença do Brasil, ilustrado, por exemplo, por essa participação da nossa Marinha na parte naval da Unifil. Nós já tínhamos o comandante e não tínhamos barcos, agora, graças à aprovação rápida da Câmara e do Senado, teremos o comandante e o barco.

Bem, isso apenas para colocar em termos genéricos. É claro que se formos colocar em termos absolutos, se formos comparar com a China, 2% do PIB lá é uma quantia muitíssimo maior que a nossa, de modo que as comparações, inclusive nesse caso específico, se tornam ainda mais fortes. Então só para reter este número: 2,6% média no mundo, 2,65% no Brics, nos países mais ou menos do nosso *top*, digamos assim, e 1,5%, 1,4%, 1,39% no Brasil. Isso é muito importante ter presente.

Agora, quando se fala de orçamento de defesa, é preciso também ter presente que uma grande parte, no caso do Brasil, certamente que nos outros países também, é pessoal – 75% é pessoal. Então, quando vamos olhar o orçamento, digamos assim, não estou querendo usar um termo técnico de orçamento, mas, digamos, o orçamento operacional, na realidade, fica reduzido em cerca de R\$40 bilhões, mais ou menos. Há o orçamento que inclui o pessoal; o orçamento específico para investimento e manutenção tem variado entre R\$14 bilhões e R\$15 bilhões. Então, é uma quantia muito mais restrita do que pode dar impressão o orçamento geral. O orçamento pessoal inclui, naturalmente, tudo: os recrutas e todo o pessoal do Ministério da Defesa; é um contingente total de cerca de 350 mil pessoas. Não se pode mais dizer que são 350 mil homens, porque há mulheres também. Inclusive, há uma mulher que é piloto de caça. Isso é algo extremamente interessante e importante.

Nesse sentido – não vou cansá-los excessivamente com números –, o orçamento deste ano de 2011 havia sofrido um contingenciamento forte, mas, graças às conversações que mantivemos com a Presidenta, com o Ministro do Planejamento e com a área financeira também, haverá uma reposição razoável. Não posso dizer que estou satisfeito, porque isso nunca seria o caso. Mas, comparando isso com a situação que parecia que ia se materializar, podemos ver que houve uma reposição razoável, o que permitirá que haja, por exemplo, o fardamento para os novos recrutas e que continuem os projetos mais importantes.

Com relação ao orçamento do ano que vem, a proposta que veio para o Congresso no PLOA segue o mesmo padrão: 1,39% do PIB. Não posso dizer que estou satisfeito, porque, se Índia e China estão gastando 2,2% ou 2,6%, esse nosso índice é pouco. Mas, de qualquer maneira, evitou-se um corte que teria efeitos já muito danosos sobre os recrutas, sobre o pagamento das pessoas e também sobre os equipamentos.

Para não me alongar muito, vou comentar alguns projetos – perdoem-me aqui os representantes das Forças, que sempre dirão que há outros projetos muito importantes também –, para que se tenha uma ideia do que fazemos.

Por exemplo, um dos programas importantíssimos é o programa dos submarinos. Esse programa avançou, mas esteve parado por muito tempo; foi retomado com vigor no governo anterior e está sendo mantido. Para se ter uma ideia do que isso representa em termos orçamentários, foram solicitados para 2012 R\$2,8 bilhões, grosso modo, e o previsto é o valor de R\$2,150 bilhões. Isso não é tudo, mas permitirá, se for mantido o Ploa, naturalmente, que o programa continue. É claro que, nesses programas de longo prazo, quando há um corte, é sempre possível se adaptar um pouquinho. Naturalmente, vamos precisar de mais seis meses, um ano ou dois anos, dependendo do caso, para que ele se complete. Mas essa redução entre o pedido e o previsto não se dá de modo a amputar o projeto, a se criar um problema insolúvel. Esse é um exemplo, e haverá outros. Neste ano também, o programa prosseguiu de maneira bastante razoável. Inclusive, os compromissos internacionais envolvidos nesse contexto, que são muitos, foram e estão sendo honrados, graças à compreensão da Presidenta. Se se tivesse mantido todo o contingenciamento, como foi feito, teria sido impossível viabilizar esse projeto.

Outro projeto muito importante da Marinha que ainda está sendo desenvolvido – comecei pela Marinha, seguindo a hierarquia dos Ministérios; o Presidente Collor sabe muito bem – é o chamado Prosuper. A situação da nossa Marinha de superfície é muito grave. A média de idade dos nossos navios é de 35 anos a 50 anos. É claro que navios duram bastante tempo, mas esse é um tempo considerável. Muitos deles já foram comprados com uma vida útil anterior de mais de 20 anos ou de 30 anos, como é o caso do submarino, ou melhor – perdão! –, como é o caso do porta-aviões São Paulo, que, agora, está sendo reaparelhado.

Fui visitar o porta-aviões, mas tive que o visitar ainda ali encostado. Ele ainda não saiu da baía de Guanabara, dos reparos. São operações caras e nós temos, diante dessa necessidade crescente... Nós falamos sempre do pré-sal, mas não é só o pré-sal. Às

vezes as pessoas esquecem que o Brasil tem a maior costa atlântica do mundo, do mundo, e um dos maiores litorais do mundo também. Um dos maiores. No caso do Atlântico, o Brasil tem a maior costa, que tem que ser guardada, e guardada por nós. Não há como delegar isso, eu repito. Não só em relação a potenciais agressores, cuja existência a gente não pode descartar, mas também com relação a temas, por exemplo, como pirataria, pesca predatória. Isso é fundamental; para isso, nós temos que estar equipados adequadamente.

Então, esse Prosuper prevê mais cinco fragatas, mais cinco navios-patrolhas oceânicos. Por exemplo, nós todos conhecemos a questão da pirataria na Somália, na costa da Somália, e o que ela tem causado. Mas esse tipo de pirataria está começando a acontecer no Atlântico, no lado de cá, na costa ocidental da África. E navios, inclusive navios da Petrobras, cruzam aquela área.

Outro dia houve – não com navio da Petrobras, obviamente – um navio apresado por piratas, se não me engano, na costa do Benin. Não por acaso, dias antes, eu havia recebido o Ministro das Relações Exteriores, a pedido do próprio Ministro Patriota, que tinha ido me visitar para pedir ajuda no patrulhamento da costa do Benin. Não é um patrulhamento que exija uma coisa de altíssima tecnologia, mas exige um barco robusto. E muitas vezes, esses desenvolvimentos também geram depois – aproveito este caso para mencionar, mas eu poderia aplicar isso a outras situações – vendas ao exterior.

Eu presenciei, como Ministro das Relações Exteriores, a nossa cooperação com a Namíbia. Eu tive a honra de ser ministro do governo Itamar Franco, antes de ter sido do governo Lula. E creio que, em 2003, saiu o último barco da potência ocupante, que ainda era África do Sul do tempo do *apartheid* e, em seguida, entrou uma fragata brasileira que ia prestar ajuda. Em função disso, a Marinha da Namíbia, um país que é do Atlântico Sul, portanto, não tem valor estratégico para nós – grande parte dela fala português; a oficialidade dela é quase toda formada no Brasil... Mas voltando aos navios: nós doamos, creio, um navio-patrolha, mas depois vendemos outro também. Então, além da parte estratégica de segurança, há também um benefício comercial.

Esse projeto, por exemplo, está muito no início. O que está previsto para o ano de 2012, que deve ter mais a ver com a concepção do projeto, são US\$65 milhões, mas o solicitado foi 506. E o projeto como um todo é um projeto de US\$7 bilhões.

Mas temos que nos defender. Não podemos ter uma situação em que o Brasil, com a costa que tem... A estratégia nacional de defesa fala, por exemplo, numa

segunda esquadra, uma esquadra que possa policiar o litoral norte e nordeste do Brasil. Hoje em dia, nós só temos uma esquadra no Rio de Janeiro, claro que com alguns navios espalhados em vários lugares. Mas é uma necessidade. Esse projeto Prosuper é um passo nesse sentido. Não resolve todos os problemas, mas seria um passo nesse sentido. Estou mencionando porque isso é algo que naturalmente voltará aqui.

Para mencionar alguns projetos do Exército também, temos a aquisição do blindado Guarani. Isso é muito importante. Todos se lembram bem dos Urutus e Cascavéis que obtivemos há 30 anos e que ainda estão operando, aliás, em várias partes do mundo. Nós mesmos os utilizamos recentemente no Haiti, mas eles estão velhos, têm que ser substituídos por algo atualizado.

Então, está sendo desenvolvido junto à Iveco, em Minas Gerais – e é importante dizer que está sendo desenvolvido junto à Iveco, mas a patente é brasileira, a patente é do Exército brasileiro –, um blindado, o Guarani, e dessa produção o Exército deve adquirir 2.044 unidades ao longo de 20 anos. Nem é tanto assim. É um blindado sobre rodas muito importante, ágil, rápido. Agora, mais uma vez, a percepção fora do Brasil de que nós estamos apoiando efetivamente a indústria de defesa já gera interesse inclusive em compras. Já recebi, não posso falar em pedido concreto, mas manifestações de interesse da Argentina, manifestações de interesse de países africanos. E nós temos que ser rápido nisso tudo, porque se nós não atendermos esses pedidos, qualquer país que defenda o desarmamento dos desarmados vai lá e vende. Então, temos de ser ágeis também nessa produção.

No caso do Guarani, sinteticamente, em 2012 o pedido foi 203, o previsto na Ploa, sempre na expectativa de que ela não seja cortada aqui e que também não seja objeto de contingenciamento, são outras batalhas futuras, a diferença menor, 13 milhões, também não é grave, é claro que o ideal seria ter tudo pedido, mas o projeto continuará sem problemas.

Um outro projeto também na área do Exército é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Nós acabamos de realizar no Sul essa Operação Ágata, antes foi realizada na Amazônia, ela vai ter uma continuidade. A Presidenta tem dado grande importância a essa defesa estratégica das fronteiras, em colaboração inclusive com o Ministério da Justiça, outros órgãos, dependendo da situação, meio ambiente, etc. Agora, é preciso que a gente tenha a informação. E isso, naturalmente, tem um custo. Nesse caso, por exemplo, o previsto, por enquanto, é ainda muito pouco, e terá de ser colocado. São projetos caros; esse projeto, completo, em 10 anos, vai custar cerca de nove

bilhões, exige equipamentos modernos eletrônicos, utilização de satélites, que também é algo fundamental.

Então, nesse caso, por exemplo, o que está previsto na Ploa apenas dá para, digamos, tratar um pouco, R\$105 milhões, da concepção, do projeto inicial.

Eu ia falar mais tarde de um outro projeto ligado a esse, que é o Sisgaaz, da Marinha, a sigla tem a ver como a Amazônia Azul, que é a maneira como, na defesa, nós chamamos toda essa parte das águas jurisdicionais brasileiras, esse ainda está em fase de concepção, mas isso tudo será integrado e será integrado também ao sistema, que já existe, que está evoluindo, da Aeronáutica, que é o Sisdabra. Enfim, isso é fundamental para a proteção do Brasil.

Ainda falando do Exército rapidamente, o Centro de Defesa cibernética, ninguém ignora que essa área é uma área absolutamente fundamental para a defesa de qualquer país, e defesa inclusive de instalações civis obviamente. A preocupação que existe com esse tema é fortíssima. Hoje ou ontem havia um artigo grande da *Foreign Affairs* sobre a preocupação, no caso dos Estados Unidos, mais, para terem ideia, nos estamos solicitando 110 milhões, porque isso está praticamente começando, o projeto está no Exército, é da Defesa mais está no Exército. É uma das áreas prioritárias também da Estratégia Nacional de Defesa, portanto, R\$110 milhões. No Reino Unido, que já não é, enfim, com todo o respeito, uma superpotência propriamente, é um país importante obviamente, fui Embaixador lá inclusive – e estou vendo aqui a Embaixatriz que também foi Embaixatriz lá –, o Reino Unido vai gastar 250 milhões por ano. Portanto, mais ou menos quatro ou cinco vezes o que o Brasil está pedindo. É para terem uma noção de como isso que estamos fazendo é ainda relativamente pouco em relação às necessidades do País.

Bem, ainda nessa área, eu gostaria de mencionar o Projeto Astros, também para dar uma boa notícia, que, graças a uma ação do Governo, a Presidenta Dilma autorizou o crédito, o pedido foi feito, suplementar neste ano, que resultou em 45 milhões, que deram fôlego à Avibras. A Avibras já esteve quase para fechar. Antes, tivemos que atuar, apoiando uma venda para a Malásia, isso já no governo anterior, e ela agora está se recuperando e, com estes 45 milhões, que é uma encomenda do Exército, dá algum fôlego. A ideia é que um outro crédito especial aberto – isso é um recurso que está fora do orçamento normal – em 2011, mas para ser aplicado em 2012, haja mais 164 milhões. Isso é muito importante.

Aliás, faço um parêntese em relação à Avibras. Esses foguetes, esses mísseis Astro são muito procurados, eu testemunhei isso na área das relações

exteriores, pois eles tiveram papel decisivo, eu diria, no final da guerra civil em Angola, porque, na época, a Unita estava sob sanções, mas o MPLA não, e o fato de o Governo brasileiro haver autorizado a venda foi fundamental para que aquele trágico conflito terminasse. E os mísseis são procurados por muitos outros.

Mas aproveito um parêntese aqui: não sei se haverá muito tempo para eu falar, para dizer que temos mísseis, portanto terra-terra, bons, que podem ser naturalmente melhorados, mas importante termos mísseis ar-terra também importantes, mas temos ainda grande deficiência sobretudo na artilharia antiaérea, seja mísseis, seja artilharia comum. O nosso equipamento é 40, 50 anos atrasado. Essa é uma constatação que eu tenho ouvido das várias Forças. Será um projeto novo, vai custar dinheiro, mas o Brasil tem de se proteger, tem de estar protegido. Não é possível que a gente construa um submarino nuclear e que possa haver um ataque ali e acabar com bilhões de dólares empregados, para não falar nas pessoas que também poderiam ser atingidas, os recursos. Enfim, aproveitei a Avibras para mencionar isso.

Com relação à Força Aérea, eu gostaria de mencionar que tem muita coisa ocorrendo, isso é importante, embora haja um projeto grande, o qual eu vou me referir, que é o dos caças, que não está ainda decidido, mas a modernização dos aviões chamados P-3BR, que são aviões para patrulha marítima – são nove aviões –, mas também, no caso, feito com transferência de tecnologia, uma empresa brasileira esteve envolvida em todo o processo de modernização, feito na Espanha basicamente, de modo que essa capacidade está sendo internalizada.

É muito importante compreender que quando a gente fala em transferência de tecnologia, eu trabalhei no Ministério de Ciência e Tecnologia, aliás, sob as ordens, primeiro, do nosso saudoso Renato Ascher, que foi comandante na Marinha, e depois do então Deputado Luiz Henrique, e pude constatar que tecnologia não se transfere assim. Essa ilusão de que alguém vai dar tecnologia não tem. Você tem de ter um contrato muito bem feito e tem de ter empresa que seja capaz de captar, senão, mesmo que você tenha duas ou três pessoas, aquilo depois se dispersa, você bota pessoas naquele instituto, depois aquele instituto desaparece, ou os salários estão baixos, eles vão embora. Então, você tem de ter uma empresa que seja capacitada. Nesse caso, uma empresa de São Paulo, a Atec, serviu de elemento galvanizador dessa transferência.

Um outro projeto extremamente importante também, na realidade, visa às três Forças, mas é o projeto que diz respeito à aquisição de helicópteros de médio porte, são 50 helicópteros no total, e, à medida que o

projeto evolui, eles serão crescentemente fabricado no Brasil. Em Minas Gerais também helicópteros conhecidos na FAB como H-36. São helicópteros de transporte de tropas, alguns serão até armados, mas não são helicópteros propriamente de combate, mas são helicópteros que também nos equipam e que fazem muitas outras tarefas úteis até em questões, às vezes, digamos, que são missões primárias da defesa, mas que também são importantes, como a defesa civil em situações de desastres naturais, etc. Bem, esse é um projeto que, para o não que vem, estão previstos cerca de R\$900, que é uma quantia razoável.

Agora, o grande projeto que ainda terá de ser decidido é o projeto naturalmente do F-X2. Um projeto que vem sendo discutido desde 1995, não vou aqui contar toda a história, teve idas e vindas, houve um processo conduzido no governo anterior pelo meu antecessor, e é necessária uma decisão final sobre esse tema. Entendo que hoje em dia temos o problema de uma crise econômica que dificulta uma decisão imediata, mas também – acabei de visitar, há dois dias, as nossas instalações dos Centros de Defesa Aérea, o Sisdabra, aqui na Base Aérea de Brasília, e depois fui a Anápolis. Um trabalho impressionante que também foi feito com os Mirages, até, fisicamente, é muito importante ver aquilo funcionando, a rapidez dos nossos pilotos em estado de alerta, a capacidade de eles se mobilizarem, mas o equipamento está ficando velho. E nós precisamos cuidar da nossa defesa área. A ideia é que esses caças, seriam 36, serão voltados precipuamente para a defesa aérea.

Ainda na área da Aeronáutica, da Força Aérea, há um projeto muito importante, o KC-390, que basicamente – estou falando de maneira bastante geral – seria um avião que teria uma função dupla: ele teria a função de transporte de tropas ou de cargas, substituindo os antigos Hércules, cuja vida útil está acabando no mundo inteiro. Portanto, não é apenas uma necessidade da Força Aérea brasileira, mas uma oportunidade de mercado muito importante. A expectativa de renovação é da ordem 700 ou 800 no mundo inteiro. E o Brasil poderia tomar uma fatia de 250, 300. Não é impossível isso. Nós já temos conversas.

Agora, a competência da Embraer, que é muito reconhecida, e a competência nossa também é objeto de ciúme, e tem muita gente atuando. Eu não ignoro que haja, no momento, pressões sendo exercidas sobre outros países para que eles prefiram projetos de outra origem. Então, é fundamental que um projeto como esse não atrase, porque a credibilidade do projeto é absolutamente fundamental. Quem vai comprar um avião de transporte, um avião que serve inclusive para reabastecimento em voo... Porque, também, no nosso

caso, vai substituir, com o perdão da palavra, porque o Mesquita não gostava de ouvir, o velho Sucatão. Mas nós precisamos de aviões para dar alcance aos nossos aviões. Isso é fundamental. Esse avião terá essa capacidade de abastecimento em voo. Então, ele é um avião muito importante e está na ponta da tecnologia.

Nós, às vezes, no Brasil, achamos que estamos sempre atrasados. Não. Em algumas coisas, nós estamos realmente na ponta. E esse avião é um exemplo disso. Isso aqui não é apenas para suprir uma necessidade brasileira – é óbvio que isso é fundamental –, mas é a ponta da tecnologia. Mas também não pode haver falha de recursos.

A Presidenta Dilma revelou enorme compreensão a esse respeito. Inclusive isso foi objeto de um contrato especial, que vai ser cumprido ao longo deste ano e do ano que vem, creio eu, basicamente, e que atende às necessidades e permite que o projeto não atrase. É fundamental que não atrase.

Eu poderia mencionar outros projetos também, por exemplo, a parte que nos toca, a defesa do programa espacial brasileiro, que é outra questão também triste.

Eu estive, em 1986, acompanhando o Ministro Renato Archer à China quando foi feito o primeiro acordo para o satélite entre Brasil e aquele país, antes ainda do Ministro Luiz Henrique. Aliás, foi concretizado depois, porque foi com o Presidente Sarney, na viagem que o Ministro foi. Nessa eu não fui. Mas, enfim, as primeiras negociações foram em 1986. Eu perguntei, à época – por coincidência, ele é o atual presidente da Agência Espacial Brasileira, então, diretor do Inpe: “Por que os chineses estão tão interessados em fazer isso conosco? É só geopolítica ou eles têm interesse também?” Ele disse: “Não, eles têm interesse, porque estão muito avançados na parte de lançamento, mas precisam de nós na eletrônica”. Que comentário...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO AMORIM – Em 86.

Agora, o nosso projeto, o nosso lançador até hoje não conseguiu ser lançado efetivamente. Houve algumas tentativas frustradas, como sabem, uma delas trágica. Um pouquinho antes, tivemos aquele episódio. E, por exemplo, para esse projeto, para que pudéssemos lançar este ano, seriam necessários R\$32 milhões. Isso não é o nosso orçamento. Isso é o orçamento da Agência Espacial. Estão previstos 16, então vai demorar mais. E o Brasil vai ficando para trás nessa área. Lembrando que um país como a Índia já lançou satélite. O Irã já lançou satélite, bem como a Coreia do Norte. Quer dizer, não estou falando só das superpotências ou das antigas superpotências, que guardaram essa tecnologia não. Estamos falando de alguns países que se desenvolveram até depois de nós.

Bom, eu já mencionei a Amazônia Azul, não vou repetir, e a artilharia antiaérea, com programas novos. Então, eu queria dizer que a melhora do padrão orçamentário do Ministério da Defesa é uma necessidade premente. Trata-se de um fator-chave para a implementação dos projetos contemplados na estratégia nacional de defesa.

Tendo em conta a relação entre defesa e desenvolvimento nacional, o que é ressaltado pelo fato de que essa é uma área prioritária do Governo e da política industrial do Brasil... É só um parêntese aqui. Aliás, até o Senador Dornelles talvez gostasse de ouvir isso. É muito interessante, porque, em todos os países do mundo, a defesa é um elemento fundamental de alavancar a indústria e a tecnologia. Com uma grande vantagem: o que é destinado à defesa está fora do escrutínio da Organização Mundial do Comércio, porque são projetos estratégicos. Nenhuma norma da OMC pode se sobrepôr a uma decisão de defesa, a uma decisão estratégica do país. E sem falar no fato de que tudo que é feito na defesa tem depois o que os técnicos chamam de *spin-off* para as áreas civis.

Aí não é bem defesa, mas, na área espacial, eu me lembro de ter visto, há muitos anos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Inpe, por exemplo, tratamento de imagem, que fazemos também na Defesa e na Aeronáutica, com aviões, inclusive, da Embraer, com radares importados, no caso. E esse tratamento de imagem que era usado para tratar imagem de satélite é usado na medicina. Uma coisa totalmente... Para um leigo, parece uma coisa totalmente até estranha, mas, enfim, isso acontece, esse *spin-off* civil, não preciso ressaltar para os senhores. Não é à toa que, mesmo, por exemplo, países que são grandes defensores do livre comércio e que são grandes defensores da liberdade para investimentos estrangeiros, na hora do investimento em área tecnológica, cuidam para que as empresas sejam nacionais.

Então, sobre a parte de Defesa, Sr. Presidente, seria isso. Se quiser, falo algumas coisas sobre o Haiti. Se achar melhor, já posso passar direito para as perguntas, como V. Ex^a preferir, porque não sei se ocupei muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mas acredito que o Haiti será fatalmente uma...

O SR. CELSO AMORIM – Posso falar cinco minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, para um intróito.

O SR. CELSO AMORIM – Então, só para ser muito rápido, sobre o Haiti, primeiro, para não deixar uma impressão errada, ainda porque a tendência é sempre olhar as coisas de maneira, digamos assim, absoluta.

O Brasil tem uma presença muito importante no Haiti. Não vou contar toda a história, porque todos sabem, mas, enfim, temos hoje cerca de 2,2 mil pessoas. O efetivo brasileiro era cerca de 1,3 mil, mais ou menos, e houve um acréscimo de cerca de 900 – são números gerais – depois do terremoto, para atender, inclusive, a situações não só humanitárias, mas também de manutenção da segurança pós-terremoto, porque as prisões caíram, os bandidos ficaram solto etc.

É preciso também frisar, porque muitas vezes há uma crítica às Forças Brasileiras como se fossem forças de ocupação. Não são nada disso. Na realidade, inclusive, por exemplo, as principais operações feitas lá foram contra bandos de ex-militares que haviam dado golpe no Haiti antes. Quer dizer, então, a ideia de que ele foi lá para reprimir forças populares não corresponde à realidade.

Então, ele desempenhou um trabalho muito importante. Temos contribuído para a reconstrução; temos, inclusive, cerca de 250 homens de engenharia. Agora, há a percepção hoje, não só no Brasil, de que é necessário primeiro se reduzir aos níveis anteriores ao terremoto. O terremoto já tem um ano, e é claro que alguns de seus efeitos continuam. Ainda acho que há cerca de 600... Em certo momento, foi 1,5 milhão de desabrigados, não falando dos mortos. Um milhão e meio. Agora está por volta de 600 mil, e deve cair, até o final do ano, estima-se, para 450 mil. Ainda é um número é grande. E, naturalmente, muitas das tarefas que desempenhávamos, por exemplo, a parte da engenharia, continuaremos a desempenhar normalmente.

Mas há a percepção de que é importante também reduzir. Por esse fato, os terremotos... Segundo, também, porque uma das missões principais – não vou dizer que ela esteja absolutamente cumprida, porque é sempre difícil saber se as coisas não sofrerão retrocesso –, que era a consolidação, digamos assim, da segurança e da ordem, com o objetivo – é muito importante frisar – de que a democracia vigorasse plenamente no Haiti, foi mais ou menos alcançada, dentro das condições de um país muito pobre como o Haiti.

Quer dizer, é praxe, nos manuais de Ciência Política, ler-se que, digamos, o que define se um país passou para um estágio democrático é ter a segunda eleição democrática consecutiva.

Segundo a observação internacional, isso ocorreu. Claro que cada um pode fazer uma crítica a um aspecto ou outro. É muito difícil... O Brasil, nesse ponto, é exemplar. Ninguém nem se atreve a criticar as eleições no Brasil, em termos de... Mas ocorreu.

Então, é preciso dar um sinal – acho que isto é muito importante – de que não vamos ficar lá eternamente. Quer dizer, é preciso que, aos poucos... Agora,

também, que aos poucos o Haiti constitua sua capacidade. Isso é bom para os haitianos, não é porque a gente queira sair. Isso é bom para os haitianos. Eles têm de fazer isso. Por outro lado, também, não podemos sair irresponsavelmente.

Agora, colocar isso em termos de cronograma não é uma tarefa simples. No caso do Brasil, especialmente, porque as nossas tropas, primeiro, foram muito bem-sucedidas. Não vou comparar com outros países, mas elas foram muito bem-sucedidas na sua ação, nas áreas em que elas atuaram, e isso faz com que a ONU e o governo haitiano queiram que permaneçamos. Segundo, elas estão em áreas críticas – Porto Príncipe –, enquanto outras estão em outras cidades, onde o problema de segurança é menor. Então, na realidade, nessa primeira redução, que deve ocorrer em outubro – aliás, em outubro, a decisão da ONU; ela será efetivada em março –, a previsão é a de que, no total, haja uma redução de 1.600 homens. De cerca de 8.500, reduziria em 1.600 aproximadamente. No caso do Brasil, a redução seria de 250, proporcionalmente menor que a do total, mas, ainda assim, uma redução importante.

Agora, é muito importante – quero frisar isto – que isso não seja percebido como um desengajamento do Brasil em relação ao Haiti. Aliás, os Parlamentares tiveram um papel muito importante, compareceram frequentemente. Inclusive muitos que tinham críticas, no Senado e na Câmara, estiveram lá e puderam ver de perto o trabalho da Minustah. Eu fui lá dez vezes, Presidente. Provavelmente, eu tenha ido mais vezes a Porto Príncipe que a muitas capitais europeias de primeiro mundo na minha gestão como Ministro das Relações Exteriores. Tenho certeza de que o Ministro Patriota está seguindo com a mesma atenção. Então, é preciso que não haja um sinal de que estamos nos desengajando.

Um dos grandes méritos, falando muito resumidamente, da nossa presença militar lá, da chefia do componente militar pelo Brasil foi a ênfase que foi colocada na parte social e de desenvolvimento. Claro que, depois do terremoto, potencializou-se isso, mas, mesmo antes do terremoto, o número de projetos que foram iniciados com muita dificuldade – porque lá tudo é difícil – em função da nossa presença lá é muito grande. O envolvimento da América do Sul, da América Latina – o Haiti era um assunto que era tratado pelos Estados Unidos, França e Canadá, basicamente – é muito grande.

Todos concordam que essa redução gradual é necessária. Eu não me atreveria a estabelecer um cronograma específico. As situações variam muito, mas o princípio é este: não devemos nos eternizar, mas tam-

bém não podemos sair de forma irresponsável. Nós devemos ao povo haitiano e aos próprios brasileiros, Dona Zilda Arns e os militares que lá perderam a vida, o tributo de estarmos lá com o sentido de cumprir plenamente a missão.

Essa é a visão que tem lá o atual comandante, o General Ramos, que está lá. Eu praticamente conheci todos – vejo aqui –, inclusive os comandantes de batalhão brasileiros, porque fui tantas vezes. É um trabalho extremamente meritório.

Eu vou contar dois episódios, se me permitirem, que ilustram a maneira exemplar como o Brasil agiu no Haiti. Um foi a retirada dos ex-militares que haviam tomado a casa particular do ex-Presidente Aristides. Eles haviam tomado e aquilo não era aceitável de jeito nenhum. Havia até críticas inicialmente: "O pelotão brasileiro está tratando tudo muito suavemente". Eles queriam que entrássemos lá como uma espécie de Waco. Nós conseguimos – o General Vilela, que agora trabalha sob as ordens do General De Nardi –, sem um tiro, a saída de todos os ex-militares que haviam ocupado a casa. Isso é um exemplo.

O outro exemplo foi num momento delicadíssimo da mudança do governo de transição para o Presidente Préval: a eleição. Aquela eleição foi muito complexa. Houve uma suspeita forte, provavelmente real, de fraude contra o Préval, que era o candidato que tinha obtido 50% aproximadamente dos votos. As nossas Forças Armadas revelaram uma capacidade de atuar pacificamente exemplar. Eu me lembro das conversas que tive, na ocasião, com várias autoridades nacionais e internacionais, como a Secretária de Estado americana, o Secretário-Geral da ONU, em que disse assim: "As forças brasileiras estão lá para garantir a paz; se houver bandos armados, gente querendo se aproveitar, nós vamos agir, mas não vamos atirar no povo". Muitas vezes, é difícil fazer essa distinção, mas conseguiram. Foi realmente exemplar o trabalho lá das Forças Armadas, predominantemente o Exército, no caso, mas também com fuzileiros, sendo que agora temos também um contingente da Força Aérea.

Então, apenas para falar de maneira muito resumida, é isso sobre o Haiti. Naturalmente, se houver perguntas, como eu já tomei muito tempo...

(Interrupção na gravação.)

O SR. CELSO AMORIM – Não quero também impedir que o nosso futuro Embaixador no Haiti, se Deus quiser e se o Senado permitir, seja sabatinado. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, pela sua exposição bastante esclarecedora.

Eu gostaria, antes de passar a presidência desta reunião ao Senador Luiz Henrique, que é o Presidente da Subcomissão Permanente de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, de registrar a presença dos Srs. General-de-Exército José Carlos De Nardi, que já foi citado, Chefe do Estado Maior do conjunto das Forças Armadas; do Dr. Ari Matos Cardoso, Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa; do Dr. Murilo Marques Barbosa, Secretário de Produtos de Defesa; e do General-de-Divisão Júlio de Amos Júnior, Assessor de Planejamento Institucional do Ministério da Defesa.

Comparecem ainda a esta reunião o Sr. Antônio Tomaz Lessa Garcia Júnior, Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, e os Assessores Especiais Conselheiros João Paulo Soares Alsina Júnior e Ivan Cavalcanti Gonçalves.

Registro também a presença nesta reunião de S. Ex^a o Sr. Embaixador da Grécia no Brasil, Sr. Dimitri Alexandrax.

Seja muito bem-vindo, Sr. Embaixador!

Gostaria também, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro, de dar uma palavra muito especial, pela passagem do dia de hoje, aos paraquedistas das nossas Forças Armadas. Hoje é o Dia do Paraquedista, cujo patrono é São Miguel Arcanjo. Então, a todos os paraquedistas das nossas Forças Armadas o reconhecimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E gostaria de, pessoalmente, abraçar a todos na pessoa de S. Ex^a o General Fernando, que foi comandante da Brigada de Paraquedistas no Rio de Janeiro. Seu pai também, general, foi comandante da Brigada de Paraquedistas do Rio de Janeiro. Então, por intermédio dele, esta Comissão, com a permissão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, eu me permito dizer que, por meu intermédio, transmito a ele os cumprimentos extensivos a todos os paraquedistas brasileiros.

Agora, passo a presidência dos trabalhos, como disse anteriormente, a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Quero agradecer a presença de S. Ex^a o Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Início o processo de debate concedendo, pela ordem de inscrição, a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Luiz Henrique.

Queria cumprimentar o Ministro Celso Amorim pela exposição e pelo acolhimento do requerimento feito por mim, na parte do Haiti, e do requerimento adicional do Senador Luiz Henrique, na parte do orçamento para o Ministério da Defesa.

Quero fazer uma saudação especial ao General De Nardi, meu conterrâneo gaúcho, e agradecer.

Como a exposição de V. Ex^a iniciou com a questão das Forças Armadas e como sou do Rio Grande do Sul, Senadora do meu Estado, quero dizer que hoje, oportunamente – como V. Ex^a fez referência, Ministro Celso Amorim –, coincidiu de V. Ex^a vir aqui para falar do Haiti, quando também um conterrâneo meu, o Diplomata José Luiz Machado e Costa, é designado para ser o representante brasileiro na Embaixada do Haiti.

Até por isso e em função das demais atividades – tenho de presidir uma reunião na Comissão de Educação –, queria também renovar um pedido ao Senador José Aníbal, que foi Relator *ad hoc* para a indicação do José Luiz. Não tendo eu condições de voltar aqui para a sabatina, que ele o faça.

Mas as perguntas para V. Ex^a. Primeira questão: como V. Ex^a falou da questão relacionada às Forças Armadas, eu pediria, em nome do Rio Grande do Sul – e talvez o faça em nome de Santa Catarina também, do Senador Luiz Henrique, e até do Paraná, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul –, a manutenção da defesa por conta dos problemas de risco sanitário que a aftosa está representando para toda a região.

Faço isso como prioridade porque é uma questão fundamental para a economia do nosso Estado. Sei que o Comando Militar do Sul já tomou providência, mas eu renovaria essa solicitação.

Ainda na questão das Forças Armadas, nós aqui, por iniciativa do Presidente desta Comissão, Fernando Collor, ouvimos as três grandes fornecedoras dos aviões militares, e nos impressionou muito a qualidade das exposições. Pergunto se há, diante desse mingaudo orçamento para as Forças Armadas brasileiras se já há uma definição, ou quando haverá uma definição sobre a compra desses aviões. Isso no aspecto militar.

Agora, especificamente sobre o Haiti, Embaixador Celso Amorim, nosso Ministro da Defesa, no caso da saída das tropas brasileiras no Haiti, quem assumiria o controle militar naquele país?

A segunda pergunta: que melhorias, de ordem infraestrutural ou de logística e social, promoveu o Minustah no Haiti? Que tipo de instituições públicas, se já existem instituições suficientemente consolidadas para assumir de fato e dar a devida soberania ao povo haitiano para a construção de um processo democrático? Há serviços de saúde, educação e segurança próprios para que eles tenham essas condições? Instituições capazes de produzir estatísticas que acompanham a evolução social e econômica deste País, diante do que foi feito pelo mundo em relação ao socorro financeiro em alguns momentos? Quanto isso está custando para o Brasil, a participação do Brasil especificamente no

grupo do Minustah, e qual é a participação econômica e financeira?

São essas as minhas questões, Ministro Celso Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Consulto o Plenário, até para agilidade de nossos trabalhos, se o Ministro responderia às perguntas dos Srs. Senadores em bloco.

As Srs. e os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Passo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas um instante, Senador Suplicy. Queria me desculpar com o Ministro, mas estou com uma assessoria aqui anotando todas as respostas que V. Exª dará às minhas perguntas.

O SR. CELSO AMORIM – Sr. Presidente, gostaria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

Com a palavra o Sr. Embaixador, Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Somente para tranquilizar a Senadora, neste momento, aliás, quando eu saía do Ministério da Defesa hoje, estavam entrando as pessoas no Ministério da Agricultura que iam reunir-se lá no próprio Estado Maior conjunto, que é quem está coordenando essa operação das Forças Armadas, o Almirante Zanella, precisamente para ver como vão tratar de maneira mais específica do problema relacionado com a aftosa. Nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, enfim todos os Estados que foram objeto da...

Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, Presidente Fernando Collor também presente à Comissão, quero cumprimentar o General José Carlos e o querido Ministro Celso Amorim, hoje na Defesa, queria começar com o Haiti.

Fui testemunha de um dos atos que considerei tão positivos por parte do governo brasileiro, do ex-Presidente Lula, sendo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, quando, naquele primeiro ano em que o Brasil chefiava Minustah, surgiu a ideia de se realizar um jogo de futebol da seleção brasileira com a seleção do Haiti, na presença do então Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim.

Recordo aqueles momentos como tão significativos na criação da boa vontade da relação entre o

povo haitiano e o povo brasileiro. Recordo que, quando a seleção brasileira chegou da República Dominicana, que é ali perto, no início da tarde, ao aeroporto de Porto Príncipe, havia cerca de um milhão de pessoas esperando e saudando entusiasticamente os jogadores da seleção. Eles chegaram ao estádio, modesto, com uma lotação de vinte mil pessoas, que era o que cabia e eis que o povo haitiano saudou tão bem os jogadores brasileiros, aplaudiam as boas jogadas de seu time, mas na hora em que os jogadores brasileiros – e os melhores estavam lá – marcaram gols, eles aplaudiram. Salvo engano, foi uma goleada de 6 a 0 ou algo assim...

Eu fui testemunha também de quando o Presidente Lula, após o jogo, foi ao vestiário – estava até emocionado por aquele acontecimento – e eis que ao cumprimentar os jogadores brasileiros, como Ronaldo, Ronaldinho, Romário e outros... O Ministro talvez vá se lembrar qual exatamente tenha sido, Ronaldo ou Romário... Agora... Mas o importante foi que aqueles jogadores disseram: “Presidente Lula, sempre que quiser que nós realizemos jogos de futebol com esse espírito de promover o melhor entendimento entre os povos e para promover a paz, podem nos chamar.” Eu achei uma coisa muito interessante e acho que até por isso que o Presidente Lula, certo dia (ainda não se realizou), e o Ministro Celso Amorim propuseram que um dia possa haver, para o bom entendimento entre palestinos e israelenses, um jogo de futebol entre a seleção brasileira e a seleção mista da Palestina e Israel. Quem sabe isso possa acontecer...

Mas, tendo em conta essas dificuldades, inclusive do terremoto havido no Haiti, que levou o Brasil até a aumentar seu contingente, mas imagino, Ministro Celso Amorim, que nossa presença lá pode, com a normalização do processo democrático, ser modificada de uma área, menos da necessidade de segurança e mais da contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

Então, minha pergunta é no sentido de como, tendo em conta essa presença e o conhecimento maior – inclusive de V. Exª que esteve lá 10 vezes – da problemática do povo haitiano, de sua dificuldade... Mas em que medida poderá o Brasil, com nossa potencialidade, inclusive com a generosidade, como a expressa na palavra dos jogadores que disseram aquelas palavras ao Presidente Lula, mas quem sabe tenhamos uma disponibilidade de, até de jovens brasileiros (professores jovens), quem sabe pudessem ir ao Haiti para permanecer ali algum tempo e de uma maneira a contribuir, digamos, elevar o grau de educação e também, é claro, a própria presença – conforme V. Exª mencionou – de engenheiros, em número significativo

que estão lá, mas nas diversas áreas do conhecimento humano. Quem sabe possa o Ministério da Defesa e o Itamaraty e outras áreas do Governo brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Saúde e assim por diante, planejarem uma ação que poderá ser feita, certamente, em colaboração, sobretudo com os países como a França, já que o povo haitiano fala mais o francês que a língua doméstica. Quem sabe para nós, brasileiros, não seja tão fácil a comunicação para se pensar nisso. Mas em que medida esses outros países, apesar da dificuldade da crise econômica internacional, estão hoje, como o Brasil, também colocando recursos para viabilizar ao Haiti um salto de qualidade para o seu próprio desenvolvimento? O Brasil está realizando esse esforço. E qual é o avanço, em termos da qualidade, tendo em conta o conhecimento acumulado desde 2004, sobre aquilo que poderemos realizar e que signifique muito mais a presença de colaboração para o desenvolvimento do Haiti do que propriamente a necessidade de ali estarmos cuidando da segurança, pois mais e mais será importante que o próprio Haiti cuide dessa parte e que nós possamos colaborar em outra? Sobre o Haiti é isso.

Mas, aproveitando a presença de V. Ex^a hoje aqui – embora ache que não tenha sido esse o propósito da requerente, a Senadora Ana Amélia – se V. Ex^a puder nos dizer uma palavra relativamente a este projeto que vamos examinar proximamente – agora, no Plenário do Senado –, relativamente às questões de sigilo e do tempo. Isso tem sido objeto da preocupação do nosso Presidente Fernando Collor, mas também de todos nós. Democraticamente, temos uma visão diferente, mas agradeço muito se V. Ex^a puder nos dar um breve depoimento de recomendação a essa votação tão importante que iremos tomar aqui nos próximos dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – RJ) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao ex-Governador e Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento ao nosso Presidente Luiz Henrique; o Senador Collor, Presidente desta Comissão; o Sr. Celso Amorim, nosso Ministro da Defesa; e também meu amigo General De Nardi, com quem, quando Governador, tivemos vários contatos na região Centro-Oeste e, principalmente, na nossa divisa com a Bolívia, tema que quero abordar aqui muito rapidamente também.

Eu tenho acompanhado nesta Comissão, Ministro Celso Amorim, essa questão da modernização e do reaparelhamento das Forças Armadas, em Subcomissão cujo Presidente é o Senador Luiz Henrique e da

qual faço parte. Então, sei do grau de dificuldade que as Forças Armadas têm para se modernizar e o alto valor que será empregado nisso. Acho também que não há nenhum brasileiro que se oponha a isso, porque ninguém quer guerra, mas, se queremos a paz, temos de estar preparados para a guerra. Isso já é milenar. Os chineses já nos ensinaram lá atrás.

Nós ouvimos aqui, tive a oportunidade de participar de três audiências e de ouvir, pelos menos, os três que foram pré-selecionados para vender equipamentos para o Brasil na questão da aviação. Dos três que vieram aqui, um dos fabricantes, um dos possíveis fornecedores foi muito claro em dizer da possibilidade de transferência absoluta da tecnologia para o Brasil; já um segundo, relativo; e um terceiro não quer muita conversa e não aceita muito essa possibilidade de termos acesso à tecnologia.

Então, gostaria de saber de V. Ex^a se, nessa compra que vamos fazer, vamos observar mais a questão da transferência tecnológica ou não. Sei que a negociação envolve vários fatores, mas gostaria de saber especificamente sobre essa questão, porque, pelo que ouvimos aqui, se hoje a Embraer é a potência que é na área da aviação, muito se deve aos acordos militares feitos lá atrás, que proporcionaram o desenvolvimento de uma indústria importante para o País. Então, acho que, nesse ponto – observadas, claro, as outras garantias, *performance* e tudo mais –, teríamos que dar oportunidade àquele que tem mais tecnologia ou mais abre a tecnologia para nós. Depois gostaria de ouvir de V. Ex^a sua opinião sobre esse assunto, ainda que saiba que o senhor tem de se reservar, não pode dizer muitas coisas – a exemplo, Presidente Collor, do que eles fizeram aqui, pois muitos não quiseram nem citar preços, valores, tivemos de entrar na Internet para descobrir alguma coisa, para saber quanto poderia custar um avião como esse.

A segunda parte da minha fala diz respeito à nossa fronteira com a Bolívia. Disse antes que sei das dificuldades orçamentárias e tudo mais, mas penso – e o General De Nardi enquanto trabalhou na região procurou fazer esse serviço – que, se as Forças Armadas brasileiras dessem um pouco mais de atenção à fronteira oeste brasileira, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul... A fronteira com o Paraguai, mais embaixo, lá em Foz do Iguaçu, é bem guarnecida, mas a nossa fronteira, mais ao norte e no centro-oeste, é muito desguarnecida. Mato Grosso mesmo tem quase oitocentos quilômetros de fronteira seca, espaço que é praticamente impossível para nós controlarmos. E os grandes problemas de segurança pública que vivemos hoje no País, como a criminalidade, as drogas, a perversão e outras coisas, devem-se à entrada de

drogas, que entram muito facilmente por essa região. Há a questão do roubo de carros, que vão daqui para lá. Agora é possível fazer troca... Aliás, já se fazia troca, mas agora é possível legalizar os carros que estão levando daqui para lá. Então, gostaria de deixar sugestão no sentido de a Defesa brasileira olhar o problema com um pouco mais de carinho, com um pouco mais de atenção, e direcionar, dentro das dificuldades que temos, um pouco mais de recursos e de material humano para aquela região.

No mais, quero cumprimentá-lo pela presença aqui e desejar-lhe boa sorte em sua nova empreitada. Não é uma empreitada fácil, mas alguém tem de assumi-la. O senhor foi escolhido, e tenho certeza de que dará conta do recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim para responder as indagações feitas pelos três Senadores.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Senador Luiz Henrique, em sua qualidade de Presidente da Subcomissão Permanente sobre Modernização e Reparelhamento, que foi um dos temas principais da minha exposição.

Vou tentar seguir a ordem das perguntas, começando pela resposta à Senadora Ana Amélia.

Já me referi à questão da continuidade da nossa presença em relação ao problema sanitário que se está enfrentando na fronteira com o Paraguai. Só para lembrar: está havendo uma reunião neste momento – talvez já tenha terminado – no Ministério da Defesa, numa área do Estado Maior conjunto, o Almirante Zarella está reunido com representantes do Ministério da Agricultura e, seguramente, vai entrar em contato também com representantes dos Estados para assegurar que os quatro Estados ali, que poderiam, de uma maneira ou de outra, ser direta ou indiretamente afetados, sejam protegidos adequadamente.

Pelo que o próprio General De Nardi me explicou quando eu estava lá, a natureza da operação é um pouco diferente da operação que estava sendo feita, porque a operação que visava a coibir ilícitos, contrabando etc., estava mais concentrada nas passagens: estradas, outras vias. Agora ela tem de justamente se concentrar nos vales por onde passam, ou até outro tipo onde podem potencialmente passar o gado – e vai continuar.

Com relação à segunda pergunta da Senadora Ana Amélia, eu vou, talvez, juntá-la com a do Senador Blairo Maggi que mencionou a questão dos aviões. A Senadora perguntou, muito especificamente, quando será. Eu não tenho resposta para essa pergunta.

Eu tenho também dois comentários: eu tenho consciência de que as dificuldades financeiras, fiscais, e nesse momento a preocupação como a crise mundial, cuja extensão nós não sabemos ainda que terá, está, digamos assim, fazendo com que certas decisões sejam algo postergadas. Isso é algo que nós todos temos de compreender. Por outro lado, obviamente, há uma premência também na decisão em relação aos caças, porque, como disse, na verdade, os Mirages, são 12 Mirages apenas aqui em Anápolis, só têm nove que estão em condições plenamente operativas, e até final de 2013 nenhum deles estará plenamente. Sempre, às vezes, é possível continuar um pouquinho mais, não sei, mas a previsão que faz pelo lado seguro da Aeronáutica é que em final de 2013 seria o prazo necessário. Evidentemente um avião desse não fica pronto em menos de três quatro anos. Então, dependerá um pouco da negociação do que se pode obter no meio tempo, isso é possível. Enfim, só para frisar que é algo realmente muito urgente, muito importante. A necessidade de defesa da Amazônia, das fronteiras, mas também agora da Amazônia Azul ou das águas jurisdicionais brasileiras impõe que nós tenhamos uma aviação de caça adequada. E a compra da Aeronáutica é o primeiro passo. Na realidade, esses primeiros 36, seriam 36 de eventualmente 100.

Agora tentando responder mais diretamente à pergunta do Senador. Sim, atenção prioritária ao aspecto de transferência de tecnologia. Como disse antes, não apenas as promessas de transferência de tecnologia, mas de verificar se as condições contratuais e a presença de empresas brasileiras no processo garantem que realmente essa transferência ocorra. E o Senador tem toda razão. A nossa aviação civil, obviamente desenvolveu um projeto de Estado militar na Embraer, mas mais do que isso: a nossa aviação, hoje, de grande sucesso dos jatos da Embraer: 145, Legacy, posteriormente o 190, mas especificamente o 145, o Legacy e o 135, que estão no mercado do mundo inteiro, então, esses aviões estão fundamentalmente ligados ao Projeto do AMX. Então, na realidade, essa transferência sim, existe. Essa passagem da tecnologia militar para civil, aliás, é um bom exemplo, porque – o Senador me fez lembrar, eu estava antes, querendo me lembrar de um exemplo muito concreto – esse é um exemplo muito concreto de como a tecnologia da área militar se expande para a área civil. Então, isso é absolutamente fundamental. É fundamental sobre esse aspecto e é fundamental também, e aí eu faria um outro comentário, repito, que eu fiz no início, é que nessas questões, como em muitas coisas na vida, mas certamente nessa área de defesa, o barato sai caro. Então é preciso ter isso presente. Eu não posso ir além disso,

mas estamos examinando as opções tendo presente essas considerações. Eu não tive ainda uma conversa em profundidade, em profundidade, não é que o assunto não seja prioritário, mas eu não tive oportunidade de conversar em profundidade com a Presidenta Dilma, pretendo fazer e vamos fazer. Eu acho que as coisas têm de se encaminhar com rapidez levanto em conta, como todos temos de levar, situações prementes da conjuntura econômica.

Com relação ainda – aí eu talvez possa juntar um pouquinho ao que perguntou a Senadora Ana Amélia a alguns dos comentários do Senador Suplicy – à presença brasileira, a presença brasileira lá foi muito importante, a presença do Minustah foi fundamental. Na realidade, não teria havido eleição, da qual resultou o Presidente Préval, e não teria havido essa segunda eleição agora, na qual foi eleito, num segundo turno, o Presidente Martelli, se não tivesse as Forças da Minustah. Isso não há a menor dúvida.

E, como eu disse antes, uma das coisas importantes que a Minustah fez foi galvanizar também apoio econômico de desenvolvimento. Claro que na época do terremoto as atenções tiveram de se voltar para as emergências. Mas de modo geral, por exemplo, temos projetos lá que vão desde hidrelétrica até a agricultura familiar. Há projetos que foram originados no governo e há projetos das ONGs que o Governo apoia. A Viva Rio tem um projeto lá que o Governo apoia, que trata de vários aspectos da organização comunitária, estive lá visitando, inclusive.

E outro projeto extremamente importante, que ganhou por duas vezes prêmio do PNUD, é um que foi iniciado no governo. Aliás, era uma funcionária do GSI que foi para lá, porque uma coisa interessante – o Senador Eduardo Suplicy mencionou a generosidade: quando começou essa nossa presença no Haiti, fomos procurados por pessoas as mais diversas – nós, digo, no Itamaraty, o Governo –, por pessoas que queriam dar sua contribuição. É claro que nem sempre tínhamos condições de aproveitar todas, mas algumas, sim, foi possível.

Esse é um projeto extremamente importante, que ganhou dois prêmios do PNUD, como exemplo do cooperação Sul-Sul, porque envolve o IBAS, que é o grupo que envolve o Brasil, a Índia e a África do Sul, países com os quais temos afinidades especiais, porque são países democráticos, grandes países em desenvolvimento, etc. Com o apoio desses três países, mas dirigido por uma brasileira, esse projeto visa à coleta de lixo nas ruas, que é um problema gravíssimo no Haiti, e a transformação desse lixo em elemento combustível. Então, na realidade, resolvem-se três problemas – resolvem-se não, atende-se a três problemas:

a coleta de lixo, que é grave, o emprego para essas populações que vivem nessas comunidades carentes, que são empregadas ali, catando o lixo e produzindo substitutivo para a queima de árvores, que ainda era a principal fonte de combustão da lenha diária que é usada para o cozimento de alimentos.

Então, é um projeto exemplar, só para ilustrar. Então, essas coisas devem continuar.

Como passar de uma fase em que a presença militar foi, talvez, a mais visível para uma fase em que se ajuda o desenvolvimento? Isso não é fácil. Obviamente, não é fácil. Eu não tenho ilusões de que, se não tivesse sido a nossa presença militar, não teríamos galvanizado a opinião pública, a atenção dos políticos, a atenção toda da Administração Pública para as outras ações que ocorreram.

Então, o grande desafio do nosso futuro Embaixador – supondo que ele seja aprovado aqui, não sei, não quero me meter nisso, na soberania do Senado –, do nosso novo Embaixador, é manter esse engajamento, mesmo que haja um decréscimo da presença militar. Isso é muito importante.

Agora, volto a dizer o que disse antes: o decréscimo não significa absolutamente uma saída irresponsável. Tem de ser algo gradual e de acordo com o governo haitiano. É muito importante que os haitianos estejam plenamente senhores da sua soberania.

Nós ouvimos comentários, e não é muito fácil, porque, quando os candidatos estão na oposição ou quando são candidatos, normalmente criticam muito a Minustah; quando viram governo, querem que a Minustah fique, porque percebem a importância que Minustah tem para eles.

Então, o que temos de encontrar é algo que não deixe a Minustah como uma força que possa ser percebida, ainda que não seja, como servindo a uma facção em relação à outra – isso não é possível admitir –, mas, por outro lado, também temos de garantir uma certa presença.

O grande desafio é justamente um ponto que a Senadora mencionou: como construir o aparelho de Estado no Haiti, porque lá tudo é muito frágil. A começar pela parte de segurança, não há exército. Ela é só uma decisão política tomada, há mais tempo, da qual não se deseja voltar atrás. A comunidade internacional deseja pelas complicações que as Forças Armadas viveram antes – envolvimento com o narcotráfico, coisa desse tipo.

Então, a ideia é a de que seja mantida; que haja ou uma força policial, que está sendo desenvolvida com o apoio da Minustah... Às vezes se fala – talvez o Embaixador vá ser sabatinado com esses detalhes

mais do que eu –, mas, enfim, às vezes, o Presidente Martelli tem falado numa Gendarmerie.

Então, acho que é preciso sempre ouvir. Em algum momento, o Presidente Martelli disse ou deu a entender que preferiria uma cooperação bilateral, de alguns países, chegou a citar a França, o Canadá, os Estados Unidos. Isso é uma opção soberana dele. Agora, a Minustah tem de mostrar que está pronta a atender, se for um desejo dele.

Uma vez tive uma frase de uma ministra haitiana, que achei muito significativa, falando um pouco dos trabalhos das ONGs, que era muito bom. Há mais de mil ONGs no Haiti. É uma coisa impressionante. Ela dizia o seguinte: “O Haiti é um país, não é uma coleção de projetos”.

Então, a gente tem de ter presente isto: fortalecer o Estado haitiano, os aparelhos de governo haitiano, a começar, nesse caso, pela polícia e pela justiça, é absolutamente fundamental. Agora, isso não é uma tarefa que o Brasil fazer sozinho, nem as nossas forças estão lá com esse objetivo. Elas estão lá com o objetivo de garantir que isso possa ocorrer. Mas é preciso um esforço mais amplo da comunidade internacional. E a verdade – eu não tenho dados atualizados, mas me escandalizava – é que, por muito tempo depois do terremoto, isso durou uns meses, levando em conta a disparidade, que o Brasil fosse ainda o país que mais tinha contribuído financeiramente, sem falar nas vidas, nos militares. Isso no pós-terremoto; Acredito que hoje isso já tenha mudado e que outros países que também tenham se comprometido tenham também...mas é muito difícil fazer chegar a ajuda na ponta. Por exemplo, tivemos um grande projeto – me permita entrar aqui numa área que não é mais a minha, mas como o Exército também esteve envolvido nisso, me sinto à vontade para falar – de uma hidrelétrica. Mas seja porque se entrou depois num processo eleitoral no Haiti – processo eleitoral é complicado em qualquer país do mundo –, seja também porque há uma difusão do centro de poder, seja porque a comunidade internacional também não se comporta de maneira fácil.. o Brasil doou o projeto, eu me recordo que fui lá e entreguei para o Presidente Préval e ele saiu muito contente, chamou a imprensa e disse: “Ah, estou aqui com a minha represa.” Bem, o projeto existe e nós já colocamos US\$40 milhões, se não me enganam estão alocados ao projeto, mas os recursos complementares – eu imagino que a hidrelétrica vai custar uns US\$200 milhões – ainda não apareceram, talvez estejam sendo negociados. Mas sobre isso eu não tenho condições de falar.

Mas só para demonstrar como há uma variedade de projetos e de presença. E duas coisas para terminar esse aspecto, se me permitem. Uma, é enfatizar que

isso tudo tem que ser feito concomitantemente com o fortalecimento das instituições haitianas – e isso é uma tarefa complexa.

E, segundo, que, à medida em que diminua a presença das nossas forças, há um risco de haver uma diminuição da percepção pública da importância do Haiti. Então, isso vai depender muito dos senhores, vai depender do governo, vai depender muito do nosso futuro embaixador, mas é muito importante que isso se mantenha, porque, realmente, eu diria que a nossa presença lá e de outros sul-americanos e latino-americanos ajudou em duas coisas. Primeiro, o próprio povo haitiano enfrentar uma situação crítica de anomia absoluta; e segundo, de trazer o Haiti mais para a América do Sul e América Latina. Sempre tivemos muito empenho que os países da Caricom, comunidade em que o Haiti se insere, participasse. Barbados, Jamaica são países pequenos, mas aquilo dá uma legitimidade também, evita essa percepção – acho que hoje em dia não se tem mais – que no início se deu de que fosse uma intervenção, que não era.

É isso que acho que poderia dizer sobre o Haiti de maneira mais geral.

Obviamente é a percepção nossa; do lado das forças armadas e da defesa também que essa redução deve ser feita de maneira gradual, tem que ser responsável, não só em face ao Haiti, mas em função também das condições de segurança. Se de repente se diminuir muito quem fica lá pode ficar muito exposto.

Bem, o Senador Suplicy sempre coloca assuntos delicados com relação ao sigilo de documentos. Eu recebi a visita do Senador Collor e quero dizer que dei toda a atenção, mas há uma posição de governo e não vou me atrever a falar muito sobre o assunto, porque essa posição de governo foi estabelecida antes da minha indicação e ela é a favor da aprovação do projeto. Eu me limitarei a esse aspecto.

Eu acho que a única pergunta que ficou do Senador Maggi é sobre a fronteira com a Bolívia e outras. Pode ser a Bolívia, mas poderíamos considerar também o Peru e outras fronteiras. Elas vão ser objeto... primeiro que essas fronteiras, Senador, são objeto de uma atenção especial da Presidenta. Esse programa Plano Estratégico de Fronteiras, que envolve o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça, e outros órgãos da administração, é muito importante. No caso do Ministério da Justiça, eles são responsáveis mais por uma operação chamada Sentinela, que é um pouco mais permanente. Mas todos são em colaboração. Ao Ministério da Defesa, através do próprio Estado Maior, cabe a condução da operação chamada Ágata, que são operações maiores, de maior presença do Estado, revelando maior musculatura, que tem um efeito

dissuasório muito importante. Elas são operações que deixam uma continuidade, apesar de se realizarem durante quinze dias, três semanas, mas sempre há um rescaldo que depois é também aproveitado às vezes até pela operação Sentinela.

Nós tivemos uma na Amazônia, que foi muito bem sucedida. Eu estive presente na operação Ágata II, que foi essa que abrangeu os Estados do Sul, indo do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul, mas eu ainda não tive a avaliação. Vamos ter em breve – o que deve ser nesta semana ou na próxima – uma avaliação. Mas é importante, nós vamos continuar com essa operação e, em breve, haverá a Operação Ágata III, que justamente deve ser na fronteira que o Senador Maggi mencionou. Isso é o que eu posso dizer no momento.

Quero dizer também dois aspectos, que para melhorar, para poder ter uma... São 17 mil quilômetros de fronteira, é muita fronteira, é uma cosia fantástica quando você pensa nisso. Obviamente, se a gente quisesse colocar uma pessoa dando a mão para outra, não sei quantas seriam. Haverá, eventualmente, sempre alguns vazios. Para compensar esses vazios, nós temos que ter meios de comunicação adequados. Por isso, o projeto Sisfron – que é um outro projeto que mencionei *en passant*, que apenas começa a ser feito, mas que terá que ser desenvolvido – é absolutamente fundamental para esse objetivo que Senador mencionou.

E, dentro desse projeto – algo que também em breve deverá ser decidido, já está praticamente decidido – a aquisição, mas com transferência de tecnologia e com habilitação par ano futuro haver a construção nacional de um satélite brasileiro. Há uma situação hoje que beira o incômodo absoluto. Todas as comunicações brasileiras, inclusive as da Defesa, chamadas Banda X, se não estou enganado, são feitas através de um satélite alugado, o satélite não é nosso. Claro que nós temos confiança de que o contrato vai ser respeitado. Mas, e numa situação crítica? Nós temos que ter o nosso satélite e temos que ser capazes de no futuro fazermos o nosso satélite sozinhos ou em cooperação com alguém, mas com controle da tecnologia.

São os comentários.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Ministro Celso Amorim.

Concedo a palavra ao nobre Senador, Presidente desta Comissão, Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Luiz Henrique.

Gostaria, Sr. Ministro, de dizer a V. Ex^a que esta Comissão, tendo em vista a grande preocupação que os seus integrantes demonstraram ao longo do período com o tema Defesa Nacional, criou a Subcomissão

Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas, exatamente para que haja um engajamento maior desta Comissão com os projetos que estão hoje sob o seu comando no que tange a esse reaparelhamento e a essa modernização.

A Presidência desta Subcomissão foi entregue a S. Ex^a, Senador Luiz Henrique, que é um homem público extremamente preparado e que tem no campo da inovação tecnológica um dos mais relevantes conhecimentos.

Ficamos todos nós felizes por contarmos com a presença de V. Ex^a; S. Ex^a o General De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, dos Srs. Oficiais Gerais na manhã de hoje.

Eu teria duas formulações a fazer a V. Ex^a, Sr. Ministro Celso Amorim.

A primeira delas seria essa do satélite geoes-tacionário, a que V. Ex^a se referiu agora, no final. Realmente, é uma preocupação absoluta. O Brasil está vulnerável em relação a essa questão da sua vigilância por satélite.

Hoje, alugamos da Embratel esse satélite. O dono da Embratel é o Carlos Slim, um mexicano. No momento em que ele, por um descuido pessoal dele, desviar meio grau os satélites, nós já ficaremos sem as nossas informações. Nós não sabemos nunca o dia de amanhã, o que acontecerá amanhã.

Essa é uma das grandes vulnerabilidades que entendendo que a Defesa Nacional tenha, é um investimento importante, realmente é um investimento importante, mas é algo prioritário que, no meu entender, o Governo deve abraçar e deve encetar com muita firmeza, juntamente também com a questão do nosso submarino, movido à propulsão nuclear, como V. Ex^a muito bem colocou, em relação à rápida definição sobre a questão dos caças.

Tudo isso envolve recursos, e os recursos são escassos. Essa crise que se abate agora, novamente, sobre o Planeta, de modo geral, tem também suas consequências no Brasil; menores do que em outros países, graças à boa condução da política econômica, desde o governo do ex-Presidente Lula, mas de qualquer maneira nos afeta. Então, se governar é estabelecer prioridades, acho que essa é a prioridade um, a questão da Defesa.

Em relação a esses projetos, fiquei feliz em saber que os cortes não foram tão acentuados como em outras áreas, conforme V. Ex^a relatou a todos nós desta Comissão, mas é necessário um empenho ainda maior do Executivo, para que as nossas Forças Armadas estejam prontas a atuar quando chamadas a isso, e no momento em que o Brasil se torna alvo da cobiça

internacional. Isso faz com que nós tenhamos que nos preocupar ainda mais.

O segundo ponto diz respeito à realização da Conferência Rio+20. Foi pelas mãos de V. Ex^a que essa conferência vai se realizar no Rio de Janeiro. V. Ex^a, quando Chanceler, levou ao Secretário-Geral das Nações Unidas essa proposta do Governo brasileiro de ser o anfitrião dessa conferência.

Preocupa-nos bastante a questão da logística que seja estabelecida para receber o que se estima, entre 100 a 120 Chefes de Estado e de Governo na cidade do Rio de Janeiro. E para isso a participação das Forças Armadas também é muito importante junto com a própria Diplomacia.

Eu gostaria até de contar um fato muito interessante que aconteceu comigo. Entre a minha eleição para Presidente e a minha posse, fiz aquelas visitas aos Chefes de Estado e estive com o então Presidente do governo espanhol Felipe González. Era uma conversa de vinte minutos, e conversamos cerca de uma hora. Daqui a pouco, a gente ouve um barulho de helicóptero. Ele disse: “Olha, Fernando, agora temos que encerrar, realmente, a nossa reunião, você me desculpe, porque está chegando...” Faltavam dez minutos para o meio-dia. E, no começo da nossa conversa, eu havia pedido a ele sugestões, algum aconselhamento que ele poderia me dar, ele com uma experiência que já tinha de quase dez anos de presidente de governo. Ele disse: “Não se dá conselho nem se sugere nada a Chefes de Estado nem a Chefes de Governo. Você mesmo vai saber como fazer isso, na medida em que estiver governando”.

Bom, mas, então, voltando à chegada do helicóptero, ele disse: “Olha, mas para não deixar você sem resposta àquela pergunta, se eu teria algum conselho para lhe dar: você está vendo este helicóptero? Ele está chegando aqui faltando dez minutos para o meio-dia. Era para ele estar aqui ao meio-dia. E sabe por que ele está chegando neste horário? É porque é uma tarefa que eu dei aos militares. Se fosse um civil, no primeiro dia chegaria ao meio-dia; no segundo dia diria que a mãe adoeceu; depois, no terceiro dia, o filho estava com algum problema. Então, quando você quiser que no seu governo as coisas funcionem, você as entregue às Forças Armadas e à Diplomacia, que são as duas carreiras de Estado e são aquelas duas carreiras que têm realmente o mérito e o seu desempenho como fator preponderante para a sua ascensão funcional”.

De modo que, na Conferência Rio-92, foi o próprio Itamaraty e as Forças Armadas que estiveram unidas, e foi uma grande realização do Brasil. O Felipe esteve presente. Ele disse: “Eu vim do aeroporto diretamente para o Riocentro, procurando alguma coisa de errado

para corrigir e para avisar a você, mas quero dizer que não vi nada equivocado; está tudo perfeito”. E eu disse: “Mas graças a você”. Ele perguntou: “Por que graças a mim?” Eu disse: “Você não se lembra?” Ele não se lembrava mais daquela história.

De modo que, nessa questão da logística, nós temos muita confiança de que V. Ex^a, como Ministro da Defesa, e o Ministro Patriota, como Ministro das Relações Exteriores, estejam trabalhando de forma muito unida como me parece – e as demonstrações são claras e estão nítidas a esse respeito –, mas é importante um esforço adicional para que possamos fazer com que a Rio+20 cubra todas as melhores expectativas que temos em relação a esse evento.

De modo que eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e agradecer sua presença. E, em outras oportunidades, poderemos tratar de outros assuntos na medida em que os acontecimentos assim o exigirem.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Presidente Fernando Collor.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, Sr. Ministro, Embaixador Celso Amorim, a imagem da diplomacia brasileira se confunde ultimamente com a sua própria imagem. A gente olha para a diplomacia e vê o Ministro Celso Amorim.

O Brasil, por vocação histórica, sempre se pautou pelas relações de multilateralidade, sempre buscando contribuir, a partir da diplomacia, para a solução dos conflitos, que sempre estão presentes nas relações internacionais. Imagino que, ao ter sido convidado pela Presidenta Dilma para o Ministério da Defesa, ela deva ter feito algum tipo de advertência: não vá deixar essa imagem interferir na área do Ministro Patriota, cuide da defesa. Sendo V. Ex^a uma pessoa de formação pautada pelo pacifismo, pela construção de soluções sempre baseadas na conversa, como é que tem sido o desafio de pensar a partir da estratégia de defesa, da necessidade de defesa para o Brasil?

Justamente em relação a esta questão de estratégia de defesa, nós tivemos um almoço com o ex-Ministro Jobim e ele estava colocando alguns embaraços, em termos de estratégia de defesa, que não conseguimos superar. Por exemplo, aquela base de lançamento de Alcântara não avança. Temos dificuldade em fazê-la avançar e ela, parece-me, é muito estratégica para o Brasil avançar inclusive na possibilidade de ter o seu próprio satélite. A pergunta seria: o que podemos fazer, em termos de Parlamento, para ajudar nesse avanço? Que contribuição esta Comissão de Relações Exterio-

res aqui do Senado Federal poderia dar no sentido de juntar os elementos que se fazem necessários para o Brasil avançar em termos de disposição da estrutura da defesa necessária para se estar protegido na situação de paz, que é a que preconizamos sempre, mas também estarmos preparados para qualquer tipo de eventualidade?

Em relação às perguntas sobre o Haiti, vejo que elas foram muito bem respondidas. O Haiti é o mais pobre dos países das Américas e tem pelo menos 80% da sua população abaixo da linha de pobreza. Na medida em que agora estamos nos preparando para a retirada da nossa Força Militar daquele país, que tipo de esforço a mais a gente poderia empreender para ajudá-los econômica e socialmente? Eles são muito necessitados da nossa ajuda.

Em relação ao Sisfron, na medida do possível, é preciso que seja dada uma atenção especial do Ministério da Defesa àquela região do norte, particularmente ao Acre, porque ali fazemos fronteira com a Bolívia e com o Peru. O Presidente Lula nos ajudou na construção da Ponte da Amizade entre Brasil e Bolívia, de Brasileia a Cobija, e também na construção da ponte que liga Assis Brasil a Iñapari, no Peru, no último ponto de início do Brasil, de tal maneira que os caminhos foram abertos para a ligação com o Pacífico, passando pela Interoceânica, que sai pela BR-317, no Brasil, no Acre. Então, entra-se na Interoceânica, e se vai até os portos do Pacífico. Assim, há uma base consolidada para se fazer o estreitamento de relações naquela região.

Logicamente, dependemos muito de ação de fronteira no que diz respeito à ação militar de proteção para a contenção de entrada de produtos indesejáveis, principalmente do contrabando de drogas e de armas, e também no que diz respeito à comunicação. Por exemplo, há uma rádio em Brasileia que opera com 1.000 Watts, mas há dezenas de rádios em Cobija que operam com muitos mais Watts, e há uma invasão importante de programação nas nossas fronteiras. Imagino que, quando se discute o Sisfron, alguma coisa deve estar também relacionada a isso.

Era isso basicamente o que eu tinha a dizer. Também gostaria de cumprimentá-lo pela feliz indicação da Presidenta Dilma para o Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Anibal Diniz.

Gostaria de dirigir três indagações ao nobre Ministro Celso Amorim. Uma delas diz respeito à crise que vive o setor têxtil brasileiro, pelas razões conjunturais da economia brasileira, mas também pela importação de produtos têxteis do oriente, subfaturados, e pelo contrabando.

Sabemos que o poder de compra do governo é fundamental para ativar a economia de um país. A nossa pergunta é: procedem as informações de entidades do setor têxtil de que os uniformes militares não são todos produzidos no Brasil? Há compra pelo Brasil de uniformes militares chineses e de outras procedências? Havendo isso, V. Ex^a poderia determinar a nacionalização da roupa usada pelos nossos soldados das três Armas?

A segunda pergunta é relativa à Defesa Civil. Cada vez mais, ocorrem catástrofes seguidas de caráter climático no nosso território. Não seria o caso de, nas Forças Armadas, haver uma divisão de Defesa Civil prontamente mobilizável para atuar em qualquer parte do território nacional, com toda a rapidez, levando helicópteros, aviões, hospitais de campanha e uma tropa treinada e preparada para atuar nessas emergências?

A história nos ensina, Sr. Ministro, que as nações só afirmam sua soberania pela força das suas Armas. O exemplo histórico que gostaria de citar aqui era o do Primeiro-Ministro Winston Churchill. Ele ocupava essa função quando da desastrosa operação militar em Dardanelos, na Grécia, na região dos Balcãs. E o então Primeiro-Ministro Winston Churchill perdeu seu cargo. Como compensação, deram-lhe uma função subalterna, que não tinha importância no governo, de ministro das munições. Então, Winston Churchill, ali no ministério das munições, realizou um trabalho fantástico de modernização, de padronização dos equipamentos militares e, através desse seu desempenho, acabou ocupando novamente o cargo de chanceler durante a Segunda Guerra Mundial, que levou a Inglaterra à vitória naquele conflito.

Por essa razão, Sr. Ministro, enfatizo aqui o apoio desta Comissão, desta Subcomissão, a todas as iniciativas voltadas ao reequipamento das Forças Armadas.

Durante o regime autoritário, fui convidado, como vice-líder do MDB – era para ir o líder, e ele pediu que eu fosse – a visitar o “forte apache”. Foi a primeira vez que um deputado do MDB entrou num quartel, numa instituição militar, posto que nós éramos oposição ao regime e que havia um estado de verdadeira idiosincrasia nossa, equivocada, em relação aos militares e suas instituições.

Fui lá para ouvir o Ministro do Exército e, para grande surpresa, o orçamento das Forças Armadas despencou exatamente durante o regime que chamavam de militar. Isso dá uma demonstração, em corroboração ao que disse o Presidente Collor, da absoluta honestidade que predomina nas tropas. Por que eles reduziram os seus próprios orçamentos? Para dar exemplo. E de lá para cá, nós não recuperamos mais o nosso poder de fogo, como se chama.

É sabido que, se a Argentina tivesse um submarino nuclear e fosse proprietária do seu satélite de comunicação, os ingleses não ousariam estabelecer um campo de batalha tão distante da sede das suas forças armadas e não teria havido a Guerra das Malvinas. De modo que submarino nuclear, o satélite geoestacionário, os novos caças, tudo isso, na nossa opinião, deve ser encarado como absoluta prioridade para o futuro do nosso País.

O SR. CELSO AMORIM – Presidente, permita-me. Acho que o Senador Collor foi o primeiro a falar. Rapidamente, um dos comentários é reiterativo da nossa igual disposição em apoiar o satélite geoestacionário e iniciativas desse tipo.

Quero apenas agradecer o empenho da Comissão e da subcomissão, reiterado agora também pelo Senador Luiz Henrique.

Com relação à Rio+20, Senador – e agradeço suas palavras também –, com relação a nossa situação, na realidade, justiça seja feita, a primeira vez em que isso foi falado foi aqui, nesta Comissão, foi uma ideia sua, de lembrar que nós teríamos, naquela ocasião, dentro de quatro ou cinco anos, a possibilidade de celebrar a Rio+20, celebrar 20 anos da conferência do Rio, e que seria muito importante que o Brasil voltasse a sediar uma grande conferência. Depois tomei isso como uma bandeira – e o Presidente Lula também, naturalmente – da política externa, e não foi uma batalha fácil, porque tivemos que conversar muito, primeiro, sobre a necessidade de fazer uma conferência, e havia muita resistência de muitos países, sobretudo de países desenvolvidos, que não estavam muito interessados em que houvesse outra conferência. Segundo, quando conseguimos vencer essa primeira batalha, surgiram outros candidatos, que antes não estavam interessados, mas depois surgiram. E nós tivemos que, realmente, usar de alguma musculatura diplomática – até já contei um episódio ao Presidente – para garantir que fosse efetivamente no Brasil, e foi garantido. Isso é algo muito importante, e quero pagar o tributo adequado: não por acaso, a primeira iniciativa partiu de V. Ex^a. Nós tomamos isso – o Presidente Lula e eu, naturalmente – como bandeira. E tenho certeza de que, agora, a Presidenta Dilma dá a mesma importância, tanto que têm se sucedido reuniões coordenadas pela Casa Civil – de algumas eu tenho participado, de outras o General De Nardi, depende um pouco do que se discute; em algumas ele vai em minha substituição, outras vezes ele vai mesmo na sua capacidade – em que se está discutindo o que nos diz respeito mais diretamente, que é a parte de segurança, pois temos que realmente garantir que não haja risco.

Evidentemente, aspectos orçamentários são sempre relevantes em relação a isso, porque é sempre possível reduzir um orçamento, mas não se pode esquecer que, ao reduzir orçamento, aumenta-se a margem de risco. Isso é um pouco como seguro de carro ou seguro de casa, você pode fazer um seguro mais barato, ele cobre menos. Não há como evitar essa correlação.

Obviamente, as Forças Armadas farão o que fizeram no passado, quando V. Ex^a presidiu a conferência do Rio. Nós temos, inclusive, uma missão de coordenação mais ampla, no caso da Rio+20, que nos foi atribuída, não na parte diplomática, evidentemente, mas quanto a coordenar os outros órgãos internos. Inclusive a execução orçamentária, para desgosto do nosso secretário de orçamento, vai ficar conosco. Quer dizer, a coordenação da execução orçamentária não é algo que pretendêssemos, é uma sobrecarga adicional muito grande. Mas, enfim, acho que tudo isso será feito com essa disciplina e esse sentido do dever que os militares e os diplomatas têm. E, se V. Ex^a me permite, nesse caso, vou agradecer tanto em nome dos diplomatas quanto em nome dos militares as suas observações.

Com relação às questões levantadas pelo Senador Anibal Diniz, evidentemente, eu acho que não há nenhuma contradição em cuidar da defesa e ser pacifista. Pacifista às vezes é uma palavra que fica meio pejorativa, porque parece que você não quer nem se defender. Não é isso. Nós atuamos pela paz, nós favorecemos o diálogo, privilegiamos o entendimento, as negociações e a ação diplomática, mas, para que tudo isso possa correr tranquilamente, a gente tem que ter a certeza de que está defendido, porque, se a gente estiver vulnerável, toda essa conversa fica frágil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Melhor seria não agressor, não é?

O SR. CELSO AMORIM – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Não agressor; país não agressor.

O SR. CELSO AMORIM – Exatamente. Então, para garantir esse entorno de paz, inclusive, eu diria, em certo sentido, até dentro desse novo mundo que existe, multipolar, com muitas ameaças distintas, eu acho que o fato de a gente ter defesas não só é bom para nós, mas contribui para essa estabilidade, contribui para que não haja tentação de desestabilização da ordem mundial naquelas áreas em que nós podemos atuar.

Eu acho que o fato de nós termos tido o papel importante que tivemos no Haiti, que tivemos antes em Angola, que tivemos antes em outros lugares, mas seguramente, de maneira muito forte, no Haiti, e essa presença nossa agora na Unifil, no comando da

parte naval da Unifil e agora com a presença não só do comandante, mas também de uma fragata brasileira, eu acho muito importante. Às vezes as pessoas dizem: “O que o Brasil tem com isso?”. O Brasil tem com isso, porque se alguma coisa correr muito mal lá vai nos afetar. Não adianta pensarmos que estamos isolados disso. Então, o que nós podemos fazer para contribuir para a paz, devemos fazer. E essa presença é muito importante.

E aqui, no nosso entorno, temos que realmente mostrar claramente que temos capacidade de nos defender. Em outras palavras, se me permitem uma expressão, é preciso dizer “não vem que não tem”. O Brasil tem que estar capacitado a dizer isso. Nós não vamos nos meter em outras aventuras, não temos essas pretensões. De forma alguma, seguramente nunca praticaremos atos de agressão, isso fora de dúvida – aliás, a nossa Constituição mesmo proíbe –, mas temos de demonstrar a nossa capacidade defensiva.

Bem, com relação à parte da percepção sobre retirada, eu quero, mais uma vez, enfatizar: não se trata... Retirada dá a impressão, usando um termo militar, de que estamos todos saindo. Não é assim. É uma redução gradual de efetivos para que o Haiti assuma, progressivamente, as suas responsabilidades, a serem executadas de acordo com as Nações Unidas e com o governo haitiano. Não se trata, de modo algum...

Por isso, até uma pergunta que acho foi feita antes e a que eu não respondi: quem assumirá isso, o Brasil? Isso é uma pergunta que, neste momento, não se coloca, porque nós estamos agindo em acordo com as Nações Unidas. E como eu disse, no início da exposição sobre esse tema, a nossa diminuição, a nossa redução será proporcionalmente menor do que a redução de outros países, seja pela qualidade do trabalho demonstrado pelas nossas tropas, nossas forças, seja pelo fato também de nós estarmos em áreas cruciais.

Quanto às observações aqui do Presidente da Comissão, Luiz Henrique – primeiro, quero reiterar que foi uma honra trabalhar sob as ordens do então Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, quando vários assuntos importantes que diziam respeito diretamente à soberania nacional foram tratados e me orgulho muito de ter colaborado para a forma patriótica com que esses temas foram conduzidos na gestão do Ministro Luiz Henrique, como haviam sido também na missão do Ministro Renato Archer. Foi um período de grande aprendizado para mim, que está sendo útil, inclusive, hoje. Quer dizer, aquele episódio que eu contei da China, quando nós fomos lá e vimos a China, em depoimentos de nossos cientistas, interessada na nossa eletrônica, e o tempo que nós ficamos para trás. Naquela época, já tínhamos o projeto de um veículo lan-

çador de satélites e até hoje continuamos sem poder concretizar por causa da descontinuidade. Isso é um aspecto que tem muito a ver com o trabalho também, se me permitem os senhores, não só da defesa geral da importância do orçamento, mas também, de maneira muito particular, da continuidade dos orçamentos.

Isso é algo muito importante. Projetos dessa natureza podem ser civis também; no caso dos grandes projetos militares, são sempre projetos plurianuais. Eles tomam um tempo muito grande. Agora, se eles param, a volta nem sempre se dá da mesma forma: a situação já evoluiu, a tecnologia já mudou, há uma dispersão dos cientistas. Por exemplo, no caso do projeto espacial, especificamente o lançador – é claro que isso não foi culpa de ninguém em específico –, mas o esforço, que é recuperar a capacidade perdida quando houve a explosão lá em Alcântara é muito grande. Para mencionar Alcântara, alguma coisa está ocorrendo de positivo, o contrato com a Ucrânia está avançando, vão ser feitas as construções – o projeto de que nós participamos, naturalmente, porque a base é da Aeronáutica, mas a coordenação geral é da Agência Espacial Brasileira.

Com relação à questão do setor têxtil, Senador, eu confesso que não determinei que se apurasse, que fosse feita uma apuração sobre a questão da compra de fardamentos. Eu li na imprensa e, em geral, acredito na imprensa. De modo que imagino que ocorreu de alguma forma. É claro que isso tem que ver com orçamentos em parte; então, é uma coisa importante, mas tem que ver também com legislação. Eu acho que as medidas já tomadas do programa Brasil Maior, que a Presidenta Dilma lançou há pouco tempo, e as que vão ser tomadas hoje no produto de defesa vão permitir-nos atuar de maneira mais efetiva para evitar que esse absurdo – eu concordo, é um absurdo – ocorra. Mas é um absurdo que, às vezes, a premência leva a ocorrer. Então, isso eu acho que nós vamos evitar.

O ato desta tarde, de hoje à tarde, no Palácio do Planalto, para mim é muito relevante. Nós lá teremos duas conceituações: produto de defesa – que é uma coisa mais geral – e produto estratégico de defesa – este, então, com benefícios ainda mais acentuados.

Com relação à defesa civil, nós trabalhamos em conjunto. A competência sobre a defesa civil é do Ministério da Integração, e nós trabalhamos coordenadamente com eles, às vezes, dependendo do caso também, a própria Presidência da República isso envolve. E nós temos trabalhado sempre sob coordenação.

Devo dizer que vou examinar a sugestão, porque nunca a olhei sob essa ótica, mas vou examinar a sugestão de V. Ex^a de termos uma divisão específica, mas eu queria dizer que, é claro, sempre pode haver

uma crítica aqui de que o helicóptero atrasou duas horas, mas nós temos sido muito rápidos nessa ação.

Nesse último episódio que ocorreu, por exemplo, em Santa Catarina, no Estado de V. Ex^a, pelo que eu ouvi e li, o número de pessoas afetadas foi um milhão e o número de vítimas fatais foi três. Claro que é lamentável três; é lamentável uma, mas, a meu ver, demonstra muito bem como se evoluiu tanto no sentido dos alertas, no sentido... Eu me lembro ainda das imagens de V. Ex^a com o Presidente Lula em outros eventos do passado. Então, está ocorrendo essa tensão.

Agora, quero dizer também que isso tem muito a ver com a capacidade de informação rápida. E aí sistemas foram mais para as fronteiras, mas o nosso satélite já é o estacionário. Há outros sistemas de satélite, no caso, mais de monitoramento da Terra que devem continuar a ser desenvolvidos e também equipamento. A verdade é essa.

Há pouco tempo, conversando com outros Ministros envolvidos no tema, um deles mencionava a necessidade de nós fazermos um levantamento de todo o equipamento disponível para atender, no caso ele se referia a incêndios, que também é pouco. Houve um incêndio aqui em Brasília, o avião estava no Rio. Leva tempo para chegar aqui. E eu não sei quantos nós temos.

Aliás, devo dizer, ainda não fiz esse levantamento. As Forças Armadas e a área de defesa são um mundo. Então, como disse no início, muitas coisas ainda vou ter que aprender. Essa ocasião para mim foi extremamente útil até para me forçar, digamos, a um aprendizado rápido de certas coisas. Os questionamentos e os comentários também me levarão a um aprofundamento. De qualquer maneira, a sua sugestão é algo que vou levar muito a sério.

Com relação aos comentários que V. Ex^a fez sobre o orçamento da Defesa, obviamente é algo com o que eu concordo. Acho que o dado que citei no início é muito ilustrativo. Gostaria de repetir para os Senadores que não estavam aqui, porque às vezes pode parecer que estamos gastando muito em armamentos.

O orçamento de defesa do Brasil é menor, proporcionalmente ao PIB, do que todos os demais países dos Brics, com exceção da África do Sul, que é comparável mais ou menos ao brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PSDB – SC) – Seria a quarta força da América Latina, o Brasil, em termos de equipamentos?

O SR. CELSO AMORIM – Em efetivo é o primeiro... Não, eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PSDB – SC) – Não?

O SR. CELSO AMORIM – Acho que na América Latina nós estamos bem.

Aproveito a sua pergunta para dizer que nós temos que parar de nos comparar com os nossos vizinhos, porque não é daí que vem o perigo. Com os nossos vizinhos a nossa relação é cooperativa. É claro que também temos que estar preparados, mas temos que estar preparados para outras situações. Veja bem, pode ser que elas nunca ocorram – e Deus queira que nunca ocorram. Mas volto a fazer a comparação, uma metáfora um pouco simplista com o seguro, qualquer seguro. Passam-se dez anos, não houve nenhum acidente de carro. Puxa, para que eu fui fazer aquele seguro?! Mas nós temos que ter o seguro. É a garantia de que seremos capazes de nos defender e de evitar até que as situações de ameaça à nossa segurança, ameaça ao nosso bem-estar ocorram.

Então eu diria, para concluir, que para mim foi uma grande honra. Eu dou enorme importância a debates como este, Senador Collor, Senador Luiz Henrique e demais Senadores que participaram, porque essa questão, inclusive orçamentária, no longo prazo – não estou falando das necessidades imediatas, da emergência que vai ser coberta –, não depende só da boa vontade de um Presidente – é claro que isso é fundamental, obviamente –, da boa vontade das autoridades financeiras; ela depende da compreensão da sociedade sobre a importância que a defesa tem. E a compreensão da sociedade, em grande parte, virá pelos trabalhos e os debates realizados em fóruns e em locais como este.

Então eu queria realmente agradecer a oportunidade e mais uma vez me prontificar. Eu sei que hoje nós tivemos uma dupla limitação de tempo: uma minha e outra da própria Comissão, em função da sabatina, mas eu me prontifico a voltar aqui no prazo que acharem útil ou em função de algum acontecimento.

Foi um grande prazer realmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Ministro Celso Amorim, agradeço a honra de ter aqui o General De Nardi. Sou testemunha de como o Exército, a Aeronáutica e a Marinha agiram com presteza e rapidez nos episódios de Santa Catarina quando eu era Governador.

A sugestão que eu fiz, no entanto, Sr. Ministro, é no sentido de ter uma tropa preparada para assuntos de defesa civil, para atuar em soterramentos, em deslizamentos, para atuar com pessoas profissionalizadas, como são os policiais do Bope para atuarem em emergências policiais daquela ordem que eles atuam. Nesse sentido que fiz a proposição.

Agradeço a V. Exª e devolvo a Presidência ao Presidente Fernando Collor para que prossiga com a nossa reunião. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Luiz Henrique, que presidiu os trabalhos, ele que é Presidente da Subcomissão Permanente de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas.

Agradecimentos especiais ao Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, pela sua presença e pela forma como explanou com tanta percuciência os principais problemas que enfrentam as Forças Armadas, mas também com uma visão muito otimista em relação ao futuro, bem como a sua análise da geopolítica, tendo como centro a questão da defesa nacional. Enfim, esperamos em outras oportunidades poder, mais uma vez, recebê-lo.

Agradecer a presença do General De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; a presença dos senhores oficiais gerais; dos senhores assessores do Ministro Celso Amorim.

Damos agora prosseguimento à nossa reunião com a sabatina do Sr. Embaixador indicado para Porto Príncipe.

Muito obrigado ao Embaixador Celso Amorim, Ministro da Defesa do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Dando início à segunda parte da reunião do dia de hoje, passamos ao Item 1.

ITEM 1

– Não Terminativo - MENSAGEM (SF) Nº 122, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observações: No dia 22/09/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Convido para que tome assento à Mesa, ao tempo em que, em nome dos integrantes desta Comissão, lhedou as melhores boas-vindas, o Sr. Embaixador José Luiz Machado e Costa.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu gostaria de solicitar à Mesa a retirada de pauta do Requerimento nº 47, de minha autoria, e postergar a sua votação para outra data, depois de uma análise que quero fazer sobre os nomes que eu mesmo estava convidando a vir à esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O pedido de V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Blairo Maggi.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Requeiro a V. Exª que, ouvido o plenário, seja procedida a votação durante a exposição de S. Exª o Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Submeto à apreciação do plenário a solicitação feita por S. Exª o Senador Luiz Henrique de que seja aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora receber S. Exª o Embaixador José Luiz Machado e Costa, indicado para a República do Haiti.

Está aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem exercer o seu voto podem buscar à mesa a cédula correspondente.

Sr. Embaixador, V. Exª dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Exmº Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Exmºs Srs. Senadores, senhoras e senhores, antes de mais nada eu queria agradecer o privilégio de estar aqui hoje perante esta Comissão. É uma honra para mim, pela segunda vez, uma vez que, três anos e meio atrás, já fui submetido ao escrutínio de V. Exªs quando da minha designação para a Embaixada no Suriname.

Gostaria também especialmente de agradecer à Senadora Ana Amélia de Lemos e ao Senador Aníbal Diniz, ela minha relatora e ele meu relator *ad hoc* sobre a minha indicação.

Eu me permitiria, Sr. Presidente, falar rapidamente sobre o término da minha missão no Suriname. Estamos agora concluindo esse meu período de três anos e meio. Foi um momento muito interessante nas relações bilaterais, quando o Suriname passou a contar com um novo governo. Esse novo governo fez uma inversão da tônica do governo anterior, voltada mais para a Holanda, para a Europa, e esse novo governo, que assumiu em 2010, tem um foco muito mais regional sul-americano de integração. Isso nos favorece muito e colocou o Brasil numa posição privilegiada, muito protagonista junto ao novo governo do Suriname. Isso também traz muitos benefícios para os 40 mil brasileiros que temos hoje vivendo no Suriname, muitos dedicados ao garimpo, com a criação inclusive de uma comissão binacional para tratar dos assuntos migratórios e cuidar dos interesses dos nossos co-nacionais que estão vivendo lá.

Agora, proximamente, no mês de novembro, teremos a visita do Chancelar Winston Lackin, que cursou o Instituto Rio Branco, aqui a Brasília para se encontrar com o Ministro Antonio Patriota, quando poderemos avançar em uma série de projetos que estão em curso.

Passando ao Haiti, Sr. Presidente, traçando uma comparação, os dois países sofreram muito com o processo de colonização e tiveram suas populações marcadamente trazidas pelas antigas metrópoles europeias, o Haiti, a França, o Suriname e a Holanda, circunstância que marcou decisivamente o processo histórico dos dois países. Só que o Suriname é um país aproximadamente seis vezes maior do que o Haiti, mas tem uma população vinte vezes menor. Essa circunstância, aliada a um conjunto de elementos históricos bastante difíceis para o Haiti, desde o seu descobrimento, no século XV, até hoje; o Haiti passou por uma sucessão de momentos históricos difíceis, alguns de extrema violência, os quais o Suriname não experimentou. Portanto, essa é uma diferença, um contraponto que faço entre a minha experiência que termina e a experiência que se inicia porque o Haiti, seguramente, vai ser um desafio e uma missão que eu abraço com grande entusiasmo, mas consciente das dificuldades que vou ter que enfrentar.

Se eu tiver o beneplácito desta Comissão, pretendo dar início ou continuidade a uma série de medidas que já vieram sendo anunciadas. O Ministro da Defesa, antes da minha apresentação, já comentou algumas das medidas que serão tomadas com relação à presença militar brasileira no Haiti, mas eu gostaria de anunciar que a nossa presença lá não se refere somente ao componente militar, de defesa. Ela também tem um componente de ajudar no diálogo político, de utilizar o nosso *soft power*, a vantagem comparativa

que o Brasil tem em relação a outros países, e costuma usar uma mão mais pesada, no sentido de fomentar e de propiciar o diálogo político entre as diferentes forças que há no País. Isso eu acredito que temos feito com bastante competência, mais que outros países, e isso tem sido reconhecido pelo Brasil.

Há também uma vertente bilateral, que são os quase quarenta projetos de cooperação técnica, alguns de suma importância. O Ministro Celso Amorim se referiu aqui ao projeto da usina hidrelétrica de Artibonite 4C, projeto da ordem de US\$170 milhões, dos quais o Brasil já tem alocados US\$40 milhões. Por sorte, começaram a aparecer novos concorrentes ao projeto que viabilizarão o projeto. O Canadá, por exemplo, já confirmou, alguns dias atrás, o aporte de mais US\$ 40 milhões, ou seja, o BID também já está disposto. Se esse projeto efetivamente for concluído – e foi totalmente propiciado pelo Brasil –, isso possibilitará a distribuição de energia para milhões de pessoas no Haiti. Viabilizará também a abertura de negócios e contribuirá decisivamente para o desenvolvimento do país.

O terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010, obviamente, causou uma paralisação em todos esses projetos, dada a magnitude da catástrofe e a prioridade para atender a emergência.

Tive a oportunidade de estar no Haiti há algumas semanas, visitando o meu colega Igor Kipman, para justamente coletar elementos para expor aos senhores Senadores aqui. Eu pude ver que 60% do entulho e do lixo já haviam sido removidos das ruas. Então, está havendo uma melhor significativa e não dúvida de que isso se deve, em grande parte, à presença da Minustah. O papel do Brasil na Minustah é decisivo. Nós temos, pelo nosso efetivo de 2.200 homens hoje, o comando da vertente militar da Minustah. Isso nos dá uma grande vantagem, mas também, uma grande responsabilidade.

Portanto, ao se falar de redução de efetivos, como o Ministro Amorim explicou aqui em detalhes, a minha preocupação, caso seja confirmada a minha indicação como embaixador, seria não dar a impressão de que o Brasil está desmobilizando, ou de que o Brasil está começando a abandonar o Haiti, porque essa não é a imagem que se deseja passar. A ideia é, em coordenação com as demais participantes das Nações Unidas e com o próprio governo Haiti, deixar claro que a intenção do Brasil é, gradativamente, transferir as responsabilidades que cabem hoje à Minustah às autoridades haitianas, tanto as de segurança quanto as dos setores de reconstrução e desenvolvimento, fazendo com que o Haiti seja governado pelos haitianos, porque o Haiti é dos haitianos.

Então, a intenção, repetindo o que já foi dito, não é que nos perpetuemos lá, mas também que não abandonemos o país de maneira que dê a entender que nós estamos desmobilizando ou que estamos abandonando o País. A minha intenção seria acompanhar esse processo de redução de tropas gradual, que, segundo entendo, poderá levar até cinco anos, até a retirada completa das tropas, segundo um cronograma das Nações Unidas.

E assim, Sr. Presidente, com a legitimidade que V. Ex^{as}, espero, me conferirão, eu pretendo representar o Brasil junto ao governo haitiano e também junto à Minustah.

O senhor fez, acredito, uma muito pertinente referência sobre as vertentes da diplomacia e as vertentes militares na condução da ação externa brasileira. Acredito que o Haiti é um exemplo muito claro de como os militares e diplomatas, trabalhando em conjunto no sentido de cumprir os objetivos nacionais, funciona a sua perfeição. Eu acho que esse é um exemplo, portanto, do Haiti, que pode ser, inclusive, reproduzido e que deve ser estimulado, porque nos países mais desenvolvidos e nos países que têm estruturas militares mais importantes a sintonia entre diplomacia e defesa é fundamental.

Assim, Sr. Presidente, ciente de, caso aprovado, estarei abraçando um grande desafio, o que faço com entusiasmo, espero poder contribuir com os esforços do Brasil para poder bem cumprir a missão de solidariedade a que nós nos dispusemos para com o povo haitiano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador José Luiz Machado e Costa.

Como Senador inscrito, Senador Anibal. (*Pausa.*) Senador Anibal, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero fazer um cumprimento todo especial ao Embaixador José Luiz Machado e Costa porque, desde que aconteceu o terremoto no Haiti, em janeiro de 2010, a situação, que já era muito difícil para aquele povo, tornou-se infinitamente mais complicada, e o Brasil, com sua vocação histórica de solidariedade entre os povos, tem sido o País mais presente naquele país, levando todo tipo de contribuição, principalmente compondo essa frente de reconstrução do Haiti, ajudando no Fundo de Reconstrução do Haiti. Foi o primeiro a se manifestar, está entre os quatro maiores doadores. E ouvir a exposição de V. Ex^a aqui no Senado dizendo que é com entusiasmo que aceita essa missão de representar o Brasil num país com tantas dificuldades é algo digno de todo o nosso reconhecimento.

Então, meu pronunciamento neste momento é para parabenizá-lo, para desejar toda sorte, todo êxito nessa missão, uma missão que vai ser muito difícil. Não é fácil porque tudo que se possa imaginar em termos de dificuldade, tenho certeza de que V. Ex^a vai enfrentar para bem executar sua missão em Porto Príncipe e em todo o território haitiano. Deixamos aqui nosso manifesto desejo de boa sorte, que seu trabalho seja coroado de êxito e que sua disposição permaneça a mesma, com o mesmo entusiasmo, levando esse espírito brasileiro de solidariedade ao povo haitiano, e que os abalos econômicos que o mundo está enfrentando não criem situações de dificuldades ainda maiores para o Haiti. Que possamos, como Nação brasileira, estar atentos para ajudar no que for possível para minorar o sofrimento daquele povo.

Boa sorte na sua missão, Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Anibal Diniz. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, ao arguir o prezado Embaixador José Luiz Machado e Costa, de aqui informar que, na última semana, quinta-feira, eu estive em Aruba para uma missão oficial, onde fui convidado para a Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Integração do Parlatino, na presença de 35, 40 parlamentares dos diversos países da América Latina, a apresentar como é que no Brasil se aprovou uma lei para instituir a Renda Básica de Cidadania, pois, naquele encontro, a assembleísta, ou Deputada Soledad Vela, do Equador, apresentou uma proposição para que em todos os países da América Latina se siga o exemplo do Brasil.

Então, eu depois apresentarei, encaminharei a V. Ex^a os dados relativos a essa iniciativa da Deputada do Equador, mas informaram que, tendo em conta aquela discussão, na primeira reunião do Parlatino pleno, no primeiro trimestre de 2012, aquela proposição será examinada pelos países do Parlatino. Pelo menos a sugestão assim ficou formulada.

E eu aproveito a oportunidade para transmitir ao Embaixador José Luiz Machado e Costa que, embora o Haiti seja um país com uma renda *per capita* ainda tão baixa, será possível imaginar o propósito de também lá, para toda a sua população, instituir-se uma renda básica, ainda que modesta, universal, com todas as vantagens dessa proposição. Assim como, por exemplo, uma vila rural tão pobre como Otivero, na Namíbia, com mil habitantes, está fazendo uma experiência pioneira há três anos, quem sabe no Haiti possa também haver uma experiência pioneira, em que pese a todas as limitações ali existentes. E me coloco à disposição

de V. Ex^a e das autoridades do Haiti para debater o assunto ali no Haiti, quando avaliarem como próprio.

Meus cumprimentos pelas suas observações, pelo seu entusiasmo de procurar ajudar o Haiti com toda a força que tem o Brasil, de potencialidade nas mais diversas áreas, de já colocarmos isso no diálogo com o Ministro Celso Amorim. Eu tenho a convicção de que será com a colaboração de instituições como a Embrapa, como as mais diversas instituições, inclusive ONGs, como as citadas pelo Ministro Celso Amorim, Viva Rio. Também para transmitir, num lugar como o Haiti, as experiências de cooperativas, eu gostaria até de assinalar que, no Ministério do Trabalho, nós temos, no Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, um grande conhecedor e entusiasta das formas solidárias de produção, que a Presidenta Dilma tem tido grande interesse em promover.

Pois bem. Eu gostaria de sugerir também que o possa o senhor, como Embaixador, examinar a possibilidade de pessoas que tenham experiência na área de economia solidária, de cooperativas, poderem transmitir aos haitianos como desenvolver mais e mais experiências nessas áreas, que permitirão, avalio – mesmo trabalhadores artesanais, por exemplo, pescadores ou das formas de economia mais simples e humildes –, organizarem-se para formar cooperativas e, assim, desenvolverem formas solidárias de produção.

Agradeço se V. Ex^a, se já souber de iniciativas em direções tais como essas, puder transmitir-nos.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy. Passo agora a palavra a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento, mais uma vez, o nosso Presidente Fernando Collor, também o Embaixador José Luiz Machado da Costa, que vai para o Haiti.

E eu gostaria – não tenho nenhuma pergunta a fazer – de dar uma colaboração, uma informação, para que o senhor possa, de repente, ajudar um pouco o Haiti nessa questão da usina, que eu estava olhando aqui, a usina hidrelétrica que se pretende construir lá.

E para nós aqui, no Brasil, esse tamanho de usina, de 32 mega, que é o previsto para construção, nós a tratamos PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas. Então, é um equipamento, um sistema de produção largamente conhecido por todo o Brasil e que tem muita tecnologia. Lá em Mato Grosso mesmo se instala muitas PCHs e o governo brasileiro tem um programa para isso, inclusive para fazer com que os pequenos potenciais sejam aproveitados e somados ajudem muito à geração de energia limpa no País.

Esse projeto, embaixador, de 32 megawatts está orçado, aqui, nesse projeto, em US\$ 191 milhões. Para o senhor ter uma idéia, esse tipo de projeto se constrói aqui no Brasil – guardando todas as diferenças, todas as confusões que tem – por algo em torno de US\$ 70 milhões; na média, é o que custa aqui no Brasil, tanto para se fazer no Mato Grosso, em Santa Catarina, ou outro lugar porque esses preços eles não têm muita variação; eles têm variação em função de geologia, tamanho do lago que você vai fazer, mas a energia é pelo volume de água e pela queda que você tem. Não há outra matemática para fazer. Então, só para orientação e para que o senhor guarde esse número, se, obviamente, ajudar a influenciar na hora desse negócio, dos US\$ 191 milhões previstos, pode ser economizado muito dinheiro, o Haiti é um país muito pobre, ele pode aproveitar esses recursos entre 191, que está previsto, e 70 milhões que custa no Brasil – mas vamos imaginar que lá custe mais caro –, poderia chegar a US\$ 100 milhões, que é uma usina muito cara, ela não teria a menor viabilidade econômica aqui no Brasil. Se você entrar com um projeto de 32 mega e for ao BNDES, que financia esse tipo de investimento no Brasil, ele não vai financiar. Porque, pelo preço da energia que nós vendemos, ele é um projeto fadado à falência, não há como... Aliás, nem se autoriza fazer. A própria Aneel, que é a nossa agência reguladora, controla pelo custo que você tem para fazer e pela venda da energia que você faz no mercado livre ou no mercado cativo, você não recebe nem autorização para fazer uma usina dessas porque ela não tem viabilidade econômica.

Então, somente para sua orientação, dos US\$ 191 milhões é um projeto que pode ser economizado, aí, no mínimo, no mínimo 90 a US\$ 100 milhões para se aplicar em outras coisas.

Praticamente, se fosse aqui no Brasil, em qualquer local, lá em Mato Grosso ou em qualquer lugar, o que já está reservado, os 40 milhões que o Brasil colocou, mais o 30 milhões que o BID colocou, qualquer empresário do setor de energia, aqui no Brasil, pegaria para fazer essa usina e para ganhar dinheiro ao longo dos 30 anos de concessão que é permitida aqui no Brasil.

No mais, que tenha muita paciência e que seja muito feliz na sua nova jornada lá no Haiti. Nós ouvimos aqui o nosso ex-chanceler, nosso atual Ministro da Defesa, sabemos das dificuldades, sabemos da importância do país lá, e o senhor será o nosso representante maior naquela comunidade.

Parabéns e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi pelas suas informações, que são extremamente importantes.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar eu quero enfatizar aqui o desprendimento, o altruísmo do nosso embaixador José Luiz Machado e Costa.

Certo dia encontrei com S. Ex^a nos corredores do Senado e me lembrei da poetisa chilena Gabriela Mistral. Ela tem uma obra fantástica sob o título “Servir”, e nesta obra ela recomenda o seguinte: “onde há um trabalho a ser feito e todos se esquivam, aceita-o tu; onde há uma missão a desempenhar e todos se esquivam, aceita-a tu; onde há uma dificuldade a vencer e dela todos se esquivam, vença-a tu”. E assim vai a nobre detentora do Prêmio Nobel de Literatura, saudosa, discorrendo a importância do voluntarismo, a importância do desprendimento, a importância da vocação para servir.

O Embaixador José Luiz Machado e Costa segue para o Haiti como um verdadeiro missionário. Quero cumprimentá-lo por isso.

Por outro lado, em assinalando que o Haiti é o único país do contexto latino americano que não decorreu de uma colônia ou francesa, ou inglesa, ou espanhola, ou holandesa, o Haiti, na verdade, é um grande quilombo, porque foi fundado por escravos que fugiram da República Dominicana. Então, eles puseram aquilo que hoje é a fronteira com o país vizinho e eles próprios foram fundar um novo país.

Na linha disso que falou o Senador Blairo Maggi, eu queria perguntar a V. Ex^a se não seria o caso mesmo de V. Ex^a abrir negociações com o governo do Haiti para que essa PCH e tantas outras...

Sr. Embaixador, temos, em Santa Catarina, dezenas de usinas como essas, feitas por empreendedores privados, e a maioria até por pequenos empreendedores. O governo do Haiti poderia concertar com o governo brasileiro até um financiamento do BNDES para que o empreendedor nacional fosse lá fazer essa e muitas outras PCHs, porque esse é um processo muito simples de licença ambiental, já que não provoca grandes alagamentos. É um processo muito simples de outorga da água.

O Brasil que tem uma expertise em marco regulador do uso da água, que tem uma agência nacional regulamentadora do uso da água, o Brasil poderia oferecer essa expertise ao Haiti para que, ao invés de colocar esse dinheiro público, que lá é tão mais precioso do que aqui na construção de uma simples PCH, que, como disse o Senador Blairo Maggi, use esses recursos para a construção de escolas, de postos de

saúde e outras obras necessárias ao desenvolvimento daquele país.

É a sugestão que lhe faço e, ao mesmo tempo uma pergunta para isso, se não seria possível uma concertação do Itamaraty por seu intermédio com o governo haitiano, para que ele crie um programa de energia pura através da construção de PCHs. Não sei qual é o potencial hídrico de cursos de água no Haiti, se só tem condições de fazê-lo ali ou se tem condições de fazer em outros lugares. De qualquer maneira, aquilo que o Senador Blairo Maggi afirmou é real, e o exemplo está lá em Santa Catarina.

Se o senhor quiser, antes de ir para a sua missão no país onde vai servir, eu concerto com o governador de Santa Catarina, o senhor toma um helicóptero e vai verificar quantas PCHs existem operando no Estado, todas pela iniciativa privada.

Então, era essa a sugestão que eu gostaria de fazer, em complemento à sugestão já feita pelo Senador Blairo Maggi. No mais, desejar-lhe todo o êxito na sua missão. Eu sei que o senhor será feliz porque, ao invés de Paris, ao invés de Londres, o senhor está indo para Porto Príncipe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Não havendo mais Senadores que desejem fazer qualquer indagação ao Sr. Embaixador José Luiz Machado e Costa, passo a palavra ao Embaixador para fazer as suas considerações e responder às indagações formuladas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –

AL) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu

teria apenas mais uma indagação. Não seria possível criarmos aqui no Brasil um projeto Rondon do Haiti, levando estudantes de medicina, de engenharia, de serviço social, de pedagogia, grupos de estudantes para transferirem conhecimento e prestarem serviços para a população carente daquele país? Quer dizer, um projeto Rondon específico, um projeto SOS Haiti. Acredito que essa massa universitária brasileira teria todo o interesse em seguir o seu exemplo e prestar uma missão de solidariedade humana aos irmãos haitianos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –

AL) – Obrigado mais uma vez a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Embaixador José Luiz Machado e Costa, com a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Obri-

gado, Sr. Presidente. Eu gostaria, inicialmente, de comentar a do Senador Suplicy sobre a renda básica.

Acredito que o senhor já esteve no Haiti. Talvez fosse interessante marcarmos uma nova visita sua, e, em conjunto com a Embaixada, marcaríamos um encontro com as autoridades haitianas responsáveis pelo tema. Creio que seria interessante discutir com eles a proposta. Talvez, Sr. Presidente, seria uma oportunidade até de retomar a iniciativa de uma visita parlamentar ao Haiti. Agora, caso aprovado, seria uma grande honra receber uma comissão do Senado em Porto Príncipe. Seria uma oportunidade, talvez, para discutir o tema.

Com relação à proposta feita pelo Senador Blairo Maggi de, talvez, utilizar os critérios do Brasil para construir a usina a um custo mais baixo, isso já tinha sido motivo de consideração da nossa parte. Já teríamos 40 milhões alocados pelo Governo brasileiro, mais 40 pelo Canadá, mais 30 pelo BID, seriam 120. Uma empresa brasileira que se dispusesse a complementar o que for necessário – se é que é necessário – para construir a usina, mediante um contrato para operar a usina depois, poderia se conseguir isso com dispensa de licitação. Esse é um caminho que estamos explorando para viabilizar uma empresa brasileira construir a usina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas a nossa ideia, Sr. Embaixador, era não tomar esses recursos públicos de doação, ou seja, transferi-los para outros programas sociais no Haiti, porque um empresário tem condições de, sozinho, fazer essa PCH. Nós temos um exemplo concreto aqui no Senado. O Senador Reditario Cassol é proprietário de sete PCHs no Estado de Rondônia. Isso está muito disseminado por todo o País. É muito viável fazer integralmente pelo setor privado. O Senador Blairo tem razão: ela não custaria mais de 70 milhões, muito aquém daquele preço que está lá estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador José Luiz Machado e Costa.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Obrigado, Presidente.

Como foi enfatizado, a parte da infraestrutura é fundamental para dar andamento a toda uma série de novos projetos, daí a prioridade que tem sido dada à construção da usina. E os recursos de que se dispunha no momento eram aqueles; agora, com essa proposta que o senhor está fazendo, isso põe uma nova luz, que nós podemos, obviamente, explorar. Eu me comprometo, então, a conversar com as partes envolvidas para explorar, de repente, esse caminho de fazer esse projeto, levar adiante o projeto integralmente por uma construtora brasileira, o que, para nós, seria, inclusive, em termos de prestígio, muito mais importante.

Eu também me comprometo a levar adiante sua proposta, que me parece inspirada, de um Projeto

Rondon para o Haiti. Eu deveria estar-me encontrando amanhã com o Ministro Patriota e vou comentar com ele sobre a possibilidade de que se possa implementar esse tipo de projeto.

Queria agradecer também sua lembrança do poema da poetiza Gabriela Mistral, que me permiti tomar nota aqui para me inspirar nos momentos em que eu estiver em situação sob pressão no Haiti.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador José Luiz Machado e Costa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita apenas um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero muito agradecer a atenção do Embaixador Sérgio Danese e da Embaixadora Cláudia toda vez que faço essas viagens, inclusive do Cônsul Honorário do Brasil em Aruba, Carlos André Augusto, que possibilitou que tudo saísse a contento, em que pese a preocupação de ambos, que achavam que seria quase impossível, em quatro horas e meia ou cinco horas em Aruba, fazer tudo que eu precisava, e consegui, graças à assistência tão eficiente deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem feito o registro de S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, cumprimentando a Assessoria Parlamentar do Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, junto a esta Comissão, pela sua habitual eficiência.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a partir de agora a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Indago se algum Senador ou alguma Senadora deixou ainda de votar. *(Pausa.)*

Declaro encerrado o processo de votação.

Convido S. Ex^a o Senador Luiz Henrique para ser o secretário e S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy o escrutinador.

(Procede-se ao escrutínio.)

(A reunião, tornada secreta às 13 horas e 10 minutos, volta a ser pública às 13 horas e 13 minutos.)

(Reabertura da reunião sem registro de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – (...) do Governo brasileiro junto à República do Haiti. Agradeço a presença do Sr. Embaixador indicado para a República do Haiti, conforme afirmei, e desejo-

-lhe, em nome de toda a nossa Comissão, uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado.

Nós temos ainda uma pauta a ser cumprida. Não temos muitos Senadores em plenário. Eu gostaria os Srs. Senadores se transferiríamos esta pauta para a próxima reunião ordinária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – De acordo, Sr. Presidente!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se for apenas a leitura de proposições, se V. Ex^a quiser...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ah, então, muito bem, está ótimo!

Posso passar ao Item 2, se concordar S. Ex^a o Senador Luiz Henrique:

ITEM 2

– Não terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Indico S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy como Relator *ad hoc*.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae*, do qual extraímos as seguintes informações.

Nascido em Roma, Itália, cursou Filosofia e Economia pela Sophia University International College, de Tóquio, em 1976, tendo ingressado na carreira diplomática no ano seguinte, por concurso direto.

Entre as funções exercidas no Itamaraty, citem-se: assistente da Divisão de América Meridional-II; Assessor Internacional do Ministério da Fazenda; assessor da Secretaria de Imprensa do Gabinete do Chanceler; assessor da Divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais; chefe do Centro de Processamento de Dados; Coordenador Nacional no Fórum de Indústria e Turismo; Assessor Internacional do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. No exterior, serviu junto às embaixadas em Paris, em Assunção, em Tóquio, em Londres e em Hanoi, assim como no Consulado em Xangai.

Foi laureado com numerosas condecorações: a Ordem El Sol de Peru, no grau de Cavaleiro; a Ordem Nacional do Mérito, da França; a Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil; a Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau Grã-Cruz; a Ordem do Mérito Militar, Brasil, no grau de Grande Oficial; e a Ordem do Mérito Aero-náutico, Brasil, no grau de Grande-Oficial.

Entre as publicações, destaco *Promoção do Brasil como Destino Turístico*, publicado pelo Instituto Rio Branco; *Programas de Geração de Emprego na China*, pela Mundo Afora – Programas de Geração de Emprego; e *Programa de Combate à Violência Urbana*, que faz parte da coleção Mundo Afora, do Ministério das Relações Exteriores.

Quanto às relações diplomáticas entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos, cabe notar que, no que atine à cooperação bilateral, registra-se cooperação política e comercial crescente. O intercâmbio comercial entre os dois países redundou na elevação dos Emirados Árabes Unidos à condição de segundo principal destino das exportações brasileiras no Oriente Médio, lugar antes ocupado pelo Irã. Somado a esse fator, a condição de entreposto comercial daquele país fez com que a Agência de Promoção das Exportações e Investimentos – APEX – mantivesse um centro de distribuição em Jebel Ali, zona franca de Dubai, para auxiliar empresas brasileiras que pretendem se estabelecer nos Emirados.

Os dados do Sr. João de Mendonça Lima Neto são bastantes para informar a esta Comissão e ao Senado sobre a qualificação do indicado para o cargo.

Em face disso, entendo que esta Comissão se encontra no domínio das informações necessárias para decidir sobre a indicação.

É esse o relatório da lavra do Senador Pedro Simon, que acabo de ler, Sr. Presidente.

Apenas, como no início estava escrito que foi indicação do “Senhor Presidente da República”...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Presidenta!

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu justamente gostaria de fazer essa retificação, porque é da Presidenta Dilma Rousseff, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy pela leitura do relatório.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º, do art. 3º, do Ato nº 1 de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 3

– Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 1.182, DE 2011

Requer autorização para participar do seminário intitulado “O avanço do consumo de drogas na Argentina”, a ser realizado em 6 de outubro de 2011, na Câmara dos Deputados da República Argentina, na cidade de Buenos Aires, para o qual foi convidado na condição de palestrante; e seja autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2011.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique para a leitura de seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Senadores,

O Senador Magno Malta requer autorização para participar em importante seminário sobre “O avanço do consumo de drogas na Argentina”, que será realizado no dia 6 de outubro de 2011, na Câmara dos Deputados daquele país, em sua capital Buenos Aires.

O requerimento é relevante, é importante que um Parlamentar desta Casa se destaque como palestrante sobre assunto tão palpitante num país vizinho.

Por isso opino pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, que o aprovam permaneçam como se encontravam. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 4

– Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 1185, DE 2011

Requer, nos termos dos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o Senador Walter Pinheiro participar de visita a parques eólicos na Espanha e em Portugal, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requer, ainda, que seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF).

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – A Comissão de Relações Exteriores é chamada a se pronunciar sobre o requerimento do Senador Walter Pinheiro, para participar de visita a parques eólicos na Espanha e em Portugal, de 8 a 16 de outubro próximo, e que será acompanhado de Consultor Legislativo do Senado Federal.

O art. 13, do nosso Regimento, expressa que há situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: se estiver de licença ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovado pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40 do Regimento, por sua vez prevê que: A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.

Estabelecendo ainda em seu § 4º, que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, do Regimento, o requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada, de 8 a 16 de outubro de 2011.

S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

Diante do exposto, em vista da importância da missão, o meu voto é pela aprovação do Requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

– Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CRE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Excelência a respeito da salvaguarda de assuntos sigilosos e da importância do sigilo para a segurança do Estado e da sociedade.

Autoria: Senador Francisco Dornelles, que solicitou logo no início da nossa reunião de hoje a retirada de pauta desse seu requerimento, o que faço agora.

ITEM 6

– Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CRE

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação do Sr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado do Núcleo de Relações Internacionais e Defesa Nacional, com o objetivo de debater questões sobre o PLC nº 41, de 2010, que “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº

11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Blairo Maggi, que também solicitou a retirada de pauta deste seu requerimento, o que faço agora.

ITEM 7

– Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CRE

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, requeiro o aditamento ao Requerimento nº 44 de 2011, de minha autoria, com a participação dos Senhores: Marcelo Rafael Rech – Jornalista, editor do site InfoRel; Thiago de Aragão – Sociólogo, da Arko Advice; Denílson Feitoza Pacheco – Procurador de Justiça no MPMG; Gilda Pereira de Carvalho – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

Quanto a este requerimento, o Sr. Senador Blairo Maggi, da mesma forma, solicita a sua retirada de pauta, o que faço agora.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra pela ordem, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sem ônus para o Senado, eu encaminhei ontem comunicação à Mesa no sentido de que participarei, de domingo para segunda-feira e durante a segunda-feira, de simpósio sobre a Erradicação da Pobreza na América Latina, na Universidade de Santiago do Chile. E, portanto, dessa vez sem a necessidade de requerimento tais como os que exigem ônus para o Senado, mas comunico à Comissão de Relações Exteriores, já tendo encaminhado à Mesa o propósito. E quero justificar que por essa razão não poderei comparecer ao simpósio promovido pelo Presidente Fernando Collor segunda-feira próxima. Estarei no Chile em missão de palestra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem.

A comunicação que faz S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, é de que fará esta viagem. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional acolhe devidamente, de acordo com o Regimento, esta sua comunicação, esta sua informação desejando-lhe uma boa via e que, como sempre, esteja lá representando muito bem o Senado brasileiro.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos, em especial do Sr. Ministro de Estado e da Defesa, Embaixador Celso Amorim, convoco nossa próxima reunião a ser realizada no dia 3 de outubro, segunda-feira, às 18 horas, neste Plenário, quando daremos continuidade, dentro da agenda Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012, ao 3º Ciclo de Audiências Públicas sobre o tema “Defesa Nacional”, apresentando o painel “O papel das Forças Armadas: Missão Constitucional e Atividades Operacionais, Função social, serviço Militar obrigatório ou voluntário” para o qual estão convidados o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; o Professor João Quartim de Moraes, da Unicamp; e o Dr. Joasnival Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Agradecendo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e a todos convidados pela presença nesta reunião, declaro-a encerrada.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia três de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os demais Senadores. É lido comunicado da Presidência. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas

exposições, o General **Luiz Eduardo Rocha Paiva** – Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; Senhor **Joanisval Brito Gonçalves** – Consultor do Senado Federal; Senhor **João Quartim de Moraes** – Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados: relato da audiência pública do dia 19 de setembro.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, no último dia 19, ao 2º Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema Economia e Finanças.

Esse sexto e último painel do 2º Ciclo reuniu especialistas para analisar o panorama energético internacional e a audiência contou com os seguintes convidados: Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE; Dr. Rex Nazaré Alves, Diretor de Tecnologia da Faperj, ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, ex-Governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica e Professor Emérito do Instituto Militar de Engenharia; além do Dr. Eduardo Leão de Sousa, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Unica.

O Dr. Rex Nazaré Alves iniciou sua exposição tratando do crescimento populacional, um importante fator de pressão energética.

Observando a população global até o presente, destacou o seu crescimento exponencial a partir do século XIX. Para o futuro, disse ele, a tendência é de crescimento ainda mais acelerado, especialmente no continente africano, que ultrapassará a China e a Índia até 2035, o que significa que o aumento populacional será concentrado na população de mais baixa renda.

Sobre o outro fator, o aumento do consumo *per capita*, ressaltou que a Índia, parte da América Latina e quase toda a África ainda não ultrapassaram o patamar mais básico de consumo *per capita*, de 1,5 tonelada equivalente de petróleo.

O consumo abaixo desse limite, explicou o convidado, está correlacionado a maiores níveis de mortalidade infantil e de desnutrição. Assim, asseverou, há ainda uma enorme dívida social a ser solucionada.

Com relação às fontes energéticas primárias e para produção de eletricidade, o Dr. Rex Nazaré Alves mostrou que o suprimento energético global ainda é baseado, fortemente, em energias não renováveis, especialmente em carvão, gás natural e petróleo, combustíveis fósseis causadores do efeito estufa.

As fontes renováveis, mesmo com o crescente aproveitamento das energias eólicas, geotérmicas, solares, de biomassa e do lixo, não ultrapassam 30% da participação na matriz mundial.

Ao analisar a matriz energética mundial frente à brasileira, o painelistas mostrou que o Brasil possui grande vantagem comparativa, com 84% de seu consumo elétrico suprido por hidroeletricidade limpa e renovável.

Já o restante dos países, os dados apresentados mostram que mais de 2/3 do consumo de eletricidade têm por fonte combustíveis fósseis.

O palestrante apontou que as projeções indicam que carvão e gás continuarão a dominar a matriz energética mundial até pelo menos 2035, principalmente o gás, nos países desenvolvidos.

Ao contrário do petróleo, cujo número de países produtores será reduzido significativamente dentro de 25 anos, as reservas de carvão mineral continuarão abundantes. Em razão disso, o Dr. Rex Nazaré Alves enfatizou a necessidade de desenvolvimento tecnológico para essa fonte.

Após mostrar as linhas de transporte globais de petróleo e gás natural e destacar a relevância delas, o convidado ressaltou que a importância do domínio do mar para a proteção dessas rotas aumentará ainda mais nos próximos anos.

Em seguida, elencou os principais desafios de longo prazo para o setor energético, as mudanças climáticas, a garantia de suprimento energético, as incertezas econômicas atuais e a necessidade de implementação de tecnologias de baixo carbono.

Como pressupostos para lidar com esses desafios, enumerou as ações políticas do Governo, o desenvolvimento tecnológico, a adequação dos preços energéticos, a mudança de comportamento dos usuários finais e a eliminação dos subsídios para os combustíveis fósseis.

Com relação ao desenvolvimento de novas tecnologias limpas, o Dr. Rex Nazaré revelou ter como princípio o entendimento de que nenhuma fonte energética pode ser desperdiçada, motivo pelo qual disse ser firmemente favorável à condução de pesquisas em todos os campos.

Ao concluir, o expositor lembrou o caráter essencial que tem a energia para o bem-estar populacional e para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, destacou que é fator importante para a independência de um país, sendo essencial a busca por autonomia energética e um elemento indutor de crises internacionais.

Ao apresentar o setor sucroenergético, o Dr. Eduardo Leão de Sousa, o segundo palestrante, mostrou que se trata de um segmento com 432 plantas e 70 mil fornecedores, responsável por 1,28 milhões de postos de trabalho – um milhão e duzentos e oitenta mil postos de trabalho –, com receita superior a R\$50 bilhões.

Em 2010, o setor trouxe à balança comercial brasileira um superávit de quase US\$14 bilhões, tornando-se a segunda principal fonte energética nacional.

Desde 1975 até hoje, o aproveitamento dessa fonte energética resultou na redução de 600 milhões de toneladas de carbono – a utilização do álcool como fonte de combustão para os veículos.

O palestrante disse, ainda, que o segmento sucroenergético teve dois grandes momentos de expansão: o Programa Nacional do Alcool, o Proálcool, e a adoção da tecnologia *flex*, de motores automotivos. Os motores bicomcombustíveis, inclusive, levaram o setor à taxa de crescimento de 10% ao ano desde o início da última década até 2008, quando a crise financeira global causou uma drástica redução desse ritmo. A partir da crise, com a redução do crédito, o setor mudou o foco do investimento em novas unidades para aquisição e fusão das usinas existentes.

O palestrante disse que o potencial de consumo de etanol deverá dobrar na próxima década, mas que é preciso enfrentar a perda de competitividade frente à gasolina. Para isso, disse que os produtores, atualmente, buscam, junto ao Governo, um tratamento tributário mais justo ao etanol e, junto às montadoras, melhorar o consumo dos automóveis para o combustível.

Em seguida, o Dr. Eduardo Leão de Sousa voltou-se às projeções globais para o etanol.

Primeiro, citou os três grandes indutores do interesse internacional no combustível, a redução do efeito estufa, a segurança energética e a diversificação de renda para os produtores agrícolas.

Destacou que muitos países já estudam tornar obrigatória a mistura de biocombustíveis na gasolina, tanto por motivos ambientais, como para reduzir a dependência por petróleo importado. Mencionou, inclusive, as boas perspectivas brasileiras nos mercados americano e europeu para a próxima década.

Por fim, para o mercado externo, o Dr. Leão de Sousa disse ser necessário eliminar barreiras tarifárias e não tarifárias que distorcem o comércio internacional,

informar outros países sobre os benefícios do uso do etanol em relação às mudanças climáticas e aumentar as cooperações técnica, científica e econômica entre os países em desenvolvimento.

O Dr. Maurício Tolmasquim, antes de passar ao tema da inserção do Brasil no cenário energético internacional, elencou dois eixos essenciais à compreensão da questão: a segurança energética e as mudanças climáticas.

Quanto ao primeiro eixo, disse que o País se encontra em uma situação bastante confortável: tem dependência externa de energia inferior a 5%, é autosuficiente em petróleo e dispõe do etanol como combustível renovável de sucesso comprovado.

Sobre a produção de petróleo, lembrou o progresso nacional desde o primeiro choque do petróleo, na década de 60, até a descoberta do pré-sal, que vai possibilitar ao Brasil quase triplicar a sua produção de área até 2020.

Esse aumento de produção, aliado ao uso do etanol, permitirá ao País exportar mais de três milhões de barris de petróleo por dia.

O palestrante lembrou que o Brasil ocupará posição estratégica bastante relevante no Ocidente, já que, ao contrário da maioria dos outros exportadores, não apresenta complicações geopolíticas, é reconhecido, já, como respeitador de contratos internacionais e tem um regime democrático estável.

Quanto às mudanças climáticas, apontou que, apesar de ser o terceiro maior emissor de gases causadores de efeito estufa, isso se deve mais ao desmatamento, sobretudo na região amazônica, do que à produção energética.

Consideradas apenas as emissões do setor energético, sem contar o desmatamento, o Brasil ocupa a 17ª posição, com 15 vezes menos emissão do que o primeiro colocado, os Estados Unidos. Além disso, consideradas apenas as emissões do setor elétrico, ocupa a 49ª posição, emitindo 100 vezes menos do que Estados Unidos e China.

A matriz energética brasileira, portanto, dá ao País imensa vantagem energética no setor. Além disso, o palestrante salientou que é possível o País manter a matriz limpa mesmo com o crescimento.

O Brasil, afirmou ele, possui o terceiro maior potencial hidroelétrico do mundo, mas só aproveita 1/3 desse potencial. Um complicador, no entanto, é que 60% desse potencial está localizado no bioma amazônico. O convidado disse que ninguém discorda da importância fundamental desse bioma e de que ele deve ser preservado. No entanto, disse ser possível o desenvolvimento do potencial hidroelétrico da região, sem que isso antagonize com a conservação ambiental.

O Dr. Maurício Tolmasquim disse que o Brasil tem um potencial eólico já determinado de 143 gigawatts, energia comparável a 10 vezes o que, hoje, gera a hidroelétrica de Itaipu, por exemplo, com possibilidade de ser dobrado pelo uso de torres mais altas.

O palestrante enalteceu os últimos desdobramentos do setor. Em recente leilão, por exemplo, o País alcançou a menor tarifa eólica do mundo, atraindo a atenção de vários países.

Por fim, o convidado disse acreditar que o Brasil tem grandes chances de virar uma grande potência energética e ambiental neste século. O Brasil, arrematou, pode vir a conjugar vantagens únicas no setor, tornar-se importante exportador de petróleo e, ao mesmo tempo, ter uma das matrizes energéticas mais renováveis e limpas do mundo.

Iniciando a nossa pauta do dia de hoje, a reunião é destinada à realização do painel “O Papel das Forças Armadas: Missão Constitucional e Atividades Operacionais; Função Social: Serviço Militar Obrigatório ou Voluntário”, integrando o 3º Ciclo, intitulado “Defesa Nacional”, da Agenda “Rumos da Política Externa Brasileira (2011 – 2012)”.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa, dando-lhes as melhores boas-vindas por parte dos integrantes desta Comissão: o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; o Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado da República; e o Dr. João Quartim de Moraes, Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

Peço a V. Ex^{as} que tomem assento à mesa. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra ao primeiro palestrante, o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, eu gostaria de anotar e agradecer a presença de S. Ex^a Rev^{ma} Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico do Brasil – ficamos todos muito felizes com a sua presença, Dom Lorenzo –; de S. S^a Rafael Hidalgo Hernandez, Conselheiro da Embaixada de Cuba; e do Sr. Davoud Rezaei, Segundo Secretário da República Islâmica do Irã.

Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos a esta nossa reunião e muito obrigado por terem aceito o convite para aqui estarem.

Passo, agora, a palavra ao General Luiz Eduardo Rocha Paiva, para iniciar o nosso debate do dia de hoje.

V. S^a dispõe, General, de 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA – Muito obrigado.

Boa-noite, Senador, boa-noite autoridades presentes, meus senhores e minhas senhoras, nós vamos falar sobre o papel das Forças Armadas do Brasil, sua missão constitucional, atividades operacionais, serviço militar obrigatório e voluntário.

Eu quero começar a minha apresentação exatamente com o Barão do Rio Branco, um dos mais insígnies diplomatas e estadistas brasileiros, que disse: “Não se pode ser pacífico sem ser forte.”

Próximo.

A base legal das Forças Armadas está na Constituição Federal e nós podemos... Os propósitos da missão das Forças Armadas podem ser deduzidos do Preâmbulo e Título I da Constituição, onde estão os fundamentos, princípios e objetivos fundamentais da Nação brasileira. No entanto, temos de buscar também no art. 78, que é o compromisso do Presidente da República ao tomar posse, o “sustentar a união, a integridade e a independência”, que eu sublinhei de propósito, porque não está entre os objetivos fundamentais da Nação, no Preâmbulo e Título I da Constituição.

Se nós analisarmos esses Preâmbulo e Título I, vamos ver que fica clara a relação entre diplomacia e defesa.

A missão constitucional das Forças Armadas está no art. 142, que diz que elas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Elas estão preparadas para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, mas estão em situação de indigência militar para a defesa da Pátria.

Próximo.

As leis complementares definem a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

A Lei Complementar nº 97, de 1999, trata do emprego das Forças Armadas no desenvolvimento nacional, na defesa civil e outras atividades.

As Leis Complementares nºs 117, de 2004, e 136, de 2010, tratam do emprego das Forças Armadas contra delitos transnacionais na faixa de fronteira e já no campo da segurança pública, e a Lei Complementar nº 136, de 2010, fala da participação das Forças Armadas em missões de paz e humanitárias. Aí, logicamente, em apoio à política exterior.

Próximo.

Na política de defesa nacional, a Orientação Estratégica 6.2 fala da valorização da ação diplomática como instrumento primeiro da solução de conflitos, porque o Brasil é um País pacífico – não é pacifista, é pacífico –, e na capacidade militar apta a gerar efeito dissuasório.

Portanto, política exterior, meus senhores, são diplomacia e defesa.

Vejam, aqui, na estátua da diplomacia, que, além do tratado, dos livros de Direito e da caneta, está a espada insinuada.

Próximo.

Na estratégia nacional de defesa, no que tange à estabilidade regional, diz que os Ministérios da Defesa e de Relações Exteriores promoverão a manutenção da estabilidade regional e a cooperação nas áreas de fronteira, e que o MD, o MRE e as Forças Armadas contribuirão para fortalecer, expandir e consolidar a integração regional.

Esta é a observação de um estrategista indiano, feita para um oficial do Exército numa palestra lá na Índia: “A diplomacia brasileira tem maior envergadura e é muito mais arrojada do que podem apoiar as Forças Armadas brasileiras.”

Meus senhores, a liderança militar foi alijada do núcleo decisório do Estado.

Próximo.

As tarefas operacionais da Marinha, a quem cabe a defesa do litoral e a proteção de rotas marítimas e das águas interiores, e para isso ela está botando em desenvolvimento o programa de vigilância do litoral, monitoramento e vigilância.

Suas tarefas operacionais ou atividades são controlar áreas marítimas e ela precisa de uma esquadra de superfície muito forte. Como ela não vai ter tão cedo, na estratégia nacional de defesa definiu como “a negação do uso do mar” como sua tarefa principal, prioritária. Para isso, ela precisa de uma força de submarinos e não vai bastar um submarino nuclear.

Projetar poder sobre terra usando fuzileiros navais e o próprio Exército brasileiro para operações anfíbias. Além disso, ela faz a defesa de instalações navais, participa de operações internacionais e dá cooperação militar, assim como as outras Forças Armadas.

Próximo.

Aí estão as tarefas operacionais do Exército: garantir a inviolabilidade do território e projetar apoio à política exterior.

A mesma coisa que a Marinha e a Aeronáutica

E aqui, quanto à garantia e à inviolabilidade do território.

Existe uma faixa do território, da fronteira que a gente chama de área passiva, em que a primeira ação de defesa é a vigilância. E, para isso, o Exército está desenvolvendo o sistema de vigilância de fronteiras. Então, vejam que essa região aqui, um primeiro aviso, um alerta vem, aproveitando esse sistema, que nós precisamos de recurso para desenvolver, secundados por forças capazes de defender. Dado o alerta, elas acorrem para a faixa de fronteira ameaçada para defesa. Outras regiões da faixa de fronteira já têm a

defesa imediata, porque não são áreas passivas, assim como o litoral.

Além disso, a defesa do litoral é feita também com o concurso da Marinha e da Aeronáutica – não que a Aeronáutica não concorra aqui e a Marinha nos rios, mas especificamente quem dá o primeiro encontro no litoral é a Marinha e a Aeronáutica –, mas o Exército precisa desenvolver plataformas móveis de mísseis terrestres para engajar uma esquadra no meio do oceano; e ele não tem. E, além dessas forças, há as forças de ação rápida com mobilidade estratégica para se antecipar, expulsar e revidar uma agressão.

Próximo.

Tarefas operacionais da Aeronáutica.

A vigilância aérea, e aí tem o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, com o qual concorre a Artilharia Antiaérea do Exército. Tem a obtenção da superioridade aérea local; é o combate entre forças aéreas para ter o domínio do ar.

O apoio aéreo no teatro de operações, não só apoio aéreo aproximado, como também o de transporte aéreo. Além disso, participa também de operações internacionais e cooperação militar.

Próximo.

O jogo do poder internacional, nós constatamos as aspirações, interesses e, por causa disso, os conflitos. Se nós estudarmos a história das nações, vamos ver que podemos identificar quais são as suas aspirações e interesses. A história recente e, vamos chamar assim, a longínqua.

O nível político da nação traduz, em objetivos concretos, aquelas aspirações e interesses. E aí o nível estratégico desenvolve estratégias para conquistar ou manter aqueles objetivos. Uma estratégia que permita conquistar ou manter um objetivo vital, o nível político se tiver poder, ele altera o Direito para viabilizá-lo.

Meus senhores, o Direito é filho do poder!

Estados Unidos, União Européia, Rússia, China e Japão formam um eixo de poder que disputam espaços e recursos em todo o mundo. E, na realidade, ainda conduzem os destinos do mundo.

Próximo.

As potências democráticas daquele eixo do poder – elas desenvolveram um poder global e um nível de vida e bem-estar das suas sociedades muito elevado; e as potências autoritárias ou totalitárias, as vermelhas, um poder global esplêndido – têm como aspiração manter aquele *status* e, para isso, consomem uma imensa quantidade de recursos que ou não são autossuficientes, ou precisam mantê-los como reserva estratégica. Portanto, passa a ser um interesse vital para essas potências satisfazer a essa aspiração de

manutenção do *status*. Para isso, procura assegurar o acesso a recursos em qualquer parte do mundo.

Próximo.

Portanto, projetam poder político, econômico e militar em áreas de importância geoestratégicas. Procuram limitar a projeção de rivais nessas áreas e, portanto, necessitam para manter aquele *status* – não estou justificando – agir globalmente, e aí acabam limitando a soberania das nações alvo. A China já foi vítima disso no século XIX, quando, após a partilha da África, os impérios partilharam a soberania chinesa. Parece-me que em torno de mais da metade das províncias chinesas viviam sobre situação de soberania limitada.

Outro pomo da discórdia internacional, agora já no século XX e ainda no século XXI, Oriente Médio e Ásia Central. E podemos chamar a nova fronteira da disputa dos conflitos internacionais, a África e a América do Sul.

Próximo.

E aí estão as áreas de fricção no mundo, do outro lado do mundo: Oriente Médio, Europa Oriental e Cáucaso, Ásia Central, o Oceano Índico, que eles chamam de rota vital para a China, porque ela necessita da liberdade nessa rota aqui, porque ela depende para a importação de petróleo e outras *commodities*.

Aqui nessa área, costa asiática do Pacífico, aqui dentro desse círculo, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Indonésia ou são rivais da China, ou são temerosos com relação à China. No mar da China também outra área de conflito.

E, no futuro, podemos ter certeza de que a Sibéria, com o aquecimento global, vai ser uma área agricultável, e a China precisa de alimentos, e a Rússia só tem 10 milhões de russos aqui; e o Ártico, porque, com o degelo da calota polar, vai ser uma área de comércio internacional.

Próximo.

Só que as áreas de fricção já estão vindo para a nova fronteira. E aí nós temos a projeção desses mesmos componentes do eixo do poder, e a Índia também, na África, e já se aproximando do nosso entorno estratégico, que é a costa ocidental africana, o Atlântico Sul e a América do Sul. Todos eles se projetando aqui. E, na América do Sul, já disputando posições com o Brasil naqueles que nós pretendíamos fossem nossos aliados incondicionais.

Portanto, pergunto: o Mercosul e a Unasul vão dar certo da maneira como a gente queria? Ou seja, um fórum unido em torno da liderança do Brasil para que ele possa se projetar internacionalmente com segurança no seu entorno estratégico? Será que o Mercosul e a Unasul vão proporcionar essa segurança? Será que alguns desses países do Mercosul e da Unasul não

estarão aliados por interesses com rivais mais poderosos que o Brasil economicamente e militarmente? Como é que ficaria a nossa liberdade de ação, se nós tivermos conflitos extrarregionais, se tivermos problema na região? Então, para termos liberdade de ação só tem uma opção: nós temos de ser potência militar.

Próximo.

Aí estão os possíveis rivais do Brasil. Todos eles precisarão de recursos que nós temos, têm cobiça, porque têm necessidade, têm poder para poder explorar as nossas vulnerabilidades, não temos poder dissuasão militar para fazer face a eles, eles podem fazer coalizões, como fizeram contra a China no século XIX, e podem usar organismos internacionais para nos pressionar, e não é só no campo militar. São ameaças potenciais, sim. Os nossos vizinhos, nós temos uma dissuasão natural. Mas falamos, no Ministério da Defesa, na necessidade de cooperação militar. Mas o que temos a oferecer para essa cooperação militar? Só os nossos estabelecimentos de ensino que têm nível Primeiro Mundo? Não basta. Portanto, temos de ter cuidado porque eles podem acabar se aliando com rivais que têm muito mais a oferecer no campo militar do que nós.

Próximo.

Choques de interesses que podem afetar o Brasil. Aí eu digo o seguinte: o militar e o diplomata têm de considerar os problemas, os conflitos enquanto eles ainda são possíveis, porque aí nos tomamos, com tempo estratégico – porque o tempo estratégico não se mede por ano, se mede por décadas – as medidas necessárias para que aquilo que é possível não se torne provável, porque depois que se tornar provável é tarde demais. Defesa não se improvisa.

Podemos ter de defender a plena soberania sobre os nossos recursos e a própria integridade territorial, não eternamente, talvez, mas momentaneamente. Os senhores vão ver como. Contra o quê? Contra a necessidade de potências controlarem recursos nacionais importantes ou vitais. Contra também a necessidade de essas potências usarem, político e militarmente, áreas geoestratégicas nacionais. E contra o enfrentamento de reações à projeção do Brasil em face da necessidade nossa, também, de presença política, econômica e militar em áreas de importância geoestratégica.

Próximo.

Aí é a Antártida. Eu dou só um exemplo.

Interesses a defender.

Já falei nos recursos, agora eu queria chamar a atenção para a América do Sul, que é objetivo constitucional (Parágrafo Único do art. 4º, integração latino-americana). Se nós não tivermos soberania plena sobre a Amazônia brasileira, essa integração nunca

vai ocorrer, porque ela não é interesses de nenhuma potência rival. Então, precisamos manter a soberania plena sobre a Amazônia porque ela é o ponto de união, é a área de união dessa integração.

Da mesma forma, senhores, lembram da Segunda Guerra? Qualquer conflito no Atlântico Sul, essa área aqui é de importância vital para uma potência que esteja engajada nesse conflito. E se nós não quisermos que ela seja usada, temos de ter poder para dizer “não”.

Próximo.

E aí estão as nossas áreas que devemos ter mais atenção e cuidado no campo militar: Roraima, porque isso é uma área alvo de ameaça. Aqui, são áreas mais problemas que nós podemos ter, mas dificilmente de uma ameaça. Foz do Amazonas, e aqui eu lembro que as Guianas, meus senhores, são uma cabeça de ponte da OTAN, porque aqui é a França, a ex-Holanda e a ex-Inglaterra. Aquilo que falei do saliente nordestino e a necessidade de defesa da infraestrutura.

Um bloqueio naval da bacia de petróleo de Campos, simplesmente nós ficamos sem petróleo no Brasil. E é um trunfo forte na mão de uma potência para querer nos impor alguma coisa.

E nós temos uma área da nossa infraestrutura, bem aqui na fronteira, onde existe um campo de pouso, não uma base, na região de General Estigarribia, no Paraguai. E em 48 horas se monta uma base aqui.

Então, que ações viriam da ameaça? Um bloqueio – está certo? – numa região como essa aqui; uma ocupação pontual e momentânea, até que nós aceitássemos uma imposição em regiões como essas aqui; ameaça de danos a nossa infraestrutura. Uma invasão ampla do território é muito improvável.

Essa região aqui está crescendo de importância. Já tem a Estrada do Pacífico. Aqui nós temos hidroelétricas que estão sendo construídas. Essa região vai se tornar uma região bastante humanizada e desenvolvida.

Próximo.

Existe um discurso chamado “novas ameaças.” Nenhuma dessas novas ameaças listadas aqui, nenhuma, é missão principal das Forças Armadas.

Nós adotamos um discurso alienígena, importamos esse discurso. Por quê? Porque quando caiu a União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, nenhum desses países têm mais ameaça direta sobre seu território. Portanto, para eles precisa ser importante liberdade de ação para atuar em qualquer parte do mundo. Então, eles levantam isso tudo aqui como pretextos que camuflam a ingerência.

E já existe na ONU uma resolução de 2005, que é o dever de proteger, que pode evocar um desses: direitos humanos, questões ambientais, questões so-

ciais e ilícitos transnacionais para uma intervenção internacional.

Meus senhores, novas ameaças, adotar esse discurso... E o Ministério da Defesa e as Forças Armadas adotaram esse discurso, infelizmente. Eu não digo que elas não têm o que fazer aqui. Têm, mas não é a missão principal. Novas ameaças de enviar as Forças Armadas na missão principal.

Para fazer frente a essas novas ameaças, para que um submarino blindado, mísseis? Para que isso? Não precisa. E desde 1990 nós paramos o movimento militar, propriamente dito.

Próximo.

Avaliando a ameaça.

Nem a longo prazo o Brasil terá poder militar para dissuadir uma superpotência, isolada ou coligada. Rússia, China e Índia têm poder para uma ameaça militar ao território nacional, mas não teriam o aval dos Estados Unidos. E a América do Sul é área de influência dos Estados Unidos, e durante algum tempo ainda vai ser.

Na Amazônia ou no Atlântico, que países aliados dos Estados Unidos poderiam ter o seu aval e têm poder para uma empreitada militar isolada contra interesses do Brasil? Só países da União Europeia.

Sobre a situação atual do Brasil – já falei – é de indigência militar. Eu não vou comentar a situação da FAB e da Marinha, eu sou do Exército. No entanto, no Exército nós temos 27 brigadas blindadas, mecanizadas, motorizadas etc., todas inoperantes. As Forças Armadas não têm condição de cumprir sua missão de defesa da pátria. A situação atual é essa.

Próximo.

Como é que nós podemos reduzir o peso de uma eventual ameaça? França e Grã-Bretanha têm de 10 a 12 brigadas efetivamente operacionais em seus exércitos. Estão entre as seis maiores potências econômicas do mundo. O Brasil vai ser uma das cinco maiores potências econômicas do mundo em pouco tempo. De modo que, em duas ou três décadas, com 12 brigadas nas FAR, prontas para expulsar, antecipar, revidar e, como forças de emprego local naquelas áreas mais ameaçadas, umas cinco por aí – esse é um dado –, o Exército seria um dos cinco exércitos mais fortes do mundo. Se nós desenvolvermos o poder aéreo naval, no nível aproximado de França e Grã-Bretanha, em duas ou três décadas, nós teremos um excelente poder de dissuasão. As demais brigadas do Exército seriam incompletas e seriam completas por necessidade, se for de mobilização.

Só comparando os PIBs, olha o PIB aqui do Reino Unido, que nós vamos alcançar agora, o do Brasil e o da França, que nós estamos prestes a alcançar. E olha o da Itália, Coréia do Sul e Índia. Coréia do Sul,

Itália e Índia têm forças armadas mais poderosas que o Brasil. Ora, mas eles têm problemas. Sim. E nós vamos esperar a ter problemas para aí começar a ter forças armadas?

Próximo.

E agora o serviço militar obrigatório.

O alistamento é universal, mas o universo recrutado é limitado. Vejam bem, o Exército com 200 mil homens – 190 mil, para ser mais preciso – alista 1,7 milhão e só 50, 60, no máximo 70 mil incorporam. O sistema militar obrigatório economiza o pagamento em pessoal, assistência social e saúde.

Potências podem garantir salários e vantagens que o Brasil não pode assumir. Então, vai faltar gente para cargo importante. E terão algumas unidades, algumas regiões do Brasil que não terão efetivo completo.

A reserva mobilizada de cabo e soldado levaria quatro a seis meses até o adestramento. E oficiais levam quase um ano. Portanto, nós precisamos ter essa reserva já pronta. O Exército Brasileiro é um espaço de integração de classes, apesar de distorções por que as classes ricas não servem ao Exército.

O Exército é uma escola de civismo, valores e patriotismo. Sem o serviço militar obrigatório há o risco das Forças Armadas virarem uma classe fechada, pouco representativa, um grupo de interesses com tendências ao mercenarismo.

O serviço militar obrigatório existe em dois terços dos países do mundo. As grandes potências não têm mais ameaça ao território, ou seja, o problema deles é não é defesa da pátria, mas projeção de poder. E aí não sendo defesa da pátria, cabe aquele argumento da necessidade de defesa da pátria para eles.

Todos nós temos que assumir nossa parcela de risco na defesa nacional. Isso é um dever social. Não é justo transferir ao irmão a defesa dos recursos de que todos nós desfrutamos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao General Luiz Eduardo Rocha Paiva pela sua explanação, que nos deixa a todos bastante surpreendidos, mas, ao mesmo tempo, informados da situação em que hoje, pelas suas palavras, se encontram as Forças Armadas Brasileiras, notadamente o Exército Brasileiro.

Passo agora a palavra ao Dr. João Quartim de Moraes, professor titular da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

O SR. JOÃO QUARTIM DE MORAES – Boa noite a todos e a todas, agradecendo, uma vez mais, o convite do Sr. Senador Fernando Collor de Mello.

Antes de mais nada, quero enfatizar até o influxo da intervenção muito objetiva, muito aguda do General Paiva, que me precedeu, a importância da cone-

xão entre política externa e defesa nacional. Discutir um tema sem discutir o outro é enfraquecer o debate enquanto tal.

Eu gostaria, para desenvolver no tempo que me cabe esse tema, de formular algumas hipóteses. Essas hipóteses não são neutras. Elas envolvem uma avaliação, uma opinião, uma tomada de posição sobre o curso do mundo, tal como ele parece se apresentar na minha perspectiva.

Mas, se ninguém é neutro e totalmente objetivo, nós devemos sempre buscar a objetividade. Nesse sentido, embora divergindo de um ou outro ponto da intervenção do General Paiva, eu tenho que louvar-lhe a objetividade, porque buscou um terreno em que, pensemos o que quiser dessa ou daquela opção, alternativa ou risco, os riscos estão ali. O quadro de questões foi exposto.

Então, a minha primeira hipótese é mais além de uma retórica desse termo que se tornou uma das palavras-chave, mas não ideia força, de nossa época, que é a tal *globalization*, ou globalização na tradução do vernáculo norte-americano, que ela comporta um lado de ilusão, um lado de superficialidade, porque, excluindo a plena liberalização – ou quase plena, sempre tem um quase – da circulação de capitais, de bens, de trocas, as liberdades comerciais limitadas, mas muito mais amplas do que num período anterior, o fato é que nós caminhamos não para um planeta só, como a esperança que foi suscitada a partir de 1990, com a derrocada da União Soviética e o fim daquela polarização. Vou dizer que, durante 40 anos, 45 anos, pouco menos de meio século, mas, na verdade, desde a existência da União Soviética, o quadro foi complexo, porque até a Segunda Guerra Mundial nós tínhamos três focos. Tínhamos as grandes potências liberais, os impérios liberais, se quiserem, tínhamos a União Soviética e tínhamos, na Europa Central, o nazifascismo. Então, eram três componentes, e essa questão foi resolvida radicalmente na Segunda Guerra Mundial, e caminhamos, a partir de 45, para essa bipolaridade, que, portanto, percorreu um período histórico de quase meio século.

Qual era a expectativa? Ou melhor, qual era a esperança? Porque expectativa havia tantos elementos ilusórios naquele momento, uma vontade de autoiludir-se, de fato, se fosse levado ao pé da letra aquele anúncio de que caminhávamos para um mundo sem fronteiras, sem guerras, em que a eficiência econômica fosse o padrão de conduta.

O que aconteceu? Aconteceu que a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que havia sido formada no confronto com o bloco soviético, as forças organizadas no chamado Pacto de Varsóvia, uma vez dissolvi-

do o Pacto de Varsóvia, não somente permaneceram, como se ampliaram e mostraram uma agressividade que até então não tinham mostrado, comprovando *ex positis*, que a sua moderação, ou prudência anterior era fruto da existência do Pacto de Varsóvia. Então, temos aí – todos sabem – uma sequência quase ininterrupta de agressões, digamos, abertas. Eu ia dizer um termo que eu hesito, pois talvez seja muito forte, mas, descaradas no sentido de que elas foram assumidas a frio, que começaram no Panamá, eu diria, e ainda não tinha caído a poeira do Muro de Berlim, e já os estadunidenses, já o Pentágono estava entrando no Panamá. E, de lá para cá, isso não parou; isso continua, com pretextos que são apenas pretextos.

Não vou tomar o seu tempo, que não é muito, nem a sua paciência, lembrando todos os pretextos que, em cada situação, foram empregados para as operações bélicas da OTAN, desde a intervenção que levou à destruição da Iugoslávia. E aqui digo – do alto dos meus 70 anos – que há 30 anos eu teria julgado um absurdo a ideia de que um país da Europa pudesse ser dissolvido. Quer dizer, eu tinha ilusões sobre uma certa estabilidade de fronteiras na Europa. Eu teria apostado – e perdido – que jamais iriam mexer nas fronteiras da Europa. Poderia haver mudança de regime, muito bem, evolução. Havia problema na União Soviética, havia uma aspiração à ampliação de direitos políticos para cidadania. Mas achar que uma guerra iria destruir um país federal? Poucos previram isso. E o fato é que, depois disso, nós estamos vendo aí a uma sequência de agressões que, com os mais variados pretextos, integram aquilo que eu chamaria – eu sei que não estou pedindo a ninguém compartilhar, mas eu dei a minha opinião – de uma empresa de recolonização planetária pela coligação da OTAN.

Isso nos preocupa muitíssimo, porque foram apontadas pelo General Paiva vulnerabilidades do nosso País que, de um lado, correspondem às riquezas naturais, algumas ímpares. Então, vou aqui recitar o que todos sabemos. Serei muito rápido: maior concentração de água doce do Planeta, biodiversidade, pré-sal etc. Estamos cansados de saber. Seria uma ingenuidade imaginar que isso não suscite cobiças, sobretudo no desdobramento do curso da história universal, digamos, no próximo quarto de século. E também aqui repito: defesa, estratégia nacional é algo que tem de ser visto num tempo histórico distinto do tempo histórico de pequenas medidas. De fato, a unidade de medida do tempo estratégico são décadas – não são anos e não são meses.

Desse ponto de vista, parece-me inequívoco que as questões mesmo justas – eu acho justa a questão dos direitos dos indígenas. Mas não deixa de preo-

cupar o fato de que, em nome da proteção de etnias indígenas, possam potências que são capazes de ir a todos os extremos de hipocrisia... Mantenho o termo hipocrisia, porque estamos vendo os tais bombardeios... O suprasumo é o bombardeio humanitário. Isso é praticamente forjar uma expressão: bombardeios humanitários. Então, potências que não hesitam utilizar esse tipo de expressão teriam alguma dificuldade amanhã, se a cobiça pela Amazônia fosse forte, em inventar um Estado independente de tal ou tal etnia? Eu acredito que não. Eles fariam. Fariam porque a última *ratio*, o último argumento é a farsa mesmo, é a correlação de forças.

Essas preocupações não devem, digamos, ser exageradas, com certeza, mas nos levam, de fato, à questão mais central que é: de que forças armadas precisamos para poder afirmarmo-nos? O que no meu entendimento nem sempre ocorreu, num país que tem uma política externa independente?

Vou usar essa fórmula. Ela tem uma história, eu sei. Eu simpatizo com ela. Ninguém aqui está isento de ideologia. Nossa obrigação é ser sinceros e explicitar nossos pressupostos ideológicos. Nós ganhamos com isso. Acho que é só isso o problema. Muito bem. Então, de que forças armadas necessitamos para garantir a nossa política externa independente e para que o centro de nossas alianças seja com países que têm possibilidade de partilhar objetivos semelhantes aos nossos? Eu não me atreveria a propor, depois da intervenção – para mim foi muito bom eu ter falado em segundo. Não vou acrescentar nada. Ele é um especialista. Eu não sou. Não vou acrescentar nada às questões de aparelhamento técnico das Forças Armadas.

Como cidadão comum que procura acompanhar a cena internacional, eu noto o seguinte: nessas guerras, esses 20 anos, essas duas décadas de agressões de tipo colonial praticadas pelo cartel da OTAN, nós vemos no cenário militar – eu peço, se eu disser algo inconveniente, ou uma tolice, e não tenho medo da palavra, porque ninguém é isento desse risco –, antes de mais nada, uma superioridade, um domínio completo do ar.

Houve ali alguém que disse, com humor meio maligno, que Kadhafi poderia ter gastado mais um pouquinho de dinheiro melhorando a defesa aérea dele; aí, a coisa poderia ter demorado mais. O que se vê são aqueles bombardeios e uma incapacidade quase total de resposta nesse nível. Portanto, a lição o seguinte – como cidadão não especialista em combate: sem uma defesa aérea séria e credível, nós não estaremos livres de uma chantagem ou de uma ameaça de alguma potência que cobiça alguma de nossas riquezas. Esse é o ponto.

Ninguém disse aqui, mas alguém pode dizer: até que ponto existe a possibilidade de um confronto, não digamos de curto prazo, porque o argumento aqui já foi salientado o suficiente, isto é, estratégia e defesa são questões de médio prazo. Contam-se em décadas – perdoem-me repetir isso mais uma vez –, mas é perceptível no horizonte uma ameaça? Digamos, do bloco da OTAN, dos Estados Unidos? Eu diria que perceptível não está. O que há são as riquezas que nós temos e que eles cobiçam. Isso é certo. Agora, entre constatar que estamos mal preparados para defender as imensas e algumas únicas riquezas no Planeta – estamos mal preparados – e dizer que eles se estão preparando para nos atacar, há uma diferença. E essa diferença não está visível, pelo menos para mim, no curto prazo. Ainda não no tempo estratégico, mas no curto prazo.

Então, a decalagem entre o tempo estratégico e o curto prazo é a seguinte: é preciso de fato desenvolver a nossa capacidade de defesa militar de maneira a desencorajar expectativas de apoderar-se daquilo que nós temos e que os demais não têm. Essa questão está de fato colocada para nós, e é de grande importância. Ou, então, renunciamos à política externa independente, à independência nacional efetiva e concreta; renunciamos – esse termo já foi empregado também, é um termo corrente – a essa projeção da importância econômica do Brasil na cena internacional.

E essa projeção evidentemente depende, no plano diplomático, de um estilo de alianças que tem sido implementado. E, pensemos o que quisermos, ninguém aqui está julgando a gestão do Presidente Lula. Mas acredito que a direção na política de alianças foi justa, globalmente. E digo bem que foi justa e vejo com alguma preocupação critérios extramilitares e extradefesas, tais como inserir direitos humanos como uma justificação de política externa. Acho que não é, está longe de ser um avanço do ponto de vista da política externa em relação ao governo Lula.

Fundamentalmente, então, nossa política de aliança teria, de fato, que corresponder aos interesses do nosso desenvolvimento econômico e daqueles que compartilham da vontade de uma nova geografia econômica do Planeta. Onde estão nossos interesses econômicos? Numa nova geografia econômica do Planeta. E estamos abrindo caminho para isso. O problema é que isso não seja quebrado na geração seguinte por nossa incapacidade de persuadir aqueles que cobiçam nossas riquezas a nos respeitar.

Um ponto sobre o Mercosul foi dito. Podemos dizer que o Brasil tem uma liderança no Mercosul, e acho que não é diplomático eu me aproximar, sobretudo de um país como a Argentina, que, de um lado, tem um

compreensível certo complexo. Basta lembrar que, em 1950, o PIB argentino era o dobro do brasileiro. Hoje, deve ser três vezes menor. Então, houve alguma coisa, alguns bondes da história nossos amigos e irmãos argentinos perderam. Então, é delicada a relação com eles. Sempre será delicada, até por causa disso.

Agora, chegando perto do fim, eu volto ao começo. E diria que, se a globalização acabou sendo, sobretudo... Digo no plano político e cultural, não digo na questão dos mercados financeiros, e não estou negando a interdependência dos mercados financeiros. Não estou negando. Agora, estou negando que globalização tenha significado alguma coisa no rumo de um mundo sem fronteira, sem guerra etc. Isso foi totalmente desmentido pela História.

Então, que mundo é esse que foi afirmado com a derrocada da União Soviética? Um mundo de blocos, novos blocos. Os blocos não são rígidos; são dinâmicos. Eu me referi militarmente, falei no cartel militar da OTAN, porque eles agem juntos... Evidentemente, o peso de diferentes Estados ou forças armadas componentes da OTAN varia conforme a situação. Havia interesse maior de França, Inglaterra e Itália, porque hão de recordar que a Itália foi decisiva na destruição da Sérvia.

A Itália, até violando sua Constituição... Os italianos gostam de dar lição de Constituição para os outros e dizem que o Brasil é mais conhecido por suas dançarinas do que por seus juristas. Isso foi dito por ocasião do caso Battisti, mas é muito arrogante. Pensemos o que quisermos. Mas, enfim, o fato é que eles violaram um artigo da Constituição italiana de 46, que proibia o uso do território italiano para fins de agressão a outros países. E nós sabemos que ali, na costa do Adriático, se instalaram as bases que destruíram a Sérvia. Demoraram um pouco, mas destruíram. A gente sabia, era previsível, e era uma questão de esperar um pouco mais ou um pouco menos.

Evidentemente, dir-se-á que sempre há uma quinta coluna. Para destruir um país inteiramente, é preciso de uma quinta coluna que colabore com o agressor. Na verdade, nenhum país é uma unanimidade completa. Sempre há diferenças. Então, sempre há uma minoria que diz: "Já apanhamos demais, estamos sofrendo muito. Vamos derrubar esse governo, ceder à exigência do agressor e pronto". Foi o que aconteceu na ex-Iugoslávia, Sérvia atual.

Eu não vou entrar e nem me permitiria entrar no cenário de Iraque e Afeganistão. Nós sabemos, de qualquer forma, que foi a resistência encarniçada, violenta, daqueles países que limitou a possibilidade de novas intervenções. Agora, não sabemos o que teria ocorrido e nunca saberemos, num sentido. Mas podemos, um

pouco, especular, no bom sentido, sobre o que teria ocorrido se a resistência no Iraque e no Afeganistão fosse menos custosa. Onde mais eles teriam agredido?

E não por acaso – parece-me – essa última intervenção. Os tais bombardeios humanitários que derrubaram o regime do Coronel Kadhafi, na Líbia, tiveram como grande argumento – não vou dizer como grande argumento o pretexto ser chamado argumento humanitário, ou pretexto humanitário, porque aí, como disseram, nós chegamos ao paradoxo completo; teve gente que disse isso. Foi um *lapsus linguae*, um bombardeio humanitário. Paradoxo soberbo.

Mas eu diria que nós não sabemos até que ponto o que eles deixaram lá está sob o controle deles. É interessante lembrar que o Coronel Kadhafi, quando começou a contestação, dizia: "Quem está contra mim é a Al-Qaeda". É curioso. Ele dizia isso e não estava brincando.

Isto é, hoje é difícil que, digamos, "afinal, quem ganhou aquilo?" O que nós sabemos é que destruíram um regime. O país deve estar bastante arrasado, mas que interesses acabaram se afirmando lá? Nós não sabemos, ou não está decidido. Então, é possível mesmo que com esse tipo de agressão da OTAN, além de tudo, excluindo o caso da Iugoslávia, eles conseguiram realmente eliminar um regime, um governo, um Estado e criar uma base mais estável para outros. Não estou nem avaliando que essa base mais estável deva nos deixar contentes ou não. Se olharmos o que se passa na Albânia, no Kosovo, parece que o panorama é muito triste lá. Mas isso é outro tema e nos levaria fora do nosso foco.

Então, eu diria que o saldo das agressões da OTAN não é de natureza a encorajá-los a vir para o nosso lado. Então, alguém já disse: "É Damasco? É Teerã? Qual vai ser o próximo alvo?". Por enquanto, a questão que os preocupa mais é lá. Quem está sob a ameaça de uma intervenção da OTAN são eles. Fundamentalmente, a Síria e o Irã.

A conexão dessas questões com a política externa estadunidense é mais complexa. Por exemplo, os Estados Unidos são o único país do Planeta, ao mesmo tempo são o país mais forte do Planeta militarmente ainda – a não reconhecer o Estado palestino, e não somente não reconhecer o Estado palestino, como a usar, o que parece que vai acontecer, é mais do que o previsto, o seu poder de veto contra todos os outros países do mundo para negar ao povo palestino esse reconhecimento pelas Nações Unidas de seu Estado nacional.

De modo que, que conclusões tirar de todas essas considerações a respeito?

De um lado, nós vemos que quem está desencadeando guerras nos últimos 20 anos é, incontestavelmente, a OTAN. Tirando agressões, digamos, de porte menor ou mais localizadas na África, e outras que terão me escapado, quem está desencadeando as guerras mais graves é a OTAN.

Segundo, não há, no curto prazo, uma ameaça da OTAN ao Brasil. Não há.

Concordo com o que me pareceu ser a avaliação implícita do General Paiva. Concordo.

Terceiro, há um risco muito sério de conflagração mais geral no caso de a OTAN levar adiante esse, vamos chamar assim, cenário iraniano. Por quê? Porque alguns dizem – eu não sei, eu não tenho nenhuma informação especial – que já há deslocamento de forças, perdão, já há batedores, já há especialistas militares no Cáucaso e a frota estadunidense no Golfo Pérsico é, realmente, para usar um termo francês, *redoutable*, temível. É temível! A capacidade de lançar míssil que está concentrada ali é terrível! É temível!

Muito bem. Ao mesmo tempo, a Rússia... A China está silenciosa, a China tem memória longa, mas está silenciosa. Poderia usar o veto, não usou no caso da Líbia. Não gostou, mas não usou. Rússia, idem, mas a Rússia, duas declarações de seu presidente e outras mais de seu primeiro ministro, Medvedev e Putin: não aceitarão um confronto generalizado perto das fronteiras deles.

Agora, o cenário é, realmente, extremamente preocupante. Portanto, eu digo: não diretamente sobre o Brasil, mas é muito preocupante. Agora, de um confronto generalizado, como diria o outro, quem pode prever os desdobramentos?

Eu termino com este tom preocupado porque, também, a preocupação não é minha, é do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. João Quartim de Moraes, Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, pela sua explanação.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer a presença, nesta audiência pública, de S. Ex^a Rev^{ma} Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico no Brasil; de S. S^a Rafael Hidalgo Fernandez, Conselheiro da Embaixada de Cuba; do Sr. Davoud Rezaei, Segundo Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; do Sr. Coronel Dinesh, Adido de Defesa da Embaixada da Índia; do Embaixador João de Mendonça Lima Neto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; da Ministra Cláudia Fonseca Buzzi Freire, que se ausentou agora; e do Sr. Arianne Aracelis Adrian Arrais, Adido Naval da Embaixada da Venezuela no Brasil.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença de V. Ex^{as}.

Passo a palavra ao nosso último palestrante, Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado da República e especialista em temas relacionados às Forças Armadas.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Obrigado, Presidente.

Boa-noite a todos.

O General Rocha Paiva trouxe uma visão geopolítica do tema. O Professor Quartim buscou analisar sob a ótica das relações internacionais e o que eu gostaria de trazer para os senhores, aqui, é uma percepção doméstica do papel constitucional das Forças Armadas. O nosso foco, então, vai ser na questão doméstica.

Nesse sentido, antes de mais nada, é importante destacar a relevância do debate acerca de defesa. No Brasil não se discute defesa nacional e esse é um problema, na minha opinião, que é cada vez mais crítico.

Nós temos problemas relacionados à defesa que também estão relacionados ao desinteresse da maior parte da população, dos formadores de opinião e, infelizmente, dos nossos decisores em discutir defesa nacional.

Isso também está relacionado à dificuldade de se distinguir segurança pública, segurança nacional, defesa nacional. São todos temas muito obscuros para a maior parte da população. Algumas vezes dizia-se que defesa deveria ser assunto para militares. Clemenceau já dizia que não deveria ser assim.

Falta a percepção clara à cerca das ameaças, também. O General Rocha Paiva chamou atenção para os problemas que podem vir a se tornar ameaças, mas não percebemos, com clareza, na sociedade brasileira, quais são as nossas ameaças. Com isso, tudo isso está relacionado ao que costumo dizer – quem me conhece sabe que eu sempre bato nessa tecla – ausência de uma cultura, no Brasil, de planejamento, de segurança e de inteligência. Sempre que eu posso, eu trago esses aspectos ao debate.

Próximo, por favor.

Vou falar rapidamente da ausência de cultura de planejamento.

O planejamento é muito precário no Brasil. De fato, neste País, nós não planejamos. Esse é um problema que está muito vinculado às deficiências da nossa sociedade. Apenas a título de exemplo, tenho certeza de que se perguntarmos ao brasileiro médio, na rua, quem é o Ministro do Planejamento, o que se vai ouvir é o silêncio. Não se sabe quem é o Ministro do Planejamento, que, sabemos, é uma Ministra. Se perguntarmos quem é a Ministra do Planejamento, até entre formadores de opinião, muitos não vão saber.

O nosso Ministério do Planejamento trata de planejamento, orçamento e gestão, mas, muitas vezes, parece que o foco, Presidente, é em orçamento e gestão e pouco em planejamento. Tanto é que se criou uma Secretaria de Assuntos Estratégicos exatamente para pensar, planejar o Brasil.

Não sei até que ponto estaríamos seguindo adiante nesse processo de planejamento do Brasil. Mas a grande consequência disso são as nossas vulnerabilidades crescentes em vários aspectos. Não sabemos onde queremos estar daqui a 50 anos, a 30 anos, a 15 anos.

E aí temos o problema básico de planejamento: para planejar tenho que ter claro quais são meus objetivos; tenho que conhecer meus recursos; tenho que conhecer os obstáculos, para que eu possa decidir o que eu preciso para, com os recursos que tenho, superar esses obstáculos e traçar a minha estratégia para alcançar esses objetivos. É um problema que temos: no Brasil, não se fala em planejamento. Muitas vezes se pensa em planejamento para quatro ou oito anos, e essa é uma vulnerabilidade que ainda vamos amargar muito com as suas consequências, como País.

O Brasil é um País grande o suficiente para se dar ao luxo de não planejar. Quem não planeja fica vagando, fica navegando sem rumo, fica perdido e fica vulnerável. Exemplos são os mais diversos.

Se pensarmos o curto prazo, curtíssimo prazo, pensamos na segurança nacional, na segurança institucional para os próximos anos. Preocupa-me muito – e temos trabalhado com isso junto aos órgãos de segurança no Brasil – a preparação do Brasil para grandes eventos.

Em 2012, teremos aqui a Conferência Rio+20, que deve reunir algo em torno de 150 chefes de Estado. Em 2013, teremos a Copa das Confederações em diversas cidades, em diversas capitais do Brasil. A visita do Papa Bento XVI, exatamente na Conferência da Juventude. Em 2014, a Copa do Mundo, um grande evento internacional, que irá trazer milhares de pessoas para o Brasil, assim como as Olimpíadas 2016 e as Paraolimpíadas. A pergunta é: o Brasil está se preparando? O meu foco aqui é segurança. Nós estamos nos preparando em termos de segurança? Aqui deixo só uma questão: como está a preparação do Brasil para, por exemplo, terrorismo? A resposta do País para possíveis ações terroristas? Não estou dizendo que podem acontecer, mas estou dizendo que temos de estar preocupados com elas. Afinal de contas, por mais que se diga que o Brasil não é alvo, nós vamos receber, neste País, delegações de países que são alvo. Nós não planejamos isso. Nós não planejamos como responderemos a essas questões, como

não planejamos onde estaremos e como queremos estar daqui a 50 anos. Mas é só para uma introdução, para falar do tema.

Nosso tema aqui vai ser a missão constitucional das Forças Armadas. Eu não posso pensar no planejamento, eu não posso pensar no Brasil sem pensar nas Forças Armadas, e tenho de pensar na sua missão constitucional também.

Vou fazer um rápido apanhado histórico.

As Forças Armadas sempre estiveram presentes em momentos decisivos da História do Brasil. Eu só queria lembrar que à época do Império, logo depois da guerra contra o Paraguai, houve um declínio muito grande. Alguns comparariam ao que aconteceu nas últimas décadas aqui em termos de investimento em defesa, de orçamento para as Forças Armadas e, naquela época, chegou-se inclusive a considerar a extinção das Forças Armadas do Brasil depois da Guerra do Paraguai. Isso gerou uma grande preocupação, sobretudo no meio militar, que culminou numa maior participação dos militares nas grandes questões políticas do Brasil ao final do Império.

E o resultado disso foi o golpe de Estado de 15 de novembro. Eu sou monarquista e, por isso, uso o termo golpe de Estado para o que aconteceu em 15 de novembro de 1889, que acabou pondo fim às sete décadas de Império do Brasil e estabelecendo a República.

E os militares sempre se mostraram muito presentes também nesse período republicano, envolvidos diretamente com a política desde o nosso primeiro presidente, um militar, monarquista, por falar nisso, substituído por outro militar e, em crises institucionais, em crises nacionais no final do século XIX, início do século XX, sempre os militares presentes: o tenentismo na década de 20, a Revolução de 30, a Intentona Comunista de 35, o Estado Novo em 37, a deposição de Vargas para a redemocratização do Brasil em 1945. Atuações importantes, por exemplo, naqueles 20 anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, inclusive para que fosse possível permitir que o presidente democraticamente eleito, Juscelino Kubitschek, assumisse o poder. Depois, os acontecimentos que culminaram no movimento de 64; na redemocratização, os militares se mostraram presentes. Bom, sempre, em momentos decisivos da História.

Eu chamo a atenção para um ponto quando falamos dos militares no Brasil – é importante ter essa perspectiva. Durante muito tempo, as Forças Armadas no Brasil tiveram uma percepção de que atuavam como o poder moderador, exatamente não se envolvendo diretamente com a política, mas buscando intervir todas as vezes em que os poderes se mostrassem em conflito.

O problema é quando, nessa intervenção, se começou a identificar o inimigo interno, e se envolverem diretamente as Forças Armadas com a política de segurança nacional, de acordo com a Constituição de 1969.

Bom, mas isso tudo é história, e ali tivemos momentos de arbitrariedade, tivemos momentos de ameaça à democracia. Mas, a partir da década de 80, houve um retorno aos quartéis e um controle civil cada vez mais forte das Forças Armadas, e hoje o quadro é de que as Forças Armadas estão, de maneira muito efetiva, atuando dentro do Estado democrático, sob controle civil, e cumprindo a sua missão constitucional. Esse é o cenário.

A geração nas Forças Armadas brasileiras de hoje é distinta das gerações anteriores. É uma geração que atua e não concebe outra forma de regime político no Brasil que o regime democrático. Isso é importante ter em mente, sobretudo a partir do momento em que temos representantes de nações estrangeiras. Hoje, as Forças Armadas brasileiras atuam sob essa perspectiva.

E qual é a missão constitucional das Forças Armadas?

A Constituição é clara. O General Rocha Paiva já trouxe isso, mas eu só gostaria de assinalar o que diz o nosso art. 142 da Constituição.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares (...)

Isso é um comando que vem desde a Constituição de 1891, exatamente em resposta àquela iniciativa de se tentar aquele questionamento sobre a permanência das Forças Armadas como instituição.

(...) organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, o controle civil está aqui de uma forma muito clara e constitucional, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer deles, da lei e da ordem.

Essas são as missões ou essa é a missão das Forças Armadas.

Por favor, Montenegro.

Se nós seguirmos a Lei Complementar nº 97, nós temos as missões subsidiárias. Repete-se aquele comando constitucional e se fala em atribuições subsidiárias para as Forças Armadas.

E por que estou chamando a atenção para isso tudo? Porque, cada vez mais, se questiona, na sociedade brasileira – questionamento muito doméstico em virtude do crescimento da violência nos nossos centros urbanos, da criminalidade e, muitas vezes, da dificuldade da autoridade pública em lidar com esses problemas – por que não podemos ter as Forças Armadas intervindo nessas questões. E a primeira res-

posta: é porque isso não é missão constitucional das Forças Armadas.

Bom, se analisarmos doutrinariamente, o soldado é o cidadão em armas. E a missão do soldado é defender a Pátria contra o inimigo. Isso é muito importante para se ter ideia da perspectiva militar de emprego dessas forças, e aí tem de estar muito clara a diferença entre defesa nacional e segurança pública, porque defesa nacional é competência das Forças Armadas. Já segurança pública não é competência das Forças Armadas. Segurança pública é competência, prioritariamente, das autoridades policiais. Quem lida com segurança pública, quem está preparado para lidar com segurança pública e quem deve lidar com segurança pública são as polícias; não são as Forças Armadas.

Olha o que diz a nossa Constituição:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares".

São esses os órgãos de segurança pública no Brasil. Não há referência alguma às Forças Armadas aqui.

Portanto, Forças Armadas são completamente diferente de polícia. Por mais que se queira questionar esse uso das Forças Armadas, não é aconselhável fazê-lo. A missão de cada um é diferente. A missão das Forças Armadas é completamente distinta das autoridades policiais. O emprego das Forças Armadas é completamente distinto do emprego e da forma de atuação das polícias. Vou dar um exemplo: o militar brasileiro é preparado para combater o inimigo. Vou buscar não usar os termos técnicos, mas se um major do Exército recebe a missão de tomar um ponto aqui à minha frente, a 50m, ele vai usar todos os meios possíveis para tomar aquele ponto. Se o oficial tiver condições de utilizar a artilharia para saturar aquele ponto, ou seja, bombardear aquele ponto até neutralizar o inimigo, ele vai fazer isso. Se ele tiver de passar com blindados por cima de veículos civis, ele vai fazer isso. O objetivo dele é cumprir aquela missão.

É completamente diferente da atuação de um policial. Imaginem isso, por exemplo, ao se subir um morro no Rio de Janeiro, como vimos no Alemão, com blindados passando por cima de carros. A missão foi cumprida. A percepção do adversário é completamente distinta. Repito: o adversário para o militar é o inimigo, e o inimigo tem de ser neutralizado. Para o policial, o

adversário é a criminalidade, e o criminoso é um cidadão que está agindo fora do que está disposto na lei, mas é um cidadão. Daí se dizer que o militar não deve se imiscuir nos assuntos de polícia e que o policial não deve se meter nos assuntos militares. Isso tem de ficar muito claro.

Muitas vezes, temos dificuldade de estabelecer essas diferenças exatamente porque não temos uma clareza conceitual desses aspectos.

Forças Armadas e segurança pública, questiona-se muito. Isso é um problema. Forças Armadas não têm de se envolver com segurança pública. Isso não compreende a missão constitucional de fato. Alguns diriam que, ao envolvermos Forças Armadas em questões de segurança pública, estaríamos atropelando a Constituição.

Segurança pública, senhoras e senhores, é caso de polícia. E os riscos de envolvimento das Forças Armadas com segurança pública são muito grandes.

Próximo, por favor. Vamos falar rapidamente dos riscos. Riscos para as próprias Forças. Em primeiro lugar, elas têm desvirtuada a sua missão e terão certamente dificuldade de operar nesse novo ambiente. As Forças Armadas não estão preparadas e não são preparadas para combater a criminalidade. Há riscos, inclusive... As Forças Armadas no Brasil são reconhecidas como as instituições mais confiáveis. Pesquisas têm apontado constantemente nesse sentido. As Forças Armadas são marcadas, ainda hoje, por um arquétipo, por uma blindagem moral e ética, que, ao envolvê-las com a criminalidade, elas podem ver-se ameaçadas, violadas. Como a Igreja, as duas.

As instituições mais confiáveis – o Presidente bem lembra aqui – são as Forças Armadas e a Igreja. As Forças Armadas não devem meter-se com criminosos, é essa a perspectiva. No passado, todas as vezes em que as Forças Armadas se envolveram com questões domésticas, com a criminalidade, houve desvirtuamento dessas funções.

As polícias.

A partir do momento em que tenho Forças Armadas envolvidas com segurança pública, vou perguntar qual é o papel das polícias. Essas organizações acabam desprestigiadas, essas instituições acabam colocadas de lado, e ninguém lucra com isso. As instituições não podem ser ameaçadas com discursos algumas vezes oportunistas, para que se envolvam militares federais em questões de segurança pública. A sociedade acaba ameaçada, e as instituições democráticas também acabam ameaçadas.

Então, quais são as alternativas? Para a segurança pública no Brasil, em primeiro lugar, investir em polícia. Nós precisamos investir, cada vez mais, nas

autoridades policiais. E, quando falo em investimento, não falo só em salário. Salário é importantíssimo. Falo em capacitação, em investimento nas relações entre a autoridade policial e o cidadão, a sociedade. É importante que haja no Brasil, cada vez mais, policiais que possam dizer abertamente que são policiais. É surpreendente haver em regiões do Brasil policiais militares, por exemplo, que não podem andar fardados ou policiais que não podem andar com seus documentos de identidade como policiais.

Vou dar um exemplo positivo disso. As polícias civil e militar do Distrito Federal são polícias que estão entre a melhores do Brasil; são polícias que são destacadas como policiais com nível de qualidade de países desenvolvidos; são polícias que recebem investimentos muito significativos – têm salários dignos, preparo, capacitação, e isso se reflete diretamente na qualidade desses profissionais. É importante que no Brasil haja crianças que queiram ser policiais, assim como queiram ser militares também. É importante que valorizemos essas profissões.

Investimento em inteligência. Já tivemos a oportunidade de discutir aqui a atividade de inteligência. Segurança pública se trata também com inteligência. Sem investimento no setor de inteligência, nós continuaremos vulneráveis e não conseguiremos lidar com esses problemas. Mas isso é assunto para outra exposição.

Reformas na legislação – legislação penal, legislação processual e legislação de execução penal.

Quem conhece os presídios brasileiros, quem conhece a situação carcerária dos presídios brasileiros sabe que é ilusório falar-se em reabilitação no Brasil. E aí sou muito crítico. As violações aos direitos humanos são constantes em razão da própria natureza do nosso sistema carcerário. Deixo sempre aquele recado: em vez de muitos estarem preocupados em desenterrar ossos do passado, seria interessante olhar para o futuro e verificar a situação do nosso sistema carcerário. Essas são questões de direitos humanos que tínhamos de considerar neste Brasil e que muitas vezes não se consideram, mesmo porque preso não dá voto.

Além disso, fomento à cultura de segurança, inteligência e planejamento. Volto a isto: precisamos tratar melhor desses assuntos.

Para concluir, é sempre bom lembrar que a missão constitucional das Forças Armadas é específica e clara. Não se deve desviar as Forças Armadas de suas funções, porque os problemas serão significativos.

Segurança pública, senhoras e senhores, repito, é atribuição de polícia. O militar é preparado para defender a Pátria: combater e destruir o inimigo. Ao policial, entretanto, cabe proteger o cidadão e conter a crimi-

nalidade, combatendo o crime. O inimigo do policial é a criminalidade. Ele combate o crime, não o cidadão.

Ao longo da história do Brasil, então, para concluir, não foram poucas as vezes em que os militares se envolveram em assuntos domésticos. Entretanto, o combate ao crime organizado, para combater esse crime organizado e o fenômeno da intensificação da criminalidade nos centros urbanos do País... É a primeira vez em que vemos esse clamor tão intenso pelo envolvimento das Forças Armadas com segurança pública e, portanto, saindo de sua missão constitucional.

Aí, como o General Rocha Paiva bem lembrou, a partir do momento em que nós queremos ver as Forças Armadas envolvidas com segurança pública, tratando mais diretamente dessas novas ameaças, o papel tradicional das Forças Armadas é colocado de lado. Para que investir em defesa? Para que investir em equipamentos? Para que investir no preparo tradicional, se o emprego das nossas Forças Armadas deve ser outro?

Então, olhando para o passado, a gente percebe claramente que, quando as Forças Armadas se envolveram com questões domésticas, fizeram-no exatamente como foram preparadas para fazê-lo: identificando o inimigo e combatendo em uma guerra. Militar é preparado para a guerra.

Por favor. Ainda que o inimigo interno não seja mais o guerrilheiro, o subversivo ou o delinquente político, mas sim o criminoso comum, continuará a ser um adversário que tem de ser o quê? Neutralizado com os meios e métodos com os quais o militar foi instruído. Ilusório é acreditar que em operações de combate à criminalidade, em que os militares federais, ou seja, Exército, Marinha e Aeronáutica, venham a atuar, o bandido será percebido como um cidadão imerso na delinquência. Não será. O criminoso é o inimigo. A formação do militar é para combater o inimigo desde sempre. Não queiram que se mude a percepção de um determinado grupo que foi doutrinado, formado e preparado para ter outra.

Aí, eu gostaria só de trazer, para fechar, a percepção de alguns especialistas que têm tratado do tema.

Professor Doutor João Rodrigues Arruda, Auditor da Justiça Militar. Só para lembrar a observação do Professor Arruda, “o que se tem observado, nos últimos anos, é a banalização do emprego das Forças Armadas para enfrentar problemas policiais. É de se indagar como fica autoestima do militar, vendo as Forças Armadas transformadas em força auxiliar das polícias militares, em completa inversão dos papéis”.

O que mais? Dois membros do Ministério Público Militar, que também acompanham essas questões. “Tão

grave quanto determinar a intervenção nos Estados sem obediência ao rito constitucional é amesquinhar as Forças Armadas, transformando-as em forças auxiliares das polícias militares, em completa e inaceitável inversão dos papéis. E cabe a uns e outros, mesmo porque, nos termos constitucionais, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares é que são as forças auxiliares de reserva do Exército.”

E ainda, segundo o nosso ex-Ministro da Justiça e atual Governador do Estado do Rio Grande do Sul, “a experiência de substituição da polícia pelas Forças Armadas no enfrentamento do crime organizado, como está acontecendo no México, é totalmente desastrosa – desastrosa para o Exército, para a segurança pública e para a população. Não há exemplo onde isso tenha acontecido com sucesso, a não ser obviamente em ocupações de cidades em época de guerra”. Essa é a percepção do nosso ex-Ministro da Justiça e atual Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

E, para fechar, eu gostaria de trazer aos senhores, sempre voltando ao Império do Brasil, uma petição que foi endereçada pelo Clube Militar à então regente, Princesa Isabel, em 1887, quando buscavam atribuir outras funções aos nossos militares.

Senhora, os oficiais membros do Clube Militar pedem à Vossa Alteza Imperial vênica para dirigir ao governo imperial um pedido que é antes uma súplica. Eles todos [...] esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior [...] os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão [...]. Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã [...], em nome do vosso futuro e do futuro do vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão.

E, novamente, é hora de se fazer esse apelo. Não consentamos em desviar os nossos militares de sua nobre missão. Forças Armadas têm seu papel constitucional definido. E a esse papel elas devem ater-se.

Muito obrigado a todos. Eram essas as observações sobre o papel constitucional das Forças Armadas. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Joanival Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado da República, especialista em Forças Armadas.

Agora, para as considerações finais, passo a palavra ao General Rocha Paiva, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

O SR. LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA – Eu agradeço a oportunidade de participar desta Mesa e queria falar um pouco, ainda, sobre alguns detalhes que julgo importantes. Falei de ameaça, e a gente tem de considerar o que é ameaça e o que é problema, talvez para ficar um pouco mais claro.

Problemas podem afetar a segurança e a defesa, mas o País sabe que tem recursos próprios para fazer face a eles. A ameaça afeta a segurança e a defesa, mas o País tem dúvidas sobre se os recursos que têm são os que poderão fazer frente àquela ameaça. Um problema, se não cuidarmos dele muito cedo, pode transformar-se em ameaça.

Então, vejam aqui, neste *slide*, o que era a nossa faixa de fronteira antes de 1991: era tudo verde. A partir de 1991, com a reserva Ianomâmi e a partir de pressões políticas e econômicas e sem ameaça militar, o Brasil passou a criar várias terras indígenas não só no interior do País, como também na faixa de fronteiras, através de uma estratégia indireta de ações sucessivas.

E mostro que há pressão externa nisso, quando, na véspera da última reunião decisória do STF sobre a reserva Raposa Serra do Sol em terras contínuas, na última reunião, na véspera, à noite, o Presidente recebeu o príncipe herdeiro da Inglaterra, que é representante de uma ONG internacional e que tinha feito várias reuniões tanto na França como na Inglaterra, junto com parlamentares e lideranças indígenas, para que a reserva Raposa Serra do Sol fosse em terra contínua. Então, existe, sim, pressão internacional.

Vejam a nossa faixa de fronteira como está hoje.

O próximo *slide*, por favor. Esse próximo *slide* está meio desfigurado, porque não era para ser apresentado.

Nós votamos a favor da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas em 2007. Com isso, os indígenas em suas terras indígenas têm direito a autogoverno e à livre determinação de sua condição política. Tem direito a instituições políticas e a sistemas jurídicos próprios; a pertencer a uma nação indígena; a vetar atividades militares em terras indígenas; e ainda a aceitar ou não medidas legislativas administrativas da União.

Aí levanto o art. 46 dessa declaração, que diz que nenhum dos artigos da declaração pode ser levantado contra a soberania de um país. Mas se esquecem de citar o que está escrito no art. 42 dessa declaração, que diz o seguinte:

As Nações Unidas, seus órgãos [e lembro que um dos órgãos é o Conselho de Segurança, que decreta intervenções], [...] assim como os Estados, promovem o respeito e a plena aplicação das disposições da presente Declaração e velarão pela eficácia da presente Declaração.

E repetem “declaração” duas vezes. Então, se o art. 46 diz uma coisa, o art. 42 diz outra, principalmente se aquele país votou a favor daquela declaração.

A resolução da ONU de responsabilidade de proteger pode ser evocada. E no PNDH-3 diz o seguinte – isto está escrito no PNDH-3:

[...] propor e articular o reconhecimento de “status” constitucional de instrumentos internacionais de direitos humanos novos ou já existentes, ainda não ratificados.

Significa que, se isso acontecer, tudo isso que está aí vira constitucional, autonomia maior do que a dos Estados da Federação. Nós vamos atomizar a Federação, porque há mais terras indígenas do que Estados da Federação. E lembro que, se há terra, se há povo considerado nação e se há instituições políticas e jurídicas próprias, isso é um Estado-Nação. Aí que está a ameaça; ela surge dentro do país mesmo, está dentro PNDH-3.

Então, chamo a atenção para o cuidado que temos de ter.

Quanto ao emprego das Forças Armadas em outras atividades, não sou contra a que as Forças Armadas sejam empregadas em outras atividades. Há o momento necessário. Aquele momento de novembro do ano passado, quando elas entraram no Morro do Alemão, o Estado tinha perdido o controle da situação. Ali é justo que elas entrem, mas ficar lá mais de um ano, não. Isso não é admissível.

Exército, Marinha, Aeronáutica não são agências multitarefas. E aí o que começa a acontecer? Na segurança pública, estradas e aeroportos, no desvio das águas do São Francisco, na distribuição de água no Nordeste, elas podem estar em muitas dessas atividades, mas isso virou uma obsessão nacional.

Reparem bem: construir estradas, muito bem, mas existem estradas que são importantes para a infraestrutura de defesa: a Norte-Sul Ferrovia, para deslocamento estratégico; a Transnordestina; aquela estrada – não sei o nome – que vai de São Paulo a Cuiabá, dali uma perna para Santarém, lá na Amazônia, e outra para Porto Velho. Isso interessa para a defesa nacional. A BR-319. Isso interessa para a defesa nacional. Aí deveria estar a engenharia militar, e não nas outras obras, que são obras para empresa civil.

Com isso, o que acontece? Há quanto tempo, estamos desenvolvendo o projeto do novo caça da Força Aérea, o AMX? Há quantos anos? Há mais de uma década. E o submarino nuclear? Há mais de 40 anos. A Índia começou depois de nós e terminou o submarino nuclear antes. Houve uma época em que o submarino nuclear continuou, porque a Marinha usava recursos próprios para continuar. E os blindados do Exército? A nossa infantaria blindada, os nossos carros de infantaria

ria blindada têm mais de 40 anos. O Guarani, que vem, é infantaria blindada sobre roda, mecanizada, como é chamada. O nosso fuzil é de 60 anos.

E nós estamos entrando no núcleo do poder internacional e no centro do cenário de conflitos. Estamos entrando forte, politicamente e diplomaticamente, vamos dizer assim, só na área econômica ou na área de direitos humanos, porque isso é muito de discurso, mas na prática, se não houver aquela espada, que mostrei na estátua da diplomacia, não adianta só a diplomacia.

Apesar disso tudo, meus senhores, quero dizer o seguinte: sou militar da reserva, passei quase 40 anos no serviço ativo, e o militar que os senhores conhecem é dedicado, acredita na sua missão, esforça-se, é bem preparado dentro das limitações, porque ser bem preparado, sem ter os instrumentos para se preparar para o combate, é bem preparado de um lado. Quer dizer, ele não é adestrado em usar o equipamento moderno que não tem, mas é dedicado e formado em cima de valores que o põe na mais alta instância: o patriotismo, o dever, a lealdade, a integridade e a coragem. Isso os senhores vão ter de suas Forças Armadas, mesmo que seja para perder. Mas isso os senhores vão ter.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao General Luiz Eduardo Rocha Paiva pela sua participação.

Passo a palavra ao Dr. João Quartim de Moraes, Professor Titular da Universidade de Estadual de Campinas (Unicamp), para as suas considerações finais, agradecendo, mais uma vez, a presença entre nós de S. Ex^a Revm^o D. Lourenzo Baldisseri, da Nunciatura Apostólica do Brasil; de S. S^a Rafael Hidalgo Fernandez, Conselheiro da Embaixada de Cuba; do Sr. Davoud Rezaei, Segundo Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; o Coronel Dinesh, Adido de Defesa da Embaixada da Índia; o Capitão de Mar e Guerra Arianne Aracelis Adrián Arraiz, Adido Naval da Embaixada da Venezuela; o Embaixador João de Mendonça Lima Neto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; e a Ministra Cláudia Fonseca Buzzi Freire, Assessora Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Passo a palavra ao Dr. João Quartim de Moraes, Professor Titular da Universidade de Campinas, Unicamp.

O SR. JOÃO QUARTIM DE MORAES – Agradeço esta nova oportunidade e não pretendo abusar dela – ao contrário: serei brevíssimo.

O único ponto que gostaria de desenvolver, ainda que minimamente, concerne a uma fórmula que não é minha – não sei nem de quem é a autoria –, mas que foi retomada pelo ex-Presidente Lula e que considero

pertinente, considero uma fórmula que cumpre sua função ao sintetizar um objetivo de uma maneira compreensível para um público amplo: temos de mudar a geografia econômica do Planeta, essa é uma boa coisa. Temos de fazer isso, e o Brasil tem interesse nisso, é um sujeito ativo, um protagonista nesse processo de mudança da geografia econômica do Planeta.

Eu acredito que a definição de quem são nossos amigos, potenciais pelo menos, está vinculada a esse objetivo. Então, considero que nós, antes de mais nada, diante das dificuldades que já existem e de outras que possam aparecer, precisamos consolidar o Mercosul, esse bloco econômico do nosso subcontinente, sabendo que, embora seu estágio seja muito anterior, muito atrasado do ponto de vista institucional em relação à situação da União Europeia, a verdade, cruel para a União Europeia, é que eles deram um pulo muito maior do que as pernas.

Estamos vendo hoje a Grécia completamente à mercê de um tratado que ela adotou. E me vem uma comparação: está tão à mercê de um tratado que adotou, que lhe impunha uma moeda sobre a qual não tem poder decisório, quanto estava a Argentina no tempo da dolarização. São situações análogas. Não sei se a solução será a mesma. A Argentina resolveu, para o bem ou para o mal, saindo fora da dolarização. Será que a Grécia chegará lá? Isto é, será que vai restabelecer o dracma como moeda nacional, como única maneira de fazer aquele PIB crescer de novo? Estamos assistindo agora é a um espetáculo até aflitivo, a um estrangulamento lento, gradual e inexorável: aumenta o encargo da Grécia e o PIB diminui. Como é que eles vão pagar isso aí, ninguém sabe – ou a gente sabe que não vão pagar. Então, essa situação tem esse aspecto, parece-me, extremamente importante. Nós lutamos para uma nova geografia econômica do Planeta que favoreça o interesse nacional brasileiro, que é indissociável do interesse do povo brasileiro.

Há um número muito singelo, muito simples para dizer qual é o tamanho da caminhada. Não tenho dados exatos sobre o conjunto, não sei sobre os países mais periféricos da Europa Ocidental, inclusive sobre a própria Grécia ou Portugal, mas sabe-se que o salário-base para uma semana de quarenta horas na França, na Inglaterra, um pouco menos na Espanha e na Alemanha, gira em torno de €1 mil por mês. Esse é o piso, é a base. No Brasil, a despeito de todos os progressos que houve, é menos da metade disso – e olha que houve muitos progressos. Então, um patamar ou um critério dessa mudança da geografia está associado à capacidade aquisitiva de nosso povo em relação à dos países dominantes, é preciso que ela chegue um pouco mais perto dessa dos países dominantes.

Não estou dizendo que o problema se resume nisso, nós temos outros problemas gravíssimos. A questão do planejamento está ligada a uma mais geral – acho que o eminente colega não vai negar –, ao problema da educação, à péssima qualidade da educação básica no Brasil.

Recentemente, se me permitem narrar um episódio da vida concreta, eu estava no apartamento de uma amiga vendo um sujeito, um pedreiro, num ponto de apoio extremamente improvisado, correndo risco, quase pendurado na janela e sem a segurança de cordas. Eu lhe disse que alguma coisa poderia acontecer, e ele me deu uma resposta triste: “Se o senhor não falar nada, não acontece nada”. É isso, é a ideia de não saber lidar com probabilidades, com riscos, e ter uma resposta do tipo supersticioso: dá azar você apontar um perigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Dr. João Quartim de Moraes, Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, por suas considerações finais.

Retorno a palavra ao Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado da República, para essas mesmas considerações.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Obrigado, Presidente.

Pretendo ser breve, mas não poderia deixar de registrar que, se pensarmos nos BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China, os grandes países emergentes que, sem dúvida alguma, atuarão de forma muito direta no destino do mundo nos próximos anos –, chegaremos à conclusão de que apenas o Brasil trata sua defesa com grande descaso. Se analisarmos Rússia, Índia e China veremos que a preocupação com a defesa e com planejamento, até por razões geopolíticas, é uma preocupação essencial de sobrevivência. Nós não damos a devida atenção a essa questão. E a pergunta que fica é: até quando vamos tratar com tanto descaso a nossa defesa?

Defesa – se diz muito isso, já é um jargão – é um seguro, é um seguro que a nação paga e, cada vez mais, à medida que o Brasil busca um papel maior de protagonista no cenário internacional, tem que ter bem equilibrada essa relação que o Barão do Rio Branco dizia ser essencial em política externa. O Barão dizia, há cem anos, que política externa se faz com diplomatas e militares. Felizmente, temos diplomatas fantásticos, mas não são só os nossos diplomatas fantásticos que vão garantir a integridade e os interesses nacionais do Brasil no futuro.

O professor falou em educação. Sem dúvida alguma – o Senador Cristovam vive batendo nesse assunto,

tratando desse assunto, e já disse isso –, precisamos também de uma cultura de educação.

E uso o exemplo das Forças Armadas quando falamos de educação. Os militares brasileiros, e isso é um fato notório, são reconhecidos internacionalmente por sua alta qualidade, por seu alto nível profissional. Isso é um reflexo também da maneira também como o militar brasileiro vê a sua formação: pode faltar orçamento, pode faltar dinheiro para munição e para alimento, mas as Forças Armadas não abrem mão do orçamento para suas escolas militares. Equipamentos podem ser comprados de uma forma muito célere, mas a formação dos homens que vão usar esses equipamentos não se dá do dia para a noite.

Nós precisamos, sobretudo, investir nesse capital humano, mas não adianta só o investimento no capital humano se não dermos a esse capital humano, como bem lembrou o General Rocha Paiva, os recursos necessários para poderem desenvolver as suas habilidades.

Pensando novamente no futuro do Brasil, preocupa-me muito a pouca, a baixíssima atenção que dão à defesa. Gostaria de ver o País um pouco mais envolvido com essas questões. Isso é política de potência. Potência não precisa ser reconhecida, potência é. E não existe nenhuma grande potência no mundo que não tenha o seu setor de defesa desenvolvido e em condições de fazer frente aos seus objetivos nacionais e resguardar as ações de seus diplomatas em política externa.

Era basicamente isso.

Eu gostaria de agradecer a todos. Agradecer a oportunidade de estar trocando idéias com os senhores aqui.

Quero também agradecer o Coronel Montenegro pelo apoio, passando os nossos slides.

Muito obrigado.

Espero que possamos debater muito mais, nas próximas semanas, os assuntos de defesa porque essa é também uma função desta Comissão.

Parabéns, Presidente, porque há muito não víamos esta Comissão discutir defesa nacional. Aprovam-se embaixadores, discutem-se e aprovam-se tratados, mas a defesa nacional durante muito tempo foi deixada em segundo plano.

Agora, felizmente, nós temos essa preocupação nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Joanisval Brito Gonçalves, consultor legislativo do Senado da República.

Eu gostaria de agradecer aos senhores palestrantes, mas antes eu gostaria de fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, quero dizer que no último dia 29 de setembro Sua Excelência a Presidenta da República lançou no Palácio do Planalto, com a presença do Ministro da Defesa e dos comandantes das três Forças e de várias autoridades, o Plano Nacional de Reparelhamento e Modernização das Forças Armadas brasileiras.

Isso demonstra a preocupação que o Governo brasileiro está dando, a partir de agora, a esse de extrema relevância para o nosso futuro, como é a defesa nacional.

Nos últimos anos os governos brasileiros se dedicaram intensamente a resolver o problema crônico da inflação, que penalizava muito as classes menos favorecidas, e a realizar um grande programa de uma envergadura jamais vista na história contemporânea do mundo de inserção no mercado de trabalho e de consumo de 30 milhões de brasileiros que antes viviam no chamado nível de pobreza. Foram 30 milhões dos 190 milhões de brasileiros, desses 30 milhões que saíram da linha de pobreza e ingressaram no mercado de trabalho.

Isso foi um grande esforço e, naturalmente, uma prioridade primeiríssima para qualquer governo, que é a de dar atenção e de dar condições de vida àqueles seus nativos, àqueles seus filhos. Isso o Governo brasileiro fez.

Em relação ao papel das Forças Armadas na história brasileira, como aqui já foi dito, sempre as Forças Armadas pontificaram em momentos importantes da nossa história, questionadas em alguns momentos, mas sempre com sua participação de muita importância.

E agora, com a sua destinação constitucional vem sendo observada rigorosamente pelos nossos militares, briosos militares, obedecendo ao poder civil, emanado da Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, exercido pela Senhora Presidenta da República e pelo Sr. Ministro Civil da Defesa, por coincidência, um diplomata. Aqui já foi dito, eu concordo plenamente – todos nós haveremos de concordar – que diplomacia e defesa nacional andam *pari passu*, uma não pode existir sem a outra ou não pode prescindir da outra.

Em relação à questão de estarmos preparados para alguma ameaça e de onde virá essa ameaça, acredito que não há nenhum país no mundo que tenha a capacidade técnica, a capacidade de despende recursos infinitos, de investir também sem limites na sua defesa, na construção de suas cabeças pensantes na área militar do que os Estados Unidos da América. Então, eles poderiam prever várias coisas que não previram.

Por exemplo, a questão daquela tragédia das torres gêmeas, o protocolo americano, quando foi acio-

nado e foi visto que alguma coisa de errado estava acontecendo, foi seguido o protocolo e o que o protocolo dizia? Que os caças americanos deviam levantar voo imediatamente e ir em direção ao mar porque, pelo planejamento deles, qualquer ataque que tivesse como objetivo o território dos Estados Unidos da América viria do mar, quando estava acontecendo em terra.

No episódio da Primavera Árabe, os Estados Unidos da América não conseguiram, da mesma forma, com todos os seus analistas trabalhando e se esforçando, prever o que aconteceria num país como o Egito, aquelas manifestações a que todos nós assistimos na Praça Tahrir. Nesse dia da primeira forte manifestação, eu ouvi quatro declarações diferentes da secretária de Secretária de Estado americana, Sr^a Hillary Clinton, sobre os episódios que estavam ocorrendo naquele momento no Egito.

A primeira declaração dela foi que o Presidente Mubarak era um aliado, um amigo e que deveria se manter no poder. A segunda declaração, com o agravamento da questão, foi de que, realmente, ele deveria iniciar algumas mudanças. A terceira declaração foi de que, realmente, se deveria pensar em mudanças, também, na ordem política e constitucional. E a quarta declaração, nas mesmas 24 horas, foi de que o Presidente Mubarak deveria deixar o poder.

Então, é muito difícil nós, no Brasil ou em qualquer país do mundo, termos a ideia exata, salvo exceções de praxe, sabermos de onde vêm os ataques. Hoje, o mundo está confuso e globalizado.

Aqui já foi dito também que na Constituição de 46 da Itália está escrito que não pode ser utilizado o seu território para permitir ataque a nenhum outro país. Adicionando a isso, ou com base nesse artigo da constituição italiana, há também um tratado, assinado em 2008, entre o governo líbio e o governo italiano, o Tratado de Benghazi, e nesse tratado existem dois artigos. Um deles dizendo que Roma se obriga a compartilhar os seus planos militares com Trípoli – vejam a profundidade e a extensão disso. O segundo ponto, reafirmando o que diz a constituição italiana, de que Roma se compromete a não permitir que suas bases sejam usadas para atacar ou atingir o território líbio.

E, no momento em que se decidiu dessa forma, que até hoje nos indagamos, vamos poder continuar vivendo assim no mundo? Em que as decisões são tomadas unilateralmente, passando por cima de pau e de pedra, e vamos, digamos, fazer e atacar, e fica por isso mesmo?

Então, esses tratados todos que existem, na realidade, são meras peças de ficção. E aí nós entramos na complexidade do mundo de hoje, e o que o Brasil, o Governo brasileiro, a diplomacia brasileira vêm per-

seguindo junto com países e economias emergentes é uma mudança nesses organismos multilaterais que nasceram lá atrás, em 1945, em Bretton Woods, que estão inteiramente defasados, inteiramente defasados.

As Nações Unidas, que são o fórum, por sua configuração, poderíamos dizer, mais “democratizado” de tantos fóruns quantos existem, fazem, por seu Secretário-Geral, aquilo que as grandes potências dominantes decidirem fazer.

Temos hoje os cinco membros permanentes com poder de veto, e essas modificações todas que nós, países emergentes, desejamos implementar estão sendo muito dificultadas pelo veto que colocam ao prosseguimento desses entendimentos. Mas alguma coisa precisa ser feita. Este não é o mundo que nós vislumbrávamos há poucos anos, no final do século XX, para o século XXI.

Nós não imaginávamos que o século XXI fosse iniciado com tantas guerras. Imaginávamos que a guerra do século XXI fosse a guerra comercial, a busca por mercados; imaginávamos que as grandes contendas se dariam no âmbito da Organização Mundial do Comércio; que os grandes pontos objetos dessas contendas seriam para que os mercados de países economicamente mais fortes pudessem se abrir para os produtos de países emergentes e, daí, haver um clima para uma convivência pacífica. Infelizmente, isso não foi possível, isso não tem sido possível.

Mas há que se notar também que há um detalhe muito importante: há um novo ingrediente nesse processo, que é a mobilização da sociedade, muito ajudada pelo advento da Internet. Isso tem sido algo que vem fazendo com que os governos, sobretudo os governos com esse cacoete de invadir, de intervir, que eles repensem suas posições, uma vez que, nesses países que vivem em regimes democráticos, suas próprias sociedades estão se rebelando e colocando em risco as eleições dos presidentes que eventualmente estejam ordenando ou determinando que essas invasões e que esses ataques sejam feitos. Ou seja, a própria sociedade está fazendo com que a democracia – fique clara para todos os seus membros – quem são os atores que estão por trás de uma ação armada e que, portanto, não merecem, democraticamente, ser reconduzidos ou eventualmente podendo merecer caso o ânimo belicista não se faça tão presente.

É importante também que se note que por mais armamentos que se tenha, por mais poderosa que seja uma armada, uma força terrestre, uma força aérea, nós temos hoje esse outro elemento que é fortíssimo, que é o chamado ciberterrorismo ou ataque cibernético. Ataque cibernético que já foi considerado pelo Pentágono, recentemente que qualquer ataque cibernético

o governo americano vai entender como um crime de guerra. E quem está preparado para se defender de algum ataque cibernético?

Então, trata-se de outro patamar no campo da defesa que nós, em algum momento, teremos que alcançar, de preferência o quanto antes. Isso sem desmerecer, naturalmente, o que o Governo brasileiro vem fazendo em relação à nossa defesa nos padrões tradicionais – no último dia 29, com a assinatura pela Presidenta da República de uma medida provisória, determinou-se o reaparelhamento e modernização das Forças Armadas brasileiras.

É muito importante que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possa abrir esse círculo de debates e audiências públicas, uma vez que o Governo brasileiro é absolutamente transparente em relação às questões que são tratadas em suas diversas áreas de atuação. Todos nós estamos plenamente conscientes de que vamos fazer um esforço, até com muito gáudio para cada um de nós, brasileiros, que vemos em nossas Forças Armadas o repositório da confiança que se pode ter em homens corretos, leais, como aquelas qualidades aqui levantadas pelo General Rocha Paiva há pouco, e que são a representação exata do que significa o militar brasileiro aos olhos da nossa população. Vamos fazer esse esforço. O Congresso Nacional está absolutamente empenhado para apoiar tanto a nossa diplomacia quanto as nossas Forças Armadas, para que sejam cada vez mais fortes e melhor preparadas, para que possamos lutar nesse mundo difícil que estamos vislumbrando nos dias de hoje.

A nossa diplomacia, já foi dito aqui de sua competência e de sua capacidade. Por outro lado, também temos de verificar que nós, países emergentes – o Brasil pontificando como um desses países –, não somos aqueles que, por exemplo, estamos causando esses dissabores – para usar um termo mais ameno – ao mundo. Não fomos nós que causamos a crise em 2008, crise que está causando esses transtornos ao Planeta em escala global; não fomos nós, países emergentes, que criamos a crise de 2010-2011.

A União Europeia está às voltas com problemas seriíssimos. Para que os senhores tenham uma ideia, a Grécia, junto com Portugal e Irlanda, representam 3% do PIB da União Europeia, são apenas 3% e estão causando esse problema. A Espanha tem 6% do PIB da União Europeia; a Itália detém 25% do PIB da União Europeia. Por isso, a grande preocupação com essa questão da Grécia – o problema de Portugal já está mais ou menos superado, e a Irlanda é um caso à parte, que a gente não consegue focar corretamente o que está acontecendo, está em *default*, mas parece que vive num planeta diferente do nosso. Daí a

preocupação de que essa questão da Grécia não se alastre, seja resolvida, para que não cause um efeito dominó e se alastre, porque a queda de confiança nas outras economias que estão também com algum tipo de dificuldade poderá, aí sim, trazer problema maior.

Mas nós sabemos que a União Europeia tem condições de resolver esses problemas, tem condições e vai resolvê-los. É claro que isso será feito à custa de um enorme sacrifício. Imagino o que a população da Grécia esteja hoje sofrendo, e nós sentimos muito por isso. Mas não tenho dúvida alguma de que a União Europeia, de que o Banco Central europeu, de que a Alemanha – que, aliás, deu agora uma demonstração extraordinária. Porque, vejam, antes, quando a Chanceler Angela Merkel tomava as decisões de ajuda, de aumentar a participação de recursos alemães na ajuda aos países que estavam com problemas financeiros, ela vinha sendo sempre recriminada pelo Bundestag. Perdeu várias eleições seguidas, inclusive numa região na qual o seu partido tinha primazia na eleição de seus candidatos nos últimos 40 ou 50 anos. Então, ela disse que não iria mais tomar nenhuma decisão de *per si*, que só tomaria decisões ouvindo o Bundestag. E, na primeira vez em que o Bundestag foi ouvido, com a sua base de apoio parlamentar dividida ao meio, ela obteve uma vitória espetacular, como ela nunca havia obtido ao longo desses últimos quatro ou cinco anos. O Parlamento alemão percebeu que, sem a ajuda da Alemanha, a União Europeia não subsistiria. Naturalmente, está aí o interesse comercial, tendo em vista que o maior mercado consumidor de produtos alemães é a própria Comunidade Européia e, então, há que se salvar a Comunidade Europeia.

Isso é diferente do que aconteceu nos Estados Unidos, quando o grupo incrustado no grupo republicano, o chamado Tea Party, numa atitude que beira a irresponsabilidade, não deu apoio ao presidente americano, que ficou extremamente enfraquecido diante dessa posição. Isso se somou aos problemas em que o governo americano se envolveu. Aliás, esse é o grande problema dessas intervenções militares, porque a gente sabe como começa, chega, coloca, e vai para lá, vai para cá, mas se sai de lá, como se faz para sair de lá.

Então, essa crise econômica que hoje todos nós estamos sentindo na pele não fomos nós, países emergentes, que a criamos; foram, exatamente, os países mais ricos, aqueles que sempre souberam tudo. É interessante isso. Posso falar – sou economista também –, perdoem-me outros economistas aqui presentes, mas nós, economistas, nenhum de nós – a não ser um determinado economista –, previu a possibilidade da crise do *prime*, do mortgage, em 2008. Somente

um economista no mundo previu isso, e não foi um economista americano.

Então, essa questão da previsibilidade também é muito difícil sabermos. Nós podemos estudar, mas, quando menos a gente espera o problema militar pode vir dali, o problema econômico pode vir dacolá. Veio agora essa questão da Comunidade Européia; novamente os Estados Unidos estão numa situação muito difícil, porque, quando para aquela máquina, aquela máquina americana para de produzir e de crescer, o mundo todo, de alguma forma, é afetado.

A questão da participação da China, que é esse elemento novo na economia mundial e na correlação de forças, é muito importante. A China hoje está presente em 48 dos 54 países do continente africano. A China está investindo recursos, está cativando futuros mercados e está tendo uma atuação muito discreta neste cenário de agora, mais candente do ponto de vista econômico.

Enfim, a questão que também foi aqui colocada, da legislação das Nações Unidas em relação às reservas indígenas. À época em que eu era Presidente da República, demarquei a área chamada área lanômami.

Pois bem, nessa área lanômami foram demarcados, se não me engano, oito milhões de hectares – não me lembro o número exato, mas tem um oito e é uma área muito extensa. O que aconteceu nessa área de bom? Depois da demarcação, é a área da Amazônia que vem sendo menos atacada pela devastação. É verdade que há um interesse internacional, o Brasil desperta cobiça. Claro que desperta, e desperta cobiça a floresta amazônica, desperta cobiça por sua biodiversidade; desperta cobiça agora o pré-sal. Sem dúvida, temos de estar preparados para defender qualquer tipo de olho gordo em cima dessas nossas riquezas.

Mas a influência que vem de fora é uma influência que, eu diria, em parte é boa e sincera e, de outra parte, não é tão sincera, embora possa vir com uma capa bonita, por dentro, trata-se de tirar algum tipo de proveito. Cabe a nós, povos do Planeta, no caso do Brasil já que estamos falando da Amazônia, sabermos o que vai ser bom e o que não vai ser bom.

Em relação à Reserva lanômami, foi uma decisão que tomei, e aqueles que me conhecem sabem que sou absolutamente inflexível a qualquer tipo de pressão. Pode haver a maior pressão do mundo, mas faço aquilo que acho que devo fazer, aquilo que me comprometi a fazer, que me comprometi a realizar.

A propósito, há um livro que foi lançado recentemente, um livro que é basicamente um diálogo entre o atual Ministro da Saúde Alexandre Padilha com o Dr. Adib Jatene, que é um grande médico, um grande cardiologista brasileiro. Numa parte do livro – perdo-

em-me esta citação, mas é para mostrar que não sou apenas eu que falo –, o atual Ministro pergunta a Adib Jatene, que foi meu Ministro da Saúde e foi Ministro da Saúde do ex-Presidente Fernando Henrique: “Como foi sua relação com o Presidente Collor?” Ele responde: “Muito boa, muito boa, sobretudo porque eu conversava com o Collor num dia, resolvíamos o que fazer, os recursos que precisavam ser empregados e, no dia seguinte, ligava-me o Ministro Marcílio para dizer que estava com os recursos determinados pelo Presidente para serem destinados ao Ministério”. Aí ele pergunta: “E com o Presidente Fernando Henrique?” A resposta – desculpe-me o Presidente Fernando Henrique – era: “Com o Presidente Fernando Henrique as conversas eram ótimas também, só que ele se comprometia a fazer as coisas e acabava não fazendo nada daquilo que havia se comprometido a fazer”. Cito isso apenas para dizer que a decisão que tomei em relação à reserva Ianomâni foi uma decisão que tomei de *sponte próprio*; não teve nenhuma outra influência que não fosse minha própria questão de ver de que precisávamos fazer algo para... Nada melhor do que chegar e chamar aqueles – os chamados povos da floresta – para tomarem conta dali e acabar com aquela evolução rápida da devastação da floresta como estava acontecendo.

Já hoje tivemos uma boa notícia de que foi reduzido em 38% o desmatamento da floresta amazônica. Dizer que toda essa preocupação ambiental é um a preocupação que diz respeito a cada um de nós.

Foi falado aqui sobre a questão de áreas que serão agriculturáveis, dentro de pouco tempo, em função do degelo das calotas polares, do aumento do nível da água dos oceanos... Mas isso vai trazer mais terras agriculturáveis e vai ser alvo da cobiça. Eventualmente poderá ser, mas temos de pensar do outro lado, que isso também causará o desaparecimento de inúmeros países que são hoje ilhas. Inúmeros países! E povos que terão de se deslocar para outros lugares.

A rainha Sílvia, da Suécia, quando esteve aqui em visita recente ao Brasil, ela esteve aqui em visita oficial ao Senado, estávamos no gabinete do Presidente José Sarney, conversávamos um grupo de Senadores e ela nos disse que o Presidente das Maldivas havia participado, recentemente, de um circunlóquio com cientistas, a convite do rei Carlos Gustavo XIV, em um navio quebra-gelos nas imediações do Ártico. Eles estavam discutindo e conversando sobre as questões das mudanças climáticas. Ele convidou também o presidente de algumas dessas ilhas, dentre eles o Presidente das Ilhas Maldivas. O Presidente das Ilhas Maldivas a certo momento disse-lhes: “Muito bem, Sua Majestade, Senhores, eu estou achando muito interes-

sante a discussão, mas enquanto os senhores estão aqui discutindo o meu país está afundando.”

Então, essas questões todas é que temos de colocar no balanço e verificarmos que no próximo ano, maio a junho do ano que vem, estaremos realizando aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, especificamente, a Conferência Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Gostaria de aproveitar da presença de representantes de países amigos, aqui sediados em Brasília, da importância que nós emprestamos à presença de delegações no seu mais alto nível, de todos os países, e que estejam comprometidos – como estamos todos, porque é nossa casa este Planeta e nós temos de fazer tudo para salvá-lo – e que essa representação realmente se faça no seu mais alto nível.

Esse ciclo de audiências, portanto, para tratarmos da questão da defesa nacional, inserida no contexto internacional, teve início na última quinta-feira, com a audiência pública em que estive presente S. Ex^a o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim. Demos sequência, hoje, tratando do papel das Forças Armadas em sua missão constitucional, atividades operacionais, função social, serviço militar obrigatório ou voluntário. E estaremos continuando com esse ciclo de audiências na próxima segunda-feira, no dia 17 de outubro, em que estaremos tratando do painel: Estratégia Nacional de Defesa, Reaparelhamento das Forças Armadas, Indústria Bélica, Aquisição de Armas e Transferência de Tecnologia – algo que para nós é fundamental.

Nós estamos agora também, como os senhores sabem, na compra de novos caças para a Força Aérea. Tem três países, três interessados na licitação: França, Suécia e os Estados Unidos. Estaremos tratando desse assunto com a presença do Dr. Cláudio Augusto Joaquim Moreira, Consultor da Abimde; do professor Professor Gunther Rudzit, da Fundação Armando Álvares Penteado, Coordenador do Curso de Relações Internacionais; do General Mattioli, do Departamento de Produtos de Defesa; e do professor Darc Antonio da Luz Costa, do BNDES.

Eu deixo aqui, mais uma vez, um convite a todos as senhoras e senhores, representantes – embaixadores e embaixadoras – ou representantes de países que queiram estar presentes, o que nos darão sempre muito prazer e muita satisfação.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de V. Ex^{as}. Mais uma vez agradecendo a presença de S. Ex^a Reverendíssima, D. Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico no Brasil; S. S^a Rafael Hidalgo Hernandez, Conselheiro da Embaixada de Cuba, seja sempre muito bem-vindo a esta Comissão; ao Sr. Davoud Rezei, Segundo Secretário da Embaixada da

República Islâmica do Irã, ao Coronel Dinesh, Adido de Defesa da Embaixada da Índia – companheiro que somos nos BRICs, ao Capitão de Mar e Guerra, Arianne Aracelis Adrián Arraiz, Adido Naval da Embaixada da Venezuela, ao Embaixador João de Mendonça Lima Neto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos e, em especial, aos nossos convidados: General Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, ao Dr. Joanesval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado da República, especialista em Forças Armadas, ao Dr. João Quartim de Moraes, professor titular da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, pela importante contribuição que aqui ofereceram.

Informo que amanhã, às 9h, neste Plenário, a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida por S. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, realizará audiência pública para debater o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no dia 08 de junho passado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff – mais uma preocupação do governo brasileiro com a questão da defesa nacional.

Participarão dessa audiência pública, amanhã, às 9h, a Sr^a Renata de Sousa Furtado, da Coordenação Geral de Assentamento Prévio da Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Sr^a Miriam Medeiros da Silva, da Coordenação Geral de Acompanhamento da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, do Gabinete de Segurança Institucional, o Sr. Olavo Noleto Alves, Subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, além de um representante do Ministério das Relações Exteriores. Por fim, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para nossa próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 06 de outubro, quinta-feira próxima, às 10h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Com meus agradecimentos, mais uma vez, a todos que aqui compareceram, declaro encerrada a presente reunião. Boa-noite.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 28 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia seis de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Luiz Henrique**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **José Agripino**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Lindbergh Farias**, **Marcelo Crivella**, **Clésio Andrade**, **Rodrigo Rollemberg**, **Ana Amélia**, **Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Justificam a ausência os Senadores **Cristovam Buarque** e **Paulo Bauer**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 45ª e 46ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. O Presidente inicia a apreciação da pauta.

Item 1 – Mensagem (SF) nº 117, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.*”. O indicado é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. A reunião é tornada secreta às onze horas e vinte e dois minutos e reaberta às onze horas e vinte e cinco minutos. **Resultado:** A mensagem foi apreciada.

Item 2 – Mensagem (SF) nº 120, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.*”. **Relatora:** Senadora **Ana Amélia**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 178, de 2011, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações – OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.*”. **Relator “Ad Hoc”:** Senador **Sérgio Souza**. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria.

Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 185, de 2011, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Cooperação*

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.”. Relator “Ad Hoc”: Senador **Cyro Miranda**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 186, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.*”. Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 6 – Ofício “S” nº 57, de 2011-CRE**, de autoria do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que “*Solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna – Suíça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.*”. Relator: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 7 – Requerimento nº 619, de 2011**, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que “*Requer, nos termos do art. 223 combinado com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de censura a ser registrado nos anais do Senado Federal com vistas a repudiar o assassinato do jornalista venezuelano Wilfred Ojeda.*”. Resultado: aprovado parecer pela aprovação do requerimento, na forma de voto de solidariedade ao povo e à classe dos jornalistas venezuelanos. **Item 8 – Requerimento nº 48, de 2011 – CRE**, de autoria dos Senadores **Luiz Henrique** e **Blairo Maggi**, que “*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, com a finalidade de debater os diagnósticos às estratégias para o atendimento da necessidade, premente, de se modernizar as Forças Armadas, bem como o orçamento e planejamento para os investimentos no âmbito do Exército, Marinha e Aeronáutica. Para tanto, sugerimos sejam convidados para a primeira das audiências, as seguintes autoridades: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Comandante do Exército Brasileiro; Comandante da Marinha do Brasil; Comandante da Força Aérea Brasileira; Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.*”. Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Blai-**

ro Maggi, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti e Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e catorze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – **Senador FERNANDO COLLOR**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 45ª e 46ª Reuniões.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados.

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para justificar, de certa forma, hoje temos que sair em missão com os nossos colegas relatores e Presidente da Comissão de Orçamento, que está fazendo audiências nos Estados, com as bancadas. Só queria justificar que o Senador Aníbal, titular, e eu, suplente desta Comissão, estamos prejudicados na reunião de hoje, tendo em vista que temos que nos deslocar junto com os nossos colegas Senadores e Deputados, para fazermos essa audiência pública sobre o Orçamento 2012, no Acre. Isso, de certa forma, prejudica fortemente a nossa participação aqui, especialmente a minha relatoria no item 3.

Então, solicitaria a V. Ex^a que, caso o meu tempo se esgote aqui na Comissão, pudesse V. Ex^a designar algum colega como relator *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Naturalmente sua solicitação será atendida, e todos nós entendemos que o acúmulo de trabalho que recai sobre os ombros de cada um de nós, Senadores, faz com que não possamos ter o poder da ubiquidade, de estarmos presentes em vários locais ao mesmo tempo. Sem dúvida, a missão que foi confiada a V. Ex^a e ao Senador Aníbal Diniz é de muita relevância e de bastante envergadura para justificar a ausência de V. Ex^a hoje, a partir de determinado momento, de nossa reunião. Mas que façam uma boa viagem e que a reunião seja muito proveitosa.

Comunicados.

Resumo da audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, realizada no último dia 29 de setembro de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2011, e Requerimento nº 60, de 2011, da Comissão de Agricultura, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 17, de 2011, e Requerimento nº 97, também de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal, Lei nº 4771, de 1965, com a presença dos seguintes representantes do Parlamento amazônico: Deputado Messias de Jesus, Presidente do Parlamento amazônico; Deputado José Luís Schafer, Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos estaduais – Unale; Deputado Freire Júnior, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins; Deputado Ribamar Araújo, representando a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; e Deputado Hélio Soares, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Essa reunião foi presidida por S. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, e por S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

O Deputado Messias de Jesus apontou a necessidade de iniciativas que busquem a integração regional e nacional, preservando a biodiversidade amazônica e as populações nativas. Acrescentou que esse processo há de considerar as particularidades dos diversos biomas que compõem a Amazônia, flexibilizando-se as exigências legais de acordo com a necessidade de cada uma delas.

Ao final, salientou a necessidade de grandes investimentos do Governo Federal na região e sugeriu o uso do fundo especial dos recursos do pré-sal, para tanto.

O Deputado José Luís Schafer, ressaltando as diferenças entre os vários Estados brasileiros, disse defender a legislação estadual como solução para a questão do Código Florestal. Dito isto, o convidado argumentou que a preservação das florestas implica em uma renúncia às atividades produtivas. O Acre, exemplificou ele, tem 45% de seu território com potencial agrícola, mas é obrigado a destinar 85% para a conservação.

Assim, indagou sobre formas de compensação para esses Estados mais pobres, sugeriu como possíveis soluções o incentivo ao turismo na região, inclusive com permissão de funcionamento de cassinos, e um fundo de participação estadual verde.

O Deputado Ribamar Araújo disse achar que o Brasil é o único país do mundo que legisla para impedir a população de trabalhar. Lembrou que o Estado de Rondônia, há trinta anos, tinha as suas florestas intactas, mas tinha produção econômica inexpressiva em relação ao País e à região. Hoje, com o desenvolvimento da agropecuária, é um dos Estados mais pujantes do País. O Estado de Rondônia, enfatizou o Deputado, encontrou na agricultura e no desflorestamento as bases do seu desenvolvimento.

Ao concluir, disse esperar que o Senado Federal, na questão do Código Florestal, tivesse a mesma sensibilidade, a mesma sabedoria e o mesmo senso de brasilidade que teve a Câmara Federal.

Para o Deputado Hélio Soares, o mais importante será trabalhar a mentalidade humana, de modo a aperfeiçoar o espírito de preservação e mudar o paradigma de desenvolvimento predatório para um decrescimento sustentável e criativo. Terminou enfatizando a necessidade de aprovação de um novo Código Florestal, e lembrando a importância da Amazônia.

O Deputado Freire Júnior inicialmente destacou o problema da insegurança jurídica para os produtores rurais mencionados, como exemplo a proibição, por decreto, do cultivo da cana-de-açúcar e os conflitos de competência entre órgãos estaduais e federais.

O convidado afirmou ser necessário o Senado Federal aprovar o Código Florestal tal como veio da Câmara, sob pena de prejuízos para a Região Norte e para o País.

O Deputado Manoel Pioneiro afirmou que a Constituição Federal permite a cada Estado aprovar seu próprio Código econômico-ecológico; enfatizou a propriedade de soluções particulares, citando o exemplo do Estado do Pará, dividido em três grandes regiões, sendo uma delas já ocupada há mais de 200 anos, completamente antropizada; outra com ocupação recente e incentivada por políticas públicas da década de 70. O Deputado lembrou que a terceira região já possui Código econômico-ecológico, mas que a aprovação dos restantes aguarda decisão do Senado sobre o Código Florestal.

Este é um pequeno resumo da audiência pública.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer a íntegra dessa audiência pública poderão solicitar à Secretaria desta Comissão.

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para um breve comentário, Sr. Presidente, penso que é absolutamente parte integrante da democracia que conquistamos no Brasil, mas devo dizer que, até como um dos relatores do Código Florestal, estamos ouvindo todos aqueles que têm algo a contribuir no aperfeiçoamento

de uma política que o Brasil implementa já há algum tempo. E V. Ex^a, que teve o privilégio, como Presidente, de trazer para o Brasil a Rio-92, teve a sua parcela de contribuição muito importante em estabelecer uma agenda contemporânea já do Século XXI, ainda no século passado, em relação ao trato de um tema tão importante, que é a questão ambiental. Mas estamos abertos, fazendo audiências quase que diariamente, às vezes duas por dia, na busca de encontrarmos a melhor solução para o aperfeiçoamento do texto do Código Florestal votado na Câmara.

Mas nos deparamos com situações que, no mínimo, como acreano, como amazônida e também como relator, tenho que fazer um breve registro de termos posições sobre o desenvolvimento de Estados da Amazônia completamente desvinculado dos propósitos que o próprio País busca, já há alguns anos. O Brasil tem procurado fazer correção na política de desenvolvimento da Amazônia; tem tido até algum sucesso, porque temos reduzido o desmatamento ao longo da última década, especialmente, saindo de 27.000 km² de desmatamento anual para 6 a 7.000 km², e não posso, como a representante do Acre, aceitar que um diagnóstico sem conhecimento de causa possa compor e componha os anais, e assim é parte da democracia, mas pelo menos que fique a minha ressalva oral de que metade do Acre tem vocação agrícola. Foi com muita luta que conseguimos conservar a nossa maior riqueza, que são nossas florestas, nossa biodiversidade.

A vocação do Acre é florestal; queremos que o Brasil avance nesse propósito de estabelecer políticas para que as florestas possam se consolidar como um ativo econômico para o nosso País, é uma vantagem comparativa que o Brasil tem, e não ao contrário.

Mas isso é parte do debate que estamos fazendo aqui, estou seguro que, com a ajuda das Senadoras e Senadores, o Senado vai fazer o aperfeiçoamento nesse texto do Código Florestal e estabelecer maior segurança para aqueles que querem seguir produzindo nas áreas com aptidão agrícola, estabelecendo segurança jurídica para essa atividade tão importante para a economia, para a agenda social do Brasil e, ao mesmo tempo, compatibilizar com um aperfeiçoamento da legislação brasileira – já que estamos às vésperas da Rio+20 –, para que o Brasil siga se firmando com autoridade perante o mundo, como um exemplo de um país que sabe ser gestor do patrimônio que temos o privilégio de guardar, que é a nossa biodiversidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado a V. Ex^a pela intervenção. Senador Jorge Viana, um dos principais relatores do novo Código Florestal, um instrumento importantíssimo para

o manejo correto da nossa terra, dos nossos biomas, enfim, tenho acompanhado o trabalho de V. Ex^a e sei da sua dedicação para que o Senado da República tenha condições de submeter ao Plenário e depois, deliberando sobre essa questão, um Código Florestal à altura das expectativas não somente da população brasileira, mas da sociedade planetária.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O segundo comunicado é o relato da audiência pública com o Ministro da Defesa.

Ao dar início ao 3º Ciclo da Agenda de debates sobre os Rumos da Política Externa brasileira, desta feita com o tema “Defesa Nacional”, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promoveu, na última quinta-feira, dia 29 de setembro, audiência pública com o Exmo. Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, para tratar do tema “Orçamento de Defesa e a Modernização das Forças Armadas Brasileiras” e a “Participação Brasileira no Haiti”.

Sobre o orçamento e a modernização das Forças Armadas, o Ministro considerou que a defesa nacional será tão mais robusta quanto conte com o apoio do conjunto da sociedade, o que se reflete no apoio de seus representantes eleitos.

No passado, segundo ele, o Brasil se preocupava muito mais com seus vizinhos que com a segurança internacional, *lato sensu*. Hoje, essa realidade mudou inteiramente, já que o Brasil se projeta cada vez mais no plano externo. Nas palavras do Ministro, “não temos qualquer temor em relação aos vizinhos com os quais cooperamos fortemente. Não podemos conceber mais nossa defesa como o fizemos naquela época. Há necessidade de termos em conta que um país tão importante quanto o Brasil não pode ser visto por seus parceiros como um Estado indefeso, incapaz de garantir ele próprio a sua soberania. Para tanto, faz-se necessário construirmos capacidade dissuasória crível, nosso País não pode delegar a defesa a terceiros”, disse o Ministro da Defesa.

E continuou tratando da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente Lula, em 2008. Ele disse que essa estratégia balizou as grandes prioridades em termos de aquisição de armamento por parte das três Forças, em curto, médio e longo prazos.

O documento aponta os setores nuclear, espacial e cibernético como focos prioritários de investimento. Por isso, é necessário oferecer à indústria nacional condições mínimas de competitividade, o que será concretizado pela Presidenta Dilma Rousseff por meio de envio da medida provisória ao Congresso, que institui a lei de produtos de defesa.

De acordo com o Ministro Celso Amorim, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece forte vínculo com

o desenvolvimento do País e o fortalecimento de sua defesa, do qual deriva a definição política de robustecer a indústria de material de emprego militar brasileira.

É muito reduzido o volume de recursos disponível para a modernização das Forças Armadas, asseverou o Ministro, uma vez que o pagamento de salários, aposentadorias e pensões tem girado em torno de 75% do total do orçamento de Defesa, nos últimos dez anos. Ou seja, somente com o pagamento de salários, aposentadorias e pensões, isso consome cerca de 75% do total do orçamento de Defesa nos últimos dez anos, o que significa que o que resta para reinvestimento ou investimento para o reaparelhamento e modernização das três Forças é muito pouco.

A seu turno, o custeio vem se situando na casa dos 12%, o investimento em apenas 8% e os encargos com dívidas em 5% do total. Colocando em perspectiva comparativa o orçamento de Defesa brasileiro, constata-se que o volume total de recursos investidos é baixo, como proporção do PIB, vem se mantendo em um patamar médio de 1,5%, desde a redemocratização. A média mundial é, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisa Sobre a Paz, de Estocolmo, de 2,6%. Esta é a média mundial de investimentos que os países realizam em suas Forças Armadas; o Brasil investe 1,5%.

Considerando os países dos Brics, temos uma média, excluindo o Brasil, de 2,65; sendo que a Rússia investe 4,4%; a Índia, 2,8; a China, 2,2; e a África do Sul, que mais assemelha com o nosso patamar de investimento, em 1,3%. Isso sem levar em conta o fato de que o tamanho significativo do Produto Interno Bruto da China e Índia faz com que, em termos reais, os seus orçamentos sejam bastante maiores que o brasileiro.

Em 2011, o orçamento das Forças Armadas Brasileiras alcançará cerca de 1,38 do Produto Interno. Prevê-se uma ligeira melhora em 2012, ano em que o orçamento estará situado ao redor de 1,39 do Produto Interno, dos quais 17,7 bilhões destinados a custeio, investimento e dívida. Ainda assim, ressaltou o Ministro, muito longe do ideal.

Segundo ele, com o investimento atual não somos capazes sequer de manter em condições aceitáveis os níveis de disponibilidade dos meios operativos que possuímos e de treinar adequadamente o nosso pessoal. Isso significa, em termos assim mais populares, que, com esse investimento, não temos condições de fazer com que nossos aviões levanten voo, com que nossos navios possam navegar, com que nossos equipamentos terrestres possam trafegar. Isso é uma grave deficiência que precisamos superar rapidamente.

Isso aponta, continua o Ministro, para a inadiável necessidade de formularmos um mecanismo diferen-

ciado para o orçamento da Defesa, de modo a garantir a continuidade do fluxo de recursos para os projetos prioritários, essenciais para o País. Sem isso, não seremos capazes de conferir sustentabilidade de longo prazo à indústria nacional de material de emprego militar, realidade evidenciada, no passado, pelos grandes atrasos registrados nos programas do Submarino Nuclear e do Veículo Lançador de Satélites.

O Ministro registrou assim sua expectativa de apoio do Congresso na recomposição dos valores solicitados pelo Ministério da Defesa para seus programas, quando da votação do Orçamento de 2012. Disse ainda torcer para que as condições macroeconômicas permitam que não haja contingenciamento no próximo ano.

A seguir, destacou os principais projetos em andamento na sua Pasta, iniciando pela Marinha.

Agora farei uma leitura resumida, comunicando às Sras e Srs. Senadores que a íntegra da audiência pública já está à disposição de S. Ex^{as} na Secretaria desta Comissão.

Como dizia, a seguir o Sr. Ministro Celso Amorim destacou os principais processos em andamento na sua Pasta, começando pela Marinha, que tem em andamento o Programa de Submarinos e o Programa de Obtenção de Meios de Superfície, que pretende dotar a Marinha de cinco fragatas de seis mil toneladas, cinco navios-patrolha oceânicos e um navio de apoio logístico.

No que se refere ao Exército, entre os principais projetos, o Sr. Ministro apresentou o seguinte: aquisição do blindado Guarani, que é um projeto desenvolvido com a Iveco, cuja fábrica se encontra em Minas Gerais, especificamente em Sete Lagoas. Prevê-se a aquisição, em vinte anos, de 2.044 unidades desse blindado, que contará com elevado nível de nacionalização e cuja patente pertence ao Exército Brasileiro.

Também em relação ao Exército, há o projeto de Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o Sisfron, que é um complexo sistema de vigilância e monitoramento de fronteiras terrestres que abará desde o Amapá até o Rio Grande do Sul e será crucial para aumentar a capacidade de gestão do Estado brasileiro sobre a faixa de fronteira.

Também, ainda, um projeto do Exército, do Centro de Defesa Cibernética, que ainda está em fase inicial de implantação e constitui uma iniciativa extremamente importante para a estruturação de uma rede nacional de proteção cibernética.

O projeto Astros 2.020, que visa a equipar o Exército com sistema de mísseis e foguetes de longo alcance de até 300 quilômetros de alta performance, servirá como potente instrumento de dissuasão e po-

derá ser empregado na defesa da plataforma continental brasileira.

Dentre os programas da Aeronáutica, destacou S. Ex^a o Sr. Ministro a modernização dos P3BR, execução de serviços de revitalização e modernização de nove aviões de patrulha marítima P3 Orion, da FAB, e de um total de 12 adquiridos no ano de 2000 do acervo da Marinha dos Estados Unidos.

Projeto HXBR, que é um projeto pioneiro de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas. O projeto é marcado pela transversalidade, pois permitirá o reequipamento das aviações das três Forças e capacitará a indústria aeronáutica brasileira para o desenvolvimento e produção de aeronaves de asas rotativas.

Prevê-se a aquisição de cinquenta helicópteros EC725, que já começaram a ser entregues, conhecidos na FAB como H36, além de simuladores de voos, suporte logístico e transferência de tecnologia em diversas áreas ligadas à produção e manutenção de helicópteros.

Ainda como projetos da Aeronáutica, o projeto FX2. Iniciado em 1995 e retomado em 2007, o comando da Aeronáutica decidiu pela aquisição de uma plataforma de múltiplo emprego, que, em longo prazo, será a espinha dorsal da aviação de caça brasileira.

Operacionalmente, o FX2 visa a substituir os Mirage F2000, F5M e A1M, com finais de vida útil previstos, respectivamente, para 2013, 2021 e 2023. Ou seja, nossos caças já a partir de 2013 começaram a não ter nenhuma capacidade operacional. Ou seja, não poderão mais levantar voo e cumprir com as finalidades para as quais foram adquiridos.

O projeto KC390, também da Aeronáutica, faz parte do projeto KCX, que é o desenvolvimento e a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e, eventualmente, substituir as aeronaves KC130 da FAB.

Em 2009, o Comando da Aeronáutica assinou contrato com a Embraer para o desenvolvimento e fornecimento de protótipos da aeronave denominada KC390.

O voo do primeiro protótipo está previsto para 2014 e a conclusão do desenvolvimento da aeronave, para 2016.

Além da aquisição de 28 aeronaves para a FAB e de mais cerca de 40 para os parceiros internacionais do projeto – Argentina, Chile, Colômbia, Portugal e República Tcheca –, projeta-se um mercado endereçável mundial de setecentas aeronaves para 77 países, sendo a fatia de mercado para as futuras vendas do KC390 de pelo menos 250 aeronaves.

O projeto VLS – está em andamento o VLS1 –, que é o primeiro veículo lançador de satélites desenvolvido no Brasil. O objetivo do projeto é desenvolver e qualificar um veículo lançador de satélites capaz de inserir um satélite de 125 quilos em órbita circular equatorial a uma altitude mínima de 200 quilômetros com inclinação de 25 graus.

Por fim, o Ministro da Defesa citou ainda como relevantes os seguintes projetos para os quais não há previsão de recursos na proposta orçamentária de 2012, embora sejam também de muita importância: o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que é o sistema de comando, controle e monitoramento de importância capital para a vigilância de nosso litoral, tanto em sua vertente de defesa quanto de salvaguarda da vida humana no mar e de prevenção de ilícitos em nossa costa; a aquisição de meios de artilharia antiaérea, projeto ainda em discussão no âmbito do Ministério da Defesa, mas que é de extrema importância, em face do grave sucateamento dos meios antiaéreos existentes no Brasil.

E, por fim, com relação ao Minustah, a missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, S. Ex^a o Ministro Celso Amorim anunciou que as tropas brasileiras deverão reduzir gradativamente seu contingente no Haiti. Ele disse textualmente: “Não podemos ficar lá para sempre, mas também não podemos sair de forma irresponsável”.

Na avaliação do Ministro, a realização da segunda eleição presidencial do Haiti sem qualquer conflito é uma prova de que os haitianos podem começar a controlar o próprio país: “Será bom para eles”.

Disse o Sr. Ministro que a retirada gradual das tropas brasileiras do Haiti não significa, em momento nenhum, um descompromisso do Brasil com a recuperação total desse país, mas sim uma forma de dar oportunidades aos haitianos de conduzirem seu próprio destino.

O Brasil comanda as tropas de paz da ONU no Haiti, desde 2006, ao lado de outros países. Atualmente, mais de 2,2 mil soldados brasileiros encontram-se naquele país. Até o início de 2012, a ONU espera retirar 1,6 mil soldados, sendo apenas 250 brasileiros. Proporcionalmente, a retirada dos nossos soldados, segundo o Ministro, será mais lenta que a dos demais países que fazem parte da força de paz.

O terremoto ocorrido, no ano passado, no Haiti gerou atraso na retirada das tropas do país, que ainda tem cerca de 600 mil pessoas desabrigadas, do total inicial de um milhão que perderam suas casas durante a tragédia.

A tropa brasileira tem ajudado não apenas na segurança, mas na reconstrução do país.

O Ministro aproveitou ainda a oportunidade para agradecer a rápida atuação do Congresso Nacional na aprovação de autorização para o envio de navio da Marinha do Brasil, que irá servir de capitânia da Força-Tarefa Marítima da Unifil, força interina das Nações Unidas no Líbano, reforçando o crescimento do prestígio do Brasil. Pela primeira vez, a embarcação de comando e o comandante de uma força integrada por países do Primeiro Mundo são brasileiros.

Concluindo, disse o Ministro que a melhoria do padrão orçamentário do Ministério da Defesa é uma necessidade premente, por se tratar de fator-chave para a implantação dos projetos contemplados na estratégia nacional de defesa.

Tendo em conta relação entre defesa e desenvolvimento nacional, ressaltada pela eleição do setor como uma das áreas prioritárias da nova política industrial do Governo, ficam claros os benefícios sociais gerados pelo investimento em defesa.

A isso agrega-se o papel de destaque que o Brasil ocupa no plano internacional, o que não permite que continuemos a ter Forças Armadas precariamente equipadas para o cumprimento de suas funções e atribuições constitucionais.

Como terceiro comunicado...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Fernando Collor, não pude ouvir esse relato de S. Ex^a o Ministro da Defesa naquele dia em função de estar presidindo uma avaliação da Copa do Mundo. Por isso, deixei a pergunta, e ele respondeu na hora à mais urgente.

Fiz alguma pergunta sobre a questão dos aviões militares, porque fizemos algumas audiências públicas com as empresas fornecedoras. Houve alguma referência a respeito da agenda, a respeito dessa questão da compra pela Aeronáutica?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ele informou... Isso está no texto. Como disse a V. Ex^{as}, eu li rapidamente, porque foi uma longa audiência pública. A íntegra está à disposição de V. Ex^{as} para leitura mais atenta, mas eu poderia adiantar que ele está apenas aguardando a decisão do Governo brasileiro, em termos de...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – (...) folga orçamentária, para que essa compra possa ser realizada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ok. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Terceiro comunicado: conjuntura internacional.

A Europa e sua frágil situação econômica monopolizam, no momento, as preocupações e a atenção de todos os analistas internacionais, o que parece ser perfeitamente razoável, dadas as consequências para a economia mundial de uma desorganização dos países da zona do euro, a começar pela perda de liquidez de seu sistema bancário.

Contudo, creio ser necessário, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerar também a conjuntura do nosso contexto geográfico mais próximo, a América do Sul.

Nossas economias cresceram 5% no primeiro semestre deste ano. Em 2010, o continente era considerado incapaz de escapar da espiral inflacionária apenas algumas décadas atrás, mas, mesmo assim, contribuiu com meio ponto percentual para o crescimento da produção global, o que é relevante.

De fato, em grande medida, as nossas economias resistiram relativamente bem à recessão de 2008. Certamente, vivemos o quadro em que nossos indicadores macroeconômicos são mais vigorosos que os dos países desenvolvidos.

Desta feita, porém, uma recessão das economias centrais, com a consequente diminuição da demanda asiática e a inevitável queda dos preços de nossas *commodities* seria um desafio muito superior, que dificilmente atravessaríamos com tanto garbo.

E alguns dados dão bem conta das possíveis consequências negativas para a América do Sul. O preço do cobre, principal exportação do Chile e do Peru, respectivamente o maior e o segundo maior produtores mundiais, caiu 27% neste ano. A soja, que representa ¼ das exportações da Argentina, registrou uma queda de preço no valor de 11%. Fica, assim, claro que num cenário mais agudo o déficit em conta corrente da região sofreria uma inflexão indesejável.

No campo político, no ano de 2012, acontecerão eleições nos Estados Unidos, na França e, numa coincidência que só acontece a cada 20 anos, também a transição de liderança na China.

No nosso entorno, a Argentina e a Venezuela também enfrentarão processo eleitorais. Ademais de saudável exercício da democracia, esses processos, inevitavelmente, lançam incertezas no mundo financeiro e tendem a acirrar disputas latentes nas respectivas sociedades. E não estamos em escassez desses enfrentamentos. Um rápido panorama do arco de nossas fronteiras indica a existência de pontos críticos em diversos de nossos vizinhos.

No Paraguai o Presidente Lugo enfrenta uma oposição tenaz, não conta com o apoio do Congresso e verificam-se episódios de contestação armada ao governo. Ali, tem tido uma ação pontual o movimento clandestino Exército do Povo Paraguaio (EPP), que é um embrião de um movimento guerrilheiro. A situação de saúde do Presidente Lugo, a demandar cuidados, também adiciona um grau de preocupação. A fronteira comum e a presença dos chamados brasiguaios são fonte de constante atenção dos governos brasileiro e paraguaio, com alternância de momentos de mais e menos tensão.

Na Bolívia, o enfrentamento político entre o Altiplano e a Meia-Lua, chamada *Media Luna*, parece ter arrefecido. Porém, o Presidente Morales vive agora um momento de intensa contestação vinda de sua própria base de sustentação. O desastrado episódio da repressão à marcha de indígenas que protestam contra a construção de rodovia, que atravessa o Parque Nacional de norte a sul, insuflou as comunidades tradicionais, os sindicatos e os mineiros contra o governo já combalido com os violentos protestos registrados no início de 2011, por conta da tentativa de aumento do preço dos combustíveis.

Greves se sucedem e grave instabilidade política tomou o país. O Presidente foi obrigado a retroceder e receberá no Palácio de Governo as lideranças em marcha a La Paz.

A estrada, como se sabe, é projeto longamente acalentado pelos sucessivos governos bolivianos de diferentes matizes políticos e vem sendo executada por empresa brasileira com financiamento do BNDES. Com isso, o Brasil, involuntariamente, foi levado ao centro da arena, com acusações de variadas índoles, antes reservadas à potência hegemônica.

No Peru, com o Presidente Humala, assiste-se ao início do governo de um mandatário que, certa feita, esboçara traços de protagonismo “bolivariano”, mas que, instalado no poder, dá mostras de uma mescla de política econômica conservadora, aliada a políticas sociais inclusivas, a exemplo do que experimentamos no Brasil.

Preocupa – e muito – o ressurgimento do movimento guerrilheiro Sendero Luminoso, debelado anos atrás com a prisão anos atrás de seu Líder Abimael Guzmán, mas que volta a atuar nas províncias andinas daquele país. É sinal da reinstalação do narcoterrorismo nos moldes das Farc, em mais uma região da Amazônia ocidental. O Sendero Luminoso não atua na região fronteira do Brasil, concentrando suas atividades desta feita na parte central do Peru enquanto EPP, esse embrião de movimento guerrilheiro no Pa-

raguai, atua no norte deste país, do Paraguai, que é muito próximo à nossa fronteira.

Com o Equador verifica-se uma saudável e bem-vinda normalização de relações. À luz de desentendimentos acerca da construção de hidrelétrica, a situação tomou tal envergadura que o Governo brasileiro foi obrigado a chamar o seu embaixador de volta ao Brasil, mas hoje vivemos um momento completamente diferente. Com a retomada das visitas de alto nível, o nosso chanceler Antonio Patriota esteve em Quito não faz muito tempo e projetos de cooperação bilateral tomam alento.

Nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aqui no Senado contribui para esse processo ao aprovar, de forma expedita, a adesão do Brasil ao Unasul, cuja sede é em Quito, a tempo de coincidir com a visita do chanceler brasileiro. Foi um gesto muito apreciado pela parte equatoriana e serviu como mais um elemento de distensão das relações bilaterais.

As dificuldades experimentadas entre a Colômbia e a Venezuela, em nossa fronteira mais ao norte, felizmente diminuíram significativamente com a atuação do Presidente Juan Manuel Santos. A continuada ação das Farc, na Colômbia, com repercussão na faixa de fronteira tanto do Brasil quanto da Venezuela e o anunciado processo eleitoral neste último país, a realizar-se em outubro de 2012, são dados que indicam a possibilidade de recrudescimento de conflitos.

Quanto à disputa eleitoral que se realizará na Venezuela, é importante lembrar ser a democracia Venezuela das mais antigas do continente e um processo eleitoral, transparente, aberto, isento e sem casuísmos, é da maior relevância para toda a América do Sul e para o futuro da nossa integração regional.

Esse rápido giro por nossa América do Sul está a demonstrar que devemos estar mais atentos às questões dos países que nos cercam, devemos estar prontos a prestar solidariedade e ser solicitados a ajuda que pudermos aportar, a exemplo do que já fazemos no Haiti. As notícias diárias de uma possível deterioração da crise financeira na Europa, a estagnação econômica do Japão e a insatisfatória *performance* da economia americana, são o pano de fundo com o qual devemos analisar o arco de instabilidade sul-americano e avançar soluções e propostas de políticas para reforçar a integração regional e proteger essa década de sucesso econômico e de progresso social duramente conquistados por nossos povos.

Dando início à pauta do dia de hoje, passemos ao nosso primeiro item.

ITEM 1**– Não terminativo -****MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2011**

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *No dia 29/09/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.*

Convido, para que tome assento à Mesa, ao tempo em que lhe dou, em nome dos integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas, o Embaixador João de Mendonça Lima Neto, indicado para os Emirados Árabes Unidos.

Sr. Embaixador João de Mendonça Lima Neto, V. Exª pode iniciar a sua exposição, dispondo dos 15 minutos habituais para fazê-la.

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO –

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, gostaria de dividir a minha apresentação, talvez, em três partes.

Primeiro, falarei rapidamente sobre a minha vivência no Vietnã, onde foi o meu último posto, e, depois, sobre o meu próximo posto, caso meu nome mereça a aprovação dos senhores.

Quando cheguei ao Vietnã, há 4 anos, mais ou menos, tinha uma ideia do país bem diferente do que encontrei. A visão que eu tinha era de um país pobre, de um país quase miserável, que ainda estava vivendo as feridas da guerra. Ao chegar ao Vietnã, encontrei um país em pleno desenvolvimento, obstinado na luta pelo desenvolvimento.

De fato, desde o início do processo de renovação de sua economia, em 1986, o Vietnã tinha passado a ostentar uma taxa de crescimento de 7% ao ano. Com isso, o país tinha saído da condição de economia centralizada, de uma economia pobre, importadora de alimentos, para uma economia aberta, exportadora e em desenvolvimento.

Estou deixando um Vietnã, hoje, tendo saído dessa parte de pobreza para uma economia emergente, já entrando em uma fase de desenvolvimento.

E, segundo seus planos, o Vietnã pretende ser uma economia industrializada até 2020.

Em outras palavras, eu mesmo tinha uma imagem distorcida da realidade do Vietnã. Por isso mesmo, achei que o trabalho que eu tinha de fazer na Embaixada era, antes de mais nada, o de buscar a divulgação da imagem do Brasil, para superar a falta de conhecimento mútuo.

Fiz isso por meio de um esforço intenso de divulgação da imagem na mídia, em projetos culturais, nas universidades, nas academias e, naturalmente, em feiras, exposições, buscando a promoção do produto brasileiro.

Depois de quatro anos no Vietnã – acredito que os resultados em parte devido ao que eu fiz, na realidade, muito pouco, mas, em parte, ao trabalho dos dois Governos –, deixo um Vietnã com uma relação muito mais densa, mais abrangente e um diálogo mais estreito.

Hoje, o Vietnã é um grande parceiro do Brasil em várias áreas. Mais recentemente, o Vietnã aprovou, foi favorável à candidatura do Graziano para a FAO, foi favorável à candidatura do Robério Silva para a Organização Internacional do Comércio, foi favorável à candidatura do Embaixador Gilberto Sabóia para a Corte Internacional de Justiça, também foi favorável à nossa candidatura para a Ecosoc. Em outras palavras, o Vietnã tem sido um bom parceiro para o Brasil e, sobretudo, na área comercial, talvez seja um bom exemplo também, as nossas trocas aumentaram expressivamente. Entre 2007, pouco antes de eu chegar, e agora, as trocas saíram de 450 milhões ao ano e vamos terminar este ano em 1,2 bilhão, o que é um aumento expressivo.

Portanto, o Vietnã foi um posto extremamente desafiador, extremamente interessante e, acho que os resultados foram extremamente positivos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com licença, Sr. Embaixador João de Mendonça Lima Neto.

Pela ordem, ouço S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª que, se possível, abrisse a votação. Temos, hoje, vários assuntos na Casa e o quórum também está caindo rapidamente, e talvez possa ficar prejudicada a votação do Embaixador.

Assim, eu gostaria que, se possível, nós pudéssemos abrir já a votação para dar encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi. Coloco à deliberação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a abertura do processo de votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A solicitação de S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, que o Plenário acaba de aprovar, está de acordo e conforme o §4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Declaro, portanto, aberto o processo de votação e volto a palavra a S. Ex^a o Embaixador João de Mendonça Lima Neto, para continuar a sua exposição.

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre os Emirados Árabes, eu gostaria de dividir a apresentação em duas partes: primeiro, sobre os condicionantes da política externa dos Emirados, para, depois, falar sobre os trabalhos que espero fazer na Embaixada, caso, evidentemente, seja aceito o meu nome por esta Casa.

Nessa linha, creio que é importante identificar, inicialmente, algumas características que distinguem os Emirados Árabes na região.

Em primeiro lugar, o fato de estarmos falando de um país pequeno, tanto em termos territoriais, como em termos populacionais. Aliás, em termos populacionais, os Emirados contam com 8,2 milhões de habitantes, dos quais 7,3 milhões são estrangeiros.

Esse é um ponto importante que, depois, a gente vai analisar.

Em segundo, estamos falando de um país com um único recurso natural: o petróleo. Esse petróleo permitiu que os Emirados saíssem de uma região, saísse de uma situação de quase pobreza absoluta, com as tribos do deserto, para se transformar, em termos de *per capita*, na nona economia do mundo, com um *per capita* de US\$49,6 mil por ano.

Em terceiro, estamos falando de uma região altamente instável, com países, que circundam os Emirados, que estiveram, no passado ou no presente, em conflito. Refiro-me ao Iraque e ao Irã.

E, quarto, o fato de os Emirados se destacarem na região pela tranquilidade, considerado o contexto da Primavera Árabe.

Não quero dizer que não há motivo para preocupação, porque eu acho que esse é um ponto importante. A crise econômica mundial afetou os Emirados, sobretudo Dubai, rompendo a bolha imobiliária que existia na cidade.

Ao mesmo tempo, o embargo contra o Irã reduziu sensivelmente as transações comerciais com aquele país. Vale a pena lembrar que 1/3 das exportações de Dubai eram para o Irã.

Também existem bolsões de desemprego, sobretudo nos Emirados mais pobres, do norte do país: Ras al-Khaimah e Fujairah. Esse bolsão, hoje em dia, para todo os Emirados é de 4,2%, mas nessas regiões chega a 14%.

Essas seriam, portanto, fontes de tensões que devem ser levadas em consideração.

De qualquer maneira, essas condicionantes obrigam os Emirados a buscar na área externa, primeiro, a cooperação das grandes potências para garantir sua segurança. Ao mesmo tempo, os Emirados são levados a privilegiar, por razões de história, de religião e culturais, os países do mundo árabe e islâmico, e, particularmente, a buscar a concertação com esses países em fóruns árabes, como a Liga Árabe e o Conselho de Cooperação do Golfo.

Ainda por questões de segurança e muito em função das necessidades econômicas, os Emirados Árabes hoje buscam aumentar o horizonte de países com os quais mantêm relações, e aí o Brasil tem uma relação especial.

O que estou procurando mostrar é que os Emirados, não obstante o fato de serem um País relativamente pequeno, exercem um papel interessante e importante para o Brasil.

Com base nessas breves considerações, a Embaixada – eu acredito – deverá dar as seguintes prioridades.

Primeiro, por razões da própria diplomacia, a temas políticos. As relações do Brasil com os Emirados são relações sólidas, amistosas, sem contenciosos. Pelas características do país, os Emirados se colocam como um ponto de observação do que está ocorrendo em toda a região. Isso é interessante para nós. E ao mesmo tempo, pelos seus múltiplos interesses, os Emirados podem e são de fato, mas podem constituir uma espécie de facilitador da nossa relação com outros países árabes.

Em segundo lugar, porém não menos importante, devemos dar prioridade à crescente cooperação na área econômica. De fato, o comércio bilateral entre o Brasil e os Emirados Árabes está crescendo de maneira expressiva. No ano passado, chegou a US\$2 bilhões e o Brasil obteve um superávit de 1,6 bilhão. Contudo, nossas exportações estão muito concentradas. Para se ter uma noção clara disso, três produtos – açúcar, pedaços de galinha e minério de ferro – correspondem a 50% das nossas exportações. Ao mesmo tempo, temos várias centenas de produtos de maior valor agregado que representam pouco na nossa pauta, mas que são indicativos de um potencial. Também vale ter em mente que hoje em dia os Emirados Árabes importam praticamente tudo, num valor de US\$160 bilhões por ano.

Eu também acredito que devemos dar importância à área de investimentos. Os Emirados Árabes contam com fundos soberanos para ajuda ao desenvolvimento e para investimentos que hoje são da ordem de US\$600 bilhões. Isso pode ser um ponto importante para nós.

Por fim, acredito que, ainda na área econômica, devemos dar prioridade à área de turismo. Os Emirados têm, sobretudo Abu Dhabi e Dubai, megaprojetos na área de infraestrutura de turismo. Hoje, já contamos com voos da Emirados para o Brasil. Portanto, acho que devemos fazer um trabalho tanto na área de Brasil como destino turístico, como também Brasil para atrair investimentos nessa área.

Uma outra área que acho que é extremamente importante, à qual nós devemos dar importância, é a da cooperação do Brasil em terceiros países. Os Emirados Árabes, hoje em dia, dedicam cerca de 1% do PIB para ajuda ao desenvolvimento.

Esses recursos – são quase US\$30 bilhões – estão sendo voltados, sobretudo, para países árabes mais pobres. Eu acho que existe possibilidade de buscarmos sinergias com a nossa agência de cooperação.

Por fim, acho que um dos trabalhos importantes da Embaixada deve ser também voltado para a comunidade brasileira. Hoje em dia, em Dubai nós temos cerca de 2 mil brasileiros, empresários trabalhando em várias empresas brasileiras. A Apex tem escritório, o Banco do Brasil tem escritório, várias empresas como a Vale, Itaú, Odebrecht, Queiroz de Galvão, Marcopolo têm escritórios lá. Temos brasileiros como pilotos, aeromoças e pessoal trabalhando na área de hotelaria.

O apoio à comunidade constitui uma das prioridades do nosso trabalho. E acredito que devemos ter... Hoje em dia, temos na Embaixada um escritório comercial em Dubai. A minha intenção é dar a esse escritório também uma atribuição consular, para que seja capaz de atender corretamente à comunidade brasileira.

Essas são, Sr. Presidente, algumas das ideias que espero levar adiante caso meu nome mereça a aprovação dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Sr. Embaixador João de Mendonça Lima Neto, indicado para a nossa representação nos Emirados Árabes Unidos.

Pela ordem de inscrição, passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia para as indagações que houver por bem fazer ao Embaixador João de Mendonça Lima Neto. Em seguida, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Embaixador, agradeço as informações, principalmente as curiosidades sobre o Vietnã.

Eu só queria saber do avanço que houve no caso do Vietnã, por curiosidade apenas. O senhor falou que passou de 450 milhões para 1,2 bilhão de dólares. É superavitário para o Brasil ou para o Vietnã?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Nós estamos, hoje em dia, praticamente equilibrados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, o senhor mencionou, no caso dos Emirados Árabes, que dos 8,3 milhões de habitantes mais de 7 milhões são estrangeiros. São árabes também? São de que países? Quais as nacionalidades desse contingente? Ou é muito cosmopolita, ou seja, há de tudo lá?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Na realidade, há de tudo. Uns 15% são indianos. Há filipinos; uns 15% são iranianos também, mas o resto é de todo o mundo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E a relação econômica Brasil/Emirados Árabes?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Hoje em dia essa relação é crescente. Nós já contamos com uma série de empresas lá fazendo negócios. A Apex, em particular, tem um depósito alfandegário em Dubai, o que nos permite fazer um trabalho ainda maior lá dentro. Com o Banco do Brasil lá, evidentemente, a parte de financiamento de exportações e de importações, isso também ajuda.

Existe interesse em expandir esse relacionamento, sobretudo na área de investimentos. Acredito que isso deva ser um trabalho que eu preciso fazer.

O Ministro Miguel Jorge, o Ministro Fernando Pimentel e o Secretário Executivo do MDIC estiveram lá recentemente, falando sobre questão de investimentos. Esse é um assunto que parece que está progredindo. Evidentemente, eu gostaria de trabalhar nessa área.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para terminar, Embaixador, o senhor mencionou que, do seu ponto de vista e da diplomacia brasileira, da política externa, seria importante a intensificação de ações políticas.

Que tipo de ações o senhor vislumbra como recomendáveis nesse processo?

É a minha última pergunta.

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Eu acho que é sob dois pontos de vista.

Eu falei dos condicionantes da política externa dos Emirados. Um dos condicionantes é o fato de eles privilegiarem as relações com outros países árabes e mulçumanos. Por exemplo: eles estão investindo muito na Malásia, na Indonésia.

Eu acho que existe a possibilidade de fazermos um trabalho juntos. A nossa Agência Brasileira de Cooperação e eles podemos fazer trabalho juntos em outros países onde nós temos interesses e onde

eventualmente eles possam ter interesses. Eu penso, particularmente, no caso do Sudão, um país árabe onde nós já temos alguma coisa nessa área. Esse é só um exemplo.

Eu acho que o diálogo do Brasil com os países árabes é de interesse, isso tem repercussões não somente na região, na nossa região, mas também nas Nações Unidas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora, satisfeita com a resposta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim. Muito obrigado.

Passo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, prezado Embaixador João de Mendonça Lima Neto, eu tenho uma curiosidade, primeiro, porque percebo que V. Exª tem tido um desempenho notável por ter sido Cônsul-Geral em Xangai, Embaixador no Vietnã, e agora vai para os Emirados Árabes Unidos, mas noto que estudou economia na Universidade Internacional de Tóquio. Então, fico imaginando, tenho essa curiosidade: quantas línguas asiáticas o senhor, de alguma maneira conseguiu dominar e quais são elas? E se no Vietnã também aprendeu a língua lá falada, e se na China se aprendeu também, além... Imagino que tenha aprendido também um pouco de japonês. Então, poucos brasileiros, a não ser aqueles de origem... O senhor não é de origem asiática?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Não, não...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, que razões levaram-no a estudar no Japão e, depois, imagino que por alguma afinidade especial, o Itamaraty o designou para países da Ásia, onde teve uma experiência tão significativa no Vietnã, de quatro anos, depois de ter estado na China.

Eu gostaria muito que pudesse aqui nos brindar com uma avaliação de algo que é importante, e aqui eu me refiro tanto ao Vietnã quanto aos Emirados Árabes Unidos. Como o senhor sabe, o Vietnã resultou de um país que estava dividido, parte tinha uma relação muito forte com os Estados Unidos da América, a outra com a União Soviética e a China, então governada pelo partido comunista, mas que depois de enfrentar a maior potência, os Estados Unidos, conseguiu ser vitoriosa na guerra e daí unificou-se com uma parte do país que tinha, sobretudo, uma economia de mercado *versus* uma economia sobre o planejamento, imagino,

centralizado como os da antiga União Soviética e a República Popular da China.

Ao mesmo tempo, desde que aconteceu a unificação do Vietnã, a própria China passou a ter muitos elementos, nessa fase de rápido desenvolvimento, de muita cooperação e investimentos internacionais, mas ainda que o seu sistema político tenha se mantido ainda relativamente bastante fechado em relação ao que nós entendemos como democracia.

Por outro lado, surge uma curiosidade da nossa parte sobre em que medida o Vietnã, que conforme o senhor nos informou, está tendo um bom grau de desenvolvimento econômico, com taxa de crescimento da ordem de 7% etc., mas como está, digamos, o avanço das instituições democráticas do processo de eleições? Como está a questão relativa à liberdade de imprensa? No Vietnã, até porque ali havia o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte, que se uniram, em que medida as instituições ali levam em consideração as influências e também essa aspiração de todos pela democracia?

E, obviamente, eu gostaria de também pedir a sua avaliação, embora não tenha convivido ali, mas se, pelo que pôde estudar até agora dos Emirados Árabes Unidos e diante do fenômeno que aconteceu nos países árabes neste ano, qual seja, a chamada primavera dos países árabes, com enorme mobilização em países vizinhos ou na região dos países árabes, como a Síria, a Líbia, o Iêmen e outros, um grande vento de aspiração democrática, em que medida isso, de alguma forma, influenciou os Emirados Árabes Unidos?

Qual a natureza do governo dos Emirados Árabes Unidos? Trata-se de um sistema com sete emirados, não é? Como se escolhe ali o chefe de governo e em que medida funcionam lá as instituições democráticas? E como estão esses ventos de aspiração democrática influenciando os Emirados Árabes Unidos?

Minha curiosidade, Presidente, é no que diz respeito ao que acontece no Vietnã, porque me parece muito inovador. Ontem, quando me visitou, o Embaixador João de Mendonça Lima Neto contou fatos muito interessantes do que ali ele aprendeu, e acho que seria interessante que pudesse aqui nos transmitir algumas dessas informações e perspectivas.

Permita-me, presidente, fazer aqui um registro. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional repercute os fatos de grande relevância internacional. Eu até farei hoje à tarde requerimento de pesar e de homenagem ao Sr. Steve Jobs, um homem que ajudou a transformar muito do que acontece no planeta Terra, com todos nós, seres humanos. Aqui mesmo, no Senado Federal, desde o momento que ingressei aqui – V. Exª era Presidente da República – o que aconteceu de transformação nas nossas comunicações! Foi

no Governo de V. Ex^a que, pela primeira vez, comecei a acionar o Siafi. Por três meses se interrompeu; daí fiquei assistindo todos os dias e passei a acessar o Siafi. Hoje, temos a Internet, que não tínhamos. O celular, o iPod, iPad e tudo aquilo. E este Sr. Steve Jobs teve uma extraordinária capacidade de ajudar nesse desenvolvimento.

Eu queria até fazer uma recomendação aqui. Outro dia, por recomendação de amigo, assisti pelo *You Tube* à palestra que ele fez por ocasião da graduação dos estudantes, em 2005, da Universidade de Harvard. Quero recomendar a todos os amigos, ao Presidente Fernando Collor, ao Embaixador: assistam a esse depoimento dele, em que ele fala de três histórias da sua vida, que é algo simplesmente formidável. Todos nós podemos aprender com o Sr. Steve Jobs como um exemplo de que, numa vida de 55 anos, fez tanto e contribuiu tanto. Por isso, ele recebe uma merecida homenagem hoje de todas as pessoas que estão se comunicando pela Internet. E achei por bem fazer esse registro aqui também na CRE, além do que também espero fazê-lo à tarde, no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy. Sua solicitação...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu falei em Stanford? Na Universidade de Harvard, 2005.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Ex^a disse Harvard.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas foi em Stanford.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ah, foi em Stanford.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu troquei a palavra inadvertidamente. Felizmente, a Flávia aqui, minha assessoria, chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mas estão no mesmo *ranking*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi um depoimento que ele fez na Universidade de Stanford, ao ar livre, numa cerimônia muito bonita, em que falou de coisas tão bonitas, sobretudo do quão importante é nós amarmos muito o que escolhemos fazer. Certamente, o Embaixador João de Mendonça Lima Neto é amante da sua vida como diplomata.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Sua solicitação já está acolhida pela Mesa desta Comissão, e acredito que todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também se associam a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy nos votos de pesar pelo passamento do Sr. Steve Jobs.

Passo a palavra, agora, ao Embaixador João de Mendonça Lima Neto para a responder às indagações feitas por S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou tentar responder a todas, começando com: por que a Ásia? Por que eu acabei dedicando dezoito anos da minha vida à Ásia?

Eu fui para o Japão em 1970, inicialmente um pouco por curiosidade de garoto. O Japão era a economia emergente da época, era o modelo a ser seguido, e, ao mesmo tempo, havia a revolução cultural na China. Era um momento de grande efervescência na Ásia. E eu achei que valia a pena, pelo menos, conhecer. Tive a felicidade, ao chegar a Tóquio,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aos 18 anos?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Eu tinha 17 anos, terminado a escola na Inglaterra. Descobri que havia uma universidade internacional em que um poderia entrar e achei que poderia passar algum tempo lá estudando. Lá encontrei minha mulher, que é japonesa – o senhor a conhece, Yoko –, e, evidentemente, aí começou uma vida dedicada ao Japão.

Nessa vida dedicada ao Japão, eu naturalmente acabei tendo que aprender japonês e até cheguei a falar bem japonês. Depois, larguei o Japão, fui viver em outros países etc. e acabei com um japonês muito familiar. Mas, não foi só nessa vez... Dez ou quinze anos depois, eu voltei ao Japão como diplomata e aí passei mais cinco anos. Voltei a recuperar o meu japonês, mas, lamentavelmente, eu nunca tenho tempo suficiente para ficar no país para poder consolidar esse conhecimento. Então, o meu japonês é mais ou menos.

Depois, eu tive a felicidade de ir para a China como Cônsul.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Embaixador, o senhor é casado com uma japonesa?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Sim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E essa prática não continua?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Continua, sim. A verdade é que o meu japonês é muito feminino. Eu falo... É uma coisa engraçada.

Mas, na China, passei cinco anos em Xangai e fiz um esforço para aprender o mandarim. Eu cheguei a saber o suficiente para viver no dia a dia, mas a verdade é que o mandarim é muito difícil e é necessário, talvez,... Eu lia razoavelmente bem, conseguia entender o que as pessoas falavam, mas nunca consegui me expressar corretamente. Eram sempre motivo de chacota as minhas palavras. De qualquer maneira, eu

ainda espero um dia voltar a estudar chinês, porque é uma língua absolutamente fascinante.

Vietnamita, contudo, eu não tive... Aí eu desisti. Se o mandarim tem quatro tons e, portanto, já era difícil, o vietnamita, com nove tons, é simplesmente impossível, e, lamentavelmente, eu não consegui me dedicar ao vietnamita.

Bom; com isso, estive 18 anos na Ásia. Foram anos extremamente interessantes, porque peguei o Japão já na decolagem; na China, peguei Xangai também mais ou menos nessa nova decolagem...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) Com Deng Xiaoping?

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Já; já tinha passado Deng Xiaoping. Sobretudo, Hu Jintao.

Mas Xangai despontou, no cenário internacional, nesse período que passei lá. E Vietnam. Peguei o Vietnã também numa fase de efervescência. Então, foi muito interessante, sob esses aspectos.

Sobre o aspecto da democracia no Vietnã, tivemos a oportunidade de conversar um pouco ontem. Vietnã se difere da China por dois aspectos. Primeiro, o partido continua sendo o partido único, o partido que é o guardião das instituições, mas é um partido que, aos poucos, está – esta é uma visão evidentemente minha – saindo de cena; não largando o poder, mas saindo de cena, para privilegiar o papel do Parlamento, da Assembleia Nacional. A Assembleia Nacional do Vietnã é votada: todos os vietnamitas votam, a cada cinco anos, para a Assembleia. Essa Assembleia é a forma que o partido encontrou para transformar o sistema de governo num sistema do direito das leis – *rule of law*. Esse é o objetivo. O Parlamento hoje tem poder de veto e, de fato, veta algumas ações do governo. Ele tem o poder de chamar os ministros para que eles se apresentem e prestem contas e tem o poder, evidentemente, de controlar as contas do governo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – A Assembleia, como um todo, tem umas quinhentas pessoas, mas, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Quem decide...

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – É um grupo menor, um grupo que se reúne duas vezes por ano.

De qualquer maneira, é um avanço surpreendente. É claro que, por trás, está o partido. Hoje em dia, a escolha dos membros da Assembleia é feita nas bases. É possível se candidatar não sendo membro do partido. Mais ou menos 17% dos Deputados não são do partido, mas, evidentemente, compõem.

Então, se o senhor me permite, passaria agora para os Emirados.

Primeiro, sobre a questão da primavera. Por que não estamos vivendo uma situação de conflito nos Emirados? Creio que posso dar três respostas. Uma tem a ver com a população. Na realidade, de uma população de 8,2 milhões, 7,3 são estrangeiros e os estrangeiros não têm direitos. Se resolverem reclamar, eles vão ser colocados na rua. Essa é a verdade. Dos 900 mil que sobram, que são emiráticos, uma boa parte está no próprio governo, trabalhando na administração pública. Restam uma parcela, a dos desempregados, que podem, eventualmente, se transformar num problema, mas não o são. Por último, acho que um ponto importante é que, nos Emirados Árabes, não existem tensões religiosas, que é também um elemento da Primavera Árabe. A maioria absoluta é de sunitas. Os xiitas são uns 15% dos estrangeiros que vêm do Irã. Então, acredito que isso explique um pouco essa situação. É claro, como eu mencionei, que existe alguma possibilidade de dificuldades por causa da situação econômica etc.

Sobre a natureza do governo emirático, no momento, temos sete monarquias – são sete Emirados -, o poder está na mão do Conselho Supremo, que é formado pelos setes emires, que escolhem o presidente, que, por sua vez, escolhe o primeiro-ministro. Então, em princípio, temos uma monarquia absoluta. Agora, está havendo um embrião de mudanças. O Governo, desde 2006, criou o Conselho Federal Nacional, formado por quarenta representantes, vinte dos quais, no momento, escolhidos pelo Governo e outros vinte escolhidos por um colégio eleitoral eleito por todo o povo.

Evidentemente, esse Conselho, no momento, tem poder consultivo, mas o objetivo do Governo é dar a ele um poder legislativo.

Então, nós estamos caminhando no sentido de uma monarquia parlamentarista.

O senhor me fez várias outras perguntas...

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Desejo-lhe sucesso na sua missão.

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Com sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Obrigado a S. Ex^a o Sr. Embaixador João de Mendonça Lima Neto.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão, a partir de agora, será transformada em secreta.

Solicito, portanto, que permaneçam os senhores integrantes desta Comissão em plenário.

Indago se ainda falta votar algum senhor ou senhora Senadora.

(Tornada secreta às 11 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– A reunião desta Comissão está reaberta.

Oficialmente comunico que S. Ex^a o Sr. Embaixador João de Mendonça Lima Neto foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores para representar o nosso País nos Emirados Árabes Unidos.

Em nome de todos os integrantes desta Comissão, desejo a V. Ex^a, Sr. Embaixador, uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado pela sua presença.

Gostaria de comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que teremos, a partir da nossa próxima reunião, um novo integrante nesta Comissão, o Senador Clovis Fleury, que ocupará o lugar antes destinado a S. Ex^a o Senador Demóstenes Torres...

Desculpem-me. Corrijo o nome. Perdoem-me: Clovis Fecury e não Fleury.

S. Ex^a o Senador Clovis Fecury é suplente do Senador João Alberto, que está licenciado porque foi convocado pela Governadora do Maranhão, Sr^a Roseana Sarney, para ser Secretário de sua administração, e S. Ex^a estará ocupando a vaga antes ocupada pelo Senador Demóstenes Torres.

Senador Clovis Fecury, seja muito bem-vindo aos trabalhos desta Comissão.

ITEM 2

– Não terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, para proferir seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito grata, Presidente Fernando Collor.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, Marcelo Baumbach é filho de José Arsenio Baumbach e Neila Maria Baumbach, tendo nascido em 16 de fevereiro de 1967, em Porto Alegre.

O indicado tem uma consistente carreira acadêmica iniciada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de Ciências Jurídicas e Sociais, além de ter cursado também universidades internacionais, como a Academia da Haia de Direito Internacional e também o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Defendeu tese sobre os regimes de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública, foi Professor Assistente de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco; Primeiro-Secretário na Delegação Permanente junto à Aladi, em Montevideú; Gerente da Coordenadoria de Programa de Gestão da Política Externa; Assessor da Secretaria-Geral de Serviço Exterior; Primeiro Secretário e Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas; e também Porta-Voz do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva de 2007 a 2011; e Ministro-Conselheiro, em missão transitória, na Embaixada em Caracas neste ano de 2011.

O relacionamento bilateral é marcado pela cordialidade mútua entre o Brasil e Suriname, país em que vai servir o Embaixador Marcelo Baumbach.

As relações entre o Brasil e o Suriname se estabeleceram com a independência desse país em 1977. Elas, no entanto, começaram a ganhar densidade em tempos mais contemporâneos. Nesse sentido, merecem registro as visitas do ex-Chanceler Celso Amorim, em 2004, e do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro de 2005. A viagem presidencial, que ocorreu por ocasião da reunião de cúpula da Comunidade do Caribe, o Caricom, favoreceu a celebração de vários acordos.

O Brasil desenvolve, no momento atual, numerosos projetos de cooperação técnica no âmbito do Plano de Ação estabelecido por ambos os países. O Plano serve como balizador para as iniciativas de cooperação bilateral e concentra sua atenção nas seguintes áreas: energia e exploração mineral; integração física e interconexão marítima; defesa; segurança pública; comunidade de brasileiros no Suriname; combate ao narcotráfico; TV digital; educação e cultura; comércio e agricultura. Essas são as linhas mestras em que se concentram os maiores desafios das relações entre os dois países.

No campo comercial, as trocas, apesar de discretas, têm superlativo potencial de aumento. Exportamos US\$ 47 milhões e importamos US\$ 29 milhões

em 2008, por exemplo. A alumina calcinada (óxido de alumínio) representou 97,6% de nossas importações nos últimos cinco anos. Já as nossas exportações são mais variadas (máquinas e tratores, produtos alimentícios, couros, peles, calçados). As trocas bilaterais têm como obstáculo principal as deficiências no transporte (marítimo, aéreo e terrestre) entre os dois países. Essas seguem sendo o grande desafio para maior aproximação econômica entre Brasil e Suriname. As perspectivas, no entanto, são boas, já que o país vizinho é rico em ouro e bauxita, além de ter grande potencial nos campos hidrelétrico e de hidrocarbonetos (petróleo e gás).

Outro aspecto importante das relações bilaterais é a crescente comunidade de brasileiros em solo surinamês. O assunto há de ocupar espaço destacado no diálogo bilateral. A situação migratória irregular desses nacionais, dispersos pelo interior do Suriname, demandará redobrada atenção de nossos representantes naquele país. Nesse sentido, os acordos em matéria migratória adquirem superlativa relevância.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório além de ressaltar a qualidade do nosso diplomata Marcelo Baumbach, que está preparadíssimo para essa função desafiadora, já que é um dos países com quem temos interesse de nos aproximar com a integração.

O problema detectado no Suriname, Presidente Fernando Collor, é o mesmo em todas as fronteiras do Brasil, conforme esta Comissão vem apurando nos diversos eventos que promove para discutir as questões de fronteira na Subcomissão presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. São desafios que perpassam não apenas a relação lá na região Norte, mas também na região central e na mais meridional do Brasil.

Então, meus cumprimentos ao Embaixador.

Eu o indico para Embaixador junto ao governo do Suriname.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, pelo relatório que coloco em discussão.

Não havendo quem quera discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, DE 2011

Aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações (OIM), bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Designo S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza para, como Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 750, de 2 de outubro de 2008, submete ao Congresso Nacional o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações (OIM), juntamente com o texto da Constituição dessa referida organização.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário da Câmara dos Deputados em 30 de junho de 2011.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 178, de 2011, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para este relator após o prazo regimental de recebimento de emendas.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Análise.

O ingresso do Brasil na Organização Internacional para as Migrações – OIM foi decidido durante a 88ª reunião da organização, em 30 de novembro de 2004, em Genebra. A resolução foi tomada pelo Conselho da OIM, que aceitou o pleito brasileiro, incluindo a aprovação da contribuição orçamentária do Brasil, no equivalente a 1,702% (correspondente hoje a US\$ 466.770,00) do orçamento anual da entidade.

A Mensagem presidencial faz-se acompanhar da Exposição de Motivos assinada pelo Ministro das Relações Exteriores, onde se afirma que a OIM possui especialização e longa experiência no trato das migrações internacionais, prestando serviços aos países em temas como gestão migratória, combate ao tráfico de seres humanos, migrações laborais, serviços de saúde aos migrantes, retornos voluntários assistidos, cooperação técnica, pesquisa e estudos de capacitação e prestação de assistência emergencial.

Ainda de acordo com o informe ministerial, o ingresso do Brasil na OIM possibilitará o apoio daquela organização ao estudo do fenômeno migratório no território brasileiro, em termos da crescente migração regional aos centros urbanos, além de melhor compreensão dos processos de livre circulação de pessoas no âmbito do Mercosul.

A Constituição da Organização Internacional para as Migrações normatiza as atribuições e o funcionamento desta organização, estabelecendo em seu art. 1º os seus objetivos, que são:

(a) concertar todos os arranjos adequados para assegurar o traslado organizado dos migrantes para os quais os meios existentes se revelem insuficientes ou que, de outra maneira, não possam estar em condições de trasladar-se sem assistência especial aos países que ofereçam possibilidades de imigração ordenada;

(b) ocupar-se do traslado dos refugiados, pessoas removidas e outras necessitadas de serviços internacionais de migração para as quais possam ser realizados arranjos entre a Organização e os Estados interessados, incluídos aqueles Estados que se comprometam a acolher essas pessoas;

(c) prestar, conforme solicitação dos Estados interessados e de acordo com os mesmos, serviços de migração, tais como: recrutamento, seleção, tramitação, ensino de idiomas, atividades de orientação, exames médicos, colocação, atividades que facilitem a acolhida e a integração, assessoramento em assuntos migratórios, assim como toda outra ajuda que se encontre de acordo com os objetivos da Organização;

(d) prestar serviços similares, conforme solicitação dos Estados ou em cooperação com outras organizações internacionais interessadas, para a migração de retorno voluntário, incluída a repatriação voluntária;

(e) por à disposição dos Estados e das organizações internacionais e outras instituições um foro para o intercâmbio de opiniões e experiências e o fomento da cooperação e da coordenação das atividades relativas a questões de migrações internacionais, incluídos estudos com o objetivo de desenvolver soluções práticas.

A OIM tem como instâncias decisórias o Conselho, que é o plenário da organização, com um re-

presentante de cada Estado Membro, e que se reúne ordinariamente uma vez ao ano; o Comitê Executivo, composto por representantes de nove Estados Membros, eleitos para um mandato de dois anos; e a Administração, composta por um Diretor-Geral e pessoal administrativo, nomeados pelo Conselho, destinada às tarefas internas da organização.

Ressalte-se, por fim, que a OIM reconhece que as normas de admissão e o número de imigrantes que se devem admitir são questões que correspondem à jurisdição interna dos Estados, e no cumprimento de suas funções trabalhará em conformidade com as leis, regulamentos e as políticas dos Estados interessados, garantindo-se assim a não-interferência em assuntos internos dos Estados, cujas políticas serão decididas soberanamente, podendo contar, entretanto, com o auxílio da OIM.

A globalização, independentemente de seu mérito, é o fenômeno marcante da atualidade. Mesmo com os recentes acontecimentos de cunho nacionalista e xenófobo, acredita-se que esse movimento perdurará por muito tempo, na esteira do avanço das comunicações, dos transportes e da permeabilidade entre as nações. Entre as resultantes da mundialização, está a intensificação das migrações, com toda a carga de consequências positivas e negativas que o movimento de pessoas no território acarreta.

Não é de se estranhar, também, que em geral apenas os aspectos relativos à circulação do capital, de bens e serviços sejam privilegiados na proteção e regulamentação. O cunho neoliberal da globalização, apesar de necessitar da transferência de mão de obra, deixa ao alvedrio de legislações imigratórias rígidas o tratamento dos trabalhadores estrangeiros, principalmente nos países desenvolvidos.

Não era sem tempo, portanto, que o Brasil passasse a integrar esse organismo especializado sobre migrações da Organização das Nações Unidas (ONU), haja vista os já graves problemas que o País enfrenta tanto no que diz respeito ao movimento de populações interno como no recebimento de imigrantes e no fenômeno de brasileiros que saem daqui em busca de melhores oportunidades em outros países. Acrescente-se a essa problemática o tema do Mercosul, que pressupõe livre circulação de pessoas e, portanto, negociações e regulamentações pertinentes.

É essa a análise, Sr. Presidente.

Passo ao voto do Sr. Relator, Senador Jorge Viana, que é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sérgio Souza, pela leitura do relatório.

Coloco em discussão o referido relatório. *(Pausa.)*
Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Sr. Presidente, gostaria de pedir urgência para este projeto, considerando que teremos um evento, em breve, aqui em Brasília inclusive, e a aprovação deste projeto é muito importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Perfeitamente. A solicitação de V. Ex^a será atendida, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passemos ao Item 4, não terminativo...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu pediria vista coletiva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vista coletiva para...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para o Item 3 da pauta, que acabamos de...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não; o relatório não tem vista coletiva. Já foi aprovado, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

ITEM 4

– Não terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico S. Ex^a o Senador Cyro Miranda para, como relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório desta matéria.

Concedo a palavra V. Ex^a, Sr. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Exm^o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor.

Sr^{as} e Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Chefe do Poder Executivo, por meio de Mensagem de nº 329, de 22 de junho de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto de acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, do domínio do turismo firmado em Luanda em 17 de abril de 2009.

O acordo foi, inicialmente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em seguida também foi distribuído para as Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Turismo e de Desporto.

A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 24 de junho de 2010 e o projeto de Decreto Legislativo, dela derivado, foi aprovado em 7 de julho de 2011, chegando ao Senado Federal no 3 de agosto subsequente.

Nesta Casa a proposição foi distribuída à comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Comissão, a este relator, em 18 de agosto de 2011 – o relator Inácio Arruda.

Segundo esclarece a exposição de motivos assinada pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, de 11 de fevereiro de 2011, dentre os principais pontos do acordo destacam-se: desenvolvimento na cooperação entre autoridades de turismo, organizações e empresas, bem como a promoção do investimento no setor turístico de pessoas físicas e jurídicas de ambos os países. Empenho

Dentro das possibilidades de cada país em promover a capacitação profissional no campo do turismo, encorajando o intercâmbio de profissionais e representantes da mídia relacionados com o turismo e viagens e promovendo o contato de atividades conjuntas entre as instituições de pesquisas de turismo do Brasil e de Angola.

Compromisso de facilitar as formalidades e os procedimentos da entrada de turistas com vistas a aumentar o intercâmbio e os fluxos nacionais de ambas as partes.

Análise.

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação na área de turismo entre Brasil e Angola, que tem por objetivo incrementar as relações bilaterais nessa área, contemplando as seguintes estratégias, conforme seu art. 2º:

a – assistência às entidades públicas e administração do turismo;
b – estudo e realizações de projetos de desenvolvimento turístico;
c – formação de quadros;
d – intercâmbio de missões de estudo e organizações de seminários de aperfeiçoamento;
e – intercâmbio de informações e de documentação.

O art. 3º prevê que o Ministério do Turismo do Brasil e o Ministério de Hotelaria e Turismo em Angola serão autoridades competentes para execução dos programas de cooperação previstos no acordo.

O ato internacional em tela estipula, ainda, o compartilhamento de conhecimentos por meio de intercâmbio de especialistas e técnicos da área de turismo, da cooperação entre instituições de ensino e de treinamento de profissionais relacionados com o turismo, bem como o intercâmbio de informações técnicas e material promocional do turismo.

Busca-se também, por meio do presente ato internacional, facilitar a importação e exportação de documentos e materiais relativos a turismo; a cooperação e o desenvolvimento entre setores empresariais de cada país e, com vistas à implementação do acordo, prevê-se a realização de reuniões técnicas de funcionários e especialistas alternadamente em cada país.

Em abril de 1976, logo aos a guerra da libertação, foi realizada a primeira missão comercial brasileira para Angola.

Em 1980, instalação da Comissão Mista Brasil/Angola.

Desde então multiplicaram-se os eventos e reforçou-se, sobremaneira, a agenda bilateral que não deixa de se inserir na estratégia de fortalecimento da presença política do Brasil no continente africano.

O acordo representa, assim, uma complementaridade bastante salutar nas relações internacionais.

Do voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país, a ratificação do acordo em análise concluo junto com o Senador original Inácio Arruda, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cyro Miranda pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório que acaba de ser lido. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

– Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 186, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de decreto legislativo foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 72, de 25 de fevereiro, acompanhada da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores.

De acordo com a exposição de motivos, o acordo prevê mecanismos de troca de informações a respeito de operações de comércio exterior, fornecendo aos signatários meios adicionais de combate às fraudes aduaneiras e tributárias.

O art. 1º traz a definição dos termos utilizados no acordo.

O art. 2º define o campo de aplicação do acordo.

O art 3º dispõe que as Administrações Aduaneiras fornecerão uma à outra, a pedido, qualquer informação que possa garantir a correta: arrecadação dos direitos aduaneiros.

O art. 4º determina que as Administrações Aduaneiras forneçam uma à outra informações demonstrativas de que: as mercadorias importadas no território de uma Parte foram legalmente exportadas do território da outra.

O art. 5º estabelece que, por iniciativa própria ou a pedido, a Administração Aduaneira forneça informações que possam ser úteis à constatação de infrações à legislação aduaneira.

O art. 6º acresce à lista anterior relatórios, registros de provas ou cópias certificadas de documentos fornecendo toda informação disponível sobre atividades

des detectadas que constituam ou pareçam constituir uma infração à legislação aduaneira.

O art. 7º versa a respeito da vigilância sobre pessoas, bens e meios de transportes.

O art. 8º, sobre investigações, as quais poderão ser requeridas por quaisquer das Partes às autoridades de outro País.

O art. 9º disciplina a presença de funcionários no território da outra Parte Contratante, a qual terá apenas caráter consultivo.

O art. 10, sobre peritos e testemunhas, prevê que se os tribunais ou outras autoridades de uma Parte Contratante solicitarem, em conexão com infrações à legislação aduaneira, a Administração Aduaneira da outra Parte, ou seja, do outro País, poderá autorizar – é facultativo, poderá – seus funcionários a comparecerem diante de tais tribunais ou autoridades na qualidade de peritos ou de testemunhas.

O art. 11, sobre uso de documentos, estabelece a confidencialidade por regra.

O art. 12, sobre forma e conteúdo dos pedidos de assistência.

O art. 13 prevê como hipóteses de derrogação da obrigação de prestar assistência: se a Administração requerida considerar que a assistência infringiria a soberania, a ordem pública, a segurança ou outro interesse essencial da outra Parte Contratante.

Quanto aos custos da assistência, fica estabelecido que as Administrações Aduaneiras renunciem a qualquer pedido de reembolso de despesas oriundas da aplicação do Acordo.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Análise.

A parceria entre Brasil e Índia tem crescido em vários campos, com destaque para a defesa, ciência e tecnologia, o setor espacial, a agricultura e o setor energético, com diversos projetos conjuntos e acordos celebrados. O intercâmbio comercial Brasil-Índia quase que triplicou nos últimos cinco anos, chegando a quase US\$ 8 bilhões em 2010, ao passo que, na década de 1990, o comércio bilateral estava apenas em torno de US\$ 400 milhões. Em termos de investimentos, lembramos que há atualmente 33 empresas indianas com presença no território brasileiro, enquanto empresas como a Vale do Rio Doce, a Embraer e a Marcopolo têm ou tiveram escritório de representação na Índia. Trata-se, portanto, de país estrategicamente importante e extremamente promissor.

Em face desse quadro de crescente e sustentável crescimento das relações econômicas bilaterais, o acordo faz-se fundamental para adequada e eficaz aplicação da legislação aduaneira.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo 186, de 2011, por sua constitucionalidade, regimentalidade, conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles, pela leitura de seu relatório.

Coloco-o, agora, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação o referido relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6

– Não terminativo –

OFÍCIO “S” Nº 57, DE 2011

Solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores **Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna – Suíça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.**

Autoria: GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª Senador Blairo Maggi para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Segundo informa o referido documento, o encontro se realiza em Berna, na Suíça, de 16 a 20 de outubro do corrente.

Do anexo enviado constam os nomes dos seguintes Senadores: **Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e Jarbas Vasconcelos.**

Encaminhado à Mesa Diretora, o ofício em pauta foi distribuído a este colegiado para exame, nos termos do art. 40, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Posteriormente, em aditamento àquele expediente, foram recebidos pela Presidência do Senado os Ofícios 25 e 29, de 1 e 12 de setembro de 2011, respectivamente, com o fim de incluir os nomes do Senador Paulo Bauer e Senador Eduardo Braga na delegação brasileira, bem como também justificaram as suas faltas.

Tendo em vista que o assunto já tramita no Senado Federal sob a forma do Ofício “S” nº 57, de 2011, foram os demais expedientes encaminhados também a esse colegiado para que fosse realizada sua junta-da ao processo.

Coube a mim a elaboração do parecer, conforme distribuição, feita pelo Presidente da Comissão, no dia 13 de setembro de 2011.

Cabe registrar no âmbito desse relatório a não inclusão do nome do Senador Eduardo Braga na ementa do processo, equívoco cometido, possivelmente, por haver sido o ofício que solicita a justificação de suas faltas juntado posteriormente a essa matéria.

Análise.

Primeira a ser criada dentre as assembléias parlamentares internacionais, a União Interparlamentar, de âmbito mundial, foi fundada em 1889 e reúne hoje mais de 130 parlamentos nacionais e 7 parlamentos regionais.

Está voltada para o diálogo interparlamentar mundial, para a busca da paz e da cooperação entre os povos e do firme estabelecimento da democracia representativa.

No cenário de globalização e conformação de agrupamentos econômicos em que vivemos, a influência dos parlamentos nas relações internacionais tende a ampliar-se em razão da crescente participação dos legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e também internacional.

Cumprе lembrar que a Constituição Federal consagra, no seu art. 4º, os princípios a reger as relações Internacionais do Brasil, entre eles a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Assim sendo, a solicitação que ora se examina não esbarra em quaisquer óbices quanto a sua juridicidade, regimentalidade e oportunidade.

A ativa participação dos membros do Senado Federal em tal fórum propicia-lhes a oportunidade de participarem da chamada diplomacia parlamentar, contribuindo por meio do mútuo conhecimento das respectivas realidades nacionais para a aproximação entre os Países, sempre visando a troca de experiência e a harmonização de leis.

É importante observar ademais que o Congresso Nacional, na sua condição de instituição parlamentar detentora das mais avançadas tecnologias em matéria de informática e de comunicação, muito poderá contribuir para o aperfeiçoamento das instituições da democracia, respectivamente nos países de menor desenvolvimento relativo, por meio de projetos de cooperação técnica e de compartilhamento de experiências voltadas à transparência das instituições parlamentares.

Sendo assim, em face do exposto, opinamos pela aprovação da solicitação contida no Ofício “S” nº 57, de 2011.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Senador Blairo Maggi pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o item 6, não terminativo, Ofício “S” nº 57, de 2011. Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 619, DE 2011

Requer, nos termos do art. 223 combinado com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de censura a ser registrado nos anais do Senado Federal com vistas a repudiar o assassinato do jornalista venezuelano WILFRED OJEDA.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF).

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico o Senador Mozarildo Cavalcanti como Relator *ad hoc* do referido Requerimento nº 619, de 2011.

Tem V. Exª a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim, nos termos do disposto do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 619, de 2011, por meio do qual solicita voto de censura com vistas a repudiar o assassinato do jornalista venezuelano Wilfred Ojeda, como forma de manifestar o Senado Federal a sua preocupação com a crescente onda de violência contra a manifestação de liberdade de pensamento e imprensa em toda a América Latina e contra o constrangimento dirigido contra aqueles que exercem a nobre atividade de informar à sociedade sobre os fatos relevantes para a vida em comunidade, sem o que fica obstado o desenvolvimento civilizatório das populações brasileiras ou de qualquer parte do mundo.

O requerimento em exame tem por base o art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, como mencionado, que cuida do voto de censura. Ocorre que, no caso presente, não nos parece aplicável censura, já que não tem direcionamento certo, pessoa, entidade ou governo.

Estimamos mais adequado lançar mão do art. 222 do Regimento, que prescreve a contingência entre outros do Voto de Solidariedade. Essa perspectiva pode ser direcionada tanto ao povo venezuelano quanto à classe dos jornalistas locais. Dispositivo assim atende ao requisito previsto no caput do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual é admissível o voto de solidariedade quando diga respeito a acontecimento de alta significação internacional.

Essa relevância é manifesta, tal como demonstrado no requerimento. No caso, o acontecimento tem significação negativa para a nossa imensa tristeza. A morte brutal do ser humano já é por si digna de preocupação e pesar.

Na hipótese, cuida-se da morte de alguém que foi torturado e assassinado em decorrência da opinião que tinha e expressava.

Trata-se de episódio trágico e lamentável. Ele merece, de um lado, nosso contundente repúdio e, de outro, nossa solidariedade ao povo e aos profissionais da empresa na Venezuela, que arriscam suas vidas em prol da liberdade de expressão.

Tendo em vista o exposto, propomos a aprovação do Requerimento nº 619, na forma de voto de solidariedade ao povo e à classe dos jornalistas venezuelanos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela leitura do relatório referente ao Requerimento nº 619, de 2011.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, para discutir, S. Ex^a o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É uma pena que, com base no art. 223, que cuida do voto de censura, não seja possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É uma pena que, com base no art. 223, que cuida do voto de censura, não se permite esse voto, mas eu acho que tínhamos de ter um voto, além do de solidariedade, de repúdio a esse tipo de ação, mudando... burlando um pouquinho a censura, mas um repúdio, porque, com

esse constrangimento que a imprensa venezuelana passa, constantemente, nós não podemos abrandar muito essa situação. Então, temos que deixar um protesto da nossa parte, desta Casa e deste Congresso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda. Fica registrado, *a latere*, os comentários que faz em relação ao Requerimento nº 619, de 2011.

Continua em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CRE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, com a finalidade de debater os diagnósticos às estratégias para o atendimento da necessidade, premente, de se modernizar as Forças Armadas, bem como o orçamento e planejamento para os investimentos no âmbito do Exército, Marinha e Aeronáutica. Para tanto, sugerimos sejam convidados para a primeira das audiências, as seguintes autoridades:

1. *Exm^o Sr. Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General-de-Exército De Nardi;*

2. *S. Ex^a o Sr. Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Exército Enzo;*

3. *S. Ex^a o Sr. Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Moura Neto;*

4. *S. Ex^a o Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Saito;*

5. *Sr. Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa, Sr. Ari Matos.*

Autoria: Senadores Luiz Henrique e Blairo Maggi.

Concedo a palavra a um dos autores do requerimento, Senador Blairo Maggi.

Antes de passar a palavra a V. Ex^a, eu gostaria de registrar a solicitação que me foi feita por S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, que não pôde hoje comparecer à nossa reunião em função de um compromisso que ele havia já assumido, em uma homenagem que está sendo prestada hoje pelo Governo de Santa Catarina ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele para lá se dirigiu, lamentando sua ausência na nossa reunião de hoje.

Agora, sim, passo a palavra ao autor do requerimento, S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo deste requerimento é que, na Comissão ou na Subcomissão de modernização em que estamos discutindo, temos percebido que há um sucateamento – se podemos chamar assim – das Forças Armadas Brasileiras. E acho que esta Casa, esta Comissão e a Subcomissão precisam entender um pouco a partir dos nossos comandantes e das suas necessidades. Claro que sabemos o que é o ideal e o que é possível, mas temos que nos preparar para aquilo que é possível e que o País pode fazer neste momento. Mas também não há a mínima possibilidade de deixarmos as Forças Armadas Brasileira do jeito que ela se encontra.

Eu em dia desses, Sr. Presidente, eu saí da cidade de Rondonópolis e fui para uma fazenda a 120km² de distância da cidade e coincidentemente, Senador Ciro foi no dia em que o 18º GAC lá de Rondonópolis ia fazer uma operação conjunta lá com Mato Grosso do Sul. E eu passei pela manhã ele saindo do quartel e logo depois do almoço quando eu retornei a metade dos veículos que tinham saído estavam parados na beira da rodovia que tinha enguiçado, não tinha condições de andar por falta de manutenção.

Quer dizer, então, são coisas simples que observamos no nosso Exército, na nossa Marinha e na nossa Aeronáutica, que nós precisamos debater este assunto. E eu sou partidário de uma filosofia milenar se quisermos a paz temos que nos preparar para a guerra. Não tem jeito! E o País está cada vez mais envolvido nas questões do pré-sal, a riqueza bastante grande. Temos a nossa riqueza da Amazônia que todos nós reclamamos, que é nosso, mas não é nosso também, porque as pessoas vêm, entram, levam e fazem o que querem e nós não temos condições de fazer a nossa defesa conforme os militares estão preparados e gostariam de fazer, por falta de recursos e por falta de equipamentos.

Então, o nosso podido aqui das audiências junto com o Senador Luiz Henrique é justamente para ouvirmos os nossos comandantes e nós aqui tiramos uma proposição e encaminharmos ao Executivo e ajudarmos a fazer isso para que as Forças Armadas brasileiras sejam de fato a mãe da necessidade que o País precisa e o quer não acontece neste momento.

Essa é a nossa justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado a S. Ex^a, nobre Senador Blairo Maggi pela leitura de seu requerimento e acredito que este é o mesmo sentimento que irmana todos integrantes desta Comissão em relação a urgente

necessidade do reaparelhamento e modernização das nossas Forças Armadas.

Coloco em discussão o requerimento de autoria de S. Ex^a o Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento nº 48 desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerramos a presente reunião e agradecendo mais uma vez a presença de todos, as Sr^{as} e Srs. Senadores.

Convoco nossa próxima reunião a ser realizada no dia 17 de outubro, segunda-feira às 18:00h neste plenário quando daremos continuidade dentro da agenda Rumo da Política Externa Brasileira, 2011, 2012, ao terceiro ciclo de audiência públicas, sobre o tema Defesa Nacional, apresentando o Painel, Estratégia Nacional de Defesa, Reaparelhamento das Forças Armadas, Indústria Bélica, Aquisição de Armas e Transferência de Tecnologia para o qual estão convidados, o Sr. Cláudio Augusto Joaquim Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIND); o Professor Gunther Rudzit, Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Alves Penteadó (FAAP); e o Sr. General-de-Divisão Aderico Visconti Pardi Mattioli, Diretor do Departamento de Defesa do Ministério da Defesa e o Professor Darc Antonio da Luz Costa, Professor da Escola Superior de Guerra ESG.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião se é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia dezessete de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “nos

termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência". O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o General **Aderico Mattioli** – Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa; o Professor **Gunther Rudzit** – Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); o Professor **Darc Antonio da Luz Costa** – Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (FEDERASUR) e Ex-Vice-Presidente do BNDES; e o Senhor **Cláudio Moreira** – Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE). Faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Há comunicados a fazer.

Informo o recebimento da correspondência enviada pelo Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), encaminhando a esta Comissão o relatório *Diálogos com Servidores Públicos 2009/2011*, que apresenta os recentes resultados do programa que busca intensificar o combate às práticas ilegais nas importações brasileiras. Exemplares do referido relatório encontram-se à disposição das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Faço o segundo comunicado: novos equipamentos irão reaparelhar o Exército brasileiro, o novo blindado Guarani, o radar Saber 60 e os novos fuzis Imbel.

O Centro de Avaliações do Exército (CAEx) apresentou em detalhes, na manhã do último dia 11 de outubro, na restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro, ao Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, três importantes programas de modernização de equipamentos militares: a viatura blindada de transporte de pessoal, o Guarani; o radar Saber 60; e a nova família de fuzis da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), que está sendo fabricada para atender às três Forças Armadas.

O evento contou também com a presença do Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, e de vários integrantes do Alto Comando do Exército.

Os produtos apresentados são de tecnologia nacional, desenvolvidos ou modernizados com o apoio do Centro Tecnológico do Exército (CTEx), da Imbel e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação.

É de se destacar a importância desses projetos para a modernização das Forças Armadas do País, sobretudo para o Exército e para o desenvolvimento e capacitação da indústria de base e de defesa, que vive hoje um novo momento, com perspectiva de ampliação dos investimentos, a partir da recente edição do marco regulatório, que estabeleceu medidas de fomento a esse setor industrial.

O veículo blindado Guarani, projetado e desenvolvido pela engenharia militar do Exército foi apoiado pelo CTEx e vem sendo fabricado pelo consórcio Fiat/Iveco, estimando-se que o lote piloto, de doze a dezesseis carros, já esteja sendo entregue até o final do primeiro trimestre de 2012, estando prevista, até 2030, a entrega de 2.044 viaturas.

O novo veículo, de três eixos e seis rodas tratoras, servirá de base para uma nova família de blindados capaz de realizar missões de transporte de pessoal de forma protegida de reconhecimento e de apoio de fogo, entre outras.

O Guarani, cuja patente pertence ao Exército, representa a retomada da trajetória positiva de produção industrial nacional brasileira de blindados, paralisada depois de experiências bem-sucedidas do Urutu e do Cascavel, na década de 70, o que será muito importante para o País.

O projeto atraiu o interesse das Forças Armadas da República Argentina, que enviou um grupo de oficiais do Exército para assistir à demonstração.

"Fico muito contente que tenhamos a presença de militares argentinos, porque demonstra a possibilidade

de integração industrial de nossa região na América do Sul”, afirmou o Ministro da Defesa.

A OrbiSat entregou ao Exército as duas primeiras unidades da série do radar Saber 60. Trata-se de um sistema de primeiro nível, de alta tecnologia, desenvolvido, produzido e montado totalmente no Brasil, com capacidade de detectar alvos aéreos à baixa altitude, com alcance de até 75 quilômetros. Esse sistema é composto por vários outros modelos, com diferentes finalidades, como o Sentir 20 e o Saber 200, que ampliarão e diversificarão o seu espectro de atuação.

O novo sistema será empregado pela artilharia antiaérea do Exército, na defesa de pontos sensíveis, podendo ser utilizado na proteção de nossas fronteiras e na segurança de grandes eventos.

Foram também apresentados, como dito anteriormente, os novos modelos de fuzis desenvolvidos e/ou modernizados pela Imbel, nos calibres 7.62 e 5.56. Já avaliados pelo CAEx, poderão, a curto prazo, ser adotados pelas Forças Armadas Brasileiras. A variação de calibres permite maior flexibilidade de emprego, o que garante maior abrangência na sua utilização. Essa nova família de armas caracteriza-se pela interoperabilidade e marca a consolidação do ressurgimento da nossa indústria de armamento.

Cumprir destacar que o conhecimento, o desenvolvimento e a fabricação dos diversos tipos de munição que podem ser utilizados nos novos modelos são de total domínio da Companhia Brasileira de Cartuchos, o que caracteriza a crescente interação entre a iniciativa particular e a iniciativa pública.

O terceiro comunicado é sobre o Terceiro Ciclo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião do último dia 03 de outubro. Esta Comissão deu continuidade, no último dia 3, ao Terceiro Ciclo de Audiências Públicas sobre Rumos da Política Externa, com enfoque na defesa nacional. Para esse segundo painel sobre o tema, foram convidados especialistas para debater “O papel das Forças Armadas; missão constitucional e atividades operacionais; função social; serviço militar obrigatório ou voluntário”.

A audiência contou com os seguintes convidados: o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor do Senado Federal, especialista em Forças Armadas; Dr. João Quartim de Moraes, Professor Titular da Universidade de Campinas (Unicamp).

O General Rocha Paiva iniciou sua apresentação com uma frase do Chanceler Barão do Rio Branco, para quem “não se pode ser pacífico sem ser forte”. Ao recordar que as Forças Armadas, segundo a Constituição, destinam-se “à defesa da Pátria, à garantia dos

poderes constitucionais, da lei e da ordem”, o General afirmou que as Forças Armadas do Brasil estão preparadas para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, mas estão em situação de indigência militar para a defesa da Pátria.

Além do previsto na Constituição, ressaltou o General que a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas estão definidos por leis complementares, como as que tratam de sua atuação no desenvolvimento nacional, na defesa civil contra delitos transnacionais nas faixas de fronteira, especificamente caracterizada como atividade de segurança pública, e em missões de paz e/ou humanitárias em apoio à política exterior, entre outras atividades.

Quanto ao decreto que dispõe sobre a política de defesa nacional, o General Rocha Paiva destacou a orientação estratégica de valorização da ação diplomática como instrumento primeiro da solução de conflitos e da capacidade militar apta a gerir efeito dissuasório, tendo enfatizado a clara relação existente entre diplomacia e defesa. Em sua opinião, política exterior é diplomacia e defesa.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, compete aos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores promover a manutenção da estabilidade regional, mediante a cooperação nas áreas de fronteira. O documento também estabelece que os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores e as Forças Armadas contribuirão para fortalecer, expandir e consolidar a integração regional.

Ao comentar observação manifestada em palestra por estrategista indiano, segundo o qual a diplomacia brasileira tem maior envergadura e é muito mais arrojada do que podem apoiar as Forças Armadas Brasileiras, o General Rocha Paiva afirmou que “a liderança militar foi alijada do núcleo decisório do Estado”. Ao discorrer sobre o atual jogo global de poder em que potências disputam espaço com o objetivo de assegurar recursos em qualquer parte do mundo, projetando seu poder econômico, político e militar, o General afirmou que a nova fronteira de disputa dos conflitos internacionais é a África e a América do Sul. O General citou projeção segundo a qual as áreas de fricção já estão a caminho dessa nova fronteira, aproximando-se do nosso entorno estratégico, que é a costa ocidental africana, o Atlântico Sul e a América do Sul, disputando posições com o Brasil naqueles países que nós pretendíamos fossem nossos aliados incondicionais.

Ele questionou se o Mercosul e a Unasul terão o sucesso imaginado pelo Brasil, o de um fórum unido em torno da liderança de vários países para que ele possa se projetar internacionalmente com segurança no seu entorno estratégico.

Aventou a hipótese de que nossos vizinhos podem aliar-se a rivais mais poderosos, com muito mais a oferecer no campo militar do que a cooperação brasileira na área do ensino militar, e como ficaria nossa liberdade de ação em conflitos extrarregionais se tivéssemos problemas na região. Para termos liberdade de ação, só há uma opção: o Brasil tem de ser uma potência militar.

Mencionou os possíveis rivais do Brasil que cobriam nossos recursos e têm poder para explorar nossas vulnerabilidades, uma vez que o Brasil não tem poder de dissuasão militar para lhes fazer face. Podem fazer alianças semelhantes à ocorrida com a China no século XIX e usar organismos internacionais para nos pressionar, não só no campo militar. São ameaças potenciais Rússia, Europa, Japão, China, Índia e América do Norte.

Entre os interesses brasileiros a defender, citou as áreas geoestratégicas da Amazônia, lembrando que dela depende a integração da América do Sul e sobre a qual necessitamos ter soberania plena, o Atlântico Sul, área de projeção rica em petróleo e gás, os minerais estratégicos, os aquíferos e a biodiversidade em todo o território nacional. E, entre as áreas que necessitam de mais atenção no campo militar, o General destacou Roraima, a foz do Amazonas, o Nordeste e a defesa da infraestrutura nas áreas das bacias petrolíferas do litoral centro-sul.

Avaliando possíveis ameaças aos interesses brasileiros, afirmou o General que, nem a longo prazo, o Brasil terá poder militar para dissuadir uma superpotência, isolado ou coligado, para reiterar que, atualmente, as Forças Armadas não têm condições de cumprir sua missão de defesa da Pátria.

Essas ameaças podem, na sua opinião, ser reduzidas se o Brasil, uma das cinco maiores potências econômicas do mundo, dentro de pouco tempo, num prazo de vinte a trinta anos, tiver um Exército com doze brigadas prontas para expulsar, antecipar e revidar, além de cinco forças de emprego local nas áreas mais ameaçadas. A nossa força terrestre seria uma das cinco maiores do mundo. Juntando-se a isso um poder aéreo e naval num nível aproximado ao da França e Grã-Bretanha, teremos, segundo ele, um excelente poder de dissuasão.

Concluindo, manifestou-se a favor do serviço militar obrigatório, alegando que, apesar de o alistamento ser universal, o universo recrutado é limitado, pois o Exército alista 1,7 milhão de indivíduos, dos quais apenas 50 a 60 mil incorporam.

Além disso, acredita que o Exército Brasileiro é um espaço de integração das classes e uma escola de civismo, valores e patriotismo.

“Sem o serviço militar obrigatório, há o risco de as Forças Armadas se transformarem em uma classe fechada, pouco representativa, um grupo de interesses com tendências ao mercenarismo”, concluiu o General.

Por sua vez, o Dr. João Quartim de Moraes destacou a importância da conexão entre política externa e defesa nacional, temas que, na sua opinião, não podem ser discutidos separadamente, sob pena de enfraquecer o debate. Ele se referiu à globalização como palavra chave de nossa época, que excluiu a quase plena liberalização da circulação de capitais, bens e trocas.

O fato é que, segundo ele, não se confirmou a esperança suscitada, como se esperava na década de 90, após a derrocada da União Soviética, de caminharmos na direção de um só planeta. Após quase meio século de bipolaridade, a esperança era de que caminhávamos para um mundo sem fronteiras, sem guerras, em que a eficiência econômica seria o padrão do mundo. Ocorre que a Otan, após dissolvido o Pacto de Varsóvia, não só permaneceu, como ampliou uma agressividade que até então não tinha mostrado, comprovando que sua prudência anterior era fruto da existência do Pacto de Varsóvia. Há uma sequência quase ininterrupta de agressões abertas, assumidas. Poucos previram possível, como exemplificou com o caso da ex-Iugoslávia, a dissolução de um país. O especialista disse preocupado com o que considera uma empresa de recolonização planetária pela coligação da Otan. Na sua opinião, seria uma ingenuidade imaginar que as riquezas do Brasil não suscitem cobiça.

Quanto às chamadas “novas ameaças”, afirmou o Prof. Quartim de Moraes que não deixa de preocupar o fato de que, em nome da proteção de etnias indígenas, possam as potências – estas são palavras dele – “capazes de todos os extremos de hipocrisias com o bombardeio humanitário” criar um Estado independente em nome de uma etnia, porque – ressaltou – o último argumento é a força.

Essas preocupações não devem ser exageradas, mas nos levam à seguinte questão: de que tipo de Forças Armadas precisamos para podermos nos afirmar num país que tem uma política externa independente?

Para ele, os últimos vinte anos de agressões mostraram um domínio completo do ar, e, por isso, na sua opinião, sem uma defesa aérea séria e credível, não estaremos livres de chantagem ou de ameaça de uma potência que cobice nossas riquezas. Na sua análise, é preciso, de fato, desenvolver a nossa capacidade de defesa militar, de maneira a desencorajar expectativas de apoderar-se daquilo que nós temos, ou, então, renunciarmos à política externa independente e a essa projeção da importância econômica do Brasil no cenário internacional. Ele vê, com preocupação, a inserção

de critérios como direitos humanos como justificção da política externa.

Concluindo, alegou que nossa política externa tem de responder aos interesses de nosso desenvolvimento econômico e daqueles que compartilham da vontade de criar uma nova geografia econômica do Planeta, dizendo ele que temos de mostrar aos que cobiçam nossas riquezas que eles têm de nos respeitar.

Por fim, o Dr. Joanisval Gonçalves lamentou que, no Brasil, não se discute a importância da defesa nacional. Há um desinteresse em se discutir o tema por uma dificuldade em se distinguir entre defesa e segurança. Não se percebem, em nossa sociedade, a seu ver, as ameaças ao País. Há ausência de cultura de planejamento, de segurança e de inteligência no Brasil.

O Brasil tem dificuldades, na sua opinião, em planejar grandes eventos. Citou o especialista a Conferência Rio+20, que reunirá cerca de 150 Chefes de Estado no Brasil entre maio e junho do próximo ano. Em 2013, haverá a Copa das Confederações e também, em 2013, a visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI na Conferência da Juventude. Em 2014, a Copa do Mundo trará milhares de pessoas ao País, assim como as Olimpíadas, em 2016, e os Jogos Paraolímpicos. Receberemos delegações que são, segundo ele, alvo de terrorismo.

Após um relato histórico das Forças Armadas no Brasil, que atuaram como um poder moderador, citou o Professor intervenções militares na área política e a volta aos quartéis. Hoje, ressaltou, as Forças Armadas, de maneira muito efetiva, atuam dentro do Estado democrático sob controle civil, cumprindo com sua missão constitucional. Sua missão constitucional reza que elas são instituições nacionais permanentes. E as Forças Armadas, destacou, não têm a segurança nacional como competência. Sua missão é completamente distinta da atuação policial, e elas não estão preparadas para combater a criminalidade.

Concluiu o Professor pela necessidade de se investir no setor de inteligência e em reformas na legislação penal, processual e de execução penal no Brasil.

Esse é o relato da nossa última conferência.

Antes de dar início à audiência pública do dia de hoje, eu gostaria de registrar, neste plenário, ao tempo em que agradeço a todos pela presença, a presença de S. Ex^{as} o Sr. Nelson Manuel Cosme, Embaixador da República de Angola; o Sr. Otar Berdzenishvili, Embaixador da Geórgia; o Sr. Sergey Akopov, Embaixador da Federação Russa; o Sr. Horacio Sevilla-Borja, Embaixador do Equador; o Sr. General Wallace Gbedemah, Embaixador de Gana; o Sr. Christoffer Björk Pedersen, representante da Embaixada da Dinamarca; Sr. Capitão de Mar e Guerra Ramón Barro Ordovás, Adido

de Defesa da Embaixada da Espanha; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus no Brasil; Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário e Encarregado de Assuntos Políticos e da Cooperação da Embaixada da República da Guiné-Bissau; Sr. Petr Kvacek, Primeiro-Secretário da Embaixada da República Tcheca em Brasília; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Coronel Wilson Sánchez Valverde, Adido Militar da Embaixada do Equador; Sr. Raphaël Mensah, Ministro Conselheiro da Embaixada da República do Benin; Sr. Hekmatollah Ghorbani, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã; Sr. Owen Musopelo, Adido da Defesa da Embaixada da República da Zâmbia; Sr^a Maria Noel Reyes Paisal, Terceira-Secretária da Embaixada da República Oriental do Uruguai; Sr. Maximiliano Alaniz, Secretário da Embaixada da República da Argentina.

Agradeço a V. Ex^{as} a honrosa presença na nossa audiência pública, no dia de hoje.

A presente reunião destina-se à realização do Painel 2, “Estratégia Nacional de Defesa – Reaparelhamento das Forças Armadas e Indústria Bélica: Aquisição de Armas e Transferência de Tecnologia”, integrando o 3º Ciclo intitulado Defesa Nacional, da agenda Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, que convido a tomarem assento à Mesa, ao tempo em que lhes dou, em nome dos integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas: Sr. Cláudio Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde); Professor Gunther Rudzit, Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e Professor Doutor Especialista em Segurança Internacional; General Aderico Mattioli, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa; Professor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur).

A todos os senhores, mais uma vez, as boas-vindas desta Comissão e o convite para que tomem assento à Mesa dos trabalhos! (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu gostaria de registrar a presença do Sr. Primeiro Conselheiro da Embaixada da República Islâmica da Mauritânia, Ahmed Mahmoud Ould Ethmane, e do Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia no Brasil, Abdelhamid Rahmani.

Sejam muito bem-vindos também! Estamos muito gratos pela presença.

Eu gostaria, dando início à nossa audiência pública, de passar a palavra a S. Ex^a o General Aderico

Mattioli, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

Tem V. Ex^a a palavra por quinze minutos para fazer sua exposição, com a prorrogação que se fizer necessária.

O SR. ADERICO MATTIOLI – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e, extensivamente, em seu nome, todo o público presente, todos aqueles que estão prestigiando este evento, esperando que nossa missão, ao término da apresentação e dos debates, possa ser cumprida integralmente.

Atualmente, sou Diretor do Departamento de Produtos de Defesa da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

É com satisfação muito grande que estou aqui presente.

O tema da minha apresentação é muito amplo. Procurei colocar nessas transparências pelo menos uma tintura de todos aqueles pontos que, hoje, consideramos cruciais para o andamento da Secretaria.

Esta primeira apresentação tem por objetivo, obviamente, discorrer sobre a Estratégia Nacional de Defesa (END), dar subsídios para o debate. Nós não vamos esgotar todos os assuntos, mas vamos apresentar alguns subsídios.

O tema que nos foi solicitado foi o reaparelhamento das Forças Armadas e, no que tange à indústria bélica, a aquisição de produtos de defesa e transferência de tecnologia.

Esse é o nosso sumário, bastante simples. Nosso roteiro, aparentemente, é longo, mas será explorado com muita rapidez.

Até a criação da Secretaria de Produtos de Defesa, passamos por uma fase bastante interessante. Inicialmente, houve um marco histórico, que foi a Estratégia Nacional de Defesa. Dela, gerou-se uma lei complementar, um decreto, e, finalmente, a Secretaria foi ativada em fevereiro de 2011. A Secretaria foi ativada, mas, até hoje, ainda está sendo mobiliada.

Essas são as nossas missões, como a de estabelecer, no Ministério da Defesa, uma Secretaria de Produtos de Defesa. A END já previa a criação da Secretaria. Caberá ao Secretário executar as diretrizes fixadas pelo Ministro da Defesa e, com base nelas, formular e dirigir a política de compra de produtos de defesa, inclusive armamentos – e aí vão os itens listados.

O Ministro da Defesa delegará aos órgãos das três Forças poderes para executarem a política formulada pela Secretaria. Aparentemente, isso é simples, mas significa que, desde já, está previsto um planejamento centralizado pela Secretaria e uma operacionalização descentralizada por intermédio das Forças.

O objetivo será o de implementar, no mais breve período, uma política centralizada de compra de produtos de defesa. Quando nós falamos aqui de uma política centralizada de compras, isso é o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa (END). Estamos propondo que, na próxima revisão, façamos uma política de obtenção de produtos de defesa, abrangendo, inclusive, o segmento da parte de compras, que pode ser definido por diretriz, envolvendo ciência e tecnologia e todo o ciclo completo, como veremos mais adiante.

De qualquer forma, isto é o que está previsto hoje na END: otimizar o dispêndio de recursos, assegurar que as compras obedeçam às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e, finalmente, garantir, nas decisões de compra, a primazia do compromisso com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas nacionais em produtos de defesa. Essa expressão, nós a estamos usando a ferro e fogo.

Então, foi criada a Secretaria que, dentro do Ministério da Defesa, tem aquela posição e dispõe de três Departamentos: o Departamento de Produtos de Defesa propriamente dito, do qual sou Diretor; o Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação; e o Departamento de Catalogação.

O nosso Secretário, Dr. Murilo, está impedido de estar aqui hoje, porque está acompanhando o Sr. Ministro.

Então, há os três Departamentos. E, ainda vinculado ao Departamento de Catalogação, há o Centro de Catalogação das Forças Armadas (Cecafa), que fica no Rio de Janeiro.

Então, hoje, na atividade-fim, considerando os chefes, há apenas 18 integrantes; na atividade-meio, 22; e, na operacionalização, no Centro de Catalogação das Forças Armadas, 25. O nosso efetivo hoje é de 68 integrantes, ainda muito pequeno diante da estatura que precisamos ter, mas já estamos dando boas respostas.

Ainda com relação à lei complementar, compete ao Ministro da Defesa, além das demais competências previstas em lei, formular a política e as diretrizes referentes aos produtos de defesa empregados nas atividades operacionais. E aí há novamente aquele périplo de equipamentos.

Nós dissemos da criação da Secretaria e das nossas missões de um modo geral. Agora, eu gostaria de abordar a parte de demanda de produtos de defesa. Inicialmente, tenho de fazer um diagnóstico da demanda existente.

Nos eixos estruturantes da própria Estratégia Nacional de Defesa, vamos encontrar três vetores muito fortes, e o do meio, a reestruturação da indústria de defesa, obviamente, é o que mais chama a atenção da Secretaria. Entretanto, não é um assunto separado.

As coisas não são estanques; estão todas imbricadas. Cito um exemplo: a reorganização das Forças Armadas, obviamente, implica uma demanda de material, bem como a composição dos efetivos das Forças Armadas. Então, de certa forma, não consigo separar exatamente os vetores. O ponto forte em que temos de atuar diretamente é a estruturação da indústria de defesa, para a qual estamos dando maior ênfase. Estes outros pontos aqui estão mais com o Estado-Maior conjunto das Forças Armadas, pois são afetos a ele, da mesma forma que os efetivos.

Outros setores estratégicos definidos pela END são o nuclear, o espacial e o cibernético. Em decorrência desses três amplos campos, haverá encargos possivelmente muito desafiadores.

Ainda como demanda de produtos de defesa, trago essa planilha com o objetivo de mostrar que todas as Forças, de um modo geral, e a defesa como um todo estão passando por uma mudança conceitual. De uma era industrial, queremos ir para a era do conhecimento. Às vezes, eu brinco: quem tem neto já sabe a diferença que isso faz. A comparação entre mim, que sou dessa geração, e minha neta, daquela geração, é interessantíssima. Então, temos de acompanhar essa evolução.

Temos de fazer uma adequação. Como normalmente dizemos, temos apenas de adequar os orçamentos às nossas demandas e de fazer as urgências. Ainda que melhorássemos os orçamentos, talvez pecássemos se seguissemos na modernização apenas dos nossos produtos. Manteríamos as nossas capacidades apenas modernizando os nossos produtos. Não é isso que queremos. Nós queremos uma transformação. Queremos chegar rapidamente a essa era do conhecimento, e é todo esse esforço que as Forças estão fazendo, planejando, sob o guarda-chuva do Ministério da Defesa. Nós queremos uma transformação, queremos ganhar novas capacidades. O futuro é muito incerto, e temos de estar prontos para qualquer que seja o cenário que se apresente.

Mostramos a importância das demandas, como elas se apresentam. Isso já foi alvo das apresentações anteriores. Estou apenas lembrando isso, para verificar o impacto que isso vai nos causar.

Fala-se das infraestruturas críticas nacionais. Muitas vezes, nós nos reportamos à Amazônia verde, já bastante conhecida nos nossos debates, e à Amazônia azul, que também já passou a fazer parte do nosso conceito, dos nossos debates, mas, muitas vezes, nós nos esquecemos – na verdade, não é que estejamos esquecidos, mas é que dois novos atores entram nessa questão – de que há uma Amazônia amarela, de infraestruturas críticas, pela qual temos de responder.

Este é um País enorme, é um País continente, com diversas demandas, e vamos ter de selecionar, com muita inteligência, as prioridades que deveremos estabelecer na implantação das nossas “vontades”. Essa é apenas uma vertente das demandas.

Esse é o somatório. É realmente algo completo.

A Marinha do Brasil apresenta, na sua reestruturação, nos seus estudos, esse quadro. Não pretendo me deter nesse quadro, porque já foi alvo de análise. É apenas uma motivação do campo de que estamos tratando.

Então, essa é a vertente, lembrando que todos esses sistemas devem estar integrados. No caso, há o Sisgaaz. Vamos ver mais adiante o do Exército e o da Força Aérea. Todos eles devem estar integrados, e esse é o nosso papel.

Essa é a Marinha com seus macroprojetos, cada um demandando uma série de desenvolvimentos de produtos, de planos de aquisições etc. Da mesma forma, dá-se no Exército brasileiro.

Pode passar para os próximos *slides*. Não pretendo me deter nas transparências, como eu já disse.

Finalizo com os 28 pelotões de fronteira, que estão em fase de criação, e com o nosso Sisfron, que pretende dar um apoio muito forte nessa área.

Atualmente, não vemos as fronteiras como riscos; vemos as fronteiras muito mais como possibilidades de integração, como fatores de integração e de cooperação. O nosso relacionamento está excelente. E, obviamente, quando colocarmos esses planos em ação, como já é um conceito nas nossas ideias, deveremos fazer uma interface com todos eles, para que os programas sejam equivalentes, intercambiáveis, para que a gente possa operar naturalmente e para que nossos irmãos também possam se valer dos mesmos benefícios, particularmente no que tange ao apoio contra os crimes fronteiriços.

Esses são os programas que o Exército está planejando, todos eles ainda em fase de coordenação no Ministério da Defesa. Ainda estão em fase de elaboração de trabalhos detalhados.

Apesar de o Ministério da Defesa existir há algum tempo, nós ainda somos novos nesse cenário. A verdade é que isso exige uma mudança de cultura, exige uma adequação orçamentária. E o nosso marco, repito, é a Estratégia Nacional de Defesa, que está gerando essa motivação toda que estamos aqui apresentando.

A Força Aérea não poderia ser diferente, também tem suas visualizações.

Então, é um plano integrado, que vai demandar das três Forças um esforço muito grande e, de nossa parte, um trabalho de coordenação e de faseamento bastante complexo.

Dentro da Força Aérea, a exemplo das demais Forças, isso é o que está sendo priorizado.

Eu gostaria de aproveitar essa transparência. De um modo geral, vem lá da Abimde, que é a nossa Associação de referência em materiais de defesa. Eu gostaria de falar um pouco sobre o ciclo de vida dos produtos de defesa. Essa transparência nos chama a atenção quanto ao custo, ao valor agregado. Então, temos, sim, de prestar muita atenção na nossa política, temos de fazer com que ela, de fato, seja implementada. É o nosso papel fomentar a base industrial de defesa. Temos de observar onde estamos em termos de valores agregados. Essa planilha é consagrada universalmente. Temos muito a contribuir se não na pauta de exportação, o que, muitas vezes, é difícil, pelo menos ao evitar as importações.

Então, é com esses valores que estamos buscando contribuir, lembrando aquele exemplo velho, que a gente traz da área agrícola: quando exporto bananas, há um fator agregado; quando exporto uma banana-da, já há um fator dez vezes maior do que aquele fator agregado.

Então, esses itens têm uma tecnologia de arrasto muito grande, o que implica a possibilidade de contribuirmos muito com o comércio exterior. Com nossa balança de importações e de exportações, podemos, sim, contribuir.

Preocupa-nos o fato de que, hoje, o nosso perfil está muito focado na importação de produtos de alta tecnologia, de média/alta tecnologia e de média/baixa tecnologia, e estamos exportando muitos *commodities*. Isso, por vezes, dá uma sensação de que nós estamos bem, mas podemos contribuir numa reversão desse quadro e melhorar ainda mais o nosso perfil de exportação.

Pode passar para a transparência seguinte, por favor.

Essa, então, seria a sequência de produtos. Queremos atingir aquela capacitação, e a base industrial de defesa pode contribuir muito para o desenvolvimento nacional. Todas as tecnologias que empregamos, de certa forma, são de arrasto.

O ciclo de vida vai impactar bastante a nossa organização interna e os nossos trabalhos. O ciclo de vida, normalmente, passa por estes segmentos que aqui estão demarcados, desde a demanda, o levantamento das demandas, os requisitos operacionais conjuntos das Forças, a priorização de estratégias, a maneira como vamos nos adequar a essa realidade, as diretrizes de obtenção, o que vamos desenvolver ou adquirir, a parte de operação da obtenção propriamente dita até, finalmente, a desativação. Esse ciclo é por demais conhecido.

Mas qual é a importância desta figura aqui? Modernamente, não temos de focar no produto pelo produto, mas, sim, pela capacitação que nós queremos. Então, temos de focar, o tempo todo, na capacitação operacional que queremos, com base na capacitação produtiva que também queremos que esteja implantada no País. Isso está orientando a elaboração das nossas políticas e diretrizes.

Daqueles três Departamentos, vou começar falando do meu, até porque, se não der tempo, pelo menos eu garanto a parte que eu posso melhor defender.

Então, há o nosso Departamento de Produtos de Defesa. Na atividade-fim, há apenas nove pessoas. E o que me chama a atenção é que essas caixas deveriam ainda ser mobiliadas. Hoje, estamos trabalhando da seguinte forma: há um pessoal separado em atividade-fim e outro separado em atividade-meio, e buscamos, obviamente, fazer um maior esforço na atividade-meio.

Então, essa é a nossa realidade hoje. No total, somos 15 integrantes. Há alguns estagiários, que não contam no efetivo propriamente dito.

Como meu Departamento está trabalhando? As Forças, de um modo geral, não vão abandonar a ideia – e nenhum país vai deixar isto de lado – da busca da capacitação operacional. Se para isso tiver de importar produtos, vai fazê-lo. Nós não queremos isso, temos de evitar isso, mas a busca da capacitação operacional é prioridade. Então, por isso, encontramos determinados equipamentos, desde navios até helicópteros e aviões, que são importados. Não é o nosso sonho, mas é a nossa realidade.

Hoje, há a área de energia. Qual é a área de energia? É uma interseção. Entre a capacitação produtiva e a capacitação operacional, há, hoje, uma área, que é a base industrial de defesa já implantada. Esta me preocupa muito, não posso perdê-la. Muitas vezes, temos a intenção de dar passos maiores e de ganhar capacitações que ainda não temos, mas não podemos perder o que já existe. Então, isto aqui me preocupa muito. Eu chamo esse projeto de “brasa acesa”. Esta capacitação me dá a tropa equipada e adestrada; esta capacitação me dá a indústria capacitada e mobilizada.

A nossa expectativa é a de que a capacidade produtiva venha a atender plenamente a capacidade operacional, as demandas da capacidade operacional. Alguns países centrais já garantiram esse espaço.

Outra interseção bastante interessante é a capacitação tecnológica, comercial e industrial. Toda vez que eu aplicar um recurso e que eu estiver investindo apenas na capacitação tecnológica, isso pode ser muito positivo para as próximas décadas. Entretanto, temos de dar sentido aos poucos recursos que temos, que estão disponibilizados. Em consequência, sempre

que possível, tenho de identificar qual é a capacitação tecnológica que me falta, para garantir uma boa capacitação industrial e, obviamente, garantir uma capacitação comercial. Esse setor é o que me chama, hoje, a atenção.

Isso me arremete a um campo muito complicado. Quando trato de *offset*, que são aquelas compensações comerciais, tecnológicas e industriais que podemos utilizar quando, particularmente, compramos um produto caro lá fora, como aconteceu com os helicópteros, é preciso haver sistemas de inteligência, no sentido maduro da palavra, sem conotação outra, e é preciso que esses sistemas me digam quais são as cestas de produtos tecnológicos que posso oferecer e que preciso receber, quais são as capacitações comerciais que estou querendo implementar no meu País para garantir aquela base industrial já implantada e qual é a capacitação industrial que pretendo introduzir, fomentar.

Tenho muita dificuldade nisso, apesar do esforço das pessoas que, muitas vezes, estão envolvidas com o Ministério da Defesa. Temos uma espécie de humnograma que funciona razoavelmente bem, mas isso tem de ser institucionalizado.

Há ainda uma dificuldade na coordenação dos esforços das demandas federais, das demandas estaduais e das demandas municipais. Sabemos que nossos produtos são “duais”; aqui, talvez, sejam “triais”. E suas tecnologias permeiam todo esse processo. Por exemplo, um Veículo Aéreo Não Tripulado pode ser utilizado, dentro da própria demanda federal, por outro Ministério, como foi o caso do Ministério da Justiça; pode ser demandado pelos Estados, no que tange aos trabalhos das suas Polícias; e pode, de repente, ser usado até na área municipal, no controle da sua fronteira, com relação à febre aftosa e a outras doenças.

Então, essas demandas, de certa forma, quando impactarem uma tecnologia, um produto de interesse nosso, particularmente estratégico, uma tecnologia dual estratégica, vamos ter de fazer um esforço muito grande e de trabalhar com as demandas públicas, de tal forma que possa haver um maior proveito do potencial dos recursos existentes.

Tenho a sensação, muitas vezes, de que não faltam recursos, de que falta coordenação de emprego desses recursos. O País, de certa forma, já possui uma capacitação muito boa na parte orçamentária e, talvez, demandasse apenas uma boa coordenação.

Esse é um quadro que, por analogia, já pode ser, automaticamente, explorado.

Aqui, falo da estratégia de atuação. Nas três Forças, há uma capacitação tecnológica bastante evoluída, uma capacitação industrial bastante evoluída, um po-

tencial de fomento industrial muito evoluído e também demandas comuns. Temos de atuar muito bem, estamos fazendo esforços. Essa área, no meu entendimento, já está bastante avançada. Da mesma forma, vamos seguir, apontando as tecnologias e, pelo menos, uma política de atenção nacional às três Forças.

Esse quadro serve apenas para demonstrar que não podemos estar sozinhos nesse esforço. Há aqui os recursos demandados e a sinergia. Obviamente, o Ministério da Defesa vai procurar atuar nessa área, em que, com baixo custo e com alta demanda, nas altas sinergias, vamos conseguir bons resultados. Toda vez que atuarmos nessa área, pecaremos no compromisso que temos com a nossa sociedade, que, em última análise, é quem paga a conta do nosso desenvolvimento e da nossa defesa.

O desenho que queremos para a nossa defesa é não exagerar na parte de defesa, o que daria a sensação de estarmos evoluindo, nem focar apenas no desenvolvimento; tem de ser um desenvolvimento equilibrado. Acredito que todos os setores governamentais já perceberam essa realidade.

Há alguns aspectos relevantes. Existe uma parametrização, e estamos buscando colocar essa parametrização no seguinte esquema: há alta, média e baixa demanda, bem como há alto, médio e baixo custo e alta, média e baixa sinergia. É semelhante ao outro quadro: quando atuarmos aqui, estaremos errados. Inicialmente, temos de buscar atender a este primeiro cubo. Seria quase a Lei de Pareto: cerca de 20% dos recursos respondem por 80% das nossas necessidades. São 27 cubos.

De modo geral, esse quadro sintetiza o esforço que estamos fazendo. Numa primeira meta, imaginamos algo da ordem R\$1,2 bilhão anuais, de que precisaríamos, para garantir o projeto que chamo de “brasa acesa”, conciliando as demandas das Forças com nossa capacitação produtiva. Precisaríamos de algo da ordem R\$1,2 bilhão de fomento em recursos na nossa base industrial. E aproximariamos da casa dos R\$6 bilhões. Por que R\$6 bilhões? Seria algo da ordem de grandeza de R\$2 bilhões por Força, em média. São dados bastante amplos, que servem apenas para a nossa concepção. Esse valor seria o que precisaríamos para reequipar as Forças anualmente, para que, em dez anos, pudéssemos renovar as nossas capacitações.

Então, a nossa manutenção da base, numa primeira fase, passaria pela “brasa acesa”. Numa segunda fase, em que já conseguirei ter uma escala produtiva – já coloco as chaminés com certa fumaça –, finalmente, haverá o fortalecimento e a expansão, tudo o que viesse acima dos R\$6 bilhões. Essa é uma

meta bastante factível; não estamos buscando colocar aqui metas inviáveis. Queremos, obviamente, algo que seja factível.

Costumo citar o exemplo de uma fábrica de paraquedas do Rio de Janeiro, que não traz problema algum, porque ela é única. Essa fábrica precisa produzir trezentos paraquedas por ano, que é uma demanda mínima das Forças, que é aquela base mínima. Se não conseguir produzir trezentos paraquedas por ano, essa fábrica terá de fechar aqueles dois ou três postos e aquelas duas máquinas e terá de despedir aquelas senhoras que trabalham ali. Há um custo para se mandar embora essas pessoas; depois, há um custo para readmiti-las e para reciclá-las. E aquela fabriqueta precisaria produzir pelo menos de quinhentos a seiscentos paraquedas para alcançar um preço bastante competitivo e, aí sim, ganhar escala internacional, talvez, de exportação, e assim por diante. São excelentes produtos, e temos a certeza de que eles podem ganhar essas metas. Esse é o nosso papel. Por similitude, estamos buscando trabalhar em todas as áreas com essa vertente.

Diferentemente do que existia no passado, percebemos, hoje, que, de modo geral, os setores do Governo estão alinhados. Direta ou indiretamente, nós estamos... Confesso que a primeira vez que ouvi falar em PAC Defesa, por similitude com o PAC, não foi dentro das Forças nem dentro do Ministério da Defesa, mas, sim, na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Achei estranho. Hoje, percebem-se, nitidamente, em todos esses segmentos, pessoas diretamente envolvidas, comprometidas. Inverteu-se o papel. Hoje, somos cobrados. Eles exigem de nós uma velocidade a que, infelizmente, não estamos conseguindo atender; não estamos conseguindo matar a sede, no momento, na intensidade cobrada.

Outro fórum em que estamos bastante interessados é a nossa Unasur. Como já dissemos, hoje, visualizamos que nossas fronteiras são muito fatores de oportunidade, são muito mais fatores de interação, e, nesse sentido, está muito claro na nossa mente que, muitas vezes, temos de perder para ganhar. Não há a menor dúvida de que, se o nosso entorno, os nossos vizinhos, os nossos irmãos não tiverem o mesmo nível de qualidade de vida que desejamos para o nosso País, para a nossa sociedade, não estaremos cumprindo a nossa meta. A nossa realidade será falsa. Essa é uma verdade. E, aqui, sim, aquele Conselho de Defesa Sul-Americano é o mais democrático que existe.

Dizem que a democracia não é o melhor processo, é o pior processo que existe no mundo, mas não há outro melhor.

Então, a direção desse fórum não é dada por peso econômico, por capacitação ou pela população, mas, sim, por rodízio. Todos passam a ter as mesmas vantagens, os mesmos privilégios. Isso é fundamental para nós, porque, com isso, conseguimos, de fato, tratar dos assuntos com o espírito bastante desarmado.

Outro instrumento que queremos colocar na regulamentação da MP nº 544 é a Comissão Mista da Indústria de Defesa (Cmid), com esses componentes bastante focados no Ministério da Defesa. O importante é a interlocução. A Cmid ativa o Fórum da Indústria de Defesa, que nos apóia. E também os demais órgãos governamentais são apoiados pelo Comitê Técnico da Indústria de Defesa.

Já ficou bastante comprovado que defesa não é um assunto militar; é um assunto que é da sociedade como um todo e que permeia todos os Ministérios. Até hoje, não encontrei um Ministério que não tenha envolvimento direto ou indireto com a defesa.

Obviamente, se estamos falando da Secretaria de Produtos de Defesa, esse Fórum é de suma importância. Dentro dele, obviamente, está a Abimde, com a qual temos uma vinculação muito forte. Recentemente, na semana passada, no Fórum Ibas, na África do Sul, as três Associações, representando a Índia, a África do Sul e o Brasil, fizeram uma carta de intenções, um comprometimento, e isso é muito bom, porque ela começa a assumir agora, de fato, seu papel junto ao Ministério da Defesa.

Há outros aspectos com relação à ciência e à tecnologia e com relação à catalogação, mas acredito que, pelo adiantado da hora...

(Falha na gravação.)

O SR. ADERICO MATTIOLI – Esta apresentação fica disponibilizada.

No que tange ao Departamento de Ciência e Tecnologia, temos uma interação muito forte com o MCTI e com o MRE. Temos interação com todos os Ministérios, mas esses dois chamam a atenção. No MCTI, o que podemos dizer é que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AI) – É o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. ADERICO MATTIOLI – No Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estamos plenamente satisfeitos. É um amadurecimento que já se vem caracterizando há algum tempo.

A Finep praticamente financiou todos aqueles projetos em que tínhamos interesse, e não conseguimos fazer mais porque a nossa “burocracia” fez parte do processo – quando nos descuidamos, temos problemas – e, muitas vezes, porque não fizemos o dever de casa.

O fato é que, antigamente, não estávamos preparados para empregar esses recursos, não estávamos

acostumados a trabalhar com projetos, até porque, quando planejavamos, não havia o cenário da viabilidade. Mas, hoje, já existe esse cenário, já estamos capacitados, e a Finep tem nos apoiado muito.

Outros órgãos, como o BNDES, também estão mudando bastante o seu perfil. Hoje, por exemplo, na área de ciência e de tecnologia – já dissemos daquele alto valor agregado –, uma empresa, quando vai exportar um produto, o seu patrimônio é relativamente pequeno, o seu patrimônio está muito concentrado na capacitação dos seus engenheiros, no seu conhecimento. Em termos de banco, em termos de transações financeiras, esse patrimônio, às vezes, não significa muito, mas, em termos de estratégia para o País, isso é importante.

Hoje, o próprio BNDES tem uma postura diferenciada com relação a isso. O MRE, na pauta de exportações... Esqueci de comentar, mas o MPOG faz um trabalho cerrado conosco na parte de catalogação; estamos fazendo um intercâmbio muito grande. O MDIC, na própria ABDI, na regulamentação que haverá agora de empresa estratégica, eles vão trabalhar com processo produtivo básico, vão mapear toda a cadeia produtiva. Há esse esforço, hoje, repito, e, muitas vezes, quando penso que vou solicitar, estou sendo cobrado. Isso me deixa muito feliz, muito satisfeito, porque percebemos que o terreno está fértil em todos os Ministérios. Peço perdão se, porventura, omiti algum dos Ministérios.

Finalmente, eu gostaria apenas de fazer um comentário com relação à nossa catalogação.

O Brasil está muito avançado no sistema de catalogação, nós fazemos parte do sistema da Otan. Somos atores do Tier 2, que é o tratado que nos permite colocar produtos nossos no sistema. O que significa isso para as empresas? A partir do momento em que se cataloga um produto de defesa, o mundo, que hoje corresponde a 66% do PIB, passa a enxergar aquele produto e o seu fabricante. Ele identifica o país que está produzindo, a empresa que está produzindo, e, para nós, essa é uma vantagem muito grande.

Repetindo, esse é um esforço que não queremos que fique apenas conosco. Hoje, adquirimos uma capacidade impressionante e gostaríamos de compartilhá-la com os países da América do Sul. Esse esforço já está sendo feito, estamos levando isso aos demais países gratuitamente. Foi um trabalho desenvolvido pelas nossas universidades. É uma capacitação que temos, é o melhor esforço que fazemos. Temos uma alegria muito grande quando percebemos que um produto de defesa – com este exemplo, eu gostaria de finalizar – pode traduzir uma vantagem para a nossa base industrial e, fechando o ciclo, uma vantagem muito forte para a

nossa sociedade. O nosso principal produto de defesa é a sociedade brasileira.

Então, é preciso haver esse ciclo de fomento industrial e de fomento tecnológico, passando por todas essas fases. É preciso chegarmos à conclusão de que estamos produzindo um bem para a sociedade brasileira, garantindo à sociedade a defesa que ela pretende e o desenvolvimento que ela requer e que ela pode ter. Estamos certos de que temos condições de alcançar esse desenvolvimento, beneficiando não somente a nossa sociedade, mas todos os países com os quais temos uma relação muito grande. É aquele comprometimento que o Brasil tem de ser um ator global, não um ator predador, não um ator que asfixia, mas um ator líder, um ator que contribui e que pode alavancar o nosso universo, o nosso meio, o nosso ambiente, para um mundo melhor, um mundo mais saudável, um mundo mais justo e equânime.

Era essa a nossa mensagem.

Peço desculpas. Sou filho de italiano e, muitas vezes, sou um pouco prolixo, repito muito. Infelizmente, nascemos com alguns defeitos e com algumas virtudes. Nasci com mais defeitos, mas pelo menos tenho a virtude de reconhecer que tenho alguns defeitos.

Fico grato pela oportunidade que hoje tive aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, General Aderico Mattioli, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, pela sua explanação.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Professor Gunther Rudzit, coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), de São Paulo, e Professor Doutor Especialista em Segurança Nacional.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Boa noite a todos!

Senador Collor, muito obrigado pelo convite. Em nome do senhor, cumprimento todos aqui.

Acredito muito no contraditório como forma de evolução do pensamento. Então, sei que vou provocar bastante aqui, porque tenho uma visão bastante diferente do que se convencionou no Brasil chamar de defesa. Vou procurar, então, pela experiência que tive – vive por três anos nos Estados Unidos, fiz mestrado lá –, trazer um pouco dessa experiência, não como verdade absoluta, porque não acredito que seja, mas como um referencial para nós discutirmos.

Acho que há muito a evoluir no Brasil nesse tema, que é muito importante. Concordo plenamente com o General, principalmente a partir do momento que o Brasil passa a ter outro *status* internacional. E penso, Senador, que a Comissão tem um papel fundamental nisso, ao continuar os debates que são importantes para o Brasil.

Por isso, como não poderia deixar de ser, como agora estou na universidade, trago aqui um pouco de discussão teórica, para fazer, finalmente, uma discussão mais prática.

Para começar, sempre quando discuto defesa e segurança, tento trazer o que é segurança. Qual é esse conceito? Dois dos nossos grandes pais da língua portuguesa dizem que segurança é o “ato ou efeito de segurar”, “estado, qualidade, ação ou efeito de se tornar seguro”. Mas é no Houaiss que, pela primeira vez – e acho importante aqui discutirmos –, aparece o que é segurança nacional: “A garantia das instituições permanentes destinadas a assegurar a integridade e a soberania do estado e a garantir as demais instituições civis do país em respeito às leis e à ordem interna”. Esse conceito é fundamental por quê? Há uma grande confusão no Brasil sobre o que é segurança e o que é defesa. Por quê? De onde surgiu essa confusão? Surgiu na Constituição de 1988, quando se retirou o capítulo de Segurança Nacional e se introduziu o capítulo de Defesa Nacional. Isso é compreensível, por tudo que passamos durante o regime dos governos militares, mas traz uma confusão. Por quê? Qual é o âmbito de atuação de defesa? E o que é segurança?

Eu disse aqui da minha experiência e da contribuição que eu gostaria de deixar. Sempre utilizo essa imagem para separar o que é segurança e o que é defesa. Segurança é o todo de um país. O país pode ser ameaçado ou ter vulnerabilidades diversas que podem levar a uma ameaça, como, por exemplo, o apagão.

Não sei se todos vão se lembrar do momento em que se constatou que faltaria energia elétrica no Brasil, que não haveria energia suficiente para abastecer o País inteiro 24 horas por dia. Não sei quanto a vocês, mas, para mim, morar em São Paulo e ver que, de repente, falta luz em dez bairros é uma ameaça à segurança nacional. Não foi usada essa expressão, mas a lógica de segurança nacional esteve presente para transformar toda uma legislação energética, para que fosse aprovada uma lei que obrigava o cidadão a diminuir seu consumo, porque senão pagaria uma multa. Num estado democrático de direito normal, numa situação normal, isso nunca passaria, mas, tendo em vista que o Brasil – isto, finalmente, está mudando – ainda passa pelo problema de pronunciar que “essa é uma ameaça à segurança nacional”, não se utiliza essa expressão. Mas é fundamental que isso esteja claro.

Por isso, sempre falo de uma política de segurança nacional como uma política maior, em que o governo que assume deve deixar claro quais são seus objetivos e quais são as ameaças e vulnerabilidades que percebe interna e externamente.

Se de novo ocorresse apagão, falta de energia, nós não utilizaríamos o Ministério da Defesa. Foi feito o quê? Política energética. Se, por exemplo, faltam alimentos em massa, não é o Ministério da Defesa que cuida disso. O que se faz? Uma política agrícola. Se há problemas econômicos, como ocorreu quando da especulação contra o real, em 1998, em 1999, não é o Ministério da Defesa que cuida disso, mas, sim, a política econômica.

Então, é esse conjunto que estaria organizado por uma política de segurança nacional, e, em cada Ministério, em cada política setorial, estaria definido o seu escopo de atuação. E, dentro disso, haveria o quê? A política de defesa nacional como instrumento militar desse governo. Por que sempre reforço isso? Primeiro, porque existe um lado prático. Por exemplo, ainda está em vigor a Lei de Segurança Nacional, de dezembro de 1983, em que ficam estabelecidos aqui os crimes e toda a legislação que pode ser ainda utilizada para o que se considera uma legislação de segurança nacional. Ora, teoricamente, o Brasil não tem uma segurança nacional, saiu da Constituição, mas essa legislação está em vigor.

Então, há aí um problema de conceituação e de necessidade de adaptar conceitos e políticas setoriais para a atuação do Estado brasileiro. Que mais resulta isso de confusão, que chamo de conceituação? Por exemplo, na PDN de 2005, é dito que “segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania, da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza e garantia aos cidadãos de exercerem seus direitos e deveres constitucionais”. Até aí, está perfeito. Mas chamo a atenção para o Item nº 2: “A defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para defesa do território [...]”. É dito “ênfase”. O que isso significa? Nessa visão, “defesa” vai além do setor militar.

Por isso, há aí um problema de conceituação. Por quê? É uma inversão da lógica de Carl von Clausewitz: “Guerra é continuação da política por outros meios”. Colocar o país a serviço da defesa o que significa? Estamos colocando todos os setores da sociedade a serviço da defesa, ou seja, do ministério militar. Isso representa uma volta à prática que a Alemanha tinha à véspera da Primeira Guerra Mundial. Como alguns colegas chamam, é uma visão ludendorfiana e até normal. Por quê? Vários militares estagiaram na Alemanha de 1910 a 1912 e perceberam a Alemanha se preparando para a Primeira Guerra Mundial. Então, o país girava em torno da guerra. Não é à toa que esse grupo volta e vai dar origem ao Movimento Tenentista. Então, essa visão ainda perdura aqui.

Qual a importância disso? Vamos lá! Essa PDN traz uma confusão sobre o que é a Estratégia Nacional de Defesa inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. É de novo esse binômio segurança e desenvolvimento como algo inseparável. Um apóia o outro. Realmente, sem a base industrial, o Brasil não consegue organizar a sua defesa. Mas segurança é outro aspecto, vai muito além da defesa, tanto que, no âmbito da Estratégia Nacional da Defesa, é dito: “Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País como os objetivos da sua grande estratégia e os meios para fazer com que a nação participe da defesa”. É dito “a nação”. Abordam-se também problemas propriamente militares.

Então, aí fica explícita essa dicotomia, essa confusão conceitual que cai, na prática, em o que é segurança e o que é defesa. Até onde vai o escopo de atuação do Ministério da Defesa? Ou seja, por colocar também problemas propriamente militares, parte-se do pressuposto de que defesa vai além da área militar. Portanto, a Estratégia de Defesa Nacional, derivada da Política de Defesa Nacional, teria por objetivo organizar toda a sociedade brasileira.

Do ponto de vista militar, também há complicações. Vamos ficar em dois exemplos. Por exemplo, estabelecer um efetivo C3I, Comando, Controle, Comunicação e Informação, que é o cerne para o funcionamento de uma estrutura militar moderna. E olhe que nem coloquei ali SR, *Surveillance and Reconnaissance*, como alguns colocam hoje em dia, ou C4I, incluindo a Computação.

Como é que a gente constrói essa estrutura, essa espinha dorsal do que seria uma estrutura militar moderna integrada? Só um satélite faz isso? Como está definido ali, na END? Só um satélite é capaz de dar tudo isso? Não. Tem de ir muito além disso. Mas focado em quê? Nessa estrutura militar. Quem teria essa capacidade? É o estado-maior conjunto, que, hoje, dentro da estrutura do Ministério da Defesa, não tem essa capacidade. Por quê? O pressuposto básico de um estado-maior conjunto, no meu entendimento, é o de que ele tem de fazer um projeto de força único. Quais são as capacidades militares que o Brasil precisa para defender os seus interesses? Ou isso é feito conjuntamente, ou continua a haver com o quê? O Exército faz seu planejamento, a Marinha faz seu planejamento, e a Aeronáutica faz seu planejamento, e, na hora de atuar conjuntamente, isso complica.

Há uma questão sobre a qual sempre tive dúvida. Se um batalhão de infantaria de selva, lá longe, na Amazônia, precisar de apoio aéreo aproximado, da Força Aérea, ele consegue se coordenar, consegue fazer essa comunicação para, no caso de ser atacado, alojar

todos os seus dispositivos no ponto exato? Então, sem isto aqui, não temos como fazer isso.

Sei que vou “cutucar a onça com vara curta”, mas esta é minha visão. Vamos discutir. Como compatibilizar, como está colocado na Estratégia Nacional de Defesa, o controle e utilização de alta tecnologia – afinal de contas, guerra moderna significa isso, significa a existência de armamentos altamente tecnológicos – com o serviço militar obrigatório? Afinal de contas, um recruta que passa de oito a dez meses lá vai ter condições de aprender a utilizar esse equipamento com alta tecnologia? Sei que esse é um dos pressupostos básicos do Exército, mas, como eu disse, acho que é dessa divergência que podemos conseguir avançar em alguns pontos.

Também ressalto o ponto de vista das indústrias de material de defesa. Na 18ª diretriz, é dito: “Estimular a integração na América do Sul. Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil como irá fomentar a cooperação militar”. Aí há alguns problemas. Realmente, esse processo de cooperação entre os Estados, principalmente num setor tão delicado como é o de defesa, seria o passo além que traria para a terra todas as antigas rivalidades que aqui existem. Mas há um problema aqui. Na verdade, acho que são três problemas. Como é que se consegue fazer isso, a integração as indústrias, quando há cadeias produtivas com lógicas tecnológicas distintas? Não sou do setor industrial, mas conversando com alguns, já tive esse entendimento. Como é que se faz essa integração com conceitos de negócios sustentados por mecanismos econômicos diferentes? E, terceiro, como é que se faz essa integração se cada Estado tem projetos de forças distintos e com requisitos também distintos? Será simplesmente uma fusão de empresas? Será que isso é possível?

Então, são três questões que precisam ser entendidas e que são fundamentais para esse processo. Não digo que isso é impossível, mas são três questões importantes para serem resolvidas. Se quisermos realmente aprofundar esse processo de integração na América do sul, teremos de responder a isso.

Nas medidas de implementação, identifica-se bloqueio tecnológico imposto por países desenvolvidos, retardando os processos estratégicos de concepção brasileira. Realmente, essa é uma identificação corretíssima, mas, na realidade, no mundo, nenhum país ou nenhuma empresa investe bilhões de dólares, simplesmente transfere essa tecnologia de graça e, ainda por cima, cria concorrência. Não existe isso principalmente para aquelas empresas que, por exemplo, têm ações lançadas na Bolsa de Valores. Elas precisam dar um resultado para os seus acionistas, elas precisam pagar

dividendos. Como é que vou justificar isso para o meu acionista, se estou abrindo mão de uma tecnologia que gastei? Por exemplo, se não estou errado, ao redor de 50 bilhões de euros foram gastos para desenvolver o Rafale. Vou vender toda essa tecnologia a que preço, ainda mais criando uma concorrência?

Por isso, vemos que essa lógica fica perfeita na identificação do material de defesa que se apresenta como necessário. Aí fica claro: não aparece aqui educação, não aparece aqui infraestrutura, não aparece aqui saúde. É material de defesa, que são todos estes: caças... Todos esses equipamentos são muito bem identificados. É o que digo: são setores e vetores importantes para uma guerra moderna. O trabalho foi bem feito. Sabem o que necessário para uma guerra moderna. Qual é o maior problema? Nem os americanos, com o orçamento de US\$711 bilhões, nem com tudo isso, conseguem desenvolver toda a tecnologia utilizada nas suas Forças Armadas. Como é que eles conseguem fazer isso? Com integração de cadeias produtivas, com lógicas tecnológicas semelhantes e também com mecanismos econômicos semelhantes. E, principalmente, atendem a projetos de força e requisitos muito próximos. Por que eles conseguem isso? Eles conseguem trabalhar tudo isso com empresas de países aliados, porque, afinal de contas, precisam operar conjuntamente. Então, eles conseguem fazer isso, mas não conseguem fazer tudo isso sozinhos.

Chamo a atenção, por exemplo, para o fato de que veio a grande mídia quando a China bloqueou a venda de terras raras. As sete empresas conjuntamente da China resolveram bloquear a venda de terras raras para o Japão, e isso causou um grande espanto internacionalmente. Terras raras são importantíssimas para o setor eletrônico, mas, dentro do setor eletrônico, figura o setor tecnológico militar. E o Japão é um grande parceiro americano nisso. Não é à toa que Paul Krugman, economista renomado, duas semanas depois, publicou um artigo, chamando a atenção para como esse instrumento estava sendo utilizado por um país, dizendo que isso se tornaria recorrente de agora em diante.

Por último, quanto à ênfase a essa transferência de tecnologia, eu gostaria de destacar alguns pontos. Por exemplo, empresas privadas que investem bilhões não transferem tecnologia indiscriminadamente. Isso não é feito. Nessa transferência de tecnologia, há a necessidade de se saber qual tecnologia se quer. Dou um exemplo: um caça – o Cláudio deve entender isso muito melhor do que eu – é entendido como um sistema de sistemas. Qual desses sistemas se quer? Ou se quer a integração deles? Esse é um ponto importante, porque, afinal de contas, ao se escolher um avião ou uma tecnologia, há determinadas características que

se vão tentar desenvolver. Há outras. Então, o que se quer? Qual é a definição? Qual é a tecnologia? Nessa transferência de tecnologia, há necessidade de se ter capacidade para absorver essa tecnologia. Aqui, é fundamental a educação.

Uso como exemplo algo que foi divulgado recentemente: a FoxCom, que vai produzir *tablets* aqui – tomara! –, está com dificuldade de encontrar parceiros. Não há engenheiros suficientes para produzir *tablets*! Não há engenheiros suficientes na nossa indústria para isso. O que se dirá de indústria de defesa! Então, Senador, educação, como o senhor defendeu aqui para os *royalties*, é fundamental para todos os setores. E isso fica mais explícito aqui. Peguei o jornal de sexta-feira e vi que isso tinha sido divulgado. Não havia como eu não utilizar esse exemplo.

Nessa aquisição e venda de equipamentos, tem de se ter muito claro que não é uma transação normal. Não é como se a gente estivesse importando um carro, um avião civil. Não! Equipamento militar é política *per se*, ou seja, há profundas implicações políticas e diplomáticas quando se escolhe comprar um equipamento de outro país. Por quê? Vão conseguir exportar esse equipamento, produzido no Brasil com tecnologia, para outros clientes? Se a resposta for “sim”, aquele país originário de tecnologia não vai estar interessado nisso? Há implicações diplomáticas por trás disso.

Por exemplo, Estados – tanto os vendedores de equipamentos quanto os compradores – ficam vinculados durante a vida útil desse equipamento, ou seja, tornaram-se clientes numa relação diplomática profunda, que vai perdurar todo esse tempo. Quanto tempo, por exemplo, dura um caça? Por baixo, 25 anos. Portanto, na decisão de onde comprar, um governo tem de ter muito claro isto: vamos estar ligados a esse país por 25 anos, no mínimo. Quais são as implicações diplomáticas disso? Tem de se levar isso em consideração.

Era o que eu queria trazer aqui para as discussões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem! Muito obrigado, Professor Gunther Rudzit, Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e Professor Doutor Especialista em Segurança Nacional.

Agora, passo a palavra ao Dr. Cláudio Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde).

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – Boa noite!

Agradeço a S. Ex^a o Sr. Senador Fernando Collor de Mello pelo convite.

Estou aqui para falar em nome de Orlando Ferreira Neto, Presidente da Abimde, que se encontra em via-

gem ao exterior. Estou na dúvida se sigo a sequência da palestra ou se vou discutir com o Gunther, porque, de fato, ele apresentou uma série de questões muito importantes, nas quais reconheço várias verdades, mas também uma série de verdades disfarçadas não por ele, mas pela própria condição da complexidade desses conceitos. Mas vamos em frente!

Hoje, pretendo aqui seguir aquele roteiro: a Abimde; a base industrial de defesa; potencia nacional; Estratégia Nacional de Defesa; defesa e desenvolvimento; custo; case de sucesso e conclusão.

Muitas das transparências aqui o nosso querido General Mattioli – algumas delas, não muitas – já usou. Então, vou passar rapidamente por elas, para que tenhamos o tempo na medida.

A Abimde foi criada em 1985. Em 2006, ela incorporou a área de segurança à sua finalidade, porque era só indústria de defesa. E, a propósito dessa polêmica que o Gunther levantou aqui, devo dizer que ela também se estende pela área de segurança pública – então, é mais complexo ainda – e atua nessas áreas.

Mostro isso para que tenham uma ideia das empresas associadas – hoje, acho que são quase 150 –, com 25 mil empregos diretos, com 100 mil empregos indiretos, com US\$2,7 bilhões em vendas. São dados de 2009. E ali há uma ideia de como as indústrias estão distribuídas por tamanho.

Esse é um gráfico pictórico dos logos das diversas empresas envolvidas – grandes, pequenas, micro – e de algumas características dessas empresas, desse grupo empresarial, desse grupo de empresas. São empresas de alta especialização tecnológica, exportadoras.

A exportação representa US\$1 bilhão, mais ou menos, crescente. E a maior concentração está no Sul e no Sudeste, mas já aparecem empresas no Nordeste também.

Há diversidade de produtos. Há de tudo: aviões, carros de combate, armas, munições não letais, radares, submarinos, botas, coturnos, capacetes etc.

É importante a gente considerar a característica da indústria de defesa. Não é uma indústria como outra qualquer. Todas têm suas características, as indústrias de defesa também as têm. Então, é de alta tecnologia. É uma indústria multidisciplinar, não pode atuar somente em um produto, tem de ter uma abrangência maior. Exige profissionais qualificados. É intensa em capital. Então, não é possível entrar nesse jogo sem capital, e por isso a importância do Estado como apoiador. Tem de ser flexível. Muitas vezes, com as mudanças de mercado, são exigidas mudanças de atitude muito rápidas. E ela tem de atuar num tripé: mercado interno (governamental), mercado civil e mercado externo. Sem esse tripé, não adianta. A empresa não pode

estar voltada exclusivamente para atender ao Estado brasileiro; já fizemos isso no passado, e não deu certo. E tem de ter uma atuação global, justamente para atender a esse tripé.

A base industrial de defesa não é o conjunto apenas das indústrias, é o conjunto de empresas e instituições civis e militares do País que participam de uma ou mais etapa de pesquisa: projeto, desenvolvimento e manutenção de produtos de defesa.

O que é essa base industrial de defesa? Universidades e institutos militares de ensino, centros de pesquisa e desenvolvimento, empresas de infraestrutura e indústrias de base, empresas de defesa, sejam indústrias, sejam serviços. E, mais recentemente, com a Medida Provisória nº 544, de 29 de setembro – vou abordar isso mais adiante –, criou-se a Empresa Estratégica de Defesa, que vamos ver o que significa.

Esse é um quadro para se dar uma ideia de como estamos. São as maiores empresas do mundo na área de defesa. Esta é a nossa Embraer, somente na área de defesa, ocupando o 95º lugar no *ranking* das empresas de defesa.

Essa foi uma capa da revista *The Economist* que mostra o Brasil decolando, muito sugestivamente com o Cristo Redentor decolando. Essa é a visão que, hoje, o mundo tem do País. Se essa visão está certa ou errada, se está totalmente certa ou totalmente errada, vamos ver; esse é um ponto para a gente discutir.

Às vezes, a gente perde um pouco a nossa dimensão nacional. O Brasil açambarca, em termos do seu território, praticamente toda a Europa, mais ainda do que os países desenvolvidos, 4,5 mil quilômetros de suas diagonais.

Nós conhecemos isso. No Brasil, há 8,5 milhões de quilômetros; uma população de 200 milhões de habitantes; água em profusão, com 12% da reserva mundial; terras agricultáveis; energia; energia renovável. Enfim, hoje, o nosso País, realmente, aparece no mundo como um grande ator.

Essas são as nossas fronteiras. Essa é a Amazônia azul, que é uma grande conquista da nossa Marinha brasileira, que, trabalhando durante anos e anos, conseguiu obter o mapeamento do território submarino. E, com isso, há uma nova perspectiva econômica, desde energia, pesca, terras raras, como falou o Gunther, enfim, um novo universo econômico para o Brasil.

E, aqui, são as nossas fronteiras com os nossos dez países limítrofes, mais o Chile. Há certa condição de harmonia aqui dentro. As desavenças são episódicas; existe todo um esforço de cooperação. E essa é a posição brasileira com relação ao continente no qual o Brasil está.

Como disse o General Mattioli, o próprio Sisfron, o Sistema de Vigilância da Fronteira, é um sistema de cooperação, mais do que tudo, num mundo complexo, incerto e dinâmico. Então, temos de olhar a nossa perspectiva de defesa dentro do mundo, não no Continente Sul-Americano, como o que nós vimos fazendo.

Numa visão de futuro, a gente acha que existe uma estabilidade regional, com um crescente investimento na área de defesa, por várias situações.

Possibilidades de crise existem, sim. Há a Amazônia, o petróleo, alimentos, que englobam a água – o Brasil, com aquela quantidade de recursos hídricos, é realmente um país cobiçado nesses aspectos –, aumentos populacionais desordenados e alianças estratégicas em termos do Mercosul e do Brics. E, agora, há a Unasul, na área de defesa especificamente.

Essa é uma frase do nosso Henry Kissinger que é de 1977, mas que ainda apresenta algumas coisas atuais. Se vamos crescer, se estamos nos colocando como um *player* mundial, temos de engrossar e dar mais consistência ao nosso sistema de pressões políticas, econômicas e mesmo militares. Isso faz parte do nosso papel.

Essa é a nossa estratégia de defesa. Coloca-se a posição nacional dentro desse lema.

Essa transparência é muito importante porque mostra a relação entre a Estratégia Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento. É muito importante o virtuosismo desse ciclo, buscando autonomia. E não é autonomia absoluta. Isso é impossível. Quando se fala em autonomia, fala-se de autonomia dentro de alguns preceitos, estabelecendo aquilo que a gente quer, aquilo de que a gente precisa. Qualquer tentativa de achar que vamos ter autonomia é um devaneio, uma quimera.

Esse é um projeto de Estado, a Estratégia Nacional de Defesa. Se, depois, tivermos a oportunidade de discutir as ponderações do Gunther, haverá uma polêmica muito grande, porque realmente existem muitos pontos difíceis de conceituar.

Eu acho que nós é que tiramos do Ministério da Defesa, dos três eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Defesa. E a Estratégia é mostrada como uma agenda industrial positiva. Há o estabelecimento de visões para a indústria, o atendimento das necessidades das Forças Armadas, com apoio em tecnologias sob domínio nacional.

O que diz a Medida Provisória nº 544, assinada no dia 29 de setembro? Estabelece normas especiais para compras, contratações de produtos, sistemas de defesa e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. Cria a figura do Produto Estratégico

de Defesa, cria o conceito de Empresa Estratégica de Defesa, que é a empresa que atende a alguns requisitos. É uma empresa que atua na cadeia produtiva de manutenção, de revisão, de conversão de um produto estratégico de defesa; que tem no País sua sede, sua administração, estabelecimento industrial ou equiparado a industrial; que dispõe no País de comprovado conhecimento tecnológico e de pesquisa científica e tecnológica e que assegura o processo decisório com forte conteúdo nacional.

O Regime Tributário Especial foi criado também para as indústrias que venham a ser classificadas como tal, dentro de normas que estão sendo elaboradas.

Vale aqui dizer que a Medida Provisória deverá ser aprovada no prazo constitucional, que, se não me engano, vai até o final do ano. A partir daí, ela terá de ser toda regulamentada, e, provavelmente, haverá um longo percurso de regulamentação dessa Medida Provisória, porque envolve renúncia fiscal, envolve Regime Tributário Especial, envolve uma série de incentivos. Isso vai tomar certamente o ano de 2012 – não tenho dúvida – e entrar pelo ano de 2013. Então, haverá muita movimentação, principalmente nesta Casa.

Essa definição de Empresa Estratégica de Defesa será feita no âmbito do Governo, com forte participação do Ministério da Defesa, mas também com a participação de outros Ministérios, porque é assim que prevê a Medida Provisória.

São estes os investimentos previstos: pelos menos uns R\$120 bilhões no longo prazo; R\$40 bilhões já identificados. Já há projetos em andamento: o do submarino, o da modernização do F-5, o KC-390, o novo transporte, os helicópteros, helicópteros franceses e russos e o Veículo Blindado sobre Rodas. Estes são os projetos que estão aguardando recursos: o FX-2 – veremos qual será a decisão do Governo –; o Sisfron; o Sisgaaz – já se fala também que esses sistemas de vigilância, tanto o da Amazônia Azul quanto o de fronteiras, vão ser ligados a um sistema de satélite, porque não tem cabimento haver um satélite para o Exército e um satélite para a Marinha, isso é impossível; estamos trabalhando nesse sentido, pelo menos é o que se vê –; o programa de navios de superfície e o de modernização de blindagem.

Produtos de defesa são indutores de desenvolvimento. Tecnologia e capacitação próprias ajudam a independência e a autonomia do País.

Aqui, começam as nossas superposições de transparências. Isto a gente está demonstrando, como já falou também o General Mattioli: o crescimento de valor agregado. Aqui, embaixo, estão as *commodities*, que, à medida que vão sendo trabalhadas, vão agregando valor. Se a gente puder aumentar a capacidade

de brasileira de exportação e de negociação de bens nessa faixa, isso será bom para o País, será bom para o desenvolvimento. E é nessa faixa que estão os produtos de defesa. O General Mattioli já falou sobre isso, não vou perder mais tempo com isso.

Aqui, é dado um exemplo do que é tecnologia dual, que é um conceito importante. Toda tecnologia na área de defesa tende a ser dual, ou seja, de uso civil. A Embraer, por exemplo, fez um programa do AMX com a Itália. Esse programa gerou uma capacidade dentro da Embraer para ela desenvolver o 145, que é um avião de transporte regional, o 170 e o 190. Esses aviões, hoje, estão voando em boa parte do mundo, no Brasil e em outras áreas. Esse é só um exemplo. Existem outros exemplos do que é um investimento na área.

Aqui, está um exemplo que ainda não se concretizou, que é um novo projeto do KC-390, um avião de transporte militar. E essa é uma visão do que poderia ser, por exemplo, o uso desse avião no transporte dos Correios brasileiros ou de outros correios em qualquer parte do mundo.

Há outros exemplos de emprego dual das tecnologias, como carros desenvolvidos para combate a incêndio, que entram em zona quente; submarinos não tripulados; aviões não tripulados, o que, na área de segurança, é uma tecnologia bastante usada hoje em dia.

Estas são algumas medidas viabilizadoras de todo esse processo: planejamento contínuo de encomendas, garantindo cargas para a indústria; incentivo a programas de pesquisa e de desenvolvimento pré-competitivo – isto é muito importante, tendo em vista a necessidade de prontidão tecnológica –; fomento à capacitação de mão de obra, o que já foi falado aqui e é absolutamente mandatário. Ninguém pode pretender entrar num programa de alta tecnologia e de tecnologia sensível se não tiver capacidade de recursos humanos. Isso é fundamental.

Há as Empresas Estratégicas de Defesa. Buscar-se-ia que elas fossem a liderança empresarial das aquisições estratégicas de defesa, porque continuará a haver aquisição do exterior. O ideal seria que empresas estratégicas liderassem esse projeto, para aumentar sua capacidade tecnológica e sua capacidade de gestão de alta tecnologia.

Quanto ao mercado externo, tem existido um apoio continuado do Ministério do Desenvolvimento e Indústria.

Também há a aproximação política estratégica, a ampliação de acordos bilaterais de defesa, o tratamento integrado e sistêmico de compensações comerciais.

Eu queria falar sobre o *offset*, que são as contrapartidas comerciais, industriais e tecnológicas. Na verdade, os *offsets* são instrumentos, são ferramentas.

É como se fosse uma faca: uma faca pode ser utilizada para salvar vidas, mas também pode ser utilizada para tirar vidas. Então, é preciso gestão atrás dos *offsets*. *Offsets* sozinhos não resolvem a situação. É preciso que o Governo atue de forma mais forte no processo de gestão desse instrumento, desse mecanismo importante, que são os *offsets*.

E há também a ampliação estruturada da rede de relacionamentos. Há uma atuação integrada do Ministério da Defesa com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e com o Ministério das Relações Exteriores.

A venda e a exportação de produtos de defesa ou de segurança dependem fundamentalmente da área política do Ministério de Relações Exteriores. Não podemos exportar nada sem a autorização da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (Pnemem), que mereceria, inclusive, ser atualizada, ser revista, porque é uma legislação muito antiga. Mas todo o processo de exportação depende do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, principalmente, para seguir o seu curso.

Quais são os benefícios socioeconômicos? Hoje, a indústria de defesa emprega aproximadamente 25 mil pessoas diretamente, com 100 mil empregos diretos. A gente vê uma perspectiva de crescimento nos próximos anos, nas próximas décadas, dessa ordem, se conseguirmos implantar essas medidas viabilizadoras.

Este é um dado importante, é uma constatação feita não só pelo Ministério da Indústria e Comércio como pela Abimde também: cada real investido gera dez vezes esse valor em divisas de exportação, por causa daquele valor agregado, falado lá atrás.

O mercado mundial, hoje, é da ordem de US\$1 trilhão de produtos de defesa. Aqui, está a participação em exportação, que é de 0,1% desse mercado; quer dizer, existe muita possibilidade de o Brasil ampliar isso.

Quais são as potencialidades da área?

Disponho de mais quantos minutos? (*Pausa.*)

Tenho mais um minuto.

Então, são essas as potencialidades da indústria de defesa. Há alguns óbices: a carga tributária brasileira; a taxa de juros; gargalos de infraestrutura; burocracia; custo da mão de obra; política cambial, que nos confere baixa competitividade; tecnologias críticas, algumas delas; e alguns embargos tecnológicos que a indústria sofre.

Essa é uma resposta a uma consulta de uma empresa em que foi negada essa tecnologia, tendo em vista que excede o nível de capacidade aprovado para o Brasil. Isso ocorre em vários segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em relação ao quê?

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – Por exemplo, queríamos uma plataforma giroométrica de cabeça de comando de um míssil desses, mas isso foi negado. Então, a empresa brasileira é obrigada a desenvolver essa capacidade. Há vários exemplos: a modelagem do caça F-5 não foi fornecida e teve de ser desenvolvida aqui, para que houvesse o aperfeiçoamento, a modernização do caça.

Na área espacial, isso também ocorre. Aqui, há vários sistemas inerciais, sistemas integrados de plataforma inercial. Aqui, isso se deu na área de satélite e na área nuclear, em que o Brasil desenvolveu a ultracentrífuga.

Há casos de sucesso: a Embraer, a Taurus, a CBC, a Condor, de equipamentos não letais, a IBCA.

Era isso que tínhamos a dizer. É preciso valorizar e divulgar o produto nacional.

Desculpem pelo adiantado da hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde).

E, agora, encerrando o ciclo de palestrantes, concedo a palavra ao Professor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur).

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Sr. Senador Fernando Collor, Senador Cristovam Buarque, Senador Arruda, senhores diplomatas aqui presentes, plateia, meus companheiros de Mesa, eu ia fazer uma exposição livre, uma exposição liberta de qualquer tipo de atrelamento. Mas fui obrigado, pelas palavras do Gunther, a ter de seguir um texto que escrevi há quatro anos sobre a questão de segurança e defesa, quando eu era professor – não o sou mais, apesar de o uso do cachimbo deixar a boca torta. Eu não sou mais professor, mas era professor da Coppe, dava aula de Estratégia Nacional na Coppe. Eram três cursos. O terceiro curso era Aspectos de Inserção, e eu discutia as questões centrais do século XXI e o problema do Brasil inserindo-se nesse contexto. E um dos textos é intitulado “Segurança e Defesa”. Vou lê-lo, porque acho que pode ajudar muito nas discussões aqui e pode ajudar muito a esclarecer algumas questões que o nosso amigo Gunther levantou aqui.

Primeiro, antes de avançar no tema, é importante deixar claro... Eu peço perdão a vocês, porque estou rouco. Peguei um avião de Portugal para cá, e esse negócio de atmosfera de avião é um desastre; esse é outro desastre que existe por aqui.

Antes de avançarmos no tema, é importante deixar claro que segurança é um estado, defesa é um ato.

Por isso, entendo que as questões relativas à segurança devem sempre preceder o estabelecimento de uma política de defesa. Isso explica a ordem proposta para o tema no texto que estou lendo: “Segurança e Defesa”, não “Defesa e Segurança”. Primeiro, é preciso estabelecer as bases sobre as quais se possa assentar a segurança de uma nação e de seus cidadãos e, depois, pensar em como se defender, caso essas bases sejam ameaçadas de rompimento.

Desse modo, devemos entender que a preocupação no trato do tema não pode ser exclusivamente militar, mas deve contemplar também digressões no campo político, econômico, técnico-científico, cultural, psicológico e social.

Uma concepção de segurança para o Brasil, obrigatoriamente, deve fazer parte de um projeto para sua inserção no mundo, e este, por sua vez, é uma componente relevante de um projeto nacional.

Antes de tudo, esse conjunto está intrinsecamente inserido nas questões de natureza estratégica. Não são, portanto, temas capazes de ter uma apresentação livre de metodologia. A metodologia clássica para a solução dessas questões é submetê-las ao triângulo indissociável, indissolúvel, que une a política, a estratégia e o poder.

Meus amigos, vivemos num mundo em transição. É preciso entender que todos nós estamos alterando a ordem vigente. Todo dia, lê-se isso nos jornais. Essa transição está ocorrendo. O Brasil está, por exemplo, ficando um país rico. As pessoas, talvez, não tenham consciência disso. Eu, que vim da Europa agora, tive a clara consciência de que o Brasil está ficando um país rico. E riqueza e poder andam juntos. Se alguém acha que ficou rico e não tem o poder para garantir sua riqueza, pode ter certeza de que alguém virá e tirará essa riqueza. Riqueza e poder andam juntos. Esse é um conceito clássico.

E é importante entender que uma concepção de segurança do Brasil tem de observar essa questão do triângulo indissolúvel. A política deve responder o que fazer, o que devemos fazer; a estratégia responde como nós vamos fazer; e o poder, que meios nós dispomos para fazer.

Então, a primeira questão e a mais relevante é a política. Nós somos submetidos a uma lógica, que vem da economia clássica inglesa e que a corruptela marxista levou adiante, de que é a economia que faz a política. Não, meus amigos, é a política que faz a economia! E é dentro desse tipo de discussão que temos de levar essa questão, porque o problema, o primeiro passo que se coloca para a discussão da política de segurança e de defesa de qualquer país é responder as questões: qual é a política nacional? Ou seja, quais

são as diretrizes imaginadas para o Brasil no seu longo prazo? Melhor ainda, o que devemos fazer para valorizá-lo no cenário mundial? E o que devemos para que essa valorização se reflita em melhor qualidade de vida para a população brasileira? A resposta nos parece óbvia: temos de deslocar o Brasil de sua posição periférica, atual, para uma posição mais central no concerto das nações. Mas como fazê-lo? Qual deve ser a nossa estratégia?

Como falei antes, o Brasil é a América portuguesa. Salta aos olhos que nossa concepção estratégica deve levar a cabo a mundialização que os portugueses começaram, porque temos características ímpares. Somos um povo diferente dos outros. Somos um povo mestiço, antropofágico, sincrético, tolerante, o único povo capaz de levar adiante o processo de mundialização, que é o sonho que permeia a filosofia ocidental. O sonho que permeia a filosofia ocidental é a construção de uma única pátria humana. Mas, para isso, deve haver alguém com características especiais para conduzir esse processo. Não são, por exemplo, os norte-americanos. Vocês estudam lá e sabem perfeitamente que os norte-americanos não sabem distinguir o cinza; para eles, ou é branco, ou é preto. Eles não são um povo tolerante. Logo, não são indicados para levar o processo até o final. Isso não importa, porque essa é outra conceituação.

Observando sob a ótica geopolítica e relembrando que isso já foi dito, o Brasil detém duas propriedades: a sua inserção na massa continental de um espaço periférico, que é a América do Sul, e a sua projeção e acesso a um espaço marítimo, também periférico, o Atlântico Sul. A isso devemos acrescentar a importância da nossa capacidade de polarização nesse subcontinente, fronteira com nove dos doze países independentes que integram a América do Sul.

Essas assertivas se coadunam com os princípios centrais da nossa Estratégia Nacional, que vale a pena repetir: primeiro, a estruturação para um espaço de prevalência de mundialização no hemisfério sul, cujo detalhamento é o aproveitamento da nossa posição continental mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana, aproveitando as componentes estruturais já apontadas como instrumento de organização do processo de mundialização; segundo, o aproveitamento de nossa posição marítima como instrumento de dominação do espaço marítimo do Atlântico Sul e de condução do processo de mundialização do Golfo da Guiné à costa ocidental da África; terceiro, a criação de uma nova posição marítima vinculada ao Oceano Pacífico, que conduza a mundialização à Nova Zelândia, à Austrália e à costa oriental da África.

Então, somos o principal país do hemisfério sul e temos de assumir essa nossa posição. Não podemos ficar achando que não temos o que fazer. Temos muito a fazer no mundo.

O segundo aspecto é a extensão desse processo, desse espaço estruturado, a todo o hemisfério norte, de forma a efetivar a mundialização. O detalhamento desse segundo princípio pressupõe a montagem de parcerias estratégicas e alianças com potências do hemisfério norte, para a penetração da mundialização nesse espaço, e será fruto das circunstâncias conjunturais do balanço de poder nesse mesmo espaço.

Contudo, como já foi dito aqui, está claro que a hegemonia completa de uma potência no hemisfério norte não é de interesse da nossa Estratégia Nacional, devendo todo o movimento pretendido considerar o apoio à contestação a essa possível hegemonia.

O objetivo, então, deverá ser o de prover segurança e política de defesa a um amplo espaço que engloba muito mais que o território continental do Brasil. E o primeiro passo, para fixar os contornos da segurança para esse espaço e estabelecer uma política de defesa, pressupõe a análise das principais características que influenciam a dinâmica política, econômica e psicossocial do País nesse espaço e diante dos desafios mundiais.

Fora do campo militar, a maior das ameaças que pesa hoje sobre o Brasil é a fragmentação de sua unidade nacional, a cobiça da Amazônia, por exemplo, e o seu discurso mitológico tão bem construído ao longo do século XX e que fundamenta a busca da mundialização. Isso poderá redundar na construção de outro discurso que provoque ações externas de desestabilização da unidade nacional, por exemplo, pela importação e imposição de pautas externas.

A título de exemplo, muito mais importante do que levantar questões raciais ou fazer cotas raciais, neste País mestiço, era buscar a resolução das questões sociais. Isso era muito mais relevante. Mas importamos a pauta.

Não se pode admitir como seguro o destruir de um discurso verdadeiro do Brasil, como país mestiço, sincrético, tolerante, antropofágico, tropical, feliz, acolhedor, um país do futuro e um país unido. A segurança do Brasil no campo externo é primordialmente ameaçada por ações que atinjam a soberania do seu Estado nacional.

De onde poderão vir essas ações? Essa é a questão que temos de responder para estruturar uma política de defesa. De onde pode vir isso? Obviamente, essas ações só podem vir do centro. A posição geográfica, o nível de poder e os objetivos do Brasil afastam

qualquer perspectiva de razões de segurança externa estejam postas na periferia.

Alguns analistas afirmam que não existe hoje um Estado claramente hegemônico no centro. Contudo, para nós, a posição dos Estados Unidos no mundo é de centro e de núcleo hegemônico, o que está sendo progressivamente contestado. Isso está sendo progressivamente contestado. E é bom que os senhores se lembrem de que não é o contestador nem o contestado que se estruturam no futuro centro. Se há uma dinâmica no processo civilizatório, toda periferia busca ser centro, e toda barbárie busca ser culta. Não é toda periferia que consegue ser centro, mas só aquela que é, efetivamente, mais habilitada ou que está mais bem formatada para isso, onde sua barbárie consegue se impor sobre a cultura.

Então, se observarem a história, verão que, quando a Holanda contestou a União Ibérica, quem chegou ao centro foi um terceiro interessado: a Inglaterra. Quando a Alemanha contestou a Inglaterra, quem chegou ao centro foi um terceiro interessado: os Estados Unidos. E sempre será assim. Quando Cartago contestou a Grécia, sob a dominação mercantil no Mediterrâneo, quem chegou ao centro foi Roma. Sempre será assim. Nós temos de nos posicionar como terceiro interessados. Essa é outra coisa importante dessa discussão.

Alguns analistas dizem que não há essa hegemonia, mas acho que os Estados Unidos ainda são hegemônicos. Por quê? Os Estados Unidos detêm um poder militar incontestável. Estão aí os US\$711 bilhões que aparecem no orçamento de defesa americana, fora os outros US\$700 bilhões na área de inteligência, que fazem parte do orçamento militar, mas que não aparecem na sua estatística. Mas também são gastos militares.

Além disso, os Estados Unidos ainda têm um poder, não sei até quando, de pintar um papel de verde e fazer aquilo virar riqueza. É o dólar. Esse, talvez, seja o maior poder que o americano tem. Mas isso é apoiado pelas Forças Armadas. Se não fossem as Forças Armadas, o dólar, talvez, não valesse tanto. É preciso entender essas coisas. Esse é o maior poder que eles detêm. Mas isso está sendo progressivamente solapado.

Vamos analisar o porquê da importância que daremos à visão estratégica daquela nação. Vou explicar que, na concepção estratégica dos Estados Unidos, há quatro princípios, e o primeiro deles é o domínio da massa territorial norte do hemisfério ocidental. Os Estados Unidos, para isso, compraram a Louisiana dos franceses, quando Napoleão precisou; compraram a Flórida dos espanhóis; fizeram guerra ao México e tiraram dois terços do território mexicano que, naquela época, eram considerados bárbaros, mas que não

eram bem mexicanos, eram de ocupação espanhola. O que mais que eles fizeram? Compraram da Rússia o Alasca. E terminam o século XIX fazendo guerras à Espanha, para retirar a Espanha de Porto Rico e de Cuba e para, com isso, adquirir uma hegemonia completa sobre a parte norte do hemisfério ocidental. Isso é meio contestado. É bom lembrar isso, porque houve uma série de posicionamentos contrários à presença norte-americana naquela região. Mas isso não importa, porque os Estados Unidos atingem seu primeiro objetivo antes do final do século XIX.

Quais eram os outros objetivos estratégicos dos Estados Unidos? O segundo era o de não permitir que nenhuma potência ou coligação de potência ameaçasse o seu predomínio sobre a região. Isso nos atinge, quando pensamos no Mercosul, porque o Mercosul é uma possibilidade de contestação no hemisfério ocidental ao predomínio americano. É preciso entender as coisas. Temos de rasgar a fantasia para poder falar de política de defesa.

O terceiro objetivo deles era o de não permitir nenhum predomínio completo sobre a Eurásia. Um livro de Kissinger trata disto de forma magistral: como a política norte-americana foi construída no sentido de evitar o predomínio de qualquer país sobre a Eurásia.

E o último objetivo dos Estados Unidos é o domínio da massa líquida que cerca o hemisfério ocidental, o Atlântico e o Pacífico. E conseguem isso com o término da Segunda Guerra. No término da Segunda Guerra, os Estados Unidos eram muito mais poderosos do que hoje. As moças de 18 anos, e aqui deve haver algumas, devem saber que o ápice se deu ali e que o declínio é inevitável. Depois que há um ápice, há um declínio. E os Estados Unidos, no final da Segunda Guerra, tinham 55% da produção industrial do mundo e era o único país detentor da bomba nuclear. De lá para cá, muita coisa mudou. Hoje, os Estados Unidos, apesar dos gastos monumentais na área de defesa, não se sentem tão seguros como eram em 1945, apesar da existência da União Soviética.

É bom avançar nessa minha digressão. Eu queria entrar exatamente no ponto que nos interessa, que é a questão da política de defesa. E vou fazer algumas observações que acho judiciosas quanto ao tema.

Primeiro, diferentemente do que se tenta propagar, alta tecnologia de armamentos só traz a vitória em situações muito especiais, como a Guerra do Golfo. Mesmo assim, tem os seus limites, como se constata no Iraque e no Afeganistão de hoje. Armas de alta tecnologia não trouxeram muita ajuda em lugares como o Vietnã ou a Somália, onde a diplomacia resultante de uma liderança, parece-nos, teria sido algo muito mais efetivo. Então, a primeira coisa é entender isso.

Segundo, ao olhar a história, pode-se afirmar que o armamento sempre foi menos decisivo na guerra do que o moral das tropas. Isso sempre será verdade. O moral das tropas está cada vez mais associado a algo relativamente novo, que se conhece como opinião pública. A conquista desse espaço se faz pela permanente identificação do interesse público com o interesse nacional, algo que exige uma postura ativa por parte do beligerante. E é bom sempre lembrar que, em clima de guerra, é o interesse nacional que estabelece o interesse público, não o contrário.

A outra questão é que o desenvolvimento da tecnologia de armamento vinha sendo vagaroso ao longo da história. Séculos se sucediam sem que ocorresse progresso significativo. Agora, isso se modificou. Novas famílias de armamento aparecem a cada década. O que está acontecendo com todas as mudanças que se vêm processando no modo de guerrear não é algo novo. Nova é a velocidade com que se vêm materializando essas mudanças. Entretanto, os retardatários chegam aos mesmos resultados, gastando mil vezes menos.

Olhando as últimas décadas, verifica-se que as nações ricas gastaram trilhões de dólares em satélites espaciais, em mísseis continentais e explosivos nucleares. Hoje, para se atingirem os mesmos objetivos, gastar-se-ia muito menos. Com a informática e com o xérox, não há barreiras, meu amigo. Isso é importante. Se há vontade de fazer, faz-se qualquer coisa. O que pode haver é mais falta de vontade política do que falta de recursos. Todavia, deve-se enfatizar que um mínimo de recursos financeiros é um fator chave para o sucesso. Sem esses recursos, não pode haver tecnologia para melhores armamentos e preparação das tropas.

Uma nação pobre sempre tem de otimizar o seu parco orçamento, mas, em confronto com uma nação rica, todos os recursos têm de estar voltado para o esforço bélico. A história recente dos países poderosos demonstra que o orçamento de defesa é aquela parcela dos gastos governamentais que tende a ser a maior fonte de desperdícios e de corrupção e que, por isso, também sempre é fonte de maior poder político. Deve-se ter em mente, observando os orçamentos de defesa dos países ricos, que é comum, nesses países, armarem-se as tropas, não com o equipamento que necessitariam para cumprir seus objetivos, mas, sim, com aqueles dispositivos que foram julgados pelos interesses políticos mais úteis. Esse erro é imperdoável para um país pobre.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – V. Ex^a
me concede mais cinco minutos? *(Pausa.)*

Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, como as recentes guerras demonstraram, as Forças Armadas podem ser de duas naturezas: as que nomearemos de intensivas em pessoal, mais adequada aos países pobres, e aquelas que nomearemos de intensivas em material, caras e mais adequadas aos países ricos, assim como as Forças Armadas de índole ofensiva custam bem mais que Forças Armadas de índole defensiva. As Forças Armadas de índole defensiva têm naturalmente o predomínio das forças terrestres sobre as forças aéreas e navais, pois o caráter defensivo resulta da baixa capacidade de projeção de seu poder, por meios aéreos ou marítimos, para além de suas fronteiras. Contudo, não se pode prescindir de meios aéreos e navais que materializem o que se convencionou chamar de “esforços combinados”, tratando-se de países com as dimensões do Brasil que contam com teatros prováveis de operações que reúnem condições peculiares de emprego desses meios, como claramente é o caso da Amazônia. Lá, avulta a necessidade da adequação das forças terrestres às suas condições peculiares, da modernização dos meios navais e, principalmente, do estabelecimento de sólidos e confiáveis sistemas de proteção aérea.

Dentro da força terrestre, a infantaria é a grande responsável pelo sucesso de uma postura defensiva. O sucesso da infantaria reside em dois pontos: primeiro, no grau de interação do combatente com a natureza que o cerca; segundo, na propriedade de seu equipamento e de seu armamento a esse meio ambiente. A propriedade do equipamento em nações pobres tem como um de seus maiores incentivadores a utilização crescente por parte da população rural de bens industriais. Daí a necessidade, dentro dessa estratégia, de pequenas indústrias terem a capacidade de ser adaptadas para fins bélicos. A atividade rural deve ser servida de uma indústria com capacidade de transformação para fins bélicos. Isso não é nada novo, não. É uma coisa que não é nova. É algo que já persiste há cem anos.

Em termos de guerra convencional, há uma revolução que ainda está por vir. A última foi uma guerra de mecanização. A próxima será a dos armamentos antimecanização. Devem-se entender como armamentos antimecanização todos aqueles capazes de destruir, a um baixo custo relativo, os armamentos resultantes da mecanização, tais como tanques, aviões e navios. Esses equipamentos já estão disponíveis com a atual tecnologia, e, entre eles, destaque especial deve ser concedido aos mísseis guiados, em especial àqueles portáteis e acessíveis ao infante.

Entendam uma coisa: uma avião desse, um Rafale, deve custar US\$600 milhões, US\$700 milhões. Um míssil de US\$250 mil pode derrubar um avião desses.

O binômio espaço-tempo sempre foi o elemento determinante para a condução da guerra. Hoje, o fator tempo está maximizado. O tempo é fundamental tanto para quem defende como para quem ataca. A luta também é contra o relógio. Nas áreas geoestratégicas críticas, como é a Amazônia, o seu habitante deve estar habilitado para, prontamente, assumir as missões de defesa do território. Esta é uma vantagem: a defesa não pode abrir mão do profundo conhecimento do terreno.

Os gastos com a defesa devem ser diretamente relacionados com o valor das riquezas a serem preservadas. O Brasil figura, hoje, como detentor de riquezas construídas ou de riquezas naturais que o colocam entre os cinco mais ricos países do Planeta. A média de gastos anuais desses cinco países, de acordo com dados colhidos no Instituto Internacional de Estudos Estratégicos em Londres e no Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de Paris, é de cerca de 3,5% de seus Produtos Internos Brutos (PIBs). O Brasil gasta, de acordo com as mesmas fontes, bem menos do que metade disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Gasta 1,6%.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Exatamente, 1,6%.

É falso o conceito difundido de que se processa, no momento, uma bem-sucedida revolução de assuntos militares com base no princípio do conhecimento, que despreza o conceito de massa numérica como elemento decisivo. Há uma glorificação mal-sucedida do conceito de *softpower*. Esse conceito se apoia em três vertentes: a percepção decorrente do conjunto de informações estratégicas, o que explica a ênfase concedida a sensores não tripulados que monitoram o espaço; o processamento dessas informações; e a ação baseada no conhecimento dessas informações através de armamentos tidos como de precisão cirúrgica, que se conceitua como C3I2 (Comando, Controle, Comunicações, Inteligência e Informática) ou como C4VR (Comando, Controle etc). Na verdade, eles têm levado a resultados medíocres.

Bin Laden não foi morto assim. Eles tiveram de usar um comando. Aliás, na Líbia, hoje, está se vendo isso de forma clara. Mas difundem isso, porque isso dá a ideia e cria o discurso da nossa incapacidade.

Isso acontece mesmo sem que a principal ameaça a esse trato das questões militares, pelo viés único do princípio do conhecimento, tenha sido usada, ou seja, o ataque aos sistemas de informação que a suportam.

Por isso, temos de dar bastante ênfase, no Brasil, à questão de estudarmos a guerra eletrônica, as formas de ataque e de defesa no campo da informá-

tica, que deveriam merecer a maior das prioridades, que, repito, deveriam merecer a maior das prioridades.

Eu poderia continuar, mas eu cansaria muito os Senhores. Esse texto está disponível. Acho que vim aqui para ajudar. Temos muita coisa a fazer. O Brasil é um país com um grande futuro. A integração da América do Sul é inevitável. Não acredito em globalização, acredito em polarização. Construímos, com os países da América do Sul, a terceira economia do mundo, pois são US\$4 trilhões de PIB. Somos um espaço em ascensão.

Vim da Europa ontem, sei o que é o descenso. Não fui aos Estados Unidos recentemente, mas leio que há um descenso. E os países emergentes têm de assumir sua posição no mundo. O Brasil faz parte desses países emergentes. Para isso, temos de ter uma política de defesa que observe as questões que aponte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur).

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para fazer as indagações que julgar pertinentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, senhor apresentador, quero dizer que esta é uma das reuniões mais ricas de que já participei. E olhe que aqui tem havido reuniões muito ricas tratando da discussão da política externa. Esta é daquelas em que a gente aprende. Lamento que, até pouco tempo atrás, a reunião não estivesse sendo transmitida ao vivo, já que o plenário estava em atividade. Não sei se agora já está sendo transmitida. É uma pena! Eu gostaria que o Brasil inteiro assistisse a esta reunião. Mas vão assistir a ela depois.

Quero dizer que, como político, como Senador, como alguém que tem responsabilidade com o futuro do País e como brasileiro, vou dormir, hoje, mais tranquilo e mais preocupado. Estou mais tranquilo sob o ponto de vista da defesa, mas estou mais preocupado sob o ponto de vista da segurança. Sob o ponto de vista da defesa, é possível ver que há uma capacidade estratégica das nossas Forças Armadas, como foi muito bem mostrado pelo General Aderico. Temos uma capacidade industrial, sem dúvida alguma, bastante próxima das necessidades, mesmo nos padrões internacionais. E há aqui uma inter-relação entre a capacidade produtiva e a capacidade de uso dessas armas. Então, sob o ponto de vista da defesa, até porque não se veem ameaças de imediato, dá para dormir mais tranquilo. Mas, sob o ponto de vista da segurança, não.

Quando analisamos – e isso aprendi, devo dizer, aqui – o conceito de segurança, começamos a perceber que há riscos muito sérios. Primeiro, há o risco da ruptura, que o General falou que estamos vivendo. E o Professor Darc também mencionou isso. Estamos vivendo em um mundo – ele apontou três itens – dinâmico, complexo e incerto, e isso leva à necessidade de rupturas por todos os lados. O Professor Darc falou isso. Então, isso já deixa a gente com menos segurança. É claro que temos a tranquilidade de achar que não apenas nós estamos assim, mas os outros também estão com a mesma insegurança. Eles têm certeza das armas que têm, mas não têm certeza das armas que serão necessárias. Então, a segurança não está boa, vivemos apagões, como disse o Gunther.

Aí entra uma das minhas perguntas: ouvi pouco falar de educação como parte da segurança nacional. Mas não falo da educação dos cientistas, falo da educação do povo inteiro, primeiro porque cada pessoa não educada é um potencial cientista evitado. É possível que nossos prêmios Nobel tenham morrido analfabetos. Não tiveram tempo de ganhar o Prêmio Nobel. Então, primeiro, falo de educação no sentido de toda a população ser por ela abrangida. Isso não faz parte absolutamente da segurança?

A palavra “educação” foi dita aqui duas ou três vezes. Não vou dizer que não foi dita, mas se falou muito pouco de educação. Fiquei satisfeito de ver o Dr. Cláudio colocar a universidade em uma das listas das instituições. O ex-Ministro da Defesa esteve aqui fazendo uma palestra para nós há dois anos e mostrou todos os pontos nacionais que merecem cuidados diante de um risco de ataque, mas ali não havia nenhuma universidade, nem o ITA, nenhum centro de pesquisa, nem a Embrapa, nem a Escola Superior de Guerra. É óbvio que tudo isso faz parte da nossa capacidade ou incapacidade de segurança.

Embora eu saiba mais ou menos a resposta, gostaria de saber: educação é ou não é parte fundamental da segurança nacional? Se a educação é parte fundamental da segurança nacional – aqui, vem a pergunta, e não sei a resposta dos senhores –, não seria este o momento de federalizarmos a educação neste País, de transformarmos a educação de base em uma questão nacional, de Estado, não municipal?

Ninguém pode imaginar a defesa nacional nas mãos dos Municípios. Como é que a gente coloca nas mãos dos Municípios um item fundamental – não digo da guerra, digo da segurança – como a educação?

Até aqui, tenho defendido a federalização sob o ponto de vista social e até sob o ponto de vista econômico. Mas, pela fala de vocês, a não ser que vocês digam que estou errado, vou começar a defender a

federalização, sob o ponto de vista da segurança nacional e, portanto, também da defesa, embora não diretamente.

O segundo item sobre o qual não ouvi falar foi o nuclear. Realmente, a questão nuclear é algo com que não temos mais de nos preocupar, que não serve mais? Tendo a achar isso, sinceramente. Creio que uma das boas coisas que fez o Presidente Collor, na época, foi ter parado a pesquisa de armas nucleares. Para a energia, defendo que a gente dê uma moratória de novas usinas, mas defendo muita pesquisa, sim, em energia nuclear. Talvez, por uma questão de tempo, a gente precise delas. Mas o enfoque nuclear não aparece aqui por uma opção clara de vocês? Ele ficou tão obsoleto, que já não serve? Ou houve um esquecimento? O que a gente faz num risco de energia nuclear? E não falo somente das grandes bombas, mas também, talvez, de armas pequenas nucleares. Essa é uma pergunta que faço.

Há algumas coisas específicas. A sensação que tenho ao ouvir vocês, também pelo que já li, é a de que houve um tempo em que o soldado em si era o mais importante, por exemplo, o piloto de um avião. Depois, o mais importante passou a ser o engenheiro que faz o avião e que controla os radares. Eu me pergunto se não estamos entrando num tempo – e o Professor Darc, no final, tocou nisso – em que mais importante até que o engenheiro, que faz as armas, sejam os *hackers*, que podem entrar nas armas e desarticular toda a força armada. Se isso for possível, aí sim, entramos, General, na incerteza total. Eu pergunto se há esse risco ou se é apenas uma especulação solta.

No que se refere ao Gunther, tenho uma pergunta bem clara. Desculpem-me por chamar todos de vocês; espero que me chamem assim também. Quando o Gunther falou sobre a Lei de Segurança Nacional, confesso que eu achava que ela já tinha desaparecido. Agora, fiquei na dúvida: defendo o fim ou a modificação dela?

Por exemplo, o art. 1º fala de lesa segurança, de matar político etc.. Por que a gente não inclui nesse artigo – se a resposta de vocês sobre educação for como penso – também como lesa segurança o desprezo à educação da população? Vai ver que vou acabar defendendo que a lei continue, porque ela não nos está fazendo mal algum ao longo de todos esses anos de democracia. Então, por que não incluir isso como um item?

Anoto outra pergunta. Venho trabalhando do ponto de vista ético, mas vejo, agora, que tenho de trabalhar também do ponto de vista da defesa e da segurança. São esses tais de Drones, que estão sendo usados pelos americanos, que foram mencionados aqui como veículos não tripulados. Confesso que as primeiras

coisas que li sobre isso diziam respeito à contradição ética de haver uma guerra desumana, em que apenas uma parte corre risco, em que a outra parte não corre risco. Mas comecei a ver que, quando inventaram as pistolas, os caras já estavam mais longe do que a espada podia pegar. Então, já seria muito desumano. Depois, a gente inventou os tanques; o cara vai ali dentro, protegido. Agora, ele está protegido no escritório, de onde ele comanda, por meio de um *joystick*, o Drone, que vai matar quem quiser, como na semana passada aconteceu no Paquistão. E, amanhã, eles poderão levar qualquer coisa. Aonde se vai com esses equipamentos? De fato, isso pode ganhar uma guerra, ou quem ganha a guerra é o soldado em terra?

Há um livro – eu estava tentando lembrar o nome – que mostra que houve um fracasso militar do ponto de vista do uso dos bombardeios durante a Segunda Guerra e que não foram os bombardeios que definiram a vitória. Isso me chocou, porque a bomba atômica, de fato, colocou o Japão de joelhos. E o bombardeio das cidades alemãs praticamente destruiu tudo. Mas eu me lembro de ter visto esse livro, que diz o bombardeio aéreo não foi fundamental na destruição. O que foi fundamental mesmo foi o Dia D, quando eles invadiram, e o fato de as tropas americanas estarem perto do Japão.

Então, pergunto sobre o lado do Drone, mas não do ponto de vista ético. Deixo para discutir isso em outro fóruns. Pergunto do ponto de vista técnico: realmente, é esse o caminho, Forças Armadas sem tropa? O caminho é o das Forças Armadas com os engenheiros, do ponto de vista visível, e, do ponto de vista invisível, com os *hackers* organizados legalmente?

Faço outra pergunta – estou perguntando a todos, em geral – que se refere ao PED, tratado pelo Sr. Cláudio. Eu gostei muito quando ele colocou as universidades e centros de pesquisa ali dentro. Mas é fato que não há futuro para as universidades se não houver um futuro para a educação das massas. O fato de haver 14 milhões de adultos analfabetos não é uma tragédia do ponto de vista de segurança nacional? Pouco menos de 40% estão terminando o ensino médio, sem qualificação. Apenas 18% dos brasileiros terminam o ensino médio com razoável qualidade. Alguns o terminam com ótima qualidade. Isso não é uma tragédia para a segurança?

Finalmente, eu queria falar sobre a questão da autonomia. Não sei quem falou sobre isso. Acho que foi o Dr. Cláudio. Realmente, não existe autonomia total. Tentei fazer uma definição e queria ver se estaria de acordo: autonomia é a capacidade de viver bem, convivendo com o mundo inteiro, e também de sobreviver, mesmo sem o mundo com a gente. Então, autonomia

é você ser capaz de conviver bem com todos. Mas autonomia também exige que, se os outros estiverem contra a gente, a gente sobrevive, a gente não vive bem, mas pelo menos não morre, sobrevive. Se essa for a definição de autonomia, viver bem na convivência e sobreviver mesmo sem convivência, o que está faltando para a gente sobreviver? Suponhamos que haja uma grande tragédia – não é o que estou vendo – daqui a 30 anos, 40 anos. O que está faltando hoje para a gente sobreviver?

O Japão, tenho certeza, precisa de arroz mais do que armas, porque com arroz eles sobrevivem. Mas não basta mais arroz. O que a gente precisaria em caso de uma conflagração? Isso já aconteceu no passado. Cada país ficaria isolado no mundo? E pode ser uma conflagração não militar. Se, amanhã, houver uma desarticulação do sistema de informática do mundo, vamos ficar isolados completamente. Não haverá jeito, porque não vai decolar avião, não sairá navio, nem nossos caminhões rodarão nas estradas. Se houvesse uma crise desse tipo, estaríamos preparados para sobreviver ou teríamos a desculpa de dizer “nem nós, nem ninguém”, “se todos estão ruins, não nos preocupemos”?

Esses são os comentários, Senador Collor, que eu gostaria de fazer.

Em primeiro lugar, falas como essas servem para nos trazer a dimensão nacional, que falta tanto no dia a dia de nós, políticos, no Brasil. Trazem a dimensão nacional. Aqui, ouvindo vocês, descobrimos o Brasil. Segundo, dá para dormirmos mais tranquilos, General, do ponto de vista da defesa, mas mais intranquilos do ponto de vista da segurança.

Finalmente, concluindo, só para relembrar: não falta mais ênfase, nas falas de pessoas, como vocês, ao aspecto educacional? Não falo no sentido científico e tecnológico, porque essa é uma consequência, mas falo do aspecto educacional das massas brasileiras. Esse não é o calcanhar de aquiles, o fraco da segurança nacional? O povo não está totalmente alfabetizado, poucos terminam o ensino médio de qualidade, e quase nenhum é capaz de desenvolver o conhecimento necessário para garantir a segurança. Como foi dito, os *tablets* não serão produzidos aqui por falta de engenheiro para montá-los, Gunther. Não é que falta engenheiro para inventar uma nova geração desses equipamentos, como um iPad 5,6 ou 7. Não! Fala engenheiro para montá-los.

Então, essas são as minhas ponderações. Meus agradecimentos pela possibilidade deste debate com vocês!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Eu pediria, então, aos senhores palestrantes que oferecessem respostas às indagações feitas pelo Senador Cristovam Buarque, começando pelo General Aderico Mattioli.

O SR. ADERICO MATTIOLI – Há diversos posicionamentos que estimulam a mente. O exercício contraditório realmente enriquece. Isso é muito bom.

Com a Abimde, tivemos um posicionamento muito alinhado, que já vem de longa data. Trocamos essas transparências, e confesso que deixei de roubar até algumas outras, para não esvaziar ainda mais a sua fala. E há, sim, alguns pontos que podemos conciliar.

Procurando seguir a orientação do nosso Presidente, vou, inicialmente, tentar responder aquelas perguntas que foram formuladas, no meu nível, na minha capacidade, pelo Senador.

A área nuclear não foi esquecida. Os três eixos da Estratégia Nacional de Defesa, que tangem às áreas nuclear, aeroespacial e cibernética, estão sendo cuidadosamente tratados pelo Ministério da Defesa. Vale-se da capacitação das vocações que as Forças têm, e, naturalmente, pelo nosso País continente, cada uma se aproxima, mas não é isolado o esforço, é um esforço integrado. Para isso, hoje, há o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Emcfa), a quem cabe coordenar todo esse esforço.

Na medida do possível, estamos aí com os nossos embates das metas de 2012, de 2014, de 2022, de 2035, enfim, esse cenário que a gente cria. Nós procuramos, na medida do possível, entendê-lo e nos adequarmos a ele. Temos também de dar respostas imediatas.

Essa adequação que está sendo feita pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas não é um trabalho fácil, mas é um trabalho que tem de ser feito, para que cada real aplicado tenha um resultado sinérgico e dê a tranquilidade que queremos. Embora o senhor esteja mais tranquilo com a parte da defesa, podemos dizer também que a defesa, nesse entendimento que aqui está, pode contribuir muito com a parte de segurança. Nós temos esta convicção: nós podemos contribuir muito.

Faço parte da área de defesa. A gente convive com os diversos temas ali tratados. O que se percebe, no caso de satélites, no caso das nossas comunicações seguras – e é o que queremos –, é que há uma preocupação muito grande de trabalharmos em sinergia com o País, dando à sociedade a resposta que ela merece. E isso ocorre tanto na defesa quanto na segurança.

Aqui, voltamos à questão da educação. Por exemplo, hoje, 1,2 mil Municípios estão desatendidos na parte de Internet, banda larga, assim por diante. Nós

podemos contribuir muito com essa parte. Não almejamos somente a defesa, mas também que cada produto de defesa tenha uma consequência imediata para a sociedade. A dualidade é algo que faz parte da Estratégia Nacional de Defesa.

Como o senhor disse, o soldado era mais o importante; depois, veio o engenheiro; hoje, são os *hackers*. Acredito que o soldado continua sendo importante. A guerra cibernética é uma realidade. Os cenários mudam, mas os atores que devem atuar nesses cenários, no meu entendimento, são os soldados. Quando empregamos a defesa, é o soldado que tem de participar. E aí vem o posicionamento que o senhor comenta com relação à educação.

Não temos a menor dúvida de que o maior investimento que podemos fazer na sociedade é a educação. As Forças Armadas contribuem muito para isso, pensam assim. Na medida do possível, vamos sempre fomentar e estimular isso.

Discordo um pouco – é uma opinião pessoal – do posicionamento relativo ao soldado conscrito. Uma das perguntas feitas recentemente é: o que ocorre? Destaco a capa da revista *The Economist*, em que se diz “*Brazil Takes Off*”. Eu, pelo menos, como tenente, passei a entender melhor o soldado e, por extensão, a sociedade brasileira. Tenho a impressão de que isso é muito importante. Todas as vezes que fomos colocados em distúrbios civis, em greves para manter a ordem, pelo que eu me lembro, nunca disparamos um tiro. Temos um sentimento da sociedade, sabemos entender o outro lado, buscamos negociar, conversar com eles. Talvez, esse sentimento seja muito forte por causa do conscrito. Mas, se o conscrito, hoje, não está à altura de responder a determinadas funções operacionais, aí é um problema da educação.

Temos de investir, sim, na educação, temos de contribuir, temos de incentivar que isso ocorra, até para que o conscrito, quando chegar a ser soldado, esteja mais bem capacitado. Mas, independentemente disso, a alternativa que temos é a de formar melhor os nossos núcleos bases, é a de haver estágios e cursos que complementem essas “vulnerabilidades” e as atenuem. Com certeza, não se está ainda no nível da estatura político-estratégica que gostaríamos ou já deveríamos ter alcançado na área da educação. Concordamos plenamente com seu posicionamento.

Com relação à esfera federal ou municipal, confesso que não tenho dado suficiente, não tenho bagagem ainda para comparar essas virtudes, essas vantagens e desvantagens. Pela sua bagagem, possivelmente, esse é um tema que deve ser bastante refletido.

Com relação aos veículos não tripulados, voltamos novamente a esta tecla: não tenho dúvida de

que quem vence a guerra é o soldado. Nos primeiros embates, a tecnologia é muito importante, e podemos, sim, ser alvo dessas vantagens tecnológicas. Por isso, às vezes, são vendidos valores de que a simetria não leva a um resultado, o que não é verdade. Entendo que mentes e corações é que ganham as guerras. Não tenho a menor dúvida disso. É muito importante que nos mantenhamos atualizados, é muito importante, se tivermos de entrar em combate, que não provoquemos baixas em outras sociedades. Isso é óbvio. Temos de nos atualizar tecnologicamente. Hoje, não concebemos um soldado nosso entrar em combate sem estar protegido com colete balístico. Não queremos perder uma vida. A vida, hoje, num sentido maior, vale muito mais do que um avião, um equipamento de combate. Essas comparações, hoje, são muito importantes. Há o lado emblemático do homem, o lado emblemático do soldado. Perder uma vida, hoje, é muito caro para nós em todos os sentidos.

Então, acredito que, ainda assim, apesar de tudo isso, o mais importante são as mentes e os corações. Temos a vontade de vencer, e, para isso, nossas escolas, nossos adestramentos continuam treinando o combatente, para fazer com que o moral do combatente sempre esteja elevado. Acredito que isso se reflete quando somos empregados em forças de paz, e, notoriamente, há um diferencial entre a forma que empregamos e a forma que outros países empregam suas tropas. Acho que há uma diferença, sim, e sabemos conciliar a faixa cinza, os anseios de quem está do outro lado, assim por diante. É uma virtude que temos, não resta a menor dúvida.

Com relação à autonomia, eu gostaria, aqui, de puxar mais uma vertente: quando colocamos aquele quadro, dizendo que queremos que nossa capacidade produtiva seja completa sobre a capacidade operacional, é lógico que entendemos que não é inteligente que venhamos a produzir tudo, 100%, num país. Por vezes, não há sequer escala de produção. Temos de ter autonomia para garantir que nossa capacidade operacional seja perpetuada, apesar de haver algumas vulnerabilidades na capacidade produtiva, ou para resgatá-la em curto prazo. Então, nossa autonomia não é 100%. Não seria inteligente, no mundo globalizado de hoje, que viéssemos a fazer 100% dos nossos produtos.

Então, essa autonomia de viver bem com todos e de sobreviver mesmo neste mundo que, porventura, venha a nos constranger e a nos reprimir é uma virtude. É por isso que estamos fazendo aquele esforço de partirmos para a transformação. Há esse cenário incerto do futuro. A inovação, como o senhor mesmo disse, é um fato. A cada dia, há uma nova realidade, mas, por outro lado, também, há um mundo mais integrado. Tal-

vez, tenhamos uma dificuldade de entender exatamente quais são os direcionamentos da juventude. Os jovens têm uma facilidade muito grande de lidar com temas que, para nós, eram muito difíceis. Nós convivemos dentro da carreira, dentro das Forças, que, todo ano, recebem sangue novo, essas novas gerações, que se apresentam nas academias, nas escolas de sargento, mesmo nos quartéis. A gente percebe que há uma mudança muito grande de postura, de posicionamento. Então, isso é muito complexo. Entretanto, acredito que a nova Força preserva os velhos valores. O viver bem e a busca da paz e do entendimento ainda são as principais, vamos dizer assim, virtudes que temos e que são passadas de geração para geração. A gente consegue absorver isso aí.

Com relação à nossa base industrial de defesa, apesar de termos esse distanciamento, apesar de a nossa população ser muito grande, bem como a nossa dívida social – com isso, temos de nos preocupar sempre –, por outro lado, o nosso País tem um lado que é de primeiro mundo. Então, se buscarmos uma sinergia, se conseguirmos identificar dentro daquele bloco quais são as áreas que vão contribuir para o nosso desenvolvimento e que vão trazer maior capacitação científica e tecnológica, se fizermos bem esse dever de casa, possivelmente, esse lado desenvolvido aflorará, por intermédio da defesa, do fomento industrial, da base industrial de defesa, e poderemos contribuir com a sociedade, com a educação da sociedade.

O último exemplo que eu citaria é o da compra de helicópteros. Por meio do *offset*, há, pelo menos, um nível de absorção tecnológica, que é muito difícil se obter. Concordamos plenamente com tudo isso que foi exposto. Tecnologia não é o que se passa de graça, é algo que se conquista, que se negocia a duras penas e que, muitas vezes, ainda assim, custa a vir, porque temos de nos capacitar. Mas há um esforço integrado na área de governo. Por exemplo, quanto à tecnologia do helicóptero, estamos fazendo essa transferência, esse esforço de passar a produzi-la aqui, com inovação. Na semana retrasada, se não me falha a memória, o MDIC estava em Itajubá inaugurando o Centro Tecnológico de Helicópteros. E por que esse esforço? Porque entendemos que, muitas vezes, quando essa capacitação tecnológica é passada para a indústria, ficamos reféns. A indústria pode simplesmente achar que aquilo não é mais viável economicamente, ou há, na retaguarda dela, o interesse de outro Estado que ali está investindo, e, simplesmente, as nossas asas são cortadas nesse sentido.

Então, passamos essa capacitação para a universidade, novamente com o realinhamento com a Abimde, e a Universidade de Itajubá está nesse esforço.

Nossos laboratórios serão colocados à disposição das faculdades, assim por diante. Aí é que acreditamos que se deve buscar a sinergia. O conhecimento, este, sim, conseguimos captar, propagar e usar para novos embates e inovações, assim por diante.

Então, acreditamos plenamente que o senhor está coberto de razão, primeiro, pela sua bagagem, e, segundo, porque acredito que não seria diferente.

Se eu tiver mais tempo depois, responderei alguns posicionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. General Aderico Mattioli, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

Agora, passo a palavra ao Dr. Gunther Rudzit, que é Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), de São Paulo, e Professor Doutor especialista em Segurança Nacional.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Senador, nem sei por onde começar porque são assuntos muito interligados. Eu só queria chamar a atenção de novo para esse meu modelo que utilizo de segurança, para esse conjunto de fatores de ameaças e vulnerabilidades.

Sempre chamo a atenção em sala de aula para o que denominamos países desenvolvidos. Muitos deles têm PIBs menores que o nosso. Para fatores geopolíticos, em termo global, isso não pesa. Mas por que eles são desenvolvidos? A educação está na base disso.

Portanto, se é uma questão de federalização... É uma questão de segurança nacional? Sim, sem dúvida. Inclusive, é o exemplo que sempre uso: se colocarmos um brasileiro do Oiapoque ao lado de um brasileiro do Chuí, veremos que, provavelmente, eles nem vão se parecer fisicamente. Se eles falarem a gíria local, eles não vão se entender. Mas, se perguntarmos o que cada um é, a resposta será: "Sou brasileiro".

Já fazemos esse processo educacional, já fazemos pelo menos essa conscientização, do ponto de vista da segurança nacional, dessa coesão nacional. Isso já existe. Agora, temos de olhar, dentro do Brasil, dentro desse mundo em que o fator tecnológico é fundamental, esse passo avante.

Quanto a se federalizar, não sei. Desculpe-me, não estou fugindo de responder a isso, mas é que, realmente, nunca parei para pensar nisso. Dentro da nossa lógica federativa, talvez, isso seja difícil, mas estabelecer padrões mínimos para Estados e Municípios receberem outras verbas, não só ligadas à educação, talvez, seja um processo ou uma exigência mínima de qualidade dessa educação, que perpassa simplesmente a escola, o salário, o desempenho desses alunos. Acho que isso é fundamental. Acredito que tenhamos

conseguido quebrar essa barreira que havia no Brasil, de que avaliar educação era algo ruim. Pelo menos, acho que a gente já conseguiu passar por isso. Pelo menos, essa é minha percepção em São Paulo. Sou de uma família em que mãe e tias eram educadoras de ensino básico. Então, cresci discutindo esse assunto.

Vamos à questão da Lei de Segurança Nacional. É o fim? Não. Trago sempre esse ponto, porque, em Estados democráticos de direito, é possível haver Lei de Segurança Nacional, sim. Temos de nos adaptar a essa nova realidade. É que – compreendo completamente –, no momento de transição democrática, pela realidade do Congresso Nacional, pela composição que o Congresso Nacional teve na elaboração da Constituição de 1988, falar de segurança nacional naquele momento era um eletrochoque – nem era arrepio – na coluna. Então, houve essa reação, e saímos de um extremo para outro.

Segurança nacional não significa ditadura. Há ameaças e vulnerabilidades em diversas áreas. Como um governo tem de enxergar isso? E qual instrumento o governo deve utilizar? Isso faz parte deste debate. E acredito que o Congresso Nacional seja o pontapé inicial disso. Há necessidade de se rediscutir isso, de completar essa transição que a gente já vem fazendo há vinte anos. Então, por mim, não se deve terminar, mas refazer toda essa lógica.

A questão nuclear não é mais importante? Vou juntar essa pergunta com outra.

Em maio, numa visita aos Estados Unidos, estive em alguns centros de pesquisa na área de *International Security, National Security & Defense*. O mais engraçado é que o que eles menos gostam de comentar é que o único país que pode ainda infligir um ataque devastador aos Estados Unidos continua sendo a Rússia. O acordo vai diminuir as 1.250 ogivas operacionais, mas as que estão em estoque ainda podem destruir a Terra uma vez. Essas ogivas ainda estão lá. Então, é um fator que, para essas grandes potências, ainda pesa. Não acredito que seja o nosso caminho, porque queremos um modelo diferente. Se buscarmos a nossa bomba, jogaremos por terra tudo aquilo que buscamos para sermos diferentes, para não sermos uma potência hegemônica. Então, desse ponto de vista, pela peculiaridade e realidade brasileira, descarto isso completamente. E aí também jogaremos por terra todo o nosso processo de integração regional.

Por que a proliferação nuclear é a preocupação número um do mundo? Qualquer país que passe a ter um vizinho que tem sua arma nuclear se sente ameaçado. "Mas é para a minha defesa!" Mas isso é tão desproporcional, que acaba virando uma ameaça. Então, sou completamente contra.

Nessa mesma visita, perguntei a um pesquisador qual a maior ameaça neste momento aos Estados Unidos, e ele me disse: guerra cibernética. Não é a Rússia a maior ameaça, mas, sim, a guerra cibernética. Nessa situação de invasão e de quebra de toda essa nossa vida moderna, vamos estar numa situação complicadíssima! Isso é tão levado a sério, que o Departamento de Defesa criou sua própria divisão de combate cibernético. Jovens altamente ligados a essa nova realidade tecnológica se preparam para um inimigo que eles não dizem oficialmente quem é, mas que se sabe perfeitamente que é a China. Por quê? É utilizar o calcanhar de aquiles do outro para se defender. Ou seja, quebrou-se essa estrutura de comando e controle baseada em tecnologia? Para de funcionar como uma estrutura de guerra moderna. Quebrou isso? Você está num tanque americano, numa tela, clicando o que outra unidade está vendo, o que outro avião está vendo. Se você quebra isso, eles param e deixam de funcionar, como essa máquina de guerra que eles têm.

Então, tecnologia passa a ser, hoje em dia, algo fundamental, ligado à educação, novamente. Por isso, eu disse que estão interligados.

O Drone é fundamental sem tropas? Não ganha a guerra, mas, para saber o que o outro lado está fazendo, tem de existir. É uma forma de você captar dados importantes para isso. Por isso, desenvolver satélites é fundamental para nós? Sim, mas isso abre outra lacuna, e nos tornamos vulneráveis a isso. Se se corta o satélite e se Estados Unidos, China e outros países desenvolvem uma guerra espacial, você fica cego, surdo, mudo. Então, não dá para dizer que não é importante. É fator fundamental? Não, mas não acredito que não seja importante.

E quanto à autonomia? Acredito que total autonomia, 100%, não conseguiríamos nunca! Realmente, aqui, General, foi uma provocação, sim, mas isso é importante até para a revisão de textos. Para vocês, que elaboraram a Estratégia Nacional de Defesa, isso pode estar claro, mas, para um leitor, fica parecendo que está ao contrário, que há essa busca incessante de autonomia, o que considero impossível por tudo o que já discutimos aqui.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Gunther Rudzit, da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), de São Paulo, faculdade muito conhecida, e Professor Doutor especialista em Segurança Nacional.

Essa questão da guerra cibernética foi tratada aqui em outros momentos. O próprio Pentágono já considera crime de guerra qualquer ataque cibernético que as forças de segurança americanas sofram.

Então, esta é uma nova realidade: a questão do ataque cibernético. Isso é algo que desmobiliza toda a estrutura de defesa da sociedade, construída em cima dessa altíssima tecnologia.

Passo, agora, a palavra ao Professor Cláudio Moreira, consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde).

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – Não me vou estender sobre todas as questões que o Senador Cristovam Buarque levantou, senão ficaríamos muito tempo aqui. Eu queria comentar dois pontos.

Primeiro, nos programas que o Brasil está desenvolvendo, não estão incluídos Veículos Aéreos Não Tripulados armados. Isso está fora de cogitação. São Veículos Aéreos Não Tripulados que servem para vigilância, para observação. Estão sendo muito usados na faixa de fronteira não só pela área militar, as Forças Armadas, mas pelas forças de segurança, como Polícia Federal, etc. Então, são altamente capazes e são tecnologias relativamente simples.

Quero dar um exemplo: dois jovens e brilhantes engenheiros, no Rio de Janeiro, há alguns anos, desenvolveram seus Veículos Aéreos Não Tripulados em casa. Um deles morava na Barra. Puseram câmeras de televisão nesse veículo, que decolou da varanda do apartamento, na Barra, em frente à praia. Esse veículo voou, filmou os dois na varanda. Depois, eles resolveram fazer uma experiência. Eles, dentro de uma *pickup*, levaram o veículo e o colocaram para voar à frente da *pickup*. Entraram no túnel Rebouças com o veículo, um aviãozinho desse tamanho assim. Foram até a praia. Hoje, eles montaram uma empresa, não vou dar aqui o nome da empresa, e já estão decolando, sem nenhum trocadilho, com o seu empreendimento, tendo em vista essa capacidade tecnológica à disposição das pessoas.

Então, resumindo, Veículo Aéreo Não Tripulado, no Brasil, implica vigilância, observação e esse tipo de coisas que ocorrem, que fazem parte do mundo atual.

Eu queria também falar sobre autonomia, rapidamente. O meu entendimento, inclusive, da própria Constituição, que fala em autonomia tecnológica, e da Estratégia Nacional de Defesa, que também fala disso, é o de que a gente tenha autonomia naquela tecnologia crítica, não autonomia no sentido de ser completamente autônomo em todas as tecnologias, o que é um contra-senso, não tem o menor cabimento.

Para concluir, também quero falar sobre um depoimento que, há alguns meses, ouvi de um comandante da Marinha, um almirante. Não vou citar o país, porque posso incorrer em alguma imprecisão do que ele me disse. Sou consultor de uma empresa de tecnologias não letais, a Condor, e ele, visitando o nosso

estande, olhou todos os equipamentos: são armas não letais antipessoais e antimateriais, ou seja, são armas para incapacitar temporariamente tanto pessoas quanto equipamentos. As que incapacitam equipamentos são armas de tecnologia mais sofisticada, de muita tecnologia agregada. Ele viu aquilo e, quando saiu, comentou comigo: esse é um armamento do futuro, no sentido de reduzir a letalidade das ações. Mas citou, no caso, a pirataria que existe hoje e que é disseminada pelo mundo, os conflitos assimétricos. Ele deu uma precisão conceitual de que não mais me esqueci. Ele disse: “É claro que uma Marinha de Guerra pode aniquilar esses piratas, mas, se eu fizer isso, transformarei um ilícito penal numa guerra e elevarei a categoria daquela ameaça a uma guerra. E, daqui a pouco, haverá outro país, outro oponente. Na realidade, tenho de ser capaz de incapacitá-lo, de prendê-lo e de colocá-lo num tribunal. Com isso, estou mantendo-o no nível da ameaça dele, não o estou transformando em outra força oponente”.

Então, eram essas as observações que eu queria fazer, agradecendo a participação...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E o que o senhor acha disso? O que o senhor acha da opinião dele?

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – Eu acho a opinião dele de uma lucidez enorme. Com isso, muitas tecnologias não letais estão sendo incorporadas hoje também às Forças Armadas. O General Mattioli, por exemplo, citou o brilhante papel que as Forças Armadas brasileiras têm nas forças de paz, não só no Haiti como em outros lugares. O uso de armamento não letal tem sido aliado desse desempenho, na medida em que força a redução da letalidade. Não há jeito. Existia uma data no Haiti – não me lembro qual era a data – em que havia dezenas de mortos todas as vezes que as forças de paz se contrapunham a esse movimento. Era uma data festiva do Haiti. Se não me engano, o General Heleno, quando comandava o Haiti, resolveu usar as tecnologias não letais, e, no final do evento, o número de mortes foi zero, não houve mortes. É claro que houve feridos temporariamente e incapacitados temporariamente.

Então, essa é uma tendência que está havendo não só no Brasil, mas em todo o mundo, como na Alemanha, na França, nos Estados Unidos, com grandes investimentos nessa área de tecnologia também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde).

Passo a palavra ao Professor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Prezado Senador Cristovam, a questão da educação é fundamental, porque o mais educado sempre estará mais protegido, o mais educado sabe se defender melhor. Então, a questão da educação começa por aí. Mas precisamos mudar um pouco a questão da educação no Brasil não só no nível básico, mas também no nível universitário, porque estamos formando aqui milhares de bacharéis, não estamos formando as pessoas que são próprias para o mundo moderno. Ou seja, não estamos dando ênfase às ciências naturais. Não temos formado muitos químicos, muitos físicos, muitos biólogos. Temos formado muitas pessoas vinculadas às Ciências Sociais, em especial bacharéis. O Brasil voltou a uma posição de ser o país dos bacharéis. Estou dizendo isso, mas nada tenho contra os advogados. Só estou comentando um fato. Educação necessita também que se forme outro tipo de profissional. Mas a educação de base é fundamental.

Há outra questão que o senhor levanta. Falei da política, mas a estratégia tem três grandes formas de atuar, e uma delas é a chamada estratégia da ação direta, quando você tem força suficiente para esmagar o oponente. Essa é uma forma praticada pelos países mais desenvolvidos, mais fortes. Eles sempre praticaram isso. Existe outra, a chamada estratégia da ação indireta, ou seja, você não tem força suficiente para esmagar de chofre o inimigo, mas você consegue progressivamente enfraquecê-lo. É a estratégia que o toureiro pratica com o touro: espeta aqui, espeta ali, até que o touro cai. E, dentro dessas, há uma coisa que temos de pensar, que é a questão da guerra assimétrica. Não somos o País mais forte do mundo, mas também não somos o mais fraco, e a estratégia da ação indireta se aplica a nós, ou seja, guerra assimétrica é uma coisa a ser observada e estudada nas nossas escolas militares.

Além disso, existe outra estratégia, a chamada estratégia da dissuasão, ou seja, você é muito mais forte do que eu, mas, se você vier aqui, vai perder um braço. Você está disposto a perder um braço? O cara pensa: “Puxa, meu braço, gosto dele. Vou matar o cara, mas vou perder o braço. Isso não é bom”. Essa é a estratégia que o Brasil deve praticar. O Brasil não é o mais forte, nem é o mais fraco, mas deve praticar a chamada estratégia da dissuasão, ou seja, deve dizer a quem estiver disposto a nos agredir que faremos algo de tal forma que ele não sairá incólume desse processo. É isso que devemos pensar em fazer. Para isso, primeiro, temos de criar a vontade nacional de

defender a nossa soberania. Essa vontade nacional de resistir deve ser cultivada pelo estímulo à educação cívica. Quer dizer, temos de pensar na educação cívica. A juventude precisa ser reeducada no sentido de ter em alto grau um orgulho nacional. Nossa diplomacia, em todos os fóruns, deve fazer ver e afirmar essa vontade. Isso é uma coisa importante.

Outra questão é a existência de uma convincente força militar combinada: terrestre, naval e aérea. A força militar dissuasória terá de revelar sua capacidade de durar na luta. Para isso, em termos de guerra convencional, teremos de apresentar efetivos treinados e bem armados, capazes de durar no combate, mesmo enfrentando adversários muito mais poderosos. E temos de ter autonomia estratégica. O que é autonomia estratégica? O armamento e o equipamento destinados a essa força dissuasória deverão ser fabricados no Brasil tanto quanto possível, dentro de um planejamento de logística, a fim de evitar embargos internacionais no cumprimento de sua missão de defesa. A força dissuasória, para ser efetiva e durar na luta, precisará dispor de autonomia estratégica, isto é, capacidade operativa e autonomia logística.

Vou falar um pouco sobre a questão nuclear, que o senhor comentou. É bom lembrar que a disponibilidade de armas não convencionais sempre fortalecerá uma ação diplomática. Isso é presente em todos os lugares do mundo. Não estou fazendo uma defesa da bomba, não. Estou dizendo que a possibilidade de você deter com uma arma definitiva evita problemas. A Coreia do Norte não tem problemas, mas o Iraque teve problemas. Por que a Coreia do Norte não teve problemas, meus amigos, se a Coreia do Norte tem uma política muito mais agressiva do que a que tinha o Iraque? É bom pensar nisso. Alguma razão há para isso.

Não faz sentido falar em desarmamento unilateral. Aliás, nossa Presidenta foi às Nações Unidas e disse: "Que negócio é esse? Temos um tratado de não proliferação que exige que os outros se desarmem. Nós assinamos o tratado, e os outros não se desarmam? O que é isso?". Alguma coisa há.

Esse é um discurso daqueles que perderam o entendimento das questões mundiais e acreditam que a retórica fabricada sem nenhum respaldo racional vem sendo acobertada pelo que é dito politicamente correto. É politicamente correto não falar nisso. A gente tem de pensar nessas coisas, porque senão a gente fica num mundo irreal.

Em Ushuaia, o Mercosul ampliado, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, foi definido como uma zona livre de armas de destruição massiva, já que a preocupação era de natureza endógena e essa colocação, como foi dito aqui, era vista como

elemento essencial para a paz na região. Quer dizer, o Brasil não podia desenvolver uma bomba nuclear porque isso ameaçava os demais países. É uma questão de natureza endógena. Um pacto de defesa comum torna a questão da defesa como exógena e possibilita a revisão da questão das armas de destruição massiva se a assimetria de poder, que a posse de tais armas traz, não for revogada no cenário mundial.

Não é possível esse discurso, Gunther, de que vamos constituir um espaço diferente. Cuidado! Temos de constituir um espaço diferente por sermos solidários, justos e fraternos, mas não podemos passar pelo mundo como se estivéssemos trafegando no pomar para colher frutos. O mundo é muito mais complicado que isso.

É importante entender isso, porque, se não entendermos isso, não poderemos, mais adiante, preservar nossa identidade e nossa vontade de construir um mundo melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Collor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, por gentileza, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, sei que, a esta hora, nem a Segurança Nacional consegue nos segurar aqui. Eu mesmo tenho recebido aqui cobranças terríveis vindas de um lugar em que devo estar. Mas gostaria de fazer perguntas bem específicas a partir da fala dele. O senhor poderia permitir que eu as fizesse?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – De repente, a resposta pode ser cortinha também.

Primeiro, faço uma pergunta ao Gunther sobre a guerra cibernética. Se os americanos têm um sistema de defesa, isso significa que eles devem estar trabalhando um sistema de ataque cibernético também. Não sejamos ingênuos. E aí pergunto: o risco maior de guerra cibernética hoje vem de terrorista, de algumas das potências? Existem discussões de desarmamento cibernético, como houve discussões de desarmamento nuclear?

Faço uma pergunta bem objetiva também ao Cláudio. Aqui, a gente vai ter de voltar qualquer dia desses. O que é melhor para nossa defesa, nem falo segurança: comprar caças estrangeiros ou investir mais no ITA, no CTA e na Embraer, inclusive, que é uma

empresa privada? É uma pergunta bem direta. Como devo votar nisso aqui?

Ao General, eu queria fazer duas perguntinhas. Há no Ministério da Defesa um setor de guerra cibernética? Agarrando o que falou o Cláudio, e estou de acordo, de que não se devem enfrentar piratas com armas de exército, quero saber se – talvez, mais de um possa responder – vocês estão de acordo também de que não devemos usar exército para enfrentar bandido urbano? É uma pergunta.

E, finalmente, gostei quando o Professor Darc falou sobre educação cívica e também sobre a necessidade de mudar o perfil de nossos universitários, mas gostaria de saber se está de acordo com o que venho defendendo – e levo muita pancada –, ou seja, que uma boa maneira de fazer educação cívica seria o serviço militar obrigatório.

Então, são essas as perguntas que faço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Agora, vamos inverter um pouco a ordem, começando pelo Dr. Cláudio Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde).

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – Acho que se deve investir nos dois, ou seja, temos uma necessidade, como disse o Darc, de ter mecanismos de dissuasão. Isso é fundamental. Essa compra de caças, de submarinos, de tanques ou de carros serve minimamente para o País ter uma capacidade de dissuasão. Esse é o primeiro ponto. Mas investir no ITA, na Embraer, é fundamental, é absolutamente mandatário.

O senhor fez somente essa pergunta?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Para o senhor, foi só essa.

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – Foi só essa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Moreira.

Passo a palavra ao Sr. Gunther Rudzit, Professor e doutor especialista em Segurança Nacional da Faap, em São Paulo.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Senador, acho que o senhor esqueceu-se de colocar uma última opção: todas acima. Hoje em dia, isso perpassa os Estados. Há Estados utilizando como instrumento de ataque; Estados se preparando para essa guerra, para essa modalidade de guerra; organizações terroristas que adorariam quebrar toda a rede, por exemplo, de eletricidade da costa leste americana – imagina o caos! –, fora a bancária. E há um rapazinho de 15 anos, 16 anos, que, por vontade própria, por achar legal, consegue entrar no Departamento de Defesa. E faz isso, e rouba alguns segredos de lá. E não é só o Departa-

mento de Defesa, mas também, por exemplo, o setor bancário. Então, essa questão perpassa tudo isso. Há indivíduos, hoje em dia, com essa capacidade de quebrar a espinha dorsal de uma sociedade a partir de suas casas. Rapazinhos de 15 anos estão fazendo isso. Por quê? Porque é legal. Isso é complicado.

Então, hoje, quanto à Segurança Nacional, como o senhor falou, as nossas universidades, os nossos centros de pesquisa estão aí completamente... Considero, por exemplo, a Embrapa um dos pontos mais importantes para a segurança do País. Há a tecnologia de agricultura nos trópicos. Não há tecnologia igual na Embrapa. Eu me preocupo com o conhecimento que está lá. Está bem seguro?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Existe acordo?

O SR. GUNTHER RUDZIT – Desculpe-me. Não, não há.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não há discussão?

O SR. GUNTHER RUDZIT – Não há. É a tecnologia dual? A informática é uma tecnologia dual. Como é se vai proibir isso, que é a base da vida moderna? Como é que se vai verificar isso? Esse é um grande problema.

O desarmamento nuclear, a redução dos estoques nucleares foi possível por quê? Porque é possível contabilizar isso e fazer a verificação *in loco*. Mas como é que se vai conseguir inibir essa atitude de um rapazinho de 16 anos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Gunther Rudzit.

Passo a palavra ao Professor Darc Antonio da Luz Costa.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Eu queria dizer ao senhor o seguinte: essa questão do serviço militar obrigatório é fundamental. Um garoto de 18 anos tem de conhecer o seu País. É fundamental isso. Não basta ele torcer pela Seleção Brasileira, não; ele tem de conhecer o seu País.

Eu me lembro de que quando eu era garoto, educado. Eu estava em um bom colégio. Mas só tive consciência do que era o Brasil quando fiz serviço militar obrigatório. Não servi no Exército, mas, sim, na Marinha, na Escola de Formação de Oficial da Reserva da Marinha. Mas sei que, no Exército, as coisas caminham como caminham na Marinha. Na Marinha, até me ensinaram um negócio, e, depois, falei: “Não é bem assim”. A Marinha tinha uma visão interessante, dizia o seguinte: “Primeiro, a Marinha; depois, o Brasil; e, depois, sua família”. Não é bem assim. A gente sabe que não é bem assim. Mas era assim que nos ensinavam quando éramos garotos. Não é bem assim,

é o inverso: primeiro, a família; depois, o Brasil; e, depois, a Marinha. Mas, ao ensinarem aquilo para nós, eles nos obrigavam a raciocinar. É no serviço militar obrigatório que se forma o cidadão, numa sociedade que só forma consumidores.

Então, temos de mudar. O indivíduo descobre sua posição nacional até os dez anos e, depois, descobre sua posição social, mas só tem consciência do seu país quando faz o serviço militar. Por isso, acho que o serviço militar deveria ser obrigatório. Essa é a minha opinião sobre isso. O senhor me perguntou sobre isso. Temos a mesma opinião. Aliás, concordo quase em gênero, número e grau com tudo que o senhor falou.

Era isso o que eu tinha a dizer. Nada mais vou acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Darc.

Passo a palavra ao General Aderico Mattioli.

O SR. ADERICO MATTIOLI – Endosso plenamente as palavras dele.

Com relação à cibernética, que foi a pergunta feita, dentro daqueles três vetores, eu já havia dito que o Ministério da Defesa, valendo-se das vocações das Forças, tem seguido à risca as determinações. Aliás, essa é uma norma militar. Dada uma missão, tem de se partir para o cumprimento, não há alternativa. No dia em que isso mudar, acho que ruirão outros valores.

Por exemplo, na parte cibernética, os nossos currículos escolares, todas as Forças já mudaram bastante a concepção, e esse tema está sendo bastante estudado. Temos visitado outros centros importantes, inclusive nos Estados Unidos, e nenhum deles tem ainda a verdade nas mãos, tem o controle nas mãos. É algo em que ainda falta domínio. Não acredito que haja país totalmente pronto para esse embate.

Apenas faço observação: no caso dos três vetores, devo dizer que o nuclear está basicamente com a Marinha, não de forma isolada – repito sempre isso, pois há um esforço coordenado, cujo epicentro está na Marinha –; o aeroespacial está com a Força Aérea, pela vocação; e a cibernética está com o Exército, repito, não de forma isolada.

O orçamento para o ano que vem prevê recursos para a implantação, que já se iniciou, do Centro de Defesa Cibernética. Esse Centro já está sendo implantado, mas o orçamento para o ano que vem já prevê a implantação do sistema de defesa cibernética numa rubrica própria. É claro que a rubrica dela é essa aí, mas outras rubricas poderão contribuir com o andamento do Centro.

Dessa forma, não tenho a menor dúvida de que isso é importantíssimo. Não é uma contribuição exclusiva da defesa no sentido que está sendo discutido

aqui, mas no sentido muito maior, muito mais amplo de segurança nacional. Todo o nosso sistema bancário, todas as nossas redes, diversos conhecimentos passam, e não temos sequer um antivírus nosso. Todos os antivírus possuem ordens que poderão reverter, de forma contrária, a nossa utilização. Quando pensamos que estamos nos defendendo, ali dentro há comandos. Não entendo bem essa parte, mas se sabe que, em determinado momento, poderemos ser atacados pelos antivírus que estão sendo usados. Quer dizer, deveríamos ter, no mínimo, a capacitação em bancos escolares, na educação, para formarmos também uma capacidade produtiva e o entendimento de produto de defesa, que não é mais aquele produto materializado propriamente dito. Na concepção exposta na Medida nº 544, produto de defesa vai muito mais além do Material de Emprego Militar (MEM) concebido antigamente. Hoje, o produto vai desde o conhecimento até aquele MEM antigo que havia como forma de entendermos o nosso reaparelhamento. Hoje, o produto de defesa vai muito mais além.

A cibernética, talvez, seja a mais vulnerável na nossa realidade e a mais exequível a curto prazo, a que demande menos recurso para darmos um grau de proteção – vamos chamar de *firewall* – mínimo necessário para o País. É uma área com a qual podemos contribuir muito. Estamos nos aprofundando nessa área.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E quanto aos piratas?

O SR. ADERICO MATTIOLI – Fiquei com uma dúvida. Estamos falando dos piratas da Somália?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estamos falando dos piratas da Somália. Não vamos fazer guerra com Exército para enfrentar piratas. Pergunto: e os traficantes urbanos? A gente deve usar as Forças Armadas ou é questão de polícia?

O SR. ADERICO MATTIOLI – Quanto aos piratas da Somália, aos piratas do mar... Na semana passada, estivemos num fórum do IBAS – Índia, Brasil e África do Sul –, em que acordamos que nossos exercícios conjuntos devem nos capacitar a essa ação, até porque o Cone Sul é importante, para trocarmos mais informações e procedimentos, o que já existe de maneira cooperativa, de tal forma que haja a dissuasão que queremos. Sempre vamos buscar a dissuasão. Deverá haver uma consequência caso haja a iniciativa.

Acredito que o tema é bastante complexo e que as Forças Armadas estejam em um ponto bastante equilibrado. Não é só defesa, contribuímos também com a parte das operações que chamamos policiais propriamente ditas. Acreditamos que temos essa capacidade; isso é de lei, tem amparo legal. Não entendo que seja prioridade. Talvez, os mecanismos que

devêssemos empregar fossem os que se voltassem à questão da educação, de tal forma que a sociedade, ganhando qualidade de vida, pensasse: “Tenho o que perder com isso”.

A outra vertente policial propriamente dita, no nosso entendimento, talvez, implique um repensar de como os Estados, já que estamos falando do Estado federal e dos Estados do pacto federativo, estão empregando nossas forças, de como estamos conduzindo esse processo, de quais são as verdadeiras – talvez, seja uma reengenharia – demandas e de como podemos resolver esse problema. É um tema muito complexo. Confesso que, na minha área de produtos de defesa, que é bastante técnica, tenho me afastado um pouco disso.

Percebemos que há um equilíbrio, sim. Acho que, entre todos os países, o nosso é o que melhor emprega e equilibra essa equação, contribuindo sem um engajamento definitivo, colaborando logisticamente com informações, muitas vezes, em determinadas áreas. Acredito que esse equilíbrio já esteja razoavelmente atingido. Não sei se temos muito a melhorar nessa área, no lado da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu teria uma indagação a fazer ao Professor Darc, ao Professor Gunther e ao Dr. Cláudio Moreira.

Aqui, no Congresso Nacional, outro assunto que está em debate é a chamada Lei do Sigilo ou Lei da Informação. É o PLS nº 41.

Esse PLS nasce de um projeto original do Governo, que o encaminhou em 2009, depois de uma discussão de mais de dois anos, à Câmara dos Deputados. Foi assinado esse projeto de lei do Executivo por nove Ministros; pelo Presidente da República de então, o Presidente Lula; pela então Ministra Chefe da Casa Civil, hoje Presidenta Dilma Rousseff; pelo Dr. Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos; pelo Dr. Franklin Martins, Ministro da Comunicação Social; pelo Dr. Hage, da Controladoria-Geral da União; pelo Ministro Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores; pelo Ministro Jobim, então Ministro da Defesa. E esse projeto, depois de dois anos e meio de debates internamente no Executivo, foi encaminhado, em 2009, para o Congresso Nacional, inclusive trazido em mão pela então Ministra Chefe da Casa Civil e entregue nas mãos do então Presidente da Câmara, hoje Vice-Presidente Michel Temer.

Esse projeto distingue muito bem o que é informação de governo do que é informação de Estado ou do Estado. No que diz respeito à informação de governo, esse projeto diz que todos os atos do governo, ou de governo, têm de ser, até para cumprir a própria Constituição, publicizados, quer dizer, deve-se dar publi-

cidade a todos os atos do governo. O ministro assinou um decreto, imediatamente tem de se dar publicidade; o ministro assinou uma ordem de serviço, tem de se dar conhecimento de imediato.

Na questão de direitos humanos, não há também possibilidade de se colocar um carimbo de “confidencial”, de “reservado”, de “secreto” ou de “ultrassecreto”. Questão de direitos humanos tem de ser do conhecimento imediato de todos.

Esse projeto chegou à Câmara e sofreu emendas. Essas emendas, então, confundiram o que pode ser entendido como ações de governo com ações de Estado.

E aí vem a questão da prorrogação de alguns chamados segredos de Estado. Dizem que o projeto original pressupunha que a matéria “x” com o carimbo “secreto” teria um prazo de 25 anos para ser divulgada, prazo prorrogável por mais vezes, dependendo do governo e da conjuntura internacional. Com essas emendas, só se dá direito a um único período de 25 anos para aquele documento manter seu caráter secreto, manter o carimbo de caráter secreto; depois disso, tem de se dar publicidade a ele. Isso está causando um grande debate no Congresso. Até os meios vêm tratando dessa questão, porque nem eles próprios, talvez, conheçam exatamente o que é ação de governo e o que é ação de Estado.

Então, há uma corrente que defende que, a esse período para determinados segredos de Estado que digam respeito diretamente à questão da soberania nacional, à integridade do nosso território e a tecnologias sensíveis, a esse tipo de informação fosse permitida mais de uma prorrogação, dependendo do governo, do presidente ou do chefe de Estado que estiver em exercício, passando isso preliminarmente por uma comissão de avaliação.

Então, eu gostaria de saber dos senhores o seguinte: há realmente essa distinção de ações de governo e ações de Estado? No que diz respeito a essas ações de Estado que tragam informações sensíveis, deve haver salvaguardas para esse tipo de informação?

Hoje, para que os senhores tenham uma ideia, tivemos a honra de receber aqui representantes de 23 países, que assistiram, com muita satisfação para nós, à nossa audiência pública. Desses 23 representantes, 12 são embaixadores; um deles é encarregado de negócios; e os outros são conselheiros, primeiros-secretários e adidos de defesa. Por exemplo, em todos esses países, há salvaguardas para esse tipo de informação. O Brasil, se prevalecerem as emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados, vai ser o primeiro país do mundo em que um embaixador nosso, por exemplo, em Havana, em Washington ou em qualquer lugar do mundo vai dizer que esteve com um se-

cretário de Estado tratando de nossa tecnologia para isso ou para aquilo ou que esteve com os suecos, com os franceses ou com americanos tratando da questão dos caças, os quais lhe deram tal informação, e em que essa informação, que é uma informação sensível, a prevalecer essa emenda da Câmara, repito, terá de ser colocada imediatamente na Internet.

Então, estão fazendo muita confusão. Estou entre aqueles que defendem que segredos de Estado possam ter a possibilidade de mais de uma prorrogação, até porque fui Presidente da República e sei que existem informações extremamente sensíveis que não podem ser divulgadas, até por dever de ofício, portanto, *ex officio*. Defendo essa posição de que seja dada, aos futuros Presidentes, a possibilidade de, avaliando a conjuntura, saber se àquele documento classificado como secreto já pode ser dada publicidade ao final de sua vigência ou se, por interesse da Nação brasileira, a vigência tem de ser prorrogada.

Fazem muita confusão, dizendo que aqueles que defendem essa posição não estão querendo a transparência do governo. Não é absolutamente nada disso! Ao contrário, queremos a total transparência dos atos e ações de governo, queremos que a população brasileira os conheça *on-line*, queremos que, na hora em que a decisão for tomada na órbita do governo federal, do governo dos Estados, do governo municipal, que a isso seja dada imediatamente divulgação. Para isso, já existe o Portal da Transparência, inclusive, que dá essa oportunidade. Quanto a isso, não há dúvida.

Quanto à questão dos direitos humanos, não há dúvida. Não pode haver nenhum tipo de classificação para delitos em relação à infringência a direito de qualquer ser humano, apenas a salvaguarda que a Nação brasileira, que o Estado brasileiro precisa ter, que seu chefe de Estado necessita ter para que, no momento em que terminar a vigência de determinado documento classificado como secreto, possa dar a ele publicidade ou prorrogar por mais um período o carimbo de secreto.

Então, esta é a pergunta que eu faria aos senhores: é importante para um Estado soberano, já que defesa nacional tem muito a ver com informação e com Inteligência, ter salvaguardas em termos de documentos que estejam classificados como secretos com direito a prorrogações, ou isso seria um excesso de zelo para as informações sensíveis e que colocam em risco, se divulgadas, a questão da soberania nacional, da integridade do território brasileiro e das tecnologias sensíveis?

Eu começaria pelo Professor Darc Antonio da Luz Costa, que é Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur).

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Senador, o senhor foi a uma questão central, que é a diferença entre Governo e Estado. Estado é o resultado de um pacto silencioso que nos separa das hordas selvagens. O Estado é o resultado de um pacto silencioso que atravessou pelo menos um milhar de gerações e que nos coloca na situação em que vivemos hoje, que é uma situação em que “consensamos” uma vida em comum em torno de uma Constituição. O que caracteriza o Estado é o fato de que pactuamos em torno de um documento chamado Constituição. Isso nada tem a ver com Governo. Governo é uma forma de gerir essa sociedade durante um determinado prazo.

Ora, se pactuamos a nossa convivência, temos de pactuar nossos segredos. É da própria natureza. Não podemos expô-los.

O senhor quer a minha resposta? Segredos de Estado são segredos de Estado, não são para serem colocados em hasta pública. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Darc.

Concedo a palavra ao Professor Gunther, por favor.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Até onde eu saiba, Senador, em vários atos do Itamaraty, por exemplo, esse processo já existe. Algumas decisões do Itamaraty não são tornadas públicas – e é assim que tem de ser –; outras o são. Acredito, sim, que deve haver algumas questões que mereçam essa classificação de uma questão de Estado, de segurança nacional, que, portanto, devem ser tratadas com total sigilo. Contudo, para isso, aí, sim, há o papel fundamental do Congresso nas duas Comissões, tanto no Senado quanto na Câmara, para supervisionar esse processo. Acho que é fundamental a atuação do Congresso nesse processo de revisão, para verificar se os documentos carimbados como ultrassecretos são realmente ultrassecretos. É o Estado democrático de direito. O Congresso representa a sociedade e tem o poder para isso, para decidir, em sessões fechadas de sigilo absoluto, que certos assuntos sejam debatidos. Do contrário, corremos o risco de alguns segredos de Estado poderem ser confundidos. Acho fundamental o papel da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – e defendo que seja também de segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeito.

Faltou-me informar que há, nesse projeto original, uma comissão de avaliação desses documentos, não previamente. Foi classificado um documento secreto, e, posteriormente, no momento em que ele estiver terminando o seu período, então, essa comissão de avaliação que consta do projeto original, encami-

nhado pelo ex-Presidente Lula e assinado por nove ministros, levará a sua opinião a quem de direito, que deve decidir se publiciza esse documento ou se dá a renovação do carimbo, em função da questão que é tratada naquele ato.

Estamos regulamentando – a Mesa da Câmara já aprovou, e é preciso que isso seja aprovado numa reunião do Congresso – uma comissão composta por Deputados e Senadores, uma comissão de inteligência. Na nossa Constituição, há um capítulo que fala da segurança pública, mas não há nenhum capítulo que trate dos serviços de inteligência. Hoje, no Brasil, há a Abin e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Há uma dualidade aí, que não está muito explícita, de que a Abin está, realmente, subordinada diretamente ao GSI. O GSI coordena o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), um sistema de informação geral, mas, em relação à Abin, não há uma subordinação dela diretamente ao GSI.

Então, é necessário que, em algum momento, pensemos nisso e que, no Congresso, possamos criar e apresentar um projeto de emenda à Constituição tratando da questão de inteligência, de como isso deve ser tratado.

Já há esse projeto de resolução, que já foi aprovado pela Mesa da Câmara. Estamos aguardando apenas pauta, para que seja colocada na próxima ou nas próximas sessões do Congresso Nacional. Sendo aprovado isso, então estará constituído esse corpo de legisladores da Câmara e do Senado, que terão o papel – isso foi dito pelo Professor Gunther – de acompanhar todas essas ações de inteligência. Hoje, como não há uma lei normatizando, cada uma dessas áreas, desses setores, desses órgãos cria seus próprios órgãos de informação. Então, hoje, há órgãos de informação das Polícias Militares, da Polícia Federal, do Ministério Público, da Receita Federal, enfim, de vários setores, e que agem de forma autônoma, porque não há lei que normatize esses serviços de informação, que servem de base para que a autoridade, a Presidente da República, possa tomar uma decisão com essas informações todas sistematizadas.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Cláudio Moreira, consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança.

O SR. CLÁUDIO MOREIRA – A Abimde está aprovando uma série de 49 medidas viabilizadoras. O que seria isso? É uma série de itens, de medidas que viabilizariam toda a base industrial de defesa, etc. Elas são divididos em nove grupos, e, se não me engano, no oitavo ou nono, o título é “Salvaguardas”, com um viés um pouco diferente do viés do PLS nº 41, que trata muito da área pública, especificamente. Só estou me

referindo a isso porque o senhor falou de tecnologias sensíveis, e, quando a gente trata de indústria de defesa, a gente fala de tecnologias sensíveis.

Isso se prende a um fato concreto que vivi na época da Embraer. Quando terminou o CC Sivam, que era a Comissão Coordenadora do Sivam, a Ericsson, que fabricava os radares Erieye, pede que a Embraer obtenha do Governo uma declaração de que tais, tais e tais pessoas que estavam tendo contato com aquela tecnologia tinham o aval do Governo para que isso ocorresse, porque o Governo era o responsável por isso. Aí fui ao Ministério da Defesa, que estava, na época, começando, andei pelo Ministério da Defesa inteiro, e aquilo não colava, porque não havia esse instrumento para fechar essa história. Um Brigadeiro que lá estava, na área internacional, depois que ele compreendeu o problema, simplesmente pegou a caneta e assinou. Ou seja, foi um ato pessoal para resolver um problema, e isso não tem cobertura na legislação brasileira.

Então, só para concluir – desculpe-me, também estou cansado –, eu não poderia deixar de aduzir mais este ponto: a transferência de tecnologia acontece hoje em várias medidas. É claro que não é uma questão mágica: “Transferiu tecnologia, está resolvido”. Hoje, essa transferência de tecnologia sofre um problema de certa reação de quem quer transferir, porque ele percebe da parte brasileira certa porosidade dessa tecnologia, por falta de instrumentos. Temos um enorme trabalho pela frente a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Moreira, consultor da Associação Brasileira de Indústrias de Material de Defesa e Segurança (Abimde).

Antes de dar por encerrada a nossa reunião de hoje, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também, se me permitirem, em nome dos senhores palestrantes, a presença dos senhores membros do Corpo Diplomático: S. Ex^a o Sr. Embaixador Nelson Manuel Cosme, Embaixador da República de Angola; S. Ex^a o Sr. Embaixador Otar Berdzenishvili, Embaixador da Geórgia; S. Ex^a o Sr. Embaixador Sergey Akopov, Embaixador da Federação Russa; S. Ex^a o Sr. Embaixador Horácio Sevilla-Borja, Embaixador do Equador; S. Ex^a o Sr. Embaixador General Wallace Gbedemah, Embaixador de Gana; S. Ex^a o Sr. Embaixador Rafael Eldad, Embaixador de Israel; S. Ex^a a Sr^a Embaixadora Eva Bettia, Embaixadora das Filipinas; o Sr. Representante da Embaixada da Dinamarca, Sr. Christoffer Björk Pedersen; o Sr. Capitão de Mar e Guerra Ramón Barro Ordovás, Adido de Defesa da Embaixada da Espanha; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus

no Brasil; Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário Encarregado de Assuntos Políticos e da Cooperação, da Embaixada da República da Guiné-Bissau; Sr. Petr Kvacek, Primeiro-Secretário da Embaixada da República Tcheca em Brasília; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Sr. Coronel Wilson Sánchez Valverde, Adido Militar da Embaixada do Equador; Sr. Raphaël Mensah, Ministro Conselheiro da Embaixada da República do Benin; Sr. Hekmatollah Ghorbani, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã; Sr. Owen Musopelo, Adido de Defesa da Embaixada da República da Zâmbia; Sr^a Maria Noel Reyes Paisal, Terceira-Secretária da Embaixada da República Oriental do Uruguai; Sr. Maximiliano Alaniz, Secretário da Embaixada da República Argentina; Sr. Ahmed Mahmoud Ould Ethmane, Primeiro Conselheiro da Embaixada da República Islâmica da Mauritânia; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia no Brasil; Sr^a Natalie Jellinek, Assessora do Setor Político e Econômico de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil; Sr. Ibrahim Aleisa, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; Sr. Abedalah Machado Chuban, da Administração e Relações Internacionais da Embaixada do Reino Hashemita da Jordânia; Sr. Nicholas Hilgert, Primeiro-Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América.

A todos agradeço muito pela presença.

Ao encerrar a presente reunião, agradeço a presença aos nossos convidados, pela importante contribuição aqui oferecida.

Informo que o nosso próximo painel sobre o tema Defesa Nacional, a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 24 de outubro, às 18 horas, neste plenário, será sobre Vigilância de Fronteiras: Organização e Distribuição Espacial na Amazônia e no Sul do País, com os seguintes convidados: General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia; e Professor Ricardo Vélez Rodríguez, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Acrescento que a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida pelo Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, realizará sua 17^a Reunião no dia 19 de outubro, quarta-feira próxima, às 9 horas, neste plenário, com audiência pública sobre a Questão Indígena e Fundiária na Faixa de Fronteira, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcio Berbiger, Coordenador Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Dr. Aloysio Antonio Castelo Guapindaia, Presidente Substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai); e Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do

Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle, a ser realizada amanhã, às 8h30, no Plenário 2 da Ala Alexandre Costa, destinada a debater sobre a posição do Governo brasileiro dentro do G20 nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar. Para tanto, foram convidadas as seguintes autoridades: Sr. Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Sr. Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF); Sr^a Fátima Melo, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip); Sr^a Iara Pietricovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e Sr^a Graciela Rodriguez, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (Gtaei), além de um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Agradeço, uma vez mais, a S. Ex^{as} os Srs. Embaixadores e aos representantes dos países amigos que aqui estiveram; aos senhores palestrantes da noite de hoje; e, muito especialmente, a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão, que sempre abrilhanta, com sua inteligência, com sua perspicácia e com sua contundência, nossas reuniões.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 21 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 48^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 9:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Walter Pinheiro**, **Antônio Carlos Valadares**, **Inácio Arruda**, **Valdir Raupp**, **Waldemir Moka**, **Lobão Filho**, **Vital do Rêgo**, **Ricardo Ferraço**, **Eduardo Braga**, **Ciro Nogueira**, **Francisco Dornelles**, **Flexa Ribeiro**, **Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti**, **José Pimen-**

tel, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Casildo Maldaner e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assinam a lista de presença os Senadores não-membros **Renan Calheiros** e **Gim Argello**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 47ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. A Presidente convida os indicados para tomarem assento à Mesa. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 139, DE 2011**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran” A Presidente concede a palavra ao Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika para fazer sua exposição. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 140, DE 2011**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Rodrigo Zerbone Loureiro, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg.” A Presidente concede a palavra ao Senhor Rodrigo Zerbone Loureiro para fazer sua exposição. Após a exposição, a Presidente concede a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin e Ricardo Ferraço. A Presidente registra a presença do ex-Senador Roberto Cavalcanti. A Presidente declara aberto o processo de votação. A Presidente declara encerrado o processo de votação. A Presidente convida os Senadores **Lobão Filho** e **Vital do Rêgo** para serem os escrutinadores. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika para cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel por 13 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção. Na seqüência, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação do Senhor Rodrigo Zerbone Loureiro para o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL por 13 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 47ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à pauta.

Antes, convido os Srs. Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro, para que tomem assento à mesa.

Nesta reunião, conforme prevê o art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, passaremos à apreciação de indicados para comporem o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações– ANATEL.

ITEM 1

– Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 139, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 – Em 20/10/2011, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, nos termos do Ato nº 1, de 2009 – CI.

Nesta reunião, portanto, os indicados serão submetidos à arguição dos Srs. Senadores membros desta Comissão e, posteriormente, os respectivos relatórios serão deliberados em votação secreta.

Antes, porém, de passar a palavra aos candidatos para suas explanações iniciais, gostaria de tecer algumas breves considerações que julgo da mais alta relevância.

Recordemos que a Anatel faz parte da primeira geração de agências reguladoras criadas em nosso

País e que foi concebida de forma a cumprir estritamente o seguinte desenho institucional: autonomia e estabilidade dos dirigentes; mandatos fixos e não coincidentes; estabilidade; aprovação pelo Poder Legislativo mediante arguição e pré-requisitos quanto a sua qualificação; independência financeira, funcional e gerencial; autarquia especial sem subordinação hierárquica ao Ministério correspondente; e representando a última instância de recurso no âmbito administrativo; delegação normativa; poder de instruir e julgar processos; poder de arbitragem; orçamento e quadro de pessoal próprio; transparência a ser obtida por meio de Ouvidoria com mandato; publicidade de todos os atos e Atas de decisão; representação dos usuários e empresas; justificativa por escrito de cada voto e decisão dos dirigentes; audiências públicas; diretoria com decisão colegiada.

Srs. Senadores, a independência decisória e a autonomia de gestão orçamentária e financeira sempre foram os diferenciais da agência para buscar estabilidade regulatória, e, assim, transmitir a credibilidade necessária à atração de investimentos privados.

Dirijo-me agora aos convidados aqui presentes.

Os senhores que serão ouvidos nesta reunião desta Comissão não vieram apenas para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores, mas para muito mais do que isso. Estão aqui para firmar um compromisso público à frente desta missão que lhes foi dedicada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos uma grande parcela de responsabilidade com a aprovação desses nomes aos cargos que lhes são confiados. Saibam todos que iremos, se e quando necessário for, cobrar esclarecimentos a respeito das ações desenvolvidas por essa agência reguladora.

Agradeço a atenção de todos os senhores e concedo a palavra ao Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika, para sua exposição.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Muito obrigado.

Bom dia, Exm^a Sr^a Lúcia Vânia, Senadora e Presidente desta Comissão de Infraestrutura.

Queria cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, Senador Vital, Senadora Vanessa, Senador Ricardo, Senador Walter Pinheiro. Vejo aqui vários amigos da Anatel, do Ministério das Comunicações, interessados e representantes do setor de telecomunicações e radiodifusão e imprensa. Amigos, é um prazer e uma honra imensa estar sendo submetido a esse processo de sabatina.

Sr^a Presidente, tendo em vista que o meu currículo já foi submetido e colocado no relatório, com vista coletiva, não vou tratar dele, até porque me sinto

muito à vontade de estar nesta Comissão. Em várias oportunidades, seja como consultor jurídico do Ministério das Comunicações, procurador-geral da Anatel ou no comitê gestor da internet, em que o Senado Federal me convidou, me convocou, estive aqui a prestar esclarecimentos nesta Comissão e na Comissão de Ciência e Tecnologia, que também funciona neste mesmo plenário. Realmente me sinto muito à vontade para estar aqui e estou muito feliz.

Vou fazer uma breve, brevíssima exposição – e até trouxe uma apresentação sobre o cenário das telecomunicações de forma mais abrangente – apenas para fomentar um pouco algumas discussões e debates e para passar um pouco da minha visão sobre o que está acontecendo e a importância efetiva desse setor.

Eu queria que passasse o primeiro *slide* por gentileza.

Eu vou fazer um *slide* bem visual para ficar mais fácil a compreensão, mas, na verdade, quis trazer aqui uma divisão muito clara sobre o setor de telecomunicações em três etapas: a etapa inaugural, que começou quando Graham Bell inventou o telefone, e já no ano seguinte o Imperador D. Pedro II instalou linhas telefônicas no País, incluindo, no caso da radiodifusão, a primeira transmissão de televisão, que foi no dia 18 de setembro de 1950, a PRF3, que virou a Tupi – o Brasil já foi o quarto país do mundo a ter uma rede de televisão –; a segunda fase, importantíssima, que estou chamando de Sistema Telebrás, porque exatamente nesse período foi implantada a Telebrás, uma *holding* que teve várias controladas pelo País – o Estado brasileiro prestava diretamente o serviço de telecomunicações –, incluindo, na área de radiodifusão, a transmissão a cores em 1972; e a terceira etapa, que eu estou chamando de Estado regulador, que foi efetivamente quando foi criada a Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações, através da Lei nº 9.472, a Lei Geral de Telecomunicações.

É interessante observar que toda grande mudança dentro desse setor sempre está envolvida de dois aspectos: uma mudança no marco legal, ou seja, se observa ali o Código Brasileiro de Telecomunicações de 62, a lei que criou a Telebrás e a lei que criou a Anatel, e desenvolvimentos e descobertas tecnológicas. É sobre isso que eu queria falar.

O Brasil é um país que ainda está amadurecendo no processo regulatório. O processo regulatório ainda é incipiente no Brasil. Começaram na década de 90, nos Estados Unidos, as *commission agency*, e já tem algumas que são seculares. O Estado regulador, exatamente essa terceira etapa, está passando por uma transformação neste momento.

A Anatel foi criada em 1998 e tem ainda a mesma estrutura inicial, mas vem enfrentando desafios importantes. Que desafios são esses? O desafio é a convergência tecnológica. Essa é efetivamente a grande transformação nessa terceira etapa do Estado regulador e está levando a Agência Nacional de Telecomunicações a ter que se adaptar às necessidades e à realidade daquilo que nós estamos chamando de convergência.

Próximo *slide*.

Gosto de trazer essa ilustração porque mostra muito bem todas os equipamentos, facilidades do mundo moderno que estão à nossa disposição. Se nós observarmos bem essa ilustração, a televisão não é apenas mais um ambiente de acesso a um conteúdo audiovisual. Pela televisão, acessa-se a internet; pelo videogame, assiste-se a filmes; e pelo celular, pego uma foto de uma câmera digital e coloco na grande rede mundial de computadores. Isso foi possível através de um processo chamado de digitalização ou virtualização, como gosta de chamar Pierre Lévy, que é um filósofo francês da era contemporânea. A digitalização e virtualização das informações e a convergência tecnológica, nós estamos vivendo exatamente a ebulição desses processos, e isso promoveu efetivamente a necessidade de uma atualização da regulação e da atuação do Estado diante de um setor importante, como é o caso do setor de comunicação, em especial o de telecomunicações.

Esse *slide* consegue mostrar de forma bem interessante como que, até mais ou menos meados da década de noventa, você tinha uma estrutura vertical em relação ao acesso à informação e às plataformas. Por exemplo, se eu quisesse ter acesso a um conteúdo de áudio, havia uma infraestrutura de rádio e um terminal específico, também conhecido como rádio, que me permitia ter esse tipo de informação. Com o passar do tempo, o que aconteceu? Todas essas plataformas foram horizontalizadas. Através, por exemplo, de uma plataforma IP, eu consigo ter acesso a voz, vídeo, áudio, dados, texto... Isso é efetivamente o que a gente chama de convergência tecnológica. Qual a importância disso? A importância é porque isso tem implicações regulatórias fortíssimas.

Toda regulação e toda legislação até uns tempos atrás era feita em razão da tecnologia, ou seja, surgia uma nova tecnologia e se desenvolvia uma legislação, uma norma para essa tecnologia. Até pouco tempo atrás, existia uma lei conhecida como Lei do Cabo, ou seja, por causa da plataforma a cabo, eu tinha uma lei. Recentemente, contudo, o Congresso Nacional, numa discussão no Senado, aprovou o PLC nº 116, que deu

origem à Lei nº 12.485, que foi justamente uma discussão importantíssima do ponto de vista da convergência.

Eu tinha uma lei para tratar de cabo, um decreto de 1988 para tratar de um serviço de televisão UHF, duas portarias – ainda da época do Ministério das Comunicações – para tratar de dois serviços, o DTH e o MMDS. Finalmente, uma nova legislação tratou isso de forma mais convergente. Então, agora, a Agência Nacional de Telecomunicações, num prazo de 180 dias, tem a responsabilidade de dar regulamentação diante daquilo que o Congresso Nacional desenvolveu e que foi sancionado pela Senhora Presidenta da República.

Mas existe um tema que permeia todo esse debate, absolutamente todo esse debate. Qualquer assunto hoje na área de telecomunicações, de alguma forma ou de outra, tem a ver com banda larga, inclusive televisão por assinatura, afinal de contas, através da infraestrutura de cabos, é possível ter acesso a redes de alta velocidade. Essa foi a discussão que permeou a terceira geração de telefonia e, com certeza, é a discussão que permeará a quarta geração. Toda a discussão que envolve competição, qualidade, especificamente em relação à banda larga, diz respeito a isso. Por quê?

Nesse ponto estou tratando de uma segunda fase desse Estado regulador. A primeira fase o Senador Walter Pinheiro conhece bem, em razão das discussões, ele, na época, como Deputado, da Lei Geral de Telecomunicações, enquanto você tinha o serviço de telefonia fixa como o serviço prestado em regime público, aquele que precisava, efetivamente, chegar ao Brasil. Àquela época, mais ou menos, tinha 12 ou 16 milhões de linhas e, depois de todo esse processo de privatização, nós temos quase 40 milhões, contando as concessões e as autorizações de STFC.

A discussão de hoje é esta: banda larga. Essa infraestrutura é toda a discussão, de toda a visão que buscam o Estado, o Governo e acredito que também esta Casa, em razão da importância que essa infraestrutura nos traz.

Eu queria fazer algumas observações em relação, especificamente, à banda larga, obviamente conhecidas, como a questão da inclusão digital, a melhoria na prestação de serviço público, ou seja, é uma forma de acesso à cidadania, de o Estado se fazer presente na vida dos cidadãos. A banda larga é fundamental para isso.

Uma informação do Banco Mundial, de 2009, que quem é do setor de telecomunicações conhece bem, porque ela é repetida como um mantra, é: cada 10% de penetração da banda larga significam um acréscimo de 1,38% no PIB de um país. Então, isso eu acho que é representativo, do ponto de vista da influência

direta que a infraestrutura de banda larga tem no desenvolvimento socioeconômico.

A interiorização do desenvolvimento, efetivamente, e uma principal plataforma de comunicação do futuro, quer dizer, essa que, efetivamente... Nós, muitas vezes, ainda estamos brigando por algumas infraestruturas que são do século passado e essa é a infraestrutura do futuro.

O Brasil não é o único país que está discutindo isso. Essa é uma discussão global. Todos os países têm, alguns um pouco mais adiantados que outros, é verdade, até por conta de algumas facilidades econômicas, mas o Brasil tem características específicas, como a questão da extensão territorial, que apresenta algumas dificuldades. Para isso, o Governo, o Estado brasileiro já tem adotado medidas para o fomento e o crescimento da banda larga.

Só para mostrar aqui, esse *slide* eu vou passar rapidamente, a importância de você ter, efetivamente, uma estrutura de banda larga, essa aqui é uma informação da UIT, a União Internacional de Telecomunicações, sobre a largura de banda necessária de informação para determinados tipos de serviço.

Então, por exemplo, para eu fazer uma televisão em alta definição, eu preciso de seis a 12 megabits por segundo. Para eu fazer uma Internet de alta velocidade, essa alta velocidade já questionável, porque toda vez a velocidade vai aumentando, em razão, principalmente, do crescimento do acesso aos conteúdos de vídeo para os usuários... Hoje, os conteúdos de vídeos ocupam um espaço importante no acesso à comunicação de alta velocidade, mas a televisão interativa, a voz ainda é de 64 a 750, mas isso demonstra o quê? A necessidade, efetivamente, que você tem de uma infraestrutura para dar vazão a essas facilidades que a tecnologia e o mundo contemporâneo nos proporcionam.

Próximo, por gentileza.

Esse aqui é um *slide* que mostra exatamente onde nós queremos chegar.

Se vocês observarem ali embaixo, a infraestrutura do par de cobre, que veio do processo das concessões de telefonia fixa, através do ADSL, você consegue fazer uma média de um megabit por segundo. Todavia, a discussão do mundo, hoje, em alguns países mais avançados nesse sentido, como é o caso da Coreia e é o caso, por exemplo, da Suécia, já está falando na fibra na casa do cidadão, que é o *fiber to the home*, ou seja, quanto mais fibra eu vou adicionando a uma determinada infraestrutura, maior é a velocidade.

Eu acho que essa é a meta, ou seja, a busca, efetivamente, de uma infraestrutura que permita que a gente tenha uma comunicação de alta velocidade e que os serviços prestados também pelo Estado bra-

sileiro possam ser alcançados por esses usuários e possa ter, efetivamente, essa comunicação.

Próximo, por favor.

E para que banda larga?

A banda larga, a gente poderia falar o dia inteiro, aqui, sobre várias aplicações dela e eu quis focar apenas no serviço público, porque eu acho importante discutir isso.

Três temas: educação, saúde e segurança.

A educação, em que pese o Plano Nacional de Banda Larga ser, ter sido de 2010, o programa Banda Larga nas Escolas, quer dizer, o Programa Nacional de Banda Larga, na verdade, começou antes mesmo do próprio PNBL, ou seja, com a discussão do Banda Larga nas Escolas, que aconteceu em 2008.

A saúde, com a telemedicina, é uma discussão do momento. A importância da utilização de uma infraestrutura de banda larga está em poder facilitar e muito a vida de localidades, de cidades isoladas, que, através de uma infraestrutura como essa, podem fazer exames de forma remota, levar isso ao conhecimento dos centros nas grandes capitais, sem precisar você ter, efetivamente, um deslocamento. E a segurança pública, através da inteligência.

Eu acho que são três exemplos de três temas importantes para o País – educação, segurança e saúde –, em que a banda larga é, sim, um instrumento efetivo de desenvolvimento e eficiência para nós alcançarmos uma qualidade no atendimento aos cidadãos de um modo geral, em relação à prestação do serviço público.

Próximo, por gentileza.

Bom, eu falei um pouco do Banda Larga nas Escolas. A realidade é que 91% das escolas públicas urbanas já foram atendidas pelo programa até dezembro de 2010; 100% até o final deste ano, quer dizer, dois meses para acabar o ano, então, 100% das escolas públicas urbanas brasileiras já vão ter uma infraestrutura de banda larga, mas é pouco. A gente precisa, efetivamente, também chegar à zona rural. Existem muitas escolas, e não só escolas, mas postos de saúde, e essa é uma questão a que a agência está atenta, diante das políticas públicas que o Governo brasileiro tem colocado.

Algumas diretrizes do PNBL, como a redução da desigualdade, tanto social quanto regional, a geração de emprego e renda, e a competitividade brasileira na inserção do cenário nacional. Se este País, efetivamente, quer ser um País de liderança, que está buscando, esta é a década da infraestrutura, e essa é uma infraestrutura essencial para todas as outras infraestruturas.

Então, a banda larga, sem dúvida alguma, é uma obsessão, e nós não podemos deixar, efetivamente, de atender ao homem do campo, de um modo geral,

não só as escolas, mas os postos de saúde, porque 15,6% da população brasileira encontram-se no campo e estão precisando dessa infraestrutura. Existem, já, medidas que estão sendo adotadas, algumas discussões em relação ao uso de faixas de radiofrequência, como 450, que estão na pauta e na ordem do dia, e que, certamente, vão merecer uma atenção especial da Agência Nacional de Telecomunicações.

Próximo.

Competição. Eu estava dando uma observada em relação à LGT – ela tem, pelo menos, 30 vezes as palavras competição, justa competição, competitividade, harmonia, concorrência. O que significa isso?

Próximo.

Significa uma otimização da infraestrutura, porque com competição, efetivamente com a competição, eu consigo, além de melhorar a infraestrutura, melhorar a qualidade do serviço e diminuir os preços. Para quê? Quem ganha com isso é o usuário.

Usuário é um conceito muito utilizado no serviço público, usuário e serviço público, mas usuário é consumidor. Usuário é consumidor, então, os consumidores, para terem, efetivamente, um serviço de qualidade em telecomunicações, com preços razoáveis, sem dúvida alguma, sem a competição, que é um dos pilares do modelo... Um dos pilares do modelo regulatório é a promoção da competição e a agência tem competência, tem obrigação de tentar, sempre que possível, em determinados serviços, promover essa competição.

Eu acho que esse é um dos pontos que não se poderia ter deixado de observar.

Finalmente, para falar um pouco sobre o futuro, além da melhoria dessa infraestrutura, principalmente nas redes de alta velocidade, uma maior cobertura para atendimento ainda de localidades desatendidas, a qualidade, a convergência, que eu coloquei como uma possibilidade de serviços que antes eram separados poderem competir entre si, plataformas que antes eram isoladas, integradas podem competir entre si, e a inclusão digital.

A inclusão digital é um conceito às vezes um pouco... É muito abrangente e efêmero, mas, na verdade é um conceito que trata de cidadania, ou seja, da possibilidade de eu inserir o cidadão naquilo que se chama sociedade do conhecimento e da informação.

Eu queria agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui e me colocar à disposição de todos os Srs. Senadores e Senadoras para qualquer questionamento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

ITEM 2

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 140, DE 2011

Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor RODRIGO ZERBONE LOUREIRO, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg.

Autoria: Presidente da República

Relatoria “ad hoc”: Senador Walter Pinheiro

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 – Em 20/10/2011, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, nos termos do Ato nº 1, de 2009 – CI.

Submeto à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, na vaga do Sr. Ronaldo Mota Sardenberg.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Vital do Rêgo.

A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação: em 02/06/2011, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009.

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro para a sua exposição.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Bom dia a todos os Senadores.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Excelentíssima Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, todos os demais presentes, eu queria fazer, primeiramente, uma abordagem complementar à que foi trazida, aqui, pelo Dr. Marcelo Bechara.

Ele expôs, com grande competência, os aspectos tecnológicos e os desafios mais gerais do setor de telecomunicações. Para não ser repetitivo, eu trouxe alguns desafios específicos da agência. São questões que estão colocadas para o próximo período, para a Anatel, com que, caso esta Casa concorde com a indicação da Presidente da República, nós vamos nos deparar na Agência Nacional de Telecomunicações.

Antes, eu queria fazer um breve relato da minha experiência profissional. Eu sei que os Srs. Senadores já receberam o meu currículo, mas muitos não tiveram a oportunidade de lê-lo. Então, eu acho que pode

contribuir bastante para a análise dos senhores uma simples exposição.

Por favor, pode passar.

Iniciei minha carreira no serviço público trabalhando no Superior Tribunal de Justiça. Fui aprovado em concurso público e fui trabalhar em assessoria de um Ministro do STJ, trabalhando com elaboração de minutas de decisões monocráticas, relatórios, votos.

Depois, passei num concurso de gestor governamental. É uma carreira vinculada ao Ministério do Planejamento. É um cargo que ocupo até hoje e é uma carreira que trabalha principalmente com a elaboração de políticas públicas nos demais Ministérios. Então, é uma carreira com exercício descentralizado. Ela não está fixada dentro do Ministério do Planejamento e, dessa forma, meu primeiro exercício foi no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Lá no Cade, fui assessor de conselheiro, chefe de gabinete da Presidência do Conselho.

Depois, passei pela Presidência da República, fui assessor na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Lá, trabalhei principalmente com a análise jurídica final dos atos normativos de competência do Presidente da República, principalmente dos atos oriundos da área econômica do Governo.

Depois, pude ter uma experiência como assessor de Conselheiro Diretor da agência. Nessa ocasião, eu pude ter a experiência e conhecer mais aprofundadamente o setor de telecomunicações, que eu já conhecia da época do Cade. Lá, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, eu já tinha trabalhado com alguns atos de concentração referentes ao setor de telecomunicações, mas, na agência, pude conhecer com profundidade a regulação setorial, os desafios da Anatel, os desafios do setor e os desafios, inclusive, institucionais da agência, que são muitos e precisam ser encarados no novo período que se abre no Conselho Diretor, na agência.

No final do ano passado, o Ministro Paulo Bernardo me convidou para assumir a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, então, no início de janeiro deste ano, assumi a chefia da Consultoria Jurídica do Ministério e acabei, também, assumindo a vice-presidência do Conselho Consultivo da Anatel, órgão de participação da sociedade na agência, com participação da sociedade civil, de representantes prestadores e representantes do Poder Executivo. Também, atualmente, sou conselheiro fiscal da Telebrás, o que me ajuda, também, a ter um panorama do lado empresarial do setor.

Selecionei, aqui, dois desafios que considero importantes. Dentre todas as prioridades da agência, que são muitas, eu selecionei esses dois porque en-

caro como grandes desafios que a agência tem no próximo período.

Primeiro, a qualidade na prestação de serviços de telecomunicações ao consumidor. No fundo, é uma aproximação maior da agência com o consumidor. O consumidor quer que os serviços sejam prestados com qualidade, ele quer que haja um órgão que fiscalize e que garanta isso para ele. Então, essa aproximação com o consumidor eu acho que é fundamental e um grande desafio para a Anatel. Ela transcende um pouco a simples aproximação com órgãos representativos de defesa do consumidor e vai mais além, entrando, inclusive, na própria estrutura da agência, que precisa ser formulada, mas eu vou entrar com mais calma à frente.

Outra é a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, com a massificação da banda larga no Brasil, que é um projeto de governo prioritário da Presidenta Dilma e também do Ministro Paulo Bernardo. A Anatel tem participação fundamental na implementação desse projeto.

Por favor, o próximo *slide*.

Como falei, é preciso a Anatel se aproximar mais dos órgãos de defesa do consumidor, fazer parcerias com o DPDC, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor no Ministério da Justiça, os Procons estaduais, fazer pesquisas junto aos consumidores, conseguir indicadores mais claros sobre as reais necessidades do consumidor, de proteção ao consumidor. Isso é também fundamental, apesar de que esse talvez seja, de todos os desafios relacionados à proteção ao consumidor, o que está em andamento de forma mais já adiantada dentro da agência. O atual Presidente da agência, Embaixador Ronaldo Sardengerg, está trabalhando fortemente nesse sentido.

Eu acho que a gente precisa aprofundar, inclusive como incentivo ao acompanhamento e à participação dos consumidores no processo decisório da agência. O acompanhamento vai se dar, certamente, como um incremento da transparência nos trabalhos da agência, com a inevitável abertura de reuniões do conselho diretor, maior facilidade no acesso à informação, principalmente no *site* da Anatel, que precisa ser melhor trabalhado para que o consumidor tenha maior facilidade no acesso às informações, às decisões da agência, às decisões do conselho diretor, às decisões da área técnica. Isso tudo precisa ser de mais acesso, de mais fácil acesso ao consumidor e às entidades, também, de proteção ao consumidor, para que haja uma aproximação maior com o usuário.

Mas eu acho que a gente não pode parar por aí. Não adianta muita coisa o consumidor ter acesso às decisões da agência, ter interlocução com a agência,

se o problema dele não for resolvido, se o serviço não for prestado com qualidade.

Então, um desafio, que talvez seja um dos maiores, é o aperfeiçoamento do sistema fiscalizatório e sancionatório da agência.

Hoje, a agência ainda trabalha, como o Dr. Marcelo Bechara falou, com uma estrutura da época da sua criação, de 1998, com exceção da Superintendência de Universalização, que foi criada em 2001, mas essa estrutura não facilita uma melhor separação dos trabalhos, tanto para a existência de uma superintendência específica, que cuide de assuntos relacionados à defesa do consumidor, quanto de uma superintendência que consiga centralizar a lógica de acompanhamento de obrigações dentro da agência.

Essas estruturas, inclusive, já estavam previstas num trabalho que chegou a quase ser efetivado em 2005. Deu uma parada e é imprescindível que a gente retome. O foco da agência tem de mudar para a efetiva resolução dos problemas do usuário. Não adianta nada para o usuário que a agência abra centenas de processos que demorem quatro, cinco anos e cheguem, no final, impondo muitas muitas vezes milionárias e que o problema não seja resolvido. O consumidor não está satisfeito com essa situação.

O importante é que a agência tenha esse foco na efetiva resolução dos problemas do consumidor. Isso será feito com essa reformulação, com a adoção de mecanismos mais céleres de acompanhamentos de obrigações, mecanismos mais efetivos de sancionamento com obrigações de fazer, com medidas cautelares, com situações em que, efetivamente, o problema do consumidor seja solucionado. Esse deve ser o foco da agência, para que o consumidor tenha uma satisfação com o serviço e veja na agência também um órgão que zela pelos seus direitos e que está empenhada na solução dos problemas que enfrenta na prestação de serviços.

O outro ponto é a massificação do plano da banda larga no Brasil, ou seja, implementar o plano nacional de banda larga.

A agência, inclusive como competência legal, é a responsável pela regulação setorial e implementa as políticas públicas, definidas pelo Poder Executivo. Então, o órgão competente para a definição de políticas públicas setoriais é o Ministério das Comunicações e a Presidência da República.

Nesse aspecto, como programa prioritário do Governo Federal, a banda larga perpassa vários segmentos da agência e vários regulamentos e atividades em geral da agência. Como objetivo principal, levar banda larga para os mercados em que ela não está sendo ofertada hoje, reduzir seu preço e aumentar a qualidade.

Quando você leva para a zona rural, por exemplo, que hoje não tem serviços de telecomunicações, seja ela qual for: não tem serviço de telefonia fixa, não tem serviço de telefonia móvel e muito menos serviço de banda larga, então, a gente precisa levar isso para esses locais desassistidos hoje pelo serviço de telecomunicações.

A Anatel, agora, vai licitar, até abril de 2012, a radiofrequência de 450 *megahertz*, que levará tanto a telefonia, o serviço de voz, quando o serviço de dados para as populações rurais que hoje estão desassistidas. Então, isso é um papel importante e que inclusive está em um decreto da Presidência da República, orientando a Anatel que faça a licitação dessa radiofrequência de 450 *megahertz*, e que, inclusive, a operadora que ganhar essa faixa terá a obrigação de levar, de forma gratuita, a todas as escolas rurais o serviço de banda larga, estendendo, então, o programa de banda larga nas escolas, que hoje está restrito à área urbana a gente levará, então, para a área rural do Brasil, o que, inclusive, é uma dívida histórica que nós temos para com as populações rurais no Brasil. Também a gente precisa reduzir o preço para que mais gente consuma o serviço que hoje não tem condições de consumir. Com mais competição, a gente consegue maior incremento na qualidade, tanto do tráfego quanto da prestação de serviços anislares.

Então, temos também previstos para abril de 2012 a licitação a licitação da faixa de radiofrequência de 2,5 *gigahertz*, que vai trazer para o Brasil a tecnologia de banda larga móvel de quarta geração, atualmente a tecnologia mais difundida é a LTE, que trará possibilidades de *downloads* chegando a condições ideais até 100 *megas*, isso inclusive sujeito à evolução tecnológica também.

Então, isso, a partir de abril de 2012, com a licitação dessa faixa e a prioridade em atendimento às 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, essas cidades já terão, até a Copa das Confederações, em 2013, o serviço de quarta geração de telefonia móvel. Depois, obviamente, esse serviço vai ser estendido para o resto do Brasil.

Muitos outros regulamentos, muitos outros atos normativos da Anatel também tratam de competição e estão em discussão na agência são importantes para a regulação do mercado de atacado, que é um mercado exatamente de acesso à rede, pequenos prestadores devem ter acesso à rede de forma isonômica, com modelos baseados a custos. Então, a Anatel já está em análise e em discussão com a sociedade do Plano Geral de Metas de Competição, que traz a previsão de *unbundling* e diversos mecanismos de compensação para que haja paridade na competição entre presta-

dores com poder de mercado e aqueles prestadores sem poder de mercado. Isso também está presente no regulamento de EILD (Exploração de Industrial de Linha Dedicada), que é exatamente o aluguel dessas infraestruturas das redes de telecomunicações no Brasil.

Isso tudo, esses regulamentos todos de competição e esse incentivo à Anatel para a competição, que possibilita à redução do preço e o incremento da qualidade, também não pode se esquecer e não pode atrapalhar o incentivo ao investimento em novas redes. Então, isso tem de ser resguardado. É importante que haja incentivos para que sejam construídas novas redes de telecomunicação no Brasil, redes de nova geração de fibra ótica, que têm capacidade de tráfego altíssimo. Um passo fundamental para esse incentivo foi dado inclusive com a participação do Senado Federal com a aprovação da Lei nº 12.485, de 2011, que aqui no Senado tinha a denominação de PLC nº 116. Esta lei abriu o mercado de TV a cabo para todos os prestadores, sejam eles concessionários ou não, capital estrangeiro inclusive, e isso vai gerar certamente um incremento substancial, não só na TV a cabo, mas também na banda larga. Há um estudo feito por pesquisadores aqui de Brasília, inclusive muitos deles servidores da própria agência, que mostra, com a análise do mercado que temos hoje, uma projeção para o futuro na abertura do mercado de TV a cabo no curto prazo vai incrementar em quatro milhões de novos acessos de pessoas que não tinham acesso a esse serviço e que passarão a ter só com a abertura do mercado, só com a construção de novas redes e com a disponibilização de novos serviços, o que vai trazer maior competição, queda no preço e incremento de qualidade.

Então, são esses dois desafios que eu queria colocar para os Srs. Senadores e fico aberto às perguntas na sequência.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro.

Passo a palavra ao Relator do item 1 da pauta, Senador Flexa Ribeiro, para as suas observações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Lucia Vânia, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu serei, bastante pontual nas perguntas. Primeiro, desejo aos novos Conselheiros, Dr. Marcelo Bechara e Dr. Rodrigo Zerbone, sucesso nas novas funções. São bastante jovens e já assumem funções da maior responsabilidade.

Hoje à tarde, vão a Plenário os nomes de V. S^{as} para o crivo de voto em Plenário, e, acredito, não haverá nenhuma surpresa na aprovação dos nomes, para que, depois, possam assumir as funções como Conselheiros da Anatel. Todos nós sabemos da importância das agências reguladoras no sistema de privatização

dos serviços, quaisquer tipos de serviços, e o serviço de telecomunicação é um deles.

No início do Governo do PT, vamos rememorar o primeiro Governo do Presidente Lula, as agências reguladoras caíram em descrédito. As primeiras indicações do Governo Lula não foram por competência, foram por apadrinhamento político. Então, as agências foram esvaziadas totalmente. Isso trouxe um... O nosso Senador Walter Pinheiro, conhecedor emérito do setor de comunicações, ele há de reconhecer o que houve no início do Governo e depois, graças a Deus, a partir do segundo Governo, mais ao final do segundo Governo, já houve o reconhecimento da necessidade do fortalecimento das agências. Primeiramente, houve um esvaziamento em função de não se passar recurso, o que continua até hoje. Os recursos são contingenciados do Fuste, todos eles, não só das comunicações, mas também de outras agências. Precisamos até, Senador Walter, rever a necessidade, porque todos esses recursos, todas essas taxas são cobradas dos consumidores e são usadas para fazer superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública. Então, se necessário, vamos reduzi-los, porque, ao final, eles vão para as tarifas públicas.

Mas, quero perguntar a V. S^{as} se, a juízo de V. S^{as}, a Anatel cumpre as suas finalidades como agência reguladora hoje; se ela vem cumprindo e se cumpri, hoje, a sua finalidade. Se não as cumpre, quais são as deficiências?

V. S^{as}, chegando a Conselheiros, em poderão ajudar para que ela possa cumprir efetivamente as funções de agência reguladora, e quais as causas em que haja deficiências que são cobradas quase que permanentemente para que possas cumprir as suas funções como agências reguladoras, como disse, da maior importância, defesa do consumidor.

Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer e ouvir de V. S^{as}. A função de uma agência reguladora é defender o consumidor e, às vezes, se contrapor à vontade do Governo nas posições. O Governo vai fazer, através do Ministério da área, a política de Estado. As empresas vão oferecer os serviços e a agência vai regular. Eu próprio, Senador Walter, apresentei um projeto no sentido de o procurador-geral das agências fosse sabatinado pelo Senado Federal e não indicado pelo presidente da agência. Nessa ocasião a Advocacia Geral da União avocou para si a indicação, Senador Vital, de todos os procuradores-gerais. Só o procurador-geral do Cade era sabatinado pelo Senado e votado pelo Plenário do Senado Federal. Ou seja, o Senado aprovava o procurador do Cade, Senador Walter, os demais eram indicação do presidente da agência. Ou seja, como o procurador-geral ficaria com independên-

cia para que ele pudesse dar um parecer “contrário à vontade” do presidente? E agora ele está ligado diretamente à Advocacia Geral da união. Ou seja, a agência que tem de ter independência. Senador Inácio, o Procurador-Geral está ligado ao Governo. Ou seja, que independência é essa da agência? E o meu projeto não caminha no Congresso. Está parado aqui. Então, eu queria perguntar aos nossos novos Conselheiros se, nas novas funções, eles, no momento em que houver uma posição claramente contraditória entre Governo e o interesse do usuário, do consumidor, qual a posição que V. S^{as} irão tomar como Conselheiros da Anatel?

Mais ainda – estamos discutindo já agora a questão da reversibilidade dos bens. É uma questão que estará em pauta – parece-me – até 2015, não é isso Senador Walter? –: como a Anatel resolverá a questão da reversibilidade dos bens em um contexto em que o Governo, com o apoio das empresas, parece ter abandonado, em definitivo, o regime público de exploração aos serviços essenciais?

Eu queria também que V. S^{as} se posicionassem em relação a essas questões

Eram essas as questões que eu fazia a V. S^{as}.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr^a Presidente, pela ordem, só como sugestão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr^a Presidente, depois da participação do Senador Flexa, irei me pronunciar, também na condição de Relator, mas, tendo em vista outros companheiros que irão, efetivamente, indagar aos nossos convidados expositores e futuros Conselheiros, eu pediria a V. Ex^a que juntasse todas as perguntas, elas estão sendo anotadas aqui, para que possam ser oferecidas também as respostas em bloco.vou

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu submeto à apreciação a sugestão do Senador Vital do Rêgo ao Plenário no sentido de aglutinar todas as perguntas para posteriores respostas dos sabatinados. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Serão feitos todos os questionamentos.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo para as suas observações.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vanessa é muito inteligente. Ela queria subverter a ordem regimental para que ela pudesse falar primeiro, talvez pela multiplicidade da presença dela em várias comissões... É amazônica inteligente demais....

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Depois da ponte sobre o rio Negro e 50 anos para a Zona Franca, ela está feita.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Cinquenta anos de Zona Franca e uma ponte daquela, ela está felicíssima. Não precisa de mais nada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não precisa de mais nada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quero uma ponte daquela para a Paraíba.

Sr^a Presidente, Srs. Conselheiros, companheiros Senadores e Senadoras, há algumas coincidências nesta reunião.

Durante essa primeira década de funcionamento das agências... O Senador Flexa foi muito feliz quando levantou um histórico à luz do consumidor, à luz do cidadão brasileiro no que diz respeito ao declínio de credibilidade de todas as agências ao longo desses últimos anos.

Eu estou tendo o prazer, a honra, por força de indicação de V. Ex^a, queridíssima Presidente, de poder ser o Relator de um dos sabatinados, Dr. Rodrigo Zerbone. Foi feito, também para o meu júbilo, para a minha honra, pelo Senador Walter Pinheiro, em reunião passada, até porque, de telecomunicações, ele entende muito bem, esse é o ofício primário dele, aliás, eu tenho aprendido muito com ele nas viagens pela CMO (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização), quando Walter começa a falar sobre banda larga e todas essas questões novas. A gente fica realmente impressionado com o conhecimento de S. Ex^a. Então, essa coincidência de que falava há pouco é que o Senador Flexa Ribeiro faz, realmente, uma avaliação muito importante e é Relator do outro, do Dr. Marcelo.

A Anatel me parece, está se reoxigenando. No momento, e olhem as coincidências, de virar uma década, esses Conselheiros que implantaram a Agência – o Embaixador Sardenberg, uma figura extraordinária – agora estão deixando para outro grupo de jovens. Pelos currículos, são jovens bem preparados, com vasta experiência, embora ainda novos no exercício de suas respectivas atividades, no setor de telecomunicações, e isso nos deixa absolutamente tranquilos com relação ao destino e ao desenrolar de seus ofícios, de suas missões. Essa é a primeira coincidência: estamos, dos cinco Conselheiros, colocando dois com essa cara nova, com esse sangue novo para que a Agência possa se aproximar mais da sociedade. Inclusive no meu relatório, coloquei como sugestão ao Rodrigo que ele expusesse as ligações da Agência com a sociedade, porque nós, povo, não nos sentimos seguros com relação à grandiosidade de missões que a Agência tem,

por força de uma convergência digital resultante – e a exposição de Marcelo foi muito correta nesse ponto – da evolução tecnológica nesse País.

Fui Presidente da Comissão de Defesa dos Interesses do Consumidor na Câmara Federal. A cada cem reclamações que chegavam à Comissão, sessenta, setenta eram relativas a serviços de telecomunicações, e essas reclamações não tinham, o que Rodrigo falou agora há pouco, resolutividade. A Agência não tinha interatividade com o consumidor, com o cidadão, que muitas vezes era ludibriado numa compra por não ter, por exemplo, o conhecimento científico de uma terminologia absolutamente nova, que poucos dominam.

Por isso, as minhas perguntas serão rápidas e breves.

Não vejo cumprir – e, Marcelo, você, na condição de Procurador, pode me responder quais são as penalidades – sequer a legislação que exige os 100% na zona urbana de chegada de banda larga, por exemplo. Na minha cidade, no meu Estado, porque eu posso falar de cátedra, nem 60% ainda das escolas públicas receberam a banda larga. A gente já está pensando em levar com a 4G para a zona rural, mas não conseguimos concluir ou exigir que as empresas contratantes concluam o contrato inicial, a recomendação inicial, a obrigatoriedade inicial.

Com relação ao papel da Anatel nessa nova legislação de convergência digital – e volto a falar sobre o Walter, que é um dos autores intelectuais dela, eu participei do PLC na Câmara, fui relator na Câmara –, qual o papel da Anatel nesse momento de regulamentação da lei para que possa, à luz do consumidor, aproximar mais a Agência do consumidor?

Falar mais um pouco sobre a 4G, porque eu vejo que estamos vivendo, dentro do Plano Nacional de Banda Larga, essa expectativa dos resultados dessa 4G, desse novo mercado, em termos de preço e facilidade. São perguntas para ambos. Estou fazendo porque os dois se completam, inclusive os relatórios são muito próximos. Queria que vocês também falassem um pouco sobre a perspectiva de... Eu estava aqui conversando, com o Senador Inácio Arruda, sobre cinturões digitais. Qual a expectativa do Ministério das Comunicações de instalação de cidades digitais, de cinturões digitais com a utilização dessa 4G?

Por último, e o Rodrigo pode falar, como consultor jurídico, mais à vontade sobre esse tema, as rádios comunitárias. Eu estava também conversando com o Senador Wellington Dias sobre isso. Pense num problema! Porque elas, na sua grande maioria, desvirtuam. O uso é desvirtuado do modelo que foi feito na sua criação. Ouvi do Ministro a excelente notícia de abrir uma rádio comunitária em cada cidade, e isso é

ótimo, mas, não havendo fiscalização, elas são usadas de forma temerária, são politicamente comprometidas, e isso os senhores devem ter nas suas cidades, eu tenho na minha. Qualquer um dos Srs. Senadores deve ter nas suas cidades exemplos do que eu estou falando agora. Por falha da Anatel, a gente não tem a efetiva fiscalização em cima dessas emissoras que se formam à luz de uma legislação muito boa no papel, de uma legislação plural, democrática, absolutamente social, mas, na prática, as pessoas que assumem aquelas emissoras têm um comprometimento político absolutamente equivocado da lei que foram criadas.

São essas as indagações, dizendo que estou muito feliz em poder votar no Marcelo, votar no Rodrigo, que são pessoas dessa geração nova oxigenando a Agência. Espero que, na condição de Conselheiros, eles possam dar essa expectativa que todos nós, da Comissão, estamos criando em torno deles.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, que foi Relator *ad hoc* do Dr. Rodrigo Zerbone.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, Srs. Senadores, creio que esse é um momento, mais uma vez, para a gente refletir muito sobre esse processo de sabatina por parte do Senado. Continuo insistindo, Flexa, que o ideal da sabatina é a gente ter o caminho de volta, porque, por exemplo, depois de sabatinados, talvez a gente nunca mais veja os Conselheiros da mesma forma como estamos nos deparando com eles hoje, a menos que eles toquem vir na condição, inclusive, de sabatinados, porque não temos nem a prerrogativa de convocá-los, mas só de convidá-los. Então, os veremos desde que eles aceitem voltar. Esse é o primeiro aspecto da questão das agências reguladoras, que não envolve o presente. Não é um processo da era Lula. É do nascedouro das agências. Portanto, esse erro já faz parte inclusive de sua gênese.

Até de forma diferenciada, ao longo dos anos, apesar de o meu amigo Flexa dizer que a Anatel, no governo Lula, teve uma influência política muito grande, tivemos na prática poucos conselheiros indicados que não tinham relação direta com o setor ao longo de toda a trajetória. É vero que a primeira turma, digamos assim, tinha uma relação muito mais direta, até porque foi o pessoal que trabalhou na elaboração da LGT que, ao mesmo tempo, terminou trabalhando, já que a Anatel nasce quase que concomitante. Então, você tinha figuras que tinham histórias tanto naquele processo de construção, de renovação da legislação de telecomunicações, como com a história do setor. Majoritariamente, vieram do Sistema Telebrás – Guerreiro, Valente, Leite. Acho importante citar esse exem-

plo. O Guerreiro não está mais entre nós. Ele foi presidente da Agência. Foi na era Fernando Henrique, por exemplo, que figuras como Shimura, que tecnicamente ninguém poderia dizer nada sobre a sua formação e o seu currículo – ele não tinha nenhuma experiência no setor –, chegaram a ser presidentes da Agência.

Na era Lula, alguns conselheiros colocados – que me lembre, agora, só o Elifas e a Emilia, mesmo assim Elifas com variações a partir do setor em que ele militava e Emilia é a atual conselheira – talvez tenham sido indicados numa relação de conotação política. Isso se quiserem fazer a leitura de que essas indicações, na realidade, não tinham experiência no setor. Com relação a Pedro Jaime, podem ter as críticas que tiverem a ele, mas Pedro Jaime tinha 30 anos-luz de Sistema Telebrás; Plínio, idem. Conheci Pedro Jaime na década de 80. O Plínio deve ser até mais velho do que eu no Sistema Telebrás. Ele veio da Embratel. Portanto, todos eles tinham larga experiência no setor. Jarbas, que está no Conselho, foi indicado recentemente. É uma figura que também vem do Sistema Telebrás. Quem hoje assume a Presidência da Anatel talvez não tenha uma história de relação com o setor, mas tem uma história na vida pública, que é o Ministro Sardenberg. Foi Ministro no Governo Fernando Henrique. É diplomata de carreira.

A Anatel, se for por essa variação, eu diria que variou muito pouco. A Anatel tem variado muito mais, e eu acho que é importante essa sabatina aqui para a gente até conversar, como diz muito bem o meu amigo Vital, porque a juventude está chegando à Anatel. Isso é uma virtude, mas, por outro lado, é bom também associar isso a outra preocupação. Nesse processo de renovação, teremos a entrada de duas figuras que têm, pelo menos no último período, se dedicado a conhecer mais o setor. Acho que o grande debate da Agência é qual é o papel dela. A Agência é muito menos lembrada do que o Procon, por exemplo, Vital. Quando alguém quer recorrer sobre telecomunicações, prefere ligar para o Procon a ligar para a Anatel. Falta referência. E esse é o setor que, inclusive, acumula o maior volume de reclamações. Óbvio, é o setor que está nas mãos de todo mundo, então, é muito mais fácil: o que está na mão literalmente chega ao coração ou pelo menos bate nos olhos.

Na realidade, essa lembrança inclusive do próprio uso leva a uma imediata relação de cobrança muito maior, quer dizer, se você usa algo cotidianamente e tem problemas, não é apenas a relação de uso que está levando a essa reclamação, mas tem problemas, sim, até porque é um setor que avançou tecnologicamente para caramba e, na medida em que se depara

com tantas fragilidades, a gente se pergunta como a Agência tem acompanhando esse avanço.

A primeira questão para a juventude que está chegando à Agência é essa. O grande embate, na minha opinião, dessa questão da Agência está em um dos capítulos da LGT, que, na minha opinião, é o mais importante, que começa no art. 157. É o título V, que trata exatamente do ouro dessa Babilônia, que é o espectro de frequência. Essa não é uma coisa qualquer. Na minha opinião, uma indicação para a Anatel teria que ter como pressuposto básico que os seus conselheiros tivessem que se debruçar em relação ao que é que significa mexer nisso. É isso que determina a lógica da ocupação; é isso que determina a lógica do atendimento; é isso que determina a lógica do bom funcionamento; é isso que determina de que forma nós vamos poder universalizar serviços e como vão funcionar tecnologicamente bem. Tecnologia só se encaixa nessa área de telecomunicações em espectro de frequência. Não tem jeito. Não tem outra forma de fazer isso.

Então, a Agência tem um papel preponderante na análise dessas questões. É isso que entra na disputa. Por exemplo, nós vamos fazer a disputa, Vital. Estávamos discutindo isso por conta do orçamento. Pelos leilões de 4G, que são tão esperados por todo mundo, no Brasil, por nós, do Congresso Nacional, podem entrar 6 bilhões no orçamento de 2012. Por isso, fica todo mundo alvoroçado, querendo pegar mais 6 bilhões para fazer tudo o que pode. É a mesma história. Como o debate sobre esse leilão vai se dar na Agência, esse leilão, esse enquadramento de 4G, Senadora Lúcia Vânia, ao mesmo tempo em que a gente tem que fazer a licitação de 450 para atender as áreas remotas no País? Já fizemos esse debate aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. A licitação de 450 não podia ser, e foi por provocação dessa Casa, uma mera transferência para as atuais operadoras, e esse é outro debate importante para a Agência. Como é que vou discutir competitividade, se entrego a quem tem a primazia, a quem está operando todo o processo de *up grade* ou todo processo de expansão, que sempre passa pela mão das mesmas operadoras? Esse é um enfrentamento, que vai para um outro ponto que foi tocado aqui na fala do Zerbone: a questão do *unbundling* ou do compartilhamento de infraestrutura, para não ficar na verborragia do setor, que é perversa.

Na realidade, esse é outro drama. Não adianta, Vital, promover a expansão de banda larga e não ter o compartilhamento de infraestrutura, porque vai continuar caro. Eu não sei se todo mundo vai botar a “infra” em todos os lugares. Eu não vou ter três, quatro estruturas de rede sendo colocadas na mesma rua em João Pessoa, nem em Salvador e muito menos em

Chorrochó, na Bahia. Na realidade, esse é outro debate. A Agência tem botar o dedo na ferida a partir da própria política que se define hoje de banda larga, a partir das definições, ou seja, temos que ter as regras claras. Nós vamos abrir novo leilão. E aí? Nesse novo leilão, não dá para botar umas travas em relação a essa questão e, de uma vez por todas, discutir na Agência regulamento sobre essa questão do compartilhamento de infraestrutura?

Outro dia fiz uma pergunta telefônica aqui: quantas fibras ótica e última milha a telefônica aplica em São Paulo? Não sei se os dois jovens que vão para a Agência sabem disso. São só 30 mil. Não temos só 30 mil usuários de telefone na cidade de São Paulo. Estou falando da telefônica. Provavelmente, meu caro Flexa, essas 30 mil devem estar na Paulista, no lugar onde tem retorno. Sabem qual é a resposta da empresa? É caro colocar na última milha. É verdade. Podemos até botar estrutura de fibra ótica, mas na última milha não é barato. É lógico que é caro. Já imaginou o que é uma fibra ótica em cada casa? É uma maravilha, mas não é assim que a banda toca. Então, o que a gente vai regular do ponto de vista dessa questão para chegar exatamente nas obrigações de interconexão, que é outro elemento fundamental da atuação do Conselho para isso.

Quero encerrar, Senadora Lúcia Vânia, dizendo que essa experiência de hoje da renovação pode nos trazer um alento. A expectativa de que, pelo menos, dois jovens que têm como base da sua atuação o campo do Direito é importante, porque a Agência precisa assumir esse papel efetivo de cumprir as suas funções, de acompanhar, de fiscalizar e de se antecipar. O Rodrigo Zarbone colocou a questão das multas. Eu, pelo menos, tenho insistido muito que multa não resolve o problema. Até hoje não sei quanto foi que o Sistema Telebrás, e agora estou chamando toda essa estrutura de Sistema Telebrás... Quando foi que o Governo recebeu desse setor de telecomunicações no Brasil? Quantos centavos foram dispensados a partir dos graves problemas que enfrentamos? Porque as operadoras fazem ação, recorrem, fazem uma série de coisas, e a gente termina não recebendo. Agora, uma coisa tenho certeza: muita gente deixou de falar. Então, a multa não é a solução do problema. Isso não é uma caixa registradora. É uma agência reguladora. Então, portanto, o fundamental de um conselho é que ele tenha a capacidade inclusive de se antecipar a esses processos de forma permanente.

Acho que é importante também, e todo mundo reclama da estruturação, reaparelhar, orçamento ou coisa do gênero, até para a Agência poder retomar

a sua capilaridade, retomar as suas condições, por exemplo, de uma agência em cada região.

Em relação a esse embate com as rádios comunitárias, que foi muito bem tocado aqui pelo meu companheiro Vital, tem que se inverter a lógica. Não pode ser uma lógica só de sair por aí fechando rádio comunitária, mas uma lógica de também redefinir o que nós vamos fazer. A Agência pode propor isso. Há política de parte do Ministério, mas a Agência tem o conhecimento e pode, tranquilamente, sugerir ao Ministério o que é possível se fazer neste País. Nós mexemos em tevê digital. Está na hora de mexer no espectro também para essa questão de radiodifusão no Brasil, para dar uma rearrumada, tirar essa ingresia que fica com a história de só termos uma disponibilidade de canal de rádio comunitária em cada cidade, como se isso fosse um processo que pudéssemos segurar por muito tempo. Então, rearrumar essas coisas, fazer esse bom debate, fazer o acompanhamento disso e não deixar se capturar pelo setor. Acho que esse é o elemento central da Agência. As empresas são muito fortes, mais fortes que as agências. E, na prática, a nossa Agência fica quase que capturada. Não estou dizendo que os conselheiros se rendem a isso, mas a lógica do processo termina determinando uma espécie de atuação *a posteriori*.

Então, o que eu queria, muito na provocação aos dois, é neste sentido: qual é o desafio? Mais do que, talvez, aqui falar de um conhecimento do setor, que, com certeza, sem nenhum tipo de ataque a vocês dois, os dois não têm, são muito jovens... Cinco anos em telecomunicações não são... Eu sei que a velocidade... Até porque o setor, inclusive, passa por uma transformação profunda. O que nós estávamos falando aqui há um ano já não vale mais. Quando formos fazer o leilão de 450, provavelmente, eu não sei se o pessoal não já avançou tanto ao ponto de usar LTE, por exemplo, em 450 nas zonas remotas. Portanto, já é possível até avançarmos bem mais. Então, essa velocidade permite, inclusive, que cada um vá até se apropriando, tentando acumular informação mesmo num curto espaço de tempo. Acho que vocês dois poderiam, pelo menos, uma coisa positiva, aproveitando o chamado fogo da juventude ou entusiasmo da juventude, tentar, inclusive, fazer essa virada de mesa: a Agência se preocupar muito mais com o usuário do que, efetivamente, com as empresas; a Agência ter uma preocupação muito maior em organizar, efetivamente, o setor para agir como fiscalização e garantir um serviço de qualidade, e podermos festejar e desfrutar do que tem de bom nessa área sem reclamar tanto das empresas de telecomunicações.

Boa sorte a vocês. Coloquem um pouquinho de entusiasmo nisso para vermos se é possível que a Agência, ainda que por falta de experiência de vocês dois nesse período, ganhe pelo menos no vigor, na vontade e na expectativa de acertar ao longo desse mandato que vocês vão ganhar a partir de hoje aqui, à medida que acredito o Senado deve aprová-los para o próximo período.

Era isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero fazer uma sugestão, porque estamos numa reunião extraordinária da Comissão de Infraestrutura, que está sendo compartilhada com as demais comissões. Eu, por exemplo, sou titular da Comissão de Educação, que se está iniciando agora, e tinha que estar acompanhando a Comissão de Economia, porque há um requerimento para audiência pública que eu pedi. E quero me manifestar, pelo menos com direito a votar, nesta sabatina, que se encerrará com a votação. Então, pediria a V. Exª, se for possível, que pudéssemos abrir a votação, frente a não ser o dia normal da nossa reunião, porque temos que compartilhar com as demais comissões. Na verdade, vou ter que me ausentar e ficar impedido de votar, porque sou obrigado a acompanhar a comissão, pois pedi para as pessoas estarem presentes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda, só falta um orador. Logo em seguida, os sabatinados vão se pronunciar. Se abrirmos agora a votação, nós não vamos ter oportunidade de ouvi-los como deveríamos.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidente, vou tentar abreviar a minha participação, mesmo porque o meu problema é exatamente o mesmo do Senador Inácio Arruda, e creio que o de todos nós que aqui estamos.

Mas, enfim, quero cumprimentar o Dr. Rodrigo e o Dr. Marcelo, com quem já tive oportunidade de estar, e dizer que fiquei muito feliz quando comentei ontem a respeito dos senhores com a Presidente, que esteve em Manaus, e vi a alegria manifesta nos olhos da Presidente quando falava que, de fato, os senhores têm um grande e forte compromisso com o serviço público, principalmente nessa área de telecomunicação. Então, foi uma alegria ouvir as impressões extremamente po-

sitivas da Presidente em relação aos senhores. Creio que as agências reguladoras do Brasil passam a ser compostas não só no seu corpo funcional, mas na sua parte principal, que são os conselheiros, também de técnicos que têm uma profunda formação e envolvimento com o segmento. Então, cumprimento os senhores.

Aliás, Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, o Marcelo se casa esta semana, ele me dizia, meio triste. E eu dizia que este é um grande presente: exatamente na semana em que ele passará por esta sabatina, e certamente será aprovado por todos nós, para compor o colegiado da Anatel.

Enfim, eu queria fazer alguns questionamentos, alguns deles o Senador Flexa passou a mim – está terceirizando –, porque disse que já estava sem jeito de fazer tantas perguntas. Primeiro, a opinião dos senhores em relação à estrutura do órgão, se há defasagem em relação à estrutura e às atribuições da Anatel hoje no Brasil e em que aspectos da regulação econômica do setor os senhores acham que a Anatel não tem atuado de forma eficiente.

Sobre o projeto de banda larga, de que foi feita uma exposição, eu queria que os senhores falassem a respeito das deficiências desse Programa Nacional de Banda Larga. Aliás, o Estado do Amazonas e boa parte da Região Norte não estão incluídos. Eu perdi parte da exposição do Dr. Rodrigo, porque tive que atender uma pessoa que chegou ao meu gabinete, e não sei se os senhores falaram a respeito do satélite que deverá ser contratado pelo Brasil agora recentemente. Por meio do satélite, nós poderemos ter uma cobertura universal do Brasil, principalmente na Amazônia, onde a população vive de forma muito dispersa em áreas de difícil acesso.

Mas, independente da questão do satélite, que questiono dos senhores, nós temos aqui... Porque estamos falando de um projeto, quem sabe, para 2013. Não creio, não sei se a perspectiva é era para já estar funcionando em 2012, mas acredito que para 2013. Entretanto, nós temos alguns projetos que são viáveis, que já foram apresentados do Estado do Amazonas para o Ministro da Ciência e Tecnologia – não é, Senador Walter? – e para o Ministro das Comunicações. É um projeto relativamente simples que, se implantado, levará Internet de banda larga a 21 Municípios do Estado do Amazonas, ou seja, um terço. Nós temos 62 Municípios. Então, um terço com esses projetos simples. Seria a Internet que viria do linhão de Tucuruí, Senador Flexa; a outra viria pela BR 319, onde também nós temos duas grandes hidrelétricas em Porto Velho sendo construídas; a outra, o gasoduto Manaus, que já tem o duto para a fibra; e na BR 174. E eu levanto isso para os senhores por quê? É uma decisão do

Executivo. Não exatamente só do Executivo. A Anatel pode ter uma participação significativa.

Hoje nós temos a Internet de banda larga em Manaus, que foi inaugurada recentemente. Só recentemente nós conquistamos isso, que vem da Venezuela. A participação da Anatel não foi importante. Ela foi imprescindível, porque, na negociação com a Oi, ela colocou como exigência da Oi levar banda larga até a cidade de Manaus. E o Poder Público entrou também, por meio do Basa, que financiou quase a totalidade desse empreendimento. Então, só recentemente – o Senador Walter sabe disso, porque acompanha essas questões ligadas às telecomunicações no Brasil inteiro –, por conta de uma decisão da Anatel.

Então, gostaria de ouvir a opinião dos senhores e, ao mesmo tempo, sugerir que a Anatel tivesse um papel ainda mais contundente nesse aspecto de universalizar o acesso. E universalizar o acesso não é só levar a Internet, mas é fazer com que a população possa ter acesso a ela. Não adianta levar se o preço é muito caro. Enquanto o Brasil cobrava R\$30,00 por mega, no Estado do Amazonas era mais de R\$300,00, na cidade de Manaus. Então, não adianta só levar. Tem que levar e garantir o acesso à população. Então, gostaria que os senhores falassem um pouco a respeito disso.

Obrigada, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Senadora Vanessa.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaiika.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Obrigado, Sr^a Presidente, estou muito honrado aqui com as perguntas. Há vários assuntos importantíssimos a serem tratados. Vou tentar, tendo em vista que os questionamentos foram em bloco, fazer as respostas em bloco também, porque vários Senadores fizeram perguntas que se complementam.

O Senador Flexa Ribeiro, a quem, aliás, tenho que agradecer pelo relatório que me foi feito – fiquei muito honrado, Senador, com a menção que o senhor fez a mim –, fez uma pergunta sobre o papel da Anatel e se ela está cumprindo as suas finalidades. Eu não acho que ela está cumprindo todas as suas finalidades, mas acho que ela cumpre muitas.

O que acredito, e aí acho que isso responde as perguntas de quase todos os Senadores, é que a Agência precisa passar por uma transformação. Qual é a transformação, na minha visão, por que a agência precisa passar? Ela precisa ser atualizada em relação às novas demandas do setor. A Agência, com uma estrutura de 1998, quando hoje nós temos 224 milhões de terminais de acesso móvel, ou seja, muitos mais celulares do que brasileiros, evidentemente o serviço

de telecomunicações é um serviço que faz parte da vida das pessoas desde a hora em que acorda até a hora em que dorme. Nós estamos falando de telefone fixo, telefone celular, televisão por assinatura e, como muito bem colocou o Senador Walter Pinheiro, quer dizer, um serviço que tem acesso a mão. Com o número de assinantes, se formos somar todos esses serviços, passando muito dos 200 e tantos milhões, evidentemente vamos ter grandes demandas dos usuários. Eu acredito que a maior parte dos usuários brasileiros não conhece a Anatel e que os que conhecem, talvez, nem gostem da Agência, porque não se sentem atendidos por ela.

Essa transformação parte de uma série de mudanças, uma delas muito bem colocada pelo Dr. Rodrigo Zerbone. A Agência, no seu processo de fiscalização – são verdadeiros heróis esses fiscais, os servidores da Agência, porque, realmente, fazer fiscalização no Brasil, com essa extensão, não é fácil –, aqueles procedimentos dão origem a uma série de multas. Essas multas – se for necessário apresentar, eu tenho os números aqui de todos os serviços que a Anatel aplicou até hoje – acabam ensejando processos administrativos, que demoram anos e vão ensejar processos judiciais. Para o usuário não há uma percepção de que, efetivamente, a fiscalização, a aplicação dessas multas está se revertendo na melhora do serviço. Acho que essa é a primeira grande mudança que temos que observar. É tratar o processo sancionador da Agência, a aplicação das multas, de forma que atenda o usuário. Se o problema está no sistema, repare o sistema. O usuário tem que ter a percepção efetiva de que está sendo atendido. A ARU da Anatel recebe milhares de reclamações por ano, além do próprio Procon, e também não é só o judiciário. Que bom que os Procons existem. Eu acho que os Procons cumprem um papel importante, mas a Agência também tem. Ela precisa intensificar esse atendimento. A população não conhece o 1331 ou o 1332, que são os números para reclamar para a Anatel. Acho que isso precisa passar por esse processo de transformação. A Agência precisa estar mais presente na vida da sociedade dos usuários, ter um acesso na Internet que possibilite aos internautas fazer suas reclamações e ter um *feedback* delas. Isso é importante.

Em relação à questão da reversibilidade de bens, muito bem colocada aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, que tem um projeto de lei que, salvo engano, está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, sua discussão passa pela discussão da própria concessão. Existe um conceito de que os bens são da União. Eles não são bens da União.

Eles são bens da concessão, que serão revertidos, em 2025, para que o Estado possa assumir.

A visão que se tem hoje dos bens reversíveis é muito patrimonialista em relação aos bens, ou seja, ela é muito inventariante. Na essência da concessão, o que significam os bens reversíveis? Que, em 2025, quando o Estado for assumir essa concessão, ele possa ter todas as ferramentas necessárias para manter a prestação desse serviço público essencial e contínuo de forma direta aos usuários. E para isso ele precisa dos bens. Então, a Agência precisa ter um controle sobre esses bens. Esses bens, efetivamente, passam por um controle. A Agência tem tentado aperfeiçoar isso. O sistema, efetivamente, não é perfeito, mas passa por um processo de aperfeiçoamento.

Inclusive, Senador Flexa, acho que, se seu projeto de lei vingar numa lei, o que espero, será uma lei que vai modernizar muito a visão sobre os bens reversíveis. Eu acho que pode ser, efetivamente, sim, uma inovação importante.

Em relação à questão do procurador-geral, eu, como atual Procurador-Geral da Anatel, posso atestar que, assim como as procuradorias-gerais das agências e as consultorias jurídicas dos Ministérios – o Dr. Rodrigo Zerbone é consultor jurídico; eu fui por cinco anos consultor jurídico do Ministério das Comunicações, com muito orgulho – são órgãos de execução da Advocacia-Geral da União, todos aqueles profissionais, muito jovens, inclusive, advogados da União e procuradores federais, têm um compromisso público, tratam aquilo como efetiva advocacia não de governo, mas uma advocacia de Estado. Durante toda a minha gestão como Procurador-Geral – isso já tem quase dois anos –, nunca tive absolutamente nenhum tipo de ingerência por parte do Governo em relação aos nossos pareceres, à nossa manifestação, até porque qualquer posição do Governo – e aí o senhor perguntou especificamente em relação à defesa do usuário – que contrarie a defesa do usuário... Primeiro, não acredito que o Governo vai ousar colocar alguma questão, enfim, que prejudique o usuário. De qualquer forma, isso já está garantido na LGT. A LGT, no art. 5º, traz para dentro do modelo a defesa do usuário e o trata como consumidor. Coloquei isso na minha fala. Falamos em usuário, usuário, usuário consumidor. Isso está muito claro nos arts. 5º, 6º e 7º da LGT.

O Senador Vital fez uma colocação em relação ao Programa Banda Larga nas escolas. Eu apresentei um número de que, até o final do ano, 100% das escolas públicas urbanas deverão estar conectadas. E ele colocou que isso não estaria acontecendo em 100%. Isso é um papel da fiscalização. A fiscalização da Agência tem atuado, e, no caso especificamente

desse programa, existe um olhar muito atento do Governo em relação à sua condução. Nós temos tido excelentes resultados em relação às transformações que essas escolas estão tendo com a chegada da banda larga. Agora, eventualmente, qualquer falha disso é papel da Agência, sim, fiscalizar e aplicar respectiva sanção. Esse é o papel. Quem dera se a gente não precisasse fiscalizar, que todo modelo funcionasse, com perfeição, por si só. Como a gente sabe que isso é uma ilusão, é impossível, para isso existe a fiscalização. E espero que... E esse é um dos aspectos em que a Agência tem tido um cuidado importante.

Qual é o papel da Anatel na regulação da lei na defesa do consumidor? Acho que o papel da Anatel é 100%, não tenho a menor dúvida disso. Toda e qualquer medida de natureza técnica, que é papel da Agência tomar, tem de enxergar o benefício ao usuário final, a esse consumidor. É a ele que faz todo o modelo funcionar. Afinal de contas, não adianta haver Estado, não adianta haver Agência, empresa, se não há assinante, usuário na ponta, que é o cidadão. A ele é que a Agência deve estar voltada sempre.

O Senador Vital colocou aqui uma questão importante em relação à quarta relação de telefonia. Acredito que, no começo do ano que vem – isto eu sei, porque está bem adiantado na Agência –, vai haver a licitação das faixas de radiofrequência. Uma das possíveis faixas de radiofrequência para essa tecnologia é o 2,5.

Fala-se muito no LTE, Long Term Evolution, como uma tecnologia a ser adotada para a quarta geração de telefonia. Nós estamos efetivamente na terceira geração, não em todo o País, mas em boa parte dele, avançando para o resto dele. E a quarta geração nada mais é do que aumentar exatamente essa capacidade de comunicação de dados de alta velocidade, permitindo-se que haja, no serviço móvel, serviços mais robustos, inclusive de vídeo, uma comunicação de dados muito mais eficiente.

É papel da Agência fazer a melhor licitação. Ou seja, a licitação, na minha visão, não enxergando o resultado econômico-financeiro. Não acho que o principal da Agência é enxergar o resultado no sentido de quanto mais vai ganhar e arrecadar o Estado, mas compatibilizar essa arrecadação importante com a colocação de compromissos – e a LGT, no art. 185, permite isto claramente, metas de compromissos de qualidade em interesse da coletividade – que façam com que aqueles que forem efetivamente os vencedores nessa faixa de radiofrequência tenham compromissos de interesse da coletividade. Fala-se muito, inclusive, em se fazer a associação dessa faixa com outra, como a de 450, mas essas questões só são colocadas em discussão pela Agência.

O senhor também fez a pergunta sobre a questão das cidades digitais. As cidades digitais são uma política pública. Na verdade, na minha opinião, é uma política do Ministério das Comunicações; a Agência tem de facilitar. No passado, a Agência, através do entendimento do Serviço Limitado Privado, facilitou que Municípios pudessem obter uma autorização e desenvolver projetos de inclusão digital dentro da sua circunscrição, inclusive as cidades digitais, mas acredito que, pelas notícias que tenho do Ministério das Comunicações, que exista uma política que está sendo desenvolvida, um programa, especificamente para atender a essa demanda, e a Agência tem de estar, evidentemente, atenta.

Sobre rádio comunitária, como fui consultor do Ministério por cinco anos – é um tema de que tenho algum conhecimento –, de fato a Lei nº 9.612, de 1998, que trata da radiodifusão comunitária e que, inclusive, está com uma discussão na Câmara dos Deputados para ser alterada, não consegue atingir em sua plenitude, porque, infelizmente, muitas rádios desvirtuam-se do seu papel. Mas há muitas rádios comunitárias que cumprem, sim, efetivamente, esse papel. É uma disputa imensa, porque há cerca de pelo menos 4,5 mil – último número que lembro – rádios comunitárias no País, em frequência modulada. Elas já são maioria, isoladamente, em relação às comerciais, por exemplo. Existe um crescimento muito grande dessas rádios. Uma rádio comunitária numa cidade pequena é muitas vezes a rádio da cidade, então tem uma força efetivamente e não pode ser objeto de proselitismo nem de natureza política, nem religiosa, como, infelizmente, muitas vezes acontece.

Para isso, a Anatel tem atuado com alguma fiscalização e muitas vezes tem sido questionada. Falam: “A Agência fechou rádios comunitárias”. Ela tem atuado, e o Ministério das Comunicações, também. Mas, realmente, o número de operações...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quantos fiscais a Agência tem no Brasil inteiro, para exercer esse papel de fiscalização?

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Eu acho, pelo número que tenho aqui, cerca de 400 fiscais.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ridículo. Pouco.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – É um número muito pequeno que a Agência tem, para dar conta do País como um todo.

Mas a Agência tem adotado sistemas de sofisticar, através do uso da própria tecnologia, como a fiscalização remota em alguns casos específicos, e da compra de alguns equipamentos, a possibilidade dessa

fiscalização, mas acho que o maior fiscal é o usuário. Acho que esta é a grande transformação pela qual a Agência precisa passar: se ela se aproximar efetivamente do usuário e o tiver efetivamente como um canal de comunicação direto, o maior fiscal que pode ter é o usuário. E acho que é isso que temos de tentar buscar.

O Senador Walter Pinheiro fez uns questionamentos. O Senador Walter Pinheiro tem um grande conhecimento na área de telecomunicações e é um dos Senadores mais twitteiros que conheço.

Ele nem sabe disto: Senador, além de eu acompanhar as suas colocações em relação à sua atividade legislativa, nós torcemos para o mesmo time, que é o Bahia. Então, o senhor é um grande comentarista dos jogos do Bahia. Como eles não passam aqui, em Brasília, às vezes fico acompanhando o jogo do Bahia, vendo os seus comentários. Estamos sofrendo, depois de sete anos na série B, mas acho que vamos conseguir pelo menos nos manter na série A neste ano.

Aliás, corrigindo: Bahia, não, Senador, Bahea, como a gente fala.

Em relação à questão do papel da Agência, queria “refrigir”, muito especificamente em relação a essa questão colocada pelo Senador Walter Pinheiro, que temos uma Agência que tem pouco mais de uma década, uma década e meia de vida. Ela é uma Agência que está em transformação.

Talvez a Anatel seja a agência que tenha maior dificuldade de transformação em relação às outras, porque dá conta de um setor que se transforma mais rapidamente. Efetivamente, o desafio para a Anatel manter-se atualizada diante das transformações é maior, nesse sentido, em razão dessa dinâmica e dessa velocidade alucinante que o setor de telecomunicações vive, que é em tempo econômico. Essa é a grande realidade.

Então, o papel da Agência, nesse cenário, de acompanhamento de transformação do setor é exatamente essa aproximação com o consumidor. Acho que é isso, efetivamente, que vai fazer com que a Anatel se diferencie e faça algumas transformações.

A Agência, por exemplo, está discutindo um regulamento de fiscalização. Eu assinei o parecer do regulamento de fiscalização, como Procurador, na semana passada, um parecer de 184 laudas que fizemos, que é uma verdadeira transformação na política sancionadora da Agência. Ou seja, em vez de se aplicar a multa, corrija-se o problema. Acho que esse é um caminho que temos de percorrer. Afinal de contas, é isto que interessa ao usuário: que essa transformação ocorra de uma forma direta.

Acho que essa sensibilidade em relação à efetividade da política da Agência, do seu papel de fiscalização, precisa acontecer dessa forma.

Do ponto de vista da regulação, que é um papel precípua da Agência, ela tem uma responsabilidade específica sobre um tema que o senhor colocou, da maior importância, que é em relação ao espectro de radiofrequência.

O espectro é um bem público, escasso, que é administrado pela Agência Nacional de Telecomunicações – não só do serviço de comunicações, mas de radiodifusão também. A Agência tem um papel na administração do espectro de radiodifusão. E uma das discussões que se têm colocado é a de 450, como o senhor bem colocou. Vai ser feito um processo de licitação em relação a essa faixa, é um bem público, é uma das opções que foram colocadas.

Em relação à interconexão, Senador, existem duas discussões que estão sendo colocadas na Agência, dois regulamentos: um, especificamente, em relação ao EILD, que é a Exploração Industrial de Linha Dedicada, e outro, que é o Plano Geral de Metas de Competição, PGMC, para o qual acabou a consulta pública recentemente.

Acho que o Plano Geral de Metas de Competição é a grande inovação, na minha opinião, em relação a enxergar o setor como um todo. Não apenas um serviço especificamente, mas enxergar a competição como um todo e atuar diretamente.

O PGMC traz conceitos importantes na área de redes. O senhor bem colocou a questão do *unbundling*, o compartilhamento de infraestrutura. Isso está na LGT, e infelizmente a Agência não conseguiu dar efetividade ao *unbundling*, que está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. O *unbundling* não é só por STFC prestado em regime público. A lei fala em serviços de telecomunicações de interesse coletivo, e são para todos os serviços de telecomunicações.

Em relação à questão da juventude, Senador, lembrei-me de um caso que aconteceu com o Carlos Velloso. O Ministro Carlos Velloso foi nomeado juiz federal. Na época do Presidente Castello Branco, o juiz federal era indicado pelo Ministro da Justiça e nomeado pelo Presidente da República. E o Ministro da Justiça, à época, uma pessoa que é do meu Estado de criação – nasci na Bahia, mas sou criado em Minas Gerais –, que era o Milton Campos, o famoso Milton Campos, que é a OAB número um de Minas, indicou Carlos Velloso, com 26 anos de idade – não tenho certeza sobre se foi com 25 ou com 26 anos de idade – para ser juiz federal. E aí o Presidente Castello Branco perguntou ao Milton Campos: “Ministro, mas ele não é muito novo?”. Aí o Ministro Milton Campos respondeu:

“Essa é a única questão que o tempo resolve”. Foi uma colocação do então Ministro Milton Campos.

E, finalmente, a última colocação para a Senadora Vanessa Grazziotin, em relação à estrutura do órgão. Existe um projeto de reestruturação da Agência, Senadora, exatamente para tentar atualizar a Anatel para o século XXI. A Anatel está com uma estrutura do século XX, de 1998.

Há superintendências, que são separadas, em regra, por serviços. Cada superintendência cuida de um serviço. Isso não faz mais sentido, na medida em que há serviços que competem entre si. Então, existe um projeto, um processo de reestruturação que está em discussão no Conselho Diretor, hoje, sob a relatoria do Conselheiro João Rezende – não só da estrutura do ponto de vista do decreto. O regulamento da Agência é por decreto; ela tem de ser submetida, então, à Presidência da República por força do art. 10 da LGT. Mas isso implica a alteração do seu regimento interno.

Evidentemente, temos de ter um regimento interno que seja casado com a nova estrutura da Agência. Entendo que é urgente essa reestruturação, para que a Agência atualize a sua forma de trabalho em relação a essas novas demandas que colocamos aí.

Em matéria de regulação econômica, acho que a Agência Nacional de Telecomunicações tem ainda muito que contribuir. De todas as suas atividades, a de regulação econômica talvez seja aquela em que a Agência ainda esteja realmente devendo uma atuação um pouco mais contundente, em que pese o fato de que ela tem atuado em todas as grandes transformações na área de concentração, fusões, aquisições e incorporações que o setor viveu, aquilo que a gente chama de consolidação do setor de comunicações, que teve grandes transformações nos últimos anos – houve concentração em grandes grupos econômicos. A Agência, por força de lei, por força regimental, tem de anuir previamente a essas transformações e, para fazer isso, seu corpo técnico tem de analisar do ponto de vista econômico, e ele tem feito isso.

Aliás, uma observação que a gente precisa fazer – o Rodrigo sabe disso tanto quanto eu –: o belíssimo corpo técnico que a Agência tem; sem dúvida nenhuma, isso facilita muito o trabalho. Belíssimo! A Agência realmente tem conseguido atrair quadros importantes, com formações muito boas.

Em matéria de regulação econômica, acho que a questão é a concorrência. Voltando à questão do PGMC, espero que o PGMC – e, no que depender de nós, se aprovado for, vamos trabalhar intensamente para que ele seja consolidado e aplicado – promova uma nova dinâmica do ponto de vista concorrencial desse setor. Assim, efetivamente, há uma regulação

econômica mais eficiente, não só previamente às atuações nas consolidações do setor, mas também depois que elas acontecem, em relação à prestação de serviços na ponta.

Região Norte. O Senador Eduardo Braga, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, do seu Estado, também sempre me cobra muito uma atenção especial em relação à região Norte. E acho que existe já um sentimento tanto por parte da Agência – sinto isso, muito claramente – quanto por parte do Governo, em relação à região Norte.

De fato, até há pouco tempo, pagar R\$500,00, R\$600,00... Pequenas empresas pagando R\$3 mil para ter banda larga em Manaus é um absurdo! E, graças a Deus, com algumas iniciativas, como a infraestrutura que vem da Venezuela, e com a questão do satélite, nós recentemente fizemos licitação na Agência de quatro posições orbitais, e houve uma concorrência, uma arrecadação importante – em relação à questão do satélite. E projetos que sei que o Governo tem adotado, inclusive o INPE. A própria Telebrás – venho observando algumas notícias – também tem sido pensada como um dos braços para essa política em relação a satélites no Brasil. Mas não acho que satélite seja a solução apenas para a região Norte. Acho que ela é uma importante solução, mas certamente não vai dar conta de toda a demanda que a região Norte precisa. Para isso, é preciso desenvolvimento em infraestrutura.

O novo Plano Geral de Metas de Universalização, conhecido lá na Agência como PGMU III, que está sendo regulamentado neste exato momento e que foi objeto de um decreto presidencial recente, deste ano – tem um olhar atento em relação à região Norte.

O Plano Nacional de Banda Larga, o PNBL, que busca uma banda larga de um mega de R\$35,00, sem impostos, a R\$29,80, não faz distinção de região. Ou seja, também, efetivamente, os Municípios da região Norte seriam atendidos com essas mesmas condições, até por questão do princípio da isonomia.

Então, são essas as considerações, por enquanto. Se for necessário colocar outras... Acho que respondi a todos os questionamentos e peço desculpas aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras se não o fiz em sua completude.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Marcelo e passo a palavra ao Dr. Rodrigo Zerbone.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Com tudo que o Dr. Marcelo Bechara falou, vou tentar não ser muito repetitivo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desculpe-me, Presidente. Desculpe-me, Dr. Rodrigo.

Presidente, vou ter de votar na Comissão um projeto terminativo e já volto.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Peço licença ao Dr. Zerbone, para anunciar aqui a presença do ex-Senador Roberto Cavalcanti. Ele muito nos honra com sua presença. Seja bem-vindo.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Vou começar, então, com a pergunta do Senador Walter e depois prossigo com as perguntas dos demais Senadores.

O Senador comentou a relação entre a Agência e o consumidor, a necessidade de a Agência se antecipar. Isso é muito importante. A própria reformulação, que abordei aqui, na minha fala inicial, da lógica de fiscalização da Agência passa por isso. Passa por fiscalizações sistêmicas, que consigam mapear, de forma mais clara, não só o estado da parte técnica das redes de telecomunicações das empresas, mas também como o serviço está sendo prestado pelo consumidor de forma mais ampla, de forma que a Agência possa ter uma visão geral e antecipar-se, tomando atitudes que possam evitar que o consumidor venha a ter qualquer tipo de problema, evitando-se, portanto, que cheguem demandas à própria Agência ou aos órgãos de defesa do consumidor, como os Procons e os demais.

Isso é fundamental para a Agência, tanto quanto a outra parte que comentei na apresentação, que é a mudança de foco no “sancionamento”. Concordo plenamente com a visão do Senador: quanto à lógica de multas milionárias, que demoram demais a serem aplicadas, sendo que praticamente nenhuma é recolhida, de forma que isso resulte na resolução dos problemas dos consumidores, já se mostrou que isso não funciona. Então, é preciso que o procedimento de sanção dentro da Agência ocorra de forma muito mais célere.

Conhecendo bem a Agência como conheço, acho que é possível terminar um procedimento como esse em seis meses. Hoje, ele dura quatro, cinco anos. É lógico que isso vai demandar uma reformulação, inclusive, cultural, dentro da Agência. Mas creio que isso é fundamental, para que a gente consiga resultados mais expressivos neste campo de resolução de problemas do consumidor.

E, obviamente, a adoção de outros mecanismos de sanção, não somente a multa. É lógico que a multa vai continuar existindo; está prevista na LGT, também é um dos instrumentos possíveis e, quando bem utilizada, traz algum efeito. Agora, há outros instrumentos que a Agência deve passar a adotar de forma mais incisiva.

Sobre a competência da Agência na definição do espectro de radiofrequência das diferentes faixas e destinações, acho que esse talvez seja um dos temas que, realmente, traz mais debate no mercado e que, obviamente, influi tremendamente para o consumidor, porque, quando você faz a destinação de determinada faixa, você está direcionando já o tipo de serviço e o tipo de facilidade que o consumidor terá a partir do momento em que a faixa começar a ser operada. As duas faixas que serão licitadas e que já tiveram destinação definida – a de 2,5 e a de 450 MHz – passaram por esse debate.

A de 2,5 foi objeto de um debate muito intenso, com a participação, inclusive, do Senador Walter Pinheiro – ele conhece bem o assunto. Houve a definição da restrição à destinação para o MMDS e uma maior destinação para os serviços de banda larga móvel, trazendo, então, o benefício da maior oferta desse serviço para o consumidor. Isso foi objeto de um debate intenso, a faixa vai ser licitada agora, vai ser operada com tecnologia de quarta geração, trazendo muito mais capacidade e velocidade na prestação de serviços de banda larga móvel para o consumidor.

A faixa de 450 também – o Senador lembrou bem – foi objeto de uma grande discussão, concomitante com o Plano Geral de Metas de Universalização. Conheço-o bem porque fui um dos coordenadores desse processo dentro do Ministério das Comunicações, junto com o Secretário Executivo e com o Secretário de Telecomunicações. O Ministério teve a liderança desse processo de definição do Plano Geral de Metas de Universalização e desse debate sobre a faixa de 450 MHz, se seria direcionada para as concessionárias ou se seria feita uma licitação com a possibilidade de entrada de um novo *player* no mercado. Isso foi muito debatido.

Havia algumas posições dentro da Agência favoráveis à outorga para as concessionárias, mas a decisão que prevaleceu foi a de possibilidade de entrada de um novo competidor e da licitação da faixa, aumentando, obviamente, a competição. Isso porque essa faixa não pode somente ser utilizada na área rural, também pode ser utilizada na área urbana, com a possibilidade de entrada de um novo competidor para competir principalmente na área urbana com a telefonia fixa, que é muito concentrada hoje, e também com nichos de banda larga móvel, já que a largura de banda dessa faixa é pequena e, então, a capacidade de transmissão é menor do que, por exemplo, a de 2,5, mas tem utilidade – nós vamos verificar e comprovar isso agora, com o leilão dessa faixa.

O compartilhamento de infraestrutura é fundamental, e acho que finalmente a Agência está encarando o problema de frente com o PGM. Isso está causando

um debate grande no mercado e entre os consumidores na sociedade. A consulta pública do PGM foi concluída, acabou de ser concluída, e isso tem sido, talvez, o pilar essencial da nova abordagem que a Agência está adotando para a regulação econômica do setor. Trata-se muito mais de pensar no poder de mercado das empresas e em como neutralizá-lo e menos no regime jurídico de prestação do serviço.

Então, isso vai ser feito, e é imprescindível também que haja uma regulação da Agência que facilite investimentos compartilhados. Isso já foi direcionado no edital de licitação do 3G, com compartilhamento de torres, compartilhamento de infraestrutura. A Agência tem, sim, o papel fundamental de direcionar sua regulamentação para criar incentivos para as empresas para que façam os investimentos que têm de fazer de forma compartilhada. Obviamente, isso trará maior eficiência no aporte de recursos e possibilitará investimentos em áreas que não seriam atendidas se esses investimentos fossem feitos separadamente.

Os demais questionamentos, vou passar de forma rápida.

Considero que a Anatel tem estrutura e tem cumprido o seu papel. É óbvio que em alguns campos cumpre melhor suas atribuições e, em outros, cumpre de forma não tão satisfatória, mas os desafios são, principalmente, trazer a Agência mais para perto da sociedade e do consumidor, alterar um pouco a cultura da Agência em termos de atuação prévia, antecipando-se aos problemas, monitorando muito mais, uma atuação mais proativa do Conselho Diretor da Agência – isso é importante –, tentando pensar mais o setor e se antecipar na identificação dos problemas, começar a ter maior poder de agenda dentro da Agência. Isso é importante, e creio que eu e o Dr. Bechara vamos dar a contribuição necessária para que isso seja feito.

A questão da reversibilidade de bens foi muito bem colocada pelo Dr. Bechara e tem sido muito debatida. O fato é que a Agência fez uma grande fiscalização recentemente. Com relação a esses bens, ela está se preocupando cada vez mais em encarar o problema de frente. É lógico que falar em reversibilidade de bens no setor de telecomunicações é totalmente diferente de falar em reversibilidade de bens nos demais setores regulados.

Reversibilidade de bens em energia elétrica: o nível de inovação tecnológica no setor e de troca de equipamentos é muito menor. Então, monitorar esses bens dentro do setor de telecomunicações, com o nível de inovações que ele tem, com o nível de exigência de atualização de equipamentos que ele tem, é muito mais difícil, e isso a Agência precisa encarar de frente, fazendo o debate com a sociedade. Não pode ter

medo de debater como ter o controle necessário, que é fundamental para chegar em 2025 com esses bens presentes atualizados e disponíveis para que a Agência possa assumir e, obviamente, fazer uma nova licitação ou qualquer que seja o modelo adotado a partir daí. É fundamental que a Agência não fuja do debate, não fuja do tema por medo de enfrentá-lo. É importante enfrentar esse tema, é importante que o Conselho Diretor lidere esse debate com a sociedade sobre as melhores formas de fazer o acompanhamento desses bens, preservando a função pública que foi dada para a Agência e a função pública desses bens, sem comprometer a sua capacidade interna de análise disso.

No que diz respeito a rádios comunitárias, acho que a Agência tem uma natural dificuldade em função do número de fiscais que tem hoje, mas é importante que isso seja fiscalizado e que o próprio Conselho de Rádios Comunitárias seja debatido. Certamente isso já está acontecendo dentro do Ministério das Comunicações e acontecerá também no Congresso Nacional para que consigamos, na esfera de atuação da Anatel, fiscalizar, e isso com o viés não só do fechamento de rádios comunitárias, mas também com o viés de trazê-las para a função que foi pensada pelo Congresso Nacional quando foi aprovada a lei referente às rádios comunitárias.

Sobre o Plano Nacional de Banda Larga na região Norte: o Ministério e a Anatel estão atuando fortemente. Inclusive, os problemas da região Norte não se restringem à banda larga, mas afetam os demais serviços de telecomunicações, serviço móvel pessoal, telefonia celular e também o serviço telefônico fixo, comutado. Foi feito um grande trabalho pela Assembleia Legislativa do Amazonas, um trabalho de monitoramento e avaliação da situação por que passava o atendimento no Amazonas, no interior do Estado principalmente, e houve uma reação imediata do Ministério e da Agência no sentido de chamar as empresas e exigir que elas apresentassem – e todas já apresentaram – planos emergenciais de atendimento na região Norte.

Isso sem falar nos investimentos futuros, que também já foram apresentados pelas empresas. É preciso que a Anatel também cobre isso depois e monitore se realmente estão sendo implementadas essas ações que as empresas colocaram que já estão em fase de execução. Isso, casado com a previsão de investimentos da Telebrás na região Norte – fazendo parte já da implantação da rede do PNBL –, vai poder levar a Internet – aí sim, especificamente a Internet – para muitas mais localidades da região Norte, para o interior principalmente – na região Norte temos uma situação muito mais grave, já que capitais de Estado não têm serviço satisfatório.

O calendário da Telebrás, que originalmente era 2013, 2014, foi antecipado – parte para este ano e parte para o ano que vem –, e no ano que vem já vamos ter uma situação bem melhor na região Norte do País. Isso, é óbvio, é uma atuação da Telebrás como veículo do PNBL, mas a Agência tem também participação fundamental na criação de incentivos para investimentos na região e também na exigência de que as prestadoras cumpram as obrigações assumidas, inclusive com o programa Banda Larga nas Escolas, como foi dito aqui pelo Senador Vital. Já há um diagnóstico da Agência sobre o nível de atendimento, e isso está sendo cobrado das empresas para que elas promovam a regularização da situação.

Presidenta, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Marcelo e ao Dr. Rodrigo e declaro aberta a votação.

Perguntaria ao Senador Ferraço se ele gostaria de fazer algum questionamento.

Os Srs. Senadores podem votar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, eu não pude acompanhar o debate nem a apresentação dos dois eminentes Conselheiros indicados pela Presidente Dilma por conta de uma coincidência de agenda: ao mesmo tempo em que nós temos aqui a sabatina, estamos recebendo, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o parecer do Senador Luiz Henrique sobre o Código Florestal. Essa foi a razão de não ter podido acompanhar a apresentação do Dr. Marcelo e do Dr. Rodrigo.

No entanto, Srª Presidente, quero registrar que, a meu juízo, o Ministro Paulo Bernardo e o Poder Executivo tiveram muito cuidado e foram muito atenciosos na indicação dos dois nomes, porque uma das questões mais importantes e mais relevantes é que essas agências não sejam alvo nem objeto de aparelhamento de qualquer tipo. O critério a ser observado é o mérito, deve-se afastar o aparelhamento através do apadrinhamento, o aparelhamento através do nepotismo, o aparelhamento, enfim, de uma função tão importante como ser Conselheiro de uma agência como essa, que, em função da complexidade, em função da relevância do tema de que se ocupa, vai merecer, cada vez mais, a observância de aspectos que estejam relacionados ao profissionalismo na ocupação desses cargos.

Penso que a idade não é um problema, mas, ao contrário, uma solução. O Marcelo citou Milton Campos. Eu tenho também uma lembrança de Mário Quintana, poeta de elevada reputação, que diz que a idade é um problema que o tempo resolve – fiquem absolutamente seguros disso. Acho que o currículo do Rodrigo e o currículo do Marcelo lhes dão absoluta condição para

ocupar, e ocupar de maneira eficiente e competente, esses cargos. Quero apenas cumprimentá-los pela explanação, até onde eu pude acompanhar, em razão da minha ausência, como já especificado aqui, e o Poder Executivo, a Presidente Dilma pela felicidade, pelo critério técnico e pelo mérito que moveram a indicação do Dr. Marcelo e do Dr. Rodrigo.

Muito obrigado.

Era o que tinha para falar, Sr^a. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Dr. Marcelo e ao Dr. Rodrigo se querem fazer alguma observação sobre as colocações do Senador Ferraço. *(Pausa.)*

Votaram 13 Senadores.

Aprovado o nome do Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro, por 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Aprovado o nome do Sr. Marcelo Bechara Souza Hobaika, por 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Cumprimento o Dr. Marcelo e o Dr. Rodrigo, desejando a ambos sucesso nesse novo desafio que vão enfrentar.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 49^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Marcelo Crivella, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Reditario Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador **Cyro Miranda**, na presente data, representa esta Comissão na 6^a edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, na capital do Estado de São Paulo. A Presidente declara aberta a Reunião e comunica o agendamento da audiência

pública da Comissão de Serviço de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a realizar-se no dia 08/11/2011, terça-feira, às 14 horas, para debater as renovações das concessões do setor elétrico, que será a 3^a Audiência Pública sobre esse assunto. Usam da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka e Walter Pinheiro. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2010**, de autoria do Ciro Pedrosa, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda”. A Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc” Senador Waldemir Moka, para fazer a leitura do Relatório. Usa da palavra para discutir a matéria o Senador Walter Pinheiro. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, com a Emenda nº 1 – CI. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).” A Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc” Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.”. Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2011**, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.” A Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc” Senador Reditario Cassol, para fazer a leitura do Relatório. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Acir Gurgacz, Walter Pinheiro e Delcídio do Amaral. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CI. A Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da

48ª Reunião, que é aprovada. Após a deliberação das matérias usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Wellington Dias, Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom-dia a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de ler aqui algumas informações. Primeiro, quero informar à Casa que nós temos uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir a renovação das concessões do setor elétrico, no dia 8 de novembro do corrente, às 14 horas – estou vendo que coincide com a Comissão de Orçamento –, neste plenário.

Será a terceira audiência pública sobre esse assunto, agora com a presença do Governo. Estão convidados para essa audiência pública o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann, que já confirmou presença; o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. Nelson Hubner; e o Presidente da Eletrobras, Sr. José da Costa Carvalho Neto.

Esse é um tema que tem sido demandado pelos Srs. Senadores, aqui. Aliás, o Senador Moka é autor de um desses requerimentos. Então, já fizemos duas audiências públicas. Nós estamos sintetizando essas audiências públicas para encaminhar aos Srs. Senadores e faremos a terceira, quando vamos fechar esse ciclo de debates a respeito da modelagem da renovação das concessões. Deverá ser apresentada pelo Governo, segundo o Dr. Márcio Zimmermann, uma parte até o final do ano ou princípio do próximo ano. Mas é bom que a gente ouça o Governo a respeito disso, uma vez que somos muito cobrados em relação a esse tema.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Walter Pinheiro, veja como foi importante aquela audiência pública.

O fato de o Governo vir, pela informação que V. Exª traz, já para definir a modelagem da renovação dessas concessões é o que vai tranquilizar todo setor, porque o setor quer saber qual a forma? Como isso vai acontecer?

Eu acho que a comissão deu uma contribuição importante para que isso acontecesse. Se não houvesse a cobrança dessa comissão, certamente não estaríamos definindo a modelagem. E é importante, porque tranquiliza.

Aqui, na exposição, fica claro que os prazos nesse setor são extensos. Nós não estamos falando de uma coisa que vai resolver em dois, três meses. Às vezes, demanda dois, três anos. Então, eu fico feliz que nessa audiência do dia 8 de novembro o Governo esteja representado. Podemos perceber, pelas pessoas que vêm aqui, pelo grau de autonomia de cada um, que, certamente, vamos sair dessa audiência pública com a questão da modelagem definida.

Eu quero parabenizar a condução de V. Exª e também do Senador Delcídio, porque as duas comissões trataram do assunto em conjunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores que estou em contato direto com o Ministério de Minas e Energia e tenho conversado longamente tanto com o Ministro quanto com o Dr. Zimmermann sobre o assunto, o qual tem a paciência inclusive de explicar didaticamente a questão.

Eu estive com a Ministra Gleisi Hoffmann também para tratar desse assunto, bem como com a Ministra Ideli Salvatti e levei toda essa preocupação que a comissão externou em relação a esse tema; e fiz chegá-lo ao Governo por meio dessas audiências nas quais o assunto é tratado.

Portanto, acredito que essa audiência do dia 8 será muito importante para todos nós e quero aqui, inclusive, afirmar que a data foi marcada muito em cima da solicitação do próprio Governo, no sentido de dar um tempo para que os temas fossem discutidos melhor. Então, acredito que essa audiência será muito importante.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, permita-me?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu quero, em apoio a essa intervenção do meu companheiro Senador Moka, dizer que saímos não digo frustrados, mas um pouco apreensivos da reunião que fizemos no Ministério.

Eu acho que as coisas, de lá para cá, até ganharam certa atenção, e, ao mesmo tempo, o Governo deu

passos significativos para essa questão andar. Até por conta de um dos dados aqui muito bem levantados pelo Senador Moka, que é o fator tempo nessa área. Nós não estamos tratando de uma área em que eu consigo promover uma licitação, estabelecer uma contratação e colocar em funcionamento, em operação, em pouco tempo. Não é assim que se processa. Portanto, é uma situação extremamente perigosa.

E tenho, até de certa maneira também, feito uma pressão enorme sobre isso, porque o peso pesado nessa história, meu caro Senador Moka, está exatamente no Nordeste. A nossa Chesf é quem tem, em termos percentuais, o maior índice de renovação da concessão. Eu não acredito que o Nordeste vá ficar no escuro – não é, de forma nenhuma, acredito, a ideia de ninguém –, mas é um processo extremamente perigoso. E além de não permitir essa atenção com celeridade, existe outro problema: se quisermos adotar uma espécie de novos leilões para essa área, ficaremos espremidos com a velha escolha de Sofia. Nesse caso até uma “escolha de Sofia”, porque, na prática, estaremos espremidos entre como é que se trata concessão e como é que se trata leilões, para a ampliação e o aumento da oferta de energia, e num período extremamente recheado de uma série de intervenções no País.

Eu, por exemplo, tenho muita preocupação em relação à Copa. Todos tratam a Copa como o fim em si mesmo, mas há um volume de obras e um volume de contratações em pelo menos doze capitais brasileiras. Esse não é um volume qualquer. Meu pai costumava dizer que quem inventa muita coisa ao mesmo tempo acha que o tempo voa, não dá conta das coisas que faz e diz: “Ih, o tempo voou!”. O tempo não voa, nós é que inventamos mais do que podemos fazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Permita-me, Senador Walter Pinheiro. E veja que se for para a prorrogação, nós temos um problema a mais, que é a mudança da legislação. Porque a legislação atual prevê...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lógico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...novas licitações e leilões. Essa é a preocupação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu dei entrada inclusive em uma PEC, depois que saí daquela reunião no Ministério, Senador Moka. Eu apresentei uma emenda constitucional. Com todo respeito ao Ministro Lobão, enquanto Seu Lobo não vem, eu disse: “Vamos avançar na floresta”, entendeu? Na realidade, minha preocupação é nesse sentido.

Na semana passa, Senadora Lúcia Vânia, tive uma conversa também, eu e o Senador Delcídio, com alguns membros da Comissão de Minas e Energia da

Câmara. Fui até muito provocado pelo Deputado Fernando Ferro, que é ex-servidor, inclusive, da Chesf. Ele nos procurou para uma conversa. E eu disse: “Olha, o ideal seria que vocês também disparassem pela Comissão de Minas e Energia um processo”. E indicamos a eles: “Olha, nós vamos ter audiência, seria importante...” – por isso levei Delcídio – “Vamos ver se vocês se articulam com a Comissão de Infraestrutura, se fazem alguma coisa em conjunto, para tratarmos do tema com a devida preocupação que merece, sem qualquer tipo de prejuízo para o debate”. Foi o que eu estava dizendo a Fernando Ferro: “Fernando Ferro, dá para trabalhar tranquilamente com modicidade tarifária; uma coisa não é incongruente com a outra”. Então, nós temos que resolver primeiro é o que vamos fazer com as concessões. Ponto. Se vamos trabalhar depois a questão de tarifa, tarifa social, modicidade tarifária, isso se faz, concomitantemente, no tempo, associado a outras iniciativas. Não tem nenhum problema. Então, achar que o fato de abrir novas licitações, só e somente só, é que nos permitirá discutir modicidade tarifária, eu acho que é um equívoco brutal, porque isso é permitir um risco muito grande em nome de acrescentar uma vantagem para a sociedade. E se não conseguirmos emplacar a questão central? A outra vem como, se uma é decorrência da outra?

Então, acho que é importante o debate no dia 8, depois, inclusive, dessa conversa, que é até fruto dessas questões todas.

Também tomei a iniciativa de mandar para a Ministra Ideli uma nota técnica. Eu havia conversado com ela também; ela me pediu que eu mandasse uma nota técnica para ela. Nós fizemos isso. Mandamos para ela. Eu disse: “Ideli, o importante é você dar uma futu-cada aí”. A partir dessas relações, eles têm influência. Acho que é importante dialogar no núcleo de Governo, e conversei um pouco com o Chefe de Gabinete da Presidenta Dilma, até porque ele também foi do Ministério de Minas e Energia, o Giles, e é importante que tivéssemos um nível de preocupação central com essa questão. Então, acho que é importante promovermos esse debate.

Eu, pelo menos, espero não até o dia 31 de dezembro, mas 21 de dezembro – porque 31 já não teremos mais nada aqui –, que tenhamos uma sinalização positiva pelo menos para saber qual vai ser nossa linha de transmissão, falando em energia; portanto, qual vai ser o nosso caminho para buscarmos resolver essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Depois da reunião que fizemos aqui, as duas reuniões, a Comissão esteve participando de um seminário no Rio de Janeiro, que tratou desse caso, e

esteve participando da Frente Parlamentar da Infraestrutura, na semana passada, que também discutiu essa questão. Hoje, o Senador Cyro Miranda está no Encontro Nacional da Indústria, em nome da Comissão. Um dos temas a ser tratados é esse. E, ao lado disso, também toda aquela ação promovida pela Fiesp, de São Paulo, através do Dr. Paulo Skaf, desencadeou um nível de discussão mais aprofundado sobre o assunto.

Quero só informar aos senhores que a Comissão de Infraestrutura está acompanhando todos esses movimentos; ela tem se pronunciado através de um ou outro Senador que está sempre representando. Tenho tido a preocupação de estar presente. Estive em São Paulo, juntamente com o pessoal da Sesp, também nesse debate junto à Fiesp e o Bradesco, que também promoveram essa discussão.

Na verdade, a discussão tomou um vulto importante. Quero comunicar aos senhores que a Comissão esteve presente em todas essas discussões, ou através da minha presença, como Presidente, ou através de Senadores que representaram esta Comissão.

Esse relatório será apresentado para os senhores após a última audiência pública que faremos sobre o assunto.

ITEM 1

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.

Autoria: Deputado Ciro Pedrosa

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observação:

1 – A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Solicitaria ao Senador Moka que lesse o relatório até que o Senador Gurgacz chegue – ele está se deslocando para cá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 121, de 2010 (Projeto de Lei nº 1.257, de 2007, na origem) fixa para as empresas de transporte coletivo a obrigação de orientar os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda. A orientação deve ser realizada antes do início da viagem e seguir as normas internacionais e nacionais, nos termos de regulamento do Poder Executivo. O início de vigência da lei ocorrerá noventa dias após a sua publicação.

Segundo o autor do projeto, Deputado Ciro Pedrosa, a trombose venosa profunda atinge, no Brasil, uma em cada mil pessoas por ano. Trata-se da formação de coágulo no interior das veias, cujo despreendimento pode resultar em embolia pulmonar, condição potencialmente fatal.

A imobilidade prolongada em viagens é um fator de risco da doença, sendo mais significativo em viagens superiores a cinco horas. Esse risco pode ser reduzido por medidas simples, que podem ser observadas pelos viajantes, como não colocar bagagens embaixo das poltronas, mudar de posição com frequência, não cruzar as pernas, beber líquidos e fazer pequenos exercícios durante a viagem, orientações que deveriam ser transmitidas aos passageiros pelas empresas transportadoras.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado, foi distribuída às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão apreciar o projeto sob o ângulo da prestação do serviço de transporte de passageiros. A análise de constitucionalidade, juridicidade e de mérito sob a perspectiva da política de saúde que será feita pela CAS.

Sob esse ponto de vista, a obrigação que se pretende impor às empresas transportadoras, de orientar os passageiros verbalmente e por meio de folhetos colocados em cada poltrona, não representa um ônus significativo. Não há razões para se supor, portanto, que essa medida possa acarretar o encarecimento do serviço para o usuário ou prejudicar o equilíbrio financeiro das empresas. Os benefícios para o usuário, por outro lado, são evidentes.

Registre-se que, no âmbito do transporte rodoviário interestadual de passageiros, o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que disciplina o serviço, determina que, a cada quatro horas, em ônibus dotado de sanitário, ou a cada duas horas, em ônibus sem sanitário, a viagem seja interrompida em pontos de parada, para alimentação, conforto e descanso dos passageiros e da tripulação. Trata-se de norma que se coaduna com a preocupação do projeto em análise, pois permite a ampla movimentação de todos os viajantes.

A fim de assegurar a eficácia da medida proposta, julgamos necessário fixar em lei a obrigatória veiculação da orientação aos passageiros por meio de mensagem inserida no próprio bilhete de embarque e em cartazes fixados no guichê de compra de passagem

e nas plataformas de embarque e desembarque, sem prejuízo de outras formas a serem estabelecidas pelo Poder Executivo.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara 121, de 2010 renumerando-se os subsequentes e dê-se ao art. 2º do PLC nº 121, de 2010, a seguinte redação:

“**Art. 2º** A orientação aos passageiros deverá ser veiculada por meio de mensagem inserida no próprio bilhete de embarque.”

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quero só concordar com a proposta e lembrar que, em alguns casos muito parecidos com esse, as companhias aéreas, principalmente em voos de longa duração, dão orientação nesse sentido. E não me consta que haja outro projeto prevendo isso. As companhias aéreas fazem muita propaganda até dos próprios assentos, o que é importante para que as pessoas possam vislumbrar isso.

Estou falando muito isso até em causa própria, porque vivenciei um drama com um processo de variz e, durante dez anos, fiz tratamento, até o médico resolver fazer a cirurgia. Tirei uma das safenas da minha perna esquerda. Moka, você, que é médico, deve saber desse processo. Meu médico brincava muito, dizendo: “Pinheiro, você tem de andar como jogador de dominó em todo lugar em que estiver”. Eu perguntava: “Por que, Dr. Siqueira?” Ele dizia: “Porque jogador de dominó joga durante o dia inteiro, com as perninhas balançando. Então, quando entrar num avião, você deve movimentar-se”. Essa é uma orientação que é dada às pessoas, essa é uma prática, para evitar problemas dessa natureza.

Então, o projeto é importante no seu caráter educativo e, é óbvio, também serve como orientação de saúde para a população. E não haveria qualquer tipo de impacto para uma empresa operadora de transporte urbano. Parece-me que o Senador Acir Gurgacz tem larga experiência não no tratamento de saúde, mas, sim, no transporte urbano. Portanto, acredito que a proposta é meritória, para contribuímos com a saúde da população.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Realmente, acho que o projeto tem um mérito muito grande. Essa ocorrência não é tão incomum: uma em cada cem mil pessoas sofre com isso. Certamente, cada um de nós já recebeu relato de pessoas que, ao fazerem voos grandes, foram acometidas por embolia pulmonar. E o pior é que, na maioria dos casos, isso se dá de forma fatal. Com a embolia pulmonar, com os coágulos, com os trombos, a pessoa vem a falecer mesmo. Então, essa é uma preocupação.

O próprio Senador Acir – aliás, acho que a família dele é detentora de empresas de transporte – assimila que o gasto é mínimo para se colocar essa informação nos guichês. Sobre tudo as empresas que operam voos internacionais têm esse cuidado. O pessoal só precisa movimentar-se, evitando ficar numa mesma posição o tempo todo, porque isso faz com que haja a possibilidade de se formar um coágulo. Uma vez que esse coágulo se solta, virando um trombo, isso pode acometer a pessoa de forma fatal.

Então, é meritório o projeto, que, sem dúvida, tem um caráter preventivo muito grande.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco-o em votação, embora o Senador Gurgacz não tenha chegado aqui. Acredito que o Senador Moka o tenha representado muito bem.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (Proisol).

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatório: pela rejeição do Projeto.

Eu pediria ao Senador Walter Pinheiro para ler o relatório, uma vez que o Senador Vicentinho Alves não se encontra presente aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, é o Item 2 da pauta. O parecer é da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2005, que institui o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proisol), e o relatório, do Senador Vicentinho Alves:

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 5, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia (Proisol).

O autor da matéria sustenta que o objetivo do Proisol é o de promover o aumento da participação de fontes alternativas nos sistemas elétricos isolados. Argumenta que o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), criado pela Lei nº 10.438, de 2002, só vale para o sistema elétrico nacional interligado (SIN) e que os sistemas isolados ainda são fortemente dependentes da geração com base nos caros combustíveis fósseis.

Ao final da última legislatura, o projeto havia sido arquivado, em atendimento aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal.

Entretanto, a matéria volta a tramitar em face da aprovação do Requerimento nº 324, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O Projeto de Lei foi despachado para esta Comissão, em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Inicialmente, cabe destacar a ausência de qualquer óbice de natureza constitucional, regimental, jurídica ou de técnica legislativa no PLS nº 5, de 2005.

Inegável era o valor da Proposição para os sistemas isolados, no início de sua tramitação. O Proisol fazia todo o sentido econômico e ambiental. Apesar disso, passados seis anos do início de sua tramitação, vemos razões fortes para que o PLS não mais prospere nesta Casa.

A aprovação de um novo marco regulatório para o setor elétrico, materializado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, introduziu a modalidade de leilão reverso nas licitações de novas fontes de geração. Ganha o direito de gerar para o sistema regulado o empreendedor que ofertar a menor tarifa para prestar o serviço de geração de energia, em prazo que chega a 30 anos.

A aplicação do leilão reverso em certames específicos para fontes alternativas, a partir de 2008, mostrou resultados alvissareiros para o consumidor. As tarifas mais recentes de fonte eólica já estão abai-

xo de R\$100 por megawatt-hora e são perfeitamente competitivas com as das fontes hidráulicas de porte equivalente. Essa experiência bem-sucedida praticamente sepultou a segunda etapa do Proinfa. Deve-se ressaltar que as fontes eólicas da primeira etapa do Proinfa custam atualmente ao consumidor, em média, mais de R\$ 250 por megawatt-hora.

Diante dessa nova realidade, o Proisol, concebido à semelhança do Proinfa, igualmente deixa de fazer sentido, porque a Lei nº 10.848, de 2004, também permite que os leilões reversos sejam usados para a contratação de fontes alternativas nos sistemas isolados.

Voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 5, de 2011.

Esse é o voto, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Não vou encerrar a discussão uma vez que se trata de projeto de decisão terminativa e nós não temos quórum qualificado, também atendendo à solicitação do Senador Valdir Raupp, que pediu fosse deixada a discussão para a próxima semana para que ele pudesse participar dela, apresentando a sua concepção acerca deste assunto.

Pergunto ao Senador Acir se gostaria de falar sobre o projeto de sua relatoria que foi aprovado aqui. Peço desculpas a V. Ex^a por já o termos colocado em votação, uma vez que já estávamos atrasados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr^a Presidente, muito obrigado pela atenção.

Agradeço ao Senador Moka por ter feito a relatoria e a sua presteza na aprovação dessa matéria que considero importante. Mais uma vez, agradeço ao Moka a atenção e a relatoria *ad hoc* feita.

Obrigada, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O item 3 da pauta será adiado, uma vez que já foi lido, mas precisa de quórum qualificado para a sua votação.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2011

Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a

concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.**Autoria:** Senador Acir Gurgacz**Relatoria:** Senador Inácio Arruda**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três emendas apresentadas.**Observações:** 1 – A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

2 – A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 20/10/2011.

Solicitaria ao Senador Cassol que lesse esse projeto como relator *ad hoc*.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – De autoria do Senador Acir Gurgacz, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 119, de 2011, pretende estabelecer como diretriz geral da política de desenvolvimento urbano o princípio de que as redes subterrâneas de infraestrutura de serviços urbanos sejam implantadas anteriormente à pavimentação das vias. Para tanto, a proposição altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), bem como a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Complementarmente, a norma proposta veda a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.

Justifica a iniciativa o argumento de que a implantação dessas redes subterrâneas deve preceder, por razões de ordem lógica e de zelo orçamentário, o asfaltamento das vias. Segundo o autor da iniciativa, “as obras de engenharia devem ser pautadas pela racionalidade construtiva”, o que impõe a adoção de uma sequência lógica na execução de obras “compostas por dois ou mais subsistemas de serviços de infraestrutura”.

Adicionalmente, S. Ex^a pondera que a inversão dessa ordem lógica resulta por onerar o contribuinte em face da recorrente necessidade de que o pavimento venha a ser “aberto – e refeito – antes da instalação de cada rede suplementar”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Nesta Comissão, não lhe foram oferecidas emendas até o momento.

A análise também? (*Pausa.*)

Análise.

Nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre proposições que versem sobre “obras públicas em geral”.

O projeto sob exame encontra apoio constitucional no âmbito das prerrogativas da União, ente ao qual

competem, nos termos do art. 21, XX, “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano”. Ademais, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que a proposição atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

No mérito, considerado...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cassol, V. Ex^a pode ler só o voto porque todo mundo tem o relatório em mãos. Só o voto.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só o voto.

Ah, muito bem, obrigado.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2011, com as emendas seguintes: Emenda...

Não precisa.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cassol, por ter feito a leitura como Relator *ad hoc*.

Coloco a importância deste projeto.

Entendo que está na hora de o Brasil se preocupar mais com as questões de saneamento básico. Então, é importante, antes de fazermos o asfalto nas ruas, colocar primeiro, pela ordem natural, rede de esgoto, saneamento básico e águas fluviais, para depois fazer o asfalto. Entendo que é importante nós colocarmos isto como lei: quando formos fazer asfalto nos nossos municípios, que já o façamos completo, para que não tenhamos que depois, lá na frente, quebrar, sob pena de ou deixar a população sem ter esse benefício, que é o saneamento básico, ou de ter que refazer o asfalto, causando um transtorno maior, além de um custo muito maior dessa obra.

Esse projeto procura dar este ganho à população: colocar à disposição o saneamento básico, forçando que prefeituras, governos de Estado e o próprio Governo Federal façam o projeto por completo. Eu entendo que é importante, um avanço grande que podemos fazer para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Senador Walter pinheiro.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu só quero parabenizar o autor dessa matéria porque é importantíssima. Não é possível primeiro fazer asfalto e depois o esgoto, arrebentando o asfalto, como vi em tantos municípios no nosso Estado. Um deles, inclusive, Alto Alegre do Paricis, teve o projeto de criação do município da minha autoria. Vi um absurdo lá: estragaram todo o asfalto. Vejam o custo que isso tem para o município, o próprio Estado ou a União.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro,

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, eu tenho só uma preocupação de caráter até regimental e de tramitação.

É estranho um projeto dessa natureza não ser terminativo na Comissão de Infraestrutura, porque é um projeto que trata literalmente da infraestrutura, inclusive tem muito a ver com as questões de caráter urbano. O projeto deve terminar na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Pelo desenvolvimento regional, tudo bem, mas pelo turismo, sinceramente, só se o turismo vai ser subterrâneo, e fica perigoso. Então, na realidade, a minha preocupação primeira é com essa questão.

Segundo, eu estou levantando isso, Senador, porque esse debate, nesta comissão, permitiria, por exemplo, que fizéssemos uma associação dessa matéria com outra que está tramitando aqui, que trata das redes subterrâneas; que trata da preocupação com a intervenção de determinadas empresas de serviços públicos, sejam elas de água e saneamento, de energia, de telecomunicações.

Há projeto nesta Casa que trata, inclusive, da relação entre essas empresas e o poder público municipal no momento de execução de obras, meu caro Acir, porque não é só colocar o asfalto quando não tem saneamento, mas na maioria das vezes, inclusive, coloca-se o asfalto e depois se arrebenta para colocar também as redes, ou as galerias de dutos para energia, telecomunicações ou outros serviços. E, geralmente, quem faz a última intervenção parte do seu próprio interesse.

Em alguns casos, vários municípios têm legislações próprias que os obrigam a uma relação mais direta via superintendências de usos do solo, ou secretarias de infraestrutura em cada município. Mas essa é uma política que deve ser, de certa maneira, também apontada, obviamente sem ferir a autonomia municipal; mas seria importante que pudéssemos encaixar a questão nessa política de legislação em caráter nacio-

nal, permitindo a obrigatoriedade da apresentação do projeto em cada município à vinculação com as outras galerias de serviços; e principalmente essa questão.

Na maioria das vezes – o Senador Acir tem razão ao extremo quanto a essa questão – se aplicam recursos de caráter federal. Se olharmos o volume de execução de emendas, por exemplo, ao orçamento, nessa área de infraestrutura urbana, principalmente nas pequenas e médias cidades, encontraremos, Senador Acir, um volume expressivo na área de pavimentação. E depois os municípios vêm ao Governo Federal atrás de recursos para o saneamento. Na maioria das vezes, a estrutura de pavimentação é feita, mas ao invés de estrutura de saneamento são construídas verdadeiras galerias aparentes, ou canaletes – como muitos costumam chamar – que servem como escoamento. E, obviamente, para isso se termina fazendo o velho arranjo de interligar uma rede de saneamento de cada casa a esse canaleta que corre a céu aberto – portanto um esgoto –, na maioria das cidades.

Faço aqui uma leitura do que pretende o nosso Senador Acir Gurgacz nessa sua proposição: obrigar que a política de saneamento fosse literalmente associada a essa política de pavimentação, para que na realidade não tivéssemos inclusive desperdício. Além do que, também, na medida em que se obriga ou estabelece diretrizes para que essas coisas aconteçam em conjunto, passa-se, efetivamente, a priorizar a ação de saneamento como uma questão essencial. Portanto, é fundamental, como alerta.

Eu aqui estava conversando com o Senador Acir e disposto a pedir vista, mas como ele vai para frente, para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para discutir infraestrutura urbana... Sim, loucuras, às vezes, da forma de identificação, a não ser que tenha alguma outra coisa na comissão que eu não esteja conseguindo enxergar; mas, paciência.

O Ministério das Cidades tinha nos prometido uma nota técnica, então fizemos um acordo com o Senador Acir, de que vamos deixar o projeto tramitar até a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e naquela Comissão, efetivamente, tentar aprimorar ainda mais o debate, ou a Comissão promoverá a deliberação da matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, faço minhas também as palavras do Senador Walter Pinheiro, conhecedor da área. Essa parafernália nas cidades, principalmente com relação à cabeaçação – cabeaçação de telecomunicações, de energia, de gás, inclusive tubulação de gás passando junto – é uma verdadeira loucura. Estão aí os bueiros

da Light, no Rio de Janeiro, que não me deixam mentir, a explosão de bueiros.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Delcídio, deixe-me apenas dizer uma coisa importante, já que V. Ex^a está falando dos bueiros, da tubulação. Quando o Senador Acir coloca isto aqui, estou falando de ajustar isso direitinho a regras. Por exemplo, a legislação deveria proibir galerias próximas a postos de combustível. E cito uma experiência vivenciada por nós. Eu era chefe de uma central de manutenção em Salvador. Um operário foi trabalhar em uma das galerias, próxima a um posto de gasolina. Houve vazamento de gás da estrutura do posto de gasolina, e quando o operário acendeu o maçarico para operar em uma manta de chumbo, que é o que protege da infiltração a emenda de cabos CTP-APL, a caixa explodiu. Portanto, além da própria tubulação de gás, do fornecimento do serviço de distribuição de gás, há diversas áreas nas cidades em que é importante analisar a proximidade de uma série de coisas, até para dar licença. Se você pega a licença de determinados postos de gasolina, vê que estão em cima de uma galeria principal, por exemplo, seja de telecomunicações, seja de energia, seja lá o que for. Estamos com esse problema agora com a Copa, no Estádio da Fonte Nova, que está sendo reconstruído. A principal galeria de distribuição da cidade de Salvador quase vai pelos ares com a implosão do estádio. Portanto, a discussão envolve como a questão de novos equipamentos deve ser tratada a partir da confusão de serviços que temos, e há projetos nesta Casa que propõem a substituição de toda a estrutura de distribuição de serviços para galerias subterrâneas. Portanto, também dialoga com o projeto que o Senador Acir Gurgacz apresenta aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senadora Lúcia Vânia, então, o projeto do Senador Acir Gurgacz vem ao encontro dessas preocupações. O curioso é o seguinte: grandes capitais não têm nem o *as built* – *as built* é conforme construído – dessas instalações. É uma confusão. E as *utilities*, as companhias de serviços, não têm todas as informações. E o pior – o Senador Walter Pinheiro disse muito bem –: você faz drenagem e asfalta, quebra a rua novamente para passar com galeria, para passar com cabo, e ficam aqueles remendões na calçada e na rua, ninguém sabe por quê. Por isso. Quer dizer, é um problema grave de planejamento urbano e de disciplinamento desses serviços e dessas galerias.

O Senador Walter diz que muitas cidades no Brasil estão embutindo seus cabos de energia. Quer dizer, aquele emaranhado de fios, cruzetas, postes, disjuntor, transformador, está sumindo. A tendência, em muitos

lugares, é embutir. Mas imaginem o que vamos ter pela frente para executar esse tipo de serviço.

Sr^a Presidente, eu também queria fazer um registro importante, porque isso desrespeita até a minha história e algumas coisas que conquistamos trabalhando duramente o longo da vida.

Ontem, tive a informação da Eletronorte, das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., empresa em que tive a honra de trabalhar como chefe de usina, como chefe de regional e depois como diretor, que a usina de Tucuruí – comecei na empresa – vai receber o Prêmio Nacional da Qualidade, disputado com empresas privadas, com Gerdau, com Cartepillar. O Prêmio Nacional da Qualidade é uma láurea que poucas empresas conquistam, e é a primeira vez que uma empresa pública recebe esse Prêmio Nacional da Qualidade, em Tucuruí.

Comecei lá com uns 30 gatos pingados, que recrutei em Belém. Fomos treinando os operadores, os engenheiros de manutenção, os técnicos de manutenção até consolidá-los através de um núcleo, naquela época chamado núcleo operacional de Tucuruí, que depois se transformou na regional de operação de Tucuruí. Naquela época, começamos a instalar um programa de controle da manutenção e da operação, chamado, à época, Procom – com “m” no final.

Ali ocorreu o primeiro exercício que nós começamos efetivamente a implementar para colocar Tucuruí dentro das normas de qualidade total, dentro do que há de excelência sob o ponto de vista de manutenção preventiva, qualidade da manutenção, qualidade da operação, saúde e segurança do trabalho. Hoje, Tucuruí é uma referência no mundo; e nós começamos lá quietinhos, quando começaram as fundações, as galerias de drenagem. Aí fomos fazendo a casa de força, o vertedouro, o desvio do rio antes, depois a duplicação, as máquinas que foram instaladas, e o importante: com pessoas da região, respeitando as pessoas que viviam na região e que nasceram lá. Na minha época, o barrageiro era de Estados desenvolvidos. Ninguém acreditava naquela época que pessoas de outras regiões do País podiam ser tão bem qualificadas como eram aqueles barrageiros. E havia gente do Nordeste, do Norte, de toda a Amazônia.

Hoje, vemos a Eletronorte, através da usina hidrelétrica de Tucuruí, recebendo o Prêmio Nacional da Qualidade, disputando com as maiores empresas privadas nacionais e estrangeiras. É a primeira empresa pública que, através da usina hidrelétrica de Tucuruí, uma usina com mais de 8 mil megawatts, recebe o Prêmio Nacional da Qualidade. E isso se deve àquele time que foi para lá, às pessoas que acreditaram no Brasil, que têm um potencial extraordinário de crescimento.

Acreditaram num Brasil que tem futuro, acreditaram num projeto de grande impacto na região, que alavancou o desenvolvimento daquela região, de vários projetos que estavam ali, engavetados, por falta de energia, o que, naquela época, foi muito criticado. Hoje, um projeto que é uma verdadeira referência.

Vejo a turma reclamar de Belo Monte, de Jirau, de Santo Antônio, lá da terra do Senador Acir Gurgacz. Já vi esse filme em preto e branco, em 1981, no interior do Pará.

Tucuruí também foi uma lição, porque os projetos que vieram depois, de Balbina, de Samuel, foram projetos mais bem aperfeiçoados não só sob o ponto de vista tecnológico, apesar de Tucuruí tecnologicamente ser uma usina de ponta.

Tucuruí foi a primeira usina que usou a fibra ótica na comunicação entre usina e subestação. Nunca ninguém tinha ouvido falar em OPGW. Tucuruí foi a primeira usina comandada à distância, a primeira usina digital do Brasil, quando ninguém acreditava que podíamos fazer uma usina digitalizada. Só que, na minha época, não era chipe; na minha época – o Senador Walter Pinheiro conhece bem isso –, era memória magnética. Eram uns painéis enormes. Hoje, o negócio é desse tamanhozinho. Hoje, é só sala de controle com tudo: com proteção, com controle, com comando, com tudo. E sem cabo nenhum, porque é tudo cabo ótico.

Portanto, eu não poderia deixar de registrar e de parabenizar todas aquelas pessoas que fizeram Tucuruí; e parabenizar especialmente a Eletronorte, por esse trabalho de uma empresa que está integrada à sua região, que trabalha pelo bem do País e trabalha pela Amazônia, pelo desenvolvimento da Amazônia, para garantir um País mais igual, um País mais cidadão. Eu não podia hoje deixar de destacar o Prêmio Nacional de Qualidade com que Tucuruí honrou a Eletronorte, a primeira empresa pública que recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esta presidência se associa a V. Exª, Senador Delcídio. Quero aqui fazer justiça ao trabalho de V. Exª. Não tenho dúvida de que V. Exª prestou a este País um serviço inestimável como executivo e hoje como Senador da República. É uma honra para esta Casa contar com pessoas da qualidade de V. Exª e com o espírito público que V. Exª sempre apresentou em todos os projetos que aqui defende com tanta energia, com tanta sabedoria. Parabéns!

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação do projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3 da Comissão de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prosseguimento de sua tramitação.

Perguntaria se algum Senador ainda quer se pronunciar.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A minha surpresa é ir para a Comissão de Turismo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu também não entendi muito bem, não. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, só para...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vai ver que é pelas melhorias turísticas, pelo embutimento dos cabos. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixa eu proteger, porque sou daquela comissão. Na verdade, é Turismo e Desenvolvimento Regional. Tem a parte do desenvolvimento regional, e alguém deve ter puxado. Não estou dizendo que seria essencial ir lá. É claro, quantos brasileiros e estrangeiros não vão a alguma hidrelétrica, como turista, para conhecê-la. Quem vai a Foz de Iguaçu, para dar um exemplo, certamente, no seu roteiro turístico é oferecida a ideia de conhecer a hidrelétrica.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas, nesse caso, nós vamos disponibilizar a galeria de dutos para visitação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Queria também parabenizar e, em nome do Senador Delcídio, pelo seu trabalho, pela sua história, pelo seu desempenho nessa área, também me somar a essa homenagem que ele faz por essa premiação. Normalmente se apanha tanto! Quando acontece uma premiação como essa é importante ressaltá-la. Nós também temos muito orgulho da Chesf, que é uma empresa que faz um brilhante trabalho no Nordeste, e não só nos estudos das alternativas regionais. Fico feliz que, nesse projeto, a gente possa trabalhar também a área da energia solar. Acho que o Brasil precisa acordar para ela.

Há grandes, novas, recentes, descobertas. Enfim, àquilo que pode, a princípio, parecer algo desfavorável para essa ou aquela região, a minha por exemplo tem sol o ano todo, o Brasil precisa dar atenção. Já despertamos um pouco para a energia eólica, as renováveis, a biomassa, que ainda é pouco conhecida. Eu mesmo fiquei feliz e surpreso de saber que deve entrar em atividade no próximo ano uma experiência,

no meu Estado, Piauí, com biomassa; ou seja, a queima de capim-elefante para a geração de energia em termoeletrica em uma região isolada do Estado que tem grandes carências. O custo para levar uma rede de subestações seria muito maior do que esse investimento que se faz.

Então eu acho que o Brasil caminhar de modo moderno. Quando a gente viaja pelo mundo, a gente percebe o quanto estamos avançados aqui.

Parabenizo a Presidente por nos trazer aqui a oportunidade de grandes debates, de grandes temas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Alguém mais quer discutir?

Não havendo quem queira discutir, gostaria de colocar em votação a Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, antes de V. Exª, não sei se V. Exª vai colocar em votação o projeto ou se encerrar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Já votou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acho que, na verdade, a senhora tirou o outro projeto, porque o Senador pediu.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Foi retirado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria aproveitar a oportunidade, Senador Delcídio – V. Exª é Presidente de uma importante Comissão –, para dizer que, hoje, conversávamos com a Senadora Lúcia Vânia sobre um trabalho que esta Comissão disponibilizou para todos os membros e que diz respeito à execução de obras de infraestrutura que estão sob a cobertura, digamos assim, do PAC. É óbvio que há uma preocupação por parte de todos nós por conta do baixo índice de execução dessas importantes obras. Sei que, pela frente, haverá um processo vigoroso de aceleração dessas obras, para que elas possam atender a demandas da própria Copa, mas temos preocupação também no que diz respeito a outras frentes que foram estabelecidas no Brasil, como a questão do setor elétrico, do saneamento, da mobilidade urbana, da infraestrutura urbana.

Sugerimos, nessa conversa com a Senadora Lúcia, que, nesta Comissão, de maneira, eu diria, mais integradora de todas essas frentes, fizéssemos um debate sobre essas obras. Teríamos a condição de fazer isso Ministério a Ministério, situação a situação, mas levaríamos uns seis meses fazendo esses debates. Teríamos de trazer aqui o Ministro Lobão, o Ministro

das Cidades, o Ministro dos Transportes. Nada contra a vinda desses Ministros aqui! Pelo contrário, seria importante que fizéssemos isso. Mas acredito que poderíamos congregiar todas as nossas apreensões e todos os nossos desejos numa única frente.

O correto seria convidarmos a Ministra Miriam Belchior, para que fizéssemos aqui um bom debate sobre este momento de execução de obras do PAC, até porque isso também antecede o processo de preparação das nossas Comissões e, particularmente, desta Comissão para o emendamento ao Plano Plurianual (PPA). Então, é importante até que adotemos determinadas propostas como sendo desta Comissão para o PPA. Depois, inclusive, precisamos fazer uma leitura de quais desses setores efetivamente carecem da nossa contribuição, com a ampliação de programas. No caso específico da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), há possibilidade de aportar recursos.

No PAC, meu caro Senador Jorge Viana, para o Orçamento de 2012, há uma previsão de investimentos da ordem de R\$42 bilhões. O investimento do Orçamento de 2012 está na faixa de R\$165 bilhões, dos quais o investimento de R\$106 bilhões, se não me falha a memória, está sendo feito pelas estatais. Há de nossa parte, inclusive, a certeza de que empresas como a Petrobras ou as do setor elétrico terão uma capacidade enorme de realização desses investimentos, pela estrutura, pela necessidade e, efetivamente, até pela *expertise* com que essas empresas têm trabalho, o que não necessariamente é vero a partir das relações com o que estamos vivendo hoje. Uma obra, para ser licitada e implementada, meu caro Senador Jorge Viana, numa cidade como Rio Branco ou como até mesmo a minha querida Salvador, no início da licitação, percorre caminhos longos, de forma lenta, do ponto de vista da necessidade. Há questões ambientais, que são corretas, e há também questões de outra natureza. Isso atrasa o processo. E, depois de aprovada uma obra, há o problema de liberação de recursos, e esse é um dos motivos deste debate. Então, consequentemente, se analisarmos esse investimento, veremos que, dos R\$42 bilhões apartados desses R\$165 bilhões para investimento em 2012, eu diria, Senador Jorge Viana, que resta no Orçamento para investimento, de maneira que a gente discuta nesta Casa, algo em torno de R\$15 bilhões a R\$16 bilhões. Isso, fazendo a seguinte conta: tirando as estatais, restam R\$58 bilhões; tirando os R\$42 bilhões do PAC, restam R\$16 bilhões, o que é pouco em termos de recursos.

Daí quando a gente vai analisar o investimento do aqui e agora, eu não sei se encontramos R\$16 bilhões em execução.

Então, seria importante fazer esse debate com a Ministra Miriam Belchior, até para nos colocarmos diante dessa situação, da possibilidade efetiva de contribuirmos para a aceleração das obras. Inclusive, Senadora Lúcia Vânia – e eu conversava com V. Ex^a –, há algumas delas muito sujeitas a critérios e até embargos por parte do TCU. Por exemplo, nós estamos vivendo essa experiência com a Oeste-Leste. Hoje há uma comissão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e do TCU na cidade de Salvador, na realidade, para fazer a discussão da Fiol, da Ferrovia Oeste-Leste, que há pouco tempo estava com vários impedimentos para a sua continuidade.

Então, esse é um debate extremamente pertinente. E louvo a iniciativa da Presidenta desta Comissão no sentido de nos enviar esse conjunto de informações e possibilitar à Comissão esse debate, que eu diria de extrema importância, de qualidade, para que possamos prestar apoio de pelo menos acompanharmos essas obras. E, quem sabe até, ajudarmos no desembolso dos recursos e também nos desembaraços, para que essas obras possam andar.

E fica aqui a minha proposta. Eu sugeri à Presidenta que fizéssemos um requerimento com a participação de diversos parlamentares desta Comissão. Faríamos isso como iniciativa da Comissão para que tivéssemos a oportunidade de debater com a disposição de quem quer contribuir efetivamente para a execução das obras de infraestrutura no País, que são mais do que necessárias para este momento que nós experimentamos, principalmente para nos preparar para um enfrentamento no que diz respeito à questão econômica.

Era isso, Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senadora Lúcia Vânia, antes de qualquer coisa, devo penitenciar-me perante V. Ex^a e meus colegas, porque não tenho tido uma atuação como eu gostaria de ter nesta Comissão, mais atuante. Mas isso tem se dado por conta da missão que esses mesmos colegas e esta Casa me deram. Mas já estamos na fase final; o trabalho com o Senador Luiz Henrique está indo muito bem.

Esta é uma área com que tenho uma afinidade muito grande e sei que ainda tenho tempo para me redimir perante esta Comissão e os colegas. Quero dedicar-me muito nesta fase agora e no próximo ano.

Aproveitando, eu queria dizer que não acho que perdi, não acho que o prejuízo foi tão grande, porque estamos vivendo um ano atípico. Primeiro, com a experiência que eu vivi de ex-prefeito e governador, sei

que o primeiro ano é muito difícil para o governante. E a Presidente Dilma enfrentou um ano de extrema dificuldade, uma crise mundial arrefecida que mudou de endereço – saiu dos Estados Unidos e vai para a Europa, cria um risco enorme para o Brasil, um país que está vivendo uma fase muito positiva – e, ao mesmo tempo, um outro problema interno, que era o crescimento da inflação. A crise não se arrefeceu; ela se intensificou e mudou de endereço, e o risco da volta da inflação, as duas situações – parece-me – já passaram da fase mais aguda, tanto a inflação como também o risco de uma contaminação. Inclusive, a notícia que veio da Europa hoje de madrugada é de que houve entendimento. Não estou dizendo com isso que o cenário internacional vai melhorar muito, mas vai ficar menos pior. Mas o cenário brasileiro segue sendo muito positivo e, com o controle da inflação, a inflação perdendo força, o Brasil, findando o primeiro ano de Governo. Este é um ano difícil, da Presidente Dilma, porque suceder o Presidente Lula é algo muito complexo. O Presidente Lula estava no melhor ano dos oito anos dele, como foi com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi o ano passado.

Mas o contingenciamento de R\$50 bilhões no Orçamento, por si só, já expressa as dificuldades deste ano. E o Brasil tem um mau costume ainda, que espero que mude – não é o melhor caminho: normalmente, na hora de contingenciar Orçamento, vai direto para os investimentos. Isso é um erro; é um equívoco. Boa parte de cortes de Orçamento... – eu sempre fiz na prefeitura e no governo e fazia com a intensidade que, às vezes, o cenário externo impunha, mas eu sempre procurava consumir uma parte ou resguardar uma parte desses recursos buscando maior eficiência na gestão, tirando recursos daquilo que poderia ser tirado e não de ações essenciais.

Às vezes, numa fase que o País experimenta, o essencial é o investimento. Aqui estamos na Comissão de Infraestrutura do Senado, e o Senador Walter Pinheiro tem toda razão. Eu tenho uma grande expectativa em relação ao Governo da Presidente Dilma. Eu acho que o grande legado da Presidente Dilma é ajudar a consolidar a infraestrutura do nosso País. Ela vem dessa área, foi ministra nessa área, gerenciou o maior programa de investimento do mundo, e hoje é Presidente da República.

Estou seguro de que esse será o grande legado dela, mas ela está agregando algumas questões fundamentais: para a infraestrutura urbana, um programa de habitação. Ótimo, ela já é parte da infraestrutura, mas mexe com a família brasileira. Quando ela incluiu o programa de combate à pobreza extrema, aí acho que ela conseguiu conciliar as duas pontas de um

mesmo laço, e aí acho estão estabelecidas as prioridades do País.

E o primeiro ponto foi danificado neste ano: no próprio Minha Casa, Minha Vida, agora estão sendo assinados os contratos de um programa que foi lançado lá atrás, todo esse aparato de infraestrutura, que não é só de Copa de Mundo ou de Olimpíadas.

No debate dos *royalties*, todos sabemos que o Rio de Janeiro é o Estado por metro quadrado que recebe a maior soma de investimentos do mundo, mas isso é passageiro, e é preciso fazer um bom aproveitamento disso. Mas quanto à mobilidade urbana, que é um grande desafio hoje do Brasil, a situação aeroportuária do Brasil é um caos absoluto, e não é por conta de Copa do Mundo; é por conta do ganho, do poder aquisitivo do brasileiro, e nós não podemos ficar esperando calendário de Copa do Mundo ou de eventos importantes que só vão agravar um problema que já existe hoje.

Então, concluindo, eu queria aqui dizer que, se nós tivéssemos feito esse debate no início do ano – desculpe-me o termo –, seria uma espécie de conversa de bêbado para delegado. Nós íamos estar discutindo, discutindo, chamando ministro, vendo, e todos iam falar de um contingenciamento, de um problema e tal. Essa fase está ficando para trás.

O Governo da Presidente Dilma, do ponto de vista da infraestrutura, vai ganhar força a partir de agora, inclusive deste final de ano.

E, quando estamos discutindo Plano Plurianual, quando estamos vendo Câmara e Senado trabalhando, andando no País, pessoas como o Senador que está aqui do meu lado, Walter Pinheiro, Vital do Rêgo e outros, o Arlindo, trabalhando nesse tema, eu acho que esta Comissão tem um papel fundamental a cumprir, porque o Brasil inteiro se pergunta: “Por que as obras dos aeroportos estão tão lentas?” “Por que não começaram antes?” “Onde elas vão chegar?” “Como vamos fazer para coisas que não têm nada a ver com Copa?”. O problema é hoje. É amanhã, é mês que vem, é semestre que vem. “Por que não fortalecemos a logística no Brasil para que o custo-Brasil possa diminuir, e o Brasil, quando esta crise passar, definitivamente, estar num outro patamar, mais bem posicionado?”.

Se jogarmos fora essa oportunidade, o Brasil vai ter jogado fora uma oportunidade de ouro, que é de estar numa posição completamente diferente da grande maioria dos países do mundo na hora em que o mundo todo está em crise. Para encontrar concorrente dos investimentos que o Brasil está fazendo e vai intensificar a partir do ano que vem, é preciso ir para o oriente. Tem que ir atrás de China, tem que ir atrás a Índia, tem que sair desse hemisfério. No caso,

dessa parte ocidental do mundo. Claro que estão no hemisfério norte.

Mas, então, eu queria me associar ao Senador Walter Pinheiro. Eu acho que, neste final de ano, neste um mês e pouco que temos, deveríamos fazer um calendário intensivo. Trazer quatro, cinco ministros aqui. O Walter poderia apresentar os requerimentos, todos vinculados à infraestrutura, para tratarmos dos aeroportos, dos portos, das rodovias, da mobilidade urbana, da parte de energia que está vencendo. Fazermos um esforço concentrado.

Sei que durante o ano nós fizemos esse trabalho, mas o momento não era tão propício para ser feito em alguns casos, como agora. Agora é a hora que o Governo da Presidente Dilma ganha força, pelas circunstâncias e pelas condições que ela mesma, com a dedicação da equipe econômica e do próprio governo, adquiriu. Inflação já controlada e orçamento começando realmente a ser executado.

Então, era isso que eu queria propor. E digo a V. Ex^a que vou me dedicar a essa fase, para que possamos fazer, ano que vem, dessa comissão um espaço de transparência para o brasileiro, a brasileira, o País encontrar algumas respostas por conta de alguns atrasos de obras, de custos de algumas obras, e nós seguirmos recuperando o terreno da credibilidade, perdida ao longo de alguns anos por esta Casa.

Estou seguro de que o Brasil inteiro espera que a Comissão de Infraestrutura, e várias colegas Senadoras já ocuparam esta comissão, já que o Brasil está vivendo a fase de maior investimento de sua história em infraestrutura. O Brasil hoje é o depositário, sem dúvida, talvez do maior programa de investimento em infraestrutura do mundo, ou um dos. Então, esta comissão tem um papel enorme a cumprir em favor do interesse público, da sociedade, que é de sermos a ressonância da transparência e da cobrança, para que o Governo possa fazer mais e melhor.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Jorge Viana. E quero lhe dizer, Senador, que concordamos com as colocações de V. Ex^a.

O que chama a atenção em relação às obras do PAC, Senador, é que encaminhei a V. Ex^{as} um resumo dos resultados do PAC em 2011, até junho deste ano. Se V. Ex^a comparar os dados que estão no calendário com o Siafi, V. Ex^a vai perceber que a execução é extremamente baixa. Para se ter uma ideia, a área de habitação, Minha Casa Minha Vida está orçada na ordem, parece-me, de R\$28 bilhões. De execução são dois R\$2 bilhões.

E assim a questão das estradas também. Inclusive, há um fato curioso em relação às estradas. A estrada federal do Acre, a única que é delegada, foi a única que conseguiu, a 364, a licença ambiental e prosseguiu. As demais estradas estão todas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O Estado do Amazonas também conseguiu fazer a segunda maior ponte do Brasil. O prestígio do Senador e ex-governador, que, aliás, foi o que fez a ponte. O atual só completou.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agora, o que chamo a atenção para dizer a V. Exª, que acho que justifica esse requerimento, é o fato de que nós fizemos uma mudança profunda no orçamento, que foi extremamente favorável ao Governo, que é o fato de que as obras do PAC estão descontingenciadas. Elas não entram como despesa para formação de superávit. E, ao mesmo tempo, o Congresso delegou ao Governo a autorização para remanejar 20% do total. Então, hoje, a flexibilidade do orçamento dessas obras importantes é muito grande.

O que nós podemos detectar é que há um problema de gestão e de regulação, que tem atrapalhado enormemente todas as obras. Se V. Exª pegar os 3.500 quilômetros de estradas previstos para este ano, V. Exª vai ver que elas estão praticamente paradas. Uma coisa chega-se à conclusão: acho que a descentralização seria importante, haja vista a delegação da estrada para o Acre. As demais que não estão delegadas têm um desempenho menor.

A questão do Crema, que é a restauração de rodovias. São 32 mil quilômetros de rodovias que têm contratos, mas os contratos não foram analisados e nem licitados. As chuvas estão aí e não temos como recuperar essas estradas. Então, são casos muito sérios que temos de debater com o Planejamento, que é autor daquela síntese de todas as obras do PAC em relação a aeroportos, portos, gás e energia, enfim, em todas as áreas.

A gente percebe que o orçamento das estatais e da iniciativa privada não fluiu com a velocidade que se esperava, mas o orçamento fiscal e da segurança está inteiramente emperrado, não se desenvolve. O Governo hoje tem instrumentos orçamentários que lhe dão condições de fazer essas obras. No entanto, há outros empecilhos. Acredito que está muito preso à questão da licença ambiental, à questão do marco regulatório, à questão da lei de licitações, que não está regulamentada. Então, há interpretações, as mais diversas, do Tribunal de Contas. Isso tem sido um grande empecilho. Creio que esta Comissão pode analisar a questão em profundidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, esta Comissão de Infraestrutura cumpre um papel essencial na discussão de temas relevantes para o desenvolvimento do nosso País. Já houve ocasiões, em outra Legislatura, de debatermos sobre a questão do saneamento básico e da distribuição dos recursos hídricos. Estou querendo consultar V. Exª, diante da proximidade do final do ano, se ainda há possibilidade de a gente fazer um requerimento estabelecendo um debate sobre o aproveitamento dos nossos recursos hídricos, das obras de saneamento básico que estão sendo realizadas no Brasil, sobre a revitalização do rio São Francisco, que está bastante degradado e serve de suporte para a transposição para outras áreas do Nordeste, para resolver o problema do consumo humano de água potável.

O Brasil é um grande reservatório de água doce no mundo. Hoje, o percentual de água doce, em relação ao mundo, é de 12%, e, em relação à América Latina, 53%. Cinquenta e três por cento do que existe na América Latina estão no Brasil. Mas essa água é mal distribuída, porque 80% estão na Amazônia. O Nordeste sofre o impacto dessa diferenciação, dessa desigualdade na distribuição de água,

Consulto V. Exª se seria conveniente a gente fazer um debate com o Ministro da Integração e outras autoridades ligadas ao assunto a que me referi? Seria de bom alvitre a gente marcar uma audiência pública com esse objetivo? O Ministro da Integração já veio aqui? Ainda não veio. Seria importante, então, convidarmos o Ministro. Consulto V. Exª se é conveniente, se há possibilidade para a realização dessa audiência pública até o final do ano?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Não tenho dúvidas, Senadora Valadares. A gente precisa aumentar os dias de reunião da Comissão. Creio que agora no fim do ano a gente poderá fazer uma série de audiências públicas para, pelo menos, ter uma ideia do que está acontecendo em todas as áreas. Para isso, vou fazer um calendário e submetê-lo à Comissão. Acredito que precisamos ouvir, sim, a Cidade e a Integração Nacional, que ainda não ouvimos. Solicito a V. Exª que faça o requerimento. Vou propor uma agenda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Especificamente para o Ministério da Integração.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Da Integração Nacional.

A gente pode fazer uma reunião conjunta desta Comissão com a de Desenvolvimento Regional, para aproveitar melhor outros Senadores que têm interesse nessa questão do Nordeste.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, farei esse requerimento para próxima reunião que a Sr. Vai convocar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Quinta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está bem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo os Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, levanta-se a reunião às 11 horas e 24 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, CONJUNTA COM A 59ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da **Senadora Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Infraestrutura e do **Senador Delcídio do Amaral**, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, José Pimentel, Lobão Filho, Reditário Cassol, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Assina a lista de presença o Senador não-membro das Comissões, **Pedro Simon**. A Presidente convida o palestrante a tomar assento à mesa: Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2011– CI, aprovado em 19 de maio do corrente, de autoria do Senador Delcídio do Amaral; e Requerimentos nº 28 e 42, de 2011– CAE, aprovados em 7 de junho e 21 de junho do corrente, respectivamente, ambos de autoria

do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões do setor elétrico. A seguir, a Presidente concede a palavra ao participante. Após a apresentação deste, usam da palavra os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Reditário Cassol e Lobão Filho. A Presidente concede a palavra ao participante para responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minuto, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a pauta, convido para compor a Mesa, como convidado desta audiência pública, o Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Damos início à 3ª Audiência Pública conjunta envolvendo a temática da renovação das concessões do setor elétrico, em cumprimento ao Requerimento nº 27, de 2011-CI, aprovado em 19 de maio deste ano, e aos Requerimentos nºs 28 e 42, de 2011-CAE, aprovados em 7 de junho e 21 de junho do corrente, todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Tivemos a oportunidade de realizar, em junho e julho deste ano, duas outras audiências públicas sobre o mesmo assunto, em que foram convidados consultores especializados, representantes de grandes consumidores e de investidores do setor, assim como entidades representativas do meio industrial e de concessionárias, geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica.

Nesta reunião, contamos com a presença do Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Desde já, Sr. Secretário, agradeço a presença de V. Sª nesta audiência.

O Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel, enviou mensagem justificando sua ausência desta audiência pública, assim como o Sr. Nelson Barbosa,

Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, que justificou sua ausência pouco antes do início desta reunião.

O assunto que será hoje debatido é da maior relevância ao País. Aproxima-se o momento em que o País deverá tomar uma de suas mais importantes decisões políticas e administrativas desde o início do século, sob o ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais.

Nos próximos três anos vencem contratos de concessão de 13 geradoras responsáveis por 18% do potencial de geração de energia no País, 9 transmissoras, 39 distribuidoras, e o Congresso Nacional, em especial a sociedade brasileira, necessitam de informações a respeito da posição do Governo Federal em relação a esse setor.

Não há dúvida quanto à importância dessa discussão para o desenvolvimento do País. Definir um marco legal para as concessões do setor elétrico é medida que se impõe com urgência, sobretudo pela necessidade de se discutir com antecipação os aspectos constitucionais das decisões políticas que se pretendem tomar.

Ao longo deste ano, as comissões do Senado Federal, regimentalmente competentes, têm provocado esse debate com o firme propósito de abrir um canal de diálogo com o Governo Federal, a fim de conferir maior legitimidade às estratégias da administração pública, sobretudo em matéria de grande impacto social.

Não é por outra razão que foram aqui ouvidos desde os consumidores até as próprias concessionárias do setor, antes mesmo da oportunidade de ouvir o setor governamental, hoje aqui representado na pessoa do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann, de quem esperamos poder nos indicar algumas direções e caminhos.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a discussão do tema na Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo aos senhores que a Comissão de Assuntos Econômicos deve estar concluindo a audiência com o Presidente do Banco de Desenvolvimento Social e, logo em seguida, seu Presidente, o Senador Delcídio do Amaral, estará presente nesta reunião.

Agradeço a presença e a atenção de todos ao tempo em que desejo a realização de um frutífero debate.

Passo a palavra ao Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, ao Senador

Delcídio, Presidente de Assuntos Econômicos, que deve chegar daqui a pouco, ao Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão, aos demais Senadores presentes e aos senhores que vieram acompanhar esta audiência em que o Ministério tem a oportunidade de conversar sobre um assunto que tem dominado muitas discussões em torno do setor elétrico brasileiro.

Eu acho que a característica de trabalhar com regime de concessão é um aspecto que está muito impregnado em toda a história do setor elétrico brasileiro. Até hoje há reflexos do Código de Águas de 1934. Nós somos um país que aprendeu a conviver com o regime de concessões. E dentro do regime de concessões em diferentes momentos, quer dizer, na época em que o setor era totalmente privado; depois, quando o setor se tornou totalmente estatal; depois, misto; e o atual modelo. É uma área que sempre demandou bastante esforço de entendimento, porque não é uma área simples. Um grande marco que tivemos foi a Constituição de 1988, que, na verdade, balizou bem claro o regime de concessões.

Em 2008, quando começamos a discutir, o Conselho Nacional de Política Energética criou um grupo, que teve a oportunidade de coordenar, de que participaram representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil, da Aneel, da EPE. Praticamente todos os agentes, todos os atores envolvidos participaram ativamente disso.

Na época – nós terminamos esse trabalho em 2009 –, o que o CNPE pediu: “Tendo em vista que as concessões já amortizadas vão vencer em 2015, eu quero que esse grupo avalie os prós e contras daquilo que o Governo deverá fazer no momento adequado”.

Então, naquela época, esse grupo trabalhou. E quando chegamos numa determinada etapa, foi muito importante a interação que tivemos com todas as associações que chamamos ao Ministério. Conversamos, solicitamos contribuições. E o mais importante desse trabalho era, na verdade, ter um diagnóstico correto. Isso era muito importante. Você tem o marco legal, você tem uma constituição, você tem uma série de leis que balizam o setor elétrico e, por outro lado, você tem a responsabilidade, porque é um setor básico para a sociedade brasileira. É básico no sentido de que, quanto mais avança o desenvolvimento do Brasil, mais existe uma sociedade dependente desse setor, dependente desse setor e funcionando bem. Nós temos bem claro que quando esse setor não funciona bem afeta todo cidadão brasileiro.

Então, por isso, a responsabilidade do CNPE de, realmente, fazer uma avaliação correta e de ter um diagnóstico efetivo com relação a esse assunto.

Esse diagnóstico foi feito, e o relatório ficou em caráter... Ele não foi de forma deliberativa para o CNPE.

Neste ano nós voltamos, então, a trabalhar com ele, já que o vencimento dos contratos vigentes de venda de energia existente começa no final de 2012, os contratos de 2013, porque, apesar de ele não ter relação direta com as concessões, de qualquer forma, foi pedido que fosse avaliado, e sempre que se avalia aquilo, apesar de ser independente, você olha como está o processo das concessões.

Bom, voltando para essa parte de concessões, eu começo comentando que tenho visto na mídia uma coisa até engraçada. Entrou uma visão maniqueísta: se você prorroga, você tem o paraíso; se você... Aliás, se você licita, você vai para o paraíso; se você prorroga, você vai ter tarifa alta.

Na verdade, isso foi muito discutido em 2008. (Risos.)

Em 2008 foi muito discutido esse ponto. Na verdade, é sempre bom esclarecer que é muito difícil num país democrático, num país que tem uma estrutura como o Brasil, que está evoluindo, você pensar que vai remunerar bem amortizado num regime de concessão.

Ouvi declarações de determinados atores que diziam: "Olha, se eu licitar, eu vou baixar a tarifa brasileira em 25%. Se eu não licitar, eu vou"... Na verdade, não tem nada a ver. Você tem uma figurinha que já cansei de mostrar. Na verdade, quando você vai licitar uma usina nova... Vamos pensar que é um copo desses. Numa usina nova, eu tenho essa parcela aqui da água, que está quase cheia, que é a parcela de investimento, e essa parcela menor, em que vai entrar a O&M, a TIR, etc. A partir disso, o poder concedente hoje define um preço teto e vai para o leilão.

Aqui você tem margem de fazer o investimento, você tem margem de fazer grandes otimizações, e é isso que dá aqueles deságios, então, no caso da geração.

Quando eu tenho uma usina... Vamos considerar uma usina 100% amortizada. A parcela de investimento é só o que vou precisar fazer de pequenos investimentos no próximo período de concessão: trinta anos. Aí eu vou para um patamar aqui embaixo, e fico com isto aqui. Se eu deixar isto com o concessionário, ele vai ficar com alguma coisa que a lei prevê que vá para a motricidade tarifária.

Essa hipótese tanto existe... É aquilo que eu disse: eu não posso remunerar bem amortizado. Essa hipótese existe se eu licitar ou se eu prorrogar. A grande diferença é isto aqui, é o investimento já amortizado, que é o peso maior para definir uma... A O&M de uma hidrelétrica, por exemplo, para vocês terem uma ideia, é algo da ordem de 2% no máximo. É o que você coloca normalmente em... (Pausa.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Desculpem o atraso, mas a CAE terminou agora.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Então, conforme eu vinha dizendo, na verdade, no caso de você terminar uma concessão, licitar ou prorrogar, vai ser muito em cima da otimização que você vai fazer na pequena parcela do que seria o O&M e mais alguma coisa associada a isso. Essa é que é a grande otimização.

Aí eu me lembro de que, no relatório havia o alerta de que se fazem avaliações e que tudo tem prós e contras. Eu posso otimizar o O&M aqui? Posso. Quanto é o O&M de uma hidrelétrica? O Senador Delcídio foi gerente de Tucuruí, não é? É coisa de 2%. A otimização que você vai fazer, então, é muito pequena.

Por outro lado, você tem aquela história dos prós e contras. O relatório tinha que ter... Na verdade, quando nós fizemos aquele relatório, nós tínhamos em mente uma coisa que eu falei no início: nós tínhamos que ter um diagnóstico muito próximo da realidade. Eu não posso querer brincar com um setor como esse.

Então, é claro, se eu consigo otimizar, posso otimizar isto aqui. Por outro lado, eu tenho que lembrar que eu também posso ter determinado aumento do grau de risco, e as consequências são variadas.

Eu me lembro de que teve uma empresa... Eu vou comentar isso com a franqueza com que sempre tenho tratado o assunto, até pelos 31 anos de setor elétrico que eu tenho, a responsabilidade que eu tenho quando comento um assunto sério como este. Eu acho que está muito claro que quando estou falando de um ativo... Por enquanto, estou falando só de geração, depois vou chegar em transmissão e distribuição. Mas, no caso de uma usina hidrelétrica, o que ocorreria? Por exemplo, estou vendo o Adelson lá da Chesf, que está aqui na minha frente. De repente, pela legislação atual, a Chesf vence uma boa parte, 90%, das concessões que ela tem de usinas hidrelétricas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quantos por cento, Márcio?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Dá 90% praticamente. Eu acho que é em torno de 9 mil megawatts ou coisa assim.

Aí, o que é que vai ocorrer no *day after*, lá em 2015? Bom, a União recebe o ativo de volta e indeniza aquilo que a Chesf teoricamente ainda teria a amortizar, que é uma discussão grande. E sobre isso, só para vocês entenderem, o Ministério encaminhou, agora no início do mês, uma carta à Aneel, pedindo que a Aneel inicie o processo de calcular o valor – que está amortizado ou não – dessas concessões. Então, o Ministro encaminhou essa carta e a Aneel vai ter três anos e pouquinho para fazer todos os levantamentos de que precisa.

A geração é diferente da distribuição. Por exemplo, a distribuição, como é regulada 100%, a Aneel está direto amortizando e considerando isso na tarifa – porque é tarifa; na geração, é preço. Então é diferente. Por isso é que, na geração, ela está com tempo para calcular exatamente e discutir com o agente o que foi amortizado e o que não foi, dentro da regra do jogo. Isso seguindo a legislação que nós temos hoje com relação à reversão desse bem para a União, que vai ocorrer, das usinas que venceram os vinte anos a que tiveram direito, a partir de 95, na hora que reverter para a União.

Bom, é a Chesf que, como exemplo, reverte para a União? Não. O que reverte é o ativo físico. Isso está muito claro na atual legislação. Acho que quanto a isso ninguém tem dúvida, é bem claro.

“Ah, mas onde é que fica esse pessoal da Chesf que trabalha com isso, ou da Cesp?” Eles ficam no CGC, porque o CGC o Estado não vai tomar. O CGC Chesf vai continuar existindo, com os ativos mais novos que ela tem ou coisa parecida. Mas todos os empregados vão ficar nesse CGC. Aí, o que é que fica da Usina de Paulo Afonso? Essa vem para a União, o ativo físico.

O primeiro levantamento que acho que temos que olhar é bem claro. Operar uma usina é uma coisa tranquila. Não precisa memória, não precisa nada. Bom, quem conhece sabe que é uma coisa um pouquinho mais complexa que... Eu me lembro de que havia uma empresa no passado, na década de 90, que tinha problema de greves, de pessoal que abandonou a usina, em greves, e a direção da empresa resolveu montar uma equipe multivariável, que operava a usina “A”, “B” e “C”. Pegava o cara da usina “A” e botava para operar a “B”, e da “B” a “C”. O que ocorreu na época? Ocorreu que um dia deu um problema na corrente contínua da usina e, por acaso, a equipe que estava lá era da usina “B”, e eles estavam na “A”. Aí o cara se perdeu, não achou o comando local, queimaram o gerador, ficou fora três anos.

Estou comentando isso não é para ir para um lado nem para o outro. Volto a dizer: o princípio que nós usamos nesse grupo, que tinha as mais variadas tendências, você tinha desde o pessoal da Fazenda participando, o Antônio Henrique, o Rutelli, tinha o Tolmasquim, o Kelman; um leque bastante variado. Mas o compromisso que nós assumimos foi o de colocar exatamente o que ocorre em qualquer uma das situações.

Bom, então nós chegamos ao ponto em que você alerta com relação à geração, nesse sentido em que está na lei hoje, é bem claro.

Outra coisa que se avaliava é com relação a se o Governo não fizer nada. Vamos licitar a concessão. Aí, será necessário fazer algumas adequações na lei,

porque, de qualquer forma, você teve uma alteração com o marco de 2004 e você tem que adaptar essa parte de venda.

Por outro lado, se você resolver prorrogar, também tem que mexer na lei. Nos dois casos tem. E aí, é claro, tem gente que avalia que tem até que... A nossa avaliação é que é só na lei. Não é preciso mudança, de PEC ou algo parecido. Na avaliação que fizemos na época não havia essa necessidade.

A partir de 2004, nós tivemos aquela figura nova da modicidade tarifária, que foi muito analisada nesse aspecto. Por isso que comecei afirmando que aquelas declarações de impacto que saem na mídia – “se você prorroga, você vai ter tarifa alta; se você licita, você vai reduzir em 25% a tarifa” –, quer dizer, na verdade, é uma falácia.

O Senador Delcídio não estava aqui, mas tem um longo tempo no setor elétrico e sabe bem que, ao licitar ou prorrogar, você vai ter os prós e os contras de que vim falando até agora.

Mas se tenho a parte do bem que já foi depreciada e que eu não posso continuar remunerando... E da Lei nº 8.097 à Lei nº 9.074, na verdade eu tenho que considerar isso aqui, depois que ficou bem direcionado, bem claro, quando houve a mudança, em 2004, e isso iria para a modicidade tarifária. E aí há várias formas, na época até se conversou, de você colocar isso aqui naquele item, para baixar a tarifa de todo consumidor brasileiro. Praticamente, você teria aí uma forma de aplicar o conceito da modicidade tarifária.

Falando em linhas gerais, acho que depois o próprio debate vai dar oportunidade de nós comentarmos mais, mas, de qualquer forma, outro aspecto que eu acho sempre importante salientar é que o governo está atrapalhando, quando não definiu isso, com relação a expectativas de investimentos. Os grupos não estão tendo mais dificuldades para financiamento ou algo assim.

O Ministério entende e tem avaliado com outros Ministérios e com a própria Presidência no sentido de que, hoje, estamos em 2011 e a concessão está vencendo em 2015. Tudo isso estamos considerando que, tempestivamente, o primeiro marco efetivo que você vai ter de cumprir é daquele concessionário que tem até julho do ano que vem para emitir o interesse ou não de renovação, o que já é previsto hoje na lei, principalmente no caso da distribuição e da transmissão. Ele tem de fazer três anos antes de vencer a concessão. Então, julho do próximo ano é a data limite. Com relação à vinculação disso com os contratos vigentes de energia existentes é o que falei. Este ano nós nos dedicamos a isso, estamos trabalhando com isso, já que temos contrato de energia existente que

vence agora em 2012 que está atrelado a ativos que vão vencer em 2015. Mas aí é só adaptação, e você fica com alternativas. Essa alternativa vamos decidir nos próximos meses, no sentido de como é que você faria? Você vai licitar esses contratos de energia existente por três anos para o cara cumprir um período tampão? Aí você vê o que precisa adaptar, na atual legislação, para permitir que haja um contrato até o vencimento daquela concessão.

De qualquer forma, esses ativos independentes, se for adotado prorrogar, licitar ou não, reverterem esse bem – e acho que disso não se tem dúvida – para a União, a partir de 2015. Isso é o que está na lei e o que prevê o regime brasileiro para o setor elétrico. Então, em 2015, todos esses bens, essas usinas, se reverterem. Agora, o que se está discutindo é se a União... E acho que é outro ponto também que vale a pena esclarecer. Todos vocês que acompanham o setor – e estou vendo grandes conhecedores do setor assistindo – sabem qual é a origem, por exemplo, do processo que ocorreu na década de 90.

Na década de 90, adotou-se um grande processo de privatização em que o Estado brasileiro, em uma necessidade de reforma e de recursos, decidiu vender ativos. Ao mesmo tempo, para melhorar a saúde financeira desses Estados, deu tipo cenoura para atrair os tesouros estaduais. Então, com a Lei nº 9.074, ele permitiu. “Se você vender sua empresa de energia elétrica eu te dou trinta anos de concessão”. É claro que aí você valora a vai vender em leilão. Então, foi o processo que ocorreu na década de 90. O recurso arrecadado com essa venda não foi para o consumidor, claro. Foi para os tesouros estaduais. No caso de privatização de empresas federais, foi para o Tesouro Federal.

A diferença agora é outra. Temos um marco que obriga. Esse benefício não vai para o Tesouro, nem nacional nem estadual, vai para o consumidor brasileiro. Então, todo aquele ativo depreciado que não vou mais remunerar, o ativo amortizado, vai reverter para o consumidor brasileiro. A forma vai ser definida nos próximos meses.

Quando vou para a distribuição. Na distribuição, também, você tem várias empresas cujos contratos de concessão estão vencendo, principalmente aquelas que não foram privatizadas na década de 90. As que foram privatizadas naquela época, conforme a lei permitia, ganharam trinta anos de concessão. Essas empresas de distribuição, a partir do momento que vence o contrato de concessão, também reverterem para a União. Mas pela legislação atual brasileira reverte o ativo físico. O CGC, teoricamente, fica com... Na distribuição, toda essa avaliação de que falei ainda há pouco não tem maiores dúvidas com relação ao con-

ceito de amortização, porque é permanente. Como é com tarifa e não com preço, e a tarifa, a partir do momento em que o órgão regulador esteja fazendo bem o seu trabalho, vai amortizando esses investimentos e tirando da tarifa, ele já vai fazendo. Então, na distribuição, a gente...

A única coisa curiosa que levantamos desse segmento é que não achamos nenhum caso no mundo de concessionário de distribuição que tenha sido licitado após o término da concessão. O marco regulatório de diversos países permite, enquanto estiver havendo prestação de bons serviços, a renovação. Não encontramos nenhum caso de reversão efetiva do bem quando o agente está prestando bom serviço.

Chegamos, então, à transmissão.

A transmissão é um segmento interessante porque é com tarifa também, só que teve uma origem diferente. Ela não é uma concessão tão bem acompanhada, em termos de tarifa, como é a distribuição, porque, na verdade, o bloco de ativos em serviços que tínhamos na rede básica, na década de 90... Foi dada uma determinada tarifa, mas, depois, o próprio fator X acabou não entrando nos contratos de concessão das transmissoras. De qualquer forma, é tarifa, uma atividade regulada, mas a própria agência sabe que vai ter que evoluir com relação a esse aspecto. Mas, hoje, se analisarmos, praticamente 70% ou 80% das concessões da nossa rede básica estão vencendo em 2015. Então, também é um ativo bastante grande.

Devemos também, e já falei isso em geração, quando se faz a análise de prós e contras, analisar bem o que está sendo revertido para a União. Mais uma vez, não é o CGC que está vindo para a União, não é um processo de privatização. É o ativo físico que, a partir de 2020, volta para a União, que tem de decidir, juntamente com o Congresso, se vai prorrogar, se vai licitar e em que condições vai fazer isso, de forma que atinja os principais interesses da sociedade brasileira.

Em linhas gerais, fizemos um comentário desse caso específico de concessões. Esperamos que, nos próximos meses, haja uma definição clara do caminho que o Brasil vai seguir.

Estive recentemente na Noruega e algo me chamou a atenção. Eu estava conversando com o Ministro de Energia de lá. Eles têm um sistema basicamente com hidroeletricidade e participam do Nordpoll. Achei interessante. Eles dão a concessão por sessenta anos. Perguntei: “Como vocês fazem? Renovam?”. “Renovamos se o cara estiver cumprindo bem.” Apesar de esse segmento na Noruega ser praticamente estatal. “Você não captura? Porque já é um bem depreciado.” “Capturamos, mas via imposto.” Então, de toda usina em que venceram os sessenta anos, o estado norueguês vai

lá e cobra um imposto muito alto. Mas eles estão enfrentando problemas hoje porque, como participam do Nordpoll, e é claro que têm preço para baixar o preço médio do Nordpoll, a Comunidade Europeia os olha como se estivessem fazendo *dumping*. Por outro lado, a Noruega – isso ele contou – cobra efetivamente um preço mais alto do que seria só usando as usinas depreciadas. Também cobra do Governo: “Por que estou pagando?”, porque ficam em um preço mais próximo do que amortecem no Nordpoll, mas, ao mesmo tempo, mais alto do que seria se fosse só para eles. Então, tem cobrança também desse lado.

Fomos procurar em outros países, mas realmente não se achou caso de ter que licitar ou ter que... Parece que é um assunto que, no mundo inteiro... Não vemos isso nos Estados Unidos, nos países mais capitalistas ou nos mais socialistas, não tem muito uma definição. Por isso, é um bom desafio que o Brasil tem, à luz do seu marco e do modelo que ele possui, de achar a melhor saída para um segmento tão importante quanto esse. E quando se fala em melhor saída, que saia com o menor preço, que realmente ocorra essa captura para a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, que continue ou que venha melhorar cada vez mais o nível de qualidade de atendimento do serviço de energia elétrica, que é bastante sério.

Em linhas gerais, Senadora Presidente da Comissão, eu acho que para iniciarmos seriam esses comentários e depois podemos ficar à disposição para questionamentos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Zimmermann e passo a palavra para o Senador Delcídio do Amaral, autor do requerimento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiramente, quero cumprimentar o Márcio, que é um velho amigo do setor elétrico, bem mais velho do que eu, mas um velho amigo do setor elétrico e um camarada. O problema é que ele não disputa comigo na questão capilar, diga-se de passagem. O Márcio é uma pessoa que conheço há muitos anos e é muito competente. Não tenho dúvida nenhuma de que é um dos melhores quadros não só deste governo, mas do País, na área de energia. Muito competente, muito equilibrado, verdadeiro. Eu sempre presto muito atenção às palavras do Márcio, porque são sempre muito sensatas e, acima de tudo, equilibradas.

Eu não ouvi toda a sua exposição, porque a Comissão de Assuntos Econômicos arrastou a barriga até quase 14 horas e 30 minutos, mas estou convencido, pela sua exposição, de que vamos prorrogar as concessões.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Não foi isso que eu falei. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Você deu um exemplo emblemático. Falou da Chesf, do complexo de Paulo Afonso. E aquele exemplo do operador da usina “A”, da “B” e da “C”, em que houve um problema no serviço auxiliar da usina “C” com o operador da usina “A” e queimou o gerador. Isso quer dizer que é melhor deixar do jeito que está para não queimar mais geradores por aí.

Entendo perfeitamente suas ponderações com relação ao ativo que volta para União, mas não aos funcionários, apesar de efetivamente você pegar um complexo como Paulo Afonso, PA II, PA III, PA IV, Sobradinho, Xingó, Itaparica... Acho que só Xingó está fora, não é? Só Sobradinho está fora.

Agora, é evidente que a partir do momento que esse bem reverte e você fica – usando a sua expressão – com o CGC da Chesf, é claro que você vai ter, eventualmente, em função do que fizer com o ativo, vai ter dificuldades com o pessoal que está alocado nas usinas. Essa é uma situação de fato e, portanto, complica efetivamente qualquer decisão.

Nós aqui fizemos uma audiência pública e veio o Presidente da Fiesp, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e o discurso é de que você reverte, você leiloa e, evidentemente, vai ter uma redução drástica na tarifa. Esse foi o discurso. Acho que alguns que estão aqui presentes... E hoje só estou vendo especialistas do setor acompanhando esta audiência pública. Pelo menos foi isso que entendi. E não é bem assim, acho que muitos aqui já passaram por várias empresas, já passaram pelo antigo Dnae, tem gente que foi da Aneel... As coisas não são tão simples assim. Achei importante a informação de que a Aneel vai estudar usina por usina para verificar o seguinte: o que, efetivamente, está amortizado? A usina “A” está amortizada? A “B” não? Entendo que, em função desse levantamento da Aneel, é que se vai buscar, fruto desse detalhamento, que não é simples, porque acho que... Eu não sei, mas acho que 80% da geração, vão caducar as concessões, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Não, não, pouco.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quanto? 70%?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Só dez mil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Vinte mil, não é? Quanto? Vinte. Perdão, 20%. Estou confundindo com a transmissão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E é 2015, não é?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Mas entendo o seguinte: esse trabalho que a Aneel vai fazer é importante porque você, efetivamente, vai fazer um *as built* de cada usina, ou seja, como cada usina se comportou à luz desses critérios de amortização e, se efetivamente, como diz o Márcio, é só operação e manutenção que são os 2%. Então, eu acho que isso é importantíssimo, porque a gente começa a desenhar, efetivamente, um quadro claro que retrata a situação pelo menos desses 20 mil... Vinte mil ou dez mil? Agora eu já...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Dá 18.253 megawatts, 10 mil megas....

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Então, esses vinte mil megas que vão caducar. É uma iniciativa importante.

Outro fato é a distribuição. E isso no mundo inteiro, pelo menos os casos que conheço. Se o cara presta um bom serviço, normalmente não tem por que tirar do camarada. E a transmissão, como você falou muito bem, boa parte do nosso sistema, pelo menos a nossa rede básica está no alvo também dessas inovações.

Vou ser muito sincero, Márcio. A despeito de existir uma lei, eu não vejo nenhum... A partir do momento em que você detalha que a Aneel estuda geração por geração, você já tem setores regulados como distribuição, eu não vejo por que reverter para a União para esta leiloar, fazer uma nova licitação. Não vejo nenhuma razão, não há lógica nisso. E se partirmos para uma decisão nesse sentido, você imagina a confusão que vamos fazer no setor de energia elétrica, num momento em que o Brasil precisa ter segurança energética, precisa ter tranquilidade para garantir o seu sistema, que é um competente sistema, tocado por gente competente. Vamos partir para essa aventura sem pé nem cabeça? E eu não vou entrar aqui na questão – e acho que você não citou – da RGR. Porque, de certa maneira, a RGR teria que entrar no jogo, se você fosse fazer algum tipo de operação como essa de reversão. E volto a dizer – e isto debatemos muito no Senado –: RGR tem sido muito importante para o setor. Existem programas do governo fundamentais, como o Luz para Todos, ancorando na RGR, apesar de muitos criticarem.

Senadora Lúcia Vânia, fui convencido pelo Márcio de que o Governo vai prorrogar as concessões. (*Risos.*)

Eu acho que não há nenhum risco de dar errado minha previsão, porque é a decisão mais sensata, a decisão mais coerente, mais lógica e com impacto.

Para concluir, porque outros Senadores querem falar também, o Márcio falou no compromisso com a motricidade tarifária, um dos pilares do modelo que aprovamos em 2004/2005. Eu acho que todas essas coisas vêm de encontro. Portanto, do meu ponto de

vista, seria uma completa insensatez partir para uma modelagem diferente dessa.

Eu queria fazer esses registros porque acho que não podemos brincar com uma área vital para o País, que é a segurança energética. Eu vi agora os números do BNDES, que é o grande protagonista do setor de energia, especialmente o setor de energia elétrica. Nós não podemos mexer numa coisa que está caminhando bem. Acho que agora vamos ter oportunidade de qualificar melhor todos esses ativos e ter, inclusive, sob o ponto de vista de sinal econômico, um setor elétrico muito mais sadio. Por isso defendo a prorrogação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está convincente. Com a palavra o Dr. Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Eu tentei passar aqui o...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, pela ordem. Nós podíamos fazer as nossas colocações e o Dr. Márcio responder de uma única vez, senão será repetitivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado, Presidente Lúcia Vânia. Cumprimento também o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só queria fazer um comentário. Tenho um medo desse caderninho do Blairo que não é fácil, viu?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Se eu perdê-lo eu perco a memória, Senador.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que a tecnologia não substitui tudo não.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não. Estou em fase de transição.

Cumprimento o Dr. Márcio. Seja bem-vindo mais uma vez à nossa Comissão.

Ouvi atentamente as ponderações do Dr. Márcio, já ouvi em outras oportunidades o Dr. Márcio falar e também outros que atuam nessa área. Gostaria de deixar o meu ponto de vista, que é muito parecido com o que o Senador Delcídio colocou aqui, de que, na verdade – eu entendo assim –, tanto faz para o Governo, ou melhor, nem é para o Governo, é para a sociedade, você levar de volta isso, licitar por um preço mais baixo ou renovar a concessão para quem está operando. O que importa para a sociedade é que você não pague novamente por essa usina. O Dr. Márcio deu o exemplo de quando você tem uma parte para pagar ainda, para amortizar, e outra não. Então, o que me interessa, como consumidor, é saber se na renovação – ou o nome que se dê a isso no futuro – essa amortização não existirá mais, se virá para o preço da energia

para o consumidor, para a área industrial. Enfim, você vai ter uma energia mais barata. Eu acho que é muito mais uma opção do que o governo queira fazer. Por lá ou por aqui, a Aneel vai ter que levantar, o governo, através da Aneel, vai levantar quanto custa cada usina dessas, quanto amortizou, o que tem para amortizar, fazer uma conta simples.

Para construir uma usina hidrelétrica hoje, uma PCH – e conheço bem esses números porque estou construindo neste momento – é entre R\$7 mil e R\$10 mil por mega instalado. Quer dizer, uma usina de 10 megawatts corresponde a R\$70 milhões. Se eu tenho uma concessão de trinta anos, com quinze, praticamente é o número do *Break Even*, tem de pagar essa conta, vou ter de buscar meu capital em mais quinze anos. Lá na frente, daqui a trinta anos, não tenho mais de pagar os R\$70 milhões, eu tenho de pagar a remuneração do capital que investi, mais mão de obra, etc.. Então, o preço da energia, de fato, vai cair muito. E é isso o que esperamos.

Dr. Márcio, eu quero fazer uma pergunta ao senhor. Se não puder responder... É uma preocupação que tenho, como empreendedor da área também: no momento em que você faz o leilão de energia velha com energia nova, você tem um preço médio mais baixo. Isso é óbvio que vai acontecer. Como é que vamos – digo nós o governo –, que solução vamos buscar para atrair novos empreendimentos, novos investidores? Porque o preço não pode ser o mesmo. Se eu hoje faço uma venda de um PPA, um PPA de R\$140,00 o megawatt, no preço da energia velha com a nova talvez possa custar setenta, sessenta. Como vamos atrair novos empreendedores nesse processo? Porque também não vamos achar que o País não vai ter que crescer mais na produção de energia. Pelo contrário, vai ter que crescer muito mais. Vamos ter de esgotar todo o nosso potencial hídrico, vamos ter de gastar nosso potencial eólico, porque tem também um potencial para isso, porque não é em toda a região que você tem vento para fazer energia e, quem sabe, vamos ter de ir para a atômica também e outras coisas no futuro.

Gostaria de saber se o Ministério já tem mais ou menos qual o caminho a seguir. Não sei se o senhor me entendeu, porque, no mercado livre, vai ter um preço mais baixo do que eu, como empreendedor, preciso para remunerar o meu investimento no futuro.

Seriam essas as minhas colocações. E mais uma vez quero cumprimentá-lo pela exposição e também deixar a minha posição. Acho que o governo é que tem que escolher, mas vai ter que trazer benefícios para o consumidor final, a preços reduzidos do que temos hoje.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia, eu já cheguei com o trem andando, no final da viagem, e a energia quase que se encerrando.

Quero dizer que a parte que ouvi do Senador Delcídio do Amaral, tenho concordância plena com o Senador. Com relação à questão energética, no Brasil, temos um modelo importante interligado, e parte do País está isolada, parte da Amazônia Ocidental. As obras para que também essa parte do Brasil se interligue ao sistema nacional já estão em processo de operação. A obra do Linhão, que liga a energia de Tucuruí até o Estado do Amazonas, já está em andamento.

Inclusive, penso que seria importante, Senadora Lúcia Vânia, que fizéssemos uma comissão, quem sabe no início do ano que vem, um grupo, que juntássemos um grupo de Senadores interessados e fizéssemos uma visita a essas obras, porque são obras importantes, não apenas ligadas a energia, mas são obras que atravessam a floresta amazônica, até para que possamos ver *in loco* quais são os impactos e tudo mais.

Por outro lado, é claro que o futuro da geração de energia hidráulica no Brasil está na Amazônia. Os grandes empreendimentos de energia no Brasil hoje estão localizados na Amazônia. E isso chega, até certo ponto, Dr. Zimmermann, a criar uma distorção, porque se apenas olharmos os números do PAC, parece que a Amazônia parece ter sido enormemente contemplada, porque boa parte dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento são investidos na região. Entretanto, a energia que aquelas usinas produzem servirá para abastecer outras regiões do Brasil que não exatamente a Amazônia, se bem que nós podemos comemorar esse novo momento, o momento de que geramos a energia e podemos utilizá-la, porque até há pouco tempo não utilizávamos essa energia.

Hoje, a cidade de Manaus deve ter, salvo engano, um terço da sua energia gerada a partir do gás natural, mas os outros dois terços são ainda com a queima do óleo diesel ou óleo combustível.

Mas nós conhecemos os planos. Com a construção de uma hidrelétrica de 60 megawatts, a partir de gás natural, bicomcombustível, e com a chegada do Linhão, aí sim nós podemos nos interligar a todo o sistema, entrar com gás, nos momentos que forem necessários.

Não sei se estou equivocada, mas as empresas Amazonas Energia também têm a sua concessão vencendo, acredito que deverá ser renovada. Entretanto, Ministro, é importante a renovação. Eu também defendo a renovação das concessões, mas é preciso resolver o problema. Hoje, nós vivemos como

há três décadas: com apagões diários de energia, e com todo esse potencial.

Então eu queria, quando o senhor falasse... Sei que estamos tratando aqui da renovação da concessão, e eu discuto a renovação de uma empresa específica e quais os planos para melhorar a eficiência. Porque, veja, não é simples, não foi simples para nós da região aceitarmos esse novo modelo formatado e levado a cabo pelo Ministério de Minas e Energia, que juntou, Senadora Lúcia, Senador Delcídio e Senador Blairo, as seis empresas federalizadas em uma única, formando uma *holding* das seis empresas. De onde são? Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí. Vejam: dois Estados do Nordeste e quatro do Norte, e uma única empresa, com um único Presidente, uma diretoria acho que de seis membros. Nós temos lá o Diretor Tarcísio, que é até meu vizinho em Manaus, está morando lá.

Depois de muita polêmica, muitas reuniões entre vários Senadores desses Estados com o Ministro Lobão, à época, ainda, ele nos convenceu de que devíamos dar um voto de confiança ao Ministério, porque os índices, de fato, eram extremamente negativos, de perda de energia, de ineficiência. Todos os índices eram extremamente negativos. Passaram-se, acho, dois anos, os índices pioraram. Os índices pioraram.

Estou sabendo que há uma reformulação nesse sistema, mas não conheço exatamente como é. Então, se o senhor pudesse falar disso, eu ficaria enormemente agradecida. Eu não vejo a hora de sugerir a concessão de um título, não de Manaus, mas um título do Amazonas ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Eletrobrás, mas, para isso, precisamos ter título de cidadão amazonense. Para isso precisamos ter o nosso problema de energia resolvido, urgentemente.

E também que o senhor nos dissesse se temos a garantia plena de que no Linhão Tucuruí-Manaus, Municípios por onde passará o Linhão serão atendidos, como Parintins, Nhamundá, Boa Vista do Ramos. Itacoatiara está. Acho que Itaquatiara está. O Senador Blairo tem um porto graneleiro lá muito importante. Eu acho que ele economiza US\$30,00 por cada tonelada...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu queimo um diesel lascado lá, viu?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na exportação de soja. É importante. E se transporta mais barato, se exporta mais barato a soja, pode exportar produtos oriundos do Polo Industrial de Manaus. Não tenho dúvida nenhuma. Agora, para isso, precisamos de energia. Mas a realidade no Município... O Senador sofre muito. Imagine o povo que vive lá. A realidade é esta: não tem energia segura, a estrada ainda é muito ruim e, o pior, o aeroporto vive

mais fechado que aberto, mais interditado do que em operação. Essa, infelizmente, é a realidade da região mais rica do Planeta.

Então, se há a possibilidade de levar a energia das hidrelétricas do Madeira para Municípios também do entorno. Refiro-me a grandes Municípios, como Humaitá, a cem quilômetros, com uma estrada asfaltada, e Lábrea. Que o senhor nos falasse sobre isso até para que possamos ter uma opinião mais... Concordamos ou não, dependendo dos planos da empresa, não é, Presidente?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Tem de oferecer o título para ele também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois é. Mas deixe ele resolver o problema que eu vou estar lá, oferecendo o título.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Márcio, a mim, como Presidente da Comissão, compete solicitar a V. Sª que faça...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O título será a Ministros e ex-Ministros, viu?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Que faça da Comissão interlocutora dessa ação. V. Sª pode sentir hoje, com a plateia, a expectativa que o assunto gera em todos os setores, principalmente nesse setor. Nossos gabinetes e a Comissão têm sido demandados de forma veemente em relação a uma resposta. Então, eu gostaria que V. Sª informasse à Comissão e que nós voltássemos ao assunto, assim que houver uma solução mais definitiva por parte do Governo.

Eram as observações que eu queria fazer. Não vou declarar a minha posição, porque estou sendo convencida ainda.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Srª Senadora, Presidente da Comissão, Senador Delcídio, Presidente também, vou iniciar fazendo um comentário. Na verdade, talvez, eu não tenha sido muito feliz de traduzir aquele relatório que não foi aprovado ainda pelo CNPE, mas que, na verdade, foi feito com o objetivo do diagnóstico mais próximo possível, um retrato que realmente identificasse os prós e contras da situação, com relação a renovar ou a licitar essas concessões.

Acho que, na verdade, o Ministério... Eu vi, na sexta-feira, eu até estava chegando ao Rio. Eu tinha uma reunião do Conselho da Eletrobrás, e vi no avião, no caminho, uma manchete: "Ministério vai renovar as concessões".

Eu me assustei, porque houve uma reunião dos Presidentes das Associações com o Ministro Lobão no dia anterior. Eu não participei da reunião, porque estava envolvido com outro... Aí, quando leio aquilo no jornal, preocupei-me logo em ligar para o Ministro

Lobão: “O que houve? Tem alguma novidade aí?”. E o Ministro comentou: “Olha, não falei nada disso. Nós ficamos conversando sobre vários itens. Eu não afirmei nada disso. Tem algum equívoco aí”.

Depois até encontrei o Luiz Fernando, Presidente da Apine, que disse: “Realmente, o Ministro não falou. Não sei de onde saiu aquilo.” Mas é em função até do que a Senadora Vanessa falou: na verdade, é um clima de expectativa que esse assunto gera.

Até eu, tentando explicar aqui, com a maior isenção... O próprio Senador Delcídio já disse que...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Márcio, ele está querendo colocar palavras na sua boca.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Depois, o *Valor Econômico* que é culpado. O Ministro e o Secretário-Executivo. O ex-Ministro. Não sei como descreveram no *Valor Econômico* isso.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas, realmente, não há uma posição definida, até porque acho que isso passa por instâncias. O Ministro vem discutindo com a Presidente e com outros Ministérios, e efetivamente não...

Como estamos tranquilos porque o tempo não está ainda... Estamos tendo oportunidade de aprofundar mais essa discussão. E acho que há coisas que eu manifesto até, independentemente de hoje estar na função de Secretário-Executivo, como alguém que tem um tempo de setor elétrico, como tenho certeza de que o Presidente, Senador Delcídio, pelo tempo que teve no setor, pela história que teve no setor elétrico, também tem uma posição de quem viveu. É claro que ele conhece bem, sabe das peculiaridades desse setor.

Eu acho, Senador Delcídio, então, que é interessante, quando estiver disponibilizado esse relatório, quando for aprovado formalmente no CNPE, será interessante ver, justamente por causa dessas... Na pesquisa internacional que nós fizemos, para ver como era nos outros países e, ao mesmo tempo, procurar ver...

Todo mundo sabe que um projeto, um processo de licitação teoricamente baixa o preço. É a melhor forma de testar. Por outro lado, um processo, quando você fala em prorrogar, sabe que ganha no lado do aspecto da segurança, se é uma concessionária que vem cumprindo bem. Na sua matriz de risco, você diminui aquelas interrogações.

Quando você consegue compatibilizar, já que aí o poder concedente é que tem o poder de dizer que, se eu licitar, vou ter um preço de referência, considerando esse ativo depreciado ou não, e provavelmente... Agora, tenho de ser realista: não vou para aqueles 25% que andam dizendo aí, porque estou falando mais em cima do O&M e pequenos investimentos que venha a ter.

E, ao mesmo tempo, se prorrogar, eu jamais iria pensar em remunerar ativo amortizado. Então, a partir do momento em que começo a olhar com realismo essas alternativas, talvez facilite, e vira não uma resposta bombástica, como furo de reportagem: “Governo decidiu licitar” ou “O governo decidiu prorrogar”. Na verdade, é uma coisa madura que não tem muito que inventar e que se analisa em cima de fatos e de coisas específicas e não... Então eu acredito que, nesse ponto, enquanto não houver uma definição final de como uma posição do governo vai ser trazida, até para discutir com o Congresso Nacional, qual é a posição, já que envolve... Nas duas alternativas, envolve alteração de lei. É claro que vai ter que ter uma interação muito forte com a Câmara dos Deputados, com o Senado, com o Congresso brasileiro, para achar.

Eu acho que o que a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos vêm fazendo é muito importante. Já é a terceira sessão em que discutem isso. Realmente, é o reconhecimento da importância dessa...

Com relação – o próprio Senador Delcídio comentou – a declarações que ocorrem aí e tal, é o que eu falei: na verdade, se eu partir do princípio que em nenhuma hipótese eu vou remunerar ativo depreciado ou ativo amortizado, a partir disso eu já não tenho divergências substanciais com “A” ou “B”. Eu tenho que ver o que é melhor para a sociedade brasileira. E tenho certeza de que o Governo vai ver, assim como o Congresso, com as alterações que terão de haver, e em qualquer uma das hipóteses terão de fazer.

Quanto ao comentário do Senador Blairo, imagine o seguinte: eu tenho uma usina totalmente depreciada. Aí tem o custo O&M, risco hidrológico e pequenos investimentos que eu tenho que fazer no prazo de concessão. Se eu jogasse no mercado essa usina, o mercado que está trabalhando no preço “x” e ela chega com um preço muito abaixo desse “x”, ela vai vender com ágio, e aí quem capturaria isso seria não o consumidor, mas o próprio dono desse ativo que pegou. Nas duas hipóteses, nós temos que trabalhar bem claro, e por isso que eu falei que a captura do ativo depreciado, porque o modelo de hoje é muito claro, não é para o Tesouro Nacional e não é para o Tesouro Estadual, é para o consumidor brasileiro, para a modicidade tarifária. Eu tenho que, de alguma forma, capturar e chegar ao consumidor. Então, eu não posso vender com preço distorcido, mas, de alguma forma, isso deve servir para baixar na outra ponta.

Eu me lembro que, na época do grupo, perguntamos: “Onde é que eu consigo chegar com isso?”. Bom, eu tenho tarifa de transmissão que é comum a todos, a Tust. De repente, pode ser uma alternativa você usar

para diminuir os custos da transmissão. Porque isso atingiria todos os consumidores. É uma alternativa, não quer dizer que vai ser assim, mas são formas de burlar aquele ativo depreciado, de entrar em um leilão assim, e aí inibir, como o Senador falou acertadamente, a exploração aqui, porque o cara vai até que o mercado reaja. Então, eu acredito que isso é perfeitamente administrável nas duas hipóteses, prorrogando ou licitando. Isso vai ser administrado, já que, na verdade, eu tenho que fazer a captura para o consumidor.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Uma questão de ordem. Posso fazer uma pergunta? Eu vou sair agora, me chamaram lá no Plenário, desculpe.

O assunto prolongamento da concessão, digamos, qual o procedimento para prolongar quando ela está para vencer? Entrar com os requerimentos junto à Agência Nacional de Energia Elétrica. E isso já no ano anterior, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Na verdade, Senador, toda essa discussão, é justamente que a legislação brasileira, hoje, se nós seguíssemos o que está na lei, quando termina uma concessão o bem reverte para a União, o que, em princípio levaria a licitar essa nova concessão. Então, se venceu a concessão, teoricamente, eu teria que licitar. Agora, com a adequação que nós tivemos do modelo em 2004, evoluiu muito. Aquele processo que eu fiz na década de 90, que o recurso da venda de um ativo ou a venda de uma empresa iria para o Tesouro Estadual ou Federal, em 2004 foi bem clara a reversão disso para a modicidade tarifária, para baixar o custo. E isso num país como o nosso é muito importante. Quando eu estou falando num país, por exemplo, que só tem térmica a óleo, sabemos que uma térmica a óleo vai durar trinta. Acabou aquilo, acabou, compra uma nova.

Quando eu estou falando de uma hidrelétrica, aquele potencial hidrelétrico é *ad eternum*, e, por outro lado, aquela barragem vai durar duzentos, trezentos anos. E aquele gerador, que é um investimento menor ali da usina, é que eu posso ter que trocá-lo depois de... Sei lá, nós temos geradores hoje operando com setenta anos, oitenta anos.

Eu só quero dizer, Senador, é que, na verdade, quanto à prorrogação, hoje, a legislação prevê que três anos antes de vencer a concessão o agente teria que pedir. Só que hoje estamos em uma discussão se efetivamente você vai licitar quando o bem reverter para a União ou se vai adequar a legislação brasileira a fim de permitir a prorrogação ou a renovação.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está bem. Mas veja bem, no Estado de Rondônia, temos usinas que eram das centrais elétricas, da Ceron, e foram federalizadas, a Eletrobrás é que comanda,

e, se não me falta a memória, continuam paradas há muitos anos. Não fizeram as reformas, nada disso, etc. Os proprietários das concessões dessas pequenas centrais elétricas fazem revisão todos os anos, mantendo, e inclusive vendendo a um preço bem baixinho, porque existe empresário que vende a energia muito mais cara, sendo a mesma energia. Seria lamentável que uma empresa como essas, quando vence o prazo dos trinta anos, a usina toda em dia, dentro da conformidade, respeitada a parte florestal, porque tem usina lá que tem... Vejam bem, é bom ter conhecimento. Há usinas em que todas as nascentes são cobertas de mata. Na seca, caem no máximo 30%; outras, ao contrário, com tudo derrubado, caem 70%, até 80%. Vejam que situação difícil para os proprietários. Vão lá em baixo. É importantíssimo esse assunto do Código Florestal. Mais importantíssima é a reposição da mata ciliar nos rios, em todos os córregos, em todas as nascentes, porque a água vai aumentando, não vai diminuindo. Senão, haverá problema no Brasil todo no futuro. Nós temos que fazer uma política em relação à mata ciliar. Olha, traz uma tranquilidade justamente para a parte daquilo que precisamos ter claro, que é a energia. Porque a água não cai... Vejam bem, onde não tem mata, cai 70%, 80% por ano; onde é coberta por mata cai no máximo 30%.

Os proprietários estão sofrendo, mas mantendo tudo em dia, bonitinho, respeitando tudo o que a lei manda. Depois vence e eles têm que entregar. Seria lamentável. Eu acho que tudo tem negociação não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – O Congresso é que decide, Senador.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O Congresso, não é? Porque, por exemplo, em Rondônia tem uma usina comandada pela Eletrobrás. Está lá. Eu sei que até há poucos meses estava abandonada. Agora não sei como está. Abandonada completamente.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Uma usina hidrelétrica?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É. Uma pequena usina, uma pequena central hidrelétrica.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Da Eletrobrás?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É. Os proprietários particulares não deixam fazer isso, eles mantêm. Estava, até há poucos meses, abandonada completamente lá na cidade de Vilhena, na divisa com o Mato Grosso. Abandonada completamente. Eu vi com os meus olhos. Pode ser que eles colocaram, organizaram, reformaram, botaram para funcionar. Mas vejam bem, manter o preço baixo, muito bem. É bom? É. Alguns empresário têm o preço lá embaixo. Outros, não sei o que houve, têm o preço lá em cima.

A mesma energia. Não entendi essa da parte da Eletrobrás. Eu não entendi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vejam bem, empresários que têm usina usam a mesma rede – já que falou da nossa – e recebem R\$40,00 por megawatt a mais e usam a mesma rede. Quando nós fizemos o contrato foi de setenta e poucos, abaixo de oitenta, e ele já fez cento e trinta e pouco a mais. Aí é que está errado. Mas tudo bem, não tem galho.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Márcio.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Vou voltar ao assunto de Rondônia, Senador, mas se me permite, na sequência, para a Senadora Grazziotin. Ela havia feito, pouco antes de o senhor comentar, uma série de questões que vão ajudar a esclarecer também, já que o senhor é Senador por um Estado que está recém entrando no sistema interligado. Há dois ou três anos que Rondônia entrou para o sistema interligado, ainda não da forma como deveria ser, em função de atrasos que tivemos em linhas, causados por diversos fatores...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Gasta-se muito diesel lá ainda, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – É. Mas justamente porque tivemos problemas na época com o órgão ambiental estadual, que não liberou a licença da linha de transmissão. Com isso, até hoje temos problemas tanto no atendimento de Rondônia, que só tem um circuito, como no atendimento ao Acre, que também, por atrasos no processo de licenciamento, você não opera com o critério “N-1”. No sistema interligado, usamos “N-1”. Se perder esse, tem que ficar com o sistema em cima. Infelizmente, ainda não estamos operando nesse padrão lá. Mas acho que proximamente, com a entrada das usinas de Jirau, Santo Antonio e as linhas de transmissão, que já voltaram, já estão sendo construídas, isso vai se resolver e vamos ter os Estados do Acre e de Rondônia com a mesma qualidade que temos nos demais Estados brasileiros, já que passam a estar dentro dos nossos critérios para expandir a rede.

Mas a Senadora Grazziotin tocou em um ponto muito importante: há alguns anos, foi tomada uma decisão que acho que foi muito importante. Lembro-me que, no caso da interligação do Amazonas, a Presidente Dilma ainda estava no Ministério, e pediu para a Eletrobrás estudar a interligação Tucuruí/Macapá/Manaus. Foi feito o estudo. Na verdade, há uma característica interessante. Manaus tem uma carga maior que a de Mato Grosso do Sul. A carga do sistema de Manaus é realmente muito grande.

Ao longo do tempo, na Eletrobrás mesmo nós tivemos a discussão sobre a interligação do sistema Manaus na década de 90, bem antes até. Sempre se levantou... Houve uma época em que era o aspecto de como você ia atender aquela região. Já tinha o gás de Urucu, e não ia fazer o gasoduto, ia levar em balsas o gás. Levou muitos anos essa discussão, o que atrasou muito, até fazer o gasoduto. O Senador Delcídio deve se lembrar bem dessa época. Até que, no final, se tomou a decisão, já no governo Lula, e fez-se o gasoduto. E como a Senadora disse, hoje, ele já ocupa cerca de um terço ou um pouquinho mais da geração a gás. Apesar de termos tido gás, com a obra do gasoduto na floresta, com preço muito alto. É realmente um gás que chega com um preço bastante alto.

Por outro lado, o próprio sistema brasileiro sempre tratou essas distorções econômicas, regionais e sociais no Brasil de uma forma que acabou onerando até os demais consumidores brasileiros, a partir do momento em que a CCC, justamente para minimizar esse aspecto de termos Estados como Amazonas e Amapá, que não eram interligados, pelo menos para que aqueles Estados pudessem ter energia elétrica, porque seria inviável para aquelas populações pagarem o preço do óleo diesel, porque uma geração a óleo diesel sai quatro ou cinco vezes mais cara do que uma de hidrelétrica, é um preço absurdo. Então, o consumidor brasileiro, através da CCC, paga, de forma que lá se pague uma tarifa normal como no resto do Brasil. E é claro que esse é um dos encargos que nós temos no setor elétrico. Então, o esforço se fez.

A decisão que a Senadora citou, que eu acho que foi muito estratégica, foi quando se decidiu interligar Acre e Rondônia. Eu estaria potencialmente reduzindo em 25% o consumo da conta de combustível.

Quando eu interligasse o sistema do Amazonas e Amapá, eu resolveria praticamente 99% desse consumo de combustíveis fósseis nas regiões. E aí nós fizemos o leilão, e a linha já está sendo construída. Essa linha era para entrar já no final deste ano. O processo de licenciamento dela foi complexo, é uma linha de 1,4 mil quilômetros. Atrasou dois anos, ou coisa assim. Era para entrar no final de 2011, porque é uma linha que já foi leiloada há mais tempo. Há dois trechos que ficam prontos no final do ano que vem, e a ligação completa vai para junho de 2013, fechando a interligação, porque já vão chegar dois circuitos em Manaus, já atendendo ao critério “N-1”.

Ao mesmo tempo, hoje, a Senadora acompanha isso e tem um papel importante no setor energético. Ela cobra muito do Ministério, e com razão, a melhoria da qualidade. Porque você administrar uma cidade que tem uma carga maior do que o Estado de Mato

Grosso, que tem uma carga quase igual à do Paraguai – em termos de energia, é dois terços a do Paraguai –, concentrada num local e atendendo com máquinas térmicas a óleo, é um sistema precário, porque é realmente uma das maiores capitais do Brasil.

Todo esse esforço da interligação, que já era para estar entrando agora em 2011, uma linha em que se está gastando R\$2 bilhões para se fazer – infelizmente, atrasou um pouco –, vai equacionar aí uma boa parte do sistema isolado brasileiro, que seria Manaus.

Outro ponto que a Senadora falou, em que a Eletrobrás está avançando celeremente... Tinha-se feito algumas conversões de máquinas de óleo para gás. Ela fez lá. E agora vai substituir, porque há máquinas muito antigas lá, e vai fazer essa planta de 600 megawatts, que já está em processo de implantação, de escolha de projeto, para iniciar o processo de implantação, substituindo 600 megawatts de um monte de maquininha por uma usina das mais modernas, de ciclo combinado, de forma que você vai continuar usando o gás da região amazônica, porque há um bom potencial de gás lá, e, ao mesmo tempo, com um Estado que vai participar do sistema interligado nacional.

No futuro, até esperamos que, à medida que apareça mais gás no Amazonas, que tem um grande potencial, na verdade, passe a trabalhar fortemente esse sistema interligado nacional, que ora o Sul está mandando para o Sudeste, o Sudeste para o Nordeste, o Sudeste para o Norte, ou vice-versa, esse grande sistema interligado, que busca a otimização plena desses recursos da Nação brasileira.

A Senadora tocou num ponto muito importante. No passado, houve um caso, que recentemente foi levantado até pela própria Presidente lá em Moçambique, vocês viram pela mídia. Fez-se Tucuruí, usina em que o Senador Delcídio teve uma participação forte na sua viabilização, como engenheiro, trabalhando. Naquela época, as linhas saíam de Tucuruí e você via um monte de comunidades embaixo ou com um geradorzinho diesel ou... Isso porque, na época, não se concebeu que você... Como é que você vai está tirando energia de uma região e não está levando para aquela região esse desenvolvimento? E isso fica mais grave, porque, por exemplo, hoje, se nós analisarmos como se faz uma hidrelétrica no Brasil, como se faz um empreendimento estruturante, ele chama a atenção... Por exemplo, na verdade, Acre e Rondônia – Senador, que é de Rondônia –, a vantagem que está sendo para o Estado de Rondônia a instalação de dois projetos estruturantes, como Jirau e Santo Antonio. É uma coisa que não se imagina o efeito, principalmente quando é conduzido olhando que aquilo é um fator de desenvolvimento econômico e social, de corrigir distorções

econômicas e sociais, além desse aspecto da energia que... Às vezes me perguntam: “Em Rondônia a energia foi vendida? Vai para o Sudeste? Vai para não sei onde?”. Na verdade, a energia de Rondônia... O Eletron lá, na verdade, quanto mais carga industrial, quanto mais consumo tiver em Rondônia, mais a energia vai ficar ali. Não tem nada que vá limitar... Aquelas usinas nascem com potencial de exportar. E vão exportar no início, porque não tem consumo lá, mas à medida que a região vai crescendo, ela vai absorvendo essa energia, que vai ficar ali, não tenho dúvida.

O que a Senadora falou é muito importante, quando estou falando naquilo que eu vou agregar do projeto Santo Antônio, lá em Rondônia. Já foram formados mais de trinta mil, já que se priorizou a contratação local, mais de trinta mil pessoas nos cursos daquele projeto que o empreendedor fez. Jirau, idem. Agora, Belo Monte, para quem é do Pará. Com toda essa crítica que existe, muitas vezes uma crítica distorcida... Eu sempre digo e comento: peguem a região de Altamira e analisem bem o ano passado, este ano e daqui a dez anos. Se Tucuruí já não foi feito considerando muito isso, quando você vai hoje à região de Tucuruí, você vê que já formou uma turma de engenheiros eletricitas lá, tem faculdades e houve uma melhoria. Lembro-me que vi, anos atrás, um estudo feito do impacto da hidroeletricidade na melhoria do IDH e nos índices de desenvolvimento econômico e social de uma região, comparando Municípios da mesma região, sob as mesmas condições, com outro que teve a hidrelétrica e com outro que não teve. Então projetos estruturantes transformam realmente.

O que a Senadora falou é importante, se nós pensarmos que a Amazônia é o grande potencial futuro hidrelétrico brasileiro. Se nós pensarmos que o Brasil ainda tem um potencial a explorar, esse potencial está na Amazônia. Nós temos ali, provavelmente, mais 90 mil megawatts para implantar e em regiões que vamos ver e sentir bastante essa diferença, como no Estado do Pará, que tem esse peso.

Com relação ao aspecto da reestruturação no setor de distribuição que a Eletrobrás fez, acho que é sempre importante lembrar qual é a origem dessas empresas. Lembro-me que o Senador Lobão, ministro na época, logo que assumiu, participou de uma reunião. O Presidente Lula chamou todos os governadores. Depois de uma exposição que o Ministro Lobão tinha feito ao presidente. Isso foi colocado. Quer dizer, a partir do momento em que olharmos a Eletrobrás, que nunca atuou nessa área e nessas empresas, a partir de 98, tivemos um processo de federalização dessas empresas, porque elas estavam quebradas. Eram empresas estaduais. O governo começou a tal federali-

zação. E esse processo a Eletrobrás, entre fundos e recursos, perdeu quase 20 bilhões para manter de pé essas empresas operando, porque veio um processo de degradação muito forte.

E aí eu me lembro que, na época, o presidente reuniu os governadores e disse: “Olha, nós temos esse problema aqui, quem quiser a sua empresa de volta pode levar, mas eu não dou mais um centavo, não pago mais a conta”. Nenhum governador quis nenhuma empresa. Então, continuaram. Aí o presidente disse: “Agora, vou entregar para a Eletrobrás fazer a gestão”.

Aí, ocorreu aquele processo que a Senadora lembrou. A Eletrobrás tentou unificar. E aí você pode equacionar uma coisa, mas cria esse problema de estar numa empresa distribuidora, que tem uma atuação local, com a sociedade local, com uma direção que é mais distante.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – *(Fora do microfone: “...e a geradora também.”)*

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – É. A geradora, na verdade, no caso de Manaus, isso já foi falado, a Eletrobrás tem que começar, de imediato, o processo de cisão, porque, a partir do momento que interligar, elas não podem mais ficar juntas. A legislação não permite uma empresa verticalizada atuando em geração e distribuição. Proximamente vai ocorrer essa cisão.

Eu sempre digo que temos um segmento. Hoje mesmo, está sendo discutido na Aneel um item, quem é ligado em distribuição sabe que vai ter um efeito muito grande, que é o terceiro ciclo de revisão tarifária. Estão discutindo hoje os aspectos metodológicos, mas que tem um impacto muito grande. Estou falando isso justamente por causa do efeito que tem numa concessão a distribuição.

Na verdade, o órgão regulador cria uma empresa de referência, vamos dizer, que é desse tamanho. Se a empresa estadual – não interessa quem é o acionista, se é federal, estadual ou privado – não cabe nesse quadrado aqui, ela precisa de um quadrado maior, o que o órgão regulador faz? O acionista é que vai pagar o sobrecusto, não é o consumidor.

Todo mundo que atua na área de distribuição, como é uma atividade totalmente regulada, sabe – o privado, o estadual, o federal – que o acionista vai pagar se não atender aqueles critérios que a Aneel preconiza. Essa é a base do nosso modelo. E aí, claro, a Aneel, fazendo o seu papel de agente regulador, vem evoluindo essas metodologias. Já tivemos o primeiro ciclo de revisão tarifária, o segundo, e agora ela está com o terceiro, que é o que está aí nessa grande discussão com os agentes que atuam nessa área.

Então, Senadora Grazziotin, acho que procurei abranger suas questões.

Voltando agora para o Senador Cassol, eu só diria que me causou surpresa. Vou até procurar, porque a Eletrobrás hoje é a empresa que mais tem usinas hidrelétricas no Brasil. As empresas do grupo Eletrobrás... Tucuruí – não sei se o Senador Delcídio sabe – acabou de ganhar um prêmio de qualidade.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Prêmio Nacional de Qualidade, inclusive disputando com empresas privadas, e muitas delas multinacionais. ultinacionais.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Quando você analisa com critérios técnicos, com fator de disponibilidade de usinas, de várias empresas, vejo que o Grupo Eletrobrás tem uma tradição muito forte em geração e transmissão. Na distribuição é que é novata, não era muito o foco dela. Então, chama-me a atenção o fato de a Eletrobrás ter uma PCH. Não sabia que tinha PCH. Às vezes, o que pode ter ocorrido – e vou levantar para o Senador – é você ter aqueles bens, os Busa, os famosos Busa – Bens da União sob Administração. Às vezes é um patrimônio da União que era de alguém que perdeu o ativo em um processo de falência. Eles passam para a União.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – *(Fora do microfone: “...Centrais Elétricas de Rondônia, a Ceron.”)*

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Ah, da Ceron.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Era da Ceron. A Ceron foi federalizada, a Eletrobrás assumiu. Então, eles acham que a manutenção, tudo aquilo que é preciso, custa mais caro do que comprar energia. Estava parado...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Vou levantar. Se era da Ceron, é uma pequena central de um megawatt, dois megawatts.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não chega a três.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas chama a atenção, porque hoje qualquer megawatt é...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ...foi a primeira usina hidrelétrica que foi...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Provavelmente é uma usina tão antiga que já está paga há muito tempo. Não pode ser mais caro.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É. Eles que construíram.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas vou levantar essa informação. Confesso que não a tenho aqui. Só me chamou a atenção isso, porque a Eletrobrás, normalmente não... Ela tem as grandes geradoras...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pode ser que eles colocaram para funcionar, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Vou levantar isso aí.

Havia mais algum ponto? Aquilo que respondi à Senadora Grazziotin atendeu aos outros pontos que o senhor havia levantado?

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Sim. Ok.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Senador Lobão se quer fazer alguma observação.

Senador Armando Monteiro?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu gostaria de fazer, mas cheguei atrasado, perdi o bonde da história. Mas quero registrar, com muita alegria, a presença do Ministro Márcio Zimmermann aqui, que traz a oportunidade de vivenciarmos a experiência imensa que ele tem no setor elétrico, prestigiando a ideia brilhante do Senador Delcídio Amaral de convocá-lo para discutir um tema que é preocupação de todos nós Senadores, que é exatamente a renovação das concessões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu quero só registrar o quão importante foi o Márcio ter vindo aqui. Tivemos uma oportunidade muito boa de debater esse tema que é um dos mais importantes, pelo menos aqui no Senado Federal.

Quero registrar que o Senador Reditário Cassol acabou de... Surgiu uma usina que a Eletrobrás sucateou.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero agradecer ao Dr. Márcio e externar a nossa satisfação de recebê-lo mais uma vez aqui. Quero que o senhor leve a nossa preocupação de continuar discutindo esse tema. Que o senhor veja como fica desconfortável para o Congresso Nacional não estar acompanhando um tema como esse, não estar discutindo e não ter informações suficientes para transmitir àqueles que recorrem a esta Casa. Portanto, acredito que V. Exª poderá ser esse interlocutor constante da Comissão em relação ao tema. Agradeço mais uma vez a sua gentileza. Quero reforçar a minha satisfação de vê-lo aqui. Todos os convites que fizemos ao senhor foram aceitos. Infelizmente, não podemos falar a mesma coisa do Secretário-Executivo da Fazenda, que foi chamado e convidado por três vezes e não compareceu a esta Casa.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, quero apenas registrar uma falha minha. V. Exª recebeu um ofício justificando a ausência do Secretário-Executivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na abertura da audiência pública.

SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu também recebi, mas falei com o Demétrius hoje, que é o adjunto do Fábio Barbosa, e...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Nelson.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nelson.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Nelson Barbosa. Fábio é meu companheiro de São Luís. Mas o Secretário-Executivo Nelson Barbosa estava agendado, vinha à Comissão de Infraestrutura, mas, em função de uma determinação do Ministro Guido Mantega, ele teve que cumprir outra agenda e por isso não esteve presente, mas se colocou à disposição e, se for necessário, virá aqui para fazer esse debate. Acabei não registrando isso, mas falei ontem com o Demétrius, que é o Secretário-Adjunto do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Veja a diferença entre o Ministro Mantega e o Ministro Lobão. O Ministro Lobão também tinha outra agenda para ele. Olha aí?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas V. Exª é testemunha. Tanto V. Exª quanto eu já fizemos o convite três vezes. É preciso que se registre.

No mais, quero agradecer ao Dr. Márcio e dizer que estamos satisfeitos com a sua exposição.

Quero agradecer a todos os presentes e dizer que nosso debate continua.

(A reunião é iniciada às 14 horas e 50 minutos e encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia 10 de novembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Marcelo Crivellea, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais

Senadores. Justificam a ausência os Senadores **Francisco Dornelles** e **Cyro Miranda**. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das 49 e 50ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1575, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão, acompanhado do relatório e do Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, com o objetivo de avaliar o Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC, daquela autarquia, especialmente no tocante à integridade e à confiabilidade das bases de dados do sistema e à sua compatibilidade com as regras de negócio da entidade. Comunica, ainda, a realização do Seminário Internacional Integração Energética na América do Sul, nesta quinta-feira, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, das 9 às 18 horas. O evento é realizado pelas Comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica – SINERGIA. A Presidente comunica que o Senador Walter Pinheiro representa a Presidência na abertura do evento. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. Deliberação das Emendas apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei nº 29, de 2011 – CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012 – 2015. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral. Usam da palavra para discutir os Senhores Senadores Blairo Maggi, Vicentinho Alves e Flexa Ribeiro. São aprovadas integralmente as emendas: **Emenda nº 01-CI**: Ementa: Eclusa de Estreito, Objetivo: 0234 – Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade Iniciativa: NOVA – Construção da Eclusa de Estreito, no valor R\$ 800.000.000; **Emenda nº 02-CI**: Ementa: BR163, Objetivo: 0131 – Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego. Iniciativa: NOVA – Adequação da Rodovia BR 163/MS, no valor R\$ 1.200.000.000; **Emenda nº 03-CI**: Ementa: Poliduto, Objetivo: 0186 – Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores, Iniciativa: NOVA – Implantação do Sistema de Escoamento de Combustíveis – Poliduto – PR – MS– MT, no valor R\$ 3.000.000.000; **Emenda nº 04-CI**: Ementa: Pantanal, Objetivo: 0141 – Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integra-

da com os demais modos de transportes, Iniciativa: 00BW – Construção de Ferrovia – EF 267 – Ferrovia do Pantanal, no valor R\$ 3.000.000.000. É aprovada, no mérito e com a alteração do valor constante do PLPPA, a emenda: **Emenda nº 05-CI**: Ementa: Hidrovia Tocantins–Araguaia, Objetivo: 0234 – Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade, Iniciativa: NOVA – Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia, no valor R\$ 200.000.000. São aprovadas as emendas de texto: **Emenda nº 06-CI**: Modificativa. Ementa: Alterar o prazo final da iniciativa existente 00QB – Construção da Eclusa de Lajeado, Texto Proposto: “Altere-se a data de término da iniciativa 00QB – Construção da eclusa de Lajeado para 31/12/2015”. **Emenda nº 07-CI**: Aditiva. Ementa: Inserir no Anexo II iniciativa que já consta no Anexo I – Ferroeste – correção de omissão, Texto Proposto: “Fica incluído no Anexo III a seguinte Iniciativa, que já consta do Anexo I nas mesmas condições, apenas corrigindo essa omissão (obedecendo ao disposto no art. 7, inciso II do PLPPA). A emenda é de texto segundo o item 2.3.3 alínea b do Parecer Preliminar. Programa 2072 – Transporte Ferroviário. Objetivo 0141 – Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes. Iniciativa 00C4 – : Construção de Ferrovia – EF 484 – Ferroeste. Valores e datas: Custo total 2.500.000.000. Custo 2012 500.000.000. Custo 2013-2015 2.000.000.000. Início 01/01/2012. Término – 31/12/2015”. A Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 49ª Reunião e da 50ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1.575, do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Benjamin Zymler, encaminhando para conheci-

mento cópia do acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, sobre a auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com o objetivo de avaliar o Sistema de Acompanhamento de Contrato (Siac) daquela autarquia, especialmente no tocante à integridade e à confiabilidade das bases de dados do Sistema e à sua compatibilidade com as regras de negócio da entidade.

O referido documento está à disposição da Secretaria da Comissão.

Comunico, ainda, a realização do Seminário Internacional Integração Energética na América do Sul, nesta quinta-feira, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, das 9 horas às 18 horas. O evento é realizado pelas Comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e pelo Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica (Sinergia).

A Presidente desta Comissão está sendo representada pelo Senador Walter Pinheiro, que participa da abertura do evento.

Há um único item na pauta da presente reunião.

ITEM ÚNICO

Deliberação das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura apresentadas ao PL nº 29, de 2011 – CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Relatoria: Senador Delcídio Amaral.

O relatório já está à disposição dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, para proferir o seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, demais Senadores, o parecer dispõe sobre emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos da Resolução nº 01/2006-CN, a famosa Resolução nº 1, de 2006, ao projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015. A origem é o Poder Legislativo.

1 – RELATÓRIO

Com base nos arts. 97 a 100 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015.

Foram apresentadas, Srª Presidente, 22 emendas, sendo 17 à despesa e 5 ao texto.

As emendas estão listadas no quadro em anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem.

2 – EMENDAS APRESENTADAS

2.1 EMENDAS AO TEXTO

Foram apresentadas cinco emendas que consideramos como emendas de texto, a saber as Emendas nºs 3, 4, 21, 8 e 11. De acordo com o Item 2.3.5 do parecer preliminar, não há limites para apresentação de emendas de texto.

A Emenda nº 3 pretende acrescentar novo objetivo ao programa Transporte Ferroviário. O autor apresentou também a Emenda nº 5, propondo a inclusão de iniciativa para o referido objetivo.

A Emenda nº 4 pretende acrescentar novo objetivo ao programa Transporte Ferroviário. O autor apresentou também a Emenda nº 6, propondo a inclusão de iniciativa para o referido objetivo.

A Emenda nº 21 pretende acrescentar novo objetivo ao programa Transporte Rodoviário. O autor apresentou também as Emendas nºs 17, 18, 19 e 20, propondo a inclusão de iniciativas para o referido objetivo.

Segundo o parecer preliminar, a iniciativa é atributo necessário à caracterização dos objetivos do programa.

A Emenda nº 8 pretende alterar o período de execução da obra a que se refere, a Eclusa de Lajeado, a velha Usina de Lajeado, no Estado do Tocantins, bem perto da cidade de Palmas.

A Emenda nº 11 tem o objetivo de registrar, no Anexo III, os atributos de uma iniciativa já constante no Anexo I do Projeto de Lei do PPA 2012-2015.

2.2 EMENDAS À DESPESA

Sobre essas emendas, incide o limite máximo de cinco emendas, fixado pelo item 2.3.4 do parecer preliminar, em consonância com o previsto no art. 97 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As 17 emendas à despesa apresentadas dividiram-se em emendas de inclusão de iniciativa (16 emendas) e de alteração de iniciativa existente (apenas uma, a Emenda nº 14).

3 VOTO DO RELATOR

3.1 EMENDAS INADMITIDAS

Um grupo de emendas cria iniciativas para realização de ações que não são de competência da União. Isto é importante registrar: elas são de competência dos Estados. Por isso, elas estão sendo inadmitidas. Trata-se de destinação vedada à aplicação de recursos federais que não podem constar da lei orçamentária

anual, a teor do art. 20, inciso VI, da LDO 2011, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011. Portanto, o relator tem de inadmiti-las. Trato das Emendas nºs 17, 18, 19 e 20, que contêm iniciativas que destinam recursos à construção ou adequação de rodovias estaduais, bem como da Emenda nº 6, que propõe iniciativa para revitalizar a ferrovia Madeira-Mamoré, a qual não consta da relação de ferrovias federais constantes do Plano Nacional de Viação, que é um plano de 2008 – estamos esperando outro que aprovamos aqui e que parou completamente na Câmara dos Deputados. Em todas essas situações, as obras em questão não são de competência da política de transportes da União, para a qual esta Comissão tem competência regimental. Por conseguinte, cabe-nos inadmitir as Emendas nºs 6, 17, 18, 19 e 20.

Em consequência da inadmissibilidade das Emendas nº 17 e 20, por razões óbvias, a Emenda nº 21 deixa de ser regimentalmente possível, porque ela cria um novo objetivo cujas iniciativas são exatamente aquelas acima mencionadas. Ressalte-se que a inclusão de objetivos deverá conter todos os elementos de sua caracterização (item 2.3.8 do parecer preliminar). E um dos atributos essenciais do objetivo é exatamente o conjunto de iniciativas a ele vinculadas (item 2.2.3.1, inciso III, do parecer preliminar). Portanto, o nosso parecer é pela prejudicialidade da Emenda nº 21 – não é pela inadmissibilidade, mas pela prejudicialidade. Por idêntica razão, em função da inadmissibilidade da Emenda nº 6, devemos considerar prejudicada a Emenda nº 4. A Emenda nº 6 é a referente à ferrovia Madeira-Mamoré, e o mesmo diz a Emenda nº 4.

Um grupo de emendas cria iniciativas relativas a trechos específicos de ferrovias ou rodovias que já estão individualizados, na sua totalidade, no próprio PLPPA 2012-2015. São elas a Emenda nº 7, que pretende inserir como iniciativa a adequação de um trecho da BR-163 em Mato Grosso, quando já existe a iniciativa “00A9 – Adequação da Rodovia BR-163/MT”, e a Emenda nº 5, que segmenta como iniciativa um trecho da Estrada de Ferro EF-354...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Senador Delcídio, permita-me...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É a ferrovia Campinorte-Vilhena-Porto Velho, que já está também contemplada na iniciativa “00C1 – Construção de Ferrovia – EF-354 – Ferrovia de Integração Centro-Oeste”, constante do PLPPA 2012-2015.

Ouçó o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

Quero só falar da questão da BR-163. Fala-se em adequação da BR-163, e apresentamos a emenda para que fosse feita a sua duplicação. Quando se fala em adequação, está incluída a questão da duplicação?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Está incluída também.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – O.k. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Srª Presidente, vínhamos falando sobre a ferrovia Campinorte-Vilhena-Porto Velho.

O item 2.2.4.1 do parecer preliminar determina que “o Empreendimento de Grande Porte [...] deverá ser expresso no PPA como iniciativa, de forma individualizada”, o que veda a sua fragmentação em vários trechos ou subtrechos. Portanto, devemos inadmitir as Emendas nºs 5 e 7, apesar de entender a legitimidade dos pleitos, sem dúvida alguma, por contrariedade às regras definidas no parecer preliminar. Em consequência da inadmissibilidade da Emenda nº 5, devemos considerar prejudicada também a Emenda nº 3.

Outras duas grandes emendas de inclusão de iniciativa, que são as Emendas nºs 2 e 16, tratam de programação de órgãos que não compõem a área de competência da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Assim, nossa proposta é pela inadmissibilidade dessas emendas, com base nos arts. 43 e 100 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Outro grupo de emendas contraria materialmente o item 2.3.13 do parecer preliminar, que determina que não seja aprovada emenda que crie iniciativa nova relativa a empreendimentos cujo custo total seja inferior ao Valor de Referência estabelecido em cada Programa Temático. São emendas que individualizam iniciativas em trechos rodoviários cuja extensão não permite uma estimativa razoável de custos que exceda o valor de R\$500 mil, que é o Valor de Referência do programa de Transportes Rodoviários. Trata-se das Emendas nºs 22 e 15, cuja avaliação de custos é trazida na tabela seguinte, que devo inadmitir também por contrariar as regras do parecer preliminar.

O objeto da iniciativa da Emenda nº 15 é a construção de um trecho da BR-242 que fica em Peixe/TO até a divisa de Tocantins com Mato Grosso no valor de R\$1,225 milhão. O objeto da iniciativa da Emenda nº 22 diz respeito a trecho da BR-153 ligando Anápolis a Palmas; trata-se de adequação de trecho rodoviário no valor de R\$4,531 milhões.

Perdão! Houve um engano aqui, e também não me atentei para isso. O Valor de Referência é de R\$500 milhões.

3.2 EMENDA DE DESPESA REJEITADA NO MÉRITO

Das emendas de despesa admissíveis, assim entendidas aquelas que incluem iniciativas ou alterem seu valor, compete ao relator propor à Comissão um conjunto de até cinco emendas (itens 2.3.4 e 2.3.4.1 do parecer preliminar) para aprovação. Encontram-se nessa condição um total de seis emendas, razão pela qual se faz necessária a rejeição de uma para atender ao teto de cinco, que cabe a este colegiado. Tomamos como critério aquela cuja rejeição traria menos prejuízos, é claro, aos objetivos de políticas públicas dos proponentes.

Portanto, escolhemos a Emenda nº 1, que insere iniciativa (“Estudos e Projetos para Duplicação de Rodovias Federais – Nacional”) que corresponde precisamente ao objeto da iniciativa “00WJ – realização de estudos e projetos para o modal rodoviário”. Dessa forma, a rejeição não prejudicará os objetivos do proponente de estimular a reserva de recursos para a correta elaboração dos projetos das obras rodoviárias.

3.3 EMENDAS DE DESPESA ACOLHIDAS NO MÉRITO

Quanto às demais Emendas (nºs 9, 10, 12, 13 e 14), entendo que podem ser aprovadas pela Comissão,

Objeto da Iniciativa	Extensão (km)	Custo médio (R\$ - PLOA2012)	Custo total do trecho
EF 267 – Ferrovia do Pantanal	303,1	Construção de trecho rodoviário – R\$1.225.000	R\$3.375.000.000

OBS: Fonte do custo médio – Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, inciso II do anexo II – Informações Complementares ao PLO-2012. II – detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados. Fonte da extensão da Ferrovia – Plano Nacional de Viação – Anexo I da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

3.4 EMENDAS DE TEXTO ACOLHIDAS NO MÉRITO

Propomos a aprovação, no mérito, da Emenda nº 8, que altera o período de execução da Eclusa de Lajeado, de modo a que as obras se encerrem ainda no período de vigência do PPA 2012-2015.

Igualmente, propomos a aprovação, no mérito da Emenda nº 11. Essa emenda corrige, de fato, uma omissão, pois, ao constar no Anexo I, fica claro que o empreendimento está individualizado como iniciativa, e empreendimentos nesta condição devem constar do Anexo III segundo o art. 7º, inciso III, do PLPPA 2012-2015. Portanto, a emenda insere-se na categoria de

uma vez que inserem iniciativas novas, coerentes com os objetivos dos respectivos programas, e de valores consistentes, observando ainda os demais requisitos legais e regimentais.

Duas observações são imprescindíveis. Em primeiro lugar, a Emenda nº 10 propõe iniciativa genérica para adequação da hidrovía Araguaia-Tocantins, mas propõe um custo total de R\$651 milhões. Observo que este valor é bastante superior ao de todas as demais atividades semelhantes em hidrovias previstas no PLPPA 2012-2015 (Madeira, R\$154 milhões; São Francisco, R\$151 milhões; Paraná/Paraguai, R\$183 milhões), à exceção apenas da hidrovía do Tietê que engloba obras urbanas de muito maior porte na Grande São Paulo. Assim, tendo em vista que os obstáculos e requisitos geográficos não são significativamente maiores no Araguaia-Tocantins e que a construção de eclusas é objeto de iniciativa separada, considero razoável reduzir o custo estimado dessa iniciativa. Proponho um valor mais próximo ao de todas as demais bacias, isto é, R\$200 milhões, distribuídos em R\$50 milhões no primeiro ano e o restante nos seguintes, na mesma proporção apresentada na própria emenda.

Por fim, ressalto que a Emenda nº 14 não cria uma iniciativa, mas eleva o valor de uma iniciativa existente partindo de uma avaliação consistente do custo da Ferroeste, conforme tabela seguinte.

emenda de texto, a teor do item 2.3.3, alínea *b*, do parecer preliminar.

Esse é o relatório, o resumo e a conclusão, Srª Presidente Lúcia Vânia, pela inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 5, 6, 7, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22; pelo acolhimento integral no mérito das Emendas nºs 9, 12, 13 e 14; pelo acolhimento parcial no mérito e com alteração indicada neste relatório da Emenda nº 10; pela rejeição no mérito da Emenda nº 1; pela prejudicialidade das Emendas nºs 3, 4 e 21; pelo acolhimento no mérito das Emendas de texto nºs 8 e 11.

Esse é o relatório, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu só quero saber uma posição do Senador Delcídio: o senhor não

pôde acolher a Emenda nº 7, de duplicação da rodovia Rondonópolis/Cuiabá/Porto Gil?

Na conclusão, o senhor fala da inadmissibilidade das Emendas nºs 2, 5, 6 e 7, 15, 16...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Blairo, a questão é que, em função do relatório preliminar e em função das regras vigentes, não podemos fazer *split* de trecho rodoviário. Essa é a Emenda nº 7...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas o senhor acolheu a Emenda nº 12, que diz respeito à mesma situação da BR-163.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, a de nº 12 diz respeito única e exclusivamente à BR-163.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas a outra também é, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas ela estabelece o...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – É que essa emenda da BR-163 no Mato Grosso sobrepõe a BR-163, a BR-364 e mais outra. Mas é uma só.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois é, mas aqui a emenda especifica o trecho, e isso é vedado. A BR-163, que está sendo colocada na Emenda nº 12, é de Mato Grosso do Sul.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, o que errei ao fazer a minha de Mato Grosso?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Especificou o trecho. Foi o que o Senador Moka não fez, pois colocou somente “BR-163”. E V. Exª colocou exatamente o trecho entre Rondonópolis, Cuiabá e Porto Gil. Tem de ser nacional.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, vou pegar a parte de Mato Grosso do Sul e trazer para Mato Grosso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É claro! Nós podemos estender. Mas a emenda apresentada por V. Exª não se ajusta às regras vigentes. É isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Desculpe-me, não concordo. É a mesma rodovia, está dentro de Mato Grosso do Sul, vem para Mato Grosso. E a minha emenda não pode ser acolhida?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, porque V. Exª colocou um trecho, Senador Blairo. Isso é vedado.

É importante registrar aqui...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Dê-me uma borracha, que vou apagar isso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aqui, a Consultoria está dizendo que já consta no PPA a BR-163, em Mato Grosso. Estamos fazendo uma correção para Mato Grosso do Sul. É isso. Então, V. Exª já está atendido.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está bom. Obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só não pode ser atendido num trecho específico, mas vai ser atendido em todo o trecho da BR-163.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quando V. Exªs definem o trecho, a estrada se torna estadual, e, na Comissão, tem de ser uma emenda nacional.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Vou puxar a orelha de quem me ensinou.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só quero registrar, Senadora Lúcia Vânia – a preocupação do Senador Blairo tem justa razão, é absolutamente legítima –, que já há previsão da BR-163 em Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E isso pode ser feito como emenda de bancada ou como emenda individual.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Blairo está atendido, mas isso já estava previamente estabelecido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A nacional já está no PPA.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Portanto, o Senador Blairo será atendido.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Deseja discutir a matéria, Senador Vicentinho?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidenta Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, quero apenas agradecer ao Relator, ao eminente Senador Delcídio, pela sensibilidade com essas três emendas. Trata-se da hidrovía Tocantins-Araguaia, da Eclusa de Estreito e da Eclusa de Lajeado. Naturalmente, essas três emendas passam cada vez mais a dar uma contribuição ao País, principalmente aos Estados diretamente ligados: Goiás, de V. Exª; o Mato Grosso, do eminente Senador Blairo Maggi; o Pará; o Maranhão; o Piauí; a Bahia e o Tocantins. Além disso, as eclusas e a hidrovía, hoje, como estão lá, ferem frontalmente o princípio constitucional de as pessoas irem e virem. Nós não podemos construir hidroelétricas cortando o nosso rio Tocantins, que tem um potencial enorme para a navegação, fazendo com que sofram os ribeirinhos e com que não circulem as mercadorias.

As cidades ribeirinhas V. Exª as conhece, Presidenta Lúcia, que, como ex-primeira-dama de Goiás, foi muito atuante. Tenho muito prazer de, ainda jovem, ter convivido com V. Exª, presenciando a forma como V. Exª se conduzia na vida pública como primeira-dama.

Todas as nossas cidades – Porto Nacional, Paranã, Miracema, Pedro Afonso e Carolina – foram criadas em função do rio, da navegação do rio até Belém do Pará, do Senador Flexa Ribeiro, que agora acaba de chegar aqui.

Então, não pode o Governo Federal construir hidroelétricas cortando o rio de forma a impedir o di-

reito de ir e vir das pessoas. Com esse reparo – aqui, estamos lutando para que se corrija isso –, vamos melhorar muito.

Com esse aspecto, o Senador Delcídio tem muito a ver, porque, ainda como engenheiro da Eletronorte, contribuiu muito para que isso ocorresse. Em breve, não por ter acatado essas emendas – eu disse isso ao Senador há mais de mês –, ele receberá por parte do governo do Estado, do Governador Siqueira Campos, uma homenagem, ele receberá a maior comenda que lá existe, pela luta dele, junto com o então Deputado Federal Siqueira Campos, pela criação tanto das hidrelétricas quanto das eclusas.

Além disso, na Eclusa de Lajeado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, já foram gastos R\$69 milhões num consórcio Odebrecht/Andrade Gutierrez. E lá praticamente nada foi feito. Então, isso é bom para que o Governo Federal não jogue R\$69 milhões numa obra importante para o País e a paralise.

Portanto, estamos contribuindo em todos os aspectos, inclusive no reparo de que o Governo Federal continue uma obra importante, na qual já foram gastos R\$69 milhões, dinheiro do povo, que não pode ser jogado de qualquer forma.

Portanto, só tenho de agradecer a V. Ex^a, Presidente Lúcia, e aos demais Senadores, por essa aprovação, em nome de todos os goianos, mato-grossenses, paraenses, maranhenses, piauienses, baianos e tocantinsenses. Agradeço ao Relator, por ter acatado essas três emendas importantes não apenas para esses Estados, mas para o País.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Relator.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senadora Lúcia Vânia, primeiro, eu queria lembrar que, há anos e anos, falávamos, Senador Blairo e Senador Vicentinho, de Lajeado e da usina de Estreito. Era um verdadeiro sonho. Ninguém acreditava nisso. Falávamos isso, e diziam: “Puxa, esses camaradas estão sonhando com isso! Isso não vai sair nunca”. Havia uma leitura muito de Sudeste e de Nordeste no setor elétrico, e ficavam a região Centro-Oeste e a região Norte meio à margem desses programas de geração de energia. Mas, hoje, esses projetos são verdadeiros sucessos, sob o ponto de vista tecnológico, sob o ponto de vista de qualificação, sob o ponto de vista de projetos eficientes e, já numa nova fase, sob o ponto de vista do meio ambiente. Fomos os precursores das experiências pioneiras na Amazônia de usinas hidrelétricas. Acho que toda essa experiência foi muito bem absorvida por essas usinas. São usinas já a fio d’água, dentro de um novo conceito.

Acho que outro desafio são as hidrovias no Brasil. Há ainda um modal que patina. Eu me lembro bem de quando inauguramos Tucuruí. Nós fizemos o encabeçamento da eclusa. Senador Vicentinho, essa

eclusa, talvez, tenha sido inaugurada há dois anos, e isso ocorreu nos idos de 1982, de 1983.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Foi inaugurada há um ano, em dezembro do ano passado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em dezembro do ano passado? Então, portanto, foi inaugurada há menos de um ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Antes das eleições.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Antes do quê?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Das eleições.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Depois das eleições.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, foi inaugurada depois das eleições.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A inauguração das eclusas? Foi feita antes das eleições.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Foi feita depois das eleições. Eu fui lá com a Presidente Dilma.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, o Governador do Senador Flexa ganhou as eleições lá por causa dessa eclusa em Tucuruí!

Então, é importante registrar isso – aqui, há uma bancada do Norte e do Centro-Oeste – pela necessidade de modais de transporte eficientes para o Centro-Oeste e para a região Norte, até pela característica da nossa região, voltada para o agronegócio. Em alguns Estados, há projetos de mineração fortes. Portanto, precisamos de ferrovias, que é o que foi aqui contemplado, de hidrovias e de rodovias, inclusive rodovias federais que cortem o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, como é o caso da BR-163, no Mato Grosso, do Senador Blairo Maggi.

Então, essa decisão é importante, dentro do que o relatório preliminar determinada, dentro das condições que, sem sombra de dúvida, serão acatadas pelo Relator do PPA, Senador Walter Pinheiro, membro desta Comissão. Portanto, estamos dando um passo importante para atender à região Norte e à região Centro-Oeste, principalmente no que tange à logística, que é fundamental para os nossos Estados.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, estamos aprovando as emendas ao PPA, e estou vendo que todas as que aqui foram apresentadas e acatadas são da maior importância para a infraestrutura do nosso País.

O Senador Vicentinho, com toda a razão, fala do sistema hidroviário. V. Ex^a, lamentavelmente, está sofrendo aquilo que sofremos quando da construção da hidrelétrica de Tucuruí em Lajeado. Fizeram a barragem, mas não fizeram as eclusas. Deus queira que não passem os mesmos trinta anos que passaram para que fossem construídas as eclusas de Tucuruí.

Agora, depois das eclusas concluídas, estamos enfrentando uma nova batalha em relação ao trecho da hidrovia. A hidrovia que todos nós queremos é a Araguaia-Tocantins, que vai ser navegável desde uma área próxima a Brasília até a saída no Atlântico, em Barcarena, na Vila do Conde. É preciso que, pelo menos no trecho entre Marabá e Tucuruí, o derrocamento do Pedral de Lourenço – o Senador Delcídio o conhece muito bem – seja feito. Essa obra, já tendo sido licitada pelo Dnit, estava para ser contratada sob suspeita de irregularidades – concordo com a Presidenta, pois, se há irregularidade, esta deve ser anulada, deve ser feita nova licitação –, mas ela foi retirada do PAC, Senador Delcídio. E não há nova iniciativa do Governo de levar a contento a obra. Sem que isso seja feito, não haverá uma hidrovia, mas, sim, meia hidrovia, porque o rio não será navegável durante os dozes meses. Ou seja, todo aquele investimento no polo metal metalúrgico que seria feito em Marabá, com a implantação da Alpa, deixará de ser executado por inteiro, porque a navegabilidade da hidrovia não acontecerá. Então, por alguns meses, por cinco ou quatro meses ao ano, não entrará o carvão mineral para alimentar os fornos da Alpa, e não sairá o aço laminado da Alpa.

Então, é preciso que o Governo Federal tome uma medida. O Governador do Estado, Simão Jatene, e toda a bancada federal, todos nós estivemos com o Ministro dos Transportes, Paulo Passos, que ficou de dar uma posição três semanas depois dessa audiência. Já se passaram dois meses, e não obtivemos resposta até hoje. Todos os investimentos privados que estavam previstos para serem executados na área do distrito industrial de Marabá foram suspensos, no aguardo de uma posição do Governo Federal. É lamentável!

Vejo que uma das emendas ao PPA diz respeito exatamente à questão da navegabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins. Essa matéria está incluída ali.

Então, é a preocupação do Congresso Nacional, é a preocupação do Corredor, é a preocupação em torno da integração do Brasil. Todos nós sabemos que essa hidrovia é uma das obras de integração nacional mais importantes, mas não conseguimos entender por que não se implanta o modal hidroviário no Brasil. Acho que há um *lobby* contrário ao sistema hidroviário que não conseguimos vencer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Agradecemos ao Sr. Relator pela celeridade com que acatou a missão de relatar essa matéria.

Parabéns! Espero que, como Relator da infraestrutura na Comissão de Orçamento, V. Exª possa dar um passo à frente em direção à infraestrutura do País.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Tenho de atender ao Senador Blairo. O homem está...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Está bravo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já vi que não vai ser fácil, não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em função da aprovação das emendas ao PPA pelo período de 2012 a 2015, informo que a Ata desta reunião deve ser entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Assim, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vou declarar encerrada esta primeira reunião. Vamos abrir a segunda reunião, em que vamos definir a pauta de hoje.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.*)

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011, APÓS A 51ª REUNIÃO DA COMISSÃO, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dez de novembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam a ausência os Senadores **Francisco Dornelles** e **Cyro Miranda**. A Presidente declara aberta a Reunião. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).” Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006 – Complementar**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de trans-

porte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.” A Presidente concede a palavra ao Relator “ad hoc” Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 – CI. Consta-se o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.”. Adiado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011 – CI**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, subscrito pelos Senadores Vicentinho Alves e Lúcia Vânia, que “Nos termos do art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeira seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Excelentíssima Sra. Miriam Belchior, convite de comparecimento a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (CI), para expor sobre o andamento dos investimentos das obras do PAC, relacionadas à Infraestrutura Urbana do País, versus PPA 2012-2015, de que trata o PL nº 29, de 2011 – CN.” Aprovado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011 – CI**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, Senador João Durval e Senadora Lídice da Mata, subscrito pelos Senadores Vicentinho Alves e Lúcia Vânia, que “Nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeremos seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (CI), acompanhado do representante legal da Via-Bahia para exposição sobre a execução do contrato de concessão firmado com aquela empresa. Mas destacadamente deverá ser focado o trecho da BR 324/BA (Salvador – Feira de Santana)”. Aprovado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo”. Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do

Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A Ata da reunião anterior já foi aprovada.

O Item 1 da pauta será retirado em função de adequação que terá de ser feita pelo Relator, Senador Valdir Raupp.

Passamos ao Item 2 da pauta. A minuta do parecer é da relatoria do Senador Lobão Filho. A emenda é de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

O Relator não está presente aqui.

Senador Blairo Maggi, V. Exª pode relatar essa matéria como Relator *ad hoc*? (Pausa.)

ITEM 2

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006 Complementar

Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 – CI.

Observações: 1 – Em 07/11/2007, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto;

2 – A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para proferir o relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimos a Presidente Lúcia Vânia, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

I – RELATÓRIO

O projeto de lei complementar caracterizado à ementa altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, com a finalidade de flexibilizar a tomada de decisões relativas à concessão e à revogação de benefícios fiscais, relativamente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). São duas as alterações propostas.

No art. 2º, § 2º, o Projeto determina que tanto a concessão quanto a revogação passem a ser aprovadas por maioria qualificada de quatro quintos, pelo menos, dos representantes estaduais presentes. No texto atual, a concessão exige a manifestação unânime das Unidades da Federação e a revogação pode ser feita pela vontade de quatro quintos dos representantes presentes.

O art. 4º, § 2º, dispõe que tanto o convênio quanto a revogação total ou parcial de benefícios passem a ser considerados rejeitados se não forem expressa ou tacitamente ratificados pelos Poderes Executivos de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação. No texto hoje em vigor, é exigida a ratificação unânime das unidades federadas para a concessão e de quatro quintos delas para a revogação.

O Projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com uma emenda que acrescenta, no art. 2º da Lei, na forma do projeto, um dispositivo condicionando a aprovação dos benefícios, além do voto favorável de quatro quintos dos votos presentes, ao voto favorável da maioria simples dos representantes presentes, por região do País.

Em virtude do Requerimento nº 389, de 2010, do Senador Fernando Collor, a matéria veio à audiência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Na continuação, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesta Comissão, foi apresentada a Emenda nº 1 – CI, pela Senadora Lúcia Vânia, propondo que, em todas as situações previstas no projeto, em lugar de se reduzir o quórum de decisão para quatro quintos dos representantes presentes, haja, na verdade, a redução para três quintos.

II – ANÁLISE

A exigência, hoje constante da lei, de unanimidade para a aprovação e para a ratificação dos convênios tem sido o principal fator de emperramento na formulação e na execução de política tributária pelos Estados.

A tomada de decisões no marco de política econômica, com vistas ao desenvolvimento, e outras decorrentes da necessidade de administrar contingências de curto prazo, ficam na dependência de negociações intrincadas, visto que o instituto da unanimidade confere imenso poder de barganha a cada uma das Unidades Federadas em relação às demais. Tratando-se de um País de tão grande heterogeneidade como o nosso, o ajustamento de políticas uniformes, que atendam simultaneamente a todas as Unidades Federadas, torna-se uma missão quase impossível.

O pacto federativo tem, em essência, a finalidade de mitigar parcelas da autonomia de cada unidade, para compor equilibradamente a viabilidade do funcionamento integrado do conjunto dos Estados. O Conselho de Política Fazendária (Confaz), instituído com base no art. 155, § 2º, g, da Constituição Federal, cumpre

o papel de deliberar sobre a concessão de incentivos e benefícios fiscais, na área do ICMS.

Importante notar que a Constituição, no dispositivo mencionado, não estabeleceu ritos ou quórum de deliberação. Pelo contrário, transferiu a competência para assim fazer à lei complementar.

O essencial é colher o intuito de harmonização federativa no campo fiscal, expressado pelo Constituinte, com o objetivo maior de evitar a deflagração de competição predatória entre os Estados. E é conhecido o risco de exacerbação de ânimos e de radicalização de posições nessa matéria, em face da importância do instrumental tributário como fator de política de desenvolvimento econômico e social.

Razão assiste ao Relator deste Projeto na CCJ, quando considerou que:

Embora assim venha funcionando há mais de trinta anos, não há como deixar de observar que o poder de veto individual é exagerado, na medida em que apresenta um capitis diminutio dos demais componentes do sistema. É um poder exagerado de interferência na autonomia política das demais unidades, principalmente levando em conta que, no limite, será a vontade política de 1/27 (um vinte e sete avos) bloqueando a vontade política, ou seja, a autonomia tomada por 26/27 (vinte e seis vinte e sete avos) dos Estados.

Não se pode deixar de concordar com a assertiva de que a lei atual é contraditória, pois exige unanimidade para aprovação; porém, conforma-se com um quórum de quatro quintos para a revogação. Ou seja, a vontade unânime pode ser contrariada por uma composição menor. Quatro quintos dos Estados se sobrepõem à unanimidade deles, na mesma matéria.

O projeto simplesmente uniformiza o quórum de quatro quintos, tanto para a aprovação quanto para a rejeição dos benefícios propostos no âmbito do Confaz, assim como para a ratificação ou revogação pelos Estados.

Com a Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura, a Senadora Lúcia Vânia toma a iniciativa de propor uma flexibilização ainda maior no processo decisório do Confaz, reduzindo o quórum de decisão para três quintos. Essa proposta é oportuna e meritória, devendo ser acolhida.

Com efeito, não faz sentido que a Constituição Federal possa ser alterada pela decisão de três quintos dos representantes com assento no Congresso Nacional, e uma medida de benefício fiscal necessite de quórum ainda mais elevado e rigoroso.

A experiência demonstrou que o excessivo rigor no ritual decisório findou por empurrar os Estados ao marginalismo constitucional, ante a virtual impossibilidade de operar mecanismos de extrafiscabilidade, na legítima busca do desenvolvimento ou mesmo da administração das conjunturas adversas.

O instituto da unanimidade é, em boa parte, o responsável pela chamada “guerra fiscal”. A ação dos

Estados à margem do Confaz, evidentemente, é inconstitucional, mas, em muitos casos, não deixa de representar desesperada, mas legítima (do ponto de vista político) defesa dos interesses locais, ante o antagonismo irredutível de apenas uma Unidade Federada.

A decisão colegiada, no âmbito do Confaz, deve fluir num processo de concertação e de harmonia federativa, não de emperramento e radicalização. O poder de veto individual fornece poder excessivo num contexto em que disparidades econômicas e sociais tão grandes entre os Estados criam, naturalmente, interesses conflitantes.

Fora de qualquer dúvida que o quórum decisório deva ser mitigado. A proposta da Senadora Lúcia Vânia é perfeitamente válida, ao estabelecer para o Confaz o mesmo quórum de três quintos que a Constituição exige para a sua própria reforma.

III – VOTO

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 240, de 2006 – Complementar, com a Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura.

Esse é o voto do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Quero fazer algumas considerações, Senadora.

É meu primeiro mandato como Senador, e, neste tempo que faço parte desta Comissão, de todas as matérias que passaram por aqui, esta, talvez, seja a mais importante que tive o privilégio de votar e relatar como Relator *ad hoc*. A experiência que tive como governador de Estado é o que está relatado no seu comentário da emenda que fez ao projeto.

O Confaz tem a capacidade de fazer a verdadeira reforma tributária de que este País precisa e que não conseguimos fazer neste Congresso Nacional. Mas, dando ao Confaz essa autonomia, vai ser possível fazê-la. Da forma como ele ainda é, ou seja, da unanimidade, os interesses se escondem atrás de determinados Estados e em determinados momentos.

Às vezes, a política não permite que o Estado de São Paulo, por exemplo – não quero fazer acusação, mas vi isso acontecer em oito anos de mandato –, venha a público e mostre seus interesses por que isso seria muito ruim, pois seria um trator passando sobre os menores. Mas esse Estado usa e negocia com um Estado menor, que não tem o mínimo interesse em determinada matéria, e, pela unanimidade, o Estado menor vota, não concorda em votar. Assim, não conseguimos fazer as coisas andarem.

Portanto, a matéria aqui tratada hoje, que certamente será aprovada, cria a possibilidade de os Estados, com a maioria que a Constituição exige para ser aqui reformada e emendada, darem aos Secretários de Fazenda o entendimento de que eles podem fazer as modificações. E não tenho dúvida alguma de que os Secretários de Fazenda, com essa maioria qualifica-

da, podem e vão fazer verdadeiras mudanças contra o interesse de um ou dois, porque não é possível, como vem acontecendo, esconder-se atrás da unanimidade.

Então, quero cumprimentar o autor da matéria, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pela emenda que fez, que é louvável. Não tenho dúvida, Srªs e Srs. Senadores, que, a partir do momento em que essa lei for aprovada e sancionada, vamos ver um Brasil diferente, muito mais rapidamente do que veríamos aqui pelo Congresso Nacional, porque, aqui, Senador Flexa, os interesses se sobrepõem.

A condição política da representação dos nossos Estados não nos permite fazer muitas mudanças, até pelas próprias pressões, mas os Secretários de Fazenda, por meio do Confaz, juntamente com os técnicos de lá, vão fazer isso. O Confaz é um conselho altamente qualificado e conhecedor, que tem informações de todos os Estados da Federação. Não é um órgão qualquer. É um órgão extremamente importante, mas amarrado e emperrado em função da legislação vigente agora.

Quero dizer aqui que fiquei muito feliz em poder relatar esse projeto, porque ele vai trazer uma grande mudança na política econômica do Brasil.

Muito obrigado. Parabéns pela sua emenda, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, apresentei esse projeto em 2006.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senador Flexa Ribeiro, desculpe-me, porque eu não tinha atentado para o fato de que V. Exª era o autor do projeto. Parabéns!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – É o melhor projeto que vai passar na Casa neste ano. Pode ter certeza disso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quisera eu comungar do otimismo de V. Exª com relação à tramitação do projeto! Estamos em 2011, já se vão cinco anos.

Quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia por ter aperfeiçoado o projeto. Fui até modesto quando tirei a unanimidade e coloquei quatro quintos. A Senadora Lúcia Vânia melhorou para três quintos.

Rui Barbosa já dizia que a unanimidade é burra. Eu diria que, no caso do Confaz, é a ditadura da minoria. Basta um Estado dizer “não concordo”. Pronto, acabou!

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só que negocia antes para dizer isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, nada se fazia. Ou seja, tudo o que é feito em relação aos Estados menos desenvolvidos para atrair investimentos é inconstitucional. O Supremo vai julgar as leis, e são todas inconstitucionais, porque o Confaz não convalida as políticas.

Esse projeto levou cinco anos para ser apreciado, como eu disse. Dei entrada a esse projeto em 2006. Em 2007, ele foi aprovado na CCJ e, em 2011, está tramitando na CI. Vai terminativamente para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Quero pedir a V. Ex^a, que é membro da CAE, que solicite a relatoria. Vamos conversar com o Senador Delcídio, para que S. Ex^a possa encaminhar o processo a V. Ex^a. E que V. Ex^a, ainda neste ano, possa relatá-lo, para que ele vá a plenário e para que possamos remetê-lo à Câmara! Vamos ver se conseguimos fazer isso.

A matemática política é muito complicada. Se unirmos a bancada dos Estados que têm interesse em aprovar esse projeto, veremos que é uma maioria tranquila. Nós não aprovamos agora a distribuição do *royalty* do pré-sal? Aprovamos. Mas era para ter sido aprovado na Câmara há bastante tempo. Cadê? Não anda! E corremos o risco de não o aprovarmos na Câmara neste ano. Estou sentido que não vamos aprová-lo na Câmara.

Anteontem, o Senador Magno Malta chegou ao plenário, dizendo que veio de uma reunião de líderes com a Presidente Dilma, que disse que ele poderia ficar tranquilo, pois ela não iria encaminhar a votação. Então, todo aquele compromisso de votar o veto, se não aprovássemos o acordo, foi esquecido.

Senador Blairo, vamos tentar colocar esse projeto na Câmara e pedir à bancada dos Estados interessados na aprovação do projeto que o faça andar. E vamos torcer para que não haja veto do Executivo.

Quero parabenizá-lo, pela relatoria *ad hoc*, e à Senadora Lúcia, pela emenda.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Flexa.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

O Item 3 da pauta envolve decisão terminativa. Vamos aguardar o quórum qualificado em outra reunião.

Vamos votar, agora, dois requerimentos de extrema importância, que são constantes dos Itens nºs 5 e 6 da pauta.

ITEM 5

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011 – CI

Nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Exm^a Sr^a Miriam Belchior, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (CI), para expor

sobre o andamento dos investimentos das obras do PAC, relacionadas à Infraestrutura Urbana do País, versus PPA 2012-2015, de que trata o PL nº 29, de 2011 – CN.

Autoria: Senador Walter Pinheiro, subscrito por esta Presidente e pelo Senador Vicentinho Alves.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011 – CI

Nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeremos seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, convite de comparecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal (CI), acompanhado do representante legal da Via-Bahia para exposição sobre a execução do contrato de concessão firmado com aquela empresa. Mas destacadamente deverá ser enfocado o trecho da BR 324/BA (Salvador – Feira de Santana).

Autoria: Senador Walter Pinheiro, Senadora Lídice da Mata, Senador João Durval, Senadora Lúcia Vânia e Senador Vicentinho Alves.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 4 da pauta envolve decisão terminativa. Vamos também retirá-lo, em função da falta de quórum qualificado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

**ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO
DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA
SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Alvaro Dias e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam a ausência os Senadores **Francisco Dornelles e Cyro Miranda**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 52ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2011**, de autoria do Deputado De Velasco, que “Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tratar de sinalização indicativa em rodovias.” Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2010**, de autoria do Senador Neuto de Conto, que “Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.” Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL).” Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.” Adiado. **ITEM 4 – PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo”. A Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc* Senador Sérgio Souza, para fazer a leitura do Relatório. Usam da palavra para discutir a matéria o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Sérgio Souza. Adiado. A Presidente comunica prazo de apresentação de emendas ao PLOA até 18 de novembro e sua apreciação em reunião às 9 horas do dia 22 de novembro, terça-feira; no dia 23 de novembro, quarta-feira, às 9 horas: reunião de votação de matérias terminativas nesta Comissão; e no dia 24 de novembro, quinta-feira, às 9 horas: reunião de Audiência Pública com a Ministra Miriam Belchior, sobre o PAC. Fizeram uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 52ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2011

**Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei
nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que
institui o Código de Trânsito Brasileiro, para
tratar de sinalização indicativa em rodovias.**

Autoria: Deputado De Velasco

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

O Senador solicitou retirada de pauta, uma vez que ele está na Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 5**– Não Terminativo -****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2010**

Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.

Autoria: Senador Neuto De Conto

Relatoria: Senador Jorge Viana

Idem quanto a este Item 5: o Senador Jorge Viana também está na Comissão de Assuntos Sociais, em função da audiência pública.

ITEM 2**– Terminativo -****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2005**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (Proisol).

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria *ad hoc*: Senador Walter Pinheiro

O PLS nº 5, de 2005, já foi lido.

ITEM 3**– Terminativo -****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**

Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria *ad hoc*: Senador Inácio Arruda

Minuta do parecer da relatoria *ad hoc* do Senador Inácio Arruda.

Este também já foi lido.

ITEM 4**– Terminativo -****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010**

Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo,

lo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria *ad hoc*: Senador Sérgio Souza

Minuta do parecer da relatoria do Senador Walter Pinheiro.

Solícito ao Senador Flexa Ribeiro para, como relator *ad hoc*, relatar o Item 4 da pauta, decisão terminativa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, eu sou autor do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Desculpe, Senador.

Tem a palavra o Senador Sérgio Souza, como relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente desta comissão, Senadora Lúcia Vânia, Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, aqui presentes, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que tem por objetivo obrigar o fabricante e o importador de veículo automotor a inserir, no manual de manutenção do veículo, uma relação de informações que contenha “denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do Regulamento”.

Para tal, o projeto objetiva, em seu art. 1º, incluir art. 32-A na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

O art. 2º do PLS nº 125, de 2010, por sua vez, encerra cláusula de vigência, de cento e oitenta dias a partir da publicação da lei em que se converter.

A justificativa da proposição reside na tentativa de se reduzir o abuso de dependência econômica contra o adquirente de veículo, que fica à mercê de preços praticados pela redistribuidora exclusiva vinculada ao fabricante. Sem contar que, às vezes, a questão não reside no preço elevado, mas na própria falta de fornecimento da peça perseguida.

Anota-se, ainda, na justificativa, que a relação de peças facilitará a compra, pelo próprio proprietário do automóvel, de peças de reposição para os automóveis adquiridos pelos consumidores, porque tal informação de códigos e referências garantiria a compatibilidade da peça com o automóvel adquirido, bem como estimularia saudável concorrência no mercado de peças de reposição e propiciaria melhora no estado geral de conservação da frota circulante, de forma a gerar maior segurança e menor nível de poluição e consumo de combustível.

O PLS nº 125, de 2010, foi aprovado, sem emendas, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Con-

sumidor e Fiscalização e Controle e é recebido nesta Comissão para apreciação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Passo à análise, Sr^a Presidente.

O projeto de lei analisado versa sobre direito econômico, matéria de competência da União (art. 24, inciso I, da Constituição Federal), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição).

A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as previstas no §1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios. Ao contrário, estimula a efetivação dos princípios constitucionais de livre iniciativa dos fabricantes e distribuidores de peças automotivas, em especial daqueles que possuem pacto de exclusividade de fornecimento ou distribuição com as empresas montadoras de veículos, bem como fomenta os princípios constitucionais da livre concorrência, da defesa do consumidor e da busca do pleno emprego dos fatores da produção (Constituição, art. 170, incisos IV, V e VIII).

A análise deste projeto pela Comissão de Serviços de Infraestrutura está em consonância com o inciso I do art. 104 do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre transportes em terra.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) inovação, dado que exige que o fabricante ou importador forneça manual de peças com referências e códigos; b) efetividade, porque o consumidor poderá exigir a apresentação do manual de referência das peças; c) veiculação normativa adequada, já que o tema deve ser disciplinado por lei ordinária; d) coercitividade, já que vincula tanto fabricantes como importadores; e e) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todas as empresas fabricantes ou importadoras de veículos.

A boa técnica legislativa foi observada: não há inclusão de matéria diversa do objeto da lei modificada, que é o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

A proposta é meritória, na medida em que de fato o consumidor brasileiro e a rede de oficinas não credenciadas têm enfrentado problemas com os preços altos e a falta no mercado das peças de reposição para automóveis.

Essa situação tem sido agravada pelo elevado crescimento nos últimos anos do mercado de veículos

automotivos, e o correspondente aumento da produção e importação de veículos, peças e componentes.

Para se ter uma idéia do tamanho do mercado automotivo no Brasil, apresentamos os seguintes dados, extraídos do Anuário da Indústria Automobilística Brasileira, de 2010, elaborado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea:

Em 2009, a frota estimada de automóveis no Brasil era de 23,6 milhões de unidades. Incluindo-se os comerciais leves, caminhões e ônibus, esse número passa para 29,6 milhões;

A produção de automóveis no Brasil, em 2006, era de 2,09 milhões de unidades, tendo saltado para 2,57 milhões em 2009 (taxa de crescimento anual de 7,1%). Incluindo os veículos comerciais leves, caminhões e ônibus, o número de veículos produzidos é de 2,61 milhões, em 2006, e 3,18 milhões, em 2009 (crescimento de 6,9%);

O faturamento líquido do segmento de autoveículos, em 2006, foi de US\$48.474 milhões, tendo saltado para US\$62.238 milhões, em 2009 (crescimento anual de 8,7%). Já o faturamento das autopeças pulou de US\$28.548 milhões para US\$34.927 milhões, no mesmo período (6,9% ao ano);

As importações de autoveículos, em 2006, somaram US\$2.633,6 milhões, tendo saltado para US\$ 6.971,1 milhões, em 2009 (crescimento anual de 38,3%). Por sua vez, as importações de autopeças somaram US\$ 7.236,8 milhões, subindo para US\$ 9.508,1 milhões, no mesmo período (crescimento anual de 9,5%).

Como destacado no parecer da CMA, a ausência de informação sobre os códigos de referência das peças de reposição de veículos constitui prática abusiva perpetrada pelos fabricantes e importadores de veículos.

Essa prática é conhecida como *abuso de dependência econômica*, isto é, o fabricante do automóvel, ao não informar o código da peça, *abusa de seu poder*, derivado que é da *dependência econômica* de que o consumidor, proprietário do veículo, padece diante do fabricante ou importador. Essa dependência se dá porque o automóvel é fabricado para ser utilizado por pelo menos quinze anos e, nesse período, é necessário adquirir peças de reposição.

A confecção do manual de referência dos códigos das peças de reposição estimularia a concorrência no mercado de peças de reposição, com impactos favoráveis na redução de preços e de custos de manutenção de veículos, promovendo a defesa do consumidor. Além disso, acarreta a melhora do estado geral da frota circulante, com o consequente aumento da segurança e redução dos níveis de poluição nas cidades brasileiras.

Não obstante o parecer da CMA não ter proposto qualquer alteração no projeto, é interessante analisar a pertinência de se ampliar o escopo da proposição.

O artigo 32-A acrescido à Lei nº 8.078, de 1990, refere-se apenas a automóveis, não alcançando outros veículos automotores, como motocicletas, ônibus, caminhões e máquinas agrícolas. O problema é que, à exceção das motocicletas, os demais veículos não podem ser regulados pela Lei 8.078, de 1990, uma vez que essa Lei protege apenas os consumidores e não as empresas que comprem veículos para fins empresariais.

Assim, é de ser aumentado o alcance da norma para outros veículos utilizados comercialmente, o que exige a necessidade de tornar o PLS nº 125, de 2010, um projeto de lei especial, desvinculando-o do Código de Defesa do Consumidor.

Propomos, ainda, a inclusão de norma que imputa todo o sistema de sanções administrativas e penalidades estabelecidas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor ao descumprimento do dever previsto no projeto, sempre que a relação de consumo estiver presente.

E, por fim, é salutar a inclusão da proposta desenhada pelo Senador Blairo Maggi, a fim de que a relação de informações que contenha denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo possa ser ofertada pelo fabricante ou importador não apenas em meio físico, mas também em meio magnético ou eletrônico, inclusive pela disponibilização de seu conteúdo na internet.

Nesses termos, segue a conclusão de voto pela apresentação de substitutivo, o qual mantém, ademais, a *vacatio legis* de cento e oitenta dias.

O voto do relator é pela aprovação do PLS, na forma do seguinte substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010 (SUBSTITUTIVO)

Obriga o fabricante e o importador de veículo a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O fabricante e o importador de veículo deverão inserir no manual de manutenção do veículo relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do Regulamento.

§ 1º. A relação a que se refere o *caput* poderá ser disponibilizada alternativamente, por meio magnético,

por meio eletrônico ou por meio da rede mundial de computadores.

§ 2º. O descumprimento do *caput* implica a atribuição das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sempre que o negócio jurídico caracterizar relação de consumo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Temos também aqui um relatório do Senador Gilberto Goellner. Esse também é para ser lido, Srª Presidente? (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, só este.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Então, era o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço.

Em discussão a matéria.

Senador Flexa, autor do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Sérgio, como Relator *ad hoc*, e ao Senador Walter Pinheiro, que enriqueceu o projeto com o seu relatório, porque ele ampliou. O projeto original previa, como ele bem disse no seu relatório, apenas atender aos veículos, aos automóveis, e ele fez a ampliação para qualquer tipo de veículo, ônibus, e foi até além, tratores, motos. E tirou do Código do Consumidor, porque levou essa proteção também para as empresas. E, em vez de exigir que fosse num manual, que seria algo bastante volumoso, trouxe para o meio magnético, para que as indústrias trouxessem essa lista de peças codificadas para o meio magnético.

Isso vai trazer uma proteção aos consumidores enorme, porque, como ele expôs no seu relatório, hoje, a dificuldade e o sobrepreço das peças para a manutenção dos veículos traz aos consumidores uma despesa muito grande, pois, quando as indústrias não fornecem o código das peças, os proprietários de veículos ficam nas mãos das revendas, que cobram os preços de peças que eles chamam de peças oficiais, vamos dizer assim, das indústrias, o que não são. As grandes marcas, elas compram as peças das autopeças, das indústrias que produzem essas peças e apenas embalam com as marcas das montadoras. Dessa forma, eles vão poder comprar diretamente das produtoras das autopeças.

A aprovação aqui, na CI, é terminativa. Quando nós tivermos o quórum para votação, peço aos meus pares que possamos aprová-lo, e vamos remetê-lo à Câmara, e espero que lá tenha a tramitação mais rá-

pida possível, para que os consumidores brasileiros possam ter a proteção que o projeto dará a todos eles.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Flexa, e parabéns pelo projeto, é um projeto meritório.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Primeiro, eu queria enaltecer a iniciativa do Senador Flexa na proposição desse projeto de lei.

Realmente, Senador Flexa, esse é um problema que está preocupando todo o País. Temos aqui um dado colocado pelo Relator que diz respeito às importações de automóveis. Repetindo: de 2006 para 2009, aumentou-se em quase 40% as importações de automóveis.

Hoje, a infraestrutura urbana é a mesma de 2006, praticamente. Então, temos um acréscimo enorme de veículos no trânsito. Acho que os grandes centros do Brasil estão sofrendo, cada vez mais, com a questão dos congestionamentos. Portanto, o número de acidentes, principalmente abaloamentos, é muito maior, e há necessidade de reposição dessas peças, principalmente de veículos importados, mas, às vezes, demora 60, 90 dias para chegar uma peça que vem da Coreia, da China, da Índia, porque no mercado brasileiro, no mercado aberto, principalmente de veículos importados desses países, nos últimos anos, a reposição dessas peças não se dá de imediato, demora. E tenho percebido até mesmo a reclamação de pessoas que conheço no sentido de que a demora na reposição dessas peças tem trazido transtornos e até mesmo o aumento do preço no momento do conserto, porque o veículo fica num pátio ou ocupando um espaço numa oficina por meses, aguardando a reposição da peça.

Então, eu quero enaltecer V. Ex^a pela iniciativa desse projeto, que vai atender, necessariamente, direta ou indiretamente, a todos os brasileiros.

Parabéns.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria é retirada de pauta para quando nós tivermos o quórum qualificado.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores que, no dia 22 deste mês, na terça-feira da próxima semana, às 9 horas, teremos a apreciação das emendas ao PLOA/2011 – o Projeto de Lei Orçamentária Anual –, aqui na comissão. O prazo de emendas já está aberto e encerra-se na sexta-feira. Amanhã encerra o prazo, e terça-feira será a votação.

Então, é preciso que os Srs. Parlamentares agilizem o processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr^a Presidente, só para rememorar: a nossa Comissão tem direito a quantas emendas?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A cinco emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cinco emendas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Duas de remanejamento. Três de...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Isso.

Duas de remanejamento e três novas emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou seja, as cinco emendas precisam ser alvo de uma convergência do conjunto de Senadores?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Elas têm que ser emendas de cunho nacional; elas não podem ser de caráter regional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está certo. E o debate sobre as...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A pergunta do Senador... As emendas, depois de entregues ao relator, serão escolhidas...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – As emendas são apresentadas à Secretaria; o Relator desta matéria aqui é o Senador Vicentinho, que vai apreciar essas emendas, verificar quais delas são admissíveis e quais não são admissíveis. Há o relatório preliminar da Comissão de Orçamento, e é bom que os Senadores consultem esse relatório preliminar, porque há novas exigências, diferentemente das do ano passado. Então, a emenda tem de ser adequada ao relatório preliminar e, ao mesmo tempo, ter o caráter nacional. Duas delas podem ser de remanejamento e três emendas, que são...

É interessante, aqui na comissão, haver uma emenda de ferrovia, uma emenda de porto, uma emenda de rodovias, enfim, de todos os modais. Eu acho que é importante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para o Aeroporto de Goiânia, para o Aeroporto de Vitória...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para o Aeroporto de Goiânia, para o Aeroporto de Vitória etc., etc....

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Ferraço, Aeroporto de Belém...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nossos dois aeroportos são...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Lamentavelmente, Senador Ferraço, essas emendas de comissão não podem ter destinação definida. Elas são, como disse a Senadora, de caráter nacional.

Agora, quanto à sua pergunta, o relator normalmente fica numa situação difícil, porque ocorrem emendas a maior do que as três que ele vai escolher. Então, se V. Ex^a quiser fazer um *lobby*, no bom sentido, é necessário que vários Senadores façam emendas na mesma direção do modal pelo qual haja o interesse da comissão.

Então, o modal é o hidroviário, e já quero induzir V. Ex^a para que a gente possa efetivamente implantar o modal hidroviário no Brasil. Então, a gente pode fazer...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Por exemplo, nós temos a rodovia 158, que passa lá no Pará, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ela passa...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela vai ao Mato Grosso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ela vem de baixo, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vem de baixo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela atravessa vários Estados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A 153.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, a 153 passa no Pará. E assim vai.

Então, é importante...

Qualquer dúvida, a Consultoria do Senado pode orientar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Agora, na quarta-feira...

Eu gostaria que os senhores prestassem atenção: na quarta-feira, nós vamos ter uma reunião para apreciação de matérias terminativas. Quarta-feira, nós vamos apreciar todas as matérias terminativas. Nós vamos fazer uma reunião às 14 horas de quarta-feira. Então, é uma reunião rápida para a qual precisamos de quórum qualificado. Daí por que vamos fazer na parte da tarde de quarta-feira, que é um dia em que todos os Senadores estarão aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos aprovar as emendas na quarta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. As emendas serão apreciadas na terça de manhã, às 9 horas. Na quarta, vou fazer uma reunião para votar as matérias terminativas, na parte da tarde, e, na quinta-feira, vamos ter uma audiência pública com a Ministra Miriam Belchior para avaliar o PAC. Tenho encaminhado aos Srs. Senadores várias matérias sobre o PAC e agora, esta semana, devo mandar o Atlas Multimodal, que é muito importante para que os senhores possam conferir por Estado as obras do PAC, o seu andamento, o valor já despendido para aquela obra e terão subsídios para questionar a Ministra a respeito dessa ação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quando virá a Ministra? Na quarta-feira?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Na quinta-feira, pela manhã, no horário normal da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Daí por que nós estamos fazendo essas duas reuniões extraordinárias, para limpar a pauta, pois já estamos praticamente encerrando o ano, e essa audiência pública será para arrematar todo o trabalho que fizemos na área de audiências públicas.

Então, com esse material que os senhores terão em mão, será possível subsidiar as perguntas e comparar o que está apresentado no relatório do PAC ao que está sendo executado realmente nos seus Municípios. Ao mesmo tempo, temos o PAC 2, que está no Orçamento de 2012, para que os senhores possam ver se as obras estão inseridas no Orçamento de 2012.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidenta, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero agradecer a V. Ex^a, pois recebi no gabinete um documento bastante volumoso do Ipea e um mapa do Dnit, com as rodovias de 2009, no Pará, mas V. Ex^a disse que mandaria esse documento do PAC...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Atlas é multimodal. Ele não só tem os quatro modais, como também a área de energia, petróleo etc.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Antigamente, o Governo Federal distribuía um relatório trimestral do andamento do PAC. É esse?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. Esse é um atlas. Você tem aí o atlas? Vou mostrar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas esse relatório do PAC eu não recebi.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vai receber esta semana, porque não tinha para todos. Eu pedi para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Seria Interessante que recebêssemos com antecedência...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Do PAC não recebeu?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não. Seria Interessante que recebêssemos com antecedência para essa audiência com a Ministra. Eu recebi esse...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu já encaminhei o do PAC.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas não é desse que eu precisava. Se eu pudesse ter um exemplar para poder me preparar para a audiência com a Ministra...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, encaminharei para o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Por favor. Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agora, é importante, aqui tem até o mês de setembro deste ano. É importante retirar do Siafi o que foi desembolsado até o mês de novembro, porque a gente teria dados mais reais. Mas é possível ter uma ideia do que está sendo feito em todo o País. De forma que os senhores poderão se orientar por aqui, pelo mapa e pelo atlas, que é muito importante. O atlas o senhor não recebeu ainda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas a nossa audiência com a Ministra Miriam Belchior é especificamente sobre o PAC?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só sobre o PAC. Achei melhor convidá-la porque nós não teríamos tempo hábil para ouvir cada Ministro de forma setorial...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cada ministro de forma setorial. Acho que ela tem uma visão geral, porque está sob a responsabilidade dela essa coordenação do PAC, então, nós teríamos uma visão geral. Se algum Senador entender que seria necessário especificar mais um setor, podemos fazer mais uma audiência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas acho que V. Exª agiu corretamente, porque a Ministra é coordenadora. Então, é uma boa oportunidade para fazermos um sobrevoo a respeito da performance do PAC.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agora, seria muito interessante, Senador Ferraço, que vocês utilizassem esse material, que está muito bom. Mande para cada um o mapa do

seu Estado, já definidas as obras. Seria bom inclusive checar se, em cada Estado, realmente, essas obras estão acontecendo.

A Secretaria está informando aqui que não são cinco emendas, não. São oito emendas, quatro de remanejamento e quatro de apropriação.

Ouviu, Senador Flexa? São oito emendas. Não são cinco como nós havíamos dito. Eram cinco no passado; agora são oito emendas: quatro de apropriação e quatro de remanejamento. Então, temos um espaço maior aí.

Agradeço aos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia quatro de outubro do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senhores Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Wilson Santiago, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011**, “Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos

Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.” **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. Usa da palavra a Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto, com as Emendas 1 e 2-CDR. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2011**, “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.” **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Wilson Santiago. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Usa da palavra a Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** A Presidência designa Relator “Ad Hoc” o Senador Rodrigo Rollemberg. Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 2011**, “Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.” **Autoria:** Senador Jorge Viana e outros. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Usam da palavra as Senadoras Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Concedido vista, nos termos regimentais, às Senadoras Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**, “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010**, “Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.” **Autoria:** Deputado Aelton Freitas. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO 26/2011-CDR** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública,

no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir o “panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados a aviação”, para tanto relacionamos os seguintes convidados: Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC; Marcelo Pacheco Guaranis – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto da Conceição – Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA.” **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA-PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO 27/2011-CDR** “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Debates, para discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como o desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, com a presença dos seguintes convidados: Marcelo Dourado – Diretor Superintendente da Sudeco; Jacques Pena – Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; Oton Nascimento – Secretário de Planejamento do Estado de Goiás; Júlio Miragaia – Diretor de Gestão e Informações da Codeplan; Pedro Alves de Oliveira – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás; Renato Andrade – Secretário de Entorno do Distrito Federal; Antonio Rocha – Presidente da Federação das Indústrias de Brasília-Fibra; Francisco Caputo – Presidente da OAB do Distrito Federal; Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário do Pronasci – Ministério da Justiça; Márcio Florentino – Coordenador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública– UnB; Ana Fonseca – Secretária Extraordinária de Superação da Pobreza Extrema – Ministério do Desenvolvimento Social; Arlete Sampaio – Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de do DF; Maurício Muniz – Coordenador do PAC do Ministério do Planejamento; Adelmir Santana – Presidente da Federação do Comércio de Brasília; Rafael Barbosa – Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sandro Avelar – Secretário de Segurança Pública do DF; João Furtado – Secretário de Segurança Pública de Goiás; Prefeitos das cidades do Entorno e Região; Representantes da Universidade de Brasília-UnB; Representantes da Universidade Federal de Goiás-UFG.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– **Senador Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Dando continuidade, eu gostaria de pedir a dispensa da leitura da ata, que todos já têm conhecimento.

Submeto à apreciação das Sras e dos Srs. Senadores a ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

As Atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nós temos aqui uma série de convites para fazer a S. Exªs os Senadores e Senadoras.

Comunicações.

O Presidente do Senado comunica que os Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg, a partir do dia 29 próximo passado, fazem parte desta Comissão como membros suplentes.

Quero desejar a todos as boas-vindas para que possamos, juntos, fazer aqui um trabalho como tem acontecido até hoje.

Comunicado 2.

A Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) convida todos os membros desta Comissão para participar, entre os dias 19 e 21/10, no Riocentro, Rio de Janeiro, do 39º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, Feira das Américas 2011, que está nesta edição e terá como tema “Brasil Bem-Sucedido – Oportunidades e Novas Atitudes para o Turismo”.

Acontecerá, no próximo dia 10 de outubro, Fórum Legislativo nas Cidades Sedes da Copa de 2014, na cidade do Rio de Janeiro.

Após esta reunião da CDR, a Subcomissão realizará uma audiência pública para debater a transparência dos gastos públicos na Copa e nas Olimpíadas. Também, após esta reunião, na sala 15, faremos a continuação da reunião com o *trading* turístico. Isso na tarde de hoje.

Logo após a reunião extraordinária, haverá a reunião da Subcomissão da Copa.

Foi feita a distribuição, já há alguns dias, de formulários pedindo a opinião de cada um dos Senadores e Senadoras com relação à melhor hora e à melhor oportunidade para continuarmos as nossas reuniões. Estamos no aguardo ainda de algumas respostas.

Terminada as comunicações e os convites, passamos à Ordem do Dia.

ITEM 1

– Não terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, Sras Senadoras, Srs. Senadores, como disse V. Exª, o projeto é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, alterando a Medida Provisória para prorrogar até 31 de dezembro de 2073 os incentivos fiscais nela previstos.

Para agilizar os trabalhos, vou direto à análise.

Está claro que esta Comissão tem a competência de analisar o mérito do Projeto de Lei do Senado no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

A autora da matéria, do projeto, como se queira, Senadora Vanessa Grazziotin, argumenta que os incentivos fiscais são compensações oferecidas às empresas para que se instalem em regiões menos desenvolvidas do Brasil. Tais compensações são necessárias porque, ao decidir pela instalação em áreas menos desenvolvidas, as empresas abrem mão de benefícios existentes em áreas mais desenvolvidas, como, por exemplo, proximidade com fornecedores de insumos e com os mercados consumidores; a existência de trabalhadores com qualificação adequada; e a facilidade para escoar a produção. Ou seja, a logística.

Para que haja convergência não basta o crescimento do consumo também das famílias. É fundamental que atividades produtivas floresçam nas regiões menos desenvolvidas, principalmente atividades compatíveis com o padrão de consumo das populações dessas regiões. Para isso, empresas devem ser atraídas, mas elas não irão para regiões desenvolvidas que apresentam desvantagens locais, sem que lhes seja dado algum tipo de incentivo.

Assim sendo, é de interesse do Norte e do Nordeste, áreas de atuação, respectivamente, da Sudam e da Sudene, que os incentivos sejam mantidos por mais tempo. Retirá-los justamente quando as economias das áreas periféricas do Brasil começaram a crescer acima da média seria abortar esse processo, ou seja, equivaleria a interromper o processo de redução das desigualdades regionais no País.

Entretanto, apesar de meritório, o texto merece reparos. A proposta precisa estar conformada aos ditames da Lei nº 12.309, de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que estabelece que os projetos de lei editados no exercício de 2011, e que concedam renúncia de receita da União, devem vigor por, no máximo, cinco anos. Assim, a prorrogação legal do referido incentivo seria de 2013 para 2018.

Outra exigência legal no que diz respeito à ampliação de incentivo fiscal é o que preconiza o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Esse dispositivo estabelece as medidas que devam ser tomadas quando o Poder Tributante decidir renunciar as receitas, impondo condições à concessão ou ampliação de benefícios tributários que importem perdas orçamentárias para a Fazenda Pública. Em função dessas observações, apresentamos duas emendas para adequar a proposição às exigências referidas.

Agora vem o meu voto.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº , -CDR
(Ao PLS nº 349, de 2011)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2018, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º”.

A segunda emenda também desta Comissão:

EMENDA Nº , -CDR

Dê-se aos artigos 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, nos termos do artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração.

“Art. 3º Sem prejuízo das demais normas em vigor sobre a matéria, fica mantido, até 31 de dezembro de 2018, o percentual de trinta por cento previsto no inciso I do art. 2º da Lei no 9.532, de 1997, para aqueles empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer com o voto da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele não é terminativo; ainda tramitará pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Lá, ele se torna terminativo.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Concordando com o parecer da nossa relatora, Sr. Presidente, levando em conta que nós temos mais uma comissão terminativa, acho que as dúvidas nós teremos tempo para resolvê-las até a próxima comissão.

Sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação as emendas, em primeiro lugar.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as emendas.

Vamos ao projeto final.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Ele vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Item 2.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a e todas as Senadoras e Senadores desta Comissão e dizer que estou muito honrado em poder participar desta Comissão, presidida por V. Ex^a e que dispõe de temas da maior importância, como o desenvolvimento regional e turismo.

Quero solicitar a V. Ex^a a inclusão extrapauta de um requerimento que estou propondo para a realização de um ciclo de debate, em forma de várias audiências públicas, para discutir alternativas para o desenvolvimento autossustentável e geração de emprego e renda no entorno do Distrito Federal, bem como o desenvolvimento social e as condições de vida no entorno, no que se refere à segurança, à educação, à saúde, à assistência social e à moradia.

Vou dar uma explicação muito rápida, Sr. Presidente. Eu estou absolutamente chocado com os indicadores sociais do Entorno do Distrito Federal. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, Brasília, o Distrito Federal tem uma renda *per capita* anual em torno de R\$46 mil. Cidades como Águas Lindas, por exemplo, vizinha ao Distrito Federal, tem uma renda média *per capita* anual de R\$2.800; Novo Gama, de R\$3.300. Ou seja, são disparidades impressionantes.

Essas cidades surgiram a partir de Brasília, dependem de Brasília e temos de buscar construir alternativas conjuntas. A busca dessas alternativas é de responsabilidade do Governo Federal, do Governo de Goiás e também do Governo Federal, já que seis cidades do entorno do Distrito Federal, que estão entre as mais pobres e que têm 51% da população do entorno do Distrito Federal, são cidades que não chegam a ter nem 20% do seu Produto Interno Bruto constituído por atividades agrícolas e industriais. São cidades que dependem efetivamente dos serviços de Brasília.

Portanto, com o objetivo de buscar soluções para o desenvolvimento da região do entorno, solicito a V. Ex^a não apenas a inclusão extrapauta do requerimento, mas a sua aprovação, para que possamos fazer um debate profundo no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O requerimento de V. Ex^a é meritório.

Eu o submeto à apreciação das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores a primeira providência, que é a inclusão na pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Entrará na pauta da reunião de hoje, Senador.

ITEM 2

– Não terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Wilson Santiago. (*Pausa.*)

Não estando presente o Senador Wilson Santiago, o Relator, designo Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Rodrigo Rollemberg, para a leitura do parecer.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É o Item 2.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

Relatório.

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

O art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação nos municípios mencionados. Seu parágrafo único prevê que a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

O autor assim justifica sua iniciativa: “Este empreendimento, cujo marco inicial situa-se nos Municípios piauienses de Eliseu Martins e Pavussu, tornar-se possível o escoamento das riquezas geradas no Nordeste brasileiro de forma muito mais econômica que o transporte rodoviário e permitirá que a produção da ZPE aqui proposta alcance o mercado internacional a custos competitivos”.

O PLS nº 468, de 2011, foi encaminhado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se restringe ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao mérito, cabe esclarecer que a discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de oitenta, quando foram criadas, mediante decreto presidencial, dezessete ZPEs. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação.

Recentemente, o debate em torno das ZPE voltou à tona, com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 2007.

Diante da discussão sobre a importância das ZPEs como instrumento de promoção do desenvolvimento, foram apresentados diversos Projetos de Lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPE em diversos Municípios brasileiros, entre os quais está o PLS que ora analiso.

Sem sombra de dúvidas, o PLS nº 468, de 2011, é meritório, já que as ZPEs são um importante instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir para reduzir as desigualdades entre regiões do Brasil.

Ainda que seja favorável às ZPEs como instrumento de política de desenvolvimento, é necessário levar em conta a legislação sobre sua criação.

A Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação relativa às Zonas de Processamento de Exportação, em seu art. 2º, estabelece que a criação de ZPE far-se-á por decreto, à vista de proposta dos Estados ou Municípios. O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para

a exportação. Portanto, caberá ao Conselho Nacional analisar o mérito da criação de ZPE nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Piauí, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado ou pelos Municípios.

O Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, ainda adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. De acordo com esse Parecer, “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”.

Em função do Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão da Educação, Cultura e Esporte, que requereu, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou em sua 28ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de junho de 2011, Parecer de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ainda não aprovado pelo Plenário do Senado Federal, pela inconstitucionalidade de projetos de lei autorizativa.

No mesmo Parecer aprovado pela CCJ, informa-se que aquela Comissão aprovou, em 6 de abril de 2011, substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal a hipótese de indicação que visa a sugerir a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. O substitutivo contém regra de transição, que permite a formulação de requerimento de indicação como conclusão aos pareceres dos projetos de lei autorizativa em curso. A matéria, contudo, ainda se encontra em tramitação na Casa.

Assim sendo, parece-me que todos os Projetos de Lei do Senado que propõem a criação de ZPE devem ser entendidos como uma sugestão, ou mesmo uma indicação, ao Poder Executivo, que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para criar ZPE por meio de decreto. Esse foi, inclusive, o Parecer dado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em 2008, a um grande número de Projetos de Lei do Senado que propõem criação de ZPE em vários Municípios de vários Estados da Federação.

Portanto, o PLS nº 468, de 2011, deve ser entendido como uma sugestão, ou indicação, ao Poder Executivo, que tem a competência legal para criar Zona de Processamento de Exportação por meio de decreto.

Ademais, creio ser possível a criação de uma ZPE nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, o que deverá contribuir para o desenvolvimento daqueles municípios e da região do extremo sul do Piauí.

Como conclusão, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, a qual se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, a proposição não fere a ordem jurídica vigente e atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto Lei do Senado nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Relator Senador Wilson Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o Parecer.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, só para registrar rapidamente que realmente me preocupei com o teor do projeto e que, na medida em que foi transformado em projeto autorizativo, passa a merecer, portanto, a nossa aprovação.

Quero parabenizar o Senador Wilson, que fez um esforço grande para aproveitar toda a proposição.

Aproveito para dizer que todas as ZPEs ainda não foram implantadas no nosso País e que há uma comissão de trabalho que visa a manter os seus prazos de validade e impedir a caducidade das ZPEs da Bahia, do Pará e do Tocantins em negociação com a Liderança do Governo. Portanto, esse assunto que veio à tona é de extrema importância para esses Estados – se não me engano há uma também no Maranhão. Elas têm o apoio dos Governos e dos Municípios para que nós possamos constituir Zonas de Processamento de Exportação, mas têm de autorizadas e solicitadas pelos Prefeitos e Governadores de Estado, com a aprovação do Conselho Nacional de Zonas de Exportação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 3, também não terminativo.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 2011

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Tem a palavra V. Exª para a leitura do seu parecer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vem à apreciação desta Comissão o PLS nº 526, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana e outros senadores, que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.

O projeto em análise tem o objetivo de reduzir para 60% o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da região Norte.

De acordo com a legislação em vigor, somente poderá instalar-se em ZPE a pessoa jurídica que assuma o compromisso de auferir e manter, por ano calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, 80% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

O art. 1º do projeto acrescenta ao art. 18 da Lei nº 11.508, de 2007, o § 8º para estabelecer que, para ZPE localizada na faixa de fronteira da região Norte, o limite de receita bruta decorrente de exportação será de, no mínimo, 60% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Os autores assim justificam sua iniciativa: “No entanto, ao pensarmos a instalação de uma ZPE como uma fonte de estímulo ao desenvolvimento econômico de uma região, é preciso levar em conta as peculiaridades de cada localidade. Ao estabelecer uma regra única para todo o território nacional, a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, acaba por limitar a possibilidade de interesse de empresários em investir numa ZPE situada na faixa de fronteira da região Norte.”

O PLS nº 526, de 2011, foi encaminhado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 104-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se restringe ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011, quanto ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao mérito, cabe esclarecer que a discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de 1980, quando foram criadas, mediante decreto presidencial, 17 ZPEs. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação, como foi dito, agora mesmo, em outro relatório semelhante.

Recentemente, o debate em torno das ZPEs voltou à tona, com a discussão e a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 2007.

Diante da discussão sobre a importância das ZPEs como instrumentos de promoção do desenvolvimento, foram apresentados diversos projetos de lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPEs em diversos Municípios brasileiros.

A iniciativa em análise visa a criar um diferencial, cujo objetivo é estimular o empresário que tenha interesse em instalar ZPE que opte por aquela situada na faixa de fronteira da região Norte – a mais pobre, portanto, e a mais distante do País, dos grandes centros. O atrativo consistiria na diminuição do limite de receita bruta decorrente da exportação, que seria, no mínimo, 60% de sua receita bruta total de vendas, de bens e serviços, se a empresa optar por ZPE na faixa de fronteira. Isso significa que a empresa ali instalada poderia destinar até 40% dos bens e serviços produzidos para o mercado interno.

De acordo com a redação atual, em todo o País, o percentual máximo de produção que pode ser destinado ao mercado interno é de 20%, independentemente da localização da ZPE – e, aqui, quero fazer um comentário: está-se justamente tratando igualmente coisas tão desiguais como as nossas regiões.

Por um lado, a iniciativa do Senador Jorge Viana e de outros Senadores criou uma compensação para que a empresa tenha de superar as desvantagens

decorrentes de uma localização onde haja insuficiente dotação de infraestrutura e indisponibilidade de recursos humanos, como são as condições vigentes na faixa de fronteira da região Norte. Por outro lado, é necessário considerar a importância da ocupação da área fronteira daquela região do País para a segurança e a soberania nacionais.

Assim, no interesse nacional, é oportuna a iniciativa de oferecer estímulos adicionais às empresas que venham a se instalar em ZPE localizada na faixa de fronteira da região Norte.

Como conclusão no que diz respeito ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, a qual se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 3º, que trata da redução de desigualdades regionais. Ademais, a proposição não fere a ordem jurídica vigente e atende as normas para elaboração e alteração das leis previstas na Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 526, de 2011, de autoria do ilustre Senador Jorge Viana e de outros Srs. Senadores.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, para discutir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apesar da muitíssima boa intenção do Senador Jorge Viana e da compreensão e sensibilidade do Senador Mozarildo, peço licença em função de estar acompanhando justamente essa discussão das ZPEs com o Conselho Nacional de Zonas de Processamento Econômico, para viabilizar as ZPEs que estariam no vácuo de tempo, de temporalidade, podendo, portanto, ser decretada caduca. Temos travado um debate a respeito da existência das ZPEs no nosso País e no esforço de torná-la viável, já que até agora não se conseguiu implantar nenhuma.

Como esta é uma discussão que não houve ainda nesse Conselho Nacional, eu gostaria de propor que nós pedíssemos vista, para que pudéssemos fazer esse debate e, aí, sim, aprovar, definitivamente, essa proposição do Senador Jorge Viana que, tenho certeza, poderá contribuir e enriquecer muito o debate sobre ZPEs no Brasil, que busca criar uma faixa de diferenciação, de tratamento diferenciado para as ZPEs que estão em áreas na fronteira norte que, em tese, eu acho muito positivo, mas que gostaria de poder analisar isso já nessa discussão com o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, pedir vistas coletivas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vistas conjuntas. É regimental. Estão concedidas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E, se V. Exª me permite ainda, Sr. Presidente, penso que estamos aqui iniciando a análise de matéria da mais extrema relevância. Trata-se do projeto de lei de autoria do Senador Jorge Viana, que modifica a Lei nº 11.508, de 2007, que é a lei que cria no Brasil as Zonas de Processamento de Exportação.

De acordo com as regras atuais, 80% da produção dessas zonas de exportação têm que ser destinadas à exportação; e 20% poderão ser comercializados em território nacional.

Estamos tratando aqui de zona de exportação, Sr. Presidente. Então, acredito que, por conta do pedido da Senadora Lídice da Mata, para que ocorra vistas, seria importante que esta Comissão realizasse pelo menos uma audiência pública, Sr. Presidente, porque se trata de matéria, creio, polêmica, importante, mas, ao mesmo tempo, muito polêmica.

Não sei até que ponto termos aprovado uma legislação que garanta a instalação de zona de processamento de exportação, com uma série de benefícios tributários, faz com que possamos aumentar a possibilidade de comercialização em território nacional. Não sei até que ponto isso poderia levar ao desequilíbrio da competição produtiva em território nacional.

Quero fazer aqui um requerimento verbal; poderei apresentá-lo por escrito na próxima reunião. A Senadora Lídice da Mata disse que considera importante a medida. Então, faremos juntas pedido de realização de uma audiência pública para debater essa matéria, antes que ela venha a voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Exª e a Senadora Lídice da Mata pediram vistas. Acho importante, interessante que possamos discutir matéria dessa natureza com mais envergadura. V. Exªs poderão, na próxima reunião, encaminhar o requerimento, subscrito pelas duas que pediram vista ou por mais Senadores, para que possamos fazer essa audiência pública no momento oportuno.

A matéria vai para as duas Senadoras.

Há, aqui, o projeto do Item 4, que é terminativo...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ...de autoria da Senadora Roseana Sarney com relatoria do Senador Eduardo Amorim. Como S. Exª não se encontra, concedo a palavra ao Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Como não temos mais nenhum item não terminativo na pauta, eu gostaria de solicitar a V. Exª que colocasse em apreciação o requerimento de minha autoria, de audiências públicas, do ciclo de debates sobre o desenvolvimento do Entorno do DF.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está deferido o pedido de V. Exª, considerando-se já que o Plenário se manifestou a respeito.

Antes, porém, vamos ao Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO 26, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir o “panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados a aviação”, para tanto relacionamos os seguintes convidados: Wagner Bittencourt, Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC); Marcelo Pacheco Guaranis, Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Brigadeiro-Ar Carlos Alberto da Conceição, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Autoria: Senadora Maria do Carmo, que tem a palavra para encaminhamento do requerimento.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM — SE) – Sr. Presidente, o requerimento explica claramente o que nós pretendemos com essa audiência: trazer maiores esclarecimentos sobre os acidentes aéreos que estão ocorrendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o requerimento.(Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Aprovado.

Extrapauta.

Item

REQUERIMENTO 27, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Debates, para discutir alternativas para o desenvolvimento autossustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem

como o desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, com a presença dos seguintes convidados: Marcelo Dourado, Diretor Superintendente da Sudeco; Jacques Pena, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; Oton Nascimento, Secretário de Planejamento do Estado de Goiás; Júlio Miragaia, Diretor de Gestão e Informações da Codeplan; Pedro Alves de Oliveira, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás; Renato Andrade, Secretário de Entorno do Distrito Federal; Antonio Rocha, Presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra); Francisco Caputo, Presidente da OAB do Distrito Federal; Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário do Pronasci – Ministério da Justiça; Márcio Florentino, Coordenador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública (UnB); Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Superação da Pobreza Extrema – Ministério do Desenvolvimento Social; Arlete Sampaio, Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de DF; Maurício Muniz, Coordenador do PAC do Ministério do Planejamento; Adelmir Santana, Presidente da Federação do Comércio de Brasília; Rafael Barbosa, Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sandro Avelar, Secretário de Segurança Pública do DF; João Furtado, Secretário de Segurança Pública de Goiás; Prefeitos das cidades do Entorno e Região; Representantes da Universidade de Brasília (UnB); Representantes da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

O Senador já fez o encaminhamento no momento em que apresentou o requerimento.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia.

Convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a próxima reunião da Comissão no seu horário regimental.

Haverá, logo mais, uma reunião da Subcomissão da Copa e teremos uma reunião de trabalho agora com os membros do Conselho Nacional de Turismo, que será na Sala 15.

E aqui fica à disposição de S. Ex^a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada a reunião às 14 horas e 47 minutos e encerrada às 15 horas e 28 minutos.)

ATA DA VIGÉSSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e onze na sala de reuniões número 15, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Lídice da Mata, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wilson Santiago e Rodrigo Rollemberg. Deixam de comparecer os Senadores, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, aprovado em 16/03/11, que propõe a “realização de um ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil”, sendo que nesta data será realizado o 3º Painel, que tem como tema: “A Guerra Fiscal e o Desenvolvimento Regional”. A audiência é realizada com a presença dos seguintes Senhores: René de Oliveira Júnior, Assessor da Secretaria Executiva e Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS/COTEPE, representando os Senhores Nelson Henrique Barbosa Filho – Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e Arno Augustin – Secretário Nacional do Tesouro do Ministério da Fazenda; Deputado Federal Pepe Vargas – Presidente da Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Flávio Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confe-

deração Nacional da Indústria – CNI, representando o Senhor Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Ricardo Nunes de Miranda – Consultor Legislativo do Senado Federal. Após a exposição dos convidados, usam da palavra as Senadoras Lídice da Mata, Ana Rita, Ana Amélia e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADORA Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Convites e comunicados. A Associação Brasileira de Agências de Viagens, Abav, convida a todos os membros desta comissão para participar, entre os dias 19 e 21 deste mês, no Riocentro, no Rio de Janeiro, do 39º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, Feira das Américas 2011, que nessa edição terá como tema “Brasil bem Sucedido, Novas Oportunidades e Atitude para o Turismo”.

Outro aviso e convite são de que no dia 31 de outubro acontecerá, em Manaus, no Amazonas, a etapa estadual do V Simpósio da Amazônia: Uma Visão Jovem para o Futuro Sustentável da Região, promovido pela Subcomissão Permanente da Amazônia, em conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

Agora, entramos no Expediente. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº6, de 2011, da CDR, de minha autoria, juntamente com as Senadoras Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, propondo a realização de um ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil.

Na audiência de hoje, teremos como tema A Guerra Fiscal e o Desenvolvimento Regional.

Eu queria convidar, para participar da mesa, o Dr. Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria, CNI, por gentileza; o Deputado Federal Pepe Vargas, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; Dr. Ricardo Nunes de Miranda, Consultor Legislativo do Senado Federal; Dr. René

de Oliveira e Sousa Júnior, da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Presidente da Comissão Técnica Permanente do Cotepe/ICMS, representando o Dr. Nelson Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, Confaz e também o Secretário Nacional do Tesouro, Dr. Arno Augustin. E ainda o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios Paulo Ziulkoski.

O ex-Governador do Ceará Ciro Gomes, que foi também convidado, comunicou à secretaria desta comissão que infelizmente não pode participar da audiência pública em virtude de ter assumido um compromisso no período da manhã e devido à incompatibilidade de vôos de carreira, não conseguiria chegar em Brasília a tempo.

Portanto, nós vamos começar o nosso trabalho e eu queria já, antecipadamente, agradecer a todos os nossos palestrantes, convidados que aquiesceram ao nosso convite para um tema da maior relevância, que tem a ver também com as questões federativas. O Senado da República é o ambiente adequado para esse debate.

No sistema que nós vamos adotar, cada um dos nossos expositores convidados fará a sua exposição em 15 minutos e depois os interpelantes, os Senadores participantes que estiverem inscritos para fazer perguntas disporão de três minutos, assegurando igual prazo para as respostas do interpelado.

Eu passo a palavra ao Dr. Paulo Ziulkoski. Não está presente ainda. Então, ao Dr. René de Oliveira e Sousa Júnior. Com a palavra o Dr. René.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR

– Srª Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senadora Ana Amélia; Senadora Ana Rita aqui presente; Deputado Pepe Vargas e demais presentes, em primeiro lugar, gostaria de me desculpar pela ausência do Dr. Nelson Barbosa e do Dr. Arno, que em função de estarem atarefados no ministério, não puderam comparecer e me pediram, como Presidente da Comissão Técnica Permanente do Cotepe/ICMS, que os representasse e viesse falar um pouco sobre guerra fiscal.

Parabenizo também a comissão pelo ciclo de debates e pela importância e atualidade do tema, devido à necessidade de cada vez mais se discutir o assunto.

No entanto, sem mais delongas, entrando direto no meu assunto, vou tentar, em quinze minutos, fazer algumas considerações sobre guerra fiscal e receita de ICMS; sobre a guerra fiscal como sendo o problema mais grave, atualmente, do ICMS e alguns outros efeitos; sobre o primeiro passo que estamos tentando na reforma do ICMS, que diminuiria a guerra fiscal. Vou falar quais são os benefícios fiscais legais, que pro-

teções existem com relação à guerra fiscal e alguns exemplos de benefícios fiscais ilegais.

Pode passar.

A guerra fiscal é sem dúvida o mais grave problema do ICMS e se instalou quando os estados passaram a reduzir ICMS para atrair investimentos em seus territórios.

Pode passar.

Os estados mais pobres alegam que sempre foi a única opção que tiveram para atrair investimentos. Historicamente, começou com os estados mais pobres, os menores e isso era no sentido de compensar uma política de desenvolvimento regional federal mais efetiva. Como não havia nenhuma política efetiva, o único instrumento que tinham era o ICMS.

Contudo, mais recentemente, os estados ricos também passaram a participar da guerra fiscal. Na medida em que os estados maiores e mais ricos participam da guerra fiscal, isso passou a gerar uma série de distorções que prejudicam o País, o crescimento e a competitividade. E a ser uma guerra na qual todos perdem: os estados mais pobres e os mais ricos também.

Pode passar.

Os estados conseguem benefícios fiscais mediante negociações caso a caso, sem qualquer coordenação, e isso ocasiona a guerra fiscal. Como todos os estados, grandes e pequenos, praticam guerra fiscal, a receita do ICMS está diminuindo. Aí, mostro para os senhores uma evolução.

Pode passar. Por favor, pode passar. O anterior.

Vejam a relação entre a receita do ICMS... A receita do ICMS, como os senhores sabem, é o imposto que mais arrecada individualmente no País; enquanto imposto, individualmente é o que mais arrecada. Vejam que ele foi instituído em 1966 ainda como ICM e em 1968, logo depois da implantação total, ele representava 7,2% do PIB. Veio decrescendo e quando chegou em 1980, estava 4,86%. Em 1985, estava 5,4%. Em 1990, 7,6%, por aí assim. Eu tenho dados de 2007, mas hoje está um pouco acima de 7,3%.

Para o que eu quero chamar atenção dos senhores aqui? Vejam bem, em 1988, com a reforma tributária na Constituição de 1988, passaram a incorporar a base de cálculo do ICMS, porque não faziam parte antes, combustíveis, energia elétrica, impostos sobre minerais e telefonia, que passaram a ser extremamente representativos. Daqui a pouco mostro a vocês que hoje, daqueles 7,33% do PIB, 3% do PIB, da receita, equivalem apenas à energia elétrica, combustível e telefonia – comunicação. Isso quer dizer que se essa base tributária fosse a mesma de antes da reforma de 1988, estaria hoje recolhendo bem menos do que

oitenta. O ICMS estaria na base de quatro e poucos por cento do ICMS do PIB.

Pode passar.

Aí, vejam os senhores, em 2007 – hoje não varia muito; não tem variado – 42% da receita de ICMS dos estados era combustível, energia elétrica e comunicação. E continua nessa faixa. Alguns estados mais, outros menos, mas na média está em torno de 40% do total da receita de ICMS. Equivalia, em 2007, a 3,3% do PIB.

Então, veja bem, isso equivale dizer que se eu retirasse isso da base tributária, a receita do ICMS hoje seria em torno de 4% do PIB, 3% abaixo do que em 1968, quando foi instituído o imposto.

Pode passar.

A erosão. Quanto a erosão da base do ICMS, três motivos nós vemos para explicá-la. Quando nasceu o imposto, em 1968, logo depois houve a desoneração na importação de produtos industrializados; ainda em 1968. E em 1996, com a Lei Kandir, ocorreu a desoneração de produtos primários e de semielaborados na exportação.

Então, uma parte com certeza foi essa receita, muito embora tenha sido mais a receita de produtos primários. Os produtos semielaborados nunca pagaram. São eternas demandas judiciais até a desoneração completa, pela Emenda nº42, de 2003. Então, não afeta muito.

Tem benefícios fiscais que são legalmente concedidos pelos estados, mas a gente acha, por tudo que já se mediu e se estudou, que o maior motivo da erosão da base tributável do ICMS, da base econômica, é, sem dúvida, a guerra fiscal, a concessão de benefícios fiscais ilegais.

Pode passar.

No ICMS, lembrando rapidamente, na forma de cobrança nas operações interestaduais, uma parte fica para o estado de origem em geral quando a venda é do Sul e do Sudeste. Para Norte, Nordeste, Centro-Oeste e mais o Espírito Santo a alíquota é 32% e quando é para os demais estados... quando é Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo a alíquota é 7%; do Sul para esses. Quando for entre si ou entre os estados do Nordeste no sentido contrário, a alíquota é 12%. Já foi feito isso no sentido de repartir um pouco da receita dos estados mais ricos com os estados mais pobres Daí que os estados Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, quando remetem para outros, a alíquota é 12%.

Pode passar, por favor.

Bom, essa forma de cobrança possibilita guerra fiscal de duas maneiras. A primeira, quando permite... Veja bem, quando tem uma alíquota de 12% estan-

do na operação interestadual, ou 7%, uma grande parte do imposto é gerado em função de alíquotas interestaduais. Então, primeiro, permite que o estado vá atrair investimento, não exigindo ou devolvendo parte ou todo do ICMS nessas operações interestaduais quando destinadas a outros estados, mais ou menos em cima disso, e também quando permite que incentive a importação, não exigindo ou devolvendo parte do imposto. Essas são as duas grandes questões e os defeitos da tributação na operação interestadual.

Quanto ao imposto gerado nessa operação interestadual, os estados dão benefício em cima disso e transmitem o crédito para a operação subsequente.

Pode passar.

Essa estrutura tem outro problema correlato muito importante que é o seguinte: os exportadores, pela Constituição, têm garantia de que na exportação seja assegurada a manutenção do crédito do imposto na etapa anterior. Quando há, nas operações interestaduais, principalmente, os créditos não são ressarcidos para os exportadores, principalmente quando são de operações interestaduais. Alegam os estados: "Esse imposto não é meu, foi pago em outros estados". E há uma resistência enorme a que sejam ressarcidos esses créditos. E ao não ressarcir-los, aumenta o custo dos exportadores e é, sem dúvida, uma grande fonte de preocupação desses exportadores brasileiros.

Pode passar, por favor.

Assim, desse modo a guerra fiscal produz uma verdadeira anarquia tributária, gerando, além de perda de receita para os estados, uma enorme insegurança para os investidores. E por quê?

Pode passar.

Ao fazer um investimento, uma empresa não sabe se seus concorrentes receberam ou não os benefícios fiscais; aí, se vai atrapalhar sua competição ou não. E essa insegurança vai levar a investimentos ou então a um retorno mais alto de investimentos, prejudicando consumidores e também a competitividade.

Pode passar.

Além disso, a insegurança também atinge até aquelas empresas que foram atraídas e tiveram benefícios fiscais para serem instaladas, que também se sentem inseguras, primeiro por conta de decisões recentes. Não tão recentes. Há algumas antigas. Mas, recentemente, em junho, houve uma série de decisões do Supremo reconhecendo que esses benefícios ilegais são inconstitucionais, mas o Supremo ainda não modulou a sua decisão, não disse se vai ter que retroagir ou se serão cobrados os impostos dos quais se abriu mão.

Além disso, vários estados cumprem a Lei Complementar nº2475 – daqui a pouco volto a falar sobre isso – para estornar os créditos, não aceitar que esses créditos sejam lançados nas escrituras contributivas dos seus estados, uma vez que esse imposto não foi pago na origem.

Então, essas duas questões trazem hoje grande insegurança para os que estão instalados.

Pode passar, por favor.

Desse modo, a guerra fiscal leva à ineficiência econômica e ao deslocamento improdutivo de mercadorias entre os estados, porque isso é feito exclusivamente para atração de investimento, sem nenhum planejamento e em alguns casos se sabe, se conhece que quando acaba o benefício de um estado há a mudança para outro estado. Já há o conhecimento de pessoas usufruindo de benefícios em mais de um estado, na medida em que também está sendo beneficiado o comércio em alguns casos.

Pode passar.

Bom, o primeiro passo para isso é migrar a tributação da origem para o destino. Essa seria a primeira maneira para se eliminar essas distorções e diminuir a guerra fiscal. Não terminaria por completo porque os estados têm alguma liberdade. Mas do ponto de vista legal diminuiriam as alíquotas internas e poderia haver diminuição de alíquotas internas de um produto de um estado em relação ao outro. Mas isso seria legítimo, dentro da legalidade. Mas não haveria benefícios fiscais ilegais em cima de imposto na operação interestadual quando ele abre mão do imposto, mas o imposto é creditado na etapa posterior.

Pode passar, por favor.

Então, a forma mais segura de diminuir é modificar a cobrança para o destino, fazendo com que seja devida ao estado de destino. Além disso, há também um princípio de justiça nisso. Se observarmos os impostos de valor agregado como são praticados no mundo, ou como é praticado principalmente hoje na União Europeia, que é o imposto de maior arrecadação daquela confederação – poderemos assim chamá-la – eles são todos no destino. Aí se premia o estado onde é consumido.

Isso pode ser feito por resolução do Senado. É o Senado Federal que detém a competência constitucional para fixar as alíquotas nas operações interestaduais, que foi o que se fixou, hoje, com a Resolução nº21, de 1989. Ela fixou as alíquotas interestaduais.

Pode passar, por favor.

No entanto, reconhecemos e temos de reconhecer que não é viável uma mudança imediata, uma mudança abrupta ou de maneira rápida por duas razões: primeiro, porque a adoção no destino é quase

impossível de ser implementada. Ela precisa ter uma transição, que dificulta muito uma montagem confiável num sistema de compensação. Sabe-se, e já está discutido amplamente, que, numa eventual migração dessa tributação da origem para o destino, o Governo Federal vai bancar, em um fundo, pelo menos temporariamente, os Estados que perdem. Já temos alguns indicativos nesse sentido, alguns levantamentos nesse sentido, que nós estamos processando. Então, uma transição brusca dificulta muito essa montagem. Então, é melhor que seja uma coisa lenta e gradual até para que haja essa acomodação.

Pode passar, por favor.

Uma segunda razão é que essa desativação imediata desses benefícios já concedidos é quase impossível de ser implementada, até em função da dificuldade de extinguir abruptamente os compromissos assumidos por diversos Estados. Então, para respeitar até a compensação e para que houvesse uma acomodação.

Nós sabemos hoje que todos os estudos indicam que oito Estados da Federação perdem e os outros todos ganham, mas há que se preservar a receita desses Estados.

Pode passar, por favor.

Nesse contexto, todos os estudos indicam que deve ser proposta, e é recomendável que se tenha, uma transição gradual, reduzindo as alíquotas em ordem progressiva, em pelo menos cinco anos, mas há estudos que indicam que, talvez, o ideal seja em 10 anos ou alguma coisa nesse sentido. De toda maneira, há que ser gradual.

Passo a mostrar para os senhores...

Pode passar.

Em decorrência disso, da discussão anterior, já há um consenso, desde a discussão da reforma tributária de 2007, de que não se deveria passar toda a tributação para o destino. Dever-se-iam manter 2% na origem até para manter o sentido de fiscalização nesse sentido, e 2% seria suficiente para isso.

Pode passar.

Agora, vou mostrar para vocês, muito rapidamente, qual é a base da legalidade desses benefícios fiscais, que é conhecida, mas só para lembrar. A Constituição, no art. 150, §6º, exige lei para que qualquer benefício fiscal seja concedido; excetua apenas, no caso do ICMS, quando for feito mediante deliberação dos Estados. Então, expressamente, ela excetua, no art. 155, §2º, os convênios. E, no ADCT, no art. 34, ela recepcionou, formalmente, a Lei Complementar nº 24, de 1975.

Pode passar, por favor.

Essa lei dispõe sobre concessão de benefícios fiscais. Ela criou o Confaz. Ela diz, expressamente, no

art. 1º, no parágrafo único, o que só pode ser concedido por convênio no Confaz e por unanimidade: redução da base de cálculo, devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo – qualquer financiamento do tributo, direta ou indireta, também está proibido –; crédito presumido. Quer dizer, qualquer incentivo de favor fiscal. Está tudo muito bem listado na lei complementar que deveria sempre ter suporte jurídico de um convênio.

Pode passar.

Continuando, o próprio Confaz editou o Convênio nº 24, de 1975 – por coincidência, também de 1975 –, que define essas regras.

Pode passar. Vou passar com rapidez.

Em que previa, só para ter ideia... Até 1988, por exemplo, as indústrias tinham até 180 dias de prazo para pagar o imposto. Então, antes de 1988, era permitido dar a dilatação de prazo de seis meses. Imagina o que era isso na época da inflação, mas era perfeitamente legal e foi muito utilizado, mas isso foi revogado em 1988.

Pode passar.

E hoje o que está em vigor é isto: para a indústria, apenas até o 10º dia do segundo mês subsequente e, para o comércio, até o 20º do mês subsequente. São os prazos máximos concedidos em convênio e acordados entre os Estados para pagamento do ICMS.

Pode passar.

Fora isso, tudo o que estiver fora disso seria ilegal. A própria lei faz uma proteção contra a guerra fiscal em seu art. 8º, em que diz que a não observância...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

– Mais um pouquinho e estou terminando.

A não observância disso vai da nulidade do ato à ineficácia do crédito – está muito claro –, à exigibilidade do imposto não devolvido e à ineficácia da lei. Então, a lei que está em vigor, com muita clareza, diz o que os Estados devem fazer caso seja concedido.

Pode passar.

O art. 8º também fala que as sanções previstas... Aí tem a previsão para o Tribunal de Contas da União, que, na verdade, nunca exerceu essa sua atividade.

Para terminar, os dois Estados que vou citar como exemplo editaram – vou citar apenas um, mas há outros também – instrumentos específicos contra a guerra fiscal.

Pode passar.

O Estado de São Paulo editou um comunicado em que esclarece sobre a impossibilidade... E, nesse comunicado, de 2004, ele lista – é facilmente encontrado na Internet – que benefícios fiscais, inclusive

quais ele entrou com a Adin, no Supremo, e quais são publicados ilegalmente.

Por favor, pode passar.

Em Minas Gerais, a Resolução de 2001, quando o nosso Governador era o Presidente Itamar Franco, que veda expressamente... E, na verdade, a resolução só lista os benefícios considerados ilegais – tem um acompanhamento de quase todo o País de quais são ilegais – que estão lá.

E trago para vocês, agora, para finalizar, alguns exemplos de benefícios ilegais. Nesses comunicados, estão escritos os Estados, mas, para não causar constrangimento, não vou dizer quais Estados, mas quero chamar a atenção para alguns. Vejam bem: há Estado que dá para qualquer mercadoria importada um crédito presumido de 9%. Isso significa que o Estado que vai receber isso na operação interestadual só vai admitir 3% da base de cálculo. Por exemplo, trigo importado, 50%. Então, vai dar apenas 6% da base de cálculo.

Pode passar.

Olha, veículos automotores, crédito de 100% no Estado que dá isso, a partir de 1999. Vejam bem que não tem prazo, não tem limite de prazo no tempo. Isso está em vigor *ad eternum*. Quer dizer, ele não recolhe um tostão sobre bens automotores em seu Estado. Tem toda a operação interestadual que gerar. Ele tem um crédito presumido de 100%, o que vai anular, completamente, todo o imposto. Artigos esportivos importados também.

Por favor, pode mudar.

Vem outro de veículos. Esse dá 57% de outros Estados.

Pode passar.

Olhem a parte de laminados de ferro: lingotes, bobina de chave de aço. Ele está dando 12% de crédito presumido; é 0% na operação interestadual.

Mais um. Pode passar.

Comércio atacadista, 11%. Quer dizer, fica 1% no Estado para o comércio atacadista em geral e o resto vai como crédito. Aves, suínos, total.

Pode passar.

Água mineral. Até coloquei água mineral, porque eu mesmo me pergunto. Eu sou auditor fiscal de carreira do Estado de Minas Gerais, estou cedido para o Governo Federal e me pergunto por que se deveria dar benefício para água mineral, onde já está lá a jazida. Calçado e artefato de couro.

Pode passar.

Alho, medicamentos para uso humano. Aí são 8% na operação interestadual.

Pode passar.

Carne desossada, todo tipo de carne, com crédito presumido de 10%.

Pode passar mais um.

Tecido, calçado, bolsa, roupas em geral, produtos têxteis. Estão vendo? Dez por cento; outros com 12% para produtos têxteis em geral. Não pagam nenhum tostão de imposto.

Pode passar. Mais um. Mais um.

Monitor de vídeo, LCD, plasma, telefone celular, terminal fixo de telefonia, terminal digital de processamento de dados, todos aí com 7% de crédito presumido, com 5%. Esse é o último item.

Poderia ficar a tarde toda mostrando para vocês a quantidade de benefícios fiscais ilegais que são concedidos ao arrepio. E a pergunta que fica no ar é essa. Hoje, como todos os Estados estão praticando a guerra fiscal, a receita do ICMS está caindo como um todo. Então, entende-se que há uma medida urgente a se tomar.

Tramita nesta Casa a Proposta de Resolução nº 72 para os importados, e foi patrocinado pelo Senador Romero Jucá. O Executivo apoia essa resolução. Também já vieram a esta Casa o Ministro da Fazenda e o Secretário Executivo, Dr. Nelson Barbosa – eu o acompanhei –, para falar que estamos dispostos a negociar. Então, primeiro, tenta-se resolver a questão dos *royalties*, que tem implicação muito direta com relação a perdas e ganhos dos Estados, para nos debruçarmos nessa questão, que entendemos que está mais do que na hora de se resolver, para que possamos colocar um fim nessa guerra fiscal.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. René de Oliveira Sousa Júnior.

Estou aqui desempenhando a Presidência desta audiência pública que trata da guerra fiscal. É uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, cujo Presidente é meu colega Senador Benedito de Lira, a quem quero agradecer a gentileza de me conceder a Presidência desta Comissão. A Senadora Lídice da Mata, a Senadora Vanessa Grazziotin e eu fomos as requerentes desta audiência Pública.

Quero agradecer a presença da Senadora Ana Rita, do PT, do Espírito Santo, e do Senador Mozarildo Cavalcanti, que também é um ativo membro desta Comissão. Agradecer a presença de todos.

Convido para fazer uso da palavra agora Pepe Vargas, também por quinze minutos, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

O SR. PEPE VARGAS (PT – RS) – Boa tarde a todos os presentes. Queria saudar a Senadora Ana Amélia e os demais Senadores e Senadoras que, junto comigo, participam desta Mesa. É uma honra estar aqui.

Primeiro, queria agradecer o convite para a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa

participar deste painel que considero extremamente importante.

Eu não tenho *slides* para apresentar. Vou apenas fazer alguns comentários a respeito do tema.

Primeiro, vou fazer uma observação de caráter geral. Como a guerra fiscal envolve renúncia fiscal, vou abordar aqui alguns temas que não são propriamente de guerra de fiscal, mas envolvem renúncia fiscal, que, a meu ver, também interfere no desenho de nossa Federação algo desequilibrada. Em minha opinião, as renúncias fiscais geram, na maior parte das vezes, mais iniquidades do que soluções para os problemas. Existem obviamente exceções. Depois, ao longo do debate, vou tentar justificar porque digo isso.

Vou tentar também abordar aqui não só a questão que o Dr. René já abordou, que é da guerra fiscal entre Estados, envolvendo a questão do ICM, mas também fazer algumas considerações a respeito das renúncias fiscais que a União pratica, por leis votadas por nós, Deputados e Senadores, ao longo do tempo.

Estava, há poucos minutos, antes de vir aqui para a reunião, dando uma analisada muito rápida no Projeto de Lei Orçamentária de 2012, no anexo do gasto tributário, que é o que prevê o anexo das renúncias fiscais. Então, lá, a gente verifica que, no ano de 2012, para uma arrecadação tributária prevista de R\$731 bilhões, há uma previsão de renúncias da União de R\$145 bilhões. Isso significa quase 20%, proporcionalmente. Quando a gente analisa essas renúncias por setores econômicos, têm alguns dados que são interessantes: primeiro, a renúncia vinculada a micro e pequenas empresas equivale a 20,56% do total das renúncias; as renúncias vinculadas a indústria, comércio e serviços, sem ligação a micro e pequenas empresas, equivalem a 21,68% das renúncias. Então, aqui, já há, a rigor, um problema, porque a nossa Constituição diz que a micro e pequena empresa deve ter tratamento jurídico diferenciado e facilitado, inclusive na parte tributária. É lógico que as grandes empresas têm uma arrecadação maior, as micro e pequenas empresas contribuem com uma arrecadação menor, mas, de qualquer sorte, o desejável seria que a micro e pequena empresa tivesse um volume maior de incentivos do que empresas de maior porte. Então, aqui, já há uma pequena, ou grande, conforme o olhar de cada um, inversão de valores, digamos assim.

Outra questão significativa são as renúncias vinculadas ao imposto de renda de pessoa física. Equivalem, no que diz respeito a rendimentos não tributáveis ou a deduções, a 21,68%.

E aqui eu queria fazer um parêntese, quando a gente fala de deduções, nós temos deduções grandes na educação e na saúde, e o Senado agora está

com esse debate – passou pela Câmara e agora está aqui – da regulamentação da Emenda nº 29, que envolve financiamento da saúde. Então, a rigor, quando a gente vê... Se não me engano, vou dar o número aproximado aqui – peço escusas por não ter o dado na ponta do lápis, mas não foge muito disso –, as deduções envolvendo a área da saúde devem ficar algo em torno de R\$5 bilhões, R\$6 bilhões. Então, o que acontece? As pessoas que têm recursos econômicos para pagar um plano de saúde, parte disso, não todo, acabam sendo bancadas pela União. Isso já gera uma primeira iniquidade, porque – aí, sim, eu tinha o dado na ponta do lápis –, quando vemos o gasto *per capita* da saúde no sistema suplementar, nos planos privados de saúde, o gasto *per capita* é de R\$1.421,00. O gasto *per capita* no SUS é R\$635,00.

O que eu quero dizer com isso? Com a renúncia fiscal que nós admitimos acontecer na saúde suplementar, nós contribuímos para manter uma iniquidade, porque 45 milhões de pessoas aproximadamente estão nos planos de saúde, e temos 145 milhões exclusivamente SUS-dependentes. E, se formos verificar a distribuição espacial disso, vamos ver que no Sul e no Sudeste é maior o volume de pessoas que se valem de planos de saúde do que no Norte e no Nordeste. O Centro-Oeste é uma região que se tem modificado muito. Então, de certa forma, com algumas decisões que tomamos, contribuímos por manter desequilíbrios regionais importantes e desigualdades sociais importantes.

Quando vemos o global dessas renúncias fiscais, o gasto tributário da União por região, comparado à arrecadação, aí, pelo menos, já vemos uma primeira função redistributiva. Por quê? O Sul e o Sudeste correspondem a 79,08% da arrecadação da União e usufruem de 62,62% do gasto tributário, e o Centro-Oeste, Norte e Nordeste respondem por 20,89% da arrecadação e usufruem de 37,58% do gasto tributário. Então, aqui, pelo menos há uma função redistributiva que visa a construir um país um pouco mais equilibrado. Eu, embora seja do Sul, acho que é extremamente justo que assim seja. Se nós concentrássemos o gasto tributário na mesma proporção da arrecadação, nós só vamos reproduzir um modelo de um país com desequilíbrios regionais. Talvez até tivéssemos que ser um pouco mais ousados nessa distribuição do gasto tributário da União. É lógico que historicamente esse gasto tributário se concentrou mais no Sul e no Sudeste e, mais recentemente, ele começou também a ser mais voltado, digamos, para o Norte, para o Nordeste ou para o Centro-Oeste, mas é um debate que precisamos fazer.

Então, quando discutimos um pouco a alocação da renúncia fiscal da União, há essas questões.

Um outro setor significativo, das entidades privadas sem fins lucrativos, responde por 6,5% das renúncias fiscais da União. Aí, resolve um problema, mas cria outro, vamos dizer assim. Eu não sou daqueles que acha que toda entidade filantrópica, sem fins lucrativos, não cumpre uma função social. Reconheço o extraordinário trabalho que um universo grandioso de entidades cumpre no nosso País, notadamente na área de assistência social, voltada a idosos, crianças e adolescentes, e na área da saúde, no nosso Estado – não é Senadora Ana Amélia –, 85% do atendimento hospitalar no SUS é por hospitais filantrópicos. Então, é óbvio que isso reduz o custo, o custeio dessas instituições no atendimento à saúde da população, mas também significa uma renúncia de receitas para a Previdência Social. Felizmente, o nosso Registro Geral de Previdência Social vem registrando um superávit no que diz respeito ao regime contributivo do segurado urbano nos últimos anos.

Falando em previdência, chegou o nosso mes-tre aqui.

Felizmente, tanto no ano passado... Quer dizer, no ano passado, o superávit foi de algo em torno de R\$7 bilhões. Este ano, até agosto, o superávit passou dos R\$10 bilhões. Mas se a gente for ver a renúncia gerada por isso para a Previdência, é de algo em torno de R\$5 bilhões. Isto a valores de dois anos atrás. Não tenho o valor atualizado de cabeça agora. É aquele problema: ajuda de um lado, mas cria dificuldade de outro.

Agora, vindo para o ICMS. Eu acho que o Dr. René colocou muito bem os problemas. É aquela velha situação: os Estados menos desenvolvidos

entendem que o único jeito de atrair investimento é esse. Tecnicamente, teria outros jeitos de atrair que não esse. Tecnicamente, daria. Mas do jeito que está hoje, todos os Estados praticam guerra fiscal, é muito comum a gente ouvir os governos estaduais dizerem “olha, nós achamos que a guerra fiscal não é desejável, mas, enquanto alguém estiver praticando, eu também pratico”. É um pouco esse o debate. “Enquanto ela existir, eu vou fazer” é o que eu mais ouço de Governadores.

O grande problema é que isso tudo está numa insegurança jurídica brutal, porque a grande maioria dos benefícios fiscais concedidos nessa guerra fiscal não está validada no Confaz. E a Constituição é muito clara: ela exige a convalidação, ainda por cima por unanimidade. Não é convalidada porque não tem unanimidade, que realmente não há por parte deles. Tanto que, quando discutimos a PEC 233, na legislatura passada, na Câmara – ela acabou não vindo para o

Senado porque não a votamos na Câmara –, já havia essa proposta de, nas operações interestaduais, a alíquota maior ficar no destino, não na origem.

A proposta da PEC 233 era uma cobrança de alíquota de 2% na origem e o restante no destino. Obviamente, se isso acontecesse, boa parte da guerra fiscal estaria resolvida. Mas aí vinha o debate de como se faria o desenvolvimento regional. Então, a proposta era, digamos assim, dar uma “vitaminada” no Fundo de Desenvolvimento Regional. Entretanto, por mais que se tenha procurado “vitaminar” o Fundo de Desenvolvimento Regional, parece que não houve um convencimento por parte da maioria dos entes federados. O que impediu a PEC 233 de prosperar foi, fundamentalmente, o litígio envolvendo a mudança da legislação do ICMS. Para se ver como é difícil a gente tratar desse tema.

Mas no momento em que os Estados praticam a guerra fiscal, nós temos uma situação que, se a gente for pensar em termos de nação, é uma relação em que todos perdem, porque não agrega para o conjunto do País. Pode agregar para uma região. Então, são muito comuns aquelas situações em que a atração de um investimento é a alegria de uma cidade ou de uma região de um determinado Estado e a tristeza de uma determinada cidade ou de uma determinada região de outro Estado. Há inúmeros exemplos disso. Talvez os exemplos mais famosos estejam na indústria dos calçados. Determinados Estados da Federação acabaram perdendo porque outros Estados da Federação dão plantas inteiras. A empresa saiu de uma cidade, promoveu um grande problema econômico e social para aquelas populações e para aquele município, que, da noite para o dia, viu sua receita cair lá para baixo, sem condições... Ficou com a população. Mas, por outro lado, foi a alegria de outro município e de outra região. Quer dizer, não há racionalidade nisso, se a gente for pensar fundo. Não há racionalidade.

Além disso, – depois, tenho certeza de que o Ziulkoski vai tratar melhor disso – é o velho problema: é sempre uma parte da renúncia com o chapéu alheio. A União, quando renuncia aos tributos que tem que partilhar no FPM, no FPE, e os Estados, quando renunciam ao ICMS...

São cinco minutos? Então, tem esse problema de que acaba fazendo um pouco de cortesia com o chapéu alheio.

Quero concluir dizendo que, quando discutíamos a mudança que já foi aprovada também pelas Sr^{as} e Srs. Senadores aqui no Senado, a mudança da lei da micro e pequena empresa, no projeto original, queríamos resolver o problema da subssão tributária, que afeta as micro e pequenas empresas. Quando o sujei-

to substituto tributário é a micro e pequena empresa, há uma oneração importante para a micro e pequena empresa, porque ela tem de pagar o tributo na frente de toda a cadeia produtiva. Isso afeta o capital de giro da micro e pequena empresa, e muitas delas se obrigam a buscar financiamento no sistema financeiro para fazer frente a isso.

Discutir a matéria com o Confaz é muito difícil. Fizemos várias reuniões com o Confaz, produzimos várias propostas, que não vou citá-las aqui, mas, a nosso ver, muito razoáveis, que não acabariam com a subssão tributária, manteriam o princípio da sanção tributária, mas dariam um tratamento diferenciado para micro e pequena empresa no que diz respeito à subssão tributária. Não tivemos sucesso. Só que, se formos ver a arrecadação da micro e pequena empresa no global da arrecadação do Estado, ela é muito pequena. E aí o Confaz não aceita. Quando é para praticar renúncia fiscal para grupos econômicos maiores, o Confaz aceita. Então, novamente contribuímos para haver um forte desequilíbrio, porque não é possível manter a subssão tributária para a micro e pequena empresa, enquanto se prevê renúncias fiscais grandes para grandes grupos econômicos, que faz com que o Estado perca muito mais receita do que se garantisse que a micro e pequena empresa pudesse se desenvolver.

Era isso, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Muito obrigada, Deputado Pepe Vargas, que preside a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que teve uma atuação importante na aprovação da Lei Geral do Simples, como simplificamos para chamar essa questão que também é aprovada por unanimidade aqui no Senado pela atuação brilhante do Senador José Pimentel, que esteve nos visitando há pouco.

Agora, para fazer uso da palavra, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, pelos mesmos quinze minutos.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Muito boa tarde, Senhoras e Senhores. Saúdo, inicialmente, a Senadora Ana Amélia, demais companheiros de Mesa, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Imprensa, enfim, aqueles que acompanham esta audiência, quero agradecer, em nome dos Municípios, esta oportunidade de tentar contribuir para este debate que é muito caro para nós, para os Municípios.

Todos sabem que o Município é sócio em um quarto do ICMS, o maior tributo do País. Somos sócios em 25% e praticamente não temos voz ativa na formulação de qualquer política que diga respeito ao ICMS, até porque é competência dos Estados ou da União. O Confaz, um órgão regulador das secretarias estaduais, que, no meu entendimento, deveria ter a

representação dos Municípios, não a tem, então procura agir à revelia dos Municípios.

Este depoimento, mesmo que breve e sucinto, tenta contribuir, tenta mostrar algumas consequências danosas para os Municípios do Brasil.

Quem ganha com a guerra fiscal? Esse é o tema que nos propuseram na convocação. O País perde, porque grande parte dos incentivos é concedida a importações e ao comércio atacadista, e os Estados deixam de arrecadar investindo em serviço público. Vejam bem que aparecem as exportações com um novo procedimento. Ele já existe há muito tempo, mas está sendo muito incrementado ultimamente, porque aí que reside um dos grandes problemas do País. Dois portos hoje, Espírito Santo e Santa Catarina, trabalham com alíquotas lá embaixo, quase zero. Então, enquanto que uma indústria ou um consumidor que demanda um produto, ao invés de adquirir no mercado interno, busca no exterior. Com isso, está destruindo empregos aqui, não está gerando renda e está entrando com alíquota quase zero um desses portos. Isso está evoluindo muito, é uma coisa que preocupa muito. E ao comércio atacadista que, logicamente, todos acompanham.

Perdemos porque 25% do ICMS, todos sabem, são dos Municípios. O ganho dos Estados é duvidoso, porque não há evidência de que os incentivos tenham contribuído para o desenvolvimento regional. Pelo contrário, na nossa avaliação, temos exemplos no nosso Estado do Rio Grande do Sul que vieram exatamente ao contrário. Poderemos depois discutir que isso ocorre em todo o País. O próprio Supremo já começa a ser questionado e tudo indica que irá destruir muitos desses acordos, dessas parceiras, e isso poderá ter mais efeito ainda e um efeito perverso nas próprias contas na devolução ou não de tudo o que ocorre.

Aqui, uma estimativa de renúncia fiscal. Isso para mostrar para os senhores que fizemos, em 2003, um trabalho, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que, pelos números de 2002, os Estados teriam deixado de arrecadar R\$24 bilhões, em função da guerra. Atualizando esses valores para 2010, o volume chega a R\$62 bilhões, no mínimo, e houve um incremento maior ainda. Então, os senhores imaginam o quanto representa R\$60 bilhões, o volume que é! Só para os Municípios, que são 25%, são R\$15 bilhões. Para os senhores terem uma ideia, o FPM mensal do Brasil para os Municípios é de R\$4,5 bilhões. Então, isso dá quase quatro arrecadações de Fundo de Participação dos Municípios, apenas para fazer um paralelo.

E aqui tem, por Estado, a estimativa de perdas e ganho. Vou apurar por causa do tempo. Pode passar o *slide*.

A guerra fiscal existe em função de que parte do ICMS incidente sobre as operações interestaduais fica com o Estado de origem. É a chamada alíquota interestadual. Vejamos o exemplo de uma mercadoria tributada a 17%. Uma parte, 7% ou 12%, fica com o Estado de origem, e a diferença, 10% ou 5%, fica com o Estado do destino. Então, por exemplo, se a origem é no Sudeste, quando vai para o Nordeste, a origem fica com 7% e o Nordeste fica com 10%. Quando se inverte, um automóvel da Ford, da Bahia, que sai de lá e vem para o Sudeste, lá ficam 12% e aqui ficam 5%. Com isso, aqui tem a possibilidade de fazer uma renúncia fiscal muito grande pois tem uma margem de isenção porque já é maior. Isso chega aos 17%.

É o tamanho da alíquota interestadual, 7% ou 12%, que define o tamanho do incentivo fiscal que pode conceder. Se reduzirmos a zero ou a 2%, como estão falando, ou até a 4%, a alíquota interestadual, o Estado só poderá conceder incentivo para seu consumo interno, se for zero, o que inviabiliza a guerra fiscal predatória, na qual grandes empresas fazem um leilão para escolherem em qual Estado vão se instalar.

A CNM defende essa mudança, mas propõe que ela também se estenda para os critérios de distribuição do ICMS entre os Municípios. E aqui é uma questão grave. As simulações divulgadas pelo Governo Federal indicam que os Estados consumidores, principalmente do Nordeste, são os maiores beneficiários, pois ganharão receita e terão um fundo de desenvolvimento regional, se terminar com essa guerra.

Perdem os Estados do Centro-Oeste, Amazonas, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Santa Catarina. Contudo, parte dessa perda não existirá, pois os Estados já não estão cobrando ICMS da origem, quando concedem incentivo fiscal. Exemplo: a perda estimada do Amazonas é maior do que toda a sua receita. Isso não vai ocorrer. Então, são situações bastante complicadas.

Aqui, o que nos interessa mais. Peço muita atenção, porque é muito importante, Sr^{as} e Srs. Senadores. Temos 25% do ICMS e são distribuídos 25% por lei estadual, que aí um coloca a população, a produtividade, número de propriedades, meio ambiente, cada um tem autonomia; e 75% são por um fator meramente econômico, que é o valor adicionado. O que é o valor adicionado? É o valor da produção realizada no Município, o que inclui a produção de petróleo e de energia elétrica.

Quem são os grandes beneficiários dessa regra? Os Municípios que fazem confrontações com campos de petróleo, os mesmos que já recebem *royalties* e os que sediam refinarias, hidrelétricas ou montadoras. E aí os senhores imaginam a confusão que é. O Deputado Pepe Vargas é testemunha, Senadora Ana Amé-

lia, pegando um caso específico do nosso Estado do Rio Grande do Sul, mas que se estende para todos os Estados da Federação. Lá foi feita de tal forma essa renúncia que, por exemplo, uma empresa de cerveja que estava em três Municípios, gerando 1,5 mil empregos, com o Fundopen – um fundo lá do Estado e uma política da época do Governador Antônio Britto –, fechasse essas três unidades e criasse uma em Viamão, onde gerou 800 empregos. Então, destruiu 1,5 mil empregos e ficou sem pagar.

Existe lá também uma fábrica de automóveis, a General Motors, que está em Gravataí. Essa fábrica recebe indefinidamente a renúncia, não paga ICMS, portanto, não tem valor naquele Município, naquele Estado. Só que é num detalhe que reside a brutalidade contra os Municípios: é que Gravataí, a cada automóvel que vende e sai de lá, um Celta por exemplo, que custa R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil, conta nesses 75 do valor adicionado. Então, ele era o 22º do Rio Grande do Sul e, hoje, é o 5º. Por quê? Porque o valor adicionado dele foi enormemente incrementado. Com isso, o que aconteceu? Não houve tributos, e todos os Municípios estão pagando para Gravataí, porque se tirou uma parte de cada um. Essa é a lógica em todos os lugares. Essas coisas complicam...

E o que nós reivindicamos? Segundo sabemos, o Senado pode terminar essa guerra fiscal. O Senado, por meio de resolução, tem competência para acabar com isso. Por exemplo, nessa questão das importações, a iniciativa tem de ser do Senado, não é necessária uma emenda constitucional nem uma lei – salvo melhor juízo, esse é o nosso entendimento. Portanto, se o Senado discutir e enfrentar a situação, acaba, primeiro, com essa questão das importações e, depois, com essa guerra fiscal, que pode ser mudada também. Lógico que, se assim for, será preciso fazer um acerto com os Estados – alguém diz que vai perder ou não, há toda essa discussão política. Mas a solução para terminar com essa situação está nas mãos dos senhores, Senadores.

Agora, a nossa situação é grave, porque depende de emenda constitucional. Se você pega Camaçari, na Bahia, Triunfo, no Rio Grande do Sul, Paulínia...

Pode passar aí? Acho que aparece aqui.

A receita *per capita* de ICMS chega a variar mais de cem vezes dentro de um mesmo Estado – por isso pedi para passar. Em São Paulo por exemplo: a receita de Paulínia é de R\$7,9 mil por habitante/ano, enquanto em Francisco Morato é de R\$116. É preciso somar 240 Municípios de São Paulo para chegar ao mesmo montante nominal que Paulínia recebe porque tem um pólo petroquímico, que é um dinheiro que não é nem do Município, mas do povo brasileiro, mas foi investido lá.

Aí, vocês vão ver as denúncias de desvios de dinheiro, vereadores ganhando não sei quanto, diárias, toda essa distorção. Isso acontece em Triunfo, no Rio Grande do Sul, e em todos os lugares, e não se corrige isso. Aí, querem mudar da origem para o destino – o que nós apoiamos –, mas não querem mudar aqui da origem para o destino, porque aí se organizam esses Municípios chamados “produtores” numa associação que até já existe, interferem na Câmara e impedem essa mudança – tentamos mudar há oito anos essa realidade. E essa é a maior injustiça que há. Como é que, juntas, Senadora Ana Amélia, Viamão, Alvorada e Pelotas, no Rio Grande do Sul – cidades que somam 1 milhão de habitantes –, recebem menos do que Triunfo recebe? Isso depende de uma resolução do Senado.

Pode passar.

Conclusão: se o rateio do ICMS entre os Estados for alterado da origem para o destino, ou seja, dos produtores para os consumidores, a regra de distribuição do ICMS entre os Municípios não pode ficar com está, também precisa mudar da origem para o destino. Ou vão perpetuar essa injustiça?

Pode passar.

Além do caso ICMS, há outro caso que precisamos resolver, e estamos aqui assumindo esse debate. Refiro-me ao ISS, que também está envolvido numa guerra fiscal muito grande. A Lei nº 116, que formulamos em 2004, ano em que também entrou em vigor, melhorou muito a situação, mas ainda continua acirrada a guerra fiscal: há Municípios com 2%, outros com 5%, outros até com menos, concedendo outra forma de renúncia. Então, precisamos enfrentar essa questão também e amenizar não só a guerra fiscal do ICMS, mas também a do ISS, que são os dois maiores tributos dos Municípios.

Pode passar.

A guerra fiscal chegou ao seu limite. Os ganhos que porventura algum Estado ainda obtenha com incentivos fiscais não cobrem as enormes perdas que o País e a sociedade estão tendo. Os impostos que deixam de ser cobrados nas importações estão destruindo empregos em vez de criá-los e ainda reduzem a capacidade de investimento do poder público.

Uma verdadeira política de desenvolvimento regional deve partir da arrecadação dos impostos e de sua canalização para os projetos que realmente contribuam para levar mais infraestrutura e educação às regiões menos desenvolvidas.

Então, acho que deu para cumprir aquilo a que nos propusemos: rapidamente trazer a nossa posição, a nossa sugestão. Somos parceiros dos Senadores e das Senadoras para enfrentar essa questão. Ela é gigantesca, ela é grande demais para continuar como está.

Acho que não adianta discutir uma reforma tributária quase perfeita ou global, porque nunca sai nada. Se nós fizermos uma reforma fatiada, de uma forma bem efetiva, acho que teremos êxito. E esta iniciativa que a senhora preside neste momento, Senadora Ana Amélia, demais Senadores e Senadoras, é o início desse caminho. Acredito que o Senado já está discutindo essa questão, trabalhando com isso. Nós estamos aí para mobilizar os prefeitos, para apoiar essa iniciativa, para legitimar essa decisão o quanto antes possível. Portanto, em nome dos Municípios, queremos agradecer o convite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada a Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Agradeço também por não ter usado os quinze minutos que estavam à sua disposição.

Aqui está bem o retrato do Brasil: Senadora Ana Rita, do Espírito Santo, Senadora Lídice da Mata, da Bahia, Senador Benedito de Lira, de Alagoas, e eu, do Rio Grande do Sul.

Percebemos até agora, com três exposições, a complexidade desse tema, que há choque de interesses entre regiões, entre Estados e entre Municípios, desde a questão da produção, na área de petróleo ou de petroquímica, até essa guerra fiscal, que precisa ser, em algum momento, no mínimo mitigada, porque do jeito que está não pode ficar.

Tenho o prazer de convidar agora para fazer uso da palavra o representante da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Flávio Castelo Branco.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Boa tarde, Srª Presidente Senadora Ana Amélia, Srs. e Srªs Senadores, membros da Mesa.

Gostaria que fosse colocada a apresentação que trazemos. É uma oportunidade que temos de trazer aqui a visão do setor industrial sobre essa questão extremamente complexa, como já vimos até agora, que precisa de uma solução, precisa de um enfrentamento para que se chegue a um sistema mais equânime, mais racional, mais justo do ponto de vista da distribuição de recursos, mas, principalmente, mais eficiente e que permita maior competitividade para os produtos brasileiros.

Por favor, a apresentação.

Eu vou tratar aqui de quatro tópicos. Primeiro, procurarei mostrar que existe desigualdade de renda no Brasil. Depois vamos ver que essa desigualdade não foi alterada muito significativamente por conta da guerra fiscal. Em seguida, quero tratar da questão da guerra fiscal, investigar como ela se origina e quais as implicações que o sistema de atração de investimentos que temos hoje traz para os Estados. Finalmente,

pretendo encerrar com algumas questões associadas a implicações recentes de decisões do Supremo, repercussões nas empresas e à necessidade de solução para o problema.

Por favor.

Apresentarei alguns números rapidamente.

Há de fato, todos sabem, uma grande concentração de riquezas no Brasil. As regiões Sul e Sudeste têm 72% do PIB, 57% da população e 18% do território. O restante do País, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, evidentemente, ficam com a parte menor – os números estão aí para mostrar.

Por favor.

A concentração é ainda mais forte na indústria. Na atividade industrial, esses números são um pouco mais pronunciados, mostrando que há concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Na indústria de transformação, aquela manufatureira, a desigualdade é ainda maior. Agora, o que precisamos entender? A atividade poderia ser concentrada se ela não tivesse reflexos no nível de vida da população. E como se mede isso? Com o indicador do PIB *per capita*, que pode ter as suas deficiências, mas mede, com certo grau de precisão, principalmente quando fazemos a comparação entre regiões, a qualidade de vida, a disponibilidade de recursos para as populações.

As disparidades regionais são muito grandes em termos de renda *per capita*. O PIB *per capita* do Nordeste, por exemplo, é quase três vezes menor do que o do Sudeste. Ele fica bem abaixo da média do país como um todo. O PIB *per capita* do Nordeste é de R\$7,4 mil. São dados de 2008. É muito inferior a média nacional que quase chega a R\$ 16 mil por habitantes. Do Sudeste, já alcança mais de R\$21 mil. O próprio Centro-Oeste, que tem um PIB próximo da média do PIB do Sudeste, R\$20,3 mil por habitante, é muito influenciado pelos dados, pela renda do Distrito Federal e, eventualmente, pela concentração de atividade governamental no Distrito Federal. Se retirarmos o Distrito Federal, a média já cai próximo à média do País.

Ainda assim, a desigualdade no nível de renda existe, mas o importante é que a desigualdade não ocorre apenas dentro da região. Isso é muito importante quando estamos falando de guerra fiscal. A guerra fiscal se dá entre Estados e entre regiões, vamos dizer assim, mas muito da desigualdade existe dentro do mesmo Estado, e a guerra fiscal termina por acirrar, aumentar essas desigualdades dos Estados. Por exemplo, no Estado de São Paulo, temos regiões com alto grau de renda *per capita*, como, entre outros, Jundiaí, Osasco e a própria capital, mas, temos municípios, como Registro, Itanhaém e Bananal, em que o nível de renda

média é semelhante aos do Nordeste, ou seja, temos problemas de desigualdade regional dentro das áreas mais ricas do país. Essa é uma percepção que passa ao largo quando nós discutimos a guerra fiscal como um elemento de promoção da redução das desigualdades de um modo geral.

Claro que existem mais desigualdades entre as regiões, mas também existe dentro das regiões. No próprio Nordeste, a desigualdade é grande. Nós temos, por exemplo, microrregiões, como Suape, com um renda *per capita* de R\$ 37 mil, para citar um pouco das distorções que o Presidente da Conferência Nacional dos Municípios terminou mostrando, como Barreiras, na Bahia, como a própria Salvador, na Bahia, mas também temos microrregiões, não são propriamente municípios, dados do IBGE para as contas nacionais, como o médio Capibaribe, em Pernambuco, como a microrregião de Boqueira, na Bahia, com um nível de renda *per capita* de R\$3 mil por habitantes. Temos um problema sério.

Será que a guerra fiscal resolveu esse problema? Mais tarde, vou mostrar uns dados que mostra que isso não altera muito.

Por favor, vamos lá.

Vamos passar para os problemas da guerra fiscal: ineficiência desse mecanismo de atração de investimento que os Estados começou a utilizar. Por quê? Principalmente pela ausência do poder nacional na promoção da redução da desigualdade nas regiões do País.

O problema da falência do Estado nos anos 80 e 90 e o desmantelamento do sistema de promoção ao desenvolvimento regional terminaram por incentivar os Estados a buscarem soluções próprias e, eu diria, impróprias: própria no sentido de que eles próprios fizessem a solução; impróprias no sentido de que foi uma solução ineficiente. Olharam o sistema tributário brasileiro, que é cheio de distorções.

O ICMS, que é o principal imposto, é partilhado entre os Estados, entre origem e destino, e tem uma alíquota interestadual que permite esse manejo, como já foi apresentado aqui, e não vou entrar em detalhes.

É a distorção do sistema tributário que permite essa guerra fiscal entre os Estados, como nós estamos discutindo aqui.

Só que esse jogo, e, como sou economista, vou usar um termo, desculpe-me, é o tal do jogo da soma zero. O jogo da soma zero é o quê? É aquele em que uma pessoa ganha tomando da outra. Nós precisamos, para crescer e nos tornar mais eficientes, criar um jogo cooperativo: aquele em que todos ganham. Se estamos no jogo de tomar um do outro, na verdade, é o jogo do perde-perde. Esse jogo incentiva o quê? Você tomou

de mim, mas eu vou correr atrás e tomar de alguém, e esse alguém vai tentar tomar de outro. No final das contas, ninguém ganha com esse jogo.

O que acontece, na verdade, é que os Estados menores, a primeira apresentação mostrou isso aqui, usam esse instrumento de atração de investimentos, via mecanismos fiscais, e terminaram por incentivar os Estados maiores a promover esse mecanismo. O próprio Estado de São Paulo faz isso e, se o Estado de São Paulo usa esse mecanismo para atrair investimentos em São Paulo, ele, que tem a melhor infraestrutura, melhor rede social, de educação e etc., termina levando vantagem na atração de investimentos e fazendo com que os Estados que busquem atrair novos investimentos competindo com São Paulo sejam mais ousados na concessão desses benefícios. A guerra fiscal só se intensifica.

A intensificação da guerra fiscal, na verdade, terminou não levando à alteração desse padrão. Pouco se alterou o padrão de distribuição do PIB no Brasil. Entre 1990 e 2008, por exemplo, as regiões Sul e Sudeste perderam 4,4 pontos percentuais. Quem ganhou na verdade foi a Região Centro-Oeste. E o Nordeste praticamente ficou igual. Mas a Região Centro-Oeste ganhou muito mais pela expansão da fronteira agrícola, pela exploração dessa grande área que, nessas duas ou três décadas, se intensificou do que propriamente pela atração de investimentos com mecanismos fiscais. São as vantagens comparativas mais diretamente associadas à base de recursos dessas regiões que fizeram com que a Região Centro-Oeste alavancasse um crescimento mais intenso do que o restante do Brasil.

Quando nós olhamos os dados da indústria, por exemplo, a participação da atividade industrial como um todo no Brasil pouco se alterou nessas duas ou três décadas de guerra fiscal, sem que houvesse uma mudança maior no panorama.

Vou usar o tempo mais objetivamente.

Por favor.

Vou pegar aqui alguns autores, notando que estudos acadêmicos, textos apresentados no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Governo Federal, um do Ricardo Varsano e outro do Piancastelli e do Perobelli, mostram que a guerra fiscal, do ponto de vista de alocação de recursos e de redução das disparidades regionais, não é um mecanismo eficiente. Os benefícios tendem a se anular – é aquilo que já falei antes – e a questão locacional perde a definição do ponto de vista macro para ver quem ganha mais, quem leva mais recursos de um Estado ou de outro.

Isso termina ocasionando uma perda de eficiência do ponto de vista global para a economia, muitas vezes, aumento de custos, e a produção se desloca

de um lugar para outro não necessariamente pela melhor forma alocativa dos recursos, mas pela maior ou menor atratividade do benefício localizado.

Os Estados que saíram na frente ganharam, mas a reação dos outros Estados fez com que se instalasse um jogo de perde-perde cuja soma é zero. E os Estados vencedores, na opinião desses autores, são exatamente aqueles Estados mais ricos, porque eles têm mais infraestrutura e melhores condições de atrair, fora os benefícios fiscais, que terminam se anulando uns aos outros não do ponto de vista, às vezes, de um projeto específico, mas do conjunto dos diversos projetos. Se a gente olhar um projeto específico, pode até ser que você se justifique nesse projeto, mas se olhar a soma de todos os projetos, a soma de todos os investimentos, a soma da atividade como um todo, na verdade, uma termina se anulando com a outra.

Por favor.

Do ponto de vista econômico, de eficiência econômica e de competitividade para o País, uma mensagem que eu quero deixar aqui com mais ênfase, quais são os problemas?

Primeiro, essa guerra fiscal gera distorção nas condições de concorrência entre as empresas. Esse ponto já foi levantado aqui. Por exemplo: a imprevisibilidade.

Muitas vezes, a empresa já está instalada. Aí vem um programa e dá benefícios fiscais para atrair novas empresas. A que já está instalada não tem esse benefício. Ora, então ela tem uma condição pior, desfavorável, em termos de concorrência, do que a daquela que está se instalando. Isso cria condições desfavoráveis de concorrência entre empresas de diferentes regiões. Ou seja, existe aí uma falta de isonomia bastante importante que a gente precisa considerar.

Segundo, há a questão da insegurança jurídica. A decisão do Supremo agora mostrou isso com clareza. Tanto os programas foram declarados – muitos deles e, em alguns casos, algumas leis de alguns Estados – inconstitucionais e, portanto, devem ser anulados – isso vai gerar alguma solução para esses problemas. Vou voltar a essa questão depois –, como alguns Estados reagem – foi mostrada aqui uma portaria de São Paulo – dizendo que não reconhecem os créditos de benefícios que não sejam dados dentro da legalidade, ou seja, conforme a aprovação pelo Confaz.

Isso gera riscos para as empresas e para os projetos de investimentos, trazendo insegurança. E insegurança jurídica não é o melhor ambiente econômico para investimento.

Outro aspecto é o estímulo às importações. Verdadeiro desastre à indústria brasileira. Em vez de incentivarmos o emprego, a atividade aqui, geração

de emprego e renda no Brasil, nós estamos gerando emprego e renda em outros países, na Ásia e seja lá onde for... Obviamente, essa é uma distorção seriíssima que nós temos e é competência desta Casa examinar com mais detalhe.

Portanto, também já foi falado, a deterioração das condições das regiões em que vai haver a migração: a fábrica inteira bota-se em um caminhão e se muda de lugar. O típico jogo do perde-perde: eu estou tomando de um e levando para outro. Esta não é a solução para o Brasil. O Brasil tem de ter uma solução mais cooperativa, como chamei a atenção antes.

Estou finalizando, Senadora...

A inconstitucionalidade gera esse risco do passivo: a possibilidade de as empresas terem de fazer frente ao ICMS que elas não recolheram nos últimos anos. O que passou de cinco já está acabado, a legislação não permite; mas, nos últimos cinco anos, gera – e isso é um passivo enorme para as empresas. Segundo, nós precisamos ver que muitos desses projetos (é um problema) foram tomados e levados aos investimentos com base em determinados cálculos que “eram legais” naquele momento. Então, precisamos pensar que uma solução tem que ter isso em vista. Temos de dar uma solução para isso, não podemos fazer o seguinte: todos os projetos agora se tornam inviáveis... Não! É um fato, é uma realidade que precisamos enfrentar. Isso pode gerar perda de confiança dos investidores se não dermos uma solução.

Acho que tem mais uma tela... *(Por favor)*

Então, o que queremos trazer aqui para reflexão. Primeiro, que precisamos dar uma solução à guerra fiscal, mas temos de assegurar que não vão gerar passivos para as empresas, quer dizer, aqueles investimentos dos últimos cinco anos é preciso ter uma solução para isso. Segundo, temos de manter a rentabilidade dos projetos para eles continuarem funcionando e, gerando empregos, não vamos, evidentemente, desativar atividades que estão operando normalmente. Terceiro, tem-se que olhar para o futuro. Temos de retomar uma política nacional de desenvolvimento, sob a égide principal, evidentemente, do poder central que é o responsável pela distribuição mais equânime da atividade econômica dentro do território nacional.

Essa é a mensagem que nós queremos deixar aqui: a preocupação do setor em buscar uma solução, porque nós precisamos dar segurança jurídica, precisamos criar um ambiente favorável ao investimento, precisamos gerar maior eficiência e competitividade para a indústria brasileira para a indústria brasileira, para enfrentarmos nosso grande desafio que é, com certeza, olhar para fora e ver os asiáticos crescendo fortemente em nossas portas, cada vez mais, e aí essa

nossa guerra para fora precisa ser vencida e, para isso nós precisamos ter mais cooperação interna. Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Flávio. Uma visão do setor produtivo e industrial e empresarial – do setor privado –, dando um foco sobre a questão da segurança jurídica e sobre esse passivo que pode matar muitas empresas se vier a ser aplicado nos termos da lei.

Convido agora para encerrar a parte das exposições, Dr. Ricardo Nunes de Miranda, que é Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. RICARDO NUNES DE MIRANDA – Boa-tarde. Muito obrigado à CDR pelo convite. Gostaria de dizer que o que vou apresentar aqui tenta ser uma apresentação do contexto onde a guerra fiscal se dá. Eu vou tentar mostrar como a guerra fiscal encontra a questão regional no Brasil. Então, minha contribuição vai ser de mostrar o contexto, já que eu sabia que os outros expositores iriam apresentar a questão dos conceitos em si, no mérito. Eu gostaria de antes... Já agradecer à CDF pelo convite... Eu gostaria de dizer que muito do que vou apresentar aqui foram colegas meus da Consultoria legislativa que me subsidiaram, me aconselharam. Mas dois agradecimentos eu queria fazer. Este conjunto de dados quem me arranhou e quem me auxiliou foi o pessoal da equipe de núcleo de pesquisa da Consultoria Legislativa. O Wesley e a equipe me ajudaram muito a montar isso. Mas eu também contei com a inteligência e a arte do Diego Leão da Fonseca, Assessor do Senador Benedito de Lira, para tirar, de tudo isso, 15 planilhas para mostrar aqui. Então, eu tive ajuda para montar e tive ajuda para selecionar 15 planilhas.

Vou começar com um quadro em que eu coloco as principais fontes de recursos públicos, em relação às quais é importante pensar sobre a repartição regional dessas fontes. A primeira é receita estadual, que é a receita que dá autonomia administrativa aos Entes da Federação; depois, nós temos o BNDES; as empresas estatais federais; as agências financeiras federais; a União (investimentos diretos da União); nós temos os royalties e participação – aí eu tenho uma estimativa até 2020, feita por um consultor legislativo Paulo Springer. E eu tenho a soma das partes... Então, nós chegamos, em 2010, a ter um trilhão, trezentos e quinze bilhões de recursos, em relação aos quais devemos nos preocupar: qual é a repartição regional desses recursos? Onde esses recursos estão criando novas oportunidades? Onde eles estão acenando, com perspectivas, para a população jovem? Essa questão é a que eu me proponho agora apresentar.

Meu estudo se baseia, fundamentalmente, no que eu tirei deste quadro. O que é este quadro? Este quadro procura fazer a análise da capacidade do gasto do Governo Estadual em 2010. Eu tomei a Receita Executada. O que é a Receita Executada? É quanto o Governador tinha de tinta na caneta para assinar cheques. Eu não me preocupo de onde vieram esses recursos; me preocupa quanto o Governador tinha para gastar. E eu relacionei isso com a estrutura produtiva, tomando como elemento o PIB per capita. O PIB per capita representando a estrutura produtiva e a receita estadual realizada.

Próximo.

Eu fiz este quadro com a ajuda de alguns colegas. Neste quadro nós temos uma variável independente, que é o PIB per capita, e aqui nós temos a variável dependente, que é a Receita Estadual Per Capita. Eu fiz isso para 2002, 2005, 2007 – o quadro é o mesmo. Pernambuco, por exemplo, saiu de subfinanciado, melhorou... Espírito Santo também melhorou muito, de 2002 para cá. Mas, em geral, o que caracteriza é que nós temos dois conjuntos de Entes da Federação: nós temos os Estados que são sobrefinanciados, basicamente Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, que mostram uma realidade. E temos os Estados subfinanciados. E o que é interessante é o seguinte: diante dessa desigualdade inter-regional, como vai se comportar a União? Como vai atuar a União, através dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal? Esta é a pergunta: a União, como a grande “mãezona” da Federação, ela vai tratar desigualmente os desiguais, ela vai apoiar os mais vulneráveis e fragilizados ou ela vai reforçar as oportunidades e as expectativas daqueles que já têm muito? O que eu pretendo, nestes quinze minutos, é exatamente chegar a mostrar isto: que a guerra fiscal se soma a uma política nacional perversa de intensificação das desigualdades. Essa é a questão! A questão básica é esta: que nós não temos uma política nacional de diminuição das desigualdades; nós temos uma política nacional de reforço em busca de transformar a federação em uma confederação. Essa é minha proposta e vou apresentar números, pinçando um ou outro número, pois não vou perturbar os senhores com demasiados números.

Próximo.

Neste quadro eu tento analisar... Flávio Castelo Branco já colocou a questão das desigualdades, mas eu reforço aqui o PIB *per capita*, 2002, 2005, 2007, 2008. Coloco com relação ao Brasil – Brasil igual a 100 – para dar ideia da disparidade e coloco também uma média, 2002 a 2008, em que se mostra a desigualdade que já foi falada.

Próximo.

Agora eu começo a usar um subgrupo: o subgrupo das economias estaduais subfinanciadas e o subgrupo das economias estaduais superfinanciadas, onde a “mãezona”, União, põe a mão a favor das economias superfinanciadas. E, aí, claramente, os senhores já devem ter percebido que a disparidade é reforçada.

Nós temos embaixo, aqui, a análise do que eu chamo de hiato de desenvolvimento. Ou seja, o PIB per capita desses Estados – são sete – é 31% do PIB per capita dos três Estados mais desenvolvidos.

Próximo.

Aí é o estudo da receita estadual. Vamos para o próximo que fica mais fácil analisar.

Aí, outra vez, eu tomo sete Estados, com menor capacidade de financiamento; tomo os três, com maior capacidade de financiamento, e vejo que, enquanto de 2002 a 2010, aqui vai neste patamar de Receita Estadual Per Capita, aqui o patamar é outro, totalmente diferenciado. Mesmo em relação à média nacional, este patamar aqui é muito superior.

Aqui nós poderíamos chegar à análise do déficit de receita própria. Em relação aos sobrefinanciados, como os Estados subfinanciados, eles estão na posição desfavorável. Este quadro, me permite também comentar, ainda que rapidamente, a importância da questão do novo rateio do FPE. Eu coloquei aqui 2010 com FPE e 2010 sem FPE. É muito interessante... Bem, aqui é a média. Agora, aqui no extremo, eu coloquei 2010 sem o FPE. Ora, as senhoras e os senhores podem observar a situação... Por exemplo, vamos colocar aqui a do Piauí. O Piauí, que hoje tem 61% da receita estadual média brasileira, passa a ter 32%. A Paraíba, que tinha 46... O Maranhão é que passa de 50 para 32... Em geral, os Estados subfinanciados saem de uma média de 63% da receita média brasileira para uma proporção de 48%. Agora, o que é interessante é que o FPE não é relevante para os Estados sobrefinanciados, pelo contrário. Aqui a gente mostra como a receita média nacional baixa um pouco. Mas, nos Estados ricos praticamente não baixa nada, tanto que ela aumenta em relação à média. Quando eu tiro o FPE, ela aumenta em relação à média nacional. O contrário acontece com os Estados subfinanciados. Ou seja, a questão do FPE é uma questão decisiva para esses sete estados que são subfinanciados.

Próximo.

Eu não vou analisar esta tabela. Apenas gostaria de mostrar que nós tentamos demonstrar todos os recursos que são relevantes para a promoção do atendimento pelo aparato estatal, federal, estadual, municipal, às demandas sociais. Este quadro é a aplicação em termos per capita. Eu tentei colocar aí apenas valores per capita. Eu sei muito bem que é passível de

crítica. Por exemplo, vamos ver as estatais. As estatais aplicaram na Paraíba, em 2010, R\$2,00 por habitante; mas, no Espírito Santo, aplicaram R\$879,00 e, no Rio, R\$532,00. Essa disparidade é absolutamente inaceitável. Que as estatais façam assim, mas que haja uma política compensatória, determinada pelo Congresso Nacional, para não haver o esgarçamento do tecido regional brasileiro. Pudemos comparar, por exemplo, as agências federais. As agências federais aplicaram no Rio R\$7 mil por habitantes. Se nós vamos aqui à Alagoas, do Senador Benedito de Lira, R\$1.400. Ou seja, 20% do que as entidades financeiras federais aplicaram no Rio de Janeiro foram aplicados, em 2010, em Alagoas: Caixa Econômica, Banco do Brasil, Finame, várias outras instituições que usam recursos públicos. A Caixa usa o FGTS; o Banco BNDES usa o FAT. Então, eu vou passar para o próximo, porque este quadro eu sei que é difícil, mas está à disposição dos senhores.

Eu tento aí voltar, mas também vai ser rápido... Finame, Basa, Banco do Brasil, BNB, BNDES, Caixa e FINEP. Eu fiz aquela mesma análise. Mas o que há aqui de novo é que coloquei o total brasileiro igual a 100... E aqui a gente vê a desigualdade. Por exemplo, no Rio de Janeiro, essas entidades vão aplicar, em 2012, duas vezes a média brasileira; enquanto em Alagoas, comentávamos há pouco sobre Alagoas, vai aplicar a metade do que vai ser aplicado no Brasil, em média. Podemos dizer assim: as agências financeiras oficiais de fomento, cujos planos de aplicação são anexos da Lei Orçamentária Anual decisivamente contribui para o esgarçamento do pacto federativo. Esses números todos são em termos per capita, para tirar aquela questão de que o Rio de Janeiro tem 16 milhões, o nordeste tem 50 milhões e não dá para comparar. Não, vamos colocar em termos per capita e vamos ver.

Próximo.

Este quadro melhora nossa possibilidade de análise, ainda, das instituições financeiras federais, cuja ação se soma aos efeitos predadores da guerra fiscal. Em média, as agências estão financiando, nos Estados menos desenvolvidos, isto aqui. E nos Estados desenvolvidos... Olha, quanto estão aplicando! Mesmo em relação ao Brasil, estes Estados aqui estão em uma posição absolutamente inaceitável, desproporcional, extravagante. Se nós considerarmos aqui a proporção, do que eu chamaria hiato de investimento, em média, nos sete Estados menos desenvolvidos, estão sendo aplicados 33% do que estão sendo aplicados nos Estados mais desenvolvidos. Ou seja, esse diferencial garante que o pacto federativo cada vez vai ser mais fragilizado. Isso aí é a garantia do que estou afirmando. E são 670 bilhões de reais. E são recursos públicos:

FGTS, FAT são instituições públicas. E isso constrói o esgarçamento do pacto federativo.

Próximo.

Eu tomei 10 anos do BNDES, porque entre as instituições, o BNDES realmente merece o prêmio. Usando a terminologia do BNDES, ele é o grande *player* do esgarçamento do pacto federativo. Ou seja, no dia em que o Brasil se transformar em uma confederação, o grande herói será o BNDES. Os senhores tomam aí... Se acharem que estou exagerando, vamos comparar o Rio de Janeiro e o quanto per capita é aplicado pelo BNDES no Rio de Janeiro e no nordeste. Não é um ano específico, não, mas o ano de 2001 a 2010, e são dados de desembolso efetivos, não são aprovação. Os senhores tomam aí que, por exemplo, para o Rio de Janeiro, em 2010, o BNDES desembolsou R\$ 2.210,00 por habitante, normalmente em empreendimentos de grande capacidade germinativa, de oportunidade de renda e emprego. Se comparar com o Nordeste, por exemplo, com a Paraíba, foram R\$ 129,00. Como nós podemos comparar as perspectivas da Paraíba, com empréstimo de R\$ 129,00 por habitante, com os do Rio de Janeiro ou com os do Espírito Santo, onde o valor ficou em R\$ 731,00? Então, esse quadro é um quadro que mostra a questão da desigualdade futura, porque estamos desenhando o futuro.

O próximo, por favor.

Este quadro foi feito com base em um trabalho do Consultor Paulo Springer. No ano 2010, é o que existiu; 2015 é o previsto e 2020 o previsto. Percebe-se claramente a situação injusta em 2010 em que o Rio de Janeiro ficou com 44,8% dos *royalties* e participações do total de *royalties* e participação; a União com 40%; os Estados com 60% e, desses pontos, 45% o Rio de Janeiro. Os outros, praticamente nada.

A grande pergunta que esse quadro apresenta é se essa situação vai ser mantida. Por exemplo, o Rio de Janeiro em 2020. Pode não ser esse valor, porque alguma coisa pode ir para São Paulo, mas, de qualquer maneira, olhem os números aqui em relação aos outros Estados. Ou seja, a distribuição dos *royalties* do petróleo é uma coisa que o Senado, como responsável pelo equilíbrio do pacto federativo, vai ter de enfrentar. Vamos em frente. Estou terminando.

Eu gostaria de colocar uma questão aqui que não é de aplicação de recursos, é de uma aplicação, digamos, negativa de recursos. Trata-se das isenções de IPI concedidas pelo Governo Federal. De um lado, sabemos que o IPI tem natureza extrafiscal. É um imposto que serve exatamente para promoção da política industrial. Então, isso é verdadeiro. Mas, por outro lado, 58% da receita do IPI não são da União. A Constituição

é muito sábia. Ela diz: “A União entregará: (...)”, e 58% pertencem aos Estados e aos Municípios.

Então, na minha percepção, a gente tem de analisar como. Esse é o montante de IPI para o ano de 2012. O gasto tributário vai ser de R\$ 22 bilhões. Eu procurei ver quanto seria financiado deste gasto tributário pelos Estados e Municípios. Por exemplo, na pequena Paraíba, nós

vamos ver que os Municípios paraibanos vão financiar, do gasto tributário, R\$ 158 milhões dos incentivos fiscais concedidos com IPI. Assim, é absolutamente necessário um programa de transição em que a União compense o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios desses incentivos fiscais concedidos. Ou seja, no mérito, ninguém questiona que a União conceda incentivos fiscais, apenas que ela compense os entes federados, porque essas perdas são insustentáveis, principalmente no momento em que há tantas demandas sociais não atendidas.

Só faltam dois quadros. Prometo tentar ser mais rápido ainda.

Este aqui já é uma síntese, mas eu gostaria só de colocar que, com exceção dos investimentos da União, que aqui são, em média, R\$159,00 por habitante e, para os Estados desenvolvidos, R\$79,00, em todos os outros itens há uma grande disparidade, e essa disparidade está na próxima planilha. Nesta planilha, eu coloquei, de novo, os valores, só para recordar. As agências financeiras, R\$ 667 bilhões. Aqui, por exemplo, o FPE é de apenas R\$ 52 bilhões. Fazendo um parêntese, agora que se discutem novos critérios para o rateio do FPE e já que o FPE é, mais ou menos, 10% das receitas estaduais, ele poderia ser rateado para equalizar a receita estadual *per capita*. Ou seja, o FPE seria uma fonte de receitas para os Governos Estaduais, mas diferenciada. Ela buscaria tratar desigualmente os desiguais, ela compensaria aqueles Estados que têm uma receita estadual *per capita* inferior à média.

Só para concluir, essa linha neste quadro é a linha da assimetria na distribuição dos recursos públicos. Eu penso que nunca é demais a gente comparar que isso aqui foi em 2010, mas esse padrão vem e vai prosseguir, a não ser que o Senado Federal, como a Casa do pacto federativo, ao lidar com guerra fiscal, com distribuição de *royalties* de petróleo, com a questão do novo rateio do FPE leve em conta essa disparidade, porque, se essa disparidade for mantida, nós vamos garantir que estamos rumo à confederação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Ricardo pela exposição.

V. Sª faz uma abordagem diferente do que a gente viu e que merece também uma reflexão, porque en-

volve a participação dos agentes de financiamento ou de fomento, como queiram, no caso o BNDES e outras fontes de recursos para os Estados e Municípios.

De acordo com o nosso cronograma de trabalho, terão preferência para inquirir os nossos expositores a Senadora Lídice da Mata, o Presidente da nossa Comissão e a Senadora Ana Rita.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Cedo a vez ao Presidente, que é nosso brilho principal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Srª Presidenta Ana Amélia, senhores expositores, Dr. René, Deputado Pepe, Flávio Castelo Branco e Dr. Ricardo, o dia de hoje tem sido muito saudável em relação às audiências públicas de que temos participado. Esta audiência de hoje traz, para todos nós, com especialidade para nós, que compomos esta Comissão, e para o Senado Federal momento de muita reflexão.

Todas as palestras a que acabamos de assistir me impressionaram, com especialidade dessa do Ricardo, que não me impressiona tanto; assusta-me. Assusta-me porque, continuando o quadro, continuando as ações que se têm sido desenvolvidas até hoje, não sei o que irá sobrar. Uma das coisas sobre que esta Casa tem de se debruçar é exatamente no que diz respeito às divergências, às distâncias entre os Estados, às distâncias infrarregionais, porque as diferenças regionais são absolutamente indesejáveis.

O Brasil não será nunca aquilo que pretendemos que seja, ao continuar esse tipo de tratamento com aqueles a quem chamamos, e agora há essa demanda que diz respeito aos *royalties*, de ricos e pobres. Os Estados ricos são aqueles que se dizem produtores de petróleo: Rio de Janeiro, Espírito Santo e, agora, São Paulo, que, a depender de estudos nesses próximos anos, detém 40% do pré-sal.

Na minha visão, como Senador de um Estado do Nordeste, esta Casa tem que se debruçar em cima disso para adotar algumas providências necessárias. É preciso que os Senadores, especialmente, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste conversem com os Senadores das outras regiões, considerando que não é importante uma guerra entre os representantes dos Estados da Federação nesta Casa. Não é mais possível, Senadora Ana Amélia convivermos com esse tipo de coisa que estamos vendo e que não se limita apenas... Estamos, desde o início deste ano, desta Legislatura, tentando encontrar uma fórmula pacífica, e talvez nós não vamos encontrar.

Quero aqui fazer até uma menção ao Estado do Espírito Santo, que faz parte dos ricos. Em uma conversa que tivemos, em uma audiência pública, inclusive com os Governadores presentes, eu notei muita sensibilidade no Senador Casagrande para encontramos

um caminho e evitarmos um confronto, ou seja, para sairmos daquele contexto, que é natural da atividade política. Esta Casa, em especial, tem esse perfil. Na hora em que nós não tivermos capacidade de negociar, eu não sei o que estamos fazendo aqui. Esperar que isso vá para o Poder Judiciário, que tudo o que tratarmos aqui seja judicializado, é absurdo!

Temos notado, Senadora Lídice, uma intransigência do Estado do Rio de Janeiro, e a paciência dos outros Estados vêm diminuindo gradativamente. Já tivemos diversas prorrogações de prazos. O Estado de Alagoas, por exemplo, é o penúltimo Estado da Federação em termos de extensão territorial e o pior do Brasil em função dos índices de miserabilidade. É uma coisa terrível! Agora mesmo fomos taxados como o Estado mais violento do Brasil no relato da ONU. O que é isso? É a miséria que está implantada lá dentro. Em função desses índices de miséria, desses índices que, na verdade, não são compatíveis com um país da grandeza e do tamanho do nosso, com a imensidão de riquezas que nós temos.

E eu me lembro de uma frase que disse o saudoso Tancredo Neves: “Não podemos ter um Brasil rico com um sem-número de miseráveis, que não têm um prato de comida para comer.”

Queria cumprimentar os palestrantes e dizer que não podemos, Senadora, ao terminar essas audiências públicas, fazer com que elas fiquem apenas em ato dessas quatro paredes. Teremos que dar continuidade àquilo que é trazido para nós, através daqueles que são convidados por nós a fazer apresentações aqui nesta Casa. Teremos que fazer com que tudo isso não se limite apenas a recebermos um pedaço de papel e ficarmos assim. Esperamos que possamos dar continuidade e que amanhã possamos encontrar os caminhos para minimizar essa dificuldade entre as regiões e entre os Estados.

Nós não queremos Estado pobre; agora, não podemos permitir nem consentir que um seja arqui-milionário e que outro seja milionário e outro que seja miserável. Tem-se de fazer o equilíbrio da riqueza nacional. Espero que o Senado Federal, como Casa da Federação, possa ter sabedoria, por meio dos seus membros, para encontrarmos os caminhos, Pepe, para que possamos ter convivência decente, sem que eu possa olhar para você e baixar a cabeça, você, como do Estado do Rio Grande do Sul, e eu, como originário do Estado de Alagoas; que possamos olhar de frente um para o outro. Você pode estar com uma gravata mais bonita do que a minha, mas, se você está com uma gravata, que eu também possa botar uma gravata. É assim que nós poderemos pacificar este País, Dr. René. Do contrário, nós vamos ter não um confronto,

mas teremos de ativar a memória e fazer com que esta Casa realmente possa se constituir verdadeiramente na Casa da Federação, sem massacrar ninguém e tampouco autoprotoger uns em detrimento do outro.

Esperamos, Senadora Ana Amélia, que, com a iniciativa de V. Ex^a, da Lídice e da Ana possamos dar continuidade a esses temas nas audiências públicas e encontrarmos realmente o verdadeiro caminho para minimizar essas dificuldades.

Muito obrigado.

Parabéns aos palestrantes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Benedito de Lira, pela valiosa colaboração.

Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, Sr^a Presidenta – pode ser Presidente ou Presidenta; vamos usar Presidenta para ficar igual à Presidenta da República –, meu caro Presidente da Comissão, além da nossa companheira Ana Rita, que vem acompanhando os trabalhos, se nós tivéssemos combinado não teria sido tão ajustada essa discussão em relação às votações para as quais nós estamos nos preparando para ter nesta semana na Casa, provavelmente amanhã, quando deveremos votar os *royalties* do pré-sal.

Sobre os dados mostrados aqui, eu queria falar sobre dois aspectos. Primeiro, sobre o FPE. Concorro integralmente com que nós precisamos encontrar um mecanismo de compensação para os Estados mais pobres. Não é possível que a distribuição do FPE continue desta forma, com pouca importância na economia dos grandes Estados e com importância tão fundamental para os Estados pequenos, ou melhor, para os Estados nordestinos. Isso se desdobra também em relação aos Municípios. Nós temos que relacionar a distribuição do FPE à renda *per capita* exatamente para que nós possamos ter esse tipo de compensação.

Na Casa também há um projeto de redistribuição do FPE de que o nosso Senador é o Relator, que, tenho certeza, de que vai buscar estimular a criação de algum mecanismo que torne o FPE mais justo, mais capaz de cumprir esse papel, que não chamo de pacto federativo, porque não há um pacto na Federação; há a imposição de um tipo de desenvolvimento à Federação brasileira, em que, historicamente, os Estados do Nordeste têm carregado a carga.

Muito se diz que o Brasil carrega a carga do Nordeste. Falou-se muito isso a respeito do Nordeste pobre, do semiárido. É óbvio que isso não corresponde porque, primeiro, a população nordestina que se deslocou do Nordeste para o Sul e Sudeste do País, principalmente para o Sudeste do País, é parte cons-

trutora desta economia “desenvolvida” e, segundo, hoje o Nordeste pode ser, e tem potencialidade para ser, parte das soluções de que o Brasil precisa encontrar para o seu desenvolvimento.

Os outros expositores se referiram muito à perversidade da guerra fiscal, ao quanto a guerra fiscal é ruim para o País. Eu diria que os dados do Dr. Ricardo justificam a guerra fiscal. A guerra fiscal não nasceu do nada, não nasceu de uma condição de igualdade, não nasceu de uma política em que alguns Estados, perversamente, resolveram se a contrapor a outros Estados. Ela nasceu da distorção profunda que têm os Estados mais pobres e dessa relação com os Estados mais ricos. Numa situação de injustiça, os caminhos que se encontram nem sempre são os mais justos. Nós estamos vivendo agora a finalização, eu diria assim, exatamente o momento em que a guerra fiscal perde a sua capacidade de intervenção. Se é verdade que foi provado que a guerra fiscal, no seu conjunto, resultou em pouco, teve sim, olhada em casos específicos, um desenvolvimento, um resultado, senão nós não teríamos a Ford na Bahia, mas sim no Rio Grande do Sul, não é? A guerra fiscal foi utilizada pelos Estados do Nordeste, sim, como única arma de defesa contra esse verdadeiro massacre de toda política que o Brasil desenvolve em todas as suas áreas. Na área tributária, hoje, o Brasil inteiro discute e fala dessa perversão que se tornou a guerra fiscal para o desenvolvimento da economia nacional, mas não dá uma solução a ela. Está sendo tratada como se nela estivessem todos os males, porque agora ela começou a atingir algum tipo de interesse dos Estados mais ricos da Federação.

Acho que nós não devemos defender a guerra fiscal. Precisamos sair dessa situação, e o Senado é parte fundamental na construção de um novo modelo tributário para o País que impeça a realização da guerra fiscal. Nós estamos numa economia globalizada, em que o País tem que disputar com outros países as chances e as oportunidades. Agora, nós não podemos deixar de levar em conta que não vamos fazer isso de forma correta ou mesmo não vamos conseguir fazer objetivamente isso, se não mudarmos a relação existente de desigualdade entre os Estados da Federação brasileira.

Portanto, amanhã, principalmente dos Estados do Nordeste, mas veio do Sul a rebelião, digamos assim, vai ser imposto ao Congresso Nacional a necessidade de se construir outro tipo de diálogo a respeito dos *royalties* do petróleo. Isso foi abraçado, particularmente pelos Estados do Nordeste, em face dessa situação que nós vimos aqui retratada. Mesmo assim, até por questão cultural, o Nordeste tem uma dimensão de Brasil, tem uma dimensão muito clara de Brasil, e está

acostumado ao sacrifício, mas não pode transformar, não pode jamais aceitar o sacrifício no nível em que está. Em outras civilizações, em outros momentos históricos, essa desigualdade justificou guerras, não guerras fiscais, mas guerras reais. Então, chegamos ao ápice desse modelo.

Foi citado aqui o BNDES, e a sede do BNDES está no Rio de Janeiro. Não tem jeito: onde está a sede começam a existir manifestações de privilégios. Se você comparar os investimentos do BNDES com outras áreas desenvolvidas, ainda assim a do Rio de Janeiro será muito maior. O Rio Grande do Sul fica com 25% acima da média; o Rio de Janeiro, com mais de 200%.

Já tratamos aqui do BNB, que acho que é o caso mais grave, e por que mais grave? Porque ele diz respeito a uma instituição voltada para o financiamento do desenvolvimento do Nordeste, e logo se encontrou uma fórmula de incluir o Espírito Santo e Minas Gerais naquilo que se dizia e que se traça como semi-árido, e é uma pequena parte do semi-árido. Hoje, 60% – e aqui foi retratado, discutido por nós – dos financiamentos do BNB, dos investimentos, portanto, do Banco do Nordeste, vão para Minas Gerais e Espírito Santo, em completo desacordo com as suas atribuições. Não dá mais para aceitar isso. Não dá mais para conviver com esse tipo de relação de investimento, de tributação, de compreensão. Não vou nem me referir ao esforço de reconstruir a Sudene, porque estamos no meio do caminho. A Sudene não tem importância real dentro da estrutura de Governo hoje no Brasil.

Para finalizar, quero parabenizar a intervenção de todos. Como fui prefeita, sei das dificuldades dos municípios brasileiros e me solidarizo. Toda vez que o Governo faz a política de incentivos com IPI, imediatamente, penso no bolso da minha cidade, que tem a terceira maior capital do País e a pior receita *per capita* de todas as capitais brasileiras. Mesmo quando nós falamos no Simples Nacional, que beneficiou e em que eu votei com muito entusiasmo até, porque sou uma defensora da pequena e micro empresa, ele também resultou em perdas para os Estados. Meu Estado perdeu mais de 100 milhões de imediato. É claro que vai resultar, esperamos, em médio prazo, em melhoria de receita para o Estado, com os incrementos que foram dados para as pequenas e micro empresas da nossa Região, do nosso Estado.

Não estava na nossa cabeça naquele período, quando solicitamos esse debate, que ele estivesse tão casado com a discussão que nós estamos travando sobre *royalties* do petróleo, mas ele, por si só, explica para a Nação brasileira que amanhã... E nós estaremos falando de receita futura. Não estaremos modificando nada do que é essa realidade daqui. Estaremos

falando apenas de receita futura, mas, ainda assim, estamos vendo a enorme dificuldade de alguns Estados em perder. Perder ninguém quer. Agora, não é possível continuar convivendo com essa desigualdade e essa perversidade que é a distribuição das receitas em nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Eu pediria à Senadora Ana Rita que a gente faça em um tempo um pouco menor, em função de já ter, imagino, começado a Ordem do Dia no Senado, porque já ouvi soar a campainha das chamadas. Então, com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, inclusive por causa disso – com certeza, já está na Ordem do Dia –, eu gostaria de dizer que as informações aqui colocadas pelos nossos palestrantes são fundamentais e extremamente importantes num momento tão necessário como este em que estamos discutindo a questão dos *royalties* do petróleo, mas eu queria só fazer algumas considerações.

Primeiro, quando a gente fala de desenvolvimento regional e guerra fiscal, é uma discussão bastante pertinente. Com certeza, a guerra fiscal é um dos grandes entraves para o desenvolvimento regional. Mas quero fazer também uma observação: não é somente a guerra fiscal um dos grandes entraves. Acho que tem uma discussão que é preciso ser feita: não é suficiente apenas arrecadar recursos, mas é preciso saber como esses recursos são aplicados. Penso que o momento adequado para fazermos esse debate também é agora, quando se discute a questão dos *royalties* do petróleo.

Quando a gente ouve dizer Estados ricos ou Estados pobres, o que se quer dizer com isso? Eu não sei se, quando a gente fala em Estado rico, estamos falando de população rica. Para mim, é muito diferente Estado rico de população rica. Quando eu olho o Estado do Espírito Santo, o que prevalece lá é a pobreza, não a riqueza, porque temos uma riqueza bastante concentrada ainda, e isso eu acho que acontece em outros Estados. Então, como fazer um debate internamente nos Estados para que esta riqueza seja mais bem distribuída a fim de que a população seja de fato beneficiária dessa riqueza? Nós sabemos que alguns municípios não sabem o que fazer com os recursos que arrecadam dos *royalties*, e esta destinação, às vezes, não é a mais adequada. Então, esse debate precisa ser feito. Ficamos numa guerra aqui de quem leva mais, mas, na verdade, a população está à mercê desta guerra. De que forma ela será beneficiada? Como esses recursos serão aplicados? Qual será o destino desses recursos? Onde eles serão aplicados? Eu acho que esse, para mim, é o maior debate.

Amanhã, faremos aqui a discussão e a gente espera que cheguemos num acordo. Acho que o Estado do Espírito Santo está numa postura coerente, porque ele não está fechado na sua proposta de não abrir mão. O Estado do Espírito Santo, desde o primeiro momento, se colocou numa postura flexível. Agora, o que a gente não pode também é tomar uma decisão que, de uma hora para outra, vai quebrar o Estado, porque, quebrando o Estado, a gente quebra a vida das pessoas e a vida da população. Acho que é preciso ter coerência nesse sentido.

Então, era isso. Queria fazer essa ressalva, agradecer a contribuição que os nossos palestrantes trouxeram e dizer que somos desafiados, realmente, a discutir o que fazer com esses recursos de tal modo que tenhamos um desenvolvimento que venha atender toda a sociedade brasileira, que venha atender todas as pessoas e que não fique concentrado em algumas pouquíssimas pessoas deste País, como tem acontecido historicamente. O Governo da Presidente Dilma e o Governo do Presidente Lula têm buscado reverter isso, mas estamos encontrando muita dificuldade para que esse quadro se reverta. Então, é necessário, realmente, avançarmos nesta questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito à Senadora Ana Rita e até parto – agora, para encerrar – do argumento usado por ela.

Acho que nós podemos, já que são instrumentos de Governo, e o caso do BNDES foi o mais citado aqui – o BNDES não tem linha de crédito para capital de giro para micro e pequena empresa, mas tem para fazer grandes operações internacionais, como a fusão que foi abortada de dois grandes grupos internacionais na área de supermercado –, começar, por esses instrumentos, a fazer essa repartição de maior proveito social do poder da distribuição da riqueza no País. É um capital brasileiro, até pelo nome “desenvolvimento, econômico e social”. Então, poderia ser através disso, apenas aproveitando a sua argumentação aqui e concordando com a Senadora Lídice da Mata e o Senador Benedito.

Eu tenho só uma pergunta para o Dr. René, porque está aqui também representando o Confaz, já que vem em nome também do Presidente Nelson Barbosa, que é o Presidente do Confaz.

Foi mencionada aqui a insegurança jurídica em relação à decisão jurídica do Supremo Tribunal Federal dos incentivos fiscais concedidos em alguns Estados, como o próprio Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo – da Senadora Ana Rita – e, aqui, Distrito Federal e Pará. Como isso foi suspenso, eu queria saber do senhor se está sendo, dentro do Confaz, negociada a convalidação desses

incentivos e de que forma ou se não estão sendo feito e as empresas vão ter que arcar com esse passivo em relação a decisão do Supremo? A pergunta é para o senhor.

Eu já faço aqui as outras perguntas e já se responde.

Para o Dr. Flávio, discutimos muito aqui a emenda do Projeto de Resolução do Senado nº 72, e o Senador Armando Monteiro também teve participação. A autoria é do Senador Romero Jucá e dispõe sobre a repartição da receita do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias e importados – importados na concepção literal da palavra, não de um Estado para outro, mas do exterior. O relator da matéria foi o Senador Delcídio Amaral, que apresentou um substitutivo propondo que a alíquota do ICMS não caia a zero imediatamente, mas que se reduza de maneira gradual até atingir o piso de 2%, a partir do ano de 2015. Na visão da CNU, na sua visão, essa seria a saída mais adequada para começar enfrentar esse problema?

E última pergunta é para o Dr. Ricardo. Na verdade, para o senhor, vai um desafio.

O senhor é um especialista, um funcionário exemplar aqui, um consultor legislativo, e trouxe um panorama diferenciado que foi extremamente valioso para a gente verificar que a concentração não se dá apenas na questão do ICMS, mas em outros instrumentos de Governo que podem estimular também o desenvolvimento regional. O desafio é, no que disse também o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que o Senado tem condições, sim, de propor alterações que venham a neutralizar ou pelo menos mitigar os efeitos negativos dessa questão do ICMS e outras matérias que possam ajudar Estados melhores ou mais ou menos desenvolvidos. Então, o desafio é o senhor apresentar, e proponho que a Comissão de Desenvolvimento Regional, coletivamente, apresente, ao Senado uma proposta de resolução nessa direção. Então, o senhor fica com dever de casa, e eu já lhe agradeço, antecipadamente. Vi que o senhor conhece profundamente, tem sensibilidade de tocar nos pontos que nós temos aí. Além desse global, pode até particularizar em outros aspectos, como questão do BNDES, por exemplo. Então, eu agradeço muito.

Agora, aguardo a resposta do Dr. René, do Dr. Flávio e do próprio Dr. Ricardo, que foi provocado por mim nessa audiência.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR – Senadora, esse assunto foi de amplo debate no último Confaz, que foi realizado agora, no final do mês, no Amazonas, em Manaus.

Como a questão está se desenvolvendo? O Supremo tem dito já sucessivas vezes que os benefícios

são inconstitucionais. Em princípio, são inconstitucionais porque não foram levados à aprovação do Confaz, por decisão unânime. Nesse ponto, temos duas questões que estamos debatendo e que os juristas estão em cima dela: o Supremo não decidiu se vai retroagir, se vai ter que cobrar o passado. Não decidiu ainda. Há uma provocação para o Distrito Federal no sentido de modular a decisão, mas ainda não tem decisão.

Depreendemos de votos de alguns Ministros do Supremo que há certa má vontade nessa convalidação, mas sabemos que o Supremo também toma decisões políticas. Nesse caso, costumo lembrar um exemplo muito interessante, antigo, que virou assunto do Supremo. Era uma discussão antiga, do tempo do ICMS, sobre se se devia cobrar ICMS ou não de alimentação, de restaurantes. O Supremo, depois de um grande passivo de empresas e de restaurantes de todo lado, decidiu que não era do ICC, era do ICMS, desde que fosse previsto em lei estadual. Então, os Estados até hoje, se alguém tiver curiosidade, ao instituir o ICMS, falam “incide sobre operações de saída de mercadorias, inclusive de alimentação”. Isso em função dessa decisão do Supremo.

Então, o Supremo toma decisões que eu acredito que não vão, dentro de uma razoabilidade – uma opinião minha –, dentro de um bom senso, convalidar essas situações passadas. Mas essa é uma opinião pessoal e também olhando a tradição do Supremo nesse sentido. Se se fizer, na proposta que está sendo feita, uma mudança gradual, esses benefícios vão se acomodar com o tempo. Quando chegarem a 2%, se tornam inócuos.

Os Estados estão discutindo e querendo fazer essa consolidação, no âmbito dos Estados, com um acordo difícilíssimo. Veja bem, se se exige unanimidade na votação e se um Estado resolve instituir um benefício sem ir ao Confaz, é porque algum Estado não concorda. Essa é a razão da unanimidade. Se olharmos a mensagem que na época foi assinada pelo Ministro Delfim Neto encaminhando a Lei nº 2475, em que foi feito também um acordo para acabar com a guerra fiscal, a razão da unanimidade era exatamente para que o Estado analisasse se o benefício concedido pelo Estado não prejudicaria a sua própria economia. Muitos Estados pregam que se deve acabar com a unanimidade, mas nós, do Governo, entendemos que não. Se acabar a unanimidade, perde o sentido o Confaz, porque os Estados que querem o benefício se juntam e concedem. A unanimidade é exatamente para assegurar que um Estado não irá prejudicar outro Estado e que se tenha certa uniformidade do País.

Portanto, o Confaz de Manaus decidiu que devemos ter uma reunião extraordinária, no início de no-

vembro, para tratar especificamente de convalidação. Fui Presidente da Cotepe.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em novembro.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR – Novembro. A próxima reunião ordinária vai ser no dia 16 de dezembro, em São Paulo, mas, nesse meio tempo, devemos fazer uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente de convalidação. Estamos há um mês, tentando com o Presidente Cotepe costurar um acordo. Se os Estados chegarem a um acordo, vamos ver o que o Supremo dirá disso, mas já é um grande avanço.

Tivemos nesse Confaz um benefício do Distrito Federal que foi cancelado pelo STF. Foi um caso específico. São Paulo era contra e conseguiu fechar um acordo. Acreditamos, que dada a situação, e até aproveito para responder, comentar as observações da Senadora Lídice da Mata...

Veja bem, nós, do Governo Federal, entendemos que... Não estamos culpando o início da guerra fiscal. Concordamos que houve épocas em que não tínhamos... Mas hoje, o Governo Federal tem uma função coordenadora nacional. É essa a função da União. A União e o Senado, como a Casa dos Estados, precisam ver que isso hoje não está mais trazendo benefício para ninguém. Os Estados pequenos faziam, mas agora os Estados grandes fazem também, e é preciso dar um fim nisso, até para reforçar a receita dos Estados e a autonomia dos Estados financeiramente, para reforçar o imposto na mão dos Estados.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. RENÉ DE OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR – Aproveito para finalizar, agradecendo a oportunidade e me desculpando pela ausência do Nelson e do Arno, que estão sempre dispostos no Ministério da Fazenda a vir discutir toda vez em que forem chamados.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. René, que dá a informação que, em novembro, na reunião do Confaz, em Manaus, o tema sobre a questão da convalidação será debatido.

Quero também agradecer. A Comissão recebe do Dr. Flávio a publicação “A indústria e o Brasil, desenvolvimento regional, proposta de agenda para o Governo”. Pelo temário, é exatamente tudo o que precisamos. Então, passarei às mãos do Presidente Benedito de Lira.

Quero agradecer a presença do Vice-Prefeito de Nova Roma do Sul, do meu Estado Rio Grande do Sul, Douglas Favero, e do Vereador desse Município, Gustavo de Dea, que assistiram a toda reunião. Muito

obrigado pela presença de vocês, que viram como a gente trabalha aqui.

Antes de passar a palavra ao Dr. Flávio, quero informar que já está iniciando o debate sobre o Pronatec no plenário da Casa. Por isso, a chamada dos Senadores.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Muito obrigado, Senadora, Sr. Presidente. Vou ser bastante objetivo.

Quanto à questão do PLS nº 72, o prazo de 2015 para começar a ter efeitos é para nós muito negativo, porque as questões são urgentes, prementes. A entrada de produtos importados estimulados pelos benefícios de ICMS em alguns Estados é cada vez maior, muito grande e está causando problemas muito graves a determinados segmentos industriais brasileiros.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nem o câmbio vai alterar isso?

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – O câmbio, na verdade, já está voltando ao patamar que era antes. Então, acho que deveríamos ter um sentido de urgência maior na solução dessa questão. É claro que precisamos sempre de uma transição, mas o início desse cronograma é muito longo. Deveria ser algo de efeitos mais imediatos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Deveria ser mais rápido para evitar exatamente essa competição predatória com a indústria, especialmente, em que a nossa capacidade é menor.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Perfeito. Mais uma vez, temos que buscar aqui o espírito, como chamei a atenção, cooperativo. A palavra guerra talvez seja muito forte. Precisamos ter as nossas diferenças para fora...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E solidárias, de preferência.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Exatamente.

...como a guerra contra os produtos chineses, e não uma guerra entre os Estados brasileiros.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO CASTELO BRANCO – Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Boa tarde a todos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO NUNES DE MIRANDA – Muito obrigado, Sr^a Senadora.

Na Consultoria Legislativa, temos uma área de Direito Tributário, que é extremamente competente, inclusive o Patrocínio ouviu esse desafio de V. Ex^a. Espero fazer uma dobradinha com ele para trazermos a

sua consideração uma proposta do que pode ser feito de pronto pelo Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu sabia que não faltaria... Obrigada, Patrocínio, pela sua aquiescência, um pouco, digamos, compulsória.

Agradeço muito ao Ricardo, pela sua exposição, ao Dr. Flávio Castelo Branco, que representou a Confederação Nacional da Indústria, e ao Prefeito e Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, que está participando do debate da questão dos *royalties*. Como disse muito bem a Senadora Lídice, foi uma feliz coincidência termos trazido esse debate para as vésperas de uma decisão crucial para o destino do País, em especial de Estados e Municípios, ricos e pobres ou desenvolvidos e menos desenvolvidos.

Muito obrigado ao Dr. René. Agradeço ao Dr. Nelson e ao Dr. Arno Augustin, pela participação, e ao Deputado Pepe Vargas, que é o Presidente da Frente Parlamentar das Micro e

Pequenas Empresas.

A todos vocês, muito obrigado, novamente, em nome do nosso Presidente Benedito de Lira e das Senadoras Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin e em meu nome, porque fomos as autoras do requerimento.

Dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ANA AMÉLIA, ANÍBAL DINIZ, ANTO-**

NIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA E WELLINGTON DIAS.

Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senhor Senador Eduardo Braga. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CMA, CRA e CCT, que são dadas como aprovadas. **PRIMEIRA PARTE: DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO – ITEM ÚNICO – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA, REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT e REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA – Ementa:**

*Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello. Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam o requerimento. SEGUNDA PARTE: Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimento nº 68, de 2011-CRA, Requerimento nº 108, de 2011-CMA e Requerimento nº 59, de 2011-CCT de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal – Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE: Deputado José Luís Schafer – Presidente; Deputado Elson Santiago – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC; Sr. Deputado Judson Cabral – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas – AL – AL/AL; Sr. Deputado Eider Pena – Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP; Sr. Deputado Deraldo Damasceno – Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – BA – AL/BA; Sr. Deputado Hermínio Resende – Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE; Sr. Deputado **Patrício** – Presidente da Câmara*

Legislativa do Distrito Federal – DF – CL/DF; Sr. Deputado Wagner Siqueira – Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Goiás – GO – AL/GO; Sr. Deputado Hélio Soares – Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA; Sr. Deputado José Riva – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso – MT – AL/MT; Sr. Deputado Célio Moreira – Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG; Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes – Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG; Sr. Deputado Ribamar Araújo – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO; Sr. Deputado Gabriel Guerreiro – Vice-Presidente do Parlamento Amazônico; Sr. Deputado Erci Moraes – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR; Sr. Deputado Zico Prado – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – SP – AL/SP; Sr. Deputada Conceição Vieira – Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE; Sr. Deputado Freire Júnior – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO – AL/TO. **EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO – – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). **Autoria:** Senadores Luiz Henrique e Ana Amélia. No encaminhamento não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **ACIR GURCACZ, ANA AMÉLIA, BLAIRO MAGGI, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, RODRIGO ROLLEMBERG, ANÍBAL DINIZ, REDITÁRIO CASSOL e JORGE VIANA.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião

às doze horas e quatorze minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.– Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, – Senador **Gim Argello**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 45ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e 46ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores que, com anuência do Plenário, são dadas como lidas.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública conjunta, em cumprimento a requerimento a ser apreciado, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Gim Argello e de minha autoria, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal – Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 –, com a presença dos Presidentes e representantes das Assembleias Legislativas Estaduais.

Estamos entrando na fase final de tramitação do Código Florestal aqui no Senado e creio que esta será uma audiência decisiva, para que os nossos relatores e todos os Senadores tenham uma compreensão ainda mais ampla sobre a abrangência desta lei florestal, e sobre a importância de aprovarmos um texto equilibrado, contemplando as especificidades de cada bioma e de cada Estado da Federação desse nosso grande País. Para isso, nada mais justo e acertado do que trazer aqui, para esta audiência, os representantes das Assembleias Legislativas de cada Estado brasileiro, visto que são os legítimos representantes desse mosaico étnico, social e cultural que é o povo brasileiro.

Creio que cada Deputado poderá falar aqui hoje um pouco sobre as particularidades socioambientais de seu Estado e de como eles serão impactados pela proposta do Código Florestal que estamos discutindo, e serão argumentos legítimos, visto que a competência

legislativa sobre os assuntos relativos ao meio ambiente, conforme previsão constitucional, é concorrente à União e aos Estados.

Nesse sentido, quero apresentar aqui algumas particularidades sobre a Amazônia Legal e o meu Estado de Rondônia, onde, por conta de características ambientais, históricas e sociais, defendemos um tratamento diferenciado.

O Estado de Rondônia, situado em plena Amazônia Legal, passou por um intenso processo de colonização e reforma agrária, nos anos de 1969, 70 e 80, quando milhares de brasileiros de todos os cantos migraram para a região Norte do País, atendendo ao chamado do Governo Federal para integrar a Amazônia ao projeto de desenvolvimento nacional.

Hoje, segundo o censo agropecuário de 2006, do IBGE, o número de estabelecimentos da agricultura familiar, em Rondônia, chega a 76.000 propriedades rurais, o que corresponde a 86% dos imóveis rurais do Estado. Eles ocupam 40% da área destinada à agropecuária e são responsáveis por 84% do pessoal ocupado no meio rural e 74% do valor bruto da produção agropecuária de Rondônia.

A agricultura familiar responde por 93% da produção de feijão, 92% da produção de mandioca, 90% da produção de café, 82% da produção de leite, 82% da produção de suínos e 65% da produção de aves em todo o nosso Estado de Rondônia.

São essas famílias que lutaram, no passado, para desbravar a Amazônia, integrá-la ao projeto de desenvolvimento nacional. São essas famílias que, hoje, ainda lutam contra uma série de adversidades para colocar alimentos na mesa dos brasileiros. E, para atender às particularidades de Rondônia e projetar o seu desenvolvimento, elaboramos o Zoneamento Ecológico-Econômico de nosso Estado, de forma pioneira no País.

É um documento exemplar, com base técnica e científica, e precisamos colocá-lo em prática, criando dispositivos necessários no Código Florestal, para que ele seja implementado integralmente.

A Amazônia Legal ocupa 60% do território brasileiro, sendo que 76% de sua área é ocupada por terras públicas formadas por unidades de conservação, terras indígenas e florestas preservadas; e apenas 24% são de imóveis privados. A grande diversidade dos ecossistemas, da cultura e da economia da Amazônia torna necessária uma abordagem diferenciada para cada Estado, no que diz respeito ao uso do solo e das suas florestas.

Na maioria dos Estados, esses estudos são para identificar áreas adequadas ao uso alternativo do solo e o desenvolvimento das cadeias produtivas que lá foram elaborados. Portanto, entendemos que o Zone-

amento Ecológico-Econômico estadual é o instrumento apropriado para a definição da aptidão agrícola e do correto uso do solo e das florestas. É por isso que apresentamos uma proposta de emenda ao Código Florestal, para que as questões referentes à Reserva Legal na Amazônia sejam submetidas ao Zoneamento Ecológico-Econômico de cada Estado.

Desta forma, a Amazônia, além de se transformar no motor de desenvolvimento do País, com toda a sua riqueza e diversidade, também saberá proteger suas florestas, fazer uso apropriado do seu solo e de suas riquezas, além de oferecer qualidade de vida para os mais de 25 milhões de amazônidas, que devem ser tratados com todo cuidado por todos nós, Senadores. São 25 milhões de brasileiros que atenderam ao chamamento do Governo Federal, para integrar a Amazônia, para desenvolver aquela região, rica como é. Lembrando sempre que a Amazônia corresponde a 60% do território brasileiro. Se, hoje, a Amazônia, com uma pequena produção agrícola, o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos, se investirmos na Amazônia, preservando as nossas florestas, mas investirmos naquilo que é possível plantar, imaginemos qual será a importância do Brasil na geração de alimentos no mundo.

Produção de alimentos é uma das maiores riquezas que temos. A cada seis meses, em média, o Brasil produz uma nova riqueza, uma nova safra, um novo plantio. É uma riqueza que não se acaba, se renova e melhora a cada ano, em função do conhecimento do homem e da tecnologia que é levada ao campo. O Brasil tem batido recorde de produção agrícola, tem batido recorde na balança comercial brasileira, em função do agronegócio. Tivemos, mais uma vez, no mês de setembro, o melhor setembro da sua história; batemos um novo recorde de receita dos meses de setembro, nesse ano vigente.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou submeter à apreciação das comissões o requerimento de minha autoria e de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, que trata da presente reunião.

PRIMEIRA PARTE

DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTO ITEM ÚNICO

**REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT
REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA**

**Requerem, nos termos regimentais,
a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; Meio Ambiente, Defesa**

do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembleias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Apenas para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, há dois requerimentos, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965; e 7.754, de 14 de abril de 1989; e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autoria: Senador Luiz Henrique da Silveira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever esse requerimento, em função da própria ausência do autor. Queria subscrevê-lo para poder defender a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Assim será feito.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós gostaríamos de ter a apreciação do novo Código Florestal em conjunto também, como estamos fazendo desde o início dos nossos trabalhos, com as três comissões: Comissão de Ciência e Tecnologia; Comissão de Agricultura; e Comissão do Meio Ambiente. Esta seria talvez a medida mais acertada por nós. Mas, respeitando o acordo feito entre os Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, acatamos e entendemos que assim deva ser procedido, na expectativa de aprovamos, o mais rápido possível, essa reforma do Código Florestal, votando desta forma, em conjunto: Comissão de Agricultura e Comissão de Ciência e Tecnologia, onde será lido o relatório na próxima terça-feira, dia 25 de outubro. Na semana seguinte ou na mesma semana, dependendo de como serão as discussões no dia 25, vamos colocar uma data para votarmos esse novo Código Florestal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e na Comissão de Ciência e Tecnologia, portanto, deixando para a próxima semana a votação na Comissão do Meio Ambiente. Entendemos, assim, que estamos ajudando para acelerar a votação do Código Florestal brasileiro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque, Presidente, o tema foi exaustivamente debatido nas diversas e incontáveis audiências públicas com a área acadêmica. Eu, pelo menos, assisti a três audiências com a área acadêmica – SBPC, ABC –, com ex-ministros do Meio Ambiente, ex-ministros da Agricultura, Embrapa, centros de excelência, academia; também todas as áreas regionais: amazônia, região Sul; todos os especialistas na área: economistas, ambientalistas, independentemente de participarem dessas organizações.

Então, penso que estamos preparados para esse enorme desafio que é a votação aqui, na Comissão de Agricultura e na Comissão do Meio Ambiente – porque já na Comissão de Constituição e Justiça já passou a matéria com o brilho e o empenho de nossos Relatores Luiz Henrique da Silveira e também Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o presidente, a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme, que já se encontram conosco; também o Deputado José Luís Tchê, do Rio Grande, que está conosco também.

Quero aqui defender que, já na próxima semana, o Senador Luiz Henrique leia o seu relatório e que, o mais rápido possível, acho que na próxima reunião,

que seria no dia 8, pudéssemos votar esse relatório. E, obviamente, na nossa Comissão de Meio Ambiente também levar adiante o pedido, para que a gente possa ler o relatório e depois votar e levar ao Plenário.

Eu também, a exemplo da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme que estão aqui, nós participamos de muitas audiências. Eu talvez em 95% das audiências que ocorreram dessa matéria tive oportunidade de estar presente. Nesta semana ainda, na segunda-feira, junto com o Senador Aloysio, o Senador Jorge Viana e o Senador Rollemberg, estivemos na Universidade Luiz de Queiroz, em Piracicaba, onde mais uma vez nos reunimos, Senadora Ana Amélia, com cientistas. Eles que, desde o início, reclamavam muito de que não tinham sido ouvidos, de que não estavam presentes na discussão, não têm mais essa reclamação porque foram, de fato, ouvidos, tiveram tempo para dispor. Claro que sempre há a reclamação de que precisa de mais estudo disso, mais estudo daquilo, mas não podemos deixar de votar uma matéria tão importante porque diz respeito à vida de milhares e milhares de pessoas.

Nesse encontro, na segunda-feira, o que deu para perceber é que, mesmo com a ciência com algumas divergências que ainda eles têm, nós vamos chegar a um entendimento. Agora, também percebi lá, Sr. Presidente, que nós não podemos nos deixar levar por esse pequeno movimento que começa em um sentimento que tem ainda arraigado lá na questão principalmente dos estudantes, é que eles acham que não devemos votar esse relatório este ano. Estão fazendo uma sessão de empurra para deixar para o ano que vem, quando começa a Rio+20 etc. e não queremos misturar as coisas. O Brasil tem que ser independente nas suas posições, na sua política e fazer aquilo que é necessário.

A minha posição lá nessa reunião, junto com os demais Senadores, é que, de fato, a ciência às vezes tem alguma razão ou tem razão em determinados pontos que precisaria estudar melhor e definir melhor. Como, por exemplo, na própria questão das APP, quando eles afirmam que APP não deveria ser simplesmente delimitada por questão de metros. Até concordo com eles. Numa APP teria que ser levado em conta o tipo de solo, não só a topografia, mas quimicamente, se é hidromórfico ou não, se tem boa drenagem ou não. Se formos levar isso adiante – e temos que mapear o Brasil inteiro – vamos ficar aqui talvez mais cinco ou dez anos, até que a Embrapa ou outra instituição brasileira faça isso. E temos capacidade e conhecimento para fazê-lo, mas demora muito tempo.

Então, temos que levar adiante o que temos agora, dar aos produtores e à sociedade brasileira a tranquilidade de que quem está produzindo possa

produzir dentro dos limites que a lei será dada pelo Congresso Nacional.

Agora, é lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a diferença de pensamento que têm a cidade, o meio acadêmico e o restante do País. Pensam que simplesmente podemos nós aqui, como Senadores, e os Deputados também, tomar a decisão política de retirar todas as pessoas de onde elas se encontram, como se a sua história, como se o seu passado e a sua família não tivessem a menor importância sobre o que está acontecendo. E aí voltamos, mais uma vez, à questão das APP. Ela é importante e é necessária. Agora, como fica a história de uma família, de um pescador, de um pequeno sítio que está ocupando um terreno, principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, há mais de 50 anos, há mais de 100 anos, 200 anos, com a família no mesmo lugar, e agora, numa canetada, vamos lá e dizer: “Olha, não dá para você ficar aqui, você está fazendo mal à sociedade, fazendo mal ao meio ambiente e você vai para uma favela na beira de uma cidade”. Isso é uma insanidade. Isso é uma insanidade. Então, se for para fazer um código ambiental conforme a ciência pensa que deveria ser ou os ambientalistas pensam que deveria ser, pura e simplesmente, não precisaria nem de discussão, era só pegar as ideias de cada um deles e fechar o País do jeito que eles querem, e estaria tudo certo.

O papel do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, e, depois, do Executivo na aprovação desse código é dar o tempero político, olhar para o Brasil do jeito que ele se encontra e buscar uma solução para o jeito que nós nos encontramos. Não é simplesmente pegar os brasileiros que vivem nessas situações e mandá-los embora, para irem para outro lugar, em nome da ciência e do ambientalismo. Não, não é assim. Esta Casa tem a responsabilidade de fazer com que as coisas sejam colocadas no seu devido lugar, olhando a ciência, olhando o ambiente, mas principalmente olhando o homem. O primeiro artigo da nossa Constituição fala que, em primeiro lugar, está o homem e, depois, o resto. Nós, aqui – o Senador Luiz Henrique chega aqui, à comissão, neste momento, e vai apresentar o seu relatório na semana que vem –, estamos trabalhando firmemente nesta direção de olhar para o homem. Podemos e vamos colocar impeditivos para ocupações futuras, para aquilo que hoje temos certeza de não deve mais ser feito. Então, vamos respeitar, vamos colocar e vamos dar garantias na lei, para que, depois, o Ministério Público, a Justiça e a própria sociedade façam pressão sobre aqueles que eventualmente venham cometer algum deslize ou que venham tentar fazer alguma coisa que a lei não permite.

Não se pode mais alegar, como antigamente, o desconhecimento: “eu estava na Amazônia, eu estava no meio do mato, eu não sabia”. Hoje, tem TV por parabólica em todo lugar, todo mundo assiste a novelas, a jornais. Está todo mundo bem informado em todos os lugares deste País. Até os nossos irmãos índios de Mato Grosso têm suas TVs, seus equipamentos e conhecem melhor e mais profundamente os assuntos que nós que estamos aqui, porque somos apenas um ator aqui, nesta peça deste momento. Como, ali, ao lado, várias peças estão ocorrendo em várias comissões, quem está fora está nos escutando e nos assistindo, tendo a opção de saber o que acontece nas outras comissões, enquanto estamos fechados nesta única comissão.

Presidente, quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que vai apresentar o seu relatório. Quero cumprimentar aqueles que já apresentaram aqui o requerimento, porque, de fato, na próxima reunião, o Senador deve ler o relatório e já devermos marcar a data para o dia 8, que é uma terça-feira, para fazer a votação e encerrar essa etapa aqui, na comissão.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Acir, pela condução dos trabalhos nesta comissão, junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente. Todas as nossas audiências foram conjuntas, temos os mesmos conhecimentos. Podemos não ter a mesma decisão no final, mas o conhecimento é igual. Aí, naquilo que não for convergente, vamos para o voto, como fomos, ontem, na questão dos royalties. Entendemos a posição do Rio de Janeiro, entendemos a posição do Espírito Santo. Foi dada a oportunidade para que os seis Senadores debatessem a matéria, brigassem e esperneassem por aquilo que estavam perdendo. Nós, Senadores, que estávamos defendendo os Estados que iam ganhar, abrimos mão de falar na tribuna e de defender aquilo que pensávamos, para dar oportunidades a eles. No final, valeram a democracia e o espírito da Casa, onde não houve vencidos nem vencedores, pois tivemos uma decisão democrática, no voto. É assim que espero que façamos na questão do meio ambiente e do Código Florestal. Então, parabéns, Sr. Presidente.

Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, é apenas um adendo.

Quero saudar V. Ex^a, o nosso Presidente do Unale, os demais Deputados e os Srs. Senadores que aqui estão presentes, Ana Amélia, Blairo Maggi e Luiz Henrique.

Na próxima terça-feira, conforme o entendimento que tivemos ontem e o comunicado do ilustre Senador Luiz Henrique, vamos fazer a leitura do seu relatório. Se possível, temos de votar, no máximo até o dia 8 ou dia 10 de novembro, essa matéria, que já está sendo desgastante. Ela já foi discutida de forma exaustiva. Nunca vi tanta audiência pública neste País como para discutir o Código Florestal brasileiro. Desconheço. Estou com 60 anos de idade, participo da política desde 1982 e nunca vi um projeto tão discutido como foi esse. O que não podemos é ficar nessa lenga-lenga, desculpem-me pelo termo, na medida em que todo mundo quer dar pitaco. Tem gente que não sabe o que é um alqueire de terra, o que é um hectare, o que é meeiro, o que é posseiro. Não sabe nada. Alguns nunca foram numa propriedade rural, ou seja, sempre pisaram em prédios, granito, mosaico etc, não sabem nem o que é a terra e vêm dar piruada.

Então, aqui precisamos ser independentes. O Congresso Nacional não pode ser subserviente e, sobretudo, não pode concordar com aquelas pessoas que não entendem da matéria. Eu faço um apelo aqui... Ontem, recebi um apelo do Presidente da Famat do Mato Grosso, já mostrando a preocupação, sobretudo porque continuamos no mesmo caminho da insegurança jurídica.

O Senador Luiz Henrique fez, de forma competente, o seu relatório; já leu na CCJ, junto com o Senador Jorge Viana; estamos aguardando a leitura aqui, na próxima terça-feira, e, *a posteriori*, lá na CMA.

De tal maneira, meu caro Presidente, essa história de que universidades, ONGs, grandes academias querem participar, acho mais do que justo, e todos já tiveram a oportunidade ímpar de vir nas Comissões e discutir. De concreto, quase nada, porque sugestões não têm. Eles querem saber... O Blairo colocou muito bem aqui, nós temos alguns critérios para serem adotados. Todavia, cada caso é um caso. É questão da textura da terra.

Quer ver o maior absurdo que vão cometer, Blairo, é bom que V. Ex^a tenha conhecimento e o Senador Pedro Taques. Há uma preocupação, meu caro Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de V. Ex^a de um minuto de sua atenção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mais do que um, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado. Como sempre, atencioso. É a questão do Pantanal. Ligaram para mim professores da Universidade Federal do nosso Estado e pedi que se comu-

nicassem com V. Ex^a, e V. Ex^a, como sempre, eficiente, educadamente atendeu o Mestre da Universidade Federal do Mato Grosso, Dr. Rubens Mauro, diante da preocupação em relação ao Pantanal Matogrossense, tanto do Mato Grosso quanto, e sobretudo, do Mato Grosso do Sul. Está aqui o Waldemir Moka, nosso valoroso representante desse Estado. Ora, se de fato prevalecer aquilo que, eventualmente, poderá ser aprovado em relação ao Pantanal, estamos liquidando a fatura, diante do que vão querer pegar, ou seja, das enchentes, onde for o alagamento, isso vai reduzir o Pantanal sobremaneira. Ou seja, está inviabilizando o homem pantaneiro, que já está falido, Dr. Acir Gurgacz.

Antigamente, meu Presidente, ser homem pantaneiro lá, no Mato Grosso, já era sinônimo de homem rico, homem que vivia da sua propriedade. Hoje, não faz nem para comida, nem para a bóia de que vocês precisam muito lá. Estão literalmente falidos. O pantaneiro, antigamente, vivia, os filhos estudavam no Rio de Janeiro, tinham aviões. Hoje não tem nem... De vez em quando, vê-se algum com uma caminhonete C-10, aquela caminhonete velha. Por quê? Porque está inviabilizado. Agora, ainda vem um projeto, o Código Florestal, se aprovado dessa forma, com certeza, estamos liquidando, quebrando, de uma vez por todas, o homem pantaneiro.

Então, meu caro Senador Pedro Taques, V. Ex^a recebeu telefonema do professor emérito da Universidade Federal do Mato Grosso, Prof. Rubens Mauro, que pedi que se dirigisse a V. Ex^a e também ao Senador Blairo Maggi, que também está no nosso Mato Grosso, que tem esse bioma fantástico, que é uma das maiores e belas naturezas do mundo, para que nós façamos aqui realmente o projeto, de forma racional e, sobretudo, respeitosa. Falam em áreas de APP, que é muito. Como é que é muito? As grandes academias dizem que temos que ver a questão da textura da terra. Quando o Blairo fala que poderia ser um critério a ser adotado, todavia, meu caro Presidente, nós não temos estrutura coisa alguma. Quem vai fazer esse trabalho de levantamento, de que maneira será feito, se será através de satélite, se será através de homem do campo? Nós não temos capacidade tecnológica ainda suficiente para atender essa demanda. Só existe capacidade tecnológica para ferrar o cidadão do interior. É isso aí. Lá, no Mato Grosso, criou-se uma falsa, há poucos dias, uma falsa, os dados do Deter são mentirosos na medida em que anunciou que está vindo o maior desmatamento.

O cidadão que está aqui não entende. Quando você vai fazer recuperação numa área, numa juquira, ou seja, essa terra foi desmatada, o cidadão, por estar quebrado, não tem condições de manter limpo. Demora

dois, três, quatro anos para eu conseguir ter a vegetação. Quando o cidadão consegue, o que ele faz? Ele vai lá e roça o pasto. Eles estão dizendo o seguinte: olha, estão desmatando. O Deter, todos os dias, monta uma falsa, até porque os equipamentos que existem hoje não são confiáveis. Se estiver chovendo, não apura direito; se tiver uma grande camada, ou seja, nuvens, ele não apura direito. Então, criaram uma falsa contra nós lá no Mato Grosso, a região do Brasil aí, e quero crer que nós vamos poder, com este novo código florestal realmente ter um instrumento, uma ferramenta jurídica aqui, sobretudo constitucional, legal, para dar segurança para nós.

Então, faço um apelo a V. Ex^a para lermos na terça-feira e vamos votar, meu caro Senador Governador Luiz Henrique. A V. Ex^a, que está relatando, me parece, duas comissões, faço um apelo para lermos e votarmos. Temos que exigir dos presidentes das comissões que coloquem a matéria na pauta das nossas comissões; se possível, votaremos até o dia 10 e vamos ainda encaminhar para a Câmara. Caso contrário, vamos passar 2012... E, olhem, lá vem a Rio +20, não sei o que mais, daqui a pouco fica para 2013, e nós vamos ficar nesta insegurança, sobretudo, reféns naturalmente de uma política nefasta que é contra o povo brasileiro. Hoje é o Estado brasileiro contra o povo brasileiro. É uma vergonha. Nós temos que ser pragmáticos acima de tudo. Não tem brasileiro mais do que nós.

Agora, não podemos admitir interferência não só de pessoas de outros países, mas também das falsas e pseudo-ONGs – todas são bancadas, ou a maioria, com dinheiros internacionais e também com dinheiro federal. Lamentavelmente, estamos acompanhando as denúncias. Se abriremos a caixa preta em relação às ONGs, gente, não sei onde vamos parar. Vão ser necessárias mil papudas, ou seja, presídios federais, para recolher os falsos “ongueiros” deste País. O Brasil tem hoje quase 300 mil ONGs. Só na Amazônia, por informação do Senador Mozarildo, que é um estudioso em relação a isso, nós temos 100 mil ONGs. Então, gente, vamos parar. Nós temos que trabalhar para os nossos interesses nacionais, sobretudo para a nossa soberania.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Lembro aos nossos colegas Senadores que iniciamos a discussão do código florestal, Senador Moka, aqui na Comissão de Agricultura, dia 29 de março. Antes mesmo de chegar a lei aqui no Senado, nós iniciamos os debates. Faço questão de ressaltar que os Senadores que aqui estão sempre estiveram conosco nesse debate, Senador Moka, Senador Luiz Henrique, Senador Blairo Maggi, Senador Jayme Campos, Se-

nadora Ana Amélia, sempre estiveram conosco, desde o primeiro debate, sempre dando apoio, dando a sua contribuição para o debate e fazendo a discussão de maneira ampla. Ouvimos todos os segmentos da sociedade e hoje estamos fazendo a última audiência pública sobre este tema. E estamos encerrando com a presença de Deputados estaduais das assembleias legislativas de todos os Estados brasileiros. Entendemos que estamos fechando com chave de ouro este ciclo de audiências públicas com pessoas tão importantes da política brasileira.

Em nome do nosso Deputado Ribamar Araujo do meu Estado de Rondônia, saúdo os demais Deputados estaduais, presidentes de assembleias legislativas, seus representantes, Deputados dos nossos Estados. Saúdo nosso Deputado José Luís Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Agradeço a presença de todos.

Luiz Tchê, chegue para cá, e vamos iniciar então os nossos trabalhos, já que esta é a nossa última audiência pública.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Pois não, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para dar algumas informações aos membros das comissões que se reúnem hoje conjuntamente e aos colegas Deputados estaduais.

Falo colegas Deputados estaduais porque o mandato legislativo na Assembleia de Santa Catarina foi o primeiro dos 12 mandatos que conquistei ao longo desses últimos 40 anos. Um após o outro. A Assembleia Legislativa foi minha grande escola; foi lá que aprendi a arte da negociação política, foi lá que obtive os mais valiosos ensinamentos que balizaram a minha carreira política. Então quero saudar os meus colegas estaduais, tenho grande orgulho de tê-lo sido e de recebê-los aqui, Sr. Presidente.

Eu começo pela observação do nobre colega Jayme Campos. Quando ele menciona a excepcionalidade característica da região do Pantanal mato-grossense ou dos pantanais mato-grossenses. Quero dizer, Senador Jayme Campos que este código não é a linha de chegada, mas é linha intermediária, de partida para outras ações legislativas que precisamos fazer ao longo desta legislatura. Assim como a Serra do Mar tem o seu ordenamento jurídico, tem as suas regras próprias, tem o seu ordenamento próprio, já é consenso nesta Casa e no Governo que, uma vez aprovado o código florestal, vamos partir para a aprovação de leis específicas para o demais biomas, como Pantanal, Amazônia Legal, Serra Geral, região costeira e por aí afora.

A primeira palavra que quero dar aqui é que o código florestal, por melhor que fique o texto... E estamos nos esforçando, Sr^{as} e Srs. Senadores, para elaborar o melhor texto possível, uma lei que seja absolutamente alinhada com a Constituição, que seja o máximo possível auto-aplicável, que tenha regras claras e objetivas que não permitam o transbordamento que hoje existe, para definições pelo Poder Judiciário que o legislador deixou omissas ou duvidosas.

Como estamos trabalhando para a elaboração deste relatório que queremos ler na terça-feira? Temos certeza que, pela complexidade da matéria, os Srs. Senadores exercerão o seu direito de vista e, como haverá a interposição de um feriado na semana seguinte, nós solicitamos aos Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que, no dia 8 de novembro, nós votemos esta matéria em reunião conjunta das duas comissões.

Como estamos trabalhando? Estamos trabalhando em três direções. Em primeiro lugar, ouvindo o Senado. Porque ouvindo o Senado estamos ouvindo os Estados e ouvindo o povo brasileiro. Estamos trabalhando ouvindo a comunidade nacional nas audiências públicas que já realizamos e que estamos realizando. Deveremos realizar outra audiência pública ainda na Comissão de Ciência e Tecnologia requerida pelo seu Presidente, Senador Eduardo Braga, mas, além disso, temos feito reuniões muito proveitosas, sentando-nos à mesa com diversas comunidades que representam setores corporativos da população.

O Senador Jorge Viana, que é relator na Comissão de Meio Ambiente, está trabalhando comigo, a quatro mãos; nós nos reunimos, examinamos item por item do projeto com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com representantes do Poder Judiciário, com representantes das principais organizações não governamentais que atuam na área de meio ambiente, com representantes dos pequenos agricultores e da agricultura familiar, com representantes do setor cooperativo, com representantes das grandes empresas com representam o *agribusiness* brasileiro, com representantes da comunidade científica, com representantes da comunidade jurídica. Estamos trabalhando em três direções. E esta é a primeira direção: ascultar a verdadeira realidade nacional, como dizia o Senador Blairo Maggi, no seu pronunciamento que antecedeu o meu.

Mas aprendi ao longo da minha vida pública de 40 anos de mandato que em política você não deve praticar gestos inúteis. E seria praticar gestos inúteis se não conversássemos com o Governo. Primeiro porque o Governo tem legítimo interesse nesta matéria; ele vai executar esta matéria. E, mais, se não trabalharmos

consonantemente com o Governo, nós vamos sofrer o revés de um veto ou de dois vetos ou de três vetos ou de quatro vetos. E estamos trabalhando em consonância com as lideranças envolvidas nesse processo desde o início, responsáveis pela proposição desta matéria da Câmara Federal. E o nosso principal interlocutor é o Senador Waldemir Moka, que é um dos autores, um dos inspiradores desse projeto, junto com o Deputado Valdir Colatto, com o Deputado Paulo Piau, com o Deputado Moacir Micheletto, com o Deputado Luiz Carlos Heinze, com o Relator Aldo Rebelo e com o Deputado Sperafico, porque seria a prática de outro gesto inútil se nós operássemos alguma mudança que sofresse revés na análise da Câmara.

Como nós estamos determinados a aprovar essa matéria este ano, Senador Jayme, requeri que as duas Comissões, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, deliberem sobre essa matéria conjuntamente. Fazendo um projeto convergente com o Governo, com a sociedade e com a Câmara Federal, nós vamos obter um consenso máximo. Não pretendemos a unanimidade, até porque Nelson Rodrigues proclamou que a unanimidade é burra, mas queremos realizar uma grande convergência.

O projeto, que tem altíssima qualidade, vai receber no Senado um aprimoramento e também uma mudança, Senadora Ana Amélia, uma mudança do eixo político da atuação ambiental.

O que a atual legislação tem como característica fundamental? Algo que os cientistas chamam de comando e controle.

O que é isso? O guarda da esquina, o agente do órgão ambiental, a multa, a prisão, o termo de ajuste de conduta, e o agricultor vivendo numa verdadeira apreensão, num grande estresse.

O que nós vamos operar, que está a caminho, está no forno, está quase pronto é a substituição da prevalência da política ambiental policalesca pela política ambiental de incentivos: incentivos econômicos, incentivos creditícios, privilégios, principalmente para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares, os agricultores que lavram terras com menos de quatro módulos, e o reconhecimento de situações históricas e consolidadas. O que nós estamos procurando é o equilíbrio.

Há uma crítica justa do setor ambientalista de que, na definição dos bens protegidos em APP, foram excluídos, foram omitidos os manguezais, substituídos por apícus, marismas e salgados.

É uma crítica justa, porque apícus, marismas e salgados integram o mesmo sistema chamado manguezal. Todavia há atividade histórica consolidada de salinas e de carcinicultura em apícus e salgados.

Como resolver isso? Como a Câmara resolveu em relação às outras situações consolidadas.

Por isso, por uma lúcida sugestão do Senador Jorge Viana, nós separamos o projeto em duas partes: uma parte permanente e uma parte transitória. A parte permanente estabelece regras para o futuro, que eu espero sejam mais duradouras do que o Código de 65; e a parte transitória regularizando passado, permitindo a regularização, não anistiando, não perdoando, mas simplesmente suspendendo o processo punitivo para quem cumprir aquelas regras de adesão ao programa de recuperação ambiental, etc.

Então a mesma metodologia – não tem nenhum Senador nordestino aqui –, nós queremos adotar para apícus e salgados, para não inviabilizar aquela atividade histórica que emprega milhares de pessoas.

Essa é, digamos assim, a mudança de rumo, o novo rumo que terá o projeto. Por isso eu percebo que nós vamos conseguir uma grande convergência. Ao invés de uma votação cheia de paixões, cheia de discussões ásperas, acredito que aqui no Senado nós possamos produzir, até para sermos coerentes com a arquitetura do prédio...

Oscar Niemayer foi fantástico, não é? O que o Oscar Niemayer fez quando desenhou o Congresso? Ele colocou a Câmara numa concha convexa e o Senado, numa concha côncava e simbolizou o seguinte: a Câmara é própria da luta mais ardorosa, do debate mais áspero, mais barulhento, enquanto o Senado é próprio para uma decisão mais madura, mais calma, mais serena, mais cheia de bom senso, porque nós, Senadores, viemos de uma longa trajetória política.

O Luiz Henrique, Deputado do grupo autêntico do PMDB, era vociferante. Quando vejo o Senador Lindbergh Farias, eu me vejo no meu primeiro mandato de Deputado Federal. Eu era assim, agitado, intempestivo...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) (*Fora do microfone.*) – Dr. Ulysses aguentava tudo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E Ulysses, eu fui o companheiro que mais conviveu com ele nos últimos dez anos. A minha luta com Ulysses começou no entrechoque, porque Ulysses era o líder do grupo moderado e nós éramos do grupo autêntico do MDB.

Então o Senador Luiz Henrique não mudou. Não mudei de partido, não mudei de convicções. Simplesmente, ao longo desses anos, aprendi que a serenidade é melhor do que a intempestividade. Aprendi com aquele velho ditado latino, *in medio virtus*, que a virtude está no meio. E nós, na elaboração deste código, estamos procurando a virtude no meio, desestressando antagonismos entre o setor produtivo e o setor de preservação. Aliás, preservação e produção

coincidentemente começam com a mesma letra “p”. Não é possível produzir sem preservar.

Para encerrar, Sr. Presidente, nós podemos ter orgulho, porque o Brasil foi o País que, diferentemente dos demais desenvolvidos, ainda é um país emergente... Mas os desenvolvidos não souberam ao mesmo tempo preservar e produzir. E o Brasil soube. O Brasil tem o maior acervo florestal do mundo, e mais importante, e tem também o agrobusiness tropical mais competente do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Saúdo a presença dos Deputados Estaduais que aqui estão: Deputado Élson Santiago, Presidente da Assembleia do Acre, Deputado Eider Pena, do Estado do Amapá, Deputado Hermínio Resende, do Ceará, Deputado Erci de Moraes, do Estado de Roraima, Deputado Antonio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o meu querido Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia. Seja bem-vindo. Deputado Walter Prado, Líder do PDT na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, seja bem-vindo. Deputado Manoel Moraes, também do Acre, Deputado Eduardo Farias, também do Acre, Deputado Gabriel Guerreiro, do Pará, e o Vice-Governador da Paraíba Rômulo Gouveia. Sejam todos bem-vindos. E a Deputada Eva Gouveia, da Paraíba.

Com a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não vou passar mais do que dois minutos falando.

Cumprimentar a todos, o Presidente da União Nacional dos Legisladores Estaduais. Seja bem-vindo a esta Casa, a Casa da Federação. E concordar com o que o Senador Jayme Campos fez referência, a respeito da necessidade de proteção do Pantanal.

Nós ouvimos o professor indicado por V. Ex^a, o Professor Doutor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso Rubem Mauro a respeito da particularidade e da especificidade do Pantanal Mato-Grossense. Na semana que vem, esse professor virá aqui e V. Ex^a estará convidado, como todos, para ouvir um pouquinho mais a respeito do Pantanal Mato-Grossense, porque nós todos, os Senadores de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul temos essa unanimidade de proteção, que não é burra, é inteligente. É uma unanimidade de todos nós. A única unanimidade que nós não temos aqui é que o Pantanal do Estado de Mato Grosso é

muito mais belo do que o Pantanal de Mato Grosso do Sul, cujo povo o Senador Moka representa muito bem. Mas o Pantanal de Mato Grosso, as espécies são mais bonitas, mais fortes, os peixes, maiores, a nossa flora é muito mais bonita.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu não vou entrar nessa discussão, porque em lá Rondônia o nosso Pantanal...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já ia protestar, dizer que o bioma Pampa também é melhor do que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer uma votação, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Evidentemente não vou fazer referência. Quero registrar que o Pantanal, um terço fica no Mato Grosso e dois terços, no Mato Grosso do Sul. Acho que isso acaba com essa discussão, que é menor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O importante é que o Pantanal Mato-Grossense e de Mato Grosso do Sul é brasileiro. Essa é a importância para todos nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, o Pedro Taques se esqueceu de dizer que são também muito modestos os mato-grossenses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Lembro às Senadoras e aos Senadores que está aberto o prazo de emendas para o novo Código Florestal aqui na CRA e também na CCT. Na próxima terça-feira, dia 25, 8h30 da manhã, convoco todos para ouvirmos a leitura do relatório do eminente Senador Relator Luiz Henrique.

Portanto, estamos dentro do prazo, Senador Luiz Henrique, que nós mesmos estipulamos em reunião com os demais Pares como nossa meta. Até o final de outubro, seria lido e, se possível, votado. Portanto, agradeço a V. Ex^a e parableno-o pelo seu trabalho e pela forma como conduziu todo esse tempo a relatoria aqui, na Comissão de Agricultura, ouvindo toda a sociedade, dando espaço para que todos pudessem dar a sua opinião, sugestão, tanto nós, Senadores, como também a sociedade organizada brasileira.

Tenho absoluta certeza de que ninguém pode reclamar, Senador Moka, de que não foi ouvido aqui no Senado, tanto na Comissão de Agricultura quanto na Comissão de Ciência e Tecnologia, como também na Comissão de Meio Ambiente, pois fizemos as audiências públicas todas em conjunto, ouvimos toda a sociedade brasileira, uma, duas, três, quatro vezes, repetimos as audiências, repetimos os convites. O Tchê já é a terceira vez que está aqui conosco, trazendo a sua opinião, a sua experiência para o nosso relatório.

A primeira audiência pública foi no dia 29 de março, mesmo antes de o Código Florestal chegar aqui, mesmo antes de a lei que foi aprovada na Câmara chegar a esta Casa. Então, entendemos todos nós que estamos cumprindo o nosso dever, a nossa obrigação de atender toda a sociedade brasileira.

Com muito prazer, passo a palavra ao Deputado Estadual José Luis Tchê.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra por meio minuto, antes de ouvirmos o...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos abrir uma grande exceção a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só para fazer um adendo às palavras mansas, tranquilas e pacíficas do Senador Luiz Henrique, de que aqui a coisa tem que caminhar de forma mais tranquila, nada de forma açodada, ou no afã de acertar, como muitos Deputados, que, até pela sua juventude, exercem o seu mandato. Entretanto, pelo que tenho percebido aqui, Senador Luiz Henrique, V. Ex^a é muito mais experiente do que a gente, mas aqui alguma coisa tem que ser atropelada. Se não atropelamos, não atingimos nossos objetivos. Por incrível que pareça, tem projetos – sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – que estão há 17 anos aqui em Comissão. Fico pasmo, perplexo, de ver projetos com 17 anos. Tem algumas coisas aqui que temos que atropelar até para votar. Pelo calendário que vi, se não correremos, não votamos, até porque temos dois feriados – dia 2, V. Ex^a sabe, e no dia 15. E nós já temos em curso o Orçamento, que também será um grande debate para votarmos ainda neste ano. Temos que votar o Orçamento.

Então, vamos imaginar aqui que temos o Orçamento, que também é uma peça muito importante no contexto, e mais o Código. Temos que dar velocidade e atropelar, no bom sentido, é evidente, para que nós consigamos, de fato, concretizar, materializar a votação do Código Florestal.

Essa é a minha observação, visto que V. Ex^a é mestre, professor e já demonstrou isso em suas intervenções e observações, e a gente aprende muito com V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Nós, se possível, poderemos votar até na terça-feira o Código Florestal. Da nossa parte, da parte desta Presidência, nós estamos prontos para votar o Código Florestal. Depende dos nossos Pares, se daqui até terça-feira, poderão fazer as suas emendas, cumprir o rito regimental. Aliás, o rito regimental está cumprido, está sendo feito, depende apenas dos nos-

sos colegas, dos nossos Pares, atendendo à necessidade, principalmente do nosso Estado de Rondônia, Senador Luiz Henrique, porque tenho acompanhado a sua vontade e o seu empenho em atender àquelas pessoas que moram em parte da Região Amazônica, que é nosso Estado de Rondônia, atender àquelas pessoas que foram para a Amazônia desbravar, que estão hoje numa situação muito delicada. Estão ilegais perante a lei. Precisamos colocar essas famílias na legalidade e fazer com que eles continuem a trabalhar. Não podemos diminuir a área de plantio brasileira. É uma das grandes responsabilidades que nós temos e que V. Ex^a tem.

Então, nós queremos votar, se possível, na semana que vem.

Senador Moka, deseja falar?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme, eu, particularmente, tenho acompanhado essa mediação. O cronograma está praticamente definido, quer dizer, vamos votar um texto só para Ciência e Tecnologia e Agricultura, e, nas palavras do próprio Relator do Meio Ambiente, Jorge Viana, ele acredita que o texto aprovado representa praticamente 90% a mais daquilo que será também o relatório do Meio Ambiente. A ideia é que a gente possa fazer um texto só. Se não for possível, dois ou três destaques seriam definidos no plenário. Mas essa é a ideia, sim, até para passar para a sociedade também que essas coisas, principalmente o Presidente Acir, juntamente com Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, estamos trabalhando, e eu, particularmente, tenho muito cuidado nisso porque sou um daqueles que acha que, em havendo convergência e consenso, não precisaremos nem da questão regimental, porque, se entrar a questão regimental, aí nós vamos para o final do ano e, quem sabe, para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Deputado José Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. JOSÉ LUISTCHÊ (PDT – AC) – Bom dia a todos e a todas. Primeiro, quero cumprimentar o nosso Senador Acir Gurgacz – tenho certeza de que treinei em casa, Senador Luiz Henrique, para dizer Gurgacz –, está correto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está correto.

O SR. JOSÉ LUISTCHÊ (PDT – AC) – Cumprimento o nosso Senador Blairo Maggi, que já saiu daqui; o Senador Jayme Campos, que está aqui ao nosso lado, prazer em tê-lo aqui; Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul; Senador Luiz Henrique, que tem feito um belo trabalho na relatoria, juntamente com o

Senador Jorge Viana; Senador Moka, incansável Moka; Senador Pedro Taques, que saiu há pouco; nosso Senador Casildo Maldaner; Senador Aníbal Diniz, do Estado do Acre; Senador Sérgio Souza. E gostaria de cumprimentar, em nome dos Deputados Estaduais, o nosso Presidente da Assembleia, Elson Santiago, que nos acompanha aqui, e o Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, nosso guerreiro, Gabriel Guerreiro.

Srs. Senadores, colegas parlamentares presentes, povo brasileiro, a razão que nos traz pela terceira vez a esta Casa para falar do Código Florestal é motivada por um sentimento de justiça e esperança na paz social para o nosso País.

No momento em que dados da ONU alertam para o crescimento da fome no Planeta e a necessidade de aumentar a produção de alimentos, não há mais tempo a perder. No momento em que os grandes centros urbanos do mundo são tomados por multidões indignadas com a injustiça do sistema financeiro internacional, não há mais tempo a perder.

O Brasil, por seu potencial de riquezas naturais e a capacidade de produzir alimentos, precisa olhar para o futuro sem se curvar aos interesses de poucos nem fugir de sua responsabilidade com a soberania e o futuro da humanidade.

Entendemos que é urgente devolver aos nossos cidadãos tranquilidade e oferecer políticas agrícolas e tecnológicas adequadas para produzir com sustentabilidade.

Tenho a impressão de que a nossa sociedade não tem conhecimento da importância das consequências dessa discussão, porque cristalizamos uma ideia de que problemas ambientais são provocados exclusivamente no meio rural e principalmente na Amazônia. Quando, na verdade, estes têm sua origem no meio urbano e industrial.

Cabe lembrar que 80% do PIB nacional se concentram ao longo da costa brasileira, onde reside a maior parcela da população.

Quero lembrar que o primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído por Getúlio Vargas em 1934, época em que matriz energética nacional era à base de carvão e lenha, e obrigava os donos dos imóveis a manter cobertura de mata original igual a um quarto, ou seja, 25% de área de seus imóveis. Naquele período, as serrarias estrangeiras, a exemplo da americana Southern Brazil Lumber and Colonization Company, já havia feito fortuna por conta da destruição das florestas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Devastou toda a araucária do planalto norte-catarinense.

O SR. JOSÉ LUISTCHÊ (PDT – AC) – Destruíu todas as florestas de araucária, imbuia e cedro nos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Somente

essa empresa chegou a comprar 3.248 quilômetros quadrados de terras, onde se estimava que existiam mais de oito milhões de pinheiros, mais de quatro milhões de imbuías e cedros, tudo isso comprado por algumas migalhas.

Justificando a necessidade de desenvolvimento daquela região, tudo isso aconteceu com derramamento de sangue e a morte de muitos moradores dessas terras, promovidos pelas forças do governo, episódio conhecido como a Guerra do Contestado, no período de 1913 a 1916.

A mata de araucária rapidamente desapareceu, e o Código de 1934 chegou tarde. Os povos da floresta daquela época, os caboclos, foram reprimidos, as populações indígenas quase desapareceram. Porém, vejam a contradição. A Região Sul, em quatro gerações e com melhor nível de vida, é aquela que tem dado as melhores consciências em relação à busca de melhorias ambientais.

Na ocupação pacífica e ordeira da Região Amazônica, onde nós não repetimos esses erros e criamos unidades de conservação grandiosas, marcamos áreas que permitem que a população indígena cresça a taxas maiores do que a média nacional. Não alcançamos essa qualidade de vida.

O atual Código Florestal, promulgado em 1965, pelo General Castelo Branco, quando o País tinha um pouco mais de um terço da atual população e era um grande importador de alimentos, estabeleceu-se a reserva legal, que era parte de cada bioma que deveria ser preservado em 50% na Amazônia e 20% no restante do País. Desde o período militar, ainda passou uma geração e estamos vivenciando um ciclo de construção de um novo espaço nacional. Como brasileiros e trabalhadores, nos orgulhamos de construir na Amazônia e em todas as regiões atividades produtivas com mais cuidados ecológicos e com maiores garantias da nossa pluralidade cultural. De lá para cá, a lei foi mudada de modo indevido, e autoridades, por meio de muitas emendas feitas por decretos e por medidas provisórias, sem nenhuma participação do Congresso ou da sociedade. Com a imposição de reserva legal de 50%, cada colono transplantado para a Região Amazônica seria dono de uma fração de terra igual ou o dobro daquela que desmatasse e colocasse em produção pasto ou agricultura.

Nos assentamentos do Incra feitos nos anos 60 e 70, o governo exigia que os colonos desmatsassem 50% de seus lotes, sob pena de terem a área retomada caso a cobertura vegetal não fosse removida. Em casos em que os colonos desmatavam 100% dos lotes que recebiam, o governo dava outro lote de igual

tamanho para que ele ficasse dentro da lei, ou seja, 50% de uso e 50% de reserva legal.

Em agosto de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que mudou o percentual de reserva legal na Amazônia previsto no Código Florestal, de 50% para 80%. Os que foram assentados na Amazônia, induzidos pelo próprio governo a desmatar 50% de suas áreas e que estavam dentro da lei em julho de 1996, passaram a margem dela após a assinatura da Medida Provisória nº 1.511, de 1996, que estabeleceu prazos para adequação. Aliás, ela não estabeleceu prazos para adequação e entrou em vigor na data de sua publicação. Essa medida provisória, pelo que me consta, nunca chegou a ser apreciada pelo Legislativo e sofreu inúmeras reedições até o ano de 2000. Lembramos que as medidas provisórias tinham 30 dias para serem apreciadas pelo Congresso ou serem reeditadas. A Constituição de 1988 cumpre em sua função social apenas imóveis rurais que, além de produzir, também preservaram o meio ambiente.

Assim, podemos sintetizar o momento atual com as palavras do Prof. Evaristo Miranda:

De novo, deparamos com a nossa incapacidade de reconhecer a diversidade e a ocupação territorial do Brasil. É preciso levar em conta as áreas consolidadas nas quais a agricultura está há séculos, como os vinhedos no Rio Grande do Sul, as maçãs em Santa Catarina, o café em Minas Gerais e assim por diante.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – A cana no Nordeste.

Srs. Senadores, precisamos da sensibilidade humana e da interpretação lógica dos fatos, para não continuar imputando a culpa àqueles que agiram de acordo com a legislação da época ou pelo bom senso, quando a omissão do Poder Público não definiu as regras daquele momento. Se não fizermos agora, não podemos assegurar o futuro com sustentabilidade.

Quero reconhecer a profundidade do trabalho do Senador Luiz Henrique como relator do projeto da Comissão de Constituição e Justiça, no Senado, a quem peço permissão para destacar algumas observações importantes que constato no seu relatório. Assim escreveu o Sr. Senador:

O projeto em tela resulta de uma dedicada, paciente, minuciosa e competente obra legislativa, coordenada pelo ilustre Deputado Aldo Rebelo, a quem quero prestar as minhas homenagens.

Chegou a esta Casa – no que diz respeito ao texto principal – com o apoio de 410 dos 513 Senhores De-

putados federais, o que traduz inequívoca expressiva representação da vontade nacional.

Mais adiante:

O projeto prevê, ainda, que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão

implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei que resultar da proposição.

Observou ainda que:

O art. 24, inciso VI da Constituição, estabelece, expressamente, que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

Prevê ainda o § 1º do mesmo artigo que: “No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”.

O sentido dessa norma constitucional nos parece bastante claro: garantir a descentralização político-administrativa, para o bom funcionamento da Federação, contemplando e respeitando as profundas diferenças regionais de nosso território continental.

(...)

Nesse sentido, a norma geral federal tem que se restringir às grandes definições e, por isso, não pode avançar sobre normas de natureza específica, detalhista, casuística, sob pena de invasão na competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal.

Bem lembrou:

o desvirtuamento da divisão de competência concorrente prevista pelo art. 24 conduz a um perigoso processo de esvaziamento da atuação legislativa dos Estados, preocupação também reiterada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em manifestação na ADI 3.645/PR:

“Observa-se, também, que, no âmbito da competência concorrente prevista no art. 24 da Carta Magna, cada vez mais vemos esvaziada a competência dos Estados, porque a União, quando legisla, esgota o assunto, não se limita a editar apenas normas gerais”.

Diante do exposto, a Unale entende que as diferenças regionais e as situações consolidadas não podem ser tratadas de forma genérica e que a autonomia dos Estados deve ser respeitada, no que diz respeito à aplicação do cumprimento das legislações sobre ocupação de solo. Sabe que são muitos os interesses para adiar a aprovação da legislação, mas não podemos mais fomentar a insegurança na ocupação de terras, sob pena de tornar irreversível uma guerra de ações

no campo jurídico e a consequente penalização de atividades produtivas importantes para o nosso País.

Como esta é a Casa dos Estados, que são diferentes do ponto de vista histórico e natural, com várias vocações e aspirações econômicas, esperamos que os senhores tenham a sensibilidade de aprovar esse código nos moldes já aprovados na Casa do Povo, que é a Câmara Federal.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luís Tchê, pelas suas colocações, lembrando a preocupação que temos com os amazônidas que estão lá, hoje, ilegais perante a lei.

Saúdo a Deputada Conceição Vieira, do Sergipe, e o Deputado Hélio Soares, do Maranhão. Sejam bem-vindos. E o Deputado César Halum, Deputado Federal, seja bem-vindo.

Senador Luiz Henrique, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só queria salientar que o rumo do código no sentido da proclamação da competência concorrente não teve nenhuma alteração, não obstante uma matéria que foi veiculada por um grande jornal brasileiro. Os Estados continuarão, dentro da sua competência concorrente, a legislar de modo complementar e supletivo, dentro das suas peculiaridades regionais, climáticas, geográficas. O código que estamos elaborando é um ordenamento de regras gerais, de normas gerais. Essas normas, como vêm assinalando Ministros do Supremo em várias decisões, são ordenatórias para todo o País. Somos uma Federação, não somos uma confederação. Se fôssemos uma confederação, não teríamos uma regra nacional, teríamos regras estaduais autônomas. Dentro do princípio federativo, temos as normas federais gerais e as normas complementares estão a cargo das Assembleias Legislativas dos Estados. Agora, elas têm de obedecer ao ordenamento federal; senão, como assinalou o Ministro Nelson Jobim, que é o grande redator dessa Constituição, numa audiência pública realizada nesta Casa, estabelecer-se-ia uma guerra legislativa que não teria fim e que não propiciaria uma política ambiental, uma política florestal que garantisse o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria ficar mais tempo, mas tem a reunião da Comissão de Relações Exteriores e, como sou relatora lá de uma

indicação de um Embaixador, tenho de participar de uma sabatina.

Então, eu queria, primeiro, cumprimentar o depoimento do Deputado José Luís Tchê, como representante da União Nacional dos Legisladores Estaduais.

Desde o começo da colonização da região Norte, da Amazônia, revela-se exatamente o grau de insegurança jurídica que, desde aquele momento, os produtores rurais estão vivendo no País. Eles apenas seguiram normas estabelecidas por políticas oficiais de governo para uma integração nacional, que foi feita, claro, àquela época, às avessas, não levando em conta os critérios de preservação ambiental. Era outro tempo. Hoje, há uma consciência muito maior e há um olhar internacional sobre a Amazônia, que é, sobretudo, um patrimônio brasileiro – não podemos abrir mão da soberania.

Penso que a questão fundamental é, não só em relação aos aspectos federativos, como foi lembrado muito bem pelo Relator, Senador Luiz Henrique – aliás, autor de uma lei, no seu Estado de Santa Catarina, a respeito da questão ambiental, o que confere é exatamente seguir uma norma constitucional -, mas, sobretudo, em relação à necessidade de dar aos milhares de agricultores brasileiros a segurança jurídica necessária para produzir comida com sustentabilidade. Hoje, é o próprio agricultor que tem consciência da necessidade, Deputado Tchê, em relação a esta prioridade que é preservar aquele patrimônio que ele tem, pois é dali que ele tira o sustento da sua família, a sua própria sobrevivência e também a renda para crescer. Um pequeno agricultor sonha em ser um médio e um grande agricultor.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, eu costuma repetir sempre que é um Estado em que a maior parte dos seus agricultores tem consciência, aplicando manejos de preservação ambiental, curvas de nível, plantio na palha, agricultura de alta precisão, com índices de produtividade bastante elevados.

É disto que precisamos: um debate sereno, racional, levando em consideração tudo que ouvimos aqui, dos cientistas aos produtores, passando por ministros de todas as áreas. A responsabilidade será essa.

Está em excelentes mãos, as do Senador Luiz Henrique da Silveira e do Senador Jorge Viana, com o comando da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Rodrigo Rollemberg, do Presidente Acir Gurgacz, do Senador Eduardo Braga, na Comissão de Ciência e Tecnologia, e do Senador Eunício Oliveira, na Comissão de Constituição e Justiça, por onde a matéria já passou, o exame desse tema de grande interesse nacional, muito maior que o interesse do que foi examinado ontem em relação aos *royalties*

do petróleo. Aqui, estamos tratando de comida, para brasileiros e também para o mundo.

Então, eu queria cumprimentá-lo, exatamente porque o seu depoimento reafirmou a necessidade da norma jurídica para dar tranquilidade aos agricultores brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra agora ao Presidente Rodrigo Rollemberg, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para entender. Após a fala do Senador Rodrigo, qual seria a sequência? Só para podermos nos orientar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos pedir...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou pedir licença. Eu tenho um compromisso na Comissão de Relações Exteriores também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

Vamos passar a palavra aos Senadores.

Vou abrir inscrição para que os Deputados Estaduais possam se inscrever para poder utilizar a palavra. A inscrição está aberta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prezado Deputado José Luís Tchê, a quem quero cumprimentar como Presidente da União Nacional dos Legisladores Estaduais, prezadas Senadoras, prezados Senadores, prezados Deputados Estaduais que nos honram com a sua presença, no momento em que estamos avançando nos entendimentos em relação ao Código Florestal e em que duas comissões já terão oportunidade, na próxima terça-feira, de ouvir a apresentação do relatório do Senador Luiz Henrique, eu quero manifestar, mais uma vez, o meu otimismo de que o Senado Federal estará à altura das expectativas da população brasileira e apresentará ao País um Código Florestal moderno, devolvendo-o à Câmara dos Deputados, um código que dê tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que tenha os olhos voltados para o futuro. Ter os olhos voltados para o futuro significa garantir a sustentabilidade da agricultura brasileira e significa garantir que o Brasil possa ser cada

vez mais uma potência na produção de alimentos e de agroenergia, mas também uma grande potência na biodiversidade.

Neste momento, que possivelmente seja a última audiência conjunta sobre esse tema da Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente, eu quero aqui cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, o Senador Eduardo Braga e o Senador Eunício Oliveira, os Presidentes das outras comissões, e dizer, Senador Moka – eu tenho dito isto –, que, após todos esses entendimentos, temos de construir uma agenda pós-Código Florestal e uma agenda conjunta cada vez maior entre agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia e inovação, até porque fica muito claro que, para que o Brasil tenha uma agricultura cada vez mais competitiva no cenário internacional, o grande diferencial dessa competitividade será a sustentabilidade. A forma melhor, mais rápida, mais barata, mais inteligente, mais sustentável de garantir aumento da produção e da produtividade com sustentabilidade ambiental é investindo em conhecimento, investindo em ciência, tecnologia e inovação. Portanto, é muito importante que tenhamos uma agenda comum dessas comissões para dar continuidade aos desdobramentos do código florestal.

Mas quero aqui também registrar – o que já tive oportunidade de fazer outras vezes e não me cansarei de fazê-lo – a felicidade que tivemos de colocar os destinos da revisão do código florestal nas mãos de dois Senadores, dois grandes brasileiros, dois homens experientes como o Senador Luiz Henrique, ex-governador do Estado de Santa Catarina, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, e o Senador Jorge Viana, ex-governador do Estado do Acre, que implementou naquele Estado programas reconhecidos internacionalmente de sustentabilidade ambiental.

Cumprimento todos os membros das comissões por onde tramita este projeto, pelo clima de equilíbrio, de bom senso, de moderação que vem permeando os debates sobre o código florestal.

O Senador Luiz Henrique apresentará o relatório conjunto para as Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura na próxima terça-feira. Registro minhas expectativas e minha confiança em que este relatório esteja sendo aperfeiçoado por conta das inúmeras contribuições recebidas aqui de todos os segmentos da sociedade. Tivemos oportunidade de ouvir por várias vezes a comunidade científica. Ainda na última segunda-feira, o Senador Jorge Viana, o Senador Aloysio Nunes, Senador Blairo Maggi e eu passamos o dia na Esalq, Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz, em Piracicaba, aprofundando o debate com os cientistas. Temos tido interlocução permanente com o Governo

Federal por meio do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário; com os produtores rurais, por meio de suas entidades representativas, seja a Confederação Nacional da Agricultura, sejam outras entidades representativas de pequenos produtores rurais; estivemos abertos aos debates com ONGs; enfim, estamos fechando o ciclo, Senador Moka, e quero manifestar o meu otimismo de que possamos aprovar o código florestal moderno.

O Senador Luiz Henrique acatou algumas sugestões importantes como a de separar no texto o que são disposições transitórias, que são disposições para regularizar o passivo existente e dar tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais e, ao mesmo tempo, separar das regras que vão balizar o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, agroenergia e da preservação ambiental no Brasil para o futuro.

Após a aprovação deste código florestal...

Quero concordar com a Senadora Ana Amélia, Senadora sempre muito assídua, muito presente aos debates, sempre dando contribuição muito efetiva nesses debates e a cumprimento, manifestando a minha segurança, tranquilizando os Deputados estaduais de todo o País de que o código está em ótimas mãos, está tendo ótimo encaminhamento. Vamos apresentar ao País uma legislação moderna e, como disse a Senadora Ana Amélia, a mais importante que estamos nesse momento apreciando no Congresso Nacional brasileiro não apenas pela produção de alimentos, mas também pelo impacto que terá na vida de todos, produtores rurais, ambientalistas. Estamos tratando de uma lei que diz respeito e dirá respeito sempre, para sempre no tempo, às futuras gerações. Não há dúvida, portanto, que esta é a legislação mais importante que está sendo apreciada neste momento no Congresso Nacional.

Mais uma vez, Senador Acir, quero cumprimentá-lo por sua condução, cumprimentar todos os Senadores dessas quatro Comissões por onde tramita o Projeto pelo alto espírito público de estar fazendo essa discussão nesse clima de moderação, de equilíbrio, de bom senso, que é o que a população brasileira espera de nós.

Não poderíamos encerrar este ciclo sem ouvir a opinião dos representantes dos Legislativos estaduais num país com tal diversidade como o Brasil, em que cada um ali está na ponta, conhecendo as expectativas da sua população, desde o Norte até o Sul do País, passando pelo Centro-Oeste, região que represento como Senador de Brasília.

Ficam aqui os meus agradecimentos, Senador Acir, meu desejo e minha convicção de que continuaremos atuando juntos em prol do desenvolvimento da agricultura e do meio ambiente brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que tem contribuído muito para esse debate, para o sucesso desse debate.

Iniciamos, Senador Aníbal, no dia 29 de março o debate nesta Comissão. Começamos com a seguinte frase: “O Brasil quer produzir conservando”. E nós encerramos o nosso ciclo de audiências públicas hoje com a mesma frase. Queremos um Brasil produzindo e conservando.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, que conduz com muita competência e muito equilíbrio esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Deputado Estadual Luiz Tchê, que, neste momento, representa o orgulho e a qualidade do Legislativo acreano no plano nacional, porque é um legislador do Acre, da Assembleia Legislativa do Acre, que está na presidência da União Nacional dos Legisladores Estaduais. Então, quero manifestar aqui o meu orgulho por tê-lo na representação maior dos legisladores brasileiros que atuam nos Estados.

Saúdo também o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Elson Santiago, o Deputado Walter Prado, companheiro do PDT que também tem grande contribuição ao Estado do Acre, o Deputado Manoel Moraes, do PSB, e o Deputado Eduardo Farias, confrade do grande Deputado Federal Aldo Rebelo, que fez e conseguiu aprovar o relatório que está hoje em debate aqui no Senado Federal.

Srs. Deputados e Srs. Senadores aqui presentes, as etapas cumpridas até aqui, em relação ao Código Florestal, são etapas muito importantes. Acredito que o que foi manifestado pelo Senador Acir Gurgacz é o sentimento que está presente hoje em todas as Comissões do Senado Federal, é como fazer para aumentar a nossa produção tanto no que diz respeito à geração de divisas quanto no que diz respeito à contribuição para atender ao desafio de alimentar o Brasil e o mundo, porque a contribuição do Brasil é muito especial, mas, fundamentalmente, como a gente evitar os desastres ocorridos no passado e como corrigir certas falhas que ocorreram e que colocaram em risco o equilíbrio ambiental do nosso País.

A presença dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana nas relatorias nessas Comissões temáticas de Meio Ambiente e Reforma Agrária e de Ciência e Tecnologia é uma segurança a mais que nós temos de que esse projeto está sendo tratado com a devida atenção.

A aprovação, por acordo, por unanimidade, praticamente, porque houve algumas discordâncias, mas muito minoritárias, do relatório inicial do Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição e Justiça foi mediante um acordo no sentido de que nós trataríamos ali apenas dos pressupostos de constitucionalidade, ficando o acordo de que todas as contribuições dos demais Senadores seriam analisadas com maior atenção nas outras comissões temáticas. Isso está acontecendo. As informações que nós temos são de que o relatório a ser lido na terça-feira já é bem mais amplo e tem contribuições muito interessantes no sentido de corrigir falhas de origem.

Nesse aspecto vale muito à pena reforçarmos aquilo que disse aqui o Senador Luiz Henrique: a Câmara, com o seu retrato, com a simbologia daquela concha côncava sendo o receptáculo maior de todos os sentimentos da Nação, aprovou um projeto recebendo e tentando dar atenção à diversidade das culturas, das propostas, das necessidades e das exigências de todo o Brasil.

Então, esse trabalho aprovado na Câmara tem uma grande importância e é um excelente ponto de partida para o que pode ser trabalhado aqui no Senado, que tem a característica de ser uma casa da Federação, uma casa do equilíbrio, onde, verdadeiramente, tem que prevalecer a maturidade. Neste sentido, a gente está muito confiante no trabalho dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que, inclusive, estão se reunindo com frequência, para trabalhar um relatório que seja sincronizado com as necessidades do País.

E quero, aqui, fazer um elogio muito especial ao pronunciamento inicial do Deputado Luiz Tchê porque, na realidade, essa qualidade expressa no seu pronunciamento, para nós, acreanos, é um orgulho, porque V. Ex^a demonstra total preocupação no sentido de não prejudicar aqueles que produzem e, ao mesmo tempo, garantir a preservação dos nossos recursos naturais para dar às futuras gerações a oportunidade de terem o direito a um meio ambiente equilibrado.

O vosso pronunciamento é um retrato fiel de tudo que aconteceu no Brasil até aqui, do quanto estamos diante de situações complexas a serem resolvidas.

Nesse sentido, a proposta do Senador Jorge Viana, que foi acolhida pelo Senador Luiz Henrique, de separar o que é transitório do que é permanente, é a chave da solução dos problemas, porque alguém que foi orientado a desmatar 50% da sua propriedade não pode ser penalizado hoje por ter cumprido a lei no passado. Mas isso também não pode estar na legislação permanente. Então, tem que ser algo transitório para resolver o passivo. O passivo se resolve de maneira transitória com uma solução para o passivo. Agora,

temos que nos preocupar com daqui para frente, com como vamos fazer para melhorar nossa tecnologia, produzir mais, garantir maior produção, maior rentabilidade, maior mecanização e, ao mesmo tempo, maior proteção dos nossos mananciais, dos nossos rios, das nossas florestas e tal.

Então, isso tudo está presente nessa separação entre o que é transitório e o que é permanente. Nesse sentido, fiz um pronunciamento há poucos dias e queria retratar aqui um exemplo do que é permanente e do que é transitório.

Quando assumimos o Governo do Estado, em 1999, o salário dos servidores estava atrasado cinco meses. No primeiro mês os servidores queriam o recebimento do atrasado, e nós tivemos que dar uma resposta, orientados pelo então Governador Jorge Viana, no seguinte sentido: “vamos tratar do que é permanente. De hoje em diante, não tem mais atraso no salário. Agora, o passivo nós vamos negociar”. E assim foi feito. Começou a se pagar em dia, no mês de janeiro de 1999. E desde então nunca mais se atrasou um dia o pagamento dos servidores do Acre. E com seis, sete ou oito meses nós conseguimos parcelar o passivo, conseguimos atualizar o passivo e conseguimos fazer um compromisso de fé que nunca mais se quebrou dali para frente e todo mundo foi pago em dia.

Então, acho que, neste momento, quando se separa o que é o passivo do que é o permanente, nós temos que fazer um acordo em relação ao passivo, que vai demorar um tempo para a gente corrigir, mas o fundamental mesmo é nós estabelecermos uma legislação permanente que seja uma proteção segura para o nosso meio ambiente, para garantir que a gente vai ter aumento de produtividade, mas sem agressão ao meio ambiente e sem ameaça às gerações futuras.

Acho que, nesse aspecto, tenho certeza de que o Deputado Luiz Tchê e os demais Deputados das outras regiões que estão aqui presentes vão concordar que nós temos, sim, que manter o Brasil sendo o nosso grande produtor de alimentos para o Brasil e para o mundo, e, ao mesmo tempo, o nosso exemplo de sustentabilidade, aquele país que produz preservando, que aumenta a produção mas mantém o seu marco legal de proteção das florestas, dos nossos mananciais e dos nossos mais variados biomas, que são tantos no Brasil e requerem tantos estudos e tantas atenções técnicas para que a gente logre sucesso nessa missão grandiosa que o Senado Federal tem hoje de dar uma resposta à altura das necessidades do povo brasileiro.

Era isso.

Confio demais no trabalho do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique e tenho certeza de que a lei que vai sair do Senado Federal vai ser uma

lei muito mais com a cara e com as necessidades do Brasil e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Aníbal.

Faço um adendo nessa sua colocação com relação ao passado, ao que é passivo.

Todas aquelas propriedades que foram entregues à população fazem parte do passivo. Nós temos pessoas, Senador Moka, que resolveram guardar suas florestas para que – pensamento da época – no futuro fosse explorada sua madeira. Na época, a madeira tinha uma receita muito pequena. À conta de que, no futuro, fosse melhorar, essas pessoas guardaram suas florestas para poder desfrutar de um preço melhor da madeira no futuro, e hoje não podem fazê-lo.

Então, eu entendo que o passado também é aquelas pessoas que receberam a sua terra. Vamos falar do futuro? Aquelas pessoas que irão, porventura, receber terras novas do Governo ou fazer novas licitações, essas, sim, terão uma lei nova. Mas aquelas pessoas que receberam a sua terra, elas devem, Deputado Tchê, permanecer sob a lei da época mesmo tendo condições de usufruir das suas florestas dentro dos 50%. Essa é a nossa proposta. É por isso que nós encaminhamos uma emenda no sentido de que deveremos ter um zoneamento econômico e ecológico para que a ciência possa tratar disso com mais eficiência.

De onde surgiu 80% para a Amazônia? Qual a explicação científica que alguém pode nos dar de porquê, no meu Estado de Rondônia, nós precisamos preservar ou ter uma reserva legal de 80%? De onde surgiu esse número? Como que se partiu de 25% para 50% e de 50% para 80%? Daqui a pouco vamos ter que sair do nosso Estado. Temos que ter cuidado com as leis. É exatamente por essa razão que estamos debatendo com tanta preocupação e com tanta insistência nessa questão da Amazônia. Aquelas pessoas que receberam suas terras à lei da época, mesmo que não utilizaram a floresta na época, no meu entendimento, elas têm o direito de usufruir, porque receberam sob a lei vigente naquele momento.

Pela ordem de inscrição...

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu tenho uma inscrição aqui do Senador Waldemir Moka. Na sequência passo a V. Ex^a, Senador Cassol.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Senador Waldemir Moka, V. Ex^a quer falar agora ou quer falar mais tarde?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vou aproveitar, Senador Acir, porque a presença dos Deputados Estaduais aqui é fundamental. Aqui, no Congresso – percebo isso claramente – nós vamos votar um texto. Essa questão da legislação geral e da possibilidade, na minha avaliação constitucional, de as assembleias fazerem a legislação específica dos seus Estados acho que temos que garantir. Em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, nós queremos que as Assembleias Legislativas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul possam fazer uma legislação específica para o Pantanal, até porque não vejo sentido. Só existe o Pantanal no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Como é que essa legislação vai ser nacional? É exatamente aí que podem... E eu acho que as assembleias têm competência. Aliás, eu sempre me pergunto por que as assembleias legislativas, que estão muito mais próximas da população dos Estados, não vão... Evidentemente, a legislação será específica, de quem conhece a realidade de cada Estado.

Agora, nós não estamos aqui também dizendo que o País vai ser uma colcha de retalhos. É preciso garantir os limites máximos e mínimos e, dentro disso daí, legislações específicas. É o que o Senador Luiz Henrique pretende. Agora, não se iludam que aqui esse debate vai ser intenso. E nós precisamos exatamente garantir que o texto dê legitimidade para que as assembleias legislativas possam fazer a legislação suplementar, que considero fundamental.

Essa é uma questão importante. No seu Estado, Rondônia, por exemplo, é fundamental que as assembleias tenham... E o zoneamento econômico... Mato Grosso do Sul já tem o zoneamento econômico e ecológico. Dentro daquilo, aí sim, à luz de todo um estudo de solo, de vegetação, do tipo de indústria pode se instalar nesse e naquele lugar, essa preocupação nós já tivemos.

A partir dessa constatação é que as assembleias legislativas vão legislar, depois de um zoneamento econômico e ecológico. Isso foi muito debatido quando eu era ainda Deputado Federal. E eu percebo que essa ideia no Plenário do Senado pode ser consolidada.

Quando o Senador fala em separar o que é passivo do permanente, na verdade isso é técnica legislativa. Mas o Deputado Federal Aldo Rebelo em momento algum quis que isso fosse diferente. Nós nunca defendemos na Câmara, como Deputado... Nós queríamos o quê? O que está consolidado.

O que nós vamos fazer com o plantio de café em Minas Gerais? Com as maçãs de Santa Catarina? São culturas que têm mais de 100 anos. Em Mato Grosso

do Sul, 78% do Pantanal são preservados. E há mais de 250 anos nós praticamos lá a pecuária extensiva. Nem por isso o Pantanal foi degradado. Aliás, quem sempre preservou o Pantanal foi o pantaneiro.

Essas coisas são fundamentais para o nosso debate.

Evidentemente, e volto a insistir, nós vamos sempre procurar o equilíbrio e o consenso. E temos conseguido. Agora, consenso também não significa recuar em tudo. O consenso significa estabelecer aquilo que é o bom senso, o equilíbrio.

Insisto em dizer: o Brasil é de longe o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental. Sessenta e um por cento de nossas florestas são preservadas. Aqueles que mais nos impõem restrições, que são os países europeus, não têm preservado nem 0,5% de suas florestas. Então nós, de longe, somos o País que mais preservou. Tudo isso tem que ser colocado na mesa também, porque a pretexto de condições ambientais e de preservação ambiental nós sabemos que por trás disso tem uma grande jogada comercial, que é exatamente impor limites, barreiras, melhor dizendo, fitossanitárias. Essa questão fitossanitária e também barreiras ambientais, aumentar o nosso custo de produção para que os nossos produtos cheguem lá fora com preço mais elevado, tudo isso faz parte dessa discussão.

Eu tenho estado aqui – V. Ex^a é testemunha disso, Presidente – e tenho procurado ser aquele Senador que ouve os lados que contribuem para o consenso.

Conversava ontem com V. Ex^a, com o Senador Acir Gurgacz e com o Senador Jorge Viana, que precisamos agora ir à votação, na Agricultura, na Ciência e Tecnologia e, logo em seguida, no Meio Ambiente. Aquilo que não for consenso o Plenário do Senado vai ter que decidir, e a presença dos deputados estaduais é fundamental nessa discussão para que a gente possa garantir o direito de os Estados também legislarem nas suas questões específicas e regionais. Tenho certeza de que ninguém melhor que os deputados estaduais para fazerem a legislação específica ambiental do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Lembro também que o primeiro Estado brasileiro a produzir um zoneamento econômico e ecológico foi o Estado de Rondônia. Infelizmente está parado no Conama, desde então, há mais de dez anos. Foram gastos US\$19 milhões para produzir o zoneamento e o Conama não autorizou o Estado a executar o nosso zoneamento. Portanto, peço aos Deputados Estaduais que conversem com os seus Senadores para que apoiem a nossa emenda, para que esteja incluído no

Código Florestal o zoneamento de cada Estado, feito pelo Governo do Estado e aprovado pelas Assembleias Legislativas. Pode ter o veto da União, mas não que se necessite de autorização da União, do Conama, para pôr em prática. Se há um estudo científico feito por técnicos dos Governos e aprovado pela Assembleias Legislativas, por que precisamos de uma autorização do Conama para pôr em prática? Poderemos ter talvez um veto, o veto do Executivo Federal, mas não uma autorização. Entendo que isso tenha atrasado muitos Estados para colocar em prática o seu zoneamento.

Passo a palavra ao Senador Reditário Cassol. Agradecemos sempre o apoio e a presença de V. Ex^a aqui na Comissão de Agricultura.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todo mundo. Cheguei atrasado, estava com outros compromissos, atendendo o povo, mas, se V. Ex^a me permite, temos que agradecer a presença dos representantes dos Legislativos dos Estados brasileiros que estão aqui nos honrando com a presença deles.

V. Ex^a tocou num assunto do Estado de Rondônia de 80%.

É bom lembrar, Sr. Presidente, no sul do País, e sou natural de Santa Catarina, dos ambientalistas, porque naqueles velhos tempos os madeireiros tinham que florestar, eles mesmos, ou pagar para alguém fazer. Hoje está o exemplo lá. Tantas madeiras que nós temos aproveitando o florestamento. Quando fomos para o Norte, em Rondônia, em 1977, foi mais ou menos na época em que se transformou, em que mudaram o nome de Instituto Nacional do Pinho, para outro nome e, depois, para Ibama.

O Ibama exigia dos madeireiros a reposição florestal paga a eles. Vejam bem, o Ibama não plantou um pé de árvore. Já falei em reunião anterior que quem descobrir que o Ibama plantou um pé de árvore ganha uma caminhonete importada por cada pé de árvore. Então, temos que também responsabilizar os ambientalistas. O Ibama, em Rondônia, já aplicou multa para ex-governadores pela abertura de rodovias para beneficiar o povo, para beneficiar certas cidades, certas vilas. Aplicou multas sérias. Está na Justiça. Agora, temos que responsabilizar o Ibama também para que ele reponha aquilo que receberam, dinheiro que se pagava sobre a extração de madeiras. Eles, com certeza, não plantaram nenhum pé.

Então, ilustre Presidente, como fazer realmente a aprovação, como V. Ex^a falou, e eu parablenho todos os que apóiam, este projeto sobre o Código Ambiental, que não venha prejudicar os pequenos agricultores e também os grandes, todo mundo. Sem dúvida ne-

nhuma, preservar aquilo, ou repor principalmente as nascentes, ao longo dos riachos. Isso é importante. A água aumenta e valoriza a própria propriedade, mas também fazer injustiça como que temos lá em Rondônia. Informaram-me que até o Ministério Público aplicou multa para os agricultores, o Ibama está sempre em cima, aplicando multa.

Veja bem, se houve falha, uma pequena falha, alguma coisa... Mas, antigamente o que se exigia era derrubar para ter o direito da documentação. Agora, nós também temos que exigir aquilo que os ambientalistas não fizeram e receberam. Portanto, isso é...

Nós temos grande prejuízo, e não é só em Rondônia, é no País todo. Um grande prejuízo que foi pago, receberam o dinheiro e não plantaram nada.

Portanto, nós vamos fazer a coisa correta. Sem dúvida, a parte ambiental é muito importante, porque tem que ser preservada, principalmente nas nascentes, ao longo dos rios, nas montanhas e assim por diante. Isso é importantíssimo. Até para a saúde é melhor. Os velhos antigamente diziam: "a mata filtra o ar". Portanto, eu sempre falava isso, isso é importante.

Mas, vamos chamar a atenção dos ambientalistas para prestar conta, responsabilizar e fazer algo daquilo que eles receberam em devolução, em benefício dos Estados, com a plantação daquilo que eles receberam e não fizeram. E contem com o apoio desse pequeno Parlamentar, como se diz, em todos os momentos que precisarem.

Que Deus abençoe todo mundo, principalmente, para que, relamente, possamos fazer sempre as coisas corretas e certas, voltadas sempre em benefício da população, sem dúvida nenhuma, dando garantia àquilo que nós precisamos, como a parte ambiental que também é necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Reditário Cassol

Vamos agora à lista de inscrição. Estão escritos o Deputado Gabriel Guerreiro, do Pará; Deputado Manoel Moraes, do Acre; Deputado Erminio Pena, do Amapá; Deputados Eduardo Farias, do Acre; Deputado Eder Penha, do Amapá; Deputado Hélio Soares, do Maranhão; Deputado Antonio Arantes, de Minas Gerais e Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Passo a palavra, por três minutos, ao Deputado Gabriel Guerreiro.

Peço que nos ajudem em relação ao tempo. Deputado Gabriel Guerreiro, V. Ex^a, do Pará, V. Ex^a tem a palavra por três minutos.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (PV – PA) – Meu caro Senador Acir, Presidente desta reunião, em seu

nome, quero cumprimentar todos os Senadores aqui presentes.

Meu caro Presidente da Unale, nosso companheiro Luis Tche, em seu nome quero cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes.

Estou aqui com a incumbência de representar o... amazônico, e o tempo é muito curto. Portanto, vou colocar aqui algumas questões fundamentais para que os Senadores, ao tomarem a decisão sobre o Código Florestal, possam ter a antevisão do que este País tem de responsabilidade sobre a Amazônia.

Eu gostaria de falar aqui sobre vários pontos que já foram abordados, mas vou centrar a minha questão em um problema crítico. Este País tem uma diversidade muito grande em todo o seu território – o Pantanal, a costa brasileira etc.

Mas há uma questão que é fundamental: tem que entender o que é a Amazônia. A Amazônia é uma bacia fechada continental. Eu sou geólogo e fiz Física antes de fazer Geologia. Entendo a Amazônia do ponto de vista físico, químico, termodinâmico. Gastei minha vida estudando isso e já sou Parlamentar há vinte e tantos anos. Fui constituinte nesta Casa – o Deputado Luiz Henrique era constituinte nessa época – e tratei da questão ambiental aqui. Mas a Amazônia é uma parte não do Brasil; ela é uma parte do Globo Terrestre. Ela é um ambiente, do ponto de vista geológico, do ponto de vista físico, químico, termodinâmico, absolutamente único no Planeta. E ela tem dois aspectos que precisam ser levados em consideração nessa questão: a sua natureza e a diversidade dessa natureza; e a diversidade antropológica que está em cima da Amazônia. Nós somos hoje 25 milhões de habitantes e precisamos ter direito ao que o mundo já produziu e ao que o mundo é hoje.

V. Ex^a falou, Presidente, sobre o zoneamento, inclusive de Rondônia. Eu fui Secretário do Meio Ambiente do Pará. E o Pará é um Estado maior do que a Península Ibérica – França, Portugal e Espanha lá dentro, e ainda sobra Pará. É um país enorme. Veja V. Ex^a: nós temos lá dois aspectos críticos no zoneamento. Eu fui o executor do zoneamento. Não tive ações de ter US\$19 milhões, mas tive uma equipe muito boa. Há uma fronteira aberta no Pará, que é o Estado mais populoso da Amazônia, e essa fronteira aberta tem que ser tratada dentro do conjunto da Amazônia, como uma coisa muito particular. Chegar aqui ao Congresso Nacional e dizer que é preciso fazer 80% de reserva legal sobre a área de floresta da Amazônia é um absurdo, porque há áreas no Pará em que há 300 anos a floresta não existe mais. Igual a São Paulo. São Paulo é uma bacia pequena, mas é uma bacia tropical

coberta de floresta; foi desmatada completamente. A área Bragantina, no Pará, é igual a São Paulo.

Estou pronto a desafiar qualquer cientista. Sou ambientalista e do Partido Verde, mas sou um ambientalista que tem base técnico-científica e humana. Não há como preservar a Amazônia se nós não construirmos, nessa área específica do Globo Terrestre, uma civilização própria do trópico úmido da Amazônia, que é única no mundo. Nós temos necessidade, aqui no Senado, de discutir qual é a nossa visão de Amazônia, porque discutir, como se discute hoje, a legislação brasileira de forma homogênea é um absurdo para a Amazônia. Um Estado como o Pará tinha que ter uma legislação própria feita por quem conhece o Pará, pelos cientistas, pela Assembleia Legislativa específica do Pará. Que haja normas gerais é fundamental. Getúlio Vargas, em 1934, estabeleceu, por causa da matriz energética, uma reserva legal, e nós continuamos achando que reserva legal resolve o problema ambiental, e não resolve. As APPs são muito mais importantes, do ponto de vista do ecossistema e da preservação do bioma amazônico, do que reserva legal, que pode ser um picadinho de coisas que não interessam a ninguém. Depende do dono da terra onde ele deixa a reserva legal. A APP, por exemplo, nas matas ciliares, elas não só preservam a floresta. O que precisa ser entendido é que, para haver floresta, é preciso haver solo e subsolo com água. A capa de solo da Amazônia, que depende da sua termodinâmica, é fundamental para manter as florestas, e é preciso haver a recarga do lençol freático. Se você secar o lençol freático, você estoura completamente toda a drenagem amazônica.

Essa é uma discussão que precisa ser feita. Eu já fui a muitos fóruns. Infelizmente, eu não pude vir ao Senado nessas audiências públicas. É a primeira a que venho, no final da história. Mas eu deixei aqui nesta Casa do Congresso Nacional, na Constituinte, algumas premissas que eram importantes. Essa questão da Amazônia é uma delas.

A floresta deve ser nacional, mas o trato da floresta tem que ser específico de cada Estado da Amazônia, porque o Acre é uma coisa, o Pará é outra; e Roraima é outra coisa, Rondônia parece um pouco mais com o oeste do Pará, mas Roraima é totalmente diferente, em todos os seus aspectos físicos e até termodinâmicos.

Então, eu gostaria de deixar essas observações porque nós precisamos tratar, neste Código Florestal, as duas coisas: a natureza da Amazônia e a fronteira aberta, que é um problema antropológico, que é um problema de presença humana. Nós precisamos fazer o zoneamento cuidando da fronteira aberta e nela estabelecer parâmetros para serem utilizados, para serem aplicados sobre o solo da Amazônia. E não podemos

fazer isso olhando Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, etc. Nós temos condições de ter uma ampliação enorme das áreas de cultivo na Amazônia, bastando, para isso, que se tenha uma boa visão do zoneamento ecológico-econômico baseado na diferença do que é fronteira aberta e do que é fronteira natural.

O Pará tem dois terços das suas áreas sobre a égide de leis de preservação ambiental. Portanto, o restante, que ainda é maior do que o Estado de São Paulo, pode ser utilizado para uma enorme produção agrícola, pecuária e de todas as atividades humanas. De forma que o Senado tem a obrigação, sendo a Casa que representa os Estados, de defender o que a Unale vem defendendo, que é o poder das Assembleias Legislativas de legislar complementarmente sim, porque as leis que se fazem no Congresso Nacional descem a especificidades enormes, muito detalhadas e não estabelecem os princípios gerais; e as Assembleias Legislativas não podem legislar sobre as suas especificidades, que são importantíssimas para garantir a preservação do ecossistema amazônico e para criar uma civilização no trópico úmido da Amazônia, capaz de ser moderna, avançada, rica e educada, porque nós não vamos ter a preservação da Amazônia com uma sociedade ignorante, atrasada e pobre. Nós não vamos preservar a Amazônia, porque a pobreza se vale do estoque natural para sua sobrevivência, e o estoque natural não aguenta o crescimento da população.

Eu gostaria de deixar essas observações que, infelizmente, estão um pouco atrasadas, mas que acho que são fundamentais para o entendimento da questão do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Gabriel Guerreiro.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Moraes, do Acre.

O SR. MANOEL MORAES (PSB – AC) – Bom dia, Sr. Presidente, nosso Presidente Tchê, nossos colegas Deputados do Acre, nosso Presidente da Assembleia e nosso Senador do Acre Jorge Viana, que tem um destaque importante.

Eu acompanho a tramitação do Código Florestal, Sr. Presidente, com muita preocupação. Quando o Aldo Rebelo esteve no Acre, por duas vezes eu o acompanhei. Agora, tenho acompanhado o Luiz Henrique. Eu sou funcionário de carreira do Ibama e acompanho, há vinte anos, as mudanças das leis, das normas. As coisas vêm mudando, vem outra norma, e ninguém a cumpre. Vem mudando, vem mudando.

Em 2008, foi feito o Decreto nº 6.514. No dia em que o li, falei: “Acabaram com o produtor rural do Brasil, não deixaram uma saída sequer.” E falei para os colegas do Ibama que não sabia como aquilo tinha acontecido

no Brasil naquela época. Vi que nós, como funcionário do Ibama, não poderíamos mais trabalhar, sob pena de prejudicarmos milhares de pessoas injustamente. Naquele momento, pedi minha transferência do Ibama para o Instituto Chico Mendes, porque eu achava improvável fiscalizarmos daquela maneira. Aquela lei retroagiu cinco anos para prejudicar certas pessoas que fizeram um trabalho em cima da outra legislação.

Então, aquelas áreas de APPs, que são importantes em todo o Brasil e que prevêm a maior cheia dos rios... Se assim fosse – e houve uma grande alagação no Acre, no rio Acre –, um terço da população não poderia morar naquelas áreas. Se fosse feita a medida da maior cheia do rio Acre, um terço da população do Acre não poderia morar lá. Teriam de ser destituídos de seus locais, como de outros locais de plantio de maçã, de tudo.

Aquela lei veio de uma maneira que nos deixou pasmosos. Eu, no meu caso, fiquei pasmado. Temos, na Amazônia, muitas áreas protegidas. Temos legislação. Os moradores da Amazônia não querem mais desmatar, mas não querem pagar um preço que não é deles. Um produtor mora há 30 anos em uma propriedade, trabalhou, produziu, construiu um patrimônio de R\$300 mil, mas, de repente, recebe uma multa de R\$400 mil. A vida toda dele acabou-se em nada. Isso precisamos corrigir. Vemos com preocupação e somos solidários. Falam que vão absolver das multas. Não é isso! Essas últimas multas já vieram de maneira ilegal pelo valor e pela maneira como foram feitas. Então, nos preocupamos.

Vemos o trabalho do Senado. Temos certeza de que o Senado, junto com a Câmara, vai conseguir, sim, dar segurança jurídica para o Brasil. Não é novo desmatamento. Quero parabenizar Aldo Rebelo e Luiz Henrique, que estão fazendo um grande trabalho.

Essa é a nossa preocupação. Deixo nossa solidariedade para que o povo brasileiro ache o melhor caminho para o Brasil, independentemente de pressão, seja de onde venha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Deputado Manoel.

Passo a palavra ao Deputado Hermínio Pena, do Amapá.

O SR. HERMÍNIO RESENDE (PSL – CE) – V. Ex^a misturou dois Deputados, do Ceará e do Amapá. Hermínio é do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Foi meu Secretário que não me passou corretamente. Meu Secretário, Deputado Luís Tchê.

Falará o Deputado Hermínio Resende, do Ceará. Desculpe-me.

O SR. HERMÍNIO RESENDE (PSL – CE) – Gostaria de parabenizar o Senado na pessoa.... (*Falha na gravação.*) ...proporcionando essa oportunidade à Assembleia Legislativa. O Presidente Roberto Cláudio não pode comparecer a esta reunião, mas delegou-me, como Presidente da Comissão de Agropecuária, a missão.

Não quero ser repetitivo. Ouvi atentamente a palavra do Senador Moka, do nosso Presidente da Unale, do nosso companheiro e guerreiro. O que queria dizer é exatamente o que disseram.

Seria uma grande conquista para as assembleias legislativas que o Congresso Nacional desse a oportunidade de nós, Deputados, podermos legislar, porque o Brasil é muito grande. A especificidade da Amazônia é uma; do Ceará é outra. Para os senhores terem uma ideia, o Ceará tem 580km de costa, de litoral. O pessoal da carcinicultura está sofrendo muito e estão todos irregulares. Então, seria uma contribuição grande do Congresso Nacional devolver às assembleias o nosso poder de legislar.

Infelizmente, hoje, podemos fazer muito pouco pela população. Até os limites de nossos Municípios, a criação de novos Municípios, tiraram de nós. Então, isso é lamentável porque nós é que estamos dia a dia com a população. Agora, estamos vivendo um problema seriíssimo, o Estado do Ceará e do Piauí, com relação à definição de limites.

Seria uma contribuição enorme do Congresso Nacional se também deixassem, no Código Florestal, que cada Estado pudesse dar a sua legislação, a sua opinião, é claro, respeitando a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hermínio Resende, do Ceará. Agora está certo.

Passo a palavra ao Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, para fazer suas colocações frente ao seu trabalho, ao seu importante trabalho, neste momento, que é relatar essa matéria na Comissão do Meio Ambiente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o Deputado Luís Tchê, meu conterrâneo, é um acreucho – gaúcho e acreano – e foi muito bem aceito no Acre, que deve a um dos heróis da pátria, que é o Plácido de Castro, gaúcho também, a própria conquista do território.

E o Deputado Tchê com o apoio do conjunto dos Parlamentares, homens e mulheres, que lideram os processos legislativos nas assembleias do Brasil, foi eleito, que muito honra o Acre, a bancada acreana na assembleia, o fato de ele ter sido eleito para Unale. E

ele tem dado uma dinâmica a essa entidade que tem conquistado espaços no Brasil, assim como ele dá à sua carreira política no Acre, à sua vida empresarial no Acre. É uma pessoa dinâmica, determinada.

E graças a ele e a muitos dos senhores que estão aqui é que estamos fazendo esta audiência, que entendo da maior importância, porque é um encontro de legisladores. Nós aqui estamos com a missão de legislar sobre um dos temas mais importantes para o País.

Ontem, votamos, à noite, aqui no Senado, um regramento novo para a distribuição dos *royalties* no Brasil. Parece pouca coisa para um trabalho parlamentar, mas podemos ter iniciado ontem a transformação real do Brasil a partir do melhor uso de suas riquezas naturais, no caso, uma riqueza finita como é o petróleo, que é estratégica para o País, já que ela é finita.

Não vou aqui repetir a importância que tem uma boa lei, seja do ponto de vista de melhorar o País, diminuindo as desigualdades, como estabelece a Constituição Federal. E, agora mesmo, estamos sendo questionados por uma ação no Supremo que questiona a distribuição do Fundo de Participação dos Estados. O Supremo deu. Veja que situação que nós legisladores estamos. Está aqui o autor, Wellington Dias, companheiro que andou o Brasil inteiro e corajosamente resolveu dar sua contribuição como ex-Governador e como Senador para que o Brasil fique melhor, tenha melhor qualidade na distribuição de seus recursos e no uso de seus recursos.

Eu estava falando, Senador Wellington, da importância de termos votado ontem e de outro desafio que temos, porque a Constituição estabeleceu critérios de distribuição do FPE baseado no princípio de ajudar a diminuir as desigualdades dentro do País. Daí que Estados da região Norte e Nordeste deveriam ter uma maior participação na distribuição desses recursos, que são oriundos de parte dos impostos.

E por que o Supremo resolveu tratar como inconstitucional esta matéria? Não é pelo princípio dela de fazer e melhorar a igualdade no Brasil diminuindo a desigualdade regional. Não é por conta disso. É porque, na Constituição, consta que tem que ser um processo dinâmico. Só por isso. O que é ser dinâmico? É logo que um Estado consegue sair de uma situação de desigual para uma situação de mais igual perante os outros do Sul e Sudeste, especificamente, ele tem que deixar de ter esse critério. É só isso que está faltando na lei que estabelece o Fundo de Participação dos Estados.

Então, que fique bem claro. Eu também concordo com esse princípio.

Você tem situações hoje em que o Estado da Bahia, que vive uma dinâmica econômica muito im-

portante, está sendo tratado muito melhor que muitos Estados da região Norte, que estão passando por muita dificuldade, bem diferente da Bahia.

Essa dinâmica que o questionamento do Supremo estabelece para nós todos.

Aí, na Lei dos *Royalties*, votada ontem, com relatório do Vital do Rêgo em cima de um projeto do Senador Wellington.

Gente, sou defensor de darmos um tratamento diferenciado para Estados que sejam, em terra ou mesmo nas áreas próximas, produtores. Óbvio que não pode ter prejuízo, mas nós estamos discutindo agora, como diz o Presidente Lula, um bilhete premiado: a possibilidade de daqui a algumas décadas, quando esse recurso finito ficar escasso ou ser substituído no mundo, o Brasil ter mudado de patamar. Por isso, a destinação é uma destinação carimbada. Penso que os Estados devam, inclusive, radicalizar. Eu acho que ainda se flexibilizou muito. Para mim, esses recursos deveriam, pelo menos durante uma ou duas décadas, ter as prioridades: um, a educação; dois, a educação; três, a educação; e a quarta, dividir os recursos para outras áreas. Sugiro isso para que o Brasil experimente uma das poucas receitas que todos concordam que seja transformadora: priorizarmos a educação. Quando se dilui, obviamente, a gente tem o risco de não ter prioridade nenhuma e, daqui a duas décadas ou três décadas, quem sabe, não estar um pouco melhor. Certamente, vamos estar – sou otimista –, mas não no nível em que gostaríamos de estar.

Então, lá está garantido recurso para a saúde, está garantido recurso para ciência e tecnologia, para proteção ambiental – óbvio, vem de um recurso –, mas e o Código Florestal?

Eu estou fazendo esse paralelo da Legislação porque aqui estou diante das Assembleias, que nos honram com as suas presenças. É muito importante que façamos. Fizemos audiências públicas aqui com juristas. Lembro que ouvi há alguns anos do Ministro Jobim que o Senado, o Congresso, isso de alguma maneira também vale para as Assembleias, estava pegando um caminho equivocado e do então Ministro da Justiça Paulo Brossard declarações sobre a independência dos Poderes. Ele, Presidente do Supremo, quando tinha questionamento sobre uma decisão do Parlamento, do Congresso, ele dizia: “Isso é uma questão do Congresso. Quem delibera sobre questões como essa é o Congresso.” E o que tem ocorrido nos últimos vinte anos no Brasil? Uma judicialização da competência do Legislativo, boa parte, em decorrência, e por isso estou começando assim para chegar ao Código Florestal, da maneira como temos legislado. Aqui, no Congresso, ontem já ficou deliberado que “vamos

ao Supremo". Quer dizer, a gente faz uma lei hoje e recorre ao Judiciário amanhã. Essa prática está judicializando o papel do legislador. Já não basta o que a Justiça Eleitoral faz.

Ontem, li que o Supremo decidiu que Senador Cássio Cunha Lima assume. Ora, a eleição já completou um ano: um Senador foi eleito, foi cassado; outro foi empossado; e agora o empossado é cassado e o eleito assume. Gente, isso não é sério! Isso não é uma postura de respeito à essência da democracia, que é o direito do voto. O voto no Brasil está sendo banalizado. Se temos uma Justiça exclusiva para o Eleitoral, por que não ter prazo para deliberar sobre isso? Dois meses, três meses depois da eleição, tudo bem. Um ano? Dois anos? Três anos? Como acontece diariamente no País, é uma vergonha! É uma vergonha! Não tem outra palavra.

Estou falando isso, gente, porque esse costume equivocado que pegamos de quem perde na tese, no voto, nas Assembleias, na Câmara, no Senado, recorre à Justiça, invalida o Poder Legislativo e o Judiciário. Estamos transferindo uma parte do Legislativo para o Judiciário. Para o Código Florestal também não é diferente.

O art. 24 da Constituição é perigoso. O que eu e o Senador Luiz Henrique fizemos? O que eu ouvi já aqui, e está sendo transmitido pela rádio Senado, e isso é muito bom, o Brasil inteiro está acompanhando, inclusive os nossos amigos no Acre, e aqui temos uma delegação do Presidente da Assembleia, o Elson, o Manoel Moraes, o Walter Prado, o Eduardo Farias, que são Deputados, e os demais Parlamentares, representando as outras Assembleias... Gente, nós temos um problema, o art. 24 da Constituição fala que nós temos uma competência concorrente entre a União e os Estados. Concorrente. Isso gerou uma situação de todos acharem que pode ter um contra o outro.

Nós chamamos juristas, chamamos juristas, do STJ, do Supremo para cá. Fizemos uma audiência com os juristas para que esclarecessem, isto sim, o que é competência concorrente.

E o Ministro Jobim, ex-ministro, que foi o autor – convidado pela CNA, por mim, pelo Senador Luiz Henrique e pelos Presidentes das comissões – desse artigo na Constituinte, interpretou-o para nós, porque ele é baseado na Constituição Alemã. Também o Professor Paulo Afonso Leme Machado, que é uma sumidade nesta matéria, e o Ministro Erman Benjamin.

E todos coincidiram com a interpretação, e eu quero trazer para esta audiência, e eu já ouvi aqui de Parlamentares do nobre Deputado do nosso vizinho e longínquo Estado do Pará – são mais ou menos 4 mil quilômetros de distância. Na Amazônia é assim, o vizi-

nho está a 4 mil quilômetros. Atravessa a Europa duas vezes, dependendo. É ele o vizinho próximo que temos.

E aí ele fala da competência concorrente, e que a União deve fixar normas gerais. O Ministro Jobim falou isso, o Ministro Erman Benjamin falou isso e o Paulo Afonso Leme Machado, que é um professor dos professores.

Normas gerais são aquelas que, normalmente, abrangem todo o território nacional. Então, cabe à Lei Maior, no caso o Congresso, deliberar sobre norma geral para todo o Congresso Nacional. Aí a gente tem que – ontem eu estava na Comissão da Verdade e há uma frase muito bonita que diz “para nós virarmos a página, temos de lê-la.” A comissão, na verdade, quer ler a página desse período autoritário para querer vira-la.

Aqui, é a mesma coisa, para a gente mudar de página, então, vamos ler.

Competência concorrente. A União deve fixar normas gerais, as normas gerais, normalmente, é aquela que abrange todo o território nacional. Mas pode abranger também um ecossistema ou bioma. E quais são os nossos biomas? Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado. Temos cinco biomas que poderíamos colocar. Como foi feita a Lei da Mata Atlântica. Ou seja, ela garante a uniformidade legal do País. Se não esse Brasil já teria várias regiões e cada um já estaria fazendo do seu jeito.

Então, se nós compreendemos isso... Mas os Estados podem legislar ou não? Podem. Eles vão aperfeiçoar essa norma geral, levando em conta as características regionais e locais. O Acre foi o Estado, com todo respeito, foi o Estado que mais usou o próprio artigo 24 no sentido de aperfeiçoar as normas gerais.

O Acre fez um aparato de legislação baseado no zoneamento que eu digo aos senhores e a quem estiver me ouvindo: o Acre, já em boa parte do território, já não está vinculado ao 80% estabelecidos. Mas não porque criou uma lei concorrendo dizendo “não vai ser 80%, vai ser 50%”. Isso porque o Estado pegou as áreas que temos dentro do zoneamento, com aptidão de produção, as áreas já consolidadas e, com base na lei e no zoneamento e amparo na legislação nacional, a gente começou a fazer um aperfeiçoamento dessa legislação.

Então, tem um caminho, sim, onde é possível complementarmente fazer a legislação. Agora, gente, estamos tratando de uma lei – e eu queria aqui concluir, porque é importante seguirmos ouvindo os parlamentares. É esse o meu papel, e é isso o que temos feito. Essa matéria foi debatida, e o confronto foi debatido na Câmara dos Deputados.

Eu diria aos senhores, e todos aqui sabem, que, como foi dito pelo nosso colega Deputado do Pará, a legislação primeira sobre isso aconteceu em 1934.

Foi o primeiro Código Florestal. Lá eles já falavam das florestas protetoras.

Foi muito bem colocada também a diferença entre reserva legal e preservação permanente. São coisas, de fato, diferentes. Uma, o proprietário pode até escolher onde põe, independente do tamanho. A outra, não! Está estabelecida como protetora.

Só que no caso brasileiro, em 1934, agrônomos, no caso botânicos, estavam preocupados com a maneira agressiva como se estava fazendo a supressão da Mata Atlântica e de outras vegetações, principalmente na costa brasileira.

O Brasil leva o nome de uma árvore.

Foi feita com o propósito de frear um pouco a destruição que estava tendo.

Em 65, foi feita a segunda versão. Sessenta e cinco, gente. Em 1965, não tinha movimento ambientalista ainda, no mundo, porque só entrou com a Conferência de Estocolmo, em 72, a ideia do desenvolvimento sustentável. Só aí se começou a trabalhar alguma ideia de desenvolvimento sustentável, de um certo ambientalismo.

O Código Florestal Brasileiro não foi feito por ambientalista, foi feito por seis pessoas – esse código que nós estamos discutindo. Seis: três agrônomos e três juristas. Seis pessoas. Durante dois anos, debateram, ouviram, apresentaram uma proposta, que foi votada e aprovada. Essa proposta nos trouxe até aqui.

Agora, essa nova versão está sendo debatida há 10 anos; aqui, mais diretamente com o Deputado Aldo, há dois, na Câmara.

Aqui no Senado, o ambiente é completamente diferente. Graças ao Senador Acir, que preside esta Comissão, graças ao Senador Eduardo Braga, que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia, graças ao Senador Rodrigo Rollemberg, que preside a Comissão de Meio Ambiente e esteve aqui ainda há pouco, graças ao Senador Eunício, nós tivemos audiências coletiva, diligências, audiências quase que semanalmente, promovidas pelo Senador Acir, em várias regiões do País. Eu participei de várias. Fizemos visitas e diligências.

Segunda-feira, agora, passei a manhã inteira, o dia inteiro na ESALQ, uma das mais conceituadas universidades do mundo, em São Paulo – eu, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Blairo Maggi e o Senador Aloysio Nunes, de São Paulo –, com uma bancada de cientistas, discutindo a parte central desse debate no Brasil: reserva legal e área de preservação permanente.

A base de se fazer a atualização do código, a mudança no código é por conta do passivo ambiental que o Brasil tem hoje. Aí, estou diante de Parlamentares que sabem... Em muitos casos, nós apoiamos as

políticas dos Governos, mas nós sabemos que o passivo ambiental que o Brasil tem, ou seja, o déficit que nós temos de reserva legal e de área de preservação permanente, boa parte dele ou a maior parte dele é em decorrência de políticas oficiais, que foram estabelecidas especialmente na minha região, a Amazônia, e no Cerrado. Quem não se lembra dos programas de ocupação do cerrado? Quem não se lembra dos programas oficiais de ocupação da Amazônia?

Não é que se foi estimulado, não. Foi quase que obrigado, na Amazônia, a se fazer desmatamento, pelas políticas oficiais. Isso gerou uma ocupação que se chocou com o equilíbrio ambiental em algumas regiões, e, obviamente, de uns anos para cá, o Brasil tem ampliado as áreas de proteção na Amazônia, especificamente.

Vinte e sei por cento são unidades de conservação na Amazônia. Biomas com Mata Atlântica, perto de 5 ou 6%. Tem uma diferença enorme.

Agora, esse passivo ambiental que o Brasil tem precisa de uma solução.

Nós, como já foi dito aqui, dividimos, aqui no Senado, a estrutura do texto. Criamos as disposições transitórias, para tratar desse passivo desse passado: como é que nós vamos lidar para aproveitar melhor as áreas já desmatadas; como é que nós vamos lidar para trazer de volta parte daquilo que é importante que se traga de áreas perdidas, para ter um melhor equilíbrio até para produzir mais; e como é que nós vamos ter uma regra, uma lei duradoura para o futuro.

É isso, o texto está dividido para facilitar e nós estamos identificando o problema do passivo, tendo uma lei firme para a frente.

Agora, tem uma discussão central nisso, que eu queria pôr aqui: não acredito, porque as tentativas do Brasil têm sido muitas, desde 91, em tentar trazer de volta área de preservação permanente, encosta de morro, beira de rio. É difícil e se não tivermos mecanismos econômicos que estimulem o produtor – e para ele, inclusive, é um bom negócio – a recuperar parte daquilo que está perdido nas nascentes, na margem do rio... Porque para o produtor isso é fundamental também. Ninguém produz sem solo manejado e sem água, gente.

Então, dentro desse aspecto, nós dividimos o texto nessas duas condicionantes, o que já facilita para a gente ver o problema. Digo ainda que o texto da Câmara tem um erro de origem, grave, que gerou muitos conflitos e que eu acho que, se mantivéssemos daquela maneira, gente, com todo o respeito a quem o defende, porque estamos num processo de ouvir, se o mantivéssemos daquela maneira... O art. 8º, por exemplo, que é a Emenda nº 164, não é bom

nem para o produtor que quer sair da judicialização em que está metido; não é bom para ele. Por quê? Porque, ao ler o artigo, ali estão duas coisas incompatíveis: a flexibilização para o passado e o regramento para o futuro. Não dá. Cria-se o que se chama de insegurança jurídica. Sabe onde vai parar um texto desses, feito dessa maneira? Sabe onde vai parar? Nos tribunais. O Ministério Público Federal e os ministérios públicos estaduais Brasil afora vão pegar aquela Emenda nº 164 e, no outro dia, ajuizar uma ação atrás da outra na Justiça, e pode ser que ganhem muitas delas, porque o texto gerou uma insegurança jurídica.

Aí, a nossa definição é a seguinte: o que é melhor para quem quer sair desse risco, dessa judicialização, das multas? Todas estão vinculadas ao art. 50, lá, e aí complica. Não tem sentido um extrativista, na hora em que alguém vai aplicar uma multa lá, escolher aquilo que não é o que educa ou recupera; é aquilo que danifica quase de morte essa pessoa, porque o pequeno proprietário, o pequeno produtor não quer ter dívida. Ele gosta de pagar seus compromissos. Quando ele recebe uma multa que é duas vezes o valor da propriedade dele, ele não dorme mais; ele às vezes perde até a propriedade, e perde o sentido.

Então, dentro desse aspecto, gente, nós não podemos pegar essa exceção também e transformar em regra, mas nós precisamos estabelecer um regramento novo que possa garantir o que é o objetivo do Código, que é o Brasil parar de destruir e o Brasil aumentar sua produção. Duas coisas compatíveis: o Brasil proteger mais e produzir mais. E, para produzir mais, tem que ter água, tem que ter equilíbrio no manejo do solo. Então, nós estamos pegando as áreas consolidadas, Deputados, de maçã, de café em Minas, maçã no sul, de cana no Nordeste. Isso são áreas... É parte da cultura. Nós estamos separando isso e considerando que isso é parte da História do Brasil. Não se pode botar a mesma lei ali, senão não dá certo.

Então, vamos com critério, com uma condução adequada, fazer com que o Brasil tenha essas duas coisas. Eu encerraria dizendo que tem uma outra questão que sempre se coloca nos debates: é que, desse jeito, não dá para produzir. O Brasil, nos últimos dez anos, conseguiu fazer algo que o mundo inteiro admira. O Brasil é o país cuja produtividade mais cresce nos últimos dez anos, graças à Embrapa e outros centros de pesquisa e também a algumas políticas nossas. É a produtividade que mais cresce, crescimento maior que o dos Estados Unidos. O Brasil cresceu o PIB de maneira invejável, principalmente para Europa e América do Norte, e o Brasil é o melhor exemplo de diminuição do desmatamento no mundo. Então, não são incompatíveis. Tivemos a maior proteção de floresta, com leis.

Algumas têm de ser mudadas mesmo, porque estão equivocadas, mas o Brasil saiu de 27 mil quilômetros quadrados de destruição anual de florestas para 6 mil quilômetros. E, nesse mesmo período, o Brasil aumentou o PIB e aumentou a sua produção e produtividade.

Então, gente, se a gente ler a página, virar a página e começar a tratar a coisa sem os dogmas... Eu ouvi uma frase na audiência dos juristas. O Ministro Jobim, reproduzindo falou: "Às vezes, o inimigo da verdade não é a mentira. Às vezes, o inimigo da verdade são nossas convicções". Nós colocamos uma questão dentro de nós, vamos até o fim e não ouvimos o outro lado.

Eu e o Senador Luiz Henrique estamos ouvindo. O Senador Luiz Henrique abriu mão de algumas convicções dele. Todo o mundo achava que ele iria radicalizar com a questão dos 5% no Estado. Sabe por que ele não faz isso? Primeiro, ele acha que tem de pensar o Brasil todo; segundo, que ele acha que dá para separar aquela fantástica produção de Santa Catarina, produzindo em 15 hectares, com um pouquinho de floresta, com conservação dos recursos naturais. É até um exemplo Santa Catarina. Eu fui lá ver, visitamos, andamos. Mas é que ele entende que, se bater pé nisso, vai para a Justiça e, se for para a Justiça, provavelmente se perde. Então, para não termos uma judicialização de uma lei que é fundamental para quem quer produzir e criar, para quem quer usar bem a floresta, tem gente que bate no manejo.

Lá no Acre agora, há uma campanha irresponsável, de pessoas irresponsáveis, contra manejo florestal. Porque eu respeito algumas pessoas que, por algumas convicções, ou por alguma maneira de ver a vida, querem que não se faça nem manejo. Eu respeito. Mas as pessoas que tentam pegar, talvez, um dos poucos caminhos que a gente tem para fazer a floresta virar um ativo econômico e combatem isso estão querendo destruir a floresta. Quem faz o combate ao manejo dessa maneira politizada, no fundo, quer destruir a floresta e não fazer o uso econômico dela.

Então, gente, de coração, a contribuição dos senhores está sendo gravada. Estamos considerando essas audiências todas, fazendo um resumo delas com as nossas assessorias, levando em conta cada palavra. A posição que vem dos Estados, através das Assembleias, enriquece esse nosso relatório. Terça-feira será lido, na Comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia, provavelmente o relatório do Senador Luiz Henrique, a quem estou ajudando. Serão duas semanas, provavelmente, votando e, após uma semana, o meu relatório será lido, ou seja, daqui um mês, é possível o Senado estar deliberando sobre isso. Temos um mês ainda. Quando sair das duas comissões, o Senador Luiz Henrique vai seguir me ajudando. Tra-

balharemos a quatro mãos nesse projeto que é tão importante para o País.

Agora, sinceramente, se ganharmos confiança uns com os outros, vamos ter as Assembleias de todos os Estados nos ajudando a aperfeiçoar essa lei, porque, sem a legislação complementar e suplementar, eu diria, aperfeiçoando, vamos ter uma lei geral que normalmente não vai acontecer nos Estados. Então, vamos precisar das Assembleias, mas é muito, muito importante que haja um entendimento agora para que a gente faça uma lei que não vá parar nos tribunais: uma lei que seja boa para o produtor, boa para quem cria, mas também boa para aqueles que estão com a precaução de preocupação com o equilíbrio ambiental.

No ano que vem, o Brasil vai sediar a Rio+20, depois de vinte anos, e pode chegar com duas grandes bandeiras. A ONU quer que a produção mundial de alimentos cresça em 40%, até 2050, e que o Brasil seja responsável por 20% desse aumento. Também a ONU e as Nações do mundo querem trabalhar para que a temperatura do planeta não aumente em 2% até 2050. O Brasil pode ir na outra mão com a bandeira e dizer: o Brasil está fazendo seu dever de casa e vai garantir, no que puder, que o equilíbrio ambiental do Planeta se mantenha, porque, se esse desequilíbrio vier, quem vai pagar são as populações mais pobres. No mundo, são sete bilhões hoje de pessoas, mas seremos nove bilhões em 2050. Precisamos de um mundo melhor para nós e para os que vão vir depois da gente.

Muito obrigado. Eu me alonguei, mas eu queria especialmente trabalhar nessa busca do entendimento entre o Legislativo dos Estados e o Legislativo Federal, com Câmara e Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Nosso confiança em V. Ex^a é muito grande. V. Ex^a já demonstrou que merece essa confiança, através da dedicação para com esse tema, para com a população brasileira, buscando sempre o equilíbrio entre produtores e ambientalistas. Todos queremos um Brasil produzindo e conservando. Com o apoio sempre da nossa Ministra Isabela, temos tido grandes avanços, avanços para o nosso País. Todos nós queremos sempre a mesma coisa: queremos assegurar que o nosso povo tenha condições de plantar, de produzir e que aquelas pessoas que moram nas cidades recebam esses alimentos numa qualidade boa e com preço compatível. Esse é o grande desafio que tem, portanto, o Senador Jorge Viana.

Dando sequência às inscrições, passo a palavra ao Deputado Eduardo Farias, do Estado do Acre, por três minutos.

O SR. EDUARDO FARIAS (PCdoB – AC) – Caiu aqui o meu roteiro, mas primeiro gostaria de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado, o Senador Jorge Viana, Relator da matéria aqui no Senado, e o Deputado Tchê, que nos representa a partir da Unale.

Senadores, eu gostaria de fazer minha fala e trazer a minha mensagem aqui para a Comissão sobre dois aspectos: a celeridade do projeto e a perenidade do projeto.

Sobre o aspecto da celeridade, eu diria que ele tem que ser célere, porque o País vive hoje um momento de insegurança jurídica. O Código Florestal de 1965, na verdade, hoje, representa uma colcha de retalhos. Ele tem até portarias que estão regulamentando coisas que deveriam estar em leis. Ele traz insegurança jurídica sob todos os aspectos.

A gente tende muito a penalizar ou a culpar, por exemplo, agentes federais, como do Ibama, do ICMBio, mas, na verdade, o que ele tem na mão é um código draconiano, até certo ponto, que é aplicado ali: ou ele aplica ou ele prevarica no momento em que ele tem que ser o fiscalizador daquilo ali. Portanto, o problema está na lei. Não está exatamente no fiscal. Obviamente, o bom-senso em todos os lugares cabe, e muitas vezes falta o bom-senso na hora de aplicar uma lei desse tipo, mas o que ele tem ali é uma dúvida entre prevaricar ou aplicar uma multa que, em muitos dos casos, como disse o Senador Jorge Viana, ultrapassa duas ou três vezes o valor da propriedade que é multada. Isso traz insegurança jurídica.

Portanto, temos que ter celeridade nessa aprovação do Código, porque o País clama por isso. Isso trava inclusive a aprovação agrícola, tanto do agronegócio, do grande negócio como do pequeno. Nesse aspecto, portanto, rebaixa o Brasil na competitividade do mercado internacional de alimentos. Também esse é um aspecto que eu penso que nós temos que olhar quando pensamos em uma celeridade com a aprovação desse Código.

Com relação à perenidade, nós precisamos criar um Código que não possa a cada ano, a cada moda estar sendo emendado. Ele tem, portanto, que refletir o momento que o País vive, mas tem que ser pensado na média daquilo que pensa o País e na média daquilo que quer o País, sob pena de ele já no ano seguinte começar a ter perspectiva de emenda, de portarias, e, com isso, voltaremos para o cenário de que eu falava ainda há pouco para o Código de 1965. Portanto, ele precisa ter essa visão da... *(Fora do microfone. Inaudível.)* Não pode ser a minha ideia, não pode ser a ideia...

(*Fora do microfone. Inaudível.*) Tem que ser a média do que a sociedade hoje... (*Fora do microfone. Inaudível.*)

Também aqui quero testemunhar porque, no ato e nas visitas que o Deputado Federal Rabelo fez, eu o acompanhei e vi um homem determinado, subindo igarapés, conversando com índios, conversando com produtores, com fazendeiros, conversando com ribeirinhos, ouvindo atentamente noite adentro, sob luz de lamparina. Ele estava ouvindo a Nação brasileira. Portanto, ele traz para cá, já com bastante densidade, aquilo que pensa o povo brasileiro. Obviamente, têm coisas que nós precisamos corrigir. E o Senado, como foi dito aqui, na figura do côncavo e do convexo, precisa fazer o seu papel de moderador, o seu papel de coerência, o seu papel de balizador da legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Para concluir, por favor, Deputado.

O SR. EDUARDO FARIAS (PCdoB – AC) – Então, nesse sentido, encerro, Senador Acyr Gurgacz, não pelo seu pedido, mas também por ele e pela conclusão do meu raciocínio, dizendo que queremos pedir aqui celeridade, mas, ao mesmo tempo, um Código que seja perene e que garanta a segurança jurídica para quem produz e para quem pensa em meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Farias.

Com a palavra o Deputado Eider Pena, do Amapá.

O SR. EIDER PENA (PDT – AP) – Quero parabenizar o nosso Presidente da Unale por convidar todos os Parlamentares dos Estados para participarem justamente desta audiência, a primeira audiência, e ao mesmo tempo o Senador Acir.

Chama muito a atenção, Senador Jorge Viana, o art. 4º na questão das APP. Preocupa-me também, eu que sou da Amazônia, o fato de o Amapá ser constituído – e a própria capital já é uma ilha – por várias ilhas, e aqui coloco a questão das faixas marginais de qualquer curso de água natural desde a borda da calha do leito. Há os itens “a”, “b”, “c” e “d”. Analisando o Amapá, por exemplo, nas áreas de várzeas, em grande adensamento de ilhas e fungos nos rios amazônicos, esses limites poderão ser definidos pelo zoneamento econômico e ecológico, respeitando as ocupações das sociedades ribeirinhas.

Quando se fala em APPs, se você for analisar, a frente do rio do Amapá, o rio Amazonas, tem mais de 5 km² praticamente. Então, 600 m para dentro ocupa praticamente quase meio quilometro da capital. Então, tem que se analisar as áreas de APP, principalmente no que tange à Amazônia, com muita cautela.

O art. 4º do projeto ele vai muito mais além, o que me preocupa muito, quando fala, por exemplo, do

Pantanal, quando fala também da Ilha do Marajó, porque ele fala assim: “É de domínio o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto”. É verdade. Bem, mas ele não fala da pecuária, porque nós sabedores de que na vazante, o que acontece na Amazônia? Nasce as gramíneas e quilômetros e quilômetros de hectares são utilizados para utilização da pecuária. Então, ele só fala de agricultura, ele não fala de pecuária no art. 4º, §5º; se não nós vamos inviabilizar tanto a Ilha de Marajó quanto os pantanais. Então, essa é uma preocupação que nós temos.

Outra questão que me chama a atenção, art. 38, área de preservação permanente. Veja bem, o INCRA, ele concede corte raso para os assentamentos da reforma agrária. Então, o Amapá tem aproximadamente 11 mil assentados da reforma agrária. Então, ele permite corte raso, mas não permite reaproveitamento dessa matéria prima que fica no chão, sem que o pequeno agricultor possa fazer um plano de reposição florestal. Veja bem, o Amapá tem 98

(*Falha na gravação.*)

O SR. EIDER PENA (PDT – AP) – ...mais de 70% de área de preservação: área de preservação particular, municipal, estadual, federal, reserva indígena. E um dos maiores parques do Brasil que foi criado pelo Fernando Henrique Cardoso, Parque Nacional Montanha do Tumucumaque. Mas, vejam só, 11 mil assentados da reforma agrária, se pode queimar, pode entrar em processo de decomposição, mas não se pode fazer o reaproveitamento para melhorar a qualidade de vida desse cidadão.

Então, a minha proposta também é que os Estados que tenham acima de 70% de reservas entre indígenas, parques, que a reserva legal seja incluída dentro dessas áreas até quatro módulos fiscais, para que o extrativista e o pequeno agricultor não tenha problemas, para que ele possa avançar de forma tranquila, sem que possa ser criminalizado, como falou o companheiro do Pará que falou anteriormente. Ele fica praticamente marginalizado, mas querendo produzir para procurar melhorar a sua qualidade de vida.

Então, essas preocupações é bom que sejam colocadas porque, vejam bem, a Amazônia, o ecossistema, os novos Estados da Federação da Amazônia Legal, o ecossistema é parecido, mas as peculiaridades são diferenciadas. Então, é importante que a gente atente até nas vírgulas na questão do Código Florestal, porque se não iremos cometer algumas falhas que serão difíceis de serem recuperadas. Uma delas que eu coloquei agora, até em uma palavra a gente pode inviabilizar a Ilha do Marajó e os pantanais, porque fala da agricultura e não fala da pecuária. Uma palavra “e

pecuária”, no art. 5º, porque é uma peculiaridade da Amazônia e onde há uma potencialidade nossa na questão de melhorar a qualidade de vida, desenvolver os nossos Estados e ajudar o Brasil a crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Eider.

Com a palavra o nosso Vice-Governador do Estado da Paraíba, Dr. Rômulo Gouveia. V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, primeiro parabenizar as Comissões da Casa, principalmente V. Exª na presidência, pela iniciativa, ao Presidente da Unale, e falo em meu nome e em nome da Deputada Eva Gouveia.

Também fui deputado federal e iniciei a discussão desse Código. Acho que o trabalho que foi feito, inclusive o trabalho do Deputado Aldo e daqui, desta Casa, como Casa revisora, com certeza dará uma grande contribuição.

E uma coisa positiva, Presidente Tchê, que encontro nessa discussão de hoje, é o reconhecimento de vários Senadores da necessidade de cada Estado de adaptar a sua realidade. Na Paraíba mesmo, nós temos bioma, temos a questão da caatinga, da desertificação; e se falava no Mato Grosso, sobre a preservação dos pantanais; na região de V. Exª também. Enfim, cada um com sua realidade.

Então, acho que outro fator positivo neste instante é que o Senado e o Congresso tenham esse sentimento e essa visão de poder fortalecer a autonomia dos Estados. Outro ponto importante no debate de hoje é em relação a essa questão.

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar. Quero apenas dizer ao Senador Jorge que a Paraíba está muito feliz com a decisão do Supremo, ontem, do reconhecimento de mais de um milhão de votos do Senador Cássio Cunha Lima. Com certeza, será um grande representante da Paraíba nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Vice-Governador Rômulo Gouveia, ex-Deputado Federal, que contribuiu muito para a elaboração do Código Florestal, que hoje estamos debatendo aqui no Senado.

Passo a palavra ao Deputado Hélio Soares, do Maranhão.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Sr. Presidente desta Comissão, Senadores, Senador Relator, nosso Presidente Tchê, quero antecipar meus agradecimentos e meu orgulho de pertencer a sua gestão, como membro da direção da Unale. Nunca tivemos uma participação tão efetiva e significativa quanto agora, embora reconheça o interesse e o esforço que tiveram

antecessores na Unale e que continuam colaborando para que a Unale seja, realmente, de fato e de direito, um instrumento político capaz de transformar alguma coisa no nosso País. É com esse sentimento que estou aqui representando o nosso Maranhão, na qualidade de 1º Secretário, e representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. E vou trazê-lo na próxima reunião de qualquer maneira, ele vai ter de cancelar qualquer compromisso para participar, para sentir, como estou sentindo aqui, a necessidade do Parlamento estadual brasileiro nessas discussões.

Não tenho a menor dúvida de que, ao discutirmos, Sr. Presidente, Sr. Senador, o Código Florestal, o meio ambiente, agricultura, – e aí faço essa sugestão ao nosso Presidente para que coloquemos como prioridade o debate da reforma da Constituição brasileira nossa, de 1988 – é inadmissível que os Estados, cada vez mais, fiquem enfraquecidos na sua soberania.

Vou tentar fazer as duas horas de pronunciamento que eu gostaria de fazer em três minutos. Então, há o primeiro desafio meu, pessoal.

O segundo desafio que temos pela frente: esse Código ser homogêneo com as suas heterogeneidades, vários Estados com características diferentes, que têm de ser respeitadas. Aí eu sugiro a abertura do fechamento desse Código para que possamos aprimorar nossos Estados à realidade constitucional dos próximos anos.

Estamos diante do grande desafio, que é a produção, a prosperidade – que é o progresso – junto com a preservação. E aí não podemos dispensar... E peço licença ao meu irmão Gabriel para adicionar meu sentimento e minhas palavras, fazer da analogia dele a minha, porque está sendo gravado e não vou ter oportunidade de expressar aqui meu grosseiro conhecimento, mas que é da realidade do Norte e Nordeste, com a qual vivo. É inadmissível, Sr. Presidente, que tenhamos aqui, no nosso País, a insuficiência de legislar quanto ao nosso subsolo.

Ora, vejamos, Gabriel, no nosso subsolo é que estão as nossas maiores riquezas. Elas fazem do Brasil um dos países mais ricos da América do Sul. Como podemos conviver...

Vou dar um exemplo rápido aqui, que me permitam os irmãos paraenses, porque morei lá por mais de 20 anos, aos meus irmãos de sangue maranhenses. Nós temos o pulmão econômico do Brasil no Maranhão, o nosso Porto do Itaqui. Nós temos o pulmão mineral no Pará, que é Parauapebas. E vivemos um verdadeiro paradoxo: a riqueza e a pobreza. Nós temos 35% da nossa população abaixo da linha da pobreza; 30% na linha da pobreza, e o resto é essa divisão entre os mais ricos, os mais pobres e os em desenvolvimento.

E com as duas empresas mais ricas do mundo instaladas no nosso Estado!

Então, fica aqui o desafio para a reforma da nossa Constituição, através da nossa instituição, a Unale. E eu já estava até um pouco desanimado, Gabriel, porque estou no quinto mandato e, às vezes, as desilusões políticas por que nós passamos nos desanimam até certo ponto. Mas saio daqui energizado e até com vontade de ser candidato a Deputado Federal porque sinto a ausência dos nossos Deputados Federais aqui.

E eu me lembrei aqui das minhas parcerias que faço lá com os meus colegas – sem desmerecê-los porque sei que acontece isso com vocês também. A gente tem contato com Deputado Federal no dia da parceria e no dia da comemoração. Aí, esperamos mais quatro anos. A mesma coisa os Senadores de maneira geral.

Então, é esse estreitamento, é essa interação política que nós temos que fazer. Inclusive, defendendo uma agenda permanente para a adequação e o aprimoramento desse Código, e que possamos fazer... *(Interrupção da gravação.)*

Obrigado pela participação a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, do Maranhão.

Passo a palavra ao Deputado Antonio Arantes, de Minas Gerais.

O SR. ANTONIO CARLOS ARANTES (PSC – MG) – Eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa, o Deputado José Luís Tchê, pela oportunidade desta audiência pública. Eu queria cumprimentar os Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Luiz Henrique e agradecer-lhes pela sabedoria que têm tido, para comandar a proposta do Código Florestal Brasileiro.

Eu fui prefeito por três vezes, morando no campo, morando na roça. Por duas oportunidades, tivemos premiações, até internacionais, por preservar o meio ambiente: projeto de preservação de um rio, plantando nascentes, replantando, distribuindo mudas, preservando também e fazendo um trabalho pioneiro de preservação do lixo – de preservação não, de fazer com que o lixo não fosse problema e, sim, grande solução, gerando emprego e renda.

Fui para a Assembleia e lá muita gente está meio decepcionada comigo porque achou que eu ia ficar do lado dos ambientalistas no Código Florestal. E eu estou, sim: eu estou do lado do Brasil! E, graças a Deus, que Aldo Rebelo teve sabedoria e soube conduzir com vocês, junto com o Senador Luiz Henrique, os Deputados que contribuíram muito – Paulo Piau, Micheletto, Luiz Carlos Heinze, o Moka –, o Rodrigo Rollemberg como Senador, que, inclusive, está num projeto importante lá na nossa região, na Serra da Canastra. Chegou lá e

mudou de opinião, porque viu que realmente as coisas são muito mais sérias. Ontem, houve um produtor que foi multado em R\$200 mil e não está dentro do Parque da Canastra. Para ver o sofrimento que é este povo! O Deputado Carlos Melles, que o ano passado estava aqui como Deputado e agora está como Secretário.

Minas Gerais, através do nosso Governador e da nossa Assembleia, quer um Código, sim, conciliador, que preserve a produção, que preserve o meio ambiente e que preserve o cidadão.

Em Minas Gerais, mais de 50% da atividade agropecuária está nas áreas de APP. Dos nossos cafés, 80% estão na mão dos pequenos produtores, e o leite também. Graças a Deus, a ocupação consolidada, que deverá valer aqui, vai poder preservar esses quase 2 milhões de empregos em Minas Gerais.

Mas temos grandes preocupações. As áreas de APPs, as nossas nascentes aí, cada nascente praticamente é um hectare. O pequeno produtor está descapitalizado. Como é que ele vai fazer o cercamento? Não se cerca uma nascente com menos de R\$2 mil ou R\$3 mil, com mourões simples; se for com qualidade... Ali, naquela área preservada, chega a seca, o gado, com pasto seco, vai querer entrar. Não é tão simples assim. O produtor não tem dinheiro! De onde virão esses recursos?

A maior preocupação ainda é depois do pós-Código; e, se Deus quiser, vai ser um Código equilibrado e bom. Mas e o pós-Código?

A legalização dessas propriedades. Os Estados não têm a mínima estrutura nem de pessoal, nem também de qualidade, de conhecer a verdadeira legislação. Vai ser um deus-nos-acuda. E o que vai aparecer de gente nas propriedades para fazer projeto para esses pequenos produtores tirando dinheiro deles vai ser muito sério. É uma grande preocupação.

Temos sugestões que eu não vi contempladas no Código. De repente, podem até estar. Por que não permitir às empresas que têm seus passivos ambientais e necessidades de fazer recuperações ambientais que o façam direto na propriedade desses pequenos produtores numa parceria: a empresa entra com o recurso e o produtor entra com o serviço e depois com a manutenção? Vejam os parques nacionais de que a União cuida. Está tudo queimado. Estão arrasados. Fora dos parques estão os produtores com suas nascentes preservadas. Então, o produtor, sim, precisa de recurso.

Financeiramente... *(Falha na gravação)* ...é a questão da exploração econômica também as áreas de APPs. É possível, para uma série de culturas é possível estar dentro da área e fazer uma exploração de forma conciliadora que venha a produzir, mas também venha a preservar.

Essas são as nossas preocupações.

Queríamos agradecer e pedir a Deus que dê sabedoria para os Senadores, para a nossa Presidente Dilma e para todas as pessoas que têm poder para que possam fazer um Código justo, honesto, cristão e que venha a contribuir com a necessidade do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Antonio Arantes.

O nosso maior aliado nessa discussão do Código, só para colaborar com V. Ex^a, é exatamente o Ministério do Meio Ambiente. Nós estamos fazendo um Código para o povo brasileiro, para os ambientalistas, para os agricultores. Todos nós dependemos de um meio ambiente saudável para viver e dependemos da produção de alimentos, portanto, nós temos que ter um Código Florestal com equilíbrio. E é isso que propõe e está executando o nosso Relator Luiz Henrique e o nosso Relator Jorge Viana.

Passo a palavra ao Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RibamaR ARAÚJO (PT – RO) – Cumprimento o nosso querido Senador Acir Gurgacz, do meu Estado, presidente da Comissão de Agricultura que preside os trabalhos neste momento; cumprimento o nosso Presidente da Unale, querido Deputado pelo Estado do Acre, Deputado José Luis Tchê; cumprimento o Vice-Governador da Paraíba Rômulo Gouveia, cumprimento os colegas Deputados estaduais, a imprensa.

Minhas senhoras, meus senhores, o Código Florestal brasileiro, datado de 1965 e emendado, de lá para cá, por decretos, resoluções e medida provisória, por si só já diz da celeridade que precisa ter aqui no Congresso Nacional, mais precisamente aqui no Senado, porque, na Câmara dos Deputados, já foi votado graças ao esforço de um grande brasileiro que aqui quero homenagear, o Deputado Aldo Rebelo, a quem nós, todos os brasileiros, devemos homenagear.

É um grande perigo colocar algo na mão de quem tem o poder de decidir, mas, ao mesmo tempo, não conhece a realidade. E é dessa maneira, Senador Acir Gurgacz, que nós da Unale, os Deputados estaduais, e os Estados, de um modo geral, reivindicamos algo de que não se pode prescindir: essa prerrogativa de legislarmos nessa questão ambiental. A coisa é tão complicada que não poderia sequer deixar que essa legislação fosse elaborada em nível regional, porque, dentro das regiões, existem os mais diversos Estados, cada um com suas peculiaridades, cada um com suas especificidades. Rondônia é parecido com o Pará, que, por sua vez, é totalmente diferente do Estado do Pará, do Acre e do Estado do Amazonas.

E, quando o Senador, com muita propriedade, questionou o Senador Anibal sobre a Medida Provisória

2.166, que impõe uma preservação das propriedades da ordem de 80%, questionou com muita propriedade, porque o senhor questionou se aquela decisão foi aleatória, se foi calcada em bases científicas, ou por pressões internacionais contra os interesses do nosso País. O questionamento foi muito importante.

Então, digo isso, Senador, porque quem está nos ouvindo pode até dizer, não conhecendo a realidade: “Como é que o Estado de Rondônia, que tem 30% da sua área de floresta desmatada...?” E nós encontramos um único modelo de desenvolvimento, não na destruição da floresta, mas na substituição da floresta pela agricultura, pela pecuária, porque não se pode produzir na terra sem alterar o estado natural. E o Estado do Amazonas, por exemplo, tem 98% da sua cobertura florestal. Para quem não sabe, pode ficar uma dúvida muito grande, mas, para os que têm conhecimento, o Estado do Amazonas pode prescindir das suas terras para produção de alimentos porque lá existe uma Zona Franca para a qual todos nós, brasileiros, contribuímos. E eu duvido que, se não fosse o incentivo que o Amazonas tem, por meio da Zona Franca, que é importante – não se questiona esse incentivo, porque precisamos, evidentemente, desenvolver o Estado do Amazonas... Agora, não se pode admitir, por exemplo, que o Senador Eduardo Braga, que foi governador do Estado do Amazonas, queira muitas vezes se vangloriar e exigir que os Estados que preservaram mais tenham uma compensação maior em termos de incentivos, mais do que o Estado do Amazonas já tem, por meio da Zona Franca.

Então, quero parabenizar aqui o Deputado do Estado do Acre, cujo nome me foge à memória, funcionário do Ibama, por sua lucidez, meu Amigo, mas, acima de tudo, por ser um profundo conhecedor da realidade e deixar de estar ao lado do seu órgão, que preserva o seu emprego, para estar do lado da realidade, para estar do lado da justiça, porque esse órgão, pelo menos no Estado de Rondônia, é um órgão que tem se comportado acima da lei. Ele está acima da lei, inclusive praticando a antropofobia. Isso é uma coisa gravíssima, e nós não podemos admitir, mas, infelizmente, é a realidade.

Meus irmãos, há umas coisas que, quando são...

(Interrupção do som.)

O SR. RibamaR ARAÚJO (PT – RO) – ...que não existe nenhum cidadão de bom senso que não concorde com área de proteção permanente, porque é de interesse nosso, é de interesse do povo brasileiro ter essas áreas de proteção permanente, para o nosso lucro, para o nosso desenvolvimento. Ao contrário dessas reservas legais. Nós que temos conhecimento, nós que conhe-

ceмос a realidade temos de questionar, porque isso é uma aberração, que não existe no mundo inteiro, somente aqui no Brasil. E o que mais me incomoda, meus irmãos, é saber que tudo isso é feito, muitas vezes, não para um planejamento de melhoria do povo brasileiro.

O Senador Tião Viana disse que vamos agora para a Rio+20 já cercados de autoridade, porque fizemos o dever de casa. Agora eu pergunto ao Senador: não seria muito mais justo e muito mais lógico que tivéssemos feito o dever de casa, aumentando a nossa produção, aumentando a nossa produtividade, para acabar com a fome do povo brasileiro, para acabar com a miséria do povo brasileiro, para depois cuidarmos das outras questões?

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Deputado Ribamar Araújo pelas suas colocações.

Passo a palavra à Deputada Conceição Vieira, do Estado de Sergipe, para as suas considerações.

A SR^a CONCEIÇÃO VIEIRA (PT – SE) – Minhas saudações aos Senadores Acir, Jorge Viana e ao Presidente da Unale.

Como representante da Secretaria de Mulheres da Unale, eu quero também deixar a impressão das deputadas estaduais com esta realização e também dos deputados e deputadas de Sergipe, como Primeira-Secretária da Assembleia Legislativa do meu Estado.

É uma honra para todos os deputados e deputadas estaduais de todo o Brasil ouvirmos a voz do nosso presidente da Unale, na manhã de hoje, deixando claro uma análise histórica do que tem sido a ocupação do solo neste Brasil e a questão do desenvolvimento da produção rural, mas levando em conta também a necessidade de se ter como resultante um código que atenda às necessidades não somente imediatas, mas às necessidades históricas, também, para o desenvolvimento deste País e para a referência que este País é na América Latina e América do Sul, mais precisamente. E deixar claro na sua fala, como deixou, que é importante ser escutado no código não somente neste instante, mas de existir deliberações estaduais.

As especificidades que ouvimos na manhã de hoje são muito grandes. Na Amazônia a diversidade é tão grande que parece que tem dez situações completamente distintas umas das outras. Nós temos os mais variados biomas. Nós temos o Nordeste, a grande maioria constituído por Estados de pequenos limites territoriais, mas que também sentem a necessidade, como é o caso de Sergipe, mas têm também a necessidade de tratar das suas especificidades, como o bioma Caatinga, como as atividades econômicas que têm se destacado hoje no Nordeste ligado ao camarão, ligado

ao peixe em tanque/redes, e que também precisarão seguir essas mesmas orientações.

Então, nós vemos que ao se chegar... Aqui também deve estar o Senador Jorge Viana, que deixou claro que houve mudança no seu entendimento, indo *in loco* a uma determinada região.

Então, são essas questões específicas de cada lugar, dessa diversidade tão grande que é o Brasil, que nós precisamos descobrir uma alternativa de deixarmos a escuta e alguma coisa para ser deliberada, para ser votada, respeitando as questões locais, as assembleias precisam ser escutadas, os governadores precisam ser escutados.

Este instante é muito importante, estamos gratos por estarmos participando desta audiência pública, mas deixando de forma veemente a nossa reivindicação para esse poder de deliberar nos Estados. É preciso confiar, também, na nossa capacidade de interveniência, na nossa capacidade de buscar a preservação, levando em conta também o desenvolvimento que precisamos ter em nossas regiões.

Então, é deixar esse...

(Falha na gravação.)

A SR^a CONCEIÇÃO VIEIRA – ...dos deputados e deputadas estaduais, mesmo nos Estados pequenos sabemos também da importância do zoneamento.

Queria deixar também essa reivindicação de que nós, principalmente deputados federais e senadores, fizéssemos uma reivindicação junto ao Conama para que realmente os Estados possam ter o seu zoneamento agrícola e ecológico, o seu zoneamento econômico e ecológico, e isso está um pouco barrado pelo Conama.

Então, se poder existir essa participação mais efetiva dos nossos parlamentares federais nesse sentido, isso também é de real importância.

Muito obrigada pelo espaço, mas deixando sempre veemente essa colocação para as especificidades do nosso código, que preciso ser perene, mas respeitando as questões locais. Então, minimamente, existir determinadas nuances que precisam ser respeitadas e votadas nos Estados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputada Conceição Vieira.

Agradeço a presença do nosso sempre eterno Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, Deputado Federal, que muito nos honra com a sua presença e a sua atuação à frente do Ministério e nessa questão do Código Florestal a sua contribuição tem sido muito forte e foi muito importante essas audiências que tivemos com V. Ex^a aqui, dando a sua opinião e mostrando a todos nós senadores qual o caminho ideal para a agricultura brasileira.

Passo a palavra, para os seus cumprimentos, ao Deputado Walter Prado, do Acre.

O SR. WALTER PRADO (PDT – AC) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana e Exmº Sr. Deputado Tchê, meu líder, companheiro de partido, nós, do Acre, já nos sentimos, de certa forma, contemplados pela posição da Unale. Não haverá um Código Florestal bom para o Brasil e bom para a Nação se não se criar essa possibilidade de as regiões e, de modo especial, a Amazônia, Sr. Presidente, poderem legislar. Nós temos incitado, pela fala do Senador Anibal Diniz, uma preocupação, que eu gostaria de deixar como questionamento, se V. Exª ou o Senador Jorge Viana puderem me responder. É exatamente a mesma situação, creio, de Rondônia.

Na década de 70, o Governo brasileiro quase obrigava os assentamentos a procederem ao desmate de 50 hectares da propriedade, sob pena de, não fazendo o desmate, não ter o direito àquela propriedade. Esses proprietários, agora, Senador Jorge, se não houver uma medida que legalize essa situação, no Acre, estará praticamente todo mundo criminalizado.

Tenho um levantamento da Federação da Agricultura de que é o caso, mais ou menos, de quase 80% das propriedades. É um assunto que reputo característico nosso. E, Deputado Tchê, quero me sentir muito contemplado com sua fala, porque entendo que a única maneira de se fazer um Código Florestal que atenderia, com certeza, ao interesse do Brasil e dos produtores rurais seria se as assembleias pudessem, nas exceções, criar uma legislação.

Fora disso, não há como condensar. Sou da área jurídica. Minha formação é jurídica, e não há como formatar, dentro de um projeto nacional, essas peculiaridades, por exemplo, como essa que está sendo citada na Amazônia, quando os governos da revolução promoviam, além do assentamento, a campanha para desmatar. Era obrigatório. O Incra não expedia título – eu era Deputado nessa época – de propriedade...

O SR. REINHOLDS STEPHANES (PMDB – PR) – Eu era diretor do Incra.

O SR. WALTER PRADO (PDT – AC) – Você era diretor do Incra? Olhe que coincidência, o Ministro era diretor do Incra. Não se expedia o título de propriedade se não tivesse a comprovação do desmate em 50%. Quer dizer, isso está lá. Os promotores só estão mandando brasa, para o pessoal responder isso criminalmente; fora as multas, porque, quando chega na propriedade, ele não quer saber se foi desmatado há 20 anos, ele dá a multa, porque encontra lá o quê? Às vezes encontra uma capoeira, mas às vezes encontra uma parte que realmente está desmatada além da reserva permanente, que seria os 80%. Eu acho que, no Acre, a situação mais grave é essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Walter.

Agradeço, mais uma vez, a presença do Ministro Reinholds Stephanes.

Passo a palavra, para seus cumprimentos finais, para encerrarmos, ao Senador Relator Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer a contribuição de todos e dizer também que o Ministro, que nos honra com sua presença e tem vindo constantemente, tem uma preocupação permanente com o Brasil e com a solução de um tema tão importante, Ministro Reinholds Stephanes.

Eu queria também, cumprimentando a todos pelos comentários e pelas observações, apenas dizer que, de fato, estamos conseguindo ter um ambiente de diálogo e de conversa. O envolvimento da Ministra Isabella e do Ministro Mendes nesse processo é direto. Lamentavelmente, ele se ausentou, mas já está se recuperando para voltar.

Nós fizemos, além das audiências, uma série de reuniões no próprio Ministério do Meio Ambiente, com os setores importantes. A última delas foi com a OCB. Estava a Única, estava a Bracelpa, estava a CNA, dialogando item por item e as preocupações dos diferentes setores. Fizemos reuniões com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com a produção familiar. Então, estamos trabalhando – e, aí, eu ouvi muitas preocupações aqui dos Parlamentares –, estamos dando um tratamento, aprofundando os cuidados com a produção familiar, com a pequena propriedade. Isso vai ser trabalhado.

Segundo, Deputado Walter, não há como não deixar explícito no texto que a intemporalidade, quer dizer, naquilo que foi suprimido quando a lei estabelecia não pode haver dúvida; tem que ser explícito. Há uma concordância geral, nós estamos trabalhando em qual é o aperfeiçoamento que a gente pode fazer, na proposta que veio da Câmara – se é que é necessário –, para que não haja esse tipo de insegurança. E, obviamente, há essa novidade de buscarmos instrumentos, porque, como colocado aqui muito bem, o pequeno proprietário é descapitalizado. Se houver um custo a mais para ele, ele já não está dando conta dos seus interesses, de melhorar a produtividade, de expandir a sua produção.

Então, esses instrumentos, que a gente está chamando de instrumentos econômicos, que possam ser trabalhados como políticas do País também. Estamos buscando, junto com o Senador Luiz Henrique, uma formação para fazermos isso.

E, aí, há uma última coisa importante, que também foi levantada aqui: nós sabemos que uma parcela importante dos problemas de quem produz hoje no Brasil

é em decorrência de deficiências da nossa política para o setor. Nós temos que aperfeiçoar isso. Eu ouvi isso dos ex-Ministros. O Ministro Stephanes estava lá. Há uma necessidade. A questão do seguro, por exemplo, é grave ainda, tem que melhorá-la muito mais.

Então, há algumas questões que não são ambientais; são do setor. Naquelas que estão vinculadas à questão ambiental nós vamos ter que trabalhar com maior zelo, para que possamos pelo menos superar boa parte desses problemas.

E a última questão mesmo é que o pós-Código Florestal, que precisa também seguir... O Brasil não tem uma política florestal adequada, gente! O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo em área, é o segundo país em cobertura florestal do Planeta e participa com 4% do PIB mundial. Floresta também pode virar um ativo tão importante quanto o agronegócio ou próximo do agronegócio. É importante que o Brasil faça isso. Também tem de haver um pós-Código nesse aspecto.

E a lei dos biomas. Parte do que os Parlamentares estão colocando será uma lei nacional, mas a lei dos biomas vai nos ajudar a aperfeiçoar, como foi feito nas leis da Mata Atlântica.

Então, era isso que eu queria deixar claro. Nós temos uma tarefa enorme depois da votação do Código. É possível, pelo que eu ouvi aqui hoje dos Deputados – e a gente está anotando isso também –, parece-me que há a necessidade e um apelo para que se vote ainda este ano. Parece-me que é isso que eu tenho de levar anotado daqui por aqueles que falaram.

E, com a segurança necessária que o tema requer, nós estamos trabalhando, Ministro, para que, pelo menos 30 dias antes do recesso, essa matéria saia daqui, do Senado, que é o tempo necessário para tramitar na Câmara e não ter maiores riscos. Ou seja, no final de novembro, antes do final de novembro, lá pelo dia 20 de novembro, estaremos deliberando sobre essa matéria aqui. É possível – acabei de falar com o Senador Eduardo Braga, saí para isso. Falei com o Senador Luiz Henrique e estamos organizando para que, na terça-feira, seja feita a leitura na Agricultura, Ciência e Tecnologia; no dia 8 de novembro, provavelmente, a votação e, logo em seguida, na de Meio Ambiente, da qual eu estou encarregado. Podem ficar certos de que essa ponderação, essa preocupação a gente vai levar.

Mas digo, até com todo o carinho: parte das preocupações que a gente ouviu aqui hoje já está superada, já é página virada! Nós temos que realmente agora buscar esse ponto de equilíbrio. O Brasil tem que seguir sendo também respeitado pela postura em relação ao respeito aos recursos naturais, porque é essa a preocupação.

O Ministro Alysson Paulinelli me ensinou muito na vinda dele, como os outros ministros. Ele disse que ele

hoje é um manejador de água, porque ele vive em Minas, tem uma propriedade na região das águas, como disse o José Carlos Carvalho, também ex-Ministro. E ele disse: “Olha, eu sou hoje uma pessoa aficionada em proteger as águas neste lugar onde as águas do Brasil nascem, ou boa parte das águas do Brasil nasce.” E nos deu aulas de como a gente pode trabalhar. Temas que parecem que estão distantes, mas a gente pode aproximar.

Então, muito obrigado pelas contribuições.

O relatório daqui, da Comissão, é imediatamente chamado pelas Relatorias e as observações feitas serão consideradas, porque os senhores representam o Parlamento nos Estados e, para nós, é muito importante esta audiência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra, para as suas considerações, ao Deputado Tchê.

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Primeiro, na realidade, quero agradecer. Eu tenho esta data como histórica para a Unale: pela primeira vez, a Unale participa de uma audiência pública com o Senado Federal. Então, isso eu gostaria que constasse nos Anais da Casa, da Unale, como uma data histórica.

Muitos Senadores por aqui passaram, como Blairo Maggi, Senador Moka, Senador Jayme Campos, Senadora Ana Amélia, Senador Jorge Viana, Senador Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg. Nós tivemos mais de 15 Senadores que passaram por aqui e, agora, o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

Aprovar o Código Florestal é algo que precisa correr, e com urgência. Não podemos parar a produção de alimentos e aumentar a instabilidade do meio rural por conta de interesses pequenos.

Saio daqui confiante no Senado Federal, acreditando que as peculiaridades e a autonomia dos Estados e das diferentes regiões do País serão respeitadas.

Repito: não podemos mais perder tempo. O Brasil precisa crescer, gerar desenvolvimento e bem-estar para o seu povo, independentemente do Estado em que se encontra.

Agradeço pela deferência, em nome dos Parlamentares e parlamentares estaduais, pela oportunidade de acolher as nossas preocupações. Queremos ser parceiros desta Casa e defensores do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente da Unale, Deputado Tchê. “Acreúcho”, é assim que se chama?

O SR. JOSÉ LUIS TCHÊ (PDT – AC) – No Acre, a gente chama de “acreúcho”.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – “Acreúcho”, acreano que veio do Rio Grande do Sul. Muito bem.

Eu agradeço a vinda de todos os Deputados estaduais, a presença do nosso Vice-Governador da Paraíba e a presença do nosso Deputado Federal Reinhold Stephanes.

Atentamente, ouvimos os nossos Deputados e chegamos àquela conclusão, Deputado Gabriel, de que precisa estar no código o zoneamento econômico e ecológico. Se não estiver no código, não tem motivo para ter o zoneamento.

Todos os Estados investiram muito para ter o seu zoneamento ecológico e econômico, Ministro Reinhold. Nós não podemos deixar de fora do Código Florestal, por isso é importante nós debatermos o assunto, é importante termos, do nosso lado, a presença do nosso Relator Jorge Viana, como ouviu muito bem aqui, também, o nosso Relator Luiz Henrique, para que possa fazer constar desse Código Florestal o zoneamento e que cada Estado possa fazer, junto com seu Governador e os seus Deputados estaduais, o zoneamento ecológico e econômico, de acordo com o seu Estado.

Não podemos aceitar que toda a Amazônia, ou não podemos concordar que toda a Amazônia possa ter uma lei única, taxada com 80% de reserva e 20% de utilização do solo, sem um estudo científico para isso.

Então, o zoneamento, Senador Jorge Viana, assim como fez o Acre, deve ser a solução para os Estados da Amazônia.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos os Deputados e Presidentes das Assembleias aqui presentes, em especial ao Ribamar Araújo, que é da Assembleia Legislativa do meu Estado, de Rondônia.

Não tendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 14 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Acir Gurgacz, Presidente da Co-

missão de Agricultura e Reforma Agrária e do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores **ÂNGELA PORTELA, ANÍBAL DINIZ, WALTER PINHEIRO, JOÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, VITAL DO RÊGO, CIRO NOGUEIRA, EUNÍCIO OLIVEIRA, CYRO MIRANDA, FLEXA RIBEIRO, GIM ARGELLO, DELCÍDIO DO AMARAL, LÍDICE DA MATA, MARCELO CRIVELLA, SÉRGIO SOUZA, LUIZ HENRIQUE, RICARDO FERRAÇO, RENAN CALHEIROS, REDITARIO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, CÍCERO LUCENA, ANTONIO RUSSO, ZEZE PERRELLA, WALDEMIR MOKA, CASSILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPPLY E MOZARILDO CAVALCANTI**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, José Agripino, Clésio Andrade e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sérgio Carvalho e outros, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.” O relator designado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o Senador Luiz Henrique e o relatório é favorável, na forma do Substitutivo oferecido. Lido o relatório, é concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. Os Presidentes da CCT e da CRA estabeleceram, nos termos do art. 89, com aprovação do Plenário das duas Comissões, o prazo para recebimento de emendas ao PLC 30/2011, nas respectivas Comissões, até o dia 1º de novembro de 2011. Fazem uso da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Ana Amélia, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Renan Calheiros, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, não membro das Comissões, Sérgio Souza. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Reinhold Stephanes.

Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que nós, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrassem a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e publicada, no diário do Senado Federal.— Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária — Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB — AM) — Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e a 41ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário Oficial do Senado.

ITEM ÚNICO

— Não Terminativo —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2011

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sérgio Carvalho e outros

Relatoria na CCT e CRA: Senador Luiz Henrique

Obs.1: A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ com parecer na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo).

Obs.2: A matéria será apreciada em conjunto com a Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 113, RISF, conforme Requerimentos nº 59/2011-CCT e nº 69/2011-CRA aprovados em 19/10/2011 e 20/10/2011, respectivamente.

Obs.3: Perante a CCT foram apresentadas emendas de nº 01 a 83 e perante a CRA, as emendas de nº 01 a 06.

Obs.4: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Chamo a Mesa principal para passar a palavra ao Sr. Relator Senador Luiz Henrique.

A matéria, portanto, encontra-se, a partir deste momento, para relatório do Senador Luiz Henrique, mas, antes, gostaria de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que pudesse fazer suas considerações iniciais.

Eu gostaria de destacar a maturidade e o alto nível do debate no Senado da República. Este é o primeiro momento da discussão de relatório sobre mérito da matéria, que, obviamente, enseja um debate sobre o passado, o presente e o futuro, tendo em vista que o Brasil não é apenas o País de maior participação agrícola e do agronegócio no seu produto interno bruto, mas também o País que possui a maior floresta em pé tropical do mundo.

Ao passar a palavra ao Presidente Acir Gurgacz, saúdo a presença do nosso companheiro Senador Cassido Maldaner. É uma alegria revê-lo com plena saúde e com bastante entusiasmo para acompanhar os debates do Código Florestal nesta Casa. Uma alegria revê-lo em plena forma, Senador!

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT — RO) — Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Saúdo o Senador Luiz Henrique, Relator desta matéria nas duas Comissões — Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Agricultura. Saúdo os nossos Senadores e cumprimento a todos pelo longo trabalho que tivemos, Senador Gim, ao longo deste ano.

Iniciamos as audiências públicas no dia 29 de março, mesmo antes de o projeto chegar aqui ao Senado. Procuramos ouvir toda a sociedade brasileira, todos aqueles que queriam debater e dar a sua opinião com relação à reforma do Código Florestal. Nós o fizemos e chegamos a um ponto importante. Tenho certeza de que não temos aqui um relatório de consenso, mas um relatório que é importante para o nosso País. É importante para os brasileiros, para agricultores, para ambientalistas. E era o que nós buscávamos: um relatório equilibrado, que venha realmente atender aos anseios da sociedade brasileira.

Portanto, eu entendo que é um momento importante dessa nossa jornada. É um momento importante da reforma do Código Florestal brasileiro, quando nós vamos receber o relatório do nosso Relator Luiz Henrique, que se debruçou durante meses, se empenhou, ouviu toda a sociedade. Todas aquelas pessoas que

queriam dar a sua opinião, a sua contribuição, para melhorar o Código Florestal tiveram a atenção, tiveram o carinho do nosso Senador Relator Luiz Henrique, que pôde, por meio de todas essas informações, produzir o relatório que em seguida passa a ler.

Eram essas as minhas palavras, Senador Eduardo Braga. Desejo sucesso ao nosso Relator, para que possamos avançar rapidamente com aquelas questões em que há consenso e aquelas questões em que não há consenso e que vamos ter que levar a voto.

Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame conjunto das Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária o parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 (nº 1.876, de 1999, na origem), do Deputado Sérgio Carvalho e outros Deputados, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências, conhecido como “Código Florestal”.

O parecer foi distribuído a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e vou me remeter diretamente à análise do projeto, na pág. 3.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participamos de diversas audiências públicas conjuntas que reuniram estas Comissões à de Meio Ambiente, à de Justiça e à de Relações Exteriores, de encontros, conferências e seminários realizados no Senado e em vários Estados. Além disso, ouvimos diretamente as mais diversas instituições públicas e privadas, associações e corporações, tanto dos setores rural e urbano, como das áreas ligadas ao meio ambiente.

Todos esses eventos em que procuramos ouvir as partes envolvidas nessa questão crucial para o desenvolvimento do País nos propiciaram a oportunidade de perceber as mais variadas visões sobre o tema. Trabalhamos, sobretudo, em três direções: ouvindo a sociedade, o Governo e a Câmara dos Deputados, sobretudo os propositores do projeto e o ilustre Deputado Aldo Rebelo, relator naquela Casa, a quem quero, mais uma vez, prestar as minhas homenagens.

O exercício de 12 mandatos populares, conquistados em 40 anos de vitórias eleitorais sucessivas, nos fizeram aprender que um dos piores pecados políticos é a prática de atos inúteis, por isso, além de procurar ouvir todos, buscamos a convergência com o Governo e com a Câmara dos Deputados. Assim, redigimos um texto que seja sancionável pela Sr^a Presidente da República, Dilma Rousseff, e que mereça aprovação pelo conjunto dos 410 Deputados federais que aprovaram o texto original.

Como representantes dos Estados e interlocutores do povo brasileiro, os colegas Senadores vêm tendo um papel preponderante, seja pela apresentação de 83 emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia – e seis dela na Comissão de Agricultura –, seja pelas ideias, sugestões e críticas que propiciaram aos debates durante as audiências públicas.

O parecer que estamos apresentando é fruto dessa longa e paciente oitiva. Busca a convergência nacional para conciliar preservação com produção, o que temos procurado atingir dentro da convicção de que a agropecuária e a ecologia interdependem, ligadas entre si como irmãs siamesas.

As medidas que ora propomos buscam assegurar a qualidade do solo e da água, sem a qual não há condições para o desempenho da atividade agropecuária. Essa qualidade depende da preservação das florestas e da sua recomposição em áreas que foram degradadas. Visam, por outro lado, garantir a missão que é atribuída ao nosso País de prosseguir como um dos principais supridores mundiais de alimentos.

A análise desses textos, acolhendo-os ou rejeitando-os, integra o presente relatório, com menção, inclusive, de proposições de mérito que não puderam ser examinadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, especificamente as Emendas nºs 18, 20, 53, 58, 64, 65 a 68, cujo conteúdo é muito similar a emendas apresentadas nas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura.

Nesse trabalho, aproveitando o mais que podemos da atividade legislativa dos Srs. Senadores integrantes das comissões ora reunidas, optamos pela elaboração de Emenda Substitutiva Global, absorvendo boa parte do trabalho dos ilustres colegas e fazendo ajustes de juridicidade e técnica legislativa necessários à obtenção de um texto alinhado com os princípios constitucionais, um texto claro e objetivo, um texto o mais que possível autoaplicável.

Da Emenda Substitutiva Global, do Texto Permanente e das Disposições Transitórias.

A intensidade do trabalho imprimido pelos Srs. Senadores integrantes das Comissões que aqui se reúnem em reunião conjunta, com a variação de temas

abordados pelas emendas e mesmo a multiplicidade de proposições sobre o mesmo assunto, exigiu, como já falei, a elaboração de Emenda Substitutiva Global para melhor sistematização do seu objeto.

Essa Emenda Substitutiva Global começa por promover uma importante e necessária cirurgia de técnica legislativa, dividindo o texto da Câmara dos Deputados em duas partes: a permanente e a transitória. A primeira regulará o direito ambiental para o futuro, a segunda tratará de corrigir os erros do passado.

Essa alteração, de grande impacto na boa ordenação do projeto, foi sugerida pelo ilustre Senador Jorge Viana, relator na Comissão de Meio Ambiente, em audiência pública conjunta, com um grupo de juristas, recebendo recomendação abalizada dos Ministros Nelson Jobim e Herman Benjamin.

Aliás, devo ressaltar a valiosa parceria do Senador Jorge Viana, que vem trabalhando comigo diuturnamente na construção deste relatório que elaboramos a quatro mãos. O Senador Jorge Viana fez uma parte indispensável de interlocução com o Governo e com os mais diversos setores da sociedade, dentre os quais o ambientalista.

Do mesmo modo, vários colegas, especialmente os Senadores Waldemir Moka, Kátia Abreu, Ana Amélia, Blairo Maggi e Jayme Campos, prestaram-me inestimável apoio no diálogo com os Deputados integrantes da Frente Parlamentar da Agricultura e com as entidades que representam o setor rural.

Devo também ressaltar o papel dos Presidentes das comissões que se envolveram nesse debate, provocando a audiência do povo brasileiro, representado pelos colegas Senadores e por integrantes dos mais diversos setores da sociedade.

Manifesto a minha gratidão aos Presidentes Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Eunício de Oliveira e Fernando Collor, e a todos os líderes dos partidos representados nesta Casa, o que faço na pessoa do meu líder, Senador Renan Calheiros.

Comando e Controle e Incentivos Econômicos.

O tempo comprovou que os sistemas de comando e controle, isoladamente, não têm sido capazes de deter o desmatamento ilegal, a eles é preciso aditar novos mecanismos de incentivo econômico à preservação do meio ambiente.

Assim, depois de verificar que esse pensamento perpassa pela maioria no Congresso, no Governo e na sociedade, decidimos estabelecer as bases para um necessário sistema de incentivos, preferências, privilégios e remuneração que reconheçam a relevância dos serviços ambientais prestados, sobretudo, pelo pequeno produtor rural. Foi introduzido no texto, como tópico novo, também aqui já se direcionando de forma

normativa para a elaboração de lei específica sobre esse tema essencial à completa equalização dos problemas hoje enfrentados.

Como já afirmamos, há um reconhecimento quase unânime do povo brasileiro sobre a necessidade de se estimular, por ganhos econômicos, a preservação florestal.

As audiências públicas que realizamos corroboraram a necessidade de se continuar a ter o produtor rural como o maior parceiro e guardião do meio ambiente. Isso reforçará, de agora em diante, o conteúdo institucional do *caput* do art. 225, da Constituição Federal, dando-lhe, além do conteúdo obrigacional sobre a responsabilidade solidária e coletiva da gestão ambiental, uma nova motivação para fazê-la, mediante o reconhecimento financeiro dos serviços ambientais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia em que a árvore em pé valer mais do que a madeira serrada, a floresta estará integralmente salva. Nesse dia, o agricultor, mais capitalizado, produzirá mais e melhor, avançando na produtividade agrícola, sem precisar avançar sobre as florestas.

Como muitas das matérias que tratam de incentivos envolvendo o desembolso de recursos do Tesouro são de competência privativa do Poder Executivo, não poderíamos defini-la já nesse projeto. Além disso, há matérias de grande complexidade legislativa, algumas delas exigindo respeito a compromissos brasileiros e tratados internacionais, inclusive aqueles que regem a Organização Mundial de Comércio.

Como estamos propondo um programa de incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, tarefa cuja iniciativa cabe ao Governo, optamos por deferir à Presidente Dilma o envio de projeto de lei, no prazo de 180 dias, contados da publicação da lei que resultar desse projeto, regulando toda a matéria.

Queremos assinalar o grau de importância das emendas sobre o tema, isso imprimirá qualidade e velocidade no trato dessa matéria. Entretanto, nas bases estabelecidas no presente sobre serviços ambientais, preocupamo-nos, sobremaneira, na compatibilização com o projeto governamental que já tramita na Câmara dos Deputados, cuja matéria aborda os mesmos temas que estamos prevendo no Capítulo 10 da Emenda Substitutiva Global que ora apresentamos.

Como já afirmamos, essa matéria vem obtendo amplo consenso, o que se revela, inclusive, pela pletora de emendas propondo privilégios a quem presta serviços ambientais. Por essa razão, estamos respondendo positivamente às sugestões formuladas nas Emendas n^{os} 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41 a 49 e 50, dos ilustres Senadores Eduardo Braga, que preside esta reunião, Rodrigo Rollemberg e Ri-

cardo Ferraço, na Comissão de Ciência e Tecnologia; além da Emenda nº 5, de autoria do Senador Sérgio Souza, na Comissão de Agricultura.

Comparando a Emenda Substitutiva Global, das comissões ora reunidas, com o texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizaram-se importantes aprimoramentos, sem deixar de atender ao conjunto das proposições originais estabelecidas pelos Srs. Deputados federais.

No art. 2º, houve inserção de um § 1º, de remissão à Lei dos Crimes Ambientais, ampliando a clareza do dispositivo, para deixar explícita a norma de crimes e infrações administrativas do meio ambiente, com a supressão do § 2º, que ficou redundante, em face da melhor objetividade dada ao § 1º.

No § 3º, inciso XI, inserimos o prazo de 10 anos no conceito de pousio, homogeneizando com o conceito da Lei da Mata Atlântica.

Assim, atendemos parcialmente as preocupações da Emenda 52, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Inserimos no inciso XIII do mesmo art. 3º o conceito de manguezal, e aqui eu quero dar uma explicação aos Srs. Senadores: à luz da sugestão do Senador Jorge Viana, dividir parte permanente da parte transitória nos permitiu garantir a proteção dos manguezais para o futuro, na parte permanente, e fazer uma exceção para áreas consolidadas em apicuns e salgados, na parte transitória.

Inserimos no inciso XIII do mesmo art. 3º o conceito de manguezal, entendendo que se trata de um ecossistema complexo, que abrange os apicuns e salgados, não podendo deles ser dissociado. Dentre os diversos bens ambientais a serem protegidos, os manguezais são dos mais preciosos, porque se constituem num inestimável criadouro da fauna e da flora marinha.

Assim, as normas permanentes garantem a preservação presente e futura dos manguezais, e nas transitórias, a continuidade das ocupações antrópicas existentes nos apicuns e salgados existentes em 22 de julho de 2008.

No art. 4º, os manguezais em toda a sua extensão, ou seja, abrangendo apicuns e salgados, foram previstos como mais uma hipótese da área de preservação permanente no inciso VII, renumerando-se os demais incisos.

Além disso, no §5º do art. 4º, limitamos a agricultura de vazante, e tão somente a agricultura de vazante. Limitamos essa agricultura de vazante exclusivamente aos pequenos agricultores familiares, com o que acatamos a Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Quanto ao art. 5º, imprimimos nova redação ao §4º, relativo aos reservatórios artificiais que têm geração de energia e abastecimento público como sua atividade principal. Dessa forma, deixamos mais objetiva a limitação, atendendo a fundamento técnico vinculado aos projetos construtivos.

Como já afirmamos, a melhor técnica legislativa reclamou a divisão em duas partes, permanente e transitória, dos textos do art. 8º, que resultou da Emenda 164 da Câmara dos Deputados.

Nesse artigo, permaneceram apenas aquelas situações que têm *mens legis* para o futuro, ou seja, aquelas que limitam novas intervenções e supressões em áreas de APPs, nos casos de utilidade pública e interesse social e baixo impacto ambiental.

Incorporamos a esse artigo um parágrafo 3º, para deixar bem claro que a regularização de áreas consolidadas é um processo único, que não será repetido no futuro. Incorporamos ao art. 8º o parágrafo 3º, com o objetivo de deixar bem claro que esta é a primeira e única oportunidade para regularizar desmatamentos, ou seja, que no futuro não haverá outra chance para esse tipo de regularização.

Atendemos, assim, algumas preocupações manifestadas pelos ilustres Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares nas Emendas nºs 04 e 58 desta Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quanto às exceções referentes às áreas rurais consolidadas em Área de Preservação Permanente, foram deslocadas para o Capítulo XII das Disposições Transitórias e o seu art. 53. O art. 13 foi renumerado como 12, e o 12 como 11. Deslocamos o § 7º para o Capítulo XII, no art. 59, para melhorar a sua redação, contemplando parcialmente as preocupações da Emenda nº 5 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Rollemberg. Melhoramos o art. 14, deixando mais claro que a redução de 50%, para fins de regularização da reserva legal em imóveis com área rural consolidada na Amazônia Legal só poderá ocorrer por recomposição, regeneração ou compensação, sempre limitado ao que já está em uso na região, sem que tal ajuste possa significar a abertura de novas áreas. Nesse sentido, inclusive, levamos em consideração a proposição contida na Emenda nº 60 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Valadares.

Quanto ao art. 16, acatamos a Emenda supressiva nº 6, proposta pelo Senador Rollemberg, considerando que o comando do texto é direcionado à Área de Preservação Permanente, não havendo de se tratar outro assunto no mesmo dispositivo. No art. 19, renumerado como 18, inserimos o § 5º, para que o proprietário ou possuidor de imóvel rural – essa é uma modificação

também importante – que realizar o registro de sua reserva legal fique desobrigado de averbá-la no cartório de registro de imóveis. Isso é importante para livrar de um ônus o pequeno agricultor. Reduz-se, assim, o ônus ao proprietário ou possuidor rural, sem perda dos mecanismos estatais de comando e controle. Nessa inclusão, contemplamos as preocupações das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, de nº 7, do Senador Rollemberg, e nº 62, do Senador Valadares.

No art. 33, renumerado como 51, levamos em consideração as Emendas nºs 64 e 66, do Senador Valadares, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Mesmo não sendo objeto de análise nessas comissões, as preocupações inseridas nas Emendas nº 67, do Senador Ricardo Ferraço, e nº 68, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, propostas na Comissão de Constituição e Justiça, foram atendidas na atual redação do §5º do substitutivo.

No art. 35, renumerado como 56, promoveu-se modificação na redação do inciso I, de modo a consignar a expressão “recomposta em 15 metros”, a fim de conferir maior precisão ao dispositivo.

No que diz respeito ao art. 51, renumerado como 43, quando do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta Relatoria demonstrou a necessidade de respeito ao princípio de reserva de lei informal no trato das questões ambientais.

No entanto, por um lapso, deixamos de suprimir como fizemos em 32 outros artigos a expressão “na forma do regulamento”, presente naquele artigo. Ao suprimir a supra referida expressão, deixamos o texto o mais que possível auto-aplicável.

Operamos uma modificação importante no art. 58, renumerado como 50, substituindo a norma facultativa “poderá embargar” da primeira parte do *caput* por “deverá embargar”. Com isso, acatamos a Emenda nº 68, proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo Senador Antonio Carlos Valadares, cabendo ressaltar que essa preocupação já havia sido veiculada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela Emenda nº 20, do próprio Senador Valadares, e do Senador Lindbergh Farias.

Conforme já mencionamos, criamos o Capítulo XII, dispondo nos arts. 51 a 61 sobre todas as matérias de conteúdo transitório. Os dispositivos que tratavam da regularização do passado até a data de 22 de julho 2008, esparsos no texto original, foram aglutinados e reordenados nesse capítulo, cabendo frisar que na seção I estão os dispositivos relativos ao programa de regularização ambiental, abrangendo a sua elaboração, as regras para a sua adesão e as consequências pelo atendimento das suas recomendações.

Na seção II, estão os dispositivos sobre as áreas consolidadas APPs, aqui sendo atendidas preocupações de vários Senadores com a supressão dos §§ 3º e 4º do art. 8º do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e inserção de nova redação aos §§ 1º e 4º.

Na seção III, relativa às disposições de reserva legal, o texto foi aprimorado com a preocupação de também buscar clareza e segurança jurídica ao aplicador do mesmo e ao produtor rural. As alterações foram sempre neste sentido: o esclarecimento do novo art. 59, § 9º; a melhoria de redação do art. 6º, antigo § 7º do art. 13; e do 61, art. 39. Nesse ponto, a Emenda nº 9, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, permitiu-nos melhorar a redação do inciso IV § 5º do art. 59.

Assunto da maior relevância é o inventário nacional para que a União, em conjunto com os Estados e o Distrito Federal e os Municípios, possa manter registros precisos de cada árvore existente no País, seja em terras públicas ou em imóveis privados. E esse inventário, da forma como estamos propondo no art. 64, feito em colaboração com os três níveis governamentais da República, seria aquilo que estou chamando de uma espécie de RENAVAL da madeira.

As Emendas de nºs 1 e 55, da Comissão de Ciência e Tecnologia, dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Antonio Carlos Valadares, tratam sobre inserção de tipo de vegetação como área de preservação permanente, no caso dos manguezais e veredas.

Quanto aos manguezais, já atendemos com a definição do inciso XIII do art. 3º. Além disso, estamos acrescentando novo inciso, o VII, no art. 4º. De outra parte, as veredas já estão adequadamente contempladas, assim como as restingas, no art. 6º do projeto.

Pela quantidade e qualidade das intervenções do texto, nova sistematização se tornou obrigatória, daí surgida a emenda substitutiva global que apresentamos e colocamos para apreciação.

A procura do equilíbrio, a procura da convergência, a procura da elaboração de um texto claro, objetivo, auto-aplicável não nos permitiram agasalhar diversas emendas, as Emendas nºs 51, 29, 34, 35, 37, 38, 53, 54, 56, 57, 80 e 81 da Comissão de Ciência e Tecnologia, e as demais emendas ali estabelecidas.

O texto atual desfruta de enorme convergência, até porque amplia tais medidas antes que seja posto em vigor um programa de incentivo à preservação e à recomposição florestal, que é o objetivo básico que muda a filosofia, o paradigma da proposta que ora estamos apresentando.

Aqui fazemos várias justificativas pelo fato de não podermos agasalhar as emendas que estão sendo rejeitadas, que estão sendo objeto de anexo ao relatório.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer é pela apresentação do substitutivo global, pedindo aos nobres Pares a sua aprovação.

Quero-lhes dizer que tanto eu quanto o Senador Jorge Viana estaremos à inteira disposição para elucidar dúvidas. Evidentemente, que é um trabalho complexo. Dedicamos muito tempo a ouvir todos os setores, a fim de buscarmos o equilíbrio entre toda essa conjugação de interesses. Continuamos à disposição dos Srs. Senadores para discutirmos suas demandas. Sei que o objetivo de todos é o mesmo do nosso, é o mesmo dos Srs. Presidentes, é o mesmo dos demais Senadores que não integram essas comissões, o objetivo de fazermos uma lei que seja duradoura e que sirva, sobretudo, para assegurar o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A matéria está em discussão. Indago aos Srs. Senadores quem gostaria de fazer uso da palavra para discutir o relatório apresentado por S. Ex^a o Relator Luiz Henrique. Cumprimentando o Senador Luiz Henrique pelo brilhante trabalho executado e a forma bastante sucinta e bastante objetiva com que V. Ex^a apresenta o relatório neste momento.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para discutir a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero, Sr. Presidente Eduardo Braga, apenas ratificar a sua manifestação a respeito dos cumprimentos ao Senador Luiz Henrique, que, nesse relatório, democraticamente, procurou acolher propostas nos diversos capítulos sobre o Código Florestal, o que nós dá um alcance político e técnico de acolher exatamente as sugestões que aperfeiçoam o texto que veio da Câmara, de maneira que os Senadores pudessem trabalhar intensamente nas diversas áreas, como do meio ambiente, de ciência e tecnologia e da própria Comissão de Constituição e Justiça, bem como desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no sentido, exatamente, de oferecer ao País, através desse aperfeiçoamento, nesta Comissão conjunta – das duas Comissões e do Senado Federal –, aquilo que o Brasil mais precisa em matéria de sustentabilidade e de garantia de produção de alimentos, não só para o abastecimento interno, mas também para os nossos superávits comerciais, que são tão importantes para a estabilidade, no momento em que o mundo está aí numa crise econômica profunda.

Penso que o Senador Luiz Henrique conseguiu habilidade, juntando a sua experiência com a experi-

ência Parlamentar de tantos mandatos – Governador de Santa Catarina –, para acolher esse conjunto de propostas dando a ideia, exatamente, da democracia que aplicou nesse acolhimento, não apenas sob o ponto de vista político, mas, sobretudo, sob o ponto de vista técnico, o que melhora substancialmente o que veio da Câmara.

Cumprimento o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de propor que V. Ex^a chamasse à Mesa o meu colega Relator, Senador Jorge Viana, que é corresponsável pelo resultado a que chegamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Convindo, portanto, o Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, para fazer parte da Mesa dos debates.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para discutir o relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBEG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura, prezados relatores – Senador Luiz Henrique, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Senador Jorge Viana, Relator da Comissão de Meio Ambiente:

Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex^{as} por esse trabalho conjunto que estamos realizando até aqui. Quero já, de público, solicitar que, depois da aprovação do relatório do Senador Luiz Henrique nas duas Comissões – e o relatório irá para a Comissão de Meio Ambiente –, que V. Ex^{as} continuem participando ativamente desse debate até o final.

Quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique pela sua postura. S. Ex^a registrou, desde o início, que iria procurar ser um juiz nesse processo, que não iria comprimir, mas exprimir a vontade da média do Senado Federal. V. Ex^a já produziu avanços consideráveis, significativos no texto.

Quero registrar o ambiente de equilíbrio, o ambiente de bom-senso em que esse tema está envolvido, tema esse que é o mais importante que está sendo debatido no Senado Federal, no Congresso Nacional este ano. O tema não poderia estar em melhores mãos. São dois Senadores com uma grande trajetória de serviços prestados a este País. Falo do Senador Luiz Henrique, com quem estive longamente em seu gabinete. Disse-lhe que nunca perdeu uma eleição porque sempre teve o reconhecimento da população do Estado de Santa Catarina. Falo também do Senador Jorge Viana, ex-Governador do Acre, com imensa experiência. São dois homens testados no diálogo.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, pelos avanços produzidos no texto, que são extremamente significativos, e também o Senador Jorge Viana, porque tenho conhecimento, tenho acompanhado que isso vem sendo construído a quatro mãos.

Apenas gostaria de levantar dois pontos que me parecem importantes de serem submetidos à reflexão dos dois Relatores, ao longo dos próximos dias, quando teremos a oportunidade de votar o projeto no âmbito destas duas Comissões.

O primeiro deles refere-se ao art. 53, que, de forma correta, o Senador Luiz Henrique retirou do texto permanente e colocou como disposições transitórias, que é o início do art. 8º, originado pela Emenda nº 164, aprovada na Câmara dos Deputados, que diz que, nas Áreas de Preservação Permanente, fica autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

Qual é a minha sugestão nesse artigo? Que, ao final, tivesse uma vírgula e se colocasse: observado o disposto no art. 56 e nos outros artigos que falam das Áreas de Preservação Permanente, encostas e tal. Por quê? Porque tenho acompanhado, desde o início, a preocupação correta do Senador Luiz Henrique com a segurança jurídica desse texto e, se temos um dispositivo que consolida a continuidade das atividades agrossilvopastoris e turismo rural e, em outro artigo, estamos dizendo que, no caso de áreas rurais consolidadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente nas margens de cursos d'água de até 10 metros, será admitida a manutenção das atividades agrossilvopastoris desenvolvidas, desde que as faixas marginais sejam recompostas em 15 metros, contados da calha do leito regular, parece-me que há uma contradição que, pela segurança jurídica, precisa ser corrigida. Essa é uma sugestão.

A outra: quero alertar para uma coisa que percebi – e olha que já li este texto do relatório do Código Florestal de trás para frente e de frente para trás várias vezes –, para uma questão que me parece que está descoberta, porque, no art. 56, diz:

No caso de áreas rurais consolidadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente nas margens de cursos d'água de até 10 (dez) metros de largura, será admitida a manutenção das atividades agrossilvopastoris desenvolvidas, desde que: I – as faixas marginais sejam recompostas em, no mínimo, 15 (quinze) metros, contados da calha do leito regular, observado o disposto no art. 53; e II – sejam observados critérios técnicos de conservação do solo e água.

Vou trazer um exemplo, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz: imagine se você tiver uma

área rural consolidada numa Área de Preservação Permanente num rio de 50 metros, de 100 metros, de 200 metros, de 500 metros, como é o rio São Francisco. Ela não está atendida por esse parágrafo. A obrigatoriedade pelo texto de recomposição de Áreas de Preservação Permanente de 15 metros é apenas para rios de até 10 metros de largura. Agora, percebam: se, no texto do Código Florestal, as Áreas de Preservação Permanente aumentam de acordo com a largura do rio, não tem sentido, não tem lógica prever a recuperação apenas dos rios de até 10 metros de largura. Essa é uma questão que coloco para reflexão do Relator, que tem demonstrado imensa sensibilidade com as questões apresentadas. Até agradeço aqui o acolhimento de várias emendas de minha autoria.

A outra questão que eu queria levantar refere-se ao art. 60, que diz: Nos imóveis com área de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam remanescentes de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo. Aqui, além de deixar registrado que se refere à vegetação existente em 22 de julho de 2008, é importante, Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz, constar também que é para os imóveis rurais existentes que tinham quatro módulos fiscais naquela data de 2008. Isso tem que ficar claro no texto.

Eu conversava aqui com o Senador Waldemir Moka. Todos concordam com isso, apenas não está claro no texto. Com o objetivo da segurança jurídica, é importante deixar isso claro, para evitar futuros parcelamentos do solo, de áreas rurais, o que poderia ensejar esse entendimento e levaria essa questão à Justiça.

Então, mais uma vez, cumprimento o Senador Luiz Henrique pelo trabalho, pelo espírito público; o Senador Jorge Viana, que tem contribuído permanentemente com esse trabalho; o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; e os Srs. Senadores. Quero agradecer-lhes, deixando aqui, a título de sugestão, essas duas ponderações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu é que agradeço a V. Ex^a a contribuição.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para discutir o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, ao final do debate, para não atrapalhar, eu queria solicitar vista do projeto. Acho que há um acordo em torno do pedido de vista, mas eu o farei somente ao final do debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza, Senador Rodrigo Rollemberg. Sugiro, inclusive, que esse pedido de vista seja feito de forma conjunta, para que se possa estabelecer o prazo regimental.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, depois, quero dar só uma palavrinha.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Eduardo Braga.

Exm^{os} Srs. Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, primeiro, quero parabenizá-los. Segui, de perto, seu esforço para chegarmos a esta reta final. Acredito que chegamos não ao ideal, mas ao possível.

Estou apresentando uma emenda, Senador Luiz Henrique, que me foi levantada, na semana passada, no meu Estado, em relação à reserva legal para áreas urbanas. Eram áreas que não eram integradas ainda como áreas urbanas. E a legislação dos Municípios preceitua de forma diferente. Então, digo que a manutenção da reserva legal seja exigida exclusivamente para imóveis rurais, consoante o art. 13. A presente emenda visa apenas a afastar definitivamente a obrigatoriedade da reserva legal em áreas urbanas. Não lembro que isso tenha sido suscitado aqui. Então, apresento uma emenda nesse sentido.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero parabenizá-lo, como também o Senador Jorge Viana, pelo espírito de compreensão, sabendo ceder.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Senador Cyro Miranda, não me referi a essa emenda. Acho que cometi um lapso, porque não percebi essa emenda. V. Ex^a já a tinha apresentado?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu e estou apresentando hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a a está apresentando hoje.

Uma das questões, Sr^{as} e Srs. Senadores – é muito importante o que vou dizer –, que não conseguimos ainda equacionar é a incidência desse Código sobre áreas urbanas. Vamos trabalhar nisso, em interlocução

com o Governo e com as várias corporações ligadas a esse processo, para vermos se conseguimos ainda definir, seja no meu parecer, seja no parecer do Senador Jorge Viana, uma solução satisfatória para as cidades, já que essa é uma grande reivindicação que sentimos por parte de todos os setores da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente Eduardo Braga, quero aproveitar estes poucos minutos desta rápida intervenção para verdadeiramente cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo parecer de mérito que acaba de apresentar nesta reunião conjunta destas Comissões.

É fundamental perseguir o caminho sugerido pelo Senador Luiz Henrique. É preciso um Código permanente, definitivo, duradouro, que tenha eficácia e que, fundamentalmente, ajude no desenvolvimento sustentável de nosso País. O PMDB o apóia incondicionalmente. É claro que teremos de discutir os vários aspectos de seu parecer e vamos fazê-lo na presença de V. Ex^a, de modo a dirimir dúvidas, mas igualmente pensando em encaminhar a melhor solução. Temos, ainda, questões intrincadas, como adaptar o Código Florestal às regiões urbanas, mas tenho absoluta convicção de que essa convergência que V. Ex^a tem construído com o Senador Jorge Viana criará condições para que possamos definitivamente encontrar caminhos para que todas essas questões complexas sejam resolvidas. Conte com nosso apoio. A partir da próxima reunião, Presidente Eduardo Braga, podemos fazer uma discussão mais pormenorizada, ponto a ponto. A disposição de nossa bancada é colaborar no que for possível para que tenhamos nas comissões e no plenário do Senado Federal uma rápida conclusão do aperfeiçoamento desse Código, querendo aquilo que o Senador Luiz Henrique ressaltou que é que tenhamos definitivamente, permanentemente um código que ajude verdadeiramente no desenvolvimento sustentável de nosso País. Parabéns!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Renan Calheiros, quero-lhe dizer que a forma como conduzimos esse parecer é absolutamente coerente com a história de nosso Partido. O primeiro documento político-partidário a abordar de forma contundente o meio ambiente foi o documento Esperança e Mudança, publicado em outubro de 1982, que já traçava as diretrizes que estamos acolhendo neste parecer. Por outro lado, o nosso programa de governo, o atual programa de governo do Partido, se for bem examinado, é um documento muito sereno, muito equilibrado, mas muito incisivo em defesa desses temas que acabamos

de abordar aqui, Sr. Líder. De modo que V. Ex^a tem absoluta tranquilidade de que o parecer é coerente com o princípio programático-ideológico de nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Moka, para discutir o relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; Senador Jorge Viana, Relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente; Senador Relator, meu amigo ilustre, ex-Governador de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique; Senadoras e Senadores, talvez esteja eu com a maior dificuldade aqui no sentido de colocar posições. Tenho uma posição pessoal de quem ajudou a construir esse texto na Câmara dos Deputados, ajudando o ilustre brasileiro a quem não me canso de elogiar, o Deputado Federal Aldo Rebelo. As dificuldades que enfrentamos na Câmara seguramente não temos enfrentando aqui no Senado, mercê da habilidade dos Senadores Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, mas principalmente da condução habilidosa também dos Senadores Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, o grande representante do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg; Acir Gurgacz, de Rondônia, Eduardo Braga, do grande Estado do Amazonas e o Senador Eunício. Foi – aliás, bem lembrado, Senador Jorge Viana – a primeira Comissão a transpor a dificuldade.

A verdade é que ontem eu me reunia com praticamente 20 deputados federais. É claro que cumprindo uma missão, até porque eles me delegaram esse papel de colocá-los a par e o Senador Luiz Henrique pediu que os deputados federais tomassem conhecimento do teor do relatório que seria lido. Aliás, gesto esse que significou muito para os deputados federais. Evidente que, assim como em outros, nós teremos algumas dificuldades ainda a serem transpostas. Mas, pessoalmente, eu disse aos deputados federais que aqui no Senado havia um esforço muito grande de uma convergência e que, desde o início, procurou-se elaborar um relatório em que se ouvissem o Governo, pois – como disseram os dois Relatores – não adianta um texto que poderá ser vetado, como não adianta um texto que poderá ser rejeitado na Câmara dos Deputados. É exatamente esse equilíbrio que acho que esse relatório pretende. Na minha avaliação, mais de 90% disso é convergente.

Eu penso que, uma vez aprovado esse texto na Ciência e Tecnologia e na Agricultura – o próximo passo, que seria na Comissão de Meio Ambiente – 90% desse trabalho está sendo feito até porque o Senador

Jorge Viana tem, ao lado do Senador Luiz Henrique, participado praticamente de todas essas tratativas.

Nesse sentido, ainda tenho que continuar conversando com os meus colegas deputados federais. Posso avaliar que ontem, na primeira rodada que fizemos, pude perceber que temos, seguramente, muito mais convergência do que divergência.

Pretendo ainda continuar fazendo essa interlocução, até porque fui designado mesmo por eles.

Quero pessoalmente dizer da minha alegria, Senador Luiz Henrique, de ver que V. Ex^a conseguiu construir um texto – com o Senador Jorge Viana e com o apoio dos Senadores – que realmente representa, não tenho dúvida, um ganho principalmente para a sociedade do nosso País, um ganho que vai preservar o nosso maior patrimônio, mas também não vai engessar os setores produtivos do nosso País.

Atrevo-me a dizer, acho que passou despercebido. Nós estamos dando condição para aquele que, por exemplo, não preservou a Área de Preservação Permanente, aquele que desmatou mata ciliar. Esse texto – não vi, ontem, chamaram-me a atenção, precisamos corrigir – ele não atende, Senador Acir Gurgacz, aquele produtor que poderia ter, tem reserva para isso, mas ele não tem uma licença ambiental, não consultou ou faltou alguma coisa. Quer dizer, aquele que cometeu até uma infração mais simples, nesse texto não é permitida a sua recuperação. Veja que às vezes a gente... E olha que eu já li esse texto inúmeras vezes. Mas ontem, ao me chamarem a atenção, eu me comprometi a falar isso hoje aqui e, com V. Ex^{as}, procurar um texto dentro daquilo.

Ora, se você está dando oportunidade para quem não preservou uma área de preservação permanente, por exemplo, ou desmatou uma área ciliar, por que não prever também aquele produtor que poderia ter desmatado, só que desmatou sem a licença legal. Eu acho que isso, realmente, das penas, seria a menor e nós teríamos que ter previsto isso também, para que ele possa se reabilitar perante a sociedade, perante ele mesmo e recuperar aquilo que muitas vezes ele deixou de atender dentro da Legislação.

Encerro por aqui. Acho que o Rodrigo Rollemberg tem razão quando diz que aquela questão dos 10 metros precisa ser mais bem disciplinada, porque nós podemos cometer realmente no texto e deixar de fora milhares e milhares de pequenos produtores que são os ribeirinhos, Senador Luiz Henrique, que estão em rios muito maiores e que não estão contemplados. Assim, temos que tomar o cuidado para que a legislação dos 15 metros não interfira em áreas consolidadas. São coisas diferentes. Por exemplo, muitas pessoas têm casas a quatro metros do rio. Isso está dentro de

área consolidada. Então, se tiver que recuperar até 15 metros, vão perder as suas casas.

Mas penso que o texto não quer dizer isso. Área consolidada está fora disso. Ainda temos condições de melhorar junto com V. Ex^a e dirimir possíveis dúvidas.

Quero finalizar dizendo que fico satisfeito porque estamos conseguindo construir um texto sem nenhum tipo de radicalismo e o melhor possível, com uma cordialidade entre todos nós, que é o que a sociedade deseja.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero agradecer ao Senador Moka pelas palavras que nos dirigiu e quero sugerir a V. Ex^a que apresente emendas no sentido das preocupações dos nossos colegas da Frente Parlamentar da Agricultura, para que o Senador Jorge Viana e eu ainda possamos fazer a análise até o dia da votação que foi determinado pelos Srs. Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Senador Moka e fazendo um registro muito especial, Senador, da importante contribuição que V. Ex^a tem dado para a construção deste debate em alto nível, um debate, como V. Ex^a destacou, livre de tensões, que possibilitou que pudéssemos trazer racionalidade, avanços e que com a ajuda extraordinária dos Srs. Relatores e das Sr^{as} e dos Srs. Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como foi bem lembrado pelo Senador Jorge Viana, fez com chegássemos a este momento em que podemos ainda, como foi dito pelo Senador Rollemberg, avançar na estratégia colocada pelo nosso Relator Luiz Henrique e pelo Relator Jorge Viana.

S. Ex^a, inclusive, telefonou especificamente sobre este tema, solicitando lêssemos o relatório no dia de hoje e tivéssemos pelo menos duas semanas de debates para avançarmos nas duas comissões e colocarmos em votação a matéria no próximo dia 8, às 8h30. Conversando com o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e acatando a sugestão dos Srs. Relatores, concordamos que a votação seria no dia de 8 de novembro, às 8h30, nas Comissões de Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária.

Obedecendo a ordem de inscrição, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço. Logo a seguir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de comentar o trabalho do eminente Senador Luiz Henrique, gostaria, na prática, de cumprimentar V. Ex^a.

Ontem, o Estado do Amazonas e a cidade de Manaus entregaram àquele Estado e ao povo brasileiro duas obras da maior relevância: a Ponte sobre o rio Negro, uma obra iniciada quando V. Ex^a ainda era Governador do Estado do Amazonas.

Todos nós acompanhamos com extraordinário entusiasmo a manifestação popular com a presença da Presidenta Dilma, do ex-Presidente Lula, mais de 100 mil pessoas ocupando as ruas de Manaus. Todos nós ficamos orgulhosos, como brasileiros, por vermos a capacidade empreendedora de V. Ex^a, como Senador, como ex-Governador. O atual Governador Omar Aziz está dando continuidade a obra de V. Ex^a e entregando aos amazônidas, mas não apenas a eles, mas aos brasileiros uma obra que revela a nossa capacidade empreendedora, revela o nível de tecnologia da engenharia e da arquitetura brasileira.

Mas destaco também o fato de a Presidente Dilma ter ampliado em mais 50 anos a Zona Franca de Manaus, por conta de tudo o que tem a ver a Zona Franca de Manaus com a preservação e a conservação da nossa Floresta Amazônica, pelas alternativas e oportunidades que gera para os brasileiros daquela região, que são brasileiros com extraordinária capacidade de resistência.

Cumprimento, portanto, V. Ex^a na condição de nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia por esses dois extraordinários avanços, assim como à Presidente Dilma por ter prorrogado em mais 50 anos a existência da Zona Franca de Manaus.

Meu caro relator, Senador Luiz Henrique, evidentemente não encontramos tempo ainda para uma avaliação, no mérito, do trabalho conduzido por V. Ex^a, mas evidentemente precisamos reconhecer a forma democrática, a forma com que V. Ex^a acolheu e permitiu que nós pudéssemos, no menor nível de detalhe, contribuir com V. Ex^a.

V. Ex^a disse na Comissão de Constituição e Justiça, onde apreciamos e votamos apenas o marco constitucional desta matéria, que nas comissões seguintes, Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Agricultura, nós teríamos a oportunidade de incorporar sugestões. V. Ex^a cumpriu e está cumprindo integralmente com a palavra que assumiu na Comissão de Constituição e Justiça! V. Ex^a produz um texto que é compartilhado a muitas mãos.

Ao longo desse período, V. Ex^a ouviu não apenas Senadores. Temos informação de que V. Ex^a fez uma consulta muito ampla a instituições públicas, a organizações não governamentais, visando a incorporar aperfeiçoamentos e visando aprimorar esse texto, de modo que me congratulo com V. Ex^a pelo esforço. Nós estamos aqui pactuando um procedimento de um

debate muito permanente que teremos até o dia 8 de novembro, quando votaremos esse parecer.

De modo que quero cumprimentá-lo pela forma democrática, republicana com que conduziu o parecer, dando demonstração do homem público que é, sem impedir, sem inibir, sem vaidade – muito obrigado, Senador Valadares –, mas permitindo que pudéssemos construir a várias mãos esse texto. Quero cumprimentá-lo e, evidentemente, a partir do conhecimento que estamos tendo neste instante do relatório de V. Ex^a, faremos uma análise mais detida, mas já é possível, neste momento, identificarmos avanços. Nós estamos caminhando para a edificação de um código que pode ser mais apropriado à população brasileira, e não um código que seja uma letra fria, em que temos um texto legal, mas não apropriado a Estados e Municípios.

Então, estamos caminhando para uma avaliação de aperfeiçoamento. Quero cumprimentar V. Ex^a e, evidentemente, nestes dias que se sucederão, estaremos debatendo amplamente, de maneira aprofundada o texto apresentado por V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero agradecer ao Senador Ricardo Ferraço, inclusive pelo registro feito com relação à inauguração no dia de ontem na cidade de Manaus de uma grande obra estruturante, obra efetivamente iniciada quando tive a oportunidade de governar o Amazonas por duas vezes. Contamos com o apoio do ex-Presidente Lula, sem o qual não teria sido possível alavancar uma obra daquela ousadia, e com a determinação do Governador Omar Aziz e da Presidenta Dilma de poder concluí-la. Uma obra daquela envergadura foi executada em três anos e 10 meses, o que foi, efetivamente, algo desafiador. E isso consolida uma região metropolitana, no Estado do Amazonas, que vem possibilitar a Presidenta Dilma a fazer a prorrogação da Zona Franca por 50 anos, criando, portanto, uma das compensações econômicas e financeiras para a floresta em pé.

Quero, com isso, portanto, destacar, Sr. Relator, Luiz Henrique, nosso querido companheiro e Senador da República, e Senador Jorge Viana, a importância de um novo momento que este relatório traz para a discussão do Código. Ainda sobre bases que podemos – creio eu – avançar até o dia 08, mas é uma sinalização extremamente importante o que este relatório traz com relação aos incentivos econômicos e financeiros para a floresta.

O Senador Jorge Viana e eu temos uma luta histórica com relação à valorização econômica, social, financeira dos ativos florestais para o bem das populações que lá vivem e para os produtores, que

também necessitam das reservas legais, das APPs não como um ônus, mas como um bônus e um ativo, Senador Moka. Creio que o passo que damos hoje é um passo inicial. Teremos, portanto, outros passos a dar, mas não tenho a menor dúvida de esta reunião conjunta das Comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia sobre o relatório apresentado a várias mãos, como destacado pelo próprio Senador Luiz Henrique, contribui e avança muito na direção de podermos implementar incentivos econômicos e financeiros que possam beneficiar a floresta em pé e, ao mesmo tempo, reconhecer e valorizar aqueles agricultores que têm comprometimento com o equilíbrio do meio ambiente.

Dito isso, pergunto aos Senadores se querem acrescentar alguma coisa em resposta ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero agradecer, Srs. Presidentes, Sr^{as} e Srs. Senadores, a manifestação do Senador Ricardo Ferraço, que tem uma contribuição muito grande na elaboração deste projeto.

Queria aproveitar este momento, Sr. Presidente, para, nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, que dá a V. Ex^{as} a competência para ordenar e dirigir os trabalhos das Comissões, desejando receber mais contribuições dos Srs. Senadores, como o nobre Senador Waldemir Moka mencionou agora a necessidade de novas emendas, pedir que V. Ex^a, mediante a aprovação no plenário, estabeleça um rito, de hoje até o dia 08, no sentido de que, no momento em que ingressar alguma emenda dos Srs. Senadores, os demais membros da Comissão, imediatamente, recebam uma cópia para que já tenham vista da emenda e para que o parecer que apresentarmos no dia 08 possa ser aprovado para que o processo siga à Comissão de Meio Ambiente. Esse é o requerimento que faço a V. Ex^a.

Antes, gostaria de destacar o papel importantíssimo dos assessores, sejam os assessores das corporações, das organizações não governamentais, sejam os assessores do Governo, sejam os assessores dos Srs. Deputados. E quero fazê-lo citando quatro companheiros que foram muito valiosos para chegarmos a este momento: o Dr. Jorge Welter, o Dr. Eduardo Siqueira, o Dr. Leonardo Papp, o Dr. Gerson Schuertz, que me assessoram diretamente, e o Dr. Edvaldo Vasconcelos, assessor principal do Senador Jorge Viana. A eles quero dar meu tributo de imensa gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para que possa discutir o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; prezado Senador Luiz Henrique, prezado Senador Jorge Viana, quero, primeiro, enaltecer, Senador Luiz Henrique, o empenho de V. Ex^a em ouvir todas as partes, inclusive o Ministério do Meio Ambiente, todos os Srs. Senadores, procurando harmonizar aquilo que possa ser o interesse maior da Nação.

Gostaria de formular uma pergunta com respeito aos pequenos agricultores, aos agricultores familiares. Consideram que talvez devesse haver um tratamento diferenciado. Não seria o caso de haver um capítulo para agricultura familiar? Por exemplo, com respeito ao art. 60, Senador Luiz Henrique, seria o caso de ali haver uma consideração relativa aos agricultores familiares? Será que poderia haver uma referência de tratamento à questão dos quatro módulos fiscais? Pela Lei nº 11.326, de 2006, só quatro módulos fiscais nem sempre caracterizam o pequeno produtor da agricultura familiar.

Ainda ontem, por exemplo, tive um caso específico em Santo Antonio do Pinhal, um dos Municípios paulistas, na Serra da Mantiqueira, que teve uma evolução bastante interessante, porque foi um dos poucos que conseguiu reaver quase toda sua área, ou aumentou muito sua área de reserva florestal. Por outro lado, pequenos agricultores se preocupam porque, com o novo Código Florestal, poderiam ter algumas limitações. Até recebi uma carta do Presidente da Associação dos Agricultores, Sr. Marcelo Bufolin, que vou encaminhar a V. Ex^a e ao Jorge Viana, mostrando um pouco dessas preocupações.

Gostaria de deixar essa indagação relativa aos pequenos agricultores, aos agricultores familiares, uma vez que haveria sugestões de que eles poderiam ter um tratamento especial. Acredito que, em Santa Catarina, esse seja um tema de bastante sensibilidade, uma vez que, como V. Ex^a conhece tão bem, ali a agricultura muitas vezes é realizada por pequenos agricultores e agricultores familiares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique, para responder.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Ontem, à noite, estivemos o Senador Jorge Viana e eu na CNBB, ouvindo o Comitê de Defesa das Florestas. Foi uma longa e profícua reunião. A questão de um privilégio mais forte, mais específico à agricultura familiar é uma preocupação nossa, tanto do Senador Jorge Viana quanto minha. Acho que podemos avan-

çar nas negociações até o dia 8, para produzirmos um texto que atenda às preocupações de V. Ex^a e de grande parte da sociedade brasileira. A agricultura familiar engloba dos milhões de agricultores, é um segmento importante. A Ministra Izabella manifestou o seu interesse também em contribuir para um ordenamento a respeito dessa questão. Nós aqui no texto já temos vários dispositivos privilegiando agricultura familiar.

Quanto à questão dos quatro módulos fiscais, eles foram instituídos no projeto de lei da Câmara, porque essa é a medida estabelecida na lei que criou o Pronaf. Quer dizer, quando o Pronaf define o agricultor familiar no sentido de lhe dar legitimidade para receber financiamentos privilegiados para agricultura familiar, estabeleceu aquele que lavra em terra e até quatro módulos fiscais.

Mas V. Ex^a tem razão. Existe aí um vácuo em até quinze módulos e em até dez módulos fiscais que pode obter um tratamento. É preciso que a gente contemple o pequeno agricultor cooperado, o pequeno agricultor integrado – que produz aves e suínos, por exemplo, para os grandes frigoríficos – é preciso estabelecer uma rede de proteção a essa agricultura de menor porte. Nós temos tempo ainda. O nosso Presidente Eduardo Braga vai estabelecer as diretrizes de prazos para receber as emendas para que nós possamos, dentro da mesma metodologia que estamos adotando de ouvir todos, incorporar aquelas que tenham grande convergência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação ao Senador Eduardo Suplicy e antes de passar a palavra ao Senador Valadares para discutir o relatório, eu gostaria de ouvir o Plenário, Senador Moka, a respeito deste tema e desta questão de ordem levantada pelo Relator Luiz Henrique.

Efetivamente, pelo art. 89, inciso I, do Regimento Interno, cabe aos presidentes ordenar e disciplinar o funcionamento das Comissões. Mas também é estabelecida pelo próprio Regimento a possibilidade de se apresentarem emendas até a discussão final do relatório e a votação do relatório. Isso ensejaria a possibilidade de abertura de prazos para pedido de vistas em função das emendas.

Em função desta questão, eu gostaria de sugerir ao Plenário um seguinte rito, que só poderia ser estabelecido com a anuência do Plenário, porque extrapolaria a competência da Presidência.

Eu já tenho em mãos, por exemplo, apresentadas pelo Senador Cyro Miranda, seis emendas apresentadas no dia de hoje, aliás, sete emendas apresentadas

no dia de hoje. Obviamente que outros Senadores, pela manifestação, também haverão de apresentar novas emendas. Emendas estas que não são do conhecimento do Plenário que, portanto, poderia ensejar um pedido de vista pelo Regimento.

Proponho, portanto, ao Plenário que estabeleçamos um prazo para apresentação das emendas. Já que estamos estabelecendo o dia 8 como o dia para a votação do relatório final, que se estabeleça prazo até o dia 31 – portanto, nós estaríamos dando seis dias – para que os Srs. Senadores pudessem apresentar emendas à Comissão. Distribuiríamos essas emendas para todos os Senadores para que pudessem tomar conhecimento delas. Com essas emendas sendo do conhecimento geral, o Sr. Relator poderia apresentar o relatório com pedido de vista conjunto – portanto, não havendo mais pedido de vistas – no dia 8 para votação. Esse rito só poderá ser feito, se aprovado pelo Plenário de ambas as Comissões. Consultei o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que também concorda.

Portanto, submeto aos Srs. Relatores e ao Plenário a sugestão de estabelecermos o prazo até o dia 31 para apresentação de emendas ao relatório para que possam ser distribuídas a todos os membros das duas Comissões, para que não haja mais pedidos de vista conjuntos e para que possamos votar, no âmbito das duas Comissões, no dia 8, o relatório final.

Coloco em discussão essa propositura.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero concordar com V. Ex^a, Sr. Presidente, e só sugerir que, em vez de ser dia 31, seja dia 1º. Ganharíamos mais um dia para apresentação de emendas e daria tempo para que todos tomassem conhecimento das emendas a serem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatando a sugestão de V. Ex^a, passariamos para até o dia 1º, ao final do dia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só uma última consulta: V. Ex^a já está considerando o pedido de vista conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O pedido de vista de V. Ex^a se transformando em... *(Pausa.)*

O Renan também pediu. Portanto, é um pedido de vista conjunto para que pudéssemos ter a votação, então, no dia 8.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho perfeito, Senador Eduardo Braga. O importante é que também o Plenário tome consciência de que

também não temos outras alternativas, a não ser que a gente não queira votar mais este ano, porque, se aprovado no dia 8 de novembro, ainda temos o relatório na Comissão de Meio Ambiente, para, depois, ir ao plenário do Senado. Acho que o prazo é excelente. São sete dias para apresentação de emendas, ficando muito claro que 8 de novembro é o prazo para que possamos votar aqui o relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Consulto, portanto, o Plenário.

Aqueles que estão de acordo com a propositura de prazo de emenda até o dia 1º e de votação no dia 8 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Valadares para discussão do relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de destacar o trabalho hercúleo que vem sendo desenvolvido pelos dois Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, e registrar que essa proposta, na sua fase original, tinha 34 artigos. *(Pausa.)*

Para não impedir o colóquio de V. Ex^a, parei um pouco.

Eu estava dizendo, Senador Luiz Henrique...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Desculpe, Senador, é que estávamos discutindo uma questão importante aqui, uma questão regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida. Por isso, parei. Não queria atrapalhar.

Então, eu estava destacando que essa proposta, na sua forma original, tinha 34 artigos, fora os parágrafos e incisos que também foram alterados. Hoje, o substitutivo apresentado pelo Senador Luiz Henrique contém 72 artigos, ou seja, mais do que dobrou o número de artigos em relação à proposta original, o que mostra...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, a proposta original estava com 69 artigos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, a originalíssima tinha 34. Eu estava vendo. Falo da originalíssima, a primeiríssima.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Desculpe, V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, por aí se vê que V. Ex^a se debruçou com muita seriedade para conceder um texto mais extenso a fim de impedir qualquer interpretação errônea sobre a aplicação do código futuramente.

De outro lado, essa proposta está se preocupando com dois fatores que considero importantes. Em razão de uma sugestão do Senador Jorge Viana, V. Ex^a di-

vidiu o Código em duas preocupações: a permanente e a transitória. A permanente é a que diz respeito ao direito ambiental para o futuro e a transitória é a que trata de corrigir os erros cometidos no passado. Quer dizer, o Código está obedecendo, então, a uma lógica: preparar o futuro das novas gerações que vão usufruir da proteção legal concedida e proporcionar o direito à Nação da correção de erros que inadvertidamente foram cometidos ao longo de tantos anos.

Eu também gostaria de destacar que há uma preocupação, uma sintonia, uma integração, entre produzir e preservar o meio ambiente. Nós somos um país ainda em desenvolvimento, não atingimos o patamar de nações como os Estados Unidos e algumas nações europeias, mas nós temos uma condição ímpar, singular: temos florestas e rios que estão tendo o alvo da preocupação no sentido de sua preservação, que nações como essas que eu citei já não têm. Quer dizer, essa biodiversidade que nós possuímos em nosso Brasil.

Portanto, esse Código surge em boa hora, num momento em que o Brasil ainda não atingiu aquele desenvolvimento pleno, mas, para fazê-lo, vai preservar essas riquezas incomensuráveis que nós temos, lutando pela produção, pelo seu desenvolvimento, mas levando em conta o meio ambiente, para proteger as nossas gerações futuras.

V. Ex^a foi muito liberal, democrata, e não poderia ser diferente – mais de quarenta vitórias conseguidas na sua longa carreira pública, sempre através do diálogo, da construção de uma integração perfeita entre o que V. Ex^a poderia propor num determinado momento e o que a sociedade deseja. Então, eu acho que não é o que o relator deseja que sempre é aprovado. É o que a sociedade precisa que seja aprovado. V. Ex^a levou isso em consideração. É uma sensibilidade notável, que temos que elogiar em V. Ex^a. E essa amizade, essa perfeita integração entre V. Ex^a e o Senador Jorge Viana também é muito importante, porque são dois homens públicos preparados, conscientes do seu papel, de sua responsabilidade para com o futuro do nosso País.

Quero agradecer as oito emendas, mais ou menos, que V. Ex^{as} aceitaram, tentando aperfeiçoar a proposta que chegou aqui ao Senado Federal.

Eu vou me debruçar ainda sobre o seu relatório, que nós estamos recebendo agora. Reconheço que V. Ex^a tentou até me procurar, mas, por motivo de viagem, nós não tivemos a possibilidade de conversar pessoalmente. Mas, de posse já do relatório, eu dou a palavra a V. Ex^a que continuarei com o mesmo interesse para colaborar com o aperfeiçoamento desta matéria e contribuir para um futuro melhor para o nosso País.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito grato, nobre Senador Valadares. A contribuição de V. Ex^a foi valiosa. V. Ex^a produziu uma plethora de emendas muito importante que aprimorou o texto na forma do substitutivo global.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, a quem agradeço a parceria que fizemos nesses últimos meses, tratando desse assunto tão importante, que é a reforma do Código Florestal brasileiro.

Cumprimento o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, pelo belo trabalho que fez à frente dessa relatoria. S. Ex^a enfrentou diversas discussões, em razão de este ser um País continental, com problemas diferentes, mesmo dentro de Estados pequenos, como no seu próprio Estado, que tem diferenças climáticas e de solo. Portanto, há necessidade grande de se ter cuidado, e V. Ex^a o teve, fazendo com que praticamente todos os Estados, todos os biomas, todas as questões ligadas à produção e ao ambientalismo fossem reconhecidas em seu trabalho, no seu relatório.

No que se refere ao nosso Estado de Rondônia, a nossa grande preocupação era relativa ao reconhecimento daquele trabalho que foi feito à época, Senador Jorge Viana, com relação à transformação que as pessoas fizeram na lei da época. Essa matéria foi contemplada, está contemplada na reforma do Código Florestal. Portanto, essa era a principal preocupação da população do meu Estado de Rondônia.

Temos ainda questões a serem discutidas. Entendemos que temos duas semanas para acharmos uma solução para o zoneamento ecológico e econômico, que, no meu entendimento e no entendimento da população do Estado de Rondônia, deve ser contemplado no Código de forma que venha a atender o Estado de Rondônia, venha atender toda a Amazônia. Mas eu tenho certeza de que nesses próximos dias nós vamos conseguir achar uma solução para essa questão.

No mais, quero cumprimentar mais uma vez o Senador Luiz Henrique e também os técnicos que o acompanharam, tanto do seu gabinete quanto técnicos do Senado e dos demais Senadores. Quero reconhecer o trabalho excepcional que foi feito na Câmara dos Deputados e que neste momento está sendo contemplado, porque a maioria absoluta, quase 95% daquilo que foi discutido na Câmara dos Deputados, através dos Deputados e do nosso Relator Aldo Rebelo, está sendo contemplada. Portanto, é um Código com poucas modificações, mas modificações importantes que

aprimoraram ainda mais aquilo que foi feito na Câmara dos Deputados, faltando pouca coisa para a gente conseguir um consenso de quase 100% aqui no Senado.

No mais, cumprimentar também os Senadores que fizeram um debate com muita responsabilidade aqui no Senado com relação a esse tema. Sem colocar o cabo de força, Senador Zé Perrella, dividindo produtores e não produtores, nós tratamos esse assunto com a maior responsabilidade, com o maior equilíbrio, colocando aqui o interesse do povo brasileiro. Esse é o ponto mais alto, mais importante em que faço menção ao nosso Relator Senador Luiz Henrique e também ao Relator Jorge Viana, que continuará o trabalho daqui para frente, depois do dia 8, já que até o dia 8 nós ainda estaremos debatendo, junto com os dois Relatores, o que é importante. Não é uma questão regimental, mas é uma questão de honra fazer com que os trabalhos sejam discutidos com os dois Relatores e, também, como bem disse o Senador Moka, com concessão de vista aos nossos colegas Deputados que irão apreciar novamente. Portanto, é importante esse debate sempre com vistas a todos os atores que fazem parte desse processo.

Senador Eduardo Braga, obrigado pela parceria nas nossas Comissões. Desejo um bom trabalho no final da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sou eu quem agradeço V. Ex^a pelo companheirismo e pela forma extremamente correta com que V. Ex^a tem ajudado, juntamente como Senador Rollemberg, a fazermos a tramitação conjunta desta matéria.

Passo a palavra ao Relator da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, Senadores Eduardo Braga e Acir Guracz, meu querido amigo e companheiro de missão, de tarefa, Senador Luiz Henrique, Senadores, eu não poderia deixar de, pelo menos, tentar registrar aqui em que o Senado Federal tem trabalhado e a maneira como estamos avançando em um tema tão completo, Senador Moka, que envolve tantos interesses que é capaz de ser um ponto de limite entre um Brasil do futuro, um Brasil que estamos buscando, e um Brasil do passado, que também passou por muitas dificuldades e que criou condições para que possamos construir esta nova etapa.

Essa matéria é complexa. Veio carregada de um debate acalorado na Câmara dos Deputados, com um posicionamento também bastante claro dos que compõem a Câmara dos Deputados, o que também tem de ser respeitado. A Câmara é conhecida como a Casa

do Povo, e aqui somos conhecidos como a Casa da Federação. Lá, houve uma votação com uma posição bem clara, primeiro, da necessidade de se fazer a atualização do Código; depois, com algumas preocupações que estão embutidas naquela votação.

E parecia que esse ambiente de debate acalorado seguiria aqui no Senado, mas acho que, com o envolvimento direto dos Presidentes das quatro Comissões que já foram citados – no caso, eram três: o Senador Eunício, o Senador Acir e o Senador Rodrigo Rollemberg –, houve um aperfeiçoamento. Eu queria parabenizar o Senador Ferraço e o Senador Eduardo Braga, os proponentes da ideia de fazer que também viesse à Comissão de Ciência e Tecnologia esta matéria tão importante. Acho que isso ajudou a construir esse ambiente que estamos vivenciando hoje.

Houve uma questão em cujo mérito não vou entrar porque sei que inclusive os cientistas brasileiros queriam um pouco mais de tempo para se posicionarem diante da matéria – daí a importância dela. Na Câmara, eles pediram um prazo, e houve tempo de concluírem o trabalho que haviam feito. Aqui, também foram ouvidos em pelo menos três oportunidades e apresentaram seus pontos de vista, suas ponderações e suas propostas objetivas.

Também aperfeiçoamos o diálogo em outro clima. Acho que separamos os que queriam marcar posição daqueles que querem construir uma solução. E acho que o grande maestro desse processo foi, obviamente, um Senador escolhido para ser relator em três das Comissões. É muita confiança dada a um só. E o Senado, os Presidentes dessas três comissões acertaram quando escolheram o Senador Luiz Henrique. Obviamente só quem já está com uma etapa vitoriosa da vida concluída é que tem, talvez, a maturidade para fazer o que o Senador Luiz Henrique está fazendo.

Quando ele foi escolhido, levantou-se no Brasil um questionamento: vai-se acirrar ainda mais o debate, porque o Senador Luiz Henrique vem de Santa Catarina, um Estado que tentou, por conta das circunstâncias vividas no Estado, fazer uma revisão do Código Florestal a partir do que estabelece a Constituição, tentando atender a uma situação de insegurança vivida num Estado, que – também por contradição de quem não conhece, acusou-se o Senador Luiz Henrique – é o exemplo de reforma agrária, de busca de eficiência em produção em menor espaço de terreno e de convivência com a conservação dos recursos. Quem conhece aquele Estado sabe disso. Relembro um dado de V. Ex^a ainda que com alguma imprecisão: uma área de pouco mais de 0,3% do território nacional responde por mais de 5% da produção de alimentos de

nosso País. Se isso não for uma referência do que nós devemos almejar e buscar, eu não sei mais o que é.

E V. Ex^a chega aqui e, em vez de trazer, com a autoridade de sua brilhante carreira política de doze mandatos consecutivos, as suas convicções, V. Ex^a nos ensina a colocar de lado inclusive convicções pessoais para que possamos construir um entendimento pensando no Brasil. Então, Senador Luiz Henrique, estou muito honrado por ter trabalhado até aqui e estou absolutamente seguro. V. Ex^a me convenceu nas primeiras palavras que dirigiu a minha pessoa quando me convidou e me deu a oportunidade objetiva de estar junto, às vezes sugerindo, às vezes ponderando, às vezes até apresentando algumas sugestões, mas sempre confiando no propósito de V. Ex^a de fazer algo que não fosse um improviso, de fazer algo que nos tirasse da armadilha de acabarmos de votar algo e esse algo ir parar nos tribunais.

Já que hoje é o dia da apresentação de parte do trabalho de V. Ex^a, faço uma cobrança pública. Depois de votarmos o relatório, o senhor assumiu o compromisso comigo de seguir trabalhando como se ainda fosse o relator dessa matéria até que ela pudesse ser levada ao Plenário e, lá, o Plenário mais importante desta Casa pudesse deliberar sobre ela. Então, estou seguro e vou seguir trabalhando, porque estou confiando que vou contar com a sua assessoria e com o trabalho de V. Ex^a até que esta matéria tenha uma deliberação final do Senado e possa retornar à Câmara.

Então, Senador Eduardo Braga, Senador Acir, eu penso que está claro para o Brasil hoje, com a leitura do relatório do Senador Luiz Henrique, que o ambiente é outro, que há uma compreensão maior. As audiências foram se multiplicando e, hoje à tarde, temos mais uma que vai tratar de queimadas e incêndios florestais, um problema gravíssimo que está destruindo unidades de conservação Brasil afora, só mudando o endereço. E o Brasil não está preparado para lidar com o que posso chamar de consequências desse ambiente de mudança climática que o mundo experimenta. Mesmo sendo um país que não tem temperaturas tão extremadas, nós hoje estamos vivendo uma situação grave, não importa o bioma, se é Mata Atlântica, se é Cerrado, se é Caatinga ou Floresta Amazônica. Nós temos um problema e, hoje, cientistas e especialistas estarão trabalhando, nos ajudando. Ou seja, o texto ainda tem de ser aperfeiçoado.

Há a questão das cidades, como V. Ex^a colocou. Há um aperfeiçoamento que o próprio Governo cobra, os movimentos sociais cobram, Senadores cobram e nós nos cobramos, que é o de procurar dar uma atenção ainda maior para a produção familiar, para a agricultura familiar, e considerar também a pequena

propriedade. Então, são aspectos importantes com os quais devemos ainda seguir trabalhando.

Mas hoje é possível o Brasil tomar conhecimento, como tomou, de um texto que já muda bastante, e melhora muito, alguns pontos que eram questionados no que foi votado pela Câmara dos Deputados. O primeiro encontro que tive foi com o Deputado Aldo Rebelo, e ele me disse: "Há muitos pontos que o ambiente não permitiu abordar e que os Senadores precisam alterar nessa proposta". Com a ajuda de Senadores com o Senador Moka, que tem sido um interlocutor desde o primeiro dia, assim como outros Senadores, vamos, se Deus quiser, conseguir esse entendimento.

E digo com tranquilidade, Senador Eduardo Braga, uma das questões fundamentais em relação ao texto da Câmara, ouvindo juristas como ouvimos, é que ele deixava em dúvida, nos dava a insegurança de que ele poderia ser instrumento de ações judiciais logo depois de aprovado. Então, temos a tarefa aqui de romper esse ciclo vicioso, lamentável, que se estabeleceu no Congresso: deliberar uma lei num dia e, no outro, ela ser questionada nos tribunais. Essa não era a prática em nosso País.

Uma pessoa que militou muito ao seu lado, Senador Luiz Henrique, Paulo Brossard, quando Ministro do Supremo, questionava esse entendimento; quando se buscava tirar dúvida de uma legislação, de uma prerrogativa que era do Congresso, ele dizia: "Não. Isso é prerrogativa do Congresso. O Congresso que delibere sobre isso." Nas últimas décadas, o Brasil inverteu isso tudo. O Congresso está sendo questionado sobre o papel essencial da existência dele: que é o de legislar. Toda e qualquer legislação votada aqui no outro dia é questionada no Judiciário. Eu acho que nós podemos estancar essa sistemática, votando uma das leis mais complexas e mais importantes do País, que é o Código Florestal. Então, é dentro desse propósito que eu quero seguir trabalhando, é dentro dessa visão que eu espero que sigamos dialogando, ouvindo Senadores e Senadoras, conduzindo este trabalho com os Presidentes das Comissões, agora com o Senador Rodrigo Rollemberg, ouvindo e dialogando com o Governo e essencialmente debatendo e ouvindo a sociedade, como nós fizemos até aqui.

Então, estou seguro de que o Governador Luiz Henrique já fez uma parte do trabalho dele, mas ele ainda tem trabalho pela frente e é o de me ajudar a seguir trabalhando, a quatro mãos. E nós vamos ter a maturidade de, quando tiver algo que mereça destaque, seja na Comissão seguinte ou no Plenário, nós vamos: "Este texto está bem entendido. Isto aqui é um texto feito a quatro mãos, mas tem alguns assuntos importantes que nós não conseguimos achar melhor

formulação. Que possamos colocar esses pontos, essas questões a voto e que o Plenário do Senado delibere.”

Se fizermos isso, como vamos fazer – tenho confiança nisso –, acho que nós vamos dar uma boa contribuição ao País para que o Brasil siga produzindo mais e melhor, com maior produtividade, e também se firmando, cada vez mais, na véspera da Rio+20, como o G1 da biodiversidade, como um país exemplar do ponto de vista da legislação ambiental. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Senador Jorge Viana. Creio que fez uma síntese muito precisa da evolução do processo do Código Florestal, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista legislativo no Senado da República. Volto a repetir e a enfatizar aquilo que vários Senadores já o fizeram: o grande mérito da maturidade desta Casa é conseguir distencionar o debate e fazer do debate (e V. Ex^a foi muito feliz em uma definição) entre aqueles que querem marcar posição e aqueles que querem construir algo que seja efetivo e de solução para um País que tem na sua economia a base do agronegócio, mas tem também, nas suas reservas estratégicas, a floresta em pé e uma população que depende dessa floresta, que precisa dessa floresta e que precisa de políticas públicas sociais inclusivas de cidadania que possam assegurar novas perspectivas para as futuras gerações.

Eu tenho certeza de que nós ainda haveremos de evoluir. Acho que nós precisamos compartilhar esses agradecimentos com o Executivo e com a interlocução que vem sendo feita com o Executivo. Creio que o Senador Luiz Henrique ainda vai fazê-lo de forma personalizada e estabelecendo, inclusive, os agradecimentos nominais. E gostaria de fazer aqui, mais uma vez, um esclarecimento, Senador Moka, para que não suscitem, no dia oito, novas discussões sobre esta matéria. Todo nosso zelo e todo nosso cuidado, como o disse o Senador Jorge Viana, é de que não se judicialize esta discussão e que também não se estabeleça aqui, em nossa Casa, uma discussão regimental sobre a matéria.

No art. 132, do nosso Regimento, estabeleceria que todas as vezes em que fosse mudado o relatório em função da apresentação de uma emenda, novamente se abriria prazos para vista. Tendo sido consultada a proposta e o Plenário decidido, eu quero aqui, antes de passar a palavra para as considerações finais do nosso Senador Luiz Henrique, resumir, Senador Gurgacz, a forma do texto da deliberação do Plenário.

Fica concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias úteis, nos termos do art. 132, § 1º. Os presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia

e Reforma Agrária e Agricultura estabeleceram, nos termos do art. 89, com aprovação do Plenário das duas Comissões, o prazo para recebimento de emendas ao PLC 30, de 2011, nas respectivas Comissões, até o dia 1º de novembro de 2011.

Fica, portanto, assim o texto que estará constando em Ata para aprovação na próxima reunião da nossa Comissão, que será inclusive estabelecida para antes do prazo da votação, no dia 8, para que, no dia 8, esse texto já esteja deliberado e votado em ambas as Comissões.

Passo, portanto, a palavra, para suas considerações finais, ao nosso Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já destaquei o papel primordial do Senador Jorge Viana. Para ressaltar ainda mais como tem sido importante a contribuição do nobre Relator na Comissão de Meio Ambiente, eu diria que esse parecer não é meu, é nosso, é de ambos os Relatores.

Quero, como palavras finais, enaltecer a interlocução que tive com o Governo. O Governo é parte importante nesse processo. Primeiro, porque toda política nacional é de sua competência; segundo, porque é o Governo que vai executar essa lei, seja na instância federal, seja nas instâncias inferiores da República.

Quero ressaltar a interlocução que tive com a Ministra da Casa Civil e a Ministra de Assuntos Institucionais Ideli Salvatti, com o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, e com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, mas, sobretudo, com a Ministra Izabella Teixeira, com quem estivemos, o Senador Jorge Viana e eu, praticamente todos os dias. Ela e seus principais assessores, o Dr. João de Deus e o nosso Luizão, foram incansáveis em ouvir a sociedade. A Ministra Izabella transformou o seu gabinete em um local de interlocução, ouvindo desde as organizações não governamentais nacionais e internacionais até os grandes produtores do agronegócio. Ela ouviu todo o leque de corporações que têm interesse legítimo nessa matéria. E por isso nos ajudou a superar grandes obstáculos que nós tínhamos na elaboração desse substitutivo.

Quero, portanto, agradecer ao Governo, especialmente na pessoa da sua Ministra do Meio Ambiente.

Quero ressaltar aqui a chegada de um grande brasileiro, de um brasileiro exemplar, que tem servido tanto a este País, o ex-Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, de quem recebi muitas e valiosas contribuições, e ainda espero receber até fecharmos o relatório final, no dia 8 de novembro, quando a matéria deverá ser votada.

Agradecendo a todos, quero dizer que sigo a máxima de Nereu Ramos, o maior político catarinense: o líder, e, no caso, o Relator, lidera o processo, mas não deve imprimir nos liderados as suas convicções, nem comprimi-los com elas. O líder deve exprimir as convicções de seus liderados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Relator Luiz Henrique. (Palmas.)

Cumprimentando também a presença do nosso Deputado Reinhold Stephanes aqui, Ministro da Agricultura e grande brasileiro contribuinte de muito dos avanços da agricultura de baixo carbono neste País.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, ouço V. Ex^a, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tive o prazer o privilégio de ouvir atentamente o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique, inclusive que acatou uma emenda de minha autoria, mas tive que me ausentar para atender chamado de outras comissões onde debatíamos, Senador Luiz Henrique, inclusive, uma questão que envolve o seu Estado de Santa Catarina. Estava lá o Senador Casildo Maldaner defendendo e nós também estávamos defendendo toda a Região Sul. Passamos também pela Comissão de Infraestrutura, onde estávamos votando lá uma indicação para conselheiro da Anatel.

Mas cheguei a tempo de dizer a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, que V. Ex^a fez realmente um belo trabalho apresentando esse substitutivo que atende não só os interesses dos produtores, mas que atende também, meu amigo, meu conterrâneo Ministro Reinhold Stephanes, também as questões ambientais levantadas e tão debatidas em todas as comissões aqui. Nesses últimos meses fizemos inúmeras audiências públicas para ouvir todos os setores. V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, soube consolidar isso nesse relatório, que não é somente seu e sim do povo brasileiro, porque atende aos anseios de todos no nosso País.

Parabéns, mais uma vez!

E tenho certeza de que o Senador Jorge Viana não será diferente na sua relatoria na CMA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Ex^a.

Sei que nosso Senador Walter Pinheiro chega da sabatina. Eu não pude participar da sabatina.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, tenho que voltar para lá – eu vim aqui só

para ver – para poder apurar, porque agora começou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, eu pretendo inclusive poder votar.

Mas eu gostaria de, ao encerrar os trabalhos da nossa comissão no dia de hoje...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas eu confio não só no meu presidente, como também nos outros. Portanto, nós estávamos sobejamente bem representados pelos dois relatores e pelo Presidente Acir. Temos que nos dividir para cada um cobrir uma parte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É verdade. Tenho absoluta convicção disso, Senador Walter Pinheiro.

Quero, portanto, antes de finalizar os trabalhos, agradecer a participação de todos e dizer que proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Será publicada no *Diário do Senado*, consolidando, dessa forma, a decisão soberana deste Plenário com relação às demais questões do Regimento.

Muito obrigado, convocando para nova reunião, às 14 horas, conjunta, das comissões.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença

os Senhores(as) Senadores(as) **ANA RITA, ANGELA PORTELA, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, HUMBERTO COSTA, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA e WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA. Audiência Pública Conjunta**, em atendimento aos **Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA**, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema incêndios florestais, com os seguintes convidados: Prof. Irving Foster Brown, da Universidade Federal do Acre e Centro de Pesquisa Woods Hole/EUA; Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP. A presidência informa que a Profa. Heloisa Miranda, da UNB, justificou sua ausência. Após a exposição dos senhores convidados, usa da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados o Senhor Senador **JORGE VIANA**. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 110, DE 2011**, que “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha – França. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga – Coordenador do 6º Fórum Mundial da Água; Representante da Agência Nacional da Água – ANA; Representante do Ministério das Relações Exteriores”. Autoria: Senador Paulo Davim. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 110, de 2011-CMA. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 111, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº

147, de 2010, que “Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.” e apensado, dos quais sou Relator nesta CMA, com a participação dos seguintes convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio); Mario José Gisi, Subprocurador-geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4ª CCR); Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luis Braga Picardi, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canasteiros (AIRCA); e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 111, de 2011-CMA, com aditamento do Senador Jorge Viana para inclusão do Deputado Odair Cunha entre os convidados. **3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 113, DE 2011**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de audiência com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus/AM, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal). Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a CMA aprova o Requerimento nº 113, de 2011-CMA. Encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador **Rodrigo Rollemberg**, – Presidente da Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Eduardo Braga**, – Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em conjunto com a 42ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 48ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A reunião destina-se à audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011, da CNA, nº 56, de 2011, da CCT, e nº 66, de 2011, da CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema “Incêndios Florestais”, com a participação dos seguintes convidados, que convido para a Mesa: Professor Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP; Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; Professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo; e Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Estamos aqui com o Dr. Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP, Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, Professora Vânia Pivello, do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo – USP; e Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Eu quero agradecer a presença de todos.

Informo que a Professora Heloísa Miranda, da UnB, foi convidada, mas, devido a compromissos inadiáveis, não pode comparecer.

Quero registrar também que recebi documento que está à disposição dos membros da Comissão de Meio Ambiente e das Comissões de Agricultura, Ciência e Tecnologia, com sugestões dos servidores do Ministério do Meio Ambiente acerca da revisão do Código Florestal. Agradeço a comissão, que nos honra com a sua presença.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados e dizer da nossa expectativa em relação a esta audiência pública.

Sabemos da importância de preparar o País para combater os incêndios florestais. Nós, no Distrito Federal, sofremos terrivelmente este ano com os incêndios. Grande parte do nosso cerrado foi queimada. Algumas áreas de preservação ambiental, algumas unidades

de conservação tiveram grande parte das suas áreas queimadas, com grandes prejuízos à biodiversidade.

Portanto, neste momento em que estamos discutindo a revisão do Código Florestal, que já teve a leitura do seu parecer na comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia no dia de hoje, nós temos uma expectativa muito grande em relação a esse debate, até pela possibilidade e conveniência de trazer alguma sugestão desse debate para constar do texto de revisão do Código Florestal.

Agradeço muito a presença dos convidados.

Vamos ouvi-los, começando pelo Professor Leopoldo Coutinho, do Departamento de Ecologia da USP.

Nós vamos destinar de quinze a vinte minutos para cada palestrante. Se houver necessidade, a Mesa será tolerante.

Com a palavra o Professor Leopoldo Coutinho.

O SR. LEOPOLDO COUTINHO – Boa tarde a todos. Quero agradecer o amável convite para participar desta reunião sobre um assunto que me toca muito de perto: os incêndios de vegetação.

Desde 1969, venho trabalhando com esse tipo de problema, particularmente, especificamente com o cerrado brasileiro. Eu não trabalho com incêndios florestais, certo? O Professor Irving é quem vai falar sobre este assunto. Trabalhei – já sou aposentado – especificamente com queimadas, incêndios em cerrado.

Ao longo desses anos, em função do que pude observar, ler e apreender, cheguei à seguinte conclusão: o cerrado ou a savana, melhor dizendo, num sentido mais amplo, no mundo inteiro, sofre a ação do fogo, que é um fator natural na savana, primitivamente provocado por raios.

Ainda hoje se sabe que os raios podem atear fogo a nossa savana, que é o cerrado. E este tipo de bioma praticamente exige, até certo ponto, a ação do fogo, não com frequências desmedidas, mas com uma periodicidade adequada.

O principal problema desses incêndios de cerrado resulta de uma falsa tentativa de proteger o cerrado contra o fogo. Com isso, o que ocorre é que vai havendo o acúmulo de biomassa seca cada vez maior. Pode-se chegar, em três, quatro anos sem queima, a quinze toneladas de palha por hectare. Isso é uma massa de combustível, essa palha é um excelente combustível, porque é bem arejado. Quando pega fogo é extremamente difícil combater e acabar com o incêndio.

Então a melhor técnica de combate aos incêndios, pela qual sempre me bati, que é usada em países da África, por exemplo, que têm savana, é se antecipar a eles. Antes que ocorra um incêndio desastroso, que destrói quase tudo, quem maneja esse parque deve atear fogo de uma forma esclarecida, protegendo, não

deixando o fogo se alastrar por toda a área, fazendo aceiros, queimando parcelas, queimando em rodízio. Então, um ano ele queima essa parcela, ano que vem, ele não queima, queima a outra e, assim, vai fazendo um rodízio dentro da unidade de conservação. Com isso ele mantém baixa a quantidade de combustível. Então, se ocorrer um acidente de fogo entrar na vizinhança ou um raio atear fogo à vegetação, não haverá combustível em quantidade suficiente para que isso se torne um incêndio.

Então, esclarecendo, nós temos que fazer queimadas – queimada é fogo sob controle – para evitar incêndios, que são fogo fora de controle. Isso que tem ocorrido e que ocorreu principalmente no ano passado no Parque Nacional das Emas, que tem 132 mil hectares, um parque maravilhoso que deveria ser aproveitado para turismo, como na África do Sul se aproveita, queimou quase que 100%.

Quem mais sofre num incêndio como esse que ocorreu aqui não é tanto a vegetação. A vegetação herbácea está adaptada ao fogo, porque sempre ocorreu fogo proveniente de raios. Tenho dados de carvões que encontrei em Pirassununga com 8.600 anos de idade. Quer dizer, há 8.600 anos, já houve fogo naquela área. A Professora Marília, da UnB, encontrou indícios de queimadas há 32 mil anos.

Então, o fogo é um fator ambiental, só que nós não podemos... O que temos hoje de área de cerrado são ilhas no meio de um mar de soja ou de algodão. Nós não podemos deixar que essas áreas se queiem totalmente. Então é preciso manejar o fogo no seguinte sentido: reduzir a massa combustível para que ele, se ocorrer, possa ser controlado mais facilmente.

Para isso, naturalmente, essas unidades de conservação precisam de pessoal habilitado, de equipamentos tipo caminhão-pipa. Só para vocês terem uma ideia, no incêndio lá do Parque Nacional das Emas do ano passado, só havia um caminhão-pipa que havia sido queimado em 2008. Então ele estava encostado num canto do parque, fora de operação. Isso não pode acontecer. É preciso ter o equipamento e o pessoal de prontidão, para que, se acontecer uma entrada de fogo, todo o pessoal e todo o equipamento funcionem no combate.

E o que é indispensável é o manejo com fogo. Isso assusta, às vezes, as pessoas, que dizem: mas como? O senhor, que estuda queimadas, aconselha pôr fogo no cerrado? Eu aconselho pôr fogo no cerrado, mas de uma forma inteligente, de uma forma racional com um objetivo: controlar a massa combustível para evitar os grandes incêndios.

Quem mais sofre, como eu ia dizendo, não é tanto a vegetação, que consegue rebrotar, como vocês

veem aqui nos arredores de Brasília e em todos os cerrados acontece. Quem mais sofre é a fauna, porque a fauna não rebrota, a fauna não renasce. Se a fauna morreu, acabou-se.

Não sei se foi em 85, num grande incêndio no Parque Nacional das Emas, fez-se um censo de animais mortos pelo incêndio. Oitocentos tamanduás-bandeira morreram. Daria para encher esta sala de tamanduás torrados. Isso é um absurdo. Não dá para entender. Não é como alguns dizem: bom, o biólogo é sempre aquela lenga-lenga, florzinha daqui, bichinho dali, bonitinho, borboleta. Não é isso. É uma questão de bom senso. Nós temos uma fauna maravilhosa, e não estamos cuidando dela.

Não basta cercar uma área, colocar o nome Parque Nacional das Emas, decreto número tal. Não basta. É preciso manejar sob todos os aspectos, inclusive o fogo, porque, como eu disse, isso é uma ilha. Alguém poderia dizer: mas e os raios no passado? Caíam, pegava fogo, queimava tudo, certo? Queimavam grandes áreas. Só que essas áreas não eram ilhas. Tudo era cerrado, savana. Então, a fauna das áreas vizinhas, depois do incêndio, podia gradativamente recolonizar a área queimada.

Hoje isso é impossível. O entorno de um parque hoje não tem mais essa fauna nativa. Então, não tem como recolonizar. Onde eu vou arranjar 800 tamanduás-bandeira para repovoar o Parque Nacional das Emas? Não tem como. Isso é uma perda definitiva. Se esses incêndios se repetirem – o tamanduá não se reproduz assim, não dá oito filhotes de cada vez – com certa frequência acaba a população de tamanduá do parque.

E, num parque nacional como o de cerrado, em grande parte, o atrativo é a fauna. Ninguém vai até Emas, no sul de Goiás, para ver árvore torta. Ninguém vai sair de São Paulo até o sudoeste de Goiás para ver árvore torta. Quer dizer, o turista quer ver bicho. Essa é a realidade. Ele quer ver anta, tamanduá, ema, veado campeiro, pássaros, arara, papagaio.

Conheço o parque desde 1985, foi a primeira vez que eu fui para lá. Ainda tinha muita fauna. Hoje é difícil encontramos os animais de grande porte. E a razão é esta: cada grande incêndio dizima a população, vai cada vez diminuindo mais. E uma evidência de que a população está diminuindo é que o número de indivíduos mortos encontrados nos censos pós-incêndio está diminuído, não porque a proteção esteja aumentando, mas é que tem pouco bicho para morrer queimado. Então, não se encontra grande quantidade de indivíduos mortos. Por quê? A população está cada vez menor.

Para finalizar, não quero tomar mais tempo, acho que é preciso ter em mente que esses parques têm que ser manejados. E a melhor forma de manejo con-

tra incêndios é se antecipar a eles. Fazer queimadas periódicas de pequenas áreas em rodízio, para evitar o acúmulo de combustíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Professor Leopoldo Coutinho, pela sua apresentação.

Agora, passo a palavra ao Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia.

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Muito obrigado por essa oportunidade de estar aqui, Senador Jorge Viana, Senador Braga.

Estamos falando de um assunto que há 20 anos não seria assunto. Seria a questão dos incêndios acontecendo na Amazônia, especificamente na parte sudoeste, a Amazônia ocidental.

Então, vou tentar mostrar algumas experiências recentes e dar subsídios para se pensar um pouco no futuro.

A Amazônia tem várias amazônias. Vou falar sobre uma parte. Você pode ver onde tem Rio Branco, a parte ocidental. Em alguns casos, o que vou apresentar tem relevância para outras partes da Amazônia, mas nem tudo que vou apresentar serve para toda a Amazônia.

Foi curta a apresentação, já cheguei às conclusões. Mas eu queria dar um toque sobre essas conclusões e ver se posso justificar o que está colocado aqui.

O SR. JORGE VIANA – Pode voltar um pouco?

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Não, está certo, Jorge.

Uma seca com potencial de incêndios florestais pior do que aconteceu em 2005 vai acontecer, e vai acontecer naturalmente. Raramente um cientista diz que garante, mas eu garanto que vai acontecer. Segundo ponto, desmatamento, fumaça e mudança de composição da atmosfera vão piorar a situação e aumentar a probabilidade de eventos extremos.

Incêndios florestais, depois de se espalharem – agora estou falando da Amazônia ocidental –, não são passíveis de controle atualmente.

Monitorar e alimentar um programa de prevenção com respostas rápidas vai ser essencial para minimizar o estrago. Um programa integrado de educação, do ensino básico até a pós-graduação, sobre defesa civil, incluindo especificamente secas e incêndios florestais, precisa ser implementado logo para ter efetividade no controle e respostas. Um centro nacional ligado fortemente aos centros de defesa civil nos níveis estadual e municipal ajudaria muito na coordenação dos pontos quatro e cinco.

Então, deixe-me ver se consigo justificar. Aqui uma imagem que foi publicada recentemente, em fevereiro

deste ano, mostrando onde havia secas, de 2005 e 2010. E você pode ver cada um desses em termos de modelagem. No passado, falamos em estacionaridade. Em outras palavras, o sistema varia, mas basicamente voltará a ser como era antigamente.

Nesse caso, tivemos duas secas, e era para acontecer uma em cada 100 anos, quer dizer, havia 1% ao ano de chance de acontecer no espaço de seis anos. E, aliás, 2010 foi mais forte do que 2005, não necessariamente para nós, no Acre, mas em termos da Amazônia como um todo.

Nós estamos num processo de transformação no planeta, e esse foi um estudo comparando produção primária. O que é produção primária? É o crescimento da biomassa, plantas, etc., no período de 2000 a 2009 comparado com a década anterior. No Acre, foi um período em que houve uma redução nisso, uma queda na produção, principalmente na questão de florestas.

Mas será que isso é verdade? Vamos falar um pouco com pessoas que vivem ali. Nesse caso, eu fui dar um curso sobre mudanças climáticas para lideranças indígenas no centro do Acre. E o primeiro exercício, antes de iniciar a palestra, foi a pergunta: vocês estão observando que algo está mudando? Se está mudando, o que está mudando?

Eu vou dar um exemplo de um dos casos. Esse foi na aldeia Nova Vida Shanenawa. Isso foi antes da seca de 2010. Eles observaram muito calor, rios, igarapés e lagos secando, muita seca prejudicando as plantações. Em outras palavras, produção de cultivos baixando. Uma história que encontramos com produtores rurais e seringueiros em toda região: ar poluído, água poluída, grandes queimadas e desmatamento, fome e extinção dos animais.

Este foi um exemplo, e eu poderia ter listado várias capacitações que nós fizemos com essa mesma observação antes de falar sobre mudanças climáticas. Em outras palavras, as coisas estão mudando.

Alguns dados recentes: secas fortes, como eu estava mostrando, com incêndios florestais nessa parte na Amazônia, em 2005 e em 2010, dois e seis anos, uma chance que você coloca na probabilidade de 33 por ano, quando era considerado como algo que ia acontecer uma vez, 1% por ano.

A fumaça chega a concentrações-limites, conforme a Organização Mundial de Saúde, durante o dia, a três semanas em 2005 e em 2010. Algumas vezes, foi 20 vezes mais alta. Se pessoas de São Paulo reclamam de poluição do ar, venham para o Acre em setembro!

Inundações no Acre, tivemos acima da cota de 14 metros em 2005, 2006, 2009, 2010 e 2011, cinco em sete anos, com chances de 70% por ano.

Quando eu cheguei e comecei a trabalhar com defesa civil no Acre, eles tinham uma conta e botaram R\$1,00 nessa conta porque não a usavam. Então, não tinha nada para a defesa civil fazer. Nos últimos cinco anos, entre 5 e 10 milhões são gastos por ano em relação aos impactos dessas inundações.

Tivemos problemas de abastecimento de alimentos e combustíveis, porque eles passam em balsas no rio Madeira, vindo de Rondônia e do Sul, afetando não só o Acre, mas toda a região.

Temos eventos extremos acontecendo com maior frequência. Então, perturbação climática e vulnerabilidade social são evidentes.

Eu só queria colocar essas informações, por entender que elas poderiam ser levadas em conta na discussão sobre o Código Florestal, porque estamos mudando o sistema.

Aqui há uma publicação do grupo CPTEC, do INPE de São Paulo, sobre a seca em 2005. Então, várias informações estou tirando deste artigo.

Para as florestas, no caso do cerrado, como Leopoldo falou, o fogo faz parte do processo ecológico. No Acre e na Floresta Amazônica, que se pode ver ao fundo, tinha fogo também, mas, provavelmente, numa escala de 500 em 500 anos. Mega El Niño ou outros eventos, temos registros nessa parte. Agora, coisas frequentes não eram parte de nossa história. E o problema é o seguinte: quando fica mais longa a época seca, a floresta chega a um ponto em que não há água suficiente para impedir a entrada do fogo. Quando isso acontece, há uma virada de situação: agora o fogo olha para a floresta como lenha. Então, não tem nada para parar a sua entrada.

Um exemplo aqui. Esse foi em setembro, em Acrelândia. Parecem pequenas as chamas, mas eu não estava agüentando o calor. Eu estava desse jeito e, obviamente, a vegetação não estava agüentando. Pelo menos, a parte de regeneração é pequena. O que acontece quando isso fica espalhado? Aqui, uma linha de fogo andando na floresta a mais de um quilômetro.

Não sei se alguém aqui já combateu incêndios florestais – levante a mão se tiver alguém. Quantas pessoas seriam necessárias para combater um incêndio como esse? As estimativas indicam uma para cada dez metros. Seriam pelo menos cem pessoas que precisam ser abastecidas com água, pegar acesso, como chegar, um monte de coisas. Então é quase impossível fazer o combate disso. No Acre, em 2005, foi Deus e as chuvas que acabaram os incêndios.

O que estamos vendo deveria estar verde, mas é marrom. É um exemplo do que acontece quando o fogo passa por baixo.

Aqui é uma imagem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A parte que queimou é essa amarela?

O SR. IRVING FOSTER BROWN – Sim.

A parte preta é sombra. Há um pequeno problema de nuvem. Sombra e nuvem. Mas o resto, você vê algumas coisas. Nesse caso, taboca, principalmente, que já se transformou.

O que vocês estão vendo, só para dar uma ideia de escala: aqui são cinco quilômetros. Essa é a cidade de Xapuri, o rio Acre, e essas áreas em cor-de-rosa são áreas abertas. Nesse caso, são pastagens, em grande parte. Aqui foram pastagens que queimaram até 21 de agosto. Essas áreas menores são dos seringueiros, onde eles queimam para colocar roçados e coisas assim.

Até 21 de agosto, a floresta estava funcionando como uma barreira, mas isso se estendeu. Em setembro, o sistema virou, a floresta virou lenha. Quando isso aconteceu, tivemos esse resultado. Vejam o tamanho. São milhares de hectares de florestas que foram impactadas pelo fogo.

Aqui vocês veem essa distribuição em vários lugares. Tem projeto de colonização onde o impacto foi muito severo. O que vocês viram antes foram essas áreas. Essa área aqui, só para dar uma ideia de escala, é de dois mil hectares. Aqui, limpando, são cinco ou 10 mil hectares. Esse pode ser um incêndio que escapou ao controle e, com ventos muito fortes, foi-se espalhando para grandes áreas.

Então, só para citar uma história – o Senador tem uma história, acho que vai contá-la mais tarde, sobre a formação dele nessa área –, nós não estávamos preparados para isso. Havia um estudo que Elsa Mendonça fez para o mestrado dela, que reconheceu – tivemos a seca de 1998, mas o que impactou mais a parte norte da Amazônia ocorreu em 1997, 1998, e tivemos um pouco no Acre – que havia a possibilidade de a floresta pegar fogo, mas, em 2005, o problema explodiu. Tivemos mais de 330 mil hectares de florestas impactados pelos incêndios, mais de 200 mil hectares de áreas abertas. Em outras palavras, mais de 500 mil hectares foram impactados.

Temos cerca de 300 bombeiros no Acre. E, no auge desse problema, recebemos mais 100 que vieram do Distrito Federal, num total de 400 bombeiros. Quando se fazem as contas, são mais de 1.000 hectares de áreas incendiadas, sejam florestas ou queimadas, para cada bombeiro. Então, não é possível, com esse número de pessoas, resolver um problema desses.

Para tentar estimar qual seria o custo associado com esse evento, vamos usar, como indicadores das perdas de serviços ecossistêmicos e ambientais, a multa de R\$1.000 por hectare. Então, o Acre ficou

empobrecido em mais de R\$300 milhões. Não saiu do bolso de ninguém, mas representa essa região que não existe mais ou a madeira que não está crescendo ou os nutrientes que não estão guardados ou problemas de escoamento de água, porque o sistema está comprometido.

Essa história se repetiu, mas numa escala um pouco menor, em 2010, muito rápida para um evento dessa magnitude. Mas 2005 e 2010 não foram as piores secas dos últimos 100 anos. O prêmio vai para o período de 1925 a 1926. Nessa época não havia problema com o efeito estufa nem com o desmatamento, mas foi conhecido como o ano em que não caiu chuva. Então temos, sem provocar o sistema, desastres que ocorrem naturalmente e que vão se repetir. Por isso garanto que vamos ter problemas no futuro. Então, vamos olhar um pouco mais esses acontecimentos.

Em Manaus, você pode olhar o nível do rio nos últimos 100 anos. Esse é um reflexo das chuvas que caem nas cabeceiras, em parte, onde estamos no Acre. Aqui, em 2005, foi muito baixo, mas tinha em vários outros. Esse período de setembro e outubro é quando o rio é mais baixo. Então, esses pontos mais baixos representam uma seca forte, prolongada. E vocês veem que houve várias, mas, no início, de 1906 a 1936, houve várias, de 10 em 10 anos. É impressionante. Mas houve uma, em 1926, que, quando era para ter muita água aqui, durante junho e julho, estava extremamente baixo o nível do rio. Por isso, foi chamado de o ano em que não caiu chuva.

Então, imaginem uma situação dessa, em que vocês têm incêndios florestais começando a se espalhar – por exemplo, pode ser no Acre, em Rondônia ou em outros lugares –, e não cai chuva em outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, só em março. O que vai acontecer com as florestas durante esses meses? Se tivéssemos 300 mil hectares em 2005, qual seria a situação se a gente combinasse as duas coisas: uma seca igual à de 1926 e pontos de queimadas, vamos dizer, numa definição um pouco diferente do que o professor estava indicando? Eu gostei da definição, que me ajudou a pensar como se usam incêndios e queimadas. Qual vai ser a área impactada? E, se aconteceu no passado, em 1926 e em 2005 – dois eventos históricos –, vai acontecer no futuro, desta vez ampliado provavelmente por causa de mudanças no uso da terra e na composição atmosférica.

Por exemplo, o abastecimento de água na cidade de Rio Branco, em 1926, talvez fosse para 15 mil pessoas; em 2005 eram 250 mil. O rio não se expandiu, mas a necessidade, a demanda aumentou. Área desmatada, quase nada. Em 2005, tivemos mais de um milhão de hectares de áreas plantadas com grama da

savana da África, propícia para queimar. Então, temos um sistema mais inflamável do que tivemos no passado.

Queria passar algumas lições aprendidas nessas experiências recentes. A primeira coisa é que me senti, realmente, como um peixe fora da água, porque alguém chegou para mim: “Não, não. Queimou aqui, isso foi há três meses, mas está queimando novamente.” Não. Quando você queimar uma área uma vez, não vai queimar duas vezes. Mas o que acontece? Quando queima na primeira vez, você tem ainda muito material que já secou. E você pode ver... Eu olhei isso e pensei que não tinha queimado. Agora, limpando aqui, a gente viu cinzas por baixo. Então, todo esse material está pronto para queimar novamente. Havia relatos de florestas queimando três vezes. Por quê? Esses incêndios rasteiros produzem mais material combustível, permitindo que o fogo passe novamente.

A segunda lição é que, muitas vezes, esse fogo não aparece na copa. Então, os dados que nós calculamos são provavelmente subestimativas das áreas impactadas pelo fogo.

A lição do ano seguinte é que esses incêndios, quando entram na floresta, podem durar semanas. A gente estava lá, combatendo no mesmo lugar que combatemos em anos anteriores. Brasas podem durar dias, semanas, nos troncos das árvores. Em outras palavras, você pode pensar que está apagando o fogo, mas um vento pode reacender esses incêndios. E esses incêndios florestais são bombas-relógios para pastos e áreas agrícolas.

Não combater um incêndio florestal pode significar combater o incêndio num pasto ou numa área agrícola mais tarde. Resultado: incêndios florestais, quando espalhados nas florestas, são muito difíceis de se controlar, só pela própria natureza. Mas também vocês viram o número de pessoas disponíveis para a área a se cobrir.

Na seca de 2005/2010, o corpo de bombeiros teve dificuldade para controlar queimadas urbanas, sem falar nos incêndios florestais.

Um outro fator é que o desmatamento de outras áreas da Amazônia pode afetar chuvas na nossa parte da Amazônia e no Sul do Brasil. Isso se chama teleconexões. Mas, além da chuva, afeta a fumaça também.

Aqui uma publicação recente do pessoal do CP-TEC. Vocês podem ver de onde vem a nossa água. Ela vem do oceano, passa em cima dessas florestas aqui, chega ao Acre, passa e vem para o Sul. E aqui temos um processo de reciclagem de água via florestas. Então, o desmatamento aqui pode afetar o quanto a água vem para cá e quanto vai para o Sul. Essa é a preocupação que nós temos nesse processo.

Talvez vocês não saibam, mas o vento faz a curva no Acre.

Senador, desculpe, mas no Acre é onde o vento faz a curva.

E aqui você vê exatamente esse processo. Em 7 de setembro deste ano, você está vendo desta direção, passando em cima das florestas, chega perto dos Andes e vai para o Sul. E não é só água que passa assim, a fumaça, também. Você vê a quantidade de fumaça. Quando eu disse que foram dez vezes mais do limite permitido pela NOS, você pode visualizar isso neste sentido.

E aqui uma coisa que o Paulo Ottochi Neto, da USP, mandou passar para a gente. Era animado, mas não está funcionando, infelizmente. Você como a fumaça chega até São Paulo. Então, a nossa contribuição para a saúde de pessoas de São Paulo vem das nossas queimadas. E a revanche dos bolivianos acontece quando há uma friagem. O ar vem nessa direção. As queimadas de Santa Cruz de La Sierra vêm e invadem a área do Acre. Então, estamos em uma batalha aqui.

Lição da literatura. Essa foi uma publicação recente do pessoal da Inglaterra. Esses gráficos não nos preocupam tanto, mas a probabilidade de um evento como o de 2005 acontecer novamente.

Aqui é a concentração de CO². Estamos aqui no momento em que é aproximadamente 390. A probabilidade de um evento como o de 2005 seria de ponto 05 ou uma vez em 20 anos. Se o CO² aumenta até 450, essa probabilidade chega a ponto 5, quer dizer, um ano sim, um ano não. Quando isso vai acontecer? Baseado em gestões, daqui a 14 anos. Em outras palavras, pode ser que esse modelo seja errado, mas, baseado no que temos aqui, está indicando que a gente está mudando para uma outra situação.

Então, voltando às conclusões – espero que eu tenha justificado: seca com o potencial que nós tivemos vai acontecer, desmatamento, fumaça e mudança de composição da atmosfera vão piorar a situação, incêndios florestais depois de se espalharem são extremamente difíceis, basicamente impossíveis de se controlar.

Então, o que podemos fazer? Monitoramento, alimentação de programa, prevenção e respostas rápidas para apagar incêndios. Isso vai ser essencial. Um programa integrado à educação. Para mim isso é fundamental, desde o ensino básico, e tem que ser implementado, logo. Isso pode ser feito com ajuda de um centro nacional, por exemplo.

Só para refletir um pouco, nessas discussões, estamos falando do futuro. Quem tem o ônus da prova? Quem disser que o clima vai reagir a essas mudanças, mudar a nossa situação, ou com quem acha que não vai reagir? Ninguém tem certeza sobre o futuro. Aliás,

quem aqui tem certeza de que vai estar vivo daqui a uma semana? Só para dar um exemplo.

Mas pensem bem, quais são as consequências de ser errado? E essa discussão sobre o Código Florestal... Baseados nas informações que nós temos, precisamos de mais florestas no lugar de menos para manter o ciclo de água na Amazônia. E, como vocês viram, isso está ligado ao resto do continente.

Aqui são referências. As pessoas que quiserem copiar essa palestra fiquem à vontade. E queria agradecer a vocês, mas lembrar uma coisa: todos nós estamos no mesmo barco, indo para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia, pela sua boa e preocupante apresentação.

Quero registrar aqui a presença do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga.

O nosso Relator do Código Florestal da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, Senador Sérgio Souza, membro da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura.

Vamos ouvir agora a Professora Vânia Pivello, de Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo, USP.

A SR^a VÂNIA PIVELLO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer o convite e queria registrar que acho muito importante essa aproximação dos políticos com os acadêmicos. Os acadêmicos têm muita contribuição a dar e já sei de outras reuniões que têm acontecido. Isso é muito louvável e gostaria que fosse cada vez mais estimulado.

Na verdade, o que eu vou falar – eu não combinei com ninguém a – é quase que um resumo do que foi falado aqui.

Então, o que eu queria deixar mais evidente, que já foi bastante explicado, seria a diferença entre fogo em floresta e fogo em cerrado. Eu também trabalho com cerrado e queria mostrar o que é mais importante em termos de legislação federal sobre o uso do fogo que já é previsto no Código Florestal. O seu emprego é previsto em algumas práticas agropastoris e florestais. Esse ponto foi normatizado posteriormente, e a gente tem essa legislação 2.661, onde existem vários pontos interessantes em que devemos nos pautar, porque sempre existe a conversa de que não se pode queimar, não se pode queimar. Tudo bem, não se pode queimar, mas depende das circunstâncias.

Então, por exemplo, aqui, nós vemos que já em 1998 se coloca claramente que a queimada controlada

é permitida para manejo de ecossistemas e prevenção de incêndios. Então, sim, isso está na legislação.

Queria mostrar também que existem interpretações errôneas. Então, eu nem conheço essa pessoa, mas neste texto ele vai radicalmente contra a ideia da queima controlada, colocando que incêndio nunca deveria existir.

Isso é o que vemos no senso comum. A mídia e as pessoas de uma forma geral têm essa ideia que o incêndio, o fogo, na verdade, é sempre ruim.

O fogo não é sempre ruim. Assim como colocou o Professor Coutinho muito bem, existem ambientes que precisam de fogo. E, como vimos, o cerrado é um deles. Ele precisa do fogo.

Temos aqui as conclusões de um grupo que fez um trabalho muito bom com relação a todos os biomas do mundo, onde eles separam os biomas que são dependentes do fogo. Nós temos aqui a área do cerrado no Brasil, assim como temos várias áreas de savanas e outros ambientes mais herbáceos. E temos aqui também, convivendo ao lado do cerrado, que é dependente do fogo, as florestas úmidas, que são sensíveis ao fogo.

Então, nessa classificação dos biomas mundiais, eles já colocam claramente o que são os ecossistemas. Haveria os independentes, que é onde o fogo nem acontece, mas os sensíveis ao fogo são aqueles aos quais o fogo causa dano e morte às espécies que não são adaptadas ao fogo. Isso perfaz 22% dos ecossistemas mundiais. E os ecossistemas dependentes do fogo, onde as espécies se beneficiam do fogo, como o Professor Coutinho já mostrou, são 53% dos biomas mundiais.

Se olharmos aqui no Brasil, o que vamos ter? Nós vamos ter fogo em todos os ambientes. Podemos ter queimadas desde a caatinga, passando pelo cerrado, a Mata Atlântica, Pampas, Pantanal, Floresta Amazônica. Então, todos os ambientes recebem fogo de uma forma ou de outra. Só que nós temos diferentes cenários. Savanas e campos são adaptados ao fogo; florestas tropicais não são adaptadas ao fogo. Esses são os que precisam do fogo e aqui estão os que são sensíveis ao fogo.

E nós temos também dois tipos de manejo: o manejo chamado tradicional, que é aquele mais antigo, das populações tradicionais, e os usos mais atuais, desde que o homem moderno ou o homem europeu está aqui no Brasil.

Nós vamos usar dois exemplos contraditórios: o exemplo da Floresta Amazônica, já comentado aqui, e o exemplo do cerrado.

No gradiente de cerrado, temos essa figura do Professor Leopoldo. Nós entendemos como cerrado

tudo isso daqui, desde o campo limpo – o pessoal aqui do DF deve saber entender bem isso –, campo sujo, campo cerrado indo até o cerradão e os elementos lenhosos, quer dizer, as árvores, os arbustos. Os que têm matéria lenhosa vão aumentando nesse gradiente de campo limpo até o cerradão.

O fogo é mais frequente quanto menos lenhosas existem. Então, os ambientes mais herbáceos são mais adaptados ao fogo. E vemos também neste gráfico uma coisa interessante que é bom prestarmos a atenção: aqui nós temos a temperatura e aqui nós temos a chuva. Então temos, aqui na região do cerrado, três, quatro, até seis meses bastantes secos, o que leva o extrato predominantemente herbáceo a secar e formar uma massa combustível bastante grande.

Comentando sobre Floresta Amazônica e Cerrado, se olharmos no mapa, nós já vemos um verde muito mais intenso aqui e essa região muito mais amarelada. Isso é dado pela biomassa.

Nós temos um regime de chuvas aqui onde às chuvas são constantes durante o ano, o que favorece o acúmulo maior de biomassa aérea, que nós chamamos acima do chão. E aqui nós temos chuvas sazonais onde há um acúmulo de biomassa abaixo do chão.

Então, olhando a biomassa aérea, aquela que está em forma de folhas, galhos, etc., nós temos um cerrado mais aberto, com cerca de 5,5 toneladas em média. Mas, se olharmos o que nós não vimos, e não sabemos nem que isso acontece, a biomassa subterrânea é mais de três vezes a biomassa aérea no cerrado aberto. E quanto mais denso vai ficando o cerrado vai diminuindo essa proporção.

Isso leva a uma das importantes adaptações do cerrado ao fogo que é a rebrota, a facilidade de rebrota. Então, o que acontece? Queima, depois chove, às vezes até antes das chuvas, as gemas, os bulbos que estão embaixo da terra, que não vemos, eles começam a rebrotar. Então temos várias adaptações.

A temperatura do solo – essa figura também é do Professor Leopoldo – é bastante baixa. Um centímetro abaixo do solo já corresponde a uma temperatura muito insignificante com relação à temperatura acima do solo. O fogo mais forte vai estar mais ou menos de meio metro a um metro do solo, e a um ou dois centímetros abaixo praticamente não esquentam mais. E a gente tem várias adaptações a essa baixa temperatura que não chegam a danificar os bulbos, os rizomas, o que está embaixo do solo, aqueles elementos em forma de raiz. Não chega a danificar muito os troncos. Quando abre aqui, você vê a parte viva. O fogo é rápido, chamusca o tronco e estimula a floração de várias espécies, o brotamento brota.

Por que estou passando isso? Para mostrar que os animais também, muitos deles têm adaptações ao fogo. Alguns têm a maior parte das suas casas, das suas colônias subterrâneas, onde o aquecimento é muito baixo. Então eles se escondem, fazem tocas; outros se aproveitam do fogo, porque eles comem o material que está rebrotando após o fogo; outros caçam os bichos que fogem do fogo. Então estamos vendo que temos uma série de adaptações à vegetação e também à fauna. Agora, depende do fogo, depende da intensidade do fogo. Desses fogos intensos a fauna não tem por onde escapar, ela fica simplesmente aprisionada e morre, como o Professor Coutinho já falou.

Quero chamar a atenção para outra coisa que já foi mencionada aqui: a questão da antiguidade do fogo. Esses fogos já ocorrem aí há pelo menos doze mil anos, sendo de origem humana. Mas existem estudos que mostram que a diversificação enorme que existe nas plantas do cerrado – temos cerca de 10 mil espécies de plantas nas regiões de cerrado –, essas dez mil espécies, muitas delas se formaram de quatro a dez milhões de anos atrás, sendo estimulada essa diversificação pelo fogo. Então o fogo é uma coisa muito antiga no cerrado. Ele faz parte no cerrado há milhões de anos. Não é uma coisa natural. E que fogos eram esses? Exatamente os fogos causados por relâmpagos.

Num trabalho que realizamos há algum tempo, 42 queimadas foram acompanhadas. Esse aluno morou no Parque das Emas durante quatro anos e acompanhou 42 focos de fogo que aconteceram lá dentro. Desses, 37 foram causados por raios. Quer dizer, 12% dos fogos foram causados por gente, fogos humanos que vinham da agricultura em volta.

Mais tarde um pouco, outro trabalho mostrou a mesma coisa. O nosso foi no Parque das Emas e esse foi no Parque da Serra da Canastra. Depois teve um terceiro também que mostrou a mesma coisa. Ou seja, o que a gente quer dizer? Que os fogos vão estar presentes. Mesmo que você cuide do entorno, que não permita queimadas em volta, eles vão acontecer na forma de relâmpagos, de fogos por raios.

E o que vemos hoje? O principal uso do fogo no cerrado é para a criação de gado, para estimular o brotamento e a pastagem para o gado. Como já comentamos, esses fogos tendem a favorecer as herbáceas, as gramíneas, as ervas e diminuir as plantas mais lenhosas, as árvores os arbustos.

O que devemos fazer? Por exemplo, para estimular uma alta biodiversidade, onde se tem um equilíbrio entre herbáceas e árvores e arbustos, os fogos têm que ser diferentes desses que ocorrem para pasto, do pessoal da pecuária. O pessoal da pecuária faz fogos no final da seca, quando a vegetação está bastante

seca, já não tem chuva há muito tempo, o solo está seco e a umidade do ar está baixíssima.

As queimadas naturais ocorrem no início das chuvas, na época em que começa a chover. Claro, se é por relâmpago, tem que ter chuva. Embora existam raios secos, a maioria ocorre nessa época de transição, onde já existe uma atmosfera mais úmida, um ambiente mais úmido de uma forma geral.

Então o que vai acontecer? Esses fogos, são muito menos intensos, são fogos que não vão causar uma destruição como temos visto aqui nestes últimos meses. É esse fogo ameno que deve ser usado para controle da biomassa, como o Professor Coutinho comentou.

Ausência do fogo no cerrado.

A ausência do fogo no cerrado é ruim, por três coisas basicamente. Uma delas é esse desequilíbrio. Você desfavorece uma parte da biodiversidade do cerrado que precisa do fogo. Desfavorecendo essa biodiversidade, você tem aqui uma invasão por espécies exóticas.

O que é isso? Tem-se falado bastante dessa questão das invasões biológicas ultimamente. São plantas ou animais – no caso, estou falando de plantas, mas também ocorre por animais –, espécies que não são daquele ambiente, mas que vêm e acabam dominando e excluindo do ambiente as nativas.

Então a gente vê problemas aí. A braquiária é um horror, mas tem várias outras gramíneas invasoras do cerrado que são principalmente de origem africana. A gente tem várias aqui: a braquiária, o jaraguá, o gordura, o andropogon, o colonião... Há várias dessas aí.

O que acontece? Elas tomam conta do cerrado e as nativas vão se acabando. Todos os parques, todas as reservas que protegem o cerrado, têm uma ou mais dessas espécies invasoras.

A ausência de fogo no cerrado, como a gente viu, também causa esses incêndios em grandes proporções.

Esta imagem é do Parque Nacional das Emas, que o Professor Coutinho comentou há pouco: o início do incêndio em setembro do ano passado e o que sobrou depois do incêndio. Só esse pedacinho aqui não queimou. O parque inteiro foi devastado. Então qual é a ideia? A ideia é que não se deixe o fogo tomar conta e se tornar destrutivo. A ideia é que a gente faça queimadas controladas, numa época diferente dessa, quando o clima e a vegetação estão muito secos. São queimadas amenas em que você vai favorecer as espécies que precisam do fogo.

O que acontece com o fogo na Amazônia? A gente tem aqui o fogo, o cultivo de coivara, e os índios fazem isso, faziam e continuam fazendo. Eles queimam, geralmente, a borda da mata, fazem círculos onde queimam

e fazem as suas plantações, utilizando então as cinzas como nutriente para as suas plantações.

Nesse caso, o que acontece? Você tem pequenas áreas queimadas e corredores que comunicam essas áreas de coivara. E essas florestas em volta vão servir de bancos de sementes, ou seja, dá para recolonizar essas áreas que vão ficar vinte, trinta ou quarenta anos sem ser queimadas novamente. Então existe uma condição de a vegetação se recuperar nessas áreas.

O que se faz hoje? Ou você queima a mata para colocar gado ou então você tem este ciclo: madeira, gado e agricultura.

Na madeira não se põe fogo quando tem extração, mas se abrem clareiras que vão secar o ambiente e aí os fogos, como o Professor Foster falou, vão ficar muito mais fáceis de chegar, porque há uma secura da atmosfera em geral e da vegetação que está aqui embaixo. Neste caso, sim, a floresta úmida não é mais uma barreira ao fogo, ela se torna também suscetível ao fogo.

O que eu queria mostrar também é que na Amazônia temos uma situação completamente diferente da do Cerrado. As raízes, muitas delas, são superficiais. Toda a reciclagem de nutrientes ocorre aqui, numa camada superficial do solo, enquanto também ocorre a morte das árvores. Se você queima ou se acontece um incêndio numa floresta, acabou a vegetação. Então, não vai mais ocorrer nada disso. Acontece a morte desse sistema que reciclava nutrientes, abrigava, fazia funcionar toda essa adubação natural da floresta, porque as árvores simplesmente morreram e tudo que está associado a essas bactérias, aos fungos, às raízes também vai morrer.

No cerrado é completamente diferente, como a gente mostrou. A parte subterrânea, que é maior do que a parte aérea, fica viva, rebrota. Ela fica lá, tranquilamente. Tanto na Amazônia quanto no cerrado nós temos uma quantidade imensa de emissões, e essa é uma grande preocupação hoje em dia, diminuir emissões.

Acontece que no cerrado também existe uma situação um pouco diferente, justamente porque a vegetação não está morta como está na Amazônia depois de um incêndio na floresta. A vegetação viva, que continua lá embaixo, que continua rebrotando, reabsorve, em um ano, tudo isso que foi enviado para a atmosfera.

Então, eu queria pontuar que são situações completamente diferentes. Quando se tem essa preocupação com relação ao fogo, que é bastante legítima em relação ao fogo em floresta, no cerrado é uma situação completamente diferente, porque o cerrado precisa de fogo ameno, não de incêndios que ocorrem se você não deixar queimar. Não dá para segurar cerrado sem queimar. Ele não vai ficar sem queimar. Vai passar um

tempo, cinco, dez anos, e vai queimar de forma intensa, causando muito mais danos do que se você fizesse a queima controlada.

Para terminar essa fala, eu tenho algumas razões do uso do fogo tanto no cerrado como na floresta úmida. O que se coloca aqui é que na floresta úmida não se deve manejar com fogo, é completamente diferente. No cerrado, por outro lado, quando você quer manter a biodiversidade, eliminar ou pelo menos impedir algumas espécies invasoras, não todas, porque algumas até gostam do fogo, tem que ver o que tem lá e evitar incêndios descontrolados.

A gente pode e deve usar o fogo. Por quê? Primeiro, os nossos parques tem uma extensa área e o fogo é um instrumento barato, fácil de usar, versátil no sentido de que, conforme o regime de fogo que você usa...

O que é o regime de fogo? A época do ano em que você aplica o fogo e a intensidade com que você vai fazer aquela queimada. Isso tem a ver com a forma do fogo. Conforme esse regime de fogo, você pode ter situações até antagônicas, pode estimular herbáceas e pode estimular até arbóreas. Quer dizer, são coisas contraditórias que você consegue controlar conforme a época e o tipo de fogo que coloca.

Para terminar, queria concordar completamente com o que o Professor Leopoldo falou, de que para a conservação da biodiversidade nós precisamos da queimada controlada em mosaicos. Quer dizer, você vai queimando cada hora um lugar, não ficar queimando sempre o mesmo lugar, em regimes diferenciados, conforme os seus objetivos. Como eu falei, o fogo tem uma grande versatilidade e pode ser usado para diferentes objetivos.

Muito obrigada, agradeço a atenção. Era isso o que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professora Vânia. Realmente, muito interessante a sua apresentação.

Passo agora a palavra ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade em Floresta no Ministério do Meio Ambiente.

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – Boa tarde a todos. Agradeço o convite para participar deste debate ao Senador Rollemberg e ao Senador Jorge Viana.

Como os senhores puderam ver, essa questão do fogo é complexa. Então, dada toda essa complexidade dos fatos apresentados aqui, como a gente deve tratar essa questão em termos de legislação, em termos de políticas públicas? É esse o debate que gostaria de fazer.

É evidente que, pelas apresentações, a situação é muito distinta nas áreas de florestas úmidas versus

a situação em áreas de vegetação campestre ou de cerrado ou de matas decíduas. Então, são situações bastante distintas.

Acho que esse é um primeiro alerta, quer dizer, não devemos tratar o fogo nesses diferentes tipos de vegetação com a mesma regra. É evidente que as florestas úmidas não têm adaptação ao fogo. Quando entra o fogo, o impacto é enorme. Como foi colocado aqui, a maior parte das árvores das outras espécies morrem e a recuperação é muito lenta, se houver recuperação.

Devemos lembrar também, como o Professor Foster mostrou, que temos situações agora de mudanças climáticas. Então, uma coisa é entender qual é a situação atual e do passado, que é muito importante como referência, outra coisa é saber que os cenários futuros são de mudanças, aliás, não tão futuros. Acho que já está óbvio que essas mudanças começam a afetar o clima. Quer dizer, a frequência, a intensidade de eventos extremos, mesmo num País como o Brasil, já mudou. Estamos vendo claramente a maior frequência de grandes inundações, por exemplo, na cidade de São Paulo, na região serrana do Rio, Vale do Itajaí e tantas outras regiões. E a frequência de secas também está aumentando. Isso também complica o cenário em termos de políticas públicas e legislação.

Do ponto de vista de legislação e políticas, o ideal seria, em áreas de florestas úmidas, atuar, como foi colocado pelo Professor Foster, em termos de prevenção para evitar os riscos de incêndio, porque, uma vez ocorrendo, é muito difícil apagá-los.

Isso significa a adoção não só de atividades de educação, mas uma série de ações para mudar as práticas. Adoção de boas práticas, como se diz, práticas alternativas que reduzam a necessidade do uso do fogo nesses ambientes que são muito vulneráveis.

Uma questão precisa ser chamada à atenção, como a Professora Vânia colocou: é preciso reduzir aquelas atividades que tornam a floresta mais vulnerável. Atividades de abertura dessa floresta para exploração econômica, se não forem bem feitas, vão expor essa floresta ao ressecamento. Portanto, os riscos de incêndio será muito maior.

Nessas áreas florestais, como foi colocado, a situação no passado era de baixa frequência de incêndio, e talvez a gente não precisaria se preocupar tanto. Mas as condições estão mudando. O que poderíamos fazer? É um grande desafio. Se a gente olhar em alguns países que têm tradição de enfrentar grandes incêndios florestais, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, eles fizeram grandes investimentos em formação de recursos humanos, equipes especializadas distribuídas em todo o território, grande uso de equipamentos, principalmente equipamentos aéreos, aeronaves, para

fazer uso de água e retardantes nos combates a esses incêndios. Não é toda região que é propícia ao uso de aeronaves. Você precisa ter fontes e facilidade de reabastecer essas aeronaves de água. Isso tem um grande custo, compra de equipamento e manutenção de equipamento. No entanto, o Brasil vai ter que enfrentar isso. Acho que vai ser parte do nosso futuro fazer investimentos maiores em equipamentos, em face dessa situação de mudanças climáticas tornarem as nossas florestas úmidas mais vulneráveis a incêndios.

Uma coisa que, por exemplo, os Estados Unidos têm feito muito bem são os planos de contingência. Eles têm acordos prévios entre agências. Nenhuma unidade de bombeiro ou que faça combate a incêndio sozinha vai dar conta de combater um grande incêndio. Então o que os Estados Unidos fizeram foi investir bastante em acordo prévios entre agências. A legislação pode promover isso, no sentido de tornar uma obrigação das agências colaborar umas com as outras. Por exemplo, aqui no Brasil, os corpos de bombeiros são estaduais. É sempre uma dificuldade mobilizar os corpos de bombeiros de diferentes Estados para acudir um grande incêndio, porque os acordos não estão feitos. Quem vai pagar a conta? Como é feita essa transferência de recursos? Então é preciso um marco legal que favoreça essa cooperação interinstitucional inclusive entre organizações de diferentes Estados. É algo que talvez o marco legal possa promover, de uma obrigação de essas agências se engajarem e atenderem a solicitações de emergências ambientais.

Isso é um pouco o que faz a Defesa Civil, mas ela tem trabalhado muito mais na questão de inundação e muito menos na questão dos incêndios. Talvez, no futuro, em função da maior ocorrência de incêndios, isso naturalmente receba mais atenção na Defesa Civil.

A situação nos ambientes campestres e de cerrado – isso vale não só para o cerrado, mas para o pampa e algumas áreas campestres no Pantanal e na Caatinga e mesmo para as áreas de campinas e outras vegetações abertas na Amazônia –, como foi colocado aqui, é outra. Eu acho que a gente não pode ter ilusão nesses ambientes abertos onde os fatores que promovem acidentes estão muito presentes: raios, uso do fogo no manejo agropecuário, biomassa seca, estação seca longa. Esses fatores existem, portanto o risco de incêndio nesses ambientes é grande. Mais do que isso, como foi colocado, vários desses ecossistemas evoluíram com o fogo. Então, também não caberia estabelecer uma proibição do fogo nesses ambientes.

Hoje nós temos situações complexas. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do sul, na sua legislação estadual, proibiu o fogo. Bem intencionados, os

legisladores acharam que estavam ocorrendo muitos incêndios que deveriam ser proibidos.

Ora, estudos ecológicos mostram que, na ausência do fogo, esses ambientes campestre começam a ser tomados por vegetação lenhosa. Então a tendência é a substituição dessas áreas campestres por vegetação arbórea. Isso já acontece em algumas regiões, como, por exemplo, no Estado de São Paulo, algumas reservas do interior, pequenas, onde foi possível um trabalho muito efetivo de proteção, o que era campo cerrado 40 anos atrás. Hoje em dia é um cerrado.

Se o nosso objetivo é manter a diversidade de ecossistemas, então, para essas regiões, não caberia uma medida legal, drástica, de proibição de toda e qualquer situação de uso do fogo. É evidente que isso não é simples. Não se pode admitir a situação atual, de uma frequência muito alta de incêndios, incêndios de grandes proporções com grandes danos ambientais, como foi colocado aqui, mas não se pode, por causa disso, achar que a solução é passar para uma situação de exclusão completa do fogo. Primeiro, isso não é razoável, ecologicamente falando, para aquelas áreas de vegetação aberta; segundo, isso não é factível.

Infelizmente a gente já teve experiência e vários aqui de Brasília presenciaram incêndios muito intensos aqui nos arredores, recentemente, no final dessa seca. Tivemos grandes incêndios ao redor de Brasília. Eram áreas submetidas a muita proteção, com brigadas de incêndios, etc. No entanto, as condições foram favoráveis para uma ocorrência de incêndio, porque se acumulou biomassa durante muitos anos de exclusão. Era uma época de muito calor, muito vento, muita seca. As condições são extremamente favoráveis para uma ocorrência de incêndio, e não é um incêndio benéfico; é um incêndio necessariamente maléfico, que vai causar muito dano.

Então é preciso que na legislação e nas políticas públicas se enfrente essa questão. Não são nem oito nem 80, quer dizer, nós não podemos nem aceitar a continuação dessa situação, desse excesso de queimadas no Brasil, como também não podemos, em ambientes que evoluíram com a presença do fogo, querer excluir o fogo.

Então, é preciso, sim, que a legislação dê abertura, como o Código atual prevê. É preciso garantir no novo Código a possibilidade, onde as condições ambientais e os subsídios científicos indicarem, de se fazer uso do fogo controlado, para promover, justamente como foi indicado aqui, o fogo em mosaicos e reduzir os riscos de grandes incêndios.

Agora, essa não pode ser uma receita para todos os ambientes no Brasil. Essa é uma receita para ambientes como o cerrado. E dentro do cerrado, nós

precisamos lembrar que há um mosaico de vegetação. A mata ciliar no cerrado é muito vulnerável ao fogo. A vereda, no cerrado, é muito vulnerável ao fogo. Então, tem de haver uma diferenciação.

Como é que se faz isso nesses países que já têm mais tradição? Eles exigem que as áreas protegidas estabeleçam planos de manejo de fogo com zoneamento, identificando quais são os ambientes mais vulneráveis ao fogo, onde deve ser prioridade máxima a exclusão do fogo, a prevenção, etc., e aqueles ambientes que são mais inflamáveis e mais resistentes ao fogo e que, inclusive, contenham espécies que dependam do fogo para rebrotar, para florescer, para se reproduzir, onde se possa praticar o manejo do fogo.

Se você olhar planos de manejo de áreas protegidas da Austrália, dos Estados Unidos, da África do Sul, do Canadá, etc., eles têm essa previsão, tanto que em alguns planos de manejo na Austrália eles colocam um subtítulo: "Antecipando o inevitável." Quer dizer, eles reconhecem que essa é uma realidade e que a forma de enfrentar isso é reduzindo a biomassa, reduzindo o risco de fogo e provocando um ambiente em mosaico. Assim, quando vier um grande incêndio de áreas vizinhas, não vai se propagar, porque não vai encontrar combustível suficiente para um grande incêndio.

Então, o que seria necessário? Orientar que todas as áreas protegidas naqueles ambientes onde o fogo faz parte da ecologia, que isso faça parte do seu plano de manejo. Tem de ter essa previsão, com o adequado subsídio científico, para que isso seja feito de forma adequada.

Voltando à questão de prevenção, ela já é feita no Brasil, o monitoramento é feito no Brasil, só que isso pode ser aperfeiçoado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Professor, essa parte de que o senhor acabou de falar, da incorporação como prática nos planos de manejo, obviamente nas regiões de que estamos tratando, se pudesse explicar um pouco melhor: o que tem hoje e como poderia entrar isso?

O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS – Hoje, como é feito? Nos parques, por exemplo, de cerrado, a prática usual é fazer aceiros no entorno da unidade de conservação, ao longo da cerca. É um aceiro feito com trator, com patrol. Você faz um aceiro com remoção total da vegetação. E frequentemente se divide o parque também em algumas áreas, usando estradas e ampliando para servir de aceiros. É feito um monitoramento de risco de incêndio com a estação meteorológica, para que a gente tenha uma avaliação do risco de incêndio, e essa informação é utilizada no uso da área. Quando o risco de incêndio é muito

grande, você restringe o acesso às pessoas, proíbe a visitação. Há uma série de medidas que são adotadas.

No entanto, o que é feito hoje não é suficiente, porque se consegue o sucesso durante dois, três, quatro, cinco anos, às vezes, ao excluir o fogo, mas, eventualmente, depois desse tempo, vem um grande incêndio, como foi mostrado, aqui, no Parque das Emas. O mesmo se repete, infelizmente, com Canastra, Veadeiros e outros grandes parques em que simplesmente se queima o parque inteiro. Então todo aquele trabalho é perdido.

Então, as lições aprendidas são: não se seguram, não se previnem para sempre incêndios em grandes parques aqui do cerrado. Esses aceiros não são suficientes. Nós podemos verificar, em dias de muita seca e vento, no final da estação da seca, aqui no cerrado, que o fogo pula esses aceiros. O fogo pula um asfalto, pula uma estrada de pista dupla asfaltada. Então, achar que um pequeno aceiro vai ser suficiente, não vai.

A gente precisa usar essas lições para saber como avançar.

Lá nos Estados Unidos, que têm uma grande tradição, os planos de manejo fazem o mapeamento da área, um zoneamento, identificam as diferentes topologias da vegetação, o que é mais vulnerável e o que é mais resistente ao fogo, estudam o histórico de fogo na área, para verificar em quanto tempo cada área não é queimada ou quando houve queimas recorrentes, e essa informação é utilizada para, então, fazer recomendações.

Eles fazem dois tipos de recomendação: uma é no sentido de se tolerarem incêndios naturais causados por raios. Então, você pode prever isso nos planos e falar: "Olha, se cair um raio nessa área, deixe queimar; se cair nessa outra área, que é muito vulnerável, tem de combater." E faz-se também a previsão de onde é necessária uma intervenção humana, manuseando o fogo controlado.

É isso que existe nesses outros países.

Aqui no Brasil, havia e ainda há muita resistência da parte dos técnicos. E eu conheço bem, porque eles ficam inseguros de serem acusados de permitir incêndio dentro de uma área protegida, em função da legislação ambiental. Então, é preciso que a legislação ambiental seja compatível e reconheça: há situações em que, sim, isso tem de ser feito, senão as consequências poderão ser muito maiores.

É essa a complexidade. Infelizmente, a pesquisa mostra que não tem uma solução simples. Claramente, nós precisamos tratar de forma diferente as florestas úmidas das vegetações de campo e cerrado e temos de ter uma visão de futuro. Infelizmente, esses eventos extremos de grandes secas e inundações vão se

tornar mais frequentes. Então, o Brasil tem de se preparar para isso.

Como é que se prepara para isso?

Já foram dadas várias sugestões: melhorar a infraestrutura de prevenção e monitoramento; melhorar o investimento em estruturas de combate – o Brasil vai ter de ampliar muito a sua capacidade de combate em relação ao que tem hoje; melhorar a organização e a cooperação interinstitucional – as instituições deveriam ter uma obrigação de atender a esses chamamentos em situações de emergência; e praticar o manejo para reduzir a vulnerabilidade aos incêndios.

Só esse conjunto de medidas pode fazer com que a gente avance para uma situação de maior tranquilidade no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer ao Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

Registro com alegria a presença do Senador João Pedro, do Amazonas, do Deputado Sinésio Campos, Líder do PT na Assembleia Legislativa, do Deputado Estadual Luiz Castro, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amazonas, do Jeanito, Presidente do Jardim Botânico do Distrito Federal.

Peço licença rapidamente aos nossos convidados – já vamos iniciar a Ordem do Dia daqui a pouco – para submeter à apreciação apenas dos membros da Comissão de Meio Ambiente, extrapauta, três requerimentos importantes para dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a ler os requerimentos.

Requerimento do Senador Paulo Davim.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requer realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao VI Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha, França.

Sugiro sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga, Coordenador do VI Fórum Mundial da Água, representante da Agência Nacional de Água (ANA) e representante do Ministério das Relações Exteriores.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento.

Requer, nos termos regimentais, seja realizada por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que cria a área de proteção ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o Mosaico de Unidade de Conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, e apensados dos quais sou o Relator nesta Comissão de Meio Ambiente, com a participação dos seguintes convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio); Mário José Gisi, Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; representante do Ministério das Minas e Energia; Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luís Braga Picardi, articulador voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação Instituição Representativa dos Canasteiros, e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O terceiro requerimento: requer, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de audiência, com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), além de professores e reitores de universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011 – reforma do Código Florestal.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, quero agradecer a presença dos nossos debatedores, que trouxeram uma contribuição muito interessante a este debate. Também quero fazer algumas colocações.

Quero dizer que gostei muito, especialmente no que se refere ao cerrado. Quero registrar que sou um apaixonado pelo bioma cerrado. Acompanho o cerrado há muito tempo. Há cerca de 30 anos, nessa região goiana do Cerrado, a pecuária ainda utilizava o processo da queimada da macega no período da seca. Ao longo do tempo, essa prática foi diminuindo. Ainda existe hoje, mas em quantidade menor, com a substituição das gramíneas importadas, especialmente a braquiária e o andropolo. Eu até imaginava que o jaraguá e o capim gordura fossem nativos do cerrado. Aprendi hoje que também são exóticos.

Pois bem, aqueles fazendeiros mais antigos, considerados mais sábios na região, utilizavam a metodologia que tem muito a ver com o que foi dito aqui: eles deixavam para fazer a queimada após a primeira chuva, o que fazia com que as queimadas fossem mais brandas e não prejudicassem tanto o meio ambiente.

Achei muito interessante, porque Brasília – está ali o Diretor do Jardim Botânico – sofreu muito este ano com o fogo avassalador no Jardim Botânico exatamente por isso, porque quando se faz um grande esforço e passam-se muitos anos sem queimadas ou sem incêndios, ocorre um acúmulo de matéria seca e, quando vem o fogo, ele passa a ter proporções devastadoras, avassaladoras. Foi o caso de muitas regiões no Distrito Federal.

A minha pergunta é a seguinte: no caso da queimada controlada, ela também, ao longo do tempo, não provoca uma perda de biodiversidade no cerrado?

Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer, porque, efetivamente há perda de matéria orgânica. O grande prejuízo das queimadas é a questão da fauna. Mesmo as queimadas controladas, ou seja, com fogo mais brando, também acabam produzindo prejuízos à fauna, sobretudo aos animais menores e aos que têm dificuldade de deslocamento, como, por exemplo, as cobras, os pequenos pássaros, seus ninhos. Enfim, essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer.

A outra questão, que eu gostaria que o Professor Irving Foster Brown a explicasse melhor, tem a ver com o papel dos chamados rios aéreos. Inclusive, recentemente, até porque sou Relator do projeto, realizei seis audiências públicas no Parque Nacional da Serra da Canastra e, na ocasião, ao visitar a nascente do rio São Francisco, algumas pessoas disseram que ali acontecia um fenômeno e que os estudos mostravam que grande parte dos afloramentos da água da nascente do rio São Francisco não eram apenas os naturais, mas sim, afloramentos dos tais rios voadores da Amazônia.

Eu gostaria de esclarecer essa questão.

Mais uma vez – e quero ressaltar as palavras da Professora Vânia – faz-se necessária uma interlocução cada vez maior do Congresso Nacional com a área científica, com a área acadêmica, no sentido de avançar os conhecimentos acerca dessa questão, porque fica muito claro que o fogo – eu estou absolutamente convencido disso –, para o cerrado deve ser um instrumento utilizado em manejo de determinadas áreas, para evitar incêndios avassaladores como os que tivemos em algumas regiões do Distrito Federal ao longo deste ano. É necessário investir em mais conhecimento científico para saber como usar, em que medida usar, em que escala usar, em que tempo usar, com que intervalo utilizar, para que também não haja perda da biodiversidade, especialmente a animal.

Realmente é impressionante a adaptação do cerrado ao fogo. A gente percebe, por exemplo, nessas áreas de campo limpo especialmente, ou de cerrado menos denso, que sete, oito dias depois surge essa flor característica do cerrado, que é muito bonita, a *Caliandra*. É impressionante a quantidade de flores que surgem exatamente depois do fogo. Nas minhas observações, eu já percebi que a *Caliandra* surge com muito mais força após a passagem do fogo.

São os questionamentos que eu gostaria de deixar aqui para os nossos convidados.

Entendo que chegou a hora, até em função da importância da nossa biodiversidade florestal e da biodiversidade do cerrado brasileiro, de o Brasil ter, efetivamente, um centro nacional em Brasília, em função da sua localização geográfica, e como Capital, de prevenção e combate a incêndios florestais; um centro bem equipado, bem montado, com instrumentos e também com pessoal capacitado e, ao mesmo tempo, com programas permanentes de qualificação, de mobilização, de recrutamento e de qualificação de voluntários, para que, no caso de grandes incêndios, possa ter condições de recrutar pessoal para evitar consequências danosas maiores.

Estes eram os registros e as colocações que eu gostaria de fazer.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Rodrigo, caros Senadores, nossos convidados, eu queria agradecer a presença de todos.

Quero dizer que hoje foi um dia duro aqui, porque tivemos o esforço concentrado para a leitura do Relatório do Senador Luiz Henrique, pela manhã, e a reunião de duas comissões. Então esta audiência ficou um pouco prejudicada, mas a atenção que lhe tem sido dada vai garantir que seja levado em conta no debate do novo Código Florestal um tema tão im-

portante como esse que os senhores trouxeram aqui a convite nosso.

Esta é uma audiência gravada. Sou um dos relatores, ouvi atentamente as observações e começo, somando-me às preocupações do Senador Rodrigo Rollemberg, fazendo um apelo a cada um dos expositores: nós gostaríamos de receber, se fosse possível, contribuições objetivas para esta fase do Código Florestal que estamos vivendo, de como começar um processo de inclusão, na legislação brasileira, dos mecanismos legais necessários para que se possa lidar melhor com o fogo, seja fazendo uma utilização dele como parte da ecologia do cerrado, sejam as precauções e os cuidados que devemos adotar nas áreas de floresta tropical úmida.

É muito importante a presença do Professor Bráulio, com quem tenho conversado. E eu acho, Senador Rodrigo, que é uma oportunidade que nós temos. É óbvio que a diferenciação maior vai se dar quando nós estivermos trabalhando no que eu chamo de pós-Código Florestal. Fizemos a Lei do Bioma do Cerrado. Certamente vamos aprofundar um pouco mais, mas cabe no Código Florestal nós avançarmos no que der sobre a questão dos incêndios e do fogo.

Pena que não tínhamos a audiência, tivemos que fazer neste horário, porque seria muito importante. Agradeço pelo que pude aprender hoje aqui. Sou engenheiro florestal e, quando estudei o fogo, aqui em Brasília, aprendi um pouco, desenvolvi algum conhecimento sobre o cerrado, mas não me foi ensinado, nem tinha como, porque isso não fazia parte da nossa vida, do nosso cotidiano, como lidar com incêndios florestais na Amazônia.

Eu fui Governador, estava Governador durante a seca de 2005. Sobrevoei, com o Dr. Foster Brown, várias áreas. Ficávamos impressionados. As duas imagens que ele apresentou falam por si sós, uma imagem onde você tem ação antropizada com algum resquício de fogo, porque nessa época de agosto já tem algum fogo, mas que faz um contraste enorme com a imagem de outubro do mesmo ano, quarenta e cinco dias depois, quando nós tivemos um incêndio que chocou a todos nós no Acre.

Como ele explicou para todos, era uma novidade, aprofundaram um certo conhecimento e hoje nós temos condições de deliberar sobre esse assunto na região.

Eu queria dizer que nós estamos diante de uma situação em que ou adotamos algumas medidas, como bem falou o Professor Bráulio... O Professor Leopoldo Coutinho falou do quanto de danos já estamos tendo, porque já se extrapolou o limite da ecologia do cerrado. Nós estamos enfrentando desastres enormes especificamente com a nossa fauna, que é um problema hoje,

mas se não adotarmos medidas objetivas e em curto prazo, Senador Rodrigo Rollemberg... Quando nós discutimos a possibilidade desta audiência, ele, como Senador do Distrito Federal, imediatamente mostrou o respeito e a atenção que tem pela região e falou: "Isso é grave. Temos que dar um tratamento".

Espero estar errado, espero que possamos adotar as medidas preventivas nos antecipando ao que pode acontecer. Mas, pelo que sobrevoei este ano, em pouco tempo podemos ter vítimas desses incêndios entrando em cidades da região Centro-Oeste e vitimando um número muito importante de pessoas. Essa é uma possibilidade concreta.

Do mesmo jeito que o Professor Bráulio falou, às vezes a gente não quer acreditar como o fogo pulou algumas áreas. E eu não pude acreditar como ele não entrou em outras. Chegou e parou num pequeno aceiro na borda de alguns bairros de algumas cidades.

Como a ocupação desordenada está ocorrendo no Centro-Oeste, com cidades se estabelecendo em várias regiões, é uma questão de tempo, se não for adotada alguma medida imediatamente, para nós enfrentarmos, quem sabe, desastres de grandes proporções, vitimando muitas pessoas não do ponto de vista material, mas com perda de vidas.

Esse é um aspecto importante. E quando estamos tratando da legislação do Código Florestal, acho que podemos avançar um pouco no que puder.

Na Amazônia, hoje... Ainda esta semana eu tive uma reunião com o chefe do Ministério Público Federal e o chefe do Ministério Público Estadual no Acre. O desmatamento em grandes áreas do Estado do Acre, eu diria que está absolutamente sob controle, graças à ação do Governo Federal e do Estado e às políticas públicas que estamos implementando. Mas temos um problema sério: os assentados. Os pequenos produtores que são extrativistas e, em alguns casos, ribeirinhos, muitos em assentamentos, que fazem o que nós chamamos de "roçados", e os fazem anualmente. E, como bem disse a Professora Vânia, de fato a maior parte da nossa biomassa está acima do solo, no caso da nossa Região Amazônica. E no caso do cerrado, está abaixo do solo, chegando a uma proporção de três vezes a biomassa que tem acima.

No nosso caso, é óbvio, copiando um pouco os indígenas, que se usa o fogo para disponibilizar os nutrientes que estão armazenados nessa biomassa para o que se vai plantar, já que nossos solos são fracos. Aparentemente, é um sistema muito interessante. Você disponibiliza com roçado os nutrientes e a vegetação, com um pouco de chuva, que começa normalmente em setembro. Com isso se tem uma boa produção. Com um agravante: eles têm que fazer o pousio, repetindo

isso em novas áreas, tendo em vista que aquela biomassa disponível foi toda consumida.

Obviamente o rendimento disso era muito baixo e a intensidade era pequena há alguns anos. Mas hoje em dia um número muito grande de pequenos produtores de agricultura de subsistência se utiliza disso. Estou falando de 30 ou 40 mil hectares por ano só no Estado do Acre. É um número bastante expressivo. E estamos pensando em substituir isso pelos roçados ecológicos, com alguns mecanismos. Portanto, esse programa do Bolsa Verde é determinante para que se possa por freio nesse tipo de atividade, porque boa parte dessas famílias podem utilizar os rios, as praias, fazer um plantio nas áreas. Aí já compõe um processo mais natural.

A substituição do fogo nessas regiões é uma necessidade. O que o Professor Foster colocou aqui é real. A combinação de uma seca intensa com o que temos de manejo de solos no Estado inteiro é assustador. Neste ano, Professor Foster, voando sobre o Acre e andando pelo interior do Estado, vi incêndios acontecendo. Como foram em proporções pequenas, o registro não foi alarmante ou grave, como vimos em outras situações. Ou seja, a partir da intervenção que fizemos, vamos ter que lidar com isso daqui para a frente. E não estamos preparados para tal, não temos as condições.

Portanto, mesmo que o custo seja grande, como o disse o Professor Bráulio, está passando da hora de o Brasil criar uma estrutura que não pode ser descentralizada, isto é, cada Estado faz o seu, pois é mais caro e menos eficiente. Tem que ser algo que tenha um grupamento treinado, com equipamento centralizado que ora vai para Roraima, ora vem para o cerrado, ora vai para o Acre, ora vai para o Nordeste, ora vai para o Sul, ora vai para o Sudeste.

É muito importante que se faça isso. E esta audiência pode ser uma nova história que estamos construindo, como disse a Professora Vânia, uma interação entre pesquisadores e cientistas, quem tem o conhecimento, quem estuda, com quem constrói cenários com a política, que delibera sobre as prioridades e sobre a legislação, que somos nós.

Eu mesmo tenho falado: na decisão do Código Florestal, na dúvida, vamos recorrer à ciência, vamos recorrer à comunidade que acumula conhecimento técnico-científico, obviamente sempre atentos à realidade do nosso País, pensando também nos produtores.

Portanto, nesta audiência, a dimensão que devemos dar é do tamanho de que necessitamos neste momento no País. É gravíssimo. Se já não temos tantos recursos para implementar os planos dentro das unidades de conservação, muito menos recursos nós

temos para recorrer. O que aconteceu este ano chocou o Brasil inteiro. Mas as medidas podem ser tomadas a partir de uma audiência como esta: ajudando-nos a encontrar a formulação adequada na legislação e o Brasil começar a se adaptar a uma situação que exige também uma atualização.

Falo isso porque como cidade, no Código Florestal... Quando foi feita a última versão do Código Florestal, em 1965, o Brasil era rural; hoje, o Brasil é urbano. Oitenta e quatro por cento da população vivem em cidades, em vilas, em lugarejos, e isso tem de ser levado em conta quando discutimos um tema como esse.

Então, agradeço a presença de todos. Quero dizer que foi muito importante para mim, para o Senado e para esta matéria sobre a qual temos de deliberar.

As disposições – faço questão de recolher cada uma delas, até para ter em arquivo pessoal e para incluí-las na nossa separata – sobre a história de Código Florestal novo, mas especialmente queria fazer este apelo, no sentido de que pudéssemos receber, durante estes dias que ainda temos, estas semanas, uma contribuição mais objetiva do ponto de vista de... Já que os senhores comparam com outros países, como os países lidam com isso? Como poderíamos lidar? Naquilo que diz respeito só ao Brasil, que é inovador, tudo bem, vamos inovar. Mas fazer uma adaptação do que já experimentaram alguns países também seria muito importante.

Era isso, Senador Rodrigo.

Muito obrigado.

Tomara que possamos incluir esse tema, da maneira adequada, dentro do Código.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me, só queria fazer um apelo também: que fosse incluído em um dos requerimentos que V. Ex^a pôs em apreciação – de uma audiência pública para discutir e que cria a área de proteção ambiental na Serra da Canastra – o nome do Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Ele tem participado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É uma pessoa envolvida diretamente com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Ele tem participado de todas essas discussões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, eu pediria a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Submeto à apreciação do Plenário o requerimento.

Aqueles que concordam com a inclusão do nome do Deputado Odair Cunha permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra, na mesma ordem, para que possam fazer suas observações e cumprimentos finais.

Com a palavra, Dr. Leopoldo Coutinho.

O SR. LEOPOLDO COUTINHO – Bem, foram feitas algumas questões. Foram muitas, não vou recordar-me de todas elas. Mas, com relação, por exemplo, aos animais lentos – foi citada aqui a cobra –, essa fauna de menor porte, como cobras, calangos e tal, protege-se no interior de buraco de tatu. Eles entram para baixo da terra, então se protegem. O problema maior é a fauna de maior porte, que são os veados, as emas, os tamanduás, as antas. Esses são os animais que mais sofrem durante os incêndios.

A causa – eu já disse, mas vou insistir – está no acúmulo de combustível que se deixa ocorrer. Esse acúmulo tem de ser evitado. De que forma? Realizando-se queimadas em rodízio, para manter a quantidade de combustível baixa.

Eu queria fazer uma observação à questão do pessoal dos parques. Tenho algum contato com o pessoal dos parques, particularmente de Emas. Eles têm, sim, receio de praticar as queimadas para evitar os incêndios. Mas não é só uma questão de receio sem razões. Eles têm receio porque sentem que, se uma queimada que fizerem saltar e se alastrar, não há pessoal nem equipamento para controlar.

Fica a culpa para quem? Para eles. Então, eles preferem não fazer. Se fosse dado, em primeiro lugar, um suporte por parte de seus superiores, que dissessem: “Vocês têm permissão para fazer o manejo de fogo dentro do parque. Isso está na lei. Vocês podem fazer. Vamos fazer”; se fosse dada condição de pessoal, se fosse dada condição de equipamento, acredito que eles fariam.

Agora, as condições atuais são péssimas. O cara não tem um caminhão-pipa. O que tinha pegou fogo. Quer dizer, pegou fogo na caixa d'água. O helicóptero que mandaram no ano passado chegou lá sem gasolina. Como ele ia sobrevoar o parque, para jogar água no fogo, se não havia gasolina?

Então, são coisas assim que precisam estar estruturadas, organizadas, preparadas para esses eventos ou para o manejo do fogo. Aí ele vai sentir segurança. Aí ele vai dispor-se a fazer o manejo. Do contrário, ele prefere ficar na dele: “Eu não vou fazer manejo de fogo aqui. De repente pega fogo em tudo, e não tenho como controlar. Então, não vou fazer”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me interromper. Estou com

um problema, com uma dificuldade, porque acabo de ser informado de que começou a Ordem do Dia. E já começou com votação nominal de um projeto extremamente importante para a área ambiental, que é o PLC nº 1, que define as competências dos órgãos ambientais nacionais e federais.

Então, vou pedir desculpas a todos que estão presentes. Agradeço a presença, que realmente foi de extrema valia. Está tudo gravado. Nosso Relator certamente aproveitará as contribuições.

Vou declarar encerrada a reunião. Todas as sugestões e comentários os senhores podem mandar por e-mail.

Agradeço e peço desculpas, mas vou encerrar a presente reunião. Muito obrigado.

(Reunião iniciada às 14 horas e 35 minutos e encerrada às 16 horas e 32 minutos)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

**ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA,
DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE
OUTUBRO DE 2011.**

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, REDITARIO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, ANGELA PORTELA e MOZARILDO CAVALCANI**. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Jayme Campos e Sérgio Souza. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 40, de 2011-CRA, aprovado em 11/08/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alexandre Camacho – Superintendente Adjunto de

Refino e Processamento de Gás Natural da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Sr. Fábio Marcondes – Diretor de Abastecimento e Regulamentação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM; Sr. Gerson Carneiro Leão – Presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação Nacional de Agricultura – CNA; Sr. Odacir Klein – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, a Senhora Senadora ANA AMÉLIA e o Senhor Senador ACIR GURGACZ. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento de nº 40, de 2011, da CRA, aprovado em 11/08/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 252, que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – Promicro, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Alexandre Camacho, Superintendente Adjunto de Refino e Processamento de Gás Natural, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, ANP, que convido para sentar à mesa; Dr. Fábio Marcondes, Diretor de Abastecimento e Regulamentação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, SINDICOM, que convido para compor a mesa; Dr. Gerson Carneiro Leão, Presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; Dr. Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira do Biocombustível – Ubrabio, nosso sempre Ministro.

Lembro à Comissão e aos senhores participantes que a relatora da matéria que está sendo instruída é

a Senadora Ana Amélia. Dessa forma, com a palavra a nossa Senadora Ana Amélia.

Não sem antes, Senadora, pedir desculpas pelo meu atraso, mas eu estava numa reunião importante do nosso Partido que começou às oito horas da manhã. Fico constrangido porque nunca atrasamos as nossas reuniões, e hoje, pela primeira vez, eu tive que começar, com atraso, uma das nossas reuniões. Espero que não aconteça, pelo menos da minha parte, mais esse atraso.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É compreensível.

Bom dia, Presidente, senhores convidados para esta audiência pública por mim requerida para subsidiar com informações a relatoria que eu tive a honra de receber do projeto de autoria do nosso Presidente Acir Gurgacz, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis, o Promicro, e dá outras providências.

Melhor esclarecimento seria ouvir as pessoas diretamente relacionados ou envolvidas com o trato dessa questão que é fundamental para o nosso País. E também para aproveitar a oportunidade, porque a iniciativa do Senador Acir Gurgacz traz um ingrediente novo nesse debate da questão do biocombustível ou das microdestilarias de álcool, que é exatamente uma proteção e uma espécie de marco regulatório para abrigar e dar segurança jurídica aos pequenos agricultores familiares.

Isso é uma briga, esse interesse social junto com o interesse econômico, para o segmento da produção de álcool e biocombustível. Então esse é o motivo.

Aproveito para agradecer ao Senador Acir Gurgacz pelo agendamento desta audiência e antecipo os meus agradecimentos pela presença dos senhores palestrantes, em especial do nosso ex-Ministro Odacir Klein, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, que certamente vai dar, como os demais convidados, Dr. Fábio, Dr. Alexandre e Dr. Gerson, uma valiosa contribuição a esse debate, a esse esclarecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.

Dando continuidade ao nosso debate, passo a palavra ao Dr. Alexandre Camacho, que é o Superintendente Adjunto de Refino e Processamento de Gás Natural da ANP.

O senhor tem dez minutos para fazer a sua explanação.

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite.

Vou comentar brevemente a regulação dos dois principais biocombustíveis que são os focos aqui: o biodiesel e o etanol.

A Agência, em relação aos biocombustíveis, começou regulando apenas o biodiesel; o etanol, apenas na comercialização. O biodiesel, desde o início, teve uma regulação toda da ANP. A Superintendência onde trabalho, embora o seu nome seja “refino e processamento de gás natural”, é responsável pela produção de todos os combustíveis, incluindo aí os biocombustíveis. Então nós somos responsáveis pela autorização das plantas de biodiesel. Já éramos os responsáveis pelas plantas de biodiesel.

Na nossa regulação atual, já existe previsão para a pequena produção de biodiesel, na verdade, de 30m³/mês, que equivaleria a 1m³/dia, ou, se considerarmos que algumas dessas operam normalmente 20 dias por mês, que seria o horário comercial, seria uma produção de 1,5m³, verificamos a necessidade de considerar os pequenos especificamente para fins de pesquisa, produção para fins de pesquisa, e para consumo próprio, como no caso de cooperativas.

Essa regulação é de 2008 e, ao longo do tempo, analisando e regulando o mercado, nós já verificamos a necessidade de modificar esse valor para algo em torno de 5m³/dia. Não foi feita uma nova regulação por causa, em parte, da Lei nº 12.490, que trouxe o etanol para a Agência.

Como a nossa equipe é muito pequena, nós tivemos que priorizar a execução de uma nova regulação para o etanol, que está inclusive em consulta pública, com audiência pública marcada para o dia 7 de novembro.

Nessa regulação para etanol, também pensamos no pequeno produtor, nesse caso com um volume um pouco maior, de 200m³/dia. Esse pequeno produtor, na verdade, não um pequeno produtor, mas um produtor de pequeno porte, teria um tratamento diferenciado. Na Agência, a gente só pode dispensar o tratamento técnico. Então alguns critérios são mais flexíveis, considerando a questão de segurança e de impacto sobre o mercado.

Além disso, também não se pode desconsiderar o fato de que a Agência recebeu essas 430 plantas para regular, e a nossa equipe ainda não aumentou. Então nós temos que providenciar uma regulação o mais factível possível com o mercado e com as nossas disponibilidades de recursos humanos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essas 400 plantas a que o senhor se refere são de pequenas...

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Não, não, são as 400 no geral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Todas?

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – As 400 plantas produtoras de etanol que entraram na regulação da ANP. Dessas, acredito que de 200 a 250 seriam plantas de maior porte e cerca de 200 seriam plantas de menor porte.

De certa forma, a Agência, na regulação dos produtores de biocombustíveis, já observa a necessidade de ter um tratamento realmente diferenciado para pequenos produtores. Então a nossa busca continua sendo essa mesma e está de acordo, está perfeitamente representada nesse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Dr. Alexandre.

Dando sequência, passo a palavra ao Dr. Gerson Carneiro Leão, que representa a Comissão Nacional de Cana de Açúcar, da Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – Bom dia a todos, bom dia, Senadora.

Eu presido, em Pernambuco, um sindicato que agrega mais de 14 mil associados dos quais 94% são pequenos produtores que trabalham em regime de economia familiar.

Nós fizemos um projeto de pequenas destilarias não de cinco mil litros, mas de 80 mil litros por cooperativas. Esse projeto está no BNDES há mais de quatro anos, e até hoje não tivemos retorno.

Não sou contra o projeto de cinco mil litros/dia, mas acho que ele deveria ser feito em cooperativismo por causa da logística. Se você fabricar cinco mil litros/dia, não tem como nenhum caminhão retirar esses cinco mil litros, porque o menor caminhão-tanque pega 15 mil litros.

Então eu acho que isso deveria ser feito com esse projeto em cooperativa como existe em Alagoas. É a Cooperativa Pindorama, que começou a fabricar 80 mil litros de etanol, hoje fabrica 300 mil litros/dia e tem 1.110 proprietários, que são os assentados da reforma agrária. São 1.100 assentados os donos da cooperativa, que hoje já fabrica nove mil sacos de açúcar/dia e tem um faturamento de R\$190 milhões/ano. Essa cooperativa existe há mais de 20 anos e começou fabricando 80 mil litros/dia; hoje está em 300 mil. Os assentados, todos, vivem em situação muito boa, e eu convidaria a Comissão do Senado para conhecer.

Inclusive eu tenho aqui o projeto que foi entregue ao BNDES, e está parado desde 2004. Esse projeto foi nosso, da Universidade Federal de Pernambuco e da CNA. É uma destilaria de 80 mil litros para pequenos produtores que trabalham em no máximo 20 hectares de terra.

Pode passar.

É um projeto que tem produção florestal, a destilaria do etanol, a produção de levedura para ração animal e usina de biomassa para bioenergia.

Essa é a Pindorama, já passou para a destilaria Pindorama de Alagoas. É uma área de 30 mil hectares dividida em 140 lotes de 20 hectares, população de 30 mil pessoas com 1.100 associados.

Pode passar.

Trezentos mil litros/dia, nove mil sacos de açúcar, 6 mil e 300 toneladas de cana/dia, R\$190 milhões de faturamento/safra. Está incluída entre os maiores ICMS do Estado.

Pode passar.

O marco regulatório do etanol. Aqui vêm os estudos realizados em 70 e 80, pelo IAA, implantação do programa com o Conselho Nacional, CNA, decreto tal, IAA. Regulamentação com inscrição para escoamento da safra/unidade de até cinco mil litros, Decreto nº 85.698/1981.

Enviado à CNA, Casa Civil, Presidência da República, projeto de destilaria para cultivadores de cana, Sindicap. É o nosso sindicato. Isso foi em 2004. É essa destilaria que está no BNDES, para 80 mil litros/dia.

O grupo de trabalho foi criado no setor sucroalcooleiro, Região Nordeste, Casa Civil, nº 917, em 22/11/2004. Recomendação sobre o projeto, seminário, verificação da cana de açúcar, renda competitiva, produtor, CNA.

Pode passar.

Lei, Estado de São Paulo. Isenção fiscal. Incentivo estadual até unidade de dez mil/litros dia. Lei estadual de Minas Gerais. Programa de isenção fiscal. Incentivos para unidades de até 5 mil litros/dia. Câmara dos Deputados. PL nº 898/1998. Para área considerada inviável economicamente para os produtores de cana, seja por questão de escala, seja por falta de unidade industrial nas proximidades, que pode se tornar suficientemente rentável e os cultivadores de cana industrializarem sua matéria-prima por conta própria ou associação de classe, diz o mapa.

É o seguinte: hoje, no setor sucroalcooleiro, a reforma agrária está sendo feita ao inverso. As grandes usinas, os grandes grupos estão comprando e tirando das terras os pequenos e médios fornecedores de cana. Antigamente, quando existia o IAA... Essa lei ainda existe, não está sendo cumprida, mas existe. A Lei nº 4.870 obrigava as usinas a produzir 40% de sua cana própria e 60% eram de fornecedores. Hoje, mais de 60% da cana hoje são de usinas. Não chega a 30% a cana de fornecedores. Então, a reforma agrária está sendo feita ao contrário.

Por isso eu digo que acreditamos em uma destilaria maior de cooperativas de assentados, como é o

caso da Pindorama, que vem, a cada ano, progredindo. Tem aí o site da cooperativa, o telefone do gerente, que é o Clésio. Todos os membros desta Comissão estão convidados para conhecê-la. Acho que é importantíssimo. Nós vamos ver 1.100 proprietários. Não é um usineiro só, vamos ver 1.100 proprietários plantadores de cana como eu sou.

Hoje, no Nordeste, na minha região, muitas usinas estão saindo para o centro-sul para áreas planas, áreas mais baixas. Estamos ficando sem ter onde botar a cana. Acho que a solução é formarmos cooperativas, como estamos formando em Pernambuco, e implantar destilarias para plantar a matéria-prima, a cana, e industrializarmos, nós mesmos. Pode ter até um convênio. Estamos fazendo um convênio com a Petrobras, inclusive com a BR. Estivemos com o Presidente da Petrobras. Agora, a coisa empacou no BNDES. Então é burocracia do Governo que precisa ser resolvida para que tenhamos sucesso.

Não sou contra a destilaria de cinco mil litros, mas acredito que a destilaria de cooperativa será melhor, até pela logística, para a venda do etanol. Sabemos que hoje o açúcar está muito mais rentável do que o etanol, então as usinas deixam de fabricar o álcool, o etanol, e vão fabricar açúcar. A cooperativa de produtores tem condições de fabricar o álcool, que é rentável para ela.

Então, aconselho esta Comissão a conhecer a Pindorama, para que nós tenhamos condição de criar um projeto mais bem estruturado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Gerson, por suas considerações.

Passo a palavra agora ao Sr. Fábio Marcondes, que é Diretor de Abastecimento e Regulamentação do Sindicato Sindicom.

O SR. FÁBIO MARCONDES – Bom dia a todos. Em nome do Presidente da Comissão e da Senadora Ana Amélia, dou bom dia a todos.

Vou tentar seguir os dez minutos.

Meu nome é Fábio Marcondes. Estou representando o Sindicom, como Diretor de Abastecimento e Regulamentação.

Próximo slide, por favor.

A agenda é a apresentação do Sindicom como entidade, do mercado de combustíveis, para vocês terem uma idéia do tamanho dele, da estrutura do setor validada pela ANP, que dá toda a autorização e homologação aos agentes, as considerações ao Promicro e as considerações finais.

A nossa entidade congrega as empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes que atuam nacionalmente. Foi fundada em 1941. Nossa sede é no Rio. Estamos fazendo 70 anos este ano. Somos

sócio-fundados do Ético – Instituto Brasileiro de Ética Convencional, que é um fórum criado pelas distribuidoras de combustível e de lubrificantes para a discussão de assuntos comuns à sociedade nos quesitos regulatórios, legais, fiscais, operacionais, de segurança e ambientais.

Nós temos três tipos de associados: aqueles que fazem a distribuição de combustíveis e de lubrificantes, aqueles que só fazem combustíveis e aqueles que só fazem lubrificantes.

Somos 12 empresas – desculpem-me porque ali estão 11. São 18 mil e 500 postos com as bandeiras das nossas associadas espalhadas pelo Brasil inteiro. Temos 120 locais de armazenagem para distribuição de combustível e as associadas atuam, como já dito, em toda a unidade federativa.

O segundo ponto da agenda: mercado de combustíveis.

Nosso mercado, em 2010, foi de 107 bilhões de litros. Comparado com o de 2009, houve um crescimento de 8,7%. A nossa matriz energética é dividida em forma de pizza, como vocês estão vendo aí. E os biocombustíveis já correspondem, se a gente pegar o etanol anidro, que é adicionado à gasolina, o etanol hidratado, que é comercializado diretamente, e o biodiesel, a 22,9% desse matriz.

Próximo.

Nosso *market share* de diesel, gasolina e etanol. Chamo a atenção para o *market share* de etanol, 59%.

Próximo.

Tivemos um faturamento, em 2010, de R\$210 bilhões. Em tributos pagos, R\$64 bilhões, sendo 25 federais e 39 estaduais.

Terceiro ponto da agenda: estrutura do setor.

Como já disse – e Alexandre Camacho está aqui ao meu lado, representando a ANP –, a estrutura contempla a produção. E estamos falando da Petrobras e de todas as usinas e produtores de etanol e biodiesel, da distribuição, que é feita das associadas Sindicom e outras distribuidoras independentes, da revenda de postos e serviços, ou TRRs, que são empresas que vendem para fazendas, etc. e os consumidores finais. Todos esses agentes, hoje, recebem autorização ou homologação da ANP, tanto o produtor quanto os distribuidores e a revenda. Obviamente, os consumidores somos nós, com nossos carros de passeio, grandes indústrias, garagens de ônibus, transportadoras e empresas aéreas.

Próximo.

Vivemos em um País continental, então é extremamente complexa a nossa distribuição. Os investimentos são muito altos, tanto da Petrobras quanto das distribuidoras, assim como dos produtores.

Em nível de infraestrutura, se a gente comparar o mapa do Brasil com o dos Estados Unidos e de países mais desenvolvidos, a gente vê que a gente tem uma carência de dutos. Basicamente a gente tem o Osbra, que traz o produto de São Paulo ao Centro-oeste, temos mais um ou outro duto aqui no Sul e um pequeno duto na Bahia. Então, a gente faz um esforço descomunal para trazer biocombustíveis espalhados, principalmente, na Região Centro-Oeste e na Região Sul para os diversos pólos de distribuição no Brasil.

Próximo, por favor.

Considerações ao Promicro.

A ideia do Sindicom – e já tivemos oportunidade de ter audiências com vocês – é trazer ao poder público notas técnicas e informações de mercado que o norteiem no sentido de fazer legislações que realmente possam ser aplicadas e que não criem problema de isonomia no mercado.

Especificamente sobre o PLS nº 252, que cria o Promicro, que estabelece critérios para a venda com capacidade de produção até cinco mil litros, podendo vender a cooperativas e associações, vale lembrar que esse PL diz respeito não só a etanol, mas a biocombustíveis. No outro ponto seria o biodiesel.

A gasolina e o diesel consumidos no País, por previsão legal, necessitam, na sua composição, de 20% de etanol anidro na gasolina e de 5% de biodiesel. As distribuidoras adquirem esses biocombustíveis dos produtores e realizam as misturas em suas instalações, em seguida, vendem ao mercado, postos e consumidores.

Dessa forma, a gente entende que, quando se fala de etanol anidro e de biodiesel pelas microdestilarias, os produtores rurais não atenderiam às especificações da ANP, porque esses produtos não podem ser 100% consumidos pelo automóvel. Existem alguns testes em andamento – o Odacir, de repente, vai colocar aqui – de alguma frota rodando com 20% de biodiesel junto com diesel. Mas a gente não tem, hoje, veículo andando com 100% etanol anidro ou 100% de biodiesel.

Próximo.

As microdestilarias estariam aptas a assumir a responsabilidade perante o consumidor/usuário sobre qualidade? Em qualidade, não está só intrínseco fazer um produto bom. Você tem o transporte desse produto que, mal armazenado ou mal transportado, pode ter alterada a sua qualidade ao longo desse elo de distribuição.

Chamo a atenção – e a gente já teve oportunidade, Senadora Ana Amélia, de conversar com a senhora a respeito – da questão tributária. A cada litro vendido de etanol anidro, você tem R\$0,12 centavos de PIS/Cofins, R\$0,33 centavos do ICMS brasileiro

médio, porque o ICMS varia de Estado para Estado, dando um total de R\$0,45 centavos por litro. A gente fez uma conta simples: pegando uma microdestilaria de cinco mil litros que vende cinco mil litros todo dia, durante 30 dias, haveria uma possibilidade de se perderem R\$810 mil ao longo do ano.

Isso mostra que, se não for tratada a questão tributária, a gente pode ter perdas bastante grandes com essa venda direta a associações e cooperativas.

No caso de não recolhimento desses tributos integralmente, pode haver significativo desequilíbrio competitivo com o restante do mercado, induzindo distorções comerciais. Nós somos um País extremamente criativo e temos empresários que buscam brechas para não recolher imposto. E não recolher imposto não significa sonegação; eles simplesmente se tornam inadimplentes, o que pode gerar uma falta de competitividade na ponta com pessoas que recolhem seus impostos, etc. e tal.

O mercado de etanol tem apresentado expressiva presença de agentes que operam irregularmente. A gente tem mostrado para vários Parlamentares a famosa “barriga de aluguel”: são distribuidoras que conseguem a sua autorização perante a ANP, mas o que fazem? Compram o produto do produtor, vendem, não recolhem impostos e, depois de determinado ano, são fechadas e ficam inadimplentes perante o Fisco.

Próximo, por favor.

Considerações finais.

O Sindicom apoia qualquer tipo de iniciativa visando ao desenvolvimento responsável do País, principalmente o social, porque temos um grande déficit com a população mais carente. Mas entendemos que todas as iniciativas não devem perder de vista a isonomia de todos os elos da cadeia, para não criar distorções que possam levar à fuga de investimentos, tendo em vista os problemas de mercado que podem acontecer.

É de fundamental importância – e estou vendo que vocês estão fazendo isso com a solicitação desta audiência por parte da Senadora Ana Amélia – ouvir a Casa Civil, o MME, principalmente a ANP e discutir de projetos de lei que estão relacionados ao abastecimento nacional de combustíveis e biocombustíveis.

Vale registrar – e acho que todo mundo aqui sabe – que existe uma proposta de elaboração do marco regulatório de biocombustíveis no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Entendemos que projetos com esse objetivo devam ser discutidos dentro deste fórum.

Muito obrigado. Consegui obedecer aos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Fábio, pela sua explanação.

Passo a palavra ao nosso colega Dr. Odacir Klein.
(*Interrupção do som.*)

O SR. ODACIR KLEIN – Na realidade, vou usar os dez minutos para a exposição, mas peço que seja acrescido ainda o período que vou usar aqui para uma saudação específica aos Senadores presentes, porque eu devo fazê-lo.

Primeiro, quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, que tem feito um excelente trabalho. Tenho-o encontrado em diversas oportunidades e soube, numa dessas audiências públicas – aquela requerida pela Senadora Ana Amélia lá na Expointer, quando foi discutido o Código Florestal –, que a mãe do Senador nasceu em Charrua, que é hoje Município, mas era Distrito de Getúlio Vargas. E Erebangó, onde eu nasci, que agora também é Município, também era Distrito de Getúlio Vargas, e eu fui Prefeito de Getúlio Vargas. Então, na verdade, a mãe do Senador é minha conterrânea do então Município de Getúlio Vargas.

Eu quero saudar aqui também a Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia, jornalista, é uma pessoa com profundo senso de dever público, mas acho que, mais do que Senadora, mais do que jornalista, ela é na verdade uma construtora. Eu acompanho a atividade da Senadora Ana Amélia há muito tempo e a sua atividade toda sempre visou a construir. Fez jornalismo construindo. Criticava instituições, criticava programas, criticava políticas, construindo ou visando a construir. E o relatório deste projeto de lei com a Senadora é a garantia de que nós teremos um relatório de qualidade, isento.

Quero saudar também o Senador Clésio Andrade, que era Presidente da CNT quando eu era Ministro dos Transportes. Tivemos muitas oportunidades de juntos estar em eventos públicos.

E quero saudar – ele esteve aqui, mas disse que já voltará – também o Senador Waldemir Moka, que hoje é Coordenador da Frente Parlamentar do Cooperativismo, com quem tenho muito contato por meio da consultoria – consultoria de verdade! – que eu tenho da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Com relação ao projeto de lei, na verdade, o Senador Acir visou a criar um programa para microdestilarias e até salientou “álcool e biocombustíveis”, para dar a conotação de que o projeto visa preponderantemente à questão das microdestilarias de álcool. Se visasse apenas à questão de biocombustíveis, não teria destacado a questão álcool.

Esse projeto de lei, ao tratar de biocombustíveis, trata também de biodiesel, que é um biocombustível.

Biodiesel tem uma legislação própria e aprovada recentemente, que é a Lei nº 11.097, de janeiro de 2005. Quer dizer, há uma legislação de seis anos que permitiu que nós tivéssemos um programa que hoje já garante mistura obrigatória de biodiesel de 5% a todo óleo diesel em circulação no País.

Essa lei, desde a primeira hora, teve uma profunda proteção da qualidade do biodiesel. Nós temos assistido a discussões a respeito de qualidade – e é natural que isso ocorra –, e a Ubrabio tem um compromisso, inclusive tem se reunido com a ANP para discutir essa questão, tem um consultor específico que é uma das figuras mais qualificadas do País neste sentido, o Professor Donato Aranda, para exatamente defender um avanço no que diz respeito à qualidade, porque é fundamental que um programa nacional de biodiesel garanta a qualidade para quem o está usando.

A ANP recebeu por essa lei atribuição para regular toda a cadeia de produção e consumo de biodiesel. E a ANP, através de resolução sua, define o que é produtor de biodiesel. Prevê, no art. 2º, inciso IV, produtor de biodiesel: “Empresa cooperativa ou consórcio de empresas autorizado pela ANP a exercer atividade de produção de biodiesel para a comercialização ou o consumo próprio.” E, posteriormente, quando trata de autorização para comercialização, ela diz quais são as entidades, as empresas autorizadas a comercializar e, no § 2º do art. 14, ressalta: “Estão desobrigadas a solicitar autorização para comercialização as empresas cooperativas ou consórcios de empresas autorizadas para o exercício da atividade de operação de plantas produtoras de biodiesel destinadas exclusivamente para consumo próprio ou para fins de pesquisa.”

A ANP recebeu, por determinação legal, a atribuição de cuidar da especificação que caracteriza o que é biodiesel, de definir o que é produtor e de registrar os produtores de biodiesel. E a Ubrabio não tem nenhuma resistência a que esse produtor seja pequeno, seja micro. Pelo contrário, sabe que inclusive em determinadas regiões geográficas é muito importante que haja essa possibilidade. Mas a Ubrabio tem um profundo compromisso com a qualidade de biodiesel.

Logo que iniciou o programa, havia alguns entusiastas e, em Marcelino Ramos, eu encontrei um cidadão, lá no interior do Rio Grande do Sul, que usava óleo de cozinha, fazia um processo caseiro e colocava no veículo de sua propriedade. E ele disse: estou usando biodiesel que sai da frigideira da minha casa. Na época eu não conhecia nada, e alguém presente disse: o motor é seu, faça dele o que você quiser.

Mas, na verdade – e o Sindicom tem defendido muito isso –, nós temos que nos preocupar com o avanço da qualidade. Então a questão de microdestilarias...

E eu não entendo nada de álcool, e faço questão de não entender. Vou fazer uma brincadeira: a Senadora Ana Amélia acompanha um drama pessoal meu. Se eu me vincular muito a álcool, vão dizer: recaiu.

Em consequência, na questão específica do biodiesel, por parte da Ubrabio, nenhuma resistência à micro, nenhuma, pelo contrário, mas toda a defesa da qualidade. Não pode haver qualquer instalação industrial para a venda de biodiesel.

Nós temos um programa recente, que hoje faz com que mais de cem mil famílias de agricultores recebam mais pelo valor da sua produção e sejam estimuladas ao plantio de novas matérias-primas alternativas à soja, ao tempo em que a soja, que tem 18% de óleo e 80% de farelo, está fazendo com que haja um barateamento do custo de rações para a produção de proteína animal, porque hoje se usa no País com B 5 aproximadamente 12 milhões de toneladas de soja que nós estaríamos exportando em grão. E é um farelo que remanesce no País.

Então a produção de biodiesel, hoje estancada em 5% – e o setor produtivo defende um novo marco regulatório para que essa represa não fique fechada com os afluentes jogando água –, é um setor bem sucedido que carece de avanços.

O projeto de lei é meritório. Nós nos propomos, como Ubrabio, Senadora, inclusive a encaminhar um relatório por escrito para ajudar no embasamento do seu parecer, mas entendemos que nada que venha a ser feito possa prejudicar, no caso específico do biodiesel, a qualidade, que é o fundamental. Se nós não tivermos qualidade o programa vai ser malsucedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Odacir Klein. É um prazer tê-lo conosco mais uma vez.

A nossa intenção ao promover esse projeto se deve à busca de combustíveis alternativos, Senadora Ana Amélia, que acontece no mundo inteiro, não apenas a busca de combustíveis alternativos, mas a geração de emprego e renda para os pequenos e microprodutores rurais.

Entendemos que um programa dessa natureza, com apoio do Governo, como muito bem citou o Dr. Gerson Carneiro, tem um projeto que adormece no BNDES há vários anos. Em busca de soluções para projetos como esse, é fundamental a aprovação desse projeto para fortalecer cooperativas pequenas, médias, principalmente as pequenas. Por isso estamos trabalhando. O senhor colocou muito bem que é preciso ter um programa específico para esses produtores.

Portanto, agradecemos a presença dos senhores e passo a palavra à Senadora Ana Amélia para as suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, gostaria primeiramente de agradecer a generosidade das referências do nosso ex-Ministro Odacir Klein, Presidente da Ubrabio, ao meu trabalho, mas queria também fazer algumas questões pertinentes a essa matéria. Queria agradecer também pela objetividade. Essa é uma questão muito importante para o exercício político, então essa objetividade permite uma maior clareza sobre todos os temas

Quero cumprimentá-lo pelo tempo dado e pela competência com que se desempenharam nossos palestrantes.

Dr. Gerson, qual é a razão, se é que houve e se é que a instituição está explicando, da demora do BNDES em dizer sim ou não a um projeto que tem tantos méritos? A primeira pergunta é para o senhor.

Dr. Alexandre, o senhor não foi muito claro, para mim pelo menos, quando deu a explicação de que essas microdestilarias estão voltadas à pesquisa e ao consumo próprio e se a regulamentação já está clara para esse patamar de produção de microdestilarias em relação à ANP.

O Dr. Fábio e o Dr. Odacir, os dois me pareceram consensuados na questão da qualidade. Quando o Dr. Fábio fala “a gente pode ter perda em relação à questão tributária”, o senhor está se referindo ao Fisco, à Receita?

O SR. FÁBIO MARCONDES – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi frisada a questão da qualidade.

Hoje as distribuidoras do combustível fóssil levantam algumas dúvidas sobre os equipamentos ou os motores movidos à mistura de biocombustível ou de álcool anidro à gasolina ou ao diesel. Gostaria de saber se já existem algumas pesquisas que o Sindicom tenha feito a respeito desse tempo em que estamos aplicando no Brasil a utilização do B-2, B-3, B-5, que foi uma evolução, se já há alguma avaliação sobre esse impacto, na questão específica desse processo. E que medidas o nosso Presidente da Ubrabio recomenda? Quer dizer, em matéria de qualidade, como esse projeto pode trabalhar para evitar comprometimento? Porque se não tiver qualidade compromete a própria imagem do programa de biodiesel, que é a energia renovável tão importante nesses tempos em que estamos preocupados com a questão ambiental na discussão do Código Florestal.

Muito obrigada aos senhores palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Antes de passar a palavra ao Dr. Alexandre,

reforço a pergunta no sentido de que as pequenas destilarias podem vender o seu produto diretamente aos seus associados ou a prefeituras ou para consumo próprio? Esse é um dos pontos importantes que entendemos que temos que analisar. Se o senhor puder responder, agradeço.

Pode ser o Dr. Gerson, faremos na sequência. É que começamos com o Dr. Alexandre, por isso tentei fazer pelo início.

Então, Dr. Alexandre, por gentileza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A ordem dos palestrantes não altera as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É só para seguir a mesma ordem com que iniciamos. Obrigado, Senadora

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Bom dia, nobre Senadora. Desculpe-me por não ter ficado claro. A questão é relacionada ao consumo próprio em fins de pesquisa.

Como o colega Sr. Odacir Klein explicou muito bem, a questão refere-se ao biodiesel. No biodiesel existe essa limitação para pequenas empresas, relacionada ao consumo próprio e a fins de pesquisa.

No caso das destilarias, no caso do etanol, a minuta de resolução, que está em consulta pública e que vai à audiência pública no dia 7, ela prevê as empresas de pequeno porte, de produção de 200m³. Essas empresas vão ter, de acordo com a resolução, um rito mais simplificado para obter autorização, mas elas vão ter uma autorização da mesma forma...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para o álcool?

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Para o álcool, só para o etanol. O biodiesel é restrito ao consumo próprio e para fins de pesquisa a essa pequena empresa.

No caso do etanol, não. O etanol vai ter, pela resolução, um rito simplificado, terá autorização, da mesma forma, da ANP e terá que cumprir todas as regras em relação à qualidade, podendo vender para qualquer empresa também. Não há nenhuma restrição para quem ela vai vender. Ela apenas vai ter um rito simplificado na obtenção da autorização, respeitando a Lei nº 12.490.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por que a diferença do biodiesel para o álcool, Dr. Alexandre? Por que esse tratamento discriminatório? Há alguma explicação técnica para isso?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É discriminatória, convenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Há alguma explicação técnica para isso?

O SR. ALEXANDRE CAMACHO – Sim. Existem alguns fatores que diferenciam os mercados.

O biodiesel é um mercado que começou com a ANP. Por isso houve uma necessidade de maior rigor da ANP, porque era um mercado novo. Como já foi falado na Mesa mesmo, havia uma grande preocupação com a qualidade do produto, uma vez que era um produto novo.

Muitas empresas que entraram no setor vieram de setores que não tinham costume, não tinham expertise na área de combustíveis em geral. Eram empresas que vinham de outros setores. Então, havia necessidade de a gente estar mais perto para ajudar o programa a dar certo.

No caso do etanol é diferente, porque a gente está entrando na regulação de um setor que está consolidado, um setor maduro que já tem essa expertise. Então, o tratamento acaba sendo um pouco diferenciado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Passo a palavra ao Dr. Gerson Carneiro Leão.

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – A respeito da demora na liberação de recursos pelo BNDES, eu acho que é a burocracia e a falta de incentivo do Governo para os pequenos produtores em cooperativas.

Quando alguma indústria, algum grupo entra no BNDES, grupo fabricante de etanol, proprietário de usina, imediatamente esse recurso sai, mas para o pequeno a coisa está meio...

Estivemos com o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que se propôs a ver se agiliza a coisa para saírem esses recursos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer dizer que o “s” que tem no BNDES devia ser dispensado?

O SR. GERSON CARNEIRO LEÃO – Devia ser dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Dr. Gerson.

Com a palavra o Dr. Fábio Marcondes.

O SR. FÁBIO MARCONDES – Senadora, vamos por etapas.

Qualidade.

A gente está diante de um produto novo no mercado. O biodiesel entrou em 2008 com um percentual de 2%, evoluiu para 3% e hoje está em 5%. Pela lei citada pelo Odacir, ele teria 5% de mistura apenas em 2013. Tendo em vista todo o esforço feito pelos produtores e por todos os elos da cadeia, esses 5% foram antecipados e aconteceram em janeiro deste ano.

A gente fala muito em qualidade, mas não se trata de qualidade só do produtor. O produtor pode fazer um produto de excelente qualidade, e, se você

não armazena bem, se não transporta bem, ao longo da cadeia – e isso tem sido identificado – o produto pode sofrer algumas alterações. Por isso a gente está tendo cuidado. A nossa mensagem é: apoiamos o programa, tanto que evoluímos e o antecipamos em três anos, o B5 é uma realidade. Não tivemos nenhum ponto de gargalo de distribuição, a gente tem a coleta dele 100% rodoviária.

Para a senhora ter uma ideia, em média, os nossos associados demoram 5.5 dias para coletar esse biodiesel no Centro-Oeste, que é o grande centro produtor dele, e no Sul e percorrem 1.304 quilômetros. Então o biodiesel num caminhão que pega o produto a 30°, dorme numa serra a 10° e chega ao distribuidor pode sofrer alterações nesse meio. A gente enfoca muito qualidade porque a venda direta por essas microdestilarias e associadas pode gerar a existência de um caminhão-pipa que pegue etanol e biodiesel e leve para comercializar. Então, a questão da qualidade é muito forte.

Com relação ao que a senhora perguntou de desenvolvimento, nós somos membros da EA e estamos direto com a Anfavea, porque a gente entende que qualquer produto deve ter a sua autorização, o seu “de acordo” dos produtores de motores. Se você compra um carro novo... Vários de vocês devem ter SUVs. As SUVs, a partir de janeiro de 2012, vão ter um motor chamado Euro 5, que precisam de um diesel de baixo teor de enxofre. E se você não coloca esse diesel de baixo teor de enxofre o seu carro vai perder desempenho e, obviamente, pode impactar peças, com a troca de peças antecipada, e até na perda da garantia.

O nosso País é reconhecido no exterior porque desenvolve muito bem biocombustíveis, está em um patamar excelente, mas a gente tem que ter em vista que só pode desenvolver o novo biocombustível na hora em que os fabricantes estiverem lado a lado com a gente. Não adianta criar biocombustível se não houver um carro apropriado, um motor apropriado para isso. A nossa preocupação é muito grande com relação a isso.

Na questão tributária, eu falei a gente porque todos nós perdemos. Meus filhos perdem, meus netos futuramente vão perder, os netos do Odacir perdem, porque perder arrecadação é menos incentivo na educação, na saúde. E a gente acaba sofrendo como sociedade.

Esse é um ponto muito importante que deve ser visto. Foi o que falei: o Sindicom sempre vai apoiar projetos, leis e resoluções da ANP que contribuem para o desenvolvimento e para a correta aplicação do

mercado, garantindo isonomia, garantindo que todos os tributos sejam recolhidos adequadamente, etc.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Fábio.

Faço uma pequena indagação, Dr. Fábio: não dá para o produtor comercializar e pagar o imposto ou o senhor entende que todos eles vão sonegar? O senhor já está condenando dessa forma, colocando dessa forma? A comercialização pode ser feita com a tributação, da mesma forma que é hoje, talvez não com a rigidez do recolhimento, é evidente. Mas é possível fazer com a fiscalização, com uma tributação ao pequeno produtor. O senhor não acha?

O SR. FÁBIO MARCONDES – Eu acredito que sim, Senador.

Acho que a gente tem, em todos os elos da cadeia, distribuidores e distribuidores, produtores e produtores. Aqueles produtores que estão empenhados na qualidade, distribuidoras que só são criadas para ter alguma brecha e ganhar fácil e, obviamente, se isso for tratado em nível de Sefaz estaduais, em nível de governo, quando for um tributo federal, acho que há condições sim.

Só quero fazer uma menção ao que o Alexandre falou da ANP.

O biodiesel hoje é regulamentado pela ANP e o etanol foi para a ANP agora, com a Medida Provisória nº 532 que se transformou na Lei nº 12.490. Pela ANP – isso tem que ficar muito claro –, não existe produtor vendendo direto a uma associação ou a um consumidor final. Isso tem que ficar claro.

Desde que todos esses pontos que podem causar um desequilíbrio concorrencial na ponta sejam vistos em nível de tributos federais ou estaduais, eu não vejo problema nenhum, porque daí a regra está clara e todos vão cumpri-la.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, é questão de se fazer um programa completo.

O senhor tocou em um assunto que preciso lhe perguntar. Todos os Estados brasileiros estão aptos a fornecer óleo diesel para os motores Euro 5?

O SR. FÁBIO MARCONDES – Não fique preocupado quanto ao SUV.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, estou preocupado com os caminhões da Amazônia que hoje têm o pior óleo diesel do País.

O SR. FÁBIO MARCONDES – Vamos ao entendimento.

O S-50, que é o diesel com baixo teor de enxofre, com 50 ppm por milhão, já está disponível e abastece frotas de ônibus em alguns Municípios e regiões metropolitanas em nível Brasil. Então o S-50 já é uma realidade em nível Brasil.

A partir de janeiro de 2012, vai começar a andar esse caminhãozinho com motor Euro 5. Obviamente, no primeiro dia vai haver um caminhãozinho, depois vai crescendo a venda e, daí sim, vamos ter, com os nossos revendedores, que disponibilizar isso em nível Brasil.

A ANP, preocupada com isso, colocou em consulta, em audiência pública, uma resolução que faz algumas premissas para que o posto seja obrigado a vender esse diesel de baixo teor de enxofre. Ele tem que ter números de bico de diesel maior que os de gasolina ou álcool e mais de dois tanques de diesel. Isso vai gerar mais ou menos uns três mil postos em nível Brasil, o que corresponde a mais ou menos a 8% de toda a rede de postos. Mostrei em um dos slides que temos 18.500 postos revendedores de bandeira das nossas associadas, mas ao todo são 38.000 postos em nível Brasil.

É lógico que todo transportador que fizer a compra do seu caminhão vai, na hora de determinar a rota, principalmente se for para país vizinho... Se for para a Argentina não há problema, porque o S-10 lá já é uma realidade, ou seja, eles estão com um baixo teor de enxofre, até mais baixo do que o nosso, porque o nosso S-10 só chega em 2013. Mas ele vai ter que calcular. De repente, vai mandar um motor antigo fazer essa rota e deixar um rodando dentro do Brasil para fazer as rotas com o motor Euro 5.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Fábio, é porque a Região Amazônica é abastecida pela refinaria de Manaus, e lá não há ainda nem o Euro 3. Temos uma dificuldade muito grande com os veículos que transportam alimentos e passageiros naquela região, tanto no Amazonas quanto em Rondônia, que utilizam aquele veículo, em função de os motores estarem programados para uma qualidade de óleo diesel, e esse óleo diesel não estar à disposição da população. Mas não é o nosso tema. É só para pontuar, uma vez que o senhor colocou a questão.

Passo a palavra ao Dr. Odacir Klein, Presidente da Ubrabio.

O SR. ODACIR KLEIN – Eu vou rapidamente, até porque a comissão é de agricultura, embora seja conhecido dos Senadores, expor como funciona o programa do biodiesel.

Temos o produtor de matéria-prima, hoje preponderantemente soja, mas há outras matérias-primas

também sendo usadas. O fato de estar sendo usada a soja vem estimulando o plantio de outras matérias-primas como a canola no Rio Grande do Sul. Inclusive, no Norte do País, em alguns Estados, o plantio de palma em áreas degradáveis, com efeitos ambientais benéficos e também com efeitos econômicos... E teremos, dentro de alguns anos, uma grande quantidade de óleo de palma sendo produzida não só para efeitos alimentares, mas inclusive para a produção de biodiesel. Esse produtor de matéria-prima, quando se trata de agricultor familiar, é enquadrado num programa desenvolvido pelo MDA que fornece o Selo Combustível Social.

As empresas, para participar do volume de 80% nos leilões de biodiesel, precisam ter Selo Combustível Social. Eu sempre brinco: sou de Erebango. Produtor de Erebango hoje recebe, quando enquadrado no programa de biodiesel, um real a mais pela saca de soja. O avicultor ou o suinocultor paga menos pelo farelo. E, quando estou fazendo uma palestra em São Paulo, respiro o ar melhor em função dos 5% de mistura de biodiesel.

Esse produtor de matéria-prima vende para a indústria; a indústria produz, e não vende diretamente. A venda é feita através de leilões organizados pela ANP; leilões regulados pelo Ministério de Minas e Energia, organizados pela ANP. Compradoras no leilão: a Petrobras e a refinaria Alberto Pasqualini. Após esse leilão, é feito um re-leilão. A Petrobras e a Refinaria Alberto Pasqualini compraram das empresas, e as vinculadas ao Sindicom vão comprar da Petrobras e na refinaria, no re-leilão. É uma situação inteiramente diferente da situação do etanol. Depois, então, é feita a distribuição e se completa esse ciclo do Programa Nacional do Biodiesel, no que diz respeito à circulação do produto.

Referentemente à qualidade e às medidas que estão sendo adotadas, excluindo o representante da CNA, que aprofunda a sua análise na questão etanol, nós temos, relativamente a biodiesel, três posições: a ANP, encarregada de normatizar, de estabelecer a especificação e de fiscalizar a qualidade do biodiesel. Nós temos o Sindicom, que pode ser prejudicado, porque vai chegar à ponta final se não tivermos biodiesel de boa qualidade, e temos Ubrabio, representando empresas produtoras de biodiesel, que sabe que as suas associadas serão altamente prejudicadas se nós tivermos questionamento da qualidade.

Nós temos aqui um joguinho de pulso: Sindicom e Ubrabio. A Ubrabio quer o aumento da mistura obrigatória. Hoje temos 40% da capacidade instalada usada e 60% de capacidade ociosa. O Sindicom diz:

mas aumentar como se tem problema de qualidade? Aí a ANP intervém, inclusive estamos conversando e avançando nesse sentido, para melhorar.

Nós tivemos alguns problemas de qualidade com biodiesel produzido com gordura animal, principalmente com sebo bovino. Já se avançou no sentido – e eu não sei explicar isso tecnicamente – de, em determinadas regiões geográficas do País, principalmente no inverno, não haver a circulação de biodiesel produzido com gordura animal, que é o que produz esse problema de qualidade. Os representantes da ANP e do Sindicom, que têm formação técnica, podem, se for o caso, explicar isso melhor do que eu.

Todos estão procurando melhorar a qualidade, para que nós tenhamos um programa bem sucedido. Que medidas temos que tomar? Primeiro, estarmos em sintonia, conversando. Segundo, no nosso caso específico, produtores de biodiesel, quando a ANP diz: a qualidade não está boa, nós temos que tomar medidas, precisamos ser inteiramente colaborativos e visar ao avanço. Não podemos ficar dizendo “Está bem”, se não estiver; não podemos ficar prejudicando um programa por questão dessa natureza.

Então, Senadora Ana Amélia, no que diz respeito a melhorar a qualidade, está havendo todo um esforço muito dialogado e um pouco de jogo de pulso no sentido Sindicom e Ubrabio, nós dizendo: queremos aumento de mistura obrigatória e o Sindicom dizendo: com esta qualidade, não há como ter aumento de mistura obrigatória. Mas a ANP se encarrega de fazer com que seja melhorada a qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Odacir.

O senhor argumenta que toda a produção de biodiesel – e somos sabedores disso – obrigatoriamente tem de passar pela Petrobras, antes de ser misturada, antes de ser distribuída no mercado. Isso, de certa forma, não encarece o produto final? Porque tem o produtor, passa para a refinaria, a refinaria passa para a Petrobras, a Petrobras revende, faz um leilão novamente para entregar às outras empresas que vão fazer a mistura que vai chegar até o consumidor final. Senadora, isso cria uma cadeia de...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Condições.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – De ganha, ganha. Cada um tem de ganhar uma parte, cada um tem de ter o seu lucro. Essa é a preocupação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E quem paga a conta é o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quem paga a conta... Tanto é que o biodiesel hoje, quando chega à ponta, é mais caro do que o óleo diesel. Ele é bem mais caro do que o óleo diesel. Acaba encarecendo.

Para fins de pesquisa, só para informação também, em determinado momento...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só diria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...como tenho, na Comissão de Educação, uma missão muito relevante, pois diz respeito ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre... O Senador é do Rio Grande, então fiquei satisfeita e queria renovar os agradecimentos aos expositores, pois me clarearam bastante muitos aspectos em que eu estava ainda com dúvidas a respeito dessa matéria. E gostaria de cumprimentá-lo, Senador Acir, pela iniciativa de fazer esse projeto que vou ter agora redobrada responsabilidade para melhorar a relatoria. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado. Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, pelo seu trabalho nesta comissão, especificamente neste projeto que entendo ser muito importante para a geração de emprego e de renda para as famílias que detêm a produção de biocombustíveis para os nossos veículos.

Só para fins de registro, Dr. Odacir, em determinado momento, alguns anos atrás, para efeito de pesquisa, utilizei em veículos, em Rondônia, biodiesel fabricado do sebo, B50, em um veículo, dois, quatro ou cinco, para fins de pesquisa, e não tive nenhum problema. Depois foram abertos os motores dos veículos e não houve desgaste superior. Só para registrar: tinha um cheiro de pastel que vinha atrás do ônibus. Foi diferente. Mas era o único efeito colateral que tinha, o que não é ruim. É melhor do que o cheiro do óleo diesel, é muito mais agradável. É só para registrar.

E entendo que, se conseguirmos avançar, aumentando para B6, B7, B10, será importante. Mas temos de repensar talvez toda essa trajetória da produção até chegar ao consumidor. É nesse sentido que estamos trabalhando.

Agradeço a presença do Dr. Gerson, do Dr. Alexandre, do Dr. Fábio e também do nosso sempre Ministro Odacir Klein.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Reunião iniciada às 8 horas e 51 minutos e encerrada às 10 horas)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA**

ATA DA 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011.

Às oito horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, ZEZE PERRELLA, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS e EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores: Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Reditario Cassol, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Sérgio Souza. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, em cumprimento à seguinte pauta: **ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR – SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009 – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a atividade pesqueira à atividade agropecuária, e para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial. **Autoria do PLS:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Observações:** Na 36ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 22/9/2011, a Comissão aprova a Emenda nº 1–CRA (Substitutivo) ao PLS nº 423/2009, oferecida em conclusão do relatório do Senador Flexa Ribeiro. Fica prejudicado o Projeto, em razão da aprovação do Substitutivo (art. 300, XVI – RISF). Em virtude da aprovação da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) ao PLS nº 423, de 2009, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, será o Substitutivo submetido a turno suplementar. Na discussão suplementar da matéria, não houve apresentação de emendas. **Resultado: Nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação. ITEM 2: Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523,**

DE 2007 – EMENTA: Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CMA. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e pela CCT, tendo sido aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3: Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, DE 2007 – EMENTA:** Estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAE. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. A Presidência designa o Senador Jayme Campos relator *ad hoc* em substituição ao Senador Cyro Miranda. Na fase de discussão da matéria, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Jayme Campos foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CRA. ITEM 4: Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2009 – EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CI. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CI. A matéria foi apreciada pela CI, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI, e será apreciada pela CCJ e posteriormente pela CAE em decisão terminativa. Na fase de discussão, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Waldemir Moka foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI/ CRA. ITEM 5: Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010 – EMENTA:** Dispõe sobre a Equoterapia. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1-CE a 3-CE. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CE. O Projeto constou da pauta da 36ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 22/09/2011. A matéria foi apreciada pela CE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CE a 3-CE, e será apreciada pela CAE

e posteriormente pela CAS em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 6: Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011 – EMENTA:** Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva). **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Na fase de discussão da matéria, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Antonio Russo foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). ITEM 7: Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2011 – EMENTA:** Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Autoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. O Projeto constou da pauta da 36ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 22/09/2011. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Na fase de discussão da matéria, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Clésio Andrade foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 8: Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2011 – EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 4. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. O Projeto constou da pauta da 36ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 22/09/2011. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta. EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 70, DE**

2011 – CRA – ASSUNTO: Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o Senhor **LUIZ SÉRGIO NOBREGA DE OLIVEIRA**, Ministro da Pesca e Aquicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta. **Autoria:** Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz e Eduardo Suplicy. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011 – CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA, Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **MENDES RIBEIRO FILHO**, com a finalidade de debater a Política do Governo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Russo, Zeze Perrella e Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, por anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Antes de iniciarmos, faço um comentário sobre a votação de ontem, do PLC nº 001/2010. Essa matéria vem de encontro com o estudo da reforma do Código Florestal brasileiro; vem auxiliar os nossos agricultores, por meio de ações municipais, estaduais e federais.

O foco da atuação dos órgãos ambientais dos respectivos entes federados deverá ser a política de licenciamento e fiscalização ambiental. A meta será oferecer segurança jurídica na exploração racial e sustentável dos recursos naturais.

O projeto detalha as competências administrativas específicas da União, dos Estados e dos Municípios. Como exemplos, pode-se citar a responsabilidade da União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades militares e relativos a material radioativo; a dos Estados, em elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico no âmbito do seu território; e a dos Municípios, em aprovar a supressão e o manejo de vegetação em empreendimentos licenciados ou autorizados ambientalmente pela administração local.

Empreendimentos e atividades serão licenciados ou autorizados ambientalmente por um único ente federativo, facultadas manifestações dos demais afetados pela iniciativa. Na inexistência de órgão ambiental capacitado ou Conselho de Meio Ambiente nas esferas estadual ou municipal, caberá à União desempenhar as ações administrativas, demandas nessas localidades, até a sua criação. Ou seja, grandes temas que estão sendo discutidos na reforma do Código Florestal foram atendidos por meio do PLC nº 001, onde coloca a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, vem de encontro ao debate que estamos fazendo com relação ao Código Florestal brasileiro, auxiliando assim, mais uma vez, a nossa sociedade. É um avanço muito grande para todo o País a votação e a aprovação desse projeto aqui no Congresso Nacional, que agora segue para sanção presidencial.

Passemos à pauta.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Seria possível inversão de pauta para o item 7, se a Senadora Ana Amélia e o Senador Antonio Russo concordarem? Tenho um compromisso às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Inicialmente, Senador, se os demais Senadores e Senadoras concordarem, vamos fazer a inversão. Só peço para ler o item 1, que é turno suplementar e é muito rápido.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a atividade pesqueira à atividade agropecuária, e para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial.

Autoria do PLS: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Observações: – Na 36ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 22/9/2011, a Comissão aprovou a Emenda nº 1–CRA (Substitutivo) ao PLS nº 423/2009, oferecida em conclusão do relatório do Senador Flexa Ribeiro.

– Fica prejudicado o Projeto, em razão da aprovação do Substitutivo (art. 300, XVI – RISF).

– *Em virtude da aprovação da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) ao PLS nº 423, de 2009, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, será ele submetido a turno suplementar.*

– *Nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.*

Em discussão o Substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Não foram apresentadas emendas. Portanto, em cumprimento ao disposto no art. 284, do Regimento Interno, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação.

O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos fazer a inversão de pauta, indo para o item 7.

ITEM 7

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2011

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Clésio Andrade

Observações: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra o relator, Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Obrigado, Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia e Senador Antonio Russo.

Como o senhor disse, é o PLS nº 200, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola,

tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A proposição contém cinco artigos, sendo que o art. 1º isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) máquinas e aparelhos de uso agrícola, tratores agrícolas, e automóveis para transporte de mercadoria, cujas posições na Tabela do IPI (TIPI) são devidamente identificadas. Nos termos das disposições propostas, o benefício somente poderá ser utilizado uma única vez a cada cinco anos.

A base do relatório é essa e parto já para a análise.

Compete a esta Comissão opinar em assuntos correlatos às políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais, e sobre cooperativismo e associativismo rurais, nos termos dos incisos XV e XVII do art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No entanto, cabe ressaltar que, conforme o inciso XI do art. 104-B do RISF, a esta Comissão compete manifestar-se quanto aos aspectos de tributação da atividade rural, isto é, acerca de impostos que incidem sobre a atividade realizada “dentro da porteira”. Por outro lado, compete à CAE, que em outra ocasião se manifestará sobre a proposição, tratar mais amplamente dos aspectos vinculados a tributos, tarifas e normas gerais de direito tributário (art. 99, inciso IV, do RISF) e, portanto, analisar a isenção de IPI para máquinas e aparelhos de uso agrícola, tratores agrícolas, e veículos automóveis para transporte de mercadoria, proposta na matéria.

Com respeito ao mérito, entende-se que o Projeto de Lei seja importante, pois contribui para reduzir os custos de produção da agricultura familiar, segmento cuja importância na produção de alimentos para o mercado interno é destacada e vem apresentando tendência de crescimento, como comprovado pelos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2011, do Senador Gim Argello, parabenizando pelo importante projeto e importante atendimento social que o mesmo irá proporcionar.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.

O relator concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. que concordam com o relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será apreciada pela CAE, em discussão terminativa.

Como invertemos a pauta, vamos passar ao item 6.

ITEM 6

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Antonio Russo

Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra o nobre relator, Senador Antonio Russo, para falar sobre o seu relatório. É um prazer ouvi-lo, Senador Antonio Russo.

É a primeira de muitas, Senador.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão não terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o autor pela proposta, que em muito levará justiça aos trabalhadores, que, por razão de calamidade, poderão contar com o amparo da lei.

Sr. Presidente, passo a ler o meu parecer, diretamente da análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 104-B, inciso XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária dar parecer, em decisão não terminativa, sobre o presente projeto de lei.

O tema do seguro-desemprego integra o campo do direito do trabalho e da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, cabe apenas observar que serão necessários pequenos ajustes do ponto de vista da técnica legislativa, em atendimento

ao que preconiza a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, é necessária uma reflexão mais aguda sobre a utilização do seguro-desemprego como política de assistência em casos de emergência e calamidade pública.

O eminente Senador Marcelo Crivella, motivado pela dor das famílias atingidas por calamidades públicas ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, nos últimos anos, aponta um caminho, que é o de assegurar o benefício do seguro-desemprego, por até três meses, ao empregado urbano ou rural, cujo empregador interrompeu suas atividades, e também aos profissionais autônomos e empreendedores individuais urbanos ou rurais, que perderam os instrumentos ou condições para o exercício da atividade, em decorrência de calamidade natural.

Do ponto de vista técnico, a inclusão dos profissionais autônomos e dos empreendedores individuais representa uma impropriedade jurídica, pois não se relaciona com a sistemática adotada no âmbito do programa de seguro-desemprego em vigor, uma vez que nestes casos não se verifica o desemprego, mas sim a suspensão temporária da atividade profissional ou econômica.

Lembro, ainda, aos eminentes pares, que alteração recente da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), determinada pela Lei nº 12.435, de 2011, fixou um novo conceito para os benefícios eventuais, promovendo a inclusão das pessoas em situação de calamidade pública, conforme redação atribuída ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Com a instituição do benefício eventual no âmbito da Assistência Social, é necessário compatibilizar os sistemas de tal forma que não se inclua duplamente os beneficiados ou se deixe de amparar quem realmente necessita.

Assim, sugerimos alterar a proposição, para instituir, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o Seguro Especial De Emergência, que seria constituído de parcela única no valor máximo de duas vezes o valor teto do benefício do seguro-desemprego, que atualmente corresponderia a R\$2.020,68.

Além disso, para os trabalhadores autônomos e empreendedores individuais poderá ser concedido um crédito de emergência, na modalidade de empréstimo, com valor fixado em até três vezes o valor teto do benefício do seguro-desemprego, o que atualmente corresponderia a R\$3.031,02.

Os trabalhadores beneficiados com seguro especial de emergência também poderiam acessar a linha de crédito de emergência, nos termos de reso-

lução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Assim, manteríamos a sistemática do programa, atendendo a públicos distintos, sem a necessidade de se criar uma nova contribuição social para financiar categorias de trabalhadores que não se enquadram como empregados, pois é isso que procuramos evitar.

No substitutivo apresentado, propomos que o crédito de emergência tenha uma carência de, no mínimo, seis meses e, no máximo, 12 meses, e parcelamento em até 36 prestações.

Voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, nos termos da emenda substitutiva.

Sr. Presidente, esse é o meu voto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Cumprimento o Senador Antonio Russo pelo belo parecer proferido por V. Ex^a. Meus cumprimentos.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O relator concluiu pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 01, substitutiva.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dando sequência à nossa pauta, passaremos ao Item 2.

ITEM 2

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2007

Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

A pedido da Embrapa, eu, como Relator, vou pedir retirada de pauta, para que nós possamos continuar a discussão e o debate dessa matéria. É matéria importantíssima para os produtores brasileiros, mas peço que a Embrapa nos auxilie, para que a gente possa avançar nessa matéria, porque ela já está rodando por aqui desde 2007. É muito tempo para termos uma matéria sem votação.

Está há praticamente um ano conosco. Sempre nós pedimos que a gente possa fazer uma reunião definitiva para resolver essa questão. Portanto, peço a gentileza da Embrapa. Estamos atendendo ao pedido da Embrapa, retirando de pauta, mas no compromisso de nós nos reunirmos o mais rapidamente possível. Dentro desse mês de novembro, eu faço questão de

votar, e não queremos manter nenhum projeto paralisado na nossa Comissão.

Portanto, está fora de pauta.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, DE 2007

Estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Como Relator *ad hoc*, agradecendo, já, a gentileza do nosso colega Senador Jayme Campos, passo a palavra a S. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Ilustres Senadores aqui presentes, Antonio Russo e Ana Amélia, eu lerei apenas o início do projeto. Eu gostaria, com a devida vênia e permissão de V. Ex^a, de ler a análise, já que esse projeto se encontra na Comissão e todos nós tivemos conhecimento da matéria.

Projeto de Lei nº 632, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles. Contém cinco artigos.

Na parte inicial do art. 1º, o objetivo é permitir o desconto imediato e integral dos créditos ordinários da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) relativos à aquisição no mercado interno ou à importação de bens de capital destinados à produção dos setores exportadores que especifica. Para isso, altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

Pelo dispositivo, o benefício fiscal é estendido aos seguintes setores, por meio da inclusão dos códigos numéricos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM): óleos de amêndoa de palma ou de babaçu, e respectivas frações, previstos no código 1513.2; produtos de madeira especificados nos códigos 44.09 a 44.21; peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, descritos no Capítulo 3; peles (exceto com pelos) e couros, descritos no Capítulo 41; todas as máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, previstas no código 84.33; artigos para jogos de salão, incluídos os jogos com motor ou outro mecanismo, os bilhares, as mesas especiais para jogos de cassino e os jogos de balizas automáticos, previstos no código 95.04.

Na segunda parte do art. 1º do PLS, é alterado o art. 2º da mesma Lei nº 11.529, de 2007, a fim de incluir na subvenção econômica nele prevista os seguintes setores: pesqueiro, inclusive carcinicultura; óleo de palma; beneficiamento de castanha de caju; componentes para calçados.

Sr. Presidente, agora passo à análise.

A matéria versada no PLS nº 632, de 2007, é essencialmente tributária e financeira. No entanto, como os benefícios englobam segmentos e artigos da atividade agrária, pecuária e pesqueira, justifica-se a análise desta Comissão, com fundamento nos incisos III e V do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

A análise dos aspectos constitucionais não revela óbices à tramitação da matéria. Isso porque, sendo a União competente para legislar a respeito do tema, por força dos arts. 24, I, 48, I, 195, I, b, e IV, da Constituição Federal (CF), a iniciativa parlamentar é assegurada pelo art. 61 da CF, já que a matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme o art. 61, § 1º, da CF.

A espécie normativa a ser utilizada é adequada à matéria, uma vez que ela não está reservada pela CF à lei complementar.

Quanto à juridicidade, tampouco há obstáculos que impeçam a regular tramitação do projeto.

No mérito, ele inova o ordenamento jurídico sem ferir os seus princípios orientadores, tem caráter geral e apresenta potencial coercitividade.

A técnica legislativa empregada está em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito às atribuições desta Comissão, considera-se muito bem-vinda a extensão da possibilidade de descontar integralmente créditos da Contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins referentes à aquisição de bens de capital destinados à produção ou à fabricação dos produtos mencionados, a partir do mês de aquisição no mercado interno ou de importação. Além de impedir a corrosão inflacionária do montante dos créditos, já que eles são escriturais e não são corrigidos por nenhum índice de atualização, a medida melhora o fluxo de caixa das empresas beneficiadas.

Igualmente alvissareira a ampliação dos benefícios do art. 2º da Lei nº 11.529, de 2007, às atividades de pesca, inclusive carcinicultura; de produção de óleo de palma e de beneficiamento de castanha de caju.

Merece aplauso também, pelo estímulo representado, a extensão aos novos segmentos beneficiados da redução do percentual de 60% (sessenta por cento) no caso de pessoa jurídica em que 90% (noventa por cento) ou mais de suas receitas de exportação hou-

verem sido decorrentes da exportação dos produtos para que possam usufruir do Recap.

Em face do tempo de tramitação do projeto (2007) e da velocidade com que a legislação tributária do País se transforma, é importante observar que a redação do art. 2º da Lei nº 11.529, de 2007, foi alterada pela Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, o que requer emenda para adequar a redação proposta no PLS nº 632, de 2007, ao texto atual da lei.

Finalmente, diante da alteração promovida pela Lei nº 11.774, de 17 de outubro de 2008, que deu ao *caput* e §2º do art. 13 da Lei nº 11.196, de 2005, a mesma redação proposta pelo art. 4º do projeto, propomos a supressão deste dispositivo.

Na emenda, além de adaptarmos a redação ao inciso criado pela Lei nº 11.945, de 2009, retiramos a referência ao setor de beneficiamento de castanha de caju, por julgarmos que a inclusão do setor de frutas *in natura* e processadas já contemplou o segmento e é mais abrangente.

Retiramos, ainda, a restrição de receita operacional existente no projeto, já que a nova redação do artigo é bem mais benigna para as empresas.

Voto.

Ante a análise apresentada, o voto é pela aprovação do PLS nº 632, de 2007, com as emendas seguintes:

EMENDA Nº – CRA

(ao PLS nº 632, de 2007)

Dê-se ao art. 2º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

Art. 2º.

I – às empresas dos setores pesqueiro, inclusive carcinicultura, de óleo de palma, de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, componentes para calçados, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, móveis de madeira, frutas – *in natura* e processadas, cerâmicas, software e prestação de serviços de tecnologia da informação e bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias; e

..... (NR)”

EMENDA Nº – CRA

(Ao PLS nº 632, de 2007)

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, renumerando-se o seguinte.

De forma, Sr. Presidente, que esse é o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pelo seu apoio como relator *ad hoc* do Senador Cyro Miranda.

O relator concluiu pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, que oferece.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAE.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Cyro Miranda e do relator *ad hoc*, Senador Jayme Campos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CRA.

A matéria será encaminhada à CAE, em decisão terminativa.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CI.

Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CI.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, relator da matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, antes de relatar, se me permitir, queria trazer algo que, durante a discussão do Código Florestal – eu não sei –, passou despercebido, Senador Jayme, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Russo, Senador Eduardo Suplicy. Nós estamos tratando, no Código Florestal, dentro das chamadas áreas consolidadas e outras coisas, a possibilidade de o produtor, por exemplo, recuperar a mata ciliar, Área de Preservação Permanente. Ele pode, num prazo determinado, legalizar a sua situação, vamos dizer assim, depois, evidentemente, de recuperá-la. Mas, curiosamente – li atentamente o projeto –, não tratamos de uma coisa

muito mais simples. Imaginem um produtor rural que podia desmatar uma área dentro da legalidade só que, por uma razão que não quero discutir aqui, ele não tirou a licença ambiental. É uma coisa muito mais simples, mas não está contemplada essa possibilidade de ele poder se regularizar.

Então, eu estou oferecendo essa emenda, já conversei com o Senador Luiz Henrique, mas gostaria de transformar essa emenda numa emenda da Comissão de Agricultura, até para não parecer uma coisa mal discutida.

Evidentemente, os senhores não precisam decidir a respeito disso.

Eu só quero ler a emenda e a justificativa, Sr. Presidente, e deixaria aqueles que quiserem assinar comigo... De qualquer forma, vou apresentar. Se a Comissão entender que isso tem procedência e quiser fazer, dessa minha sugestão, uma emenda da Comissão, eu gostaria do compartilhamento dos senhores e das senhoras.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Permite-me, meu caro Senador Waldemir, só uma indagação. Na medida em que a explicação do senhor é plausível, é meritória e louvável a sua iniciativa, só para efeito de esclarecimento.

O senhor diz: o cidadão que derrubou, vamos imaginar, por 10, 20 anos não tem a sua licença ambiental. Nesse caso, a proposta de V. Ex^a, da sua emenda, é para regularizar essa situação de um passivo, naturalmente, existente já há alguns anos. É isso?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É isso, e eu ouvi isso de vários produtores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É mais que justo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vocês estão, aí, dando oportunidade para pessoas que desmataram mata ciliar, e muitos têm uma situação... É muito mais simples, é bem menos grave, vamos dizer assim, a irregularidade, mas não está prevista essa possibilidade.

Então, é claro que isso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Até porque nós estamos com um novo código que é um novo marco regulatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É exatamente isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Então, é mais que justo, mais que oportuna a emenda que V. Ex^a está propondo.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria também, Senador Moka, agradecendo ao Presi-

dente Acir Gurgacz... A previsão é de recuperação dessa área?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o tempo adequado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, não é recuperação. Aí, é a legalização.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Legalização

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É. É regularização do aspecto...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da situação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Da situação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da situação que foi criada por uma situação de passado, não é? Um passivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não vou, para não atrasar aqui... Eu vou passar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Senador Antonio Russo, com a palavra.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – V. Ex^a tem uma vivência de campo, embora médico, bastante grande. Eu já conheço esse seu pensamento e estou inteiramente de acordo, para estar com o senhor na concordância dessa emenda.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vou passar para que os senhores... Não quero...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por que não leu? Poderia ler.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Posso ler, então.

Então, no art. 51, §4º: durante o período – aqui, se refere ao §2º – enquanto estiver sendo cumprido o TAC – que é o termo de ajuste –, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho – é o mesmo marco temporal – de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em área de reserva legal, área de preservação permanente, área de uso restrito e demais áreas passíveis de conversão para uso alternativo do solo.

Justificação. Não há justificativa para a manutenção de sanções relativas à supressão de vegetação nativa em áreas passíveis de conversão para uso alternativo do solo quando o PRA tem como objetivo a regularização de todas as situações relativas à supressão de vegetação nativa nas posses e propriedade rurais.

Essa emenda permite que o proprietário rural que em condições normais de licença ambiental poderia fazer a conversão para uso alternativo do solo. Entretanto, essa conversão se deu sem o devido licenciamento ambiental, gerando a ilegalidade.

Se a consolidação se aplica às áreas de reserva legal, de preservação permanente e de uso restrito, por que não permitir a legalização da área passível de conversão e promover a regularização da situação desse proprietário rural?

É dessa forma. Implica dizer que uma determinada propriedade com parcela de solo apta à supressão para uso alternativo terá área de reserva legal e de APP regularizada, por incrível que pareça, e a parte que seria destinada à produção legal estaria na ilegalidade. É paradoxal isso, não é? E excluída do programa de regularização, pelo fato de sua exploração ter ocorrido mediante a supressão, sem o devido processo de licenciamento, o que poderá ser resolvido no programa de regularização ambiental contido nesse projeto.

É o texto, mas eu gostaria de submetê-lo para que os Senadores e as Senadoras pudessem avaliar isso.

Sr. Presidente, voltando, eu já relatei esse projeto na Comissão de Infraestrutura. Eu sou membro titular da Comissão de Infraestrutura. O relatório é exatamente o mesmo, até porque não teria por que modificá-lo.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprecia, nesta oportunidade, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 139, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que, por meio de cinco artigos, autoriza – veja que é um projeto autorizativo, ele autoriza, até porque só pode criar fundo o Poder Executivo – o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.

O mencionado fundo, gerido pela Agência Nacional de Águas (ANA), destina-se ao apoio financeiro a iniciativas que permitam a melhoria das condições ambientais referentes aos recursos hídricos do País.

As fontes de recursos previstas são dotações consignadas na Lei do Orçamento Anual da União e nos seus créditos adicionais; contribuições, subvenções, auxílios, legados, doações de pessoas físicas, jurídicas, entidades e organismos de natureza pública e privada, nacionais ou internacionais; resultado das aplicações financeiras dos recursos próprios; e saldos de exercícios financeiros anteriores.

Em sua motivação, o autor da proposta destaca a importância das ações de conservação das bacias hidrográficas objetivando proteger o meio ambiente, mediante o uso adequado do solo e da preservação das áreas ripárias, de modo a se evitarem a degradação dos recursos hídricos e o assoreamento dos rios e nascentes.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Serviços de Infraestrutura e teve uma emenda aprovada. Na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, o PLS não recebeu emendas.

Em sua tramitação prevista, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Aqui, eu quero fazer uma observação. Há, segundo informação, algum tipo de orientação de que isso aqui vai engessar o orçamento.

Eu quero dizer para os Srs. Senadores e Senadoras que esse projeto é autorizativo, quer dizer, o Governo vai adotar isso se quiser. Ele autoriza a criação. Ele não determina a autorização, até porque o Senador Sérgio Zambiasi, ao formular o projeto, tinha consciência, evidentemente, dessa criação.

Agora, eu não vejo, sinceramente, Senador, não vejo nenhum motivo para que a gente não possa aprovar apenas... A té para servir de estímulo para que o próprio Executivo possa enviar um projeto aqui, talvez alicerçado nisso.

Outra coisa: a Comissão de Agricultura... Eu sempre faço isso. Ora, vamos deixar essa questão orçamentária para ser examinada na Comissão de Assuntos Econômicos, que tem como objetivo de mérito examinar exatamente essa situação.

Agora, restringir a tramitação de um projeto desses na Comissão de Agricultura, que trata de criação de fundo para proteger mananciais, eu acho isso, sinceramente, um contrassenso.

Então, embora o meu relatório tenha essa orientação, eu me sinto absolutamente consciente para votar pela aprovação, entendendo que se, realmente, tiver motivação... Insisto em dizer: ele é autorizativo, então, não há como o Governo orientar que isso vai engessar o orçamento. Engessaria se ele fosse... Aí, na Comissão de Constituição e Justiça, seria, também, dito que ele seria inconstitucional, porque trata de criação de fundo.

Então, é o parecer, é o meu relatório.

O voto, pelas ações explanadas, é que somos favoráveis ao Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, aprovado com a emenda.

Tem uma emenda que fiz na Comissão de Infraestrutura, porque esse termo ANA pode mudar em algum momento. E ao mudar, ele vai receber outra designação e seria prejudicado.

Então, eu digo que a regulamentação seria pelo órgão específico que regula essa questão da área.

A emenda é de redação e tem por objetivo sanar um problema que, no futuro, poderia acontecer. Neste

momento, está certa a denominação, mas pode entrar outro governo e alguém querer mudar a denominação e aí ficaríamos presos a essa determinação. Não sei se fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka. Obrigado pelo seu relatório.

O Relator concluiu pela aprovação do projeto com Emenda nº 1, da CI. A matéria foi apreciada pela CI, tendo sido aprovado o parecer favorável ao projeto com Emenda nº 1-CI. Será apreciada pela CCJ e, posteriormente, pela CAE, em discussão terminativa.

Em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero primeiro cumprimentar o Senador Zambiasi e, em especial, o Relator, Senador Moka. Temos, no Brasil, um passivo na área de saneamento que é da maior gravidade: cinco bilhões de litros de esgoto são jogados nos nossos rios diariamente. Não precisa nem ir muito longe. São Paulo, do Senador Suplicy, mostra o Tietê diariamente. Ou o dilúvio de Porto Alegre que joga inteiramente o esgoto, os dejetos piores sobre o Guaíba.

É um problema ambiental junto também com a questão dos recursos hídricos. Então, neste momento que temos esse passivo ambiental provocado pela falta de políticas na área de saneamento, de boa hora chega um projeto com essa iniciativa. Mas surpreende a insensibilidade da área do Ministério da Fazenda em torno de um tema dessa natureza.

Como disse bem o Senador Waldemir Moka, essa matéria é autorizativa, e pode servir para o Governo como um indicador de políticas públicas que ele possa tomar a partir dessa sugestão, criando mecanismos para estimular não só a preservação dos nossos recursos hídricos, mas também as práticas de defesas desses recursos.

Então, queria cumprimentar o Senador. Apoio e quero cumprimentar o Senador Relator. Meu voto é favorável ao Relator Senador Waldemir Moka, na medida em que esta matéria relacionada ao saneamento é gravíssima. É preciso urgentemente criar uma política de apoio à preservação desses recursos.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer favorável com a Emenda nº 1, da CI.

A matéria será encaminhada à CCJ.

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2011

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Como o Senador não está... O Senador Sérgio Souza pediu para retirar de pauta. Então, está retirado de pauta.

ITEM 5

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010

Dispõe sobre a Equoterapia.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senadora Angela Portela

A Senadora Angela Portela também pediu para retirar de pauta. Portanto, o item também está retirado de pauta.

Temos dois requerimentos: um requerimento subscrito por mim e pelo Senador Walter Pinheiro.

EXTRAPAUTA:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o Senhor LUIZ SÉRGIO NOBREGA DE OLIVEIRA, Ministro da Pesca e Aquicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.

Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz e Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tendo em vista, inclusive, a disposição do Ministro Luiz Sérgio de comparecer a esta Comissão para prover todas as informações, eu também gostaria de subs-

crever o requerimento que V. Ex^a e o Senador Walter Pinheiro assinaram, convidando-o para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, assim será feito, Suplicy.

O Senador Suplicy quer subscrever também.

Requerimento do Senador Álvaro Dias: como o mesmo não se encontra, não podemos lê-lo.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA, Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MENDES RIBEIRO FILHO, com a finalidade de debater a Política do Governo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Autoria: Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Russo, Zeze Perrella e Senadora Ana Amélia.

Estamos convidando, portanto, o Ministro Mendes Ribeiro Filho para debater conosco a política agrícola do nosso País.

Em votação os dois requerimentos.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka, pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– O Ministro Mendes Ribeiro, numa conversa que tivemos, retorna, segundo orientação médica, no dia 7, e gostaria muito de, no dia 8, vir aqui, se Deus quiser, se as Comissões de Agricultura e Ciência e Tecnologia permitirem, na aprovação do texto do Senador Luiz Henrique sobre o Código Florestal.

Graças a Deus, o Ministro está em ótima forma, tranquilo, absolutamente tranquilo, e pediu-me também que dissesse aos Senadores e às Senadoras que fará um esforço para estar aqui presente, porque ele ajudou muito no encaminhamento de todas essas questões, e seria importante registrarmos isso junto com a Ministra Isabella do Meio Ambiente, o clima foi muito favorável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka.

Muito obrigado pela excelente notícia que V. Ex^a nos traz, colocando que o Ministro Mendes está muito bem de saúde e se recuperando. Desejamos a ele uma recuperação rápida e tranquila. Seria importante para todos nós que S. Ex^a viesse conosco aqui, no dia 8, participar dessa votação.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 17 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Acir Gurgacz e Eduardo Braga, Presidentes das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores **ANGELA PORTELA, ANÍBAL DINIZ, WALTER PINHEIRO, JOÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, CIRO NOGUEIRA, EUNÍCIO OLIVEIRA, CYRO MIRANDA, FLEXA RIBEIRO, GIM ARGELLO, DELCÍDIO DO AMARAL, SÉRGIO SOUZA, LUIZ HENRIQUE, REDITÁRIO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, CÍCERO LUCENA, MARINOR BRITO, ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUP LICY e BLAIRO MAGGI**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, José Agripino, Zeze Perrella e Eduardo Amorim. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Jorge Viana, Randolfe Rodrigues e Kátia Abreu, não membros das Comissões. O Presidente registra a presença dos Senhores Deputados Federais Reinhold Stephanes, Valdir Colatto e Marcos Montes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das

Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sérgio Carvalho e outros, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.” O relator designado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Luiz Henrique, apresenta o relatório favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 2011, rejeitando as emendas 3, 8, 13, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, e 126 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e as emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e acolhendo parcialmente as emendas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 64, 66, 68, da Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 5 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e acolhendo integralmente as emendas 108 e 109 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a emenda 15 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é aprovado, na forma da emenda n.º 2-CCT/CRA (Substitutivo), ressalvados os destaques para votação em separado das Emendas n.º 35, 39, 40, 53, 58, 64, 65, 75, 103, 118 e 119 perante a CCT e 2, 5, 9, 12, 13, 14, 24, 27 e 29 perante a CRA. Fazem uso da palavra para discutir a matéria, os Senhores Senadores Ana Amélia, Blairo Maggi, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Cyro Miranda, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Marinor Brito, Kátia Abreu, Walter Pinheiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, **Senador Eduardo Braga**, convoca reunião para o dia 09/11/2011, às 8h30, para apreciação e votação das emendas destacadas. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e dezenove minutos,

determinando que nós, **Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**, e **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrassemos a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da Comissão Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e publicada no diário do Senado Federal. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 50ª Reunião de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 45ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Sr.ªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado* da República.

A pauta do dia de hoje tem como item único exatamente o debate, a discussão, e a votação, no mérito tanto na Comissão de Ciência e Tecnologia como na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, por primeiro, do Código Florestal, o Projeto de lei n.º 30 da Câmara dos Deputados, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Lei n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 20 de agosto de 2001, e dá outras providências.

A propósito do debate, da discussão, e da votação do mérito deste relatório, é importante destacar o trabalho e o esforço da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como da Comissão de Ciência e Tecnologia no sentido de poder abrir, disponibilizar e, ao mesmo tempo, levar ao debate nacional a questão do Código Florestal e fazê-lo de maneira a possibilitar que a ciência e a tecnologia contribuam de forma positiva para a construção de um Código Florestal que não seja apenas para a legalização ou para a resolução de problemas ocorridos no passado, mas que também possam preparar e construir um futuro inteligente para a nação brasileira.

Se de um lado o Brasil é um grande produtor do setor agrícola mundial, porque o agronegócio é um

dos fundamentos da nossa economia, por outro lado, é também o Brasil o país que possui a maior floresta em pé do planeta, a maior floresta tropical do planeta e que possui na Amazônia brasileira não apenas uma reserva florestal importante, mas também o maior banco de biodiversidade do planeta.

É com essa expectativa e com a certeza de que haveremos de construir um modelo especial, comprometido com as futuras gerações, amplamente debatido com a sociedade, amplamente debatido com a nação brasileira, que abrimos a reunião de hoje, gostaria neste momento, portanto, de passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para suas considerações iniciais na reunião que reputo histórica de hoje, uma reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para, sob a coordenadoria e a relatoria do Senador Luiz Henrique, votar pela primeira vez nesta Casa o mérito do novo Código Florestal brasileiro.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Saúdo o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Eduardo Braga; nosso Relator, Senador Luiz Henrique; Srs. e Srs. Senadoras.

Depois de nove meses de discussão dessa matéria e debates, chegamos ao ponto de votar nas Comissões de Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária.

Faço questão de fazer um agradecimento especial aos Senadores que sempre estiveram conosco em audiências públicas e nesse debate tão importante para a agricultura brasileira, em especial a Senadora Ana Amélia e os Senadores Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Moka, Jayme Campos, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Antonio Russo, Reditário Cassol e Flexa Ribeiro. Em todas as audiências públicas e em todos os debates, tivemos sempre a presença dos nossos Senadores, atuando e defendendo seus interesses estaduais e regionais, para o bem do nosso País.

Procuramos, nesses nove meses, fazer um debate muito tranquilo, sem essa disputa de produtores contra não produtores, de ambientalistas contra não ambientalistas. De forma muito objetiva, debatemos, discutimos, ouvimos toda a sociedade brasileira, todas aquelas pessoas que queriam participar desse processo, que queriam dar a sua contribuição para que os relatores pudessem ter todas as informações necessárias para produzir um Código Florestal que atenda à população brasileira como um todo, não parcialmente, ou seja, produtores ou não produtores, cientistas ou não cientistas, mas que atendesse toda a sociedade

brasileira. Esse foi o nosso principal objetivo, e nosso debate foi direcionado a esse resultado. Portanto, chegamos, hoje, no momento importante desse capítulo da reforma do Código Florestal brasileiro, onde teremos a votação, em conjunto, com Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária.

Cumprimento, mais uma vez, nosso Presidente, Eduardo Braga, e também nosso Relator, Luiz Henrique, para que possamos ter um debate mais aguçado e apurado, hoje, no que se refere às emendas que foram acatadas, àquelas que não foram acatadas, àquelas que foram pedidas como destaque, para serem votadas à parte, nesse momento que entendo, Senador Eduardo Braga, como um momento importantíssimo da história do Código Florestal brasileiro e, principalmente, do nosso trabalho na Comissão de Agricultura, juntamente com os demais Senadores, e acredito, também, da mesma forma, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Tenhamos todos uma boa votação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Senador Acir Gurgacz, agradeço também ao Senador Luiz Henrique, nosso Relator.

É importante podermos, no dia de hoje, destacar a forma democrática, extremamente construtiva com que o Senador Luiz Henrique, juntamente com o Senador Jorge Viana, buscaram construir o consenso e novas estruturas para o relatório e para o novo Código Florestal.

É importante dizer que a questão de comando e controle, a questão do combate ao desmatamento, a questão do combate ao cumprimento da Reserva Legal e das Áreas de Proteção Permanente não poderiam continuar nesse Código Florestal apenas a depender das ações de comando e controle, das ações de fiscalização e das ações de punibilidade que o Ministério do Meio Ambiente, a Polícia Federal, o Instituto Chico Mendes e o próprio Ibama pudessem exercer. Era preciso, também, reconhecer a importância e a necessidade de que aqueles grandes, pequenos e micros produtores que tenham cumprido a legislação e que tenham mantido o compromisso com a Reserva Legal e com as APPs pudessem não só ser incentivados e motivados para a manutenção dessas áreas na Mata Atlântica, na Floresta Amazônica, no Cerrado, no Centro-Oeste e em todo o território nacional, mas também estimulados para a evolução e o desenvolvimento de novas práticas, de nova ciência e tecnologia na agricultura brasileira, no sentido de melhorar o desenvolvimento sustentável da nossa agricultura, destacando agricultura de baixo carbono, destacando

as novas atividades que aumentam a renda daqueles que estão em regiões de baixa aptidão agrícola, que possuem grande impacto. Eles, lamentavelmente, têm uma renda por hectare/ano ainda muito desigual em relação às áreas com maior adequação e maior visibilidade nesta área agrícola.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, ouço o Presidente da nossa Comissão de Agricultura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não poderia deixar de fazer um agradecimento, Senador Eduardo, à equipe nossa do Senado, que assessorou os nossos gabinetes, com relação a esse tema. As pessoas realmente estudaram e trabalharam com afinco para nos dar toda a assessoria, no sentido de podermos estar aqui, hoje, votando essa matéria tão importante.

Da mesma forma, cumprimento também a equipe do Ministério do Meio Ambiente, que esteve junto conosco desde o princípio, desde o mês do março, quando iniciamos os debates e as reuniões, também no sentido de aprimorarmos essa reforma do Código Florestal. Da mesma forma, juntamente com a Ministra Izabella, os técnicos do MDA, juntamente com o Ministro Afonso Florence que, junto conosco, esteve sempre debatendo e discutindo essa matéria com muita profundidade, fazendo com que toda a população fosse contemplada no Código Florestal. Também o Ministério e os técnicos, juntamente com o Ministro da Agricultura, onde, por várias vezes, tivemos reuniões; e a Casa Civil, com a Ministra Gleisi. Enfim, o Governo participou, junto conosco, na tentativa de fazermos um Código Florestal que atendesse a toda a sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, apenas para registrar a importância da atuação dos técnicos, junto conosco, nessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e faço das suas palavras também as palavras da Comissão de Ciência e Tecnologia, no sentido de reconhecer o esforço, a dedicação e o trabalho não apenas dos técnicos, mas também dos funcionários do Senado, que estiveram sempre à disposição para a formulação de audiências públicas e de debates amplos com os mais diversos setores da sociedade brasileira.

Tivemos momentos extremamente importantes em audiências conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, presidida, no Senado, pelo Senador Rollemberg, que também é membro

da Comissão de Ciência e Tecnologia e registra a sua presença nesta audiência conjunta, juntamente com os demais Senadores e a Senadora Ana Amélia, para que pudéssemos dar início a este debate.

Quero, portanto, cumprimentar, mais uma vez, o Senador Luiz Henrique, cumprimentar, como bem disse o nosso Senador Acir Gurgacz, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, bem como o corpo técnico do Ministério do Meio Ambiente, talvez na figura do nosso querido amigo Luizão, aqui presente, que, ainda há pouco, de forma entusiasmada, fazia aqui um debate com a Senadora Ana Amélia; e que possamos saudar os técnicos do Ministério do Meio Ambiente.

Quero também destacar a participação do Secretário João de Deus, que tem dado uma grande contribuição. Ele participou de várias audiências públicas na Comissão de Ciência e Tecnologia, trazendo perspectivas, informações e enfoques que reputo muito importantes.

A dedicação da nossa colega, Senadora Gleisi Hoffmann, na Casa Civil, e da nossa colega, também ex-Senadora da República, Ideli Salvatti, na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, no esforço de construir um Código Florestal que seja inteligente, propositivo e que possa apontar para uma nova e importante estruturação, construindo um momento absolutamente diferente do que imaginavam ser o momento da votação e do debate nesta Casa.

Gostaria, portanto, de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, mas, antes de fazê-lo, quero apenas organizar com os Srs. Senadores o procedimento da nossa audiência conjunta de hoje. Logo após a participação do Senador Luiz Henrique, teremos a discussão e os debates sobre o relatório. Está aberta, portanto, a ordem de inscrição para os debates e também os pedidos de destaques para a votação do relatório. Votaremos, depois dos debates, por primeiro, a estrutura do relatório, para, em seguida, votarmos os destaques, em separado, apresentados pelos Srs. e Sr^{as} Senadoras.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Luiz Henrique, Relator da Comissão de Ciência e Tecnologia, Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Relator da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Logo a seguir, a partir da conclusão dos trabalhos das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, irá o Código Florestal para a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, presidida pelo Senador Rollemberg e com a relatoria do Senador Jorge Viana.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Braga; Sr. Presi-

dente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz; Sr^a Senadora Ana Amélia; Srs. Senadores; Srs. assessores dos órgãos ministeriais; Srs. dirigentes e assessores de organizações não governamentais interessadas na área do meio ambiente e na área da produção rural; Srs. membros da imprensa, que acompanham esta reunião conjunta; Sr^{as} e Srs.; o projeto que vamos deliberar hoje guarda a essência da proposição original da Câmara dos Deputados, que foi relatada, de forma brilhante, pelo Deputado Aldo Rebelo. No entanto, o projeto mereceu uma operação aprimorada de técnica legislativa, com o que foi indispensável contar com a colaboração das Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero recordar que a primeira grande alteração para melhorar o texto, para aprimorar a técnica legislativa, foi operada já pela Emenda Substitutiva que apresentei, com base em diversas emendas que foram propostas na Comissão de Constituição e Justiça. Lá, estabelecemos uma nova redação para o art. 8º, que resultou da Emenda nº 164, da Câmara dos Deputados, no sentido de deixar muito claro que somente, exclusivamente, aquelas exceções poderiam ser admitidas na futura lei, ou seja, que, ao se garantir a possibilidade de supressão de vegetação ou intervenção, isso só poderia ocorrer nas situações consolidadas antes de 28 de julho de 2008 ou em casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental.

E nesse caso surgiu a primeira grande modificação que foi a definição desses três institutos. Nós definimos claramente, no texto do projeto, o que seja utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. E reservamos a hipótese de exceção a ato do Chefe do Poder Executivo Federal. Por que do Chefe do Poder Executivo Federal? Porque se trata de uma norma geral. E a norma geral, nos termos do art. 24 da Constituição, em seu § 1º, é de competência da União, ou seja, da estrutura federal de Governo.

A outra grande intervenção que foi feita na Comissão de Constituição e Justiça buscou a auto-aplicabilidade do texto, escoimando a referência a regulamentos que havia em 33 dispositivos, ou seja, se mantivéssemos aquela referência, aprovaríamos uma lei sem auto-aplicabilidade. Ficaria dependendo no mais de seus artigos de regulamentação. Essa exclusão de referência a regulamentação tornou o texto, como já falei, mais auto-aplicável.

A segunda alteração importante, por sinal sugerida pelo Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, que me telefonou há pouco e estava partindo em viagem de São Paulo, devendo chegar aqui por volta das 10h30, essa alteração proposta pelo Senador Jorge Viana permitiu, então, dar um aprimoramento

ramento muito maior, muito mais amplo ao projeto quando estabelecemos, a partir daquela sugestão, a separação entre medidas permanentes para o futuro e medidas transitórias para atender ao passivo ambiental anterior a 22 de julho de 2008.

Essa alteração nos permitiu desdobrar o art. 8º na disposição permanente onde se refere à exceção atribuída a intervenções de casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental e, na parte transitória, às referências às áreas consolidadas anteriormente à data já referida.

Isso nos permitiu também corrigir uma anomalia do projeto. Sob o ponto correto e justo de proteger atividades entrópicas em salgados e apicuns, acabou por excluir a referência aos manguezais como áreas de preservação permanente a serem rigorosamente protegidas.

A separação entre medidas permanentes e transitórias nos permitiu fixar como bem inalienável a ser protegido, desde o Amapá até Santa Catarina, na região costeira, o ecossistema dos manguezais e, nas disposições transitórias, excepcionar o uso antrópico preexistente em regiões de salgados e apicuns.

Ao consagrar a proteção ambiental aos manguezais, nós estamos consagrando, também, a proteção ambiental às restingas, aos salgados, aos apicuns, que constituem um único ecossistema: o ecossistema dos manguezais. E lá, nas disposições transitórias, nós permitimos, pelo mesmo processo com que se garantem as áreas rurais consolidadas, nós permitimos um processo de recuperação e cadastramento dessas áreas de mangue que foram ocupadas historicamente.

A outra grande alteração decorre principalmente, Sr. Presidente, da pertinácia de V. Ex^a, da visão de V. Ex^a de mudar o eixo da política ambiental brasileira, mantendo, é evidente, o sistema de comando e controle, mas fazendo dele não a peça fundamental da política ambiental, fazendo com que a estrutura básica da política ambiental seja calcada em um programa de incentivos à preservação e à recuperação florestal.

Nós escrevemos no relatório já lido que no dia em que a árvore em pé valer mais do que a árvore serrada o sistema florestal brasileiro estará preservado.

Então, essas mudanças, repito, sem mexer na essência da proposição original dos Srs. Deputados Federais, qualificam melhor o projeto, fazem jus à experiência dos Srs. Senadores, todos vindos, Senador Acir Gurgacz, de uma longa militância política; todos vindos de uma experiência obtida no decorrer de décadas de atividade política. Isso permitiu a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, contribuir para que este debate fosse estabelecido, na busca da convergência, na busca da construção, na busca de fazer a redação da melhor

lei possível para o meio ambiente brasileiro, uma lei clara, objetiva e que ofereça segurança jurídica aos brasileiros no trato com as questões ambientais, que permita a conjugação entre preservação e produção, que permita, de um lado, manter o nosso rico acervo florestal e a missão, que é atribuída ao nosso País, de ser um dos principais fornecedores de alimentos para o mundo e um dos principais produtores de biocombustíveis, para, através da atividade agrícola, contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

O mundo chegou à cifra de sete bilhões de habitantes. Eu quero lembrar que, em 1900, nós tínhamos um bilhão e trezentos milhões e habitantes. Quero lembrar também que, em 1960, nós éramos três bilhões, e hoje somos sete bilhões. E as projeções da Organização das Nações Unidas indicam que seremos, em 2050, nove bilhões e 300 milhões, e que atingiremos, em 2025, a cifra de oito bilhões de habitantes. Isso põe em destaque essa missão brasileira de, através da tecnologia, através da produtividade, através das políticas que são propostas aqui nesse projeto, através do programa de incentivos à preservação e à recuperação florestal, fazer com que o Brasil possa dobrar ou tresdobrar a produção agrícola para garantir a sua missão de supridor de alimentos.

Feita esta introdução, quero me referir ao processo de proposições de emendas, estabelecido na última reunião. Como o avulso foi distribuído aos Srs. Senadores no dia 3 de novembro, eu vou direto à página 20. Pediria aos colegas que se detivessem às páginas 20.

Emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, após a leitura do relatório, em 25 de outubro de 2011.

Depois da leitura do relatório, o que ocorreu na reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, realizada em 25 de outubro de 2011, deliberaram estas Comissões, por unanimidade, fixar o prazo de 1º de novembro de 2011 para a apresentação de emendas.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com aquela deliberação, Sr. Presidente, que foi brilhantemente conduzida por V. Ex^a naquela reunião, foram apresentadas mais 43 emendas, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e 23, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Essas 66 emendas foram distribuídas no dia 03 de novembro, por meio de publicação de avulsos, a todos os Srs. Senadores integrantes das Comissões ora reunidas em reunião conjunta.

Assim, ficou atendido o objeto daquela decisão da Comissão, ou seja, de que o Projeto de Lei da Câ-

mara Federal nº 30, de 2011, venha a ser deliberado na presente reunião.

Com esse objetivo, fazemos a seguinte análise das novas emendas apresentadas pelos ilustres colegas Senadores, que, com suas contribuições, vêm buscando oferecer ao texto maior clareza, objetividade e segurança jurídica à futura lei.

Das novas emendas já contempladas no relatório do dia 25 de outubro, que é o caso das Emendas nºs 85 e 89, apresentadas pelo ilustre Senador Cyro Miranda, na Comissão de Ciência e Tecnologia, cujo texto já corresponde aos textos dos arts. 2º e 50 da emenda substitutiva global.

Quanto à Emenda nº 120, proposta na mesma Comissão, pelo ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, aquela sugestão também já se encontra parcialmente acatada no art. 18, § 5º, do nosso substitutivo.

As preocupações da Emenda nº 8, subscrita pelo nobre Senador Zeze Perrella, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já estão atendidas no § 1º do art. 54 da emenda substitutiva global, em que trata das situações transitórias.

A Emenda nº 104, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do nobre Senador Ricardo Ferraço, também já se encontra inserida no texto do art. 59 do referido substitutivo do relator, pois ela prevê similar procedimento de regularização.

Das novas emendas acatadas, acate integralmente a Emenda nº 108, de autoria do Senador Cyro Miranda, apresentada na Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo em vista que o uso antrópico anterior a 22 de julho de 2008 em áreas de salgados e apicuns já está ressaltado na redação do art. 53, § 1º, da emenda substitutiva global.

Como apicuns e salgados integram, como já disse, o sistema manguezal, fizemos a ressalva da continuidade de sua utilização naquele caso excepcional e somente naquele caso excepcional, previsto nas Disposições Transitórias, não cabendo a sua manutenção na parte permanente do texto.

Por isso, a emenda do ilustre colega de Goiás tem toda procedência. Ela melhora a técnica legislativa do projeto.

Aperfeiçoando o tratamento objetivo do tema PSS – Plano de Suprimento Sustentável, adotamos integralmente o texto das Emendas nºs 15, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e 109, da Comissão de Ciência e Tecnologia, dos Senadores Ana Amélia e Paulo Paim, que pretendem dar nova redação ao art. 35, § 3º, da emenda substitutiva global.

Essa contribuição é muito importante por ampliar a segurança jurídica aos pequenos fornecedores de matéria-prima florestal de espécies exóticas. No exaus-

tivo trabalho que nos foi atribuído, após sopesar todas as emendas, expostos os motivos das agregadas ao texto, há de ser finalizado com a apresentação de motivos do não aproveitamento de tantas outras tarefas desenvolvidas no item abaixo.

Das emendas que não puderam ser acatadas.

Eu quero, antes da leitura, fazer uma ressalva. São emendas que ainda dependem do estabelecimento de um consenso ou de uma convergência máxima. Eu disse, no dia 25 de novembro, que temos procurado evitar a prática de atos inúteis, ou seja, que temos procurado acolher sugestões que passem pelo conjunto dos Srs. Senadores, que não sejam suscetíveis de serem vetadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República e que não sejam também suscetíveis de serem derrubadas pelos Srs. Deputados.

Na análise de cada proposição, procurei conversar com os Deputados e com o Governo, no sentido de redigir um texto que venha a ser respaldado na Câmara federal e também pela Presidência da República.

Das novas emendas que não puderam ser acatadas.

Art. 2º. Emenda nº 95 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Razão pela qual não a acatei: a reforma do Código Civil Brasileiro se deu com a publicação da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, segundo a qual o uso nocivo deixou de ser utilizado, adotando-se em seu lugar um conceito de uso anormal da propriedade, ou seja, aquele que não atende à lei. Mais objetivo, sem adjetivação, como era o texto anterior.

Portanto, atualmente, a expressão “uso nocivo” sequer possui conceito jurídico, trazendo imprecisão por falta de definição, motivo pelo qual se opta por manter a expressão “uso anormal”, com conceito e significado presente no Código Civil Brasileiro, o que garante uma maior homogeneidade entre a futura lei e aquele Código e, consequentemente, superior segurança jurídica.

Art. 3º. Emendas nº 16 e 17, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Emendas nº 86, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 100, 121, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Tratam todas essas emendas de inserir, alterar ou suprimir conceitos jurídicos utilizados na emenda substitutiva global.

Considerando-se haver tratado do tema de forma sistemática e acurada, a alteração desses conceitos implicaria a reformulação severa da emenda substitutiva global como um todo, a qual foi sopesada e medida à exaustão.

Modificar conceitos aqui seria o mesmo que tirar um pilar de um prédio em construção; haveria de se colocar um ou mais deles em outro ponto.

Por isso, não se aproveitam neste momento as mencionadas sugestões legislativas.

Art. 4º. Emendas nº 87, 88, 97, 107, 110, 114 e 116, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Emenda nº 20, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As emendas aqui analisadas guardam estrita relação com o que foi dito na exposição do item 4.2 do parecer apresentado no dia 25 de novembro, algumas coincidentes em redação ou variação do que já apresentado.

Peço desculpas aos Srs. Senadores e aos presentes, mas o Regimento me impõe que eu mencione emenda por emenda e faça a devida justificativa. Sei que é um momento monótono da reunião, mas peço, mais uma vez, a condescendência de todos presentes.

Art. 11, atual art. 10, da emenda substitutiva global, Emendas nºs 111 e 113 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A redação do art. 10 da emenda substitutiva global possui detalhamento mais acentuado, separando situação pretérita da presente, constatando, também, a pesquisa científica específica para aquela região, bem como a expressa menção ao poder de polícia preventivo, o licenciamento.

Nesse sentido, as preocupações das emendas acima mencionadas estão contempladas. Entretanto, caso assim não seja o entendimento, fundamenta-se o não aproveitamento das mesmas pela maior clareza do texto da emenda substitutiva global, possibilitando maior segurança jurídica, tanto para o bioma quanto para o proprietário rural daquela região.

Art. 12, atual art. 11 da emenda substitutiva global, Emenda nº 125 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Emenda nº 125 da Comissão de Ciência e Tecnologia preocupa-se com a área de uso restrito exclusivamente em área da fisionomia florestal, ou seja, em nenhuma outra. Nesse sentido, não se vislumbra necessária a alteração do dispositivo pela desnecessidade fática.

A Emenda nº 18 da Comissão de Ciência e Tecnologia visa limitar o benefício exclusivamente à agricultura familiar, o que, via inversa, exclui mais de 1,5 milhão de pequenos produtores rurais que detinham direito similar desde o Código Florestal de 1934, mantido no Código atual, suprimido apenas no ano 2000, fruto da MP 2080.

Como dito anteriormente, nas emendas de aumento de APP, deixou-se claro que o texto foi tratado de forma sistemática e acurado. Sua alteração implicaria a reformulação severa da emenda substitutiva

global como um todo, a qual foi sopesada e medida à exaustão.

Nesse caso, isso alteraria totalmente um consenso que vem, inclusive, com 410 votos da Câmara dos Deputados e nos criaria um obstáculo quando o projeto voltasse àquela Casa.

No caso da Emenda nº 122 da Comissão de Ciência e Tecnologia, a questão tem base constitucional, pois a mineração possui determinação de recomposição no § 2º do art. 225 da Constituição, havendo regras específicas no Código de Mineração e legislação correlata, indicando, ao final, a apresentação de projeto de recuperação de área degradada, sistemática que, no caso específico da mineração, impede de se aproveitar da regra geral destinada às demais atividades.

A Emenda nº 124 desta Comissão não foi aproveitada por ser sugestão e ainda não estar suficientemente debatida; considera-se ser proposição nova no debate, podendo ser renovada na última fase, deliberando-se na Comissão de Meio Ambiente.

E aqui quero dar um esclarecimento. Uma das dificuldades que se operaram na Câmara e que gerou todo o processo de tensão dos últimos dias de votação foi exatamente a mudança de regras, a admissão de novos elementos em cima do momento de votação. Nós estamos evitando apresentar novidades sem ter antes a plena audiência dos Srs. Senadores, para que S. Ex^{as} não sejam surpreendidos com inovações no texto.

Emendas nºs 25 e 26 ao art. 14, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. As emendas ora analisadas têm os mesmos atributos das apreciadas no relatório em 25 de outubro. Assim, a fundamentação lá expedida aqui também se ajusta. Portanto, adoto aqui os mesmos argumentos para a não-recepção das emendas no texto da Emenda Substitutiva Global.

Art. 15 da Emenda Substitutiva Global, Emendas nºs 112 e 123 desta Comissão de Ciência e Tecnologia. A redação do dispositivo em análise, conferida pela Emenda Substitutiva Global, ajusta-se ao que foi aprovado no Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010. Portanto, a técnica jurídica recomenda a manutenção do texto como apresentado, afastando a sugestão das emendas aqui analisadas.

Art. 19, art. 18 da Emenda Substitutiva Global, Emendas nºs 105 e 120, da Comissão de Ciência e Tecnologia. O conteúdo da Emenda nº 105, da Comissão de Ciência e Tecnologia, é similar ao já analisado no Item 4.12 do relatório apresentado em 25 de outubro, cujos argumentos para cá se estendem no sentido de dar a mesma solução.

Art. 21, Emenda nº 84, da Comissão de Ciência e Tecnologia. As preocupações e sugestões dessa emenda se identificam com as Emendas nºs 35 e 38

da Comissão de Ciência e Tecnologia, cuja solução foi dada no Item 4.2 do relatório apresentado em 25 de outubro deste ano, motivo pelo qual se estendem aquelas conclusões para essa emenda com o mesmo reflexo de não-aproveitamento da proposição.

Art. 26 da Emenda Substitutiva Global, Emenda nº 18. Remete-se à análise da decisão do Item 4.10, art. 27, Emenda nº 63, da Comissão de Ciência e Tecnologia, aplicável aqui na íntegra.

Art. 29 da Emenda Substitutiva Global, antigo art. 30, Emendas nºs 101 e 106 da Comissão de Ciência e Tecnologia. A Emenda nº 101 da Comissão de Ciência e Tecnologia trata de regularização fundiária que deve preceder à regularização ambiental. Tal tema já vem sendo tratado às minúcias na Lei 11.952, de 25 de julho de 2009, também conhecida como Lei do Programa Terra Legal, a qual dá tratamento específico ao tema, criar dispositivo isolado para tratar de assunto que já está em andamento com todo o sistema jurídico já criado para solução poderá ter efeito inverso ao desejado, gerando demora para se resolver o conflito aparente de normas e levando a rejeitar a emenda exatamente para contemplar a preocupação de se acelerar a regularização fundiária.

A proposição da Emenda 106 da Comissão de Ciência e Tecnologia tem a mesma preocupação do atual texto da Emenda Substitutiva Global, mas a inversão cronológica que ela pretende pode incidir em posteriores retificações que afetariam as celeridades e a confiabilidade do cadastro ambiental rural. Este é um instrumento de gestão, necessariamente um banco de dados computacional e relacionamento quase infinitos.

Não é um simples formulário de regularização, mas uma ferramenta essencial no médio e longo prazo, para fornecer dados atualizados em todo e qualquer tipo de estudo ambiental de médio e grande porte, de arrimo de uma usina hidrelétrica ao plano de bacia e até mesmo ao zoneamento ecológico econômico. Sem ele, não haveria o salto de qualidade desejado.

Não é problema legal, é de execução, não sendo prudente inverter essa disposição por aumentar a probabilidade de falha e retrabalho, sendo que, via inversa, a proposta na emenda substitutiva global, os prazos estão otimizados ou não dependendo da eficácia na concepção e desenvolvimento do cadastro ambiental rural como instrumento de gestão.

Considerando essa visão de curto, médio e longo prazo, inclina-se pelo não atendimento da emenda analisada.

Arts. 36 e 38 da Emenda Substitutiva Global, Emendas nºs 13 e 14 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As proposições geram conflitos com o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010, recém-aprovado, não se mostrando prudente acatá-las.

Art. 51 da Emenda Substitutiva Global, antigo art. 33, Emendas nºs 7, 12 e 19 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Emenda 102 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

As proposições das Emendas nºs 7 e 12 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária são relativas ao desenvolvimento do programa de regularização ambiental, instrumento ainda em desenvolvimento em que se reserva ainda mais uma etapa no seu aperfeiçoamento para a Comissão de Meio Ambiente, onde, efetivamente, chegar-se-á à sintonia correta, ao nível de regularização que se busca, o que impede sejam acatadas neste momento.

Emenda nº 102 da Comissão de Ciência e Tecnologia estabelece redação restringindo o programa de regularização ambiental, exclusivamente as áreas rurais consolidadas para cumprimento dessa lei. Portanto, caso o Programa de Regularização Ambiental desejasse incluir outros temas, outorga de água, retificação de licenciamentos etc., não poderia, pois tais situações não são necessariamente de área rural consolidada.

Assim, no sentido de manter sempre presente o poder de polícia preventiva, não poderemos aproveitar a Emenda.

A Emenda nº 17, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, estabelece delegação legislativa aberta, já reconhecida, institucional, na Comissão de Constituição e Justiça, motivo pelo qual não se considera possível o seu aproveitamento.

Art. 56 da Emenda Substitutiva Global, antigo art. 35, Emenda nº119, da Comissão de Ciência e Tecnologia. Emendas 24, 28 e 29 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. As emendas apresentadas são variações de redações propostas ao art. 56 do substitutivo global. Essa já é uma alteração em face da emenda substitutiva aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Analisando-as, acredito que a atual redação atenda melhor aos propósitos do projeto, motivo pelo qual ficam prejudicadas as emendas aqui abordadas, ressaltando que todas elas são atendidas parcialmente, divergindo apenas em grau de semelhança.

Art. 53 da emenda substitutiva global, antigo art.8º, segunda parte. Emenda nº 22, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Emendas nºs 98, 115 e 117 da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Emenda nº 22 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reduz o rol de atividades passíveis de regularização, ou seja, atinge o conceito de área

rural consolidada restringindo as plantações agrícolas e a silvicultura.

O princípio da isonomia é dependente do elemento diferenciador, que deve ser objetivo e estabelecido em razão do bem jurídico. Se não for bem estabelecido o elemento de discrimine, a isonomia se quebra. Priorizar a agricultura e a silvicultura em detrimento das demais evidência a constitucionalidade, especialmente porque o limitador presente na regra é a garantia de conservação do solo e água, ou seja, havendo garantia técnica desses elementos não é justa outra modalidade de discriminação, o que induz ao não aproveitamento da emenda analisada.

Considerando o acatamento da Emenda nº 108 da Comissão de Ciência e Tecnologia, resta prejudicada a Emenda nº 98 da mesma Comissão.

A redação da Emenda nº 115 da Comissão de Ciência e Tecnologia é variação de redação do texto do art. 53 da emenda substitutiva global, que é mais objetiva do que a proposição. Assim, pelo objetivo da clareza, opto pelo não aproveitamento da proposição.

A Emenda nº 117, da Comissão de Ciência e Tecnologia, exige a vinculação do responsável técnico pelo projeto de conservação do solo é água, bem como a instituição de projeto técnico de exploração do imóvel rural. Os dois requisitos apresentados não guardam harmonia com as regras jurídicas existentes e as que estão na eminência de entrarem em vigor. O registro do responsável técnico não guarda relevância, pois no programa de regularização ambiental serão analisadas as regras de conservação de solo e água, ou seja, haverá homologação da técnica ou esclarecimento, exigência agrônômica. Portanto, o resultado final está vinculado mais à conduta do agente público do que ao profissional responsável pelo projeto, este que, findo o trabalho técnico, se desvincula dos atos de execução não dependentes dele e, sim, do proprietário rural. Portanto, a vinculação responsabiliza quem não tem sequer meios para cumpri-la.

A expressão “projeto técnico de exploração do imóvel rural” não possui conceito nem indicação e abrangência. Considerando que este assunto é tema do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010, recém-aprovado, não se mostra prudente adentrar nessa seara, quando lei específica já trata do tema.

Art. 54 da emenda substitutiva global, antigo art. 12, Emenda 21 da Comissão de Constituição, Agricultura e Reforma Agrária:

Serve como fundamentação aqui a análise da Emenda 22, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, exposta no item 4, XVI, acima, especialmente a redação do § 2º do mesmo artigo, indicando que o elemento discriminador é o mesmo: a possibilidade de

manutenção das atividades com adoção de práticas de conservação do solo e da água.

Art. 59 da emenda substitutiva global, Emenda nº 14, da Comissão de Agricultura:

O tema é de grane relevância, mas o seu objeto é de essencial vinculação à Comissão do Meio Ambiente, para a qual se transfere futura análise, caso renovada lá a proposição.

Art. 61 da emenda substitutiva global, Emenda nº 27, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

Pelo mesmo motivo do item anterior, transfere-se a análise desse relevante tema para a Comissão de Meio Ambiente, pois a vinculação com esse tema especial prejudica a sua análise aqui.

Art. 68 da emenda substitutiva global, antigo art. 64:

Regimentalmente, não será possível a apreciação da referida emenda, pois o eminente autor não é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia ou da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ademais, o tema abrangido na mencionada emenda, a atualização dos crimes ambientais, demandaria análise global e mais criteriosa, até para se evitar a inadequação da legislação penal à realidade.

A emenda é de boa procedência, só que o autor não é membro da comissão. Se eu tivesse que admiti-la, alteraria o substitutivo global, o que implicaria retardamento da deliberação.

Emenda 103 da Comissão de Ciência e Tecnologia, que prevê inserção de novo artigo:

A proposição encontra dificuldade de ser aceita considerando as implicações sociais vinculadas. O término da validade das licenças levaria ao correspondente desemprego nas atividades que se encerrariam numa região pródiga, na variação de oportunidades. Talvez a melhor aplicação da ideia do desmatamento zero na Amazônia Legal seja transferir essa responsabilidade para cada unidade da federação lá estabelecida que, na criação do programa de regularização ambiental, poderia inserir um dispositivo com esse teor, cujo tema final fosse o término das regularizações.

Trata-se de matéria meritória que poderá mais exaustivamente ser examinada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Inserção de novo capítulo na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária:

O tratamento diferenciado para o pequeno agricultor familiar já tem dispositivos que vêm realizando essa função de forma sistemática por temas, não se considerando prudente consolidá-lo fora desse contexto, o que impede seja aprovada a referida emenda.

De toda forma, também a Comissão de Meio Ambiente poderá estabelecer rumos para essa matéria.

Art. 68, Emenda nº 9 – já estou concluindo Sr^{as} e Srs. Senadores -, Emenda nº 9, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A sugestão apresentada sugere uma atualização da abrangência da Lei da Mata Atlântica. Acredito, salvo melhor juízo, não seja a regra geral a sede apropriada para tratar de escopo de lei especial, o que nos leva a não aproveitar a proposição e sugerir que ela seja apresentada como matéria de reformulação da Lei da Mata Atlântica.

Voto.

Destarte, no mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, rejeitando as Emendas nºs 3, 8, 13, 16, 17, 18, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria pedir aos senhores e senhoras presentes nesta reunião que permanecessem em silêncio, para que nós pudéssemos concluir a leitura do relatório do eminente Senador Luiz Henrique.

Eu agradeço a contribuição de todos aqueles que estão participando desta audiência.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a e o cumprimento pela forma eficaz como preside esta reunião.

Continuando, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125 e 126, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e acolhendo parcialmente as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 60, 62, 64, 66 e 68, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Emenda nº 5, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, acolhendo integralmente as Emendas nºs 108, 109, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Emenda nº15, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na forma de Emenda Substitutiva Global ora apresentada.

No entanto – quero assinalar fortemente isso –, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns temas objeto de muitas das emendas não acatadas são da maior importância; todavia, não puderam ser equacionadas neste parecer por não ter sido possível a construção da convergência necessária sobre os mesmos.

Trabalhamos sempre no sentido de buscar essa convergência, seja com o Governo, seja com os colegas Senadores e com as lideranças da Câmara Federal, aonde o projeto deverá voltar. Tal procedimento é fundamental para o aperfeiçoamento da redação do projeto e sua consequente ratificação na Casa de origem e sua sanção presidencial.

Alguns desses temas serão, sem nenhum prejuízo, tratados quando da tramitação do projeto na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Lá, seu ilustre Relator, o Senador Jorge Viana, conforme já se tem pronunciado repetidas vezes, empenhar-se-á na busca do consenso sobre as matérias cuja convergência ainda não foi possível obter.

Salvo melhor juízo, este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Ao cumprimentar o Senador Luiz Henrique, mais uma vez, pela forma eficiente e pela boa técnica legislativa apresentada em seu relatório, passaremos agora à discussão e ao debate do relatório e à apresentação dos destaques.

Chamo atenção dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras de que obedeceremos à ordem de chegada dos Srs. Senadores e Senadoras a esta Comissão, para a sua inscrição. E, ao mesmo tempo, receberemos os pedidos de destaque na Mesa, para podermos, quando da votação do relatório, destacar as matérias.

Eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia como a primeira Senadora inscrita. Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Eduardo Braga, Presidente Acir Gurgacz, caro Relator...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Senadora Ana Amélia, perdoe-me.

Eu queria som, por favor. Eu pediria aos senhores e senhoras presentes a esta audiência pública... Eu entendo o entusiasmo do tema, mas eu gostaria de solicitar, mais uma vez, ordem no plenário, para que nós possamos ouvir a contribuição das Sras e dos Srs. Senadores no importante debate sobre o Código Florestal.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Eduardo Braga, agradeço-lhe esta atenção. Quero cumprimentar o nosso Relator Luiz Henrique, que nestas Comissões – Agricultura e Reforma Agrária e Ciência e Tecnologia – está apresentando o resultado de um entendimento possível de uma matéria tão complexa quanto esta. Não é fácil o trabalho da compatibilização de tantos interesses em jogo.

Percebi aqui uma grande preocupação e uma grande presença do Governo em relação a um tema que poderia ser de competência agora do Congresso Nacional. Mas entendo também que o cuidado que teve o nosso Relator foi evitar e impedir que a matéria sofra mutilação na Câmara e também mutilação por eventuais vetos da Presidenta Dilma Rousseff. Claro que esse objetivo é louvável de parte do Senador Luiz Henrique, embora, do meu ponto de vista, isso possa, digamos, retirar um pouco de competência do Poder Legislativo em torno de um tema de tanta relevância para o País.

Então, é nessa medida que queria fazer essa observação porque imagino, posteriormente, V. Exª colocará em votação o texto e depois as emendas destacadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para esclarecer o Plenário, quando da colocação da votação do texto, separaremos aqueles que tenham sido destacados para que, a seguir, possamos votar então os destaques em separado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como agora é apenas um debate em torno do tema, queria fazer essa observação, Presidente, sendo sucinta exatamente para permitir que a gente possa, com rapidez, fazer a apreciação do relatório e também não só do texto que apresentou agora o Senador Luiz Henrique, com tanta competência, dedicação e habilidade, também a apresentação das emendas em separado. Eu sou autora de uma delas.

Agradeço, e esta é a minha manifestação inicial a respeito desse tema tão complexo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Apenas para ficar claro mais uma vez ao Plenário: receberemos à mesa requerimentos de pedido de destaque. Após a discussão e o debate dos Senadores, colocaremos em votação os requerimentos dos destaques. Aqueles que forem aprovados serão destacados do texto, ressaltados, obviamente, para que possamos votar o texto do relatório e, a seguir então, votarmos os destaques aprovados por esta Comissão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga, o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Luiz Henrique, que está relatando este projeto do Código Florestal, também cumprimento todos os Senadores aqui presentes e Senadoras.

Gostaria, Senador Eduardo Braga, de fazer uma pequena apresentação não exatamente sobre o que estamos aqui, tópico por tópico, discutindo, mas, na

semana passada, falei na Comissão de Agricultura, aliás, na semana retrasada, que iria fazer uma visita ao Parque Nacional do Iguaçu, em São Miguel do Iguaçu e Foz, para trazer uma contribuição a esta Comissão sobre a questão da regeneração espontânea, que temos observado ao longo dos anos, que vem acontecendo em todas as partes do Brasil.

E, lá em São Miguel do Iguaçu, há trinta anos, trinta cinco anos, havia, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, uma comunidade, aliás, três comunidades. Tinha uma comunidade chamada Volta da Taquara, Santo Alberto e São José do Iguaçu. Depois, o Governo exerceu o que tinha que exercer e tirou as pessoas de lá.

Então, eu, na semana passada, estive lá, em São Miguel e pedi autorização ao Coordenador do Parque Nacional do Iguaçu junto com a Polícia, a Força Verde, que eles chamam lá, a Polícia Florestal. Adentramos a floresta, caminhamos mais de uma hora mais ou menos até chegarmos onde era a localidade, para poder ver o que aconteceu nesses últimos trinta, quarenta anos com aquela região. E quero apresentar aqui rapidamente, se vocês puderem colocar as fotografias para mim. *(Pausa.)*

Vamos ver se vai chegar aqui. *(Pausa.)*

Deu uma pane aí? *(Pausa.)*

Bom, nessa comunidade, viviam lá talvez quatro, cinco mil pessoas, dez mil pessoas... *(Pausa.)*

Vim cedo aqui olhar, estava tudo certinho.

Mas as pessoas viviam lá, ocuparam parte desse Parque Nacional e depois foram retiradas pelo Governo. E era uma área já antropizada, tinha comércio, igreja, escola. Enfim, as pessoas lá viviam. A maioria das pessoas veio aqui para Rondônia, aqui para cima, foi o pai do Acir que trouxe o pessoal para Rondônia, e ele também. Eles foram deslocados para a região de Itaipu e, depois, retirados de lá também e trazidos para Rondônia. A região oeste do Paraná sempre foi uma região meio conturbada nessa questão, mas depois se chegou à situação de paz na região. Temos hoje uma regeneração lá completa. Fiquei impressionado ao ver como, nesse período de 30 anos, a floresta voltou totalmente, já com madeiras grossas, se fosse fazer manejo.

Aqui foi uma matéria que achei na Internet, de um jornal de Medianeira, no Paraná. Esta foto em que aparece o laguinho, eu gostaria de que vocês prestassem atenção nela, era na comunidade de São José do Iguaçu.

Pode vir a outra foto, por favor.

Olhem aqui, este ponto é o ponto do lago. Está aqui. Se nós entrarmos no Google, aqui ele ficou um pouquinho apagado, exatamente aqui é o lago.

Volta a foto para mim.

Está aqui, este laguinho aqui.

Podem voltar.

Então, vocês veem uma área antropizada...

Vamos à frente.

...e uma área, depois de 30, 40 anos, o que aconteceu nela.

Pode vir a próxima.

Olhem aqui. Essa é uma casa que nós achamos, abandonada, uma das poucas casas que tem na região porque na época eram todas casas de madeira. Esta aqui, me parece, era uma espécie de bar, um açougue. Tinha um pequeno balcão aqui. Então, vocês veem ali. No caso aqui, a vegetação nasceu pelo lado de fora da casa, entrou pela janela e saiu por cima. Então, a mata tomou conta de toda a região.

Vamos para a próxima.

Olhem aqui. É a vista de fora quando chegamos ao local.

A próxima, por favor.

Aqui ainda restos da presença do ser humano, laranjas. Achei pé de ameixa e outras coisas.

Aqui está o lago, onde nós identificamos a antiga São José do Iguaçu.

Aqui a equipe que foi comigo para dentro da floresta.

Quero dizer para vocês que é muito bonita a floresta, mas depois de andar uma hora, na volta, não tinha cipó que não enroscasse no pé. Estava difícil sair da floresta. E para não dizer que não achamos nada, naquela casa tinha um acampamento de caçador, que a polícia aproveitou para acabar. Achamos uma camisa do Senador Ivo Cassol, candidato a governador de Rondônia, no acampamento dentro da floresta. A polícia aproveitou para queimar, todo o acampamento que estava lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não, queimou também. Queimamos a amostra do crime também.

Então, rapidamente, quis mostrar aos senhores.

Vamos agora, na sexta-feira, a Cuiabá, e sábado, vamos à Fazenda Tanguro, em Querência, junto com o Senador Rollemberg, Senador Jorge, e gostaria de convidar outros Senadores que quisessem ir também, porque temos até oito lugares para voltar a Brasília, no final da tarde. Vamos visitar também a regeneração espontânea que vem acontecendo na região de Querência, onde, na fazenda do grupo André Maggi, tem um programa junto com o Ipam.

Então, queremos consolidar essa ideia de que é possível se fazer a regeneração das APPs ou daqueles áreas que têm que ser feitas, que obrigatoriamente deverão ser feitas, sem a necessidade do plantio. O

plantio fica muito caro, em torno de R\$7 mil a R\$10 mil por hectare. Quis mostrar, então, que é possível deixar que a natureza se resolva sozinha. Não tendo a presença do homem, do ser humano, ela toma conta e se regenera sozinha.

Então, é isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de mostrar e agradeço a compreensão de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, como Senador inscrito pela ordem de chegada.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr. Presidente, Sr. Acir Gurgacz, Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, eu quero cumprimentar V. Ex^{as} pelo trabalho profícuo de construção gradual de um bom código florestal. Desde o início, investimos nesse entendimento, na busca de avanços graduais que permitissem a aprovação de um bom código florestal.

Eu quero aqui apenas fazer três observações que farão parte dos três destaques que estou apresentando com o objetivo de aperfeiçoar o texto do Senador Luiz Henrique, que mais uma vez, quero cumprimentar pelo espírito público, pela dedicação que demonstrou desde o primeiro momento, pela paciência e boa vontade de ouvir cada Parlamentar. Tive oportunidade de discutir profundamente com o Senador Luiz Henrique cada emenda.

Quero registrar uma questão que levantei na última reunião, porque me parece que ainda há um vazio no texto que pode trazer uma insegurança jurídica e é preciso corrigi-lo aqui ou na Comissão do Meio Ambiente. Gostaria de ouvir a opinião do Senador Luiz Henrique, nobre Relator, sobre a questão.

Eu me referi, na semana passada, ao artigo incorporado que veio do texto da Câmara que define como obrigatoriedade de recomposição da área de quinze metros de área de preservação permanente para os córregos de até metros de largura, mas não há nenhuma referência à obrigatoriedade de recuperação de área de preservação permanente em rios com largura superior a dez metros, o que seria uma contradição, ou seja, se obriga a recuperação de quinze metros no caso de largura de dez metros e não se define a obrigatoriedade de recuperação no caso de rios mais largos.

Nesse sentido, apresentei a Emenda de nº 119, buscando corrigir isso, que define critérios diferenciados para a agricultura familiar e para propriedades de até quatro módulos fiscais, que define quinze metros de obrigatoriedade de recuperação de APP para rios de até dez metros de largura, define para imóveis de

agricultura familiar ou de até quatro módulos fiscais a obrigatoriedade de recuperação de trinta metros de APP para rios de dez a cem metros de largura, a obrigatoriedade de recomposição de cinquenta metros para rios de cem a duzentos metros de largura e a recuperação de cem metros de áreas de preservação permanente para rios de largura superior a duzentos metros e diz que em área fora da Amazônia Legal, a exigência da recomposição para a agricultura familiar não pode ser superior a 20%.

Essa emenda surgiu na Câmara, houve um debate sobre ela na Câmara, ela foi considerada uma boa alternativa, mas chegou um pouco tarde. Eu entendo que ela contribuiria para aperfeiçoar o texto.

Quanto à outra questão, tenho a impressão de que há um entendimento unânime. Quando se construiu na Câmara a desobrigação de recomposição de reserva legal para propriedades de até quatro módulos fiscais, estava claro naquela ocasião na cabeça de todos que participaram dessa negociação que seria para imóveis que tivessem quatro módulos fiscais até aquela data de corte, que é 22 de julho de 2008. No entanto, no texto isso não está claro; ele se refere apenas à vegetação remanescente na data de 22 de julho de 2008. É preciso que fique claro no texto que é não apenas a vegetação remanescente, mas que também a propriedade que tivesse quatro módulos fiscais naquela data. A Emenda nº118 procura corrigir isso definindo para a propriedade que tinha quatro módulos fiscais até aquela data.

A outra emenda, Sr. Presidente – estou sem o número dela –, se refere ao que o Senador Blairo Maggi levantou, colocando na lei o que foi objeto de uma resolução do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), definindo, como recomposição de área de preservação permanente de que trata o artigo, a condução da regeneração natural das espécies nativas, o plantio de espécies nativas e o plantio de espécies nativas conjugadas com a condução de regeneração de espécies nativas.

Ou seja, essa questão é importante porque, como mostrou o Senador Blairo Maggi, em muitos casos apenas o isolamento por muitos anos seguidos da área de preservação permanente promoverá a regeneração daquela área de preservação.

Então, são algumas observações que faço, são destaques que vou apresentar e que, no meu entendimento, caminham no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a. E passo a palavra ao Senador Luiz Henrique para fazer comen-

tários sobre as considerações do Senador Rodrigo Rollemberg.

Faço mais uma vez um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e às senhoras e aos senhores aqui presentes para o bom andamento da nossa audiência a fim de que possamos colocar em votação o texto do relatório. Portanto, pediria silêncio da plateia a fim de que o Srs. Senadores possam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como eu disse ao longo do meu pronunciamento nesta manhã, as matérias que acolhi foram aquelas que obtive consenso mínimo. Não vou falar nem no consenso máximo. As proposições do Senador Rollemberg realmente têm lógica e fundamento e há um propósito do Senador Jorge Viana de, em discutindo com o Senador, encontrar uma redação que propicie o acolhimento das suas proposições. E isso ocorrerá sem dúvida. Quando o Senador Jorge Viana chegar, ele vai lhe dizer isso. E mais, vai lhe dizer que quer contar com a minha colaboração na elaboração do parecer dele, assim como contei com a prestimosa colaboração dele.

Nesse sentido, acho que podemos construir uma convergência quando do parecer final, que é o parecer que vai ser votado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só para ficar claro. Há uma concordância de V. Ex^a com o conceito dos temas apresentados aqui?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, eles têm procedência. Mas temos que ver como se constrói a convergência, pois como já lhe disse, o que eu estabeleci aqui está longe de representar a minha convicção, representa a expressão do que é possível construir em torno de um projeto viável que não venha a ser vetado e que não seja derrubado na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza para as suas considerações e apresentação do seus debates.

V. Ex^a está inscrita, Senadora.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; cumprimento também o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e um cumprimento especial ao Senador Luiz Henrique, Relator nestas duas Comissões. Quero enaltecer o seu relatório e tenho absoluta convicção de que, nesses últimos meses, V. Ex^a tem se debruçado cotidianamente sobre esse projeto, o que tem tomado muito do seu tempo, para que venhamos construir um texto que seja, em primei-

ro lugar, aplicável e para que seja um texto em que a população brasileira, em que os ambientalistas e os ruralistas entendam que é o melhor texto para o nosso País, para nós bem conservarmos o meio ambiente, mas também para produzirmos alimentos necessários ao Brasil e ao mundo.

Quero dizer que partilho um pouco da preocupação colocada pelo Senador Rollemberg, inclusive vou pedir para destacar duas emendas e uma é nesse sentido. Mas também tenho a preocupação colocada pela Senadora Ana Amélia, qual seja, que temos que ter um texto coerente que não venha a ser vetado, como colocou V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, porque dependendo de como ficar dentro do texto, pode abrir margem para o veto da Presidência da República, e, com isso, quem perde é toda a sociedade brasileira.

Então, é esta Casa, é o Senador da República, a Casa revisora que tem esse papel de construir o melhor texto, e digo que V. Ex^a foi brilhantemente escolhido para proferir o relatório em todas essas Comissões.

Meus parabéns até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda, para as suas considerações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar as duas Presidências, da CRA e da CCT, e enfatizar ao Senador Luiz Henrique que, realmente, foi um trabalho de muito esforço, de muito diálogo, muita compreensão, e que se o senhor não conseguiu fazer o ideal, o senhor chegou muito perto. Nem sempre é possível fazer aquilo que nós idealizamos, mas acho que dentro de um consenso, com uma matéria extremamente polêmica, o senhor o conseguiu, com a sua habilidade.

Quero dizer que neste recesso vão ser merecidas, para o senhor, umas férias, para deixar, realmente, passar essa poeira e para que o senhor tenha um descanso merecido.

Eu queria, também, enfatizar que nós conversamos e que, em relação à reserva legal para as áreas urbanas, vai haver um capítulo com o Senador Jorge Viana. Então, eu vou deixar que o Senador Jorge Viana, o Relator, explicita bem essa parte da reserva legal.

No mais, quero agradecer, mais uma vez, pelo empenho de V. Ex^a e parabenizar todos desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda e passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares, para o debate e a discussão da matéria, do PLC 30, de 2011.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, nós temos de considerar que o trabalho realizado pelo Relator foi um trabalho de fôlego, um trabalho profundo, para rever um projeto que veio da Câmara dos Deputados e torná-lo viável, para que o Senado o aprove de forma consensual.

Reconheço que nenhuma proposta, apesar do esforço realizado por qualquer Senador, pode ser considerada perfeita, ideal, mesmo porque a proposta é fruto de várias mãos de Senadores que apresentaram emendas e do próprio conceito que tem o Relator sobre as modificações a serem feitas.

Senador Luiz Henrique, nós apresentamos 19 emendas. Entretanto, algumas delas nós vamos deixar para discutir na Comissão de Meio Ambiente, mas eu fiz questão de destacar apenas quatro dessas 19.

A primeira é a Emenda nº 53, que se refere às faixas marginais do curso d'água natural.

Pela redação proposta, a medição das áreas de preservação começa a partir da borda da calha do rio, e nós estamos propondo, até para evitar a erosão e o assoreamento dos rios, que essa definição seja a partir do mais alto nível alcançado pelas águas, porque, assim, nós estaremos prevenindo não só a ocorrência de acidentes com pessoas que, tendo a possibilidade de fazer uma construção na margem do rio, possam, depois, ser vítimas, nas cheias, de acidentes fatais.

Além disso, da forma como está redigido esse artigo, o artigo 4º, isso vai provocar erosão e assoreamento. De modo que nós estamos propondo esta emenda. É uma luta dos comitês das bacias hidrográficas do Brasil, inclusive do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, do qual o nosso Estado faz parte. Eu pediria a V. Ex^a que apreciasse esta Emenda 53, cujo destaque já está na Mesa.

A Emenda 58 refere-se a mudanças no art. 8º.

Sr. Presidente, na verdade, o art. 8º, da forma como está escrito, deixa margem a algumas dúvidas. Por isso estamos propondo um acréscimo, uma melhoria na sua parte final. Onde se tem: "A supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente somente poderá ser autorizada nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei", nós estamos, então, propondo: "Devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto."

Sr. Presidente, o artigo tem uma redação, a meu ver, equivocada porque não estabelece, claramente, quais são as regras para que esses desmatamentos excepcionais ocorram. Por exemplo, hoje a legislação

em vigor exige que haja autorização prévia do órgão estadual de meio ambiente (define competência), que seja comprovada a necessidade da atividade se realizar naquele local (análise de alternativa locacional) e que a área desmatada seja compensada com o replantio em outra área (compensação).

O art. 8º simplesmente mantém a redação do relatório anterior, fragilizando muito o sistema atual de controle do desmatamento em APPs. Além disso, o substitutivo não contemplou a proposta de novo parágrafo ao art. 8º, prevendo a dispensa de autorização do órgão ambiental para execução. Por isso, estamos apresentando esta Emenda 58, alterando um pouco a redação do art. 8º e a redação do § 2º do art. 8º, porque, como está redigida, Sr. Presidente, é altamente prejudicial às APPs.

Estamos propondo a seguinte redação: "O órgão ambiental competente indicará previamente a emissão da autorização para supressão de vegetação em áreas de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas."

Outra emenda, Sr. Presidente, é a de nº 65. Eis como está redigido o § 2º do art. 8º:

§ 2º A intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente de que trata os incisos VI e VII do art. 4º, poderá ser autorizada excepcionalmente em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização [...]

Em resumo, é um parágrafo extenso. Estou propondo uma redução, para torná-lo mais confiável do ponto de vista jurídico.

Outra emenda, Sr. Presidente, trata do prazo para que os proprietários possam aderir ao Programa de Regularização Ambiental. A regularização ambiental prevista é de um ano, e, nesse tempo, não poderão ser aplicadas a ninguém sanções administrativas por desmatamento e uso irregular de APP e reserva legal, ocorridas até 2008.

Seria um incentivo, a meu ver, para que os proprietários buscassem a regularização, como já acontece no Estado de Mato Grosso. Enfim, esse § 2º do art. 51 dá a possibilidade de uma anistia eterna.

O que estamos propondo? Estamos propondo uma emenda em que o prazo, que pode ser prorrogado – § 2º, Sr. Presidente –, seja prorrogado uma única vez. Por quê? Acontece que o Poder Executivo, vamos dizer, um governador, por pressão de proprietários, poderá prorrogar indefinidamente, e essas sanções jamais poderão ser aplicadas durante a vigência do Código Florestal.

Então, a nossa preocupação é a de que esse Código venha a entrar em vigência e seja para valer,

tenha credibilidade. Se não colocamos nenhum prazo para a vigência dessas sanções... Quando o Deputado sair da frente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu gostaria de assegurar a palavra ao Senador Valadares, para a sua conclusão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... pedindo, mais uma vez, a compreensão das Sr^{as} e Srs. Senadores, bem como dos senhores e senhoras aqui presentes, para o bom andamento do nosso trabalho.

Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, então, para que evitemos essa eterna anistia, ou anistia eterna, propomos essa mudança.

E, quanto a um outro, o substitutivo permite a suspensão das sanções, independentemente de adesão do interessado ao Programa de Regularização Ambiental.

O substitutivo mantém a redação do § 4º do art. 33, aprovado pela Câmara dos Deputados: “[...] pelo prazo de um ano, contado da data da publicação do decreto regulamentador do Programa de Regularização Ambiental”.

Esses dispositivos terão o efeito de suspender as multas e as demais sanções administrativas, independentemente da adesão do interessado ao PRA. Com essa redação, o dispositivo, em vez de incentivar o interessado a aderir, incentiva-o a postergar ao máximo a sua adesão.

Então, se ele já sabe que não terá a obrigatoriedade de receber uma sanção administrativa e tal, vai pedir ao governador sempre para fazer a prorrogação.

Seria de bom alvitre, Sr. Presidente, para o aperfeiçoamento do texto, que V. Ex^a verificasse a possibilidade de aprovação desses destaques.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Luiz Henrique, para as suas considerações em relação às considerações do Senador Valadares.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem dado uma contribuição muito grande ao aprimoramento desse projeto.

Quando da leitura do parecer – que proferi no dia 25 de outubro –, já tive oportunidade, Sr. Senador, de acolher diversas emendas e sugestões de V. Ex^a.

Relativamente às emendas ora destacadas, devo dizer a V. Ex^a que a questão da calha regular observa

um grande consenso, uma grande maioria nesta Casa, com repercussão no Governo e também na Câmara dos Deputados. Todos entendem que deve ser estabelecido como medida de metragem a calha regular durante o ano do rio.

Isso atende inclusive a situações, Senadora Ana Amélia, que são muito peculiares, como a de rizicultura de solo irrigado. Se considerarmos que a rizicultura brasileira de solo irrigado decorreu de um programa governamental durante o regime autoritário, o programa Pró-Várzeas. Se estabelecermos não a calha regular do rio, mas a da maior enchente, vamos praticamente inviabilizar a rizicultura de solo irrigado.

Essa é uma das razões – há outras – pela qual se formou um grande consenso. Atendi a um grande consenso. Quanto à renovação uma só vez, creio que se pode construir também um grande consenso aqui nesta Comissão. Ontem mesmo tive sinais de que isso poderá ocorrer. Só que estamos reservando, Senador Valadares... V. Ex^a é membro da Comissão de Meio Ambiente? Estamos reservando para definir essas questões no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. E o senhor tem a minha palavra e o meu empenho e também do Senador Jorge Viana nesse sentido em relação a uma análise que possa aproveitar ainda mais as suas ideias. Agradeço pela grande e copiosa colaboração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Luiz Henrique e darei prosseguimento concedendo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O Senador Benedito de Lira esteve presente, mas não se encontra mais. Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias que também estava presente, mas foi para a CAE. Indago ao Senador Waldemir Moka se vai fazer uso da palavra, com o perdão do nosso querido companheiro, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente Eduardo Braga, se V. Ex^a me permitir, estou tentando um consenso. Assim, se for possível, gostaria de falar um pouco depois. Os outros Senadores que estiverem inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a permuta com o próximo Senador inscrito, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner para discutir o relatório e apresentar os seus destaques.

Pediria mais uma vez a contribuição dos senhores e senhoras aqui presentes para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, Srs. Presidentes das duas Comissões, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, Ciência e Tecnologia e Agricultura, respectivamente, e nobre Relator Luiz Henrique, e endossando as palavras da Senadora Ana Amélia, não há dúvida de que o trabalho e o esforço em que se engajou o Senador Luiz Henrique é extraordinário, mas sabemos também, Sr. Presidente, que teremos ainda a Comissão de Meio Ambiente.

Com relação aos destaques apresentados, dentre eles nós temos um e esse nosso destaque tem certa coincidência com aqueles apresentados pela Senadora Ana Amélia, no que diz respeito às áreas de recuperação, que são áreas de APP, a distância entre o leito do rio e até aonde vai. Acho que houve um pequeno equívoco na hora da composição do projeto original, e muitas pessoas notaram isso, muitos colegas e nós precisamos fazer com que haja uma elasticidade em que o programa que manterá a regulamentação ambiental venha a analisar cientificamente se é 5 metros, se é 10 ou é 15 ou é 20, de acordo com as circunstâncias de cada rio, riacho ou coisa que o valha.

Nós entendemos que, no mérito, esse é um dos destaques ou dois destaques e eles têm procedência... São vários os destaques que foram apresentados. Há um meio termo aqui entre os colegas, Sr. Presidenta, para ver se chegamos a um entendimento, porque são diversos os destaques que os companheiros e colegas não querem abrir mão deles, querem analisá-los.

Se nós formos colocar um por um em votação, sem dúvida alguma nós vamos avançar pela tarde, pela noite e podemos ir até amanhã.

A ideia de vários colegas é de que é possível votarmos o projeto básico relatado pelo eminente Senador Luiz Henrique, aprová-lo, ressaltando os destaques, para que, na Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, em que o Senador Jorge Viana é o Relator, ressaltando os destaques, possamos lá, construir a quatro, seis mãos, em conjunto com as três Comissões...

Nós sabemos, e não é dado o direito a ninguém de ignorar, que regimentalmente não pode; ou seja, quem é membro desta Comissão, desta e de duas Comissões e não sendo daquela, não terá o direito de apresentar destaques lá. Mas se houver um entendimento entre cavalheiros, entre todos nós de que excepcionalmente, excepcionalmente, Presidente Rodrigo, se houver esse entendimento – está aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente –, se o Senador Jorge Viana, que é o Relator também da Comissão de Meio Ambiente, de construirmos a análise de todos os destaques apresentados nessas duas Comissões,

ressalvamos esses destaques, para levá-los para lá e lá construirmos em conjunto, sem prejuízo de voz e de voto dos membros dessas duas Comissões, esse entendimento seria consensuado, aí seria consensuado. Se não houver esse consenso, estou sentindo alguma dificuldade; ou seja, se nós aqui não tivermos o direito de opinarmos lá. Mas se nós pudermos consensuar isso e, num entendimento consensuado, fizermos isso harmoniosamente, num respeito mútuo entre as Comissões, para o melhor do Brasil, para o melhor do meio ambiente, da sustentabilidade que todos querem, na produção e na conservação... É isso que nós estamos... E a responsabilidade é nossa, do Senado. Nós temos isso nas mãos. Se nós construirmos isso, nós poderemos fazer, sem dúvida alguma. E aí votaremos a proposta original, do eminente Senador Luiz Henrique, construindo isso. Levamos esses destaques para construirmos a duas ou quatro mãos ou seis mãos, enfim, em conjunto com as três Comissões.

Eu trago essa proposta, é uma preliminar, eu até diria que é uma preliminar, Srs. Presidentes, Sr. Presidente Eduardo Braga, Sr. Presidente Acir, é uma preliminar. Se partirmos para esse entendimento – Senador Rodrigo, que é da Comissão de Meio Ambiente –, se nós tivermos esse entendimento, votaríamos o básico e aí, sem nos tirar o direito de continuarmos a entender isso até o fim do mês, começo de dezembro, tiraríamos essa solução para o Brasil.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na realidade, S. Ex^a o Senador Casildo Maldaner apresenta uma questão de ordem, apresenta uma questão de ordem.

Eu gostaria inclusive de poder convidar o Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização para compor a Mesa, porque a questão de ordem apresentada por V. Ex^a, em que pese seja absolutamente pertinente, coloca tanto o Senador Acir Gurgacz, quanto o Senador Eduardo Braga, que presidem a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura e Comissão de Ciência e Tecnologia, na seguinte situação: Perceba, V. Ex^a, que V. Ex^a propõe que os destaques de votação em separado que viessem a ser aprovados nessas comissões presididas por nós não fossem votados em separados aqui e que fossem remetidos à Comissão de Meio Ambiente, para que esses destaques pudessem permanecer as emendas vivas mesmo para aqueles que não sejam membros da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Senador Casildo Maldaner, mesmo ouvido o Plenário dessas comissões aqui presentes, que é soberano em relação às funções dessas comissões, e cabe aos seus presidentes disciplinar, organizar o funcionamento dessas comissões, não podemos invadir a competên-

cia, pelo Regimento, da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

O que diz o Regimento? Terminada essa fase de debate, colocaríamos em votação os requerimentos de votação em separado. Aqueles que forem aprovados seriam apartados do texto do Senador Luiz Henrique. Votar-se-ia o texto, ressalvados os destaques. Após isso, iríamos votar individualmente cada um dos destaques de forma não nominal, portanto de forma simbólica, a não ser que Senadores peçam verificação nominal de votação.

Para que essas emendas possam ser remetidas a outra comissão, há uma questão regimental grave praticamente intransponível, sob pena de, amanhã, colocarem em risco, em um questionamento até no Judiciário, aquilo que viermos aprovar nas nossas comissões, porque não há fundamento legal para a permanência das emendas.

Agora, o Relator, na Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, se aqui estivesse presente, poderia adotar um compromisso, como o Senador Luiz Henrique adotou na Comissão de Constituição e Justiça, onde mesmo as emendas que eram em relação a mérito e não em relação à admissibilidade, à constitucionalidade e à boa técnica legislativa, por decisão do Sr. Relator, Senador Luiz Henrique, foram rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça e reapresentadas por S. Ex^a na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura.

Portanto, a única alternativa regimental para a proposta de V. Ex^a, e aí gostaria de poder ouvir o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, Senador Rollemberg, é se houvesse um compromisso de que, ressalvados os destaques dessa comissão, o relator ou o presidente da comissão pudesse reapresentar todas as emendas, mantida obviamente a autoria e a ação de cada um dos nossos membros das comissões de Ciência e Tecnologia e Agricultura. Caso contrário, Senador Casildo Maldaner, estaríamos diante de uma situação intransponível do ponto de vista regimental.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Conversei no plenário da Comissão e quero indagar de V. Ex^a se poderíamos votar o texto, ressalvados os destaques. V. Ex^a, então, suspenderia esta reunião, a tempo de o Senador Jorge Viana, que é o relator, aqui chegar. Nesse intervalo de tempo, poderíamos decidir. Se suspendermos a reunião só votado o texto, vamos dizer que marcássemos a continuidade desta reunião

de hoje para amanhã, teríamos tempo de conversarmos entre nós, estabelecermos alguns consensos. Se tivermos que votar alguns destaques, votaremos de forma consensual, com o Relator Luiz Henrique e o Relator Jorge Viana.

Penso que essa, talvez, seja a proposta mais convergente. Teríamos tempo de hoje para amanhã para tentarmos, em conjunto, fazer com que a gente possa convergir o texto do Senador Luiz Henrique. Mas defendendo a aprovação do texto, ressalvados os destaques – ressalvados todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em resposta à questão de ordem colocada pelo Senador Moka...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...eu vou ouvir, pela ordem, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras.

Eu queria, apenas, estabelecer o seguinte, Senador Casildo: a colocação da questão de ordem pelo Senador Moka traz uma possibilidade regimental de se estabelecer o entendimento, ou seja, ouvido o debate dos Srs. Senadores, colocaríamos em votação os destaques. Os destaques aprovados seriam ressalvados no texto, colocaríamos em votação o texto, para que pudéssemos, portanto, suspender a reunião e, quem sabe, na parte da tarde de hoje ou amanhã pela manhã, retomar as votações dos destaques.

Acho até mais prudente fazermos amanhã pela manhã a votação dos destaques, para dar tempo do entendimento entre as diversas correntes daqui, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Inclusive, na chegada cedo, aqui, eu comentei com o Senador Luiz Henrique que acreditava que esta seria, talvez, a melhor alternativa: que votássemos, hoje, o texto, ressalvados os destaques, e que amanhã, depois de exaustiva negociação com os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, e de Agricultura, pudéssemos, então, votar os destaques que tivessem sido aprovados na reunião de hoje.

Antes de passar a palavra ao Presidente, eu gostaria de poder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...continuar ouvindo, pela ordem, os seguintes Senadores: a Senadora Marinor, logo a seguir o Senador Walter Pinheiro, em seguida o Senador Randolfe Rodrigues, em seguida o Senador... V. Ex^a também já tinha pedido e tem precedência, até por ser Senadora desta Casa.

Eu ouço, portanto, pela ordem, a Senadora Marinor e, logo a seguir, a Senador Kátia Abreu. Ouvirei, em seguida, os Srs. Senadores pela ordem.

Com a palavra, a Senadora Marinor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga, a despeito de nós termos conseguido imprimir um ritmo bem diferente de debate político, de ampliação das possibilidades de dialogar com o conteúdo do Código Florestal, aqui, no Senado Federal, ainda existem lacunas imensas a serem superadas no debate para encontrar um ponto de mediação, para encontrar um caminho comum.

Do dia 25 para cá, no último texto que foi apresentado pelo Senador Luiz Henrique, nós pudemos observar que algumas mudanças foram propostas, algumas alterações foram propostas, e a minha preliminar nesta questão de ordem é, inclusive, ouvir o Senador Luiz Henrique para me posicionar sobre o método de decisão, sobre o que, de fato, alterou, que propostas, exatamente, foram incorporadas ao texto do dia 25 para cá, que sugestões novas, que alterações de texto, seja do ponto de vista do conteúdo, seja do ponto de vista da forma de apresentação.

A meu ver, o tempo de apresentação desse texto, tendo novas sugestões, e, em rápidas pinceladas, nós podemos perceber alterações no art. 4º, no §3º; no art. 35; no § 3º também com inclusão de dois incisos; depois uma sugestão da Senadora Ana Amélia na Emenda 15 da CRA; depois a Emenda 108 do Senador Ciro, da CCT; dentre outras questões que para mim ainda não tem... Eu ainda não tenho a possibilidade de me pronunciar sobre este conteúdo, além do que, Senador Eduardo Braga, este movimento que o Senado Federal propiciou à sociedade brasileira, diferentemente do que fez a Câmara, abre um leque absolutamente importante para que os interesses deste País, do desenvolvimento deste País na perspectiva sustentável, na perspectiva da harmonização com as nossas florestas, possam ser ouvidos e refletidos por esta Casa.

Esta semana, ainda na sexta-feira, para dar um exemplo desta mobilização, o Senador Jorge Viana, que, sem dúvida alguma, é uma pessoa absolutamente respeitada na área ambiental, faz na sua região um movimento de governo, de florestania. Ele tem se envolvido de forma importante nessa discussão. Recebeu contribuições do Inpa, em Manaus, para tratar de um debate absolutamente novo, e isso não pode deixar de ser refletido nesta Casa, como, por exemplo, a questão da várzea amazônica. Vamos deixar esse debate de fora? Vamos deixar de receber as contribuições de pesquisadores, de estudiosos deste País para refletir quais as melhores alternativas para o Código Florestal brasileiro?

Estão diversos setores mobilizados: SOS Floresta, Floresta Faz a Diferença, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas. Tem muita gente tentando contribuir, tem muita gente que ainda não está satisfeito com o método e ainda não está satisfeito com o tempo para detalhar, para tentar convencer. Acho que este exercício político esta Casa não pode se negar a fazer, sobretudo e sob pena, inclusive, de uma pessoa que tem uma história importante, que se envolve, como o Senador Jorge Viana, nesta temática, de passar a ter apenas oito dias – de hoje para o dia 16 – para tentar dar uma resposta sintetizando toda essa complexidade, inclusive as emendas e as sugestões que aqui ainda não foram incorporadas no texto novo do Senador Luiz Henrique.

Sendo assim, Senador Eduardo Braga, tendo havido essa mudança, essa alteração de texto, a exemplo do que aconteceu na CCJ, em que já havia tido um pedido de vista e depois o Senador Randolfe pôde fazê-lo após a modificação apresentada pelo Senador Luiz Henrique, apelo, política e regimentalmente, para que seja concedido, preliminarmente ao encaminhamento que está sendo proposto, pedido de vistas para poder analisar e contribuir com o debate que o Brasil está fazendo em paralelo e que tem o direito de fazer com o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Respondendo a questão de ordem de V. Ex^a, eu gostaria de esclarecer dois pontos. Na reunião da leitura do relatório do Senador Luiz Henrique, no dia 25, por deliberação do Plenário de ambas as comissões, foi estabelecido, em conformidade com o Regimento, pelos presidentes das comissões, tanto de Agricultura como de Ciência e Tecnologia, um organograma para o debate, com a seguinte regra aprovada pelo Plenário, que é soberano. O Regimento não é soberano em relação ao Plenário, o Plenário é soberano, sob pena de que a instância superior da Casa, que são os Plenários de cada uma das comissões, não possa ser ordenada. Portanto, o prazo para pedido de vista coletiva nessas comissões foi exaurido na reunião do dia 25.

V. Ex^a pode apresentar formalmente o seu pedido e eu posso submetê-lo ao Plenário, mas quero dizer-lhe que foi aprovado, por deliberação unânime do Plenário no dia 25, um rito para disciplinar a tramitação da votação do relatório lido por S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique, estabelecendo, inclusive, prazo para a apresentação das emendas, estabelecendo prazo para a distribuição das emendas e estabelecendo, no dia de hoje, o prazo para discussão, debate, apresentação dos requerimentos de votação em separado, de destaques portanto, e, finalmente, a votação do texto do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique. No

entanto, V. Ex^a tem o direito, como Senadora e membro dessas comissões, de apresentar requerimento, que será submetido ao Plenário.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu fiz um pedido de esclarecimento, e eu queria informar, mais uma vez, o motivo desse pedido.

Essa decisão é válida, o cronograma... O Plenário seria soberano em relação ao Regimento se não tivesse havido mudança, mas houve mudança no texto do dia 25. O texto que estava na Mesa no dia 25 era um e, sobre esse texto do dia 25, foi tomada uma decisão. O texto que está na mesa de debates de hoje é outro. Então, eu me reservo o direito de voltar a recorrer ao Regimento Interno, por ter havido mudança no texto, e apresentar pedido de vista. Inclusive, eu pedi, antes de V. Ex^a se pronunciar, que o Senador Luiz Henrique se manifestasse sobre os itens que, grosso modo, com pinceladas rápidas, foram alterados, uma vez que não existe tempo político para se aprofundar tantas mudanças tão velocemente, pedi que ele se manifestasse sobre essas alterações.

Então, eu gostaria, se V. Ex^a me conceder a questão de ordem, que o Senador Luiz Henrique pudesse, inclusive, esclarecer um pouco o conteúdo dessa mudança que foi proposta através de alguns colegas nossos que estão interagindo no debate, que têm interesse de mexer, de melhorar o texto, como, por exemplo, a Senadora Ana Amélia fez na Emenda nº 15.

Então, eu gostaria que isso ficasse claro para nós aqui, para que não pareça que estamos tentando estender ou deixar de debater ou deixar de concordar com um processo que está sendo rico, que está sendo importante – precisamos reconhecer –, mas que precisa, de forma intensa, de forma profunda, garantir todas as possibilidades que cada um de nós aqui tem, assim como a sociedade, de achar o melhor caminho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Compreendendo as colocações de V. Ex^a, vamos ouvir o nosso relator. Gostaria apenas de esclarecer que, se V. Ex^a pedir à sua assessoria que consulte a ata do dia 25, verá que os temas abordados por V. Ex^a foram decididos pelo Plenário. O Plenário, no dia 25, imaginando exatamente que seria necessária uma adequação ao texto inicial do dia 25, estabeleceu uma série de regras, deliberadas pelo Plenário, para a tramitação em ambas as Comissões. Talvez fosse interessante, diante da postulação de V. Ex^a, que a assessoria de V. Ex^a – eu compreendo a preocupação que V. Ex^a tem em ampliar os debates – analisasse a

decisão que foi adotada, de forma unânime, pelo Plenário de ambas as Comissões, no dia 25.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique para fazer os seus comentários em relação aos questionamentos feitos por V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho, em mãos, aqui, Sr. Presidente, as notas taquigráficas da reunião do dia 25. Vou ler alguns trechos desta reunião:

“O nosso Presidente Eduardo Braga [fala este Senador] vai estabelecer as diretrizes de prazos para receber as emendas para que nós possamos, dentro da mesma metodologia que estamos adotando de ouvir todos, incorporar aquelas que tenham grande relevância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Proponho, portanto, ao Plenário que estabeleçamos um prazo para apresentação das emendas. Já que estamos estabelecendo o dia 8 como o dia para a votação do relatório final, que se estabeleça prazo até o dia 31 – portanto, nós estaríamos dando seis dias – para que os Srs. Senadores pudessem apresentar emendas à Comissão. Distribuiríamos essas emendas para todos os Senadores [o que foi feito] para que pudessem tomar conhecimento delas. Com essas emendas sendo do conhecimento geral, o Sr. Relator poderia apresentar o relatório com pedido de vista conjunto – portanto, não havendo mais pedido de vistas – no dia 8 para votação. Esse rito só poderá ser feito, se aprovado pelo Plenário de ambas as Comissões. Consultei o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que também concorda.

Portanto, submeto aos Srs. Relatores e ao Plenário a sugestão de estabelecermos o prazo até o dia 31 para apresentação de emendas ao relatório para que possam ser distribuídas a todos os membros das duas Comissões, para que não haja mais pedidos de vista conjuntos e para que possamos votar, no âmbito das duas Comissões, no dia 8, o relatório final.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero concordar com V. Ex^a, Sr. Presidente, e só sugerir que, em vez de ser dia 31, seja dia 1º. Ganharíamos mais um dia para apresentação de emendas e daria tempo para que todos tomassem conhecimento das emendas a serem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatando a sugestão de V. Ex^a, passaríamos para até o dia 1º, ao final do dia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só uma última consulta: V. Ex^a já está considerando o pedido de vista conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O pedido de vista de V. Ex^a se transformando em... (Pausa.)

O Renan também pediu. Portanto, é um pedido de vista conjunto para que pudéssemos ter a votação, então, no dia 8.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não mudei o substitutivo, a emenda substitutiva global, eu não mudei uma vírgula, eu apenas incorporei algumas emendas. Portanto, não há cabimento para novo pedido de vista, para nova protelação, até porque percebo uma vontade coletiva amplamente majoritária nesta Casa e na Câmara dos Deputados, a vontade do Governo e a vontade da sociedade, para que aprovemos este projeto neste ano e para que possamos ter uma lei clara, objetiva e segura para a posteridade.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga, por favor, é porque o Senador Luiz Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora, apenas...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, então.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só para que possamos não...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Aguardo a minha vez, pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço a Senadora Kátia Abreu para fazer uma questão de ordem.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, não é questão de ordem. É pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, pela ordem.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada. Eu gostaria de pedir apenas, Sr. Presidente, que os colegas pudessem aqui não olhar apenas a questão do mérito dos metros ou dos percentuais de APP ou de Reserva Legal, apenas o mérito da questão ambiental. Eu gostaria muito que todos pudessem colocar em mente que estamos falando aqui apenas de 27,7% do País. É o espaço que o Brasil hoje ocupa para produzir. Os produtores rurais, na verdade, têm 38% do Território, mas já há de Reserva Legal e APP dentro das propriedades 100 milhões de hectares. Então, estamos discutindo aqui a vida do Brasil. Nós estamos discutindo 27% do Território, responsável por 40% das exportações, por um terço do emprego e por 25% do PIB. Qualquer redução nessa área amarela implica a redução desses indicadores econômicos. É claro que não estou aqui pregando, por conta dos indicadores econômicos, o vale-tudo, absolutamente.

Eu quero aqui ressaltar que nós temos 61% de preservação neste País. E o que temos que fazer? Não podemos deixar de observar os nossos concorrentes. Nós temos, na iniciativa privada, 320 milhões de hectares. Os americanos têm 373 milhões de hectares, com uma diferença muito simples: os americanos produzem em 100% dos 373 milhões de hectares, e nós, brasileiros, apenas em 230. Se nós deixarmos a recomposição da APP, como querem alguns, ou a recomposição da Reserva Legal, esses 230 passarão a ser 151 milhões de hectares apenas de produção neste País, porque o Ministério da Agricultura e o IBGE demonstram que, na APP, plantado de arroz com feijão e produzindo carne neste País, nós temos 43 milhões de hectares. Para se ter ideia do que são 43 milhões de hectares, toda a lavoura de grãos deste País é plantada em 49.

Então, estamos aqui tentando... E eu disse para o assessor da Ministra Izabella agora há pouco: nós vamos fazer de conta que vamos aprovar uma lei que vai acomodar o País ou vamos aprovar uma lei, de fato, que vá legalizar as áreas de produção?

E quero lembrar que 15 metros, 30 metros, 40 metros para um grande produtor não significam absolutamente nada, porque ele pode jogar a sua irrigação a quilômetros e quilômetros. Nós estamos falando de pequenos e médios agricultores que estão espalhados por essa APP do mundo e do País inteiro.

Eu fui, Sr. Presidente, a Bruxelas há duas semanas. Fiz uma escala em Portugal e tive a oportunidade de sobrevoar todos os rios até chegar a Bruxelas. Não estou aqui pregando que façamos o mesmo que a Europa fez, mas lá não tinha uma árvore sequer nem para fazer um chá. Nós passamos em cima do Douro, do Tejo, do Marne, do Loire, do Sena, todos. Não tinha nenhuma árvore nem de reserva legal nem de APP. Eu fiquei chocada, eu fiquei espantada, eu fiquei preocupadíssima com aqueles rios, porque nem para o mar e nem para a terra. Agora, excluir produtor rural e produção como se fosse erva daninha de todas as margens de rios do Brasil não é sano. Nós não estamos tendo bom senso. Nós não podemos permitir que isso aconteça, porque estamos ressaltando aqui, no texto, que poderemos continuar produzindo nas margens de rios, como o mundo inteiro fez, desde que o PRA indique essa possibilidade. O art. 56 do relatório do Senador Luiz Henrique, que fez um esforço sobre-humano para chegar até aqui, assim como está fazendo Jorge Viana, peço a todos que possam refletir sobre isso.

Os Deputados venceram essa batalha por 410 votos. Esse ganho na continuidade de plantio e produção na APP os Deputados não aceitarão, e passaremos a ver o projeto ser derrubado na Câmara e a possibilidade de a Presidente da República vetar. Para

que esse conflito? Isso é um resultado ruim para nós, internacional e nacionalmente. Não queremos derrotar ninguém, nem ser vencedores. O Brasil precisa vencer essa batalha.

Lembrem-se desse espaço amarelo. Menos que isso? Como podemos pedir aos brasileiros que produzam em menos de 30% de onde estão produzindo? Nós temos praticamente 50 milhões de hectares de produção de grãos e 150 milhões de pastagens. “Ah, mas os pastos estão sobrando...” Claro, são as áreas que temos de salvaguarda.

E fiz agora a propaganda, em todos os Estados Unidos, nesta semana, e na Europa, de que é nessas áreas que vamos aumentar nossa produção. Se empataremos 80 milhões de hectares aqui, pode avisar à FAO e à ONU que o Brasil vai ficar de fora das metas do milênio; não poderemos cumpri-las até 2020, porque não teremos nem um palmo sequer para aumentar a produção.

Então, que história é essa? Somos signatários da ONU, somos signatários do acordo da FAO. Nós nos incluímos nas metas de milênio de acabar com a fome. Como, sem território, sem chão? Nas áreas de grãos, não temos como aumentar a produção. O único lugar que nos resta são as áreas de pastagens.

Agora, pergunto: mostrem-me um país do mundo que tenha mais de 30% de preservação dos seus biomas. Nós temos 61%. E isso nem dinheiro ainda vale. Isso nem dinheiro ainda vale. Eduardo Braga é um defensor disso, de que esse patrimônio pode ser resgatado e transformado em ativo financeiro, para que o País continue enriquecendo, como todos do mundo fizeram.

Em março, no Fórum Mundial da Água, estaremos lá participando. E vamos lançar, juntamente com a ANA e com a Embrapa, os parâmetros técnicos universais de APP para o mundo inteiro, mas não com esse radicalismo. Nós vamos mostrar que não só os animais e as plantas precisam da água, mas os seres humanos também. É uma ignorância nossa imaginar que a margem de rio é um santuário. Não é assim no Brasil, nem em nenhuma parte do mundo.

Agora, Senadora Marinor, nós somos um exemplo. Nós somos um exemplo do mundo, tanto de preservação de parques maciços como de matas ciliares. Nós estamos dando um *show* de bola. Agora, também precisamos continuar dando um *show* de bola na produção de alimentos.

Então, peço aos amigos, aos colegas Senadores que, independentemente desses méritos específicos e técnicos, vamos pensar um pouco na vida real, no mundo real. Quem tem coragem de mandar pequenos agricultores arrancar curral; casa; pocilga; a produção

de milho que está lá, há anos, com vaca de leite, com criação? Eu não tenho coragem. E quem vai pagar isso? Quem vai pagar essa conta?

Fazer aqui é muito simples, defender o meio ambiente. Por que a D. Christiane Torloni, que foi ao Faustão, não vai defender aquele poço de imundície que é a Lagoa Rodrigo de Freitas? E o Tietê? E o Pinheiros? Nunca vi um artista de lugar nenhum defender isso. Por que o mal está só no campo? Por que só está nos rios? Ao contrário. Ao contrário, mais de 80%... De 70% a 80% do País não têm tratamento de esgoto. Então, são as cidades que estão “imundando” os rios do Brasil, não são os produtores rurais, porque todos os dejetos não tratados são jogados nos rios, nas cabeceiras, nas nascentes. Não são os produtores que fazem mal ao rio, não. Sinto muito, não são.

Nós estamos dispostos, muito dispostos. Não estamos fazendo favor... Ao contrário, estamos fazendo favor a nós mesmos. Não vivemos sem água, não produzimos sem água, não queremos ver nossos rios secarem. Apontem-nos onde está o erro, que recuaremos, mas fazer disso uma norma geral e arrancar comida, como se fosse erva daninha, na altura dos acontecimentos, com o preço da comida subindo no mundo inteiro, com sete bilhões de pessoas no mundo, é um contrassenso. Nós não temos o direito de fazer isso com o Brasil.

Eu peço, Senador Luiz Henrique, com todo o seu esforço, que possamos resolver até amanhã essa questão. Vamos deixar claro. Se o texto não está claro, vamos escrever com todos os pontos e vírgulas. Que se recomponha, que se possa consolidar a produção, mas ressalvadas as áreas sensíveis. “Se não estiverem prejudicando e assoreando o rio”, “se não estivermos prejudicando o fluxo gênico dos animais”, vamos escrever isso, mas querer arrancar esse pessoal do lugar em que estão, em 43 milhões de hectares, isso não é possível fazer.

Já confesso que, se essa batalha for perdida, eu estarei aqui, de novo, pedindo a reformulação do Código, porque os produtores continuarão criminalizados.

Essa é realidade brasileira. E que todos os Senadores possam conversar com todos os produtores do seu Estado, como têm o costume de fazer, tenho certeza disso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Walter Pi-

neiro e, logo a seguir, V. Exª fará uso da palavra. Depois falará o Senador Eduardo Suplicy.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu estou inscrita também, não é, Senador? Eu pedi novamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª foi a primeira a fazer uso da palavra pela ordem. Agora estamos atendendo a sequência, com o Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro com a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agradeço, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu quero, efetivamente, fazer uma questão de ordem, já que as questões de ordem foram usadas para discutir o mérito. Com todo respeito, também quero, quero discutir o 53, quero discutir a questão dos agricultores, quero discutir a questão das APPs, o próprio processo de utilização de topos, enfim, quero apresentar os meus destaques.

Agora, nós estamos diante de um problema, acho que isso é o fundamental: qual é o encaminhamento que vamos dar a essa questão? Essa é a questão de ordem que faço aqui.

Há um relatório lido, há um procedimento. Outros Senadores já apresentaram sugestões, até para permitir que façamos este debate de maneira a permitir que cada um possa ter contemplado o seu destaque e ter a oportunidade de incidir sobre essa matéria, fazendo a discussão do seu destaque. Nesse sentido, proporia que trabalhássemos na seguinte linha.

Primeiro: lido o relatório, esta comissão acataria os destaques apresentados, na linha, inclusive, do que foi colocado pelo Senador Waldemir Moka. Acho que seria importante que pudéssemos fazer isso e continuar, inclusive, recolhendo destaques. Nesta reunião poderíamos votar a matéria, ressaltados os destaques. Nós abriríamos o prazo entre esta reunião e a reunião da outra comissão, até, de novo, as rodadas de conversação e negociação com os relatores juntos, Senador Luiz Henrique, e aí nós partiríamos para a reunião da CMA, Rodrigo Rollemberg, com esse processo já trabalhado, sem eliminar o debate, que é fundamental na CMA, inclusive para avaliarmos esses destaques. Feito isso, produziríamos ali a votação final, já com a apreciação dos destaques, tendo, portanto, o texto-base sido aprovado nessa comissão – volto a insistir: ressaltados os destaques –, e essas rodadas de negociações e discussões e a própria audiência da próxima comissão, para que pudéssemos, inclusive, ter o nosso direito de incidir sobre a matéria, sobre o conteúdo.

Então, era essa proposta que eu queria que V. Exª pudesse submeter a este Plenário para que pudéssemos dar continuidade a esta discussão de forma

mais organizada, permitindo a todo mundo, quem não conheceu, quem não teve oportunidade... Reconheço ser fundamental que nos debruçemos sobre a matéria, sobre cada um desses destaques. Assim, nós ganharíamos esse tempo e faríamos na CMA a discussão da matéria com os destaques, portanto já avançando nessa primeira etapa no que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para ficar clara a proposta de V. Exª: V. Exª aponta no sentido de que, aprovados os destaques desta comissão, vote-se o texto na comissão e, amanhã, seriam votados os destaques em separado numa nova reunião dessas comissões – de Ciência e Tecnologia, Agricultura e Reforma Agrária –, ficando, portanto, reaberto o prazo, como o Regimento estabelece, normalmente, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle para os Senadores que são membros daquelas comissões e, finalmente, o Plenário, como estabelece o Regimento da Casa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Querido Presidente, não quero e não vou entrar no mérito da questão. Há um diploma que está acima do Plenário e de todos nós, que é o Regimento da Casa.

O que apresento neste momento é uma questão de ordem fundamentada no art. 403 do Regimento Interno. Portanto, seria necessária uma resposta de V. Exª. Sendo assim, eu peço a V. Exª a observação e, para tanto, uma resposta, já que é uma questão de ordem. Eu peço a V. Exª que observe o previsto no art. 132, § 1º, do Regimento Interno da Casa. Logicamente, a esse pedido e a resposta de V. Exª para esse pedido, decorrerão pedidos sequenciais nossos em relação a essa questão de ordem.

Objetivamente é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, mas eu acho que precisaria dar a resposta para a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A questão de ordem apresentada por V. Exª será respondida tão logo eu possa ouvir, porque, como V. Exª pode perceber, a questão de ordem que V. Exª levanta sobre o art. 132, § 1º, em outras palavras, é a mesma questão de ordem levantada pela Senadora Marinor. Portanto, como as questões de ordem estão sendo repetidas sobre o mesmo tema, tanto eu

quanto o Senador Acir Gurgacz, decidimos ouvir os Srs. Senadores para, em seguida, apresentar uma resposta e colocar uma deliberação ao Plenário, que é soberano sobre a questão.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apresentei uma proposta de emenda relativa à agricultura familiar e o Relator Sr. Senador Luiz Henrique fez uma menção à mesma, dizendo que ela foi por ele considerada, mas que avalia seja mais bem considerada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, pelo que compreendi.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Suplicy, é preciso fazer um ajuste de redação apenas. Eu acho que o Senador Jorge Viana já manifestou a sua intenção de fazê-lo. V. Ex^a reapresenta na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como não sou membro da Comissão de Meio Ambiente, vou verificar se a Senadora Ana Rita, com afinidade com o mesmo propósito, pode fazer esse ajuste para, então, ali ser examinado, porque avaliamos muito importante seja considerada a questão da agricultura familiar.

É isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, sou membro da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle e terei enorme prazer em poder reapresentar a emenda apresentada por V. Ex^a, mantendo, inclusive, a coautoria com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas a Senadora Ana Rita também é membro e poderá fazê-lo na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos assinar os três e mais os outros que queiram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para uma questão de ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero chamar atenção para a última reunião das duas comissões em conjunto. Está na Ata, Senadora Marinor. Eu não me lembro, eu acho que eles não estavam presentes. Essa questão foi exaustivamente discutida. Eu respeito a questão de ordem, mas é uma questão vencida, porque foi colocado por V. Ex^a. Está nos Anais da reunião de que nesta reunião não caberia mais pedido de vista, e V. Ex^a enfatizou.

Nós tínhamos prazo, era o dia 31. O Senador Walter Pinheiro pediu até o dia primeiro, dar-se-ia conhecimento das emendas e nesta reunião não caberia pedido de vista. Ora, essa questão é, então, uma questão vencida. O que nós precisamos agora é ver se essas novas propostas – tem do Senador Casildo Maldaner –, com que quis contribuir dizendo que votaríamos o texto... Podemos suspender a reunião para dar tempo do entendimento e, na continuidade desta mesma reunião, decidiríamos sobre a questão dos destaques.

Acho que é isso que nós precisamos nesse momento encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É nessa linha, Sr. Presidente. Levantei a primeira e acho que o Senador Moka chegou em bom momento. Eu acho que o encaminhamento será melhor, em vez de transferirmos tudo para a Comissão do Meio Ambiente. Parece que estamos chegando para que fique em *stand by*. Vota-se o texto básico e, na continuação, nessas duas comissões, poderemos, então, até amanhã, resolver... (*Falha no microfone.*) mais ou menos resolvidas.

Acho que estamos chegando a um entendimento, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com licença, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Casildo, a proposta de V. Ex^a vem na mesma direção de como temos elaborado os nossos pareceres, na busca sempre da convergência máxima. Unanimidade é impossível, até porque Nelson Rodrigues já cunhou a célebre frase de que a unanimidade é burra. Procuramos, então, uma convergência máxima.

Acho prudente, após votarmos o projeto, o Sr. Presidente designar para amanhã, pela manhã, talvez no mesmo horário, a continuidade da votação para que apreciemos os destaques. Até lá, conversando com os Srs. Deputados, principalmente com os propositores do projeto, e com os Ministros da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, poderemos chegar a um entendimento para concluir a votação na manhã de amanhã.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vou voltar a V. Ex^a, mas tenho que assegurar também aos outros Senadores o direito da questão de ordem.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Claro, Ex^a, estou esperando a minha vez, só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a terá, pela segunda vez, o direito de se manifestar sobre a mesma questão de ordem.

Ouçõ neste momento o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar o seguinte. Desde o início desse processo, buscamos construir um clima de entendimento e de avanços graduais no texto do Código Florestal, que já avançou bastante, embora tenhamos que avançar bastante ainda. Quero manifestar mais uma vez a minha convicção de que conseguiremos fazer isso.

Para isso, é fundamental entender que aqui não prevalecerá a opinião individual de ninguém, nem sequer de segmentos específicos. Devemos buscar construir um texto que seja equilibrado e que garanta que o Brasil possa continuar sendo um grande produtor de alimentos, de agroenergia, mas também uma grande potência ambiental. Não podemos abrir mão disso, até porque tenho dito que uma das condições de competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é exatamente a sustentabilidade.

Gostaria de fazer um apelo para que buscássemos investir, aprofundar, retomar o clima de entendimento no sentido de construir alternativas para o texto. Ainda temos toda tramitação na Comissão de Meio Ambiente. O Senador Jorge Viana deve estar chegando. Ele é o relator na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ele já está aqui no plenário. Está chegando.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Falei há pouco com o Senador Jorge Viana. Ele ainda estava no avião, mas já estava em Brasília. Está chegando aqui à Comissão.

É claro que, qualquer que seja o entendimento desta Comissão, qualquer Senador membro da Comissão de Meio Ambiente poderá apresentar suas emendas na Comissão de Meio Ambiente, poderá apresentar os seus destaques na Comissão de Meio Ambiente. Essas emendas e esses destaques todos serão apreciados.

Quero reiterar que não adianta, em função de uma maioria eventual em uma ou em outra comissão, querer impor um texto que não seja de consenso, porque isso não prevalecerá nem no plenário do Senado, nem no plenário da Câmara. Insisto com a tese de que devemos buscar o entendimento para que possamos construir um texto à altura das expectativas da população brasileira. Se o entendimento dado pela Comissão de Ciência e Tecnologia for esse de votar o texto principal, ressaltados os destaques, para buscar o entendimento ainda nessas comissões em relação

aos destaques apresentados, e fiz três destaques ao texto; se o entendimento for aprovar o relatório e deixar a apreciação das emendas e dos destaques para a Comissão de Meio Ambiente, também não haverá problema nenhum. Nós faremos a discussão com toda a tranquilidade, com toda a profundidade, com toda a responsabilidade, ouvindo todos os setores da sociedade, como estamos ouvindo.

Quero registrar que, amanhã, temos uma audiência pública para ouvir os Comitês de Bacias Hidrográficas; na quinta-feira, teremos uma audiência pública para discutir o impacto do Código Florestal nas cidades; na sexta-feira, temos uma audiência pública para debater o impacto do Código Florestal nas florestas; no sábado, temos uma diligência para conhecer a recuperação de uma Área de Preservação Permanente, e vamos continuar ouvindo a sociedade civil, como já ouvimos a comunidade científica por mais de quatro ou cinco audiências públicas aqui, no Senado. Tivemos a oportunidade, uma comissão de Senadores, de visitar a Esalq, e entendo que há a possibilidade de construirmos um entendimento sobre esse texto.

Insisto, devemos construir um entendimento. O embate será prejudicial a todos os lados porque não haverá segurança de que será sancionado pela Presidente da República. Além disso, se quisermos impor um texto que não seja negociado com a Câmara, corremos o risco de ver a Câmara modificar completamente o texto. Portanto, temos de buscar esse entendimento.

Essa é a nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg, ouço, para um nova questão de ordem, a Senadora Marinor Brito,

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Senador Eduardo.

Depois de ter ouvido a fala da Senadora Kátia Abreu, estou mais convencida de que não existe entendimento sobre o conteúdo deste debate.

Diferentemente do que diz a Senadora, cerca de 70% da comida que está no prato dos brasileiros vêm da agricultura familiar. O agronegócio produz *commodities* agrícolas para exportação, Senadora Kátia Abreu. Nós estamos falando de coisas diferentes.

Se houvesse consenso, acordo nessa discussão, as entidades que estão acompanhando este debate, *pari passu*, o MST e outros, teriam concordância com o projeto do Código que foi aprovado na Câmara Federal. Nós não vamos permitir o escamoteamento do debate, Senador Eduardo Braga. Não existe acordo. Existem, como disse aqui o Senador Rodrigo Rollemberg, muitas questões a serem construídas. Não é de bom tom

fazer com que esse debate aconteça de forma autoritária, arbitrária, obedecendo a um mero, por mais que tenha uma boa intenção, um acordo que aprovou um cronograma na reunião passada, e não vem ao caso quem estava presente ou não, porque o Senador Luiz Henrique, ao ler a ata da reunião passada, na frente de todos nós, nos apresentou claramente a informação de que incorporou emendas. Eu pergunto, incorporar emendas não é alterar o texto? Incorporar emendas não significa alterar o texto? O que é incorporar emendas? Então, queria refletir sobre isso.

Além do que, Senador Eduardo Braga, tem outros debates que estão colocados. Existem estudos feitos pelo Imazon que contraditam o posicionamento apresentado pela Senadora Kátia Abreu. É verdade, a Europa detonou as florestas, mas está reflorestando. O Sul e o Sudeste do País, hoje, têm menos floretas que a Alemanha.

Nós não podemos pensar esse debate sem distribuir, sem pensar este País em todas as suas regiões. Nós não podemos pensar a importância da floresta como parte do interesse deste ou daquele setor. Isso é uma questão de interesse nacional. Precisa ser colocado dessa forma no debate. É a única possibilidade de buscarmos uma mediação, um encontro dos posicionamentos para sair daqui com uma posição mais ou menos costurada. Ou vocês acham que alguém que não concorda com o conteúdo deste Código, como é o caso dos estudantes, dos movimentos sociais, dos que aqui se fazem representar em nome dessas lutas, vai abrir mão de pedir vista, em um momento como esse, para tentar olhar, analisar, o que foi incorporado? Não podemos abrir mão, em hipótese nenhuma, de exercer, Senador, o nosso mandato. Faço mais uma vez um apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Dentro do art. 132 do nosso Regimento, apresento o nosso pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para que a gente possa ter oportunidade de continuar essa discussão, minimizar e deixar de fazer uma discussão como aqui mencionou a Senadora Kátia Abreu. Existe uma verdade, existe uma vontade nacional. Parece que essa verdade nacional é a verdade dela, é a verdade do agronegócio. Não é. O povo brasileiro não se curva e não tem uma posição unificada em relação a isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor, antes de passar a

palavra pela ordem para a Senadora Ana Amélia, gostaria apenas de lembrar a todos os senhores e senhoras aqui presentes nesta reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que é lícita a manifestação, como alguns estão fazendo, de forma absolutamente correta, levantando sua posição, seja com o seu cartão vermelho, seja com a sua manifestação por um voto para o Brasil. Agora, estas Presidências não poderão permitir a manifestação que venha para desrespeitar, de impedir o exercício do mandato de cada um dos senhores Senadores. Terei o maior prazer de debater horas a fio essa matéria, mas respeitando o exercício democrático e o direito democrático de cada um dos Senhores Senadores de acordo com a sua convicção, de acordo com o seu posicionamento.

Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, muito obrigada. Quero cumprimentá-lo pelas palavras que acaba de proferir a respeito dessa manifestação democrática.

A propósito das observações da Senadora Marinor, utilizo fontes da Embrapa e da Fundação Getúlio Vargas até para dizer que a grande preocupação, aqui não é desse ou daquele lado, mas uma preocupação nacional. E uma preocupação social é econômica também. Por quê? Segundo esses dados da Fundação Getúlio Vargas e da própria Embrapa, das 5,2 milhões de propriedades existentes no Brasil 3,7 milhões de propriedades – vou repetir, 3,7 milhões de propriedades – têm uma renda bruta de 0,4 salários mínimos por mês, 0,4 salários mínimos por mês. E 4,8 salários mínimos por ano. Então, não é possível ignorar a questão social envolvida nesse debate. Queria apenas, até, de certa forma reforçar o argumento da Senadora Marinor para dizer que não devemos postergar uma decisão exaustivamente debatida aqui no Senado Federal, ouvindo todos os segmentos.

O nosso Relator, Senador Luiz Henrique, ouviu o Ministério Público, o Poder Judiciário, ambientalistas, a academia. Foram mais de três ou quatro audiências públicas ouvindo todos os setores, produtores de todos os níveis, em todo o Brasil. Temos, hoje, condições, sem dúvida, de apreciar primeiramente o mérito e depois deixar para amanhã. Foi uma solução muito inteligente do Presidente Eduardo Braga compatibilizando a questão regimental com as questões políticas. Eu, inclusive, neste caso, como não sou da Comissão do Meio Ambiente, terei agora ver algum outro Senador para apresentar a minha emenda, como destaque, a Emenda 12, conforme explicou bem o Senador Eduardo Braga.

Este é o meu posicionamento, Senador.

Agradeço muito a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Respondendo à questão de ordem da Senadora Marinor, do Senador Randolfe e de outros Senadores que vieram na mesma direção com relação ao art. 132, § 1º, citando o art. 89 no seu inciso I, compete aos presidentes das comissões ordenar os trabalhos da comissão, a fim de que não haja prejuízo da matéria.

Ficou deliberado pela instância máxima das nossas comissões e em reunião conjunta tanto da Comissão de Agricultura, como a Comissão de Ciência e Tecnologia, conforme já lido pelo Sr. Relator Senador Luiz Henrique, exposto na ata que representa a Reunião do dia 25/11, quando estas comissões concederam vista conjuntamente e admitiram prazos de emenda e ordenaram o funcionamento de um cronograma para que se pudesse estabelecer a votação do texto no dia de hoje, estabelecendo também o direito de os destaques em separado, a colocação da questão de ordem de V. Ex^a, portanto, está superada pela decisão plenária do dia 25 do mês passado, quando a comissão conjuntamente decidiu por uma questão de ordenamento dos trabalhos de um cronograma de que haveria pedido de vista conjuntamente e que qualquer acatamento de emenda seria discutido, votado e estabelecida a solicitação do seu aparte, da sua votação em separado, para que pudesse manter a discussão daqueles itens que, porventura, não se encontrasse consenso.

Portanto, respondendo à questão de ordem: mantenho a decisão pela Comissão de Ciência e Tecnologia, consultei ainda há pouco o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, e, portanto, indeferimos a questão de ordem proposta pela Senadora Marinor Brito e pelo Senador Randolfe, entre outros Senadores.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora, dando sequência...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora dando sequência à nossa...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo Braga, queria fazer um recurso ao plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quero recorrer ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ah, vamos recorrer ao Plenário da Comissão...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – E queria também que V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... Coloco em votação a decisão das Presidências da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Pela ordem, primeiro a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Os Srs. Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia que concordam com a decisão desta Presidência em não proferir nova vista de acordo com a decisão deste Plenário permaneçam como se encontram.

Aqueles que discordam que se manifestem.

Com voto contrário da Senadora Marinor, aprovada a decisão na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Coloco agora...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exceção, o voto...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...e submeto, ainda em processo de votação, coloco na...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a decisão do Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, de não conceder nova vista ao Plenário.

Senadores que...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... concordam permaneçam como se encontram.

Os Senadores que não concordam que se manifestem.

Aprovada a...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...decisão da Comissão...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...queria que V. Ex^a verificasse o *quorum*, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço agora... A Sr^a pede...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O *quorum*, verificação do *quorum* das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Verificação de *quorum* nas Comissões.

Quero informar a V. Ex^a que a solicitação da verificação de *quorum* deveria ter sido feita no momento regimental oportuno. Portanto, V. Ex^a terá outras oportunidades, ainda nesta reunião, quando da votação do texto e quando da votação dos requerimentos da votação em separado...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ainda não terminou, ainda não concluiu a votação, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas já houve a conclusão de votação...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... V. Exª lamentavelmente...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... ainda não concluiu. São três comissões, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... V. Exª, lamentavelmente, perdeu a oportunidade de pedir verificação quando da votação em cada uma das comissões. V. Exª terá novamente a oportunidade quando da abertura do novo processo de votação.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo, com muita tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Marinor, V. Exª sabe... Tenho absoluta tranquilidade e experiência legislativa e política para compreender o debate que V. Exª quer estabelecer...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Exª tem mais do que eu, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas quero dizer a V. Exª que o interesse do Brasil é de poder avançar para construir um Código Florestal que possa garantir uma legislação que possa dar ao meio ambiente e ao setor produtivo a segurança... Mais uma vez quero dizer à plenária que toda manifestação é absolutamente bem-vinda, desde que não impeça o exercício dessas comissões aqui reunidas de forma conjunta. Portanto, vamos agora à votação dos destaques em separado. Quero, portanto, nominar as emendas...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Querida iniciar pedindo, então, a verificação de quórum, de todo o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora V. Exª está pedindo em tempo hábil a verificação de quórum. Portanto, solicito... V. Exª é membro da Comissão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Tem algum questionamento da minha participação aqui? Alguém está questionando o meu direito de ser membro de alguma Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, Senadora. O direito de V. Exª está absolutamente assegurado e deferido o pedido de verificação de quórum. Solicito aos secretários das Comissões de Ciência e Tecnologia... Agora, V. Exª precisa de três apoios para a apresentação do pedido, V. Exª precisa ter mais dois Senadores com V. Exª.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Exª, por exemplo, poderia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª sabe que eu, como presidente, não posso me manifestar. V. Exª precisará de mais dois Senadores para lhe apoiar. Mais três Senadores, são quatro. São quatro ou três? Onde está o artigo? Onde está escrito isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, já foi pedido, mas ela não tem apoiador. Regimentalmente não tem o número suficiente de Senadores apoiando a verificação de quórum. Neste caso, particularmente, faço um apelo a V. Exª para continuar com a reunião para não inviabilizarmos o bom andamento do trabalho que V. Exas estão conduzindo nesta manhã nas nossas Comissões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para garantir a absoluta transparência na condução do trabalho, solicitei à secretaria que apresentasse o artigo do Regimento que estabelece o quórum para verificação. Há uma dúvida se seriam três ou quatro Senadores. Estou solicitando o artigo do Regimento que estabelece o número de apoiadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se prevalecer o Regimento na Comissão como no plenário da Casa são quatro apoiadores. Ou seja, a Senadora Marinor e mais três Senadores, se prevalecer o mesmo Regimento Interno do plenário da Casa com o desta reunião.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em função da importância do tema que estamos apreciando, entendo que V. Exª, independente de ter quatro assinaturas, deveria proceder a votação nominal deste tema. É muito importante que as pessoas possam se pronunciar, registrar o seu voto. Faço esse apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu indagaria a V. Exª se V. Exª seria um dos Senadores a apoiar o pedido de verificação de quórum da Senadora Marinor Brito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu assinará, Sr. Presidente, pela relevância da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como V. Ex^a não está como presidente nesta reunião, porque é uma reunião conjunta da CMA e da CCT, V. Ex^a tem esse direito. O Senador Valadares também apoiando o pedido de vistas. Aliás, o pedido de verificação de quórum.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Até para assegurar a transparência e o espírito democrático desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com V. Ex^a, apenas quero dizer que está faltando um Senador para a verificação. Agora, com o apoio do Senador Anibal, está garantido o pedido de verificação de quórum. Solicito às secretarias da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia que façam a verificação de quórum em cada uma das respectivas comissões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela Ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É questão de ordem. Na verdade, é uma reunião conjunta entre as duas comissões. Nesse caso, a verificação de quórum é feita pelas duas comissões, é bom que se esclareça.

Presidente Eduardo Braga, regimentalmente, é o seguinte: vai prevalecer a verificação de quórum das duas comissões. Os Senadores que, eventualmente, estejam aqui e que não fazem parte dessas duas comissões estão fora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Então, acho que V. Ex^a tem que começar a fazer o encaminhamento da matéria em relação à verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, apenas esclarecendo a questão de ordem levantada pelo Senador Jayme Campos: para efeito de verificação de quórum, constarão os membros das referidas comissões. Os Senadores presentes que porventura não façam parte da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura não contarão para efeito de verificação de quórum. Por isso solicitei às secretarias de ambas as comissões que verificassem a presença de cada um.

Eu pediria, por favor, ao operador de som que aumente o som da Presidência. Por gentileza.

Verificação de quórum na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Presentes...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Senador Rodrigo Rollemberg, como Presidente da Comissão, não poderia ser apoiador. V. Ex^a consulte o Regimento Interno da Comissão. Ele não teria... Ele é membro, mas, como Presidente da Comissão, ele não tem direito a voto, ou seja, ele não poderia ser apoiador. É só para efeito de esclarecimento. É democrático, mas ele não podia ser apoiador na verificação de quórum, tendo em vista que ele estava na Mesa como Presidente da Comissão. É só uma observação que estou fazendo para que os senhores e as senhoras conheçam o regimento desta Comissão. É bom que se esclareça isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para esclarecer ao Senador Jayme Campos...

Solicito à coordenação dos trabalhos que pedisse para aumentar o som desta Presidência. O operador de som não está conseguindo aumentar o som desta Presidência.

Apenas para esclarecer ao Senador Jayme Campos que, por estar exercendo outras funções para o bom funcionamento desta Casa, chegou já no decorrer dos nossos trabalhos, quando da suscitação da primeira questão de ordem, esta Presidência convidou o Senador Rollemberg porque houve aqui uma propositura de que os destaques apresentados ficassem submetidos à Comissão de meio Ambiente. Como o Senador Relator não estava ainda na Comissão, porque também se encontrava em outra área e vindo também de um debate em outro Estado, solicitamos ao Senador Rollemberg, que é membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura que viesse à Mesa. Portanto, apenas para esclarecer a V. Ex^a, o Senador Rollemberg não está presidindo a presente reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. A sua justificativa é plausível. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Longe de mim – V. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz, Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana são testemunhas disso – querer tumultuar a reunião. Consultei a lista de presentes nas duas Comissões. Havia maioria, havia quórum para votar e os Senado-

res que não estão aqui estão nas outras comissões vizinhas. E é importante, pela relevância do tema, que cada Senador expresse de forma clara o seu apoio a esse entendimento conduzido por V. Ex^a, que tem todo o nosso apoio. Fiz essa proposta até para preservar as comissões e todo o processo legislativo.

Eu sugiro a V. Ex^a que determine às Secretarias das duas Comissões que liguem para os Senadores que são da Comissão e que estão aqui para que possamos fazer a votação nominal, dando transparência completa ao processo, deixando muito claro o apoio que o entendimento construído tem nessas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu quero apenas começar respondendo à questão de verificação de quórum. Como determina o Regimento, o quórum é alcançado com a presença de nove dos Srs. e Sr^{as} Senadores em cada uma das Comissões.

Vou citar, Senadora Marinor, o nome de cada um dos Senadores presentes em cada uma das Comissões e V. Ex^a, como postulando da verificação de quórum, nos ajudará a confirmar a existência de quórum em ambas as Comissões.

Comissão de Ciência e Tecnologia:

Senador Aníbal Diniz, presente.

Senador Antonio Carlos Valadares, presente.

Senador Rodrigo Rollemberg, presente.

Senador Eduardo Braga, presente.

Senador Valdir Raupp, presente.

Senador Ciro Nogueira, presente.

Senador Cyro Miranda, presente.

Senador Flexa Ribeiro, presente.

Mas conta.

Senador Sérgio Souza, presente.

Senador Luiz Henrique, relator da matéria, presente.

Senador Renan Calheiros, presente.

Senador Benedito de Lira, presente.

Senadora Marinor Brito, presente.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, também presente.

Quórum alcançado, 14 Senadores presentes na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Agora, vamos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senador Acir Gurgacz, presente.

Senador Antonio Russo, presente.

Senador Rodrigo Rollemberg, presente.

Senador Waldemir Moka, presente.

Senador Casildo Maldaner, presente.

Senadora Ana Amélia, presente.

Senador Flexa Ribeiro, presente.

Senador Ciro Miranda, presente.

Senador Jayme Campos, presente.

Senador Blairo Maggi, presente.

Senador Antonio Carlos Valadares, presente.

Senador Valdir Raupp, presente.

Senador Luiz Henrique, presente.

Senador Ciro Nogueira, presente.

Senador Sérgio Souza, presente.

São 15 Senadores presentes na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Portanto, quórum pleno em ambas as Comissões.

Atenção, consulto o Plenário desta Casa com relação à propositura do Senador Rodrigo Rollemberg de, em que pese não ser necessário, mas creio que pela transparência e pela relevância da matéria, fazemos votação nominal sobre o tema em ambas as Comissões, votação nominal e não votação simbólica. Para ficar clara a posição, indago às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estejam de acordo com votação nominal que permaneçam como se encontram. Aqueles que não concordam que se manifestem. Aprovada a votação nominal, faremos votação nominal em cada uma das comissões.

Segunda propositura que gostaria de fazer ao Plenário para o bom andamento da Casa. Gostaria de propor votação em bloco dos destaques de votação em separado para que pudéssemos votar o texto a seguir. Se o Plenário concorda com votação em bloco da aprovação dos requerimentos para votação em separado dos destaques, eu submeteria em bloco a votação dos destaques...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Questão de ordem, só para eu entender.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a propõe uma questão de ordem.

Com a palavra a Senadora Marinor, para uma questão de ordem.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Só para tentar entender, em função das mudanças que ocorreram no texto e que foram admitidas aqui pelo Senador Luiz Henrique, gostaria que pudesse ficar claro quais foram os artigos que foram alterados e qual foi o conteúdo incorporado porque...

(Manifestação da audiência.)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não tem cabimento votar sem fazer a discussão, porque aí...

(Manifestação da audiência.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, não estou pedindo o recurso de não votar o texto, Excelência. Eu estou querendo saber o que eu vou votar. É diferente! Não estou pedindo recurso, Excelência.

(Manifestação da audiência.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM. *Fazendo soar a campanha.*) – Mais uma vez eu solicito à audiência presente nesta Casa que não interfira no bom andamento destas Comissões que aqui estão e no exercício do mandato dos Srs. Senadores da República e das Sr^{as} Senadoras da República. É direito da Senadora Marinor fazer levantamento da questão de ordem, no entanto, repito a V. Ex^a, essa é uma questão já vencida, porque o relatório já foi lido, já houve discussão da matéria, amplo debate da matéria, e nós estamos, neste momento, deliberando sobre a metodologia da votação dos destaques em separado.

Consulto o Plenário: para a aprovação dos destaques em separado em bloco. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com o voto contrário da Senadora Marinor, aprovados os destaques em bloco.

Passaremos agora à votação nominal na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura... Apenas para acrescentar... Estabelecemos a aprovação em bloco dos destaques, cujos requerimentos serão estabelecidos, eles estarão com cada uma das emendas relacionadas na Ata da reunião, que será aprovada antes da votação de cada um dos destaques amanhã.

Vamos para a votação nominal do texto. Atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores, os destaques serão votados amanhã no mesmo horário, a partir das 8h30. Os destaques serão votados amanhã. Foram aprovados em bloco os destaques de votação em separado e agora vamos à votação nominal na Comissão de Ciência e Tecnologia do texto do Relator Luiz Henrique.

Lembro, mais uma vez, que está encerrada a discussão do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique em ambas as comissões. Vamos dar início agora à votação nominal do texto proposto pelo Senador Luiz Henrique.

Em votação o texto, ressalvados os destaques aprovados em bloco, ainda há pouco, por ambas as comissões.

Pergunto à Senadora Angela Portela.

O Senador Eunício Oliveira chega do Ceará trazendo a alegria do povo cearense a este plenário.

Vamos aos votos.

Senadora Angela Portela, como vota V. Ex^a?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Angela Portela vota “sim”, com o Relator.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Walter Pinheiro vota “sim”.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, ressalvados os destaques, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ressalvados os destaques, como votaram os demais Senadores.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – “Sim”, ressalvados os destaques e pelo entendimento.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Eunício Oliveira?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – “Sim”, com o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Gim Argello está presente? Não.

Como vota a Senadora Marinor Brito?

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Em defesa das gerações futuras da Amazônia e do Brasil, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O resultado da votação nominal na Comissão de Ciência e Tecnologia foi 12 votos “Sim” e um voto “Não”.

Aprovada, portanto, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Vamos agora à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Como vota o Senador Antonio Russo?

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

A Senadora Angela Portela está presente. Como vota a Senadora Angela Portela?

(Interrupção do som por 15 segundos.)

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

(Interrupção do som por 10 segundos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Reditario Cassol?

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto com o Relator, “sim”, e cumprimento V. Ex^a pelo belo relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quinze votos SIM; nenhum voto NÃO.

Aprovado o texto, ressalvados os destaques, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. *(Palmas.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Mais uma vez, solicito à audiência que não interfira nos trabalhos desta Comissão.

Encerro, portanto, esta reunião, convocando nova reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, para amanhã, às 8h30, para darmos início à votação dos destaques em separado.

Antes de finalizar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião conjunta da CCT e da CRA.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Próxima reunião às 8h30.

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 46^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 51^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Acir Gurgacz e Eduardo Braga, Presidentes das Comissões Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores **ANGELA PORTELA, ANÍBAL DINIZ, WALTER PINHEIRO, JOÃO RIBEIRO, ANTO-**

NIO CARLOS VALADARES, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP, CYRO MIRANDA, FLEXA RIBEIRO, GIM ARGELLO, DELCÍDIO DO AMARAL, LÍDICE DA MATA, MARCELO CRIVELLA, SÉRGIO SOUZA, LUIZ HENRIQUE, RICARDO FERRAÇO, RENAN CALHEIROS, REDITÁRIO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, CÍCERO LUCENA, MARINOR BRITO, ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPPLY, BLAIRO MAGGI E MOZARILDO CAVALCANTI, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Zeze Perrella e Eduardo Amorim. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Jorge Viana e Kátia Abreu, não membros das Comissões. O Presidente registra a presença dos Deputados Federais Reinhold Stephanes, Valdir Colatto e Marcos Montes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Emendas Destacadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Sérgio Carvalho e outros, que “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.” O relator designado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o **Senador Luiz Henrique**. Na CCT, dos 11 destaques para votação em separado, duas emendas, as Emendas de nº 53 e 58 (Destaques nº 04 e 05), foram rejeitadas e os demais Destaques foram retirados pelos autores. Na CRA, dos 9 destaques para votação em separado, uma emenda, nº 12 (Destaque nº 4), foi aprovada, e os demais Destaques foram retirados pelos autores. A emenda nº 12, aprovada na CRA, será incorporada à Emenda nº 2-CCT/CRA (Substitutivo) aprovado em 08/11/2011 pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Fazem uso da palavra para discutir a matéria, os Senhores Senadores Sérgio Souza, Jorge Viana, Reditário Cassol, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Anto-

nio Carlos Valadares, Kátia Abreu, Renan Calheiros, Marinor Brito, Valdir Raupp, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Ana Amélia, Jayme Campos e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e dezoito minutos, determinando que nós, **Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrassemos a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes da Comissão Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e publicada no diário do Senado Federal.— Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, — Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 46ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Reunião conjunta, para tratar do item único da pauta, não terminativo, emendas destacadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

É importante destacar que iniciaremos, logo a seguir, a votação dos destaques pela Comissão de Ciência e Tecnologia e, posteriormente, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conforme a ordem da pauta distribuída às Srªs e aos Srs. Senadores.

É importante destacar também que, conforme o art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno do Senado, anunciada a votação de emenda destacada, se o autor do requerimento do destaque – e eu pediria a atenção dos Srs. Senadores para este item do Regimento Interno do Senado – não estiver presente para pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da Comissão, tomando a matéria destacada à sorte das demais constantes do grupo a que pertencer.

Portanto, Srs. Senadores, eu chamaria para compor a Mesa o Senador Luiz Henrique, Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia e também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu pediria a contribuição dos senhores assessores, bem como dos demais companheiros presentes, para que pudéssemos dar início à nossa reunião conjunta, no dia de hoje.

Eu gostaria de chamar à mesa o Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado, que, a partir da votação das emendas destacadas ontem, na reunião conjunta

de hoje, passará a ter a responsabilidade da condução da formulação do projeto do novo Código Florestal.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores – darei logo a seguir a palavra, pela ordem, a V. Ex^a –, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer muito a contribuição e a colaboração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para que pudéssemos levar a bom termo a reunião conjunta no dia de ontem.

No entanto, queria deixar aqui o meu mais profundo repúdio ao que aconteceu ontem, fora das nossas comissões, nos corredores do Senado, em relação a uma atitude absolutamente democrática dos estudantes em um enfrentamento com a Segurança do Senado. É importante que se garanta, com firmeza, o funcionamento da Casa, mas, ao mesmo tempo, que se garanta a democracia e a liberdade de expressão nesta Casa.

O amadurecimento do processo democrático brasileiro passa também pelo amadurecimento da consciência democrática de cada um. O meu direito democrático de liberdade de expressão, de manifestação do meu pensamento termina exatamente onde começa o direito do outro cidadão de se manifestar com a mesma independência, com a mesma liberdade. A partir do momento que todos possamos compreender os direitos individuais e coletivos da nossa sociedade e os nossos deveres e obrigações, tudo ficará muito mais fácil no cumprimento do nosso dever, na cidadania, na democracia e na função parlamentar de Senador da República, conferida pelo povo brasileiro a cada um de nós. Nada justifica, no entanto, mesmo estando com os braços levantados, um estudante ser alvejado com um tiro de uma arma elétrica dentro das dependências do Senado.

Quero aqui, portanto, lamentar o episódio acontecido no dia de ontem e gostaria de manifestar a minha satisfação em ter visto a imediata providência por parte do Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney, em tomar as devidas providências para que possa ficar esclarecido e absolutamente transparente o compromisso do Senado com relação à democracia, à liberdade de expressão e ao respeito à ordem pública.

Dito isso, quero também dizer da importância do debate e da discussão, realizados ontem, do relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique para a evolução e o bom andamento do trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia, bem como da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agora, atendo ao pedido pela ordem, agradecendo a compreensão dos Srs. Senadores e cumprimen-

mentando, mais uma vez, o Presidente da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio e, logo a seguir, ao Senador Jorge Viana. Passarei a palavra também ao Senador Acir Gurgacz, para que possa fazer sua manifestação inicial.

Com a palavra o Senador Sérgio.

Por favor, Senador Sérgio, com a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a V. Ex^a, ao Presidente da CRA, Senador Acir Gurgacz, aos Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana; bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Presidente, tenho dois destaques que foram requeridos por mim ontem, e um deles – solicito a V. Ex^a que, se necessário, consulte o Plenário – quero retirar. É o destaque da Emenda nº 2, da CRA. É o primeiro item da pauta da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, apenas para que eu possa tomar as providências aqui na mesa, V. Ex^a está retirando qual dos destaques?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A Emenda nº 2?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É. O item nº 1, na ordem da pauta, e está na pág. 242.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ou 342?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – 342.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É o item 1 que V. Ex^a está retirando?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O item 1 V. Ex^a está retirando. Ok.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Eduardo Braga, Sr. Presidente Acir, meu querido colega, Relator do Código Florestal em três comissões, Senador Luiz Henrique, Senadoras, Senadores, primeiro, eu queria agradecer e cumprimentar as duas comissões pela maneira como estão conduzindo uma matéria tão complexa e de tanto interesse para o nosso País e para todos os brasileiros, mas

agradeço também a gentileza pela forma como estou sendo tratado.

Ontem, lamentavelmente, por uma questão do voo, da viagem de São Paulo a Brasília, cheguei já com um certo atraso à reunião, mas não faltei a nenhuma das reuniões até aqui que tratam dessa matéria. Tenho me dedicado, junto com o Senador Luiz Henrique e com muitos Senadores e Senadoras, e estou aqui na Mesa, hoje, por essa maneira respeitosa com que V. Ex^{as} estão me tratando, porque nem mesmo sou membro das comissões que apreciam essa matéria agora.

Mas a minha fala neste momento, Senadores Eduardo Braga e Acir, que presidem os trabalhos, é para lamentar o episódio de ontem e me somar às palavras do Senador Eduardo Braga. Penso que essa matéria complexa tem sido debatida de maneira muito adequada pelos Senadores. O interesse está muito colocado.

Ontem, vi um plenário com representantes da sociedade das mais diferentes posições. De fato, havia um pouco de barulho, mas havia ali o sentimento de estarmos vivendo a plena democracia dentro do próprio plenário. Lamentavelmente, na parte exterior do plenário, houve o episódio em que um jovem estudante da Universidade de Brasília expressava, legitimamente, o seu posicionamento sobre essa matéria, e, de certa forma, até poderíamos encontrar mediação para que essa expressão seguisse, e os exageros fossem evitados, mas acho que o exagero maior veio por parte daqueles que são preparados para lidar com isso, que se mostraram não preparados, com o uso de uma arma de choque.

Considereei extremamente lamentável esse episódio e queria deixar registrado que é necessário que a Polícia do Senado – sobre a qual, aliás, tenho algumas observações, mas não é o caso – possa encontrar uma maneira de lidar com os problemas que temos aqui, no dia a dia, sem fazer uso dessa violência que vimos ontem.

Queria fazer este registro e dizer que é lamentável esse episódio. Espero que não se repita e que nós, que ainda temos algumas semanas para tratar dessa matéria, possamos encontrar uma maneira de ver a sociedade participar junto conosco, de ouvir as diferentes posições que a sociedade expressa. Sei que isso não atrapalhará o andamento dos projetos.

Queria cumprimentar os dois Presidentes, agradecer e registrar também que achei importante a providência da Presidência do Senado de afastar o policial, mas o mais importante é que pactuemos de não permitir que atitudes violentas como essa de ontem possam se repetir, seja durante a tramitação dessa matéria ou de outras importantes para o Brasil e para a sociedade brasileira.

Então, quero, aqui, ser solidário com aqueles que sofreram ontem e, ao mesmo tempo, deixar registrado nos Anais do Senado o meu protesto contra a maneira como a polícia do Senado agiu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Cassol, pela ordem.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Quero dar bom-dia a todos, cumprimentar o ilustre Presidente, todas as autoridades que compõem a Mesa e todos os nobres Senadores e Senadoras que estão aqui, que nos estão assessorando e outros que nos estão prestigiando.

É lamentável, pelos anos longos de política, lembrarmos-nos ainda do velho tempo dos militares e passarmos uma humilhação como a que passei, ontem, com aqueles jovens.

Portanto, ilustre Presidente, temos que conversar com o Chefe da Casa, o Senador José Sarney, e dizer-lhe que aqui não é Casa de bagunça, não; não é Casa de fazer faroeste. Tem que haver mais respeito.

Foi um desrespeito, e aquele que organizou essa rapaziada, essas manifestações é um covarde, um sem-vergonha que talvez nem conheça o Código Florestal, nem nunca sequer usou uma enxada, nunca sequer se lembrou de plantar uma muda de árvore, alguma coisa, nada, coisíssima nenhuma. Fazer uma palhaçada dessa, como disseram várias vezes que me vendi, e tanta coisa que ouvi, ainda atrás da gente, acompanhando e xingando!

Peço, por favor, que isso não aconteça mais, porque se não é um desrespeito.

Onde é que está nossa autoridade no Congresso Nacional? Onde é que está a segurança? O que eles estão fazendo? Ganhando o salário no final do mês? Isso é uma vergonha, porque trabalhamos sempre pelo melhor. Temos até que elogiar os Presidentes, os coordenadores desta Comissão, tanto faz da parte ambiental como da agricultura, pelo bom andamento, pelo jeito que estamos levando para, pensando sempre no homem do campo, no pequeno agricultor, no pequeno pecuarista, fazer com que fique bem para todos.

Eu vi umas coisas ontem: isso é um desrespeito. Quero que transmitam ao Presidente do Senado que ele tem de manter a autoridade e não um desrespeito como esse, porque isso é uma vergonha nacional. Espero que não aconteça mais.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a. Quero dizer a V. Ex^a, Senador Cassol, que manter a autoridade é todo o objetivo que nós temos, mas fazê-lo de forma democrática, fazê-lo respeitando tanto os direitos dos

Senadores de exercer os seus mandatos, bem como o direito do cidadão de poder, com ordem, com respeito e com educação, manifestar as suas posições.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO)

– Mas isso não é educação, não! Isso é desrespeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Lamento muito o que, ontem, ocorreu na Casa do Senado. Não aconteceu dentro da nossa Comissão, graças a Deus, não aconteceu no nosso ambiente de trabalho, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, mas, lamentavelmente, aconteceu nos corredores do Senado.

Tenho certeza de que o episódio lamentável de ontem servirá, também, para o aprendizado e para que o Senado também se previna diante de reuniões importantes como a do dia de ontem.

Tenho certeza de que todos os membros da Segurança do Senado estão, hoje, planejando e atuando no sentido de que possamos ter uma manhã tranquila de trabalho, para que cada um dos Srs. Senadores possa exercer o seu mandato como determina a Constituição.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Talvez o Senador Cassol não tenha se explicado, ou não tenha conseguido traduzir o que ele sentiu ontem. Logo que aconteceu com ele, eu o encontrei e ele estava bem nervoso.

Na verdade, a garotada enfrentou o Senador Cassol, falou um monte de besteiras para ele e foi atrás dele no corredor, até a saída por aqui. O Senador Cassol, obviamente, se incomodou com isso e está, até agora, nervoso.

Então, a reclamação do Senador Cassol é no sentido de que faltaram com o respeito com ele e, por isso, ele está um pouco revoltado, hoje, com o assunto, porque foi ele que passou na pele. Aliás, parece que não só ele. O Senador Aloysio Nunes também teve um problema no corredor.

Enfim, a gente sabe como é que essas coisas funcionam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer a V. Ex^a, Senador Blairo.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Só porque sou de Rondônia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer a V. Ex^a, Senador Blairo, e sou de uma época em que os cabelos brancos impunham respeito, pelo menos fui criado assim.

Tenho certeza de que o Senador Cassol haverá de compreender que há um esforço de todos os Srs. Senadores e há um esforço, nesta Casa, para que possamos exercer o nosso mandato levando em consideração a manutenção da ordem, as condições de trabalho, mas, ao mesmo tempo, respeitando a liberdade de expressão, respeitando o Estado Democrático de Direito e respeitando o direito das minorias.

Com a palavra, o nosso querido Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Cumprimento os demais Senadores, nosso Relator Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana.

Quero ressaltar o trabalho da equipe desta Comissão ao longo desses oito meses em que nós debatemos aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Todos os Senadores atuaram de uma maneira muito importante e direcionada ao desenvolvimento do País.

Tivemos várias audiências públicas aqui no Senado, audiências públicas fora do Senado, em outras cidades, envolvendo a sociedade brasileira, debatendo, discutindo esse tema que é da maior importância para todos nós. Portanto, chegamos, hoje, ao final do nosso trabalho, ao final do trabalho da Comissão de Agricultura. Chegamos a este momento com o sentimento do dever cumprido.

Quero, mais uma vez, agradecer o apoio de todos os Senadores que, desde o primeiro dia em que começamos a debater esta matéria, estiveram presentes em todas as reuniões, ajudando-nos nos debates e nas discussões, levando alternativas, subsídios para que o nosso Relator tivesse condições de fazer o relatório como o fez.

Quero cumprimentar também o Senador Luiz Henrique pelo seu empenho e vontade, tudo transformado em realidade, o que permitiu a construção de um texto equilibrado, que virá a atender a sociedade brasileira e não trazer um cabo de força entre produtores e não produtores. Mantivemos o equilíbrio, a imparcialidade, produzindo um texto que não veio promover o desmatamento, um texto que veio aumentar a produção agrícola brasileira. Dessa forma, entendemos que estamos atendendo a toda a sociedade brasileira.

Então, mais uma vez, agradeço aos Senadores e às Senadoras que, desde o primeiro dia, estão junto conosco debatendo este tema, assim como os nossos assessores e os assessores dos Senadores, assessores da Casa, que, junto conosco, produziram esta

matéria, principalmente com o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, que chega, hoje, ao final deste trabalho, no meu entendimento, com sucesso absoluto.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. E pediria a V. Ex^a que iniciasse a votação dos destaques, a fim de que possamos, realmente, avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz.

Também gostaria de registrar aqui os nossos agradecimentos aos servidores, consultores, assessores da Comissão de Ciência e Tecnologia bem como da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Além disso, quero agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela grande contribuição, pois conseguimos construir um Código Florestal que olha não apenas as questões passadas, mas também que se preocupa com as questões futuras.

Quero também registrar a presença do Senador Rodrigo Rollemberg, que compõe a Mesa e que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Daremos início à votação dos nossos destaques, mas quero apenas registrar que precisamos ter quórum em ambas as Comissões da nossa reunião conjunta, e ainda faltam dois Senadores na Comissão de Ciência e Tecnologia para alcançarmos o quórum em tal Comissão.

Portanto, quero dizer ao Senador Luiz Henrique que lhe vou passar a palavra, para que ele possa se manifestar sobre as emendas destacadas, a fim de que possamos dar início.

Antes, no entanto, quero manifestar, aqui, os nossos agradecimentos pelo trabalho de V. Ex^a. Creio que o texto básico, aprovado no dia de ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mostra o avanço e o esforço que estas Comissões do Senado da República vêm fazendo no sentido de que possamos ter um Código Florestal que olhe para a questão do pequeno produtor, que olhe para a questão do médio produtor, que olhe para os fundamentos da macroeconomia do Estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, reconheça a importância da manutenção do clima, a importância da floresta em pé, a importância do grande patrimônio que o povo brasileiro possui, que é a nossa biodiversidade e as possibilidades que isso representa para as futuras gerações na construção de uma sociedade mais equânime, uma sociedade com oportunidades iguais para os nossos jovens num futuro próximo. Além disso, para que possamos fazer valer com incentivos

econômicos e financeiros não apenas a floresta amazônica, mas também a solução inteligente para as questões da reserva legal, das APPs, das margens de rios, para que possamos, assim, dar uma contribuição ao meio ambiente, dando tranquilidade ao produtor, dando tranquilidade para que o trabalhador do campo possa também ajudar na construção de um futuro país que seja cada vez melhor, mais justo e mais equânime para todos os brasileiros.

Passo a palavra a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg, meu caro Relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tarde e a noite de ontem foram despendidas em intensas negociações. Nós temos buscado, ao longo da elaboração dos nossos pareceres, a construção de uma convergência, aqui, no Senado, que nos permita ter uma lei durável, clara, objetiva, autoaplicável, ajustada aos princípios constitucionais e que garanta, ao mesmo tempo, a preservação e a produção. Repito essas expressões que já utilizei em várias outras sessões dos colegiados desta Casa.

Na busca do entendimento, continuamos naquela direção de dialogar com os Srs. Senadores e com os Srs. Deputados que tiveram participação na origem desse projeto, e também com o Governo, no sentido de podermos estabelecer o equilíbrio.

O projeto que veio da Câmara trouxe um dispositivo que, em área de preservação permanente, estabelece como regra 30 metros e, como exceção, quinze metros, destinados aos pequenos produtores.

Essa é uma norma que veio da Câmara, que foi aprovada por 410 dos Srs. Senadores. Mas observamos, no decorrer dos trabalhos, que é uma norma que não satisfaz a realidade nacional, que não garante situações consolidadas de pequenos produtores. E isso se refletiu na produção de emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia pelo Senador Rodrigo Rollemberg, conforme ele próprio explanou ontem, e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por parte do Senador Acir Gurgacz.

Conversamos ontem, em reunião no Ministério do Meio Ambiente, com a Ministra Izabella, com o Ministro interino da Agricultura e com uma série de técnicos e assessores. Lá, com a presença dos Presidentes Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e do Senador Jorge Viana, ficou muito claro que era preciso aperfeiçoar o projeto, agasalhando o espírito das emendas do Senador Rodrigo Rollemberg, vale dizer a Emenda nº 119, e a do Senador Acir Gurgacz, a Emenda nº 29.

Posteriormente, tivemos uma reunião com 11 Senadores que se aliam à proposta do Senador Acir

Gurgacz ou à proposta do Senador Casildo Maldaner, que se propunha a revogar essa emenda, a disposição dos quinze metros. E, depois de longas discussões, de longos debates, em que foi valiosíssima a participação do ex-Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, estabeleceu-se um pré-entendimento que necessita ser ratificado aqui, hoje, nesta Comissão, em que, confiando no Relator Jorge Viana, tanto o Senador Rodrigo Rollemberg quanto o Senador Acir Gurgacz retirariam o destaque dessas emendas e a emenda do Senador Casildo. Caberia a mim, em contato com todas as partes, munindo-me da *expertise* das assessorias de todas as partes, elaborar uma emenda que mantivesse uma clara disposição de atender ao princípio de preservação das APPs e a garantia das excepcionalidades por situações consolidadas, o que daria tranquilidade para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares, principalmente da região Sul, mas também de outras regiões do País.

E, nessas conversações, conforme demonstrou o Deputado Reinhold Stephanes, é preciso criar um sistema de gradualidade que possa beneficiar o produtor médio, que, na dura fixação dos quatro módulos, estaria prejudicado a partir do momento em que ele possa ter mais que quatro módulos. Nesse sentido, então, se o pré-entendimento for aqui ratificado, proponho-me a continuar a ouvir todos, a elaborar uma emenda que, ao mesmo tempo, garanta as normas rígidas de preservação das APPs, no capítulo permanente, e estabeleça uma excepcionalidade, no capítulo das disposições transitórias.

Esse foi o ponto central, Sr. Presidente, das negociações que mantivemos ontem. Posteriormente, poderia me manifestar individualmente sobre cada destaque que for a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu indagaria, portanto, ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Senador Casildo Maldaner e ao Senador Acir Gurgacz se, diante da colocação do nosso Relator Luiz Henrique com relação à questão das emendas destacadas pelos Srs. Senadores, no sentido de que o Relator Luiz Henrique buscaria a redação de uma emenda de Senador na Comissão de Meio Ambiente que pudesse representar a interpretação e o desejo da Emenda nº 119, do Senador Rodrigo Rollemberg, da Emenda nº 29, do Senador Acir Gurgacz, na Comissão de Ciência e Tecnologia; e da Emenda nº 24, do Senador Casildo Maldaner na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, os Senadores concordariam em retirar o pedido de destaque das referidas emendas para que assim pudéssemos abrir espaço para um entendimento e não votarmos

esses destaques em separado, porque isso, obviamente, levaria à necessidade de o Plenário se manifestar.

Quanto ao mérito de cada uma dessas emendas, creio que, diante do entendimento construído na tarde e noite de ontem, com os diversos agentes envolvidos na matéria, parece-me superado. Portanto, consulto o Senador Casildo Maldaner se estaria de acordo com a retirada do pedido de destaque de votação em separado da Emenda nº 24 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e demais Presidentes das Comissões, Sr. Relator Luiz Henrique, Sr. Relator Jorge Viana, demais colegas, o nosso destaque, em tese, tem uma certa vinculação – e acho que teria que haver uma anuência prévia, uma correlação – com o Destaque nº 12, da Senadora Ana Amélia. Ela traz uma vinculação em função dos planos. Há uma certa vinculação. Por isso, acho que seria necessário que a Senadora Ana Amélia também se pronunciasse em função da vinculação, embora seja na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, apenas para ajudar no debate.

O destaque da Senadora Ana Amélia na Emenda nº 12 trata do art. 51: a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de posses e propriedades rurais com objetivo de adequá-los nos termos deste capítulo.

Portanto, não trata do tema em questão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendi. Embora o nosso destaque remeta a que, na prática, funcione a oitiva, ou melhor, submete à regulamentação do Programa de Regulamentação Ambiental (PRA).

O destaque da Senadora Ana Amélia prevê a implantação desse mesmo PRA. Então, de certo modo, indiretamente, tem algum vínculo. Mas, neste caso da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Querido Senador, apenas para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só gostaria de esclarecer ao Senador Casildo que o seu destaque se propõe a suprimir o art. 56.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu sei. Se passar o nosso destaque e também o da Ana Amélia, depois, na prática, vai haver vinculações no objetivo final da história, porque o nosso trata dos quinze metros e remete para que, depois, na implantação, o Plano de Regulamentação Ambiental (PRA) tome as providências, quando a nossa proposta, o nosso destaque entrar em vigor. Por isso há essa correlação, embora em duas comissões diferentes. Mas, como elas funcionam em conjunto, nós estamos pensando mais

no atacado, pensando mais além do horizonte, indo um pouco mais à frente. Mas, nesse caso específico, estou sendo instado a ficar dentro desse caso.

Então, falando objetivamente nessa questão, nós estivemos discutindo, trocando ideias. O nosso destaque, também do Senador Acir e do Senador Rodrigo Rollemberg, tem vinculações. Disso não há dúvida, nesse caso específico, sem visar mais adiante.

Estivemos conversando ontem, à noite, na presença dos dois Relatores: na do Senador Luiz Henrique, nessas duas comissões, e também do Senador Jorge Viana, para ver se conseguíamos chegar a um entendimento. E o entendimento seria construirmos o consenso de, a quatro mãos, costurar essa proposta no conjunto, desde já, para levar para a última Comissão, que é a do Meio Ambiente.

Ela foi, acredito, até mais ou menos a meia-noite. Conversamos, trocamos ideias com alguns Senadores que aqui estão presentes também. Inclusive, o Senador Moka chegou a apresentar uma anteproposta. O Senador Luiz Henrique apresentaria, na Comissão de Meio Ambiente, uma proposição, uma solução para que, a quatro mãos, entre os membros dessas comissões, ou seja, das três comissões, culminando com a do Meio Ambiente, chegássemos a um consenso.

Para concluir, Srs. Presidentes, eu posso até abrir mão desse destaque em sintonia com os colegas Acir e Rollemberg. Então, temos esse entendimento.

Sempre defendo a tese de que é sempre melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. Passei por isso quando governei Santa Catarina. O diálogo sempre é o melhor resultado. Conversa, conversa, busca-se o melhor para essa nova proposta para o Brasil. E nós estamos aqui entre maduros e responsáveis. Se é para costurarmos esse entendimento, estamos dispostos a, em conjunto, construir essa saída.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas porque eu preciso do registro na Ata. V. Ex^a, portanto, retiraria o destaque da Emenda nº 24?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da 24, e ficaria nessa condicional, nesse entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim, claro. Se o Senador Rollemberg e o Senador...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nós somos parceiros na construção desse consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, V. Ex^a retira o destaque da Emenda nº 24.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Só para relembrar o entendimento de ontem. Até ficamos muito felizes por Minas Gerais, porque o Senador Luiz Henrique apresentará uma emenda, dentro do que falamos, que é o seu compromisso com o grupo todo – o Senador Jorge Viana a acatará –, que dará um tratamento especial entre quatro e quinze módulos, não é isso? Primeiro ponto. E, mais do que isto: o Senador Jorge Viana deu uma notícia que, para nós, foi extremamente importante em Minas Gerais, que é a questão do tratamento da população ribeirinha, que é um problema sério também do rio São Francisco. O rio São Francisco, em toda a sua extensão, precisa ter um tratamento muito especial. É preciso saber como é que se vai fazer com a população ribeirinha. Parece que foi esse o entendimento, avançado com essa colocação do Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, fui citado pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não precisa justificar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para um breve esclarecimento que acho que o Senador está trazendo: é que estava havendo um debate ontem – e as emendas dizem respeito a isto – sobre a não exigência de recomposição dos quinze metros.

Então, há uma proposta muito clara do Senador Acir; há outra endossada também do Senador Casildo, que retirariam a obrigatoriedade de recomposição dos quinze metros. E há uma emenda do Senador Rodrigo Rollemberg que estabelece um regramento diferenciado, mas que garante a recomposição dos quinze metros. Ou seja, são emendas que tratam do art. 56, tratam do mesmo mérito, e são muito importantes.

E o entendimento que se está construindo aqui, como bem colocou o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, é o de que ele elaboraria uma proposta, em que consideraria o que estava sendo tratado do ponto de vista do mérito nessas emendas e faria a manutenção dos quinze metros, como regra geral, para que, de fato, tenhamos uma regra geral de obrigatoriedade da recomposição dos quinze metros; e ele construiria as excepcionalidades que poderiam acontecer, inclusive chegando a uma faixa de transição da pequena propriedade rural.

Foi isso que ficou. O Senador Luiz Henrique elaboraria essa emenda em entendimento com o próprio Ministério do Meio Ambiente, com os diferentes atores

do Senado e da minha Comissão, a Comissão de que sou Relator, e ele vai seguir me auxiliando, acolheria.

É isso o que o Presidente está conduzindo, para ficar bem claro o que estamos fazendo: o entendimento de manter os quinze metros como obrigatoriedade, como regra geral, e as excepcionalidades seriam tratadas na emenda que o Senador Luiz Henrique elaborará.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para acrescentar o que disse o Senador Jorge Viana, a ideia é não tensionar; a ideia seria distensionar entre estas duas Comissões e a Comissão de Meio Ambiente, entre este momento e aquele, e ali entraria a flexibilidade dos quinze metros em casos excepcionais – a ordem científica estudaria isso – e também em relação aos módulos, aos quatro módulos – e aí entra muito a questão do Senador Acir –, e poderíamos caminhar, quem sabe, até os quinze módulos.

Lembro-me que o Senador Acir tem me questionado. E quem tem 4,1 módulos ou 4,5, como fica isso? Então, há possibilidade de caminharmos dos quatro aos quinze módulos, distensionando isso.

Então, sujeitei-me, nesse entendimento, nesse conceito, para construir uma grande saída para o que seja melhor para o Brasil, para o meio ambiente, para a produtividade e para a sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, apenas esclarecendo, porque é importante esclarecer àqueles que não dominam essa questão de quatro módulos, 4.1, 4.5. Estamos tratando aqui dos pequenos produtores rurais, dos microprodutores rurais, da agricultura familiar e dos médios produtores, aqueles que estariam acima de quatro módulos fiscais e que, portanto, estariam entre quatro e quinze módulos fiscais.

O que estamos buscando fazer, na realidade, com a retirada do destaque de V. Ex^a, bem como o destaque do Senador Acir Gurgacz e do Senador Rollemberg, é dar oportunidade para que estas Comissões não adentrem o mérito, para que não haja matéria vencida. E o Senador Luiz Henrique, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, apresentaria emenda que seria o consenso na busca de se estabelecer uma regra geral de recomposição de quinze metros, criando nas regras transitórias as excepcionalidades que protegeriam os casos específicos já consolidados em determinadas regiões e em determinados biomas.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, estamos trabalhando pelo entendimento. Ficou claro, ontem, Senador Casildo, que há um entendimento, há um acordo entre os Senadores e os Relatores, o atual e o futuro Relator, para que nós

tenhamos não um acordo para achar uma solução, mas já o texto praticamente pronto; incluir na minha emenda, que vai até quatro módulos, até quinze módulos, para que possamos atender, dessa forma, ao nosso produtor rural.

Então, em função desse acordo, retiramos o destaque da Emenda nº 29, ressaltando, Senador Jorge Viana, que, no final, não haja aquela frase “excluindo a Amazônia”. Todos os acordos que acontecem aqui, ao final dizem: “Excluindo a Amazônia”. Nós não queremos que isso aconteça. Que realmente seja um acordo para todo o País.

Era essa a posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para deixar registrado em Ata: então, o Senador Casildo Maldaner e o Senador Acir Gurgacz concordam em retirar o destaque da Emenda nº 24, do Senador Casildo Maldaner, e a Emenda nº 29, para que o Senador Luiz Henrique possa, na Comissão de Meio Ambiente, apresentar emenda que represente esse pensamento.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente Senador Eduardo Braga; Presidente Senador Acir Gurgacz; nobres Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana; prezadas Senadoras; prezados Senadores, quero, aqui, inicialmente, mais uma vez, registrar que, desde o primeiro momento da vinda do Código Florestal para o Senado, nós estamos defendendo um clima de entendimento em que as mudanças pudessem ser feitas de forma gradual e que representassem uma média das opiniões do Senado Federal. Portanto, quero saudar o restabelecimento desse clima de entendimento.

Quero fazer um registro – é importante que fique registrado – manifestando total confiança na capacidade dos dois Relatores, Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, de construir um texto que possa resolver essa questão de recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Mas preciso alertar que há divergência nas emendas.

A emenda do Senador Casildo Maldaner, por exemplo, propõe a retirada da obrigatoriedade de recomposição de quinze metros de Áreas de Preservação Permanente nos rios de até dez metros de largura. A minha emenda é exatamente o contrário. Eu percebi, ao longo do debate, que o texto só garantia a recuperação de quinze metros de Áreas de Preservação Permanente em rios de até dez metros de largura, o que seria um absoluto contrassenso não garantir um mínimo de recuperação de Áreas de Preservação Permanente em rios de maior largura. E aí eu defini,

gradualmente, metragens de recuperação de acordo com a largura do rio.

Portanto, são emendas que tratam da mesma coisa, mas que têm sentidos completamente diferentes.

Ontem, aqui, o Deputado Luiz Carlos Heinze – acho que ele já saiu – levantou uma questão que precisa ser enfrentada nesse debate. Efetivamente – o Senador Clésio falou aqui do rio São Francisco, e conheço profundamente o São Francisco desde a sua nascente até a sua foz –, existem milhares de produtores rurais que têm sua residência, sua casa, pessoas simples, localizadas em Áreas de Preservação Permanente. E esse tema, está aqui o Senador Valadares, grande sergipano, sabe que essa é uma realidade de Canindé, de São Francisco, passando por Propriá, enfim, até chegar ao Cabeço, onde o rio São Francisco se encontra com o mar, essa questão precisa ser enfrentada. Mas ela tem de ser enfrentada, especificamente, no meu ponto de vista, talvez “excepcionalizando” a questão da residência dos pequenos produtores rurais.

E o nosso objetivo, com a emenda, é garantir a recuperação da vegetação da Área de Preservação Permanente, fundamental para garantir a qualidade da água e a quantidade de água.

Portanto, mais confiando em que vamos buscar um entendimento sobre o tema, mas alertando que os textos falam de coisas diferentes; confiando na busca do entendimento, para resolver o problema sobre o tema, também concordo com a retirada do destaque, confiando na capacidade do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana, ouvindo todos os setores envolvidos, de construir uma solução que seja a melhor para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Senador Rollemberg, dentro desse acordo também está o pedido de destaque à Emenda nº 75, de V. Ex^a, que também é complementar com relação ao mesmo tema.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Qual é a página?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A página... A Emenda nº 75... Eu leio para V. Ex^a, porque para mim ficaria mais fácil. Tenho aqui o resumo.

A Emenda de V. Ex^a trata de parágrafo único.

A recomposição de que trata este artigo [o art. 35, que é o artigo em pauta] poderá ser feita pelos seguintes métodos:

I – condução de regeneração natural de espécies nativas;

II – plantio de espécies nativas;

III – plantio de espécies nativas conjugadas com a condução da regeneração natural de espécies nativas.

Na realidade, a Emenda nº 75 e a Emenda nº 119, de V. Ex^a, na CCT; a Emenda nº 29, de autoria do Senador Acir Gurgacz; e a Emenda nº 24, de Casildo Maldaner tratam do mesmo tema. Portanto, quanto a essas quatro emendas, os pedidos de destaque precisam ser retirados, para que elas possam dar o fundamento da emenda que será apresentada pelo Senador Luiz Henrique e acatada pelo Relator Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que não por acaso é presidida por V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, quero registrar apenas, antes de fazer formalmente a retirada desse outro destaque, dessa outra emenda, que esse texto, exatamente igual ao que propus em lei, já é fruto de uma resolução do Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente, e vem facilitar a vida dos pequenos produtores rurais, tornando mais fácil a recuperação das Áreas de Preservação Permanente, porque, em muitos biomas, como mostrou aqui, ontem, o Senador Blairo Maggi, o simples isolamento da Área de Preservação Permanente por muitos anos seguidos levaria a uma restauração daquela vegetação, daquela Área de Preservação Permanente.

Mas, confiando, mais uma vez, no entendimento e na capacidade dos dois Relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, de construir uma boa solução para a recuperação das nossas Áreas de Preservação Permanente, nós concordamos com a retirada do destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Rollemberg!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, de fato, confio em que os Relatores vão empenhar-se com este objetivo: de encontrar a melhor solução para esse problema. Mas, se não houver consenso, naturalmente esperamos que V. Ex repita a emenda na próxima Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a fique absolutamente tranquilo, porque lá estaremos: Senador Rollemberg, este que vos fala, o Senador Luiz Henrique, o Senador Jorge Viana, o Senador Acir Gurgacz. V. Ex^a pode ficar absolutamente tranquilo.

Eu gostaria apenas de aditar, porque foi mencionada aqui a questão do rio São Francisco pelo nosso querido Senador Rollemberg, que, na Amazônia, os nossos ribeirinhos vivem exatamente nessa circunstância. Portanto, essa não é uma questão apenas do

rio São Francisco, essa é uma questão do rio Tapajós, do rio Solimões, do rio Juruá, do Japurá...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De todas as bacias hidrográficas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, essa é uma questão que diz respeito à ocupação à beira dos rios no interior do Brasil. No entanto, é preciso deixar claro que, no caso dessa questão, trata-se de uma regra transitória, e nós precisamos construir uma regra permanente que não penalize a proteção das margens dos rios, que não inviabilize a manutenção do ritmo hidrológico nos nossos rios, tão importante para a agricultura.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em função de minha origem sergipana, eu não poderia deixar de fazer essa referência amorosa ao rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a tem toda razão, mas nós precisaríamos deixar claro que não há exceção com relação à Amazônia na questão das margens dos rios.

Pela ordem, ouço o Senador Sérgio e, em seguida, os Senadores Blairo Maggi e Kátia Abreu.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não é diferente no Estado do Paraná: o rio Ivaí, o rio Iguaçu, o Piquiri, o Tibagi, o Paranazão e tantos outros rios que cortam o meu Estado.

No Estado do Paraná também temos esse problema, e eu partilho da opinião do Senador Rodrigo Rollemberg. Foi em função desse acordo que estamos construindo que eu também retirei a Emenda nº 2 da CRA, o destaque.

Eu percebi também no texto, Sr. Presidente, que realmente há uma obrigatoriedade de recomposição dos quinze metros, mas para rios até dez metros. No caso dos rios acima de dez metros, não haveria uma obrigatoriedade a não ser aquela prevista no programa de regularização ambiental.

Acho que, realmente, estamos aqui construindo um consenso que seja bom tanto para preservação do meio ambiente como para a produção de alimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a, com sua capacidade de síntese, resumiu aquilo que estamos buscando tanto na regra permanente quanto na regra transitória.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srs. Presidentes, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quero cumprimentar os autores dos destaques pela retirada que foi feita com o intuito de chegarmos ao consenso sobre esse tema.

Aliás, é um tema sobre o qual eu várias vezes eu tive oportunidade de me manifestar nas comissões e nas audiências públicas, que é exatamente a questão de como vamos tratar os ribeirinhos, os pequenos produtores e agricultores que têm a sua vida, que têm a sua história amarrada aos rios, aos córregos.

Toda ocupação ocorreu a partir dos rios; não ocorreu do morro ou do chapadão para baixo. Não, foi da beira do rio para fora. O importante é que estas duas Comissões chegaram ao entendimento de que é hora de prestar atenção ao homem que mora na beira do rio e que lá tem suas atividades.

Portanto, quero cumprimentá-los por isso e dizer que também vou colocar minha assessoria junto – já combinei ontem com o Senador Jorge e com o Senador Luiz Henrique – para buscarmos o entendimento sobre esse assunto, que considero ser o mais importante. Como disse várias vezes durante essas nossas reuniões, estamos olhando a questão do meio ambiente, mas, em primeiro lugar, temos que olhar o homem, o ser humano. Esse é o ponto principal e deve ser o ponto de partida de toda a nossa discussão na questão do Código Florestal, que, aliás, vira ambiental. Quando falamos em preservar para o futuro, pensamos em preservar para quem? Para o ser humano. Então, não podemos pegar o ser humano agora e jogá-lo fora de onde ele vive, de onde ele está acostumado e, enfim, tem suas tradições.

Então quero cumprimentar todos.

Vamos em frente que nós vamos construir um belo Código Florestal para esta geração e para as futuras também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria de pedir, mais uma vez, aos senhores e às senhoras aqui presentes, para o bom andamento dos nossos trabalhos: sei que hoje há uma modernidade que alguns acham fabulosa; outros acham extremamente prejudicial, que é a questão do telefone celular. Lamentavelmente, quando nós estamos ao celular, cada um fala numa altura de voz. Por exemplo, agora, neste momento, nós estamos vendo um debate entre o Senador Valadares e o nosso Relator, Jorge Viana, e eu querendo passar a palavra à Senadora Kátia Abreu. Eu gostaria de pedir apenas a compreensão, a contribuição e a colaboração dos Srs. Senadores, bem como da audiência, para que nós possamos ouvir os Senadores, para que fique claro o entendimento que nós estamos buscando nesta Comissão, não apenas para o registro em Ata, mas também para o registro do povo brasileiro, que nos acompanha neste movimento pela TV Senado.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, apenas no que diz respeito ao seu comentário, V. Exª notou a modificação no meu visual, mas foi só. Não sei se foi para melhor, se foi para pior!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada. Folgo em saber! Fiquei mais tranquila agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É o entendimento que corre nesta Casa!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só faltou um pouquinho de ruge.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu fiquei muito feliz com esse comentário, porque isso aqui é a ausência de cabeleireiro. Então, é a economia que farei daqui para a frente. Desculpem-me. É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu é que peço desculpa a V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Imagine. Tudo bem.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de cumprir todos os colegas por essa circunstância, por essa situação, por esse entendimento, em se tratando de matéria tão complexa como a questão ambiental; complexa por ser nova. É um debate novo. Há apenas uma geração ainda discutindo o meio ambiente. Tenho certeza de que, nas próximas gerações, isso será uma discussão tão natural e terá um embasamento científico, principalmente, muito forte, porque, daqui para frente, tenho certeza de que as pesquisas deverão ser implementadas com muita força em todas as instituições do País, para que possamos entender o que de fato é verdadeiro, o que de fato é necessário fazer, assim como o Projeto Biomas, que nós desenvolvemos com a Embrapa, na CNA, justamente estudando as vitrines tecnológicas para orientar melhor os produtores rurais.

Também quero deixar aqui registrada a mesma preocupação do Senador Rollemberg: as emendas são incompatíveis, mas não impossíveis de serem construídas com o mesmo sentimento, com o mesmo princípio, que é o cuidado com a mata ciliar e o cuidado com os seres humanos.

Eu quero aqui ressaltar que não há apenas o problema da moradia dessas pessoas. Nós temos problemas mais graves do que apenas a moradia. E não só dos pequeninhos, dos pobrezinhos, não; dos pobrezinhos, dos pequenos, dos médios e até dos grandes produtores. Um dia a margem deles foi de cinco metros e, depois, passou para trinta. Um dia a margem deles foi de cinquenta metros e passou para cem.

Direito é direito. Direito não tem cor, direito não tem raça, direito não tem gênero, direito não tem condição social. Direito é direito. Então, nós precisamos observar e deixar isso muito claro; e não fazer com que a matéria de meio ambiente tenha apenas o cuidado com a questão social. Com a questão social, sim, mas, em primeiríssimo lugar, o Estado de direito. Nós temos que preservar essa situação e entender todas essas diferenças.

As mudanças que houve na legislação ambiental não foram só na reserva legal. Nós estamos esquecendo de dizer isso aqui durante o debate. As mudanças também ocorreram nas Áreas de Preservação Permanente por várias vezes. Depois de vinte anos e depois de quinze anos, novamente, foram alteradas as matas ciliares. Então, é muito importante a manutenção das matas ciliares.

Estou completamente de acordo. Por isso a nossa luta foi tão grande para remeter o PRA, os detalhes e as peculiaridades aos Estados, justamente porque vai ser impossível montar uma emenda em Brasília – acho muito difícil – que possa detectar as exceções. As exceções são detectadas em cada Estado. Cada qual, cada qual, de acordo com cada rio e suas condições. Ao fim e ao cabo, chegaremos à conclusão de que será impossível estabelecer todas essas regras e esses detalhes. Mas confio no pragmatismo, na inteligência e na honestidade do Senador Jorge Viana e de todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, de todos os colegas no sentido de que construiremos uma coisa boa para o Brasil, para as pessoas, para os seres humanos, que, neste momento, são produtores rurais e que estão habitando a margem dos rios.

Muito obrigada e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o comentário de V. Exª, eu gostaria de destacar uma das importantes modificações que ocorreram na construção do Código Florestal.

Ao dividir o Código Florestal na estruturação de texto permanente e texto transitório, ficou possível tratar esse tema, que pode parecer antagônico nas proposições divergentes que aqui estão, mas, na realidade, não são antagônicos do ponto de vista do futuro, mas do ponto de vista daquela regra de transição para as áreas já ocupadas e para as áreas já produtivas nas margens de rio.

Portanto, será possível a construção de duas emendas: uma na área permanente e outra na área transitória, que possa conciliar a preocupação que todos temos para com as margens dos rios; ao mesmo tempo, conciliar com a ocupação que já ocorreu e que já está consolidada, de acordo com o que estabelece o

próprio texto, bem como as áreas produtivas que já estejam consolidadas ao longo dessas margens dos rios.

Creio que esse é o princípio e o espírito dessa matéria, para que fique claro o compromisso que está sendo assumido pelo Senador Luiz Henrique e por todos aqui, na Mesa, junto aos Srs. Senadores que estão retirando, em um voto de confiança a esses Senadores, os seus pedidos de destaque, a fim de que possa ser exercido esse trabalho de construção de um texto que garanta a proteção às margens dos rios e, ao mesmo tempo, garanta às pessoas, àqueles que usam e se beneficiam das margens dos rios, o direito de poderem ter também a sua produção e a sua moradia absolutamente pacificada pelo texto aprovado pelo Senado. Isso não apenas na região amazônica, mas em todo o território nacional.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Senador, apenas para fazer um comentário complementar.

Obrigada.

Com relação aos quatro e até quinze módulos, eu gostaria muito de comentar sobre a nossa penúltima reunião no Ministério do Meio Ambiente, onde tivemos a oportunidade de colocar essa proposta e tranquilizar os Senadores e o Brasil: de quatro até quinze módulos, nós não temos mais do que 250 mil produtores rurais, e o Brasil inteiro tem 5,175 milhões de produtores. Então, chegaremos a no máximo 300 mil produtores com uma área média – esses produtores de até quinze módulos – em torno de 70 a 80 hectares. Isso é muito pouco para que possa haver um comprometimento.

Tenho certeza de que encontraremos um texto para essa área intermediária que, com justiça, merece a nossa atenção, assim como a reforma agrária. São excluídos da reforma agrária os pequenos e os médios até quinze módulos, justamente por essa consideração e pelas condições de dificuldades em que essas pessoas se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só para aditar a V. Exª que isso tudo diz respeito apenas a áreas produtivas, porque, lamentavelmente, poderá haver a interpretação de que chácaras, propriedades em beira de rios para entretenimento, lazer etc. estariam abrangidas como áreas produtivas, que têm, portanto, a função social da terra voltada para as famílias que ali trabalham, que sustentam suas famílias e ajudam o Brasil a crescer.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mesmo em áreas produtivas e que não terá desmatamento novo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não haverá porque o texto permanente tratará da regra permanente para o Brasil.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ontem à noite nós nos reunimos, 11 Senadores, a Comissão de Agricultura. É claro que tínhamos por objetivo aprovar a emenda do Senador Acir Gurgacz ou a do Senador Casildo Maldaner. Lá compareceu o Senador Luiz Henrique e, depois, com a presença do Senador Jorge Viana – quero insistir nisto –, teríamos hoje aqui, na minha avaliação, a não ser que algumas pessoas mudassem de opinião, votos suficientes para aprovar a emenda do Senador Acir Gurgacz, mas em nome desse entendimento e atendendo a um apelo do Senador Luiz Henrique, que se comprometeu, junto com os Senadores da Comissão de Agricultura, a elaborar um texto que teria, evidentemente, como referência, as três emendas. Nós achamos que isso é difícil, mas, em nome do entendimento e confiando na capacidade do Senador Luiz Henrique e na credibilidade do Senador Jorge Viana, que assumiu o compromisso de acatar essa emenda do Senador Luiz Henrique, nós, então, estamos abrindo mão daquilo que me parecer ser, hoje, a mais emblemática das discussões.

E vejam como é engraçado: nós já temos consenso para mais de 90% do Código Florestal.

Aqui foi colocado: o que vai ser feito dessa população que está às margens dos rios?

Senador Eduardo Braga, não é o caso de Mato Grosso do Sul. Nós não temos esse tipo de problema. Talvez no pantanal. É verdade, no pantanal teríamos os ribeirinhos.

O importante é que entendamos isto: qual é o grande acordo que se faz nesse Código Florestal? É um pacto. Áreas consolidadas é uma coisa, e nós vamos ter uma legislação específica para resolver essas situações, de pessoas, de questões sociais. Daqui para frente, vamos ter uma legislação com muito rigor exatamente para que, no futuro, não tenhamos mais esse tipo de problema. Isso tem que ficar muito claro para a população. Vamos resolver os problemas e vamos ter uma legislação que evite esse tipo de problema no futuro.

Então, acho que essa questão para nós, hoje, aqui, está superada. Vamos agora, se Deus quiser, avançar nos outros destaques – este, sem dúvida nenhuma, era o mais polêmico – e vamos, evidentemente, confiar na capacidade do entendimento que até agora norteou as três Comissões; até agora estamos buscando o consenso, a convergência e o entendimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Mais uma vez fica claro do que estamos tratando: são duas regras. Uma regra permanente, que será possível graças à reestruturação do texto, e uma regra transitória, que também será possível, porque hoje o Código Florestal tem tratamento em regra permanente e em regra transitória; e o Senador Luiz Henrique assim o fará.

Para que possamos dar curso e continuidade ao trabalho, apenas para resumo do que está acordado, informo que são retiradas as Emendas nºs 29, 119, 75 e 24. As quatro emendas estão com seu pedido de destaque retirado, além da emenda do Senador Sérgio, a Emenda nº 02, do art. 35, que também foi retirada.

Vamos dar início, portanto, agora, à votação dos demais destaques.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, porque os três primeiros pedidos de destaque na CCT são de minha autoria. Estão na página 213. Então, passo a Presidência a V. Ex^a para que...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu tenho um compromisso com o Vice-Presidente da República daqui a trinta minutos, e o meu destaque passa a ser o Item 1 da pauta da CRA.

Eu requeiro a V. Ex^a se poderia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu só pediria a V. Ex^a uma pequena compreensão pelo seguinte: a resolução da Mesa, que trata da matéria do Código Florestal, estabelece um rito de tramitação. Como há quórum, eu não tenho justificativa para inverter a resolução da Mesa, que estabelece o rito de tramitação, primeiro, na CCT e, em seguida, na Comissão de Agricultura. Como o item mais polêmico da pauta acaba de encontrar o entendimento, creio que a votação dos outros itens da pauta serão bem mais ágeis, e nós, com certeza, passaremos agora a uma votação bastante acelerada para a resolução dos demais itens da pauta.

Peço apenas essa compreensão a V. Ex^a para que nós possamos dar início...

(O Sr. Presidente faz acionar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Peço, mais uma vez, a compreensão dos senhores e senhoras.

Minha querida Senadora Miranor...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Peça para elevar um pouquinho o som do microfone de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois é, porque...

Vamos lá.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para dar início à votação dos pedidos de destaque na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos dar início, então, à votação do Requerimento nº 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Eduardo Braga.

EMENDA Nº 35 AO PLC Nº 30, DE 2011.

Acrescente-se ao art. 4º do PLC nº 30, o § VI, com a seguinte redação:

§ 6º Em áreas urbanas, as áreas de encostas com declividade acima de 25º serão preservadas.

§ 7º Em áreas urbanas, faixas de preservação de topo de morros adjacentes às encostas terão sua largura determinada pelo maior valor estabelecido por estudos geológicos, geomorfológicos e geotécnicos empreendidos pelo órgão gestor competente de modo a minimizar o risco de deslizamentos nas encostas adjacentes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador proponente, autor do requerimento, Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma manifestação, pela ordem, em relação a esse pedido de destaque à Emenda nº 35, para que nós pudéssemos consultar o Senador Jorge Viana, porque, nas mesmas reuniões que aconteceram no dia de ontem, também ficou estabelecido que o tema da questão urbana no Código Florestal ficaria para ser discutido e debatido na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Assim sendo, ouvido o Senador Jorge Viana com relação à garantia de que esse tema terá prioridade na Comissão de Meio Ambiente, nós gostaríamos de poder pedir ao Senador Jorge Viana que se manifestasse como Relator na Comissão de Meio Ambiente com relação à questão das APPs e das reservas legais nas áreas urbanas, porque em relação a este tema “urbano” há o entendimento de que ele deve ser tratado na Comissão de Meio Ambiente.

Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Antes que o Senador Jorge Viana possa fazer a sua manifestação, quero registrar e convidar todos: hoje, às 14h, teremos uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente exatamente sobre o tema “Cidades”, sobre o impacto do Código Florestal nas cidades e sugestões a serem incorporadas ao tema “Cidades”.

Amanhã, pela manhã, teremos audiência pública sobre o tema “Com os Comitês de Bacias Hidrográficas” e na sexta-feira, também pela manhã, faremos uma audiência pública para tratar do tema “Florestas”.

Portanto, só para acrescentar, antes de dar a palavra ao Senador Jorge Viana, todos estão convidados.

Hoje, faremos um debate exatamente sobre esse tema, recolhendo sugestões sobre a questão das cidades no Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Penso que essa emenda do Presidente, hoje, e mais Senador e proponente da Emenda nº 35, Senador Eduardo Braga, é da maior coerência.

Há um tema central que o Código Florestal guarda na versão de 1965; e temos, na versão de 2011, de debater, que é a questão das cidades. Foram dezenas de audiências que tive, e esse tema é recorrente.

Quando o Código Florestal foi feito, em 1965, o Brasil era um; hoje o Brasil é outro. O Brasil, em 1965, tinha 56% da população vivendo nas áreas rurais. O Código Florestal enxergava as cidades naquela época como extensão da área rural, e isso não estava errado. Mas e o Brasil de hoje? O Brasil de hoje tem 84% da população vivendo nas cidades. E as cidades, hoje, não enxergam o Código Florestal como um regramento para elas. E quem pode fazer o encontro da realidade nova com a lei antiga e importante? O Congresso. O Senado.

O Senador Rodrigo Rollemberg levantou, e nós discutimos; sou proponente, junto com ele e com outros colegas, das três audiências que vamos fazer. Estamos aqui deliberando sobre duas comissões, daqui a pouco concluindo o trabalho. E, à tarde, é muito importante, Senadores e Senadoras, discutirmos com especialistas do Governo, da sociedade a questão das cidades.

Recebi dezenas de prefeitos e representantes de prefeituras. As cidades brasileiras, hoje, estão na ilegalidade, principalmente aquelas que estão às margens dos rios.

E há um agravante: sou Presidente da Comissão de Defesa Civil do Senado, temporária, que tem como Relator o nobre Senador Casildo Maldaner. Nós temos

que incluir no Código Florestal o problema das cidades, das APPs, com área de risco.

Hoje, está-se iniciando uma ocupação pelo Estado brasileiro – parece surreal isto – de uma parte do território da cidade do Rio de Janeiro, chamada favela da Rocinha, que é uma encosta. O Brasil está cheio de exemplos como esse, de norte a sul, de leste a oeste.

Então, Senador, sua emenda tem uma importância muito grande, que é a de fazermos com que esse texto se encontre com a realidade do País e do futuro.

Eu queria aqui, publicamente, assumir o compromisso – acho que é importante, para não atrapalharmos o andamento dos trabalhos – de tratarmos dessa emenda já, hoje à tarde, na audiência sobre cidades. É muito importante a presença de todos. O Governo está muito preocupado também com esse tema. Há alguns especialistas ajudando-nos, e queremos dar um tratamento para a questão das cidades, em que possamos, de alguma maneira, vencer a situação, a realidade de hoje e, ao mesmo tempo, estabelecer um regramento, para que não sejamos conduzidos pela especulação imobiliária, que se esquece de Área de Preservação Permanente, que se esquece de área de risco e que avança numa expansão urbana sem regramento nenhum, pondo em risco os habitantes do País.

Muita gente vai comprando áreas, a sua casa, fazendo o maior sacrifício e, às vezes, está pagando por uma coisa e recebendo outra. E o Senado tem a responsabilidade de tratar desse tema.

Então, assumo, aqui, o compromisso de apreciarmos com mais tempo, como já combinei com o Senador Luiz Henrique, que se está debruçando em temas tão importantes, de tratarmos da questão das cidades na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que está reservando um espaço de tempo maior para a questão das cidades.

E reforço: bacias hidrográficas. Amanhã, o debate sobre bacias hidrográficas. Acabamos de discutir aqui a possibilidade de adequarmos a presença humana e as atividades econômicas em margem de rio. Amanhã temos esse debate aqui.

E o último, sobre florestas. Não sei se fui claro, mas explicitamente assumo o compromisso de acolher essa proposição do Senador Eduardo Braga na Comissão de Meio Ambiente. Obviamente se tivermos de fazer a adequação do texto, nós a faremos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, diante da colocação do Senador Jorge Viana, Relator na Comissão de Meio Ambiente, eu gostaria de retirar o requerimento de pedido de destaque de votação em separado da Emenda nº 35.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Fica retirado de pauta, então, o Requerimento nº 1.

Passemos ao Requerimento nº 2, de autoria do Senador Eduardo Braga.

Dê-se ao art. 48 do PLC nº 30, de 2011, a seguinte redação:

Art. 48. O Poder Público instituirá programa de apoio financeiro às propriedades a que se refere o inciso IX do art. 3º como forma de promoção da manutenção e recomposição de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, incluindo a possibilidade de pagamento por serviços ambientais.

§ 1º Para o financiamento das atividades previstas no caput o Poder Público poderá utilizar recursos oriundos de Pagamento por Serviços ambientais (PSA), via pagamento por Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme regulamentação.

§ 2º O Poder Público instituirá programa de apoio técnico e financeiro às propriedades a que se refere o inciso IX do art. 3º, compatível com a realidade socioeconômica de suas atividades.

§ 3º O financiamento das atividades previstas no caput, e mencionadas § 1º serão aplicados preferencialmente nas propriedades referidas no inciso IX do art. 3º, deverá ser iniciado num prazo de até 2 (dois) anos a partir da vigência desta lei.

Com a palavra o requerente, Senador Eduardo Braga.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por favor, Presidente, qual o número dessa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Emenda nº 39. É o requerimento nº 2, Senadora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pág. 316, Emenda nº 39.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar os avanços que já alcançamos no texto com relação aos incentivos econômicos e financeiros para a floresta, para a questão da reserva legal e das APPs, destacando, inclusive, a formulação do Capítulo X do texto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia e pela Comissão de Agricultura.

No entanto, ao cumprimentar o esforço do Senador Luiz Henrique com relação a essa matéria, é importante que façamos um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores para que possamos criar mecanismos que valorizem a floresta no Código Florestal. A floresta tem um papel fundamental no processo da agricultura e um processo fundamental na manutenção do clima e do ritmo hidrológico.

No entanto, Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de poder ouvir o Senador Jorge Viana, porque ficou claro, nos entendimentos que buscamos ao longo de todos esses meses, que a Comissão de Meio Ambiente ficaria também com o tema “floresta” a ser tratado com mais ênfase e com mais profundidade.

Indago do Senador Jorge Viana se a estruturação da valorização das florestas, principalmente dos ativos florestais, estaria comprometida e compromissada por V. Exª como prioridade no debate das florestas na Comissão de Meio Ambiente, para que pudéssemos ter uma posição com relação a esse requerimento.

Peço, Sr. Presidente, que V. Exª ouça a posição do Relator da Comissão de Meio Ambiente, para que possamos posicionar-nos com relação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RR) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente.

Rapidamente, colegas Senadores, tive o privilégio de, nesta segunda-feira, estar num debate em Berlim, na Alemanha, um debate preparatório para um encontro que vai acontecer em Durban, na África, no final deste mês, começo do próximo mês.

A agenda do mundo inteiro, além da crise econômica, discute, hoje, como maior prioridade, mudança climática. E, no caso da busca de se evitar gases de efeito estufa e gases que ajudam a mudar a temperatura do Planeta em até dois graus – e já se fala em mais de dois graus –, o que afetará a população mais pobre da Terra, o Brasil assumiu metas muito objetivas na COP15. Aliás, uma das novidades foi a posição do Brasil, apresentada pela Presidente Dilma. O Brasil tem compromissos, e já está cumprindo parte deles, de redução do desmatamento na Amazônia em 80%, e no cerrado também, com redução de mais de 40%. Isso porque as emissões brasileiras estão diretamente vinculadas à destruição de nossas florestas. O Código Florestal trata exclusivamente de como vamos lidar com o uso do solo e com a proteção de florestas.

Há um problema grave que V. Exª colocou muito bem: nós estamos discutindo aqui como fazemos para conservar as áreas de preservação permanentes, as APP, e as áreas de reserva legal e como recuperar e recompor parte dessas áreas perdidas.

Boa parte do que houve no Brasil aconteceu em decorrência de políticas públicas. A União Federal e os Estados estimularam atividades que fizeram supressão de floresta – na Amazônia isso é evidenciado em todos os Estados. E aí, quando estamos aqui discutindo o Código Florestal, V. Exª traz propostas que ampliam as conquistas já colocadas pelo Senador Luiz

Henrique – que nós trabalhamos, e ele, com muita sabedoria, incluiu –, especialmente nos artigos 40 e 41, que tratam do programa de incentivos à preservação de recursos ambientais. Essas propostas estão muito bem posicionadas e vão depender de uma decisão do Executivo federal para que possamos ter um programa de recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e áreas de reserva legal.

Mas, sinceramente, acho que temos de avançar mais ainda para fazer com que as florestas brasileiras sejam um ativo econômico importante. E aí está o mérito da emenda que V. Ex^a apresenta.

Temos hoje reconhecidos mecanismos de mercado que atendem um novo padrão de consumo da população do mundo inteiro – temos sete bilhões de pessoas no mundo hoje e devemos chegar a nove bilhões em 2050. É preciso haver uma mudança no cidadão do mundo e no mercado mundial. O Brasil não pode, em 2011, ao fazer a revisão da primeira versão do Código, que foi feita em 1934 em função de proteção de florestas, e de sua segunda versão, que foi feita em 1965 em função de buscar proteção às florestas, não considerar a realidade do mundo de hoje e do futuro que nos aguarda ano que vem, com a Rio+20. Então, a minha posição é de que floresta tem de deixar de ser tratada como problema. A gente tem de parar de discutir só sobre supressão de florestas e buscar fazer o uso sustentável delas, transformá-las num ativo econômico importante.

Senador Eduardo, eu queria também aqui pedir que, na sexta-feira, como o Senador Rodrigo Rollemberg anunciou, na última audiência pública formal que queremos fazer, que é sobre floresta – o código é florestal –, tratássemos dessa matéria. Eu assumo o compromisso, como engenheiro florestal e como relator, de me somar à propositura de V. Ex^a para que possamos estabelecer mecanismos ousados que tratem de desenvolvimento limpo e tratem do REDD plus também, já agora nessa proposta de Código Florestal, além, obviamente, de fortalecer um programa que faça com que o Brasil possa ser uma referência de pagamentos por serviços ambientais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente, eu queria aqui fazer um destaque, agradecer as colocações do Senador Jorge Viana e dizer ao Senador Luiz Henrique o meu muito obrigado por ter acolhido diversas emendas apresentadas por nós ao longo desse processo para que estabelecêssemos incentivos econômicos e financeiros para a floresta.

Quero aqui, como membro da Comissão de Meio Ambiente – não mais de Ciência e Tecnologia –, dizer que é importantíssimo criarmos mecanismos que possam tratar a floresta como um ativo, como uma solução e não como um problema. Se assim procedermos, estaremos efetivamente contribuindo para a construção de um Código Florestal inteligente.

Peço, portanto, para retirar o pedido de Destaque nº 2...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Eduardo Braga?

O SR. PRESIDENTE – (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concedo um aparte.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A minha Emenda, que é a Emenda nº 5, da CRA, que foi acatada parcialmente, o espírito dela já foi colocado pelo Senador Luiz Henrique, diz respeito ao mesmo dispositivo, que é o art. 48.

Então, pelo que estou entendendo aqui, muitas das conversas de ontem à noite se produziram para que fosse praticamente retirado tudo e assumíssemos aqui o compromisso de se tratar esses temas polêmicos depois no relatório do Senador Jorge Viana. Primeiro, esse ponto que eu gostaria de entender. Se não, V. Ex^a coloca sua emenda retida e, daqui a pouco, vamos votar a minha. Como vai ficar isso? O meu destaque? Porque ninguém me sugeriu também que promovêssemos uma conversa, para que todos esses assuntos, que são emendas parecidas, fossem tratados em bloco e que também fosse combinado um acordo em bloco, como foi feito em relação às matas ciliares, em que todos nós, que apresentamos emenda naquele sentido, aceitamos.

A minha emenda é no mesmo sentido, a Emenda nº 5.

Vejo, Senador Luiz Henrique, que o senhor captou o espírito dela, mas ela está se restringindo, como restringe também a sua emenda, Eduardo Braga, a uns pequenos agricultores. E, se nós queremos enaltecere aquele que preserva o meio ambiente, ele não pode ser restrito aos pequenos agricultores. Temos que enaltecere todos aqueles que preservam; e aqueles que preservam além da sua obrigação, porque a obrigação a lei já impõe, inclusive com penalidades para aquele que preserva abaixo da sua obrigação, abaixo da obrigação legal. E aquele que preserva além da sua obrigação? Esse tem que ser enaltificado, porque temos que parar, no Brasil, de achar que a melhor solução é o jeitinho. O cidadão brasileiro que leva vantagem é entendido como esperto, como inteligente. E aquele cidadão brasileiro que preserva a sua cota legal e faz além da sua obrigação é o prejudicado nesse sistema todo.

Por isso nós enfrentamos debates como o de hoje, do Código Florestal, quando se fala em anistia, quando falamos em Refis, quando falamos de impostos nacionais e estaduais, porque aí é privilegiado aquele que foi o mau condutor.

Então, se for nesse sentido, Senador Jorge Viana, se é para construirmos aquilo que é de interesse do nosso País e para privilegiarmos também o cidadão de bem, aquele que preserva além da sua obrigação, também vou dizer, já, neste momento, que desta questão temos de tratar de uma única vez. Se não, vamos ficar aqui o dia inteiro tratando individualmente de coisas que são iguais.

Também vou retirar a minha emenda, se for nesse sentido e o compromisso de V. Ex^a.

É a nº 5, da CRA, o Item 2. Com esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica, então, retirado de pauta também o Item 5 da CRA.

Pela ordem, o Senador Jorge Viana para discutir.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que o Senador Sérgio tem toda a razão. Esse é um tema que, no mérito, diz respeito ao que a Emenda nº 35 do Senador Eduardo Braga traz.

Eu assumo o compromisso de tratarmos o mérito da sua emenda na Comissão de Meio Ambiente, porque é um tema da maior importância e relevância, ressaltando que há posições claras do Governo contra nós tratarmos com alguns desses mecanismos. Mas a posição do Governo tem que ser considerada e será considerada. Porém, o Congresso, e eu me sinto em condições, a sociedade brasileira tem um acúmulo. Vamos ter uma audiência sexta-feira. Podemos tratar disso, incluir aquilo que o Congresso entender ser o melhor para o nosso País, relativamente às florestas, cumprindo a sua prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica, portanto, retirado Requerimento nº 2 da CRA e também o nº 2 da Ciência e Tecnologia.

Passemos ao Requerimento nº 3, também de autoria do Senador Eduardo Braga.

Emenda nº 40.

Insira-se o seguinte art. 39 ao PLC nº 30, de 2011, reenumerando-se os demais:

Art. 39. O cálculo do tamanho da reserva legal respeitará, para fins de recuperação ou compensação, além dos percentuais definidos no art. 38, os seguintes critérios:

I – Pelo menos 50% (cinquenta por cento) da compensação será feita dentro dos Estados, orientada por índices de deflação ou inflação definidos pelos

governos estaduais e aprovados pelo Conama, considerando os seguintes parâmetros:

- a) Valor para a conservação da biodiversidade;
- b) Valor para a conservação dos recursos hídricos;
- c) Valor para a conservação dos solos;
- d) Valor para outros serviços ambientais;

II – No máximo 50% (cinquenta por cento) da compensação pode ser feita em outros Estados, hipótese em que deve ser ela multiplicada por um índice 4 (quatro) vezes a área a ser compensada.

III – Baseado nos CARs estaduais, compatíveis entre si, no âmbito do Sisnama.

§ 1º Para a montagem dos CARs estaduais deverá ser definido em regulamento um sistema de apoio aos Estados com base nos mecanismos de financiamento previstos nesta lei.

§ 2º Será de 2 (dois) anos o prazo para a União, os Estados e os produtores montarem seu Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, essa é uma emenda que trata de uma questão extremamente importante para a agricultura e para o meio ambiente, porque trata de uma possibilidade inovadora de se fazer a compensação de 50% dessas áreas em outros Estados; e nessa emenda, inclusive, nem fazendo restrição a bioma.

No entanto, há algumas questões, com relação à questão do Conama. No espírito do texto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia, passou-se a adotar a questão com o ato do Poder Executivo.

Eu queria dizer que desejo retirar esse requerimento, porque vou apresentar essa emenda e vou procurar, inclusive, a Senadora Kátia Abreu e outros Senadores para debater com mais profundidade na Comissão de Meio Ambiente, dizendo que essa é uma emenda absolutamente inovadora e que fortalecerá o sistema de compensação, no espírito de todo o Código apresentado. Mas, como entendo que não houve o aprofundamento no debate sobre essa questão e não podendo, neste momento, pelo Regimento Interno, alterar mais a redação dessa emenda, eu retiro o requerimento para reapresentar a emenda com o novo texto na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está retirado de pauta o requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Fazendo os ajustes necessários com relação à questão dos critérios.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Estão retirados de pauta, portanto, também, o Requerimento nº 3 e o Requerimento nº 4.

Volto a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, para dar sequência nas votações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Acir Gurgacz, vamos, então, ao Item 4 da CCT.

O Senador Antonio Valadares propõe destaque à Emenda nº 53.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antonio Carlos Valadares, que propõe destaque à Emenda nº 53, que trata do art. 4º, dando a seguinte redação:

Dê-se ao inciso I do caput do art. 4º do PLC nº 30, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 4º

I – as faixas marginais de qualquer curso d-água natural desde o seu nível mais alto, em largura mínima de:

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, essa emenda tenta resgatar o critério atualmente em vigor para a medição de faixas de Áreas de Preservação Permanente. São as áreas marginais dos rios. O que nós estamos propondo, na realidade, é que essa medição ocorra a partir do nível mais alto, do nível máximo na ocorrência das enchentes, e não como está proposto: “A partir das bordas da calha regular do rio”. Porque isso vai implicar, sem dúvida alguma, a ocupação predatória das margens do rio, contribuindo, assim, para a erosão e para o desequilíbrio ecológico, como também contribuindo para a possibilidade de acidentes trágicos, como os que já ocorreram em várias partes do Brasil no período das enchentes dos rios.

Por isso, essa emenda visa a preservar o equilíbrio ecológico através da proteção da não ocorrência de erosão e também da proteção de vidas humanas.

Eu acho que “a partir da borda da calha do rio” mudou, sem dúvida alguma, substancialmente a questão da medição, a partir da qual ocorrerão as áreas de preservação ambiental.

Portanto, Sr, Presidente, a nossa proposta é extremamente verde, protecionista dos rios brasileiros, e vem na mesma direção da lei atual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A lei atual, nesse sentido, nesse aspecto protege mais do que o que se está propondo. Logicamente que mesmo assim, com a lei protegendo como ela protege hoje, vários rios tiveram suas margens danificadas, as suas matas ciliares destruídas, como é o caso do rio São Francisco, do rio Amazonas etc.. Imagine se deixarmos, agora, aumentar essa possibilidade de ocupação das margens dos rios de forma predatória!

Portanto, acho que essa emenda vem ao encontro do desejo dos comitês de bacias de todo o Brasil. Eu recebi correspondência de mais de 20 bacias hidrográficas do Brasil, que estão, através de seus representantes, preocupadas com a possibilidade de aprovação dessa proposta que vem no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra ao Senador Luiz Henrique, na condição de Relator, pela ordem, o Senador Líder Renan Calheiros.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem também depois, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Eduardo Braga, duas palavrinhas. Eu não poderia deixar de ressaltar o trabalho de V. Exª, o trabalho do Presidente Acir Gurgacz e o árduo trabalho do Relator Luiz Henrique e do Relator Jorge Viana. Parabéns! A noite foi longa, todos nós sabemos.

Aqui, conversávamos há pouco, paralelamente, e era isso que eu gostaria de transmitir a V. Exª, à Mesa como um todo e também ao Presidente Rodrigo Rollemberg, no sentido de que temos uma preocupação com relação ao andamento, ao encaminhamento processual. Se é verdade que avançamos rumo ao entendimento, talvez o mais recomendável fosse, paralelamente, avançarmos rumo às votações, porque temos tido reuniões simultâneas em várias Comissões do Senado Federal. Eu mesmo vou ter de me retirar daqui a pouco para a Comissão de Constituição e Justiça, onde deveremos apreciar a DRU. Portanto, talvez seja importante nós avançarmos. Eu percebo que o quórum começa a se esvaziar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A propositura de V. Exª vem, obviamente, contribuir.

Eu gostaria de sugerir aos Srs. Senadores, as Srªs Senadoras e ao Senador Luiz Henrique a seguinte propositura: a partir dessa votação nós pudéssemos fazer por blocos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, Exª, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Blocos de requerimentos que tenham

parecer favorável e blocos de requerimentos que tenham parecer contrário. Portanto, poderíamos colocar, de acordo com o parecer do Relator, Senador Luiz Henrique, os requerimentos com dois blocos: aqueles que têm bloco de parecer favorável, para que nós pudéssemos colocar em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia, e, depois, bloco de requerimentos que tenham parecer contrário para votação na Comissão de Ciência e Tecnologia. Logo a seguir, pela mesma metodologia, poderíamos fazê-lo na Comissão de Agricultura já sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu ouço os Srs. Senadores para uma questão de encaminhamento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu darei a palavra a V. Exª.

Apenas para encaminhamento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu penso que a intervenção do Senador Renan é muito adequada e é uma oportunidade que as duas Comissões têm de dar o tratamento que essa matéria tem condição de receber hoje.

Minha proposta de encaminhamento é que nós tenhamos um Relator único nas duas Comissões: Senador Luiz Henrique, que tem em sua mão e é capaz de apresentar uma proposta objetiva imediatamente para o conjunto dos destaques. Que ele possa apresentar as propostas daquilo que ele entende deveria ser rejeitado e daquilo que deveria ser aprovado. Outras emendas têm acordo de passar para a próxima Comissão, da qual sou Relator. Quer dizer, se o Senador Luiz Henrique tivesse condição de colocar isso, nós faríamos uma votação em que separaríamos apenas na hora do voto quem é de uma Comissão ou de outra. Mas, como há acordo e entendimento, o Senador Luiz Henrique apresentaria no relato e destacaria a emenda que ele achasse que mereceria destaque. Sendo Relator nas duas Comissões, poderia conduzir, e nós nos pronunciarmos em função das propostas apresentadas pelo Relator de votarmos a favor ou contra. No caso eu não voto, mas estou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eduardo, eu estou vendo nessa metodologia uma oportunidade de trazer para este debate a discussão de algumas emendas que não foram destacadas e que não foram incorporadas ao texto base. Por exemplo,

eu fiz uma emenda que trata dos manguezais e que vem ao encontro do que acabou de apresentar o Senador Valadares. A única possibilidade de eu ver resgatada a necessidade de estarem refletidos no texto os berçários dos peixes, dos moluscos, dos animais de grande importância para o equilíbrio ambiental e para a sustentação da população ribeirinha da região amazônica, por exemplo, é ter a oportunidade nessa emenda, nesse destaque do Senador Valadares, de ver assegurada essa questão. Em que outro momento o meu direito de debater esse conteúdo estaria assegurado se essa metodologia prevalece, Senador?

Eu não estou aqui querendo atrapalhar a lógica e a movimentação política da maioria. Reconheço a minha posição de minoria, mas quero também ter reconhecido o direito de estar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas esclarecer a V. Exª, respondendo à indagação feita, que, mesmo na votação em bloco, V. Exª teria a oportunidade de debater qualquer uma das emendas que estejam naquele bloco. Nada impediria que V. Exª pudesse tratar do debate e do conteúdo de uma emenda que esteja no bloco, ou com parecer favorável, ou com o parece contrário ao do Relator. Portanto, não há, de forma alguma, a frustração do direito de V. Exª de debater o mérito da emenda estabelecida.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É porque eu ouvi o Senador aqui do meu lado dizer: “Isso aqui já está condenado à morte”. É ruim isso. É uma falta de respeito. É o rolo compressor e pronto. Falou aqui: “Essa aí está condenada à morte”, ou seja, o que é de interesse do debate que nós estamos trazendo, que reflete os interesses da população mais pobre deste País, dos ribeirinho, dos pescadores, está condenado à morte! É ruim ouvir isso. É muito ruim. É ofensivo, é agressivo. Alguém pode até fazer graça, podemos até rir disso aqui, mas, no fundo, no fundo, é um grande desrespeito a um debate que está sendo feito no Brasil inteiro.

Aqui, ninguém é dono da verdade, como coloquei ontem. Não podemos deixar a sobrevivência de pessoas, de cidadãos que vivem do caranguejo do mangue. Muitos aqui talvez não saibam o que é o mangue. Talvez aqui muitos não tenham comido um caranguejo de mangue e não saibam que milhares de pessoas sobrevivem disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas dizer a V. Exª que não há intenção desta Comissão, nem de nenhum dos Senadores, de desrespeitar quem quer que seja, muito menos aqueles que produzem, que trabalham com o caranguejo nos mangues, no Estado do Pará ou na

Amazônia brasileira ou no Nordeste, principalmente porque essa é uma das iguarias da culinária paraense, daquelas mais degustadas por todos aqueles que admiram a culinária do Estado do Pará.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para que possa proferir... Pela manifestação dos Srs. Senadores, está claro que a grande maioria concorda com que V. Ex^a, neste momento, aproveitando a emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, já pudesse fazer a manifestação em bloco, dando seu parecer, para que pudéssemos colocar, de acordo com a sugestão do Relator Renan Calheiros, o parecer das emendas com o parecer favorável e a relação das emendas com o parecer contrário de V. Ex^a, para levarmos a votos.

Com a palavra, o Senador Relator Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro do espírito de convergência, que foi criado nesta Casa, ao longo desses meses de tramitação do projeto, gostaria de antecipar uma fase.

Em vez de propor a votação dos destaques em bloco, os que são favoráveis e os que têm parecer contrário, antes disso, gostaria que V. Ex^a consultasse o Plenário sobre se mais alguns dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras – no sentido de contribuir para essa conciliação, para essa convergência e numa demonstração de absoluta confiança no Relator na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana – se proporia a retirar seus destaques, para que eles possam vir a ser apreciados na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, em vista da sugestão do Senador Luiz Henrique e como conversei, há poucos instantes, com o Senador Jorge Viana, que se comprometeu a aceitar dois dos nossos destaques, ou seja, duas das nossas emendas, retiro os dois destaques referentes à Emenda nº 64, o Destaque nº 6 e o Destaque nº 7.

Retiro-os, combinado com o nobre Relator Jorge Viana, que dá sequência ao Senador Luiz Henrique nesse trabalho, para proporcionar ao Brasil um Código Florestal que venha a desenvolver, sem destruir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para contribuir: a Emenda nº 65, de V. Ex^a, que traz o Destaque nº 7...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – Essa emenda tem parecer favorável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – Essa emenda é para ser aprovada hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A de nº 64.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – As de nº 65 e 64 têm...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A de nº 65 mantém...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – As de nº 65 e 64 serão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Incorporadas ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – DF) – Hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, V. Ex^a não deve retirar nem o Destaque nº 8...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Melhor ainda!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...Nem o Destaque nº 9, porque V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A encomenda está melhor do que o recado!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Valadares está ganhando a emenda e quer fazer a emenda da emenda. Ele quer destacar para retirar a emenda que ele ganhou. Vamos festejar, Valadares! Vamos destacar!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Se V. Ex^a quiser retirar os Destaques nºs 4 e 5...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Permita-me, não vou retirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está bem. Então, não retire nenhum dos seus destaques, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não vou retirar nenhum destaque, graças à cordialidade e ao espírito democrático dos nossos Relatores e do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

Não, ele não retirou os 53.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, é das faixas diárias de preservação permanente, marginais dos rios. Espero que essa emenda não morra afogada, já que estamos falando de rio. Ou atolada nos manguezais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Valdir Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo que o meu destaque, a minha Emenda nº 103 não tem consenso, nem mesmo da base do Governo. Espero buscar esse consenso na Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de contar com o apoio do Relator na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana, que sei que é um defensor do desmatamento zero. A minha emenda trata do desmatamento zero na Amazônia.

Entendo que a grande maioria dos produtores rurais, seja ele pequeno, médio ou grande, principalmente aquele que tem propriedade, que tem documento da propriedade, não quer mais desmatar. E o Governo está perdendo uma grande oportunidade de zerar o desmatamento na Amazônia. Mas não precisamos mais de derrubar para desenvolver nosso País e nossa região amazônica. Por isso, defendo o desmatamento zero.

Vou reapresentar essa emenda na Comissão de Meio Ambiente e gostaria de contar com o apoio de todos os companheiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Retirado o Item 9 da Comissão de Ciência e Tecnologia, do Senador Valdir Raupp.

Indago ao Senador Valadares se retira as Emendas nºs 53 e 58 do pedido de destaque, mantendo as Emendas nºs 64 e 65. E V. Ex^a reapresentaria essas emendas na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, estou compreendendo este momento de harmonia, de cordialidade entre os Relatores, o Presidente e todos os nossos Senadores.

Na verdade, sei que essas duas emendas sofrem alguma resistência nesta Comissão, o que possivelmente levará à nossa derrota.

Senadora Marinor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não vai sobrar nem mangue, Ex^a, para nós nos atolarmos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na verdade, retirar essa emenda, do ponto de vista simbólico, não é bom para o PSB, não é bom para o meu Partido, que defende ardorosamente, não só através de minha pessoa como também do Senador Rollemberg, da Senadora Lídice da Mata, propostas desse tipo.

Não retiro porque é um compromisso do Partido. Não é do Senador Antonio Carlos Valadares. Agora, qualquer que seja o resultado, se as duas emendas forem aprovadas, tudo bem; se não forem, vou repeti-las na Comissão do Meio Ambiente.

Peço desculpas ao nosso Presidente, aos nossos Relatores, porque não posso retirá-las.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O que não pode é delongar a retirada, e nós votamos com quórum baixo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Luiz Henrique tem a palavra para, em bloco, apresentar seus pareceres às emendas com parecer favorável e às emendas com parecer contrário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem parecer favorável, de acordo com as conversações intensas ontem realizadas, a Emenda nº 12, de autoria da nobre Senadora Ana Amélia, apresentada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É preciso começar com a CCT. Então, vamos lá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Eduardo Braga, pela ordem.

Como já está bem definido aqui, por que não votarmos em bloco, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É o que estamos fazendo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas não está votado. Nós temos de votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Luiz Henrique...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por exemplo, as emendas do Senador Antonio Carlos Valadares, as de nºs 64 e 65, devem ir para o voto agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É por isso que ele está proferindo o relatório!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está ótimo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Como não obtivemos consenso, e verifico que não há possibilidade de encaminhar pelo encaminhamento de votação favorável, encaminho, com votação desfavorável, a Emenda nº 53, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares; identicamente, a Emenda nº 58, do mesmo Senador; a Emenda nº 64...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A de nº 64 é favorável. As de nºs 64 e 65 são favoráveis.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, a emenda...

São estas as emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia – vou repetir – que têm parecer contrário: a Emenda nº 53, a Emenda nº 58...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – 64 e 65. Qual é a outra, depois?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Depois? A Emenda nº...

Vou repetir as emendas que têm parecer contrário: a Emenda nº 53 e a Emenda nº 58 do nobre Senador Antonio Carlos Valadares. As demais foram retiradas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A 64 e a 65 foram retiradas?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, a 64 e a 65...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Essas têm parecer favorável.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Têm parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em votação os Itens nºs 4 e 5 da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, com parecer contrário do Sr. Relator Senador Luiz Henrique.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Com o voto contrário da Senadora Miranor... Marinor...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exª, vou pedir à assessoria da Mesa para colocar uma placa aqui, porque o meu nome é um nome bonito, é um nome diferente, e eu gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É que V. Exª inspira vários sentimentos.

Também com o voto contrário do Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu não vou pedir votação nominal...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E Senadora Lídice da Mata com votação contrária.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não vou pedir votação nominal porque a nossa emenda foi inteiramente afogada, ela morreu afogada. Não adianta mais, mas ela vai sobreviver na Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a atenção de V. Exª.

Portanto, rejeitado o pedido de destaque dos Itens 4 e 5 da pauta.

Com a palavra o Sr. Relator, para manifestar o seu relatório sobre os Itens 6 e 7 da pauta da CCT.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Têm parecer favorável, Sr. Presidente, as Emendas nºs 64 e 65, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e a Emenda nº 118, de autoria do nobre Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Parecer favorável?

O SR. (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Favorável. É a 118. É o Item 10 da pauta, Senador Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, pela ordem.

É só para esclarecer...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É só para esclarecer...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Estou com a palavra, Senador Rollemberg. Só um minutinho. Estou com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Senador, é pura compreensão. Ele está acatando a 12, a 64, a 65 e a 18?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pelos itens da pauta, ele está acatando o item...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Poderia falar a emenda, por favor, também?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero esclarecer a V. Exª que estamos tratando das emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu sei. Eu quero só saber os números.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – As demais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu compreendi a pergunta de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Isso porque, nessas quatro, há Senador que quer votar a favor de uma ou de outra, e não em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vou repetir...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – É só para compreender.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vou repetir, com calma, o item da pauta...

A votação é em bloco, e vou repetir, com calma, o item da pauta e o número da emenda.

Nós estamos com parecer favorável e com votação em bloco; Item 6, Emenda nº 64; Item 7, Emenda nº 65; Item 10, Emenda nº118.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É só para esclarecer, porque, nos Avulsos, nesse papel distribuído junto dos Avulsos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Há um erro.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) –... onde consta, no Item 10, autoria do Senador Valdir Raupp, na verdade a emenda é de minha autoria. Como também o Item 11, que já foi retirada, consta como de autoria do Senador Valdir Raupp, mas, na verdade, a emenda é de minha autoria.

Houve um erro na distribuição dos Avulsos. Era só para fazer essa correção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo, na realidade, um erro não nos Avulsos, mas no índice grampeado na capa dos Avulsos.

Em votação o parecer favorável do Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu poderia explicar, só para efeito de entendimento, o valor dessa emenda?

É o seguinte: é que o prazo para aderir ao programa de regularização é de um ano, e ele pode ser prorrogado indefinidamente. O que estou propondo? Que seja prorrogado só uma vez pelo Poder Executivo estadual.

É só isso.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para também esclarecer rapidamente.

Eu tive a oportunidade de expressar, ontem, aqui, a preocupação de que ficasse muito claro que a desobrigatoriedade de recomposição de reserva legal para propriedade de até quatro módulos fiscais, para dar segurança jurídica, é para dizer claramente que houvesse quatro módulos fiscais na data de 22 de julho, para evitar desmembramentos futuros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Votação em bloco dos Itens 6, 7 e 10 da pauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário dos Senadores...

Podem verificar. Se quiserem pedir verificação, eu faço. Mas se V. Ex^{as} concordarem, está aprovado, com o voto contrário da Senadora Ana Rita, do Senador Moka, Valdir Raupp...

O SR. (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Presidente, vamos explicitar melhor. Ninguém entendeu. Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso está em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A Senadora Ana Amélia não é membro da Comissão; o Senador Moka não é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, está em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Passe a relação dos membros, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegamos até aqui numa rota de entendimentos. Não vamos, na conclusão dos trabalhos, esgarçar-nos no desentendimento.

Quero ressaltar o seguinte, Srs. Senadores: a matéria aprovada ou rejeitada aqui poderá voltar a ser tratada, e será certamente tratada, na Comissão de Meio Ambiente.

Então, volto a fazer um apelo, para que não haja relevância nessa votação, para que não nos dividamos e concluamos a votação desse projeto num espírito de convergência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pelo que tenho observado, o entendimento que se fez ontem objetiva transferir as matérias mais complexas para uma apreciação definitiva na próxima comissão, onde o código vai tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão, Senador Renan Calheiros. O entendimento que houve tratou de algumas questões que deveriam ser retiradas e de outras questões que teriam parecer favorável do Senador Luiz Henrique; outras de parecer contrário irão a voto, com acordo. Agora, se aqui, no plenário, determinados Senadores querem quebrar o acordo, o voto é independente, é do juízo e da formação de cada Senador.

V. Ex^a há de entender que o acordo que foi firmado é que haveria emendas que seriam retiradas, para que pudessem ser formuladas, e emendas que seriam relatadas com parecer favorável ou parecer contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Se V. Ex^a me permitir, só uma interrupção rápida. Esse acordo precisa ficar claro, absolutamente claro. V. Ex^a

fez um apelo ao nosso querido amigo Senador Valadares, para que ele retirasse e deixasse a apreciação do seu destaque para a próxima comissão, do Meio Ambiente. Ele não concordou. Isso tem que ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdoe-me, Senador. O que houve foi um mal-entendido entre a conversa do Senador Jorge Viana com o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Jorge Viana estava pedindo ao Senador Antonio Carlos Valadares que ele retirasse o Item 4 e o Item 5 da pauta. E o Senador Antonio Carlos Valadares compreendeu que era o Item 6 e o Item 7 que estavam com parecer favorável do Relator Luiz Henrique. E ele estava retirando os itens equivocadamente. Portanto, houve uma informação ao Senador Antonio Carlos Valadares de que os Itens 4 e 5 teriam pareceres contrários e os Itens 6 e 7 teriam pareceres favoráveis do Relator Luiz Henrique. E aí o Senador Antonio Carlos Valadares decidiu não retirar os Itens 4 e 5, que já foram à votação, sendo rejeitados em bloco por esta comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E nós perdemos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora está em votação o parecer favorável do Senador Luiz Henrique para os Itens 6, 7 e 10 da pauta. O Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana informaram a esta Presidência que havia um entendimento com a base de aprovação desses três itens da pauta, com parecer favorável do Senador Luiz Henrique. E estou verificando que, aqui, não há cumprimento desse entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – As pessoas precisam compreender o que é que o entendimento significa. O entendimento aconteceu mesmo em torno do quê? É isso que tem que ficar claro na anúncio da destaque da emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem, só para ajudar. É o seguinte: nós estamos votando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Porque chega aqui apressadamente a assessoria do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, dizendo: “Tem que votar assim ou assado”. Não é assim!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Renan, nós estamos votando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Com todo respeito a V. Ex^a, assim como não é assim dizer que alguma emenda está morta. E eu tenho tido aqui toda a compreensão com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas não fui eu quem matou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu sei que não foi V. Ex^a. Aquilo que

está acontecendo ao redor da Comissão, em derredor da Comissão, não é mérito do debate. É discussão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – É por isso que eu insisto que as coisas precisam ficar claras, para que não reste dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Então, vamos deixar mais claro do que já está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Porque se não ficar claro...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem. É o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O PMDB, por exemplo, apoiou, apoia, incondicionalmente, o parecer do Senador Luiz Henrique. Apoia. Mas o PMDB tem que ficar esclarecido sobre o encaminhamento que será adotado para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Então, para esclarecer o encaminhamento a V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu gostaria, como autor de um destaque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Se não, infelizmente, nós não vamos ter como apoiar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...de falar um minuto. Ele já falou muito tempo, o nosso Líder.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu vou esclarecer a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Relator, eu só queria dizer a V. Ex^a o seguinte: nós estamos votando o quê? Nós estamos votando três itens, sendo que dois se referem à anistia eterna. Isso é muito grave. Eu estou aqui propondo que a anistia não seja eterna.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, não é anistia eterna, não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – (*Fora do microfone.*) Eu vou dar uma explicação ao meu Líder e a todos os Srs. Senadores.

Ontem, participamos de uma reunião no Ministério do Meio Ambiente: o Senador Jorge Viana, o Senador Eduardo Braga, o Senador Rodrigo Rollemberg e eu. Nessa reunião, presentes os Ministros da Agricultura, do Meio Ambiente e o Deputado Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura, analisando um por um os destaques, chegamos à conclusão dos que deveríamos apoiar e dos que deveríamos rejeitar. Esses destaques que foram postos em votação com parecer favorável decorrem de um entendimento dos Ministros da Agri-

cultura e do Meio Ambiente e com uma argumentação muito lúcida do ex-Ministro Reinhold Stephanes.

Portanto, o parecer que eu proferi visa a consagrar esse entendimento que fizemos naquela reunião, que eu, posteriormente, à noite, comuniquei – se não me engano – a 11 Srs. Senadores que se encontravam presentes à reunião.

Este é o esclarecimento que eu dou a V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Assim como rejeitamos vários destaques, estamos opinando pela aprovação.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem, Senador Blairo Maggi.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, essa Emenda nº 64, que é do Item 6 da pauta, eu gostaria de pedir aos Senadores que nós fizéssemos uma reflexão sobre esse assunto, Senador Luiz Henrique.

Eu, quando Governador do Estado de Mato Grosso, fiz um programa muito parecido com esse, que se chama MT Legal. E lá também nós temos o CAR; lá também foi dado um ano, mais um ano, para os produtores virem espontaneamente e se apresentarem para o cargo. E não foi possível cumprir esse prazo. Temo e tenho certeza – não é quase – de que não vamos conseguir, no Brasil inteiro, fazer com que, em um ano, todos os produtores brasileiros, das mais de 5 milhões propriedades, se apresentem ao CAR com a possibilidade somente de uma renovação, Senador Valadares. Acho muito temeroso porque estamos colocando na lei.

Gostaria de pedir uma reflexão e deixar a 64 da forma como estava, porque é ato do Poder Executivo. É a Presidente da República que vai ter que falar sobre isso. Quer dizer, nós, aqui no Congresso, vamos ter que ter a sensibilidade para, daqui a um ano, se não chegarmos com todas as propriedades dentro desses quadro, resolvermos um problema muito sério. Digo para vocês que tenho certeza absoluta de que em um ano, mais um ano, não vamos conseguir trazer todo mundo para o programa do CAR.

Então, gostaria de pedir uma reflexão e a consideração do Senador Antonio Carlos Valadares, porque não podemos, ao resolver um problema, já deixar um outro esperando na esquina. É o que vai acontecer com esse assunto.

Eu gostaria de pedir ao Senador Antonio Carlos Valadares que pensasse um pouquinho em retirar essa emenda, porque ela vai nos causar problemas no futuro.

Não é questão de proteger ninguém, mas de não criar mais confusão no setor produtivo e até ambiental do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, para responder aos nossos dois Relatores, Jorge Viana e Luiz Henrique, apesar da boa vontade demonstrada – e isso ficou configurado na aceitação das nossas Emendas de nºs 64 e 65 – e tendo em vista que há possibilidade de uma negociação na Comissão de Meio Ambiente com o Senador Jorge Viana de encontrarmos uma redação condizente com o desejo daquela Comissão, retiro as duas, para não criar problema para o Relator, que foi tão condescendente nas nossas duas propostas. Tenho certeza de que encontraremos uma redação, a melhor possível, para aperfeiçoar o Código Florestal. Logicamente, se não ocorrer esse entendimento na Comissão do Meio Ambiente, vamos partir para o voto, e essa emenda será reapresentada.

Agradeço a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Retirado, portanto, o Item...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A Mesa quer apenas informar ao Plenário que os Itens 6 e 7 da pauta, mesmo com parecer favorável, estão sendo retirados. São as Emendas nºs 64 e 65. As duas emendas estão sendo retiradas. O pedido de destaque das duas Emendas, nºs 64 e 65, está sendo retirado.

Portanto, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pela ordem. Em seguida, pela ordem, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só queria...

Senador Valadares, até para que, processualmente, possamos ganhar esse tempo.

Em relação às duas emendas, a de nº64 e a de nº65, e principalmente em relação ao tema, qual foi a problemática que o Relator levantou muito bem? O

problema do conjunto de critérios e normas que devem ser apresentados pelo Poder Executivo.

Então, eu proporia a V. Ex^a que, além da retirada, para fixar, deveríamos nos sentar com o Relator, caso contrário vamos repetir essa etapa na comissão adiante e vamos retardar o processo de avaliação.

Então, é acertar a redação com o Relator, caro Senador Valadares, no sentido, inclusive, de o conceito ser abraçado por ele. V. Ex^a não reeditaria essas duas emendas na Comissão seguinte, porque aí dá para se trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro, apenas para elucidar a questão de ordem de V. Ex^a: o Relator não tem mais poder para tanto. O relatório do Senador já está votado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, mas as emendas estão destacadas. Na medida em que ele...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas, na hora em que ele retira, ele não pode mais mudar. Pelo Regimento, ele não pode mais mudar o texto da redação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sim, mas ele não tem mais como reapresentar. Por isso que estou falando.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na outra comissão, sim.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Na verdade, o que o Senador Walter Pinheiro está querendo dizer, pelo que estou entendendo, é que, na próxima Comissão, abrir-se-á novamente o prazo de emendas. O Senador Valadares pode reapresentar emendas, mas no curso. Antes de o Senador Jorge Viana apresentar o relatório final dele, ele já negocia uma redação adequada, que, pode ser, por exemplo, prorrogar por duas vezes, uma coisa intermediária que possa contemplar todos.

Essa, pelo que entendi, foi a sugestão do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Na linha do que o Senador Luiz Henrique propôs aqui. Estou querendo absorver essa emenda. Não dá para abrir mão porque, se não, de novo, ele vai retirar, e esse item não entra nem como conceito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só quero chamar a atenção para o fato de que a emenda do Senador Antonio Valadares... O problema não está com o produtor. O Estado é que não tem essa estrutura, Sr. Presidente. E aí o produtor coloca, e o Estado não consegue atendê-lo. Ele é

penalizado pela deficiência do Estado. Por isso que temos de discutir melhor essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Jorge Viana.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Daí a importância de o Estado fixar regras.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Da maneira como o Senador Valadares se posicionou, acho que ajuda para seguirmos o trabalho, mas que fique bem claro que estamos falando do art. 33. Há uma emenda do Senador Aloysio Nunes, a Emenda nº 19, que trata do mesmo tema. É um tema importante.

Não podemos deixar um texto como esse estabelecer que temos que aderir a um programa de regularização ambiental sem prazo, sem haver limites. Se temos, a realidade nos impõe, como bem colocou o Senador Walter, problemas com o Estado – e o Moka colocou isso claramente.

Acho que temos que achar uma formulação e já trazer para o texto principal, para não cair naquilo que se chamou de anistia eterna, porque pode ser que alguns Estados fiquem postergando uma atitude em relação a isso a vida toda, o que não é aceitável. Parece-me que o Senador Moka concorda no mérito. Então, é só uma questão de redação.

Eu me disponho a me sentar com os colegas, e o Luiz Henrique vai nos ajudar, para achar uma formulação de não permitir essa visão correta de que pode haver uma anistia permanente.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pela ordem.

Senador Jorge, só para colaborar com a discussão. Eu gostaria de dizer o seguinte: não adianta termos pressa nessa discussão porque ela é muito importante. Nós temos trezentas horas de audiência pública, ouvindo todo mundo, e o fechamento tem que ser bem feito, se não vai dar confusão.

O assunto aqui não é a questão de o produtor se apresentar; a questão é que o Estado brasileiro não tem condições, não tem a ferramenta para poder fazer isso. Se bem que a lei diz o seguinte: depois de apresentado o regulamento. Então, se o Estado demorar três anos para apresentar a ferramenta, isso só vai valer depois dos três anos. Mas, mesmo assim, no momento em que o Estado apresentar a ferramenta, as cinco milhões de propriedades que devem vir para o sistema em um ano não caberão. É a mesma coisa que você ter dez automóveis e querer colocar na garagem de um. Não vai caber. Tem que haver paciência. Temos que ouvir o Ministério do Meio Ambiente, o Executivo. Ele vai dizer para nós o prazo que ele quer, que ele precisa para fazer essa ferramenta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas é muito importante.

Já está havendo, hoje, a adesão ao cargo do jeito que está. E é uma questão, de fato, fazer essa análise, mas hoje está havendo uma adesão enorme em vários Estados, inclusive no seu.

Acho que é importante que façamos uma redação adequada, mas que haja consenso de que temos que estabelecer um regramento de prazo para esse tema.

Acho que esse é o entendimento. No mérito, estamos a favor de que tem de ser estabelecido um prazo. Vamos só considerar um pouco melhor a proposta do Senador Valadares e a do Senador Aloysio Nunes.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSB – TO) – Sr. Presidente, a 118 vai continuar ou também será retirada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Rodrigo Rollemberg não retirou, até o momento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vejam bem o que diz a 118. Ela repete exatamente o texto que veio da Câmara. Apenas diz o seguinte: é para a propriedade que tem quatro módulos fiscais na data de 22 de julho de 2008, porque, se não, o que vai acontecer? A pessoa que tem oito módulos fiscais divide-os em dois de quatro, e aí ninguém vai fazer mais reserva legal neste País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora, em alguns segundos, eu darei a palavra a V. Exª.

Em votação o parecer favorável do Senador Luiz Henrique à Emenda nº 118, do Senador Rodrigo Rollemberg, que dá a seguinte redação ao art. 13 – Srs e Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu, para que não haja dúvida, peço a atenção de V. Exª, porque vou ler a emenda do Senador Rodrigo Rollemberg:

Nos imóveis de que trata o inciso IX do art. 3º, que detinham até – atenção senhores e senhoras...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, na hora em que eu puder falar, se V. Exª puder me dar a palavra para discutir essa emenda...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas ler a emenda, para que não fique dúvida sobre o que estamos votando.

Essa é uma emenda que torna claro o texto e o espírito do legislador, quando votou o Código Florestal, inclusive na Câmara dos Deputados.

Diz o seguinte:

Art. 13

§ 7º Nos imóveis de que trata o inciso IX do art. 3º que detinham, até 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais, e que possuam remanes-

centes de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no caput do art. 13, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo de solo.

Essa é a emenda que está em votação, com parecer favorável do Senador Luiz Henrique.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, a intenção da emenda é muito louvável, só que, quando ele especifica, em vez de quatro módulos substitui pelo inciso IX do art. 3º, ele está dando essa oportunidade da isenção da reserva legal apenas à agricultura familiar, com renda até 80%, com menos de dois funcionários, que é o nosso debate antigo, o que não podemos aceitar nesse momento. O Ministério do Meio Ambiente aceita a isenção de reserva legal nos quatro módulos.

O que está sendo confundido aqui e que foi debatido ontem, Senador Jorge Viana, na nossa reunião, é a confusão entre um Estado em que se encontra um produtor rural na sua atividade: ou ele é atividade de agricultura familiar, ou atividade de empreendedor rural; mas ambos estão nos quatro módulos. Quatro módulos é uma questão física, e posso ter estado na atividade antes de 22 de julho e hoje estar em outra condição. Então, se lá atrás eu era agricultor familiar, eu posso ficar isento de reserva legal. Quer dizer, se depois do dia 22 eu não for mais agricultor familiar, vou ter que recompor a minha reserva legal e vice-versa? Isso é uma confusão que não vai levar a nada.

Então, se ele quer especificar, que coloque: inciso IX do art. 3º e a pequena propriedade, em que estão implícitos todos até quatro módulos. Como é que vamos identificar tudo isso? Não há a menor possibilidade. Não podemos confundir o que é físico com o estado de circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª me permite apenas esclarecer: nós não podemos, no processo de votação, mudar mais o texto da redação da emenda.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Estou apelando para deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ele não pode mais mudar a redação da emenda. A emenda está em processo de votação.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mas agora mesmo também estavam a 64 e a 65, e nós a retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim, mas o Senador Rodrigo Rollemberg não está retirando.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu estou tentando, Sr. Presidente. Estou argumentando, democraticamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, com a palavra o Senador Moka.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O Senador Luiz Henrique tem que estar bastante atento para o que ele está fazendo. O Estado dele é só pequena propriedade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Senador Rodrigo Rollemberg tem razão, e quero firmar esse compromisso com o Senador.

Senador, eu entendo a intenção e me somo a V. Ex^a. Quem tinha quatro módulos até 2008...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quatro módulos. Está certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quatro módulos. O cidadão que tem oito não pode dividir essa propriedade em duas para ter acesso. Concorde com V. Ex^a. A única coisa é que V. Ex^a está excluindo pequenas propriedades – e há mais de um milhão – que não têm característica de agricultura familiar, mas que também estão dentro dos quatro módulos.

Tenho certeza de que se V. Ex^a – e faço este apelo – retirar, nós vamos encontrar um texto que garanta a intenção de V. Ex^a. E eu me somo a essa questão. Não podemos permitir que depois de votado o Código Florestal quem tem oito módulos possa dividir sua propriedade em duas para ter acesso...

(Interrupção do som.)

SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ... pequenas propriedades que não têm características de agricultura familiar, aí é uma injustiça com o pequeno produtor também. Às vezes colono.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas dizer o seguinte ao Senador Moka: na realidade, o espírito do legislador está claro quando estabelece a data de corte no dia 22 de julho, e não no momento em que estamos votando no Senado, mas, sim, no dia 22 de julho. Essa emenda deixa claro que a data e o espírito do legislador, de 22 de julho, e não na data da votação – na data de 22 de julho de 2008 – são para os quatro módulos.

SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas é exatamente isso que estou dizendo.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ele modificou o texto, Sr. Presidente.

SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quer dizer, alguém que quis se aproveitar do debate

não vai ter agasalho, mas não pode excluir aquele que não tem a característica...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O texto atual, que é o texto básico votado, não estabelece com clareza a regra, que é o espírito. Não estabelece a data de 22 de julho de 2008.

SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, leia a emenda toda, leia o artigo todo. Estabelece 22 de julho, sim, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Luiz Henrique. V. Ex^a tem a palavra.

SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer mais um apelo. Eu verifiquei que essa proposição será aprovada por unanimidade na Comissão de Meio Ambiente. Lamentavelmente, não podemos, hoje, operar nenhuma alteração, mas trabalharei – e acredito que também o Senador Jorge Viana – para que se faça a correção, para que se aprimore o texto, incluindo os pequenos proprietários. É importante. O ex-Ministro da Agricultura, que está aqui, enfatiza muito isso, o Deputado Reinhold Stephanes.

Então, faço um apelo ao Senador Rodrigo Rollemberg para que retire a emenda com o compromisso coletivo de, incluindo o pequeno proprietário, nós a aprovarmos integralmente na Comissão de Meio Ambiente. E não só isso: no plenário do Senado também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero registrar que, quando cheguei a esta reunião, entendi que havia um entendimento firmado em torno do que deveria ser aprovado hoje, aqui, que seriam as emendas que já teriam parecer favorável do Relator; o que deveria ser retirado para buscar uma composição na Comissão de Meio Ambiente; que haveria entendimento de que deveríamos buscar uma alternativa de um texto mais adequado e um entendimento de que deveríamos recusar em função do acordo. E foi por esse entendimento que não votei a favor da emenda do Senador Valadares, compreendendo que havia um entendimento.

Em relação à questão colocada pelo Senado Luiz Henrique de que vamos tentar fazer aqui uma média da opinião dos Senadores, porque, na minha opinião, eu teria votado a favor da emenda do Senador Valadares e de vários outros, com a busca desse entendimento, eu me posicionei.

Tenho dito e quero repetir aqui: não adianta, nesse processo todo – e estou apostando num entendimento desde o primeiro momento nessas comissões –, em função de uma maioria numa determinada comissão, votar algo que não seja consensual, porque isso vai virar uma confusão no plenário do Senado ou da Câmara. É muito importante que busquemos construir esse entendimento total para a matéria chegar ao plenário do Senado e, depois, no plenário da Câmara arredondada, dentro do que é possível fazer de melhor para o Brasil.

Diante disso e confiando no Senador Jorge Viana – o Senador diz que vamos construir essa alternativa, atendendo a esse apelo –, quero registrar que até aqui, até este momento, eu vinha me posicionando em função de que havia um entendimento em torno das emendas que tiveram parecer favorável do Relator e das que não tiveram.

Nesse sentido, retiro a emenda, com o compromisso de que seja incorporada na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Retirado, então, o pedido de destaque à Emenda nº 118.

Conclui-se a pauta da CCT.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz para a condução da votação na Comissão de Agricultura.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós temos o entendimento de fazer um corte vinculado ao módulo que existia em 22 de julho de 2008. É muito importante que isso fique bem claro, porque pretendo pôr no meu texto essa sugestão que o Senador Rodrigo traz já apresentado. Que fique público que há um entendimento, porque isso é fundamental para que possamos ganhar segurança jurídica nessa lei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos iniciar, então, a votação na Comissão de Agricultura.

Cumprimento o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, pela condução dos trabalhos, iniciando os trabalhos na Comissão de Agricultura.

Lembro que os Itens 1, 2, 7 e 9 já foram retirados de pauta. Esses itens não vão à votação.

Passemos ao Requerimento nº 3, de autoria da Senadora Ana Amélia, para darmos prosseguimento aos nossos trabalhos.

Junto com a Senadora Ana Amélia, subscreveram a Senadora Kátia Abreu, o Senador Blairo Maggi, o Senador Antonio Russo, Senador Waldemir Moka e eu.

Art. 68 do Projeto de Lei da Câmara nº 30.

Art. 68 O parágrafo único do art. 2º e o caput do art. 35 da Lei nº

11.428, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei somente aos remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração, mediante a associação da delimitação geográfica definida no caput, e a existência nestes locais, de florestas nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica, não interferindo em áreas consolidadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa ou não delimitadas pelo mapa definido no caput. (NR)

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, antes de apresentar as minhas justificativas, eu que fiquei em silêncio durante toda a discussão na Comissão de Ciência e Tecnologia, gostaria apenas de cumprimentar a atitude do Senador Rodrigo Rollemberg, em ambiente de pacificação e harmonização para uma matéria da maior relevância, especialmente para o Paraná, do Senador Sérgio Souza; de Santa Catarina, do Senador Luiz Henrique; do Rio Grande do Sul, porque a sua proposta, a sua emenda, impacta especialmente nos pequenos produtores de aves e suínos desta região, que têm um peso importante, não só socialmente, mas também no âmbito econômico.

Cumprimento V. Exª, porque pelo menos é um alívio às preocupações desse setor importante.

Tenho a convicção de que, até o final, haverá entendimento maior sobre essa matéria, preservando-se o ambiente com a questão da sustentabilidade em relação à sua decisão.

Agora, a minha justificativa: na verdade, essa emenda apenas quer trazer do decreto para a lei, para evitar que essa falta de clareza no texto acabe levando os fiscais da área do Ibama ou das entidades ambientais nos Estados a diferentes interpretações daquilo que está escrito no decreto. Então, passando para a lei

e com um texto mais claro, alivia-se e mitiga-se esse problema, que recai, às vezes, sobre a ineficiência do sistema de fiscalização equívocos na interpretação, que acabam gerando prejuízo aos produtores e aos produtores rurais.

A minha justificativa é que, desde a edição da Lei nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica e dá outras providências, e do Decreto nº 6.660, de 2008, que regulamenta dispositivo dessa lei, temos visto nacionalmente divergentes interpretações quanto à aplicabilidade dessa lei, seus efeitos e abrangência.

Esses dispositivos legais, em tese, estabeleceram regramento, buscando a conservação e a proteção do bioma Mata Atlântica, delegando, art. 2º, da Lei nº 11.428, de 2006, ao IBGE, as delimitações de abrangência.

Já o parágrafo único do mesmo art. 2º estabeleceu que somente os remanescentes de vegetação nativa, no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência definida no *caput* deste artigo terão o seu uso e conservação regulados por essa lei.

Por sua vez, o Decreto nº 6.660, de 2008, também estabeleceu critérios da aplicabilidade da lei, e especificamente o § 1º do art. 2º foi taxativo ao determinar que somente os remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária, nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência do mapa, definido no *caput*, terão o seu uso e conservação regulados por esse decreto, não interferindo em áreas já ocupadas com agricultura, cidades, pastagens e florestas plantadas ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa.

O que se vê, desde então, é a falta de critério ou uniformidade na aplicação conjugada da lei do decreto. Por isso, o texto dessa minha emenda, esse destaque, faz essa correção, trazendo do decreto para lei.

Enquanto alguns Estados ou Municípios sequer os aplica, outros usam como parâmetro somente o critério vegetação, desconsiderando a delimitação estabelecida no mapa do IBGE.

A presente proposta de alteração busca consagrar essa dupla exigência legal de proteção da vegetação definida pela lei e devidamente delimitada pelo mapa do IBGE, com a explicação das exceções elencadas no § 1º do art. 2º do Decreto nº 6.660, de 2008, determinando, assim, não só uma correção textual para a Lei nº 11.428, de 2006, mas uma efetiva proteção a esse importante bioma, conforme o regramento está dispondo.

Essa é a argumentação e a minha justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Relator Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Essa matéria, igualmente, foi objeto de análise na reunião a que me referi ontem, com a presença dos Ministros do Meio Ambiente e da Agricultura. E o parecer é pela rejeição.

Mas eu faria, igualmente, à Senadora Ana Amélia, um apelo para que pudéssemos construir também um consenso sobre essa matéria e as demais que têm parecer contrário, a fim de que não procedamos a uma divisão no encerramento desta reunião.

Faço um apelo a V. Exª, no sentido de que se procurará fazer o entendimento sobre as emendas que V. Exª apresentou, da mesma maneira como outros Senadores procederam, para que possamos encontrar aqui um procedimento uniforme no sentido da convergência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Relator Luiz Henrique, não seria coerente da minha parte ter acabado de elogiar a atitude do Senador Rodrigo Rollemberg e não tomar a mesma atitude em relação a essa solicitação que V. Exª faz, em nome do entendimento e do diálogo.

Só penso que, a abrigar a minha proposta a esse entendimento, seria necessário fazê-lo sob todos os aspectos: da legalidade, da preservação ambiental, dos direitos dos agricultores e também do próprio Estado como agente fiscalizador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A intenção de V. Exª é primorosa. Vamos levá-la em consideração. Eu próprio...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está aceito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... vou fazer esforço para que se agasalhe essa pretensão de V. Exª do texto a ser aprovado na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica retirado, então?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A de nº 9.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Requerimento nº 3.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Requerimento nº 3 e a Emenda nº 9.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer em bloco, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos três, das quais V. Exª é autora, e passamos para os Itens 4, 5, e 6, pedindo para que o Senador Luiz Henrique possa fazer sua colocação sobre essas três emendas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu faria o mesmo apelo, para que nós considerássemos todas as emendas no parecer do Senador Jorge Viana.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Relator Luiz Henrique, o parecer de V. Ex^a, nas três emendas da Senadora Ana Amélia, é pela rejeição?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não. Na Emenda nº 12 é pela aprovação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que, havendo parecer favorável... V. Ex^a votou pela rejeição. Acho que, nesse caso, a Senadora retiraria, mas tem pela aprovação, não vejo por que não aprovar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu sugeriria, Sr. Presidente, que o Relator Luiz Henrique pudesse proferir o parecer em bloco das emendas que têm parecer contrário e das que têm parecer favorável. V. Ex^a colocaria em votação as que têm parecer contrário e, depois, colocaria em votação as que têm parecer favorável, para que o Relator orientasse a votação e os demais Senadores pudessem retirar ou não as suas emendas, a fim de que se pudesse concluir a votação com a ordem estabelecida, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Atendendo ao ordenamento de V. Ex^a, o parecer é contrário a essa emenda a que já me referi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A de nº 9. A de nº 13, a de nº 14 e também a Emenda nº 61, do Senador Acir Gurgacz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A Emenda nº 27.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não, é contrário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É contrário. Agora, temos o mesmo espírito, o mesmo espírito de tentar construir, porque não conseguimos consenso.

É há parecer favorável à Emenda nº 12, que modifica o *caput* do art. 51, com a seguinte ementa: “A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses

e propriedades rurais com objetivo de adequá-las nos termos desse capítulo”.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Faço um apelo ao nosso Relator Luiz Henrique, em nome desses trabalhos, desses oito meses que tivemos, para que mantenha o acordo. A expressão certa não é manter o acordo, mas que mantenha o parecer favorável à Emenda nº 27, que é de importância muito grande para o meu Estado de Rondônia e que não fere, em nenhum momento...

Não há ninguém contrário a essa emenda, Senador Luiz Henrique. O apelo que V. Ex^a fez durante todos esses dias, eu o faço a V. Ex^a, para que coloque a Emenda nº 27 junto com a Emenda nº 12 da Senadora Ana Amélia, a fim de que possamos votar em bloco. É o apelo que faço a V. Ex^a, no mesmo sentido que recebemos o seu apelo várias vezes e ajudamos a construir o consenso.

Eu entendo que essa matéria não é de discussão, não tem atrito, não tem divergência. É uma matéria convergente e que vai ajudar muito.

Então, faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, eu quero defender a Emenda nº 27. Para discutir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria que V. Ex^a fizesse uma síntese da razão pela qual V. Ex^a insiste na votação da emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A Emenda nº 27, do Senador Acir, vem no bojo e vem ao encontro daquilo que o Senador Eduardo Braga vem defendendo o tempo inteiro, que é dar valor à floresta em pé.

O que o Senador Acir está propondo é em relação àqueles que tinham autorização, que poderiam ter desmatado as suas áreas no tempo em que se permitia fazer 50% de desmatamento na Amazônia, que não o fizeram e que agora estão na regra dos 80%. Esses 30% não foram desmatados por opção do proprietário, porque ele tinha autorização. Ele não o fez, ele optou por não fazer. O que o Senador está dizendo? Que esses 30% que foram preservados às custas do proprietário e por determinação dele possam ser incluídos na possibilidade de o proprietário dessa área fazer servidão e ter um valor por essa área que ele preservou. É simplesmente dar valor àquilo que foi preservado no passado. Eu acho extremamente justa. Para a Amazônia Legal inteira, ela é fantástica, uma vez que ela vai premiar aqueles que fizeram a preservação, porque, na verdade, hoje, quem não fez a conversão no tempo dos 50% se penaliza hoje e fala:

“Eu não fiz e não tenho valor nenhum por essa área”. O que o Senador Acir está colocando na Emenda nº 27 é dar valor àqueles que preservaram no passado.

Eu acho extremamente justo e quero aqui também fazer o meu pedido para que seja considerada a 27 e que possamos levá-la até o plenário, para discutirmos, se for o caso. Mas eu sou favorável.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT

– RO) – Para discutir, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, eu concordo, sinceramente, com as colocações do Senador Blairo Maggi, desde que existissem serviços ambientais e desde que existissem mecanismos de remuneração para tanto. Até o momento, isso não existe. Para se estabelecer como área de servidão, o que ficou estabelecido no acordo é que as questões de floresta... E, por isso, na Comissão de Ciência e Tecnologia, ainda há pouco, todas as questões e todas as emendas que tratavam de floresta ficaram para se discutir e debater na Comissão de Meio Ambiente e Controle. Por quê? Porque foi feito um entendimento entre o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana para que se facilitasse o entendimento em torno dos temas estabelecidos de que as emendas que tratassem de floresta, nós discutiríamos lá, porque, se não, Senador Jayme Campos, deixe-me dizer uma coisa para V. Ex^a.

O acordo precisa existir em mão dupla, porque, se não, o que vai ficar parecendo aqui? Que há um jogo de esperteza. Eu mesmo me sentirei frustrado, porque cumpri, retirando os pedidos de destaque das emendas de assunto florestal no cumprimento desse acordo, e, agora, na Comissão de Agricultura, não se retira, quando já se executou o processo de votação na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Portanto, o acordo foi feito para ser cumprido; e cumprido em amplos aspectos. Isso foi levantado inúmeras vezes aqui, Senador Jayme Campos, por vários, e o que ficou estabelecido é exatamente isso que estamos colocando, que as questões de floresta ficariam para ser debatidas no âmbito do meio ambiente. Se não, daqui a pouco, não vai funcionar, porque a regra funciona para alguns, nós a cumprimos, e, quando chega em determinado momento, não se cumpre. Aí é uma regra de esperteza, que, lamentavelmente, quero deixar aqui registrado, não faz parte do entendimento desta Casa, não faz parte da tradição nem da relação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT

– RO) – Muito bem. Agradeço.

Só para lembrar, eu fui o primeiro a retirar aqui a emenda para o acordo. Fui o primeiro a retirar a Emenda nº 29, que estabeleceu o acordo num tema polêmico. Só que esse tema não é polêmico. Esse tema não tem debate.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, primeiro, aqui já foi dado o inórito pelo Senador Blairo Maggi em relação a essa possibilidade. Eu acho que seria mais do que lúcido que nossos Relatores e nossos Presidentes de Comissão acatassem, naturalmente, essa proposta feita pelo ilustre Senador Acir Gurgacz.

Vou dar só um exemplo: lá atrás, antes da edição da medida provisória feita pelo Governo FHC, permitia-se derrubar, nessa vasta região do Brasil, 50%, e 50% em pé. Todavia, o cidadão bem-intencionado e, sobretudo, acreditando no governo, fez o quê? Derrubou 20% e deixou 30% sem derrubar. E o que é mais grave: nessa escritura pública do cidadão está averbada essa possibilidade, ou seja, essa garantia de derrubar até os 50%.

Eu indago a V. Ex^{as} e a todos os Senadores aqui: como que fica a garantia do cidadão? Quem o vai ressarcir desse prejuízo?

Nesse caso, particularmente, quando o Senador Eduardo Braga diz que nós não temos ainda os serviços ambientais do nosso País – pagando, naturalmente, esse serviço –, eu acho mais do que justo ser aprovada a proposta do Senador Acir Gurgacz, na medida em que ela vai entrar como servidão. É bom que se esclareça.

Senador Eduardo Braga, eu quero me dirigir a V. Ex^a. V. Ex^a questionou aqui os serviços ambientais; disse aqui com muita clareza. Mas aqui vai entrar como servidão. Não pode o cidadão ser penalizado. Diante do quê? Ora, baixaram uma medida provisória que até hoje está no limbo. Há 14, 15 anos. Foi um desrespeito do Governo Federal em relação a esse assunto, a essa matéria. Então, nesse caso, particularmente, o projeto dele é meritório. Vamos sair por cima.

V. Ex^a está se sentindo como se tivesse sido lesado. A realidade é essa. Está dizendo: “A esperteza não prevalece”. Concordo, mas, nesse caso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador, V. Ex^a sabe, apenas para contribuir, que o comportamento de todos nós nesta Casa é no sentido de que possamos cumprir aquilo que acordamos.

Lamentavelmente, ontem, o Senador Acir Gurgacz, em que pese eu ter estado com ele no plenário, para que pudéssemos ir à reunião em que foram fechados todos esses acordos e depois, à noite, os dois

Relatores terem ido à reunião com V. Ex^{as} para discutir o que havia sido proposto...

A informação que recebemos hoje, pela manhã, quando chegamos aqui, é que o acordado era fazer um consenso em torno das matérias estabelecidas, conforme fizemos na CCT, e que as questões da floresta ficariam para discussão com profundidade – e isso já foi repetido quinhentas mil vezes durante o debate na CCT pelo Senador Jorge Viana e pelos demais Senadores. Nós dissemos: ok, então, vamos retirar nossas emendas sobre essa questão para discutirmos no Meio Ambiente.

Agora, não podem ser dados dois pesos e duas medidas no processo. Isso não é correto, não é honesto. Agora, se é esse o estabelecimento que querem fazer, paciência, tenho de me curvar. No entanto, não foi esse o tratamento e o espírito da questão estabelecida.

Eu pediria, inclusive, a contribuição do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não vou relevar aqui a sua colocação de honestidade. Vou retirá-la. Por favor, vou retirá-la, porque não vou aceitar uma colocação de V. Ex^a – ou de qualquer outra pessoa que seja – sobre esse tema em relação à minha pessoa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não estou falando sobre V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é sobre o tema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a me perdoe. É sobre o tema. V. Ex^a estava aqui e presenciou inúmeras vezes, durante o debate, que todos os temas e todas as questões sobre as florestas foram colocados dentro do espírito. V. Ex^a estava aqui e testemunhou, durante todo esse período, que isso estaria sendo fechado para a discussão na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Eduardo Braga, quero fazer uma pergunta a V. Ex^a. V. Ex^a conhece bem o Regimento Interno das Comissões e do plenário da Casa. É um estudioso, valoroso e competente Senador. Partindo da premissa de que foi o Senador Acir Gurgacz que tivesse feito essa emenda, V. Ex^a, imagino, respeitaria, se fosse da minha parte, do Blairo ou de outro Senador. Foi feito um acordo entre presidentes de comissões e relatores. Se fosse encaminhado por nós, imagino, V. Ex^a não poderia fazer nenhum questionamento porque, regimentalmente, é permitido, ou seja, pode ser feito naturalmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...bom-senso. Todos nós concordamos com a louvável iniciativa do Senador Acir Gurgacz. Nesse caso, V. Ex^a, como um estadista, um democrata, também ouvindo o apelo de seus colegas Senadores, vai abrir mão desse seu posicionamento, desse acordo firmado lá atrás, para que possamos, com certeza, atender o Plenário desta Comissão, que é soberana, diante do encaminhamento das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Jorge Viana para sua questão de ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza, chegamos na fase final de apreciação dos destaques em duas comissões. Acho que chegamos bem até aqui porque temos procurado o entendimento.

Que fique bem claro que o entendimento maior que aconteceu de ontem para hoje é que havia uma proposta de um grupo bastante representativo de Senadores que queria a retirada da obrigatoriedade, nas exposições gerais da lei, da recomposição de quinze metros. Estava colocado ontem. Houve um entendimento de que nós devemos manter isso no texto, como regra geral, como obrigatoriedade, a recomposição de quinze metros. E que seriam tratados como exceções os casos que temos de tratar de agricultura familiar, de pequenas propriedades, em uma emenda a ser apresentada pelo Senador Luiz Henrique. E, no centro desse entendimento, estava uma emenda do Senador Acir, que era a emenda que expunha, junto com a do Senador Casildo, e que tinha como contraponto a do Rodrigo. Essas três emendas muito importantes e conflitantes foram retiradas por conta desse entendimento. Sei – e foi o que entendi – que tínhamos o procedimento de procurar um entendimento nas demais emendas, como estamos fazendo até o momento.

Há, agora, uma emenda do Senador Acir. Senador Acir, eu sei do seu propósito. Conversei com vários colegas, inclusive com pessoas que estão nos ajudando já há algum tempo. Essa Emenda nº 27 – e o Senador Eduardo Braga tem razão – diz diretamente respeito não só à floresta, mas trata da nossa região. Consultei se a sua intenção é de fato restringir essa matéria à Amazônia, e ele me falou que a intenção dele, como legislador, é essa. E aí é um ponto importante, porque ela passa a ter a minha concordância também, porque ela é importante. Há outro aspecto: restrita à Amazônia e vinculada ao zoneamento, é o que já estamos trabalhando no próprio Acre, que poderia ficar na lei, o que seria algo muito importante.

Então, eu queria a atenção do Plenário, porque não está explícita a ligação ao ZEE e à Amazônia, mas, se ficar acordado aqui, diante do Senador Luiz

Henrique, que ele possa apresentar uma nova emenda vinculando ao ZEE e à Amazônia, eu, publicamente, assumo acolher essa emenda dele. É uma proposta bastante objetiva: se V. Ex^a concordar em fazer um ajuste na redação, vinculando ao ZEE e restrito à Amazônia, estou assumindo o compromisso público de acolher, caso o Plenário concorde, porque aí faríamos o entendimento. Eu acolheria na minha Comissão, no meu relatório.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mas, Relator, o ZEE seria em caso de desmatamento. Não é para desmatar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro, mas, fazendo dessa maneira, dá certinho.

Eu queria só saber do Senador Acir, que deu uma contribuição extraordinária: eu assumiria aprovar, acolher a emenda de V. Ex^a, publicamente, com esse pequeno ajuste, porque é muito importante que façamos esse ajuste no vínculo à Amazônia, que é a sua intenção, como bem colocou, e, ao mesmo tempo, à ZEE.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só uma pergunta: por que não fazer esse ajuste com a emenda aprovada, Senador? Só para ver o entendimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que o Senador Eduardo Braga tem razão. A parte de floresta nós vamos fazer juntos. Nós já não fizemos isso com a emenda do Rodrigo, nem com a do Valadares. Vamos manter esse procedimento, seria importante para concluirmos o trabalho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A proposta do Acir é a melhor de todas. Eu a apoio integralmente, com direito à retroatividade, para que possamos aplicar ao art. 13, ao 64 e ao 65.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Claro, com esse pequeno ajuste.

Acir, se o Plenário concordar, ela fica aprovada na minha Comissão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) Ele está com dó, com pena, porque ele é o Presidente da Comissão de Agricultura e, como tal, gostaria de apresentar essa emenda.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, na verdade, acho que a emenda do Senador Acir é uma emenda inteligente. Não estamos aqui falando em supressão de vegetação, estamos falando em enaltecer aquele que preservou além da sua obrigatoriedade. Foi isso o que entendi. Isso está muito vinculado também à emenda que apre-

sentei, que o Senador Eduardo Braga apresentou, no que diz respeito aos serviços ambientais, que é para privilegiarmos o cidadão que preserva além da sua obrigação.

Então, se for algo para construir, que seja bom para o Brasil, seja bom para a Amazônia, seja bom para Rondônia e seja bom para todos os brasileiros...

Mais uma vez dizendo, Senador Luiz Henrique, que isso não venha de maneira alguma trazer prejuízos ao meio ambiente e também não venha a cercear a produção de alimentos neste País.

Acho que essa é a nossa função aqui, no Congresso Nacional, como Casa Revisora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Sérgio Souza.

Entendo que o Senador Luiz Henrique não atendeu ao nosso apelo, não é, Senador Luiz Henrique? Então, retiro a emenda, em razão do não atendimento de V. Ex^a a um apelo que nós fizemos, que eu fiz, desses trabalhos que nós realizamos ao longo dos meses.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu não pude atender ao apelo de V. Ex^a porque constatei que não havia consenso em relação à matéria e que ela precisava de aprimoramento.

Cumprimento V. Ex^a por ter compreendido isso.

Agora, há o compromisso aqui solene, público, do Senador Jorge Viana...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Estou muito satisfeito, até porque nós temos a garantia do Governador, do Senador Jorge Viana, de que está assegurado. Vai ser remetido ao CMA.

Presidente Acir, o projeto de V. Ex^a,...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... conforme acordado pelo nosso Relator Jorge Viana, vai ser acatado lá na Comissão de Meio Ambiente.

Está encerrada essa matéria.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente Acir, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Kátia Abreu, para uma questão de ordem.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, quero falar sobre a segurança da Casa. Eu soube que houve algumas críticas ao trabalho dos seguranças do Senado, ontem, em relação aos manifestantes. Houve críticas por parte de alguns Senadores aos seguranças.

Eu pergunto a esses Senadores que foram contrários a essa atuação e que acharam que excederam ontem os seguranças: o que faremos hoje para sair daqui? Alguns não terão problemas. Eu, particularmente, terei. Já estão lá fora gritando o meu nome.

“Fora!” Aqui é meu lugar de trabalho. Aqui é um lugar democrático, e eu não quero passar constrangimento no meu local de trabalho.

Qual é a sugestão dada? O que poderão fazer os policiais para que nenhum Senador sofra constrangimento nesta Casa? Porque todos os produtores rurais que já vieram aqui para qualquer embate ambiental nunca agrediram, atacaram ou xingaram nenhum Senador da República, nem Ministro de Estado, mesmo aquele que nos xingou de vigarista um dia.

Então, eu gostaria que houvesse reciprocidade, de ter condição de trabalhar legitimamente, democraticamente aqui, no Senado Federal, sem ser achincalhada pelos corredores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Kátia Abreu.

Em votação.

Retirado o Item 8, a Emenda 27, em votação...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu preciso de uma resposta para a minha questão de ordem. Preciso de uma resposta. Que providência será tomada? Porque eu quero sair da Comissão e não quero ser constrangida. A imprensa está toda lá fora, os manifestantes falando palavras que não devem. Eu quero saber o que vai acontecer. Como nós vamos sair daqui? Alguns saem de bonito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos comunicar a segurança para tomar as providências cabíveis. Enquanto nós terminamos a votação, peço que a nossa equipe tome as devidas providências com relação à segurança dos Senadores e das Senadoras ao saírem do plenário.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação as Emendas nºs 9, 13 e 14, com pareceres pela rejeição.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

Em votação o Requerimento nº 4, de autoria da Senadora Ana Amélia, a Emenda nº 12, com o parecer favorável, ou seja, pela aprovação do Relator.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação, com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estava pensando aqui no apelo que a Senadora Kátia Abreu fez. É possível que seja necessário um diálogo com os manifestantes para que haja

o devido respeito a todo e qualquer Senador, não importando a posição tomada.

Se a Mesa, tendo em conta o apelo da Senadora Kátia Abreu, avaliar que posso ajudar nesse sentido, eu procurarei ali tomar uma iniciativa, para ver se é possível. Vou tentar colaborar, está bem? Eu vou para lá para fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso. Peço que V. Ex^a se encaminhe até os manifestantes para conversar com eles.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quero esclarecer que as Emendas nºs 9, 13 e 14 estavam fora de pauta. Portanto, não precisava de votação. Só para colocar as coisas em ordem, conforme o combinado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era esse o esclarecimento.

O senhor é, como sempre, muito atento. Eu queria lhe agradecer o esclarecimento necessário, porque eu as havia retirado, atendendo ao acordo para passar ao nosso Relator Luiz Henrique e ao Jorge Viana e apenas votar essa que ele acolheu, que é a Emenda nº 12.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Agradecendo aos Senadores e às Senadoras que trabalharam conosco na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também agradecendo o nosso Senador Luiz Henrique pelo seu trabalho, declaro encerrada esta reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O resultado foi: aprovada a emenda da Senadora Ana Amélia. Já foi proclamado. A Emenda nº 12. Já foi anunciado.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 08 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia dez de novembro de dois mil e onze, no plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA e ANTONIO CARLOS VALADARES**. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores: Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Reditário Cassol e Benedito de Lira. Justifica a ausência, o Senador Cyro Miranda. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 72, de 2011 – CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antoninho Rovaris – Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Sr. Renato Conchon – Coordenador de Assuntos Econômicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. João Tomelin – Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Silvio Ney Barros Monteiro – Diretor Financeiro da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; Sr. Adriano Campos Alves – Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Sr. Carlos Alberto Sehn – Assessor da Diretoria do Sindicato Interestadual do Tabaco – SINDITABACO. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka e Sérgio Souza. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. **EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011 – CRA. ASSUNTO: Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Alberto Ercílio Brok – Presidente da Confederação Nacional**

dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Senadora Kátia Abreu – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Luiz Ademir Possamai – Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; Sr. Marcio Lopes de Freitas – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Autoria: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o requerimento foi aprovado pela maioria dos membros presentes. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE Acir Gurgacz. Bloco/PDF – RO) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª sessão Legislativa Ordinária, da 54ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com anuência do Plenário é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos quero colocar em votação o requerimento objeto da presente audiência pública que passo a ler.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

Autor: Senador Acir Gurgacz.

A parceria de produção integrada agropecuária que envolve produtores rurais e agroindustriais tem sido um grande sucesso no agronegócio no nosso País. Embora as condições em que se dá essa parceria não estejam devidamente regulamentadas por lei que defina as obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, essa parceria ocorre há anos, sobre livre iniciativa do mercado e o interesse mútuo

das famílias em produzir com responsabilidade, gerar riqueza e contribuir com o desenvolvimento brasileiro.

Entretanto, justamente a falta de normatização para esse tipo de parceria de produção, que em boa medida pode ter contribuído para o sucesso desse modelo, também tem gerado alguns desequilíbrios, em que uma das partes envolvidas é prejudicada. As reclamações mais comuns são de que os contratos agroindustriais da atividade sobrecarregam o produtor e não o remuneram suficientemente para que ele possa se manter na atividade.

O PLS 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que recebi para relatar, dispõe exatamente sobre esse tema. Estabelece condições, obrigações, responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras. Ele tipifica os contratos de parceria, institui mecanismos de transparência na relação contratual e as Comissões para Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e Solução de Controvérsias (Cadisc's).

Esta lei busca criar um marco institucional para facilitar e melhorar a relação entre produtor integrado e agroindústria.

Isso é necessário para que no surgimento de eventuais conflitos ou dificuldades a própria legislação terá condições de orientar o produtor de como tomar as suas decisões e as suas providências.

Atualmente, discutimos em Rondônia projetos e programas para o desenvolvimento de nossa agricultura, como, por exemplo, o programa da avicultura familiar que o Governo do Estado e a iniciativa privada deverão lançar, ainda este mês. E essa legislação, com certeza, vai contribuir para que possamos estabelecer parcerias de forma mais justa, sem que ocorra o que estamos presenciando hoje entre produtores de leite e os laticínios em todo o País, principalmente no nosso Estado de Rondônia, que impõe um preço baixo de aquisição ao produto.

Esse debate já vem ocorrendo nas confederações, associações e sindicatos entre os produtores e agroindústrias e várias cadeias produtivas, e precisa ser ampliado.

Este é o momento de ouvirmos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, até onde se tem avançado nesse entendimento para contribuirmos na busca de um consenso, bem como dar celeridade ao processo de tramitação do projeto de lei da nobre Senadora Ana Amélia. Se necessário, faremos mais audiências públicas para ouvir os produtores, agroindústrias, o Governo e especialistas do setor.

Realmente é um tema da maior importância, que nós vamos debater hoje aqui, na nossa Comissão de Agricultura.

Em votação o requerimento desta audiência pública.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para discutir a matéria, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, nós temos trabalhado intensamente aqui no Senado, especialmente a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Presidida com tanto empenho por V. Ex^a, dedicação, zelo, competência e sempre dedicando o melhor esforço para a produção de uma legislação que assegure aos produtores rurais condição de competitividade e também melhor segurança jurídica. Isso tem acontecido no debate intenso sobre Código Florestal que impacta sobre essas cadeias produtivas, como se pode verificar ontem, especialmente avicultura e suinocultura, que tem um grande interesse na questão do Código Florestal.

Então, V. Ex^a está realmente empenhado, conhece esta matéria. E quando fiz essa apresentação desse projeto foi no sentido, exatamente de dar segurança jurídica a essas relações. É claro que hoje a legislação já – e em muitas das empresas integradoras – obedecem a regras, digamos, mais avançadas do que prevê o projeto. Mas, na verdade, o que precisamos é dar um marco regulatório a este processo, evitando aí qualquer dúvida para que esta questão da competitividade não seja afetada por essas demandas jurídicas e essas questões nesse relacionamento contratual entre os integradores e os integrados.

Assim, fico muito feliz que está em boas mãos a relatoria da matéria. V. Ex^a, digamos, está com essa responsabilidade e esta audiência pública de hoje, que nós teremos agora, é exatamente para definir claramente esse marco regulatório, ouvindo as pessoas que estão diretamente envolvidas com essa questão da integração.

Então, nós daremos um passo, o Senado antes da Câmara, um passo adiante em relação a isso, trazendo – como eu disse – segurança jurídica aos produtores considerando até a posição estratégica que o Brasil tem como maior exportador de carne de frango, uma posição estratégica na área de carne de suínos e temos que ter o cuidado também sanitário nesses setores para evitar qualquer prejuízo.

V. Ex^a tem todas as condições de formular um relatório da melhor qualidade, não tenho a menor dúvida. Esta audiência pública tem esse objetivo.

Cumprimento o Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Após concluirmos os trabalhos com relação ao nosso Código Florestal, aqui na Comissão de Agricultura, daremos início a temas tão importantes quanto o nosso Código Florestal, que é integração entre produtores e indústrias. Um não vive sem o outro e os dois nos trazem um resultado muito importante que é a produção de alimentos para os brasileiros e o resultado, esse também, o que traz o superávit da balança comercial brasileira. São temas tão importantes quanto o nosso Código Florestal.

Chamo, para compor a Mesa, o Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Contag; Renato Conchon, Coordenador de Assuntos Econômicos da CNA; Dr. Silvio Ney Barros Monteiro, Diretor Financeiro da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; João Tomelin, da CNI; Dr. Adriano Campos Alves, Assessor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Convido todos a participarem para que possamos iniciar as suas apresentações nesta manhã de quinta-feira. Sejam todos bem-vindos à nossa Audiência Pública.

Passo a palavra ao Dr. Renato Conchon, Coordenador de Assuntos Econômicos da CNA.

O senhor tem quinze minutos para a sua explanação. Se precisar de mais tempo, nós temos condições, com certeza, de cedê-lo.

O SR. RENATO CONCHON – Está ótimo.

Obrigada Senador Acir Gurgacz e Senador Ana Amélia pelo convite. Em nome da Senadora Kátia Abreu e de toda a CNA, nós agradecemos o convite para estarmos presentes aqui hoje. Vamos tentar contribuir um pouquinho para o aperfeiçoamento dessa lei que pretende regular os contratos de integração.

Primeiramente, gostaria de fazer uma breve introdução – se vocês me permitem – quanto à necessidade de se criar um marco regulatório que trata da integração agroindustrial vertical.

Com a crise econômica de 2008, o mundo sofreu sérias consequências com relação à quebra dos bancos nos Estados Unidos e toda atribulação decorrente na economia mundial. Isso refletiu na produção de aves e suínos no Brasil, com certeza. Com isso, a balança comercial sofreu, e os produtores rurais sofreram muito. Isso, antes de 2008, era necessário criar um marco regulatório. Mas isso, eu acredito que foi um ponto chave para que se criasse esse marco regulatório do processo de integração. Até então, nós começamos a discutir no âmbito da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA a proposta de uma criação – os produtores enxergaram que existe a necessidade desse marco regulatório –, bem como sentamos junto, a indústria, ou seja, tentamos fechar toda a cadeia agroindustrial

para a necessidade, realmente, de se criar um marco regulatório. Porque, até então, como a Senadora Ana Amélia bem disse, algumas cadeias estão um passo até adiante do que nós, inicialmente, propomos. Por quê? Porque são cadeias consolidadas.

O exemplo que nós damos é a cadeia do fumo, por exemplo. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e um pouco no Paraná, essa cadeia de integração já funciona, aproximadamente, há 80 anos. Então, a integração agroindustrial é uma coisa que vem dando certo, com certeza. E é importante salientar que, na cadeia de fumicultores, aproximadamente 95% a 98% dos produtores são integrados. Isso demonstra que são mecanismos que vêm dando certo. Mas, com certeza, existem algumas empresas, alguns produtores que estão à margem disso, e é por isso que é necessário criar um marco regulatório do processo de integração agroindustrial para que traga todos os que estão à margem para um marco único; para oferecer aos produtores uma garantia de que ele terá o seu produto adquirido, o seu produto comprado na data específica, por um preço específico, e que a indústria tenha uma matéria-prima de acordo com as suas necessidades também. Então, isso traz transparência, traz clareza para todos os envolvidos, tanto para o produtor quanto para a indústria. E existe a necessidade de que nós aperfeiçoemos, cada vez mais, essa relação. É uma relação que vem dando certo, existem alguns que fugiram à regra, mas vamos trazer esse pessoal. Acho que a ideia é essa, Senadora.

Então, os benefícios para o produtor rural nós podemos citar que é um mercado garantido, ele vai produzir a sua matéria, o seu produto e integrar. Com certeza que ele vai ter uma daquele produto, objeto da integração. Ele vai ter uma assistência técnica amparada pela indústria; ele vai conseguir aproveitar a mão de obra dentro da propriedade agrícola dele, muitas vezes familiar, algumas cadeias, notadamente, são pequenos agricultores, agricultura familiar. Então, isso traz um reflexo muito positivo para a própria família, estabilizando a renda e um menor capital investido na sua atividade decorrente da – entre aspas – “integração” com a indústria.

Pelo lado da indústria, nós vimos que a economia de escala será beneficiada por conta de produtos padronizados, até então. A indústria consegue evitar a imobilização de capital em terras. O industrial consegue ter um parceiro integrado com que ele pode contar, ou seja, a ideia do processo de integração é que caminhem juntos, tantos os produtores quanto a indústria, que todos se beneficiam. Em caso de crise, todos se resguardam e conseguem passar esse con-

seguem passar esse momento de crise com menos dificuldades tanto para um, quanto para outro.

Importante salientar também que o projeto de lei da Senadora Ana Amélia vem sendo discutido no âmbito da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, em parceria; inclusive os assessores participaram da última reunião e puderam presenciar que a CNA convidou representantes dos produtores, que somos nós; associações de classes, como do setor de aves, suínos, fumo; produção de citros já participou; produção de silvicultura também já participou. E estamos entrando num consenso, sim. O que nós gostaríamos e se pudermos até é algumas sugestões de cunho bem pontuais.

A ideia do marco regulatório está perfeita. O que nós gostaríamos é de chegar a um consenso maior. Inclusive, João, você pode confirmar que nós já conversamos com a indústria e em diversos pontos em que até então éramos divergentes, já chegamos a uma convergência. Isso demonstra maturidade das cadeias, ao ponto de que seja atingido o objetivo principal, que é oferecer transparência, oferecer clareza tanto para os produtores quanto para a indústria.

Existem alguns pontos ainda que estão divergentes; mais precisamente dois pontos, não é, João? Mas estamos discutindo, sim. Com certeza nós precisamos... Sabemos da celeridade que devemos dar ao projeto de lei da Senadora Ana Amélia e do qual o Senador Acir Gurgacz é o relator. Estamos trabalhando justamente para convergir esses dois pontos em que os produtores e a indústria ainda não chegaram 100% ao projeto final. Para isso, estamos marcando uma reunião na Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, uma reunião para o próximo dia 23, na sede da CNA, uma reunião de cunho técnico, simplesmente para que sejam ajustados os pontos que estão ainda divergentes. Para quê? Para chegarmos a um relatório final unânime; entregar aos relatores, à Senadora Ana Amélia também, que foi a autora do projeto, um documento único, em que tanto produtores estejam de acordo, sejam beneficiados com todos os pontos que eles acreditam que sejam necessários, quanto a indústria não se sinta de qualquer maneira ou prejudicada ou ameaçada de qualquer forma. Nós não queremos isso. Queremos, sem dúvida alguma, colocar um documento em que todos ganhem, em que toda a cadeia ganhe. Não aves e suínos, mas também a questão do fumo, a questão da laranja, a questão da silvicultura, que em alguns casos podem ser considerados como integração agroindustrial.

O que é importante salientar ainda é que a falta desse marco regulatório, como acontece hoje, Senador, principalmente em algumas unidades de que nós

participamos... Fizemos um grupo de trabalho dentro da própria CNA e fomos a campo, para saber realmente como o projeto de integração está atuando, se realmente funciona, se não funciona. Isso era o pontapé inicial. Na grande maioria, nós observamos que os contratos de integração funcionam muito bem. Mas todo mundo ficou apreensivo quando nós começamos a trabalhar esse tema. Falaram: "O importante, Renato, no caso da CNA, é não engessar. Não vamos engessar uma coisa que relativamente funciona bem". A ideia não é essa, e o projeto que a Senadora apresentou não vem a ser isso. O importante é trazer todo mundo que está à margem do que acontece hoje, que está alheio ao bom senso, ao que a economia merece, ao que os produtores merecem. É importante trazer esse pessoal. A ideia principal é essa.

Nós observamos que essa falta de regulação, por exemplo, acarreta muita quebra de contrato hoje em algumas... Os produtores sofrem com isso, a indústria também sofre com isso, mas principalmente os produtores que dependem única e exclusivamente para a sua renda, no ato da entrega do produto, em algum momento, se souberem que o contrato foi quebrado e não vai ser adquirida a mercadoria, que o seu produto agropecuário... Muitas vezes ele não tem outra fonte de renda; às vezes ele se endividou com a instalação de um aviário, de uma granja ou de qualquer outra coisa e não tem como escoar sua produção, não tem como vender a sua produção. Isso gera instabilidade. Eu acho que no Sul, principalmente, onde os contratos de integração de aves e suínos chegam a beirar os 90%, 80% em alguns Estados, em algumas regiões, isso, sem dúvida nenhuma, reflete negativamente nas economias locais das cidades. Em algum caso em que uma granja ou qualquer outra cadeia do agronegócio que, por dificuldade financeira oriunda da indústria, reflete no produtor rural, isso reflete diretamente na economia local, inclusive na arrecadação de tributos do Município. A renda não gera mais ali e isso vai gerar endividamento dos produtores.

Então, entre os problemas que nós encontramos hoje, um deles é a falta de regulação que gera muitas vezes quebra de contrato. A qualidade dos insumos fornecidos muitas vezes que as integradoras entregam aos produtores, sem dúvida nenhuma, é um fator que chama a atenção também.

Neste momento em que estamos discutindo o Código Florestal também, há a questão de que o ônus da legislação ambiental é suportado pelo produtor. É lógico que dentro de cada direito até a sua oportunidade, o produtor tem que responder pelos atos em que ele incorreu, mas a integradora também tem que ser parceira nesse ato, diluir o risco da atividade, tan-

to com o produtor, cada um com o seu risco, quanto com a indústria.

Hoje a falta de regulação traz problemas de aspectos tributários e trabalhistas. Tanto é que nós observamos inúmeras ações em que o Judiciário fala que existe a subordinação do produtor e caracteriza um contrato trabalhista entre produtores e indústria. Mas existem também inúmeras ações judiciais em que não é configurada essa relação trabalhista.

Outro fator que chama a atenção por parte dos produtores é o aumento do custo de produção durante o ciclo de operação. E, no caso, temos um contrato de seis meses ou um ano, e o produtor, é óbvio que ele fez um planejamento de custos e, ao longo desse custo, o milho subiu muito, a soja subiu muito, o insumo subiu demais, e ele vai ter a sua margem de lucro diminuída, senão exaurida.

Então, esses gatilhos contra o produtor devem ser observados. Isso está contemplado em grande parte no projeto de lei da Senadora Ana Amélia, e eu acredito, com certeza, que sentando com a indústria, com outros representantes, no caso o Parlamento, aqui o Senado, com o próprio Poder Executivo, a gente vai chegar a um documento que vai ser bom para todo mundo. Afinal de contas, eu acredito que já está na hora. Os produtores precisam disso, a sociedade precisa de um marco regulatório para essa atividade. Sem dúvida nenhuma esse projeto de lei vai trazer transparência, vai trazer confiança ao sistema de integração no Brasil. Nós não viemos, sem dúvida nenhuma, para engessar ou para perder o que já foi conquistado. O que nós queremos trazer é quem está à margem desse processo de integração, trazer para que todos sejam beneficiados, sem prejuízo a ninguém; pelo contrário, fortalecer o agronegócio, fortalecer os produtores familiares, os produtores que trabalham e vivem basicamente dessa renda de integração e oferecer um produto de qualidade à indústria, para que a balança comercial seja cada vez mais fortalecida com os produtos do agronegócio.

Senador, de qualquer maneira, como eu falei, nós teremos outra reunião para alinhar esses dois pontos que ainda estão divergentes com a indústria, com os demais representantes do agronegócio dessas cadeias. A ideia é que trabalhemos um texto uníssono, que seja válido para todos e que nós apresentemos ao senhor e à senhora um documento que seja aprovado o quanto antes nesta Casa.

Bom, era essa a minha fala.

Senador, eu deixo o contato em aberto. Senadora, a Comissão de Aves e Suínos da CNA, a CNA como um todo está de portas abertas para o que a gente puder contribuir. Sem dúvida alguma, pretendemos estar

nessa batalha juntos. Sem dúvida alguma, vai ser um benefício muito grande para a sociedade.

Senador, Senadora, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Renato Conchon.

Eu passo a palavra agora para o Antoninho Rovaris para as suas colocações.

Quinze minutos está bom, Antoninho?

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Está bom. Espero que sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Antoninho, desculpe-me. Antes de o senhor começar, eu quero convidar o Carlos Alberto Sehn, do SindiTabaco, para fazer parte da Mesa, e que também gostaria de dar uma explanação. Peço para que ele venha compor a Mesa junto conosco.

Muito obrigado, Carlos.

Antoninho...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A representação da OCB?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está chegando. É o Dr. Adriano Campos Alves. Ele telefonou e disse que está chegando. Pegou um engarrafamento, mas está chegando já.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Bom dia, Sr. Presidente Acir; Senadora Ana Amélia, Senador; bom dia a todos os companheiros aqui da Mesa. Não vou nominá-los, até por uma questão de não ter pego o nome de todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Senadora e dos Senadores com relação a esse projeto de lei. Nós sabemos que também está tramitando na Câmara dos Deputados um projeto similar, dentro dessa lógica – vamos chamar assim – de regulamentação da atividade de integrados e integradoras.

Quero também salientar que, desde 2009, no Sul, nós que temos uma comissão juntamente com as nossas três federações, temos discutido muito esse tema, e isso nos tem levado a participar inclusive não só na elaboração do projeto, especialmente da Câmara dos Deputados, mas estamos fazendo um debate interno bastante forte, no sentido de buscarmos algumas condições que nós entendemos sejam mínimas, ideais e necessárias dentro de todo esse processo.

Evidentemente que toda essa questão das integrações passa por muitos e muitos detalhes e também há vários tipos de culturas que estão integradas. Então,

nós podemos pegar desde a questão da fumicultura, passando pela suinocultura, avicultura, a questão da laranja e tal, mas para nós o mais flagrante é a questão do leite, porque a agricultura familiar ainda no Brasil hoje é a maior produtora do leite a nível de propriedade. E essa questão do leite rebate muito concretamente, digamos assim, numa inconsistência muito grande ao longo dos anos, quando os altos e baixos dos preços, em função de uma série de fatores, tem-nos deixado muito preocupados e, ao mesmo tempo, tem tirado muita gente da nossa atividade. Tanto que, ao saírem, digamos, muitos, a gente tenta incluir alguns através de programas como o Mais Alimentos e como outros programas com os quais a gente tem conseguido fazer essa integração, buscando, digamos, a integração crédito, evidentemente buscando suprir essa falta. Principalmente nos últimos dois anos, temos que admitir que a atividade leite tem suportado os nossos agricultores de maneira bastante significativa; porém já temos alguns indícios de que, ao longo dos próximos meses ou talvez no próximo ano, nós deveremos ter problemas sérios com relação à questão do leite.

Bem, nessa primeira introdução, eu gostaria de colocar que os projetos que estão sendo apresentados, embora da maior relevância, como nós já colocamos, entendemos que eles não vêm na lógica, dentro da nossa aspiração, que seria tocar basicamente em alguns pontos que para nós são fundamentais dentro desse processo das integrações.

Em primeiro lugar, essa questão ambiental que hoje está sendo regularizada aqui no Senado e que esperamos logo seja aprovada poderá, a partir de agora, dar uma nova caracterização dentro dessa relação; porém, com relação ao passado, nós temos muitos e muitos problemas. Nós temos muito resíduo animal que foi colocado nos rios; nós temos uma série de coisas, e não vou entrar nelas aqui, porque o tempo é curto, mas nós temos uma série de problemas e, na verdade, quando existe a necessidade de adequação, isso cai para o agricultor, para aquele que é o integrado. Ou seja, para a empresa muito pouco. Apenas agora, nos últimos tempos, é que temos ouvido e temos visto iniciativas no sentido de colocar biodigestores, etc., como forma de minimizar os impactos ambientais, e também tentando com isso, obviamente, gerar alguma renda na propriedade. Mas o passado é um passado negro dentro dessa lógica das integrações.

Então, nós temos que ter muito claro que, nessa questão ambiental, as regras desses contratos têm que estar muito claras, a partir, esperamos, do novo Código Florestal. Que ele venha também dar esse norte em cima dessa questão desse contrato.

A segunda questão é a seguinte. É verdade que eu tive muito pouco tempo para ler o projeto nesses dois dias, mas não consegui identificar no projeto um parâmetro de preço. Ou seja, continua sendo feita aquela fórmula mágica que nós conhecemos – produtividade x teor de gordura, etc., etc. –, e aí vem numa lógica que a gente nem sempre, um agricultor, especialmente um agricultor familiar, consegue decifrar essa fórmula mágica que é feita.

Então, essa é uma primeira questão que o projeto não vem colocando como sendo, digamos, não vem distinguindo parâmetros para a formulação de preços. Para nós essa é uma questão que é muito importante.

A terceira outra questão é que nós, da agricultura familiar, entendemos que hoje não dá mais para continuarmos na gangorra do simples e senhor mercado. Nós precisamos ter algum tipo de garantia para que a gente possa dar sobrevivência a esse público que é o mais pobre deste País e que muitas vezes precisa estar sendo integrado a uma grande indústria a uma pequena ou a uma média agroindústria, no sentido de estar, digamos, sobrevivendo de maneira pelo menos um pouco mais digna. E para isso nós precisamos ter um preço mínimo de garantia, o que o projeto também, na nossa avaliação, não tem trazido.

E aí nós temos alguns mecanismos que eu gostaria de esclarecer, se não for do conhecimento de todos aqui. Por exemplo, hoje nós temos o chamado Preço de Garantia da Agricultura Familiar, o PGPAF, que cobre tanto custeios ou investimentos dos valores financiados. Então, esse é um instrumento, Senadora Ana, como autora do projeto, que nós gostaríamos de discutir e ver a possibilidade de implementarmos, dentro do projeto, certa garantia no mínimo do PGPAF. Obviamente, teríamos que depois envolver a questão governamental, no sentido da elaboração desses preços, que cubra pelo menos custo de produção com algum ganho. E aí vem outra etapa em que a gente gostaria, se for necessário, ter esses preços de garantia.

Por quê? Porque nós estamos falando de investimentos talvez ao longo de 10 anos, em alguns momentos, talvez até 15 anos, e esses contratos, na nossa avaliação, terão que ter, no mínimo, esse prazo de validade. Nós estamos falando aqui da implantação. Quem já está em atividade é outra situação. Mas, no momento da implantação, nós estamos falando de contratos de, no mínimo, 10 anos. Durante esses 10 anos... Há, sempre houve crises, não podemos nos esquecer disso, e nós temos que ter parâmetros mínimos de que determinada tonelada, seja de carne, de leite, de algum outro fator de produção, esteja estabelecida dentro de um parâmetro, e, quanto a esse parâmetro, se houver diferença entre preços, que haja a subven-

ção governamental, como acontece hoje normalmente nos custeios de investimentos de grãos, por exemplo. Essa é uma questão que para nós é muito importante.

A outra questão que entendemos não estar clara para nós é um fator de classificação. Vejam bem, nós sabemos que existe o acompanhamento, a princípio, pela legislação – nem sempre acontece, nós sabemos também – do Ministério da Agricultura, nos diversos estabelecimentos integradores. Porém, o Ministério da Agricultura não arbitra praticamente nada. E nós temos alguns exemplos em que é flagrante a nossa discussão sobre essa questão da classificação, e é flagrante que o fator classificação se transforma em fator preço. E eu vou falar de uma atividade que eu modestamente conheço muito bem – está aqui o Carlos, representando o SindiTabaco e que sabe muito bem. Ou seja, a classificação do tabaco no Brasil passa pela mão da indústria. Possivelmente – eu não tenho conhecimento *in loco* – as outras atividades também sejam assim.

Vejam bem, temos um fator preponderante... Especialmente, vou falar aqui do tabaco, porque nas outras não tenho conhecimento mais profundo. Mas há um fator preponderante hoje que a questão do tabaco é uma questão de análise, analógica, vamos chamar assim. Uma folha de tabaco pode ter várias interpretações. Isso leva os agricultores familiares, especialmente os pequenos – lá no Sul e também em muita parte do Brasil planta-se o tabaco – a ficarem à mercê da boa vontade dos classificadores, que são, obviamente, funcionários das empresas.

Dessa forma, no que refere à classificação, seja na questão do tabaco, seja na dos demais produtos, para nós é fundamental que seja feita por um órgão, não sei se público, se privado, se independente – não tenho aqui uma receita clara. Enfim, essa questão da classificação tem que ser olhada dentro desse projeto como sendo um fator preponderante, porque, no final desse processo, ela significa preço. Pode-se classificar um produto para cima ou para baixo, ele tendo a qualidade, porque, na questão do tabaco, principalmente, ela é interpretativa.

Srs. Senadores, queremos deixar muito claro que essa questão da classificação, para nós, é um ponto preponderante, que precisamos olhar, Senadora, com bons olhos, porque é impossível continuarmos como estamos. Vamos pensar: a empresa integradora fornece todos os insumos a seus agricultores e tudo o mais, ou o agricultor simplesmente reproduz aquilo que a empresa diz para ele fazer, e, na hora da classificação, a própria empresa classifica. Isso, para nós, é um fator de controvérsia mesmo do modelo e precisamos ter uma noção clara desse fator.

Vamos frisar novamente: no tabaco, isso é fator preponderante de preço. Pode variar até 20% para cima ou até 20% para baixo. Sabemos que uma indústria classifica um tipo de tabaco x, tira-se dessa indústria, leva-se numa outra, e nessa outra o tabaco pode ser classificado como y. Pode ser outra classificação.

Isso acontece especialmente em dois momentos. No momento em que o mercado está ruim, como aconteceu no início da safra de 2010/2011, quando se joga para baixo toda a classificação. E acontece o contrário nos momentos bons, onde se joga fumo classificado de um tipo, num ano anterior, que pode sofrer alteração de até mais de 20%, dependendo do interesse do mercado lá fora.

Então, nesse caso da classificação, estamos à mercê do mercado. E entendemos que isso não passa simplesmente pela questão do mercado. Acho que deve haver parâmetros mínimos de garantia de preços. E um dos fatores, nesse caso, chama-se classificação.

Por último – meu tempo deve estar estourando –, outra questão que não encontramos no projeto é uma garantia de negociação. E não estou falando aqui que os sindicatos da Contag deverão ser esses negociadores. Mas os sindicatos da Contag são, em tese, os representantes de uma grande parte desses integrados.

Agora, esses sindicatos, que deverão participar desse processo de negociação, deverão estar regulamentados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Para nós, isso é preponderante. Seja o sindicato da avicultura, o sindicato da suinocultura, se houver, seja qualquer sindicato dos plantadores de fumo, se houver amanhã, ou qualquer outro sindicato que poderia estar trabalhando esse processo de negociação, eles deveriam estar reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, para ter essa condição de estarem sendo negociadores.

Por outro lado, queremos trazer aqui uma experiência, que trabalhamos há muito tempo. A própria questão da fumicultura, embora não seja obrigatório, anualmente fazemos um processo de negociação na questão da fumicultura. E, recentemente, há a questão dos biocombustíveis, especialmente biodiesel. Por meio dos normativos, o biodiesel está condicionado a um item chamado selo combustível social, pelo qual as empresas têm certa redução tributária, a participação das entidades sindicais no processo de negociação dos preços e nos processos de avaliação das atividades de biodiesel.

Então, dito isso, agradeço pela oportunidade, Senador. E gostaria de dizer que, para nós, não são críticas, são sugestões.

Gostaríamos de, se possível, estar discutindo juntamente com os senhores essa possibilidade de incorporarmos esses itens colocados aos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Antoninho. E a audiência pública é exatamente para colhermos subsídios, orientações, sugestões, para podermos incluir no relatório, que tenho a honra de relatar desse projeto tão importante da Senadora Ana Amélia.

O projeto da Senadora tem por objetivo exatamente fortalecer o nosso agricultor, para que ele tenha garantia de compra, garantia de preço mínimo e a tranquilidade de poder negociar o seu valor. Que não seja monopolizado. Com isso, fortalece-se a indústria, e temos de ter os dois interligados. Por isso, o nome já diz: integração. Essa integração é o fortalecimento do produtor com a indústria. Ambos saem fortalecidos, fortalecem a economia brasileira. E, evidente, com regras claras. Esse é o objetivo.

Convidamos a CNI, que nos encaminhou o Dr. João Tomelin, da Ubabef (União Brasileira de Avicultura), e o Dr. Carlos Alberto, do SindiTabaco.

Passo a palavra, então, ao Dr. Carlos Alberto, do SindiTabaco.

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Bom dia a todos. Inicialmente, em nome do SindiTabaco, quero saudar o Senador Acir, pelo convite, e também a Senadora Ana Amélia, autora do projeto que está em debate hoje nesta comissão.

O setor de tabaco, como já foi dito, é o setor pioneiro em implantar sistema de integração entre produtor e indústria no Brasil. Por isso, estamos acompanhando atentamente os trabalhos, junto com as demais cadeias que atuam com integração rural. Já participamos de reuniões também com o setor produtivo. E avanços estão sendo conseguidos passo a passo.

Entendemos que a proposta é extremamente oportuna sob o ponto de vista de tentar fortalecer, cada vez mais, as cadeias produtivas que operam em regime de integração. Sabidamente, algumas delas já estão mais avançadas, enquanto outras estão em passos um pouco mais lentos e precisam, certamente, aperfeiçoar seus sistemas.

Então, Senador, se me permite, temos uma apresentação que fala alguns dados do nosso setor, que inclusive vão servir de amparo às nossas argumentações em alguns pontos referidos no projeto de lei.

Então, por gentileza, se puder passar.

A respeito da produção de tabaco no Sul do Brasil e a importância econômica e social, destacamos que a produção de tabaco no Brasil, na safra 2010/2011, alcançou 867 mil toneladas no País, sendo 96% desse

volume produzido nos três Estados do Sul, com 833 mil toneladas, e o restante no Nordeste, onde se produz basicamente tabaco para charuto. Com esse desempenho o Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor mundial, perdendo apenas para a China, que produz três vezes a safra brasileira, tendo também superado já há vários anos os Estados Unidos, que até então ocupavam essa posição de segundo produtor.

Em termos de exportação, o setor de tabaco do Brasil, desde 1993, é o maior exportador, tendo também, naquele ano, superado os Estados Unidos. Desde então, nunca mais perdeu essa posição.

Referindo-se, especificamente, à Região Sul do País, que concentra a maior parte da produção, a produção de tabaco está representada naquelas áreas verdes do mapa, em 704 Municípios, nos quais possivelmente, na maioria deles, o tabaco é a principal atividade da economia desses Municípios. Ela é desenvolvida por 187 mil pequenos produtores rurais, que formam um contingente de 870 mil pessoas envolvidas nessa atividade, que, no ano passado, cultivaram 376 mil hectares, o que resultou naquela produção de 833 mil toneladas, e que resultou, por sua vez, numa receita de R\$4,1 bilhões a esses produtores. Além disso, o setor proporciona 30 mil empregos diretos nas usinas de beneficiamento do tabaco.

Apenas para se ter uma noção de como é o tamanho do produtor de tabaco, são pequenos produtores rurais que têm, em média, 16 hectares de propriedade, nos quais apenas 16%, em média, são utilizados para o plantio de tabaco. Porém, essa pequena parcela de cultivo de tabaco representa 56% da renda que o produtor obtém dentro da sua propriedade. Portanto, como se pode ver, são produtores diversificados, mas que têm no tabaco a sua garantia de sobrevivência.

Essa outra tabela também mostra o perfil do produtor. E um dado importante é que 47 mil produtores, daqueles 186 mil, sequer possuem propriedades. Eles arredam 2 hectares, 3 hectares, 4 hectares de terra, produzem o tabaco e sobrevivem dessa atividade. E os demais estão divididos de 1 hectare a 10 hectares, com 66 mil produtores; de 11 hectares a 20 hectares, 46.780 produtores. Ou seja, de fato são pequenos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – Rio Grande do Sul. *Fora do microfone.*) – Quantos por cento do setor são esses 47 mil?

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Quarenta e sete mil representam 25% de todos os produtores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – A renda do produtor?

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Não, não. A renda do tabaco...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Olhe, 47 mil produtores não possuem terra, trabalham e arrendam em regime de parceria?

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Eles arrendam as propriedades.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quantos por cento do total?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor, peço à Sr^a Senadora que fale ao microfone, pois queremos ouvi-la.

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Não saberia dizer exatamente qual a porcentagem, mas posso ver essa informação depois.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque, se são 330 mil propriedades, então, dá mais de 10%.

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Acho que dá mais.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Aqui é uma apenas uma demonstração do desempenho das exportações do setor, que são crescentes. Chegamos a um faturamento de US\$3 bilhões no ano de 2009. O ano passado, infelizmente, caiu um pouquinho, por questões de mercado. Este ano deve-se manter nesse patamar, talvez com pequeno crescimento.

O tabaco é exportado para mais de 100 países – 102, 107 países, depende do ano – e tem na União Europeia o principal mercado, seguido do Oriente Médio. E os demais mercados estão aí distribuídos nesse mapa.

Esta é apenas uma demonstração do faturamento do setor e a distribuição de renda. No ano passado, em 2010, o setor de tabaco no Brasil, incluindo a produção de cigarros, proporcionou um faturamento de quase R\$12 bilhões. E a exportação, transformada em reais, chegou a R\$5,1 bilhões. Se utilizarmos como base os volumes de tabaco empregados em cada uma dessas operações, a exportação representou 84% da atividade, totalizando, então, com praticamente R\$17 bilhões de faturamento em 2010.

Aqui se mostra a distribuição dessa renda, para onde ela vai. O varejista fica com 5,9%; a indústria, com 12,2%; o produtor, com 26,8%; e a parcela mais expressiva, 55,1%, fica com o Governo, através da geração dos tributos que são recolhidos pelo setor.

Especificamente em relação ao sistema integrado de produção de tabaco, como já foi dito, o sistema existe desde 1918, portanto, há mais de 90 anos. Consiste na integração entre as empresas do setor e os produtores, mediante contratos que são firmados. Consideramos, com certeza, que é a base do fortalecimento da cultura do tabaco no Brasil – sem ele, não teríamos chegado a todo esse crescimento – e tam-

bém serviu de modelo para outras diversas atividades do agronegócio no Brasil.

O sistema, para ser bom, tem que apresentar vantagens para os envolvidos na integração. Para o produtor, destacamos aqui que ele recebe assistência técnica gratuita das empresas as quais estão vinculados, assistência financeira, em que as empresas intermedeiam todos os processos de financiamento de insumos e de investimentos, sendo inclusive avilistas nessas operações. Porque os produtores, com o perfil que eles têm, certamente não conseguiriam aval em suas operações financeiras. As empresas do setor custeiam todo o transporte da produção, até como uma forma justa de remuneração ao produtor, haja vista que há produtores que estão a 10 km de uma empresa, e outros a 600 km, 800 km de distância.

A garantia de venda integral da produção contratada pela entregadora, sem dúvida alguma, é um dos principais itens desse sistema de integração. Afinal de contas, o produtor, tudo que ele produzir dentro daquele contrato que foi estabelecido, terá certeza de que a produção será comprada pela indústria integradora.

E ainda a atividade está amparada na apuração dos custos de produção. O colega Antoninho é testemunha disso. Pelo menos há 30 anos, o setor industrial, juntamente com o setor produtivo, através das entidades representativas dos produtores, desenvolveu um sistema de coleta de custos de produção que envolve aproximadamente 400 itens, que são pesquisados.

Aqui, nesta planilha, é só um exemplo. Todas as atividades envolvidas na produção são pesquisadas por universidades, que elaboram os coeficientes técnicos e perguntam quantas vezes o produtor vai até o canteiro para levantar o plástico, para fazer alguma atividade, quanto tempo dura cada uma dessas operações. E todos esses elementos compõem, por fim, a planilha dos coeficientes técnicos, que vai ser depois utilizada pelas entidades dos produtores e pelas indústrias. Cada uma apura os seus custos de produção, que depois vai servir de base para as negociações de preço antes da safra.

Para ser bom, obviamente, o sistema tem que apresentar vantagens para o outro lado, no caso a empresa. E destacamos, então, que, dentro desse sistema de integração, as empresas do setor conseguem manter a qualidade da produção e a integridade do produto. Elas conseguem também ter a garantia do fornecimento da sua matéria-prima. E, além disso, o planejamento adequado dos volumes de produção, que é um item extremamente importante, a fim de não haver excesso de produção ou falta do produto. Podemos verificar isso no gráfico a seguir – por gentileza. Então, como se pode ver aqui, esta pequena linha azul, aqui

na frente, indica o número de produtores integrados, que, nos anos de 84/85, era de 110 mil produtores. Depois, por perspectivas de crescimento, esse número foi sendo aumentado, foi sendo ajustado, chegando a 173 mil produtores, em função de questões de mercado. Hoje, está nivelado na faixa de 186 mil produtores.

Da mesma forma, as empresas avaliam as questões de conjuntura internacional, para então estabelecer quais as perspectivas de safra, se há necessidade de aumento da produção ou se há necessidade de ajuste para menor nos níveis de produção. Dentro desse contexto, está muito claro também que o volume a ser produzido sofre as interferências climáticas, como se pode ver no último ano, em que a área plantada foi menor, porém, a safra resultou em mais de 150 milhões de quilos produzidos nas lavouras. E, mesmo com esse volume, graças aos contratos que as empresas mantêm, dentro daquele compromisso de compra integral, nenhum quilo de fumo ficou na casa do produtor. Houve a compra total da produção que havia sido contratada.

Graças a todo esse somatório de fatores, a todo esse contexto do setor de integração de tabaco no Brasil, o setor conseguiu esse reconhecimento internacional e hoje é uma referência mundial em relação à produção de tabaco, porque tem grandes volumes e estilo para os mais diversos importadores, tabaco de alta qualidade. Temos um mercado doméstico bastante grande, que ajuda regular o mercado e a produção, um fornecimento regular sem conflitos sociais, que possam em algum momento atrapalhar as exportações, os mais avançados meios de processamento nas empresas. E a base de tudo isso é o sistema integrado, como já mencionei, que tem servido de base e que nos levou a esse crescimento todo, mantendo-nos competitivos.

E vemos que há uma interrogação aqui no competitivo, porque essa competitividade, na verdade, está seriamente ameaçada por fatores diversos, como questão cambial, questão tributária, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), entre outros. Mas o setor ainda continua na liderança do mercado internacional.

Falando especificamente do projeto de lei, a nossa posição é muito clara de que a iniciativa é louvável, sob o ponto de vista de servir de marco regulatório para disciplinar o sistema de produção integrada, servir de mecanismo para difundir o sistema como modelo para as demais cadeias produtivas que ainda não chegaram a um nível tão avançado como outros segmentos já estão e certamente para servir de fortalecimento das cadeias produtivas organizadas.

No entanto, o que destacamos aqui é que, no nosso entendimento, a proposta, da forma como foi

redigida, nos dá a entender que foi mais direcionada com foco em alguns setores, como, por exemplo, aves e suínos. Diante disso, entendemos que ela deve considerar as diferenças significativas que existem entre as diversas cadeias produtivas que operam em regime de integração, principalmente também, como já foi mencionado pelo Renato, que ela não deveria, em hipótese alguma, onerar ou engessar os sistemas que já operam muito bem, por sinal, sob o ponto de vista de, quem sabe, afetar ainda mais a competitividade já ameaçada de alguns desses segmentos.

Outro ponto que nos chama atenção também e que está sendo objeto de discussões pelo lado industrial, juntamente com o setor produtivo, diz respeito à Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e Solução de Controvérsias (Cadisc), que prevê, segundo o texto, ser instalada em cada unidade da agroindústria integradora, ou seja, vai gerar uma série de comissões, é de composição paritária e temos dúvida se de fato vai permitir que se chegue à conciliação ou solução de alguma controvérsia e nos preocupa o fato de que possivelmente isso traria custos inerentes a essas atividades.

Na nossa interpretação, esta Comissão pode inclusive ferir a Constituição Federal no art. 5º, inciso XXXV, que diz que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, ou seja, falando ainda sobre a Lei nº 9.307, de 1996, que impede o funcionamento de câmaras arbitrais paralelas, ou seja, o fórum para discussão de divergências teria que ser necessariamente através do Judiciário.

Outro ponto que destacamos diz respeito ao Relatório de Informações da Produção Integrada, cuja sigla é RIP, previsto para cada ciclo do produtor integrado e que solicita diversos tipos de informações, que deveriam ser colocadas nos relatórios e que nos traz alguma apreensão pela quantidade de informações que seriam geradas.

Ainda nessa mesma linha, outro documento que está previsto no texto é o Documento de Informação Pré-Contratual – Dipc, que também prevê elaboração trimestral e novamente lista uma série de assuntos, de informações que deveriam estar mencionadas como razão social da agroindústria, a forma societária, os requisitos sanitários ambientais e os riscos econômicos inerentes à atividade, parâmetros técnicos e econômicos para uso em estudos de viabilidade econômico-financeira do projeto, enfim, uma série de informações que nos deixam apreensivos tendo em vista que isso poderia trazer implicações de natureza societária, concorrencial, as empresas teriam que abrir tudo isso e a gente questiona até onde se possa interessar aos

agricultores, ao setor produtivo e, principalmente, a questão concorrencial que está mencionada.

Da forma como está proposto, as empresas acabariam, de alguma forma, fazendo transferência de tecnologia e *know how*, até porque muitas delas, mesmo sendo do mesmo ramo, têm diferenças nas suas estratégias de produção com formulações diferenciadas e, no momento em que for colocado de forma aberta aos produtores, certamente as informações passariam de um lado para outro, e todo o trabalho de pesquisa e desenvolvimento que as indústrias fazem estaria comprometido. E certamente acrescentaria burocracia e custos à atividade, como já foi mencionado, acarretando ainda mais dificuldade à competitividade do setor.

De forma resumida, é isso que tínhamos a colocar, ressaltando que entendemos que as discussões que estão sendo mantidas deverão chegar a um bom termo nessa reunião prevista para o dia 23, que certamente vai facilitar os trâmites desse projeto de lei. E o setor de tabaco quer, sim, estar ao lado, tentando, da forma possível, contribuir para que um melhor texto seja encaminhado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. Carlos.

Sugiro que façamos em dois blocos, Senadora Ana Amélia, Senador Jayme Campos, Senador Moka, Senador Sérgio Souza, para que possamos aproveitar melhor o tempo. Dois blocos para questionamento dos Srs. e das Sras Senadoras. Já foram três oradores, e, em função do tempo, gostaria de fazer um intervalo para que possamos debater e aproveitar melhor o tempo.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, para que possa fazer suas colocações, por cinco minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de agradecer de antemão a todos, mas especialmente aos três que já falaram, representante da CNA, Contag e SindiTabaco.

De fato, o objetivo de um legislador é ajudar a criar segurança jurídica em relações que já na prática mostraram-se eficientes, tanto que, como foi reconhecido aqui, no caso da fumicultura, o marco regulatório que tento, neste projeto, estabelecer já é ultrapassado, porque fazem muito mais coisas do que está previsto no contrato.

Outros setores, como lembrou Antoninho, estão pendentes na questão do leite, que não é nos integrados tão tradicionalmente, digamos, visto como integrado quanto a suinocultura, avicultura e a fumicultura. É uma área importantíssima mas é uma área não muito bem organizada, do ponto de vista da integração.

No caso do leite, Antoninho, tenho dúvidas na questão da fixação de preços, de garantia de preços.

Talvez fixar um índice, esse PGPAF, que é um índice governamental e oficial para agricultura familiar, poderia, em determinado limite, criar uma coisa dessa mas uma coisa que também engessaria, porque não queremos que fique o pequeno produtor sujeito às regras de mercado, mas também não podemos ignorar que o mercado também determina as regras, porque a indústria também sofre as consequências em relação a esse setor. Você vê até na distribuição da renda da fumicultura que o grande beneficiado é o Governo, que absorve 55% de tudo o que é gerado de renda. Entendo perfeitamente que é preciso criar.

Também concordo com o SindiTabaco nessa questão do detalhamento das informações em relação aquilo, mas o mínimo necessário, porque vou vender o meu produto e é evidente que uma grande empresa, com nome, com tradição no mercado tem o seu grau de responsabilidade, mas tem muita empresa nova, indústria nova que o produtor não está seguro da saúde financeira dessa pequena ou média empresa. Então, nesses casos, você também não pode definir uma regra geral para um caso particular, talvez simplificar o grau de informações em relação a isso. Então, vejo dessa forma.

Na questão da classificação, Antoninho, que você lembrou bem, como você vai fazer classificação, no caso da suinocultura, da avicultura, por exemplo, que são hoje as maiores integradoras? Eu lhe pergunto isso.

Em relação à CNA, Dr. Renato, gostaria de saber qual é a maior resistência de vocês em relação ao projeto, qual é o ponto inaceitável.

E também gostaria de saber do SindiTabaco qual é o ponto inaceitável.

São as perguntas que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de chegada é a ordem de inscrição. Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só não consigo chegar mais cedo aqui do que a Senadora Ana Amélia. Tenho a impressão de que ela arma uma rede e dorme no Senado, pelos corredores, porque nunca consegui chegar mais cedo que a Senadora, à mercê do compromisso e da determinação que S. Exª tem com o setor.

Vou ser bem breve, porque, se não, a gente fica repetitivo.

Primeiro, uma consideração: o Antoninho levantou aqui – e é verdade – que, na Câmara dos Deputados, tramita um projeto e até foi criada uma comissão especial, e a gente precisa prestar atenção para não chocar e até mesmo, se for aprovado lá, pensar em fazer uma discussão.

A impressão que tenho é que a Senadora Ana Amélia, em função até do que aconteceu lá, das dificuldades todas lá, já vem com um projeto talvez com menos arestas. Se bem que lá tramita há também tempo, que a tendência é...

Enfim, eu só queria registrar isso. Quem é o autor do projeto?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Valdir Colatto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Colatto, um Deputado que conhece o setor de Santa Catarina, conhece a realidade dos produtores de tabaco.

Queria o seguinte: presido aqui a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Quero me desculpar, em nome do Adriano, porque estamos sem representação aqui dentro. Para se ter uma ideia, já passei lá na Frencoop no café da manhã e cheguei primeiro que você aqui. Estou dizendo essas coisas por quê? Porque vamos ter um problema se a gente quiser... As cooperativas – e temos que atentar para isso –, nos Estados Unidos, as cooperativas já tiveram um problema desses. As cooperativas têm dificuldade de participar desses sistemas integrados, porque a cooperativa é a dona da empresa, e ela tem que ser assim, porque, ao criar o vínculo empregatício, você começa a ser questionado pela indústria. Então, Senadora, sei que o seu projeto prevê exatamente isso.

Então, qual é a posição da OCB, das cooperativas em relação a esse projeto? É importante para que a gente faça esse balizamento aqui. No geral, a tramitação desse projeto aqui pode ser acelerado, e essa talvez fosse a grande contribuição da Senadora. Na medida em que você acelera o projeto aqui, você também cutuca a Câmara para que eles acelerem lá, e aí quem ganha é o setor.

Antoninho, às vezes essas questões... E vamos sentar com vocês. Quando digo vamos é porque já estou tomando conta do projeto da Ana Amélia; não sei se você percebeu. Mas vamos sentar com vocês para estabelecer os limites, porque às vezes queremos 100%, o ótimo, que é inimigo do bom, e precisamos avançar nessas relações, garantindo algumas coisas que são fundamentais.

Sou um defensor da agricultura familiar. Aliás, nesse último final de semana, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, nós sediamos em Itaquiraí, cidade do Mato Grosso do Sul, o 7º Festival da Semente Crioula, que ajudei aprovar aqui. Sou parceiro desse setor, e temos que fazer com que a indústria, as cooperativas e os trabalhadores estejam juntos. Temos que atentar para o projeto que, na minha avaliação, é muito louvável. São coisas que há muito tempo precisavam de regulamentação, e não há. A verdade é que,

nessa cadeia, quem mais sofre com isso é o produtor, é o pequeno, o pequeno produtor da agricultura familiar. Basta você comparar na suinocultura, por exemplo, que as cooperativas são uma coisa, e os integrados são outra. Precisamos regulamentar, para não se deixar o elo fraco da cadeia à mercê ou fragilizado numa negociação.

Não sei se estou sendo claro, mas acho que a iniciativa da Senadora Ana Amélia está aqui, e se ela chamou a audiência pública é porque ela mesma entende que o projeto precisa de um ou outro ajuste, e precisamos fazer com que isso aconteça. Parece que o Senador Acir também...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o relator, aliás. Nós dois fizemos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vocês que chamaram a audiência pública.

Então, acho que é importante este momento, e haveremos, no mais rápido prazo possível, de formatar o projeto redondinho e fazê-lo tramitar, a passos largos, no Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Moka. Estou relatando esse projeto na CCJ. Quero, na próxima semana, entregar o relatório e, ao vir para Comissão de Agricultura, também quero relatar para que possa avançar. Acredito que ele é terminativo na Agricultura e espero que possamos mandá-lo para Câmara. Enfim, Senador Sérgio Souza, dar sequência, dar celeridade é a nossa intenção, e esta é a maneira de trabalharmos na Comissão de Agricultura todos os assuntos. E todos são importantes. Este é muito importante, não pode ficar parado, e vai ter celeridade.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza para suas considerações.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Ex^{mo} Sr. Presidente Senador Acir Gurgacz, Senadora Ana Amélia, que é autora desse projeto, nobres colegas presentes, Sr^{as} e Srs. Convidados palestrantes, essa é uma situação que tenho debatido muito no meu Estado. O Estado do Paraná tem muitos agricultores integrados, principalmente na cadeia de frango e de produção de suínos. O Paraná hoje é o maior produtor de proteínas derivadas do frango e de suínos e não só discutir essa relação jurídica entre a contratação do produtor rural e da indústria, da cooperativa ou do frigorífico privado, tem uma lacuna no que diz respeito à Previdência e não sei se é aqui o momento de discutirmos mas o importante de audiências públicas como essas é que tenhamos oportunidade, principalmente os membros das comissões, os Senadores, de deba-

termos os projetos. Sabemos que quando ele vai ao plenário muito já foi discutido nas comissões.

Na questão da Previdência, o produtor que é rural, no momento em que constrói na sua propriedade um barracão para a produção de frangos, por exemplo, passa a ser integrado de uma cooperativa ou de uma empresa, um frigorífico, abatedouro de aves e assim por diante. O contrato que sai desse frigorífico é transferindo os pintainhos – não é vendendo nem entregando – é transferindo os pintainhos e depois recolhendo já o frango no ponto de abate e o fornecimento dos insumos necessários para o criador.

O produtor tem o trabalho de ceder o seu espaço, a sua propriedade e os seus serviços para que esse produto chegue na forma de acabamento. Na hora da aposentadoria pelo INSS, ele não é considerado produtor rural, porque ele é prestador de serviço e está fora nesse caso, da categoria de produtor rural, porque ele está prestando serviço para a indústria. Então, essa é uma grande preocupação, porque são milhares e milhares de produtores no meu Estado e provavelmente no seu Estado Waldemir Moka e também da Sr^a Senadora Ana Amélia.

Não sei se vai ser nesse projeto – e aí peço a V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, relator da Comissão de Constituição e Justiça e talvez aqui –, se é possível adequarmos esse ponto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tenho a impressão que aí entra numa outra área, entra na área de Previdência na questão da natureza jurídica da empresa. Temos que fazer uma outra lei – penso que o correto seria isso – para que as empresas prestadoras de serviço na área rural, essas especificamente integradoras seja de tabaco ou outra, tenham esse tratamento de contribuição previdenciária tal qual teria...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Todos são integrados e realmente temos que avançar nessas discussões...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para dar garantia e não onerar o pequeno agricultor em relação a isso e não ficar sem a assistência social necessária no âmbito da aposentadoria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não sei no caso do produtor de fumo como é que é tratado com relação à Previdência. Mas, se ele passar a receber, daqui a pouco, toda a matéria-prima e virar simplesmente um prestador de serviço e deixar de ser agricultor, daqui a pouco, também ele vai ser excluído da Previdência através da aposentadoria rural.

Eram essas as minhas considerações.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Sérgio Souza.

Semana que vem, quero colocar em votação na CCJ sem entrar no mérito, apenas com as questões constitucionais. E depois, Senador Moka, nós debatemos aqui, Senadora Ana Amélia, as emendas e colocarmos aqui em discussão todo o projeto, para que a gente possa realmente debater com mais profundidade os termos e avançarmos. Acho que esse é o nosso trabalho.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até agora já foi extremamente esclarecedor do que a gente viu: os problemas, os ajustes que podem ser feitos. O Senador Moka deu excelente contribuição. Essa do Senador Sérgio já nos abre espaço para tomar outras iniciativas legislativas para definir claramente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É. E vamos debater isso amiúde depois, aqui na nossa comissão,...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A nossa pressa é a perfeição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... quando tivermos aqui o projeto e faremos isso com muita tranquilidade.

Passo a palavra, então, ao Antoninho, para responder à Senadora Ana Amélia sobre os questionamentos que ela fez.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – O.k. Bem, Senadora, Senadores, primeiro colocar que em nenhum momento a gente está descaracterizando a importância do projeto, ficar bem claro isso, porque é um assunto para nós da maior relevância, como já relatei anteriormente.

Esse setor precisa de regulamentação, sem dúvida nenhuma, porém nós entendemos que o projeto está, na nossa avaliação, alguém das nossas aspirações. Então, é isso.

Com relação à pergunta da Senadora quanto à questão da PGPAF. Quanto à funcionalidade do PGPAF: ele é um instrumento de cobertura de diferencial entre preço de mercado e preço de garantia e que se dá como subvenção governamental no momento em que o preço de mercado está abaixo do preço de garantia, cobrindo determinado valor para os financiamentos agrícolas, crédito tanto custeio quanto investimento. Então, ele é um instrumento já amplamente usado. O leite, por exemplo, tem preço garantido pelo PGPAF. Existem os financiamentos que são derivados para a produção de leite com garantia. Já existe todo um aparato, vamos chamar assim. Talvez algumas outras atividades ainda não estejam regulamentadas, mas são fatores de regulamentação.

Na nossa avaliação, para a agricultura família é imprescindível que haja essa condição, porque, num diferencial de preço de mercado e preço de garantia,

o recurso é da União, e não da integradora. É onde entra uma subvenção dentro desse processo.

Como classificar, não é, Senador Moka? Bem, eu acho que um regulamento nessa lei poderia estar estabelecendo alguns fatores. As integradoras, hoje, já têm, digamos, todos os parâmetros técnicos e também os parâmetros de como se produzir um frango, de como se produzir um suíno. Quer dizer, característica de carcaça, característica de teor de gordura, por exemplo. Eu não entendo muito disso, mas, enfim, nós sabemos que existiu isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Mas aí é que eu estou dizendo, porque o que a Senadora... Desculpe, Ana Amélia, estar me intrometendo assim tanto. É que um projeto, se ele entrar nesse nível de detalhe, ele pode colocar de forma geral. Pois, como nós estamos tratando de vários produtos, teria que se ter característica para cada um dos produtos, por exemplo, a folha do tabaco é assim; o leite é assim; o frango é desse; o suíno é desse.

Eu quero só lhe chamar a atenção. É que não sei se num projeto desse porte, talvez se pudesse... se nós tivéssemos lá: essa questão da seleção ou da classificação vai se ater à legislação tal. Aí...

Nós já tentamos regulamentar essa questão da soja. Se eu digo grão de soja – e eu concordo com você: a indústria penaliza muito o produtor.

Mas esse é um assunto sobre o qual eu entendo a dificuldade de regulamentar, a não ser que tenha... Pode ser uma coisa mais específica.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Senador, desculpe, mas eu vou insistir nesse ponto, porque para mim isso significa preço, seja para mais, seja para menos. Então, esse é um fator preponderante dentro de todo esse processo de integração e que, na grande maioria das vezes, os nossos agricultores estão sendo penalizados com a questão da interpretação.

Então, como fazer, me desculpe, mas não é a minha praia, como se diz na gíria, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Antoninho, me permita: é que dá impressão, quando você fala, que a gente esqueceu ou não quis colocar.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Não, não, não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Não, não. Eu estou só levantando a dificuldade em termos de legislação para você tratar aqui. Então, talvez a gente tivesse que ter uma lei específica que falasse de classificação. É isso que estou dizendo.

Eu não sei, mas acho que a audiência pública serve exatamente... Nós estamos aqui absolutamente... E quando você fala, Antoninho, em absoluto, tenho certeza: ninguém aqui vai entender... Essa é a sua função, e a nossa função é de ouvi-lo e chegar o mais

próximo do segmento que você representa, aliás, por que a gente tem grande respeito.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Eu agradeço pela consideração, Senador, mas colocar muito claro: eu acho que para nós essa questão é um fator preponderante dentro de todo o processo. Se vai ser regulamentado, se vai ser outro projeto de lei, bem, eu não quero aqui entrar no mérito desse processo, porque nós entendemos que tem alguns fatores dentro dessa questão que para nós são fundamentais. Quer dizer, é a oportunidade. Vamos, como o senhor coloca: nem podemos levar 100%, mas, se for 99%, está bom (*Risos*).

Mas eu só queria prestar mais um comentário em cima da questão Previdência que o Senador Sérgio coloca. Veja bem, isso se dá basicamente em função do volume em que cada produtor, como o senhor coloca, desse coloca à disposição. E a grande diferença é entre o valor, vamos chamar assim, entregue e faturado e o valor que realmente fica no bolso do agricultor. Essa confusão em alguns casos realmente existe. É preciso ter um fator.

Mas isso, na própria Previdência Social, com alguma norma, é possível fazer essa regulamentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Antoninho.

E a audiência pública é exatamente para isso: para nós debatermos e recepcionarmos as informações e as sugestões para que a gente possa aprimorar e melhorar o projeto, porque quando nós colocamos um projeto para tramitar, nós pensamos no projeto, mas não temos a capacidade de pensá-lo no todo. E aí nós chamamos os interessados para debatermos o assunto e, aí sim, aprimoramos um projeto que venha atender a todos que terão o benefício desse projeto.

Vou passar a palavra então ao Dr. João Tomelin, da CNI, Ubabef.

O SR. JOÃO TOMELIN – Senhoras e senhores, bom dia.

Ex^{mo} Sr. Senador Acir Gurgacz, Presidente desta comissão; Senadora Ana Amélia, autora deste Projeto 330, de 2001; Senador Waldemir Moka, nosso conhecido de longa data; Senador Sérgio Souza aqui presente, primeiro eu queria agradecer à CNI a oportunidade de nos fazer representar nesta Comissão para passarmos a nossa mensagem da avicultura brasileira dentro desse contexto, desse projeto.

Queremos também parabenizar aqui a Comissão de Agricultura pela iniciativa desta audiência pública, que vem esclarecer vários pontos que, conforme vimos, já foram abordados aqui e estão trazendo elementos para o aperfeiçoamento desse projeto.

Agradecemos então esse convite da CNI e quero também ressaltar aqui que este projeto vem sendo discutido na Comissão Nacional de Suínos e Aves da CNA, onde estamos avançando. O nosso colega Renato Conchon já colocou aqui o trabalho que está sendo desenvolvido por parte de integrados e integradoras, na tentativa de se chegar a um consenso.

Vou aqui, rapidamente, apresentar uma ideia de como está funcionando a integração na avicultura brasileira.

Por favor.

Só para lembrar dados econômicos, para lembrar aos presentes, a produção de frangos no Brasil hoje é de 12,3 milhões de toneladas. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial. Temos aí 44 kg de carne de frango/habitante/ano. É importante que se diga que esse percentual de consumo *per capita* é semelhante ao dos Estados Unidos, um dos maiores consumidores mundiais.

A exportação atinge 150 países, com 3,81 milhões de toneladas. Aí estão os números de exportação, só da parte de frango. Nós temos aí ainda os perus e temos processados, que chegam a um volume total de US\$8 bilhões na exportação do segmento avicultura. Hoje, é o quarto produto na pauta exportação, e o Brasil vende para o mercado mundial, sendo que 45% da participação desse mercado é do Brasil.

Aí, bem rápido, são números da produção de carne de frango no Brasil, comparado com o de outras carnes, o boi e o suíno. Vou só lembrar aqui o último item, ou melhor, a evolução de 1995 para 2010, onde nós tínhamos uma participação no segmento carnes de 35%, e hoje, em 2010, o segmento frango participa nas principais carnes – o boi e o suíno – com 49,8%.

Quanto às exportações brasileiras de carne de frango – aí estão os números, para se ter ideia do volume –, o crescimento, de 2000 até 2010, chegou ao volume de US\$6,8 milhões e 3,8 milhões de toneladas de exportação. Estamos em um crescimento anual de exportação, de 2000 a 2010, da ordem de 26%, e um crescimento na produção de 16%.

Eu acho que este quadro é muito importante apresentar aos presentes para mostrar onde estão distribuídas essas exportações brasileiras. Está bastante diluído. Temos grande participação da Arábia Saudita, da União Europeia, do Japão, Hong Kong, etc. E assim por diante. Mas temos também uma pulverização grande em outros mercados que faz com que estejamos presentes em 150 países.

Aí estão as principais exportações brasileiras de carne de frango no primeiro semestre deste ano, também mostrando que vêm mantendo essa distribuição mundial.

Eu prefiro entrar na outra apresentação, para detalhar mais a questão da integração. Não vou entrar muito em números, se não nós não vamos ter tempo de apresentar o aspecto ligado ao projeto, que eu acho que esse é o grande debate.

A Ubabef é uma entidade representativa do setor. Está ligada tanto à CNA, quanto à CNI. Dentro da CNI, nós fazemos parte do Coagro. O nosso presidente executivo, Francisco Turra, é membro do Coagro dentro da CNI. Por isso estamos hoje aqui falando em nome também da CNI.

A Ubabef tem doze câmaras setoriais, exatamente para discutir detalhes de todos os setores dentro do nosso setor. Aqui cito os nomes do nosso Presidente-Executivo, Francisco Turra; Diretor de Mercados Interno e Externo, Ricardo Santin; Ariel Antônio Mendes, Diretor Técnico e Científico, vem da Academia, é um elemento da Academia; e o Diretor Administrativo, José Perboyre.

O sistema integrado viabiliza a pequena propriedade. Nós vamos enumerar aqui novamente o que já foi dito, mas dito pelo setor: “Ele otimiza a produção e o controle sanitário, ele tem melhor capacidade evolutiva do que a produção independente” – nós temos o modelo independente que está migrando para o sistema de integração. Ele vem migrando. Só para se ter ideia, no Estado de São Paulo, em mais ou menos 1995, nós tínhamos 40% integrado e 60% independente. Isso, hoje, está na ordem já de 80% integrado e, até menos, 10% independente, mostrando que o sistema integrado traz vantagens sobre o sistema independente: ele preserva o produtor das oscilações de mercado. Esse é o fator de grande importância; ele gera emprego e renda em todo o País e torna a avicultura brasileira mais competitiva, tanto é que ela é a mais competitiva.

O sistema integrado entra com a construção de galpões e com a criação de frangos naquela prestação de serviço, como se referiu o Senador Sérgio Souza. A agroindústria entra com pintinhos, ração, vacinas, controle veterinário, apenas para relembrar esses passos todos.

No sistema de produção independente, o próprio integrado tem que entrar com animais, rações etc., e a agroindústria adquire apenas e transforma o produto. Esse modelo é que migrou mais hoje para o setor de integração. No sistema de produção própria, onde o integrado não é beneficiado, ele fica praticamente abandonado e, na agroindústria, ela participa com todas as demais etapas.

O sistema de produção, o que é que ele gera? Maior controle sobre a produção, ele viabiliza a pequena propriedade, ele otimiza a produção e o controle sanitário, tem melhor capacidade evolutiva que a pro-

dução independente. Ele preserva então as oscilações de mercado, como já dito anteriormente; ele gera emprego e torna a avicultura mais competitiva.

No Rio Grande do Sul, nós temos envolvidas – citando números da avicultura – 40 mil famílias; no Paraná, 50 mil famílias e Santa Catarina 47.

São Paulo é um Estado que tem também grande produção e, depois, seguido de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e assim por diante.

Aqui, um comparativo dos benefícios de duas situações interessantes. Uma análise em que eu acho que eu venho contrariar um pouco o nosso colega Antoninho Rovaris, da Contag. O exemplo de Marau e o exemplo de Palmeira das Missões acho que serve muito bem para ilustrar aqui duas situações semelhantes em termos de população e de resultados. Marau tem uma avicultura industrial, já Palmeira das Missões, que a Senadora conhece muito bem, não tem esse sistema. Vejam só, no *ranking* do Rio Grande do Sul, a situação de Marau e a situação de Palmeira das Missões. Eu acho que os números aí atestam o excelente resultado econômico-financeiro que traz para a cidade de Marau um sistema de integração.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só da avicultura?

O SR. JOÃO TOMELIN – Só da avicultura.

Nós temos aqui outro exemplo, que é Santa Catarina, onde comparamos Xaxim, no oeste catarinense, e São Joaquim, tradicional cidade conhecida no Brasil como a capital da maçã, também de população semelhante. Dentro do Estado – vocês comparem aí, é mesma analogia feita pelo Rio Grande do Sul –, em Santa Catarina, Xaxim tem essa importância, e São Joaquim bem menos importante, porque lá o setor não gera essa economia que é gerada lá em Xaxim.

O Estado do Paraná é um outro exemplo, com os municípios de Palotina e Imbituva. Imbituva fica próxima a Ponta Grossa, no quase centro do Paraná. É também uma situação comparativa de populações semelhantes e de resultados.

Sobre a questão de custos, a Embrapa tem participado, sobretudo em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná, da discussão de custos entre integração e integradora. E ela fez levantamentos desse custo total: quanto cabe ao integrado e quanto cabe à integradora. É mais ou menos essa a relação que acontece de participação econômica dentro do produto final.

Eu já dei os números macro da apresentação da avicultura brasileira. e aqui eu quis ser bastante rápido, porque temos outras apresentações aqui dentro. Acredito que nas apresentações anteriores também muito do que eu iria dizer já foi dito e acho que não vale a pena repetir.

Queremos novamente agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição para eventuais indagações que forem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a apresentação do meu amigo João Tomelin, em nome da CNI, passamos a palavra ao Silvío Ney Barros Monteiro, que representa a Unicafe.

O SR. SILVIO NEY BARROS MONTEIRO – Bom dia, Senador Waldemir Moka, demais Senadores.

Antes de qualquer coisa, quero falar da importância da iniciativa desta audiência para tratar de um projeto que vem trazer à tona um tema que é muito importante e que vem, ao longo de muitos anos, causando e trazendo vários danos ao processo da integração do próprio agricultor familiar, embora existam várias controvérsias nesse processo, inclusive até as informações que foram apresentadas anteriormente pelo companheiro da CNI – depois vou fazer alguns questionamentos.

Gostaria de dizer que a Unicafe vem trabalhando, até por conhecer algumas realidades principalmente no Sul do país, onde a ação da integração gera uma penalidade muito grande ao produtor familiar nessa atividade, principalmente porque não tinha nenhuma regulamentação. É o trabalho que a gente vem fazendo para que a gente consiga fazer com que esse conjunto de agricultores organizados em suas cooperativas esteja desenvolvendo o processo de agregação de valor da sua produção e trabalhando o processo de acessar mercado direto via suas próprias organizações. Esse é um dos trabalhos que a gente vem tentando implementar, embora isso ainda seja ineficiente e haja vários agricultores que ainda estejam fora de cooperativas e mesmo algumas cooperativas que também tenham uma necessidade muito grande de ter relação com as indústrias para fazer o processo de integração.

O companheiro Antoninho já trouxe aqui que existe, na verdade, outro projeto na Câmara. A própria Senadora Ana Amélia, autora do projeto, também falou que tem conhecimento do projeto que está tramitando na Câmara. A gente inclusive teve oportunidade de participar em outro momento de uma audiência onde se tratou do projeto da Câmara. É um projeto que também detalha vários aspectos que podem colaborar com esse projeto que aqui estamos discutindo.

Entendemos que o projeto de lei tem uma importância muito grande, porque vem fazer uma série de regulamentações nessa relação que anteriormente não havia. E, como não havia, existiam vários aspectos a que o agricultor então estava sujeito pelo próprio processo de integração. Às vezes, exigências de galpão,

de melhoria nas instalações, não sei o quê, de forma intempestiva, de vários aspectos que já foram colocados aqui anteriormente e que não nos cabe também entrar no detalhe, mas trazer, de forma muito clara, também o que já foi dito.

Percebemos que o projeto não consegue trabalhar entendendo a realidade de vários setores, até porque, por mais que a gente diga que não, cada um desses setores tem várias especificidades no processo de integração. Os que mais se aproximam são: frango, suíno e talvez o leite. Mas temos outros setores que também passam por processo de integração, que também têm algumas especificidades que o projeto também não dá conta de tratar. Talvez não tenha como tratar por causa da diversidade, da necessidade que exige esse projeto.

Há outras coisas que aqui eu gostaria de trazer. Por exemplo: tem um outro processo de integração que ocorre no Brasil, via produção de biodiesel, através do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que é também um processo de integração. Mas tem uma lei específica que inclusive vem nos dar lição em alguns aspectos para que a gente consiga pegar as coisas interessantes dentro desse programa que podem inclusive enriquecer o nosso debate aqui, a exemplo do que o companheiro Antoninho trouxe. Por exemplo: problemas como a questão dos preços. Esse é um problema que precisamos trabalhar e melhorar nesse projeto. Esse programa de que acabei de falar, embora tenha vários problemas ainda por se tratar da integração, tem pelo menos algumas questões. Por exemplo: essa questão do PGPAF já está garantida nesse projeto e pode nos ajudar a pensar como poderíamos garantir.

Outro aspecto importante para a gente tratar é também a questão da assistência técnica. Muitas vezes o que ocorre no processo da integração? A integradora diz que garante a assistência técnica, mas, se você for ver no processo, na hora de pagar o preço final para o agricultor, a assistência técnica de certa forma está sendo onerada lá na frente, na hora do repasse do produto. São vários os aspectos que acabam acontecendo. O fato de você trazer presente essa história da garantia da assistência técnica para fazer com que a produção venha acontecer de forma qualitativa e colocar que, de fato, essa é uma responsabilidade que tem que ser de quem está fazendo o processo de integração. Assim como eu trouxe presente aqui o Carlos Alberto, do SindiTabaco, que é algo que também o processo de integração na área do tabaco conseguiu avançar. Esse é um aspecto que precisamos tratar.

Outro aspecto que também acho muito importante a gente começar a lidar, não só relacionado ao processo de integração, mas a todo o processo produ-

tivo no Brasil que causa riscos e danos à saúde, não só de quem está completamente ligado ao processo produtivo, mas também de quem vai consumir esses produtos que é a própria preocupação com o uso grandioso, transformando o Brasil no maior consumidor de agrotóxico. Acho que precisamos começar a trabalhar o processo para incentivar, até via projetos de lei, principalmente nesse processo de integração também, dar incentivo para aqueles agricultores ou para esses processos de integração que possam estar inseridos nos sistemas sustentáveis. Porque aí você garante não o menor impacto para o meio ambiente, mas também uma menor penosidade, inclusive na lida, no trato do dia a dia do agricultor que trabalha na produção, mas também de quem consumir o produto com maior qualidade, com menor índice de agrotóxico no percentual.

Outro aspecto que a gente gostaria de trazer também é uma discussão muito importante para se fazer, é onde vai entrar o meu questionamento ao companheiro da CNI: pelas próprias informações que a gente tem e pelo acompanhamento que vem sendo feito, principalmente nos processos de integração, a maior parte do percentual dos lucros, dos rendimentos não está no início da cadeia, não está na produção da matéria-prima. A maior parte da distribuição dos lucros de toda essa cadeia está em dois setores: no comércio varejista, no comércio de atacado, aquele que vai vender e distribuir e quem está fazendo o processo de manufatura, que é a agroindústria. Na ponta da cadeia, está o agricultor, que está com o menor percentual no processo produtivo. Isso é seguramente, se a gente for pegar todos os dados e todas as informações. Se você pega o PIB *per capita* e compara os municípios, mas não faz o recorte – e trago este questionamento para o companheiro –, quantos por cento daquele PIB está representado na produção agropecuária daquele município, especificamente nos processos de integração? Porque é muito fácil eu trazer dizendo que o PIB *per capita* do município é maior num município que tem integração que num outro que não tem, sem fazer o recorte da integração e da produção agropecuária daquele município, quanto que representa. Se não trouxer isso, não mostra claramente que a integração está trazendo esse benefício. De fato, é ela que está trazendo, porque há outros setores que estão também naquele mesmo município que contribuem para o processo da formação da renda *per capita* naquele município. Aí, o maior debate está aí, os principais debates estão na distribuição dos lucros, no processo produtivo e na questão da integração.

Particularmente, a Unicafe não fez ainda um olhar jurídico relacionado ao projeto. Aqui estou trazendo um olhar mais político da proposta que o projeto

vem trazer. Acho importante, vamos levar isso para o nosso setor jurídico analisar, fazer contribuições nesse projeto para que a gente consiga colaborar melhor nesse debate e nessa construção. Mas penso que esses temas que a gente está trazendo aqui, que são temas fundamentais para serem incluídos na lei, podem estar sendo citados de forma mais abrangente na legislação. Porque não dá para entrar na lei em minúcias, mas a gente cita lá que é necessária garantia de preço mínimo. E na regulamentação você traz a especificação de cada um desses temas na hora que você for fazer a regulamentação pautada no que já foi garantido de forma mais abrangente na legislação. É isso que vem ocorrendo. Inclusive a observância a outras leis existentes, que podem também nos ajudar nesse processo de construção dessa lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Sr. Silvio Ney Barros Monteiro, que representa a Unicafe, passo a palavra, de imediato, ao Sr. Adriano Campos Alves, assessor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

O SR. ADRIANO CAMPOS ALVES – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Waldemir Moka, em nome de todos da Mesa, Senadora Ana Amélia, dizer que é uma satisfação para a OCB estar novamente discutindo o projeto que ela teve oportunidade de interferir, colocar as suas proposições lá na Câmara dos Deputados, um projeto do Deputado Valdir Colatto.

Naquela oportunidade, o que mais se discutia era a vinculação e a eventual configuração de relação jurídico-trabalhista entre o produtor e a agroindústria. Mais uma vez a gente defendeu primeiro que isso já está regulado na Lei 5.764, não configura a relação de trabalho entre o produtor cooperado e sua cooperativa. Segundo, que o contrato de parceria integrada já existe na Lei 5.764, desde que ela foi editada. Porque o que estamos falando aqui é da relação de produtor e agroindústria. E produtor e agroindústria têm relação antagônica e agora vem esse projeto tentando regulamentar de maneira que torne a relação entre produtor e agroindústria de maneira mais sustentável.

A cooperativa, no entanto, sempre foi neutra nessa questão. Neutra no interesse próprio, como tem a agroindústria. A cooperativa exerce mais um instrumento do cooperado do que um parceiro agropecuário, o instrumento do cooperado para ele poder atingir o mercado. Assim, atingindo em condições melhores do que se estivesse atuando sozinho, como produtor rural.

E nós gostaríamos da posição da OCB. Respondendo à pergunta do Senador Waldemir Moka, as coo-

perativas, na verdade, estariam de fora do projeto, em função de já existir uma regulamentação própria que estabelece os direitos e deveres dos cooperados. O Estatuto é o grande contrato do cooperado com a sua cooperativa. A Lei 5.764 explica isso e pede que os cooperados estabeleçam os direitos e deveres.

Se essa é uma circunstância que está acontecendo e está gerando alguns problemas, significa que os cooperados vão ter que se reunir em assembleia e definir no seu estatuto as regras, sem necessariamente prescindir de uma lei para dizer para eles o que eles têm que fazer.

A gente tem discutido alguns outros projetos que têm essa iniciativa de interferir na relação do cooperado, estabelecer de uma maneira compulsória como é que deveria ser a relação, enfim. E o que a gente sempre defende é exatamente essa liberdade de o cooperado poder combinar com os seus outros colegas cooperados e, por meio da cooperativa, se fazer representar no mercado como acontece agora com esse projeto de parceria agropecuária.

Enfim, essa é uma área onde temos cooperativas atuando. Nesse mercado de suínos e aves nós temos grandes cooperativas atuando. Cito aqui duas conhecidas por todos aqui neste plenário: a Aurora e a Copacol. O advogado inclusive que tem atuado e é um militante na defesa de uma adequada regulamentação da parceria agropecuária entre cooperativas e produtores cooperados é um advogado de uma dessas cooperativas.

De uma maneira geral, sendo bem pontual e objetivo com a nossa intervenção nessa Mesa nesta oportunidade, eu gostaria de ressaltar – e aí o único ponto, Senadora Ana Amélia – que o colega da Aurora pede que seja alterado para que fique como foi discutido no projeto do Deputado Valdir Colatto: no parágrafo único do artigo 1º, onde se lê “regulado”, ele pede que seja “regulada”, até para ter uma concordância, porque a referência que ele quer fazer aqui é em relação à parceria de produção agropecuária. E aqui está parecendo que faz referência direta ao ato cooperativo. É uma questão de concordância.

Já está? Porque, na cópia que tenho em mãos, está regulado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já está “regulada”.

O SR. ADRIANO CAMPOS ALVES – Perfeito. Encerramos a nossa posição, certo da compreensão de todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Sr. Adriano, eu, a pedido do representante do Sindicato...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia dizer que ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ele me pediu para eu responder, e eu achei que...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele não havia respondido antes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não. Ele me pediu para responder, e eu ouvi os outros representantes, para que agora a gente possa, numa segunda rodada, começando pelos Carlos Alberto, para que ela possa responder aos questionamentos da Senadora Ana Amélia.

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Obrigado, Senador.

Nós ficamos satisfeitos ao ouvir a Senadora dizer que algumas ferramentas que estavam previstas no projeto obviamente podem ser ajustadas. No caso específico dos documentos que eu citei na minha explanação, por conta do conteúdo que constaria e que seria exigido para apresentação por parte das integradoras, acho que é uma questão de bom senso e não tenho dúvidas de que as tratativas do setor industrial com o setor produtivo vão chegar a um bom entendimento quanto a isso.

Mas os pontos que chamam atenção do setor de tabaco basicamente são dois. Aquele que citei em relação à Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias, denominada Cadisc, pelos fatores que já elenquei. Nós entendemos que já existem diversos fóruns, a começar pelos sindicatos que representam os produtores, os sindicatos de trabalhadores rurais, as suas federações, as confederações, as câmaras setoriais, que a Senadora mencionou – por sinal a cadeia produtiva de tabaco esteve ontem reunida na setorial aqui em Brasília discutindo todas as questões pertinentes à atividade.

Portanto, entendemos que já existem essas entidades. Os produtores, obviamente, têm força junto a suas representações, e então essas representações devem buscar os ajustes necessários junto aos segmentos industriais em qualquer uma dessas cadeias produtivas.

Pensamos que seria um exagero a criação de novas comissões para tentar chegar a soluções de matérias controversas. No caso do setor de tabaco, por exemplo, nós temos uma relação extremamente positiva, já há várias décadas, com as federações de agricultura e de trabalhadores da agricultura. O Antoninho sabe muito bem disso, principalmente quando presidiu a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em Santa Catarina.

Então, muito se avançou no setor de tabaco.

Em relação às questões relacionadas a tabelas, a pesquisas de coeficiente técnico do custo de produção, que a cada 10 anos são revisadas para atender ou fazer uma atualização das inovações tecnológicas que foram introduzidas na atividade; em relação também a outros aspectos que, cada vez mais, estão sendo desenvolvidos no que se refere à sustentabilidade ambiental e social – e aí nós nos referimos à erradicação do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, à saúde, à segurança dos agricultores; temos tido diversas tratativas sempre envolvendo as federações e a própria Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que também é uma representante dos trabalhadores –, temos chegado a bom termo. Temos feito acordos em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, em várias questões.

Recentemente, fizemos dois acordos importantíssimos com o Ibama e com o Ministério do Meio Ambiente, visando à preservação do bioma mata atlântica, nos Municípios onde há produção de tabaco; houve um outro acordo visando a um estudo de monitoramento georeferenciado por satélite para acompanhar eventuais desmatamentos. Enfim, é um trabalho que já existe no nosso setor, como a Senadora Ana Amélia mencionou, que muito já se faz além do que está previsto no texto do próprio projeto. Então, nós temos essa tranquilidade e entendemos que isso também possa se aplicar a outras cadeias produtivas, que, talvez, ainda não estejam num nível de integração tão avançado.

Outro ponto que foi mencionado aqui pelo Antoninho Rovaris e que não consta na proposta diz respeito ao preço mínimo de garantia. No nosso entendimento, o preço mínimo de garantia estabelecido em um projeto de lei não tem a menor condição de ser implementado, porque o setor de tabaco, por exemplo, não tem nenhuma participação do Governo em suas atividades, sequer em relação à pesquisa e ao crédito. Inclusive, o Pronaf, que é destinado à agricultura familiar e aos pequenos produtores, como todos puderam ver antes, não é permitido para financiamento de lavouras de tabaco, infelizmente, e aí se buscam os recursos dentro do crédito rural, do MCR 6-2, para fazer frente às necessidades do setor.

Então, como eu disse, o Governo não participa em nada, a não ser, logicamente, da arrecadação tributária. Além disso, não há como se determinar preços mínimos em função dos diversos fatores que estão envolvidos na atividade produtiva. Elenco, por exemplo, a qualidade da safra. Como é que uma indústria, um segmento industrial vai...

Concluindo, a qualidade, o câmbio, a demanda internacional, assuntos tributários, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco são questões que impedem

a definição, a fixação de preço mínimo, sob pena de levar essas empresas a uma situação falimentar. Até mesmo porque, como 85% da produção é exportada, as empresas não recebem garantia de preços mínimos dos seus importadores. Assim, não vemos a mínima possibilidade de haver algum estabelecimento de preços mínimos, exceto se houver alguma participação do Governo, mas, mesmo assim, entendemos que é muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ainda o Dr. Renato Conchon também não respondeu a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Respondeu.

O SR. RENATO CONCHON – Não, sobre os pontos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, não?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quer ouvi-lo? (*Pausa.*)

Por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Posso ouvir. Eu perguntei qual foi a maior resistência.

O SR. RENATO CONCHON – Exatamente. Tentarei ser breve.

A senhora perguntou quais seriam os pontos inaceitáveis do PLS. Não observamos como inaceitáveis, de maneira alguma, mas, sim, alguns complementares. Como foi dito no início na minha fala, existem ainda dois pontos que não têm convergência entre representantes dos produtores e representantes da indústria nos moldes do PLS. É lógico, como o representante da Contag, da Unicafe falou, a gente gostaria de dar um passo a mais, mas amarrar em projeto de lei. Nós sabemos da dificuldade. Muitas vezes, isso se torna até prejudicial à cadeia. O ponto primordial em que ainda não há consenso é em relação à renda mínima. Verificamos e temos a certeza de que colocar renda mínima em um projeto de lei é difícil. Mas, por outro lado, observamos que, com a criação da Cadisc, ou seja lá qual o outro nome que se dê a ela, ela pode ser regulamentada. Aí, pelas comissões criadas, chamadas Cadisc até então... Vamos supor, a Cadisc do leite pode definir padrão técnico de insumos e do produto a ser entregue pelo produtor.

Nós observamos e acreditamos que essas câmaras, que essas conciliações podem vir a beneficiar regionalmente cada cadeia. Ou seja, a comissão do leite, em determinado ponto em Santa Catarina, vai definir as obrigações para aquela região, assim como a do fumo, por exemplo, o fumo precisa ter tal coeficiente isotécnico. Enfim, elas podem definir. E essa comissão é paritária. Os produtores participam juntamente com a indústria, bem como dos ganhos de produtividade

oriundos de ganho de escala. Vemos com muito bons olhos a criação dessas comissões, porque vão oferecer aos produtores, às indústrias e a todos os envolvidos uma possibilidade de discussão, a fim de definir coeficientes técnicos tanto do insumo que a indústria vai fornecer ao produtor quanto do que o produtor vai fornecer à indústria.

Então, essas comissões de conciliação vêm somar. Era um pleito antigo dos produtores.

Existe uma dificuldade sobre a qual o Judiciário já se pronunciou e que o Carlos já colocou muito bem, qual seja, que a Constituição dispõe que não se podem criar comissões de conciliação. A gente tem que observar com cuidado esse ponto para não cair no erro de inconstitucionalidade. Mas, sem dúvida alguma, a gente vai encontrar uma saída, vai oferecer uma proposta para a criação dessas comissões sem que fira determinação constitucional, para oferecer garantia tanto aos produtores quanto às indústrias. Essa é a questão da Cadisc.

Quanto à questão da renda mínima, eu acredito pessoalmente que tem que estar ali dentro, tem que ter alguma coisa com relação à renda mínima. É difícil colocar num projeto de lei? Sim. Amarrar em um projeto de lei tão amplo questões de fumicultura, latifúndios, aves, suínos, citricultura, cana, seja lá qual for a produção, considero difícil, mas as Cadisc's poderão fazer isso. O que a gente quer aqui não é, de maneira alguma – eu vejo dessa forma –, beneficiar produtores que estão ineficientes do ponto de vista tecnológico ou gerencial. A gente não quer isto: os menos eficientes em detrimento dos mais eficientes. Não é isso. Queremos dar segurança jurídica: se eu fui eficiente, se eu entreguei meu produto de qualidade, que eu seja remunerado. Disso, sim, a gente não abre mão.

Outros pontos, Senadora, que vamos oferecer à senhora como contribuição são itens de redação, que não vão alterar o escopo do projeto. A gente realmente não abre mão da questão de renda mínima hoje e da Cadisc, mas a gente vai conversar com a indústria a fim de chegar a um ponto convergente e todo mundo trabalhar em prol desse projeto de lei.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Primeiro eu quero avisar que não sou eu que toco a sirene aqui, não. É que é regulamentado lá. Quando falta um minuto para o tempo, toca a sirene. Eu não seria deselegante desse jeito.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi extremamente esclarecedor para os aspectos que são novos, porque estão na planta. Vocês é que enfrentam. Eu sou legisladora, não crio frango, não crio suíno, não

planto fumo, não produz leite. Nós estamos aqui para ajudar quem faz tudo isso, e da forma possível. E a melhor maneira é a discussão democrática.

Aqui foi levantada a questão do leite, que entrou recentemente na cadeia produtiva e essa é também a classificação. Eu percebi, Antoninho, pelo menos no Rio Grande do Sul, um grande esforço para a melhoria da qualidade, porque, claro, a produção do leite, quanto maior for a quantidade de leite que uma vaca produz maior é a renda do produtor. Não é nem pelo preço, mas pelo que ele pode ganhar com a produtividade. Então, nós ainda temos uma pecuária leiteira ainda incipiente, porque está na agricultura familiar; aquele é um dinheirinho que pinga todo dia, porque ele vende o leite para a comunidade.

No Rio Grande do Sul, algumas cooperativas, como a CCG, por exemplo, e outras empresas também, criaram um mecanismo de premiação para os Municípios, o que aumenta até o ICMS, se aumentarem a produtividade para o produtor e a qualidade do leite. As prefeituras estão envolvidas criando mecanismos de auxílio a esse produtor, dando vacas de melhor qualidade genética, adequada a toda essa política. Então, vejo que há um esforço enorme no Rio Grande do Sul para essas bacias leiteiras. O meu Estado vai superar Minas Gerais em relação à bacia leiteira, pela qualidade de clima e uma série de coisas. Ouvi especialistas sobre essa questão, e o esforço está sendo feito. Agora, a classificação, evidentemente, vem já por exigência do próprio mercado. Então, ele ganha não pela definição de um preço mínimo na lei, algo difícil de fazer, mas por uma política que defina algum parâmetro para essa questão, e não dizer que tem que ser isso ou aquilo.

Quanto ao biocombustível, sobre o qual o Antoninho e o Silvío falaram. Na verdade, esse é um setor que está um pouco diferenciado. Por quê? Porque o Estado está dentro dele. A Petrobras assumiu o biocombustível de maneira efetiva, para fazer valer nesse negócio. Então, aí já é diferente. O biocombustível e os benefícios para o seu fornecedor estão relacionados à questão ambiental, como no caso do fumo. O Silvío abordou a questão dos agrotóxicos. A indústria fumageira, que tinha um grande passivo nessa área, mudou radicalmente e, internacionalmente, está conseguindo algum reconhecimento exatamente pela redução e pela qualidade.

Silvío, a sua entidade representa as cooperativas de agricultura familiar e economia solidária. Essas cooperativas estão voltadas a que atividades? Porque, se ela é cooperativa, já está fora do integrado; ela já é uma cooperativa, independentemente de seu tamanho. Então, eu tenho interesse em saber qual é a atividade.

Você também mencionou a questão da assistência técnica. Qual é o porte? Onde estão essas cooperativas de agricultura familiar? Na distribuição do mapa do nosso País, onde é que elas estão mais focadas? Porque elas estariam fora do integrado, já que a natureza jurídica da cooperativa é diferente da do integrado, como falou bem o Adriano. E está no plano. Aqui diz:

Parágrafo único. A integração vertical agropecuária entre cooperativas, agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas, constitui ato cooperativo regulado por legislação específica aplicável a sociedades cooperativas.

Então, ela está lá no seu canto com a sua regulamentação específica.

No caso da cooperativa de agricultura familiar, eu queria saber se houve um novo marco regulatório dentro do cooperativismo para atender o setor de vocês.

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, vou fazer o seguinte: vou dar um tempo pequeno para que todos da Mesa possam responder as indagações, para depois encerrarmos a audiência pública e fazermos um encaminhamento em relação ao que fazer na continuação da tramitação do projeto de V. Ex^a.

Eu quero saber se o encaminhamento da Mesa corresponde à sua expectativa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito. Até porque, meu caro Presidente, a recomendação que eu faria é que cada um desses segmentos, posteriormente, conversasse com o relator, porque agora a bola está na mão do relator, que é o Senador Acir Gurgacz. Mas o que foi visto aqui já foi perfeito. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, antes, me permita. Eu tenho um exemplo em relação à questão de leite no meu Estado do Mato Grosso do Sul. Lá, a Secretária Tereza Cristina conseguiu fazer um acordo entre representantes da indústria de laticínios e os produtores rurais, e resultou em algo que considero importante: as indústrias abriram a sua planilha de custo. Em função disso, regulamentou-se o preço, e o produtor sabe o quanto custa para a indústria aquilo. Sendo assim, eles acertaram um percentual que remunera a produção do leite, mas que dê uma margem de lucro também para a indústria. Quando isso é feito com transparência e com justiça, ninguém se sente logrado. Penso que esse é um encaminhamento.

Não sei se isso poderia constar do projeto, mas tenho certeza de que será bom para a indústria. E deverá ser feito claramente, sem que se queira mascarar número, e que se possa colocar isso na mesa da negociação, Antoninho, para que os representantes do

sindicato e as federações concluíam o que será o preço justo. E não há como pedir para a indústria pagar um preço mínimo se na planilha não se considera, assim como não há condição de determinar ao produtor de leite que ele tem de produzir a um custo menor que seu custo de produção. Essas coisas têm que ficar claras.

Quero só dar essa contribuição. Lembro que o setor leiteiro é o setor mais protegido, Senadora Ana Amélia, na hora de exportar. Aqui, na Argentina, no Uruguai, no Canadá, eles protegem violentamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Austrália, Nova Zelândia, Holanda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Produtos lá não entram na negociação nunca.

Então, nós temos que ter cuidado porque, se estimularmos muito a nossa produção, você melhora o plantel, seja por inseminação artificial, seja pela compra de raças que tenham... Em um País continental como o nosso, se aumentar um pouquinho o percentual de produção, você inunda o mercado interno de leite, e isso deprime preço. Eu estou colocando alguma experiência que acumulei ao longo da minha vida e que a gente tem que colocar aqui neste momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O setor teve várias crises.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O setor de comercialização é um aspecto fundamental.

Na sequência, o primeiro a falar deve ter sido o Dr. Renato Conchon.

Dr. Renato, você acabou de falar, mas eu peço que conclua rapidamente a sua participação.

O SR. RENATO CONCHON – Serei breve.

Senadora, mais uma vez, agradeço a participação da CNA aqui. Como falado anteriormente, faremos uma reunião de trabalho no próximo dia 23. Tão logo esse documento seja pronto, com o de acordo dos produtores, com o apoio dos produtores em relação a esses dois pontos que ainda estão um pouco divergentes: renda mínima e a criação da comissão, do fórum de discussão, a Cadisc, tão logo esse documento esteja pronto, encaminharemos ao Relator do projeto, que é o Senador Acir Gurgacz, e também à Senadora, para conhecimento. O que nós pretendemos é oferecer segurança aos produtores e toda a cadeia.

Acredito que os pontos colocados pelos demais integrantes da Mesa são relevantes e condizentes com a realidade e com a necessidade de economia de que a cadeia precisa. Mas, em alguns casos, observei que seria até relativamente “fácil” colocar isso dentro da obrigação da Cadisc. A Cadisc formada nas regiões seria obrigada a determinar os preços mínimos, os coe-

ficientes técnicos, seja lá o que for, e cada região seria amparada por uma Cadisc para operar na sua cadeia.

As realidades são diferentes. A cadeia de suinocultura do Rio Grande do Sul é totalmente diferente da suinocultura do oeste da Bahia, que está crescendo muito. Então a gente tem que observar isso, e essas comissões, essas câmeras de conciliação, ou seja lá qual for o nome, para não cair no problema constitucional, virão para beneficiar tudo isso. Acho que o projeto de lei é um ponto fundamental. A sociedade precisa disso. Como foi colocado aqui, existe um projeto de lei que tramita na Câmara há, se não me falha a memória, 12 anos. É preciso dar celeridade a isso, os produtores precisam disso, e a economia nacional precisa de um marco regulatório que traga segurança jurídica para todos os envolvidos. O que nós queremos é dar um passo além. Depois, de repente, se ficou uma aresta, ir cortando as arestas, e resolver os problemas pontuais num segundo momento. Mas esse marco regulatório, sem dúvida alguma, é de extrema necessidade hoje para a economia nacional.

Mais uma vez, agradeço a Senadora pela sua iniciativa, ao Senador Waldemir Moka, ao Senador Acir Gurgacz e a todos os envolvidos no projeto. Mais uma vez, obrigado. E, tão logo o relatório esteja pronto com as convergências, nós o encaminharemos aos senhores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Dr. Renato, passo a palavra ao Antoninho Rovaris.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Obrigado, Senador Moka.

Bem, algumas considerações finais que nós gostaríamos de colocar para os Senadores e os demais presentes. Primeiro, colocar que qualidade e produtividade nem sempre representam lucro. Esse processo precisa estar muito claro, porque, como o Senador Moka coloca, quando você inunda o mercado, fatalmente, há queda de preço. Então, pensando nesse processo, eu volto a insistir que a gente precisa ter alguma forma de garantia de preço e, sinceramente falando, não acredito que a Cadisc (Comissão para Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e Solução de Controvérsias) dê conta disso. Essa é a minha opinião.

Precisamos ter entidades fortes, entidades representativas, reais, com instrumentos legais constituídos, como é o caso de sindicatos e federações, que têm legalidade jurídica para fazer esse processo, porque isso pode, inclusive, desencadear em processos jurídicos e tal. As federações e tudo o mais têm esse poder de representatividade, enquanto uma Cadisc,

apenas com associação, representação dos produtores, não teria isso.

Então, essa é uma primeira consideração.

Uma segunda questão para nós é muito importante. Eu utilizei aqui a questão dos biocombustíveis, especialmente, o Programa Nacional de Biodiesel, porque vejam bem o que fico imaginando: você tem isenção de PIS/Cofins para produzir biocombustível; você não tem isenção de PIS/Cofins para produzir alimento. Essa é a contradição que estou tentando colocar na mesa. Não fui mais claro anteriormente por uma questão de não... Apenas para finalizar. Então, se nós temos uma isenção fiscal do Governo brasileiro para empresas produzirem combustível, eu não imagino por que não podemos ter para produzir alimento.

Então, esse é o questionamento que deixo perante a Mesa, propondo-me a participar sempre que for necessário, com a melhor boa vontade possível.

Obrigado. Desculpe. Obrigado, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu sei que é difícil. É só para alertar. Quando toca a sirene, vocês ainda têm mais um minuto para concluir. O senhor poderia ter aproveitado melhor o final, mas já foi. E agora não tem repescagem.

Na continuidade, passo a palavra ao Dr. João Tomelin. Estou procurando seguir a mesma sequência.

O SR. JOÃO TOMELIN – Bom, eu quero aqui parabenizar mais uma vez a iniciativa do projeto da Senadora Ana Amélia, desta audiência pública. Quero também salientar aqui que, quanto às explicações feitas pela CNA, nós fazemos as palavras do Renato as nossas palavras. Eu acredito que está sendo muito bem conduzido. Sobre os pontos divergentes, estão procurando chegar num consenso. Acredito que a Cadisc vem dar a resposta à maioria das questões de que falou o próprio Antoninho com relação a preço mínimo, porque dentro da Cadisc eles vão... Hoje, na prática, já está se fazendo... Eu vejo aqui integrados do sistema o Fernando, que está aqui na plateia. Hoje, na prática, as empresas já vêm fazendo algo semelhante ao Cadisc. Está se aprimorando, está se regulando isso. Então, acredito que os avanços estão muito grandes, e estou impressionado também pela excelente acolhida da discussão no Senado desse projeto e da celeridade que se quer dar. É muito importante regular, finalizar esse marco regulatório. A indústria quer isso também, como os integrados precisam dessa proteção. Então, quero mais uma vez, em nome do nosso Presidente Francisco Turra e da CNI, que nos permitiu participar desta audiência, agradecer estarmos aqui e poder relatar o nosso ponto de vista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Sr. João Tomelin, pediria que leve um abraço ao meu amigo, ex-ministro Francisco Turra. Quando cheguei aqui na Câmara – isso faz algum tempo e não vou revelar –, o Turra era o Ministro da Agricultura.

Com a palavra o Carlos Alberto, que representa aqui a indústria do tabaco.

O SR. CARLOS ALBERTO SEHN – Bom, para finalizar nossas considerações, nos últimos 25 anos, cerca de 70 mil novos agricultores ingressaram na atividade de produção de tabaco. Isso, por si só, demonstra que o sistema é bom; senão, não teriam optado por essa atividade.

Com isso, então, fica o nosso registro, a nossa preocupação de que o texto procure considerar todas as cadeias produtivas. Então, sem prejuízo dessas que estão estabelecidas há mais tempo, isso certamente vai ser observado porque não pode haver o comprometimento de setores que já conseguiram importantes avanços ao longo de décadas. Além disso também, o nosso registro e a preocupação no sentido de que não se crie alguma coisa que vá onerar ou engessar a atividade, trazendo mais custos e, de certa forma, interferindo na competitividade dos setores que tanto cresceram nesses últimos anos.

Por fim, não temos dúvida de que chegaremos a um bom entendimento nas próximas tratativas entre os segmentos industriais e dos produtores. E, certamente, vamos chegar aí a uma redação que atenda aos interesses dessas cadeias produtivas. Logicamente, o nosso segmento funciona muito bem, mas tem ainda avanços a serem implementados, e esses avanços vão sendo implementados sempre que possível nessas discussões entre as entidades representativas dos agricultores e da indústria. Graças a esse nível de tratativas, a gente conseguiu avançar tanto ao longo dessas décadas em que o setor está nessa atividade.

Por fim, nossos cumprimentos à Senadora Ana Amélia, que teve esse propósito de fazer uma legislação que vai regular, vai servir de marco regulatório para as cadeias produtivas que operam em regime de integração. E também a nossa saudação ao Senador Moka pela condução dos trabalhos e, também, ao Senador Acir por ter organizado essa audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Carlos Alberto, passo a palavra de imediato ao Sr. Silvio Ney Barros Monteiro.

O SR. SILVIO NEY BARROS MONTEIRO – Senadora Ana Amélia, comecei a falar inclusive dizendo que a própria Unicafe vem trabalhando para que nossas

cooperativas estejam desenvolvendo alternativas ao processo de integração, mas existe, principalmente no sul do País, na integração suíno/aves, principalmente, e também no leite, algumas cooperativas que ainda, como eu disse, não estão no processo de manufatura ainda, não estão estruturadas. Então, de certa forma, as cooperativas entram no processo de integração com as indústrias, sejam outras cooperativas ou sejam empresas. Nesses casos, temos algumas nuances, alguns aspectos específicos em que entra a relevância do nosso debate aqui.

A Unicafe é uma entidade recente, que tem seis anos de constituição e representa cinco ramos do cooperativismo no Brasil. Cooperativismo de produção agropecuária, em que temos os principais produtos – café, leite, suínos, aves, banana, grãos, castanhas, castanha do Brasil, castanha do caju, outros produtos, artesanato, um conjunto de coisas das cooperativas filiadas à Unicafe. Cooperativismo de crédito, comercialização de trabalho, esses são os ramos que a Unicafe representa.

Hoje, temos mil cooperativas filiadas e estamos também nos estruturando nos Estados. Hoje, temos Unicafe em onze Estados do País.

Fazer a integração das cooperativas não é preocupação nossa, porque nós nos enquadrámos na mesma questão que foi trazida aqui pelo companheiro da OCB. A gente não tem trabalhado. Mas quero deixar muito claro que, quando a gente está trazendo a questão das garantias, inclusive a insistência nos preços mínimos, é preciso fazer um recorte e diferenciar o grande, o médio produtor, do agricultor familiar. Quando nós estamos tratando disso, quando estamos trazendo a história do PGPAF, da garantia de preços e de assistência técnica, estamos querendo fazer um recorte para garantir que a gente tenha, minimamente, essas condições para os agricultores familiares que estão, inclusive, mais vulneráveis no processo.

Vou trazer um exemplo aqui. No caso do leite, não é só volume, nem só qualidade. Paga-se preço diferenciado de produto para produto. Em vários outros setores, também existe isto: a diferenciação dos preços que se paga. Aí não se justifica. A parte mais vulnerável desse processo está na agricultura familiar. Por isso, nós estamos insistindo, queremos debater e trazer esta questão: assistência técnica e preço mínimo.

Quero agradecer o convite da Unicafe, para participar. Esperamos ter contribuído para esse debate, estamos à disposição. Quero agradecer ao Senador Waldemir Moka e a você também, Senadora Ana Amélia, pelo projeto e pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Sr. Silvio.

Agora, finalmente, vamos encerrar. Não sei se a Senadora quer, antes, falar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero reforçar apenas o agradecimento especial a todos que vieram aqui trazer valiosa contribuição. É uma perspectiva, um olhar, sobre cada setor e suas dificuldades. Esse é um ponto de vista sob um tema que interessa aos dois lados: ao produtor e à indústria. Um não vive sem o outro. Então, o nosso objetivo aqui é esse marco regulatório, vamos dizer assim, é essa moldura dessa relação. O melhor será quando, ao final, a mão habilidosa do Senador Acir Gurgacz, que é o relator, sem dúvida, acolherá as partes para conciliar os interesses que não são conflitantes, mas diferentes na sua abordagem. Prefiro tê-los dessa forma.

Muito obrigada a todos vocês, especialmente ao Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, vamos ainda ouvir o último.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Adriano representa aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor, como líder da Frente Parlamentar Cooperativista, não poderia deixar de fora a cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Deveria, porque ele chegou muito atrasado, mas não vou fazê-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele já foi penalizado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO CAMPOS ALVES – Senador, aproveito para pedir desculpas pelo atraso e por errar o seu nome. Registro minhas desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Esse é o motivo da minha maior irritação com o amigo.

O SR. ADRIANO CAMPOS ALVES – Desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Moka não deixa passar. Isto aqui é barra pesada.

O SR. ADRIANO CAMPOS ALVES – Vou me policiar.

Bom, queria só reforçar e agradecer a presença da OCB. Estou aqui representando uma instituição com 40 anos de existência. Temos muito a contribuir. Gostaria até de me colocar à disposição do Silvío, colega da Mesa. Temos lá uma estrutura, todo um *know how*. De repente, podemos conhecer o que está acontecendo para averiguarmos em que podemos ajudar.

O SESCOOP, a CNCOOP, a OCB estão à disposição, Silvio, assim que você precisar da gente.

Agradecemos mais uma vez, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, gostaria de dizer que, na minha avaliação, as audiências públicas... Primeiro, o Senador Acir Gurgacz foi quem chamou. Só não está aqui – e às vezes é preciso dizer isso – porque ele está lá na Comissão de Orçamento e é o Relator da Receita, e a essas coisas ele não tem como faltar.

Sou o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e quero fazer o seguinte encaminhamento. Acho que as contribuições agora, para acelerar, devem ser feitas o mais rápido possível – está ali o assessor do Senador Acir Gurgacz – ao Senador Acir Gurgacz e também, por uma questão de elegância com a autora do projeto, à Senadora Ana Amélia. A partir daí, o Senador vai sentar, fazer as modificações que achar necessárias, a partir dessas contribuições, e nós votaremos o mais rápido possível.

Você imagine as dificuldades de um projeto que está há doze anos na Câmara. É claro que o próprio Valdir Colatto vai usar este argumento: “Olha, nós estamos há doze anos aqui e não conseguimos votar. A Senadora Ana Amélia entrou e vai votar em um ano”. Então, isso é importante para acelerarmos esses processos legislativos.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião na Comissão de Agricultura para as 14 horas, para discussão das emendas ao Plano Plurianual.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do qual sou a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a é a relatora.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dez de novembro de dois mil e onze, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Delcídio do Amaral, Antonio Rus-

so, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Sérgio Souza e Antônio Carlos Valadares. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **ACIR GURGACZ**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 29/2011-CN** – que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012/2015 (**MENSAGEM Nº 87/2011-CN, Nº 325/2011, NA ORIGEM**). Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as trinta e cinco emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relatora a Senadora **Ana Amélia**, as seguintes emendas a despesa: **Emenda nº 1-CRA** – Ementa: Agropecuária Sustentável – Investimento – Melhoria do Acesso e Aumento dos Recursos do Crédito Rural Oficial – **Valor: 480.000.000**; **Emenda nº 2-CRA** – Ementa: Apoio a Projetos – Patrulha – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – **Valor: 2.920.000.000**; **Emenda nº 3-CRA** – Ementa: Aquisição e Resfriadores – Aquisição de Maquinas e Equipamentos para Produção e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar – **Valor: 350.000.000**; **Emenda nº 4-CRA** – Ementa: Embrapa – Inovações para a Agropecuária – Modernização e Ampliação da Infraestrutura Física da Embrapa – **Valor: 1.144.644.312**; **Emenda nº 5-CRA** – Ementa: Seguro Rural – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização – **Valor: 5.342.637.000**. Emendas ao Texto: **Objetivo – Emenda nº 1-CRA**: Ampliar área de cobertura pelo Seguro Rural de 4,78 milhões para 28,471 milhões de hectares; **Objetivo – Emenda nº 2-CRA**: Elevar a capacidade estática de armazenamento da CONAB de 2,1 para 3,1 milhões de toneladas; **Objetivo – Emenda nº 3-CRA**: Patrulhas Mecanizadas. **Programa – Emenda nº 1-CRA: 2014** – Agropecuária Sustentável Abastecimento e Comercialização/PGPM; **Programa – Emenda nº 2-CRA: 2014** – Agropecuária Sustentável Abastecimento e Comercialização/Seguro Rural; **Programa – Emenda nº 3-CRA**: Vigilância Sanitária; **Programa – Emenda nº 4-CRA**: Incentivo e Fomento a Produção Agropecuária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, a Ata é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN, que institui o Plano Plurianual da União (PPA) para o período 2012-2015 (Mensagem nº 87/2011-CN, nº 325/2011, na origem).

Esclareço à Comissão que foram apresentadas 35 emendas, conforme quadro que se encontra sobre as bancadas.

Passo a palavra à nobre Relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Acir Gurgacz, e caro Vice-Presidente, Senador Moka, temos de separar os capítulos – são cinco os capítulos que a Comissão oferece ao Orçamento – pelos respectivos programas.

Então, passo a ler o programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

O objetivo é fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural, promover a implantação e modernizar a infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário e visando à redução de custos e de perdas.

Passo a ler a justificativa.

A adaptação e mitigação da agricultura, frente ao cenário de mudanças climáticas, visa a cumprir o compromisso do Governo Federal, que se comprometeu, de forma voluntária, a reduzir as emissões dos gases de efeito estufa até 2020, entre 36,1% e 38,9%, deixando de emitir cerca de um bilhão de toneladas de CO₂ equivalente, com ações ligadas à redução das taxas de desmatamento na Amazônia e no cerrado, à ampliação da eficiência energética, à adoção intensa de práticas agrícolas, sistemas de uso e manejo sustentável dos recursos naturais.

O incentivo e fomento à produção agropecuária, de armazenamento da propriedade rural, os projetos de recuperação e manutenção de estradas vicinais e implementos agrícolas, a aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequenos portes, os projetos agroindustriais,

os mercados públicos, as fiscalizações dos contratos de repasse e as obras de engenharia civil que atendam os Municípios voltados ao desenvolvimento da infraestrutura agropecuária são ações ou iniciativas no âmbito da atuação e competência do MAPA dentro dessa iniciativa.

Conta-se ainda com o associativismo e cooperativismo rural no papel de organizar a base produtiva nos diversos segmentos sociais e agropecuários, visando a estruturar as cadeias produtivas para o desenvolvimento agropecuário sustentado e sustentável.

O Anexo I, Programas Temáticos do PLPPA 2012-2015, prevê, para 2012, recursos na LOA, a Lei Orgânica, de R\$3.184.850,00, para atendimento das metas previstas no Objetivo nº 747 do Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. É nesse contexto que se propõe a presente emenda, com vistas a acrescentar ao valor existente para o atendimento das metas estabelecidas no Programa recursos adicionais da ordem de R\$750 milhões e, inclusive, a alterar os valores previstos para o período 2013-2015, conforme demonstrado a seguir, de modo a viabilizar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável no País.

O programa de metas, como foi apresentado, é da Emenda nº 16, Sr. Presidente.

Aqui, estão copiadas duas emendas iguais, as de nºs 16 e 27. (*Pausa.*)

A assessoria me informa que a autoria é que muda: uma delas é de autoria do Senador Acir Gurgacz, e a outra, de autoria do Senador Moka. É de autoria do Senador Acir Gurgacz a emenda referente ao capítulo da Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. E a outra emenda, semelhante a essa, também para a Agropecuária Sustentável, Abastecimento e comercialização, é de autoria do Senador Waldemir Moka, que segue a mesma direção de propor também a ampliação do mesmo volume de recursos ao já existente, no valor de R\$3.184.850,00, para o atendimento das metas previstas. Então, amplia-se o recurso para o período 2013-2015, com R\$750 milhões adicionais a esse programa de Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

A Emenda nº 16 é de autoria do Senador Acir Gurgacz, e a Emenda nº 27, de autoria do Senador Waldemir Moka. No caso da emenda do Senador Waldemir Moka, trata-se de fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e de promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo as medidas estruturantes, por meio das patrulhas rurais. As patrulhas rurais também são apoiadas pelo Senador Acir Gurgacz. Essas são as Emendas nºs 16 e 27.

A Emenda nº 20, também do Senador Acir Gurgacz, trata da inovação para a agropecuária. Nos últimos anos, principalmente por meio do PAC Embrapa, foram desenvolvidas diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de pesquisa no Brasil. Essas iniciativas incluíram desde a revitalização da estrutura física de centros de pesquisa, campos experimentais e laboratórios à aquisição e atualização de equipamentos.

O propósito desse projeto é dar continuidade a essa trajetória de dotar o País de um sistema capaz de atender aos desafios de pesquisa agropecuária, inclusive em condições de competir no cenário internacional. Para isso, propõe-se a criação da ação orçamentária – manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura da Embrapa – vinculada ao objetivo: modernização da infraestrutura e da estrutura organizacional agropecuária e garantia de fortalecimento dessa mesma infraestrutura no âmbito do PAC Embrapa. Essa é a Emenda nº 20, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

De autoria do Senador Waldemir Moka é a Emenda nº 31, que também trata de inovação para a agropecuária. A questão está dentro da iniciativa de fortalecer as ações da Embrapa no âmbito dos investimentos do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos.

Então, essas foram a Emenda nº 20, do Senador Acir Gurgacz, e a Emenda nº 31, do Senador Waldemir Moka.

A Emenda nº 18, do Senador Acir Gurgacz, também entra no âmbito do Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária. A iniciativa visa à aquisição de máquinas e resfriadores. Amplia e qualifica a oferta de bens e serviços para melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, disponibilizando suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização, favorecendo a inclusão produtiva sustentável, a aquisição de máquinas e equipamentos para produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar. Essa é a Emenda nº 18, do Senador Acir Gurgacz.

A Emenda nº 29, do Senador Waldemir Moka, também está inscrita no âmbito do Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia e visa à aquisição de máquinas e resfriadores, com o objetivo exatamente de dar suporte à produção e comercialização da agricultura familiar.

A Emenda nº 17, do Senador Acir Gurgacz, também entra no âmbito do Desenvolvimento Regional, para a aquisição de máquinas e equipamentos para a Agricultura Familiar. Esta iniciativa não abriu a janela de valores e datas por constar apenas do Anexo I.

Portanto, foi inscrita como iniciativa nova no programa. O objetivo é ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural. Essa também é a proposta do Senador Acir Gurgacz.

Ainda nesse capítulo de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária, há a Emenda nº 28, do Senador Waldemir Moka, que segue também essa linha da aquisição de máquinas e equipamentos para produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar.

A Emenda nº 15 entra também no Capítulo 2014, da Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. O objetivo dessa Emenda do Senador Acir Gurgacz é reduzir o custo financeiro do médio produtor rural, de maneira a proporcionar melhor adequação e rentabilidade das suas atividades.

A Emenda nº 14, também dentro dessa linha, é de autoria do Senador Acir Gurgacz. Esta iniciativa, embora conste do PLPPA 2012-2015, não abriu a janela de valores e datas por constar apenas do Anexo I. Portanto, foi inscrita como iniciativa nova. O objetivo é reduzir o custo financeiro do médio produtor rural, de maneira a proporcionar adequação e rentabilidade às suas atividades. Essa é a Emenda nº 14.

A Emenda nº 25, também para Agricultura, Agropecuária Sustentável de Abastecimento e Comercialização, visa a ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Essa é a Emenda nº 25, do Senador Waldemir Moka, com o objetivo de reduzir o custo financeiro do médio produtor rural, dando melhor adequação de rentabilidade das atividades desse padrão de produtor.

A Emenda nº 26, também do Senador Waldemir Moka, inscrita no capítulo da Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, visa a ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento para a produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Finalmente, no capítulo do Seguro Rural, está a Emenda nº 21, do Senador Acir Gurgacz. O Seguro Rural é um instrumento, como se sabe, de gerenciamento de risco de produção agropecuária que permite a redução da volatilidade da renda do produtor rural e, conseqüentemente, favorece a manutenção do nível tecnológico e dos investimentos do setor agropecuário.

Também contribui para a redução do endividamento agrícola, problema que tem afetado diretamente a agropecuária brasileira nos últimos anos. Esse instrumento é usado com sucesso em diversos países, sendo responsável pelo fortalecimento da renda do agricultor. Ressalte-se que, em todos os países onde o Seguro Rural se desenvolveu, houve grande participação do Governo.

O Programa Temático do PLPPA 2012-2015 prevê, para 2012, em Outras Despesas Correntes, dentro das quais está inserido o Pagamento da Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, recursos na ordem de R\$3.634.283,00 para atendimento do Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. É nesse contexto que se propõe a apresentar emenda com vistas a acrescentar ao valor existente para atendimento do Programa recursos adicionais da ordem de R\$669.719.945,00 e, inclusive, a alterar os valores previstos para o período 2013-2015, conforme demonstrado a seguir, de modo a minimizar os riscos de produção da atividade, a possibilitar ao Governo o abastecimento do mercado interno, contribuindo para a redução das pressões inflacionárias, e também a dar estímulo aos produtores. Essa é a Emenda nº 21, do Senador Acir Gurgacz.

De igual teor é a Emenda nº 32, também na área do Seguro Rural, que prevê, como o Senador Waldemir Moka também propôs, a ampliação dos recursos da ordem de R\$669.719.947,00 para o programa de Seguro Rural, o que será uma garantia de estímulo ao produtor.

Então, a Emenda nº 21, no âmbito do Seguro Rural, é de autoria do Senador Acir Gurgacz, e a Emenda nº 32 é de autoria do Senador Waldemir Moka, com o mesmo objetivo.

Para facilitar, meu caro Presidente, a leitura do meu relatório, vou diretamente à análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais e legais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Além disso, dada a falta de condições de abrigá-las – são cinco emendas da Comissão – como emenda individual na votação em plenário, acrescentarei outras que dizem respeito, por exemplo, ao apoio à defesa sanitária animal, que é muito importante para o nosso País.

Lida a justificativa, vou ao voto.

Somos pela aprovação e apresentação à CMO, por esta Comissão, das 19 Emendas ao texto nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 22, 23, 24, 33, 34 e

35; das cinco Emendas à Despesa nºs 15, 16, 20, 18 e 21, implicando, indiretamente, a apresentação também das Emendas nºs 14, 17, 25, 26, 27, 28, 29, 31 e 32, de mesmo teor, que agora apresentei aqui resumidamente, restando não apresentadas as Emendas à Despesa nºs 19 e 30, em razão do limite de cinco Emendas à Despesa a que tem direito esta Comissão, que, no entanto, poderão ser apresentadas pelos seus autores diretamente à CMO, dentro do limite de dez Emendas à Despesa, por Senador, conforme o item 2.3.4-C da parte especial do parecer preliminar do Projeto do PPA 2012-2015.

O parecer data de hoje, com minha assinatura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia, Relatora, concluiu que as emendas atendem às disposições constitucionais e legais aplicáveis e, no mérito, votou pela apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Está em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o presente relatório permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

As emendas foram aprovadas e serão encaminhadas à CMO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 49 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença

dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES e VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Eduardo Amorim e Benedito de Lira. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Cyro Miranda. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2007 – EMENTA:** Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudanças. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CMA. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e pela CCT, tendo sido aprovado o Parecer contrário ao Projeto. O Projeto constou da pauta da 44ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 27/10/2011. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2009 – EMENTA:** Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 6. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. A matéria será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010 – EMENTA:** Dispõe sobre a Equoterapia. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria “AD HOC”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 3-CE. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CE. O Projeto constou da pauta da 36ª e 44ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 22/09/2011 e 27/10/2011. A matéria foi apreciada pela CE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CE a 3-CE, e será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, não

houve oradores inscritos. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado o parecer pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 a 3-CE/CRA. ITEM 4: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2011 – EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria “AD HOC”:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 4. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. O Projeto constou da pauta da 36ª e 44ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 22/09/2011 e 27/10/2011. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Waldemir Moka, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado o parecer pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas de 1 a 4-CRA. ITEM 5: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2011 – EMENTA:** Extingue a Contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970. **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Observações:** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório pelo Senador Jayme Campos, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado o parecer pela maioria dos membros presentes. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. EX-TRAPAUTA: – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011 – EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas. **Autoria:** Deputado Reginaldo Lopes. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado: Realizada a leitura do Relatório pelo Senador Acir Gurgacz, Relator. Encerrada a discussão. Matéria**

em fase de votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos discutir e votar, na reunião de hoje da Comissão de Agricultura, diversos projetos importantes para o País. Mas gostaria de salientar que, além da nossa Comissão de Agricultura, teremos a leitura, hoje, às 10h, do relatório do Senador Jorge Viana, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, na Comissão de Meio Ambiente, da qual sou titular, e o tema é de vital importância para a agricultura brasileira.

Nesse sentido, quero, mais uma vez, destacar o trabalho feito em conjunto nas Comissões: de Agricultura e Reforma Agrária; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania, quando promovemos um amplo debate, ouvindo todos os segmentos da sociedade, com o objetivo de construir um texto de consenso, muito bem representado no relatório do Senador Luiz Henrique, já aprovado na Comissão. Mais uma vez, cumprimento o trabalho e o empenho do Senador Luiz Henrique, o qual teve amplo apoio dos membros desta Comissão.

É evidente que, sobre alguns aspectos, não foi possível construir o entendimento desejado. Mas, tenho certeza de que algumas questões, como as definições sobre a recomposição das APPs, o uso do zoneamento ecológico-econômico estadual na redefinição da Reserva Legal, além do direito adquirido sobre as áreas consolidadas e a isenção de averbação da Reserva Legal para propriedades de até quatro módulos, serão contempladas no relatório do Senador Jorge Viana, e poderemos, ainda, encontrar um bom termo para essas questões. No que não houver acordo, vamos para a votação em Plenário, pois é assim que exercemos a democracia no nosso País.

É bom destacar que já avançamos muito no sentido de construir um Código Florestal equilibrado que permita o desenvolvimento da atividade agrícola e a regularização das propriedades rurais, trazendo segurança jurídica para o campo e proteção para as florestas e rios. Queremos uma legislação florestal que seja boa para os agricultores, para as florestas e, principalmente, para todos os brasileiros, independente de produtores rurais e não produtores. Queremos um Código Florestal que contemple toda a população brasileira.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Faremos uma inversão de pauta, a pedido do Senador Jayme Campos, e passaremos para o item 5.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria apenas endossar suas palavras na abertura da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a respeito do esforço do Relator Luiz Henrique e de V. Ex^a, na condição de Presidente desta nossa Comissão. Ao longo do ano, fizemos audiências conjuntas com as Comissões de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, para tratar da questão relacionada ao Código Florestal.

Penso da mesma forma que V. Ex^a em relação a, não havendo condições de definir essas questões no âmbito da Comissão, defini-las em Plenário, que é o órgão maior da decisão democrática do Senado Federal.

Portanto, endosso o trabalho de V. Ex^a, elogiando também o seu esforço pessoal como Presidente desta Comissão, especialmente o do Senador Luiz Henrique e também do Relator Jorge Viana. Espero que, no dia de hoje, na Comissão de Meio Ambiente, da qual não faço parte, possa haver avanços também em relação ao texto que pretendemos levar ao Plenário, o mais breve possível, porque a paciência dos agricultores está esgotada.

Era esta a minha observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

ITEM 5:

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2011

Extingue a Contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Jayme Campos

Observação: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, ilustre Senadora e amiga Ana Amélia, demais Senadores e Senadoras, prefiro ler apenas o introito deste relatório e ir à fase de análise, já que, nesta Comissão, todos os Srs. Senadores já tiveram acesso à matéria.

Antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pela sua fala no início dos trabalhos, diante do encaminhamento para aprovação, nesses próximos dias, do Código Florestal brasileiro, que está sendo lido hoje na Comissão de Meio Ambiente e que já foi lido, há poucos dias, pelo Senador Luiz Henrique nas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária.

Particularmente, confesso que melhorou, sobremaneira, o encaminhamento, diante do bom relacionamento e, sobretudo, do entendimento que mantêm os Srs. Presidentes de Comissão, que é o caso de V. Ex^a, do Senador Eduardo Braga, do Senador Luiz Henrique e do Senador Rodrigo Rollemberg, como também dos relatores Jorge Viana e Luiz Henrique, permitindo-nos construir um Código Florestal moderno, avançado e, sobretudo, que respeite aqueles que produzem, que, certamente, aguardam um Código Florestal que lhes dê segurança jurídica.

De tal maneira que quero aqui, aproveitando a oportunidade, cumprimentar V. Ex^a e apoiar, também, um destaque que V. Ex^a propôs e que, certamente, será acatado, aquela velha história do direito adquirido – o senhor está apenas propondo –, diante das pessoas que tinham registrado, averbado, que poderia derrubar 50%, derrubou 20%, e 30% da floresta está em pé e poderão vender como servidão.

Nesse caso, particularmente, tive até um contato, em uma visita que tivemos com os Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Pedro Taques e Blairo Maggi, no último fim de semana, lá na região do Araguaia, visitando um empreendimento do Senador Blairo Maggi e mostrando, lá, como se faz a recuperação de áreas de APPs etc. Ali foi um momento ímpar, para discutirmos realmente, de forma prática – estávamos *in loco* – alguns avanços que poderiam ser colocados. Dentre eles, foi essa proposta que V. Ex^a fez, meritória e louvável. Acima de tudo, quero cumprimentá-lo pela lucidez e pelo compromisso de resgatar, certamente, essa dívida que havia com aqueles que, muitas vezes, estão sendo prejudicados por deixarem de fazer o seu desmate quando era autorizado, permitido por lei, e, entretanto, com a medida provisória, veio a se inviabilizar.

Creio que isso estará no Código Florestal, permitindo que o cidadão possa até ceder, ou seja, vender, para ser servidão, a exemplo do que muitas pessoas pagam em passivos, ou seja, desmataram mais do que poderiam desmatar, diante da lei vigente no Brasil.

Quero cumprimentar V. Ex^a. É um projeto meritório.

Sr. Presidente, vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2011, de iniciativa do Senador Ataídes Oliveira, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 467, de 2011, em seu art. 1º, extingue a Contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970. O parágrafo único desse artigo esclarece que a referida contribuição corresponde à parcela de 0,2% do adicional à contribuição previdenciária das empresas, instituído no § 4º do art. 6º da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, modificado pelo art. 35, § 2º, VIII, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, pelo art. 6º, I, II e III do Decreto-Lei nº 582, de 15 de maio de 1969, e cujo produto da arrecadação foi finalmente destinado ao INCRA pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, e pelo art. 1º, I, 2, do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

O art. 2º estabelece a vigência da lei a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente ao de sua publicação.

Para justificar sua iniciativa, o autor da proposição lembra a intenção do constituinte originário de não tributar em demasia o trabalho e a edição da Emenda Constitucional (EC) nº 42, de 19 de dezembro de 2003, conhecida como minirreforma tributária, que previu a hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição patronal sobre a folha de salários pela incidente sobre a receita ou o faturamento (§ 13 acrescido ao art. 195).

Vou à fase de análise, Sr. Presidente, para que esta Comissão tenha um bom andamento do seu trabalho.

I – Análise

O PLS nº 467, de 2011, coaduna-se com os ditames da Constituição Federal. Além disso, a proposição não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal.

No que concerne ao mérito, a nosso ver, a proposta é de fato meritória e vai ao encontro da necessidade de desonerar a folha de salários e reduzir o “custo Brasil”. Além disso, ela se soma à iniciativa do PLS nº 442, de 2011, também do Senador Ataídes Oli-

veira, que propõe a redução à metade das alíquotas das contribuições destinadas ao chamado Sistema “S”.

Relatório do Tribunal de Contas da União TC-015.663/2011-6, elaborado em atendimento ao Requerimento de Informações nº 597/2011, de autoria do autor do projeto em tela, mostra os altos valores arrecadados para esse sistema (R\$12,8 bilhões, em 2010) e a falta de controle e transparência dos gastos realizados pelas instituições beneficiárias.

Por sua vez, a contribuição para o Incra de 0,2% sobre a folha de salários devida pelas empresas em geral é de fato uma anomalia que deveria ser extinta. Ora, a grande maioria das empresas está associada a setores – indústria, comércio, serviços, mineração etc. – que nada têm a ver com a agricultura e a pecuária. Observe-se que o Sistema “S” se caracteriza por retirar recursos de setores econômicos específicos, devolvendo-os mediante aplicação em benefício dos próprios setores pagantes (formação profissional, treinamento, lazer, saúde e cultura dos trabalhadores a eles vinculados).

Assim, além de se eliminar uma anomalia da legislação tributária, a proposta ajudará a desonerar a folha salarial das empresas, já bastante onerada. Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, a arrecadação dessa contribuição totalizou R\$680 milhões em 2009 e R\$767,7 milhões em 2010. No ano corrente, foram arrecadados nessa rubrica R\$662,6 milhões até setembro, sendo que a previsão orçamentária para 2011 é de arrecadar R\$916,4 milhões.

Vale destacar que o projeto não altera a contribuição para o Incra de 2,5% devida sobre a soma da folha mensal dos empregados de empresas do setor agropecuário. Embora mais elevada, essa contribuição afeta apenas um único segmento da economia, o agropecuário, diretamente envolvido com a finalidade e destinação da exação. Em 2010, a arrecadação dessa contribuição industrial rural foi de R\$192 milhões. Em 2011, foram arrecadados R\$165,7 milhões nessa rubrica até setembro, enquanto a previsão orçamentária para o ano é de R\$229 milhões.

Assim, cremos que a eliminação da contribuição para o Incra proposta no projeto não implicará a paralisação do programa de reforma agrária, indispensável à desconcentração da propriedade de terras, ao desenvolvimento agrário e ao progresso social. Concordamos com o autor quando afirma que esse programa, como os demais programas governamentais, deve ser financiado com recursos orçamentários, conforme determina o §4º do art. 184 da Constituição Federal, segundo o qual o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária assim como o

montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

Em resumo, Sr. Presidente, o PLS nº 467, de 2011, nos parece pertinente e oportuno, tendo em vista a necessidade de desonerar a folha de salários para estimular a atividade econômica, principalmente no atual momento de dificuldades por que passa a economia brasileira devido à crise internacional.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do PLS nº 467, de 2011.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurcacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Meus cumprimentos pelo brilhante relatório que V. Exª faz no sentido de que nós precisamos, de fato, desonerar a folha de pagamento, principalmente com relação à produção brasileira. Diminuir o custo Brasil é um dos grandes desafios que nós temos, Senadora Ana Amélia, e o relatório de V. Exª vem realmente ao encontro do que espera toda a população brasileira, principalmente os nossos agricultores, os nossos produtores que precisam desse apoio. Portanto, cumprimento V. Exª pelo seu belo relatório.

O Relator, Senador Jayme Campos, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam e que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 1 nós vamos retirar de pauta, mais uma vez, a pedido da Embrapa, para que possamos avançar no entendimento. Então, fica retirado de pauta o PLS 523, de 2007, para que possamos avançar nesse entendimento e trabalhar em comum acordo com principalmente com a Embrapa brasileira.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a equoterapia.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CE.

Passo a palavra à Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Amélia, para proferir o relatório da Senadora Angela Portela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, vou imediatamente à análise desta matéria que trata, como disse V. Exª, sobre o Projeto de Lei nº 264, de 2010, do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a equoterapia, matéria que depois vai ter que ser submetida à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Projeto de Lei do Senado veio à análise desta Comissão por força de aprovação do Requerimento nº 784, de 2011. Nesta oportunidade, cabe a esta Comissão se manifestar basicamente sobre o mérito da proposição em exame, dado que a Comissão de Assuntos Sociais fará apreciação da matéria em caráter terminativo, ocasião em que serão avaliados os aspectos relacionados à constitucionalidade, juridicidade, adequação regimental e técnica legislativa da proposta.

No que se refere ao mérito, não há qualquer dúvida sobre a importância da equoterapia como elemento catalisador da socialização e do aprendizado de pessoas portadoras de necessidades especiais, a existência de grande quantidade de entidades voltadas ao uso e aperfeiçoamento das técnicas de equoterapia em todas as regiões do País é prova suficiente de seu valor social.

Como destaca o autor da proposta, as técnicas da equoterapia promovem benefícios físicos, psicológicos e educacionais aos praticantes, além de propiciarem novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima.

Cabe ressaltar que o PLS nº 264, de 2010, faz parte do legado da atuação do Senador Flávio Arns que, nesta Casa, se empenhou nas causas relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiências, sobretudo as de origem mais humilde, que naturalmente precisam de uma atenção maior das políticas públicas para o pleno exercício da sua cidadania.

Enfatizamos a análise feita pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que fez os aperfeiçoamentos cabíveis no que tange à constitucionalidade e à técnica legislativa da matéria.

Também neste sentido, nos alinhamos ao entendimento emanado daquela comissão, acatando, na íntegra, as alterações ali aprovadas – escreveu a Senadora Angela Portela.

Voto.

Pelo exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, nos termos aprovados pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*, que concluiu pela aprovação do projeto com as Emendas nº 1 a 3 da Comissão de Educação e Esportes.

A matéria foi apreciada pela CE, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 a 3 da CE e será apreciada pela CAE e posteriormente pela CAS, em discussão terminativa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em função de não estarem presentes o Senador Sérgio Souza e o Senador Benedito de Lira, relatores dos projetos 4...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho o Senador Moka e eu relatamos *ad hoc*, porque aí limpamos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E avançamos. Item 4, Senador Waldemir Moka. Se V. Ex^a puder relatar como *ad hoc* podemos avançar nas nossas matérias.

ITEM 4

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2011

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 4.

Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

– O Projeto constou da pauta da 36^a e 44^a Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 22/09/2011 e 27/10/2011.

– A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, Relator *ad hoc* para proferir relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, vem a exame, para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2011.

A proposição, de autoria da Senadora Ana Rita, objetiva conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

O art. 1º do projeto define o objeto da lei e as condições de enquadramento para os beneficiários

da isenção, que deverão observar as condições de exclusão do benefício, nos termos do art. 2º, e os limites descritos no art. 3º.

Nos termos dos arts. 4º e 5º, fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem empregado na industrialização dos produtos que são objetos do projeto em análise, bem como seus acessórios de série.

O art. 7º estabelece que a isenção produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for incluída a estimativa de renúncia de receita no projeto de lei orçamentária, conforme determina o art. 6º do PLS em exame, para que se cumpram as disposições do art. 165 da Constituição Federal e se atendam as condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A cláusula de vigência é definida no art. 8º, que determina que a lei entre em vigor no dia de sua publicação.

A proposição foi distribuída a esta Comissão, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, a apreciação da matéria apresentada.

Não foram apresentadas emendas ao projeto. Análise.

A análise do PLS nº 395, de 2011, será aprofundada na CAE, em face do caráter terminativo da matéria naquela Comissão, onde será realizado o julgamento dos aspectos relativos à sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, além das considerações quanto ao mérito sobre o qual concentramos nossa atenção neste momento.

A redução da carga tributária sobre a produção nacional se constitui requisito de primeira ordem para que o Brasil se mantenha no caminho do desenvolvimento, conjugando o crescimento econômico com a geração de emprego e a distribuição de renda, na cidade e no campo.

É nesse sentido que louvamos a conveniência e a oportunidade presentes no PLS em exame, proposto pela Ex^{ma} Senadora Ana Rita, representante do querido Estado do Espírito Santo.

O PLS apresentado busca a isenção do IPI sobre máquinas e equipamentos destinados à produção agropecuária realizada por agricultores familiares, cuja contribuição para a produção dos alimentos básicos que abastecem nosso mercado interno é do conhecimento de toda a sociedade.

Há que se ter presente a importância crescente da automação para a eficiência econômica da agropecuária. Na pequena produção agrícola, essa realidade não é diferente. A redução dos custos de produção e o

consequente fortalecimento da agricultura familiar são os benefícios mais esperados do estímulo ao acesso a máquinas e equipamentos agrícolas, sem esquecermos as consequências diretas sobre a redução dos preços dos alimentos para os consumidores que habitam nossas cidades.

Enfatizamos essas considerações, ao tempo em que acatamos integralmente a iniciativa, na certeza de que a aprovação desse projeto se converterá em estímulo relevante à agricultura familiar do País.

Mas, não poderíamos deixar de contribuir, na mesma linha de inspiração da proposta. Com esse propósito, estendemos a isenção de IPI para as operações de aquisição de pneus novos para máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões que já sejam de propriedade dos mesmos beneficiários caracterizados no PLS.

Para tanto, apresentamos uma emenda ao art. 1º da proposta, adicionando-lhe o § 5º. Apresentamos ainda, com vistas ao aperfeiçoamento da técnica legislativa, duas emendas de redação.

II – Voto

Pelo exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CRA

(ao PLC nº 395, de 2011)

Acrescente-se ao art. 1º do PLS nº 395, de 2011, o seguinte §

5º:.....

“Art.1º ”

.....

§ 5º a isenção de IPI de que trata esta Lei alcança as operações de aquisição de pneus novos para máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões que já sejam de propriedade dos beneficiários previstos no *caput*.”

EMENDA Nº – CRA

(Ao PLC nº 395, de 2011)

Dê-se ao inciso I do art. 2º do PLS nº 395, de 2011, a seguinte redação:

“Art.2º ”

.....

I – alienação de bem adquirido nos termos deste artigo antes de dois anos contados da data da sua aquisição, a pessoas físicas ou jurídicas, que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos no *caput* do art. 1º; ”

EMENDA Nº – CRA

(Ao PLC nº 395, de 2011)

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 395, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 3º A isenção do IPI especificada no art. 1º somente poderá ser utilizada uma vez ao ano, ou ainda, excepcionalmente, nos casos em que ocorrer a destruição completa dos bens ou o seu desaparecimento por furto ou roubo.”

EMENDA Nº – CRA

(Ao PLC nº 395, de 2011)

Dê-se ao art. 4º do PLS nº 395, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 4º Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem, empregados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – AC) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka, pela sua presteza sempre nos auxiliando na Comissão de Agricultura.

Cumprimentamos V. Exª, mais uma vez, pela eleição de ontem como nosso novo 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado. Nossos cumprimentos.

Tenho certeza de que V. Exª vai desempenhar um grande trabalho num lugar muito importante, que é a 2ª Vice-Presidência da nossa Casa, que a partir de ontem V. Exª passou a ocupar. Não tenho dúvida de que continuará esse trabalho em defesa do nosso agricultor e também do seu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Meus cumprimentos pela eleição.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – AC) – O Relator *ad hoc*, Senador Waldemir Moka, concluiu pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 a 4.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o parecer favorável, a matéria, com as Emendas de nºs 1 a 4, da CRA.

O item 2, a pedido, será retirado de pauta. Não havendo consenso sobre a matéria, o Relator pediu que fosse retirado de pauta para fazer um novo estudo da questão.

Extrapauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 – terminativo.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes.

Em virtude de ser o Relator da matéria, passo a Presidência ao nobre Vice-Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Waldemir Moka, para que eu possa proferir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Assumindo a Presidência, passa a palavra ao Relator Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A proposição em exame é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, do Deputado Reginaldo Lopes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de quotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º estabelece para a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a obrigatoriedade de informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 do mês anterior à entrega.

Quando nós citamos aqui empresa de beneficiamento e comércio de laticínios, nós colocamos que o comércio é feito pela empresa que está fazendo o benefício, está beneficiando, está industrializando o produto. Não nos referimos a todo o comércio.

Pelo parágrafo único, a não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

Tivemos uma discussão ampla, Senador Moka, nosso Presidente, e Senadora Ana Amélia, sobre essa matéria com os produtores de leite de várias partes do Brasil, principalmente os produtores de leite do nosso Estado de Rondônia que, quando entregam o seu produto, não sabem o preço que vão receber por ele.

Com essa matéria, vamos dar uma garantia de preço ao nosso produtor de leite, que hoje sofre com essa instabilidade e com a incerteza de não saber quanto vale o seu produto ao entregá-lo às empresas.

O art. 2º trata da cláusula de vigência. O autor da proposição argumenta que “a produção leiteira é

responsável por grande parte dos empregos gerados no campo, e esses produtores devem ser protegidos pela lei, para que possam continuar a produzir, tanto o grande produtor como o pequeno produtor”.

O PLC 80 em apreciação foi distribuído para análise terminativa nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No Senado, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 80, de 2011.

A análise é um pouco extensa, Senador Moka. Vou direto ao voto para que possamos avançar. Voto.

Pelos motivos expostos, optamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 80, de 2011, por entender que esse projeto vem ao encontro de uma necessidade muito grande que o nosso produtor de leite tem no nosso País. Nós precisamos dar uma tranquilidade ao nosso produtor, uma garantia de preço, para que ele possa, de fato, continuar produzindo. Há uma reclamação muito grande do setor exatamente por não saber quanto vale o seu produto na hora de entregá-lo para industrialização e comercialização.

Portanto, entendemos, Presidente Moka, que este projeto é importante para os nossos produtores de leite do Brasil inteiro, em especial para o nosso produtor de leite do Estado de Rondônia, que já tem debatido esse tema por várias vezes, não só aqui no Senado, mas em audiências públicas que fizemos no Estado. Temos debatido muito essa questão, por não haver uma política que regulamente o preço do leite.

Dessa forma, o nosso relatório é pela aprovação do Projeto de Lei nº 80, de 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência informa que o projeto é em caráter terminativo. Nós não temos quórum para aprovação da matéria. Podemos aproveitar o tempo para discutir, e não sei se o Regimento permite, mas eu gostaria de abrir a discussão e não a encerrar, pois acho que é um projeto que tem um alcance muito grande e precisa, realmente, ser debatido.

Eu começaria dizendo que um dos produtos mais protegidos mundialmente é o leite e os derivados lácteos: no Canadá, por exemplo, na Argentina, no Uruguai, no Brasil, que é um país continental. E nós temos este problema: ao estimular nossa bacia leiteira, a pecuária leiteira, com qualquer movimento que fizemos aqui, nós inundamos o mercado. E aí, quando se aumenta a oferta, deprime-se o preço. Essa é uma situação importante.

E, no Estado de V. Ex^a e no meu Estado, estamos começando nessa produção da agropecuária de leite, mas é fundamental o projeto, porque trata exatamente

de que, um mês antes, o laticínio ou quem vai comprar o leite vai informar ao produtor o preço que ele vai pagar.

Eu acho que isso é fundamental para o produtor. No tocante a essa questão a que me referi, de se deprimir o preço, no Mato Grosso do Sul, já chegamos a vender o litro de leite a R\$0,20, a R\$0,21. Eu me lembro de uma crise lá no Mato Grosso do Sul.

O projeto é importante e terá o meu voto pela aprovação, com certeza.

Parabenizo V. Ex^a pelo relatório.

Continua em discussão.

Para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Moka, que preside a sessão; nosso caro relator, Senador Acir Gurgacz, eu acho que foi extremamente oportuna a apresentação desse projeto, originário da Câmara e bem relatado pelo Senador Acir Gurgacz, porque exatamente esta comissão está debatendo um projeto de minha autoria que trata dos integrados. E, na audiência pública que V. Ex^a teve a ocasião de presidir aqui, ficou muito claro que parece que a área mais vulnerável no sistema integrado é a área de laticínios, a área de leite, em que os representantes do setor muito fizeram por defender uma tese de definição de preços, de uma regra clara de preços.

Na verdade, embora por vias indiretas, esse projeto está, de alguma forma, contemplando também essa relação de transparência entre o produtor e a indústria de laticínios, e ele já é um passo também na direção desse marco regulatório que queremos estabelecer pelo meu projeto, que trata dos integrados e que está nas ótimas mãos do Senador Acir Gurgacz, considerando exatamente esse aspecto dessa relação respeitosa. Não pode a indústria massacrar o produtor, e também o produtor precisa ter com a indústria que compra o seu produto uma relação respeitosa, a relação comercial e também de assistência técnica, e todos os, digamos assim, mais implicados nos contratos de fornecimento nesse caso.

Então, eu queria cumprimentá-lo pela relatoria desse projeto e dizer que vamos avançar ainda mais quando os integrados já estiverem também sob esse marco regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, eu vou apenas encerrar a discussão. A Assessoria me informa que, quando tivermos quórum, a matéria volta à discussão.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, quero lembrar à Comissão que amanhã, dia 18 de novembro,

retornaremos, para discussões, no Senado Federal, ao nosso painel, ao nosso ciclo de debates e palestras, com a realização do 22º Seminário, que terá a finalidade de avaliar e debater as atribuições dos órgãos de licenciamento e fiscalização, com vistas a dar segurança jurídica e transparência aos investimentos, bem como a eficácia e competência para a lavratura de autos de infração pelos órgãos ambientais, com a presença das seguintes entidades: Ministério do Meio Ambiente, Confederação Nacional da Indústria, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Câmara Brasileira da Indústria da Construção e o Ministério Público Federal.

O nosso ciclo de debates terá início amanhã às 14 horas, com a participação dos telespectadores da TV Senado e dos ouvintes da Rádio Senado, que poderão participar fazendo perguntas e dando sugestões através de *e-mail*, do Twitter ou do 0800. Então, amanhã, às 14 horas, estaremos retornando com o nosso ciclo de debates para debater assuntos de importância para a agricultura brasileira.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, encerra-se a reunião às 9 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dois minutos do dia vinte e um de setembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi e Valdir Colatto, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a

Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se à eleição de Relator da Comissão, indicando os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Márcio Macêdo para a Relatoria. Após, a Presidência abre o processo de votação em escrutínio secreto. Encerrada a votação, a Presidência convida os Deputados Anthony Garotinho e Ricardo Tripoli para atuarem como escrutinadores. Após a apuração dos votos, a Presidência proclama o resultado obtendo 10 votos o Deputado Márcio Macêdo e 9 votos o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, sendo eleito o Deputado Márcio Macêdo para Relator da Comissão. Em seguida, o Relator expressa seus agradecimentos pelos votos recebidos e a confiança dos membros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DE 21/09/2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada à eleição do Relator com mandato até a última quinta-feira do mês de fevereiro de 2012, conforme art. 6º da Resolução nº 4, de 2008.

Primeiramente, consulto aos Srs. Parlamentares se dispensam a leitura da ata da reunião anterior...

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Atendendo à solicitação do Deputado Trípoli, consulto aos Srs. Parlamentares se dispensam a leitura. *(Pausa.)*

Dispensada.

Esta reunião se destina à eleição do Relator, conforme foi previsto na convocação encaminhada aos Srs. Parlamentares membros desta Comissão. Mas, enquanto aguardamos o quórum inicial necessário para a eleição, gostaria de fazer um breve relatório sobre o que aconteceu a respeito das mudanças climáticas durante esta última semana.

A exemplo do que ocorre em outras comissões no Congresso e também no Senado Federal, esta Presidência, sempre que possível, procurará apresentar, no

início de cada reunião da Comissão, um breve relato sobre os principais fatos relacionados às mudanças climáticas ocorridas a partir do nosso último encontro.

É com grande pesar, e desde já apresentando minha integral solidariedade ao povo daquele país, que registro mais uma tragédia climática ocorrida no Japão. Pelo menos sete pessoas morreram e outras sete estão desaparecidas, mais de 500 mil residências estão sem eletricidade e 16 mil pessoas foram forçadas a saírem de suas residências por conta do tufão que assola aquele país na data de hoje. O tufão Roke é o segundo que assola o Japão em poucas semanas.

Isso depois que, no início deste mês, tivemos o tufão Talas, que deixou mais de 100 vítimas entre mortos e desaparecidos e danos no valor de R\$511 milhões àquele país. Esta semana tivemos mais esta tragédia.

No entanto, não foram somente notícias trágicas nesta semana. A primeira boa nova corresponde à aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da regulamentação dos financiamentos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

O FNMC é um complemento do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, criado em 2009, antes da Conferência das Partes sobre o Clima (COP16), que aconteceu na Dinamarca. O Fundo prevê a liberação de R\$720 milhões por ano para serem usados em projetos a fim de enfrentar o aquecimento global. Os recursos do fundo poderão ser utilizados em projetos para reduzir o desmatamento e a degradação florestal e naqueles que tratam de desenvolvimento tecnológico. Pela proposta, o dinheiro também poderá ser utilizado para o pagamento de serviços ambientais, tão discutidos dentro do Código Florestal que tramitou na Câmara dos Deputados e que se encontra, neste momento, no Senado Federal.

Também merece registro o anúncio da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, informando que a capital fluminense será a primeira cidade da América do Sul a monitorar a emissão de gases de efeito estufa.

A previsão da Prefeitura é que os trabalhos em campo comecem no ano que vem, quando a cidade receberá a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A partir de então, anualmente será publicado um relatório de emissão de gases de efeito estufa. Assim, será possível acompanhar a variação da quantidade de lançamento desses gases e verificar se as medidas municipais para evitar o aquecimento global estão surtindo efeito.

A meta perseguida pela Prefeitura do Rio de Janeiro é diminuir as emissões da cidade em 8% até o ano que vem; em 16% até 2016; e em 20% até 2020.

O último inventário de emissões conhecido foi publicado em março, mas com base em dados de 2005. As maiores emissões foram provenientes dos transportes, com 39% do total; seguido dos resíduos sólidos, 14%; e das indústrias, 12%.

Outra boa notícia recente foi o anúncio da troca de equipamentos em 386 indústrias nacionais como principal medida para eliminar o consumo de hidroclorofluorcarbono, que são os HCFCs usados na manufatura de espumas e de espelhos em aparelhos de refrigeração e ar condicionado. Além de destruir a camada de ozônio, os HCFCs contribuem duas mil vezes mais para o aquecimento global do que o dióxido de carbono, o CO².

O dinheiro para a alteração tecnológica nas fábricas sairá do Fundo de Investimento de US\$19,5 milhões para implantação do Protocolo de Montreal, operado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela Agência de Cooperação Internacional Alemã.

Por fim, uma notícia relacionada à presença brasileira na Antártica, algo que considero de importância estratégica para o nosso País e que, neste momento em particular, motiva-me ainda mais, afinal, no próximo domingo, estarei compondo uma comitiva da Marinha do Brasil em uma viagem de uma semana à Antártica. Será minha primeira visita à Antártica, algo que muito me orgulha.

O convite da Marinha veio principalmente por eu ser membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, mas também por termos instalado a Comissão de Mudanças Climáticas e eu ter assumido a Presidência desta Comissão.

Portanto, não medi esforços para que possamos estar, durante toda a semana, analisando os efeitos das mudanças climáticas a partir do Polo Antártico.

Enfim, a notícia se refere à instalação de um módulo de pesquisa brasileiro previsto para dezembro próximo na latitude de 85 graus sul a cerca de 500 quilômetros do polo sul geográfico, batizado de Ciosfera 1. O módulo está recebendo as instalações de sistemas de energia e equipamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e terá entre suas atribuições a medição da composição química da atmosfera e a coleta de dados meteorológicos, como velocidade dos ventos e temperatura.

Financiado pelo Programa Antártico Brasileiro – Proantar, o Ciosfera 1 será o primeiro módulo a ser instalado no interior Antártico a funcionar 24 horas por dia, sem a necessidade de técnicos acompanhando as operações, visto que os dados serão enviados por satélite e sem a emissão de poluentes, sendo sustentado por painéis solares e geradores eólicos.

No primeiro ano de funcionamento, o Ciosfera 1 vai investigar as consequências climáticas da redução da camada de ozônio sobre o Polo Sul e o transporte atmosférico de poluentes para o ar da região.

O módulo irá trabalhar junto com as pesquisas já realizadas há mais de 25 anos na Estação Antártica Brasileira de Comandante Ferraz, localizada a 62 graus de latitude sul, na borda do continente.

Com o Ciosfera 1, o Brasil reforça seus estudos na Antártica com foco no aquecimento global, gases de efeito estufa e interação oceânico-atmosférica.

Srs. Colegas Deputados e Senadores, nobre Deputada, sem prejuízo de quaisquer outros estudos que sejam apresentados pelos demais membros desta Comissão aqui presentes, estas eram as notícias que eu gostaria de trazer neste primeiro momento.

Quero estabelecer como regra desta Comissão fazermos um relato do período que ocorreu entre a última reunião e a atual, na abertura dos trabalhos.

E coloco a Presidência e toda a Secretaria da Comissão à disposição para receber dos Srs. Parlamentares as notícias que entendem ser de importância e relevância no que diz respeito a esta Comissão e aos assuntos climáticos.

Dando início, concedo um aparte ao Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Penso que é muito oportuna essa iniciativa de V. Ex^a de sempre começar as nossas reuniões narrando fatos. Apenas gostaria de fazer algumas observações mais precisas em relação à questão do Rio de Janeiro, pois se faz necessário que as conheçamos.

De fato, o Rio de Janeiro é a primeira cidade brasileira a assumir metas de redução das suas emissões de gases de efeito estufa, das suas emissões urbanas, projetando reduzi-las em 20% até o ano de 2020.

No entanto, é necessário esclarecer que desse objetivo estão expurgadas as emissões da Companhia Siderúrgica do Atlântico, que é uma *joint venture* entre a ThyssenKrupp e a Vale do Rio Doce, instalada no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Quando ela estiver na sua carga plena de produção, vai emitir o equivalente a 9,700 milhões de toneladas de CO², o que representa 12 vezes mais que a totalidade das indústrias da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, seria impossível alcançar o objetivo pretendido levando-se em consideração as emissões da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Então, a Prefeitura entendeu e até discutimos o assunto na época, mas, de fato, essa estatística foi retirada do inventário.

Inclusive, como Secretário de Meio Ambiente nos anos 90, encomendei o primeiro inventário de emissão de gases de efeito estufa. Isso se iniciou na minha

gestão, em 1996, e se concluiu em 1998. Na época, a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa era o então vazadouro de Jardim Gramacho, em função do metano que ele emitia.

Hoje, como ouvimos o nosso Presidente mencionar, com o aterro controlado que foi instalado em cima do chamado vazadouro de Gramacho, houve uma substancial redução, mais ou menos pela metade, dessas emissões de metano. E hoje é o sistema de transporte da cidade que ocupa o primeiro lugar em emissões.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Se algum dos Parlamentares quiser fazer alguma colocação nessa linha, a palavra está aberta.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Na abertura, V. Ex^a citou a questão das usinas nucleares e o novo acidente ocorrido no Japão, que atingiu centenas de pessoas de forma direta e cerca de 16 mil pessoas de forma indireta, fora aqueles que perderam a vida por conta do tufão ocorrido no Japão.

Faço uma menção a essa questão porque o Brasil tem difundido muito, o Governo Federal, um largo interesse na prospecção e no avanço no que diz respeito à utilização da energia nuclear.

O Brasil, hoje, detém duas usinas nucleares, no Estado do Rio de Janeiro, Estado do Deputado Sirkis, com uma terceira, que, em tese, estaria em construção. As informações ainda não chegaram ao Congresso Nacional, mas duas preocupações são fundamentais. A primeira delas é que elas estão localizadas exatamente numa região de maré. Ou seja, se nós tivéssemos qualquer tipo de acidente na costa brasileira, mais especificamente lá no Estado do Rio de Janeiro, nós poderemos ter acidentes iguais ou piores do que o que ocorreu no Japão. Esta é a primeira colocação que eu faço.

A segunda é uma preocupação porque um país que tem 12% de água doce, um sistema hídrico extremamente abundante, onde mais de 70% da energia é feita através desse sistema energético hídrico e se investe ainda muito na possibilidade de termos energia através do sistema nuclear, haja vista, Presidente, que nós não temos ainda a possibilidade... Há pouco tempo, a própria Presidente do Ibama informou que Angra II não tinha sequer licença ambiental de funcionamento; sobrevivia sob a figura de um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, junto ao Ministério Público e aquilo era tido como se tivesse ocorrido licenciamento ambiental.

O mais grave é que nós não temos ainda um depósito para os rejeitos nucleares no Brasil. Isso pode ser exatamente o grande dilema daqueles que moram

naquela região, sem falar naqueles que estarão impactados por essa questão.

Então, eu gostaria de, encerrando minhas colocações, Sr. Presidente, dizer que nós poderíamos, dentro dessa mesma linha da nossa Comissão Mista de Mudanças Climáticas, interagir no que diz respeito à questão das usinas nucleares no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Trípoli.

Dando continuidade à nossa reunião, que trata da eleição do Relator, consulto os Srs. Parlamentares: recebi, até o momento, uma inscrição do Deputado Mendes Thame para concorrer à vaga de Relator. Consulto se alguém mais pretende concorrer à vaga, para que possamos dar início à abertura dessa eleição.

O SR. MÁRCIO MACEDO (PT – SE) – Deputado Márcio Macedo também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O Deputado Márcio Macedo também.

Então, temos dois concorrentes.

A regra da eleição, como temos dois concorrentes...

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Como Deputado, não como membro ainda, tenho a carta do Líder, que foi encaminhada ao Senado, como membro titular desta Subcomissão – infelizmente, não chegou ainda –, eu estou substituindo o Ministro Mendes Ribeiro, que era titular e foi para o Ministério, vagando um lugar para o PMDB. O outro titular é o Moacir Micheletto, que está para chegar. Eu não sei, mas gostaria que houvesse um pronunciamento do Moacir Micheletto para ver a posição do PMDB nessa questão. Se V. Ex^a pudesse aguardar ou postergar essa decisão da questão do Relator... Seria o pedido que estamos fazendo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Deputados e Senadores, é a segunda reunião marcada para a eleição do Relator. O que a Mesa pode fazer é suspender esta reunião, até mesmo porque não atingimos o quórum necessário para a eleição – nós temos necessidade de treze Srs. Parlamentares –, por mais alguns minutos e darmos início à nossa quinta reunião, para tratar da audiência pública.

No entanto, sempre vamos ter problema de quórum nesse horário que as sessões já estão abertas. A ideia era abrir a votação e nós começarmos o processo e ficaria em aberto. Se não der quórum até o final

da nossa reunião, aí cairia esta reunião de eleição do Relator por falta de quórum.

Então, Sr. Deputado, já é uma situação que está sendo protelada. Inclusive, sou do PMDB e entendo essa situação. O Deputado Micheletto também é do meu Estado, meu colega paranaense, mas nós já tínhamos convencionado, na última reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que faríamos hoje a eleição e aguardamos aí, inclusive, alguns minutos.

Então, vamos dar início à votação com a inscrição dos nomes dos Deputados Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e Márcio Macedo, do PT de Sergipe.

Temos sobre a mesa as cédulas. Solicito aos Srs. Parlamentares que preencham o nome do Deputado – porque é da Câmara dos Deputados a vaga da relatoria –, vá até a cabine de votação e lá deposite o seu voto.

Dando início ao processo de votação, mais uma vez registro que há duas candidaturas, do Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e do Deputado Márcio Macedo, do PT de Sergipe.

Comunico também que, após a votação dos Srs. Parlamentares presentes, esta reunião ficará suspensa e os Srs. Parlamentares que forem chegando serão avisados e vão proceder à votação durante a nossa audiência pública.

Chamo, na ordem, para votar o Deputado Alfredo Sirkis. *(Pausa.)*

Dr. Carlos Thame, por favor. *(Pausa.)*

Deputada Rebecca Garcia. *(Pausa.)*

Seja bem-vindo, Senador Aloysio, a quem já convidamos para a votação.

Temos inscritos, Senador Aloysio, dois candidatos à relatoria da Comissão Mista de Mudanças Climáticas: Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e Deputado Márcio Macedo, do PT de Sergipe.

Convido o Deputado Márcio Macedo para votar. *(Pausa.)*

Convido o Senador Blairo Maggi para votar.

Comunico que proferirei meu voto.

Na forma avençada anteriormente, nós vamos suspender a 4ª reunião desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, destinada à eleição do relator. Conforme vão chegando os Srs. Parlamentares, será procedida a eleição.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 18 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Vamos dar início, de imediato, à 5ª reunião da Comissão de Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4 de 2008.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião da Sessão anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião trata de audiência pública com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, tratar dos resultados do 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Atrópicas de Gases de Efeito Estufa, conforme dispõe a Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima, e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011, Comissão de Mudanças Climáticas, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis e também do Senador Sérgio Souza.

Com a presença do Sr. José Antônio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, e também do Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Convido os Srs. José Antônio Marengo Orsini e Eduardo Delgado Assad para tomarem assento à Mesa.

De acordo com o que foi avençado com os senhores palestrantes, nós vamos primeiro conceder a palavra ao Sr. Eduardo Delgado Assad para que dê início à sua exposição.

O senhor tem a palavra, Dr. Eduardo.

Fizemos uma breve análise do tempo que nós temos, até mesmo porque a partir das 16 horas tem início a Ordem do Dia no Senado Federal, e vamos destinar 20 minutos para cada um dos senhores palestrantes e depois os Srs. Parlamentares terão cinco minutos para perguntas e considerações; e os senhores palestrantes de cinco a 10 minutos para responder às perguntas.

V. S^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Boa-tarde a todos. Incumbiu-me a Ministra Isabela Teixeira de representá-la nesta audiência pública, de maneira que a gente possa discutir o objeto desta audiência que é falar um pouco sobre a situação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Acredito que, como já temos o hábito de trabalhar em conjunto e fazermos parte da Rede Clima, tanto eu como o professor Marengo, caso haja, e certamente haverá complementaridade entre as apresentações, mas caso não completemos todas as demandas que

forem feitas, nós poderemos fazê-las durante os debates que vierem a surgir.

Vou tentar mostrar a vocês um pouco do que o Governo está fazendo, desde o início deste ano, com relação à Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional. Vou fazer um breve relato sobre o que está acontecendo e algumas ações que já estão ocorrendo.

Próximo, por favor.

Então, um breve relato sobre isso. O que nós temos hoje com relação às emissões de gases de efeito estufa, nós temos uma média anual de emissões no Brasil na faixa de 2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente; no ano de 2009, nós tivemos 1.77 bilhões de toneladas. Essa é a distribuição dessas emissões, onde nós temos aí, no setor de mudanças do uso da terra, na agropecuária, temos um peso muito grande com relação a essas emissões; portanto, objeto de mais planos setoriais para reduzi-las. E, em 2007, houve uma pequena evolução entre um setor e outro, e principalmente tivemos, no caso da energia, uma ampliação de 16% para 23%.

Próximo, por favor.

A Política Nacional sobre Mudanças de Clima está alicerçada para poder executar e atingir as metas, que foram estabelecidas nos planos e nos decretos, está alicerçada em dois mecanismos de financiamento que podem nos ajudar a atingir essas metas: primeiro, o Fundo da Mudança Climática, conhecido como Fundo Clima, e o segundo, o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

No Brasil, esta tabela é bastante conhecida de todos vocês – foi muito divulgada. As contribuições do Brasil para mitigação de gases de efeito estufa teve seu compromisso oficializado em Copenhague, e nós tivemos aí estes quatro itens que foram estabelecidos: uso da terra, agropecuária, energia e os outros ali com a siderurgia.

A ideia então é que a gente chegasse com relação a 2005 a uma proporção de redução entre 36.1% a 38.9% da redução das nossas emissões. Mais na frente eu vou quantificar isso e vamos ter uma ideia do que vem a ser isso.

Próximo.

É isso aí. Se a gente não fizesse nada, se o Brasil não estivesse empenhado em fazer essas reduções, nós teríamos, segundo inventário, uma projeção para 2020, de 3.2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente. E cada componente, daqueles apresentados aos senhores, teria esse peso nesses 3.2 bilhões de toneladas: peso da indústria, da agropecuária, da energia, mudança de uso da terra, onde vocês podem perceber,

claramente, que essa mudança de uso da terra tem um peso muito forte no Brasil.

Próximo, por favor.

A ideia é a de que, a partir dos diversos mecanismos que nós criamos, decretos, leis, planos, planos setoriais e ações feitas, a gente reduza isso, ou seja, que a gente consiga chegar, em 2020, a 2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente em relação a 2005. É essa a ideia, é esse o esforço que nós estamos tentando, estamos fazendo para alcançar isso.

Temos algumas notícias boas para dar e temos outras notícias que não são tão boas assim, mas alguma coisa está acontecendo no Brasil.

Vamos para frente.

Essa Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída nesta Lei 12.187, de 29 de dezembro, regulamentada pelo Decreto de 09 de dezembro. Os instrumentos da política são o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. E aí nós temos de manter o crescimento do Brasil compatível com o sistema climático. Ninguém quer que o sistema climático, a redução de emissões, pare o crescimento brasileiro. E todas essas emissões foram calculadas, com base no crescimento do PIB de 4% a 6% ao ano. E aí temos um compromisso voluntário dessa redução. Isso é conhecido dos senhores e a gente está trabalhando nesse sentido.

Próximo.

Os Planos Setoriais que existem hoje, conhecidos como políticas públicas, temos de consolidar o que nós estamos chamando de Economia de Baixo Carbono, que atinge: geração e distribuição de energia elétrica, transporte público urbano, sistemas modais de transportes interestaduais de carga e passageiros; na indústria de transformação de bens duráveis: química fina, de base, papel, celulose, mineração, construção civil, serviços, saúde e agropecuária. É muito amplo! É uma coisa muito ampla. Então, é um trabalho hercúleo. Nós temos de tentar convencer cada setor de que é preciso estabelecer metas, porque, se não houver metas, nós não podemos usar os recursos do Fundo para poder incentivar a melhoria dos sistemas. Você não empresta dinheiro para quem não diz o que vai fazer com o dinheiro, não é? É difícil você fazer isso. Então, nós estamos discutindo e há uma conversa muito grande com todo o setor e estamos dizendo: "Por favor, coloquem metas, porque em cima de metas nós podemos discutir e verificar como podem ser feitas as aplicações de recursos."

Vamos para frente. Próximo.

Nos Planos Setoriais, nós temos aí, nesse decreto que determina o Plano, ele é, na verdade, um avanço muito grande com relação ao Plano de 2008. O Plano

de 2008 foi uma concepção que foi feita, por diversos grupos, onde a gente lançou várias ideias que vieram do nascedouro do relatório do IPCC de 2007, da necessidade de o Brasil tomar uma posição e se preparar para Copenhague, mas ele não tinha ainda as ações que eram estabelecidas pelos diversos Planos Setoriais de todos aqueles setores que eu mostrei para vocês. Então, a partir de 2010, nós começamos a desenvolver esses Planos Setoriais. Quais estão prontos e já são objeto de ação efetiva de recursos: o PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal –, o PPCerrado, o Plano Decenal de Expansão de Energia, o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Redução de Emissões na Siderurgia que, neste momento, já passa por uma revisão, porque ele ainda não está atendendo completamente o que a gente está querendo chamar de Siderurgia Verde e avançar nessa linha – precisamos melhorar um pouco nisso. Então, esses cinco Planos estão prontos e já são objeto de financiamento.

Próximo.

Os demais Planos, previstos nessa lei, são estes que estão aí: transporte, indústria de transformação, indústria química, papel, celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços e saúde – e nós incluímos mais dois. Houve um desejo voluntário do Ministério da Pesca e Aquicultura para fazer o Plano de Pesca e Aquicultura, mostrando que é possível fazer redução de emissões nesse setor. Concordamos. Não está na lei, mas se é voluntário é bem-vindo. Isso é importante para o País.

E, finalmente, fazendo-se uma análise crítica com relação a todos os Planos e nas questões que vão surgir a partir de 2012, que vem muito forte por aí, que são as questões da adaptação, percebemos que recursos hídricos, por ser uma ação transversal, não estavam contemplados em plano nenhum. E aí surgiu a necessidade de fazer um Plano Setorial de Recursos Hídricos, onde nós podemos contemplar as questões referentes a eventos extremos: cheias, secas e, principalmente, ações vinculadas à erosão costeira que devem atingir quase 80% da população brasileira.

Então, essas questões vão surgir muito fortemente a partir de 2012 e 2013. Então, apareceram recursos hídricos que foram aprovados ontem. Até na próxima reunião, para fazer algum informe, pode-se dizer: "O Plano Setorial de Recursos Hídricos foi aprovado ontem, na Casa Civil, na reunião da Comissão Interministerial de Mudança do Clima." Também foi bem-vindo. É uma ação conjunta em que há interesse de vários Ministérios: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Ministério

de Minas e Energia – todos eles. É uma ação transversal. O Ministério das Cidades não podia ficar de fora.

Na indústria, nós resolvemos, juntamente com o pessoal do MDIC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, discutindo com outros setores da sociedade, ao invés de criar planos para cada tipo de indústria diferente, a gente está fazendo um plano só. Vai ser o Plano da Indústria. E, dentro do Plano da Indústria, as ações efetivas vão ser discriminadas por cada tipo de indústria; como isso vai ser feito.

Há uma dificuldade, que ainda não está superada e que ainda não conseguimos resolver, mas que está sendo intensamente discutida, que é a questão da métrica. Como é que vamos fazer essa métrica para estabelecer metas na indústria? Há uma discussão econômica por trás disso que se você forçar ou propuser à indústria de fazer redução de métrica que sejam muito – vamos dizer – otimistas e não sejam alcançáveis, você reduz competitividade. Por outro lado, nós achamos que se você levar a indústria para essa redução de emissões e a transformar em uma indústria que vamos chamá-la de verde ou alinhada com a economia verde, ela se torna competitiva em médio prazo. Então, é uma discussão interessante e que está permeando hoje a base da discussão com a indústria. É muito interessante, porque você tem os dois lados e nós estamos discutindo como isso será feito; como serão estabelecidas as ações e como se vai mensurar essa redução de emissões na indústria.

Todos esses planos estão previstos para conclusão até dezembro de 2011. O mais avançado hoje é o de transporte, o de mineração está bem orientado, o de indústria está começando a pegar velocidade, pesca e aquicultura também já está bem avançado. Então, acredito que a gente consiga concluir, conforme a lei, até 15 de dezembro, os planos que estavam faltando.

Próximo.

Aparece, então, como instrumento para incentivar essas ações de redução de emissão, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse Fundo começou, efetivamente, a operar, ou seja, ficou oficial, no dia 17 de março de 2011, foi quando se fez a Comissão do Comitê Gestor do Fundo que decidiu alocar recursos por setores diferenciados. Começamos com R\$230 milhões e podemos chegar a R\$1 bilhão. Então, nós temos de mostrar que somos capazes de utilizar esses recursos para a redução de emissões de gases para que, no próximo ano, a gente consiga ampliar o valor, o teto orçamentário do fundo. E nós já pedimos para que ele fosse ampliado para R\$360 milhões para o exercício de 2012. Em princípio, está tudo ok, está indo bem. Mas nós temos de acelerar. Nossa angústia é que já estamos em setembro e não conseguimos ain-

da efetivar isso. Mas tem muita coisa em andamento. É a virada! Nós estamos chegando na virada e falta pouquinho para chegar lá e vocês vão ter uma ideia do que está acontecendo.

Com relação aos recursos reembolsáveis, a boa notícia foi a que o Senador Sérgio Souza deu aqui. Depois de seis meses, de muita discussão, e elaboração de resoluções e muito entendimento entre o Ministério da Fazenda e o BNDES, finalmente nós conseguimos aprovar a resolução do Conselho Monetário Nacional, de maneira que a gente possa emprestar os recursos reembolsáveis a juros atrativos. A ideia é esta: não é só emprestar o recurso, mas emprestar a juros atrativos, de maneira que a gente incentive, principalmente, a indústria verde. E mais para frente eu vou mostrar a vocês o que nós estamos apostando neste primeiro ano, com nossa capacidade de tentar usar esses recursos com o objetivo de redução de emissões. E tem muito a ver com o que o Deputado Sirkis falou e o que o Senador Sérgio falou: um dos alvos nossos é exatamente o transporte modal urbano onde a gente pretende reduzir essa emissão de determinados particulados que provocam então uma série de efeitos colaterais na população e também efeitos muito fortes no aquecimento nas cidades, fortalecendo aquelas ilhas de calor que ninguém deseja.

Nos recursos não reembolsáveis, para nossa surpresa – e boa surpresa – o tempo foi muito curto entre os editais e a execução do dinheiro. Nós recebemos 170 projetos em um mês. Foram apresentados 170 projetos. Destes, 70 foram selecionados como capazes de se candidatarem ao fundo. Esses 70 projetos serão analisados semana que vem, dia 28 de setembro. Então, entre o edital, que terminou dia 15 de agosto, e a seleção dos projetos, nós levamos 45 dias.

Estou chamando a atenção para esse fato – trabalho muito em comitês científicos de análises de projetos – porque normalmente a gente leva de três a seis meses para fazer uma rodada completa. Nós fizemos uma espécie de força-tarefa no Ministério do Meio Ambiente e contamos com o apoio de vários colegas do Comitê Gestor, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. E, quando você quer, quando você se empenha, você consegue.

Eu não consigo entender um projeto ou projetos importantes como esses levarem um ano e meio para terem um parecer. E nós estamos percebendo isso em outros fundos. Então, nós estamos mostrando que quando a gente quer a gente faz. Então, é importante que os operadores dos fundos façam como a gente consegue fazer tanto no INPE, na Embrapa e agora no Ministério do Meio Ambiente, em que você junta uma força-tarefa, faz uma análise boa e você consegue se-

lecionar bons projetos. Se isso é importante para o Brasil, dá para fazer. Agora, se começam a criar barreiras e mais barreiras, você não avança, perde o dinheiro e fica uma coisa inútil. Então, é importante que nossos operadores, principalmente dos fundos reembolsáveis – aí eu falo diretamente para o BNDES e para outros operadores – agilizem o seu processo de análise para a gente poder, efetivamente, usar esse dinheiro. E eu peço aos senhores parlamentares que nunca se esqueçam disso. Nós temos dinheiro, temos recursos – isso é um exemplo para o mundo, isso é um exemplo para o mundo; eu rodo o mundo mostrando isso e ninguém acredita que o Brasil está pondo dinheiro, mas quando chega... A gente não está morrendo na praia ainda, mas estamos levando muito tempo para pegar um projeto, julgar esse projeto e aplicar esse projeto. Então, nós temos de dar um jeito de melhorar essa burocracia. Existe a boa vontade; nós precisamos é azeitar a máquina para ela andar mais rápido.

Próximo, por favor.

Este ano, como o fundo começou em 17 de março, os projetos foram definidos em julho e o Conselho Monetário aprovou agora, na semana passada, onde é que nós temos capacidade de usar esses recursos, rapidamente, até final do ano? Quais são aqueles setores que a gente consegue usar isso, mantendo a linha de redução de emissão de gases?

Primeiro passo: temos o transporte urbano e, nesse transporte urbano, como o BNDES financia determinados produtos, o primeiro que veio à cabeça foi a experiência – e obviamente motivo de uma concertação do Comitê: “Olha, nós temos a possibilidade de usar ônibus híbrido, o ônibus a hidrogênio – que já está em teste – e temos a experiência de São Paulo que já tem os ônibus a etanol funcionando. Vamos incentivar então o ônibus a etanol, principalmente nas capitais da Copa.”

Qual é a ideia? À medida que ocorrer a renovação de frota, você incentiva, com juros mais baixos, a substituição de ônibus a diesel por ônibus a etanol. É uma vitrina maravilhosa para o País! Boas intenções. Não vamos substituir a frota – 15 mil, 50 mil ônibus – mas você incentiva a indústria a mostrar que há um mercado e que é possível fazê-lo.

O segundo ponto são os resíduos sólidos, apoio e aterro sanitário para a geração de energia elétrica. E nesse caso também os alvos são as principais capitais da Copa onde se pode fazer isso. São Paulo tem um exemplo muito bom, Gramacho, no Rio de Janeiro, está se tornando um excelente exemplo, onde a gente pode fazer isso, ou seja: transforma-se aquele aterro sanitário em gerador de energia elétrica e reduz a emissão de metano. Incentiva-se isso.

Energia renovável, independentemente de todas as políticas que estão feitas, o importante é o Governo dar o exemplo. Então, não adianta eu ter um supermercado energético de um produto só, que é a energia hidroelétrica, ou o grande peso da elétrica; se nós temos um país com tanto sol, tanto mar e tanto vento, porque não incentivar essas coisas?

Eu tive a oportunidade de participar com o Deputado Sirkis de um debate aqui sobre energia e vimos alguns exemplos maravilhosos dessa possibilidade. Já discutimos isso há 30 anos e, há 30 anos, escuto que a energia solar é cara! Se ela é cara é porque não houve investimento em pesquisa nem desenvolvimento em novos materiais. Precisamos incentivar esse desenvolvimento, porque o mundo já está transformando energia solar em energia barata, porque houve desenvolvimento e houve incentivo à ciência e tecnologia. Nós criamos um Centro de Energia Solar, na Paraíba, há 32 anos – está quase abandonado. Nós deixamos isso de lado. Precisamos recuperar isso, resgatar. Um País deste tamanho!

Então, nós estamos incentivando a energia renovável solar, eólica e as ondas do mar. São oito mil quilômetros de costa. Nem um aparelho que a gente chama de maré motriz. Nem um! O primeiro deve ser instalado agora em Fortaleza, que é um apoio da Coppe, no Rio de Janeiro, que o desenvolveu. Isso aparece como oportunidade extraordinária, inclusive para crescimento da nossa indústria. Precisamos fazê-lo.

A revegetação da caatinga.

A caatinga já é um tipo de bioma que, pela taxa de desmatamento e pela quantidade de superfície natural que existe hoje, a sua capacidade de regeneração já está ameaçada. Nós dizemos que, se passou de 50% destruído, a capacidade de regeneração fica muito ameaçada.

Então, estamos incentivando a revegetação da caatinga nos núcleos de desertificação, associados aos territórios da cidadania, onde você revegeta a caatinga com plantas do setor e desenvolve também uma base de produção agrônômica, de frutas que sejam nativas, porque já estão adaptadas as temperaturas extremas que estamos vivendo hoje. Então, estamos falando de Umu, estamos falando de seriguela, de cajá, de cajá-manga, são produtos que existem, conhecem-se todo o ciclo tecnológico e nós conseguimos produzir sucos nesse tipo de situação. Há um incentivo via Banco do Nordeste para você ter viveiros de muda e outras coisas nesse sentido.

Também há uma ação conjunta com o MCT para a implantação do sistema de alerta a desastres naturais que está sendo implantado em Cachoeira Paulista.

Próximo, por favor.

Vamos andar rápido.

As ações efetivas que nós temos hoje é o que consta na convocação da audiência pública. Redução do desmatamento da Amazônia, redução da emissão de gases com potencial de destruição da camada de ozônio, que é o chamado PDO, início do monitoramento da agricultura BECE e o monitoramento das ações de diversos planos setoriais. Isso está em andamento.

Na redução do desmatamento da Amazônia a proposta colocada era de, até o ano de 2017, tentarmos chegar a 72%. Nós já estamos atingindo um número estabilizado, que não nos satisfaz e que é em torno de 7.000 km² desmatado em 2009 e 2010. Esses números oscilam um pouco, mas é nessa faixa.

Vamos para frente, por favor.

Esse é todo o histórico que nós temos do desmatamento da Amazônia. Nós já chegamos a 2010 com a menor taxa desde o início do monitoramento. Essa é uma notícia muito boa. Mas precisamos melhorar. O que significa isso em termos de plano setorial?

Significa que essas são as reduções de emissão de CO₂ na Amazônia, em milhões de toneladas por ano, desde 2006.

Em 2010 significa aquela taxa, naquele valor, de reduções evitadas.

Próxima.

O que nos daria então, com relação a metas, se nada fosse feito, em 2020 a projeção da emissão estaria naquele topo que vocês estão vendo.

Próximo, pode ir passando.

O que equivale a 67% das emissões projetadas para 2020.

A nossa meta é 80%, então estamos chegando em 67% em 2011. Com um pouquinho mais de esforço, conseguiremos chegar lá. Temos o Fundo Amazônia para isso e temos as ações que precisam ser feitas para continuar desenvolvendo a Amazônia e, provavelmente, criar determinados mecanismos de pagamento dos serviços ambientais, para que nós transformemos o que tem lá em algo que seja rentável àquela população. Quer dizer, esse é o número que temos hoje com relação ao desmatamento.

Próximo, por favor.

O Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, do programa brasileiro de redução, qual era a história? Em 1990 o Brasil adere ao protocolo de Montreal, em 1995 e 1997 o consumo brasileiro de HCFCs eram 10.525 toneladas com potencial de destruição do ozônio. Em 2010 esse consumo caiu para zero, foi feito um esforço e nós caímos para zero. Foi um esforço monumental onde existe, a partir do Protocolo de Montreal, um treinamento e uma transferência de tecnologia para mais de 27 mil agentes.

Nós não conhecemos, mas quando começamos a mexer nós ficamos impressionados com essas coisas. É um trabalho de formiguinha que vai sendo feito e que não aparece.

Em 2009 e 2010 o grande alvo hoje são os HCFCs, que tem em termos absolutos pouco, são 1.327 toneladas com potencial de destruição.

Em 2011, nós conseguimos em Montreal, agora em julho, renegociar esse fundo e estamos com US\$ 19 milhões para poder continuar implementando e atingir a meta.

Próximo, por favor.

Nós, então, temos em termos de CFCS, em 2005 nós praticamente reduzimos os CFCS, mas ainda temos uma tendência crescente de HCFCs.

Próximo, por favor.

A proposta é que em 2013 será o congelamento do valor da linha de base, em 2015 redução de 10%, em 2020 redução de 35% e em 2040 redução de 100% em relação à linha de base.

O que significa isso?

São dois vilões, vamos chamar assim, HCFC141 B e o HCFC 22, onde se chega a esses valores, que estão vendo, em termos de toneladas e o consumo a ser eliminado de toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio.

Próximo, por favor.

Qual é a meta? É reduzir 4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

Chamo a atenção dos senhores, pois o potencial de aquecimento é muito forte, enquanto que no meta-no eu falo em 21 vezes mais, no HCFC falo em 1.810 vezes mais, por isso que pouca tonelagem representa tanto peso no nosso aquecimento, é um poder de aquecimento elevado.

Próximo, por favor.

Estou acabando.

No monitoramento nós temos a proposta apresentada no nível internacional, foi internalizada pela política nacional do clima.

Nós temos essa redução que foi apresentada para os senhores.

Próximo.

Isso é calcado nos planos setoriais.

Próximo.

Dessas metas eu já falei.

Próximo.

Nós temos três tipos de metas, três tipos de ações que podem ser feitas. A primeira é o inventário, a segunda são as estimativas e a terceira é o monitoramento.

O inventário é um compromisso junto a Convenção-Quadro, que tem de ser feito quadrienalmente pelo MCT, isso é uma ação do MCT.

As estimativas são compromissos assumidos no âmbito do decreto, podem ser anuais, e o monitoramento é associado aos planos de ação que tem tempos diferentes.

No caso da agricultura anualmente não dá, porque não a sinal de um ano para outro. Mas em três anos dá.

No transporte talvez tenha de ser semestral.

Então, estamos discutindo com a nossa base científica, para verificar como é que vamos estabelecer isso.

Próximo, por favor.

Vai passando.

Eles estão associados.

Próximo.

Nesses planos setoriais, então, aqueles que estão prontos é o PPCDAN, o desmatamento do cerrado, a agricultura BECE, o plano de energia e o plano da siderurgia. E a elaboração, essa que falei para os senhores.

Próximo.

Nós estamos montando, esse é o primeiro ano, para monitorar nós temos de montar 10 centros de monitoramento. Cada um para cada plano setorial.

O primeiro que estamos montando é uma ação orquestrada junto com a Embrapa, Unicamp e a Rede Clima do MCT, ter a base em Campinas, onde pretendemos monitorar a agricultura BECE que já começou.

Próximo, por favor.

Esses são os pontos onde buscamos o T0, da agricultura BECE, para pastagem.

São 200 pontos monitorados no Brasil, onde pegamos o estoque de carbono em cima de pastos degradados.

Então, só vamos saber se a agricultura BECE funciona ou não daqui a dois anos quando verificarmos se o estoque alterou ou não com as ações que foram financiadas.

Então, temos o T0, isso é fundamental.

Próximo, por favor.

Esses são os tipos de coletas que são feitas, segundo todos os critérios estabelecidos pelo IPCC.

Vamos passando, por favor.

São as coletas de amostra.

São duzentos pontos no Brasil, temos o apoio da ESALQ, o apoio da Embrapa, o apoio da Unicamp, são grupos de expertise que nos ajudam.

Próximo.

Essas são as áreas de pastagem no Brasil, no bioma cerrado, que estão sendo monitoradas.

Próximo.

Na Mata Atlântica, aparece também a Amazônia e o Nordeste, que encurtei a história para não nos alongarmos muito.

Próximo.

Tudo isso catalogado, já referenciado.

Temos um sistema de monitoramento de 10 anos, onde a partir de imagens de satélites naqueles pontos que foram amostrados, nós conseguimos verificar o que acontece, o que nós chamamos de produtividade primária líquida. Se ela aumenta significa que a agricultura BECE é um sucesso, se ela não aumenta significa que tem algum problema e precisa ser resolvido.

Próximo, por favor.

Aqui, só para encerrar, queria chamar a atenção dos senhores para situação que é bastante interessante.

No cerrado o que é que temos em baixo das pastagens degradadas? De 0 a 5 centímetros nós temos em torno de 38 toneladas de carbono por hectares, até 30 centímetros são 169 toneladas.

São duas ações que precisam ser feitas, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Uma é aumentar esse estoque.

Duas é evitar que ele diminua, porque se ele diminuir tudo que está no solo vai para a atmosfera. Então, temos de evitar que ele diminua.

Esse é o trabalho imenso que nós temos pela frente, somente no item da agricultura BECE.

São quatro e nós já começamos a monitorar esse primeiro e com isso pretendemos estabelecer a estratégia de acompanhamento bianual desses itens que foram acordados.

Próximo.

Pode passar.

Essas são as ações com ligação aos planos setoriais e a política nacional de mudança do clima, ou seja, não tem ninguém parado, está todo mundo trabalhando com muita dificuldade, mas trabalhando e conseguindo colocar o trem no trilho.

Acho que a partir de 2012 ele pega velocidade e nós conseguiremos monitorar isso com mais presteza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Secretário Eduardo Delgado Assad.

Convido V. Ex^a para que fique conosco e que possamos, na sequência, dar encaminhamento as questões.

Convido, neste momento, para proferir a sua exposição o Senhor José Antônio Marengo Orsini, que é chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE.

O senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI – Muito obrigado

Vou apresentar duas visões: a visão do inventário brasileiro de emissões de gases do efeito estufa e também algumas atualizações sobre os trabalhos e

ações do IPCC. O painel intergovernamental de mudanças climáticas.

Bom, a minha formação é de climatologista e, então, eu sempre tento colocar no contexto.

O que vocês vêm na parte inferior esquerda é justamente o tema da audiência pública. São as questões das emissões e concentrações de gases de efeito estufa e os aerossóis, entre eles o hidroclorofluorcarbonos, HCFCs.

A importância disso, basicamente, é o aumento nessas emissões, pois teremos mudanças climáticas, aumento de temperatura, elevação do nível do mar, alterações das precipitações, secas e enchentes.

Isso vai ter um impacto direto na população e nos sistema antrópicos na produção de alimentos, biodiversidades, assentamentos humanos, saúde e afinal tudo que tem haver com o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico tem de considerar esses outros fatores. Chamamos de mitigação para a redução desses gases do efeito estufa e adaptação a forma como a sociedade tem de acertar essas mudanças climáticas. É o que discutimos hoje, faz parte de todo um processo que nós temos de mudança global.

Próxima, por favor.

Só para fazer uma pequena revisão, um pouco acadêmica, esses são os principais gases do efeito estufa de causa antropogênica, são o CO₂, dióxido de carbono, vem da queira de combustíveis fósseis, queima de biomassa, o metano que vem das plantações de arroz, plantas e excrementos de animais, queima da biomassa, N₂O que vem de fertilizantes, os CFCS que vem de gases de refrigerações, extintores de incêndio, solventes, vapor de água, os aerossóis, queima de combustíveis fósseis, vulcões, poeiras, sal marinho e etc.

Lembro que outros gases do efeito estufa são produzidos de forma natural, como as erupções dos vulcões, por exemplo.

São aqueles que têm haver com a causa humana.

Esses têm como consequência o aumento da poluição, formação de ilha de calor, o efeito estufa antropogênico, queimadas e em alguns lugares do mundo a chuva ácida.

Entrando em detalhes, o Secretário Assad já mencionou, o Brasil tem de fazer a cada quatro anos uma comunicação nacional para convencer o quadro das Nações Unidas de mudanças climáticas.

Dentro da segunda comunicação nacional, que foi publicada no ano passado, aparece o inventário nacional.

Então, vamos discutir algum dos aspectos daquele inventário nacional.

Próxima.

O inventário nacional, as instituições coordenadoras, tudo isso foi liderado pelo MCT.

Em energia nos temos o Ministério de Minas e Energia, em Agricultura temos a Embrapa, temos o Ministério da Agricultura, uso da terra que foi feita pelo INPE, resíduos que foram feitos pela CETESB e diferentes instituições que trabalham com processos industriais. Essas foram, digamos, as instituições contratadas para elaborar o inventário.

Próxima, por favor.

Os gases de efeito estufa considerados, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidroclorofluorcarbono, perfluorcarbono, hexaflorido de enxofre e gases indiretos como CO, NO_x e outros.

Próxima, por favor.

Nós setores considerados, no setor de energia, a queima de combustível fóssil, os gases liberados, a emissão da indústria de carvão, petróleo, CO₂ e CO₄, metano, processos industriais, como é a produção de produtos minerais, indústria química, produção de metais, produção e uso de solventes ou gases para refrigeração.

Próxima.

Os outros setores, o setor agricultura, a fermentação entérica, que tem haver com o gado, gerenciamento de excremento, arroz, queima de resíduos agrícolas, agricultura, os solos como fonte de N₂O, florestais e mudanças do uso da terra, florestas e conversão para pastagem, gerenciamento de terras abandonadas, mudanças no carbono de solo, mudanças na floresta e estoque de carbono na biomassa.

O desmatamento, além de eliminar um regulador de clima, também libera grandes quantidades de carbono.

Próxima.

Outro setor que tem haver com resíduos, eliminação de resíduos sólidos e tratamento de esgoto. Os resíduos são a maior fonte produtora do metano.

Próxima, por favor.

Inicialmente, tivemos as guias que o IPCC estabeleceu em 1996 para os inventários nacionais e de todos os países. Depois, elaborou-se uma nova em 2006 e essas novas guias, outros métodos ou fatores de emissão desenvolvido no Brasil têm sido usados para o segundo inventário nacional.

O primeiro inventário foi realizado em 1990 a 1994, e o segundo inventário atualizou até 2005. Há um terceiro inventário que deve ser feito através da Rede Clima para os próximos anos.

Próxima, por favor.

Aqui nós temos uma sequência das concentrações dos gases do efeito estufa seguindo as guias do IPCC. Do setor de energia a aviação civil.

Próxima.

Podemos observar um aumento de 1990 a 2005 das emissões em gramas de CO₂, como consequência da aviação civil, o que tem aumentado radicalmente.

Próxima.

No caso do setor industrial, cimento, produção de magnésio, ferro, aço, alumínio e a indústria química.

Próxima, por favor.

Vejam que as emissões foram maiores no final do século e depois começaram a aumentar nos últimos anos.

Próxima.

No caso da produção de ferro e aço, isso tem aumentado gradativamente, segundo a curva em vermelho.

A curva azul é o primeiro inventário, a curva vermelha seria uma atualização para o segundo inventário.

Próxima, por favor.

A emissão das indústrias de alumínio tem diminuído.

Próxima.

A produção da indústria química tem aumentado, com sobe e desce, mas em geral a tendência é o aumento.

Próxima.

No setor da agricultura a fixação biológica é o nitrogênio e a emissão direta de fertilizantes, excrementos e resíduos agrícolas.

A emissão de NO₂ aumentou até 2005.

Próxima.

É complicado ficar lendo números, mas são basicamente os números que geraram aquelas curvas.

Nós temos aí, se vocês olharem os números, por exemplo, na parte superior da tabela, CO₂, verão que os números de queima de combustíveis fósseis têm aumentado de 172 mil para quase 299 mil, em 2005.

Aumento percentual bastante forte.

No caso de metano também.

Existem tabelas para casa um dos gases do efeito estufa naquele documento da segunda comunicação nacional. Eu só coloco os mais importantes.

Próxima, por favor.

Essa figura, esse diagrama, mostra na parte esquerda a emissão de CO₂ por setores, de 1990 a 2005.

Vocês podem ver que o maior culpado é a mudança de uso de solo, para uso da terra na agricultura, envolve não só desmatamento na Amazônia, como muitas vezes a ampliação das fronteiras agrícolas.

No caso do metano, nos dois, em 1990 e 2005, a fermentação entérica, o gado bovino tem sido a maior fonte de emissão de gases do efeito estufa, nesse caso do metano em comparação com outros setores.

Próxima, por favor.

Bem, aqui, nesta figura, nós temos a emissão antrópica líquida de CO₂ para os principais ecossistemas – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal – e para todo o Brasil. Vocês veem quantidades bastante altas, bastante significativas, mas a próxima – próxima, por favor – mostra, na parte superior, a evolução das sínteses antrópicas por ecossistema. No caso da Amazônia, por exemplo, é de 460, de 1990 até 2005.

Na parte inferior, na produção agropecuária, também tem aumentado a emissão de metano na disposição de resíduos sólidos e a emissão de CO₂ e N₂ só pela incineração de resíduos sólidos.

Então, segundo a metodologia usada, segundo o inventário, todos eles mostram um aumento gradativo até 2005, de 1990 até 2005.

Próximo, por favor.

Justamente a integração das questões sobre mudança do clima no planejamento de longo prazo. Nós temos diferentes aspectos: a legislação brasileira, a Agenda 21, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que consiste no Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, na Comissão Interministerial, o Fórum Brasileiro, a Rede Brasileira de Pesquisas de Mudanças Climáticas, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede Clima, e a Comissão de Coordenação de Atividades de Meteorologia.

Temos a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política Nacional de Controle de Qualidade, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, o Plano Nacional de Logística e Transportes.

Medidas contra o desmatamento na Amazônia: Programa de Monitoramento da Amazônia por Sensoriamento Remoto; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; prevenção de incêndios e queimadas em cidades pela proteção de clima, que o Secretário Assad mencionou; medidas de caráter financeiro e tributário que são o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

Isso é algo, eu acho, que todo mundo sabe. Uma das formas de mitigação, ou seja, de redução de emissão de gases de efeito estufa é a substituição por outras fontes de energia; neste caso, o etanol de cana.

E aí veio o licenciamento e a produção de veículos leves. Veículos de gasolina têm diminuído, mas, ao final, nos últimos 8 a 10 anos, talvez a produção de veículos flex, ou seja, aqueles que usam álcool e gasolina. E realmente a produção de etanol também tem aumentado. Ainda que o preço não apareça por-

que o preço tem subido e descido, mas a produção tem aumentado.

E isso é uma das formas pelas quais a frota de veículos do Brasil é uma das que contribuem menos em comparação com outras grandes cidades, como o México, por exemplo.

Próximo.

Todos esses documentos aparecem no *website* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Por enquanto, aparece como MCT, mas logo vai mudar para MCTI. E todo aquele documento aparece nesse *website*.

Próximo, por favor.

Passando agora ao IPCC. Eu tenho orgulho e o prazer de trabalhar, de ser parte do IPCC de 1996. O quarto relatório do IPCC já foi publicado em 2007. Teve uma grande repercussão na imprensa nacional e internacional, e vocês veem os relatórios que foram produzidos. Atualmente, o IPCC está trabalhando em outros relatórios e outros produtos.

Nós temos os documentos lá embaixo indicados. Por exemplo, documento que tem a ver com a mudança antropogênica, incertezas nos modelos climáticos, nível do mar e energias renováveis. São todos trabalhos em que o IPCC está trabalhando atualmente e muitos desses documentos já foram publicados em 2010 ou estão sendo publicados em 2011.

Próximo.

Bom, no caso, o Brasil, como qualquer outro país do mundo, ultimamente tem sido afetado pelos grandes extremos do clima. À esquerda, nós temos a seca da Amazônia em 2005; à direita, nós temos a seca da Amazônia em 2010, o que nos gera todo tipo de comentários.

E justamente o fato de considerar os extremos – próximo, por favor –, leva-nos a pensar que o Brasil, em termos de instâncias naturais, depende grandemente de extremos associados à água: 58% por inundação e 11% por deslizamentos como consequência do excesso de chuvas; outros de secas, mas quase todos são mais associados aos extremos que têm a ver com água ou excesso de água.

Próximo, por favor.

Então, considerando isso, o IPCC, o Grupo do IPCC começou a elaboração de um estudo especial sobre extremos, riscos extremos e gerenciamento de extremos e políticas de adaptação aos extremos durante anos, pela mudança climática.

Esse documento, que copiei diretamente em inglês, tem nove capítulos, que representam os diferentes aspectos extremos: a parte de exposição, o risco e vulnerabilidade, os aspectos climáticos, os impactos dos extremos nos sistemas naturais e humanos, o gerenciamento de extremos em nível local, o risco

de extremos em políticas nacionais, desenvolvimento sustentável e casos de estudo.

Esse relatório já deverá ser publicado em novembro deste ano e será, talvez, um dos principais produtos do IPCC, exclusivamente para extremos.

Próximo.

Aqui, por exemplo, colocamos os extremos nos diferentes contextos. Podemos começar com o climatologista na parte esquerda, que é a parte física, a mudança climática.

Mas, em termos de políticas, temos a exposição, vulnerabilidade, risco, adaptação às mudanças climáticas, o gerenciamento dos desastres e, depois, desenvolvimento sustentável. Ou seja, toda a parte política que compete às esferas políticas do Brasil muito tem a ver com avaliações de vulnerabilidades políticas e adaptações. E, para isso, é claro, que é preciso um desenvolvimento da ciência, que está sendo feito em universidades e institutos. E isso talvez seja a única forma de se poder chegar a discutir ou pensar em desenvolvimento sustentável.

Próximo.

Já para terminar, atualmente, estamos trabalhando no Quinto Relatório do IPCC. Vocês veem os três grupos lá: Grupo I, que é a base física e científica, cujo relatório deve ser publicado em setembro de 2013; Grupo II, impacto, vulnerabilidade e adaptação, que deve ser publicado em 2014, e Grupo III, mitigação nas mudanças climáticas, que deve ser publicado em 2014. E o sumário executivo dos três documentos, que geralmente é um documento para tomadores de decisão, deverá ser publicado em outubro de 2014.

E também há um grupo especial do IPCC que está trabalhando com uma atualização das guias para os inventários de gases de efeito estufa. Será publicado em 2013 e espera-se que possa substituir as normas e as guias de inventários que o IPCC usa e que são válidas até hoje, até 2016.

Com isso, encerro a minha apresentação.

Muito obrigado por escutarem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio pela sua explanação.

Quero avisar a todos os Srs. Parlamentares que o tempo para a sua explanação e perguntas aos palestrantes é de cinco minutos. A campainha toca, automaticamente, faltando um minuto para o término do tempo.

Estão abertas as inscrições.

Como primeiro inscrito o signatário dos requerimentos, o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, inicialmente, agradeço a qualidade das duas exposições, que foram extremamente úteis.

Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta. Nós sabemos que as emissões por energia e emissões por desmatamento evoluem de forma diferente. Nas emissões por energia, nós podemos projetar, de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto, aquilo que um país com determinado crescimento vai emitir num determinado ano, no futuro. Agora, emissões por desmatamento não seguem esse padrão. Surpreende-me um pouco – e sempre tive esta curiosidade – quando eu vejo a baliza colocada em relação ao desmatamento da Amazônia, em relação a emissões, projetadas para 2020, do desmatamento da Amazônia. Eu não entendi muito a lógica de onde elas foram colocadas.

Nós sabemos que o desmatamento vinha sendo, digamos assim, irregular, com um sobe e desce ao sabor de questões de natureza econômica, questões de natureza meteorológica. Então, há variações grandes, para cima e para baixo, nos desmatamentos de ano para ano, historicamente falando. Depois, de uns dez anos para cá, passou a haver de fato uma tendência à diminuição das emissões por desmatamento em função da concreta ação desenvolvida pelo Governo brasileiro.

Então, a minha pergunta é realmente se a baliza não foi colocada num ponto exageradamente alto, no que diz respeito às metas de emissão por desmatamento.

A segunda pergunta é sobre uma coisa que eu nunca entendi muito bem. Em relação às restantes áreas de redução, calcula-se uma redução absoluta em relação ao ano-base de 2005 ou calcula-se uma redução sobre a curva *business as usual* em relação a 2020? Ou existe, de alguma forma, uma relação híbrida entre essas duas questões? Parece-me que são perguntas pertinentes.

E, para concluir, eu queria sugerir que, na próxima reunião aqui, nós pudéssemos dedicar-lhe uma exposição sobre as últimas conclusões do IPCC em relação ao quadro mundial de evolução das emissões e, basicamente, ao cálculo do que se obteria se todos aqueles objetivos voluntários anunciados em Copenhague e referendados em Cancun fossem postos em prática, e a diferença entre isso e aquilo que os cientistas do IPCC calculam como o mínimo necessário para manter a temperatura média terrestre no momento em que não ultrapassassem os dois graus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Primeiro, nós vamos ouvir todos os questionamentos dos Srs. Parlamentares e, depois, passaremos a palavra aos Srs. palestrantes.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Boa-tarde aos expositores.

Eu queria, primeiro, solicitar uma informação. Essa nossa estrutura de pesquisa e tecnologia para conhecer os processos das mudanças climáticas no Brasil, hoje está aqui representada pelo MCTI e pelo Ministério do Meio Ambiente, que estão participando.

Como está a integração dos órgãos de pesquisa para a formulação de inventários e de políticas para essa área? Essa é uma questão que me preocupa, porque nós estamos para apreciar, no Congresso, já, já, um Plano Nacional de Mineração, que deve vir com uma série de iniciativas e do qual o País precisa corretamente apropriar-se, que é o domínio de suas informações sobre minérios, minérios estratégicos, nos procedimentos para a exploração de minérios e sua relação com a questão de sustentabilidade e meio ambiente, e a importância de o Brasil ter controle desse marco do nosso processo de mineração.

Então, o Plano Nacional de Mineração está para vir para cá. Ele está, seguramente, creio, dentro das preocupações do nosso programa de mitigação de mudanças climáticas. Então, como está a interação, como os debatedores veem isso em relação ao Plano Nacional de Mineração?

Das emissões que nós verificamos, é evidente a importância da agricultura e do desmatamento – 70% ou 75% é evolução. No entanto, quando mostraram recursos do Fundo de Mudanças Climáticas, eu verifiquei – não sei se foi porque não atentei para algum detalhe – que a maior parte das áreas que recebem recursos nessa área não estão contidas nessa área. O que está acontecendo? A Embrapa ou o Governo ou o Ministério da Agricultura não pode participar? Creio que nós temos, principalmente na área de rejeitos da agricultura, da pecuária, algumas experiências localizadas, mas bem interessantes. Eu vi exposições com Itaipu, agricultura familiar, principalmente agricultura de médio e pequeno porte, utilizando biodigestores e uma série de práticas sustentáveis da agricultura. Não me parece o caso. Isso não acontece para a grande agricultura extensiva, para os grandes processos das áreas agrícolas, para a pecuária de grande porte. E isso precisa ser tratado.

Então, a minha preocupação é: como fica a atuação nessa área, que, para mim, é a questão central? Essas são as duas questões.

Dirijo-me ao MCTI. Nesse processo de inventário de emissões, os reservatórios, os grandes reservatórios do Brasil estão devidamente mensurados? Quanto a essas emissões de reservatórios, já há um valor? Porque uma das críticas que se faz aos grandes reservatórios é a possibilidade de emissão de metano, principalmente com o alagamento de florestas e

pastagens e de áreas verdes. Isso pode propiciar uma produção de gás metano.

Então, eu gostaria de saber se há, por parte do MCTI, dados sobre a atual situação dos reservatórios, principalmente os grandes reservatórios de energia no País.

Em relação ao novo relatório do IPCC, nós sabemos que houve uma polêmica muito grande com dados passados, inclusive denúncias de falsificação de dados que abalaram a credibilidade de algumas informações. Como está isso em relação... Como o Brasil tem participado disso? E que riscos nós temos na efetivação e na qualidade das informações que estão sendo produzidas pelo IPCC?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

O Deputado Sirkis, para complementar, então, as suas perguntas. Por favor.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu tinha me esquecido de fazer uma pergunta. Dentro da sua apresentação, eu não percebi uma menção a projetos de reflorestamento com a capacidade de absorção de carbono. Acho que isso é um elemento importante, sobretudo pela condição que nós temos de atrair créditos de carbono para esses projetos.

Então, eu gostaria de que você falasse um pouco sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Eu tenho duas questões a serem colocadas: uma mais dirigida ao Inpe e a outra mais dirigida ao Ministério do Meio Ambiente, até mesmo dentro do que colocou o Deputado Fernando Ferro.

Pelo que eu percebo das mudanças climáticas, há influências fortes em dois setores específicos: produção de alimentos e geração de energia. No que diz respeito à energia, com relação aos reservatórios, eles causam um impacto não só na emissão dos gases, mas também na ocupação por lâmina d'água de determinados espaços, e esses espaços, se ocupados, acarretam ou não uma mudança no clima, principalmente regional. Mas, também, dentro dessa mesma linha de raciocínio, a mudança climática tem causado algumas intempéries, algumas secas estendidas.

A capacidade dos nossos reservatórios tem tido uma baixa considerável, gerando até mesmo o racionamento do consumo de energia, e o Brasil tem, no setor hidráulico, a sua maior produção de energia. Eu gostaria de saber de V. Ex^a se há algum estudo, se já se avançou nesse sentido de avaliar qual seria o impacto das mudanças climáticas no sentido de geração de energia.

No que diz respeito à produção de alimentos, com o aquecimento global, principalmente na região dos Trópicos – entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio –, na região do Equador, há uma tendência de um aquecimento, Senador Eduardo Braga. E eu já ouvi muito se falar em migração de áreas de produção agrícola. Se nós imaginarmos nessa proporção de aquecimento global, talvez daqui a cem anos essas áreas não estarão suscetíveis à produção de alimentos, Norte e Nordeste do Brasil, e há uma necessária ou um efeito migratório para o Sul ou para o Norte. Por exemplo, hoje nós temos a maior produção de café na região de Minas, na região do Espírito Santo e talvez o Rio Grande do Sul possa ser no futuro o nosso maior produtor de café por conta do clima.

Então essas são as minhas considerações. E eu gostaria de aproveitar quórum para comunicar a todos os Srs. Parlamentares aqui presentes que nós aprovamos, na reunião da quarta-feira passada, uma audiência pública na cidade de Foz do Iguaçu. Conversei hoje pela manhã com o diretor-presidente da Itaipu Binacional e nós vamos fazer essa audiência pública em um auditório da Itaipu, dentro da Itaipu Binacional, lá no Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. E um dos temas que nós queremos debater justamente é este: o impacto dos grandes reservatórios, o impacto do aquecimento global na geração de energia, a energia hidráulica.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra aos srs. palestrantes, primeiro ao doutor...

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu havia pedido a palavra. Deputado Colatto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Colatto, por favor.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Sérgio.

Na verdade, eu queria agradecer a presteza da Mesa por ter viabilizado aí a nossa inclusão na Comissão, substituindo o grande Ministro Mendes Thame, representando o PMDB.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Mendes Ribeiro.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Mendes Ribeiro.

Eu queria ter tido a oportunidade de ouvir os palestrantes, mas sei que o tema é palpitante, IPCC, Embrapa, Governo, Ministério do Meio Ambiente.

O que eu queria colocar aqui com certeza é uma reflexão para esta Comissão de Senadores e Deputados para o mundo real, para as coisas que acontecem realmente na prática do dia a dia.

Todos acompanharam Copenhague, IPCC, e foi levantado aqui pelo Deputado Ferro a falta de credibilidade pelo que aconteceu lá em Copenhague. Então, com certeza, nós não podemos cometer o mesmo erro aqui no Brasil, na Rio+20. Eu acho que todo esse trabalho que está sendo preparado é para culminar nesse trabalho que vai ser feito no ano que vem.

Então o que a gente quer é discutir isso claramente, trazer pessoas que defendem certos princípios ou teorias, como outras que defendem o contrário. Nós temos o contraditório para que o Brasil tenha uma posição clara, transparente. Eu acho que é dever desta Comissão e da Casa levar à sociedade brasileira esse debate, Presidente Sérgio, e que a gente possa ter oportunidade de também ouvir aqueles que discordam da linha do pensamento que o IPCC coloca. Ontem mesmo nós tivemos um técnico da Embrapa, na Comissão da Amazônia, colocando uma posição; outro cientista colocando outra posição na questão do CO₂, da camada de ozônio, toda essa problemática envolvendo a agricultura. Nós temos aí a agricultura de baixo carbono que está sendo implantada, inclusive com incentivo do governo; o plantio direto hoje é uma realidade na agricultura e que não é preciso revolver o solo. Falo isso como agrônomo, porque a gente conhece o assunto.

Então eu acho que nós temos que clarear isso para levar uma informação correta à sociedade brasileira, para que possa tomar uma decisão. Tenho certeza de que o Brasil vai tomar algumas decisões lá, na Rio+20, e essa decisão tem que ser compatível com o interesse do Brasil. Chega de nós estarmos aí comprometendo o Brasil em certas posições, quando, na realidade, o mundo lá fora não pensa como nós e também não compactua com aqueles compromissos que a gente faz.

O compromisso é com o Brasil e eu vou trabalhar para isso nesta Comissão. Vou respeitar a opinião de outras pessoas, mas queria ouvir também cientistas que contestam o CO₂, que dizem que há cinco mil anos tínhamos mais CO₂ que hoje e que nós temos práticas agrônômicas em que você usando mais carbono você produz mais, a agricultura produz mais, que nós estamos num limite de CO₂ para poder trabalhar a questão da fotossíntese. São todas essas coisas com as quais as pessoas podem não concordar, mas que cientificamente têm que ser provadas. E eu acho que nós temos que levar isso; tecnologia científica para que a gente possa passar uma informação para a sociedade brasileira e tomar as decisões de que o Brasil precisa, levando em conta os interesses nacionais e, é claro, do meio ambiente também. Mas que nós tenhamos aí

uma posição equilibrada nesse processo que a gente vai procurar trabalhar.

Eu e o Deputado Micheletto seremos os representantes do PMDB, dois engenheiros agrônomos e que também somos preservacionistas, sim, na prática, não no discurso. Pretendemos então levar esse questionamento a todos aqueles que estiverem aqui. Não faço nenhuma pergunta, porque não ouvi as palestras, mas com certeza as arguições já foram feitas e vamos ter os esclarecimentos. Queremos participar ativamente desse processo, desarmado de qualquer resquício de posições mais ideológicas, mas precisamos levar à sociedade uma discussão clara, transparente, técnica, científica, para que o Brasil tenha uma posição na Rio+20 de acordo com os interesses do Brasil, da sociedade e também do meio ambiente e da produção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Colatto. Seja bem-vindo à Comissão de mudanças climáticas. Tenho certeza de que o seu conhecimento, especialmente na questão da agricultura, vai engrandecer os estudos e os trabalhos desta Comissão.

Passo então de imediato a palavra para o Dr. Eduardo Delgado, para que possa responder às questões aqui feitas e que ele entender que foram dirigidas ao seu tema e também para fazer as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Primeiro, concordo com o Deputado Alfredo Sirkis. Realmente, energia e desmatamento, essas emissões evoluem de forma diferente. Uma é quase linear, em função de sua demanda energética, da sua indústria, mas o desmatamento, não.

Como foi feito esse cálculo? Esse cálculo foi feito num valor emitido médio entre 1990 a 2005. E a partir dali, à medida que você fosse desmatando, você ia acrescentando então o valor emitido. Só que esse valor já está sendo revisado à medida que o conhecimento avança. Até o ano passado, nós usávamos como base 100 toneladas de carbono por hectare desmatado, emitido. Este ano, inclusive no próprio decreto, já passou para 132.

Se você perguntar a minha opinião eu digo: discordo dos dois. Eu, como pesquisador, eu sou da Embrapa, durante seis anos eu coordenei a plataforma de pesquisa de mudança climática da Embrapa; trabalho com isso há vinte e cinco anos e a gente sabe que não é assim. Então o esforço que nós estamos fazendo é exatamente...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Para cima ou para baixo?

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Eu acho que vai ser um pouco mais, porque quando você co-

meça a diferenciar os tipos fitofisionômicos, o que nós estamos encontrando, tanto em termos de estoque de carbono no solo, quanto em termos de material estocado na madeira, é mais do que 132. Aí, quando você vem para a caatinga e para o cerrado, cai um pouco. Então quando você pega no global, junta tudo, grande número, você vai chegar àquele valor lá. Mas quando você começa a diferenciar por bioma, vai ser diferenciado.

Uma notícia boa com relação a isso. Com um esforço científico muito grande brasileiro, nós já temos o mapa do CO2 estocado no Brasil por bioma, o que vai melhorar demais o cálculo. Agora a base foi a média entre 1999 e 2005 e foi o *business as usual*, está certo? Então é em cima daquilo que rebateu.

Como nós estamos fazendo revisões constantes, esses números vão sendo ajustados à medida que o conhecimento avança. É muito caro, é muito difícil fazer isso. Poucos países com a extensão brasileira conseguem, mas nós estamos avançando rapidamente nesse aspecto.

Com relação às últimas conclusões do IPCC, eu deixo para o Marengo responder. Mas eu também queria dar uma informação para vocês. Talvez vocês saibam, os Srs. Deputados e Senadores, mas o Brasil tem o seu painel brasileiro de mudança do clima e nós estamos elaborando um relatório para a Rio+20. Nós estamos em fase de conclusão. Tanto o Marengo quanto eu participamos desse painel, na mesma estrutura do IPCC. Então nós temos o IPCC tropical e estamos fazendo um esforço tremendo para ter um relatório pronto para a Rio+20, para se ter a posição brasileira sobre o conhecimento que nós temos sobre esse assunto no País, para poder exatamente dirimir determinadas dúvidas que surgem nesse debate, o que é normal, surgem não só no nível de conhecimento como no nível do contraditório. A ciência avança com o contraditório, senão... Galileu quase morreu por causa disso. A ciência avança nessa linha.

A integração dos órgãos de pesquisa no inventário, eu diria, numa resposta razoável e pragmática, vai muito bem, obrigado. Nós temos uma Rede Clima pilotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem mais de duzentos pesquisadores envolvidos e quatrocentas pessoas no total. São dez braços trabalhando em setores de emissão diferentes. Está funcionando? Está começando a pegar velocidade. Isso começou no ano passado. E aí sempre está calcada em quê? Bolsas de pesquisa, financiamentos restritos e agora aparece o Fundo Clima, colocando um pouco de dinheiro nisso. Então está começando a pegar velocidade. Mas os relatórios que já foram colocados – não tenho certeza, mas o Marengo tem isso lá no

CCST – os relatórios já estão aparecendo na Internet, mostrando um trabalho efetivo que esses dez braços estão fazendo, para a gente melhorar o nível do inventário. Então está indo bem, está indo bem.

E eu posso dizer mais, Deputado Ferro, que quando a gente sai do Brasil e mostra isso no Brasil, as pessoas não acreditam que nós temos isso.

Plano Nacional de Mineração. Esse começou recentemente, está nas mãos do Ministério de Minas e Energia; há uma concertação grande. E eu tive uma surpresa muito boa com relação a esse plano. O pessoal do carvão mineral veio atrás da gente dizendo: nós temos um plano de redução de emissão para carvão mineral. Achei superinteressante, porque é o pessoal mais ameaçado. Substituir o carvão verde pelo mineral, vegetal pelo mineral. Eles disseram: nós estamos fazendo um esforço grande para reduzir. O Brasil não vai deixar de consumir carvão mineral nos próximos vinte anos. Nós queremos dar nossa contribuição. Então eles também estão trabalhando nesse sentido e serão objeto de discussão no Plano Setorial.

Resíduos sólidos. A experiência de Santa Catarina, gerando metano para entrar na rede de Itaipu, está contemplada na Agricultura ABC. É o sexto ponto contemplado na Agricultura ABC. O Fundo não contemplou a agricultura, como o senhor colocou. Não. O Fundo, perto da agricultura ABC, é pequenininho. Para a Agricultura ABC são R\$3,2 bilhões colocados este ano, e o Fundo Clima são R\$200 milhões.

Então hoje, quais são os instrumentos de financiamento que nós temos? Fundo Amazônia, que está cuidando do desmatamento; a Agricultura ABC, do Ministério da Agricultura, que está cuidando das ações de agricultura; e o Fundo Clima, que está pegando os outros setores que não entraram.

Então não é porque não contempla, é porque já existem outros fundos que já contemplam isso. Então nós estamos privilegiando aquelas ações, no Fundo Clima, que não estão contempladas em outros fundos.

O reflorestamento, na mesma linha, pergunta do Deputado Sirkis. O reflorestamento não está? Não, o reflorestamento também está contemplado na Agricultura ABC.

Produção de alimentos e energia. Sim, existem estudos, e aí, Senador Sérgio, o seu raciocínio está correto, esse é o raciocínio que nós usamos em diversos trabalhos científicos que nós fizemos. Se nada for feito, se não fizermos nenhum esforço de adaptação das culturas, se não fizermos um esforço de melhoramento genético, o café, sim, vai para o Rio Grande do Sul; a uva, na França, já está caminhando para a Inglaterra. Vai ser um desastre. Já existem estudos dos franceses, mostrando isso claramente. A laranja, nos

Estados Unidos, também está se movimentando. E vários estudos científicos estão mostrando que isso está acontecendo, se nada for feito. Acontece que desde o momento que nós começamos a falar isso, e tem mais de doze anos, um esforço de melhoramento genético brutal está sendo feito no Brasil. Então nós já temos hoje quatro variedades de feijão prontas e que suportam temperaturas elevadas, que vêm lá do Paraná; soja está na forma, café está na forma, e nós temos banana sendo testada para substituição em algumas áreas de maçã em Santa Catarina.

Quer dizer, existe um esforço grande de mostrar que, caso o problema atinja o nível que nós queremos, alguma coisa está sendo feita. Isso também não é na magnitude em que nós gostaríamos, mas alguma coisa está sendo feita.

Produtos que vão se dar muito bem nisso: mandioca e cana de açúcar. O aquecimento global para a cana de açúcar vai ser uma beleza; a mandioca também vai se dar muito bem nisso na Região Sul.

Finalmente, no que diz respeito à Agricultura ABC, nós temos hoje no País e na área de agricultura... Obviamente que a gente se depara constantemente com o contraditório e a gente tem cada vez mais interesse em encontrar trabalhos científicos que contestem os trabalhos científicos – é assim que a gente avança. O Brasil hoje está se tornando uma referência nesses estudos de agricultura tropical.

Então a gente está mostrando o que está acontecendo e está sendo provado. Especificamente no caso do café, que o senhor citou, eu sou autor dos trabalhos que mostram que tem um problema sério com o café, se nada for feito. Foram doze anos de crítica. Eu lembro que o Deputado Mendes Thame acompanhou essa discussão em São Paulo. Foram doze anos de crítica, até o ano passado, quando esse trabalho foi convidado para abrir o Congresso Internacional de Café na Guatemala. E lá apareceram mais cinco trabalhos, mostrando exatamente o que nós havíamos dito doze anos atrás. Então são essas coisas que mostram que se a gente não tomar as providências no momento certo, aí sim, nós estaremos sob ameaça. Mas agora que a gente já está tomando essas providências, essas ameaças deixam de existir.

O caso da Agricultura ABC é muito claro nesse sentido, porque ele mostra que a agricultura deixou de ser a grande vilã, como era dois anos atrás, e passou a ser a principal solução de mitigação de gás de efeito estufa com esses trabalhos que são feitos.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Eduardo.

Passo a palavra ao Dr. José Antonio, para responder aos questionamentos e também para suas considerações finais.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARENGO ORSINI –

Tentando lembrar, eu vou responder em grupo.

As metodologias que foram usadas no primeiro e no segundo inventário para as estimativas das emissões em reservatórios, por exemplo, têm sido questionadas. Há os grupos que elaboraram e os outros grupos que falaram que era muito alta. Então como são metodologias baseadas em poucas observações, porque o monitoramento é muito caro e os orçamentos para tecnologia e ciência são baixos, justamente através da Rede Clima e de um projeto do CNPq, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas está trabalhando com instrumentação... Já foram publicados. Nós temos novas informações agora já com observações sobre os níveis de emissão dos diferentes reservatórios, não só na Amazônia, mas também em todo o Brasil. Então nós esperamos que o terceiro inventário tenha informações mais certas, mais corretas.

Em relação ao que o IPCC determina, por exemplo, aquela posição de aquecimento de 2 graus, há uma política, porque você não pode baixar um decreto e dizer que o aquecimento não deve ultrapassar 2 graus. Então isso é feito com modelos para se chegar a um aquecimento de 2 graus até o ano de 2100. Teríamos que ter uma redução nos níveis de emissão de gases de efeito estufa que economicamente não é rentável. Teria que ter um impacto econômico muito grande. Dificilmente eu acho que vamos ter medidas que vão levar a um aquecimento global de somente 2 graus. A ideia é reduzir o aquecimento ao máximo possível. Mas possivelmente seria um pouco mais que 2 graus. Nós não sabemos quanto.

Agora em termos do IPCC, mais de três mil cientistas de todos os países tiveram um problema, não digo de credibilidade, mas de informação, que foi resolvido: acessos a *e-mails* não autorizados, números que foram obtidos em estudos e que não eram estudos científicos. Então o IPCC criou um painel entre as diversas academias de ciências do mundo. O representante do Brasil foi o presidente da Fapesp, o Prof. Brito. E com isso se determinaram novas normas para a revisão do IPCC. Agora nós estamos muito mais restritos. Qualquer artigo que apareça tem que ser avaliado, os dados têm que ser disponibilizados para reconstruir esses números. Ou seja, pelo lado científico, isso vai continuar, não vai ter problema. Eu posso apostar a minha credibilidade que o IPCC não vai ter mais esses problemas.

Eu acho que com isso respondi à maior parte das perguntas. Não sei se esqueci algo. Espero que não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio.

Passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Alfredo Sirkis, porque há sobre a mesa um requerimento sobre os trabalhos da próxima reunião.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, em relação à próxima reunião, o Presidente havia proposto a presença de alguém da ANA aqui para falar sobre aspectos concernentes a questões hídricas relacionadas com mudanças climáticas. No entanto, como ele próprio não poderá estar presente, em função da viagem que nos informou, no início desta reunião, eu gostaria de propor aos Srs. Senadores e Deputados que nós dedicássemos a nossa audiência da semana que vem justamente ao que começou ser discutido aqui em relação aos últimos relatórios e às últimas conclusões do IPCC. Seria basicamente uma atualização sobre as últimas conclusões do IPCC em relação às emissões globais e à distância entre as reduções necessárias para limitar o aquecimento a dois graus. E as projeções que hoje são feitas em relação a aumentos maiores, como ele acabou de colocar, e os vários cenários dos aumentos maiores do que dois graus, que o IPCC já estudou.

Então, para nos falar sobre isso, os maiores especialistas brasileiros que eu consegui aqui rapidamente inventariar e que eu gostaria de convidar, seria a Dra Telma Krug, pelo Inpe, a Suzana Kahn, que atualmente está na Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o Emílio La Rovere, do COP, e o Paulo Artaxo, da USP [*falha na gravação*]... do Meio Ambiente. Parece-me que essas pessoas formariam um painel altamente capacitado a nos prestar todos esses esclarecimentos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Penso que o interessante nisso é estabelecer um contraditório. Não é uma pessoa de quem eu tenha muita informação, mas o pesquisador Molion tem uma visão crítica disso. Seria talvez interessante, se for possível, incorporá-lo, pela visão crítica, nem sempre é coincidente, mas que pode ser interessante para animar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

Deputado Fernando Ferro, eu vou submeter à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento colocado pelo Deputado Alfredo Sirkis, que o encaminhou neste momento, tendo em vista que na próxima reunião tínhamos

a aprovação para ouvirmos o representante da ANA. Mas como eu fui o signatário desse requerimento e não vou estar na próxima reunião, que vai ser no dia 28, quarta-feira próxima, por conta da minha viagem à Antártica, então eu submeto à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento encaminhado pelo Deputado Alfredo Sirkis. Incorporando a sugestão do Deputado Fernando Ferro, que, na sequência, será formalizado e depois serão convidados os senhores aqui indicados.

Eu só vejo que mais de dois nomes, talvez o tempo fique curto para que os parlamentares possam também participar da reunião. Então, a minha sugestão é que todos eles sejam convidados e que nós coloquemos em audiências separadas. Talvez, dois expositores por reunião.

Coloco à apreciação de V. Ex^{as}.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Serão formalizados e atendidos os requerimentos na forma regimental.

Antes de encerrarmos a nossa reunião deliberativa, a nossa audiência pública, eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que nós encaminhamos à Mesa, a Secretaria encaminhou a todos os senhores parlamentares que compõem esta comissão uma proposta de plano de trabalho.

Com a eleição hoje do relator, nós vamos, por mais uma semana, aguardar a sugestão de V. Ex^{as} e também do relator, para que o relator coloque as suas considerações no sentido de que, no dia 5 de outubro, nós venhamos votar esse plano de trabalho e iniciar, imediatamente, os trabalhos, já levando em consideração as audiências públicas aqui realizadas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Declaro reaberta a 4ª Reunião.

Neste momento, agradeço ao Sr. José Antonio, representante do Inpe, e ao Dr. Eduardo Delgado, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela brilhante exposição pelo tema.

Dando continuidade à nossa reunião de eleição do relator, foram registrados dois parlamentares, dos Srs. Deputados, como candidatos: o Deputado Mendes Thame e o Deputado Márcio Macêdo.

Declaro, portanto, encerrada a votação.

Convido os Srs. Parlamentares, o Deputado Trípoli e o Deputado Garotinho, para que procedam à escrutinação dos votos. Convido também o Senador

Valadares, para que acompanhe o procedimento de escrutinação desses votos.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Srs. Parlamentares, a presidência vai proclamar o resultado. Foram 19 votantes, sendo o eleito, com 10 votos, o Deputado Márcio Macêdo, a quem convido para sentar à mesa.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, na última reunião, nós colocamos também, sugerimos aos Srs. Parlamentares se nós formaríamos uma comissão para irmos ao Panamá, na Convenção do Panamá, e deixamos aberto àqueles que tivessem interesse. Está prevista para a primeira semana de outubro e nós estamos já na penúltima semana de setembro. Como nenhum Parlamentar manifestou o interesse em ir até o Panamá...

Seja bem-vindo, Deputado Márcio Macêdo, à relatoria. Esperamos que o conhecimento de V. Ex^a engrandeça esta comissão. E que possamos, ao final deste ano, apresentar o melhor relatório já feito por esta comissão aqui no Congresso Nacional. Seja bem-vindo!

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Em conversa com a secretaria da Comissão, e mesmo que precisávamos viabilizar perante a Mesa do Senado a questão de passagens e traslado para o Panamá, pelo curto espaço de tempo, não há mais possibilidade de abrirmos novo prazo para inscrições dos Srs. Parlamentares para essa Convenção do Panamá.

Mas, lembro aos senhores que nós teremos no final de novembro, início de dezembro, a Comissão de Durban, na África do Sul, a COP/MOP, que é inclusive uma das mais esperadas no que diz respeito ao controle do clima. E com um prazo razoável, a Mesa, a Presidência vai abrir um prazo para a inscrição dos Srs. Parlamentares, para que possamos formar, desta vez, uma comissão dos Srs. Parlamentares para representar o Congresso Nacional em Durban, na África do Sul.

Relembrando que a nossa próxima reunião será na quarta-feira, às 14 horas. Comunico, mais uma vez, que não estarei presente. Será presidida pelo Deputado Alfredo Sirkis, o nosso vice-presidente desta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, declaro...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ. Pela ordem.) – Apenas uma perguntinha, porque eu me atrasei em função de nós estarmos discutindo a questão da Emenda 29, que está inclusive em discussão.

Eu não pude perceber se nós criamos subcomissões dentro da comissão. Se não, eu gostaria de propor algumas subcomissões importantes de alguns temas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não, Deputado Garotinho, ainda não. Já foi sugerido por outros Srs. Parlamentares. Nós estávamos primeiro esperando a eleição da relatoria, porque, regimentalmente, não se prevê a possibilidade nem a impossibilidade de sub-relatorias. Mas, então, nós vamos discutir agora com o relator a possibilidade – o relator é quem vai determinar isso –, porque esses relatórios feitos por eventuais sub-relatores subsidiarão o relatório do relator. Então, eu acho plausível a ideia.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – E são muitos assuntos, e diversos, às vezes questões muito específicas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Até mesmo pelo curto espaço de tempo que temos. Eu acho que é prudente, Deputado Garotinho.

Agora, nós vamos ter, até o dia 5, para nós aprovarmos o nosso plano de trabalho. Esse plano de trabalho nós temos que mostrar aonde é que nós queremos chegar, qual é o porto que nós queremos aportar, onde a comissão vai concluir o seu relatório.

Então, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas está aberta a sugestões de todos os Srs. Parlamentares, para que agregue – nós já fizemos uma breve exposição de propostas, mas agora com a presença do relator –, o máximo possível, idéias, para que possamos elaborar o nosso plano e aprová-lo no dia 5 outubro. Inclusive, podemos já aprovar nessa data também a questão das sub-relatorias e escolhermos aí, a critério do relator, os sub-relatores; e aqui conversando com os Srs. Parlamentares, os sub-relatores para o relatório final.

Antes de encerrarmos, eu passo, então, a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, nosso relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente Sérgio Souza, Senador da República, Vice-Presidente Deputado Alfredo Sirkis, eu queria, em nome desses, abraçar a todos e a todas presentes e dizer da minha satisfação e alegria de compor esse triunvirato que vai conduzir esta comissão tão importante para o Brasil, que é esta que nós acabamos de completar a sua administração.

Quero agradecer a todos os Deputados que participaram do processo e colocar, Sr. Presidente, que eu tenho militância nessa área, formação acadêmica na área e tenho experiência de gestão nessa área. Então, quero colocar isso a serviço desta Comissão para ajudar no sentido de que possamos ter um rela-

tório compatível com os desafios que nós temos nesse momento do País.

Queria, independente de criar as sub-relatorias ou não – essa é uma decisão *a posteriori* – dizer ao Deputado Mendes Thame que eu gostaria que S. Ex^a me ajudasse no processo de construção da relatoria, pela sua experiência, pela sua história. Nós estamos abertos para lhe ouvir, para nos ajudar a construir conjuntamente.

No mais é o trabalho. Quero me colocar à disposição completamente desse processo, Sr. Presidente. Estou aqui para cumprir essa tarefa importante que eu considero para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para o dia 28 de setembro, às 14 horas.

(Reaberta às 16 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de setembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi e Valdir Colatto, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença dos Senhores José Antonio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

e Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente, como expositores, para discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Climáticas; tratar dos resultados do segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa, conforme disposto na Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza e do Deputado Alfredo Sirkis. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Sérgio Souza e os Deputados Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame e Alfredo Sirkis. A Comissão aprova extrapauta o Requerimento nº 5, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer audiência pública desta comissão para tratar dos dados atualizados do IPCC sobre emissões de gases de efeito estufa, com os seguintes convidados: Paulo Artacho, Professor da USP, Emilio La Rovere, da COPPE, da UFRJ, Suzana Khan, da COPPE e da SEMA-RJ e Luiz Carlos Molion, Professor da Universidade Federal de Alagoas. A Presidência comunica que a próxima reunião da Comissão será realizada no dia 28 de setembro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 21/09/2011

De imediato, à 5ª reunião da Comissão de Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4 de 2008.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião da Sessão anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permanecem como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião trata de audiência pública com a finalidade de discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, tratar dos resultados do 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, conforme dispõe a Lei 12.187, de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima, e informar os novos resultados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas,

conhecido como IPCC, em atendimento ao Requerimento nº 2/2011, Comissão de Mudanças Climáticas, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis e também do Senador Sérgio Souza.

Com a presença do Sr. José Antônio Marengo Orsini, Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE, representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, e também do Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Convido os Srs. José Antônio Marengo Orsini e Eduardo Delgado Assad para tomarem assento à Mesa.

De acordo com o que foi avençado com os senhores palestrantes, nós vamos primeiro conceder a palavra ao Sr. Eduardo Delgado Assad para que dê início à sua exposição.

O senhor tem a palavra, Dr. Eduardo.

Fizemos uma breve análise do tempo que nós temos, até mesmo porque a partir das 16 horas tem início a Ordem do Dia no Senado Federal, e vamos destinar 20 minutos para cada um dos senhores palestrantes e depois os Srs. Parlamentares terão cinco minutos para perguntas e considerações; e os senhores palestrantes de cinco a 10 minutos para responder às perguntas.

V. S^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Boa-tarde a todos. Incumbiu-me a Ministra Isabela Teixeira de representá-la nesta audiência pública, de maneira que a gente possa discutir o objeto desta audiência que é falar um pouco sobre a situação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Acredito que, como já temos o hábito de trabalhar em conjunto e fazermos parte da Rede Clima, tanto eu como o professor Marengo, caso haja, e certamente haverá complementaridade entre as apresentações, mas caso não completemos todas as demandas que forem feitas, nós poderemos fazê-las durante os debates que vierem a surgir.

Vou tentar mostrar a vocês um pouco do que o Governo está fazendo, desde o início deste ano, com relação à Política Nacional sobre Mudanças do Clima e o Plano Nacional. Vou fazer um breve relato sobre o que está acontecendo e algumas ações que já estão ocorrendo.

Próximo, por favor.

Então, um breve relato sobre isso. O que nós temos hoje com relação às emissões de gases de efeito estufa, nós temos uma média anual de emissões no Brasil na faixa de 2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente; no ano de 2009, nós tivemos 1.77 bilhões de toneladas. Essa é a distribuição dessas emissões, onde

nós temos aí, no setor de mudanças do uso da terra, na agropecuária, temos um peso muito grande com relação a essas emissões; portanto, objeto de mais planos setoriais para reduzi-las. E, em 2007, houve uma pequena evolução entre um setor e outro, e principalmente tivemos, no caso da energia, uma ampliação de 16% para 23%.

Próximo, por favor.

A Política Nacional sobre Mudanças de Clima está alicerçada para poder executar e atingir as metas, que foram estabelecidas nos planos e nos decretos, está alicerçada em dois mecanismos de financiamento que podem nos ajudar a atingir essas metas: primeiro, o Fundo da Mudança Climática, conhecido como Fundo Clima, e o segundo, o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

No Brasil, esta tabela é bastante conhecida de todos vocês – foi muito divulgada. As contribuições do Brasil para mitigação de gases de efeito estufa teve seu compromisso oficializado em Copenhague, e nós tivemos aí estes quatro itens que foram estabelecidos: uso da terra, agropecuária, energia e os outros ali com a siderurgia.

A ideia então é que a gente chegasse com relação a 2005 a uma proporção de redução entre 36.1% a 38.9% da redução das nossas emissões. Mais na frente eu vou quantificar isso e vamos ter uma ideia do que vem a ser isso.

Próximo.

É isso aí. Se a gente não fizesse nada, se o Brasil não estivesse empenhado em fazer essas reduções, nós teríamos, segundo inventário, uma projeção para 2020, de 3.2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente. E cada componente, daqueles apresentados aos senhores, teria esse peso nesses 3.2 bilhões de toneladas: peso da indústria, da agropecuária, da energia, mudança de uso da terra, onde vocês podem perceber, claramente, que essa mudança de uso da terra tem um peso muito forte no Brasil.

Próximo, por favor.

A ideia é a de que, a partir dos diversos mecanismos que nós criamos, decretos, leis, planos, planos setoriais e ações feitas, a gente reduza isso, ou seja, que a gente consiga chegar, em 2020, a 2 bilhões de toneladas CO₂ equivalente em relação a 2005. É essa a ideia, é esse o esforço que nós estamos tentando, estamos fazendo para alcançar isso.

Temos algumas notícias boas para dar e temos outras notícias que não são tão boas assim, mas alguma coisa está acontecendo no Brasil.

Vamos para frente.

Essa Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída nesta Lei 12.187, de 29 de dezembro,

regulamentada pelo Decreto de 09 de dezembro. Os instrumentos da política são o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. E aí nós temos de manter o crescimento do Brasil compatível com o sistema climático. Ninguém quer que o sistema climático, a redução de emissões, pare o crescimento brasileiro. E todas essas emissões foram calculadas, com base no crescimento do PIB de 4% a 6% ao ano. E aí temos um compromisso voluntário dessa redução. Isso é conhecido dos senhores e a gente está trabalhando nesse sentido.

Próximo.

Os Planos Setoriais que existem hoje, conhecidos como políticas públicas, temos de consolidar o que nós estamos chamando de Economia de Baixo Carbono, que atinge: geração e distribuição de energia elétrica, transporte público urbano, sistemas modais de transportes interestaduais de carga e passageiros; na indústria de transformação de bens duráveis: química fina, de base, papel, celulose, mineração, construção civil, serviços, saúde e agropecuária. É muito amplo! É uma coisa muito ampla. Então, é um trabalho hercúleo. Nós temos de tentar convencer cada setor de que é preciso estabelecer metas, porque, se não houver metas, nós não podemos usar os recursos do Fundo para poder incentivar a melhoria dos sistemas. Você não empresta dinheiro para quem não diz o que vai fazer com o dinheiro, não é? É difícil você fazer isso. Então, nós estamos discutindo e há uma conversação muito grande com todo o setor e estamos dizendo: "Por favor, coloquem metas, porque em cima de metas nós podemos discutir e verificar como podem ser feitas as aplicações de recursos."

Vamos para frente. Próximo.

Nos Planos Setoriais, nós temos aí, nesse decreto que determina o Plano, ele é, na verdade, um avanço muito grande com relação ao Plano de 2008. O Plano de 2008 foi uma concepção que foi feita, por diversos grupos, onde a gente lançou várias ideias que vieram do nascedouro do relatório do IPCC de 2007, da necessidade de o Brasil tomar uma posição e se preparar para Copenhague, mas ele não tinha ainda as ações que eram estabelecidas pelos diversos Planos Setoriais de todos aqueles setores que eu mostrei para vocês. Então, a partir de 2010, nós começamos a desenvolver esses Planos Setoriais. Quais estão prontos e já são objeto de ação efetiva de recursos: o PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal –, o PPCerrado, o Plano Decenal de Expansão de Energia, o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Redução de Emissões na Siderurgia que, neste momento, já passa por uma revisão,

porque ele ainda não está atendendo completamente o que a gente está querendo chamar de Siderurgia Verde e avançar nessa linha – precisamos melhorar um pouco nisso. Então, esses cinco Planos estão prontos e já são objeto de financiamento.

Próximo.

Os demais Planos, previstos nessa lei, são estes que estão aí: transporte, indústria de transformação, indústria química, papel, celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços e saúde – e nós incluímos mais dois. Houve um desejo voluntário do Ministério da Pesca e Aquicultura para fazer o Plano de Pesca e Aquicultura, mostrando que é possível fazer redução de emissões nesse setor. Concordamos. Não está na lei, mas se é voluntário é bem-vindo. Isso é importante para o País.

E, finalmente, fazendo-se uma análise crítica com relação a todos os Planos e nas questões que vão surgir a partir de 2012, que vem muito forte por aí, que são as questões da adaptação, percebemos que recursos hídricos, por ser uma ação transversal, não estavam contemplados em plano nenhum. E aí surgiu a necessidade de fazer um Plano Setorial de Recursos Hídricos, onde nós podemos contemplar as questões referentes a eventos extremos: cheias, secas e, principalmente, ações vinculadas à erosão costeira que devem atingir quase 80% da população brasileira.

Então, essas questões vão surgir muito fortemente a partir de 2012 e 2013. Então, apareceram recursos hídricos que foram aprovados ontem. Até na próxima reunião, para fazer algum informe, pode-se dizer: "O Plano Setorial de Recursos Hídricos foi aprovado ontem, na Casa Civil, na reunião da Comissão Interministerial de Mudança do Clima." Também foi bem-vindo. É uma ação conjunta em que há interesse de vários Ministérios: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Ministério de Minas e Energia – todos eles. É uma ação transversal. O Ministério das Cidades não podia ficar de fora.

Na indústria, nós resolvemos, juntamente com o pessoal do MDIC, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, discutindo com outros setores da sociedade, ao invés de criar planos para cada tipo de indústria diferente, a gente está fazendo um plano só. Vai ser o Plano da Indústria. E, dentro do Plano da Indústria, as ações efetivas vão ser discriminadas por cada tipo de indústria; como isso vai ser feito.

Há uma dificuldade, que ainda não está superada e que ainda não conseguimos resolver, mas que está sendo intensamente discutida, que é a questão da métrica. Como é que vamos fazer essa métrica para estabelecer metas na indústria? Há uma discussão econômica por trás disso que se você forçar ou

propuser à indústria de fazer redução de métrica que sejam muito – vamos dizer – otimistas e não sejam alcançáveis, você reduz competitividade. Por outro lado, nós achamos que se você levar a indústria para essa redução de emissões e a transformar em uma indústria que vamos chamá-la de verde ou alinhada com a economia verde, ela se torna competitiva em médio prazo. Então, é uma discussão interessante e que está permeando hoje a base da discussão com a indústria. É muito interessante, porque você tem os dois lados e nós estamos discutindo como isso será feito; como serão estabelecidas as ações e como se vai mensurar essa redução de emissões na indústria.

Todos esses planos estão previstos para conclusão até dezembro de 2011. O mais avançado hoje é o de transporte, o de mineração está bem orientado, o de indústria está começando a pegar velocidade, pesca e aquicultura também já está bem avançado. Então, acredito que a gente consiga concluir, conforme a lei, até 15 de dezembro, os planos que estavam faltando.

Próximo.

Aparece, então, como instrumento para incentivar essas ações de redução de emissão, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse Fundo começou, efetivamente, a operar, ou seja, ficou oficial, no dia 17 de março de 2011, foi quando se fez a Comissão do Comitê Gestor do Fundo que decidiu alocar recursos por setores diferenciados. Começamos com R\$230 milhões e podemos chegar a R\$1 bilhão. Então, nós temos de mostrar que somos capazes de utilizar esses recursos para a redução de emissões de gases para que, no próximo ano, a gente consiga ampliar o valor, o teto orçamentário do fundo. E nós já pedimos para que ele fosse ampliado para R\$360 milhões para o exercício de 2012. Em princípio, está tudo ok, está indo bem. Mas nós temos de acelerar. Nossa angústia é que já estamos em setembro e não conseguimos ainda efetivar isso. Mas tem muita coisa em andamento. É a virada! Nós estamos chegando na virada e falta pouquinho para chegar lá e vocês vão ter uma ideia do que está acontecendo.

Com relação aos recursos reembolsáveis, a boa notícia foi a que o Senador Sérgio Souza deu aqui. Depois de seis meses, de muita discussão, e elaboração de resoluções e muito entendimento entre o Ministério da Fazenda e o BNDES, finalmente nós conseguimos aprovar a resolução do Conselho Monetário Nacional, de maneira que a gente possa emprestar os recursos reembolsáveis a juros atrativos. A ideia é esta: não é só emprestar o recurso, mas emprestar a juros atrativos, de maneira que a gente incentive, principalmente, a indústria verde. E mais para frente eu vou mostrar a vocês o que nós estamos apostando neste primei-

ro ano, com nossa capacidade de tentar usar esses recursos com o objetivo de redução de emissões. E tem muito a ver com o que o Deputado Sirkis falou e o que o Senador Sérgio falou: um dos alvos nossos é exatamente o transporte modal urbano onde a gente pretende reduzir essa emissão de determinados particulados que provocam então uma série de efeitos colaterais na população e também efeitos muito fortes no aquecimento nas cidades, fortalecendo aquelas ilhas de calor que ninguém deseja.

Nos recursos não reembolsáveis, para nossa surpresa – e boa surpresa – o tempo foi muito curto entre os editais e a execução do dinheiro. Nós recebemos 170 projetos em um mês. Foram apresentados 170 projetos. Destes, 70 foram selecionados como capazes de se candidatarem ao fundo. Esses 70 projetos serão analisados semana que vem, dia 28 de setembro. Então, entre o edital, que terminou dia 15 de agosto, e a seleção dos projetos, nós levamos 45 dias.

Estou chamando a atenção para esse fato – trabalho muito em comitês científicos de análises de projetos – porque normalmente a gente leva de três a seis meses para fazer uma rodada completa. Nós fizemos uma espécie de força-tarefa no Ministério do Meio Ambiente e contamos com o apoio de vários colegas do Comitê Gestor, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. E, quando você quer, quando você se empenha, você consegue.

Eu não consigo entender um projeto ou projetos importantes como esses levarem um ano e meio para terem um parecer. E nós estamos percebendo isso em outros fundos. Então, nós estamos mostrando que quando a gente quer a gente faz. Então, é importante que os operadores dos fundos façam como a gente consegue fazer tanto no INPE, na Embrapa e agora no Ministério do Meio Ambiente, em que você junta uma força-tarefa, faz uma análise boa e você consegue selecionar bons projetos. Se isso é importante para o Brasil, dá para fazer. Agora, se começam a criar barreiras e mais barreiras, você não avança, perde o dinheiro e fica uma coisa inútil. Então, é importante que nossos operadores, principalmente dos fundos reembolsáveis – aí eu falo diretamente para o BNDES e para outros operadores – agilizem o seu processo de análise para a gente poder, efetivamente, usar esse dinheiro. E eu peço aos senhores parlamentares que nunca se esqueçam disso. Nós temos dinheiro, temos recursos – isso é um exemplo para o mundo, isso é um exemplo para o mundo; eu rodo o mundo mostrando isso e ninguém acredita que o Brasil está pondo dinheiro, mas quando chega... A gente não está morrendo na praia ainda, mas estamos levando muito tempo para pegar um projeto, julgar esse projeto e aplicar esse projeto.

Então, nós temos de dar um jeito de melhorar essa burocracia. Existe a boa vontade; nós precisamos é azeitar a máquina para ela andar mais rápido.

Próximo, por favor.

Este ano, como o fundo começou em 17 de março, os projetos foram definidos em julho e o Conselho Monetário aprovou agora, na semana passada, onde é que nós temos capacidade de usar esses recursos, rapidamente, até final do ano? Quais são aqueles setores que a gente consegue usar isso, mantendo a linha de redução de emissão de gases?

Primeiro passo: temos o transporte urbano e, nesse transporte urbano, como o BNDES financia determinados produtos, o primeiro que veio à cabeça foi a experiência – e obviamente motivo de uma concertação do Comitê: “Olha, nós temos a possibilidade de usar ônibus híbrido, o ônibus a hidrogênio – que já está em teste – e temos a experiência de São Paulo que já tem os ônibus a etanol funcionando. Vamos incentivar então o ônibus a etanol, principalmente nas capitais da Copa.”

Qual é a ideia? À medida que ocorrer a renovação de frota, você incentiva, com juros mais baixos, a substituição de ônibus a diesel por ônibus a etanol. É uma vitrina maravilhosa para o País! Boas intenções. Não vamos substituir a frota – 15 mil, 50 mil ônibus – mas você incentiva a indústria a mostrar que há um mercado e que é possível fazê-lo.

O segundo ponto são os resíduos sólidos, apoio e aterro sanitário para a geração de energia elétrica. E nesse caso também os alvos são as principais capitais da Copa onde se pode fazer isso. São Paulo tem um exemplo muito bom, Gramacho, no Rio de Janeiro, está se tornando um excelente exemplo, onde a gente pode fazer isso, ou seja: transforma-se aquele aterro sanitário em gerador de energia elétrica e reduz a emissão de metano. Incentiva-se isso.

Energia renovável, independentemente de todas as políticas que estão feitas, o importante é o Governo dar o exemplo. Então, não adianta eu ter um supermercado energético de um produto só, que é a energia hidroelétrica, ou o grande peso da elétrica; se nós temos um país com tanto sol, tanto mar e tanto vento, porque não incentivar essas coisas?

Eu tive a oportunidade de participar com o Deputado Sirkis de um debate aqui sobre energia e vimos alguns exemplos maravilhosos dessa possibilidade. Já discutimos isso há 30 anos e, há 30 anos, escuto que a energia solar é cara! Se ela é cara é porque não houve investimento em pesquisa nem desenvolvimento em novos materiais. Precisamos incentivar esse desenvolvimento, porque o mundo já está transformando energia solar em energia barata, porque houve desen-

volvimento e houve incentivo à ciência e tecnologia. Nós criamos um Centro de Energia Solar, na Paraíba, há 32 anos – está quase abandonado. Nós deixamos isso de lado. Precisamos recuperar isso, resgatar. Um País deste tamanho!

Então, nós estamos incentivando a energia renovável solar, eólica e as ondas do mar. São oito mil quilômetros de costa. Nem um aparelho que a gente chama de maré motriz. Nem um! O primeiro deve ser instalado agora em Fortaleza, que é um apoio da Coppe, no Rio de Janeiro, que o desenvolveu. Isso aparece como oportunidade extraordinária, inclusive para crescimento da nossa indústria. Precisamos fazê-lo.

A revegetação da caatinga.

A caatinga já é um tipo de bioma que, pela taxa de desmatamento e pela quantidade de superfície natural que existe hoje, a sua capacidade de regeneração já está ameaçada. Nós dizemos que, se passou de 50% destruído, a capacidade de regeneração fica muito ameaçada.

Então, estamos incentivando a revegetação da caatinga nos núcleos de desertificação, associados aos territórios da cidadania, onde você revegeta a caatinga com plantas do setor e desenvolve também uma base de produção agrônômica, de frutas que sejam nativas, porque já estão adaptadas as temperaturas extremas que estamos vivendo hoje. Então, estamos falando de Umu, estamos falando de seriguela, de cajá, de cajá-manga, são produtos que existem, conhecem-se todo o ciclo tecnológico e nós conseguimos produzir sucos nesse tipo de situação. Há um incentivo via Banco do Nordeste para você ter viveiros de muda e outras coisas nesse sentido.

Também há uma ação conjunta com o MCT para a implantação do sistema de alerta a desastres naturais que está sendo implantado em Cachoeira Paulista.

Próximo, por favor.

Vamos andar rápido.

As ações efetivas que nós temos hoje é o que consta na convocação da audiência pública. Redução do desmatamento da Amazônia, redução da emissão de gases com potencial de destruição da camada de ozônio, que é o chamado PDO, início do monitoramento da agricultura BECE e o monitoramento das ações de diversos planos setoriais. Isso está em andamento.

Na redução do desmatamento da Amazônia a proposta colocada era de, até o ano de 2017, tentarmos chegar a 72%. Nós já estamos atingindo um número estabilizado, que não nos satisfaz e que é em torno de 7.000 km² desmatado em 2009 e 2010. Esses números oscilam um pouco, mas é nessa faixa.

Vamos para frente, por favor.

Esse é todo o histórico que nós temos do desmatamento da Amazônia. Nós já chegamos a 2010 com a menor taxa desde o início do monitoramento. Essa é uma notícia muito boa. Mas precisamos melhorar. O que significa isso em termos de plano setorial?

Significa que essas são as reduções de emissão de CO₂ na Amazônia, em milhões de toneladas por ano, desde 2006.

Em 2010 significa aquela taxa, naquele valor, de reduções evitadas.

Próxima.

O que nos daria então, com relação a metas, se nada fosse feito, em 2020 a projeção da emissão estaria naquele topo que vocês estão vendo.

Próximo, pode ir passando.

O que equivale a 67% das emissões projetadas para 2020.

A nossa meta é 80%, então estamos chegando em 67% em 2011. Com um pouquinho mais de esforço, conseguiremos chegar lá. Temos o Fundo Amazônia para isso e temos as ações que precisam ser feitas para continuar desenvolvendo a Amazônia e, provavelmente, criar determinados mecanismos de pagamento dos serviços ambientais, para que nós transformemos o que tem lá em algo que seja rentável àquela população. Quer dizer, esse é o número que temos hoje com relação ao desmatamento.

Próximo, por favor.

O Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs, do programa brasileiro de redução, qual era a história? Em 1990 o Brasil adere ao protocolo de Montreal, em 1995 e 1997 o consumo brasileiro de HCFCs eram 10.525 toneladas com potencial de destruição do ozônio. Em 2010 esse consumo caiu para zero, foi feito um esforço e nós caímos para zero. Foi um esforço monumental onde existe, a partir do Protocolo de Montreal, um treinamento e uma transferência de tecnologia para mais de 27 mil agentes.

Nós não conhecemos, mas quando começamos a mexer nós ficamos impressionados com essas coisas. É um trabalho de formiguinha que vai sendo feito e que não aparece.

Em 2009 e 2010 o grande alvo hoje são os HCFCs, que tem em termos absolutos pouco, são 1.327 toneladas com potencial de destruição.

Em 2011, nós conseguimos em Montreal, agora em julho, renegociar esse fundo e estamos com US\$ 19 milhões para poder continuar implementando e atingindo a meta.

Próximo, por favor.

Nós, então, temos em termos de CFCS, em 2005 nós praticamente reduzimos os CFCS, mas ainda temos uma tendência crescente de HCFCs.

Próximo, por favor.

A proposta é que em 2013 será o congelamento do valor da linha de base, em 2015 redução de 10%, em 2020 redução de 35% e em 2040 redução de 100% em relação à linha de base.

O que significa isso?

São dois vilões, vamos chamar assim, HCFC141 B e o HCFC 22, onde se chega a esses valores, que estão vendo, em termos de toneladas e o consumo a ser eliminado de toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio.

Próximo, por favor.

Qual é a meta? É reduzir 4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

Chamo a atenção dos senhores, pois o potencial de aquecimento é muito forte, enquanto que no metano eu falo em 21 vezes mais, no HCFC falo em 1.810 vezes mais, por isso que pouca tonelagem representa tanto peso no nosso aquecimento, é um poder de aquecimento elevado.

Próximo, por favor.

Estou acabando.

No monitoramento nós temos a proposta apresentada no nível internacional, foi internalizada pela política nacional do clima.

Nós temos essa redução que foi apresentada para os senhores.

Próximo.

Isso é calculado nos planos setoriais.

Próximo.

Dessas metas eu já falei.

Próximo.

Nós temos três tipos de metas, três tipos de ações que podem ser feitas. A primeira é o inventário, a segunda são as estimativas e a terceira é o monitoramento.

O inventário é um compromisso junto a Convenção-Quadro, que tem de ser feito quadrienalmente pelo MCT, isso é uma ação do MCT.

As estimativas são compromissos assumidos no âmbito do decreto, podem ser anuais, e o monitoramento é associado aos planos de ação que tem tempos diferentes.

No caso da agricultura anualmente não dá, porque não a sinal de um ano para outro. Mas em três anos dá.

No transporte talvez tenha de ser semestral.

Então, estamos discutindo com a nossa base científica, para verificar como é que vamos estabelecer isso.

Próximo, por favor.

Vai passando.

Eles estão associados.

Próximo.

Nesses planos setoriais, então, aqueles que estão prontos é o PPCDAN, o desmatamento do cerra-

do, a agricultura BECE, o plano de energia e o plano da siderurgia. E a elaboração, essa que falei para os senhores.

Próximo.

Nós estamos montando, esse é o primeiro ano, para monitorar nós temos de montar 10 centros de monitoramento. Cada um para cada plano setorial.

O primeiro que estamos montando é uma ação orquestrada junto com a Embrapa, Unicamp e a Rede Clima do MCT, ter a base em Campinas, onde pretendemos monitorar a agricultura BECE que já começou.

Próximo, por favor.

Esses são os pontos onde buscamos o T0, da agricultura BECE, para pastagem.

São 200 pontos monitorados no Brasil, onde pegamos o estoque de carbono em cima de pastos degradados.

Então, só vamos saber se a agricultura BECE funciona ou não daqui a dois anos quando verificarmos se o estoque alterou ou não com as ações que foram financiadas.

Então, temos o T0, isso é fundamental.

Próximo, por favor.

Esses são os tipos de coletas que são feitas, segundo todos os critérios estabelecidos pelo IPCC.

Vamos passando, por favor.

São as coletas de amostra.

São duzentos pontos no Brasil, temos o apoio da ESALQ, o apoio da Embrapa, o apoio da Unicamp, são grupos de expertise que nos ajudam.

Próximo.

Essas são as áreas de pastagem no Brasil, no bioma cerrado, que estão sendo monitoradas.

Próximo.

Na Mata Atlântica, aparece também a Amazônia e o Nordeste, que encurtei a história para não nos alongarmos muito.

Próximo.

Tudo isso catalogado, já referenciado.

Temos um sistema de monitoramento de 10 anos, onde a partir de imagens de satélites naqueles pontos que foram amostrados, nós conseguimos verificar o que acontece, o que nós chamamos de produtividade primária líquida. Se ela aumenta significa que a agricultura BECE é um sucesso, se ela não aumenta significa que tem algum problema e precisa ser resolvido.

Próximo, por favor.

Aqui, só para encerrar, queria chamar a atenção dos senhores para situação que é bastante interessante.

No cerrado o que é que temos em baixo das pastagens degradadas? De 0 a 5 centímetros nós temos em torno de 38 toneladas de carbono por hectares, até 30 centímetros são 169 toneladas.

São duas ações que precisam ser feitas, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Uma é aumentar esse estoque.

Duas é evitar que ele diminua, porque se ele diminuir tudo que está no solo vai para a atmosfera. Então, temos de evitar que ele diminua.

Esse é o trabalho imenso que nós temos pela frente, somente no item da agricultura BECE.

São quatro e nós já começamos a monitorar esse primeiro e com isso pretendemos estabelecer a estratégia de acompanhamento bianual desses itens que foram acordados.

Próximo.

Pode passar.

Essas são as ações com ligação aos planos setoriais e a política nacional de mudança do clima, ou seja, não tem ninguém parado, está todo mundo trabalhando com muita dificuldade, mas trabalhando e conseguindo colocar o trem no trilho.

Acho que a partir de 2012 ele pega velocidade e nós conseguiremos monitorar isso com mais presteza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Secretário Eduardo Delgado Assad.

Convido V. Ex^a para que fique conosco e que possamos, na sequência, dar encaminhamento as questões.

Convido, neste momento, para proferir a sua exposição o Senhor José Antônio Marengo Orsini, que é chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE.

O senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARENGO ORSINI – Muito obrigado

Vou apresentar duas visões: a visão do inventário brasileiro de emissões de gases do efeito estufa e também algumas atualizações sobre os trabalhos e ações do IPCC. O painel intergovernamental de mudanças climáticas.

Bom, a minha formação é de climatologista e, então, eu sempre tento colocar no contexto.

O que vocês vêm na parte inferior esquerda é justamente o tema da audiência pública. São as questões das emissões e concentrações de gases de efeito estufa e os aerossóis, entre eles o hidroclorofluorcarbonos, HCFCs.

A importância disso, basicamente, é o aumento nessas emissões, pois teremos mudanças climáticas, aumento de temperatura, elevação do nível do mar, alterações das precipitações, secas e enchentes.

Isso vai ter um impacto direto na população e nos sistemas antrópicos na produção de alimentos, biodiversidade.

sidades, assentamentos humanos, saúde e afinal tudo que tem haver com o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico tem de considerar esses outros fatores. Chamamos de mitigação para a redução desses gases do efeito estufa e adaptação a forma como a sociedade tem de acertar essas mudanças climáticas. É o que discutimos hoje, faz parte de todo um processo que nós temos de mudança global.

Próxima, por favor.

Só para fazer uma pequena revisão, um pouco acadêmica, esses são os principais gases do efeito estufa de causa antropogênica, são o CO₂, dióxido de carbono, vem da queira de combustíveis fósseis, queima de biomassa, o metano que vem das plantações de arroz, plantas e excrementos de animais, queima da biomassa, N₂O que vem de fertilizantes, os CFCS que vem de gases de refrigerações, extintores de incêndio, solventes, vapor de água, os aerossóis, queima de combustíveis fósseis, vulcões, poeiras, sal marinho e etc.

Lembro que outros gases do efeito estufa são produzidos de forma natural, como as erupções dos vulcões, por exemplo.

São aqueles que têm haver com a causa humana.

Esses têm como consequência o aumento da poluição, formação de ilha de calor, o efeito estufa antropogênico, queimadas e em alguns lugares do mundo a chuva ácida.

Entrando em detalhes, o Secretário Assad já mencionou, o Brasil tem de fazer a cada quatro anos uma comunicação nacional para convencer o quadro das Nações Unidas de mudanças climáticas.

Dentro da segunda comunicação nacional, que foi publicada no ano passado, aparece o inventário nacional.

Então, vamos discutir algum dos aspectos daquele inventário nacional.

Próxima.

O inventário nacional, as instituições coordenadoras, tudo isso foi liderado pelo MCT.

Em energia nós temos o Ministério de Minas e Energia, em Agricultura temos a Embrapa, temos o Ministério da Agricultura, uso da terra que foi feita pelo INPE, resíduos que foram feitos pela CETESB e diferentes instituições que trabalham com processos industriais. Essas foram, digamos, as instituições contratadas para elaborar o inventário.

Próxima, por favor.

Os gases de efeito estufa considerados, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidroclorofluorcarbono, perfluorcarbono, hexafluorido de enxofre e gases indiretos como CO, NO_x e outros.

Próxima, por favor.

Nós setores considerados, no setor de energia, a queima de combustível fóssil, os gases liberados, a emissão da indústria de carvão, petróleo, CO₂ e CO₄, metano, processos industriais, como é a produção de produtos minerais, indústria química, produção de metais, produção e uso de solventes ou gases para refrigeração.

Próxima.

Os outros setores, o setor agricultura, a fermentação entérica, que tem haver com o gado, gerenciamento de excremento, arroz, queima de resíduos agrícolas, agricultura, os solos como fonte de N₂O, florestais e mudanças do uso da terra, florestas e conversão para pastagem, gerenciamento de terras abandonadas, mudanças no carbono de solo, mudanças na floresta e estoque de carbono na biomassa.

O desmatamento, além de eliminar um regulador de clima, também libera grandes quantidades de carbono.

Próxima.

Outro setor que tem haver com resíduos, eliminação de resíduos sólidos e tratamento de esgoto. Os resíduos são a maior fonte produtora do metano.

Próxima, por favor.

Inicialmente, tivemos as guias que o IPCC estabeleceu em 1996 para os inventários nacionais e de todos os países. Depois, elaborou-se uma nova em 2006 e essas novas guias, outros métodos ou fatores de emissão desenvolvido no Brasil têm sido usados para o segundo inventário nacional.

O primeiro inventário foi realizado em 1990 a 1994, e o segundo inventário atualizou até 2005. Há um terceiro inventário que deve ser feito através da Rede Clima para os próximos anos.

Próxima, por favor.

Aqui nós temos uma sequência das concentrações dos gases do efeito estufa seguindo as guias do IPCC. Do setor de energia a aviação civil.

Próxima.

Podemos observar um aumento de 1990 a 2005 das emissões em gramas de CO₂, como consequência da aviação civil, o que tem aumentado radicalmente.

Próxima.

No caso do setor industrial, cimento, produção de magnésio, ferro, aço, alumínio e a indústria química.

Próxima, por favor.

Vejam que as emissões foram maiores no final do século e depois começaram a aumentar nos últimos anos.

Próxima.

No caso da produção de ferro e aço, isso tem aumentado gradativamente, segundo a curva em vermelho.

A curva azul é o primeiro inventário, a curva vermelha seria uma atualização para o segundo inventário.

Próxima, por favor.

A emissão das indústrias de alumínio tem diminuído.

Próxima.

A produção da indústria química tem aumentado, com sobe e desce, mas em geral a tendência é o aumento.

Próxima.

No setor da agricultura a fixação biológica é o nitrogênio e a emissão direta de fertilizantes, excrementos e resíduos agrícolas.

A emissão de NO₂ aumentou até 2005.

Próxima.

É complicado ficar lendo números, mas são basicamente os números que geraram aquelas curvas.

Nós temos aí, se vocês olharem os números, por exemplo, na parte superior da tabela, CO₂, verão que os números de queima de combustíveis fósseis têm aumentado de 172 mil para quase 299 mil, em 2005.

Aumento percentual bastante forte.

No caso de metano também.

Existem tabelas para casa um dos gases do efeito estufa naquele documento da segunda comunicação nacional. Eu só coloco os mais importantes.

Próxima, por favor.

Essa figura, esse diagrama, mostra na parte esquerda a emissão de CO₂ por setores, de 1990 a 2005.

Vocês podem ver que o maior culpado é a mudança de uso de solo, para uso da terra na agricultura, envolve não só desmatamento na Amazônia, como muitas vezes a ampliação das fronteiras agrícolas.

No caso do metano, nos dois, em 1990 e 2005, a fermentação entérica, o gado bovino tem sido a maior fonte de emissão de gases do efeito estufa, nesse caso do metano em comparação com outros setores.

Próxima, por favor.

Bem, aqui, nesta figura, nós temos a emissão antrópica líquida de CO₂ para os principais ecossistemas – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal – e para todo o Brasil. Vocês veem quantidades bastante altas, bastante significativas, mas a próxima – próxima, por favor – mostra, na parte superior, a evolução das sínteses antrópicas por ecossistema. No caso da Amazônia, por exemplo, é de 460, de 1990 até 2005.

Na parte inferior, na produção agropecuária, também tem aumentado a emissão de metano na disposição de resíduos sólidos e a emissão de CO₂ e N₂ só pela incineração de resíduos sólidos.

Então, segundo a metodologia usada, segundo o inventário, todos eles mostram um aumento gradativo até 2005, de 1990 até 2005.

Próximo, por favor.

Justamente a integração das questões sobre mudança do clima no planejamento de longo prazo. Nós temos diferentes aspectos: a legislação brasileira, a Agenda 21, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que consiste no Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, na Comissão Interministerial, o Fórum Brasileiro, a Rede Brasileira de Pesquisas de Mudanças Climáticas, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede Clima, e a Comissão de Coordenação de Atividades de Meteorologia.

Temos a política de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Política Nacional de Controle de Qualidade, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, o Plano Nacional de Logística e Transportes.

Medidas contra o desmatamento na Amazônia: Programa de Monitoramento da Amazônia por Sensoriamento Remoto; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; prevenção de incêndios e queimadas em cidades pela proteção de clima, que o Secretário Assad mencionou; medidas de caráter financeiro e tributário que são o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e o Fundo Amazônia.

Próximo, por favor.

Isso é algo, eu acho, que todo mundo sabe. Uma das formas de mitigação, ou seja, de redução de emissão de gases de efeito estufa é a substituição por outras fontes de energia; neste caso, o etanol de cana.

E aí veio o licenciamento e a produção de veículos leves. Veículos de gasolina têm diminuído, mas, ao final, nos últimos 8 a 10 anos, talvez a produção de veículos flex, ou seja, aqueles que usam álcool e gasolina. E realmente a produção de etanol também tem aumentado. Ainda que o preço não apareça porque o preço tem subido e descido, mas a produção tem aumentado.

E isso é uma das formas pelas quais a frota de veículos do Brasil é uma das que contribuem menos em comparação com outras grandes cidades, como o México, por exemplo.

Próximo.

Todos esses documentos aparecem no *website* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Por enquanto, aparece como MCT, mas logo vai mudar para MCTI. E todo aquele documento aparece nesse *website*.

Próximo, por favor.

Passando agora ao IPCC. Eu tenho orgulho e o prazer de trabalhar, de ser parte do IPCC de 1996.

O quarto relatório do IPCC já foi publicado em 2007. Teve uma grande repercussão na imprensa nacional e internacional, e vocês veem os relatórios que foram produzidos. Atualmente, o IPCC está trabalhando em outros relatórios e outros produtos.

Nós temos os documentos lá embaixo indicados. Por exemplo, documento que tem a ver com a mudança antropogênica, incertezas nos modelos climáticos, nível do mar e energias renováveis. São todos trabalhos em que o IPCC está trabalhando atualmente e muitos desses documentos já foram publicados em 2010 ou estão sendo publicados em 2011.

Próximo.

Bom, no caso, o Brasil, como qualquer outro país do mundo, ultimamente tem sido afetado pelos grandes extremos do clima. À esquerda, nós temos a seca da Amazônia em 2005; à direita, nós temos a seca da Amazônia em 2010, o que nos gera todo tipo de comentários.

E justamente o fato de considerar os extremos – próximo, por favor –, leva-nos a pensar que o Brasil, em termos de instâncias naturais, depende grandemente de extremos associados à água: 58% por inundação e 11% por deslizamentos como consequência do excesso de chuvas; outros de secas, mas quase todos são mais associados aos extremos que têm a ver com água ou excesso de água.

Próximo, por favor.

Então, considerando isso, o IPCC, o Grupo do IPCC começou a elaboração de um estudo especial sobre extremos, riscos extremos e gerenciamento de extremos e políticas de adaptação aos extremos durante anos, pela mudança climática.

Esse documento, que copiei diretamente em inglês, tem nove capítulos, que representam os diferentes aspectos extremos: a parte de exposição, o risco e vulnerabilidade, os aspectos climáticos, os impactos dos extremos nos sistemas naturais e humanos, o gerenciamento de extremos em nível local, o risco de extremos em políticas nacionais, desenvolvimento sustentável e casos de estudo.

Esse relatório já deverá ser publicado em novembro deste ano e será, talvez, um dos principais produtos do IPCC, exclusivamente para extremos.

Próximo.

Aqui, por exemplo, colocamos os extremos nos diferentes contextos. Podemos começar com o climatologista na parte esquerda, que é a parte física, a mudança climática.

Mas, em termos de políticas, temos a exposição, vulnerabilidade, risco, adaptação às mudanças climáticas, o gerenciamento dos desastres e, depois, desenvolvimento sustentável. Ou seja, toda a parte política

que compete às esferas políticas do Brasil muito tem a ver com avaliações de vulnerabilidades políticas e adaptações. E, para isso, é claro, que é preciso um desenvolvimento da ciência, que está sendo feito em universidades e institutos. E isso talvez seja a única forma de se poder chegar a discutir ou pensar em desenvolvimento sustentável.

Próximo.

Já para terminar, atualmente, estamos trabalhando no Quinto Relatório do IPCC. Vocês veem os três grupos lá: Grupo I, que é a base física e científica, cujo relatório deve ser publicado em setembro de 2013; Grupo II, impacto, vulnerabilidade e adaptação, que deve ser publicado em 2014, e Grupo III, mitigação nas mudanças climáticas, que deve ser publicado em 2014. E o sumário executivo dos três documentos, que geralmente é um documento para tomadores de decisão, deverá ser publicado em outubro de 2014.

E também há um grupo especial do IPCC que está trabalhando com uma atualização das guias para os inventários de gases de efeito estufa. Será publicado em 2013 e espera-se que possa substituir as normas e as guias de inventários que o IPCC usa e que são válidas até hoje, até 2016.

Com isso, encerro a minha apresentação.

Muito obrigado por escutarem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio pela sua explanação.

Quero avisar a todos os Srs. Parlamentares que o tempo para a sua explanação e perguntas aos palestrantes é de cinco minutos. A campainha toca, automaticamente, faltando um minuto para o término do tempo.

Estão abertas as inscrições.

Como primeiro inscrito o signatário dos requerimentos, o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, inicialmente, agradeço a qualidade das duas exposições, que foram extremamente úteis.

Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta. Nós sabemos que as emissões por energia e emissões por desmatamento evoluem de forma diferente. Nas emissões por energia, nós podemos projetar, de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto, aquilo que um país com determinado crescimento vai emitir num determinado ano, no futuro. Agora, emissões por desmatamento não seguem esse padrão. Surpreende-me um pouco – e sempre tive esta curiosidade – quando eu vejo a baliza colocada em relação ao desmatamento da Amazônia, em relação a emissões, projetadas para 2020, do desmatamento da Amazônia. Eu não entendi muito a lógica de onde elas foram colocadas.

Nós sabemos que o desmatamento vinha sendo, digamos assim, irregular, com um sobe e desce ao sa-

bor de questões de natureza econômica, questões de natureza meteorológica. Então, há variações grandes, para cima e para baixo, nos desmatamentos de ano para ano, historicamente falando. Depois, de uns dez anos para cá, passou a haver de fato uma tendência à diminuição das emissões por desmatamento em função da concreta ação desenvolvida pelo Governo brasileiro.

Então, a minha pergunta é realmente se a baliza não foi colocada num ponto exageradamente alto, no que diz respeito às metas de emissão por desmatamento.

A segunda pergunta é sobre uma coisa que eu nunca entendi muito bem. Em relação às restantes áreas de redução, calcula-se uma redução absoluta em relação ao ano-base de 2005 ou calcula-se uma redução sobre a curva *business as usual* em relação a 2020? Ou existe, de alguma forma, uma relação híbrida entre essas duas questões? Parece-me que são perguntas pertinentes.

E, para concluir, eu queria sugerir que, na próxima reunião aqui, nós pudéssemos dedicar-lhe uma exposição sobre as últimas conclusões do IPCC em relação ao quadro mundial de evolução das emissões e, basicamente, ao cálculo do que se obteria se todos aqueles objetivos voluntários anunciados em Copenhague e referendados em Cancun fossem postos em prática, e a diferença entre isso e aquilo que os cientistas do IPCC calculam como o mínimo necessário para manter a temperatura média terrestre no momento em que não ultrapassassem os dois graus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Primeiro, nós vamos ouvir todos os questionamentos dos Srs. Parlamentares e, depois, passaremos a palavra aos Srs. palestrantes.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Boa-tarde aos expositores.

Eu queria, primeiro, solicitar uma informação. Essa nossa estrutura de pesquisa e tecnologia para conhecer os processos das mudanças climáticas no Brasil, hoje está aqui representada pelo MCTI e pelo Ministério do Meio Ambiente, que estão participando.

Como está a integração dos órgãos de pesquisa para a formulação de inventários e de políticas para essa área? Essa é uma questão que me preocupa, porque nós estamos para apreciar, no Congresso, já, já, um Plano Nacional de Mineração, que deve vir com uma série de iniciativas e do qual o País precisa corretamente apropriar-se, que é o domínio de suas informações sobre minérios, minérios estratégicos, nos procedimentos para a exploração de minérios e sua relação com a questão de sustentabilidade e meio am-

biente, e a importância de o Brasil ter controle desse marco do nosso processo de mineração.

Então, o Plano Nacional de Mineração está para vir para cá. Ele está, seguramente, creio, dentro das preocupações do nosso programa de mitigação de mudanças climáticas. Então, como está a interação, como os debatedores veem isso em relação ao Plano Nacional de Mineração?

Das emissões que nós verificamos, é evidente a importância da agricultura e do desmatamento – 70% ou 75% é evolução. No entanto, quando mostraram recursos do Fundo de Mudanças Climáticas, eu verifiquei – não sei se foi porque não atentei para algum detalhe – que a maior parte das áreas que recebem recursos nessa área não estão contidas nessa área. O que está acontecendo? A Embrapa ou o Governo ou o Ministério da Agricultura não pode participar? Creio que nós temos, principalmente na área de rejeitos da agricultura, da pecuária, algumas experiências localizadas, mas bem interessantes. Eu vi exposições com Itaipu, agricultura familiar, principalmente agricultura de médio e pequeno porte, utilizando biodigestores e uma série de práticas sustentáveis da agricultura. Não me parece o caso. Isso não acontece para a grande agricultura extensiva, para os grandes processos das áreas agrícolas, para a pecuária de grande porte. E isso precisa ser tratado.

Então, a minha preocupação é: como fica a atuação nessa área, que, para mim, é a questão central? Essas são as duas questões.

Dirijo-me ao MCTI. Nesse processo de inventário de emissões, os reservatórios, os grandes reservatórios do Brasil estão devidamente mensurados? Quanto a essas emissões de reservatórios, já há um valor? Porque uma das críticas que se faz aos grandes reservatórios é a possibilidade de emissão de metano, principalmente com o alagamento de florestas e pastagens e de áreas verdes. Isso pode propiciar uma produção de gás metano.

Então, eu gostaria de saber se há, por parte do MCTI, dados sobre a atual situação dos reservatórios, principalmente os grandes reservatórios de energia no País.

Em relação ao novo relatório do IPCC, nós sabemos que houve uma polêmica muito grande com dados passados, inclusive denúncias de falsificação de dados que abalaram a credibilidade de algumas informações. Como está isso em relação... Como o Brasil tem participado disso? E que riscos nós temos na efetivação e na qualidade das informações que estão sendo produzidas pelo IPCC?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

O Deputado Sirkis, para complementar, então, as suas perguntas. Por favor.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu tinha me esquecido de fazer uma pergunta. Dentro da sua apresentação, eu não percebi uma menção a projetos de reflorestamento com a capacidade de absorção de carbono. Acho que isso é um elemento importante, sobretudo pela condição que nós temos de atrair créditos de carbono para esses projetos.

Então, eu gostaria de que você falasse um pouco sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis.

Eu tenho duas questões a serem colocadas: uma mais dirigida ao Inpe e a outra mais dirigida ao Ministério do Meio Ambiente, até mesmo dentro do que colocou o Deputado Fernando Ferro.

Pelo que eu percebo das mudanças climáticas, há influências fortes em dois setores específicos: produção de alimentos e geração de energia. No que diz respeito à energia, com relação aos reservatórios, eles causam um impacto não só na emissão dos gases, mas também na ocupação por lâmina d'água de determinados espaços, e esses espaços, se ocupados, acarretam ou não uma mudança no clima, principalmente regional. Mas, também, dentro dessa mesma linha de raciocínio, a mudança climática tem causado algumas intempéries, algumas secas estendidas.

A capacidade dos nossos reservatórios tem tido uma baixa considerável, gerando até mesmo o racionamento do consumo de energia, e o Brasil tem, no setor hidráulico, a sua maior produção de energia. Eu gostaria de saber de V. Ex^a se há algum estudo, se já se avançou nesse sentido de avaliar qual seria o impacto das mudanças climáticas no sentido de geração de energia.

No que diz respeito à produção de alimentos, com o aquecimento global, principalmente na região dos Trópicos – entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio –, na região do Equador, há uma tendência de um aquecimento, Senador Eduardo Braga. E eu já ouvi muito se falar em migração de áreas de produção agrícola. Se nós imaginarmos nessa proporção de aquecimento global, talvez daqui a cem anos essas áreas não estarão suscetíveis à produção de alimentos, Norte e Nordeste do Brasil, e há uma necessária ou um efeito migratório para o Sul ou para o Norte. Por exemplo, hoje nós temos a maior produção de café na região de Minas, na região do Espírito Santo e talvez o Rio Grande do Sul possa ser no futuro o nosso maior produtor de café por conta do clima.

Então essas são as minhas considerações. E eu gostaria de aproveitar quórum para comunicar a

todos os Srs. Parlamentares aqui presentes que nós aprovamos, na reunião da quarta-feira passada, uma audiência pública na cidade de Foz do Iguaçu. Conversei hoje pela manhã com o diretor-presidente da Itaipu Binacional e nós vamos fazer essa audiência pública em um auditório da Itaipu, dentro da Itaipu Binacional, lá no Estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. E um dos temas que nós queremos debater justamente é este: o impacto dos grandes reservatórios, o impacto do aquecimento global na geração de energia, a energia hidráulica.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra aos srs. palestrantes, primeiro ao doutor...

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu havia pedido a palavra. Deputado Colatto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Colatto, por favor.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Senador Sérgio.

Na verdade, eu queria agradecer a presteza da Mesa por ter viabilizado aí a nossa inclusão na Comissão, substituindo o grande Ministro Mendes Thame, representando o PMDB.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Mendes Ribeiro.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB – SC) – Mendes Ribeiro.

Eu queria ter tido a oportunidade de ouvir os palestrantes, mas sei que o tema é palpitante, IPCC, Embrapa, Governo, Ministério do Meio Ambiente.

O que eu queria colocar aqui com certeza é uma reflexão para esta Comissão de Senadores e Deputados para o mundo real, para as coisas que acontecem realmente na prática do dia a dia.

Todos acompanharam Copenhague, IPCC, e foi levantado aqui pelo Deputado Ferro a falta de credibilidade pelo que aconteceu lá em Copenhague. Então, com certeza, nós não podemos cometer o mesmo erro aqui no Brasil, na Rio+20. Eu acho que todo esse trabalho que está sendo preparado é para culminar nesse trabalho que vai ser feito no ano que vem.

Então o que a gente quer é discutir isso claramente, trazer pessoas que defendem certos princípios ou teorias, como outras que defendem o contrário. Nós temos o contraditório para que o Brasil tenha uma posição clara, transparente. Eu acho que é dever desta Comissão e da Casa levar à sociedade brasileira esse debate, Presidente Sérgio, e que a gente possa ter oportunidade de também ouvir aqueles que discordam da linha do pensamento que o IPCC coloca. Ontem mesmo nós tivemos um técnico da Embrapa, na Comissão da Amazônia, colocando uma posição;

outro cientista colocando outra posição na questão do CO₂, da camada de ozônio, toda essa problemática envolvendo a agricultura. Nós temos aí a agricultura de baixo carbono que está sendo implantada, inclusive com incentivo do governo; o plantio direto hoje é uma realidade na agricultura e que não é preciso revolver o solo. Falo isso como agrônomo, porque a gente conhece o assunto.

Então eu acho que nós temos que clarear isso para levar uma informação correta à sociedade brasileira, para que possa tomar uma decisão. Tenho certeza de que o Brasil vai tomar algumas decisões lá, na Rio+20, e essa decisão tem que ser compatível com o interesse do Brasil. Chega de nós estarmos aí comprometendo o Brasil em certas posições, quando, na realidade, o mundo lá fora não pensa como nós e também não compactua com aqueles compromissos que a gente faz.

O compromisso é com o Brasil e eu vou trabalhar para isso nesta Comissão. Vou respeitar a opinião de outras pessoas, mas queria ouvir também cientistas que contestam o CO₂, que dizem que há cinco mil anos tínhamos mais CO₂ que hoje e que nós temos práticas agrônomicas em que você usando mais carbono você produz mais, a agricultura produz mais, que nós estamos num limite de CO₂ para poder trabalhar a questão da fotossíntese. São todas essas coisas com as quais as pessoas podem não concordar, mas que cientificamente têm que ser provadas. E eu acho que nós temos que levar isso; tecnologia científica para que a gente possa passar uma informação para a sociedade brasileira e tomar as decisões de que o Brasil precisa, levando em conta os interesses nacionais e, é claro, do meio ambiente também. Mas que nós tenhamos aí uma posição equilibrada nesse processo que a gente vai procurar trabalhar.

Eu e o Deputado Micheletto seremos os representantes do PMDB, dois engenheiros agrônomos e que também somos preservacionistas, sim, na prática, não no discurso. Pretendemos então levar esse questionamento a todos aqueles que estiverem aqui. Não faço nenhuma pergunta, porque não ouvi as palestras, mas com certeza as arguições já foram feitas e vamos ter os esclarecimentos. Queremos participar ativamente desse processo, desarmado de qualquer resquício de posições mais ideológicas, mas precisamos levar à sociedade uma discussão clara, transparente, técnica, científica, para que o Brasil tenha uma posição na Rio+20 de acordo com os interesses do Brasil, da sociedade e também do meio ambiente e da produção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Colatto. Seja bem-vindo à Comissão de mudanças climáticas. Tenho certeza de

que o seu conhecimento, especialmente na questão da agricultura, vai engrandecer os estudos e os trabalhos desta Comissão.

Passo então de imediato a palavra para o Dr. Eduardo Delgado, para que possa responder às questões aqui feitas e que ele entenda que foram dirigidas ao seu tema e também para fazer as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Primeiro, concordo com o Deputado Alfredo Sirkis. Realmente, energia e desmatamento, essas emissões evoluem de forma diferente. Uma é quase linear, em função de sua demanda energética, da sua indústria, mas o desmatamento, não.

Como foi feito esse cálculo? Esse cálculo foi feito num valor emitido médio entre 1990 a 2005. E a partir dali, à medida que você fosse desmatando, você ia acrescentando então o valor emitido. Só que esse valor já está sendo revisado à medida que o conhecimento avança. Até o ano passado, nós usávamos como base 100 toneladas de carbono por hectare desmatado, emitido. Este ano, inclusive no próprio decreto, já passou para 132.

Se você perguntar a minha opinião eu digo: discordo dos dois. Eu, como pesquisador, eu sou da Embrapa, durante seis anos eu coordenei a plataforma de pesquisa de mudança climática da Embrapa; trabalho com isso há vinte e cinco anos e a gente sabe que não é assim. Então o esforço que nós estamos fazendo é exatamente...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Para cima ou para baixo?

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Eu acho que vai ser um pouco mais, porque quando você começa a diferenciar os tipos fitofisionômicos, o que nós estamos encontrando, tanto em termos de estoque de carbono no solo, quanto em termos de material estocado na madeira, é mais do que 132. Aí, quando você vem para a caatinga e para o cerrado, cai um pouco. Então quando você pega no global, junta tudo, grande número, você vai chegar àquele valor lá. Mas quando você começa a diferenciar por bioma, vai ser diferenciado.

Uma notícia boa com relação a isso. Com um esforço científico muito grande brasileiro, nós já temos o mapa do CO₂ estocado no Brasil por bioma, o que vai melhorar demais o cálculo. Agora a base foi a média entre 1999 e 2005 e foi o *business as usual*, está certo? Então é em cima daquilo que rebateu.

Como nós estamos fazendo revisões constantes, esses números vão sendo ajustados à medida que o conhecimento avança. É muito caro, é muito difícil fazer isso. Poucos países com a extensão brasileira

conseguem, mas nós estamos avançando rapidamente nesse aspecto.

Com relação às últimas conclusões do IPCC, eu deixo para o Marengo responder. Mas eu também queria dar uma informação para vocês. Talvez vocês saibam, os Srs. Deputados e Senadores, mas o Brasil tem o seu painel brasileiro de mudança do clima e nós estamos elaborando um relatório para a Rio+20. Nós estamos em fase de conclusão. Tanto o Marengo quanto eu participamos desse painel, na mesma estrutura do IPCC. Então nós temos o IPCC tropical e estamos fazendo um esforço tremendo para ter um relatório pronto para a Rio+20, para se ter a posição brasileira sobre o conhecimento que nós temos sobre esse assunto no País, para poder exatamente dirimir determinadas dúvidas que surgem nesse debate, o que é normal, surgem não só no nível de conhecimento como no nível do contraditório. A ciência avança com o contraditório, senão... Galileu quase morreu por causa disso. A ciência avança nessa linha.

A integração dos órgãos de pesquisa no inventário, eu diria, numa resposta razoável e pragmática, vai muito bem, obrigado. Nós temos uma Rede Clima pilotada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem mais de duzentos pesquisadores envolvidos e quatrocentas pessoas no total. São dez braços trabalhando em setores de emissão diferentes. Está funcionando? Está começando a pegar velocidade. Isso começou no ano passado. E aí sempre está calcada em quê? Bolsas de pesquisa, financiamentos restritos e agora aparece o Fundo Clima, colocando um pouco de dinheiro nisso. Então está começando a pegar velocidade. Mas os relatórios que já foram colocados – não tenho certeza, mas o Marengo tem isso lá no CCST – os relatórios já estão aparecendo na Internet, mostrando um trabalho efetivo que esses dez braços estão fazendo, para a gente melhorar o nível do inventário. Então está indo bem, está indo bem.

E eu posso dizer mais, Deputado Ferro, que quando a gente sai do Brasil e mostra isso no Brasil, as pessoas não acreditam que nós temos isso.

Plano Nacional de Mineração. Esse começou recentemente, está nas mãos do Ministério de Minas e Energia; há uma concertação grande. E eu tive uma surpresa muito boa com relação a esse plano. O pessoal do carvão mineral veio atrás da gente dizendo: nós temos um plano de redução de emissão para carvão mineral. Achei superinteressante, porque é o pessoal mais ameaçado. Substituir o carvão verde pelo mineral, vegetal pelo mineral. Eles disseram: nós estamos fazendo um esforço grande para reduzir. O Brasil não vai deixar de consumir carvão mineral nos próximos vinte anos. Nós queremos dar nossa contribuição. En-

tão eles também estão trabalhando nesse sentido e serão objeto de discussão no Plano Setorial.

Resíduos sólidos. A experiência de Santa Catarina, gerando metano para entrar na rede de Itaipu, está contemplada na Agricultura ABC. É o sexto ponto contemplado na Agricultura ABC. O Fundo não contemplou a agricultura, como o senhor colocou. Não. O Fundo, perto da agricultura ABC, é pequenininho. Para a Agricultura ABC são R\$3,2 bilhões colocados este ano, e o Fundo Clima são R\$200 milhões.

Então hoje, quais são os instrumentos de financiamento que nós temos? Fundo Amazônia, que está cuidando do desmatamento; a Agricultura ABC, do Ministério da Agricultura, que está cuidando das ações de agricultura; e o Fundo Clima, que está pegando os outros setores que não entraram.

Então não é porque não contempla, é porque já existem outros fundos que já contemplam isso. Então nós estamos privilegiando aquelas ações, no Fundo Clima, que não estão contempladas em outros fundos.

O reflorestamento, na mesma linha, pergunta do Deputado Sirkis. O reflorestamento não está? Não, o reflorestamento também está contemplado na Agricultura ABC.

Produção de alimentos e energia. Sim, existem estudos, e aí, Senador Sérgio, o seu raciocínio está correto, esse é o raciocínio que nós usamos em diversos trabalhos científicos que nós fizemos. Se nada for feito, se não fizermos nenhum esforço de adaptação das culturas, se não fizermos um esforço de melhoramento genético, o café, sim, vai para o Rio Grande do Sul; a uva, na França, já está caminhando para a Inglaterra. Vai ser um desastre. Já existem estudos dos franceses, mostrando isso claramente. A laranja, nos Estados Unidos, também está se movimentando. E vários estudos científicos estão mostrando que isso está acontecendo, se nada for feito. Acontece que desde o momento que nós começamos a falar isso, e tem mais de doze anos, um esforço de melhoramento genético brutal está sendo feito no Brasil. Então nós já temos hoje quatro variedades de feijão prontas e que suportam temperaturas elevadas, que vêm lá do Paraná; soja está na forma, café está na forma, e nós temos banana sendo testada para substituição em algumas áreas de maçã em Santa Catarina.

Quer dizer, existe um esforço grande de mostrar que, caso o problema atinja o nível que nós queremos, alguma coisa está sendo feita. Isso também não é na magnitude em que nós gostaríamos, mas alguma coisa está sendo feita.

Produtos que vão se dar muito bem nisso: mandioca e cana de açúcar. O aquecimento global para a

cana de açúcar vai ser uma beleza; a mandioca também vai se dar muito bem nisso na Região Sul.

Finalmente, no que diz respeito à Agricultura ABC, nós temos hoje no País e na área de agricultura... Obviamente que a gente se depara constantemente com o contraditório e a gente tem cada vez mais interesse em encontrar trabalhos científicos que contestem os trabalhos científicos – é assim que a gente avança. O Brasil hoje está se tornando uma referência nesses estudos de agricultura tropical.

Então a gente está mostrando o que está acontecendo e está sendo provado. Especificamente no caso do café, que o senhor citou, eu sou autor dos trabalhos que mostram que tem um problema sério com o café, se nada for feito. Foram doze anos de crítica. Eu lembro que o Deputado Mendes Thame acompanhou essa discussão em São Paulo. Foram doze anos de crítica, até o ano passado, quando esse trabalho foi convidado para abrir o Congresso Internacional de Café na Guatemala. E lá apareceram mais cinco trabalhos, mostrando exatamente o que nós havíamos dito doze anos atrás. Então são essas coisas que mostram que se a gente não tomar as providências no momento certo, aí sim, nós estaremos sob ameaça. Mas agora que a gente já está tomando essas providências, essas ameaças deixam de existir.

O caso da Agricultura ABC é muito claro nesse sentido, porque ele mostra que a agricultura deixou de ser a grande vilã, como era dois anos atrás, e passou a ser a principal solução de mitigação de gás de efeito estufa com esses trabalhos que são feitos.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Eduardo.

Passo a palavra ao Dr. José Antonio, para responder aos questionamentos e também para suas considerações finais.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARENGO ORSINI – Tentando lembrar, eu vou responder em grupo.

As metodologias que foram usadas no primeiro e no segundo inventário para as estimativas das emissões em reservatórios, por exemplo, têm sido questionadas. Há os grupos que elaboraram e os outros grupos que falaram que era muito alta. Então como são metodologias baseadas em poucas observações, porque o monitoramento é muito caro e os orçamentos para tecnologia e ciência são baixos, justamente através da Rede Clima e de um projeto do CNPq, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas está trabalhando com instrumentação... Já foram publicados. Nós temos novas informações agora já com observações sobre os níveis de emissão dos

diferentes reservatórios, não só na Amazônia, mas também em todo o Brasil. Então nós esperamos que o terceiro inventário tenha informações mais certas, mais corretas.

Em relação ao que o IPCC determina, por exemplo, aquela posição de aquecimento de 2 graus, há uma política, porque você não pode baixar um decreto e dizer que o aquecimento não deve ultrapassar 2 graus. Então isso é feito com modelos para se chegar a um aquecimento de 2 graus até o ano de 2100. Teríamos que ter uma redução nos níveis de emissão de gases de efeito estufa que economicamente não é rentável. Teria que ter um impacto econômico muito grande. Dificilmente eu acho que vamos ter medidas que vão levar a um aquecimento global de somente 2 graus. A ideia é reduzir o aquecimento ao máximo possível. Mas possivelmente seria um pouco mais que 2 graus. Nós não sabemos quanto.

Agora em termos do IPCC, mais de três mil cientistas de todos os países tiveram um problema, não digo de credibilidade, mas de informação, que foi resolvido: acessos a *e-mails* não autorizados, números que foram obtidos em estudos e que não eram estudos científicos. Então o IPCC criou um painel entre as diversas academias de ciências do mundo. O representante do Brasil foi o presidente da Fapesp, o Prof. Brito. E com isso se determinaram novas normas para a revisão do IPCC. Agora nós estamos muito mais restritos. Qualquer artigo que apareça tem que ser avaliado, os dados têm que ser disponibilizados para reconstruir esses números. Ou seja, pelo lado científico, isso vai continuar, não vai ter problema. Eu posso apostar a minha credibilidade que o IPCC não vai ter mais esses problemas.

Eu acho que com isso respondi à maior parte das perguntas. Não sei se esqueci algo. Espero que não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. José Antonio.

Passo a palavra ao Vice-Presidente, Deputado Alfredo Sirkis, porque há sobre a mesa um requerimento sobre os trabalhos da próxima reunião.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, em relação à próxima reunião, o Presidente havia proposto a presença de alguém da ANA aqui para falar sobre aspectos concernentes a questões hídricas relacionadas com mudanças climáticas. No entanto, como ele próprio não poderá estar presente, em função da viagem que nos informou, no início desta reunião, eu gostaria de propor aos Srs. Senadores e Deputados que nós dedicássemos a nossa audiência da semana que vem justamente ao que começou ser discutido aqui em relação aos últimos relatórios e às últimas conclusões do IPCC. Seria basicamente uma

atualização sobre as últimas conclusões do IPCC em relação às emissões globais e à distância entre as reduções necessárias para limitar o aquecimento a dois graus. E as projeções que hoje são feitas em relação a aumentos maiores, como ele acabou de colocar, e os vários cenários dos aumentos maiores do que dois graus, que o IPCC já estudou.

Então, para nos falar sobre isso, os maiores especialistas brasileiros que eu consegui aqui rapidamente inventariar e que eu gostaria de convidar, seria a Dr^a Telma Krug, pelo Inpe, a Suzana Kahn, que atualmente está na Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, o Emílio La Rovere, do COP, e o Paulo Artaxo, da USP *[falha na gravação]*... do Meio Ambiente. Parece-me que essas pessoas formariam um painel altamente capacitado a nos prestar todos esses esclarecimentos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Penso que o interessante nisso é estabelecer um contraditório. Não é uma pessoa de quem eu tenha muita informação, mas o pesquisador Molion tem uma visão crítica disso. Seria talvez interessante, se for possível, incorporá-lo, pela visão crítica, nem sempre é coincidente, mas que pode ser interessante para animar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito.

Deputado Fernando Ferro, eu vou submeter à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento colocado pelo Deputado Alfredo Sirkis, que o encaminhou neste momento, tendo em vista que na próxima reunião tínhamos a aprovação para ouvirmos o representante da ANA. Mas como eu fui o signatário desse requerimento e não vou estar na próxima reunião, que vai ser no dia 28, quarta-feira próxima, por conta da minha viagem à Antártica, então eu submeto à apreciação de V. Ex^{as} o requerimento encaminhado pelo Deputado Alfredo Sirkis. Incorporando a sugestão do Deputado Fernando Ferro, que, na sequência, será formalizado e depois serão convidados os senhores aqui indicados.

Eu só vejo que mais de dois nomes, talvez o tempo fique curto para que os parlamentares possam também participar da reunião. Então, a minha sugestão é que todos eles sejam convidados e que nós coloquemos em audiências separadas. Talvez, dois expositores por reunião.

Coloco à apreciação de V. Ex^{as}.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Serão formalizados e atendidos os requerimentos na forma regimental.

Antes de encerrarmos a nossa reunião deliberativa, a nossa audiência pública, eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que nós encaminhamos à Mesa, a Secretaria encaminhou a todos os senhores parlamentares que compõem esta comissão uma proposta de plano de trabalho.

Com a eleição hoje do relator, nós vamos, por mais uma semana, aguardar a sugestão de V. Ex^{as} e também do relator, para que o relator coloque as suas considerações no sentido de que, no dia 5 de outubro, nós venhamos votar esse plano de trabalho e iniciar, imediatamente, os trabalhos, já levando em consideração as audiências públicas aqui realizadas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 OUTUBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Blairo Maggi, Jayme Campos, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin e Wilson Santiago, e dos Deputados Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro e Rebecca Garcia, membros da Comissão. Justificam a ausência o Senador Cristovam Buarque e o Deputado Ricardo Tripoli. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. O Presidente procede à leitura de diversas comunicações. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 5ª Reunião, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência esclarece que Reunião destina-se à apreciação de matérias: Item 1 – Requerimento S/N, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion, da Universidade Federal de Alagoas e Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Embrapa, para dar esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30 de 2011, “Código Florestal”, adiado; Item 2 – Requerimento

nº 6, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer aditamento ao Requerimento nº 5, de 2011– CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann, aprovado; Item 3 – Plano de Trabalho da Comissão, de autoria do Deputado Márcio Mâcedo (Relator), aprovado. Extrapauta – Item 1– Requerimento nº 7, de 2011 – CMMC, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário *Which Green race to Durban*, na condição de membro dessa CMMC, a convite do Bloco Parlamentar dos Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novembro, no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Por se constituir uma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal, aprovado. Item 2 – Requerimento nº 8, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, que, nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento nº 103, de 2011– CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, aprovado. Item 3 – Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, que, nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, aprovado. Usam da palavra os senhores parlamentares Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Noé e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 05/10/2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Boa tarde a todos os senhores parlamentares. Obrigado por comparecerem a mais uma reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de darmos início oficialmente a esta reunião, antes de a abrirmos oficialmente – ainda aguardamos o fechamento do quórum, pois falta um parlamentar para a composição do quórum necessário – vamos apresentar a V. Ex^{as} as informações sobre o que pautou o nosso País e também o cenário internacional nas últimas semanas, as questões ligadas às mudanças climáticas.

Seja bem-vindo, Deputado Garotinho.

Então, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadoras e Senadores, fazemos um breve relato sobre as principais questões que foram levantadas ao longo da última semana em torno dos problemas de que nos ocupamos aqui nesta Comissão. Creio que isso nos ajudará a manter na devida perspectiva as importantes decisões que tomamos aqui semanalmente.

Aqui no Senado Federal, nós propomos para muito em breve iniciar um debate em torno da reforma do Código Florestal, que já tramita a passos largos nesta Casa, já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia. Neste exato momento, acontece uma audiência pública conjunta das Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Ciência e Tecnologia. Estamos debatendo aqui esta questão do Código Florestal que já foi amplamente debatida na Câmara dos Deputados.

Não há dúvida de que a questão do Código Florestal é uma posição estratégica para também envolvermos esta Comissão naquilo que for pertinente à contenção do desmatamento e da mitigação da produção de gases nocivos à camada de ozônio.

Também temos a questão da sustentabilidade. Aliás, foi o tema de um encontro de empresários no Rio de Janeiro, o 4º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, no qual foi o anunciado o lançamento, no próximo ano, de um documento fixando metas para a construção de uma economia verde para os próximos 50 anos. O documento, chamado de “Visão 2050 – a nova agenda para as empresas”, inspirado no documento lançado no ano passado pelo World Business Council for Sustainable Development deverá ser apresentado na Conferência Rio+20, cujos preparativos já se iniciaram.

Além do tema da sustentabilidade, outra preocupação recorrente se refere aos efeitos das mudanças climáticas. Destacaria, senhoras e senhores parlamentares, dois conjuntos de notícias a esse respeito. O primeiro se refere a uma recente pesquisa realizada na Europa sobre o aumento da taxa de mortalidade em decorrência da mudança climática em vários países europeus nos próximos 60 anos. Esse estudo aponta que países como a Bélgica, França, Portugal e Espanha

poderão ter uma elevação entre 10 e 14% nas mortes causadas pelo clima nas próximas seis décadas, aumentando ainda mais um número que já não é possível negligenciar. Segundo a OMS, entre 1970 e 2004, cerca de 140 mil mortes anuais podem ser atribuídas às causas ligadas às mudanças climáticas.

O segundo conjunto de notícias gira em torno da Amazônia, sempre uma grande preocupação quando se fala em impacto das mudanças climáticas. A região sofre uma seca que já se configura como uma das mais graves já registradas e pode até mesmo vir ainda a superar a seca histórica de 2010. Entre 13 e 16 de setembro, o rio Negro sofreu uma redução de 1,24m em seu nível, a maior diminuição em um período tão curto desde que as medições começaram a ser feitas pelo serviço geológico do Brasil.

Diante disso, a sociedade e o Poder Público se articulam. No dia 27 de setembro, lideranças políticas, empresariais e comunitárias da Amazônia se reuniram em Belém para discutir propostas da região a serem apresentadas na Rio+20. Ao final, chegaram-se a 24 propostas, que cobrem questões de inclusão social e educação, regularização fundiária, áreas de proteção, uso e conservação das florestas, grandes obras de governança.

Outro encontro, o 8º Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Energia, aconteceu em Manaus no dia 30 de setembro durante o qual foi exposto o Programa Nacional de Mudanças Climáticas.

Ainda na semana passada, iniciaram-se as discussões sobre o projeto Amazalert, que visa à utilização de supercomputadores para prever efeitos climáticos na Amazônia.

A ideia do projeto, que envolve 14 instituições de pesquisa no mundo inteiro e que receberá investimentos da ordem de 4,7 milhões de euros, é desenvolver um sistema de alerta para evitar o colapso da floresta, com foco em informações capazes de fundamentar e orientar políticas públicas para lidar com o problema da adaptação das atividades desenvolvidas nas florestas aos fenômenos do clima.

Entender esses efeitos das mudanças climáticas na Amazônia é especialmente estratégico quando lembramos das grandes obras de geração de energia que estão sendo ou virão a ser realizadas na região. Essas mudanças, com impacto na pluviosidade, colocam em sério risco a operação das grandes usinas hidrelétricas que estão sendo erguidas nos rios e região. A questão é grave e precisa ser acompanhada de perto, o que, por si só, já justifica o investimento em monitoração, coleta e interpretação dos dados, com vistas à previsão, o que é sempre complexo e difícil.

Outras notícias nos fazem lembrar da dimensão global que o problema das mudanças climáticas obviamente assume. Um estudo divulgado no Canadá na semana passada dá conta de que o país sofrerá prejuízos que poderão chegar à casa dos bilhões de dólares anuais em função das mudanças do clima. O Canadá, que responde por menos de 1,5% das emissões globais de carbono, pode ser desproporcionalmente prejudicado, enquanto outros países, como os Estados Unidos, ainda hesitam em assumir suas responsabilidades no que se refere ao esforço para limitar e combater os efeitos do aquecimento global. Na semana passada, o país foi novamente alvo de críticas a sua inovação, dessa vez por parte da Comissão Climática da União Europeia, a dinamarquesa Connie Hedegaard.

Por fim, senhoras e senhores congressistas, gostaria de destacar aqui algumas notícias que se referem ao problema estratégico da produção de energia, cujo impacto na questão das mudanças climáticas é dispensável lembrar.

Na última semana – na última quarta-feira, para ser mais preciso – a Suíça anunciou que abandonará progressivamente a energia nuclear nas próximas décadas. A substituição far-se-á com fontes renováveis de energia, entre elas, a energia hidrelétrica, e com medidas que visam a aumentar a eficiência energética. A Suíça segue o exemplo da Alemanha, que já havia anunciado a desativação de seus reatores nucleares até 2022, e anuncia, assim, o que poderá vir a ser uma tendência nos próximos anos, o que certamente incentivará a pesquisa por novas formas de produção de energia e o aperfeiçoamento das já existentes.

Nesse sentido, duas notícias chamam a atenção: uma que dá conta do aumento dos investimentos em energia eólica na China e outra que anuncia a construção de um parque eólico no Ceará.

A China tem investido regularmente na sua expansão de geração de energia a partir da exploração de seu potencial eólico, tendo duplicado, no último ano, sua capacidade de geração de energia a partir dessa fonte. A meta dos chineses é chegar a produzir, até 2020, 15% da sua energia a partir de fontes renováveis.

No Brasil, o parque cearense deverá produzir energia suficiente para atender a uma população de 200 mil pessoas, evitando a emissão de mais de 400 mil toneladas de CO₂.

Para encerrar, não poderia deixar de referir-me à Antártica, em função da experiência gratificante que tive de visitar esse continente na semana passada, quando tive a oportunidade de representar esta Comissão na comitiva da Marinha brasileira, a convite da Marinha brasileira, representando também o Congresso Nacio-

nal, juntamente com o Deputado Washington Reis, do Estado do Rio de Janeiro.

Curiosamente, uma boa parte do continente antártico está isolado dos problemas do aquecimento global por causa dos efeitos do buraco na camada de ozônio, que provocam mudanças no regime de ventos na região, com exceção da península antártica, que avança em direção ao continente sul-americano, em que os efeitos do aquecimento global são fortes. O resto do continente tem sofrido menos do que seu antípoda, a região ártica.

De todo modo, esse isolamento não é perene. Sabemos que, se a maior parte da camada de gelo da antártica ocidental se perder, o nível dos mares pode subir em até sete metros, caso a temperatura do oceano suba cinco graus Celsius. A placa de gelo da parte oeste da Antártica poderia, em tese, desabar. Os efeitos, portanto, podem ser graves, de modo que a situação antártica deve ser acompanhada de perto.

Para nós, brasileiros, no momento, as ocorrências na península antártica são muito importantes, pois têm impacto de forma significativa no clima no sul do País, repercutindo, inclusive, na produção agrícola dessa região, razão pela qual estou apresentando um requerimento para realizarmos uma audiência pública para conhecermos o Programa Antártico Brasileiro, o Proantar, especialmente no que se refere às mudanças climáticas.

Enfim, esses foram os assuntos principais que ocuparam o noticiário ao longo das últimas semanas no que se refere ao tema que nos ocupa nesta Comissão.

Agradeço a atenção de todos os senhores parlamentares.

Havendo número regimental, senhoras e senhores parlamentares, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os senhores parlamentares que assim concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Temos hoje alguns temas a serem debatidos, mas o principal deles é a aprovação do nosso plano de trabalho para esta legislatura, para esta sessão legislativa e também alguns requerimentos.

Passamos, de imediato, à leitura dos requerimentos e, ao final, eu gostaria de deixar a palavra livre a V. Ex^{as} para que coloquem suas opiniões quanto ao dia e horário das nossas reuniões, que também serão

comunicadas por *email* pela secretaria desta Comissão, para que nós possamos encontrar o melhor dia e o melhor horário para todos os senhores parlamentares e venhamos a realizar nossas reuniões na forma esperada.

O primeiro item da pauta é da autoria do Deputado Valdir Colatto, que não se encontra presente.

Passamos então ao segundo item da pauta, um requerimento de autoria do Deputado Alfredo Sirkis

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011– CMMC

Requer aditamento ao Requerimento nº 5, de 2011– CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann.

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos também na pauta a aprovação do plano de trabalho. Mas, antes disso, temos alguns requerimentos extrapauta que consulto a V. Ex^{as} se poderíamos inclui-los em pauta neste momento.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

São quatro requerimentos, sendo que o primeiro deles, que tem como signatário principal o Senador Lindbergh Farias, também assinado por mim e pelo Deputado Leonardo Monteiro, trata do aditamento do requerimento do Deputado Valdir Collato.

Neste caso, nós vamos sobrestar este requerimento, tendo em vista que não foi lido nem mesmo submetido à apreciação desta Comissão.

Passamos ao segundo requerimento, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, que requer autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas em seminário no Parlamento Europeu, a convite do EFA.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011 – CMMC

Requeiro autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário *Which Green race to Durban*, na condição de membro dessa CMMC, a convite do Bloco Parlamentar dos Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novembro, no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Por se constituir uma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal.

Autoria: Deputado Alfredo Sirkis

Os senhores membros desta Comissão que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Temos um requerimento de minha autoria.

Eu também sou membro titular da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e, na reunião de ontem, o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou um requerimento, que foi aprovado, para realizar uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente para ouvir representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores sobre as propostas e o que o Brasil levará para a COP 17, que acontecerá em Durban, no final do mês de novembro, início do mês de dezembro.

Conversei com o Senador Rodrigo e sugeri apresentar nesta Comissão um requerimento para que fizessemos essa audiência conjunta entre a CMMC e a CMA. S. Ex^a concordou.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011– CMMC

Nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento nº 103, de 2011– CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Há também sobre a Mesa um requerimento, a que me referi ao final das minhas palavras com relação às atividades semanais da Comissão e os acontecimentos mundiais sobre mudanças climáticas, nos seguintes termos:

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CMMC

Nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro.

Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como último item da nossa reunião de hoje, temos a aprovação do nosso plano de trabalho de 2011.

O nosso tempo é curto, por isso estamos procurando promover essas audiências públicas não só aqui, no plenário do Congresso Nacional, mas também *in loco*. E nós já colocamos à disposição de V. Ex^{as} que sugeriram temas para as reuniões *in loco* desta Comissão, o que não prejudicará necessariamente as reuniões semanais da Comissão aqui no Congresso Nacional. Então ocorrerão numa sexta-feira ou num sábado, em momentos que não venham a prejudicar a atividades dos Srs. Parlamentares nem mesmo as atividades da Comissão aqui no Congresso.

Temos já aprovada uma reunião que vai acontecer na cidade de Foz do Iguaçu, no interior da usina de Itaipu, para discutirmos as questões de impactos climáticos na geração de energia, muito dentro daquilo que está se discutindo na Região Amazônica, do fluxo das águas, que em determinadas épocas do ano acaba diminuindo o nível dos reservatórios e, consequentemente, a geração de energia. Inclusive hoje, no final da tarde, teremos uma reunião com o Presidente da Itaipu binacional aqui no Senado Federal, para discutir essa pauta e o formato dessa reunião.

Então o plano de trabalho, eu passo a apresentar a V. Ex^{as}. Já foi encaminhado para todos os Srs. Parlamentares, muitos dos quais sugeriram algumas modificações que, em reunião com a Secretaria desta Comissão, foram adicionadas ao plano.

Passo, então, à apresentação.

Em 2007, o Congresso Nacional criou a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas (CMEsp – Mudanças Climáticas) para concentrar, em um único órgão colegiado, os esforços das suas duas Casas, Senado Federal e Câmara dos Deputados, no sentido de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças do clima no Brasil. A Comissão foi presidida pelo Deputado Ricardo Tripoli e teve como Relator o Senador Renato Casagrande.

A Comissão reuniu-se não só em Brasília, mas em diversos Estados brasileiros. Na capital federal, foram realizadas audiências públicas para a discussão de vários aspectos ligados à questão: florestas, agropecuária, setor elétrico, educação ambiental, mercado de carbono, a posição brasileira nos fóruns internacionais e a elaboração da Política Nacional sobre

Mudanças Climáticas, entre outros. Nos Estados, as discussões versaram sobre causas e consequências regionais das mudanças climáticas. A CMESP esteve em Belém, Manaus, Palmas, Campo Grande, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Criciúma. Essas providências se mostraram imprescindíveis para que o trabalho da Comissão tivesse uma feição nacional. Além disso, a Comissão desenvolveu ações de intercâmbio internacional de informações, enviando missão oficial para dialogar com autoridades britânicas, em Londres.

Os trabalhos da Comissão representaram uma primeira aproximação do Congresso Nacional com o tema. O Relatório Final do colegiado apresentou uma lista com 51 recomendações a diversos órgãos da Administração Pública, nas mais diversas áreas, além de reunir as principais proposições legislativas referentes ao tema, na ocasião.

Ao final de 2008, com base na Recomendação nº 5 do Relatório Final da CMESP – Mudanças Climáticas e por meio da Resolução nº 4, o Congresso Nacional criou a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. Em 2009, a Comissão foi presidida pela Senadora Ideli Salvatti e teve como Relator o Deputado Colbert Martins.

Em 2009, a CMMC realizou, a exemplo do que ocorrera em 2007/2008 com a CMESP – Mudanças Climáticas, uma série de audiências públicas sobre os mais variados temas. Além disso, o colegiado se fez presente em Santa Catarina, Ceará, Bahia e Amazonas. O Relatório Final da Comissão apresenta uma lista de recomendações nas mais diversas áreas, além de reunir as principais proposições legislativas referentes ao tema, na ocasião.

Em 2010, a Comissão não chegou a ser instalada e agora, em 2011, nós a instalamos.

Mas, em 2010, nós agregamos aqui algumas situações que ocorreram nesse período como atividades propostas.

Atividades propostas

Segundo o sítio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na internet, o Governo Federal vem elaborando planos setoriais de mitigação e adaptação, conforme determinado pela Lei nº 12.187, de 2009, e pelo Decreto nº 7.390, de 2010. Conforme o art. 4º desse Decreto, todos os planos setoriais deverão ser concluídos até 15 de dezembro de 2011.

De acordo com o MMA, os seguintes planos setoriais já foram concluídos:

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado)

Plano Decenal de Energia (PDE)

Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC)

Encontram-se em fase de finalização planos para os seguintes setores: siderurgia; transporte público urbano e sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, indústria (de transformação, de bens de consumo duráveis, química fina e de base, papel e celulose e construção civil), mineração, serviços de saúde e pesca e aquicultura.

Em função da extrema abrangência da matéria, propõe-se estabelecer um conjunto de mecanismos eficientes no sentido de auscultar os vários segmentos sociais, tais como universidades, institutos de pesquisa, esferas de governo e setores organizados da sociedade civil. Esses mecanismos permitirão a ordenação e a análise dos vários pontos de vista dos aspectos associados ao conjunto de questões propostas.

Audiências públicas no Congresso Nacional

Nas audiências públicas, pretende-se ouvir:

Comunidade científica, a respeito da natureza do fenômeno de aquecimento global, como ele vem sendo tratado no Brasil e possíveis propostas de solução;

Setores governamentais, a fim de averiguar, por exemplo, o grau de coordenação das ações do governo no que se refere às medidas adotadas para o enfrentamento das mudanças climáticas;

Comunidades locais, com o intuito de descentralizar a discussão. Tal medida contribui sobremaneira para o enriquecimento do debate, pois permite apreender, na origem e sem intermediários, as necessidades locais e as potencialidades de cada região;

Setores diretamente envolvidos com o tema, de forma a examinar os problemas enfrentados e as soluções adotadas, no que tange às mudanças climáticas, pelos setores florestal, elétrico e agropecuário, entre outros.

Também pretendemos realizar no âmbito desta Comissão audiências para discutir a participação do Brasil na COP 17, a exemplo do que já foi aprovado em requerimento por V. Ex^{as}.

Propomos abaixo alguns temas que podem ser tratados em audiências públicas da CMMC ao longo do ano. Embora fosse interessante cuidar inicialmente dos aspectos gerais, a ordem das reuniões pode ser definida oportunamente.

Temas Gerais

Aspectos científicos: causas e consequências da mudança do clima no Brasil e no mundo.

Aspectos econômicos: questões econômicas relacionadas à mudança do clima no Brasil e no mundo e adoção de medidas de mitigação e de adaptação.

Aspectos políticos internacionais: mecanismos e negociações internacionais de enfrentamento da mudança do clima.

Aspectos políticos nacionais: mecanismos e instrumentos domésticos de enfrentamento da mudança do clima – políticas de mitigação e adaptação; compromissos voluntários do Brasil; efetivação da Política, do Fundo e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, segundo a Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e também o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, e a natureza jurídica das Reduções Certificadas de Emissões – RCE.

Como temas setoriais, dentro de mitigação e adaptação, nós colocamos a compatibilização das seguintes políticas setoriais, com os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: florestas, inclusive o Código Florestal, e instrumentos econômicos para a manutenção da floresta em pé; pagamento de serviços ambientais; energia; saneamento; defesa civil, com ênfase nas áreas dos riscos geológicos e, por fim, a desertificação, entre outras questões que podem ainda ser colocadas.

E foi sugerido, ainda hoje, pelo Deputado Sirkis – que não consta da pauta e também como temas setoriais dentro de mitigação e adaptação –, o impacto em grandes centros urbanos, nas cidades.

Também colocamos aqui a análise crítica dos planos setoriais já concluídos. Também é uma função desta Comissão acompanhar as ações governamentais sobre o tema.

Então, dentro desses planos setoriais já concluídos, nós colocamos florestas e controle do desmatamento, sendo Amazônia e cerrado. Colocamos também a questão de energia, relacionando gás, petróleo e carvão mineral, biocombustíveis, geração de eletricidade a partir da biomassa e energias eólica e solar, e, por fim, a geração termonuclear.

Também, como sugestão de mitigação e adaptação, nós colocamos a questão da agricultura de baixo carbono. Colocamos também o acompanhamento da elaboração dos seguintes planos setoriais: siderurgia; transporte público urbano e sistemas modais de transporte interestadual de cargas e de passageiros; na indústria, dentro da transformação de bens de consumo duráveis, química fina e de base, papel e celulose; na construção civil, a questão da mineração, serviços de saúde, pesca e aquicultura, e audiências públicas externas e diligências – dentro daquilo que nós colocamos a V. Ex^{as}, fica aberta ao Srs. Parlamentares a indicação de regiões e de temas –, dentro do nosso Plano de Trabalho, a serem feitas em diferentes regiões do nosso País.

A programação dessas audiências públicas regionais será definida, levando em consideração a distribuição dos biomas nacionais. Nós não temos tempo para fazer muitas reuniões locais, regionais em nosso País. Então, a ideia é que venhamos a fazer uma região por bioma e dentro de temas diferentes.

Propomos também a realização de uma audiência pública, como já foi dito, na cidade de Foz do Iguaçu, para tratar da participação das hidrelétricas na matriz energética brasileira e sul-americana. Na ocasião, poderão ser ouvidos técnicos do setor elétrico brasileiro bem como de outros países da América do Sul, como Paraguai, Uruguai e Argentina.

O formato proposto para as reuniões é o mesmo das audiências públicas, com a participação de representantes da comunidade científica, de setores governamentais, de comunidades locais e da sociedade civil.

Então, esse é nosso Plano de Trabalho para 2011, que submeto à discussão.

Não havendo quem queira discutir...

Deputado Thame, por favor, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Senador Sérgio, o programa está perfeito. Acho que contém tudo aquilo que é possível fazer nesse exíguo espaço de tempo que está previsto para a nossa Comissão.

No entanto, eu sempre me lembro daquela historinha de que o cidadão chega para o pastor ou para o padre e diz assim: “Padre, eu posso fumar enquanto leio a Bíblia?” Ele diz: “Não, isso é um desrespeito ao Senhor”. No dia seguinte, ele chega e diz assim: “Padre, eu fumo o dia inteiro; enquanto eu fumo, eu posso ler a Bíblia?” O padre diz assim: “Todos os momentos são para louvor o Senhor. Claro que pode”. Então, eu acho que esta pauta está perfeita, mas é um documento público e ela não ressalta, ela dá a entender que a finalidade nossa é fazer as audiências como se fosse um fim em si mesmo.

É claro que isso não está aqui. Por exemplo, diz aqui que vamos acompanhar o desempenho, uma análise crítica dos planos setoriais concluídos. Mas eu sugeriria que a equipe que assessora aqui, que é muito boa – acompanhei nos anos passados – elaborasse com a finalidade exatamente esta: fazer um relatório sobre a situação brasileira que possa servir de subsídios, até para Rio+20, ou até para verba, e que ressaltasse uma atualização dessas recomendações que foram feitas sobre os diversos órgãos de administração pública. Não é coisa impossível de fazer. Não vamos exigir aqui uma tese de PhD; vamos exigir apenas que nós façamos algum acompanhamento com alguma coisa concreta, alguma coisa que eu possa mensurar e falar se um setor vai bem ou não. Que nós

reescrevamos aqui um final, uma conclusão dizendo que o nosso objetivo é um trabalho consistente para servir de apoio ao Governo.

Nós não somos um órgão só para fiscalizar. Nós queremos colaborar com o Governo para que ele execute a sua missão da melhor forma possível e dê sua contribuição, não só substituindo energia suja por energia limpa, mas também uma contribuição no nosso âmbito, que é o da legislação, cientes que nós estamos de que um país sozinho não vai resolver um problema que é global. Aquecimento global só vai ser resolvido se todas as nações do mundo tiverem a consciência de que tem que haver essa decisão para um enfrentamento coletivo da questão.

Desculpe. Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito, Deputado Thame. É oportuna a sua fala, e nós discutimos isso, inclusive, antes de iniciarmos esta reunião, com o Deputado Alfredo Sirkis e outros parlamentares. Esta Comissão não pode ter simplesmente a função de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes a mudanças. Nós temos também, como Congressistas, parlamentares e legisladores, a função realmente de orientar. Talvez isso não esteja previsto na resolução que criou esta Comissão, mas eu acho que, como representantes do povo e do Estado, nós temos essa função.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Luiz Noé, por favor.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Na mesma linha do Deputado. Nós vamos ter audiências com muita qualidade, com pesquisadores, cientistas, e teremos também o diagnóstico, a noção. E no mesmo sentido, naquilo em que a Comissão se sinta preparada, que saia como recomendação para o setor que está sendo... Nós não vamos ter o poder de fazer uma legislação que, a partir de determinado tempo, determine aquela prática, mas sim que se recomendem práticas boas cada vez com menos agressão ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito, Deputado Luiz Noé. Na verdade, eu acho que, ao final do trabalho desta Comissão, nesta gestão, vamos apresentar um relatório organizado pelo seu relator, mas orientado por todos os parlamentares que compõem esta Comissão, justamente nesse sentido. Apontaremos os avanços e as falhas, utilizando a função específica de fiscalização, de monitoramento e também de sugestões dos meios necessários a se adotar para que, no futuro, tenhamos um planeta mais vivo e mais habitável por todos nós.

Tenho conversado muito com a assessoria e tenho dito para eles que talvez nós tenhamos que focar

em alguma coisa. E tenho colocado que, sem alimento e sem energia, o cidadão não vive mais. Eu sei que nós temos toda uma preocupação ambiental, mas nós temos também que ter uma preocupação com o cidadão. Como é que vamos convergir para uma sustentabilidade do planeta e também de nós, cidadãos, que estamos sobre ele?

Consulto os Srs. Parlamentares se há alguém mais para discutir.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o presente plano, com as sugestões dos Srs. Parlamentares.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para terça-feira.

Vamos, antes, consultar os Srs. Parlamentares se haverá possibilidade de quórum. Se não for possível na próxima terça-feira, fica para a outra quarta-feira. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 OUTUBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Cyro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira Wellington Dias e Antonio Carlos Valadares, e dos Deputados Márcio Macêdo, Moacir Micheletto e Anthony Garotinho, membros da Comissão. Justifica a ausência o Deputado Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. O Presidente procede à leitura de diversas comunicações. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião e esclarece que a primeira parte da Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, do Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para

os Recursos do Mar, e do Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, Representantes da Marinha do Brasil; Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Edson Rodrigues, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT-APA, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; e Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo e Sérgio Souza. Dando prosseguimento, a Presidência dá início à segunda parte da Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos seguintes Requerimentos: Item 1 – Requerimento nº 10, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Valdir Colatto e do Senador Sérgio Souza, que, nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requerem sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro “A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial”, a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global, aprovado. Item 2 – Requerimento nº 11, de 2011 – CMMC, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Sérgio Souza, que, nos termos regimentais, solicitam a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida, aprovado. Item Extrapauta – Requerimento nº 12, de 2011 – CMMC, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza e dos Deputados Márcio Macêdo e Leonardo

Monteiro, que, nos termos regimentais, solicitam aditamento ao requerimento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante da SBPC e um representante da ABC, para contribuir nos esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30, de 2011, “Código Florestal”, aprovado. Usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo, Moacir Micheletto e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 26/10/2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Sobre a mesa, há um ofício do Deputado Alfredo Sirkis, que é o Vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, justificando sua ausência, já que está representando esta Comissão em missão oficial nas cidades de Dalin, Pequim e Shanghai, todas na China, conforme documentação em anexo.

Boa tarde às senhoras e aos senhores! Sejam todos bem-vindos à nossa reunião da Comissão e também à audiência pública, em que, hoje, trataremos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Antes de darmos início à audiência pública, que será a primeira parte da nossa reunião, como de costume, farei um relato dos últimos acontecimentos no Planeta sobre mudanças climáticas.

Deputado, seja bem-vindo! É o nosso Relator. (Pausa.)

É necessário destacar, em primeiro lugar, a nova rodada de negociações do clima, que teve lugar na cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), na primeira semana de outubro de 2011, no Panamá. Os diplomatas e ambientalistas que participaram desse evento manifestaram profunda apreensão com respeito ao Protocolo de Kyoto, que reúne os principais países responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, principal fator do aquecimento global.

Cerca de duzentos países participarão das discussões em busca de propostas para um possível acordo sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa na Conferência das Partes, a COP17, o que acontecerá entre os dias 28 de novembro e 09 de dezembro deste ano em Durban, na África do Sul. As autoridades do setor já confirmaram a participação do Brasil nessa importante rodada de negociações. Inclusive, esta Comissão também se fará presente nessa rodada de negociações na COP17, na cidade de Durban, na África do Sul.

A primeira fase dos compromissos assumidos, com base no Protocolo de Kyoto, está prestes a vencer, porque o período encerra no final do ano de 2012. O acordo ganhou caráter de urgência, pois, se os 193 países signatários do Protocolo não chegarem a um acordo, a partir de janeiro de 2013, cairemos numa situação de vazio, de intenções muito perigosas. Ainda que os atuais compromissos sejam considerados frágeis e insuficientes, eles são melhores do que nenhum compromisso.

A União Europeia continua se apresentando como o principal defensor do Protocolo em vigor e manifesta sua disposição em se comprometer com novas obrigações a partir de 2013. Por sua vez, importantes países industrializados, como o Canadá, o Japão, a Rússia e os Estados Unidos, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto, tentam impor a condição de que qualquer nova ação em favor do clima deva abranger todas as grandes economias, inclusive a China, hoje o maior emissor mundial de matérias poluentes.

Com o atual conjunto de obrigações e de objetivos voluntários, pode-se prever que, até o final do século, o aumento da temperatura média poderá chegar a 4°C, num cenário em que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) considera dramático. As consequências esperadas são derretimento de geleiras, ondas de calor intensas, fenômenos meteorológicos extremos, aumento do nível dos oceanos, dificuldades extremas para a agricultura e desertificação cada vez mais extensa, entre outras.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores aqui presentes, a verdade é que, depois de sete dias de debate, as negociações da ONU que estiveram no Panamá acreditam que há pouca chance de se obter consenso em Durban, o que é muito preocupante.

A reunião recentemente realizada no Panamá serviu também para a divulgação de alguns alertas como informa a reportagem da revista *IstoÉ* de 5 de outubro deste ano, denominada “Planeta está longe de mitigar mudanças climáticas”.

A matéria se refere, por exemplo, ao compromisso assumido em 2009, na Cúpula do Clima da ONU em Copenhague, em que os países concordaram, no último minuto, em limitar a elevação da temperatura para dois graus Celsius com relação aos níveis do período pré-industrial, meta que os ambientalistas ainda consideram tímida.

O rastreador da ação climática apontou que o Brasil gerará emissões significativamente maiores em relação ao que foi projetado.

O País prometeu em Copenhague uma redução de 36% a 39% das emissões em comparação com o cenário *business as usual* (com parâmetros inalterados). O estudo comprova que o Brasil não somente deixou de reduzir como também aumentou as emissões de dióxido de carbono, principalmente em razão do avanço de desmatamento.

O Ministério de Meio Ambiente divulgou recentemente que a Amazônia perdeu 7 mil km² de floresta para o ano fechado em julho de 2010. Trata-se de um avanço quando comparado com a média anual na ordem de 15 a 20 mil km², mas ainda insuficiente para atender nossas metas.

Conforme afirmou Bill Hare, o assessor do grupo ambientalista Greenpeace, “caminhamos para um aquecimento de mais de três graus, a menos que haja avanços importantes”. Hare completou que: “Até mesmo um aumento de dois graus na temperatura global seria problemático, pois o mundo ficaria exposto a incêndios muito mais frequentes e à elevação do nível do mar”.

Quanto aos Estados Unidos, o Presidente Barack Obama se comprometeu a reduzir as emissões em 17% com relação aos níveis de 2005, mas deverá enfrentar a oposição ferrenha dos republicanos.

Muitos deles questionam as evidências científicas das mudanças climáticas, argumentando que a redução no uso de petróleo e de outros combustíveis fósseis representaria uma nova carga talvez insuportável para a já atribulada economia americana.

Ainda assim, os Estados Unidos têm procurado atuar em prol do meio ambiente. Em troca dos esforços pela preservação florestal em Kalimantan, na região de Bornéu, na Indonésia, os norte-americanos estão perdendo US\$28,5 milhões em sua dívida. Trata-se de um dos ecossistemas mais ricos do mundo e foi incluído no programa de dívida para a natureza, que é parte do ato de conservação de florestas tropicais dos Estados Unidos. É importante ressaltar que a Indonésia tem a segunda maior taxa de desmatamento, perdendo tão somente para o Brasil.

O Brasil, apesar dessa posição, tem realizado ações importantes em relação ao meio ambiente. Em 3 de outubro, foi apresentado o projeto de monitoramento

de catástrofes, o GEO-Pictures, no prédio da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas. Trata-se de um sistema desenvolvido por uma parceria internacional entre o Brasil e a Comunidade Europeia, que ficará em estudo até fevereiro de 2012. Esse sistema atua com a metodologia do pré-impacto, na iminência de desastres, e de pós-impacto, que permite visualizar, por meio de imagens e vídeos enviados à central na Noruega, a evolução do problema ambiental.

A ideia principal é desenvolver soluções tecnológicas para mapear áreas de risco. O sistema já vem sendo utilizado com sucesso em países que têm sofrido com ocorrência de grandes desastres como a Índia, Paquistão, Irã e Haiti.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, outro tema que gostaria de trazer ao conhecimento dos membros desta Comissão é que o Dia Mundial do Habitat foi comemorado na primeira segunda-feira de outubro, como ocorre desde 1985.

A Onu reforça a necessidade de iniciativas municipais para o combate da emissão de gases de efeito estufa e, nesse particular, há um ponto nosso a favor. Segundo a ONU-Habitat, o Brasil tem exemplos importantes a dar, como a redução de emissões de gases de efeito estufa nos aterros Bandeirantes e São João, em São Paulo, que vão evitar a produção de 11 milhões de toneladas de gás carbônico, equivalente a até 2012.

Deve-se ressaltar também a importância da adoção da infraestrutura verde para adaptar as cidades às mudanças climáticas. Por sua vez, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 17 e 23 de outubro, a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, para debater as mudanças climáticas e a proposta de ações que diminuam seus efeitos sobre o Planeta.

Constaram da pauta as tecnologias brasileiras de produção de energia renovável, como a usina que gera eletricidade a partir de ondas do mar, o ônibus a hidrogênio e o trem maglev, que levita sobre os trilhos, e que puderam ser vistos na exposição montada no Jardim Botânico.

Uma notícia alvissareira, pelo menos no que se refere a informação e diagnóstico, diz respeito à Rede Clima, ainda em fase embrionária, mas importantíssima para a elaboração periódica das análises sobre o conhecimento atualizado das mudanças climáticas no Brasil.

O acordo com os relatórios do IPCC.

A Rede Clima prevê a integração de várias sub-redes, abrangendo as mais variadas ciências, atualmente envolvendo 90 instituições, com 400 pesquisadores, doutores brasileiros, fazendo conexões de pesquisadores no Brasil e no exterior. Essa união visa

a compreender os pontos que contribuem para as alterações climáticas. A Fundação Oswaldo Cruz, por exemplo, contribui com seus conhecimentos relacionados à Medicina, levantando doenças atuais provocadas pelas mudanças climáticas. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, contribui com suas pesquisas sobre a agricultura. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, participa com informação sobre oceanos, rios, florestas e atmosferas, e assim por diante.

Senhoras e senhores, os especialistas estimam que a população do Planeta chegará aos 10 bilhões de pessoas em 2050, com resultados catastróficos esperados para essa época. O uso ampliado de combustíveis fósseis pode refletir no aumento do risco de doenças do coração e do câncer, principalmente. Tony McMichael, especialista em saúde da população, da Universidade Nacional da Austrália, concluiu que, em 2050, só na África subsaariana, o número de mortes poderá atingir 70 milhões. Outro ponto abordado em suas pesquisas é o aumento dos casos de malária entre 2025 e 2050, devido às alterações climáticas favoráveis à reprodução do transmissor da doença.

Em colóquios informais, tornou-se comum ouvir a frase: o tempo está maluco. As enchentes estão se tornando cada vez mais comuns, como no caso das chuvas que castigaram a América Central em meados de outubro, que, até o dia 18, já contabilizava mais de 80 mortos. No mesmo período, tivemos, na cidade de Londrina, no interior do Estado do Paraná, o que, segundo os órgãos meteorológicos, foi a maior chuva de toda a história da cidade ou, pelo menos, de que se tem notícia nos últimos 40 anos, levando o prefeito local a declarar estado de calamidade pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, essas são algumas observações que a Comissão julgou necessário colocar neste momento, para que possamos, cada vez mais, refletir sobre as condições climáticas que afligem não só o nosso País, mas todo o nosso Planeta. Tenho colocado para esta Comissão e para os membros desta Comissão a minha preocupação de como vai ser o nosso Brasil e o nosso Planeta, não para esta geração, mas para a próxima e para as próximas gerações. Como seremos daqui a cem anos? Como éramos há 50 anos? Em 1970, todos se lembram, nós éramos 90 milhões de habitantes, até esse era o canto durante a Copa: "noventa milhões de brasileiros em ação". Hoje, nós somos quase 200 milhões de habitantes e, provavelmente, nessa proporção de crescimento, podemos chegar a mais de 300 milhões em 2050.

Como o nosso Planeta vai suportar toda essa população, que pode chegar a 10 bilhões de habitantes em 2050? Então, estamos no caminho certo, que

é o caminho da preocupação, do debate, e audiências públicas como esta de hoje, em que vamos tratar do Programa Antártico Brasileiro, Proantar, servem para ainda mais engrandecer esta Comissão, o Congresso Nacional e levar a toda a população brasileira que o Brasil está preocupado com esse tema e está desenvolvendo ciências e atividades nesse setor, já pensando como será o futuro.

Passamos, neste momento, à segunda parte. Deputado, o senhor quer fazer uso da palavra neste início? *(Pausa.)*

Nós daremos, então, início à primeira parte da nossa reunião, que trata da audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – Proantar, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 9, desta Comissão, com a presença do Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, representantes da Marinha do Brasil; também do Sr. Edson Rodrigues, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT APA; também da Srª Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, representantes do Ministério do Meio Ambiente; do Sr. Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Convido a tomarem assento à mesa o Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, o Sr. Edson Rodrigues, a Srª Jaqueline Leal e o Sr. Jefferson Cardia Simões. *(Pausa.)*

Nós temos que seguir o Regimento do Senado Federal e também a Resolução que criou a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, e o Regimento do Senado Federal dispõe que, iniciada a Ordem do Dia, todas as Comissões devem suspender os seus trabalhos. E a Ordem do Dia do Senado Federal inicia às 16 horas. Até mesmo por conta desse fato, foi que esta audiência pública não aconteceu na última quarta-feira, quando debatíamos aqui, no Senado Federal, os *royalties* do petróleo, cujo debate começou já na terça-feira e foi antecipada a Ordem do Dia para às 14 horas de quarta-feira passada. Por isso, peço escusas a V. Ex^{as} por termos tido que remarcar a nossa audiência pública para tratar do Programa Antártico Brasileiro para a data de hoje.

Então, as regras que nós colocamos para a exposição de V. Ex^{as}, que seriam 20 minutos por órgão:

nesse caso, para a Marinha, 20 minutos; para o Ministério da Ciência e Tecnologia, 20 minutos, e, para o Ministério do Meio Ambiente, também 20 minutos.

Vamos dar início, então, ouvindo o Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCOS JOSÉ DE CARVALHO FERREIRA – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, a quem cumprimento como Presidente desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e agradeço imensamente pelo convite feito ao Proantar. Falo em nome de todos os segmentos do Proantar neste momento.

Ex^{mo} Sr. Deputado Márcio Macêdo, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, como disse, é com grande honra e satisfação que tenho aqui a oportunidade hoje de, em vinte minutos, apresentar um pouco do trabalho que fazemos na Antártica. É um trabalho bastante grande, que já vai fazer trinta anos no próximo ano.

Vou procurar sintetizar inicialmente, na minha apresentação, uma visão geral do Programa Antártico Brasileiro. Depois, os demais oradores vão ter a oportunidade de falar um pouco mais sobre as mudanças climáticas relacionadas com o continente antártico.

Este é um roteiro. É um roteiro grande, mas pretendo ser sucinto em cada um dos tópicos.

Inicialmente, vou falar um pouco sobre o meio ambiente antártico, a importância da Antártica para a humanidade, por que estar na Antártica – muita gente pergunta –, o sistema do tratado – basicamente, o Tratado da Antártica e o Protocolo de Madri. Vou falar também sobre o Programa Antártico Brasileiro, as operações antárticas, a nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, nossos parceiros, a situação financeira do Proantar e uma conclusão com um olhar adiante.

A Antártica é um continente de 13,8 milhão de km². Portanto, vemos que o território antártico é muito maior do que a parte terrestre do Brasil; excluindo-se a parte marítima brasileira, a parte continental é muito maior; 99% da sua superfície é coberta por gelo, com uma espessura de gelo de quase 5 km na sua maior dimensão e uma espessura média de quase 2 km de gelo sobre o continente; 90% do gelo do planeta está na Antártica, e 70% de toda a água doce.

Então, só por esse primeiro *slide*, podemos ver a grandiosidade, a importância do continente antártico.

Este mapa mostra o Brasil superposto ao continente antártico, para dar uma noção a todos que nos assistem de como o continente antártico é grande.

Aqui, fizemos um corte no continente antártico, onde está esta linha vermelha, e representamos aqui embaixo, onde esta linha é o nível do mar, e verifica-

mos que a Antártica tem algumas partes de terra acima do nível do mar, mas grande parte do que está acima do nível do mar na Antártica é gelo. É um manto de gelo, que não é um gelo fofo, é um gelo duro, e atinge altitudes muito grades.

Aqui, nesta parte da Antártica, temos algumas partes em que o território é um pouco mais elevado, mas, basicamente, a camada de gelo está em todo o continente e é bastante espessa.

Dizemos que a Antártica é a terra dos superlativos. Por exemplo, é a mais fria. Vemos aqui que a nossa estação antártica está aqui na pontinha da península, na ilha, e ela tem uma média de $-2,8^{\circ}\text{C}$, podendo chegar, no verão, a 4°C positivos. A mais baixa temperatura registrada na nossa estação foi $-28,8^{\circ}\text{C}$ em 1991. Temos registros de -89°C na estação russa de Vostok, em 1983, mas essas são as temperatura médias.

Dizemos que é o local onde há mais vento no nosso Planeta. Esse vento está muito na periferia do continente, com velocidades médias registradas de 70 km/h, e a mais alta velocidade registrada foi de 327 km/h. No passado, tivemos, na nossa estação, rajadas de vento bastante altas, de cerca de 150 km/h, mas não é muito normal. No interior da Antártica venta menos.

A Antártica é a terra mais remota, pelas distâncias. O ponto mais próximo é a Terra do Fogo, a 880 km da península antártica; do Rio de Janeiro, estamos a quase 5 mil km, da África, a 3,3 mil km; da Austrália, a 1.980 km. São os pontos mais próximos.

É o território mais seco. O interior da Antártica é muito seco, neva pouco, há pouca precipitação, ao contrário da borda da Antártica, onde a influência do mar faz com que chova e neve bastante. O interior é muito seco.

É a região mais despovoada, é a mais desconhecida ainda, apesar das pesquisas, e, felizmente, a mais preservada do Planeta.

Então, a importância da Antártica para a humanidade: ela detém quase toda a água doce do Planeta; possui recursos minerais, enérgicos e vivos ainda incalculáveis; é um arquivo da história climática do Planeta – o Prof. Jefferson, aqui ao meu lado, vai expandir depois o assunto; regula o clima do Planeta e nos afeta diretamente; o meio ambiente antártico é o único suscetível às mudanças globais, é um bem comum de toda a humanidade, e é a última região do Planeta totalmente preservada.

Isso resume a importância da Antártica para nós todos, para toda a humanidade.

Por que estar na Antártica? O Brasil está na Antártica para assegurar participação nas decisões sobre o futuro do continente. Assim, sendo membro

consultivo do Tratado da Antártica, como o é, o Brasil tem esse direito a voto.

O Brasil desenvolve pesquisas científicas de qualidade na Antártica – o Prof. Jefferson vai falar um pouco dessa pesquisa científica de qualidade.

Do ponto de vista militar, da Marinha, realizamos apoio logístico a grandes distâncias, e é importante para a Marinha manter esse treinamento, essa capacitação. Operar em áreas inóspitas, num clima inóspito como é o da Antártica, também é bastante importante para nós, marinheiros. Precisamos estar prontos para esse desafio.

Aqui é a relação de alguns estudos gerados: “Influência e Comportamento de Correntes Marinhas na Antártica”; “Acompanhamento da Camada de Ozônio e do Efeito Estufa”; Levantamento da Existência de Recursos Minerais e Hidrocarbonetos; “Influência do Clima Antártico no Brasil”; “Acompanhamento das Mudanças Climáticas Globais”; “Pesquisa da Biodiversidade Marinha”. Eu não vou entrar muito nesse tema, porque temos pessoas muito mais gabaritadas do que eu para falar sobre a questão científica e ambiental. Então, vou mudar logo de assunto e passar ao sistema jurídico do Tratado.

Este é o arcabouço jurídico da Antártica. É um arcabouço jurídico bastante forte e tem o Tratado da Antártica, assinado em 1959 – entrou em vigor em 1961 –, como seu pilar mestre. E há outras convenções associadas: Convenção de Conservação de Focas Marinhas; Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, que entrou em vigor em 1998; Convenção sobre Conservação de Recursos Vivos Marinhos Antárticos – é a questão da pesca no mar austral.

Igualmente, há Recomendações adotadas nas reuniões de partes consultivas do Tratado, que são anuais.

É uma Convenção de Regulamentação de Atividades de Recursos Minerais Antárticos que nunca entrou em vigor, porque, quando os países iriam colocá-la em vigor, resolveram fazer o Protocolo de Proteção ao Meio Ambiente, que tratou do assunto de maneira completamente oposta ao que era a tendência, na época, de se permitir a exploração de recursos minerais na Antártica, e o Protocolo veio congelar essa possibilidade.

Como disse, o Tratado foi assinado em 1959, por 12 países. Entrou em vigor em 1961. Qualquer país pode aderir ao Tratado a qualquer tempo, e, para tornar-se parte consultiva do Tratado, para ter direito a voto, é preciso desenvolver pesquisa científica de qualidade no continente antártico.

Estes são os membros originais, que assinaram o Tratado em 1959. Hoje são 48 países signatários do

Tratado da Antártica, sendo 28 membros consultivos e 20 membros não consultivos.

Antes de o Tratado ser assinado, havia uma discussão em que sete países, mais especificamente, reivindicavam parte do território antártico. Estes países que estão aqui – Argentina, Chile, Reino Unido, Noruega, Austrália, França e Nova Zelândia – reivindicavam essas fatias do território antártico por vários critérios, por teorias diversas, mas isso não vingou. O tratado foi assinado, em que ele congela as pretensões territoriais de todos os países e impede, no tratado, que outros países venham a ter pretensões territoriais na Antártica, enquanto ele estiver em vigor.

Quando falamos do Tratado da Antártica, e juridicamente falando, estamos falando de tudo que está ao sul do Paralelo 60, ou seja, não estamos falando somente do continente, mas falando também de um mar bastante interessante, uma área bastante grande, para nos posicionarmos.

O tratado é um texto curto, composto, basicamente, por 14 artigos, mas muito eficaz. Por quê? Porque é um tratado muito respeitado e tem toda uma estrutura para poder fazer com que as coisas aconteçam da maneira como devem.

Ele, basicamente, trata do uso da Antártica para fins pacíficos; diz que a Antártica não poderá ser militarizada; fala sobre a liberdade de pesquisa científica e incentiva a pesquisa científica na região; proíbe explosões nucleares, lançamento de rejeitos radioativos; facilita a cooperação internacional. Um dos pilares da Antártica é cooperação internacional que é incentivada; congelou reivindicações territoriais enquanto o tratado estiver em vigor; fala da preservação e conservação dos recursos vivos marinhos; e diz que uma conferência de revisão do tratado só poderia ser feita 30 anos depois da sua vigência, o que ocorreu em 1991, e partir daí o tratado só podia ser mudado por uma conferência de revisão, no caso, por maioria dos membros consultivos.

Até hoje, nós estamos em 2011, acabando, nenhum país do mundo nunca pediu para mudar uma linha do tratado. Então, nós podemos concluir disso aí que o tratado é um instrumento jurídico de direito internacional bastante forte, com bastante força.

O Protocolo de Proteção ao Meio Ambiente que se seguiu, que veio dar uma ênfase muito grande à questão ambiental da Antártica; com esses aspectos principais sendo tratados, prevê inspeções às instalações de todo o mundo que está na Antártica, os países podem e devem se inspecionar mutuamente; e criou um comitê de proteção ambiental que monitora esse protocolo de proteção ambiental, que tem grande atuação dentro do sistema do tratado.

Então, cada vez mais a questão ambiental na Antártica, a preservação ambiental na Antártica é cada vez mais assunto de importância e que ocupa o espaço da agenda antártica.

Como eu já disse, esse protocolo congelou a exploração mineral na Antártica e disse que uma conferência de revisão para mudar o protocolo só poderia ser feita 50 anos depois da vigência, o que vai ocorrer somente em 2048. E, além disso, mesmo que mude o texto do tratado, descongelando a exploração, tem que haver um regime jurídico específico, regulando essa exploração, para que isso aconteça. Ou seja, ainda teremos ou garantimos por um bom tempo que a exploração mineral na Antártica não será permitida.

O Programa Antártico brasileiro, muito rapidamente.

O Brasil aderiu ao tratado em 75, o programa foi criado em 82. Portanto, no ano que vem, em 12 de janeiro, estaremos celebrando 30 anos do Programa Antártico brasileiro.

Então, foi Decreto 86.830; tem modificações no texto; o último texto é de 2006, e a finalidade é “promover a realização de pesquisa científica diversificada de alta qualidade na região antártica, contribuindo para que o Brasil continue na condição de membro consultivo do tratado”.

A estrutura é essa: existe uma política antártica, assinada pelo Presidente da República; existem no alto nível três órgãos: a Cirm, do qual eu sou o secretário e o coordenador é o comandante da Marinha; recebe diretrizes políticas do Conantar.

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos, que é coordenada pelo MRE, que trata das diretrizes políticas para a Antártica; o Conapa, coordenado pelo MCT, que trata da questão científica e tudo isso, esses três órgãos, vamos dizer assim, dão as grandes diretrizes para o Programa Antártico.

Na execução existe uma subcomissão do Proantar e três grupos de avaliação ambiental liderado pelo MMA; operação liderada pela secretaria da Cirm, que é a de operação e logística; e assessoramento, que é a parte científica, MCT/CNPq participando. Então, isso aqui na execução do Programa Antártico Brasileiro, nas decisões de alto nível.

O MCT faz chamadas públicas para o Projeto Antártica; o CNPq faz análise do mérito científico; o MMA faz avaliação de impacto ambiental; a Marinha, por meio da Secirm, me faz a exequibilidade de logística; e o projeto é aprovado e planejado para as futuras operações antárticas.

Sobre a Operação Antártica, a nossa primeira ocorreu entre 82/83; dois navios participaram, o navio da Marinha, Barão de Tefé, e o navio da USP, o

Professor Besnard, foi um marco histórico no nosso programa antártico.

Em setembro de 83 o Brasil se tornou parte consultiva do tratado, muito rapidamente, depois que fez o programa antártico. Em 83, o primeiro pouso do avião Hércules ocorreu na Antártica. Em 86, na quarta operação antártica, já estávamos ocupando a Estação Antártica Comandante Ferraz durante todo o ano, pois até então somente no verão.

Então, basicamente, isso é uma operação antártica, existe o período de inverno, com pouca movimentação de pessoal, material; basicamente a estação é abastecida com material lançado por paraquedas pelos aviões da FAB; e, no verão Antártico, de novembro a março, grande atividade, grande movimentação de pessoal, matéria, pesquisa, helicópteros, dois navios – como vou mostrar daqui a pouco – aviões etc.

Os limitadores são: vagas na estação, a estação não é muito grande; navios e vôos de apoio também, a demanda de pesquisa é muito grande; o mar se congela determinadas partes; e as condições climáticas adversas são os grandes limitadores para se fazer as operações antárticas anualmente.

Temos aí hoje o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel e navio polar Almirante Maximiano, esse adquirido em 2008, foi reformado, esse muito bom para logística e esse outro muito bom para pesquisa; levam cada um dois helicópteros biturbina, que ficam na Antártica cerca de seis meses por ano; mais ou menos 50 vagas para pesquisadores nos dois navios, dotados de laboratórios de pesquisas e outras facilidades.

Onde está a Estação Antártica Almirante Ferraz? Pode passar.

Estamos aqui ressaltando a Península Antártica. Na Península Antártica temos um conjunto de ilhas. Aquele conjunto de ilhas está aqui representado; aqui a Baía do Almirantado, onde aqui dentro estamos; Ilha Rei George; aqui está a Ilha Rei George e a Península Kelly, onde, aqui na pontinha, está a nossa estação na Bia do Almirantado. E, agora, uma foto: Ilha Rei George, Península Kelly – a nossa estação está aqui.

A primeira ideia de estação era essa, um conjunto de *containers*, esse conjunto de oito *containers* que foi instalado em 84. Os senhores vão ver uma foto agora mais recente.

Aqui, a nossa estação como ela é hoje, com mais de dois mil metros quadrados, composta por alojamentos, sala de estar, biblioteca, cozinhas, oficinas, paióis, laboratórios, enfermarias, acomodações para cerca de seiscentas pessoas.

Nosso parceiro – estamos terminando, Senador –, dez vôos por ano fazemos; sem a contribuição da Força Aérea Brasileira não teríamos Programa Antárti-

co; sete vôos no verão e três vôos no inverno, lançando cargas por meio de paraquedas. Temos uma estação de apoio antártico em Rio Grande, com um convênio com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, a Furg, que desde 83 guarda, mantém e distribui todo o material de apoio do Proantar. E, com isso, quando o avião vai para a Antártica, passa, na ida e na volta, para as pessoas pegarem os seus investimentos de frio, os seus equipamentos apropriados ao ambiente antártico.

Outro grande parceiro de primeira hora é a Petrobras. Desde o início do programa, sem a Petrobras também teríamos grande dificuldade de conduzir a Operantar, o Programa Antártico, a qual fornece todo o combustível usado nas operações à Marinha, à FAB e à Estação Antártica também.

Temos cooperação com pesquisa sobre energia também, equipamentos, tanques novos que nos foram fornecidos. Eu vou mostrar, mais adiante, outro projeto agora, que é este: está em andamento agora um sistema de abastecimento de combustível por dutos, de um navio sendo ligado por um duto à estação para bombear o combustível. Isso vai diminuir muito o risco ambiental de abastecer a estação e aumentar a velocidade de abastecimento enormemente, de modo que os navios fiquem mais liberados para fazer pesquisas no mar e menos ocupados com a logística da estação.

Então, aqui é uma visão: é o duto que tem de descer por causa do gelo que há aqui na superfície e que vai direto. E esperamos que, até março do ano de 2012 agora, possamos concluir esse projeto com sucesso. Mais uma vez, é a Petrobras nos ajudando muito.

Uma cooperação agora é a Vale Soluções em Energia, a empresa que é Vale mais BNDES, Petrobras e Cirm, fazendo um experimento de instalação de motogerador movido a etanol na Antártica, para geração de energia elétrica na Antártica, com redução de 68% da emissão de CO₂, não a emissão de composto de enxofre e material particulado e redução de 50% do ruído.

Essa é uma cooperação recentíssima. Estamos, neste momento, levando esse material para a Antártica nos navios antárticos que estão indo para a Antártica agora, e nós vamos comprovar a eficiência do uso do etanol em climas frios. É um mito que o etanol não funciona. Esse etanol é o etanol padrão ANP da bomba do posto, não é o etanol aditivado.

E seremos, se isso tudo der certo, o primeiro país a utilizar biocombustível na Antártica. Nós temos outras estações modernas na Antártica de outros países, com energia eólica, mas com biocombustível não temos notícia. Seremos os primeiros.

Essa é uma foto do gerador que está sendo levado para a Antártica neste momento, a bordo de um dos nossos navios.

Por favor.

Então, é um projeto muito interessante, que já tem saído nos jornais.

Menos: foi muito, foi muito!

Eu sei que o meu tempo já acabou, mas...

Outro parceiro é a OI, que desde 2006 nos permite comunicações seguras com a estação: telefone celular, como se do Rio de Janeiro estivéssemos ligando. Liga-se para a estação e fala-se com o comandante da estação como se estivesse aqui, no prédio do lado.

Então, é um parceiro também que a gente não pode deixar de mencionar.

Por favor, mais um.

E a Frente Parlamentar de Apoio, que também tem dado muito apoio não só à questão financeira, mas também à divulgação do programa. O Senador esteve recentemente lá na Antártica e se tornou um dos nossos fãs do Programa Antártico. E a Frente tem sido muito importante para a gente.

Então, já estamos terminando.

Em 2010, tivemos um orçamento, recebemos, para manter o Programa Antártico, 8,5 milhões. Isso, sem contar os investimentos do CNPq e do MCT para financiamento de pesquisas, o monitoramento de mudanças climáticas do MMA e a manutenção dos navios, dos helicópteros e dos aviões, que saem com os recursos financeiros da Marinha, além do combustível que a Petrobras nos cede.

Ou seja, sem contar isso, nós tocamos a Operação Antártica com 8,5 milhões em 2010; 7 milhões em 2011.

Infelizmente, os Deputados e os Senadores aprovaram emendas – em 2011, 5,9 milhões individuais e 5,71 milhões de emendas de comissões no ano passado –, mas, infelizmente, não tivemos nada liberado pelo Executivo até o momento, e seria bastante interessante se tivéssemos esse reforço, ou pelo menos de parte dele, para podermos avançar mais e melhor.

E, finalmente, o meu último *slide*, eu coloco um olhar adiante: estamos concluindo, até o final deste ano, um grupo de trabalho de planejamento estratégico do programa a fim de olhar adiante para o programa nos próximos 10 anos e passarmos a planejar-nos melhor, a preparar-nos melhor para o futuro na Antártica. E conseguimos, este ano – está no Congresso, neste momento, para aprovação – pela primeira vez, colocar o mar, a zona costeira e a Antártica num programa temático, dentro da nova estrutura do PPA 2012/2015, o que deu à questão do mar e da Antártica, dentro do planejamento de Governo, uma importância e um nível

diferenciado. Certamente, daqui a pouco, o PPA estará sendo aprovado e nós poderemos dar destaque às nossas metas do Programa Antártico, inclusive, e do mar, dentro do PPA.

Então, eu agradeço e peço desculpas, Senador. Foi muito rápida a síntese do Programa Antártico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Contra-Almirante Marcos.

O tempo realmente é curto, mas V. Ex^a soube bem aproveitá-lo, colocando as atividades do Brasil, mas, principalmente, as atividades da Marinha no Continente Antártico, no Programa Proantar.

E quero também agradecer a V. Ex^a, Contra-Almirante, porque eu tive oportunidade, a convite da Marinha, de estar recentemente no Continente Antártico. Não tive o prazer de estar na estação brasileira, na Estação Comandante Ferraz. Como bem V. Ex^a colocou, neste período, que é o período do inverno, não estão lá os navios brasileiros, que dão apoio à logística necessária para o traslado entre a estação chilena, onde aporta o navio brasileiro, e a estação brasileira, a Estação Comandante Ferraz.

Eu agradeço a V. Ex^a pela brilhante exposição.

Dando continuidade, vamos passar...

Fizemos uma pequena alteração aqui.

Então, nós vamos ouvir, agora, o Dr. Jefferson Cardia Simões, que fará a sua explanação aqui, neste ato, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por favor, V. S^a tem a palavra, Dr. Jefferson.

O SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES – Obrigado, Senador Sérgio Souza. Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Agradeço o convite ao MCTI, que eu estou representando aqui, nesta Comissão. Também represento o Dr. Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do próprio MCTI.

Seria interessante, e peço licença para falar em pé, porque tenho mais facilidade – mania de professor. Eu estou aqui também como representante do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, no qual eu atuo exatamente em relação ao tema antártico.

A minha tentativa aqui, em 20 minutos, é mostrar exatamente as conexões Antártica, mudanças climáticas e o Brasil. E cada vez mostrar que nós não podemos mais viver no mito do continente isolado e, muito menos, longe do Brasil.

E eu gostaria de mostrar alguns pontos que mostram essa inter-relação, colocando algumas coisas importantes para esta Comissão para as nossas dis-

cussões da Rio+20 e também para as negociações dos próximos protocolos ambientais.

Então, nós temos um continente prístino, que amplia os sinais de mudanças climáticas – eu vou mostrar algumas evidências que são os sinais mais fortes que nós temos em todo o Planeta, principalmente na questão de aquecimento atmosférico – e que guarda o melhor registro das relações climáticas e da química atmosférica do passado, essencial se nós quisermos fazer uma avaliação do estado do ambiente planetário e suas possíveis consequências devido à ação antrópica.

E o primeiro mito que eu sempre gosto de fazer o propósito de destruir é o de que a Antártica não é longe; ela é muito perto. O meu Estado está mais perto da Antártica do que Roraima. São mais afetados os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná pelo sistema climático antártico do que o sistema amazônico.

Hoje, nós temos o entendimento profundo – e esta seria a grande diferença de 30 anos atrás – de que o sistema climático é único e indivisível e a Antártica tem papel tão importante quanto a Amazônia na circulação geral da atmosfera do oceano.

O que eu estou dizendo é que nós só vamos entender o clima brasileiro e melhorar a previsão climática se nós entendermos o papel da Antártica principalmente como formadora das correntes oceânicas e também como a grande sorvedora da grande massa fria que nós temos no Planeta Terra, que controla a nossa circulação atmosférica e os nossos oceanos.

Eu não vou repetir algumas informações que obrigatoriamente o Marcos José já apresentou, mas só gostaria de dizer que, enfatizando aqui a relação Brasil/Antártica e o tamanho de alguns Estados com essa imensidão, somado com o oceano polar, que também faz parte dos estudos ambientais e climáticos do Proantar, nós estamos tratando com 10% do Planeta Terra. São cerca de 50 milhões de quilômetros quadrados. A ação do Programa Antártico Brasileiro, coordenado pela Secirm, nos dá direito de defender os nossos direitos e nossas posições em 10% do Planeta Terra e uma das partes essenciais no ambiente planetário.

Mais importante: não podemos esquecer que, ao redor da Antártica, nós temos o fenômeno climático ambiental de maior variação sazonal no mundo, que é a variação do mar congelado, que vai de 1,8 a 18 milhões de quilômetros quadrados, às vezes ultrapassando isso, e que nós sabemos ser essencial no controle, por exemplo, das friagens que penetram, muitas vezes, até o sul da Amazônia.

As massas de ar frio que controlam todas as nossas condições climáticas no Estado brasileiro, principalmente durante o inverno, e que muitas vezes con-

trolam a nossa produtividade agrícola – basta lembrar que o aumento das friagens, das frentes frias, durante a década de 70, acabou com a cultura cafeeira ou reduziu muito a cultura cafeeira no Paraná –, se nós não integrarmos isso nos modelos climáticos, e essa variação do gelo marinho e exatamente o que vocês podem observar aqui é essa circulação atmosférica, onde esses ciclones, volta e meia, escapam e penetram a América do Sul chegando até o sul da Amazônia, nós não teremos modelos climáticos adequados. O próprio Inpe, o próprio Dr. Carlos Nobre e vários colegas decidimos integrar agora – é o próximo passo – nos modelos do clima do Brasil a variação do gelo marinho, a variação do clima antártico. Só então nós vamos ter cenários melhores.

E também, pelo outro lado, nós já sabemos, já temos evidências de que nossos poluentes – polens, insetos, também micro-organismos brasileiros – são transportados para a Antártica. O que estou falando nós já conseguimos observar, inclusive sinais da poluição industrial na Antártica, provinda da América do Sul, muito menos da África, e também da Austrália.

Então, nós temos que fazer essa inclusão nesses dados.

Eu gostaria de tratar de alguns pontos: se nós abordarmos a questão do ozônio estratosférico, o buraco ou a carência de ozônio nas duas regiões polares ainda é muito forte. Nós só temos previsão de redução, de diminuição desse buraco, dessa camada com carência por meados desse século ou mesmo por 2060, 2080.

Nossa preocupação maior, ao contrário do que a imprensa noticia, não é o impacto direto na humanidade e, sim, no fitoplâncton, a base da cadeia alimentar e a base do sequestro de carbono, ou seja, o pulmão do mundo, que é facilmente atingido pelo aumento da radiação ultravioleta. Então, a questão da preservação da camada de ozônio, que, infelizmente, este ano, bateu recorde no Ártico, é essencial para a sobrevivência do Planeta Terra.

A Antártica aguarda o melhor registro da variação climática e da química atmosférica do Planeta, e foram essenciais para as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, o IPCC de 2007 – e agora, para o próximo, também foram essenciais – as conclusões dos testemunhos de gelo, para as quais vou chamar a atenção, para as negociações do Protocolo de Kyoto e outros.

Ou seja, o gelo da Antártica não é água congelada e, sim, formado pela precipitação de cristais de neve que carregam toda a química atmosférica do passado. Isto é, os cientistas furam, obtêm cilindros, fazem uma série de análises climáticas, e hoje nós conseguimos

contar detalhadamente a história climática e da variabilidade ambiental, o impacto humano ao longo dos últimos três, quatro mil anos, e conseguimos retroceder até 800 mil anos nos dados climáticos.

Eu não vou entrar em detalhes, aqui não é o objetivo, sobre todas as informações que nós conseguimos conquistar do gelo da Antártica com esses testemunhos, mas eu tenho que enfatizar um resultado que é essencial para esta Comissão: quais as evidências de aumento artificial das concentrações de gases estufas, dos três gases estufas principais, o dióxido de carbono (CO_2), o CH_4 e também o N_2O . Se nós olharmos as medições feitas na atmosfera – nós só começamos em 1957, 1958 – aparece um gráfico que nos mostra esse aumento de cerca de 30% no CO_2 , no dióxido de carbono, mas, se eu mostrar, certamente, para o Sr. Senador e para um tomador de decisão que eu só tenho esses dados, ele não vai estar muito feliz com essa informação. Eu tenho 50 anos de dados. Como é que eu vou informar e obter mais informações? Com as amostras de neve e gelo da Antártica, eu vou poder analisar as bolhas retidas no gelo antártico e obter um gráfico muito mais interessante em termos de decisões políticas, que é o aumento claríssimo, por essas amostras de gelo da Antártica, de mais de 40% no CO_2 . Cabe registrar que hoje, infelizmente, nós estamos aqui, fora dessa escala, 390.

Então, os testemunhos de gelo da Antártica comprovam, evidenciam que nós aumentamos, desde o início da Revolução Industrial, 40% do CO_2 , 150% na concentração do metano, e 20% na concentração do N_2O , os principais gases estufas. Isso, é claro, tem consequências na intensificação do gás estufa. Se isso não bastasse, através das amostras de neve e gelo da Antártica, nós temos claramente que as maiores concentrações de CO_2 ao longo dos últimos 800 mil anos são exatamente as dos últimos 50 anos. Indubitável a evidência de que nós mudamos a composição atmosférica. Aqui vocês podem ver a variação do CO_2 ao longo de 800 mil anos e aqui salta, isso aqui é o presente, salta para cá, fora da escala, são 390 ppmv, que é uma concentração em partes por milhão por volume.

Mas nós já temos outros registros. Poluição. Esse é um trabalho iniciado pela comunidade antártica brasileira exatamente para tentar ver se queima da biomassa já está registrada na Antártica. Eu peço que olhem só o gráfico de baixo, o outro é só para nossa datação. O que estamos vendo em vermelho é o número de queimadas na América do Sul e, em preto, a concentração, nas amostras de neve e gelo da Antártica, de *black carbon*, um subproduto da queima de biomassa. E fica claro que picos de queimadas da América do Sul representam já transporte de material

carbono e que alteram todo o balanço de energia do Planeta para dentro da Antártica. Existe evidência de aumento anômalo de temperatura na atmosfera da Antártica? É claro. Sempre se lembra do registro global de aumento de 0,8°C em 140 anos, mas, na Antártica, é muito mais intenso na península antártica; em alguns lugares esse aumento foi de 3°C em 60 anos. Essa área toda está aquecendo, e é aqui que vamos obter os sinais de mudanças do clima. E aqui é muito mais ameno, e desculpe a palavra errada, porque aqui nós vamos ter -90°C na estação chinesa, que é o polo, o lugar mais frio. E para isso eu gostaria de chamar a atenção, aproveitando o ensejo: dos Brics, o Brasil é o país que menos investe na Antártica, e a China, hoje, é o segundo país que mais investe na Antártica, colocando a estação, inclusive, no polo frio do mundo, aqui, no Domo A.

Então, nas últimas quatro décadas, nós observamos o aquecimento da península antártica propriamente dita e quais são as consequências ambientais. O que nós temos? Estamos observando desintegração das plataformas de gelo, que é a parte flutuante da cobertura de gelo da Antártica; retração de geleira, 90% das geleiras já retraíram; aceleração da velocidade, elas estão indo cada vez mais rápido para dentro do mar; aumento da temperatura em toda a costa oeste da Antártica, como eu falei, em alguns lugares de até 5 graus, e redução do gelo marinho. Mas isso é uma realidade somente para a península antártica, o resto do continente é estável. Para quem não entendeu: a área desse Estado de Sergipe, em plataformas de gelo, perdemos, mais de 25.000km², em 20 anos; toda essa área aqui, inclusive, já se foi, desde 2004, 2005. Uma área desse gelo maior do que o Estado de Sergipe foi perdida e está se transformando.

Como isso afeta o nível do mar? Vai afetar o nível do mar global, inclusive do Brasil. Contrariamente aos mitos dados pela imprensa, não são as calotas polares que estão derretendo. O manto de gelo da Antártica é muito estável e muito frio, mas o gelo da península antártica está contribuindo de cerca de 10% a 20% do aumento do nível do mar. É só cerca de 0,15mm por décadas. A maioria da contribuição do aumento do nível do mar, que é o 0,75 do gelo do Planeta que está derretendo, está nessas áreas vermelhas. Como vocês podem ver, a maioria das regiões é fora das regiões polares e, é claro, uma área muito sensível onde está também nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, logo ao norte, que é a península antártica.

Isso representa um aumento entre 18 a 59 cm no nível do mar até 2100. Nós, inclusive, estamos revisando, para o painel brasileiro e para o IPCC. Em casos extremos de colapso de parte da Antártica, até

um metro, não mais do que isso, seria o aumento do nível do mar até 2100. É claro que têm consequências em trilhões de dólares. Resumo: nos próximos 90 anos, o que nós esperamos para a Antártica? O buraco de ozônio diminuirá? A área, do mar congelado vai perder cerca de um terço e isso implica, na verdade, o aumento do gelo da Antártica – e não a diminuição –, porque vai cair mais precipitação? Ou seja, o aquecimento global às vezes tem efeitos diferentes do esperado? A temperatura média da superfície do continente deve aumentar em três graus? Mais gelo vai derreter na península? Contumaz a contribuição pequena para o nível do mar... O oceano Austral já está aquecendo e vai aquecer mais meio grau a um grau centígrado e isso afeta as correntes oceânicas superficiais e é claro afetará a produtividade e a distribuição geográfica de espécies de fauna e flora Antártica.

Eu creio que o grande desafio da Comunidade Antártica Brasileira é integrar a variedade climática de todos os continentes em nossos modelos e examinar – e fazer cenários – para o ambiente brasileiro. Como o gelo da Antártica vai responder à variação climática, o que isso implica para a cadeia alimentar, para a biota como um todo, e quais são as consequências no dia a dia, no cotidiano do brasileiro.

Encerrando, eu só gostaria de lembrar aqui que as ações do MCTI para a questão do papel da Antártica na mudança do clima são por intermédio de dois institutos nacionais de ciência e tecnologia: o Instituto de CIT Antártica e Pesquisas Ambientais, que meu colega Edson Rodrigues vai falar um pouquinho e aproveitará também para falar sobre o impacto na biota, o Instituto de Ciência e Tecnologia da Criosfera, que está interessado com a variabilidade de toda massa de gelo e como ela controla a circulação atmosférica e oceânica em todo o planeta – e que inclusive envolve o Ártico. Este é um ponto a que eu gostaria de chamar atenção da Comissão: a questão ártica está se tornando cada vez mais premente, não só pela questão das mudanças ambientais que está trazendo para o Ártico, mas as consequências econômicas, principalmente na procura de hidrocarbonetos dentro do Ártico e as consequências geopolíticas.

Finalmente, não podemos nos esquecer a grande diferença, para a comunidade científica, que foi a emenda de nossa Frente Parlamentar, em prol do Proantar, especificamente para a ciência, e que possibilitou o financiamento de 19 projetos. Eu gostaria, então, para encerrar, de mostrar exatamente a situação financeira da ciência Antártica, que é diferente do programa como um todo. Nós vamos ver que sempre tivemos recursos pálidos, vindos do CNPq. Tivemos ações isoladas do MMA, principalmente no período 2002-2007, quando

houve um aporte substancial de recursos, chegando – em um ano – a quase quatro milhões. Aí, o grande salto da ação do MCTI nos INCTs e aqui esse pico é a Frente Parlamentar em prol do Proantar que alocou recursos especificamente para a ciência e tecnologia Antártica, principalmente na questão das mudanças do clima.

Eu encerro, então... Só para mostrar que nós conhecemos pouco deste planeta Terra, o continente antártico, esses dois quilômetros de gelo. Para quem não entendeu o que significa isso, 25 milhões de quilômetros quadrados, se eu trouxesse todo o continente Antártico e botasse todo o gelo no Brasil, nós teríamos uma camada homogênea de três quilômetros de gelo. Evidentemente, isso afeta e controla todo o sistema ambiental global. É muito gelo! Mas, embaixo desse gelo, nós já descobrimos 170 lagos e que, provavelmente, exista vida lá no fundo que se desenvolveu há milhões de anos (quatro/cinco milhões de anos), isoladamente. E a grande descoberta dos últimos quatro anos, principalmente no período que nós chamamos de Ano Polar Internacional, foi entender que embaixo desse gelo, ligando todos os lagos, nós temos uma bacia de circulação de água maior que a bacia amazônica. Esses lagos (grande parte) estão interconectados e levam essa água doce e fria para os oceanos. O que eu quero dizer com isso é que, muitas vezes, quando nós estamos mexendo com o ambiente planetário, nós não estamos sabendo nem o que estamos fazendo e não conhecemos ainda, profundamente, esse ambiente.

Obrigado pela atenção. Além de eu estar representando o MCTI, eu sou diretor do novo Centro Polar Climático, da Federal do Rio Grande do Sul, e também o Coordenador-Geral da Rede INCT da Criosfera.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado a V. Ex^a, Professor Jefferson. Muito do que o senhor colocou hoje aqui, pra mim, é novidade. Meus parabéns, principalmente por essa questão da bacia subterrânea existente no Continente Antártico. Maior, inclusive, do que a bacia amazônica. Para mim, isso é novidade. É a primeira vez que estou ouvindo isso e tenho certeza de que esses descobrimentos são frutos dos investimentos que o Governo brasileiro tem feito e também muito daquilo que essa Frente Parlamentar do Congresso Nacional tem ajudado nesse programa.

Dando continuidade a nossa audiência pública, passo a palavra ao senhor Edson Rodrigues, pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártica de Pesquisas Ambientais. Por favor, Sr. Edson.

O SR. EDSON RODRIGUES – Obrigado. Na pessoa do Senador, cumprimento todos os presentes.

Também gostaria de agradecer o convite do Ministério do Meio Ambiente.

Peço licença porque vou ter que colocar minha apresentação, que foi feita em outro formato. Peço também licença para apresentar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Enquanto o professor Edson coloca sua apresentação em nosso painel, eu gostaria de agradecer a presença de todas as senhoras e todos os senhores, em especial do Deputado Márcio Macêdo, que é nosso Relator da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas. Esta Comissão tem, por fundamento, fazer todo o acompanhamento das atuações governamentais, no que diz respeito às mudanças climáticas, mas também tem por objetivo ouvir toda a sociedade científica e aqueles que se preocupam com mudanças climáticas para que possamos, ao final dos trabalhos deste ano, consolidar isso tudo em um relatório para que venha a pautar, não só o Congresso Nacional, mas também ao Governo.

Passo, então, a palavra ao professor Edson Rodrigues, representante do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. EDSON RODRIGUES – Boa-tarde a todos. Eu sou professor da Universidade de Taubaté e participo do Programa Antártico Brasileiro, desde 1994: a Operação Antártica III. Hoje, sou pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártica de Pesquisas Ambientais, que é coordenado pela professora-doutora, Yocie Yoneshigue Valentin. Infelizmente, a professora Yocie não pôde comparecer, está fora do País, e solicitei-me que a representasse. Eu agradeço também à professora Yocie por essa oportunidade.

Nós temos vários parceiros, obviamente, a Secirm, de longa data, Frente Parlamentar, CNPq, Faperj, MCT, Capes, mas nosso grande parceiro e uma das instituições que participa do INCT-APA é o Ministério do Meio Ambiente.

Como meu colega Jefferson já colocou, nós vamos tratar mais a questão da biota e da questão do monitoramento ambiental na Antártica. O próprio professor Jefferson já mencionou que é a região mais preservada do planeta. Quanto a isso, nós não temos dúvida.

Na década de 80, começaram a surgir algumas preocupações com relação à poluição da região, uma poluição pontual, localizada. O marco foi, na realidade, o naufrágio do navio Baía Paraíso, próximo da Estação Palmer, em 1989. Isso resultou em um vazamento de óleo diesel de 600 mil litros. Outros pequenos naufrágios com vazamentos também ocorreram na região, e tudo isso suscitou questões sobre a importância do monitoramento ambiental na Antártica, o que culminou com o Protocolo de Madri, que foi assinado em 1991.

Posteriormente ao Protocolo de Madri, ocorreu uma série de reuniões técnicas, que resultaram num

manual técnico de monitoramento ambiental, mas de monitoramento químico – então, na realidade, prevendo apenas o monitoramento químico da região. Nessa lacuna do monitoramento químico é que surgiu a iniciativa do MMA e do INCT-APA de ampliar essa questão do monitoramento e, nesse sentido, o Brasil é pioneiro, porque nós estamos integrando hoje, através de uma malha de pesquisa, o monitoramento químico junto com o monitoramento físico e biológico, tentando entender o impacto dessa poluição sobre os organismos desse ambiente.

É importante ressaltar que o ecossistema antártico é muito frágil. A sua base alimentar é fundada num pequeno crustáceo chamado krill antártico, que é a base dessa cadeia alimentar. Direta ou indiretamente, todos os organismos antárticos se alimentam desse pequeno crustáceo, principalmente os vertebrados antárticos. Por exemplo, a foca-leopardo não se alimenta diretamente do krill, mas ela se alimenta de peixes que, por sua vez, alimentam-se do krill.

Também é bom ressaltar que esses organismos aqui evoluíram sob temperaturas muito baixas e estáveis – não são temperaturas apenas baixas, mas também estáveis. Por exemplo, a temperatura da água do mar em algumas regiões da antártica, no inverno, é de -1,9° e, no verão, é de -1,5°. Então, a variação de temperatura da água do inverno para o verão muitas vezes não ultrapassa meio grau. Em regiões mais quentes da Antártica, isso chega a 1,5° ou 1,6° de variação de temperatura.

Então, esses organismos aqui são muitos sensíveis a mudanças de temperatura, e é aí que entra a questão do monitoramento biológico: eles certamente podem servir como indicadores de mudanças climáticas globais. Se nós queremos entender como essas mudanças vão afetar outras regiões do Planeta, seria interessante nós conhecermos um pouquinho o efeito dessas mudanças nesses organismos.

O seguinte, por favor.

Como já foi mencionado aqui, uma parte da Antártica está sofrendo um aquecimento acelerado. Na realidade, existem três regiões no Planeta que aquecem mais rapidamente do que o restante das regiões. É o Pólo Norte – o Pólo Norte não é um continente, mas apenas uma massa de gelo sobre o mar –, uma região central na Sibéria e a região da Península Antártica. Como já foi mencionado pelo Almirante, a nossa estação se encontra na ponta da Península Antártica, que é uma região crítica em termos de aquecimento e um excelente laboratório para que nós possamos entender um pouquinho esse impacto da variação da temperatura sobre esses organismos.

Como também já foi mencionado pelo professor Jefferson, a formação de gelo marinho, ou seja, gelo sobre a superfície do mar, acaba impulsionando essas correntes oceânicas, e essas correntes oceânicas funcionam como a serpentina de um refrigerador, controlando a temperatura do Planeta. De qualquer maneira, essa é uma região de extrema importância em termos de estudos de alterações climáticas.

O seguinte, por favor.

Para que os senhores possam entender um pouquinho a respeito do impacto da temperatura sobre a vida desses organismos, este gráfico mostra a temperatura do mar da Antártica nos últimos sessenta milhões de anos. Ou seja, sessenta milhões de anos atrás, a temperatura do mar estava em torno de 18°, 20°, um mar subtropical. A Antártica veio esfriando lentamente até os dias de hoje, em que temos a temperatura da água do mar por volta de -1,86°. Se nós considerarmos essa variação de temperatura nos últimos cinquenta anos, isso representa uma queda de temperatura ou um resfriamento da ordem de 0,03° a cada cem mil anos.

Se nós levarmos em consideração os últimos dois milhões de anos, quando essa temperatura declinou de forma mais acentuada, temos 0,25° a cada cem mil anos. E se nós levarmos em consideração a previsão que foi colocada aqui pelo colega, de que a temperatura da água do mar deve aumentar até o final do século de 0,5° grau a 1°, isso representa um aquecimento acelerado. O homem interfere no ambiente acelerando os processos naturais, temos de ter consciência disso. E é isto que nós estamos observando: nós estamos acelerando um processo.

Vou mostrar um pouco aqui a estrutura do INCT-APA, lembrando que esse instituto teve sua origem em grupos de pesquisa que começaram suas atividades na década de 80.

Então, aqui, nós temos a década de 80. Todo o programa antártico era fomentado pela Marinha do Brasil, pela Secirm, ou seja, tanto a parte logística quanto a científica. Posteriormente, a parte científica migrou para o CNPq, na década de 90, e aí tivemos núcleos de excelência. A partir desses núcleos de excelência, surgiram duas grandes redes temáticas, conhecidas como Rede 1 e Rede 2, que já tinham o objetivo de monitorar o ambiente antártico. Isso evoluiu para os projetos do Ano Internacional no ano de 2007-2008, que originaram posteriormente o INCT-APA.

Bem, entre os objetivos do INCT-APA está o de se tornar um instituto de referência em pesquisa ambiental na Antártica e o de preservar a Antártica como um bem da humanidade. Esses são os dois grandes objetivos do INCT.

O seguinte.

O INCT, na realidade, funciona como uma grande malha, uma malha de pesquisa que integra informações do ambiente atmosférico, que chamamos de Área Temática 1 – por exemplo, o monitoramento do buraco de ozônio e os efeitos da radiação ultravioleta sobre o ambiente marinho. A Área Temática 2 monitora o ambiente terrestre, tanto vegetação quanto a questão de aves, que são aves marinhas, mas aqui nós tratamos como ambiente terrestre.

E aqui nós temos o monitoramento do ambiente marinho. Todas essas informações são utilizadas para o monitoramento ambiental dentro de uma Área Temática 4, que procura entender como a atividade antrópica estaria interferindo no ecossistema antártico.

O seguinte, por favor.

Com isso, nós esperamos entender um pouquinho ou conhecer o passado da Antártica, entender o presente, as mudanças que estão ocorrendo no presente, e prever um pouquinho o futuro.

É sempre bom lembrar que monitorar a Antártica é importante, mas nós temos na Antártica uma biodiversidade que está sendo vista por um outro viés, por um outro ângulo.

Por exemplo, peixes antárticos têm um sangue que não congela em temperaturas abaixo de zero, e o não-congelamento do sangue desses peixes em temperaturas abaixo de zero deve-se à presença de proteínas anticongelantes, que hoje estão sendo vistas do ponto de vista biotecnológico como uma possibilidade de criar, por exemplo, alimentos transgênicos que possam ser conservados em temperaturas mais baixas. Então, existe toda uma questão em discussão, na realidade, a bioprospecção de princípios ativos que poderiam trazer, de alguma forma, algum tipo de melhoria para a humanidade.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Professor Edson Rodrigues. Transmite à Srª Mônica Brick Peres, que é a Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, os nossos sinceros agradecimentos pela deferência de estar presente neste momento nesta comissão.

Na sequência, concedo a palavra à Srª Jaqueline Leal Madruga, que é Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, representando também aqui o Ministério do Meio Ambiente.

A SRª JAQUELINE LEAL MADRUGA – Obrigada, Senador Sérgio Souza, Deputado Márcio Macêdo, demais membros da Mesa e convidados.

Sou Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e atualmente atuo como ponto focal do segmento ambiental do Proantar, que se encontra na Gerência

de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, que está vinculada à Secretaria de Biodiversidade e Florestas do ministério. O Proantar está atualmente nessa gerência, mas, em outros momentos da estruturação do ministério, já esteve na Secretaria de Mudanças Climáticas.

Como já foi exposto anteriormente, o segmento ambiental do Proantar tem como meta principal atender os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em função de todas as convenções, tratados e protocolos do sistema do Tratado Antártico, mais especificamente – é o carro-chefe da nossa atuação no segmento ambiental –, o Protocolo de Madri, que também já foi exposto anteriormente.

Por favor, a próxima.

Esse protocolo entrou em vigor em 1998.

Pode passar, por favor.

Ele tem, em seu artigo 2º, o objetivo e a designação do protocolo:

“As Partes comprometem-se a assegurar a proteção global ao meio ambiente antártico e aos ecossistemas dependentes e associados e, por este Protocolo, designam a Antártica como reserva natural, consagrada à paz e à ciência”.

No âmbito do Proantar, em 1997, foi criado o Grupo de Avaliação Ambiental, que é o Gaam, que represento aqui. Esse grupo, ao lado do Grupo de Assessoramento e do Grupo de Operações, integra o nosso programa. Aqui estão os três segmentos principais: a logística, a parte científica e a parte ambiental.

O Gaam é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. A atual Coordenadora do Gaam é a Drª Ana Paula Prates – ela pede desculpas por não estar presente; a agenda anteriormente assumida a impediu de estar aqui –, que pediu que eu a representasse. Ele é integrado por representantes do Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Educação, Marinha, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelos coordenadores do Grupo de Operações e do Grupo de Assessoramento. O Gaam aponta os meios para prevenir, minimizar e evitar os impactos das atividades no meio ambiente antártico. Toda a operação brasileira tem de seguir as orientações do Protocolo de Madri, e o Ministério do Meio Ambiente, através do Gaam, tenta fazer com que nós atendamos essa demanda da melhor forma possível.

A estação brasileira já tem trinta anos. Várias questões relacionadas à sua implantação e à sua própria gestão não estão, digamos, 100% adequadas. Agora a gente está começando a implementar o sistema de gestão ambiental na próxima operação. Há inclusive outras questões de que o Almirante já falou

anteriormente. O Ministério do Meio Ambiente atua assessorando o Programa Antártico nessas adequações da nossa base, nas questões relacionadas à logística necessária para que se possa desenvolver a ciência na Antártica.

Dentre as atribuições, a que vou ressaltar, digamos, como carro-chefe do Ministério do Meio Ambiente, seria a avaliação dos impactos sobre o meio ambiente antártico referente às atividades de pesquisa científica, operacionais, de apoio logístico, de turismo e a quaisquer outras, governamentais ou não, inclusive com relação às mudanças ocorridas nas atividades já em desenvolvimento.

Grande parte do trabalho do grupo de avaliação ambiental, na primeira etapa do ano, é receber todas as propostas dos cientistas em relação aos seus trabalhos de campo, que passam por um processo de avaliação ambiental que envolve um número grande de pessoas. Nós temos pareceristas, que recebem e avaliam esses projetos, e relatores, que integram o Gaam. Esse resultado é deliberado, então, nas reuniões do Gaam, que acontecem duas vezes ao ano: uma, no final de abril, que define quais projetos efetivamente poderão ser executados... Não necessariamente “poder ser executado”. Na verdade, são as adequações necessárias à mitigação dos possíveis impactos que eles possam ter.

Também tem um processo de avaliação da logística, que nós estamos em vias de aperfeiçoar com a implementação do sistema de gestão, que vai ser, se tudo der certo, certificado ainda nessa operação.

Outra atribuição seria a elaboração dos relatórios de avaliação preliminar, inicial e abrangente de impacto ambiental dessas atividades. O que seria isso?

Nessa primeira avaliação, como citei anteriormente, as pesquisas que forem classificadas como menores do que o impacto menor ou transitório poderão ser iniciadas. Então, elas já são aprovadas. Quando uma determinada atividade que vai ser desenvolvida lá é classificada como tendo um impacto igual ou maior do que menor ou transitório, ela tem que passar pela elaboração de um estudo, um relatório de avaliação mais detalhado sobre aquela atividade. Esse relatório tem que ser colocado à disposição dos outros países. Nós temos um *site* da Secretaria do Tratado Antártico, que divulga, dá transparência às informações de cada uma das partes. Esse relatório é depositado lá e fica por 90 dias para receber as considerações, se for o caso, dos outros países, e ser aprovada a sua efetiva possibilidade de ser implantado.

Nós temos um exemplo atualmente que eu acho que o Almirante também ressaltou. É a questão da troca do sistema de abastecimento na Antártica, que é uma coisa, como todos sabem, bem impactante. Temos que

tomar muitos cuidados para não ter nenhum problema de acidente ambiental. Para esse tipo de alteração, embora seja uma coisa que vá melhorar as condições que nós temos lá hoje de abastecimento, a sua instalação, a sua implantação é maior do que menor ou transitório. Então, passa por esse processo que estou citando para vocês, ou seja, pelo processo um pouco mais detalhado. Fica submetido, além de passar pelo Gaam – pela avaliação do parecerista e do relator e pela deliberação do grupo –, às outras partes do tratado. Tem que ser dada essa publicidade.

O mesmo está acontecendo nesse momento com o teste do gerador etanol. Nessa semana, a gente recebeu o documento final. Foi avaliado pelo parecerista, emitido o parecer. Está sendo traduzido para o inglês para ficar depositado nesse *site*.

Essa publicidade é fundamental, porque, quando o Brasil, na reunião anual do ATCM, do Comitê de Proteção Ambiental, se faz presente, tem que justificar, digamos, dar as explicações necessárias, quando arguido, em relação aos nossos atos. Então, é uma coisa muito séria. Essa publicidade é tida como uma das questões fundamentais do sistema do tratado.

Então, o Ministério do Meio Ambiente auxilia o segmento ambiental. Nessas duas questões de que falei, tanto da troca do sistema de abastecimento como do gerador etanol, como fazemos parte do Proantar e essa proposta é da Secirm, auxiliamos na elaboração desse documento de avaliação. Se fosse uma coisa mais impactante, seria um estudo aprofundado e teria que ser submetido não somente à distribuição nesse *site* para a publicidade, como também deliberado pela reunião dos membros na ATCM, que acontece anualmente. Então, tem que ter a aprovação inclusive do Comitê de Proteção Ambiental.

Outra atribuição seria apontar os meios para prevenir, minimizar ou evitar os impactos das atividades no meio ambiente antártico.

Então, a todo momento, o MMA está presente, durante a operação. A gente tem uma equipe muito pequena, mas, neste ano, por exemplo, a gente vai conseguir mandar, em cada fase da operação, um representante do Ministério para fazer esse processo de avaliação das pesquisas e da logística de uma forma mais racional. Se nós fizéssemos isso no gabinete, aqui, em Brasília, com certeza não faríamos de forma eficiente. Então, neste ano, a gente vai conseguir, se tudo der certo, acompanhar mais de perto, ter mais racionalidade nessas exigências, porque na Antártica é tudo complicado: às vezes, uma coisa que é viável aqui no território brasileiro, por exemplo, uma exigência ambiental de controle e mitigação, nem sempre se adapta àquela situação.

Outra atribuição: sugerir as modificações, suspensão ou cancelamento de atividades que provoquem ou ameacem provocar repercussões no meio ambiente antártico.

Próxima, por favor.

As outras três atribuições que eu quis ressaltar, dentre outras, porque temos muito mais, são: subsidiar a subcomissão do Proantar nos assuntos pertinentes ao meio ambiente antártico, seus ecossistemas dependentes e associados; estabelecer sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e identificar a necessidade de estudos e pesquisas para o conhecimento do meio ambiente antártico.

Essas duas últimas atribuições deram início, então, a essa parceria do Ministério do Meio Ambiente. Em meados de 2004, o Professor Jefferson e Edson – eu acho, porque eu não estava no programa ainda –, nessa iniciativa do MMA, aproximaram-se dos cientistas e começar a identificar os indicadores e buscar recursos junto às frentes parlamentares, de emendas, enfim, para ajudar a fomentar a pesquisa naquelas questões que seriam apropriadas para uma melhor qualidade ambiental.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Agradecemos a S. Sr^a, Jaqueline, pela bela exposição, marcando a atuação também do Ministério do Meio Ambiente no programa Proantar.

Antes de encerrarmos este bloco desta audiência, vou conceder a palavra ao Professor Doutor Jefferson Cardia para nos trazer as informações e a novidade sobre o programa Criosfera, ou seja, sobre a expedição Criosfera, onde vai ser instalado o primeiro módulo científico brasileiro no inteiror do continente antártico.

V. Ex^a tem a palavra, Professor Jefferson.

O SR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES – Senador, muito obrigado.

Coisas boas acontecem tudo junto. Esse convite coincidiu com o lançamento hoje, em Porto Alegre, simultaneamente, da expedição Criosfera, que vai instalar o primeiro módulo científico brasileiro no interior do continente antártico.

É uma missão de 17 pesquisadores, sete instituições nacionais de quatro Estados, com colaboração chilena, cujo objetivo principal é o lançamento do módulo científico e instalação a 84 graus sul, 80 graus oeste, a cerca de 2.500 quilômetros ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz. Só para comparação, nós estaremos nessa expedição mais distantes do que a distância entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará, a somente 670 quilômetros do Polo Sul geográfico.

Essa missão vai se desenvolver agora, nos meses de dezembro e janeiro. Amanhã nós teremos o lançamento propriamente dito do módulo em Porto Alegre, aberto à visita da mídia. E trata-se de um módulo para as pesquisas atmosféricas, glaciológicas, geofísicas – e futuramente será ampliado para outras áreas, conforme a necessidade da comunidade científica –, totalmente automatizado, que, ao longo dos anos, vai enviar por telemetria, diretamente para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, os dados constantemente coletados sobre condições meteorológicas, variabilidade do clima, composição da química atmosférica. Inclusive, vamos monitorar a detecção de subprodutos de queima de biomassa e hidrocarbonetos num ambiente que tem temperatura média -35° e que durante o inverno pode cair a -60°. Mas nós não vamos deixar ninguém nessa estação.

Ao encerrar, eu só gostaria de passar um vídeo de dois minutos, que mostra exatamente o ambiente que nós vamos enfrentar, de uma experiência anterior do Proantar, que atua dentro do Continente Antártico.

Essa missão só foi possível através do apoio e patrocínio de várias instituições tradicionalmente envolvidas com o Programa Antártico Brasileiro, mas, principalmente, da emenda da Frente Parlamentar em Prol do Proantar, em 2009, que permitiu o financiamento dessa missão.

Então, com isso, a atividade antártica brasileira – até o momento atuante principalmente na região antártica marítima, no extremo norte da península antártica e no oceano austral – amplia as nossas atividades para dentro do manto de gelo antártico. Isso abarca uma área de 3 a 4 milhões de quilômetros quadrados, onde nós vamos ter maior flexibilidade de atuação.

Se Deus quiser, no futuro, eu espero que a FAB também se envolva e dê um apoio logístico, porque, por enquanto, está sendo via aeronaves comerciais fretadas.

E é para mostrar, principalmente para os Srs. Deputados e Senadores que já estiveram na Ferraz, que as nossas condições de trabalho são muito mais agressivas. Implicam uma sobrevivência em barracas durante 40, 50 dias, com a temperatura caindo facilmente a -30° ou -40° durante o verão.

Esse é um dia típico da Antártica. Geralmente as pessoas não tiram fotos ou imagens desses dias típicos, só aparecem imagens bonitas.

É claro, isso é evidentemente decorrência de todo o investimento do Brasil na Antártica, principalmente na formação de recursos humanos ao longo desses 30 anos. Hoje nós temos equipes que têm essa possibilidade não só de atuar, mas também de sobreviver na condição polar inóspita.

Este ano, nós estamos fazendo esta que vai ser na verdade a segunda missão no interior da Antártica. Às vezes, os bolsistas têm que fazer esforço. Muitos foram carregar os sensores da Geofísica.

Eu gostaria de mostrar – são trinta segundos – exatamente a técnica de testemunhos de gelo, que provê essa riqueza de dados climáticos. É hoje considerada a técnica mais relevante sobre a história climática do Planeta e base de uma série de protocolos e relatórios internacionais sobre mudanças do clima. São esses cilindros com os quais fazemos uma série de análises físico-químicas.

Estamos, neste momento, montando o laboratório nacional desses testemunhos de gelo. Nos próximos anos, vamos ter a capacidade de assessorar a comunidade mental e o Governo sobre a questão da variabilidade climática, inclusive o monitoramento do gelo.

Isso envolve também pesquisas da química atmosférica. A Antártica continua sendo o lugar mais limpo do mundo. Então, mesmo a nossa obturação, principalmente aqueles que são velhinhos e têm amálgama nos dentes, pode contaminar com mercúrio, e aí afeta as nossas análises. Então, temos que tomar um pouquinho desse cuidado.

Esse é o nosso dia a dia dentro de uma... Um colega amostrando, inclusive hoje e cada vez mais, para a procura de vida, microorganismos em geral, bactérias e vírus que estão em estado viável no gelo e na neve.

E, cada vez mais, a tecnologia nos permite que coloquemos aviões, aviões com esquis ou mesmo aviões com rodas, que aterrissam diretamente no gelo.

E finalmente, trazer de volta as amostras, primeiro, e os cientistas, depois.

Muito obrigado.

Creio que está lançado o Criosfera 1. E, se Deus quiser, a missão inicia-se dia 10 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Professor Jefferson.

Recebi aqui também um exemplar da Antártica e as mudanças globais. Vi que V. Ex^a é um daqueles que ajudou na composição deste trabalho. Depois peço a V. Ex^a que faça uma dedicatória a esta Comissão, Comissão de Mudanças Climáticas.

Gostaria de agradecer a todos que participaram desta Comissão, desta audiência pública na tarde de hoje.

E, para que faça a sua avaliação, passo ao relator desta Comissão ao Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Estava dizendo aqui, ao Presidente Sérgio, que eu estava querendo, na próxima missão da Câmara, pisar na Antártica, mas, Fernando, prefiro o tradicio-

nal. Não quero ser jogado no acampamento, porque a imagem é chocante. Fiquei gelado daqui. Não dá para ir lançado no acampamento.

Quero parabenizar o programa Pró-Antártica e dizer da importância que tem pela interface, sobretudo, com as mudanças climáticas, o tema central da nossa Comissão Mista.

Quero dizer que é um programa muito significativo. Nós sabemos das dificuldades para que ele possa continuar com esse padrão de qualidade que tem e sei também da importância do papel do Congresso Nacional na manutenção disso. Acho que é importante que isso continue sendo feito para que tanto a Marinha do Brasil quanto o Ministério do Meio de Ambiente, Ciência e Tecnologia possam cumprir essa missão importante no Pró-Antártica.

Queria parabenizar a todos, dizer que aprendi um pouco mais sobre a Antártica e que vou sair daqui animado para contribuir com vocês também, no que for do meu alcance na atuação nesta Casa, para que este programa possa continuar, porque é importante para o Brasil, é importante para o Planeta.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Quero agradecer à Marinha do Brasil, agradecer ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. O Criosfera está muito dentro dessa questão da inovação.

Quero agradecer também ao Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira e ao Capitão Márcio Renato Leite, do Ministério da Marinha, à Jaqueline Leal Madruga e ao Edson Rodrigues, representantes do Ministério do Meio Ambiente, e ao Professor Jefferson Cardia Simões.

A todos vocês muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

Passamos, então, à segunda parte da nossa reunião.

Há sobre a mesa, requerimentos que passarei a ler. Mas antes eu gostaria de submeter aos Srs. Parlamentares a Ata da reunião anterior, que sugiro a sua aprovação.

Os Srs. Parlamentares que concordam permanecem como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há sobre a mesa alguns requerimentos que passarei à leitura.

Nós temos dois requerimentos pautados, que é um requerimento do Deputado Valdir Colatto, o qual eu também subscrevi, e um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, também subscrito por esta Presidência. Também há um requerimento extrapauta

do Senador Lindbergh Farias, também subscrito pelo Deputado Márcio Macêdo.

Então, passarei a ler, nesta ordem:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMMC

Nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro “A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial”, a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global.

Autoria: Deputado Valdir Colatto

Requerimento que coloco em discussão.

Os Srs. Parlamentares não querendo discutir, passo à aprovação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Registro também a presença, nesse momento, do Deputado Micheletto, membro desta Comissão.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Em discussão o presente requerimento.

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permanecem como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há também sobre a mesa, requerimento assinado pelo Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Deputado Márcio Macêdo:

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito adiamento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante do SBPC e um representante do ABC, para contribuírmos nos esclarecimentos a esta comissão sobre alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do presente projeto de lei na Câmara e no Senado Federal, o PLC nº 30, de 2011, que é o Código Florestal.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Eu passo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, para fazer as suas exposições sobre o requerimento.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Apenas para contribuir com o debate e ampliar a possibilidade de obter o contraditório, de prestigiar todas as opiniões acerca do tema, é importante que o Congresso Nacional, que é a Casa dos debates do povo brasileiro, possa permitir que haja a explanação das mais diversas matrizes acerca do assunto. Posso contribuir para que esta Comissão forme juízo sobre o tema e avance para o progresso do País nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR) – Também queria colaborar nesse sentido. Acho que o contraditório é importante. Tivemos uma discussão imensa sobre o Código Florestal Brasileiro, pautada já inclusive. O contraditório é muito importante. Sou favorável, inclusive, ao pedido do Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Passo, então, à apreciação dos Parlamentares a aprovação do presente requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na semana que vem temos um feriado na quarta-feira. Então, estamos ainda por decidir, em uma reunião administrativa que vamos fazer com a Comissão dentro de instantes, se vamos ter ou não reunião na terça-feira. Teremos, na semana que vem, dia 4, sexta-feira, uma audiência pública, Deputado Moacir Micheletto, na cidade de Foz do Iguaçu, para ser mais preciso, no interior da Usina de Itaipu, com o intuito de

estudarmos e de analisarmos os impactos climáticos na geração de energia, principalmente energia hidráulica, energia hidrelétrica.

Haverá vários presentes nesse dia de trabalho, é um dia todo. A abertura será às 8h e o encerramento às 19h30min. Vamos ter, por exemplo, como palestrante, o Dr. Maurício Tomasquim, que é o Presidente da EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas, e o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, que é o Diretor Geral da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na parte da tarde, vamos ouvir um pouco daquilo que Itaipu tem feito para o ecossistema, para a questão do clima. Teremos uma Mesa sobre agricultura e mudanças climáticas e, também, alguns cases da Itaipu Binacional, como Cultivando Água Boa e Energias Renováveis. Faremos, também, uma visita ao interior da Usina de Itaipu em que todos os Srs. Parlamentares que lá estarão por conta dessa audiência pública terão o privilégio e o prazer de conhecer a usina binacional, a Usina de Itaipu, que é a maior usina hidrelétrica do mundo.

Convido toda a imprensa e a sociedade brasileira interessada para que se faça presente. Convido, também, todos os Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão e também os demais que compõem o Congresso Nacional. Energia é vital a todos os brasileiros, a todos os seres humanos. Sem energia e sem alimento, não há vida neste Planeta.

Consulto os Srs. Parlamentares...

Por favor, Deputado Micheletto, pela ordem.

O SR. MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, já recebi, inclusive, o comunicado dessa reunião, ou melhor, desse dia de trabalho em Foz do Iguaçu, Oeste do Paraná. V. Ex^a já deve ter sido comunicado, por ofício, de minha ausência. Tenho um compromisso assumido, inclusive familiar, mas gostaria até de deixar um alerta e um depoimento.

Será um dia valioso. O mundo está visitando Itaipu. Itaipu está tendo uma grande experiência com relação à energia limpa, à energia renovável e ela vale principalmente para nós, que somos de uma área altamente industrializada, especialmente no campo da avicultura, da suinocultura, onde há problemas sérios de poluição. A experiência feita por Itaipu, juntamente com o Ministério de Minas e Energia e com o Ministério da Agricultura, é quanto à energia produzida por dejetos animais. É uma experiência no Município de Marechal Cândido Rondon, que é bem provável que esteja pautada. Acho que esta Comissão, os Parlamentares e os técnicos que puderem estar nesse dia, Sr. Presidente – e lamento não estar presente –, terão um dia histórico: o dia em que uma empresa do porte da Itaipu mostrará para o mundo o que é possível apro-

veitar, quando tratamos de meio ambiente, na energia limpa, com experiências extraordinárias.

Já conheço essas experiências, mas, lamentavelmente, não poderei estar presente.

Então, deixo aqui o depoimento de que será um dia importante para esta Comissão, um dia de novas ideias e novos desafios para a humanidade. Itaipu está mostrando isso hoje para nós, através do seu corpo técnico, através do seu trabalho.

Portanto, quero aqui pedir escusas pela minha ausência nesse dia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Moacir Micheletto. Entendemos a sua impossibilidade de estar presente, mas sabemos que o senhor representa o Paraná, que representa a região oeste do Paraná e que conhece tão bem os trabalhos produzidos por Itaipu e o resultado desses trabalhos.

Passo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo para que faça suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu queria parabenizar o Presidente Sérgio por esta iniciativa e corroborar com os argumentos do Deputado Micheletto em relação à importância deste dia.

Concordo, Deputado, com as suas palavras. Esse dia será importante para a Comissão, porque é um debate estratégico o combate da energia e o seu ponto de intersecção com as mudanças climáticas. Também tenho um compromisso em meu Estado, Sergipe, à noite, e estou me desdobrando aqui com a minha assessoria para tentar participar, pelo menos, da primeira Mesa, que acho emblemática: Energia e Mudanças Climáticas. Estou trabalhando aqui no sentido de estar lá com V. Ex^a, Presidente, no turno da manhã, e retornar ao meu Estado, à tarde, para cumprir a tarefa que também tenho lá.

Quero, então, dizer da importância deste dia e parabenizar a sua iniciativa e as palavras do Deputado Micheletto. Acho que este dia vai contribuir muito para o trabalho desta Comissão e para o País de forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo. Eu também agradeço a sua presença nesta Comissão e tenho certeza de que V. Ex^a fará o melhor relatório possível desta Comissão, no final desses trabalhos. Estamos todos imbuídos de apresentar um relatório que venha a pautar, Deputado Micheletto, não só o Congresso Nacional, mas que venha a pautar o Governo e a sociedade, principalmente com relação às mudanças climáticas, que afetam não só o Brasil, mas todo o Planeta.

Audiências públicas como esta de hoje mostram a influência do continente antártico não só naquele continente, mas na América do Sul, principalmente na Região Sul do nosso País, que é influenciada especialmente na produção de alimentos, e este é um dos temas debatido cotidianamente nesta Comissão.

Quero registrar também que acabou de chegar ao conhecimento da Mesa um convite feito pela Comissão Especial Medidas Preventivas Diante de Catástrofes Climáticas assinado pela Deputada Perpétua Almeida, que é Presidente dessa Comissão. Ela convida a Comissão para participar do seminário que terá como meta oferecer meios para a intensa participação de representantes da sociedade civil e do Poder Público, contribuindo com informações e sugestões de procedimentos, a serem adotados tanto por órgãos governamentais como por entidades da sociedade civil, que possibilitem prevenir e/ou minimizar os efeitos dos recentes fenômenos climáticos que têm culminado em incontáveis mortes, aumento no número de desabrigados, perda de safras, entre outros tantos danos à população brasileira.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, levanta-se a reunião às 16 horas e 18 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia primeiro de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, e dos Deputados Márcio Macêdo, Moacir Micheletto e Anthony Garotinho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, dos Senhores Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/

MMA, representando o Ministério do Meio Ambiente; Carlos Magno Chaves Brandão, Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – DEPROS/SDC/MAPA, e Elvison Nunes Ramos, Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos-CMSP/DEPROS/SDC/MAPA, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Vinícius Leandro Skrobot, Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da ÚNICA, com a finalidade de debater o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, bem como as ações que visem alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional sobre Mudanças do Clima, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo, Aloysio Nunes Ferreira e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, – Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 01/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da primeira sessão legislativa ordinária, da 54ª legislatura. Boa tarde a todos.

Boa tarde ao nosso nobre relator, Deputado Márcio Macêdo.

Boa tarde às senhoras e senhores.

Antes de iniciarmos os trabalhos de hoje, que se compõem de dois momentos, primeiro é um relato sobre os acontecimentos da semana sobre mudanças climáticas e o segundo é a audiência pública que nós temos marcada para a data de hoje.

Submeto, então, à apreciação dos senhores parlamentares a dispensa da Ata da sessão anterior e a sua aprovação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão.

Aprovada.

Senhoras e senhores, a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, aprovada por este Congresso Nacional em novembro de 2009, estabelece medidas

e ações rígidas, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, objetivando, dentre outras atitudes, a prevenção, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos biomas naturais, tidos como patrimônio nacional, de modo que as gerações futuras também possam ter suas necessidades básicas atendidas de modo responsável e sustentável.

O mundo tem acompanhado as iniciativas e as ações brasileiras quanto à adaptação e a mitigação, visando a redução da vulnerabilidade dos sistemas naturais, bem como a substituição de tecnologias de produção com vistas a reduzir a utilização de recursos e as emissões de CO₂ por unidade de produção respectivamente.

Hoje, como Presidente desta Comissão, tenho o prazer de divulgar mais uma relevante conquista alcançada pelos órgãos responsáveis pela condução dessa política.

O desmatamento na Amazônia caiu 43,31% em setembro, em relação ao mesmo período de 2010, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

De acordo com o levantamento, em setembro de 2011, uma área de 253,8 km² de floresta foi suprimida, quase sete vezes o tamanho do Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro. Há um ano, o total derrubado era de 447,7 km².

Faço minhas as palavras da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira: “Tenho muito o que fazer. Ainda temos desmatamento, mas temos um bom desempenho no Brasil e temos que acelerar o combate ao crime ambiental e reduzir, eliminar por completo, o desmatamento na Amazônia”.

Também merece registro a grande preocupação, a informação sobre o derretimento das geleiras chinesas na cordilheira do Himalaia, um impacto que ameaça habitats, o turismo e o desenvolvimento econômico.

Das 111 estações meteorológicas espalhadas pelo sudoeste da China, 77% demonstraram elevados significativos de temperaturas entre 1961 e 2008.

Segundo o estudo publicado no periódico britânico *Environmental Research Letters*, nas quatorze estações de monitoramento acima dos quatro mil metros, o salto nesse período foi de 1,7 graus Celsius, aproximadamente duas vezes a elevação média global registrada ao longo do último século.

Segundo os cientistas, a maior parte das geleiras examinadas demonstrou um recuo drástico, além de uma grande perda de massa.

O estudo também demonstrou que lagos glaciais alimentados pelo gelo derretido de geleiras aumenta-

ram de tamanho. As implicações dessas mudanças são muito mais sérias do que uma mera alteração da paisagem.

As geleiras integram milhares de ecossistemas e desempenham um papel crucial no sustento de populações humanas.

Ainda sobre a China, merece registro o anúncio de que o governo chinês vai defender, na Conferência do Clima de Durban (Cop 17), a implementação do Plano de Ação de Bali e também que todos os países desenvolvidos sejam incluídos no Protocolo de Kyoto.

O Vice-Ministro da Comissão Nacional de Reforma de Desenvolvimento da China, Xie Zhenhua, chamou a proposta de construtiva e afirmou que a implementação do Plano de Ação de Bali garantiria a continuidade de Kyoto e resolveria esse que é um dos maiores impasses nas negociações. De acordo com o Vice-Ministro, a proposta está alinhada aos princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e capacidades respectivas. Assim, a China espera contar com o apoio dos outros países do Basic (Brasil, África do Sul e Índia) e do grupo que reúne as ações menos desenvolvidas, o G-77.

O Plano de Ação de Bali foi formulado em 2007 e possui uma lista de recomendações, como iniciativas de adaptação, transferência de tecnologia e financiamento climático. Não há, entretanto, a obrigação de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Importante também ressaltar a notícia que afirmou que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Nasa estudam a possibilidade de construir um satélite conjunto para analisar as mudanças nos ecossistemas, nos climas geoquímicos do Planeta. O equipamento, batizado de Observatório Global de Ecossistemas Terrestres (Gteo), na sigla em inglês – serviria, por exemplo, para analisar o ciclo do carbono, importante para a compreensão do aquecimento global; e o do nitrogênio, com impacto, por exemplo, na saúde ecológica dos cursos d'água.

Segundo o Diretor do Inpe, Gilberto Câmara, o investimento necessário alcançaria US\$200 milhões, cerca de R\$440 milhões. A Nasa investiria cerca de US\$150 milhões, e o Brasil, através do Inpe, cerca de US\$100 milhões.

A iniciativa, que também envolve a Carnegie Institution for Science, está em estudo pela Nasa, que analisa a conveniência de aprovar o investimento. A resposta deve sair em abril do próximo ano.

A mesma Nasa lançou, na manhã de sexta-feira passada, o satélite NPP, primeiro de uma série, que pretende melhorar as medições dos parâmetros climáticos do Planeta sobre a Terra, oceanos e na atmosfera e, assim, ajudar a melhorar as previsões meteorológicas.

O satélite de US\$1,5 bilhão subiu para o espaço a bordo de um foguete Delta II, que partiu da base aérea americana de Vandenberg, na Califórnia. Nele estão cinco instrumentos que estudarão a temperatura e a água na atmosfera; como as nuvens e os aerossóis afetam o clima e como as plantas em terra e nos oceanos respondem às mudanças climáticas.

Senhoras e senhores, vale também registrar as informações dadas recentemente, em congresso realizado em Natal, pelo Diretor de *biodiesel* da Petrobras Biocombustível, Alberto Fontes, sobre o setor nacional. Na ocasião, foram destacadas as tendências para o desenvolvimento do setor, traçando-se um panorama com a atual situação do País na área de biocombustíveis.

A Petrobras prevê investimentos de 2,5 bilhões na produção de *biodiesel* e etanol até 2015. Em sua palestra, o diretor ressaltou a qualidade da matriz energética brasileira, fundamentada em energias limpas. No *biodiesel*, o País possui hoje 60 unidades que produzem aproximadamente 2,35 bilhões de litros por ano. A expectativa é que até o final de 2011 sejam consumidos mais de 2,5 bilhões de litros somente no Brasil, colocando o País como líder mundial no consumo de *biodiesel*.

Por fim, com grande pesar, vou me reportar a duas ocorrências climáticas recentes que assolaram diferentes partes do mundo.

A primeira delas, a nevasca inesperada que atingiu a costa leste dos Estados Unidos, repercutindo de forma contundente na rotina daquele país; afinal, a rara tempestade de neve em outubro causou problemas no tráfego e em rodovias de Washington a Boston.

A segunda delas, ocorrida infelizmente no Paraná, meu Estado. As chuvas que atingiram o Estado no último sábado causaram estragos em 19 cidades e prejudicaram cerca de 110 mil pessoas, de acordo com dados da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. De acordo com o relatório, a maior parte das ocorrências foi registrada no setor oeste do Estado; uma pessoa morreu em Foz de Iguaçu ao ser atingida por uma laje. As principais ocorrências atendidas eram relacionadas aos fortes ventos, além de ocorrência de granizos e alagamentos. O fornecimento de energia elétrica também sofreu interrupções em algumas localidades. Segundo a Defesa Civil, 253 pessoas ficaram desalojadas e foram para a casa de parentes e cinco ficaram desabrigadas e foram para abrigos públicos. Além disso, 2.218 residências foram danificadas.

As cidades atendidas pela Defesa Civil foram Cascavel, Toledo, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul, Quedas do Iguaçu, Guarapuava, Pitanga, Maringá, Foz do Iguaçu, Medianeira, Assis Chateaubriand, Santa Helena, Jussara, Japurá, San-

ta Isabel do Ivaí, Apucarana, Campo Mourão, Santa Cruz de Monte Castelo, entre outras. Isso mostra que a tempestade cruzou o Estado, porque vai do oeste até o norte do nosso Estado do Paraná.

Então, Sr^{as} e Srs. Parlamentares e demais aqui presentes, eu acho que os trabalhos desta Comissão têm por finalidade não só o controle das ações governamentais, no que diz respeito ao tema, mas também na colheita de informações para formar opinião no futuro, para novas legislações, mas para pautar também os próximos governos e este Governo para a adoção de medidas corretas e eficazes. Muito do que acontece em nosso Planeta, em nosso País e em nossos Estados está voltado claramente à questão das mudanças climáticas.

Passamos, então, à segunda parte da nossa reunião, que trata da audiência pública com finalidade de debater o plano de agricultura de baixo carbono, bem como as ações que visem a alcançar os objetivos estabelecidos na política nacional sobre mudanças climáticas em atendimento ao plano de trabalho desta Comissão, com a presença dos Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando o Ministério de Meio Ambiente; Sr. Carlos Magno Chaves Brandão, Diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura; Sr. Elvison Nunes Ramos, Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos, também do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Vinícius Leandro Skrobot, Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Natural de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e, por fim, Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da União da Indústria de Cana de Açúcar (Única).

Convido V. S^{as} a tomarem assento à mesa.

Boa tarde a todos os senhores.

Obrigado pela presença aqui na Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Dando início, então, à fala de V. Ex^{as}, convido o Sr. Eduardo Delgado Assad, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representando, neste ato, o Ministério do Meio Ambiente, para proferir suas explicações no tempo que foi acordado.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Boa tarde a todos.

Senador Sérgio Souza, obrigado pelo convite.

Deputado Márcio Macêdo, é um prazer estar aqui, compartilhando nossas informações com V. Ex^a, Relator eleito com a diferença de um voto, o que mostra que esta Comissão é muito disputada e desperta

um enorme interesse por parte desta Casa. Eu estava presente na votação e vi que foi muito interessante.

Digo a V. Ex^{as} que é um prazer estar aqui, como me incumbiu a Ministra do Meio Ambiente, discutindo um pouco a agricultura de baixa emissão de carbono. É bom fazermos algumas correções. O nome “Agricultura de Baixo Carbono” pegou, mas, do ponto de vista científico, Agricultura de Baixo Carbono é a agricultura praticada no deserto, onde não há carbono. O nome certo seria “agricultura de baixa emissão de carbono”. Quanto mais carbono há no solo, melhor para a agricultura. Mas o nome pegou, ficou “agricultura BC”, e isso é muito bom, entendemos isso, sabemos o que é. Vamos discutindo isso, avançando. É uma das poucas ações, um dos poucos planos no mundo que tem a envergadura que o Brasil deu a esse tema.

Eu me sinto muito à vontade de discutir esse tema. Sou da Embrapa e, na época em que ele foi formulado, eu trabalhava na unidade da Embrapa que ajudou a formular esse plano. Com muita felicidade, conseguimos mostrar para o então Ministro Reinhold Stephanes que a agricultura, que, naquele momento, era considerada a grande vilã das emissões de gás de efeito estufa, seria o único setor da economia brasileira que, num curto espaço de tempo, poderia virar o jogo e mostrar que ela seria sequestradora de carbono, evitando, com isso, emissões mais fortes e permitindo que estabilizássemos essas emissões. Com isso, tentamos evitar – o tempo está passando, e as nossas ações não são tão efetivas assim no plano global – que se atingissem os temidos 2 graus de aquecimento. Achemos que se vai chegar a um ponto de ruptura. A incerteza é tão grande, que não sabemos direito o que vai acontecer. Mas, de qualquer maneira, o Brasil está fazendo o seu trabalho e fazendo muito bem.

É importante saber, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente também, que a agricultura de baixo carbono é um dos dez planos setoriais que estão sendo elaborados, sendo que cinco já estão prontos. Até o dia 15 de dezembro, já temos de entregar mais cinco planos. E aí fechamos a política nacional, conforme foi estabelecido em dezembro de 2010, e passamos, então, para uma ação mais efetiva, mantendo as ações de mitigação, mas deixando somente o foco da mitigação e partindo para um foco muito mais importante, que poderá evitar mortes, como o Senador acabou de falar, que é o foco das adaptações.

Também com muito prazer, eu gostaria de dizer aos senhores que o Fundo Clima, criado por esta Casa, na semana que passou, na semana da Ciência e Tecnologia, colocou seus primeiros R\$2,8 milhões no Centro Nacional de Prevenção de Desastres Naturais, ou seja o Fundo Clima e o Centro Nacional de

Prevenção de Desastres Naturais começaram a operar, e espero que, num futuro não muito remoto, essas notícias trágicas provocadas por eventos extremos, oriundos desse desequilíbrio climático, não venham mais a afetar o Brasil, como afetou nos últimos trinta anos.

É com muito prazer que dou essas notícias para os senhores. Ao longo da apresentação, poderei dar outras boas notícias. Hoje, estou cheio de boas notícias para dar aos senhores.

Vamos para o próximo *slide*, por favor.

Trouxe isso, para que os senhores tenham uma ideia do que está acontecendo, da gravidade do problema. Esse é um trabalho que fizemos na Embrapa em 2007 e em 2008, em que pegamos um modelo inglês e verificamos como seria o aumento da temperatura em 2010, comparado com o *base line* de 1960 a 1990. Nessa época, esse modelo, o do Hadley Centre, um dos mais respeitados modelos existentes no mundo hoje, era considerado como um modelo pessimista. Fomos muito criticados quando apresentamos isso. É um trabalho Embrapa/Unicamp, porque diziam que esse modelo, por ser pessimista, poderia estar extremando a situação da agricultura brasileira. Então, essa seria a situação em 2010, quando teríamos um aumento de temperatura de mais ou menos um grau e, ali na região mais próxima da Amazônia, Maranhão, seria de dois graus. Como estamos falando em 2020 – nossos planos setoriais têm um horizonte até 2020 –, eu trouxe o mapa de 2020 também.

Próximo, por favor.

Este mapa mostra que esse aquecimento de dois graus poderia já estar chegando aqui: Goiás, Tocantins, Minas Gerais, mas deixando um pouco boa parte da região responsável pela produção agrícola brasileira, que seria Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná; se estaria ainda numa situação de não ameaça.

Mas por que eu trouxe esses mapas?

Porque, como eu disse para os senhores, nós fomos muito criticados na época por apresentar esse modelo, porque era um modelo pessimista. Não satisfeitos com isso, nós pegamos esses mesmos modelos e comparamos as estimativas deles com os dados medidos pelos nossos sistemas de monitoramento de temperatura em 2007, 2008, 2009, 2010, e estamos finalizando 2011. Esses dados estão dois graus abaixo do que nós medimos.

Esse modelo, que era considerado pessimista na época, está apresentando resultados que têm, no verão brasileiro, dois graus abaixo do que estamos medindo. Não é à toa que determinadas chuvas intensas estão ocorrendo com muito mais intensidade, como estamos vendo. E eu queria acrescentar, Senador, se

o senhor me permitir, além das mortes no Paraná, ontem e anteontem, morreram cinco em São Paulo, por chuvas intensas na região de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Ventos de 100 km/h e outras situações. Quer dizer, há coisas acontecendo e a gente tem que se prevenir.

Não é brincadeira. Nós não estamos brincando com o clima. Não existe brincadeira. E fico muito satisfeito com o seu relato, de o senhor abrir o seu relato falando sobre o degelo do Himalaia, porque houve uma concertação internacional tentando desmerecer, tentando desconstruir a competência e a capacidade científica do IPCC por conta de notícias que foram veiculadas, certamente de uma maneira muito correta, sobre o degelo do Himalaia em 2007. Foram três. De duas mil previsões do IPCC, três não tinham a devida comprovação científica, e uma delas era o degelo do Himalaia.

Por isso que é importante o debate científico, por isso que é importante a contestação. Hoje as principais revistas científicas mais respeitadas no mundo dizem: “Olha, o Himalaia realmente está degelando.”

Nós estamos vivendo uma situação, em que temos que tomar um certo cuidado e começar a pensar rapidamente em acelerar o nosso processo de mitigação. Por isso que a agricultura BC exerce no Brasil papel fundamental. Temos que acelerar a ação desse plano, e ele tem escala, ele tem capacidade de reduzir os gases de efeito estufa no nosso País.

Próximo, por favor.

Isso é para vocês terem uma ideia de que a gente tem essas medições feitas no Brasil. O Brasil avançou imensamente na questão do levantamento das informações que temos hoje em termos de recursos naturais e outros tipos de informações climáticas.

Esse aí é o estoque de carbono no solo. O Brasil tem o seu trabalho feito pelo Inpe, com o Ministério do Meio Ambiente, Embrapa, em que mostra o potencial – potencial não –, mostra a realidade que é possível medir, o retrato do estoque de carbono no solo. E o que podemos fazer com isso?

Nas discussões de Durban, e mais para frente... Vocês podem abrir os jornais e ver que a Bolsa de Valores já está falando em índices de sustentabilidade de empresas, nós já estamos falando em eficiência energética de empresa, nós já estamos falando no mercado de carbono efetivo. Isso vale US\$5,00 a tonelada, e temos o CO₂ equivalente. O que nós não temos – aí esta Casa pode nos ajudar muito – é a regulamentação dessa lei. Precisamos regularizar isso no Brasil para a gente poder avançar, e espero que esta Comissão nos ajude muito.

Isso é um pequeno retrato do que nós temos no Brasil hoje; é um pequeno retrato. E esse pequeno retrato tem 204 milhões de hectares. Imaginem então a conversão desse carbono em termos de recursos financeiros que possam ser revertidos para a agricultura brasileira, para resolver determinados problemas de dívida, de avanço tecnológico, de transferência de tecnologia, de verticalização de produção e de auxílio efetivo em controle da segurança alimentar mundial.

Nós temos um papel importantíssimo: nós somos hoje os principais *players* dessa história no mundo, e isso aí mostra um pouco a nossa situação.

Vamos para frente

O próximo mostra o remanescente do bioma cerrado. O que é isso? O que isso tem a ver com agricultura BC? Tudo. Tem tudo a ver com Agricultura BC. Porque nesse remanescente estamos falando de pelo menos 12 mil espécies que existem no cerrado brasileiro e que, em tempos passados – e aí estou falando de idade geológica, 10, 15, 20, 50 mil anos atrás –, já passaram por temperaturas maiores do que nós tivemos hoje. E essas plantas sobreviveram. Isso significa que essas plantas têm uma expressão genética que permite tolerar temperaturas elevadas e deficiência hídrica elevada. Nós precisamos estudar essas plantas.

Se vocês pegarem entre o paralelo 10 e o paralelo 20 e fizerem um cinturão no mundo, o único país do mundo que tem esse potencial de biodiversidade com capacidade adaptativa a altas temperaturas e eventos climáticos extremos é o Brasil. E principalmente o cerrado brasileiro.

Imaginem, senhores, se a gente consegue descobrir a expressão gênica de alguma dessas plantas – e a Embrapa tem isso mapeado – e, a partir daí, criarmos plantas tolerantes, adaptadas a esses efeitos! É isso que a ciência brasileira está pedindo hoje. Eu não gosto muito da palavra, mas às vezes ela é boa, causa impacto: moratória! Nós precisamos de uma moratória para estudar. Deixe a gente estudar. Não derrubemos o cerrado por enquanto, enquanto a gente tenta entender essa riqueza que está aí.

Em termos de fármacos, em termos de madeira, em termos de adaptação genética e de vitaminas, proteínas, o que nós temos no cerrado é uma coisa fantástica. E aí vai a Amazônia também. Nós precisamos entender isso e como essas plantas conseguiram sobreviver.

Imaginem colocar esse genes numa soja que está sofrendo, num milho que está sofrendo, num feijão, num café que aborta por não ter essa tolerância à temperatura elevada. Nós precisamos estudar isso. E nós temos o nome, o endereço, o telefone e o CPF de 80 plantas como essa. Que são capazes de sobre-

viver a isso. E é nesse sentido que a agricultura BC um papel fundamental para nos ajudar nessa linha.

Na caatinga é mais importante ainda. Na caatinga nós temos uma situação, Senador, um pouquinho mais complicada, porque nos biomas a gente tem uma indicação científica que diz que quando se consegue manter até 50% desse bioma, ele tem uma capacidade de regeneração. Ele tem uma certa capacidade de regeneração, até 50% ele consegue voltar. Na caatinga já baixou, estamos com 45%. E aí está complicado. Por isso que o Fundo Clima, este ano, está colocando entre R\$30 a R\$60 milhões para regeneração da caatinga nas áreas de desertificação. E tentar buscar o aumento de renda para os agricultores não está na agricultura BC buscando espécies nativas da caatinga. E aí a gente precisa do apoio do empresariado, precisamos do apoio das empresas de pesquisa, precisamos do apoio dos governos locais, mostrando que umbu, seriguela, cajá, pitanga, isso é bom para o Brasil e é bom para o mundo.

É isso que nós temos que desenvolver. Essa é a ideia. E é isso que estamos defendendo. Nós temos capacidade, temos laboratório, temos ciência e tecnologia e temos condições de fazer. Isso está nas mãos do Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente é coirmão do Ministério da Agricultura nessas ações hoje.

Próximo, por favor.

Isso mostra como os biomas estão antropizados; nessas áreas a gente já perdeu essa biodiversidade, porém podemos obter uma alta eficiência produtiva com a agricultura BC sequestrando carbono. Essa é a proposta que nós temos e que foi feita no plano setorial.

Próximo, por favor.

Isso aí é a Amazônia. É a mesma coisa, só mostrando para vocês que nós temos todos os biomas brasileiros mapeados. Todos. Todos estão mapeados e todos estão em condições de a gente desenvolver esse tipo de estudo e apresentar soluções o mais rapidamente possível para o Brasil continuar sendo respeitado nessa área. E impressionante com o Brasil é respeitado nessa área climática. E estão nos buscando aqui, estão vindo ao Brasil saber como estamos fazendo isso. E a gente diz que está fazendo isso porque não estamos baixando a cabeça para as barreiras não tarifárias internacionais e o Governo tomou uma posição de : “Vamos resolver o nosso problema; quem quiser que nos acompanhe.”

Claro que as discussões internacionais e os mecanismos de cooperação internacional exigem uma série de acertos, mas a diplomacia tem que partir para luta de boxe, senão punhos de seda.

Essa é a tônica internacional hoje, ninguém está brincando. E o jogo é pesado. O senhor sabe disso, eu não preciso dizer. Nós temos que ser mais agressivos nas nossas propostas. E o Ministério das Relações Exteriores tem ajudado muito o Brasil nessa linha.

Próximo, por favor. A mudança de uso do solo e sequestro de carbono vou passar rapidamente disso, porque nossos colegas do Ministério da Agricultura vão mostrar. Mas a ideia é mais ou menos a seguinte... Vamos pra frente.

Isto aqui, por exemplo: taxas de acúmulos de carbono no solo... No plantio direto, que é um dos temas que nós defendemos. Você pode ter até 500kg de carbono por hectare/ano. Isso vale dinheiro e é por isso que nós estamos incentivando o plantio direto.

Próximo.

Vários trabalhos científicos mostram, em regiões diferentes, como é que é essa variação: entre 500 a 600kg de carbono por hectare/ano. O que significa isso? Eu estou falando em 23 milhões de hectares com plantio direto no Brasil, eu estou falando, mais ou menos, em torno de 12 milhões de toneladas de carbono. Se eu multiplicar isso por 3,6 – isso vai para quase 40 milhões de toneladas de CO₂ equivalente a US\$5 dólares a tonelada. Isso tem de entrar em nosso mercado, isso tem de entrar na nossa carteira de negócio internacional. Por isso que a agricultura BC fala no aumento de mais oito milhões, se não me engano. Carlos Magno, meu colega, vai explicar um pouco melhor a vocês.

Próximo.

Isso aí é uma conversão rápida de um sistema de plantio convencional para plantio direto no cerrado. Só mostrando como é que isso funciona: de um convencional para um plantio direto, você tem um delta de, no mínimo, sem fazer muito esforço, de 380kg de carbono.

Próximo.

E usando sem muito esforço. Com uma coisa ruim... Não precisa ser muito bom nisso, não. Você sobra 230kg. Tanto é que o Ministro, à época, Reinhold Stephanes, falava: "Esse aí eu não quero, não; eu quero plantio direto de qualidade." Plantio direto de qualidade significa sair de 230 para 500... E é isso o que nós queremos e temos tecnologia para isso.

Próximo.

É este o sistema de qualidade do qual estamos falando e existem vários exemplos no Brasil.

Próximo.

Como é que funciona...

No plantio – preparo convencional –, você passava o arado, a grade e jogava o CO₂ todo para a atmosfera e, no plantio direto, ele fica retido. E tem um adicional superinteressante, que ele mantém a biota no solo e

fertiliza esse solo por mais tempo, mantendo o fósforo, mantendo o níveis de potássio elevado e você pode dar mais sustentabilidade à agricultura.

No momento em que eu começo a fazer isso, a gente vai ter que começar a se acostumar com determinados termos... Mas no momento em que eu faço isto: que eu tenho o carbono; que eu aumento a biota; que eu dou sustentabilidade, eu começo a colocar a agricultura no trilho da economia verde. E é essa a economia que nós queremos prosseguir com mais efetividade, mostrando que é possível fazer, sim, em diversos sistemas. A cana-de-açúcar é um exemplo que pode ser apresentado para nós, com muita facilidade, de como isso é possível.

Próximo.

Aí é um exemplo da Embrapa, mostrando como é que se regeneram rapidamente aqueles 500kg de carbono por hectare.

Próximo.

Isso aí é a recuperação de pastagem. O primeiro ponto... Outro dia brincaram comigo dizendo que eu coloquei aquela foto bem feita lá em baixo e a mais bonita para convencer aos financiadores de que se precisa de dinheiro para a pesquisa. Talvez... Talvez... Marketing nunca faz mal a ninguém. Mas nós temos esses sistemas no Brasil, o cerrado brasileiro. Na caatinga, no período seco, você tem boi desse jeito aí. Nós queremos que fique do jeito que está no retrato grande. Por isso nós temos na agricultura BC a proposta de recuperação de 15 milhões de pastos degradados em pastos produtivos.

Próximo.

Ou, então, alguma coisa desse jeito em que se tem árvore com pastos. Cada árvore dessas tem, mais ou menos, 40% de carbono. E isso vale também dinheiro no mercado de carbono emergente que nós estamos discutindo. A integração lavoura-pecuária é também outro ponto importante de financiamento da agricultura BC, de proposta da agricultura BC.

Próximo.

Isso é resultado de uma pesquisa onde se mostra: sem a integração lavoura-pecuária o gráfico vem descendo; quando você muda o sistema, inverte-se. É o que a gente chama de ponto de inflexão. E naquele ponto de inflexão, então, você passa a acumular carbono no solo. Isso é em Mato Grosso, em Maracaju, mostrando como você sai, em cinco anos, de uma situação degradada para uma situação melhor.

Próximo.

Aí já é em Santa Carmem, em Mato Grosso. No estudo desse caso, em Santa Carmem, ali naquela linha verde é o estoque de carbono na vegetação natural. Como estava? Eram 75 toneladas de carbono por

hectare, plantio convencional. Vamos em frente. Você perde carbono, você vai perdendo carbono, porque a planta, a fotossíntese exige que você traga carbono para a planta para ela poder crescer. A gente come carbono. E aí você vai perdendo carbono. No momento em que você muda o sistema, você já começa a ter, para um sistema convencional um pouquinho melhor, já começa a reduzir esse consumo de carbono, e aí você introduz a integração entre lavoura e pecuária. Aí muda tudo.

Próximo.

E você deixa, então, de perder carbono e passa a acumular carbono no seu sistema. De novo, a US\$5 a tonelada, se eu começar a falar em quatro, cinco, seis milhões de hectares nesse sistema, eu começo a falar em agregação de renda ao nosso sistema produtivo. É uma renda a mais que o nosso pecuarista, produzindo nesse sistema, teria para a sua renda no seu sistema de produção.

Próximo, por favor.

São alguns exemplos que eu...

Montividiu, em Goiás, já é um pouquinho menos, não é tão drástico quanto em Mato Grosso, por questões de clima e de solo.

Próximo.

Você tem ali a redução e, no momento em que você introduz a integração entre lavoura e pecuária, inverte a situação. Isso é impressionante.

Isso começou agora no Brasil? Não. Nós temos 28 anos de experiência nesse sistema. São 28 anos de experiência. O Brasil tem 196 pontos de controle desse sistema, de norte a sul do País, todos eles mostrando que isso é viável. Vai desde o Nordeste até o Rio Grande do Sul mostrando a viabilidade desse sistema.

Vamos para frente, por favor.

Esses slides eu vou passar porque vou deixar para o pessoal do Ministério, que é um pouco a política que o Mapa está adotando.

Proposta, degradação de pastagem...

Vamos para frente.

Aqui é interessante. Esse é o percentual de pastagem natural que o Brasil tem – fonte: IBGE, último censo –, mostrando, então, como é que isso vai de zero a cem por cento na pastagem natural.

Próximo, por favor.

E aqui mostra a taxa de lotação de unidade/animal por hectare. Então vocês percebiam que nos verdinhos ali, nós temos uma taxa de lotação muito baixa, de 0,25 a 0,5. Quando nós propusemos a agricultura de baixa emissão de carbono, “não, mas nós podemos ter cinco ou seis bois por hectare”. Concordo. A média nacional é de um. Mas eu não quero melhorar o que está bom, quero melhorar o que está ruim. E o

que está ruim são 60 milhões de hectares que estão nessa condição verde.

Então, num primeiro momento, a política ABC pretende tirar 15 milhões de hectares dessa situação de 0,4 unidades/animal para uma unidade/animal. É mais de 200% de aumento de eficiência do sistema com sequestro de carbono.

É o verde claro e o verde escuro. São os dois primeiros itens ali, onde você tem uma baixíssima capacidade de suporte. A média brasileira é muito boa, uma unidade. É muito boa. Só que, nessa região, ela não é boa e é ali que nós estamos emitindo carbono. E é por causa desses 60 milhões de hectares que a pecuária foi muito massacrada no início da discussão das mudanças climáticas no Brasil. E nós estamos provando que é possível reverter isso com a política ABC. Além de produzir mais carne, você sequestra carbono e o sistema é eficiente.

Vamos para frente.

Bom, isso é o plantio direto.

Nós estamos falando mais em arroz, soja, milho e sorgo. Seria na integração entre lavoura e pecuária.

Próximo, por favor.

Aí plantio direto com braquiária.

Vamos passando.

Da integração entre lavoura e pecuária eu já falei.

Vamos passando.

Isso aí é uma rotação, Senador. É interessante. Você tira o arroz e põe; tira o pasto e põe eucalipto e arroz. Eucalipto porque sim; eu posso pôr pinus, posso pôr angico, posso pôr qualquer sistema florestal. No segundo ano, tem eucalipto e soja e no terceiro ano eu já tenho eucalipto, pastagem e animal. Esse é o sistema que nós queremos. Duzentas toneladas de carbono por hectare/ano num sistema como esse, além do aumento da eficiência do sistema. É um negócio fantástico que a gente precisa... É caro, mas a gente precisa apostar nisso porque melhora muito.

Próximo, por favor.

Plantio de floresta. Aí nós estamos falando de eucalipto, pinus, angico, cedro, peroba... A seringueira também entraria no sistema florestal. É fantástico o potencial que temos nisso.

Na agricultura BC entraram, basicamente, eucalipto e pinus no primeiro momento, mas os planos são revisados todos os anos.

Próximo, por favor.

Bom, a fixação biológica de nitrogênio, que é você tirar o nitrogênio da planta, o mineral, e colocar bactérias fechadura. O Brasil também dá um show nessa área e a gente tem propostas muito interessantes de retirar isso. Evita a emissão de óxido nitroso, que é trezentas vezes mais forte que o CO₂. Então, isso

aí é um ponto importante que está sendo tratado pela pesquisa. Nós pedimos mais cinco anos para poder apresentar soluções de escala no País.

Próximo, por favor.

No Plano ABC, resumindo, é isto que nós temos: plantio direto, integração lavoura-pecuária, recuperação de pastagens. E aí o Carlos Magno vai falar um pouco mais.

Próximo.

As ações efetivas do Governo: nós temos os grupos gestores estaduais, que já começam a efetivar esse plano – a ideia era começar no Mato Grosso e Goiás –, seminários de sensibilização, que o Ministério da Agricultura está cuidando, e capacitações realizadas nesses Estados aí.

Próximo.

Pontos de estrangulamento, no nosso entendimento. Carlos, por favor, corrija-me ou acrescente, porque esse negócio não é fácil. Nós temos R\$3,2 bilhões nisso. Pontos de estrangulamento: o acesso à fonte de financiamento foi um problema sério no ano passado com os 2 milhões, praticamente zero de execução. O acesso ao financiamento era difícilimo. O Ministério da Agricultura começou a resolver isso. Problemas: transferência de tecnologia não é fácil. Nós estamos maltratando a nossa transferência de tecnologia. Nós precisamos fortalecer a nossa transferência de tecnologia de maneira que essas tecnologias cheguem ao agricultor. E mais rapidez e capacitação na elaboração dos projetos de maneira que os bancos tenham agilidade na liberação do recurso. No nosso entendimento, no Ministério do Meio Ambiente, essa é a questão.

Próximo, por favor.

E aí para ajudar o Ministério da Agricultura, o que nós fizemos? Em relação ao clima neste ano o Ministério da Agricultura estava com certa dificuldade. Falamos assim: “Não, espera aí. Vamos trabalhar juntos porque, se a agricultura BC não funcionar, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima não funciona.” Então, não existe isto: Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente. Existe uma concertação nacional para a redução de emissão de gases de efeito estufa. Então, nós já liberamos para o Ministério, agora, na semana passada, R\$420 mil para ver se, até o fim do ano, ele consegue acelerar essa capacitação para podermos liberar muito mais no ano que vem e efetivar isso. Aí vêm exemplos de publicação, cartilhas sobre mudanças climáticas, capacitação, etc. Esse é o nosso trabalho junto ao Ministério.

Senhores, este é um fato histórico: o Ministério do Meio Ambiente não briga mais com o Ministério da Agricultura. Nós estamos trabalhando juntos nessa solução. Isso não era assim. Isso começou a ser assim

depois que há o entendimento de que não dá certo se não ficar junto. Dividir para ficar forte não existe na lei da física. Não consigo entender isso. Começamos a trabalhar juntos e fazemos várias coisas a quatro mãos, o que tem dado certo.

Próximo.

O sistema de monitoramento desse...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Faltam dois minutos. Eu estou acabando.

Nós montamos o sistema de monitoramento, que já está monitorando a Agricultura BC. Nós já a monitoramos da seguinte maneira.

Próximo. Vamos passar mais rápido.

Todos esses pontinhos que estão aí são pontos de pastos degradados que foram monitorados, levantada a situação do estoque de carbono para o T Zero. E o que é o Tempo Zero para nós? Quando a lei foi promulgada: 2010. Então, nós já temos esses pontos levantados de maneira que, em 2005, 2006, voltemos a esses locais para ver se foram efetivas as ações que o Governo e a iniciativa privada tomaram. Esses pontos estão monitorados.

Vamos passar. Vai passando.

Para vocês terem uma ideia de como é feito, vai para o campo, coleta amostra, analisa, determina carbono, estoque de carbono, vê tudo isso por bioma. Isso foi feito com a ajuda da Embrapa, e tudo georreferenciado. O mais importante é que tudo é georreferenciado, não se perde o ponto. Essa curvinha aqui embaixo é muito interessante, que é o apoio do Inpe, em que começamos a ver qual é o que chamamos tecnicamente de produtividade primária líquida, como essa vegetação respondeu ao longo dos anos. No momento em que você começa a recuperar, essa curva sobe o pico e você consegue, por satélite, saber se o seu plano setorial está sendo eficiente ou não. Então, nós temos vários mecanismos de monitoramento para verificar isso. Foi feito com pastagem e começamos agora com integração lavoura-pecuária, com a ajuda do Ministério da Agricultura.

Próximo.

São os resultados consolidados, que a gente pode depois passar para a Comissão para vocês terem ideia do estoque desse carbono nos diversos pontos amostrados.

Próximo. Vai passando que já acabamos.

Era isso que eu queria dizer para vocês. Então, na verdade, a Agricultura BC é uma realidade, está funcionando, e o Ministério da Agricultura também precisa de muito apoio para poder fazer isso acontecer. É o maior programa de carbonização da agricultura do mundo. Precisa ter o apoio de todos os setores para

que funcione bem. É importante que isso seja dito. Senão, fica sendo uma coisa do Ministério da Agricultura. Não o é. É uma coisa do Brasil, monitorado pelo Ministério da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Eduardo Delgado Assad. Realmente, política como essa não pode ser do Ministério do Meio Ambiente e também não pode ser do Ministério da Agricultura. Tem que ser, Senador Aloysio, Senadora Vanessa Grazziotin e Deputado Garotinho, uma política de Governo e – muito mais – uma política de Estado.

Quero dizer que o plantio direto começou no meu Estado, o Estado do Paraná, e inclusive foi inventado no Estado do Paraná, na cidade – para ser mais preciso – de Rolândia, por um alemão radicado brasileiro, o Sr. Uli.

Vivo até hoje.

A minha família, que é produtora principalmente de soja no Estado do Paraná, faz uso do plantio direto desde meados dos anos 80. Então, há mais de 25 anos nós usamos o plantio direto no Paraná.

De imediato, eu passo a palavra ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo tempo será utilizado pelo Carlos Magno Brandão e também pelo Elvison Nunes Ramos. Então, eu deixo a V. Ex^{as} a administração do tempo.

V. Ex^a, Dr. Carlos Magno, tem a palavra.

O SR. CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO – Boa tarde, Senador Sérgio Souza. Cumprimentando V. Ex^a, cumprimento todos os membros da Mesa, demais Parlamentares, senhores e senhoras presentes.

Dando sequência ao que já tão bem colocou meu amigo Eduardo Assad, o plano ABC – vou tratar dessa forma para não ter que falar este nome comprido, que é Plano Setorial de Agricultura...; todo mundo já fala plano ABC e, felizmente, esse nome pegou –, na verdade, é uma iniciativa realmente muito feliz do Governo brasileiro, mas é muito importante a gente ter em mente o que já foi dito. Esse é um plano do Brasil. O Brasil está dando um exemplo para o mundo. E é muito importante que realmente haja um comprometimento do Executivo, do Legislativo, dos governos estaduais. Nós temos inclusive trabalhado exatamente dessa forma. Nós temos procurado criar, em cada Estado, um grupo gestor estadual, que é um trabalho desenvolvido pelo Governo Federal, pelo governo dos Estados e, muitas vezes, pelos Municípios, porque é dessa forma que nós vamos fazer esse trabalho chegar realmente à ponta, que é o produtor.

Eu vou resumir aqui o plano em poucas palavras e depois vou passar para o Elvison, que vai fazer uma apresentação técnica do plano. Mas o que é o plano

em si? Além das questões de monitoramento, da questão climática, na prática é o seguinte: nós estamos disponibilizando tecnologias já existentes e que foram desenvolvidas pela Embrapa, pelas universidades brasileiras, com recursos numa condição absolutamente especial, para que os produtores realmente possam não só dar a sua contribuição ao Brasil para cumprir este compromisso da redução de emissão de gases – efeito estufa –, mas também aumentar a sua renda, aumentar a produção de alimentos no Brasil e obviamente no mundo e, o mais importante, sem desmatar, já que o foco é recuperar áreas degradadas. Então, isso é sustentabilidade. Na verdade, é disso que o Brasil precisa, é disso que o mundo precisa.

Então, acho que essa é uma grande oportunidade que o Brasil está tendo realmente de dar esse exemplo para o mundo. Eu acredito nesse plano, nesse programa. E mais ainda: é importante que vocês tenham nos dado esta oportunidade para falarmos aqui desse programa importante para o Brasil.

Eu vou passar agora a palavra para o Dr. Elvison, que vai fazer uma apresentação técnica resumida do programa, para que vocês possam estar inteirados. Em seguida, se vocês quiserem, nós estaremos aqui para responder perguntas, dúvidas que possam existir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Carlos Magno.

Então, com a palavra o Dr. Elvison Nunes Ramos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ELVISON NUNES RAMOS – Senhoras e senhores, agradeço. Acho que o Dr. Carlos Magno já fez a apresentação necessária. Vou entrar logo na apresentação e tentar ser o mais breve possível.

Próximo, por favor.

Bom, o plano ABC veio, na verdade, para tentar também construir algo diferente para a agricultura brasileira, mas os desafios da agricultura são muitos. Eu tentei resumir alguns só para nós centrarmos um pouco a nossa discussão: a questão de crescimento demográfico no mundo. O aumento das exportações, a questão da balança comercial. É uma necessidade econômica.

Temos aí um padrão de produção sendo norteado por um padrão de consumo nacional e internacional, com o passar do tempo, a girar mais fortemente com relação à produção nacional, barreiras, que normalmente conhecemos, não tarifárias, questões ambientais entre outras.

Temos aqui uma recuperação de áreas produtivas degradadas. O nosso enfoque aqui não é área degradada em termos de APP e Reserva Legal. Recuperação de áreas degradadas são áreas de pastagens degradadas e áreas de produção agrícola degradadas.

É um enfoque um pouquinho diferente daquele que a área ambiental costuma dar sempre para essa temática.

Temos a questão de remuneração também por serviços ambientais e créditos de carbono. Eu acho que essa realmente é a grande cereja desse bolo, como atrativo para o nosso produtor rural se inserir nesse processo. É uma das grandes atrações que teremos futuramente, com a regulamentação do pagamento por serviços ambientais. Logicamente, o produtor que tiver inserido no programa ABC tem como concorrer para ser beneficiado por esses pagamentos.

Demandas por alimento seguro e certificado. Logicamente, é uma demanda não só do nosso mercado nacional, como internacional.

O desejo de uma agropecuária mais sustentável.

E o tema que estamos falando aqui que é a questão da redução de gases de efeito estufa e mudanças climáticas.

Próxima. Nós temos aqui outros desafios que é a questão dos desmatamentos e a questão das queimadas. Esses dois colocam o Brasil realmente em terceiro e quarto maiores emissores de gás. Temos aqui uma agricultura tradicional que é altamente emissora de gases de efeito estufa. Temos aqui a prática, feita principalmente pelos nossos pequenos e médios produtores, que é a queima da pastagem, para mineralização de nutrientes para pastagem subsequente. Temos aqui pastagens degradadas, que é um dos temas fortes do plano ABC, recuperação de pastagens degradadas. E temos o boi nisto que chamamos de efeito sanfona: na época das chuvas, ele engorda e, na época da seca, ele emagrece. Por último, aqui, a questão da emissão de gases metano pelos ruminantes.

Próxima, por favor. Temos aí a política, como já foi colocado, que teve origem, na verdade, a partir do estabelecimento dos compromissos voluntários na Cop 15. Depois, tivemos a publicação da Lei nº 12.187, que estabeleceu que o Poder Executivo criará os planos setoriais, em que um deles é o plano da agricultura. Como o Dr. Eduardo Assad falou, já temos cinco prontos, em que um deles é o da agricultura, que também está servindo de modelo para outros cinco que ainda estão em fase de elaboração. Também prevê medidas fiscais, tributárias, entre outras, que serão estabelecidas mediante legislações específicas. A novidade do processo do plano ABC, como o Dr. Carlos Magno falou, resumindo, um plano da agricultura de baixa emissão de carbono, é a questão do monitoramento, o reporte e a verificação, porque isso é para atender a um compromisso internacional. Ele tem de ser necessariamente monitorado, reportado e verificado. Temos de comprovar as medições feitas e as reduções alcançadas, tanto para mitigação quanto adaptação.

Próxima. Aqui, são os planos, resumidamente. O da agricultura está aqui, já está pronto. O plano da agricultura já foi concluído e já foi aprovado pela Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas. Só estamos aguardando agora uma deliberação da Casa Civil da Presidência da República para ver o melhor instrumento para tornar esse plano público, porque ele também apresenta uma grande novidade, que é a sua avaliação a cada ano. Esse plano vai ser reavaliado a cada dois anos. Então, o instrumento que for tornar público esse plano também deverá ser um instrumento que viabilize essas atualizações a cada dois anos.

Próxima. Os eixos que balizaram a construção do plano ABC estão na mitigação e na adaptação. Mitigação: eu falo na questão do sequestro de carbono e os temas que envolvem a questão do sequestro, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a adoção de sistemas e práticas sustentáveis na agricultura.

Com relação à adaptação, nós temos a geração de novas cultivares e tecnologias adaptadas, adaptação sistemas produtivos, que é um das metas, e também as comunidades. Isso aqui é importante sempre realçar, ou seja, não adianta adaptar culturas, sistemas, e as comunidades não estarem ainda adaptadas a essas mudanças. E se elas não estiverem adaptadas, não adotar essas novas tecnologias, essas novas cultivares que já estão prontas ou que estarão prontas para enfrentar as questões das mudanças climáticas. Então, comunidades é um dos focos do Plano ABC e, também, reduzir as vulnerabilidades.

Próximo.

Temos aqui o objetivo geral do Plano ABC, que é garantir o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas e práticas de uso e manejo sustentável dos sistemas produtivos ou dos recursos naturais que promovam a redução das emissões de gases de efeito estufa e, adicionalmente, também aumentem a fixação atmosférica de CO₂ na vegetação e no solo dos setores da agricultura brasileira.

Próximo.

Objetivo específico: logicamente, cumprir o compromisso assumido voluntariamente na Cop 15; promover esforços para se obter o desmatamento ilegal zero, porque nós temos uma legislação que permite ainda desmatamento e temos produtores rurais que ainda não utilizaram, dentro do que define a legislação brasileira, não desmataram ainda aquilo que lhes é permitido. Então, só o que a agricultura realmente combate é o desmatamento ilegal zero. Quer dizer, o produtor rural tem de estar dentro das regras e das normas brasileiras; incentivar arranjos produtivos favoráveis que assegurem a redução das emissões de

gás de efeito estufa; incentivar estudos de adaptação, logicamente, junto como parceiros da academia.

Próximo.

Nós temos aqui o resumo das tecnologias do Plano ABC: recuperação de pastagens degradadas: o objetivo é recuperar 15 milhões de hectares; integração lavoura/pecuária: nós queremos aumentar em torno de quatro milhões de hectares o uso dessa tecnologia; sistema de plantio direto com qualidade, é bom especificar isto, queremos aumentar em oito milhões de hectares; fixação biológica de nitrogênio: nós queremos aumentar o uso dessa tecnologia em 5,5 milhões de hectares; florestas plantadas: aumentar em três milhões de hectares. Nós temos um valor que foi definido por um estudo realizado pela SAE, da Presidência da República, que diz e que existe a possibilidade de aumentarmos em nove milhões. Mas nós fomos modestos na nossa colocação e só estabelecemos três milhões. E tratamento de dejetos animais: aumentar o tratamento em 4,4 milhões de metros cúbicos.

Próximo.

Trata-se aqui do resumo do plano, como ele foi concebido: a Cop 15; depois tivemos a publicação da lei e o decreto que regulamentou essa lei; a questão dos planos setoriais de mitigação da agricultura. Mas cabe enfocar aqui que nós tivemos a participação da Casa Civil da Presidência da República, e, coordenando esse trabalho do Plano ABC, tivemos o Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Agrário.

Logicamente, devemos sempre focar que tivemos a participação intensa do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e, também, do setor produtivo. Os atores que construíram esse plano, como o Dr. Eduardo Assad colocou, foram o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia, ONGS ambientais participando da construção do Plano ABC – eu cito o WWF, o ISA –, a CNA, a Contag, todos na mesma mesa contribuindo para que tenhamos esse grande plano para a nossa agricultura. É um plano que, na verdade, deu corpo para aquilo que já se vem fazendo há mais de 30 anos na agricultura, só que não tínhamos conseguido ainda dar um corpo que fosse visível à nossa sociedade como um todo, porque a agricultura brasileira, ao longo dos anos, tem demonstrado que o aumento da sua produtividade é muito superior em relação a sua área plantada. Fazendo um comparativo, de 1990, mais ou menos, para 2010, a área plantada realmente aumentou muito pouco, mas a produtividade disparou muito.

Próximo.

Quais são as ações do Plano? São todas essas. Logicamente que existe uma certa confusão entre o Plano ABC com a linha de crédito do Ministério da

Agricultura, que se chama Programa ABC. Espero, com essa apresentação, que a gente diminua essa tendência natural de gerar certa confusão sobre isso.

Nós estamos tratando aqui da questão de divulgação do plano, capacitação de técnicos e produtores rurais, crédito rural – logicamente –, regularização ambiental, regularização fundiária, assistência técnica, realização de estudos de adaptação, pesquisa, desenvolvimento e inovação, transferência de tecnologia, como o Dr. Eduardo Assad colocou, que também é um dos pontos fundamentais, disponibilização de insumos e produção de sementes e mudas – falamos de recuperação de áreas degradadas incluindo não só pastagem como também APP e reserva legal.

O Ministério da Agricultura está dando um enfoque grande a essa primeira etapa de divulgação. O Fundo Clima realmente aportou recursos para o Ministério da Agricultura para nós fazermos essas duas primeiras etapas – capacitação de técnicos e divulgação –, lembrando fortemente que quem vai cumprir o plano de agricultura de baixa emissão de carbono é o nosso produtor rural. Ele é o grande agente de modificação de nossa agricultura convencional, tornando-a uma agricultura tecnificada. É ele que vai cumprir isso. Então o nosso foco final realmente é o produtor rural, para que ele se sinta convicto de que está adotando a tecnologia ambientalmente saudável, está trocando a convencional por uma tecnologia sustentável, mas também, com isso, ele está aumentando sua renda e melhorando a sua qualidade de vida.

Próximo.

O Plano ABC tem uma estratégia. É lógico que aqui está simplificado. É lógico que aqui temos o CIM, que é o Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, que avaliou e aprovou o Plano da Agricultura, e o GEX, que é o grupo executivo. Nós temos também uma comissão executiva, que trata das questões de monitoramento e acompanhamento e promove novas medidas dentro do plano e temos aqui o grupo gestor estadual.

Por que essa metodologia? Porque nós fizemos um compromisso em Copenhague e vimos aí construindo o Plano ABC. Se continuássemos nessa pirâmide de construção de um plano nacional para tentar chegar até o nosso produtor rural logicamente essa base – estou usando o termo da extensão rural – da pirâmide estaria tão grande que o produtor rural não se enxergaria nela, dificilmente as associações de produtores e as cooperativas se enxergariam nesse plano. Então, nós invertemos a lógica. Hoje nós estamos construindo, mediante o estabelecimento desse grupo gestor estadual, o plano estadual para contribuição para o plano nacional. Aí, sim, nós começamos de baixo,

com os produtores, associações de produtores, contribuindo para o Estado construir o seu plano estadual em contribuição ao plano federal, invertendo a pirâmide e fazendo com que as bases se encontrem. Aí, sim, conseguimos que as classes produtoras brasileiras – não falo aí só dos grandes, mas também do médio, do pequeno e do familiar, se enxerguem nesse processo.

Próximo, por favor.

Então, nós temos aqui...

Uma das grandes ações do plano é a capacitação. Nós temos capacitação em esfera nacional, nós temos também capacitação em esfera estadual – essas duas aqui – para capacitar não só os agentes financeiros, mas também os técnicos e produtores rurais e, por último temos aqui não menos importante os produtores rurais. Eles precisam, realmente, estar convictos de que esse processo como um todo trará benefícios para eles não só econômicos, mas também sociais e ambientais.

Próximo.

Aqui é a nossa linha de crédito. Então, temos aí o Plano ABC, mas também temos o Programa ABC, que é uma linha de crédito do Ministério da Agricultura em apoio ao produtor rural, ou seja, nós temos aí cerca de R\$3,15 bilhões a serem disponibilizados por essa linha de crédito. Nós temos valor em torno de um milhão de reais, que pode ser o limite por tomador, podendo ter um período de pagamento de até quinze anos, quando apresenta o componente arbóreo no projeto, nós temos aí um prazo de carência de 8 anos e juros de 5.5% ao ano. Das linhas de crédito essa é a de juros mais atrativos, não concorrendo, logicamente, com os juros da agricultura familiar, em que pode haver juros de até 2%.

Esse é o Programa ABC do Ministério da Agricultura, que é um dos pilares do Plano ABC.

Próximo, por favor.

Bom, aqui

As três últimas lâminas: só falando de por que nós tivemos um plano ABC, a várias mãos, com a área ambiental, ONGs ambientais, Ministério do Meio Ambiente e setor produtivo tanto do pequeno, do médio do grande produtor, todo mundo numa mesma mesa. Realmente esse plano tem uma transversalidade muito grande e ele vem atender a muitos aspectos que a agricultura, na verdade sempre buscou. Ou seja, esse plano promove práticas onde tem um maior sequestro de carbono, redução das emissões de gás efeito estufa. Isso não é só o produtor que se beneficia, a sociedade como um todo também se beneficia desse processo.

Redução da necessidade de novos desmatamentos, ou seja, numa área onde já desmatou, já gastou

recursos para tornar essas áreas produtivas ele agora vai recuperar e aumentar a sua renda nessa área.

Recuperação da qualidade da capacidade produtiva do solo, então ele vai aumentar a sua produção e a sua produtividade.

Redução da erosão, que é um fantasma que acompanha o plantio convencional hoje. Nós temos aqui, maior infiltração de água, ou seja, o produtor que adotar essas tecnologias ele pode se qualificar como beneficiário de pagamento por serviços ambientais, eles se tornam um produtor de água.

Menor evaporação da água do solo, ou seja, vocês podem ver ao fundo aqui, nós temos integração: lavoura, pecuária, floresta. Nesse sistema aqui a evaporação – e aí vai por transpiração – é muito reduzida, então nós temos no final da seca, esse capim que está aqui em baixo, ele continua verde, não logicamente um verde intenso, mas continua verde. E, além disso, nós temos aqui, como falei a evaporação da água do solo, uma diminuição do custo dos produtores, porque ele diminui custo com relação à adubação e outros processos e aumenta sua renda, sendo neste momento, até agora, o maior atrativo para ele é o econômico, para ele se motivar para entrar nessa proposta.

Nós temos aqui uma baixa incidência de pragas, nós estamos fazendo rotação de culturas, misturando culturas e com isso estamos inibindo o aparecimento de pragas. Então, menor uso de agrotóxico. Isso é diminuição de custos.

Nós temos a diversificação da produção e minimização dos riscos climáticos e de mercado. Isso o banco gosta muito porque o produtor vai ter pelo menos três produtos na sua propriedade para que ele possa realmente converter em moeda e pagar a sua dívida no banco.

Bem estar animal, ou seja, esse animal que está aqui, no fundo, colo tela de fundo, ele está pastejando com microclima gerado pelo componente arbóreo excelente. Isso eu não sei se vocês já tiveram oportunidade, se tiverem eu relato para vocês, mas essa é experiência de campo, ou seja, nós estamos no meio de uma plantação de milho. Atravessando a estrada nós tínhamos essa integração lavoura/pecuária, o clima mudou completamente, parece que saímos de um clima muito quente para um ar condicionado em plena área rural. Então esse boi é realmente um boi ecológico, se alimentado a pasto e promovendo o bem estar animal, ou seja, ele terá uma carne de melhor qualidade, esse capim também será de melhor qualidade, melhor digestibilidade, diminuindo aí a emissão de gás e metano pelo ruminante.

Aumento da fixação de carbono.

E por último, e também aqui não menos importante e eu acho que o mais importante é uma tecnologia que é adaptada a pequenos, médios e grandes produtores rurais. Então todos podem se beneficiar, até os familiares. Desculpa, porque às vezes a gente se esquece de citar, mas para gente está aqui dentro do pequeno ou familiar. Então é uma tecnologia adaptado a todos. Quer dizer, todos podem ter acesso e devem ter acesso a essas tecnologias.

Por último, comento que a questão da integração lavoura/pecuária, plantio direto e as outras tecnologia do plano ABC tornou essa convivência da área de preservação e área de produção uma convivência harmônica, ou seja, o que está sendo gerado na área de produção está beneficiando a área de preservação com água, evitando a entrada do setor produtivo na área de preservação, quer dizer, promovendo realmente uma harmonização dessas duas grandes áreas que, num passado recente, realmente motivaram, através da mídia, muitas críticas à agropecuária brasileira, até desmerecidamente tentando colocar o nosso produtor como um desmatador, aquele que cometeu algum crime ambiental. Então, hoje não. Hoje nós temos uma convivência harmônica. E esse é o grande

Então hoje nós temos uma convivência harmônica, e esse é o grande sucesso do plano ABC.

Aqui eu deixo o meu telefone e o meu *e-mail*. Caso tenhamos alguma pergunta que não consiga responder e outras que surgirem estarei à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Elvison, representando aqui o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi muito bem colocado a situação de que também temos como finalidade o controle da erosão e estamos discutindo muito isso, Senadora Vanessa, na questão do Código Florestal que a mata ciliar tem por finalidade também o filtro para não deixar poluir as nossas águas. Então, o plantio direto e outras atividades, mas principalmente o plantio direto, tem Deputado Garotinho, essa finalidade também.

Quero informar a todos os senhores parlamentares membros desta Comissão, que se manifestem até o próximo dia 7, segunda-feira, no máximo até terça-feira, sobre o interesse de compor a comissão desta Comissão que vai a Durban, que é a convenção das partes, que é a Cop 17, na África do Sul. Essa Comissão está formando uma comissão e temos notícias de que estamos tendo problemas com relação a voos, hotéis que o Ministério das Relações Exteriores nos colocou como preocupação esta semana. Então, queremos, na semana que vem, fechar isso até mesmo porque precisamos encaminhar à Mesa do Senado e estamos

conversando para colocar a Mesa da Câmara nessa conversa, caso haja interesse de muitos dos senhores parlamentares, para cuidarmos das questões de recursos para a viagem e outras despesas dessa viagem.

O evento da Cop 17 tem início no final do mês de novembro e término no dia 9 de dezembro. A parte final da Cop é a que mais interessa. A ideia é sair daqui no dia 5, que é domingo, senão me engano, dia 4, domingo, para participar segunda, terça, quarta, quinta e sexta, cinco dias de evento, com retorno no sábado ou domingo. A ideia é ouvirmos todos os palestrantes e, na sequência, faríamos uma rodada de perguntas.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Vinícius Leandro Skrobot, que é o Coordenador do Centro de Pesquisa e Análise de Tecnologia, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustível.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VINÍCIUS LEANDRO SKROBOT – Boa tarde. Estou aqui a pedido do Diretor Allan Kardec e a ideia aqui é fazer, de forma bem sintética, um panorama do mercado de biocombustíveis com foco nas ações mais recentes de regulação. Sou do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica, que é uma parte da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos.

Pode avançar.

Aqui tem uma linha do tempo dos biocombustíveis no Brasil e chamo atenção para alguns eventos mais importantes.

Em 1974, tivemos a criação do Pró-Álcool; em 1983 tínhamos mais carros movidos a álcool do que gasolina, 90% da frota era movida a etanol; nos anos 90 passamos a ter esse teor de etanol misturada a gasolina que temos hoje, entre 20% e 25%; em 2003, um evento importante para o mercado de biocombustíveis foi o lançamento dos carros biocombustíveis; em 2005, o lançamento do Programa Nacional do Biodiesel; em 2008, início do uso obrigatório do *biodiesel* no diesel e naquele momento era o B2, 2% em volume de *biodiesel* no diesel e esse teor foi aumentando, em 2008, 3% até que, em janeiro de 2010, tínhamos e temos até hoje 5% de biodiesel no óleo diesel. Acrescentei a Lei nº 12.490, de setembro deste ano, que criou um novo marco regulatório com algumas obrigações adicionais para Agência Nacional de Petróleo.

Próximo.

Falando especificamente do etanol, temos um mercado com mais de trinta anos de uso comercial, uma produção de cerca de 27 bilhões de litros por ano, o advento do veículo biocombustível fortaleceu o mercado de etanol e promoveu um aumento do uso desse combustível.

Em alguns momentos do passado recente tivemos o etanol com o combustível mais importante do que a gasolina para veículos leves. Agora isso não acontece porque o etanol está com o custo mais elevado.

Temos algumas unidades, algumas usinas de etanol, o bagaço da cana como fonte de energia elétrica com possibilidade dessa energia elétrica ser vendida para a rede comum de energia elétrica.

Temos experimentos com o uso de etanol em veículos pesados, em ônibus urbanos em São Paulo e em pequenos aviões, especialmente aviões para aspersão de inseticidas em lavouras. Próximo.

Esse gráfico mostra a evolução da demanda de etanol e gasolina. A gente nota que a linha vermelha mostra a demanda de etanol anidro que vem crescendo gradualmente sem muitas variações, mas elas são sazonais apenas. O etanol anidro é a linha azul e teve um grande aumento até o início de 2010 e depois uma queda muito grande e a linha preta é a gasolina A, aquela gasolina que é misturada ao etanol.

A gente nota que naqueles períodos, entre as linhas tracejadas, nós tínhamos um somatório do etanol anidro e o do hidratado maior que o da gasolina. Nesses períodos a gente tinha o etanol como o principal combustível de veículos leves.

Próximo.

Essa é a cadeia de suprimento do etanol. A gente tem a refinaria ali em cima, produzindo a gasolina A. Essa gasolina é entregue às bases primárias. Eu peço desculpas porque alguns slides estão com figuras em inglês porque usei como base na apresentação feita recentemente em evento internacional.

A gasolina A é enviada às bases primárias, vai às bases secundárias que recebem o etanol anidro que é misturado à gasolina para que seja vendida a gasolina C e essas bases primárias e secundárias vendem a gasolina C e também o etanol hidratado que é o etanol usado diretamente nos veículos. Até a Lei 12.490, a área de atuação da ANP era esse quadrado verde. A gente regulava da porta da usina de etanol para frente. Próximo.

Com a entrada da Lei 12.490, a ANP começou a regular toda a cadeia produtiva do etanol desde a planta produtora até a revenda do etanol. Não muda nada em termos da cadeia de suprimento. Apenas onde a ANP está agindo. Próximo.

Vale mencionar que a ANP não regula o plantio da cana e nem os processos legais de produção do açúcar, somente o processo industrial da produção do etanol combustível. Então, desde a fermentação, a destilação, a produção e o armazenamento do etanol, tudo é da esfera de atribuições da ANP. Agora está

em consulta pública novas regras para autorização da produção de etanol.

Próximo.

Essa lei é que ela altera vários dispositivos da lei do petróleo, Lei nº 1.478 e outro ponto para o qual chamo a atenção é que, dentro do art. 1º da lei do petróleo que falava das políticas nacionais de aproveitamento racional de fontes de energia, foi incluído o parágrafo que trata da garantia de fornecimento de combustíveis em todo o território nacional.

Outro artigo importante dessa lei estabelece que, desde com base econômica sustentável, a ANP poderá exigir dos agentes regulados a manutenção de estoques mínimos de combustíveis e biocombustíveis em instalação própria ou de terceiros. Próximo.

Pode avançar, por favor.

Bom, as resoluções recentes ligadas ao etanol são essas. A gente está em consulta pública, com previsão de audiência na semana que vem, de uma regulamentação com requisitos para a autorização do exercício da atividade de produção de etanol. É claro que essa lei, quando for publicada, ela vai ter requisitos para os novos entrantes e requisitos de transição para as usinas que já estão em funcionamento.

Uma resolução que já passou por audiência e consulta pública é a que trata dos regulamentos e critérios para a aquisição de etanol anidro e de gasolina "a", para a formação de estoque de etanol. A publicação dessa resolução depende apenas de alguns trâmites dentro da própria agência. Uma outra resolução que foi publicada recentemente e que vale a pena mencionar é a Resolução nº 7, de 2011, que trata das especificações do etanol combustível, etanol anidro e o hidratado, que colocou alguns requisitos mais rigorosos em termos de especificação do combustível e prevê o envio mensal de dados de qualidade para a Agência Nacional do Petróleo.

Pode avançar, por favor.

Bom, os resultados esperados com essas e outras ações são a garantia do suprimento de etanol, o incremento na competitividade no mercado de etanol e a redução na volatilidade de preços desse combustível. Falando do *biodiesel*, esta é a cadeia do suprimento do *biodiesel*. A gente tem a produção da matéria-prima, seja uma oleaginosa ou a gordura animal, e a extração desse lipídio fora das atribuições da ANP – é essa região aqui. A partir do momento em que existe a produção da ANP, a produção do *biodiesel*, isso já está dentro da esfera de atribuições da ANP. Então, a gente tem o *biodiesel* podendo ser fornecido diretamente às refinarias ou às distribuidoras para que seja feita a mistura B5. Na prática, essa modalidade da refinaria, preparar a mistura B5, não acontece, mas a lei permi-

te isso. A refinaria, então, fornece o diesel, chamado B-0, para as distribuidoras que fazem a mistura B5, e essa é vendida para o transportador retalhista ou para os postos de revenda.

Existe ainda a possibilidade, com autorização prévia da ANP, do uso de *biodiesel* do comércio, direto do biodiesel para um usuário, e de misturas com teores diferentes de biodiesel diretamente para um usuário, mas é sempre um processo acompanhado pela ANP de perto, com autorização específica.

Pode avançar, por favor.

A quantidade de usinas autorizadas para a comercialização no Brasil, atualmente, é de 60 usinas autorizadas para a comercialização e mais cinco que estão com autorização apenas na fase de operação, dando um total de 65 usinas e 17 milhões e 800 mil litros/dia de produção de *biodiesel*. Essa é a capacidade nominal de *biodiesel* que nós temos atualmente.

Pode avançar. É da matéria-prima que o senhor pergunta?

É, a matéria-prima é essa. Isso varia mês a mês. Isso está lá disponível no site da ANP. No mês de outubro, nós tivemos quase 81% de soja como matéria-prima; quase 13% de sebo bovino; 4,14% de óleo de algodão e 1,93% de outros. Ai entra mamona, girassol, óleo residual e outros, em menor quantidade.

Pode avançar, por favor.

Em termos de *biodiesel*, as grandes novidades estão sendo em relação à qualidade, e não à legislação especificamente da produção. Então, a gente tem um processo de cadastro de laboratórios para a certificação de *biodiesel*. Isso começou no início de 2009. Hoje, nós estamos com 45 laboratórios cadastrados para certificação de *biodiesel*. Essa é a distribuição no Brasil. A maioria desses laboratórios está na região Sudeste, mas nós temos uma boa distribuição dos laboratórios que podem certificar biodiesel no Brasil.

Está em discussão na ANP, com previsão de publicação ainda este ano, uma revisão da resolução que especifica a qualidade do *biodiesel*. Nessa discussão, está se propondo limitar os valores de mono e de triglicerídios, uma redução no teor de água tolerável no *biodiesel*, limitação no ponto de entupimento de filtro a frio, que é uma característica que tem a ver com o congelamento do produto em baixas temperaturas, e uma possível alteração na estabilidade oxidativa.

Isso está em discussão com o mercado. A ideia é que essa minuta de resolução ou de revisão de resolução vá, daqui uma ou duas semanas, para a Internet, para consulta pública, e que, até o final do ano, exista uma nova audiência com o mercado para, finalmente, publicar essa revisão da especificação do *biodiesel*.

Pode avançar, por favor.

Esse é um resumo do consumo de combustíveis no Brasil. Essa tabela faz uma comparação do consumo mensal no primeiro de 2010 com o primeiro semestre de 2011. A gente nota que existe um pequeno aumento no consumo de *biodiesel*, 5,8%, comparando os dois semestres. O etanol anidro, que é aquele que é misturado à gasolina, teve um grande aumento, 30%, comparando os dois semestres. O etanol hidratado, por outro lado, teve uma grande redução, 23%. O total de etanol anidro e hidratado, temos praticamente um consumo estável comparando os dois semestres.

A intenção era fazer uma apresentação resumida do que tem acontecido em relação a biocombustíveis. Meus contatos estão à disposição. Também estou aqui à disposição para tirar qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Vinícius, pela sua exposição.

De imediato, passo a palavra para o Sr. Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da Única, União da Indústria de Cana de Açúcar.

O SR. ALFRED SZWARC – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, Deputado Márcio Macêdo. Boa tarde a todos.

Em nome da Única, gostaria de agradecer o convite para participar desse evento e dizer que a indústria da cana de açúcar se enquadra perfeitamente bem dentro desse modelo, dentro desse conceito que se coloca de agricultura de baixo carbono.

É interessante porque é a primeira atividade industrial organizada, documentada no nosso País, desde 1532. Ao passarmos por um canavial, muitas vezes, não nos damos conta de todo o avanço e progresso tecnológico que ocorreu especialmente no século passado nessa área de conhecimento, nessa área industrial.

Na área agrícola, que é a base de uma cadeia de produtos de baixo carbono. Temos obviamente a cana como principal elemento. Muito do que já se falou aqui, e não necessito repetir, já é praticado há muito tempo pelo setor, e cada vez mais, com as inovações tecnológicas que vêm sendo trazidas para o mercado comercial. Por exemplo, temos a questão do aproveitamento dos resíduos do processamento da cana, como a própria vinhaça, em um processo de fertirrigação com benefícios na redução de consumo de fertilizantes, que normalmente são produzidos com base petróleo, base fóssil. Temos também a redução da necessidade de irrigação e, portanto, de consumo de água, que é um bem cada vez mais escasso, portanto, preocupante. Temos a prática de plantio direto crescendo enormemente no setor, a questão do banimento da queima da palha de cana e, portanto, do aproveitamento da palha de cana para essa prática de plantio direto. Enfim, podemos discorrer uma série de práticas susten-

táveis que certamente colocam esse setor como um dos setores líderes da economia nacional em termos de práticas e produtos de baixo carbono.

Além dessas práticas, o setor, em diversos Estados, tem avançado bastante também na parte de conservação, no Estado de São Paulo, onde a gente representa principalmente... produtores de São Paulo, temos um acordo que foi feito com a Secretaria do Meio Ambiente no sentido de antecipar os prazos para o banimento da prática da queima. Hoje, no Estado de São Paulo, aproximadamente 65% da colheita da cana já é mecanizada. Temos perto de 200 mil hectares de matas ciliares sendo ou recuperadas ou protegidas.

Temos também na área de redução de vulnerabilidade, de adaptação que foi dito aqui, o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar cada vez mais aptas a serem utilizadas em áreas mais áridas. Portanto, dentro desse conceito que se colocou aqui de adaptação e também de redução de vulnerabilidade. Enfim, poderíamos passar horas discutindo isso.

A partir daí, a partir dessa base agrícola que me parece que certamente pode ser aprimorada, e será aprimorada nos anos que vêm, temos a parte industrial, que também é baixo impacto. A geração da bioeletricidade com a utilização do bagaço como combustível. A possibilidade de também se utilizar o bagaço, em um futuro próximo, para a produção de etanol de segunda geração, e os produtos da cana que a bioeletricidade, e o etanol que são base para uma cadeia cada vez mais crescente de produtos.

Eu só gostaria de ilustrar não apenas com o etanol para uso automotivo, que é sobejamente conhecido, mas também o etanol pode ser utilizado como combustível na aviação – temos hoje em nosso País cerca de 300 aviões agrícolas que operam exclusivamente com etanol. Hoje, a indústria de bioplástico já é o segundo mercado para o produto etanol, com tendências de crescer bastante. Existe uma demanda muito grande pelos bioplásticos em função da necessidade de reduções de carbono.

Então, temos aí o polietileno verde, teremos dentro de dois ou três anos o polipropileno verde; o patch, que já é utilizado por várias marcas para acondicionar produtos para embalagens; temos também a possibilidade de PVC. Enfim, o PHB, que é um plástico biodegradável produzido a partir de açúcar.

Então, temos um mercado fantástico se abrindo na área de biopolímeros.

Então, não sei se alguém aqui presente teve oportunidade de participar da Fenatran, uma feira que terminou sexta-feira, no Anhembi, em São Paulo, feira que apresentou novidades no setor de transporte pesado. Nesta feira tivemos o lançamento praticamente

de três produtos muito interessantes que podem utilizar etanol e que, portanto, podem reduzir as emissões de carbono.

Então, tivemos o lançamento de um caminhão, pela Scania, que opera praticamente com 100% de etanol. Ele já é um produto comercial, está disponível e já é utilizado na Suécia para a coleta de lixo, para o transporte de produtos em zonas urbanas, como caminhão betoneira. Enfim, com algumas aplicações bastante urbanas, justamente pelos benefícios ambientais associados ao seu uso. E temos também duas marcas que também lançaram caminhões. Uma é a Iveco e a outra é a Man, duas importantes empresas, que estão trazendo para o mercado, ainda não em fase comercial, mas em breve, acredito que dentro de um ano teremos esses produtos no mercado, caminhões bicomcombustível, que poderão operar tanto com diesel como com etanol.

Então, vemos o interesse e o esforço de diversos segmentos, seja da área de bioplásticos, seja da área automotiva, seja da área de aviação, buscando, na indústria da cana de açúcar, os benefícios dos seus produtos de baixo carbono.

Enfim, esse é um apanhado genérico que eu gostaria de fazer neste momento.

Com relação ao Plano ABC, parece-me um plano muito interessante, muito bem idealizado. Acho que está em linha com a importância da agricultura em nosso País e, certamente, vai estimular não só a agricultura, mas também todos os demais setores que dependem da agricultura a caminharem para uma economia de baixo carbono.

Um comentário, uma sugestão com relação ao Programa ABC de financiamento. O que nós percebemos é que, para o setor da indústria da cana-de-açúcar, como eu acredito que para, talvez, os setores de soja, de milho, setores que normalmente operam em grande escala, o financiamento oferecido no âmbito do Programa ABC não motiva o empréstimo, pelo pequeno valor, pelo limite que é estabelecido, de R\$1 milhão. Só para vocês terem ideia, a aquisição de um conjunto para colheita de cana mecanizado supera R\$1 milhão; é em torno de R\$1,5 milhão.

Então, eu gostaria de deixar aqui uma sugestão para que esse programa fosse adaptado para outros setores que demandam maior necessidade de recursos para que possam viabilizar projetos. Temos diversos projetos em andamento que podem se beneficiar desse programa, mas, certamente, isso envolveria necessidade de adaptação nesse programa para essa nova realidade.

Por hora, encerro a minha participação e fico à disposição para perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Alfred.

Vamos fazer aqui, então, uma rodada de comentários e perguntas pelos Srs. Parlamentares, e tomarei a liberdade de iniciá-la.

A minha indagação vai ser muito ligada a essa questão da produção de petróleo, do etanol, e aí nós estamos falando em emissão de gases, mas, principalmente... Tenho visto que o Brasil está, Senador Aloysio, crescendo a passos largos. E crescer a passos largos significa uma demanda cada vez maior por energia. E a energia que nós temos disponível cada vez mais, até mesmo por conta das novas pesquisas e por a Petrobras ter encontrado petróleo em águas profundas e pré-sal, é o petróleo, que está se mostrando sempre a fonte mais abundante de energia. Tanto a indústria quanto a agricultura, quanto o comércio, quanto todo cidadão vai cada vez mais demandar por energia. Por exemplo: quantos carros nós tínhamos há dez anos, e quantos veículos nós temos hoje? E o etanol tem surgido, ou o biocombustível tem surgido como uma alternativa, não para gastarmos menos petróleo, mas para, no futuro, nós o utilizarmos não tanto quanto a nossa demanda, podendo colocar o biocombustível também nesse parâmetro.

Vejo que o Brasil tem adotado algumas políticas importantíssimas, como é a do controle do preço do petróleo. E o petróleo, eu tenho o petróleo como... Ele não é sozinho, é uma cadeia. Ele é responsável quase que pela economia. Se aumentar o preço do petróleo, aumenta o preço na indústria, no transporte, aumenta o preço da matéria-prima, e assim sucessivamente. No entanto, se estamos falando em redução de gases nocivos, ou seja, de queimarmos menos combustíveis fósseis, é mais ou menos aquilo que eu disse no início desta reunião: o Amazonas, no mês de setembro de 2011, desmatou 43% a menos, mas não parou de desmatar. Ele tinha desmatado qualquer coisa (...)

Ela tinha desmatado qualquer coisa em torno de 450 Km² em setembro de 2010, e desmatou 240 km² em setembro de 2011. Então quer dizer que nós continuamos avançando adentro da floresta, continuamos produzindo danos ambientais.

Na medida quem aumenta o consumo de petróleo, nós não estamos falando aqui em diminuir o consumo do petróleo, mas não crescer tanto, e aí a solução seria os bicomcombustíveis. Mas eu vejo que há um certo contraponto no momento em que o etanol, o bicomcombustível está num mercado aberto, e estando num mercado aberto ele está suscetível às leis do mercado. Eu vejo que as indústrias de etanol principalmente, as usinas de cana, às vezes dão preferência ao açúcar porque o mundo está comendo mais, e se o mundo come mais

ele consome mais açúcar; por consequência, há uma produção maior de açúcar nas usinas que de etanol, porque houve também um aumento de demanda. Então eu coloco essa questão como uma preocupação geral. Se nós estamos falando em aquecimento global e em mitigação de gases, talvez essa seja uma questão para pensar.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para que faça as suas considerações e as suas indagações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Minha pergunta é mais especificamente dirigida ao representante do Ministério do Meio Ambiente, que abordou, muito de passagem, o fato de nós não termos ainda no Brasil instrumentos legislativos que permitam a monetização do crédito de carbono. E eu pergunto ao senhor, Dr. Eduardo Assad, se o Governo tem alguma proposta, se está sendo elaborado, quais são os instrumentos dos quais, efetivamente, estamos carentes? Esse assunto foi muito falado, muito comentado, tem sido, aliás, durante essa fase de elaboração do Código Florestal, porque sempre se aventa essa hipótese de se compensar. Isso seria uma fonte de financiamento e um atrativo econômico para quem aderir, não só o seu grau de recuperação, mas quem se engajar nesse programa da agricultura BC.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós vamos primeiro fazer as indagações, depois eu passo para os palestrantes colocarem as suas posições. Vou pedir licença aos demais para primeiro passar ao Sr. Eduardo Delgado Assad que nos pediu licença porque tem que se retirar visto que tem outro compromisso. Então ao Deputado Márcio Macedo, Relator da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

O SR. MÁRCIO MACEDO (PT – SE) – Eu só queria parabenizar os debatedores aqui, Dr. Eduardo Delgado, do MMA, Carlos Magno, do MAPA, Vinícius, do MP e Alfredo, da Única, que fizeram uma explanação muito sintonizada de compreensão da situação de uma necessidade de uma ação conjunta, tanto do Governo quanto dos setores produtivos no sentido de enfrentar essa nova realidade.

Eu penso que isso que foi colocado aqui muito claramente da necessidade de se ter uma política efetivamente de baixo carbono, ela tem algumas questões que são imperativas e que o Senador Aloysio colocou aqui, porque nós temos, no Governo Federal, subsídios para a agricultura familiar, para o agronegócio e não temos nenhuma política de incentivo para aqueles, por exemplo, que mantêm suas florestas de pé, privadas.

Eu acho que, dentro desse processo, tinha que ser uma fonte de renda para manutenção das próprias propriedades, que poderia ser via crédito carbono, li-

vre no mercado, que esse mercado possa ser incrementado, e, também, uma política pública do Governo, consorciada com os três Ministérios, que cuida, o do Meio Ambiente, da proteção, o MAPA e o Desenvolvimento Agrário, que trabalham com a agricultura familiar e agronegócio respectivamente, que pudessem ter uma política de incentivo a um desses pilares, que é a manutenção das florestas de pé e o combate o desmatamento. O último estudo de pesquisadores de Oxford mostra, ao contrário do que a gente estava imaginando, que havia uma redução das suas áreas florestais, ao contrário, até o Japão, que tem um território pequeno, a tendência é manter as suas florestas de pé, por essas questões das mudanças climáticas e, também, por uma questão de mercado. Essa discussão vai deixar de ser somente ambiental e vai ser econômico, porque isso está se impondo no Planeta.

Eu queria, sobretudo, que os dois Ministérios que estão aqui colocassem um pouco sobre isso, que isso está ligado à superação das economias carbonadas, num processo a longo prazo, e a redução da emissão de gases de efeito estufa. Eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre isso, e isso está sendo refletido no centro do Governo, e também incrementando a pergunta do Senador Aloysio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macedo.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Delgado Assad para as suas colocações e também para as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Senador, a gente até poderia dizer assim: essas perguntas são tão simples, mas tão simples, que vou deixar para o Carlos Magno. (*risos*.)

Mas vamos lá. Primeiro, fazer uma passagem rápida na questão da energia, que o Senador Sérgio colocou.

Na questão do Fundo Clima, nós estamos pensando muito estamos pensando muito em energia, muito. Estamos, inclusive, abrindo um leque, estamos financiando, este ano, tanto com recursos não reembolsáveis quanto com recursos reembolsáveis, solar, eólica, biomassa e energia das ondas do mar.

Um país que tem oito mil quilômetros de costa, não tem nenhum engenho de geração de energia de marémotriz, a gente precisa parar e pensar – e tenho os protótipos e tenho capacidade tecnológica para isso. Já temos protótipos lá no Rio de Janeiro, e já deve estar instalando um Ceará este mês agora. Então, a gente precisa explorar um pouco isso e abrir o leque. A energia não pode ser um supermercado de um só produto; temos que abrir a nossa matriz e trabalhar nisso.

A termossolar é uma realidade e a fotovoltaica tem que ser uma realidade. Nós temos que discutir fotovoltaica, no Brasil, com muito mais entusiasmo e muito mais atenção do que estamos discutindo hoje, porque, num País como o nosso, que tem sol o tempo todo, é difícil a gente não conceber a geração de energia a partir de células fotovoltaicas e o incentivo à indústria de células fotovoltaicas no Brasil. Tem que crescer, nós ficamos parados muito tempo e hoje estamos meio a mercê do mercado chinês, com células fotovoltaicas quatro vezes mais baratas que a nossa. Então, nós temos que parar e pensar um pouco nisso, só para jogar um pouquinho mais de tempero na discussão.

Com relação ao crédito carbono. O problema, realmente, é o marco regulatório. Nós não estamos parados. Existe uma discussão, hoje, capitaneada pelo Ministério da Fazenda, que está discutindo o mercado de carbono; nesse grupo está o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que eu lembre de cabeça. Há um grupo forte que está discutindo isso, para a gente começar a construir essa discussão do mercado de carbono. Obviamente que as compensações precisam ser discutidas, qual a melhor maneira de fazê-las; existe o PL do Senador Eduardo Braga, nessa linha, falando sobre o REDD, mas eu gostaria de ampliar um pouco mais. Não é só o REDD, é o REDD plus, é o MDL, é o Cap & Trade, são os serviços ambientais; todas essas questões têm que ser colocadas. Nós só vamos discutir o REDD florestal, a redução florestal.

Mas, quando eu tiver uma indústria que consegue mostrar que tem uma eficiência maior, como é que ela faz com esse carbono? Então, nós temos que ampliar essa discussão.

Hoje nós temos um mercado que é voluntário, alguém compra, alguém vende, mas a nossa preocupação é que ele não seja somente voluntário, ele tem que ter o seu marco regulatório. Porque na hora que o negócio não der certo, aí entra o Governo para arbitrar. E aí, vai arbitrar em cima de quê? Então, essa é a discussão para a qual estamos tentando criar mais subsídios para poder mostrar como fazer.

Mas, antes disso, existe outra coisa que é mais básica ainda, que é a famosa métrica. Que carbono é esse de que estou falando? Uma floresta sequestra quanto? Em que situação? Não é? Uma floresta plantada hoje... Nós temos um número que fala em algo de 200 toneladas de carbono por hectare. Mas em qual bioma? Depende um pouco de temperatura, depende um pouco do tipo de solo. E aí é que nós estamos entrando pesado nisso, criando essa métrica para poder diferenciar o produto. E aí, a partir daí, dizer: olha, uma

floresta em pé no Acre vale tanto, uma floresta em pé na caatinga vale tanto... Há diferença! Há uma diferença grande entre estoque de carbono por bioma. E é isso o que precisa ser regulado e precisa ser mais bem estudado. Nós estamos fazendo um esforço grande nisso.

Primeiro, o Ministério da Fazenda criando os mecanismos financeiros: como é que se compra, como é que se fende; e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, tentando mostrar como é que essa coisa se divide e como é que isso responde em termos de estoque de carbono para você poder vender e poder botar isso no mercado. Nós temos um instrumento, que já funciona hoje – e nós temos sido alvo de muitas críticas por conta da eficiência, mas está melhorando, que é o Fundo da Amazônia. É um dinheiro da Noruega, uma doação da Noruega que chega ao Brasil em função da redução do desmatamento. Então, reduziu tanto... Reduziram-se sete mil quilômetros quadrados... Isso significa não sei quantos milhões de toneladas de CO₂, equivalente... E que, transformando-os em dólares, dão US\$600 milhões ou US\$700 milhões. Ora, a Noruega concorda com o número? Então, ela injeta no Fundo da Amazônia o valor para a gente continuar a reduzir as emissões. A Petrobras gostou da estória e está pondo dinheiro; a Alemanha gostou da história e está pondo dinheiro. Isso é uma compensação...

Aí vem a pergunta... Tudo bem gostei... A Amazônia é muito bom... E o cerrado? E como é que eu faço isso na caatinga? E como é que eu faço isso nos pampas? Não é? Então, são essas coisas que a gente tem de ampliar o debate e mostrar de que maneira esses mecanismos vão ser feitos. O Governo está atento, o Governo está discutindo isso. Os técnicos do Governo, os cientistas... Nós estamos discutindo isso. Mas nós estamos vivendo uma situação complicada. Primeiro é o Código Florestal. Nós precisamos entender o que vai acontecer e para onde ele vai. Porque, dependendo para onde ele for, esses mecanismos vão ser diferenciados. Então, não dá para a gente antecipar nenhum mercado agora sem saber o futuro das nossas APPs, sem nossas reservas florestais; enfim, temos de entender isso para discutir compensação. Segundo, nós estamos vivendo uma brutal crise financeira mundial, e a gente não sabe se os países desenvolvidos vão querer colocar dinheiro no Fundo Verde para compensar as emissões deles nos países que podem fazer isso. Então... Mineiramente, prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém... Vamos esperar um pouquinho para ver o que fazer, e eu acho que esse o que fazer vai tomar muita velocidade a partir de dezembro: pós-Durban, quando a gente vai ter essas posições mais definidas e como é que esse mercado vai funcionar. Mas nós estamos trabalhando

muito pesado nisso e discutindo bastante. Já tem documentos básicos que dizem...

(Fora do microfone)

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Podemos... Claro, claro! Senador, a palestra mais emocionante que eu tive com isso foi em uma palestra, que eu estava dando no ICID, em Fortaleza, no meio da discussão da desertificação, eu falando de carbono, agricultura BC, o Brasil tem isso, tem aquilo... Levantou-se um agricultor, um nordestino, humilde, pequeno agricultor que me disse: eu defendo tudo isso que o senhor está falando aqui, tudo isso! Eu planto árvore e estou devendo no banco. Está aqui! Imagine que este saco aqui é um saco de carbono, quem compra? Eu quero pagar minha dívida com isso.

Aí, eu, formulador de políticas públicas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ele pode vender para uma indústria.

O SR. EDUARDO DELGADO ASSAD – Pois é, mas eu não sabia o que responder a ele... Eu disse: nossa, me pegou! E aí é que você começa: por que não? Por que não? Tem razão... Nós propusemos, há um tempo, na discussão do Código Florestal, o abatimento de dívida de agricultores com revegetação de APP. A Fazenda bloqueou. Não pode! Porque aí vai privilegiar a, vai privilegiar b... Tudo bem... E aqueles que estão dentro da lei? Podem ter algum incentivo? Então, é essa a estória. Nós temos é de dar o primeiro passo. Temos de ter coragem de dar o primeiro passo, porque todo o mundo quer entrar nessa brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Eduardo. Peço, então, ao Dr. Carlos Magno para que faça suas considerações.

O SR. CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO – Bom, na verdade eu não tenho muito a acrescentar porque todas essas discussões tem sido feitas, já dentro do que o Eduardo falou, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia. Então basicamente ele falou praticamente tudo o que tem acontecido.

Eu apenas quero frisar que no âmbito do Ministério da Agricultura, a gente acha o seguinte, que realmente... E isso pode vir a ser uma fonte de renda para o agricultor, para o pecuarista que foi lá e recuperou sua pastagem, certamente ele tinha uma área que era emissor e passa a sequestrar para esse agricultor que plantou árvore. Enfim, o que nós temos é que realmente criar um sistema onde a gente possa mensurar isso, certificar e tudo... E é muito importante a participação de todos do setor produtivo, da sociedade como um todo porque nós estamos no momento de construção e essa é a visão do Ministério da Agricultura, é importante realmente chegarmos a um marco regulatório

nesse assunto para que realmente esses benefícios possam chegar onde eles precisam chegar.

Basicamente era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Carlos Magno.

Com a palavra o Consultor da Única, Alfred.

O SR. ALFRED SZWARC – Acho que o Dr. Assad levantou uma questão de fundo que é muito importante. E que com relação ao setor sucroenergético faz total sentido. Vou ilustrar um caso aqui... Procurar ilustrar essa questão com o caso real. Nesse momento está sendo iniciado um programa de uso de ônibus urbano movido a etanol na cidade de São Paulo. É um programa que tem basicamente a questão ambiental como a principal referência, em função da redução significativa de poluentes e também gases de efeito estufa. Então é um projeto que está inserido dentro do contexto do plano municipal de mudanças climáticas. Entretanto, em função de um aspecto que o Senador Sérgio Souza comentou aqui, onde nós temos aí o preço do petróleo e derivados do petróleo basicamente estáveis em nosso País, esse projeto ele encontra dificuldades para se desenvolver na medida em que os insumos utilizados na produção de etanol como fertilizantes e defensivos e outros aí, eles não estão sujeitos a exatamente essa estabilidade de preços que nós temos. Então o que nós vemos aí no mercado é realmente um aumento de custos, de produção e que reflete em boa parte também no preço final do produto.

Então, como viabilizar uma competitividade comercial de um produto, que reconhecidamente trás benefícios para a sociedade, onde diversas pesquisas indicam que ele trás não só redução da poluição, mas os seus efeitos são reduzidos, os impactos sobre a saúde, impacto sobre redução de mortes prematuras tudo isso tem um valor social que não é devidamente mensurado e valorado pela nossa sociedade. Então como tratar, vamos dizer, as externalidades do biocombustíveis, da bioenergia nesse contexto em que a competitividade comercial acaba sendo o fator dominante. Então essa é uma questão que eu acho que precisa ser refletida, não apenas o etanol, mas enfim, outros biocombustíveis que se apresentem aí com esses benefícios, deveriam ter certamente um tratamento fiscal e incentivos que ampliassem a possibilidade do seu uso em aplicações onde ele poderá certamente ter mais valor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Dr. Alfred.

Com a palavra o Vinicius Skrobot, que representa aqui a ANP.

O SR. VINICIUS SKROBOT – Bom, eu tenho pouco a falar, até porque a Agência Nacional do Petróleo é uma implementadora de políticas públicas. Com cer-

teza o que o governo e a sociedade precisar que seja implementado e conduzido a ANP tem capacidade de fazer, assim como já está fazendo a implementação desse novo marco regulatório para os biocombustíveis.

Então é isso que eu tenho a comentar. Como se diz, a era ou a idade da pedra não acabou por falta de pedra; o petróleo está em abundância, as reservas do país aparentemente vão mais do que dobrar em pouco, agora se isso vai se transformar em combustível e ser queimado em algum automóvel é outra história, isso vai depender de uma série de ações no governo e tendência mundiais.

Era só isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Vinicius. De imediato passo a palavra ao Elvinson Nunes Ramos, que é representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Só complementando a fala do Dr. Carlos Magno e Dr. Eduardo Assad, até em resposta a pergunta feita pelo Senador Aloísio Nunes, é que nós temos também, além de criar um marco regulatório para questão de crédito carbono, acho que existe também a necessidade de nós promovermos uma avaliação das legislações que nós temos atualmente em vigor no Brasil. Eu comento isso porque nós temos, por exemplo, um produtor rural que não desmatou, vamos dizer um capão de mato na sua propriedade, ele tem a sua reserva legal e isso fato, é verídico, ocorre hoje. Quer dizer, aquele produtor que deixou, além da sua reserva legal da APP ainda um capão de mato, vamos dizer de 20, 30 hectares que ainda não foram desmatados. Ou seja, esse produtor era para ser estimulado realmente a não desmatar, não usar essa vegetação. Mas nós temos uma legislação do Incra que, se não me falha a memória, o Estatuto da Terra, onde, para médias e grandes propriedades o técnico do INCRA vai lá e faz a medição da propriedade e ele retira a APP, retira a reserva legal do cálculo GUT, que a gente fala que é o grau de utilização da terra. Se esse grau de utilização da terra der menor que certos valores, essa propriedade é considerada disponível para reforma agrária. Ou seja, se ele não desmatou aquele capão de mato e ele não quer contabilizar esse capão de mato como sendo área improdutiva, isso está no estatuto da terra, ou seja, aquele capão de mato é considerado nessa legislação como área improdutiva, ele tem que transformar esse capão de mato em RPPN ou servidão florestal. A gente sabe hoje que o produtor rural para transformar um capão de mato desse tamanho ou até menor, ele tem que gastar um recurso grande para, primeiramente fazer

o inventário da área, dizer todas as espécies que tem para ele transformar RPPN ou servidão florestal.

Ou seja, nós estamos praticamente quase que punindo esse produtor que não desmatou, e dizendo para ele: “Não, você tinha que ter desmatado. Agora, você não desmatou...” e se a fiscalização do Incra chegar lá e ele for fazer esse processo posteriormente a essa fiscalização, o órgão não aceita mais dizendo que ele deveria já ter feito isso. Ou seja, eu acho que um estímulo para que a gente realmente tenha isso como estímulo ao produtor rural, é transformar também, não só criar um marco legal para novos instrumentos, mas também como rever as legislações que nós temos hoje com relação a não termos esse tipo de choque. Ou seja, aquele que não desmatou deveria ser beneficiado. Mas não é o que ocorre na prática. Ele tem que gastar dinheiro para transformar uma vegetação nativa nesses dois instrumentos que não fica barato, fica muito caro, em torno de 10 mil reais por hectare, só para ele fazer esse planejamento. Então transformar em servidão florestal ou RPPN custa caro, então a gente está praticamente... Então aquele produtor que não se ateve a esse detalhe da legislação ele pode realmente... Essa área ser considerada área improdutiva em cima da legislação que trata do Estatuto da Terra. E pelo contrário, eu acho que a vegetação em pé tem que, pelo menos o que foi comentado aqui, ela tem que ser valorizada. E nesse aspecto a legislação atual não está valorizando a vegetação em pé, ou seja, está quase que punindo o produtor rural porque ele não desmatou. Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É considerada a reserva legal... A reserva legal é considerada área improdutiva e a APP?

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Não, a reserva legal e APP não. Eu falo assim, a área excedente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Excedente.

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Excedente. Para legislação do INCRA é considerada área improdutiva. Ai entra no grau de utilização da terra. Então o produtor está sendo punido porque não desmatou e deveria ser o contrário, ele deveria ser incentivado realmente para continuar preservando aquela área e não desmatar. Mas uma legislação estimula para que ele não desmate e a outra vem e condena...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas quanto tempo? O Código Florestal ainda não foi votado.

O SR. ELVINSON NUNES RAMOS – Não, esse é no Estatuto da Terra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloísio, eu apresentei uma emenda ao Código, justamente nesse sentido. Porque já previa o Código, que fosse pago serviços ambientais ao agricultor familiar e ao possessor de pequena propriedade. E a minha emenda é no sentido de que esses serviços ambientais sejam pagos a todos os possuidores de terras, aos agricultores que conservem além do que é obrigado. Então o que é obrigado? Obrigado é você manter as reservas de áreas permanentes – as APPs – e obrigado é você ter uma área de reserva legal, isso é obrigado. Agora, aquele produtor que tem além dessas áreas, ele também teria aí um direito a receber por serviços ambientais. Porque bem isso – só para concluir Senador Aloísio – que o Dr. Elvinson está colocando, porque hoje a nossa legislação ela pune aquele que desmata e depois, inclusive, ainda vem uma legislação que permite até mesmo num processo de perdão de determinadas dívidas ou de determinadas punições que ele deveria sofrer, e aquele que conservou no tempo e no espaço e que é o vizinho daquele que degradou o meio ambiente, ele tem as mesmas prerrogativas, ou seja, para ele custou não ter desmatado a sua propriedade porque ele produziu menos na sua propriedade. Agora, o seu vizinho que desmatou, vem um perdão, ou seja, ele é absolvido pela legislação, enquanto que se aquele imediatamente ao lado, preserva além do que é obrigatório ele não tem nenhuma vantagem. Por favor, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um palpite Senador. O senhor está propondo que esse excedente, além daquilo que é obrigatório, seja considerado serviço ambiental, e como tal remunerado. Eu acho excelente a idéia, mas vamos – me permita uma sugestão -, que pelo menos se deixe de punir, ainda que não se tenha o excedente, que se deixe de punir considerando essa área improdutiva. A minha sugestão é que o senhor pudesse fazer também essa emenda no sentido de não punir, que é a área onde tem vegetação nativa de pé, ela não seja considerada área improdutiva aos olhos do Estatuto da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos algum... Eu acho esta Casa, o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara eles tem alguns papeis fundamentais. E a gente tem que ter todo um cuidado no momento em que a gente mexe com a legislação, porque a gente pode desequilibrar a outra ponta. E nós temos, por exemplo, no meu bioma – no bioma do meu Estado e do seu Estado – nós temos a Mata Atlântica. E na Lei da Mata Atlântica, ela não permite, pelo menos não de forma ampla, o manejo florestal, e isso traz alguns prejuízos à própria

biodiversidade e à própria floresta. Hoje um proprietário rural que tem as margens da mata com a lavoura, nascendo um pinheirinho ali, um pezinho de araucária ele vai lá e corta enquanto não cresce porque ele vai ter problemas no futuro se aquilo crescer. Então esse é um problema gravíssimo.

Então nós temos pensado algumas soluções, eu tenho debatido isso muito nas comissões que estão caminhando o Código Florestal, porque permitir... Se não se pagar um serviço ambiental por isso, mas permitir o manejo florestal é um grande avanço. Por que se permite o manejo florestal na região amazônica e não pode se permitir o manejo florestal de maneira

ampla também na região da mata atlântica? Eu acho que são debates que vamos ter que enfrentar logo aqui nesse Senado.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu agradeço a presença dos nossos convidados, dos Srs. Parlamentares que aqui estiveram, dizendo que nós teremos uma reunião na próxima sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu, onde trataremos da questão da produção de energia, e estão todos convidados e estaremos na próxima quarta-feira, dia 16, aqui de volta com a nossa reunião das 14 horas.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.)

Edição de hoje: 738 páginas
(OS: 16490/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

